XII SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS

Crises e desafios da História Social

Realização: UERJ PPgHS

Apoio: Faculdade de Formação de Professores UERJ FAPERJ CAPES

ANAIS

XII Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social

Crises e desafios da História Social

9 a 13 de setembro de 2024

São Gonçalo - RJ

2024

CATALOGAÇÃO NA

FONTE UERJ/REDE

S471 Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social. (12. : 2024 : Rio de Janeiro)

Anais do XII Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social: Crises e desafios da História Social. [Recurso eletrônico] / coordenação: Maria Aparecida da Silva Cabral, Brenda Maribel Carranza Dávila ... [et. al.]. Rio de Janeiro : UERJ/ FFP, 2024.

1 recurso online (837p.)

ISSN 2447-5947

1. História Congressos. I. Cabral, Maria Aparecida da Silva. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 94

SIRIUS/CEHD

Bibliotecária: Rejane Rosa do Amaral Monteiro

CRB7/4924

COMISSÃO ORGANIZADORA

Docentes: Brenda Maribel Carranza Dávila (PPGHS)
Christiane Vieira Laidler (PPGHS)
Gelsom Rozentino de Almeida (PPGHS)
Joana Bahia (PPGHS)
Maria Aparecida da Silva Cabral (PPGHS)

Discentes: Farlen de Jesus Nogueira
Gabriel de Moraes Santiago
Helena Wagner Lourenço Ferreira
Henrique Nogueira Soares Marins
Joyce dos Santos Quintanilha
Júlio Cezar de Andrade Silva
Karine Goulart de Almeida
Lais Assunção Moreira
Lara Cristina Veiga Bernardo
Letícia Crespo Bomfim
Marcelo Macedo de Almeida
Marina de Freitas Giovanette
Pedro Henrique Rocha Robaina
Phellipe Patrizi Moreira
Roberta Alcântara Gomes da Silva
Tatiana Pantoja Oliveira Araújo
Valeria de Oliveira Silva

Diagramação: João Luiz Miranda Dias
Rozely Menezes Vigas Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... *9*

A indústria madeireira e a urbanização do Extremo Sul da Bahia nos anos 1950 - *Ailton de Oliveira Junior*..... *12*

Resistência e Memória no Carnaval Carioca: A Influência da Negritude e o Papel Contínuo das Escolas de Samba na Preservação da Cultura Afro-Brasileira - *Alberto Fraga Pereira*..... *27*

Conexões entre ciência, cidadania e democracia - *Alessandro Machado Franco Batista* *38*

Administração e justiça: uma breve análise sobre a organização da justiça e Vila de São Salvador no pós-independência (1825 – 1835) - *Alexandre Ferreira de Azevedo*..... *51*

Breve história da história pública: do surgimento nos EUA aos exemplos no Brasil - *Alexandre Freitas Campos*..... *60*

Uma escola de normalistas nas páginas do jornal – Luta Democrática e IEGRS: conexões entre educação e mídia - *Alyne Mendes Fabro Selano*..... *75*

O socialismo nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006-2010) - *Ana Clara de Sousa Lobo* *81*

Filmografia e distribuição do cinema independente no Rio de Janeiro (2000-2020) - *Arthur Moura*..... *96*

RenovaBR e a participação no debate público: a busca por um consenso liberal - *Arthur Gabriel Batista de Brito* *108*

Ditadura e lugares de memória: o caso da Base Naval da Ilha das Flores - *Carinna Almeida Rodrigues* *121*

Que tempos foram esses? Anos 1980, o processo de redemocratização do Brasil e o Ensino de História - *Carla de Medeiros Silva*..... *133*

Processos-crime: Escravidão e Política de Memória em Itapira- SP (1865-1877) - *Cristiane da Rosa Elias*..... *145*

O Hip-Hop e a Nação do Islã: a ressureição mental e o tempo da transformação - *Cristiano Ferreira Campos* *151*

Pretos do Rosário: A manifestação religiosa da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy-RJ do século XIX - *Dandara Abreu* *160*

Como os jovens percebem o passar do tempo: conversas na escola - *Elisa Defelippe* *174*

A Exposição Internacional de 1922 e a modernização carioca na revista Dom Quixote - *Éricka Delmiro dos Santos* *190*
Carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro (2018-2023): “Crônicas” de um tempo de crise - *Fábio Rodrigues de Almeida* *206*
O bispo católico e o papa negro da umbanda: Jaime Câmara, Tancredo da Silva Pinto e a Campanha Nacional Contra a Heresia Espírita (1953-1962) - *Farlen de Jesus Nogueira* *218*
“A gente não sabemos escolher presidente”: Por que uma parcela do rock brasileiro dos anos 80 ‘virou’ à direita? - *Fausye Mendes de Carvalho Gama Failace* *230*
Destrinchando Tchapaiev: Uma análise da obra que marcou o Realismo Socialista - *Felipe Santana Gonçalves* *241*
Ensino de História e produção acadêmica: O lugar dos anos iniciais do Ensino Fundamental - *Felipe Silva Vedovoto* *256*
A identidade do G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel através das memórias de sua Velha Guarda (1985-1991) - *Gabrielle Reginatto do Carmo* *269*
As contrarreformas previdenciárias no Brasil e suas relações com o banco mundial e com o fundo monetário internacional - *Helena Wagner Lourenço Ferreira* *281*
A Ciência do Petróleo na Ditadura Empresarial-Militar: O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás no Governo Geisel - *Henrique Nogueira Soares Marins* *289*
Entre o Rio de Janeiro, Espírito Santo e os Asseca: administração da justiça, território e conflitos de jurisdição e de terra no distrito campista (1786-1807) - *Hiago Rangel Fernandes* *303*
História, saúde e natureza: a pandemia de covid-19 na favela da Rocinha - *Ingrid Gomes Ferreira* *312*
Um sabá africano no séc. XVIII: a análise do processo de Maria de Jesus - *Isabella Gioia de Barros* *324*
“Não é fácil estancar em Portugal este mau sangue”: críticas de D. Luís da Cunha ao Tribunal do Santo Ofício português - *Isabelle Luz da Silva* *332*
“Pedro Fazendeiro e a Liga Camponesa de Sapé”: Dinâmicas da Luta pela Terra e Direitos dos Trabalhadores Rurais na Paraíba (1964) - *Ítalo Ramon Coelho de Aquino* *341*
O carnavalesco e a (re) construção de identidades nas escolas de samba - *João Gonzales Moreira* *353*

Ensino de História e Relações Étnico-Raciais no âmbito tecnorizomático, tecnoafetivo e tecnodiverso - *João Paulo Carneiro* *364*
Os Manuais Didáticos do Colégio Pedro II: Narrativas da Ditadura Civil- Militar Brasileira nas décadas de 1970 e 1980 - *Joyce dos Santos Quintanilha* *380*
Pensamento político na imprensa feminista: a trajetória do Brasil Mulher e Nós Mulheres (1970 – 1980) - *Joyce Simões* *392*
Escola: Território e Instituição entre Identidades e Relações Raciais - *Juliana Bragança* *404*
Neointegralismo e neofascismo no Brasil: um estudo sobre a atuação da Frente Integralista Brasileira (2004-2022) - *Júlio Cezar de Andrade Silva* *417*
Santidade e vida mística em Portugal no século XVII - *Karine Goulart de Almeida* .. *428*
O capitalismo dependente no contexto dos anos JK: breve análise - *Laís Assunção Moreira* *439*
A trajetória de Marius: o Romance de Formação em Les Misérables, de Victor Hugo - *Lara Cristina Veiga Bernardo* *449*
Historicidade da retroatividade jurídica: um estudo de caso a partir dos processos da lei n.º 4.766 de 1º de outubro de 1942 - *Laura Ferraz Bastos* *462*
O GRES Souza Soares em Niterói- Samba e Sociabilidades (1963-1985) - *Leandro Manhães Silveira* *471*
A Operação Lava Jato no jornal O Estado de S. Paulo: a construção de um consenso em torno do antilulismo - *Letícia Crespo Bomfim* *479*
A Arquidiocese de Niterói e a formação conservadora do clero - *Marcelo Macêdo de Almeida* *487*
A Posição da Intelectual Maria Lacerda de Moura diante da Formação da Identidade Social da Mulher na Primeira República do Brasil - *Maria Carolina F. do Nascimento Silva* *499*
O avanço conservador na educação: um problema contemporâneo - *Marina de Freitas Giovanette* *513*
O Sítio Arqueológico Sambaqui da Beirada (Saquarema-RJ): Contribuições para o Ensino de História - *Marlon Barcelos Ferreira* *525*
A construção do passado e o SPHAN - *Maysa Anacleto de Oliveira da Silva* *534*
Construções de D Pedro II: objetos materiais e a fabricação do poder monárquico - *Millena Lemos Precioso* *553*
As afortunadas ocasiões de Getúlio Vargas - *Montgomery Miranda* *563*

Sentidos de aprendizagem em disputa na BNCC: análise do Caderno de Orientação Curricular de Macaé - *Naicon de Souza Brinco* *575*
Industrialização de São Gonçalo: entre a crise mundial de 1929 e o desenvolvimento desigual e combinado - *Otávio Gomes* *588*
Itaipu na Ditadura: Repressão aos Trabalhadores e Responsabilidade Empresarial (1975-1987) - *Paloma Juliana Silva* *600*
A filosofia da praxis e a formação de intelectuais - *Pedro Freitas de Almeida* *611*
Corpus Christi, ontem e hoje: A Festa do Corpo de Deus em terras gonçalenses - *Pedro Henrique Rocha Robaina* *625*
"De narrativas, emoções": apropriações dos enredos afro por jovens sambistas - *Phellipe Patrizi Moreira* *636*
A história nos quadrinhos: possibilidades de aprendizagens afetivas - *Priscilla Damasceno Rodrigues* *647*
Colônias agrícolas por não portugueses na Bahia oitocentista: a indústria cafeeira e a utilização de braços cativos em uma área periférica - *Ramom Pereira de Jesus Moreira* *666*
Sílvio Romero e as teorias raciais na passagem do século XIX para o XX (1875-1909) - *Raphael Luís de Farias Silva* *675*
Família, casamento e condição feminina nos romances de Amélia Bevilacqua (1902-1940) - *Roberta Alcântara Gomes da Silva* *684*
História e memória do rock brasileiro dos anos 1970: o prólogo do espírito do rock e a alma do vazio do léxico - *Roberto Alexandre* *694*
O avanço do setor privado na educação brasileira: o caso do Grupo Kroton/Cogna (2007-2020) - *Rosane de Oliveira e Silva* *706*
Dá um tempo: estudo sobre como a Ditadura Militar é ensinada nas escolas municipais de Nova Iguaçu - *Samuel Henriques* *716*
O poder naval brasileiro e as relações entre Brasil e Argentina (1904-1912) - *Sérgio Barreto Azevedo da Silva Júnior* *727*
Imprensa Gonçalense e o Jornal O São Gonçalo - *Tânia dos Santos Tavares* *740*
A escola fábrica no alvorecer do Amapá (1949-1964) - *Tatiana Pantoja Oliveira-Araújo* *754*
Intelectuais e Educação: uma análise da Cruzada Nacional de Educação nos anos 1930 - *Vanessa Carvalho Nofuentes Navarro* *764*

Carnaval de Congo de Máscaras em Roda D'Água: Identidade, cultura, memória, patrimônio e desenvolvimento local - *Vinícius de Aguiar Caloti* *775*
Da figueira ao templo: as mudanças na comunidade protestante do Sana com a chegada dos missionários presbiterianos e batistas - *Vinner Stutz de Oliveira* *786*
Os fragmentos e o mosaico: uma contribuição aos estudos suburbanos - *Vitor de Almeida* *799*
Eles são Canários: O olhar do Navegante Ibérico na primeira modernidade - *Wallace de Oliveira Machado*..... *811*
Portugueses na Ilha das Flores na década de 1920: uma contribuição para o debate sobre o perfil do imigrante português no Rio de Janeiro - *Wanderson Silva Bonifácio Junior* *822*

APRESENTAÇÃO

Apresentamos os Anais do XII Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ), realizado entre os dias 09 e 13 de setembro de 2024, no Campus da Faculdade de Professores em São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro. Sob o tema: *Crises e desafios da História Social*, tal evento acadêmico objetivou problematizar questões relacionadas ao Tempo Presente permeado de incertezas sobre a compreensão da realidade e seus desafios de como interpretá-lo.

Foram cinco dias de instigantes debates e discussões, com uma programação densa constituída de 3 Mesas Redondas relacionadas às linhas de pesquisa do PPGHS: *Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais, Território, Identidades e Representações* e *Historiografia e Ensino de História* foram constituídas por especialistas nas temáticas geopolíticas, cultura midiática e seus ecossistemas de desinformação, bem como questões contemporâneas sobre ensino de história. As 23 Mesas de Apresentação das investigações permitiram que nossos discentes e professores convidados debatessem seus trabalhos. Já a Conferência de Abertura e a de Encerramento constituíram-se em apostas políticas e acadêmicas no enfrentamento das dimensões, impactos e consequências da crise que perpassa a História Social Contemporânea. Além disso, problematizamos o papel do conhecimento histórico em tempos de ataques às democracias, valorizando o nosso fazer como professores e pesquisadores no espaço da Universidade.

O Seminário Interno do PPGHS, evento imprescindível para o Programa, é uma aposta política e acadêmica no qual se dedica muito investimento por parte do seu corpo docente e discente. Nesse ano, sua realização enfrentou alguns desafios, dentre eles a insuficiência dos recursos financeiros para custeamento das despesas da UERJ, o que ocasionou a instituição do AEDA 38, por parte do grupo gestor da Universidade, desembocando numa crise institucional, além do movimento de ocupação.

Ainda assim, o XII Seminário Interno pode ser realizado com engajamento de muitas pessoas acreditaram que deveríamos continuar insistindo no diálogo entre todos os segmentos da comunidade uerjiana, permitindo mais uma vez, as trocas

interinstitucionais que demonstraram a consolidação do PPGHS e sua efetiva interação com a vida acadêmica da FFP.

Comissão Organizadora
PPGHS 2024

ANAIS

Os textos apresentados nestes anais são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não refletindo necessariamente a opinião da organização.

A indústria madeireira e a urbanização do Extremo Sul da Bahia nos anos 1950

Ailton de Oliveira Junior
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Christiane Vieira Laidler
Bolsista CAPES

Introdução

Em meados do século XX, o Extremo Sul da Bahia como um todo, ou a parte mais meridional do Sul da Bahia, como era denominada a região à época, se encontrava à margem das principais atividades econômicas do estado e do país. Sua estrutura era predominantemente rural, possuindo uma pequena rede urbana, característica herdada ainda do período da colonização portuguesa. A região dividia-se em 7 municípios de grande extensão territorial, que estendiam-se do litoral até o limite com Minas Gerais, sendo eles Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas e Mucuri. Devido a sua precária rede de transporte e comunicação, mantinha-se reduzido contato com outras regiões do país e do próprio estado da Bahia. Estes poucos contatos, juntamente com as trocas comerciais, basicamente limitavam-se a via marítima possibilitada por seus portos, ou pela Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM), que interligava o município de Caravelas, mais precisamente seu distrito de Ponta de Areia, à Araçuaí, no nordeste de Minas Gerais.

O quadro territorial do Extremo Sul baiano, característico por sua grande cobertura de vegetação nativa e parcamente povoado - ao menos nos termos reconhecidos pelo governo, visto a grande presença de povos indígenas no interior de suas matas - passa a sofrer uma sistemática alteração em meados do século XX. A região possuía uma grande área de florestas ainda inexploradas, com vegetação de séculos de existência, já que sua origem remete a tempos muito anteriores ao início da colonização portuguesa. Isso nos permite imaginar uma rica área de Mata Atlântica, desenvolvida sem abrupta exploração humana permitindo assim o crescimento de árvores de grande porte. Essas características naturais aliadas ao programa de industrialização e integração nacional do Estado brasileiro contribuíram para que a região se tornasse um espaço favorável à atuação da indústria madeireira. A partir do início dos anos 1950 o processo de ocupação e exploração do interior do Extremo Sul toma maiores proporções modificando

drasticamente o meio natural e, com ele, os modos de relação social e de produção vigentes até então[1].

O interior do Extremo Sul, que até então se encontrava com grande área de mata nativa preservada e sem a presença de extensivas atividades exploradoras, passou no decorrer da década de 1950 a experimentar a entrada de atividades econômicas, cumprindo a tarefa de ocupação e dominação dos chamados "sertões bravos" incentivados pelo Estado brasileiro, expulsando as populações que ali viviam e transformando o território em centros de atração de mão de obra. Esse processo de ocupação e povoamento como previa a estratégia político-econômica mostrou-se frutífero para a urbanização do interior do Extremo Sul durante os anos 1950, que não sofreu apenas com o aumento de sua população, mas com a construção de novos centros e lugares.

O processo de reconfiguração regional e da urbanização do Extremo Sul da Bahia nos anos de 1950, antes de ser analisado em sua dinâmica regional, deve ser compreendido a partir da dinâmica de funcionamento e desenvolvimento do fato urbano, o que, segundo Manuel Castells[2], é resultado de uma divisão social do trabalho, à medida que determinada sociedade atinge certo grau de complexidade produtiva e sua consequente organização em classes sociais. O fato urbano pressupõe a existência de relações diferenciadas entre seus indivíduos, havendo parte da sociedade que se dedique à produção e outra que dela se aproprie. Sobre isso, é dito pelo sociólogo Paul Singer, que "A constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção"[3].

Com a ascensão da burguesia como força impulsionadora do desenvolvimento urbano, e sendo a divisão de classes condição prévia necessária ao surgimento da cidade, esta passou a ser o lugar central do desenvolvimento capitalista. Para Lefebvre[4], a cidade, enquanto espaço urbano produzido socialmente, se configura a partir de um elemento fundamental: a industrialização. Para o filósofo urbano, este tem sido o "motor das transformações" desde que o capitalismo industrial se estabeleceu enquanto característica essencial da economia burguesa. Industrialização e urbanização são fatores

---

[1] CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 78.
[2] CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 41-43.
[3] SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 12.
[4] LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5ª. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

indissociáveis, de maneira que o segundo, o induzido, não pode ser compreendido em sua complexidade se não pela compreensão de seu elemento indutor, ou seja, a atividade industrial. Em suas palavras "sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade"[5].

Nesse sentido, este trabalho aborda as transformações econômicas do Extremo Sul baiano em decorrência da introdução da indústria madeireira nos anos 1950, no interior da política de desenvolvimento industrial do governo federal, e suas implicações para a urbanização da região. O espaço focal da pesquisa aqui apresentada se delimita aos municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas e Mucuri dentro do período abordado, o qual me permito aqui chamar de *baixo Extremo Sul*. Essa designação se dá devido ao maior isolamento desses municípios em relação às demais regiões da Bahia ou mesmo do Sul do estado, mais precisamente a zona cacaueira, e de sua relação direta com os estados vizinhos, Minas Gerais e Espírito Santo, com quem fazem fronteira e mantêm intenso vínculo comercial e econômico. A área que abrange esses municípios está atualmente dentro da zona de influência da cidade de Teixeira de Freitas, que se emancipou de Alcobaça e Caravelas em 1985 e que se originou enquanto povoado no interior do território alcobacense nos anos 1950 em decorrência da introdução da indústria madeireira nas matas da região.

O texto que se segue conta, para além da bibliografia utilizada, com investigação do documento *BR-101 Trecho Sul: justificativa econômica*[6], produzido pela secretaria de Transportes e Comunicação do estado da Bahia em 1968 e que reúne informações acerca da economia, discriminando os diversos setores produtivos, caracterização geográfica, evolução demográfica. A pesquisa ainda utiliza a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicada em 1958. O documento faz uma descrição geral dos municípios brasileiros, apresentando seus aspectos históricos, sociais, políticos e econômicos. Propõe-se, portanto, analisar as transformações urbanas do Extremo Sul a partir de seus aspectos gerais de ordem econômica, entendendo-os enquanto pertencentes ao contexto de integração industrial do território brasileiro.

---

[5] LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5ª. ed. São Paulo: Centauro, 2008. p. 11.
[6] BAHIA. *Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes*. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica. Salvador, 1968.

A construção da microrregião Extremo Sul

O Sul da Bahia, apesar de ser a primeira região ocupada pela empresa colonial portuguesa no século XVI, pouco foi urbanizada desde então. A partir do extrativismo, principalmente de pau-brasil, diversos pequenos núcleos de povoamento foram se constituindo pelo litoral à serviço da colonização. Em seguida, no decorrer dos séculos seguintes, várias culturas instalaram-se na região, sendo sucedidas, dentre outros produtos, por cana-de-açúcar, algodão e café, até chegar por volta do final do século XIX a se destacar pelo plantio do cacau. Começando o seu cultivo próximo ao litoral, em Canavieiras, conhecida pela cultura da cana-de-açúcar, a cultura cacaueira encontra em Ilhéus sua capital, o lugar central de onde se expandirá pelas terras férteis do interior[7].

Apesar de se inserir no território Sul do estado em fins do século XIX, é somente no início do XX que o cacau assume importância econômica. Com a maior parte de sua produção concentrando-se nas cidades de Ilhéus e Itabuna, o cacau define economicamente todo o território de influência desses centros, passando a constituir uma sub-região dentro da grande região sul da Bahia[8]. O Sul da Bahia, por meio de sua região cacaueira, passa a ser parte integrante da economia baiana e do Brasil, chegando a ser responsável por 20% das rendas públicas do país com a produção do cacau[9].

Considerando que o cultivo do cacau não se daria de maneira intensiva no Extremo Sul da Bahia, embora fosse presente em cidades como Alcobaça e Porto Seguro[10], esta região passa a se distanciar cada vez mais do planejamento econômico dos órgãos governamentais criados para recuperação econômica da cacauicultura, que passa a enfrentar sérias crises a partir dos anos 1930. A pequena participação dessa região na economia exportadora do cacau não foi suficiente para uma especialização produtiva ou formação de uma burguesia ou de "coroneis" do cacau, tal qual ocorreu no eixo Ilhéus-Itabuna. Com o governo do estado se mostrando mais ausente, abriu-se espaço para que

---

[7] ROCHA, L. B. *A região cacaueira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação*. Ilhéus: Editus, 2008.

[8] NEVES, M. C. M. *Estado de Santa Cruz: O separatismo no mosaico baiano (1930-1980)*. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

[9] CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 78.

[10] PONTES, K. V. *O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacaueira no Sul da Bahia (1920-1947)*. 2018. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018. p. 312.

os estados vizinhos, Espírito Santo e Minas Gerais, se aproximassem a partir da entrada de empresas, integrando o Extremo Sul baiano em sua rede de influência econômica[11].

Mesmo com a crise na lavoura cacaueira, essa permaneceu enquanto produto de grande importância para a economia baiana, como mostram as políticas de incentivo visando a recuperação dos produtores, como a criação do Instituto do Cacau da Bahia (ICB) em 1931 pelo governo estadual. Tais políticas se limitaram aos principais polos de plantio, dentro da zona de influência Ilhéus-Itabuna, deixando o restante da região Sul fora de tal planejamento[12].

Com a especialização econômica ocorrida no território de influência do eixo Ilhéus-Itabuna, definindo características produtivas próprias, houve sua caracterização enquanto sub-região dentro da grande região, ou mesorregião, Sul. O Sul da Bahia então passa a constituir-se em três sub-regiões, posteriormente chamadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de microrregiões, sendo estas a região Sul, ou região cacaueira, o Baixo-Sul, região mais ao norte, sob influência do município de Valença, e o Extremo Sul, território abaixo da zona de produção cacaueira, tendo inicialmente Porto Seguro enquanto centro dinâmico[13].

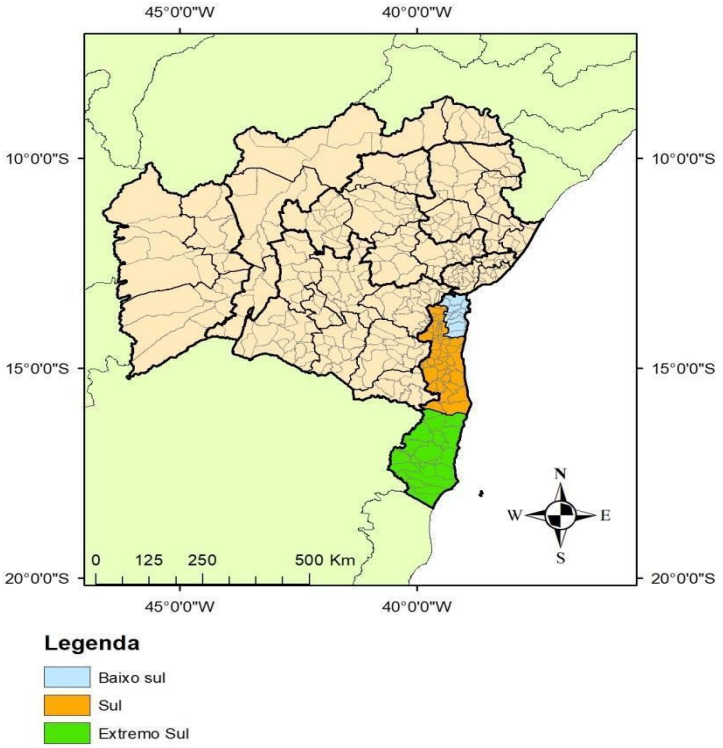
---

[11] CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

[12] Ibid.

[13] CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

Mesorregião Sul da Bahia e suas Microrregiões



Fonte: OLIVEIRA JUNIOR. A. de. *Industrialização, povoamento e extrativismo: da constituição do Extremo Sul Baiano à formação do "Comercinho dos Pretos" na década de 1950*. 2019. Dissertação (Mestrado em História), Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Departamento de Ciências Humanas/Campus V, Santo Antônio de Jesus-BA, 2019.

O Extremo Sul baiano, enquanto a região cacaueira era alvo de atenção dos entes governamentais para crescimento econômico, se encontrava relativamente isolado, sem qualquer relevância econômica ao ponto de se notar alguma presença efetiva do Estado. Em seu território, pouco modificado desde a colonização, predominava a Mata Atlântica, reservando poucos espaços em sua faixa litorânea para seus pequenos núcleos urbanos.

Essa realidade pode ser verificada em todo o Extremo Sul até a primeira metade do século XX, no entanto, um isolamento ainda mais grave se notava na parte mais extrema dessa região. Se o território mais setentrional, próximo a Porto Seguro, ainda mantinha alguma relação com a zona do cacau, com quem fazia fronteira, a parte Sul se mostrava distante quanto aos demais centros urbanos e econômicos da Bahia. Suas principais cidades, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri, todas estas litorâneas e fundadas durante a colonização, só conheciam contato com a capital mediante navegação. As parcas estradas limitavam-se ao acesso entre elas.

Minas Gerais encontra nessa região o acesso mais viável para o mar, de onde poderiam embarcar seus produtos. Já em 1881, houve a construção da Estrada de Ferro

Bahia-Minas (EFBM), se estendendo originalmente da cidade mineira de Teófilo Otoni à Ponta de Areia, na cidade de Caravelas. A EFBM, estendida em 1942 até Araçuaí, foi por muito tempo uma importante rota de transporte, sendo símbolo do projeto de união desta região da Bahia à economia do nordeste de Minas Gerais. Ao longo de seu percurso na Bahia, mais precisamente próximo as estações da ferrovia, diversos núcleos urbanos se formaram[14].

Empresários capixabas percebem no isolamento territorial da parte mais ao Sul da Bahia uma oportunidade para estender suas atividades. A indústria madeireira que já atuava no Espírito Santo vai aos poucos entrando no território baiano, e também pelo leste no estado de Minas Gerais, intensificando o processo de derrubada da Mata Atlântica.

Com a inserção do extrativismo nessa região baiana, esta passa a se configurar a partir das necessidades e interesses desta atividade econômica. A indústria madeireira passa então a incluir o Extremo Sul da Bahia no mercado mundial. Isso pode ser verificado a partir do exemplo da BRALANDA, empresa de maior destaque no período. Com sua sede instalada no Rio de Janeiro, a madeireira possuía uma estrutura de produção, destacando-se como a maior fábrica de compensado da América Latina, tendo a Europa enquanto principal mercado. Nesse sentido, Cerqueira Neto afirma que "No período dessas grandes madeireiras pode-se dizer que o Extremo Sul já estava inserido na economia mundial como fornecedor de matéria-prima"[15].

Mesmo com a região Extremo Sul ocupando um lugar dentro de uma integração econômica nacional com o extrativismo madeireiro, assumindo assim um papel dentro desta divisão territorial do trabalho, este passa a compor uma zona de influência que encontrará nos Estados do Sudeste seu centro dinâmico. Minas Gerais ocupará um papel ainda mais importante para as povoações do Extremo Sul, visto que a ferrovia Bahia-Minas fazia de suas cidades mais próximas núcleos de prestação de serviço e consumo. Embora seja o distanciamento da produção cacaueira responsável pela diferenciação regional e criação do Extremo Sul baiano, é a introdução da indústria madeireira que irá transformar sua configuração econômica e geográfica.

---

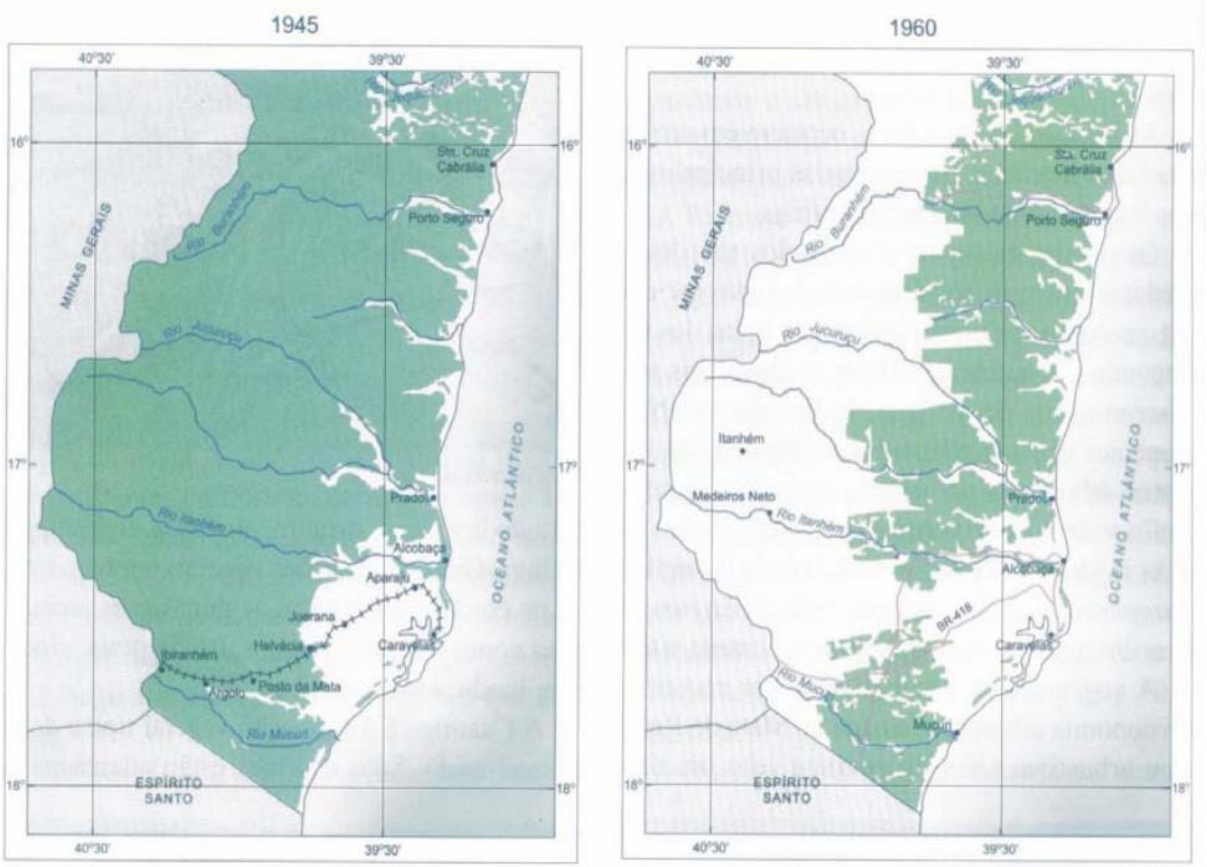
[14] CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

[15] CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 88.

Atividade madeireira e urbanização

O quadro territorial do Extremo Sul baiano, característico por sua grande cobertura de vegetação nativa e parcamente povoado - ao menos nos termos reconhecidos pelo governo, haja vista a grande presença de povos indígenas no interior de suas matas - passa a sofrer uma sistemática alteração em meados do século XX, conforme se vê a seguir. As imagens quando comparadas possibilitam visualizar o tamanho do impacto sofrido na região em um curto intervalo de 15 anos. A região possuía uma grande área de florestas ainda inexploradas, com vegetação de séculos, ou até mesmo milênios, de existência, já que sua origem remete a tempos muito anteriores ao início da colonização portuguesa. Isso nos permite imaginar uma rica e exuberante flora, desenvolvida sem abrupta interferência humana permitindo assim o crescimento de árvores de grande porte em dimensões muito acima da média atual. Essas características naturais aliadas ao programa de ocupação e integração nacional contribuíram para que a região se tornasse um espaço favorável à atuação da indústria madeireira.

Mapa da Cobertura da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia em 1945 e 1960



Fonte: AMORIM, R. R; OLIVEIRA, R. C. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 8, n. 22, p. 18-37, set., 2007. p. 28.

Com base nos dados apresentados no documento BR-101 Trecho Sul, verifica-se que a cobertura de mata nativa no Extremo Sul foi sendo diminuída em ritmo mais acelerado que a média geral do Estado. Entre 1950 e 1960 essa redução foi de 24,6% para o Extremo Sul, enquanto que para o estado da Bahia esse número foi de 7,3%[16]. Esse impacto se justifica pelo fato de que no Extremo Sul a cobertura de mata nativa foi relativamente preservada até a metade do século, sendo, por isso, um dos focos de intervenção extrativista. Durante a década de 1950, quando houve uma sistemática exploração da mata nativa, houve também um crescimento da atividade industrial madeireira, conforme se vê a seguir. Os números em questão são referentes ao total do Estado, não havendo discriminação por região. Contudo, devido a alta taxa de diminuição da área de floresta do Extremo Sul em relação aos números do Estado, percebemos que esses processos em paralelo não são desconexos.

Estado da Bahia - Número de estabelecimentos industriais

Ano	Total	Madeiras	Mobiliário
1950	4.270	96	49
1960	5.950	208	512

Fonte: BAHIA. *Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica*. Salvador, 1968. p. 128.

O relatório BR-101: Trecho Sul ao discutir sobre a atividade madeireira[17] ainda apresenta alguns comparativos importantes. Os números apontam para um crescimento do setor madeireiro maior que o crescimento geral da indústria no estado. Enquanto o número de estabelecimentos industriais da Bahia cresceu 39,3% no período 1950-60, o de *Madeiras* e *Mobiliário* obteve o vultoso crescimento de 116,7% e 944,8% respectivamente[18]. A enorme diferença entre os índices demonstra a relevância que a atividade adquiriu dentro da expansão industrial no período.

Comparando mais uma vez ao quadro geral da indústria baiana os números se mostram da mesma forma, distantes. Todo o setor industrial da Bahia entre 1950 e 1960 chegou a marca de 8,8% de crescimento no número de operários. Já o de *Madeiras* e

[16] BAHIA. *Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica*. Salvador, 1968. p. 127.
[17] Entende-se por atividade madeireira todo setor industrial que tem a madeira enquanto principal produto ou matéria-prima.
[18] Ibid. p. 128-9.

Mobiliários obtiveram 84,4 e 282,4% respectivamente[19]. O Extremo Sul da Bahia, devido a sua grande reserva nativa, certamente desempenhou importante papel econômico nesse sentido, concentrando grande parte destes estabelecimentos e trabalhadores em seu território.

No Extremo Sul, segundo as informações do relatório já citado, a indústria madeireira consistia basicamente de três grandes fábricas na década de 1960. A Bralanda (Brasil Holanda de Madeiras S/A), é proprietária de duas dessas fábricas, situadas em Nanuque, cidade do nordeste mineiro próxima à Bahia, e Medeiros Neto, no Extremo Sul baiano[20]. A localização das fábricas indica que a empresa empreendia uma extração de madeira penetrando o território baiano a partir de Minas Gerais, mais especificamente a região próxima à Nanuque, onde localizava-se sua principal e maior produtora de compensados e cerrados. Cerqueira Neto aponta que a Bralanda se destacou dentre as demais empresas do ramo sendo a maior fábrica de compensados da América Latina[21], com entrada no mercado internacional, além dos principais centros do país, como Guanabara, São Paulo, Paraná, Recife, Natal, Maceió e Salvador. Apesar de sua entrada à partir de Minas Gerais, a empresa alcançava Porto Seguro, Itamaraju e Prado, apontados enquanto principais áreas de extração de madeira[22].

A abrangência sobre o território de Alcobaça ficava à cargo da madeireira do empresário capixaba Eleosippo Cunha, que operava também em Prado. Embora o documento *BR 101* se refira à empresa *Elecunha*, o site *Empresas do Brasil*[23], página com registro cadastral de empresas brasileiras, informa ser esta aberta em 1966. Dessa forma a Elecunha se encontra fora do período analisado. No entanto, ao que uma breve análise das fontes indica, essa *nova* empresa é resultado de uma mudança de razão social da antiga Eleosippo Cunha & Companhia Limitada, passando a se configurar como *Sociedade Anônima*. O nome da nova empresa faz clara alusão ao madeireiro proprietário[24], o que levanta a possibilidade de suas atividades e operações

---

[19] Ibid. p. 129.
[20] BAHIA. *Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica*. Salvador, 1968. p. 131.
[21] CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia*. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. p. 88.
[22] BAHIA. op.cit. p. 131.
[23] EMPRESAS DO BRASIL. (On-line). Elecunha S A Indústria e Comércio. Disponível em: <https://empresasdobrasil.com/empresa/elecunha-s-a-industria-e-comercio-5111412000176>. Acesso em: 30 Set. 2018.
[24] BAHIA. op.cit. p. 131.

corresponderem ao território de atuação de Eleosippo Cunha em tempos anteriores à sua criação.

Conforme descrito em Decreto Federal a Eleosippo Cunha & Cia LTDA possuía sede em São Mateus, no Espírito Santo, em 1946[25], o que provavelmente deve ter permanecido durante toda a década de 1950 e parte da seguinte, até o momento de criação da Elecunha, sediada em Nova Viçosa[26]. O decreto em questão trata-se de uma autorização para funcionamento enquanto empresa de navegação de cabotagem, o que possibilitou novas formas de acesso, comunicação e transporte possivelmente adotadas pela empresa a partir do final da década de 1940. Vale acrescentar que ambas as cidades sedes, São Mateus e Nova Viçosa, são localizadas no litoral, posição geográfica economicamente viável para uso de vias costeiras.

Também vale considerar que a transformação da empresa ocorrida em meados dos anos 1960 de certa forma atesta acerca do próspero desenvolvimento que a indústria madeireira gozou no Extremo Sul baiano. A instalação da fábrica em Nova Viçosa, além de uma possível expansão no número de unidades da empresa, sinaliza uma aproximação da administração do centro de extração e transporte de matéria prima.

A produção da Elecunha na década de 1960 em sua grande maioria era destinada aos centros do Sudeste e Sul, como Guanabara, São Paulo e Paraná. Segundo o relatório BR 101 as praças de mercado ao norte (Salvador, Feira de Santana, Recife e Aracaju) representavam apenas 10% do total transportado pela empresa[27]. No geral, a produção de ambas as madeireiras atendia em grande medida os principais centros industriais do país, sobretudo os do Sudeste e Sul. Em todas as fábricas citadas a quantidade de mercadoria destinada aos demais centros do Norte e Nordeste do país jamais ultrapassou o limite de 20%[28]. O fato de ter nos principais centros de desenvolvimento industrial do país uma grande demanda por seu produto, mesmo que com base em dados dos anos 1960, fortalece ainda mais o vínculo da atividade madeireira no Extremo Sul com o processo maior de

---

[25] BRASIL. Decreto. nº 21.227, de 31 de Maio de 1946. Concede à sociedade Eleosippo Cunha & Companhia Limitada, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei nº 2.784 de 20 de Novembro de 1940. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, RJ, 31 mai. 1946. Seção 1 - 8/6/1946, Página 8565.

[26] EMPRESAS DO BRASIL. (On-line). *Elecunha S A Indústria e Comércio*. Disponível em: <https://empresasdobrasil.com/empresa/elecunha-s-a-industria-e-comercio-5111412000176>. Acesso em: 30 Set. 2018.

[27] BAHIA. *Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica*. Salvador, 1968. p. 131.

[28] BAHIA. *Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica*. Salvador, 1968. p. 139.

industrialização no plano nacional, além de ressaltar a importância do produto na economia regional.

A derrubada da Mata Atlântica atendia aos interesses da atividade extrativista (consistindo basicamente no corte, beneficiamento e transporte das madeiras de lei) e do projeto de integração territorial, abrindo espaço para a expansão de outras atividades econômicas, como a pecuária, agricultura, além de possibilitar a construção de novos lugares. A região já experimentava a criação de animais e o cultivo de alimentos, sendo até mesmo produtora de gêneros de exportação como o cacau e o café. No entanto, apesar de serem essas atividades e formas de produção conhecidas no Extremo Sul, não se davam ainda sob relações plenas de trabalho capitalistas, as quais são proporcionadas a partir da introdução da indústria moderna[29]. O processo de transformação no modo de produção agrícola ocorrido nas lavouras cafeeiras do Sudeste e na cacaueira do Sul baiano não foi inserido no Extremo Sul até meados do século XX. Ainda que alguns destes gêneros agrícolas tenham representado números significativos para a economia local, não foram responsáveis pela modificação de estruturas produtivas e de trabalho. Este fenômeno no Extremo Sul ocorreu a partir da entrada da indústria madeireira por volta da década de 1950.

Migração e crescimento demográfico no Extremo Sul do estado

Entende-se que a inclusão de novas atividades atende a um processo muito mais amplo, inserido em uma política nacional de industrialização e que, portanto, não pode ser entendida enquanto fenômeno restrito à exploração do território ou a uma diversificação produtiva. A modificação experimentada implica em alterações mais profundas nas formas de produção e de trabalho. As aberturas em meio à Mata Atlântica e o início de várias atividades empresariais levantaram também oportunidades de empregabilidade, o que se configura enquanto principal fator de atração[30]. No período compreendido entre os anos 1950 e 1960, a região obteve um aumento substancial em seu número de empregados, saltando de 33.025 para 91.437[31].

Conforme se verificava tanto no cenário estadual quanto federal, a população do Extremo Sul baiano também obteve aumento significativo na metade do século XX,

---

[29] MARX, K. *O capital: crítica da economia política*: Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
[30] SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 40.
[31] BAHIA. *Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. BR-101 Trecho Sul: Justificativa econômica*. Salvador, 1968. p. 57.

atingindo a marca de 130.038[32], um crescimento de 55% se comparado à década anterior. Esses números se tornaram ainda maiores em 1960, com um crescimento de 106% da população em 1950. Cabe ressaltar que o crescimento demográfico não pode ser reduzido a processos migratórios, visto que esse período experimentou mudanças quanto a queda na mortalidade infantil e aumento na expectativa de vida, fatores que implicaram no tamanho populacional brasileiro e podem ter impactado as taxas demográficas da região[33].

Embora houvesse no período um crescimento urbano e de população urbana no Brasil e na Bahia, o Extremo Sul em 1950, segundo os números do IBGE, parecia seguir uma tendência inversa. Mesmo com o crescimento demográfico verificado, o número residente na zona rural aumentou enquanto houve diminuição nos centros urbanos.

A queda demográfica urbana entre a década de 1940 e 50 aponta para um processo migratório partindo do litoral, onde se concentravam as cidades, para o interior, predominantemente rural, que passa de 60 mil habitantes para 116 mil no mesmo período. Esse fenômeno encontra-se nas mudanças econômicas que a região vinha sofrendo durante o século XX.

O processo de povoamento do interior dos municípios do Extremo Sul, apesar de mostrar seus resultados urbanos na década de 1950, indica a existência de concentração de populações, o que chamamos de formação de núcleos de povoamento, já na década anterior. Sua formação não implica imediato reconhecimento pelos órgãos públicos enquanto núcleo urbano, o que resulta na inclusão de sua população nos registros demográficos da zona rural. Somente a partir de seus respectivos crescimentos populacional e econômico é que passam a configurar enquanto distritos nos anos 1950. Logo, entendemos que a redução da população urbana em 1950 não se configura como uma tendência à ruralização da região Extremo Sul. Ao contrário, o aumento demográfico na zona rural acompanhou as mudanças econômicas ocorridas no interior da região a partir da intensa extração da madeira, provocando, como se verifica no significativo aumento de população urbana em 1960, em uma acelerada urbanização.

Considerações Finais

[32] Ibid. p. 50.
[33] SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

Assim como a industrialização demonstrava seus efeitos nos principais centros urbanos do país, o Extremo Sul da Bahia experimentou mudanças substanciais em meio a esse processo. Sua discriminação econômica regional advinda de seu potencial madeireiro provocou impactos em seu território e paisagem natural, dando início a um drástico processo de instalação e expansão de demais atividades produtivas e um significativo aumento demográfico. A distribuição deste crescente contingente humano seguiu os interesses da atividade madeireira, a qual, dada suas características, impelia a fixação de mão de obra em determinados pontos do interior do território, criando e intensificando o povoamento de diversos lugares.

Enquanto o extrativismo madeireiro atraía cada mais trabalhadores, crescendo os índices demográficos, a Mata Atlântica do Extremo Sul foi derrubada em uma velocidade nunca antes experimentada, o que possibilitou a implementação de outras atividades econômicas, tornando a região produtiva segundo os interesses do projeto do governo federal. O predomínio da vegetação nativa, vista até então como sinal de atraso e isolamento, foi progressivamente dando lugar a estradas de rodagem e os novos centros urbanos ainda em seu estágio de formação, indicativos de um modelo de progresso afirmado pela política dominante.

Todas essas transformações contribuíram para a integração e desenvolvimento econômico do Extremo Sul da Bahia ao planejamento político e econômico nacional e foram essenciais para a mudança do eixo dinâmico da economia regional nas décadas seguintes, que antes localizava-se no litoral, mais precisamente em Caravelas, e passou a se constituir no interior, consolidando-se depois em Teixeira de Freitas nas décadas seguintes.

Referências:

AMORIM, R. R; OLIVEIRA, R. C. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 8, n. 22, p. 18-37, set., 2007.

CASTELLS, M. *A questão urbana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização:* contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

FRAGOSO, J. L. Império escravista e a República dos Plantadores: Economia brasileira no século XIX: Mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). *História geral do Brasil.* 9ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade.* 5ª. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NEVES, M. C. M. *Estado de Santa Cruz:* O separatismo no mosaico baiano (1930-1980). Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

OLIVEIRA JUNIOR, A. *Industrialização, povoamento e extrativismo:* da constituição do Extremo Sul baiano à formação do "Comercinho dos Pretos" na década de 1950. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) - Departamento de Ciências Humanas Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2019.

PONTES, K. V. *O binômio porto-ferrovia:* o escoamento da produção cacaueira no Sul da Bahia (1920-1947). 2018. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

ROCHA, L. B. *A região cacaueira da Bahia - dos coroneis à vassoura-de-bruxa:* saga, percepção, representação. Ilhéus: Editus, 2008.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira.* São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SINGER, P. *Economia política da urbanização.* 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

Fontes:

BAHIA. Secretaria de Transportes e Comunicações. Coordenação de Transportes. *BR-101 Trecho Sul:* Justificativa econômica. Salvador, 1968.

BRASIL. *Decreto. nº 21.227, de 31 de Maio de 1946.* Concede à sociedade Eleosippo Cunha & Companhia Limitada, autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei nº 2.784 de 20 de Novembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, RJ, 31 mai. 1946. Seção 1 - 8/6/1946, Página 8565.

EMPRESAS DO BRASIL. (On-line). Elecunha S A Indústria e Comércio. Disponível em: <https://empresasdobrasil.com/empresa/elecunha-s-a-industria-e-comercio-5111412000176>. Acesso em: 30 Set. 2018.

IBGE. *Censo Agrícola de 1960:* Bahia. Série Regional. Vol. II. Tomo VIII. 1ª Parte. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=744>. Acesso em 08 de Setembro de 2019.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros:* XX volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros:* XXI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958.

Resistência e Memória no Carnaval Carioca: A Influência da Negritude e o Papel Contínuo das Escolas de Samba na Preservação da Cultura Afro-Brasileira

Alberto Fraga Pereira
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Mauro Amoroso

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir da ideia central da tese. O carnaval é uma das mais emblemáticas expressões culturais do Brasil, seja nos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, assim como em outros lugares ele reflete intensamente a influência da diáspora africana. Baseado no conceito de "marca da negritude" de Stuart Hall, este artigo explora como o carnaval carioca é moldado pela herança africana, especialmente através do samba e das tradições filosóficas perpetuadas pelas escolas de samba, assim como propõe refletir a partir de autores como Kabengele Munanga, a formação de identidades negras no Brasil por meio da cultura.

As escolas de samba, desde sua formação no início do século XX, têm desempenhado um papel crucial como mecanismo de preservação e ensino da cultura afro-brasileira, em um contexto social que frequentemente despreza essas contribuições. A palavra "escola" assume aqui seu sentido literal, a partir de Beatriz Nascimento (2021), o artigo reflete a escola de samba como espaço de aprendizagem e resistência cultural.

Além de analisar o papel histórico das escolas de samba, o artigo também repensa seu papel na sociedade contemporânea. Através do debate sobre a memória, em múltiplas temporalidades, examina-se como o carnaval carioca e suas tradições resistiram à demonização de elementos de ascendência africana e como eles ainda são instituições influentes para este fim. Para além do próprio desfile

O carnaval carioca, mais especificamente os desfiles das escolas de samba realizados na Marquês de Sapucaí, é uma das mais famosas festividades globais, chamando a atenção de foliões de todo o mundo e movimentando a economia da cidade anualmente. Entretanto, a importância do carnaval carioca vai muito além disso.

O projeto repensa as tradições, práticas sociais e produção de narrativas das escolas de samba, sobretudo para a comunidade que ela abraça, com características de uma lógica pedagógica. Desde a sua fundação, as escolas de samba ostentam o título de "escola" com um propósito claro: ensinar e preservar valores intrinsecamente relacionados à herança

cultural africana no Brasil. Portanto, a designação "escola" não é puro acaso visto que cumpre o papel subjetivo para um grupo marginalizado do processo de escolaridade, assim a intenção é de transmitir e manter viva uma cultura própria (PRUDENTE; COSTA, 2020).

Nessa perspectiva, as escolas de samba atuam como espaços de aprendizado informal. Essa abordagem de aprendizado tangível e participativo, permeada de símbolos, rituais e tradições, está relacionada de forma notável ao processo de ensino de História no âmbito formal, não só pelos temas históricos apresentados, senão pelo sentido pedagógico. A produção artística do carnaval das escolas de samba se dá na qualidade de veículo de comunicação no processo de aprendizagem, sendo em muitos momentos da sua história, uma espécie de “livro didático” da negritude. Tais escolas hoje têm um papel crucial no Brasil quanto à conscientização de lutas políticas e representam a valorização da cultura brasileira, da qual elas mesmas são fruto.

A lógica dos desfiles estabelecida que era praticada pelos cortejos de ranchos do final do século XIX, tem elementos semelhantes ou parecidos, como o abre alas, a comissão de frente, alegorias, mestre sala, porta estandarte, canto, coro feminino, figurantes, corpo coral masculino e orquestra (MUSSA; SIMAS, 2023). É perceptível que alguns elementos no carnaval carioca não estão mais presentes ou não são obrigatórios pelo regulamento LIESA. Apesar de obviamente o samba não estar diretamente ligado a essa festividade. No entanto, apesar deste tipo de influência, assim como do entrudo português, o carnaval no Rio de Janeiro é marcado especialmente pela africanidade carioca (PRUDENTE; COSTA, 2020), sendo o próprio samba produto desta herança.

A criação das escolas de samba ocorre em um momento dentro do qual parcela da população ligada à elite social usava dos bailes dos salões enquanto expressão cultural carnavalesca, para se isolar das camadas populares. Em contrapartida, a rua era ocupada pela população, ainda que, este espaço sofresse com constantes repressões, em especial as manifestações culturais que dali surgiam. Assim, a escola de samba se forma como produto de criação das redes de sociabilidades da negritude (PRUDENTE; COSTA, 2020).

É necessário compreender o processo de ascensão do samba de um elemento cultural marginalizado até a sua transformação em um gênero de música popular, até se transformar em um símbolo de brasilidade. A sua marginalidade inicial, no início do século XX, estava baseada na sua origem afro-brasileira, com diversos componentes que denotam uma herança cultural africana (DE QUEIROZ; DE FREITAS, 2021).

A lei de vadiagem aparece desde meados do século XIX, mas é mais penalizada pelo poder público a partir de 1890, com o Código Penal. Os sambistas podiam ser inseridos nas leis de vadiagem, ou a população negra como um todo sofrendo com uma política de vigilância exacerbada, criando a tipificação de um sujeito delinquente, pois não se prende por um ato específico e sim pela possibilidade deste ser cometido. O sambista se torna vadio pela possível associação com a capoeira ou pela suposta ausência de emprego, portanto ligado com a contravenção (VALENÇA, 2014).

A população negra enquadrada como vadia tem a sua existência social qualificada como perigosa (VALENÇA, 2014). Manifestações populares, com instrumentos que poderiam ser associados a capoeira ou candomblé, principalmente os tambores, também eram motivo de enquadro pela lei, qualificando estes como "vadios" (DE ARAÚJO TEIXEIRA, 2018). Em meio a este cenário, o samba carioca, como um ritmo característico do negro, que é visto como figura perigosa, é rotulado negativamente, e consequentemente sua força cultural busca ser neutralizada pelo poder coercitivo do Estado.

À medida que o samba emergiu enquanto uma representação da identidade nacional, especialmente a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas usando o samba como meio de propaganda do Brasil, houve várias tentativas de apagamento das suas raízes negras. A Liga Independente das escolas de samba, hoje é a instituição responsável pela organização dos desfiles das escolas de samba revelando assim a construção da identidade brasileira ao longo do século XX, negando a existência de uma identidade ou cultura ligada à negritude (PARANHOS, 2011).

Ainda que as tradições das escolas de samba mantivessem uma herança da africanidade, é somente na década de 1960 que trazem, em seus enredos, as narrativas que colocam o negro como sujeito histórico ou até mesmo herói nacional. Assim foi chamada pela historiografia de "Revolução Salgueirense", pois ao longo da década supracitada, a escola de samba Acadêmicos do Salgueiro propôs em seus enredos contar histórias sobre a história e culturas ligadas à população negra no Brasil, o que influenciou outras escolas de samba a fazerem o mesmo dali em diante (DOS SANTOS ANTAN, 2020).

Ainda que os enredos tradicionalmente abordassem temas chamados "pátrios", é importante ressaltar que os elementos constitutivos das escolas de samba, como as batidas associadas aos terreiros e a composição majoritariamente negra de suas comunidades, nos levam a refletir sobre o suposto apagamento da negritude nas escolas de samba, outrora

defendido por parte da historiografia sobre o tema. Ou seja, o negro pode não ter sido o tema central dos enredos, mas ele estave presente como corpo político que dança, que toca, que desfila, que existe, que se comunica, etc.

O samba, enquanto gênero musical afro-brasileiro, reflete a realidade do Brasil do pós abolição e é uma das inúmeras maneiras de resistência da população negra neste contexto. Entretanto não se pode esquecer que este cenário é consequência de séculos de escravidão no Brasil. No pós abolição, ainda há resquícios da mentalidade escravista, na qual o corpo negro pertence a outro, o seu papel é de ser "coisa", objeto de servidão. A pessoa escravizada extrai da cultura trazida do continente africano, assim como da memória mantida oralmente, um elemento de significação para sua existência. O toque do tambor e a dança contribuem ao expressar significado além do que lhe foi concedido pelo seu senhor, expressam a manutenção de uma cultura e a perpetuação enquanto pessoa e não coisa, sendo assim uma simbologia forte no entendimento sobre resistência à escravidão (DE QUEIROZ; DE FREITAS, 2021). No contexto carioca, é forte a marca dos povos Bantos trazidos da África para a cidade do Rio de Janeiro (LOPES, 2021).

> "Da mesma forma, no Rio de Janeiro, os ranchos carnavalescos e depois as escolas de samba- frutos híbridos da junção das tradições africanas com as procissões católicas do Brasil colonial-, por suas apresentações em cortejo, por seu primitivo sentido de "embaixadas", pelas figuras do baliza ou mestre-sala e da porta-estandarte ou porta bandeira, remetem-nos também, hoje mais remotamente, aos séquitos dos reis bantos na África" (LOPES, 2021, p.181)

O tambor enquanto expressão negra é perseguido, e consequentemente o recém-formado samba também. Tendo em vista a necessidade de fugir e esconder-se das autoridades locais, o samba vivia em locais específicos dentro da cidade do Rio de Janeiro, além de contar com a ajuda de diversas figuras que se tornaram marcantes ao longo de sua história, destacando aqui a participação das chamadas "tias". Demonstrando a importância da participação feminina na formação do samba, elas abriram as suas casas para abrigar rodas de samba e manter vivas diversas práticas ancestrais (GOMES, 2010).

A partir destes elementos apresentados, o samba adquire sentido de comunidade, representado na identificação cultural de seus membros e na existência de uma forma de comunicação própria para sobreviver. Além disso, o samba possui uma própria territorialidade, sendo as periferias o espaço de fuga do controle policial (PERUZZO; DE OLIVEIRA VOLPATO, 2016).

Além disso, a historiadora Beatriz Nascimento (2021) explica que os quilombos, outra forma de resistência, não representam apenas um espaço físico, mas também um conceito que expressa um senso de continuidade na preservação das heranças culturais

africanas e afro- brasileiras, assim como na representação contínua da resistência negra. Isso implica que a escola de samba, como instituição, preserva em suas tradições padrões comunitários de organização social que estão enraizados na africanidade. Além disso, mantém viva a tradição de cultuar a ancestralidade e os costumes da oralidade, os quais também são heranças africanas. Beatriz Nascimento também faz uma comparação entre a repressão à cultura negra e aos negros no período pós-abolição e a perseguição às lutas quilombolas. Dessa forma, podemos refletir sobre o samba-enredo, estruturalmente, como um elemento 'quilombola' com base na autora (NASCIMENTO, 2021).

Tendo dito isto, é importante entender como o samba enredo se transforma em importante fonte para repensar a questão da negritude no Brasil, sendo suas letras e desfiles palco de manifestações culturais e políticas que constantemente propõem repensar a História do Brasil. Nos últimos anos, é de destaque que as agremiações baseiam seus enredos em pesquisas acadêmicas, e usando-as em um palco ainda maior, dando assim visibilidade aos trabalhos acadêmicos em História.

Sobre Identidade cultural

O autor Fanon, ao longo de seu texto, estabelece uma conexão entre racismo e cultura. Ele enfatiza que o racismo está intrinsecamente ligado à ideia de negar a existência de uma cultura nos grupos marginalizados ou rotulá-los como culturalmente inferiores. Além disso, Fanon argumenta que a presença do racismo em uma sociedade específica reconfigura os valores culturais dentro desse contexto social (FANON, 2021).

Segundo Woodward (2014), identidades são relacionais, marcadas pela diferença em relação ao outro. A autora destaca que existem as identidades essencialistas que dizem se manter as mesmas ao longo do tempo e fieis às suas origens; ou, como aqui defendo, não essencialistas, por entender que há sim um elemento que conecta à identidade à sua raiz, mas ela está em constante mudança ao longo do tempo e contexto.Ainda analisando como se constitui uma identidade, Stuart Hall (2014) afirma que as identidades são construídas a partir da margem de alguma outra identidade, visto que há sempre um disputa de poder e em um processo de construção constante.

Por outra perspectiva sobre cultura, o autor Chartier (1995), conceitua cultura popular de duas maneiras. De um lado cultura popular independente, pois opera sem influência das forças dominantes, usando seus próprios símbolos. Por outro lado, a cultura popular de dependência é afetada pela cultura “de elite”, que tenta impor a superioridade de alguns elementos culturais, mas também busca adaptar a cultura popular ao contexto histórico, sem necessariamente assimilá-la completamente, mas é na verdade uma

tentativa de se manter viva, adaptando-se, em meio a negação da sua notoriedade para o pensamento social daquele determinado contexto (CHARTIER, 1995).

No caso da cultura afro-brasileira, aqui destacando o samba, pode-se perceber que ele passou por estes dois processos. Inicialmente teve sua legitimidade negada, portanto seus atores sociais agem sobre práticas e representações independentes à cultura dominante. No entanto, à medida que ele se popularizou, se adaptou para manter sua cultura viva e resistir às violências simbólicas, mantendo suas tradições vivas, também sem ser assimilado pela cultura de "elite". Em vez disso, sobrevivendo e resistindo de forma independente.

Ao pensar o carnaval carioca e sua ligação com a negritude, a partir do pensamento de Munanga (1986) que descreve a formação da identidade de um grupo como resultado de fatores históricos, linguísticos e psicológicos. No caso da negritude, historicamente, isso envolve uma continuidade e uma raiz comum compartilhada por meio da conscientização histórica. O fator linguístico não se restringe à língua falada, mas abrange várias formas de expressão e comunicação, como a música. O fator psicológico está relacionado à resistência às estruturas sociais e à promoção da solidariedade comunitária. A construção da identidade negra, dada a diversidade de vivências, é um processo político que visa reexaminar a história negra, promover a conscientização histórica e unir esforços e memórias coletivas para uma população que enfrentou exclusão política, econômica e falta de plena cidadania (Munanga, 1986). Assim, a partir de Munanga, pode-se refletir as práticas sociais das escolas de samba cariocas, que existem muito além da própria existência do desfile no carnaval.

Hall (2006) contribui sobre a conceitualização de identidade, ao destacar que nos países em que a memória da diáspora africana está presente, as identidades culturais e sociais produzidas inerentemente têm segundo ele a marca da "presença africana". Apesar de não haver continuidade histórica da África ao Brasil, no sentido de os escravizados terem implantado todos os seus costumes praticados nas suas regiões de origem em solo brasileiro da mesma maneira, algumas práticas se mantiveram vivas e foram ressignificadas no contexto brasileiro, como por exemplo o próprio toque do tambor presente no samba (HALL, 2006).

Hall enfatiza que a cultura tem uma centralidade na constituição da subjetividade e da própria identidade. A cultura popular expressa assuntos do cotidiano social, que expressam experiências, prazeres, memórias e tradições vistos por a maior parte da população nacional. No caso da cultura de herança negra especificamente, ocupa um

espaço estratégico de resistência na diáspora negra, pois esta foi excluída e marginalizada em prol da cultura dominante. Assim, música, dança e etc, são frequentemente os principais elementos de sua identidade sócio-cultural (HALL, 2003).

Em complemento, o próprio Hall (2003), disserta sobre os elementos culturais de a negritude serem uma recriação do estilo negro a partir de valores próprios, pois este foge à rebeldia do olhar do opressor, portanto o toque do tambor do samba ou a dança são para o autor mecanismo de resistência sociocultural (HALL, 2003).

No Brasil, Neusa Santos Souza (1983), ao falar sobre a cultura afro-brasileira, afirma que sobre esta recaiu alguns estereótipos que aparentemente parecem ou soam positivos, mas, por trás, revelam a imagem irracional ou emocional da população negra, especialmente quando se fala acerca da musicalidade e ritmicidade do negro, como uma priorização da "sensibilidade apurada" do negro para com a música. É importante contextualizar que este texto foi escrito há algum tempo, mas que ainda é um forte relato de uma visão de um país no presente (SANTOS, 1983). Ao mesmos tempo percebe-se um processo de folclorização da cultura de raiz afro-brasileira por parte da ideologia dominante brasileira, pois houve a tentativa de converter símbolos étnicos em símbolos nacionais sem dar visibilidade e respeito a população que os produziu, mas que juntamente com a ideologia da democracia racial, dificultou a tarefa de denúncia deste processo (MUNANGA, 1986).

A memória que se preservou e a memória que se preserva

Por mais que o espetáculo conte cada vez mais com a participação direta do carnavalesco, que nas últimas décadas tem sido destacado como a liderança do evento pela maior parte da imprensa e possui o poder de escolha do enredo, ele não é o verdadeiro protagonista. O protagonismo pertence à comunidade e ao "povo do samba". Em outras palavras, pode-se dizer que a escola de samba é uma representação do pensamento negro no Brasil.

Ao analisar propriamente os enredos carnavalescos desenvolvidos ao longo dos desfiles das escolas de samba cariocas, percebe-se que, mesmo aqueles enredos que hoje são considerados conservadores também refletiam o pensamento social brasileiro em um contexto de ampla aceitação do mito da democracia racial. A desconexão com essas temáticas ocorre em um cenário de avanço do Movimento Negro no Brasil. Atualmente, ao analisarmos os enredos e compreendermos o momento histórico em que nos

encontramos, percebemos que eles também, com algumas poucas exceções, respondem às demandas do presente. As diferentes perspectivas de se trabalhar com o conceito de memória neste artigo têm como objetivo não apenas entender como a escola de samba pode ser interpretada como uma instituição que perpetua um apagamento histórico, mas também compreender como, em cada contexto, a escola de samba e o carnaval carioca se ajustaram e remodelaram para sobreviver e se perpetuar, independentemente de qualquer contexto sociopolítico, sem jamais perder sua essência.

"Lembrar" é uma disputa de narrativas que inevitavelmente irá "esquecer" outras, quando um determinado grupo confronta ou questiona as narrativas hegemônicas, das quais ele não tem identificação, sendo aqui memória também um espaço de identidade, ele acabará na relação outras narrativas da qual eles são marginalizados, produzindo com base nos seus marcos sociais e históricos outras narrativas (CATROGA, 2016). No caso do samba e sua relação com a população negra, pode-se afirmar que houve um esforço da construção de uma memória coletiva, através da manutenção de tradições religiosas e culturais africanas, sendo assim as escolas de samba ou sua própria existência são uma resposta ao epistemicídio, este sendo destruição do pensamento ou das práticas culturais não brancas (MARIOSA: MAYORGA, 2019).

As escolas de samba contam as suas histórias a partir de sua própria perspectiva, preservando suas tradições e adaptando-as aos desafios que surgiam. Mesmo com a constante evolução da memória, esta se constroi por meio da reafirmação de novos símbolos. Mesmo em face de novas realidades, grupos específicos encontram pontos de convergência que os unem na reafirmação de uma memória coletiva compartilhada (HALBSWACHS, 2004).

Halbwachs (2004), introduz o conceito de "memória coletiva", ou seja, a representação de um grupo. O autor argumenta que a memória é dinâmica, sempre em construção, à medida que o grupo reafirma novos símbolos e lida com novas realidades. No contexto do samba, entre os sambistas, essa memória coletiva fortalece práticas e ensinamentos ancestrais transmitidos de geração a geração.

Se, a partir de Hall (2014), sabemos que a identidade está sempre em disputa e em transformação, ao refletir sobre a memória com base em Pollack (1992), percebemos que o resgate de uma determinada memória por um grupo social ou político é também uma afirmação social. Segundo o autor, a memória possui motivações políticas e, assim como a identidade, está sempre em disputa. Por exemplo, quando uma escola de samba resgata

uma figura negra do passado, ela o faz com a intenção de afirmar o espaço desse personagem como uma imagem positiva.

Saindo da reflexão sobre a memória oficial e subterrânea, já debatida por autores como Michael Pollack (1989), podemos considerar a importância da Velha Guarda de uma escola de samba como um fio condutor que liga os novos sambistas aos mais antigos. É comum ouvir, em rodas de samba ou nas quadras das escolas, canções antigas que fazem menção à perseguição sofrida pelo gênero. Essa realidade pode não ser vivida da mesma maneira e intensidade pela nova geração, mas, como Pollack destaca, a memória construída é refletida "por tabela". Ou seja, o jovem sambista sabe que o gênero foi arduamente perseguido no passado e que, por vários motivos, incluindo o racismo, ainda é frequentemente descaracterizado. Afinal, quem nunca ouviu a expressão "de novo um enredo afro", como se esses enredos, relativamente recentes, não trouxessem algo novo ou como se a África fosse uma entidade homogênea? Ou ainda, como seria possível colocar todos esses enredos chamados de afro na mesma bolha? O ponto aqui é repensar como a memória construída em uma certa temporalidade se perpetua, mesmo diante de mudanças sociais.

Em concordância com Beatriz Sarlo (2016), a memória dos que viveram um determinado acontecimento e dos que conhecem esse fato não podem ser separados nas análises, pois a memória carrega sua subjetividade. A simbologia da memória dos pioneiros no samba e nas escolas de samba, assim como dos primeiros desfiles, permanece viva na mente de toda uma comunidade e se perpetua como uma luta política pela afirmação cultural.

Para a autora, isso representa o que ela chama de memória mediada. Neste caso, o conceito de memória mediada pode ser refletido na formação dos desfiles carnavalescos do Rio de Janeiro, que surgiram como uma oposição aos grandes bailes e à ocupação das ruas, algo que, na época, era perseguido. É importante considerar a memória desses indivíduos no pós-abolição, incluindo suas tradições, rituais, religiosidade, etc., e compará-la com a extensão da luta por afirmação existente nos dias atuais, com suas vitórias e negociações.

Conclusão

O artigo se propôs especialmente a entender as origens dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro e a imprescindível participação da negritude nessa festa, outrora marcada pelo elitismo. O carnaval carioca, amplamente reconhecido, é marcadamente popular e expressivamente ligado à afro-brasilidade.

A partir disso, o texto busca conceituar a identidade cultural e oferecer um arcabouço teórico para abordar esse importante debate, reavaliando a influência da africanidade no Brasil. A análise relaciona os momentos de origem da festa com grandes acontecimentos históricos que transformaram o carnaval, até os dias atuais.

Por fim, foi fundamental refletir sobre a memória, não apenas sob a ótica do resgate de narrativas que destacam a negritude, mas também considerando a memória do passado, representada pelos primeiros sambistas, em diálogo com o desenvolvimento dos desfiles de rua em contraste com os grandes bailes. Além disso, a memória dessas figuras é revisitada à luz da nossa contemporaneidade.

Referências:

AZEVEDO, Amailton Magno. Samba: um ritmo negro de resistência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 44-58, 2018.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia.* Editora FGV, 2016.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

DE ARAÚJO TEIXEIRA, Ricardo Augusto. Rótulos no samba: Crime e etiquetamento na cultura pop carioca do Século XX. *Revista Em Tempo*, v. 17, n. 01, p. 296-319, 2018.

DE QUEIROZ, Alexei Alves; DE FREITAS, Sérgio Paulo Ribeiro. Repressão ao samba: relatos e discursos em jornais cariocas do início do século XX. *Discurso*, v. 22, n. 23, 2021.

DOS SANTOS ANTAN, Leonardo. "Exaltando o negro pro mundo inteiro cantar": inovações e influências da "Revolução Salgueirense" nos desfiles das escolas de samba entre 1959 e 1963. *Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 5, n. 4, p. 197-233, 2020.

FANON, Frantz. *Por uma revolução africana: textos políticos.* Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais.* Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*, n. 1, p. 21-35, 2006.

HALBSWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. Centauro, São Paulo, 2004.

GOMES, Rodrigo Cantos Savelli. Tias Baianas que lavam, cozinham, dançam, cantam, tocam e compõem: um exame das relações de gênero no samba da Pequena África do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. *Anais do SIMPOM*, n. 1, 2010.

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. 2a Edição Revisada e Ampliada. Autêntica Editora, 2021.

MARIOSA, Gilmara Santos; MAYORGA, Claudia. Negras memórias: tradição religiosa de matriz africana no Brasil. *Sacrilegens*, v. 16, n. 1, p. 363-379, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude-Nova Edição: Usos e sentidos.* Autêntica Editora, 2019 [1986].

MUSSA, Alberto; SIMAS, Luiz Antonio. *Samba de enredo: história e arte.* Civilização Brasileira, 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras.* Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

PARANHOS, Adalberto. Espelhos partidos: samba e trabalho no tempo do "Estado Novo". *Projeto História (PUCSP)*, v. 43, p. 73-90, 2011.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling; DE OLIVEIRA VOLPATO, Marcelo. Conceitos de comunidade,local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, n. 24, p. 139-152, 2016.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRUDENTE, Celso Luiz; COSTA, Haroldo. Escolas de samba: comunicação e pedagogia a resistência do quilombismo. *Revista Extraprensa*, v. 14, n. 1, p. 274-294, 2020.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. In: Pós-memória – reconstituições. *Margens*, v. 4, n. 5, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Vozes, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021 [1983].

VALENÇA, Manuela Abath. A construção social da vadiagem nos discursos jurídicos do início da era republicana. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 1, n. 2, 2014.

Conexões entre ciência, cidadania e democracia.

Alessandro Machado Franco Batista
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Daniel Pinha
Bolsista Produtividade CNPq

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa para o doutorado, cujo título é: "Conexões entre ciência, cidadania e democracia: Diálogos do Museu da Vida Fiocruz com as favelas da Maré e Manguinhos", ainda em andamento. Começamos nossa abordagem com uma breve avaliação sobre o contexto da pesquisa indicando a dimensão de diálogo com nosso referencial e promovendo uma revisita ao projeto a luz das primeiras leituras realizadas nas disciplinas iniciais do programa.

Em nossos dias, a ciência desempenha uma imensa influência sobre a sociedade, ocupando uma centralidade no cotidiano como em nenhum outro momento da nossa história (CHASSOT, 2002). Todas as atividades humanas no século XXI, do instante em que se acorda ao instante em que se vai dormir, incluindo o período de sono, dependem de algum conhecimento trazido pela ciência. Eletricidade, água tratada e potável, produtos de higiene, fármacos, materiais para vestimenta e proteção, armas de fogo, produção extrativista de minerais, produtos para a construção de casas e edifícios, transporte, comunicações, alta produção de alimentos, diversão, entretenimento, entre outros. Paradoxalmente o conhecimento científico permanece distante da maioria da população e ao mesmo tempo em sua maior parte fechado ao diálogo com saberes diversos que existem nessa mesma sociedade.

Os museus de ciências e tecnologia surgem e se desenvolvem quase em paralelo com o percurso de desenvolvimento da ciência moderna, dentre vários objetivos que o surgimento e consolidação dos museus assumem em sua história, destacamos o de aproximar este conhecimento especializado (Científico) da população em geral (VALENTE, 2014), assim, de maneiras bem diversas, em vários momentos diferentes essas instituições buscaram mediações e aproximações de segmentos mais amplos da sociedade.

Contudo, com o crescimento em escala global nos últimos anos do negacionismo científico e histórico torna-se imperativo compreendermos os caminhos, limites e potencialidades do esforço de aproximação do campo científico com a população e particularmente com as chamadas camadas populares que constituem a esmagadora maioria dessa população. Desta forma, tal investigação faz-se fundamental, pois os desdobramentos do crescimento dos movimentos negacionistas no Brasil são sentidos desde 2013, deixando evidente o fortalecimento de uma crise democrática, cujos valores democráticos foram frequentemente colocados em xeque (PINHA, 2020). O negacionismo científico e histórico se tornam, portanto, uma prática utilizada por determinado seguimento político de viés autoritário ligado à extrema direita como estratégia para desmonte de políticas públicas, bem como, defesa e legitimação dos seus projetos de poder.

Assim, torna-se fundamental desenvolver o projeto de pesquisa que se estabelece em meio a relação do Museu da Vida Fiocruz (MVF) com os movimentos sociais e escolas públicas dos territórios de Manguinhos e Maré, em um momento no qual se apresenta uma nova etapa nessa relação, mas antes de discorrermos sobre essa nova etapa importante compreendermos o museu e sua organização principalmente na relação com o território.

O MVF é um espaço de integração entre ciência, cultura e sociedade, que tem por objetivo informar e educar em ciência, saúde e tecnologia de forma lúdica e criativa, através de exposições permanentes, atividades interativas, multimídias, teatro, vídeo e laboratórios. Como consta em seu *site*, o MVF possibilita a compreensão dos processos e avanços científicos e seu impacto na vida cotidiana.

Desde sua origem, em 1999, o museu buscou de alguma forma manter contato com o território o qual a sede da FIOCRUZ está inserida, constituindo uma relação histórica (BATISTA, OLIVEIRA e RAMIRO, 2021), cuja primeira grande atuação foi o curso de monitores de centros e museus de ciências[34], como já apontado atualmente um novo momento se coloca nessa relação com o território, por meio do plano de requalificação do seu núcleo arquitetônico e histórico (NAHM).

[34] O Curso de Formação de Monitores para Centros e Museus de Ciências teve suas atividades iniciadas em 1999, juntamente com o Museu da Vida e durou 10 anos. Coordenado pelo então Centro de Educação em Ciências do Museu da Vida (CEC) e tinha como objetivos gerais formar, com ênfase nas áreas de educação, saúde, divulgação científica e cultural, jovens estudantes do ensino médio da rede pública das favelas de Manguinhos, Maré e Alemão para atuar na mediação em Museus e Centros culturais.

O Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM[35]), em planejamento desde 2013, visa intervenções nos espaços urbanos e arquitetônicos que constituem esse núcleo originário, com base em princípios e valores expressos em seu documento de referência (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2014), dentre os quais cabe destacar o fortalecimento da relação entre uma instituição de ciência e tecnologia e a sociedade no campo da saúde; os pressupostos para uma requalificação sustentável de um sítio histórico urbano; a preservação da singularidade e identidade da instituição; e a intensificação da relação com a cidade, principalmente com o território do qual o Campus Manguinhos é parte. Por se tratar de um espaço vivo, parte constituinte das instalações atuais da Fiocruz, o plano visa integrar o patrimônio preservado às ações contemporâneas que atribuem o significado atual a esse espaço. Nesse sentido, o Plano objetiva uma ampliação do acesso público a essas áreas, além de integrar esses bens culturais ao território em que está estabelecido, de forma a contribuir com o desenvolvimento cultural local.

Todo esse processo converge com trabalho já desenvolvido pelo museu de aproximação com público de favelas e periferias, em particular com os do território de Manguinhos e Maré. Esse trabalho denominado de Ações Territorializadas[36] (AT) é realizado pela equipe do serviço de educação do museu.

O objetivo geral das ações Territorializadas do MVF é promover a Divulgação e Popularização da Ciência junto a populações favelizadas e socialmente vulnerabilizadas, tendo como foco temas que envolvem a saúde. Esse trabalho corrobora com a missão institucional do museu, da Casa de Oswaldo Cruz (COC) e da própria Fiocruz, principalmente na dimensão da Promoção da Saúde, articuladas com outras unidades da instituição, em projetos e ações que também atuam de forma territorializada (BATISTA, ABRANTES, AMORIN e OLIVEIRA, 2022).

---

[35] O Nahm é o núcleo originário do campus formado pelas edificações erguidas nas duas primeiras décadas do século XX: o Pavilhão Mourisco, o Pavilhão do Relógio, a Cavalariça, o Pavilhão Figueiredo de Vasconcelos, o Pombal, a Casa de Chá, o Hospital Evandro Chagas e o Pavilhão Vacínico, hoje denominado Vila Residencial. O plano em questão abrange as edificações deste núcleo originário, à exceção do Hospital Evandro Chagas e da Vila Residencial, incluindo também a Praça Pasteur, o Caminho Oswaldo Cruz e o Pavilhão Henrique Aragão, de modo a conformar uma área contínua de intervenção. Conforme delimitado pelo documento de referência do seu plano de requalificação (https://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/Plano-de-Requalificacao-nahm.pdf).

[36] As ações territorializadas tem como elemento central a exposição "Manguinhos Território em Transe", e trabalha, portanto, a história para além da sala de aula, buscando outros usos pedagógicos da história e formulando uma guinada nas ações do Museu da Vida Fiocruz junto ao território. A exposição oportunizando a população desse referido território um protagonismo no diálogo com as ações do museu que ressignifique sua própria cidadania, e por meio da valorização da sua história uma reapropriação da própria democracia.

O trabalho territorializado do museu integra o esforço Fiocruz, por meio de pesquisas e ações, para fortalecer o campo da promoção da saúde em uma perspectiva de "territórios sustentáveis e saudáveis[37]" que sejam promotores de ambientes de saúde. Considerando que a Fiocruz trabalha com o conceito ampliado de saúde definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), onde saúde é "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades". Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde, entre outros elementos garantidores de equidade social (ALMEIDA FILHO, 2011). Portanto, direito social, inerente à condição de cidadania, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica, a saúde é assim apresentada como um valor coletivo, um bem de todos. No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 considera a "saúde direito de todos e dever do Estado". Para garantir esse direito, criou o Sistema Único de Saúde (SUS), que se baseia em três pilares: universalidade, igualdade de acesso e integralidade no atendimento. A criação do SUS foi indiscutivelmente uma grande conquista democrática (PAIM, 2009).

No caso do Museu da Vida Fiocruz a perspectiva educativa não formal e territorializada dialoga tanto com o trabalho da Fiocruz de forma ampla quanto com os debates recentes no campo dos museus.

Nas últimas décadas, a dimensão educativa dos museus vem ganhando cada vez mais centralidade e passando por novas conceituações. Este panorama está amplamente relacionado com as transformações culturais que acontecem desde a segunda metade do século XX, quando estas instituições passam a assumir um compromisso com o seu público, ancorando-se à perspectiva de educação ao longo da vida do indivíduo. Com isso, tais instituições se lançam em busca de novas alternativas para se comunicar com seus visitantes, num esforço de romper com modelos tradicionais de transmissão de informações (ALDEROQUI e PEDERSOLI, 2011). Assim, nos últimos dez anos o Museu da Vida Fiocruz vem alinhado com o esforço percebido em todo campo dos museus de ciência e tecnologia inovando e buscando um forte diálogo com as populações dos territórios de favelas.

[37] Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) FIOCRUZ, 2019.

Logo, neste projeto nos debruçaremos sobre uma análise da ação educativa territorializada localizada nesse momento histórico da Fiocruz que se coloca à disposição dos territórios da Maré e Manguinhos para pensar alternativas locais de promoção de um território saudável, dentro de um contexto de ascensão do negacionismo. A história tem um papel central nesse processo, pois define identidades locais, ressignifica lutas cotidianas, redefine protagonismos.

Consideramos importante realizar a discussão sobre ações de popularização da ciência que se deseja dialógica, valorizando a relação dos saberes construídos em sala de aula, e/ou nos movimentos sociais de favelas em sua relação com uma instituição de pesquisa como a Fiocruz. Em contexto de enfrentamento aos negacionismos e o protagonismos desses atores nas favelas na dimensão da educação em uma perspectiva histórica. Ademais, também visamos investigar interconexões entre ambientes formais ou não formais de educação.

O projeto se articula com a dimensão da história social do território ao considerar a perspectiva de território sustentável e saudável, promotor da saúde, enquanto espaço social pujante capaz de tornar-se instigante na complexidade local e simultaneamente inserido em redes e movimentos que alcançam escalas globais. Assim, o programa de "história social do território" é ambiente fundamental para a realização dessa pesquisa que busca um outro tipo de relação museal, para além da proposta de difundir o conhecimento científica, difundir também, mas que envolve os moradores, ativistas e professores na delimitação do que é esse território. Um território de favela marcado historicamente por estigmas sociais e estereótipos associados a desordem urbana, violência e vulnerabilidade socioambiental (VALLADARES, 2005), cujo seus moradores podem identificar nas ações de popularização da ciência, de difusão histórica e de participação uma forma de reconfigurar a cidadania. Assim, a história e a educação museal podem oportunizar aos moradores desses territórios a construção de instrumentos e as condições de se apropriarem da sua própria história, dessa forma incorporarem em sua luta cotidiana para ampliação das conquistas de direitos, a compreensão desse repertório da democracia, da cidadania.

Dessa maneira, buscaremos articular memória, ações de popularização da ciência, a fim de buscar, novas possibilidades de aproximação do conhecimento científico, em diálogo com demais conhecimentos expressos nos territórios de favelas. Pensando em determinado uso da história no espaço do museu para pensar reconfiguração das

identidades dos sujeitos favelizados, periféricos, que possuem história, e, portanto, tem direito à história, questões que essa pesquisa de doutorado pretende se debruçar. Assim, podemos nos perguntar: Quais as contribuições que a história pode dar para que os moradores exijam o reconhecimento de que eles são cidadãos? Ou ainda podemos perguntar: Como o uso pedagógico da história em um museu de ciências pode colaborar nesse processo visibilização da história dos moradores de favelas?

Para buscar tais esclarecimentos objetivamos compreender em qual medida a experiência do Museu da Vida Fiocruz com o território de Manguinhos e da Maré pode promover uma reflexão sobre a relação mais ampla dos museus de ciências com territórios de favelas e periferias. E as potencialidades e limitações das ações de popularização da ciência na colaboração entre museus e essas populações, identificando os usos pedagógicos da história nas ações museais junto as escolas e movimentos sociais no contexto de experiência na favela, marcada pela negação de diretos e estigma histórico associado ao morador de favela. Buscar entender o papel dos professores das escolas públicas, Militantes/Ativistas dos movimentos sociais e profissionais dos museus que atuam em favelas na construção de uma rede dialógica de produção de saberes é parte central desse processo.

Possíveis conexões

Nossas possibilidades de percepção sobre esse debate foram organizadas em três eixos, segundo os interesses da proposta de pesquisa: a) a relação entre o processo de constituição histórica do campo da divulgação científica, suas outras possíveis terminologias, e sua atual conformação de popularização da ciência. A popularização se diferencia das demais por ser pautada centralmente pela perspectiva freireana de dialogismo entre saberes e conhecimentos distintos, com o intuito de pensar a relação de um museu de ciência com população de um território favelas; b) a perspectiva de território e suas derivações centrais para entendimento desse território singular que são as favelas, o território de exceção e seu oposto projetado o território sustentável e saudável; c) discussão sobre ensino de história e sua relação com consciência histórica para que os sujeitos possam se apropriar das ferramentas individuais e coletivas fortalecendo a cidadania plena desses mesmos sujeitos. Por fim, vamos explorar as relações entre o atual contexto de crise democrática no país e os negacionismos histórico e científico que emergem em nosso tempo.

Entendemos que cada momento histórico tem um contexto socioeconômico, político e cultural distintos, muitas vezes controversos (CARDOSO e VAINFAS, 1997). Por essa razão, na sequência, discutiremos o que se entende pelas terminologias divulgação científica, vulgarização e popularização da ciência. Em seguida abordaremos o conceito freireano de dialogismo e podermos refletir sobre sua relação com o conceito de popularização da ciência.

Ainda hoje no Brasil não existe consenso quanto ao significado dos termos vulgarização, alfabetização, difusão, disseminação, divulgação e popularização da ciência, pois frequentemente são usados todos com o mesmo significado.

Segundo Bueno (1985) a expressão 'difusão científica' tem um sentido mais amplo, pois abarca "*todo e qualquer processo ou recurso utilizado para veiculação de informações científicas e tecnológicas" (*p. 14). De acordo com o autor, a difusão pode ser pensada em dois níveis, difusão tanto para especialistas, quanto para o público em geral. Assim, no primeiro caso confunde-se com disseminação da ciência e tecnologia, enquanto o segundo vai referir-se à divulgação científica.

Para o conceito de 'divulgação científica', o mesmo autor diz compreender o uso de recursos técnicos e processos para a veiculação de informações científicas e tecnológicas ao público em geral. Essa atividade pressupõe um processo de recodificação de uma linguagem especializada visando a tornar seu conteúdo, de acesso fácil a uma vasta audiência. Ressalta ainda que a divulgação científica, muitas vezes denominada popularização ou vulgarização da ciência, tem sido reduzida à veiculação de informações de ciência e tecnologia pela imprensa, coincidindo com o conceito de jornalismo científico (BUENO, 1985).

Importante destacar que um elemento fundamental da ação de se popularizar é considerar o outro, não só tornando o discurso científico acessível, mas levando em conta o saber do grupo, com seus componentes culturais e políticos. Assim, podemos entender que popularizar C&T no país representa percorrer um caminho de mão dupla, enquanto divulgar – termo adotado no Brasil pela maioria dos pesquisadores ou de jornalistas – significa percorrer um caminho de mão única: da comunidade científica para o 'povo' (SOUSA, 2000). Neste projeto sustentamos a ideia de que a popularização da ciência seja algo mais amplo que a divulgação científica. Ela se origina e se estabelece como uma consequência das atividades de divulgação, e, portanto, acredita-se que as atividades de 'popularizar' possam ir amplia o diálogo com outros setores da sociedade, principalmente os mais atingidos pelo processo de exclusão (GERMANO e KULESZA, 2006).

Ainda segundo germano e Kulesza, (2006), em relação ao termo vulgarização da ciência existe uma discussão, na década de 1960 onde já se apontava dificuldades relacionadas a essa nomenclatura, destacando já naquele momento uma conotação pejorativa para ele. Essa está diretamente relacionada a tornar conhecido, pode também, ser associada à ideia de vulgar (do latim vulgare); relativo ao vulgo; trivial; usual, frequente ou comum (MASSARANI, 1998 apud GERMANO e KULESZA 2006). Essa terminologia foi introduzida no Brasil por causa da forte ascendência da cultura francesa no século XIX, início do século XX. O termo vulgarização da ciência, devido à sua conotação fortemente pejorativa, atualmente quase não é mais usado no Brasil.

Hoje no nosso país, o termo que mais é utilizado é sem dúvida divulgação científica, que pode ser entendido como o ato ou ação de divulgar a ciência. Divulgar é mais do que falar ao público sobre as descobertas e aspectos interessantes da ciência, é, sobretudo, possibilitar a veiculação com terminologias simples da ciência, seus princípios e metodologias, mostrando a intensidade dos problemas sociais. Podemos fazer uma crítica aos termos vulgarização e divulgação, afirmando estar subjacente as formas de poder veladas. Em relação ao primeiro termo vulgarização associa-se a uma relação de comunicação, onde um interlocutor fala e o outro só escuta, ou seja, o "vulgo" destinatário da mensagem enviada. Quanto ao termo divulgação os autores afirmam que enquanto um dos interlocutores experimenta o processo de conhecimento, o outro é somente comunicado - no sentido de receber comunicados ignorando-se todo o processo de conhecimento significativo presente nele (GERMANO E KULESZA, 2006)

O termo popularização tem atualmente uma forte penetração em países latino-americanos e caribenhos. Um exemplo disso foi a criação em 1990 da Rede de Popularização da Ciência e da Tecnologia na América Latina e no Caribe (Rede-POP) que tem como uma de suas metas principais mobilizar os potenciais nacionais e regionais, por meio de diferentes mecanismos de cooperação, com o propósito de fortalecer a popularização da ciência e da tecnologia na região (GERMANO E KULESZA, 2006).

No Brasil, o termo ganha força com três ações importantes no campo da popularização da ciência e tecnologia: a criação do Departamento de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia (2003); a criação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (2004) - ambas vinculadas Ministério da Ciência e Tecnologia - e o Sistema Brasileiro de Museus (2006) – esta última vinculada ao Ministério da Cultura (PICCOLI e STECANELA, 2023).

A perspectiva nessa discussão, de popularização da ciência mais do que disseminar conhecimento ou por conhecimentos distintos para intercambiarem, busca que ocorra um diálogo de forma transformadora no sentido freireano, pautando suas ações de forma a respeitar a vida cotidiana e o universo simbólico do outro. A popularização da ciência que trabalhamos nesse projeto persegue uma educação dialógica, situada histórica e socialmente no Brasil.

A educação é uma situação de conhecimento, por isso, o diálogo é fundamental no processo educacional. Ele faz parte da comunicação entre os sujeitos que conhecem mediatizados pelo mundo. "A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados." (FREIRE, 1980b, p.69). O diálogo em Paulo Freire na compreensão de educação e na prática pedagógica demarca a distinção entre a educação bancária (tradicional) e a educação libertadora proposta por ele.

Na teoria dialógica freireana, os sujeitos se encontram para conhecer e transformar o mundo em colaboração. O diálogo, que é sempre comunicação, funda a colaboração que se realiza entre sujeitos. Dessa forma, ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 1996).

Portanto, entendemos que o conceito de popularização da ciência, no nosso projeto, está próximo do campo da participação popular e no âmbito do diálogo com os movimentos sociais, professores de escolas públicas entre outros envolvidos, buscando alcançar a realização de objetivos comuns entre os participantes no processo.

Considerando que esse trabalho se insere em uma realidade concreta de um território favelizado precisamos refletir também sobre o conceito de território, território de exceção e território sustentável e saudável para que possamos situar o citado projeto no debate das ações educacionais e culturais do Museu da Vida Fiocruz.

O conceito de território que tem sido amplamente discutido e explorado por diversos estudiosos ao longo dos anos foi o de Rogério Haesbaert (2007). Segundo este autor, território envolve relações de poder, agregando em si diversas escalas, como por exemplo, as de caráter político-econômica, assim como as dimensões subjetiva, simbólica e cultural. Ele ainda chama para o debate o conceito de territorialidade, entendida como uma estratégia de poder que abrange os enfoques epistemológico e ontológico. O primeiro relacionado a uma abstração e condição genérica para a existência do território, sendo está existência efetivada ou não. O segundo, desdobra-se em seu aspecto material (controle físico), imaterial (controle simbólico, vinculado a identidades) e como "espaço

vivido", a partir das inter-relações entre materialidade e imaterialidade. Essa discussão é importante, pois nos possibilita historicizar o espaço, ou seja, trazer um olhar que nos permita desnaturalizá-lo, enxergando-o para além da ideia de paisagem ou cenário. Além disso, ressalta as construções territoriais em determinados espaços e as relações políticas, econômicas, epistêmicas e ontológicas que perpassam a favela.

Para Bueno (2010) as favelas na cidade do Rio de Janeiro são marcadas pela combinação de uma série de restrições materiais essenciais e ainda pela implementação de políticas públicas paternalistas, por criminalização do seu território, bem como ação direta de forças violentas institucionais ou não com amplo instrumental bélico, caracterizando-as como um "território de exceção". Mobilizar essa categoria em nossa pesquisa nos ajuda a compreender as condições singulares e restritivas enfrentadas para as propostas de participação popular e a dificuldade da territorialização ampliada de propostas emancipatórias nesses espaços. Podendo ajudar também a identificarmos outras estratégias de construções políticas solidárias e criativas.

Ainda nesse debate, importante refletirmos sobre a construção da perspectiva de territórios sustentáveis e saudáveis de como se fundamenta na articulação de saberes e práticas que perpassam os caminhos trilhados pela saúde pública ao longo da história, destacando-se a emergência da medicina social, que abre caminho para a necessidade da análise crítica sobre as condições histórico sociais que determinam a saúde nos territórios (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2019).

Em projetos que buscam conhecer e atuar sobre as condições de vida saudável e sustentável de populações, e na territorialização que estas realizam ao se estabelecerem no lugar, tal abordagem territorial permite entender o uso do território em si, por meio de planejamento e infraestrutura, transdisciplinaridade, para promover a saúde de modo a reduzir a dependência, gerar autonomia e melhorar a sustentabilidade dos investimentos. (GONDIM e MONKEN, 2018).

Avançando para o próximo eixo, introduz-se a relação entre ensino de história e a consciência histórica. A partir de Luis Fernando Cerri (2011) que de forma objetiva discute as principais contribuições que envolvem a relação referida, contribuindo para a reflexão sobre o papel da História dentro e fora da escola. Consideramos que o presente estudo se encaixa no campo da Didática da História, pois esta é responsável por estudar o significado da história e dos usos dela no contexto social não somente nos espaços formais de educação, mas também a partir dos espaços extra-científicos e extra-escolares (CERRI, 2017).

Definido sumariamente como tempo significado, a noção de consciência histórica tem se constituído em uma importante ferramenta para pensar as relações entre o conhecimento científico, produzido pelos acadêmicos, e a vida prática. Nesse sentido, a noção de consciência histórica nos permite rever questões para debatermos os usos sociais do conhecimento histórico (CERRI, 2011).

A cultura histórica resulta da articulação entre prática e operação da consciência histórica, é o lugar em que tal consciência é expressa, e pode ser caracterizada como a própria memória histórica (RÜSEN, 2012). Luis Fernando Cerri se alinha à ideia de Jörn Rüsen e Agnes Heller de que a consciência histórica é uma das condições da existência do pensamento (CERRI, 2017), é comum a todo ser humano e uma atribuição de sentido que direciona o agir no mundo. Para esses autores, a mobilização da consciência histórica é uma necessidade de atribuir sentido às relações entre passado, presente e futuro imputada pela própria existência no mundo, existência dotada de transformações contínuas. O que se conforma de diversas formas não apenas na produção dessa memória histórica, que pode ser considerada uma dimensão da cultura histórica, mas que além de ser produzida pelos indivíduos é também consumida por estes.

Assim, diante das especificidades do sujeito favelado, marcado por estigma histórico associado a barbárie e violência, podemos perceber os processos que influenciam na produção e absorção de uma cultura histórica desse morador que tem a cidadania negada, e que também não se enxerga na história.

Para tratar das narrativas negacionistas evocaremos o debate sobre o contexto político de crise democrática, e teremos como referência o trabalho dos professores Daniel Pinha, Marcelo Rangel e Rodrigo Perez (2020). Estes afirmam que o Brasil, a partir do ano de 2013, entrou em um momento de crise democrática. Para os autores, o modelo de democracia que está em crise é o experimento liberal-burguês, calcada na representatividade pelo voto.

Para finalizar pontuamos que em tempos de *fake news*, no contexto atual de disseminação de informações equivocadas ou mesmo maledicentes, divulgadas de forma irresponsável, refutando a ciência, essas podem causar danos graves à democracia, saúde e à sociedade como um todo. A popularização da ciência assume então uma centralidade no enfrentamento a movimentos de cunho anticientífico no curto espaço de tempo, afirmando a ciência e seu papel social, e a longo prazo sensibilizando e dialogando com a população sobre a produção social da ciência, os processos de validação científica, os interesses políticos e econômicos envolvidos nesse fazer e nos processos decisórios.

Referências:

ALDEROQUI, Silvia; PEDERSOLI, Constanza. *La educación en los museos: de los objetos a los visitantes*. Buenos Aires: Paidós, 2011.

BATISTA, Alessandro M. F.; OLIVEIRA, Denyse A.; OLIVEIRA, Renata; SILVA, Priscilla A. *Quando o museu vai à favela e a favela vai ao museu: ações territorializadas do Museu da Vida*. Rio de Janeiro: Fiocruz – Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

BATISTA, Alessandro M. F.; OLIVEIRA, Miguel E. C.; RAMIRO, Clarice S. As ações de divulgação e popularização da ciência em territórios favelizados: o Museu da Vida em Manguinhos. In: LIMA, André L. S.; VARGAS, Alex L. B.; BUENO, Leonardo B. (Org.). *Cooperação social, territórios urbanos e saúde: diálogos e reflexões*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

BATISTA, Alessandro M. F. *Confiabilidade na ciência: a Revolta da Vacina na visita ao Museu da Vida*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BUENO, Leonardo Brasil. Território de exceção enquanto limite e possibilidade para gestão democrática de uma favela no Rio de Janeiro. In: BUENO, Leonardo Brasil; LIMA, Carla Moura. *Território, participação popular e saúde: Manguinhos em debate*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2010.

BUENO, Wilson C. Jornalismo científico: conceitos e funções. *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, v. 37, n. 09, p. 1240-1247, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERRI, Luis Fernando. Um lugar na história para a didática da história. *História & Ensino*, v. 23, p. 11-30, 2017.

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. São Paulo: Moderna, 2002.

FIOCRUZ. *Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS): termo de referência conceitual e metodológico e proposta de governança*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/tr-pitss-programa-institucional-de-territorios-sustentaveis-e-saudaveis. Acesso em: 19 maio 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980b.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUZMAN, Carla G.; TEIXEIRA, Luis Antônio. Espaço Biodescoberta: uma exposição interativa em biologia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, suplemento 2, 1999.

GRUZMAN, Carla G.; SIQUEIRA, V. H. F. O papel educacional do museu de ciências: desafios e transformações conceituais. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 6, n. 2, p. 402-423, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (Org.). *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência, 2002. Disponível em: http://www.redpop.org/wp-content/uploads/2015/06/Ci%C3%AAncia-e-P%C3%BAblico-caminhos-da-divulga%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-no-Brasil.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

PICCOLI, Márcia S.; STECANELA, Nilda. Popularização da ciência: uma revisão sistemática de literatura. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 49, e253818, 2023.

PAIM, Janilson S. *O que é SUS?*. Coleção Temas em Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PINHA, Daniel. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 37-63, 2020.

PINHA, Daniel; RANGEL, Marcelo; PEREZ, Rodrigo. Teoria, história da historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 6-16, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/50330/33250. Acesso em: 16 abr. 2023.

SELLES, Sandra Lucia Escovedo; CASSIANI, Suzani; OSTERMANN, Fernanda. Negacionismo científico e crítica à ciência: interrogações decoloniais. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 28, e22000, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1516-731320220000.

SEMERARO, Giovanni. Das "armas e religião" nos cadernos do cárcere de Antonio Gramsci. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 11, n. 3, p. 181-191, 2020.

VALENTE, Maria Ester A. Interseções necessárias: história, museologia e museus de ciências e tecnologia. *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 3, n. 5, p. 37-53, 2014.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Administração e justiça: uma breve análise sobre a organização da justiça e Vila de São Salvador no pós-independência (1825 – 1835)

Alexandre Ferreira de Azevedo[38]
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Claudia Cristina Azeredo Atallah
Bolsista CAPES/FAPERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "Liberalismo, administração e justiça: uma discussão sobre a Vila de São Salvador no pós-independência (1822-1835)", ainda em andamento. Em uma simples e genérica análise de longa duração, podemos perceber que a região onde hoje se encontra a cidade de Campos dos Goytacazes teve em diversos momentos seu desenvolvimento econômico e político ligado diretamente às elites influenciavam nos rumos que a região tomava. Durante o Antigo Regime português nos trópicos, a Vila de São Salvador foi agente e reagente dos processos que determinaram a territorialização do poder através das adequações promovidas pela coroa lusitana, com intuito de assentar seu domínio nas localidades do vasto império ultramarino português. A forma como essa "dominação" é percebida, através de seus agentes, é o que nos interessa.

Além disso, como a estrutura jurídica e administrativa sofreu impacto direto das mudanças promovidas no pós-independência é o principal foco do trabalho apresentado. As reformas foram responsáveis por reorganizar as alçadas de poder e, consequentemente, sua territorialidade, através da atuação dos magistrados nas localidades.

Aspectos da representação do poder no pré e pós-independência

Nos debruçamos, como temporalidade fundamental para a pesquisa, o período do "pós-independência"[39], mais especificamente os anos entre 1822 e 1835, onde a busca

[38] Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: Administração, justiça e liberalismo : uma discussão sobre a Vila de São Salvador no pós-independência (1822-1835)", sob orientação da Dra. Claudia Atallah, bolsista: CAPES.

[39] Entende-se como pós-independência o período que procede aos processos de emancipação do Brasil enquanto colônia portuguesa. É importante salientar que esta pesquisa entende este processo como plural e

pela formação de uma unidade no Brasil levou à discussão de diversos projetos para a formação e desenvolvimento do emergente Estado brasileiro. Para tanto, existia uma necessidade de adequar à cartilha liberal, federalista e iluminista[40] – discussões importantes para aquele período, principalmente sob às quais parte da elite ilustrada e intelectual estava pautada no início do século XIX – as práticas consuetudinárias de Antigo Regime, que foram fundamentais na manutenção portuguesa do poder e sob as quais as elites regionais se desenvolveram durante o período colonial. Visando entender esta discussão, é necessário afastarmos a ideia de que a colônia lusitana na América tinha um teor homogeneizante, isto é, seria um grande território que, como um todo, comungava das mesmas ideias e, a partir do esgotamento da relação metrópole-colônia, tenderia, com certo tom teológico, à uma ruptura com os portugueses (SCHIAVINATTO, 2009).

Parte destas divergências que vão levar à emancipação tem ligação direta com o enraizamento da coroa portuguesa nos trópicos, apontando para um interesse em manter a estadia no Rio de Janeiro, a elevação do Brasil a Reino Unido a Portuga e Algarves e a melhora das condições de negociação das elites regionais com a Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808, gerando desdobramentos de diversas ordens no interior da colônia (SLEMIAN, 2009). Também outras mudanças, como a criação da Casa de Suplicação em 1808, a complexificação do aparelho jurídico e administrativo[41], foram medidas importantes para o aprofundamento da autonomia das elites regionais e diminuição da influência de comerciantes portugueses, principalmente nas ações da colônia.

Com intuito de suplantar a ordem de Antigo Regime vigente, algumas mudanças foram necessárias. Até a década de 1830, estava vigente parte das Ordenações Filipinas, executadas desde o século XVII, e seria aposentada apenas com a promulgação do Código Criminal de 1830, empreendido durante as mudanças liberais (FLORY, 1981)

---

diverso, tendo em vista que deve-se levar em conta as especificidades regionais e seus próprios processos de independência, valendo à pena citar movimentos como a Independência da Bahia, em 1823, ou a Revolução Pernambucana, de 1817, que precedeu à 1822, mas foi de grande valia no processo que levou à ruptura dos laços coloniais e adentramento de ideais que permeavam as discussões políticas brasileiras e de diversos países influenciados pelo movimento das Luzes.

[40] O movimento de emancipação política brasileiro vai ser fortemente influenciado por alguns outros movimentos ocorridos no mundo, em especial as discussões federalistas surgidas com a Independência das Treze Colônias, o Iluminismo e seus ideais liberais e, por fim, a fragmentação da América Espanhola e os ideais emergentes nos países vizinhos.

[41] Entende-se que a justiça e a administração colonial se confundem, na medida em que no Antigo Regime uma estava diretamente ligada à outra. “governar era, dizendo de maneira muito rápida, um ato de fazer justiça”. (SLEMIAN 2019, p. 257)

empreendidas no final do Primeiro Reinado e início do período Regencial. Estas mudanças ganham um coro na territorialidade do poder quando é promulgado o Código do Processo Criminal, em 1832, legitimado através da Constituição de 1824 e lastreado nos movimentos oriundos do Iluminismo, promovendo uma redistribuição de magistrados, reorganização de limites de poder, representado através de sua territorialização no espaço geográfico, mas também de continuidades importantes e necessárias para garantir a unidade do emergente império e atender às demandas das elites regionais.

Ivan Vellasco aponta para a necessidade de entendermos a legitimidade das instituições administrativas e jurídicas como forma de legitimidade do império emergente. Segundo ele, é importante entendermos os aparelhos administrativos,

> a montagem das agências de controle e de exercício do poder de estado e a constituição de seu campo de legitimidade. [...] [Além do] funcionamento da justiça e seu significado social, à produção de representações sociais da justiça pública e seus espaços de ação vis-à-vis o seu exercício privado, enfim, no modo pelo qual a população estabelece suas relações com o poder [...].” (VELLASCO 2004, p. 17)

Como herança de Antigo Regime, as práticas de governar e gerir as localidades se confundia diretamente com o aprimoramento das alçadas da justiça e no controle da violência legítima através das instituições de poder. Na formação do Império do Brasil, não foi diferente. A busca por legitimar os agentes formadores deste império e suas alçadas de poder se fundamentou através das mudanças propostas pelos movimentos que buscavam institucionalizar uma justiça através da ideia de sua atuação neutra e imparcial, prevista nos Códigos Criminal de 1830, do Processo Criminal de 1832 e da Constituição de 1824, mas sem perder de vista as relações que os magistrados exerciam com as elites regionais e a necessidade de alocar os interesses dessas elites neste projeto político. Com isso, o pós-independência foi um período que, entre idas e vindas, auxiliou no desenvolvimento de um império que buscava lançar suas bases para garantir uma unidade.

A coroa portuguesa, durante o período colonial, lançava mão de diversas estratégias com intenção de promover uma capilarização do seu poder nas localidades. Entre elas, a promoção de redes clientelares, que eram redes de influência e poder, baseadas na economia do dom, que buscavam a prática informal do poder, propiciando a aparição de artifícios específicos à cada região e seu universo político singular. (XAVIER & HESPANHA 1998, p. 381-393). Com isso, houve uma forte densificação dos cargos de magistrados baseado em costumes que, muitas vezes, poderiam parecer contraditórios

e confusos, mas eram próprios de uma prática jurídica e administrativa do Antigo Regime. Estas instituições e magistrados representavam o poder simbólico de *El Rey*, legitimado através das instituições que davam corpo à essas estruturas e, consequentemente, às alçadas de poder destes homens. E esse aparato administrativo que se expandiu no ultramar português representava simbolicamente a governança do próprio monarca (ATALLAH 2016, p.80). Assim, existia uma cultura jurídica onde o responsável por promover a justiça era o rei através de suas instâncias e sua autoridade[42].

Por muitas vezes, os homens que atuavam nas instâncias tinham domínio dos símbolos, ao mesmo tempo que exerciam a capacidade de reproduzi-los. Este *habitus* (BOURIDEU 1996) de Antigo Regime foi um fator importante na transição entre a colônia e império, na busca por legitimar ações das novas instituições e romper com as leis portuguesas.

Bourdieu se contitui como um importante arcabouço teórico para esta pesquisa, quando pensamos no advento de um direito moderno baseado na legitimidade das leis e seus aspectos positivos. Estas práticas, ancoradas num contexto mundial de mudanças filosóficas baseadas no iluminismo, e que influenciaram fortemente os homens que pensaram os diferentes projetos políticos para o desenvolviemnto do emergente império do Brasil, muitas vezes pareciam se contrapor à realidade e ao habitus[43] desenvolvido no campo[44], que eram estruturas estruturadas nas práticas trazidas do Antigo Regime. Estas estruturas que estão estruturadas, mas que também estruturam a forma como os agentes sociais percebem o poder no pós-independência, fizeram com que se desenvolvesse um campo que alocasse ambos interesses, os que pretendiam abraçar tais mudanças e os que buscavam manter práticas consuetudinárias de Antigo Regime.

Entender a proposta desta pesquisa depende de definir como trabalharemos a ideia de poder relacionada à sua territorialização. Para isso, se faz importante nesta pesquisa o trabalho "*O mito da desterritorialização*", onde o autor trabalha que a ideia de território

---

[42] Duas imagens diferentes, mais complementares, emanavam da autoridade do rei, investida simbolicamente nos órgãos de justiça e seus agentes: a primeira delas vinha da austeridade encontrada nas punições previstas pelas Ordenações Filipinas (em seu livro V), onde o controle da ordem era baseado no medo de castigos como a morte, execução pública, entre outros. A outra face dessa moeda era o perdão, a misericórdia e a generosidade do rei, que nessa "monarquia tradicional", representava um monarca que estava acima das leis, muitas vezes tendendo a dispensá-las em prol de mostrar sua magnificência e autoridade que mais ninguém poderia invocar. (SUBTIL 2022, p. 38)

[43] Costumes e práticas comuns em um campo, estabelecidas a partir das relações sociais e historicamente determinadas. (BOURDIEU, 1989)

[44] Este trabalho entende como campo o conceito de Bourdieu em que a participação dos agentes sociais, como determinada por posições estabelecidas historicamente por este campo, é justificada pelas estruturas de poder existentes naquela sociedade.

está diretamente ligada à duas instâncias: suas potencialidades físicas, representadas através de sua materialidade, e suas características simbólicas construídas através das relações sobre ele estabelecidas, em uma visão relacional destas duas instâncias (HAESBAERT, 2004).

A região onde hoje se encontra a cidade de Campos dos Goytacazes pertencia enquanto território administrativo do Rio de Janeiro e território jurídico do Espírito Santo, situação essa que perdurava desde que Manoel da Costa Mimoso, ouvidor do Rio de Janeiro, atentou, em 1731, para a necessidade da criação de uma ouvidoria na capitania do Espírito Santo, devido às longas distâncias percorridas até a capitania de Vitória e as dificuldades que enfrentava para correger naquelas terras. Assim, baseada nesta solicitação do ouvidor do Rio de Janeiro, a coroa cria a ouvidoria do Espírito Santo. Num ambiente de muitos conflitos entre os donatários e os moradores da Paraíba do Sul, a capitania teve seu processo de incorporação à Coroa finalizado em 1754 (ATALLAH 2022), vigorando a dualidade administrativa-jurídica entre Rio de Janeiro e Espírito Santo. A subordinação enquanto território jurídico da vila à Capitania do Espirito Santo resistiu até as reformas do Código Criminal e o Código do Processo Criminal, mais especificamente em 1832. No entanto, esta resolução não cessou a insatisfação de homens importantes para aquela região. De certa forma, para aquela realidade, se fazia necessário, além dos magistrados letrados encontrados no corpo jurídico-administrativo, a negociação de autoridades com as elites regionais.

A Comarca dispunha do juiz ouvidor, cargo nomeado por El Rey, letrado e bacharel por necessidade, que tinha jurisdição sobre as câmaras submetidas à comarca onde seu cargo e território de jurisdição estavam ligados. Ele visitava as câmaras, como previsto nas Ordenações Filipinas, em correição pelos casos mais graves e complexos, tendo jurisdição e poder de correição, substituindo, se necessário, as decisões dos juízes daquela localidade. A influência deste cargo e desta instituição a tornará palco de disputas no pós-independência, à analisar com a continuidade da pesquisa.

A formação de uma lógica de poder ligada diretamente ao controle da terra faz com que, no empreendimento das mudanças para fortalecimento do corpo estatal e indicação de cargos nomeados pelo rei, bem como magistrados capazes de sobrepôr as autoridades ordinárias dos âmbitos municipais e locais, a força dessa elite local fique em evidência, e que refletirá, por exemplo, nas bases do império brasileiro que ainda está por se formar mais a frente. Isso se torna um problema a partir da óptica de que a manutenção das estruturas do campo jurídico nesta sociedade pós reformas pombalinas e, mais a

frente, pós-independência, tende à neutralidade e a imparcialidade. Assim, as especificidades são negadas em prol de princípios universais, como mostra Ivan Vellasco (VELLASCO 2004). Continuando, o autor ainda mostra que os juízes encontram na lógica da neutralidade ascendente no século XVIII e início do XIX, uma limitação na alçada dos próprios poderes, visto que eles também se enquadram naquelas mudanças. Esta mudança paradigmática fez com que a primeira instância, atuação mais ramificada e cotidiana da coroa, servisse de palco de experiências para as reformas que acompanharam a independência, como a criação do cargo de juiz de paz, em 1827, e seu fortalecimento durante as décadas de 20 e 30, e seu "enfraquecimento" com a criação de cargos, como o de delegado, na década de 40.

Com a instauração da corte, pouco disso se modifica. A manutenção do período entre 1808 e 1822 fora marcada por continuidades, mas também pela complexificação do aparelho judiciário, como aparecimento de ouvidores e juízes de fora, por determinação real, em pontos específicos e estratégicos do império, fazendo ruir a total autonomia das localidades que os juízes ordinários tinham antes destes. A administração das localidades e territórios de jurisdição é alvo de constantes mudanças. Hora atingida por investidas conservadoras, hora por liberais. E isso vai refletir diretamente na forma como se distribui e atribui poder aos cargos nas Câmaras, criação de cargos como o de Juiz de Paz (1827), bem como a influência na formação do Código Criminal e, por fim, na criação do Código do Processo Criminal em 1832. Assim, pensa-se na formação deste corpo unificadamente ao desenvolvimento de um projeto de unidade nacional.

No aspecto das mudanças liberais empreendidas no período da primeira regência — que compreende o tempo entre a independência formal de 1822 e a abdicação de 1831 —, vale destacar que o liberalismo no Brasil, bem como apresenta Thomas Flory, não toma a importação de conteúdos ideológicos, de forma direta (FLORY, 1981), mas é apresentado por uma elite localista que representa a descentralização e a criação de instituições democráticas e, de certa forma, colegiadas, que complementavam, segundo o autor, um quadro jurídico e econômico estabelecido pelas redes de poder. Estas redes faziam parte do modo de governar as localidades no Antigo Regime, no entanto, alguns conflitos entre seus próprios agentes sociais acabavam evidenciando muitas vezes a instabilidade deste poder no período referido.

A administração das localidades foi, no advento da independência, um dos primeiros assuntos a serem debatidos pela primeira legislatura. Como mostra Carrara e Machado,

> Na sessão de 11 de julho de 1826, foi apresentado um projeto sobre a administração e economia das províncias, que previa em seu artigo 3º que "nas freguesias e capelas curadas haverá uma junta municipal e juízes de paz". Pouco depois, na sessão de 30 de agosto, o artigo 6º, item 16 do projeto sobre a "administração", estabelecia o município como divisão administrativa das províncias. Todo debate em torno do tema foi consolidado na Lei Geral de 1º de outubro de 1828, que deu nova forma às câmaras municipais, marcou suas atribuições e processo para sua eleição e dos juízes de Paz. (CARRARA & MACHADO 2020)

Com isso, a delimitação dos territórios de jurisdição e a alçada dos magistrados que circulam pelo que antes era colônia portuguesa e, após 1822 se tornaria independente do país ibérico, estão ligados diretamente às divisões referidas nas codificações das Ordenações Filipinas e, posteriormente, no primeiro registro de reorganização comarcal do Brasil independente, em 1832. Segundo Raffestin, no ato de demarcação não se pode somente levar em conta a funcionalidade geográfica, mas também "*[...]uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribuiu para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações*" (RAFFESTIN 1993, p. 151). Desta forma, para o autor, se estabelecem as relações que nos levam aos territórios de poder.

Com as mudanças no pós-independência, mais especificamente com o Código do Processo Criminal, a territorialização do poder se torna palco de disputas destas elites regionais, sendo a Vila de São Salvador um exemplo deste processo. Se desde a compra da capitania da Paraíba do Sul, em meados do século XVIII (ATALLAH, 2018), a região pertencia juridicamente ao Espírito Santo, com a comarcada sediada em Vitória, e administrativamente ao Rio de Janeiro, com comarca sediada na própria cidade do rio de janeiro, este cenário foi alterado somente com a reorganização promovida pelo Código do Processo Criminal de 1832. Com as alterações promovidas pelo código e através da Colleção de Leis do Império do Brasil, de 1833, que promoveu a primeira reforma comarcal do império do Brasil, a região ganhou uma comarca própria, a Comarca de Campos, emancipando-se, assim, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além de manter algumas vilas vizinhas sob sua jurisdição. Alguns homens, como Diocleciano Augusto Cezar do Amaral, que antes ocupava um cargo importante, o de juiz de fora, se mantiveram no poder. Agora através novo rearranjo político promovido pelas reformas, Diocleciano ascende ao cargo de Juiz de Direito, que substituía o antigo Juiz Ouvidor[45],

[45] Informações encontradas através das Atas da Câmara, localizadas no Arquivo da Câmara dos Vereadores de Campos dos Goytacazes e revitalizadas pelo Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho, da cidade de Campos dos Goytacazes.

cargo de maior importância no âmbito comarcal e que exercia importante controle nas regiões (LAMEGO, 1913).

Diante de evidencias estão sendo investigadas e de fontes que sendo cotejadas, esta pesquisa segue no caminho de pensar que, além das mudanças promovidas pelas reformas e pelo período liberal do pós-independência, as continuidades garantiram que o império se formasse sob influência de práticas de Antigo Regime. Desta forma, isso pode ser percebido em sua concepção nas localidades do emergente império e são entendidas como fundamentais para a formação de tal, não podendo fechar os olhos para a capilaridade deste poder ou mesmo para as práticas do período colonial. Entender a administração da justiça e o ato de governar as localidades depende de um olhar mais amplo, incluindo, assim, o próprio Antigo Regime português.

Referências:

ALBUQUERQUE JR., D. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ACHTSCHIN, Márcio Santos. Uma leitura do campo jurídico em Bourdieu. *Revista Direito & Sociedade*, p. 96.

ATALLAH, Claudia C. Azeredo. *Da justiça em nome d'El Rey: ouvidores e inconfidência no centro-sul da América portuguesa (1720-1777)*. Rio de Janeiro: Eduerj/FAPERJ, 2015.

_____. Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca. *Tempo*, v. 24, n. 1, p. 161-179, 2018.

_____. Territórios de poder, criminalidade e regionalismo: a criação da comarca de Campos dos Goytacazes (1732-1835). In: FURTADO, Junia; SLEMIAN, Andréa (Org.). *Uma cartografia dos Brasis: poderes, disputas e sociabilidades na independência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa: a criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. *Tempo (Niterói, online)*, v. 22, n. 39, p. 1-30, jan./abr. 2016.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: SECULT, 2010.

DOLHNIKOFF, Míriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Renata Silva. A justiça como parâmetro do governo: o Conselho de Governo e o Conselho Geral na província de Minas Gerais (1825-1834). *História*, v. 39, 2020.

FERNÁNDEZ-SEBASTIÁN, Javier. "Friends of Freedom: First Liberalisms in Spain and Beyond." In: *In Search of European Liberalisms: Concepts, Languages, Ideologies*. Javier Fernández Sebastián et al. (Ed.). 1. ed., v. 6, Berghahn Books, 2019, p. 102–134. Disponível em: https://doi.org/10.2307/j.ctv1850h1f.6. Acesso em: 24 jun. 2023.

FLORY, Thomas. *Judge and Jury in Imperial Brazil, 1808–1871: Social Control and Political Stability in the New State*. (Llilas Latin American Monograph). University of Texas Press, edição Kindle.

FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de monarquia pluricontinental: notas de um ensaio. *História (São Paulo)*, v. 31, n. 2, p. 106-145, jul./dez. 2012.

GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna. In: *Na trama das redes*, p. 95-114.

CASTEJÓN, Philippe. "Colônia" e "Metrópoli": a gênese de uns conceitos históricos fundamentais, 1760-1808. *Illes i Imperis*, n. 18, p. 163-179, 2016.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal (século XVII)*. Coimbra: Almedina, 1994.

LAMEGO, Alberto. *A terra goytacá à luz de documentos inéditos*. 2. ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, [s.d.]. v. I.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

NEVES, Laura. Nas margens do liberalismo: voto, cidadania e constituição no Brasil (1821-1824). *Revista de História das Ideias*, v. 37, 2ª série, p. 55-77, 2019.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre trajetórias e impérios: apontamentos de cultura política e historiografia. *Revista Tempo*, 2009.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

_____. "Pelos negócios da província": apontamentos sobre o governo e a administração no Império do Brasil (1822-1834). São Paulo: *Outros Tempos*, 2019.

_____. À espreita do Estado: reflexões sobre sua formação a partir das Independências na América. *Almanack*, n. 13, p. 44-55, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-463320161303. Acesso em: 16 abr. 2023.

_____. A administração da justiça nas primeiras décadas do Império do Brasil: instituições, conflitos de jurisdições e ordem pública (c.1823-1850). *R. IHGB*, Rio de Janeiro, v. 172, n. 452, p. 225-272, jul./set. 2011.

SUBTIL, José. O crime e o castigo: alteridade entre as Luzes e o Liberalismo (Portugal, 1750-1841). In: SUBTIL, José; ATALLAH, Cláudia; MOTTA, Sarita (Orgs.). *Criminalidade, Direito e Justiça no mundo ibérico*.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século XIX*. São Paulo: EDUSC, 2004.

WEHLING, Arno. A prática da Justiça no Brasil setecentista: casuísmo e sistema.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 381-393.

_____. Representação da sociedade e do poder. Lisboa: Printer Portuguesa Ind. Gráfica, 1998.

Fontes

Atas da Câmara de Campos dos Goytacazes entre os anos de 1822 e 1835.

Processo do Código Criminal, 1832

Código Criminal de, 1830.

Colleção de Leis do Império do Brasil de 1833.

Breve história da história pública: do surgimento nos EUA aos exemplos no Brasil

Alexandre Freitas Campos
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley

Introdução

Como parte da tese em andamento "Práticas de divulgação científica e história pública das universidades fluminenses nas mídias digitais", que discute a divulgação científica do conhecimento histórico produzido pelas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro – UFRJ, UFF. UFRRJ, Unirio e Uerj, além da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz –, este artigo faz breves considerações sobre o surgimento do termo "história pública", seus primeiros usos, iniciativas e conceituações. De modo genérico e introdutório, podemos definir história pública como "formas pelas quais narrativas históricas são produzidas e mobilizadas na sociedade em geral" (PACIEVITCH, 2021, p. 115). Ivana Parrela (2021) destaca a metáfora da árvore, proposta por Thomas Cauvin para discutir as especificidades da produção tradicional da história e da história pública. Ele ressalta que a história sempre tem um público, ainda que se trate de um "nicho para poucos especialistas". Porém, "o que distingue a história pública seria um sistema [de divulgação] de múltiplos ramos dessa mesma árvore, por meio de uma vontade de difundir que se apoia em ampla gama de ferramentas de comunicação" (PARRELA, 2021, p. 153).

O artigo examina seu surgimento no cenário internacional – ao falar sobre Estados Unidos, Reino Unido e Austrália – e sua chegada e desenvolvimento no Brasil, do ponto de vista acadêmico e de iniciativas práticas (com foco no século 21, quando o termo "história pública" já vinha sendo discutido no meio acadêmico, ainda que reconheçamos que práticas de história pública sejam bem mais antigas no Brasil do que aquelas contemporâneas às discussões organizadas em torno do uso do termo).

Ao apontar as iniciativas práticas de história pública, estamos nos baseando em aproximações conceituais entre a história pública e a divulgação científica, para pensar em uma divulgação científica do conhecimento histórico, tendo em vista que a divulgação científica de história é uma forma de se fazer história pública. Para essa afirmação nos

baseamos em Ricardo Santhiago (2016) e no primeiro dos quatro engajamentos de história pública apontados pelo autor. Santhiago pensa a história pública enquanto um "guarda-chuva conceitual" que abriga os usos do passado, da memória, a divulgação da história como ciência e as apropriações históricas em âmbito midiático, artístico, literário e cultural. Observa-se na conceituação elaborada pelo autor que a divulgação científica seria uma prática da história pública. Ela está contida na história pública. Esta, porém, é mais ampla que a divulgação científica.

> Penso a história pública como uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de "autoridade compartilhada" é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e a autoreflexividade do campo) (SANTHIAGO, 2016, p. 28).

Entendemos que a divulgação científica de história, ou, nas palavras de Santhiago, "a divulgação da história como ciência", seria o primeiro desses quatro engajamentos enunciados – "a história feita para o público" –, aquele que "prioriza a ampliação de audiências". Esse é nosso foco ao apontar iniciativas práticas de história pública e também ao mensurar, em nossa tese, a história pública nas universidades do estado do Rio de Janeiro. Quanto aos resultados parciais da tese (que não são o foco deste artigo), falaremos a respeito em nossas considerações finais.

História pública no mundo: EUA, Austrália e Inglaterra

Jill Liddington (2011) identifica as origens da história pública nos Estados Unidos da década de 1970, enquanto "um novo nome para a história mais velha de todas", pontuando, assim como outros autores, que, embora as distintas práticas de aproximação da história com o grande público e a sociedade em geral fossem antigas, o campo ganhava uma institucionalização para pensar e operar essas práticas. O impulsionamento da história pública se dá nos Estados Unidos por razões pragmáticas: preocupações com a empregabilidade de historiadores para além da área acadêmica. Buscava-se ainda a ampliação da atuação dos historiadores nos processos públicos e a inserção do método historiográfico nesse processo. Porém, como lembra a autora, "a ênfase, aí, recai sobre os profissionais e sua empregabilidade no espaço público" (LIDDINGTON, 2011, p. 34-35).

Jurandir Malerba (apud PACIEVITCH, 2021) é um dos autores que também identifica o surgimento da história pública nos Estados Unidos, como uma tendência para "auxiliar na criação de vagas de emprego para acadêmicos" (PACIEVITCH, 2021, p.

117). Sobre a história pública estadunidense, Malerba identifica uma "coexistência entre o comercial, o midiático e o acadêmico" (Ibid), algo que também pode ser apreendido do texto de Liddington a respeito. A autora destaca o papel da Universidade da Califórnia e do periódico The Public Historian (O Historiador Público) e seu corpo editorial que reunia representantes de universidades, do governo, do setor privado e do exército. Apesar das críticas, que consideravam a história pública oportunista, houve da parte do campo certa confrontação ao capital privado. "A geração dos radicais do Vietnã desafiou as reivindicações da velha elite branca à posse exclusiva do passado; ela criticou as nostálgicas aldeias-museus (...) financiadas pelo capital privado" (LIDDINGTON, 2011, p. 37), que, segundo M. Wallace, "distorceram o passado, mistificaram a forma como o presente emergiu e ajudaram a inibir a ação política no futuro" (apud LIDDINGTON, 2011, p. 37).

Quanto à história pública americana do início do século 21, a pesquisadora afirma que ela continua a receber algumas críticas que a julgam infrutífera e oportunista, mas "oferece excelentes exemplos de colaboração criativa entre acadêmicos e profissionais" (2011, p. 36).

> A história pública está viva e indo muito bem nos Estados Unidos. Como um templo amplo, ela abrange um largo espectro político, que vai dos poderosíssimos monumentos do capital privado, como o Williamsburg, até os projetos de base, passando por grandes agências federais, como o National Park Service (NPS). Os Estados Unidos podem ser um tanto isolacionistas, muito pouco críticos em relação ao que exportar Hollywood como história significa globalmente; podemos achar seu modelo de compra/venda comercial demais. Mas eles oferecem exemplos inspiradores de historiadores trabalhando publicamente (LIDDINGTON, 2011, p. 37).

Já a história pública australiana desenvolveu-se ligeiramente após a dos Estados Unidos e, em parte, como crítica a esta, ainda que mantivesse o mesmo pragmatismo, com preocupações empregatícias. Seu desenvolvimento foi, ainda, acentuadamente crítico com os historiadores universitários. Liddington destaca a relevância da Professional Historians Association (PHA) e sua revista, a Public History Review. Na Austrália, a história pública se desenvolveu aliada à história comunitária e a um revisionismo crítico da colonização europeia no país, ampliando a perspectiva dos povos nativos.

> Na Austrália, a história pública engajou-se tanto politicamente quanto na prática, lutando em batalhas comunitárias – mais controvertidamente como "historiadores da linha de frente" em Sydney, entrando no tribunal, subindo sem medo no banco das testemunhas, submetendo-se a ardilosos interrogatórios pelos conselheiros da cidade, para defender e preservar subúrbios industriais da classe trabalhadora tradicional – literalmente, na linha de frente. E por fim, é claro, a Austrália teve que repensar sua própria história,

> a história da terra dos australianos nativos: desde 1788, quando os primeiros esquadrões chegaram de Plymouth à enseada de Sydney na qualidade de colonizadores, até a visão dos europeus como invasores. Embora a ênfase permaneça sobre o formar-para-o-mercado-de-trabalho, a "história pública em estilo australiano", com sua energia política e intelectual, é uma inspiração a mais (LIDDINGTON, 2011, p. 38).

Essa história pública australiana revigorou a história praticada na Grã-Bretanha na década de 1990. Até então, as tentativas de introduzir a história pública vinda da América não vinham dando muito certo e "os debates mais ruidosos na Grã-Bretanha acerca do nosso senso sobre o passado não se deram em torno da história pública, mas do patrimônio e da memória nacionais" (Ibid), protagonizados por geógrafos históricos e teóricos culturais. Como reflexo da influência australiana, a revista Oral History lança, em 1997, uma seção de história pública com foco em "usos e representações públicas de história oral em uma grande variedade de mídias" (p. 41), com novidades da Austrália e dos Estados Unidos, além de ênfase em "questões globais, como migração e novas tecnologias, como websites (embora os leitores permanecessem confusos a respeito do que 'história pública', de fato, era)" (Ibid).

Liddington destaca ainda o pioneirismo do Ruskin College, que, a partir de 1996, começa a oferecer um mestrado em história pública, tendo como objetivo "atravessar o abismo entre o estudo acadêmico e o mundo real" (Ibid). A partir de 2000, o Ruskin College organiza "congressos bem-sucedidos sobre história pública, baseados em oficinas participativas que atraíram alunos adultos e family historians, curadores de patrimônio e professores universitários" (Ibid). Ao analisar o cenário da história pública britânica nos anos 2000, em uma perspectiva comparada às pesquisas de patrimônio que em décadas anteriores dominavam os debates públicos sobre o passado naquele país, Liddington considera que a história pública era mais receptiva, "inclusiva e democrática, com ênfase não na 'compra' do profissionalismo de uns poucos historiadores, mas sim nas muitas pessoas tendo acesso às suas próprias histórias, com os historiadores ajudando a 'devolver às pessoas a sua própria história'" (p. 42). Com esta afirmação, a autora parece também estabelecer um contraponto entre a história pública britânica e as estadunidense e australiana, sendo a primeira mais afeita à autoridade partilhada.

Ao falar, em artigo de 2011, sobre a então despontante história digital, Gerald Zahavi ressalta o quanto os países aqui citados – Estados Unidos, Austrália e Grã-Bretanha – juntamente com o Canadá, vinham abrindo cada vez mais espaço às mídias digitais na formação em história pública. Para falar dessa dianteira da história pública

anglo-saxã, o autor se refere a "um dos mais empolgantes e promissores movimentos da área: a mudança de uma história pública centrada na materialidade para a multimídia, a história digital e a *world wide web*" (ZAHAVI, 2011, p. 58). O modelo anglo-saxão é importante para refletirmos sobre lacunas e defasagens da formação em história no Brasil, no que diz respeito à incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), mais especificamente as digitais, e sobre o ainda pouco espaço para a formação em história pública dentro do abrangente campo da formação em história.

> A Concordia University, em Montreal, Canadá, por exemplo, está implementando um programa de história pública particularmente forte em storytelling digital. Com um dos programas de história pública mais antigos do Canadá, University of Western Ontario orgulha-se de sua força na história digital (...). Nos Estados Unidos, a George Mason University e seu Center for History and New Media (CHNM) oferecem sólidos programas em história digital (...), recebendo o prêmio bienal do conselho para "destaques em projetos de história pública" (...). No futuro, haverá uma demanda crescente de conteúdos de história digital de todo tipo (ZAHAVI, 2011, p. 58-58).

História pública no Brasil

Hermeto e Ferreira (2021) nos lembram que o conceito de história pública sofre certa influência geográfica, variando conforme o país. "Ela assume características próprias de cada país onde é produzida – como se pode observar na diversidade das práticas e concepções entre EUA, Itália, Inglaterra, Colômbia, Brasil etc" (p. 8). No Brasil, eles destacam que a Rede Brasileira de História Pública (RBHP) considera a história pública como uma "plataforma de observação e ação (e não como campo de conhecimento stricto sensu)" (Ibid), evitando limitar a sua compreensão. Ainda sobre o contexto brasileiro, eles resumem (em 2021) o andamento de 10 anos de debate a partir de atividade de 2011 – o curso "Introdução à História Pública", da USP –, considerada seminal para a história pública brasileira.

> Uma década depois do primeiro curso de introdução ao tema, ocorrido em 2011 na Universidade de São Paulo, há um acúmulo de discussões e materiais sobre as perspectivas desse debate no país: outros simpósios internacionais e eventos regionais foram realizados; houve a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP); relevantes publicações sobre a temática entraram em circulação, em especial através de dossiês em periódicos acadêmicos e livros (HERMETO e FERREIRA, 2021, p. 7).

Embora muito sucinto, esse resumo aponta que houve algum avanço em torno do tema no país, ao menos no engajamento "história e público", que é um dos "quatro engajamentos fundamentais" da história pública propostos por Ricardo Santhiago (2016). Este engajamento diz respeito ao modo como a história pública é usada para promover reflexão sobre si própria e sobre as relações entre história e público. Em sua obra de 2016,

Santhiago destaca que, no Brasil, a história pública tem sido vista "com suspeita e apreensão – ou ao menos com uma dose equivalente de precaução e entusiasmo" (2016, p. 23).

Ainda sobre o contexto brasileiro, Caroline Pacievitch reforça o quanto a história dos estudos em história pública no Brasil é recente – todos os encontros acadêmicos datados no século 21 –, embora haja pesquisas anteriores semelhantes ainda que não reivindiquem o uso do termo. A propósito, é frequente entre pesquisadores de história pública a afirmação sobre o quanto é comum que historiadores se surpreendam ao se reconhecerem dentro do campo da história pública desde antes do termo "história pública" começar a ser utilizado, seja por conta de seus escopos de pesquisa, seja por conta de suas práticas de divulgação. Afirmações semelhantes podem ser encontradas, por exemplo, em Sebastián Vargas Álvarez (2021) e Ana Maria Mauad (2021).

> O interesse pela história pública é recente no Brasil. Os encontros científicos datam todos do século XXI, embora não seja impossível mapear pesquisas anteriores que possam ser identificadas como tal, mesmo que não reivindiquem o termo. É arriscado afirmar que toda pesquisa interessada nas formas pelas quais narrativas históricas são produzidas e mobilizadas na sociedade em geral são história pública, mas essa relação não é de toda incorreta (...).
> De um lado, pelo menos nos últimos 20 anos, houve um aumento na produção cultural sobre história, principalmente em revistas e livros, mas também no número de museus, arquivos, memoriais, espaços de cultura, shows históricos em pontos turísticos, aproximando-se do que fora mapeado por Andreas Huyssen (2000) na Europa dos anos 1980 e 90. De outro lado, pesquisadoras/es alinhadas/es a diversas tendências teórico-metodológicas, como a própria *public history*, a história oral, os usos públicos do passado, a história do tempo presente até a didática da história de tradição alemã, tencionam as fronteiras da história acadêmica e propõem outras perspectivas sobre a produção, a divulgação, as apropriações, os usos, o ensino e a aprendizagem dos saberes históricos com diversos públicos (PACIEVITCH, 2021, p. 115-116).

Sebastián Vargas Álvarez (2021), ao traçar uma genealogia da história pública na Colômbia, é um dos diversos autores a destacar que práticas de divulgação de história para um público além do acadêmico, assim como pesquisas em história que buscavam a análise das narrativas históricas voltadas a esse público amplo, já poderiam ser chamadas de história pública antes do termo entrar em voga. Ele analisa essas iniciativas partindo da ideia de que "as práticas públicas da história não são novas e muitos historiadores reconhecem hoje que vêm fazendo história pública sem sabe-lo" (CAUVIN apud ÁLVAREZ, 2021, p. 73). Seu artigo contribui para uma compreensão a respeito de uma história da história pública na América Latina. Embora não pretendamos nos aprofundar no cenário latino-americano, o caso específico do Brasil merece destaque. E, a respeito da experiência brasileira, Keila Grinberg faz uma avaliação semelhante àquela feita por Álvarez sobre a Colômbia. Ela lembra que, no Brasil

> O surgimento da maioria dos cursos de graduação e de pós-graduação em história data das décadas de 1960 e 1970 (...). Antes disso, inúmeros autores, intelectuais de formações diversas, já se dedicavam à popularização da história, àquilo que hoje chamamos de divulgação. Um bom exemplo é Viriato Correia (1884-1967), que, como nos mostrou Angela de Castro Gomes, na década de 1950 conduzia o popular programa de rádio *História de Chinelo,* na Rádio Nacional, e escreveu vários livros de história para crianças e adultos (GRINBERG, 2019, p. 127-128).

Esses apontamentos são corroborados por Santhiago, ao afirmar que "há dez ou quinze anos, digamos, a expressão 'história pública' era praticamente desconhecida no Brasil – embora já houvesse história pública onde quer que se olhasse" (2016, p. 23), reforçando que embora o termo tenha começado a ser usado nas primeiras décadas do século 21, no Brasil já havia práticas e pesquisas que poderiam ser chamadas de tal forma. Santhiago, sem se aprofundar na tentativa de enumerar essas práticas e pesquisas que precedem a popularização do termo no país – o que também não é nossa proposta nesta pesquisa – ressalta a amplitude dessas iniciativas e a dificuldade em mapeá-las.

> Não é possível enumerar iniciativas (...) – especialmente a partir da segunda metade do século XX – pioneiras, desbravadoras, muito próximas daquilo que hoje se identifica como história pública; sabemos que elas existiram, pelas mãos de historiadores, jornalistas, escritores, sociólogos, advogados, memorialistas, diletantes e por toda uma legião de pessoas (...). É todo um universo de histórias públicas institucionalizadas e não institucionalizadas que está para ser mapeado, como Jerome de Groot fez na Inglaterra (...), ou cuja repercussão Roy Rosenzweig e David Thelen mapearam nos Estados Unidos, seguidos de perto por Paul Ashton e Paula Hamilton na Austrália. No nosso caso, talvez, o trabalho seja ainda mais árduo (SANTHIAGO, 2016, p. 25).

Santhiago reforça que o termo "história pública" se popularizou no Brasil a partir de 2011, por conta do curso de Introdução à História Pública, da USP, ainda que já aparecesse ocasionalmente anteriormente ao evento. O currículo do curso era voltado a questões práticas, dentre elas "como promover produções históricas por meio da divulgação científica e da assessoria de imprensa", o que nos mostra que desde o início, no Brasil, a história pública aproximou-se e abrangeu a divulgação científica. Segundo Santhiago, o curso privilegiava uma vertente da história pública: aquela "feita para o público, que focaliza a ampliação das audiências" (2016, p. 27).

Esse enfoque também se refletiu no livro pioneiro no Brasil sobre o tema, chamado "Introdução à história pública" e organizado por Juniele Rabêlo e Marta Rovai, em 2011. As organizadoras se basearam no programa do curso da USP. A quarta-capa do livro é enfática: "fazer história pública significa atuar em favor da difusão de conhecimento histórico para amplas audiências" (ALMEIDA e ROVAI apud SANTHIAGO, 2016, p. 27).

> Primeiro livro brasileiro sobre o tema, Introdução à história pública foi uma

> espécie de marco do início de uma movimentação organizada; foi, também, fundamental ao explicitar a centralidade da circulação popular da história e da memória como um tema de estudos e como uma preocupação a fazer parte da agenda de todo historiador. Demonstram seu êxito as frequentes referências ao livro em listagens bibliográficas, bem como os desdobramentos que ele favoreceu (SANTHIAGO, 2016, p. 27).

Como exemplos de frutos dessa "movimentação organizada" a qual se refere, Santhiago cita eventos acadêmicos importantes da década passada, que ajudaram a sedimentar ainda mais o novo campo, como o 1º Simpósio Internacional de História Pública, realizado em 2012, na USP, que teve como resultado a criação da já citada Rede Brasileira de História Pública, no mesmo ano. Naquele ano, a seção paulista da Associação Nacional de História (Anpuh) teve como tema geral "História: da produção ao espaço público", visando aprofundar as discussões em história pública. No ano seguinte, no mesmo sentido, o 27º Simpósio Nacional de História teve o tema "Conhecimento histórico e diálogo social". Por fim, Santhiago cita o Segundo Simpósio Internacional de História Pública, realizado em 2014, na Universidade Federal Fluminense, cujo tema foi "Perspectivas para a história pública no Brasil".

Ainda quanto à movimentação organizada no âmbito acadêmico, Hermeto e Ferreira destacam a relevância do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), no qual "uma das três linhas de pesquisa (...) se localiza na interface com a história pública: 'Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão'" (HERMETO e FERREIRA, 2021, p. 12-13). Os autores nos contam que suas "trocas em orientações e bancas com colegas e mestrandos do ProfHistória indicam que a ideia de um 'produto' tende a associá-lo a uma comunicação de história pública" (p. 13). E se falamos sobre história pública e pós-graduação, não podemos deixar de acrescentar à fala de Hermeto e Ferreira o pioneirismo da Universidade Estadual do Paraná, que foi a primeira instituição de ensino superior do Brasil a oferecer um mestrado especificamente em história pública. Com duas linhas de pesquisa – "Saberes e linguagens" e "Memórias e espaços" – o Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP), sediado no campus de Campo Mourão, abriu seu primeiro processo seletivo para seu mestrado no início de 2019[46].

Já na década atual, Benito Schimidt e Jurandir Malerba destacam a pandemia de covid 19 como um período importante que contribuiu para a história pública brasileira (2021). No entanto, é preciso ressalvar que ambos escreveram a esse respeito ainda

[46] Seleção para o primeiro mestrado em história pública do país já tem data: < https://www.cafehistoria.com.br/mestrado-em-historia-publica/ >.

perpassados pelo período pandêmico (SCHMIDIT e MALERBA, 2021, p. 8). Apesar do ainda necessário distanciamento histórico para refletirmos sobre o peso da pandemia na história da história pública no país, cabe o registro dos dois historiadores, que nos contam que o isolamento social imposto pelas circunstâncias levou historiadores a responder a adversidade com projetos de história pública, "principalmente em duas frentes: a divulgação do conhecimento histórico em meios digitais e o armazenamento de memórias relativas à pandemia e ao confinamento" (Ibid).

No primeiro caso, Schimidt e Malerba citam o exemplo do projeto História em Quarentena, por meio do Facebook Live, que reuniu pesquisadores brasileiros e estrangeiros para "divulgar o conhecimento histórico, mas também o conhecimento de outras ciências humanas e sociais, aproveitando as possibilidades oferecidas pelas ferramentas digitais para reforçar o sentido de coletividade" (Ibid). No segundo caso, o armazenamento de memórias, os autores destacam a plataforma Memórias Covid-19, criada na Universidade Estadual de Campinas para funcionar como uma "cápsula do tempo", conectando pessoas e possibilitando o compartilhamento de relatos individuais e coletivos, "coletando e preservando vivências numa nova narrativa" (SCHIMIDT e MALERBA, 2021, p. 9).

Iniciativas práticas de história pública no Brasil

Até aqui, ao falarmos sobre história pública no Brasil, focamos na movimentação acadêmica a respeito do campo. Citemos agora brevemente as principais e/ou mais populares iniciativas práticas de história pública no Brasil. Conforme anteriormente exposto por meio da fala de Santhiago, tentar enumerá-las seria um trabalho árduo (2016, p. 25), que demandaria uma pesquisa própria. Ainda que nos limitássemos somente ao período a partir do qual o termo história pública começou a ser usado (desconsiderando as iniciativas de divulgação de história do século 20), o escopo seria considerável para ao menos requerer uma pesquisa mais cuidadosa. Por isso vamos aqui apenas citar brevemente algumas dessas iniciativas, com base em um grosso cálculo que leva em conta relevância, popularidade, longevidade e fôlego da parte de seus produtores.

Começando pela Revista de História da Biblioteca Nacional, que foi uma publicação mensal da Sociedade Amigos da Biblioteca Nacional (Sabin) dedicada à divulgação da História do Brasil, entre 2005 a 2015. A publicação foi criada a partir de uma dissidência da revista Nossa História, criada em 2003 e que seria tirada de circulação

em 2006[47]. O primeiro número da nova revista circulou em julho de 2005. Era vendida nas bancas de todo o país e, ao mesmo tempo, tinha significativa entrada no meio acadêmico, principalmente para graduandos em história. Através dela o público em geral teve acesso, de maneira simples, à produção da historiografia. Para Alexandre Alves (2009), a publicação tinha "linguagem leve, cotidiana, sem ranços de academicismo" (on-line). Ele destacou nomes de peso do conselho editorial da revista e a relevância da publicação para os profissionais das ciências humanas.

> Pela qualidade de seu conselho editorial, em que se destacam José Murilo de Carvalho, Alberto da Costa e Silva, Lilia Schwarcz, João José Reis, Ronaldo Vainfas, Laura de Mello e Souza e Marcos Sá Corrêa, pela equipe de redação e produção e os articulistas convidados, o site da Revista de História da Biblioteca Nacional merece o mesmo destino da edição impressa: ser lido do começo ao fim. Por professores de todas as disciplinas – especialmente das ciências humanas (ALVES, 2009, on-line).

Bruno Leal Pastor de Carvalho classificou a Revista de História da Biblioteca Nacional como "a mais importante experiência de popularização de história no Brasil" (2017, on-line) e destacou que o fim da circulação da revista em banca se deu como decorrência da crise financeira do país na época. Em 2017, o site da revista também saiu do ar. Outra revista impressa que merece menção é a Aventuras na História. A publicação surgiu em 2003 e ainda está em circulação atualmente, já tendo passado por algumas editoras e reformulações. A Aventuras na História surgiu como uma edição especial da revista Superinteressante, e a ligação era explícita na capa, que usava o selo "Família Super". Foi uma das publicações que fizeram parte do chamado Núcleo Jovem da editora Abril, juntamente com outras revistas de cunho científico e voltadas para a juventude[48]. Atualmente a publicação pertence à editora Perfil.

Dentre as iniciativas digitais, não poderíamos deixar de citar o site Café História, de Bruno Leal Pastor de Carvalho. O Café História surge em 2008, com o objetivo de fazer divulgação do conhecimento histórico por meio das chamadas "novas mídias digitais" para amplas audiências. Até hoje o portal reivindica a ciência para o que se propõe a fazer, com o slogan "Divulgação científica desde 2008". "O Café História pode ser considerado hoje o maior portal de divulgação científica em língua portuguesa especializado em história na internet" (CARVALHO, 2019, p 105-106). Carvalho fez essa afirmação em 2019. Palavras que julgamos provavelmente ainda válidas para este momento (2024).

---

[47] Revista História da Biblioteca Nacional disponibiliza acervo para leitura online: < https://clickmuseus.com.br/revista-historia-da-biblioteca-nacional-disponibiliza-acervo-para-download/ >.
[48] Aventuras na História: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Aventuras_na_Hist%C3%B3ria >.

O Café História começou na plataforma Ning, surgida em 2005 e que permite a criação de redes sociais individualizadas. “Acredito que uma das grandes inovações do Café História nessa primeira fase foi a fusão entre rede social e portal de conteúdo”, avalia Carvalho (2019, p. 109). Nove anos depois, o projeto saiu do Ning e começou como portal construído no Wordpress. As razões para a migração foram a desatualização do Ning; os avanços rápidos e transformações nas tecnologias digitais, com um crescimento do Facebook, que fez diminuir o interesse do público por redes sociais como o Ning; e o desgaste do modelo de redes sociais, reflexo da grande polarização político-ideológica, que fez com que essas redes fossem tomadas por intolerância, denuncismo, desinformação e manipulação de emoções. A fala do responsável pelo Café História nos mostra o quanto o conteúdo histórico é sensível a esses acirramentos político-ideológicos. Ela nos mostra ainda as dificuldades de pôr em prática a ideia de autoridade compartilhada, proposta colaborativa, nas redes sociais.

> Nos últimos dois anos em que esteve na plataforma Ning, muitos fóruns e grupos se tornaram espaços de desentendimentos, radicalismos, preconceitos, messianismos e outros comportamentos incompatíveis com um espaço de debate intelectual. O princípio da internet colaborativa, na qual os participantes são responsáveis por boa parte do conteúdo, parecia ter chegado a um momento de esgotamento. As ferramentas colaborativas passaram a ser usadas por indivíduos desestabilizadores, os chamados trolls, que, embora em número reduzido, tumultuavam o ambiente e afastavam aqueles que tinham interesse em desenvolver um debate respeitoso, produtivo e consistente (CARVALHO, 2019, p. 115).

Na nova fase, o foco do portal passou a ser a publicação de conteúdos originais desenvolvidos por especialistas, sua produção se tornou mais regular e, visualmente, a página ficou mais clara, simples e organizada. O portal disponibiliza notícias, artigos, entrevistas, bibliografias comentadas etc. Carvalho destaca que o conteúdo do Café História repercute em artigos, monografias, dissertações e teses, recebendo citações nesses trabalhos acadêmicos, o que é um sentido inverso do que ocorre na divulgação científica: normalmente é o conteúdo de divulgação científica que se baseia no conteúdo acadêmico de pesquisa (ou de comunicação científica). Mas o Café História é um bom exemplo de que o contrário pode ocorrer.

> Esses dados revelam que, embora a divulgação científica se dirija ao grande público, ela também pode ter um impacto expressivo na comunidade acadêmica (...). Experiências de divulgação para o grande público, desta forma, podem contribuir para se repensar os processos de divulgação e difusão para os pares (CARVALHO, 2019, p. 120).

Outra iniciativa que brevemente aqui citamos é o canal Leitura Obrigahistória, que abrange o podcast História FM. O Leitura Obrigahistória surge no Youtube em 2015,

numa derivação de um blog criado por Icles Rodrigues em 2009. Inicialmente a ideia era disponibilizar resenhas de livros de história e ciências humanas, o que mostra que desde o começo o projeto tinha certa abertura para maior abrangência de temas e disciplinas. Entretanto, a lógica algorítmica do Youtube mostrou que essa proposta inicial seria insustentável, dada a dificuldade de se ler tantas obras para produzir vídeos na frequência que a plataforma exige para possibilitar um alcance razoável. Algo que também nos faz refletir sobre os descompassos entre algoritmos e a reflexão crítica necessária ao trabalho sério de pesquisa e produção de conhecimento.

> Depois de alguns meses de trabalho intenso, começou a ficar claro que era impossível permanecer no mesmo ritmo e manter certo padrão de qualidade, já que vídeos sobre história (e quaisquer ciências, não apenas humanas) requerem muito tempo para leitura, pesquisa, desenvolvimento do roteiro (ou no caso de quem não usa roteiros, ao menos uma narrativa coesa) (RODRIGUES, 2021, p. 172-173).

O Leitura Obrigahistória pôs em prática inúmeras tentativas de diversificação de conteúdo, como vídeos de história geral, discussões sobre conceitos históricos e vídeos relacionando história e música. Em 2018 o canal teve um enorme crescimento, segundo Icles Rodrigues, por conta das eleições. Em 2019, foi criado o podcast História FM, dedicado a entrevistar professores, pós-graduandos e demais especialistas em determinados temas históricos. A partir daí, a produção de podcast foi substituindo a produção de vídeos. Os episódios do História FM podem ser ouvidos em site próprio e também em plataformas como Spotify e Apple. O acervo conta com episódios sobre os mais variados temas históricos, como as duas Guerras Mundiais, ditadura militar, abolição da escravidão, além de temas ligados à historiografia, como Escola dos Annales. As participações contam com alguns dos nomes mais importantes da produção acadêmica da história no Brasil, como Fernando Nicolazzi, Marcos Napolitano, Jurandir Malerba, dentre muitos outros. Sendo alguns desses nomes muito importantes para a história pública brasileira, seja pela produção acadêmica sobre o campo, como Marta Rovai, que é a entrevistada em episódio sobre história oral; seja por iniciativas práticas de história pública nas mídias digitais, como Vitor Soares (do podcast "História em Meia Hora") e Júlio César Guedes (do Sala de Guerra, canal no Youtube), além de profissionais com experiências práticas de divulgação científica em ciências humanas, como a socióloga Sabrine Fernandes, do canal Tese Onze, onde ela própria reivindica a ciência ao falar do propósito de "educação política e divulgação científica"[49] de seu canal.

[49] No vídeo "Missão Cumprida", Sabrine Fernandes faz uma despedida do canal e explica as suas razões. Ela fala da dificuldade em conciliar o trabalho de divulgação científica com seu trabalho de pesquisa e sua

Finalizando, registremos aqui o site História da Ditadura, de Paulo Cesar Gomes. Ele explica que a ideia da criação do site surgiu de insatisfações com o trabalho de pesquisa e sua pouca visibilidade, o que fez com que ele começasse a elaborar um projeto para levar o conhecimento histórico sobre a ditadura militar – seu tema de pesquisa na pós-graduação – para um público mais amplo. O História da Ditadura entra no ar em agosto de 2016. De acordo com Gomes, logo de início foi perceptível a dificuldade de se manter a periodicidade do conteúdo do site, tendo em vista que os envolvidos estavam em fase final de doutorado. Outra dificuldade foi encontrar colaboradores.

> Além de nosso trabalho não ser conhecido (...), notávamos certa resistência por parte dos colegas, como ainda ocorre, de tentar escrever em linguagem acessível e evitando os jargões. Sem contar que as produções voltadas à divulgação não acrescentam quase nada em número de pontos para o currículo de acordo com as métricas vigentes das agências de avaliação acadêmica. Assim, poucos aceitavam o desafio (GOMES, 2021, p. 181).

Paulo Cesar Gomes explica que com o tempo as coisas foram melhorando, o trabalho foi sendo reconhecido e ele recebeu inúmeros relatos de usos dos conteúdos do site em aulas do ensino médio e superior. Outro ponto levantado é que, por conta do tema principal do projeto gerar muita polêmica e disputas narrativas, nas redes sociais do História da Ditadura "há muitos ataques negacionistas vindos de pessoas que, certamente, não acessam o conteúdo" (GOMES, 2021, p. 182). Em 2017, seus responsáveis começaram a produzir também vídeos no Youtube, com foco em entrevistas com historiadores, artistas e pessoas que viveram no período ditatorial. O site conta com conteúdos textuais e audiovisuais. Estão incluídos artigos, entrevistas, resenhas de livros e de filmes, planos de aula e divulgação de teses e dissertações. De acordo com Gomes, em 2021 o História da Ditadura contava com oito editores de conteúdo e aproximadamente 80 colunistas fixos, de graduandos a professores universitários, não obrigatoriamente da área de história.

Considerações finais

Procuramos mostrar neste artigo a importância e pioneirismo da história pública anglo-saxônica na organização dos estudos sobre as formas como narrativas históricas

---

militância política, citando problemas de saúde mental decorrentes da sobrecarga de trabalho, como o burnout, além de outros problemas de saúde, como fibromialgia. Seu relato/despedida vale a pena ser conferido, porque, além de ela reivindicar para si própria uma missão ligada à divulgação científica, ela também toca em questões que nossa tese aborda, ligadas ao desgaste e dificuldades de se assumir projetos de divulgação de forma individual e conciliando com o trabalho acadêmico e outras atividades (trabalho no mercado, vida cotidiana, família etc): < https://www.youtube.com/watch?v=CZoSh4qLGqU >.

são produzidas e mobilizadas na sociedade em geral, inclusive e principalmente ampliando as relações entre história acadêmica, mercado e sociedade. Essa história pública chega ao Brasil na segunda década deste século e, somado a isso, nos últimos 20 anos, houve um aumento na produção cultural sobre história no país. Dois marcos fundamentais da chegada da história pública no Brasil são o curso de Introdução à História Pública, da USP, e o livro homônimo, ambos de 2011.

Os relatos de experiência de algumas das iniciativas práticas de história pública que aqui trazemos nos apontam alguns problemas e desafios, como as dificuldades de se pôr em prática a proposta de autoridade partilhada nos meios digitais em tempos de polarização, discurso de ódio e negacionismo; o descompasso entre o tempo de produção exigido pelo funcionamento de algoritmos e o tempo necessário de estudo e reflexão para a elaboração de um conteúdo científico bem embasado e coeso; a pouca valorização do trabalho de divulgação, que em geral não acrescentam muitos pontos para o currículo, conforme parâmetros acadêmicos de avaliação, o que gera dificuldades em se encontrar colaboradores para projetos de divulgação do conhecimento histórico.

Essas e outras questões, com foco nas mídias digitais, são melhor desenvolvidas em nossa tese em andamento. Nela, nosso objeto são as universidades nas redes. No que chamamos de "mapeamento inicial", estão sendo analisadas 26 páginas na primeira etapa (universidades e COC/Fiocruz), 34 na segunda etapa (PPGs) e 185 na terceira etapa (grupos de pesquisa, núcleos e laboratórios), totalizando 245 páginas. Em linhas gerais, podemos dizer que prevalece nas universidades a produção de um conteúdo com foco na cobertura do cotidiano institucional e que o conteúdo com foco na produção de conhecimento (aqui incluímos a divulgação científica e a concepção de história pública de nossa perspectiva de análise), é timidamente coadjuvante. Os modos como os PPGs e grupos de pesquisa (e também laboratórios e núcleos) gerem suas mídias digitais, em geral, reproduzem esse caráter institucional. Entretanto, foram identificados alguns projetos isolados de história pública/divulgação científica do conhecimento histórico – espalhados por grupos de pesquisa, graduações e PPGs – que merecem estudos de caso mais detalhados, que serão produzidos após nosso mapeamento inicial.

Referências:

ÁLVAREZ, Sebastián Vargas. Genealogias da história pública na Colômbia: fragmentos de uma prática intelectual. In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane (Orgs.). *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

ALVES, Alexandre. Revista de História da Biblioteca Nacional. *Educação Pública*, 16 jul. 2009. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/9/21/revista-de-histoacuteria-da-biblioteca-nacional. Acesso em: 17 abr. 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Saiba como ter acesso ao site desativado da Revista de História da Biblioteca Nacional. *Café História*, 07 set. 2017. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/rhbn-site/. Acesso em: 17 abr. 2024.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (Orgs.). *História pública e divulgação de história*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2019.

GOMES, Paulo Cesar; RODRIGUES, Icles. Ensino de história e plataformas digitais: os canais Leitura ObrigaHistória e História da Ditadura. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Fazendo História Pública*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

GRINBERG, Keila. Experiências de uma historiadora-divulgadora. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (Orgs.). *História pública e divulgação de história*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2019.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida (Orgs.). *História pública e ensino de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MAUAD, Ana Maria. História pública e história do tempo presente no Brasil. Entrevista com Ana Maria Mauad por Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges. In: RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane (Orgs.). *História pública e história do tempo presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

PACIEVITCH, Caroline. Ensino de história: narrativas que percorrem a escola e o público. In: HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida (Orgs.). *História pública e ensino de história*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

PARRELA, Ivana D. História pública e a função de difusão nos arquivos. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Fazendo História Pública*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

RODRIGUES, Icles; GOMES, Paulo Cesar. Ensino de história e plataformas digitais: os canais Leitura ObrigaHistória e História da Ditadura. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Fazendo História Pública*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo (Orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Fazendo História Pública*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Uma escola de normalistas nas páginas do jornal – Luta Democrática e IEGRS: conexões entre educação e mídia.

Alyne Mendes Fabro Selano
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rui Aniceto Nascimento Fernandes

O texto em questão é parte das reflexões do trabalho de doutorado ainda em andamento que pretende analisar os usos da memória em uma instituição de ensino, modalidade formação de professores, o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira – IEGRS – localizado no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, cuja fundação se deu na década de sessenta e que até hoje atua na formação dos professores na região.

Na época da sua fundação havia uma grande expectativa da sociedade caxiense na formação de professores de forma gratuita, uma vez que, até a ocasião, a única escola que oferecia essa modalidade era particular e isso limitava o acesso de grande parte das pessoas. Quando o IEGRS foi criado em 1962, portanto, ganhou o status de uma escola diferenciada, chamando atenção das famílias que passaram a ver o ingresso dos seus filhos e filhas como uma oportunidade de melhorar as condições de vida, em um contexto marcado pela grande desigualdade social existente no local.

A escola, portanto, ao longo do tempo, se ocupou de consolidar através das suas efemérides uma imagem de "celeiro de cultura" e seus esforços para tal, ganharam visibilidade também fora dos muros, como percebemos através das páginas do jornal Luta Democrática. Nosso interesse, portanto, é buscar no jornal elementos que justifiquem a criação de um imaginário de escola diferenciada, na região.

Cabe esclarecer que o Jornal Luta Democrática foi fundado pelo deputado da União Democrática Nacional – UDN – Tenório Cavalcanti, expressiva figura política. O jornal marcou sua atuação entre os anos de 1954 e 1987 e chegou a ocupar o lugar de terceiro maior jornal veiculado no Rio de Janeiro. Tenório Cavalcanti era um político muito conhecido na região, elegeu-se vereador por Nova Iguaçu e posteriormente deputado estadual pelo Rio de Janeiro e por fim, elegeu-se deputado federal pela UDN. Advogado por formação, Tenório teve sua carreira política interrompida pela Ditadura Militar, no ano de 1964, quando foi cassado. Nesse intermédio, sua carreira foi marcada por atuações polêmicas que envolviam violência, o que lhe conferiu a alcunha de

“Homem da Capa Preta”. Nesse sentido, o jornal foi, em muitos momentos, um instrumento utilizado para movimentar a vida política da região, formar opiniões e sobretudo reafirmar a importância de Tenório nesse cenário, afinal, ele também utilizava esse espaço para atacar adversários políticos e promover suas campanhas. Cabe ressaltar que no mesmo período veiculavam dois outros jornais no Rio de Janeiro, o jornal O Dia e o jornal A Última hora, ambos com o perfil voltados para as discussões políticas.

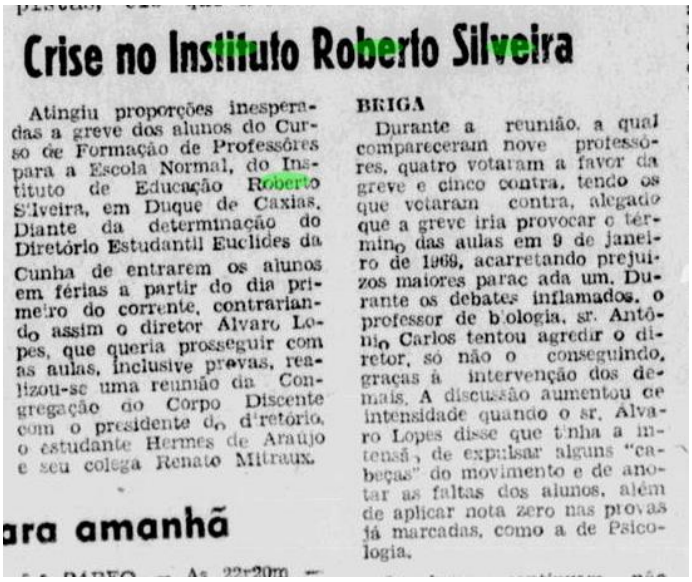
A pesquisa se movimenta a partir de questionamentos sobre a forma como a escola é retratada nas páginas do jornal e sobre as preocupações da imprensa em fornecer para a população notícias relacionadas à escola, além de buscar compreender o propósito das publicações. Nesse contexto, concordamos com José D’Assunção Barros, quando defende a relevância do jornal como fonte histórica: “[...] o jornal nunca deixou de ser um meio de comunicar ideias e de interferir na sociedade a qual se destina, faça isso de modo voluntário ou involuntário (BARROS, 2023).

O jornal já se ocupava de registrar eventos relacionados às normalistas mesmo antes da fundação do IEGRS, dando espaço para eventos do Instituto de Niterói, o primeiro fundado no Rio de Janeiro, em um momento em que ainda havia o Estado da Guanabara, dando destaque, por exemplo, para o evento “Semana da Normalista”, evento esse que, vale ressaltar, ocorre até hoje no IEGRS.

Após a fundação do IEGRS, o jornal passou a reservar espaço para a escola na sessão “Notícias da Baixada” e eventualmente em alguma outra sessão que tratasse da educação local. Para demonstrar tal conexão separamos algumas publicações relacionada a eventos que aconteciam com regularidade ocorridos no intervalo de cinco anos entre 1969 e 1973. Esse recorte foi uma tentativa de aguardar a estruturação da escola na região, uma vez que ao longo do tempo ela passou a oferecer jardim de infância, ensino básico e até abrigou o curso de Pedagogia que posteriormente seria ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e consequentemente esse aumento das possibilidades de estudo poderia também se refletir na imprensa local.

De uma forma geral, observamos a veiculação de reportagens relacionadas aos concursos de admissão, eventos como a Semana da Normalista e até mesmo críticas relacionadas a obras no prédio da escola e indicações de problemas relacionados à falta de professores. Inicialmente acreditávamos que o periódico tinha o único objetivo de exaltar a imagem da escola diante da sociedade caxiense, porém, ao analisarmos as reportagens percebemos que elas marcavam o lugar da escola, mas também não se furtavam de criticar ações tomadas pelos seus diretores, por exemplo. Isso nos leva a

pensar sobre os interesses políticos para além de tais críticas. No fragmento abaixo o jornal ressalta uma greve por parte dos estudantes determinada pelo Diretório Estudantil em oposição ao diretor, Sr. Álvaro Lopes que desejava prosseguir com o ano letivo, suspendendo as férias. A matéria também relata a tentativa de agressão do diretor pelo professor de biologia e termina ressaltando a tentativa autoritária do diretor em cogitar a expulsão dos estudantes considerados "cabeças" do movimento.



Crise no Instituto Roberto Silveira

Atingiu proporções inesperadas a greve dos alunos do Curso de Formação de Professôres para a Escola Normal, do Instituto de Educação Roberto Silveira, em Duque de Caxias. Diante da determinação do Diretório Estudantil Euclides da Cunha de entrarem os alunos em férias a partir do dia primeiro do corrente, contrariando assim o diretor Alvaro Lopes, que queria prosseguir com as aulas, inclusive provas, realizou-se uma reunião da Congregação do Corpo Discente com o presidente do diretório, o estudante Hermes de Araujo e seu colega Renato Mitraux.

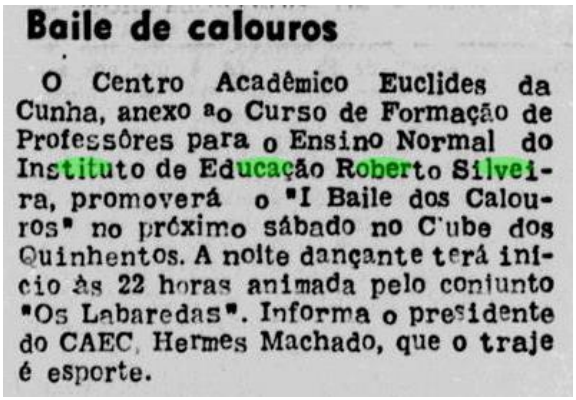
BRIGA

Durante a reunião, a qual compareceram nove professôres, quatro votaram a favor da greve e cinco contra, tendo os que votaram contra, alegado que a greve iria provocar o término das aulas em 9 de janeiro de 1969, acarretando prejuizos maiores para cada um. Durante os debates inflamados, o professor de biologia, sr. Antônio Carlos tentou agredir o diretor, só não o conseguindo, graças à intervenção dos demais. A discussão aumentou de intensidade quando o sr. Alvaro Lopes disse que tinha a intensão de expulsar alguns "cabeças" do movimento e de anotar as faltas dos alunos, além de aplicar nota zero nas provas já marcadas, como a de Psicologia.

ara amanhã

Fonte: Jornal Luta Democrática ed.04422(1) 1968, pág. 6

Ao pensarmos no processo de socialização tão importante no espaço escolar, tomamos como exemplo as festas, comumente realizadas no Clube dos Quinhentos, um clube que era frequentado pelas pessoas mais importantes da região. Nessa edição datada de 1968 é noticiado o primeiro baile de calouros no referido clube e ainda demonstra a atuação do Centro Acadêmico na organização do evento.

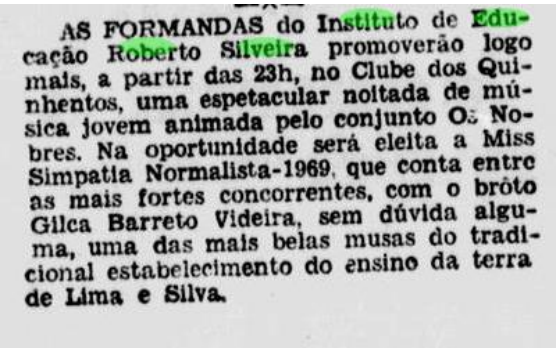


Baile de calouros

O Centro Acadêmico Euclides da Cunha, anexo ao Curso de Formação de Professôres para o Ensino Normal do Instituto de Educação Roberto Silveira, promoverá o "I Baile dos Calouros" no próximo sábado no Clube dos Quinhentos. A noite dançante terá início às 22 horas animada pelo conjunto "Os Labaredas". Informa o presidente do CAEC, Hermes Machado, que o traje é esporte.

Fonte: Jornal Luta Democrática ed. 04382(1) 1968, pág. 5.

Posteriormente, outros eventos também ganharam espaço, conforme edição do ano de 1969 que destacou um baile organizado pelas formandas do Instituto de Educação também no Clube dos Quinhentos e na ocasião seria eleita “Miss Simpatia Normalista-69. Aliás, esse tipo de evento era sempre retratado no jornal, inclusive relacionado a outras escolas normalistas. Muitas vezes na descrição das candidatas, vinha em destaque que aquela candidata era “normalista”.

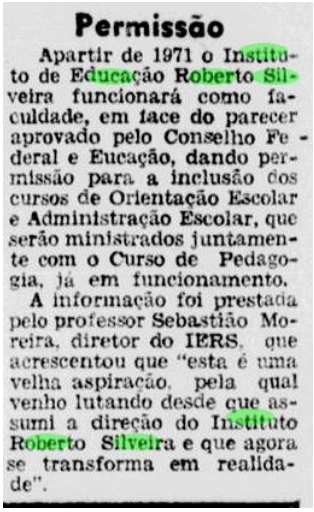


AS FORMANDAS do Instituto de Educação Roberto Silveira promoverão logo mais, a partir das 23h, no Clube dos Quinhentos, uma espetacular noitada de música jovem animada pelo conjunto Os Nobres. Na oportunidade será eleita a Miss Simpatia Normalista-1969, que conta entre as mais fortes concorrentes, com o brôto Gilca Barreto Videira, sem dúvida alguma, uma das mais belas musas do tradicional estabelecimento do ensino da terra de Lima e Silva.

Fonte: Jornal Luta Democrática ed. 04852(1) 1969, pág.5.

Certamente existiam esforços na consolidação de eventos que tragam identificação da sociedade com o local e esses esforços são percebidos na mídia, na educação na memória e na exaltação de uma história local. Afinal, como destaca Le Goff: “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e ao futuro” (LE GOFF, 2003).

Nessa busca para compreender o quanto da escola estava refletido na mídia e quais os interesses dessa mídia ao abrir espaço para os eventos sobre ela relacionados, encontramos no periódico notícias datada de 1970, com a autorização para o funcionamento dos cursos de Orientação Escolar e Administração Escolar para atender a demanda da região. Destaque para o fato de na ocasião, já estar em funcionamento o Curso de Pedagogia oferecido no Instituto e que mais tarde se transformará na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. A matéria termina destacando os esforços do então diretor Sebastião Moreira para o oferecimento dos referidos cursos.



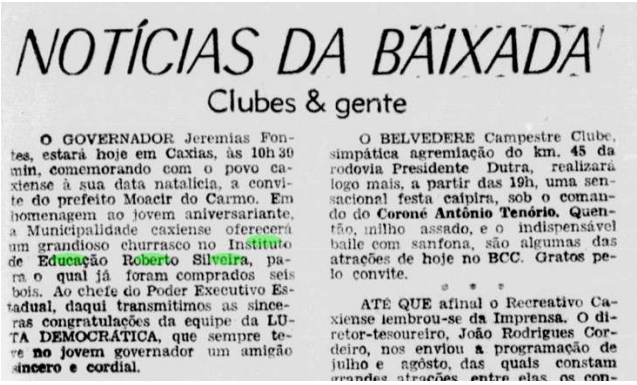
Permissão

Apartir de 1971 o Instituto de Educação Roberto Silveira funcionará como faculdade, em face do parecer aprovado pelo Conselho Federal e Eucação, dando permissão para a inclusão dos cursos de Orientação Escolar e Administração Escolar, que serão ministrados juntamente com o Curso de Pedagogia, já em funcionamento.

A informação foi prestada pelo professor Sebastião Moreira, diretor do IERS, que acrescentou que "esta é uma velha aspiração, pela qual venho lutando desde que assumi a direção do Instituto Roberto Silveira e que agora se transforma em realidade".

Fonte: Luta Democrática ed. 04983(1) 1970, pág. 10

Ainda observamos diante da publicação datada de 1969, a utilização do espaço público para a realização de um evento para comemorar o aniversário do governador da época, oferecido pelo prefeito Moacir do Carmo, em que é divulgada a realização de um churrasco nas dependências do Instituto. O periódico transmite congratulações ao governador e destaca que a equipe do *Luta Democrática* sempre o considerou um "amigão, sincero e cordial". Esse tipo de postura parcial demonstra os interesses do Luta Democrática que, por muitas vezes, externava os laços políticos de seu editor, o Tenório Cavalcanti.



NOTÍCIAS DA BAIXADA

Clubes & gente

O GOVERNADOR Jeremias Fontes, estará hoje em Caxias, às 10h 30 min, comemorando com o povo caxiense à sua data natalícia, a convite do prefeito Moacir do Carmo. Em homenagem ao jovem aniversariante, a Municipalidade caxiense oferecerá um grandioso churrasco no Instituto de Educação Roberto Silveira, para o qual já foram comprados seis bois. Ao chefe do Poder Executivo Estadual, daqui transmitimos as sinceras congratulações da equipe da LUTA DEMOCRÁTICA, que sempre teve no jovem governador um amigão sincero e cordial.

O BELVEDERE Campestre Clube, simpática agremiação do km. 45 da rodovia Presidente Dutra, realizará logo mais, a partir das 19h, uma sensacional festa caipira, sob o comando do Coroné Antônio Tenório. Quentão, milho assado, e o indispensável baile com sanfona, são algumas das atrações de hoje no BCC. Gratos pelo convite.

* * *

ATÉ QUE afinal o Recreativo Caxiense lembrou-se da Imprensa. O diretor-tesoureiro, João Rodrigues Cordeiro, nos enviou a programação de julho e agósto, das quais constam grandes atrações, entre elas, os con-

Jornal Luta Democrática. Ed 04762(1) de 1969, pág 7.

Os muitos eventos promovidos que levavam o nome do Instituto contribuíram para fomentar sua cultura escolar. Era comum a participação da escola em momentos como os desfiles cívicos, por exemplo. Isso contribui para a formação da memória institucional e para consolidar a visão determinada pelo seu primeiro diretor, Sr. Álvaro

Lopes quando idealizou o Instituto como um celeiro de cultura, marcado essa frase no hino da escola. Nesse sentido, o Instituto transborda para a sociedade, presta-lhe um serviço importante, ao mesmo tempo que consolida sua imagem. A questão é que essa imagem que perdurou durante muitos anos até hoje faz parte dos discursos dos seus frequentadores.

Nossas inquietações estão justamente em problematizar essa visão que perdura sobre a escola que, mesmo fazendo parte de uma extensa rede da Secretaria Estadual e vivenciado todos os problemas relacionados à educação que diariamente se apresentam, a escola ainda se reveste do seu passado para se afirmar no presente e evidenciar os elementos que contribuem para demarcar seu espaço em Duque de Caxias.

Referências:

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

LAURENTINO, Eliana Santos da Silva. Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008). 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ____. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

NÓVOA, Antonio. Para uma análise das instituições escolares. In: ____. *As organizações escolares em análise*. 2. ed. Lisboa: Publicações D. Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1995.

Fontes:

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal *Luta Democrática*. Ed. 04382(1), 1968, p. 5.

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal *Luta Democrática*. Ed. 04422(1), 1968, p. 6.

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal *Luta Democrática*. Ed. 04762(1), 1969, p. 7.

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal *Luta Democrática*. Ed. 04852(1), 1969, p. 5.

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal *Luta Democrática*. Ed. 04983(1), 1970, p. 10.

O socialismo nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006-2010)

Ana Clara de Sousa Lobo
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Daniel Pinha
Bolsista FAPERJ

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar como os livros didáticos de história cubanos e brasileiros, utilizados no ensino Pré-Universitário em Cuba e no Ensino Médio no Brasil, apresentam o socialismo enquanto experiência política e enquanto ideologia em suas narrativas históricas. Para isso, analisarei como algumas experiências aparecem em ambos materiais, sendo elas a Revolução Russa (1917), a Revolução Cubana (1959), o governo da Unidade Popular no Chile (1973) e a Revolução Sandinista (1979) na Nicarágua.

Os livros didáticos, que são meu objeto de estudo e fonte, são o Livro de História Contemporânea (2006); o Livro de História de Cuba (2010) e o Livro de História da América (2010) no caso cubano. E o livro "História das cavernas ao terceiro milênio" (2010), publicado pela editora Moderna; "História Global: Brasil e geral" (2010), publicado pela Editora Saraiva e "História" (2010) publicado pela Editora Saraiva, no caso brasileiro.

O critério para escolha dos livros brasileiros foi selecionar as três coleções de livros didáticos de História para o ensino médio mais solicitadas do PNLD de 2012[50]. E os livros cubanos se tratam de uma única coleção produzida e distribuída pelo Estado por todas as escolas do país. Ou seja, leva-se em consideração que essas coleções, naquele período, foram as que estavam mais presentes nas salas de aula de história do Ensino Médio das escolas públicas.

Em relação ao recorte temático a ser analisado nos livros, o objetivo é investigar como cada um deles apresenta a história de algumas revoluções socialistas ocorridas no século XX. Especificamente entre 1917 e 1979. Porém, levando em consideração que estes materiais reproduzem as questões da época em que foram produzidos e os propósitos

[50] Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/guia-pnld-2012-ensino-medio> Acesso: 18 de maio de 2023.

pedagógicos de quem o escreveu, a finalidade é refletir acerca da relação do Brasil e de Cuba com esses movimentos revolucionários, além de compreender os diferentes objetivos da narrativa didática desenvolvida em cada material. Por isso, o recorte temporal deste trabalho é entre 2006 e 2010, anos de publicação das coleções a serem analisadas.

Partimos da hipótese de que os diferentes projetos políticos de cada país impactam diretamente nas narrativas presentes nos materiais didáticos e nos objetivos políticos e pedagógicos dos livros. Estes materiais são espaços de disputa tanto teórica, quanto política, pois se tratam de objetos com capacidade de formação de milhares de indivíduos. Logo, a historiografia escolhida para estar em cada material é fruto dessa disputa. Nosso objetivo é compreender como as revoluções socialistas são narradas por cada livro e refletir sobre como cada sistema político lê e ensina sobre estas revoluções, levando em consideração que Cuba é um país socialista e o Brasil um país que vive em um sistema democrático representativo.

O historiador Alain Choppin (CHOPPIN; BITTENCOURT, 2008), enumera várias das funções fundamentais inerentes aos livros didáticos. Em primeiro lugar, destaca-se a função curricular, na qual o livro assume o papel de um repositório dos conteúdos escolares. Nesse âmbito, a relação entre as políticas públicas educacionais e as editoras demanda uma atenção mais profunda. Em seguida, surge a função instrumental, que delineia o material como um suporte aos métodos pedagógicos e às técnicas de aprendizagem. Por fim, emerge a função ideológica e cultural, uma vez que o livro didático também funciona como portador de ideologias, concepções e preconceitos que caracterizam uma determinada época. Sob essa perspectiva, o livro extrapola a fronteira do contexto pedagógico e se erige como um objeto passível de análise, apresentando ramificações políticas, sociais, econômicas e culturais.

No artigo "O historiador e o livro escolar", Choppin realiza uma análise dos livros didáticos como objeto de estudo para os historiadores. Segundo ele, esses manuais desempenham um papel crucial ao conter conhecimentos educacionais que são transmitidos à juventude, ao mesmo tempo em que carregam consigo valores de natureza moral, religiosa, política e ideológica que integram os processos de socialização e assimilação dos alunos (CHOPPIN, 2002, p. 7). Além disso, Choppin observa que tais recursos pedagógicos estão constantemente sujeitos às restrições técnicas inerentes a cada época e ao sistema econômico ao qual estão associados.

Além disso, os livros didáticos são também historiografias. As narrativas didáticas possuem filiações historiográficas que são escolhas daqueles que o escrevem. Almir Félix Batista de Oliveira afirma que a historiografia acadêmica e a historiografia escolar se assemelham porque se estruturam sobre narrativas, são condicionadas pelos paradigmas vigentes e "ganham concretude através de um gênero textual praticado tanto pelos saberes escolares quanto pela ciência de referência: a síntese" (OLIVEIRA, 2013, p. 1). Mas divergem pois o texto didático é condicionado pela legislação de ensino, tem finalidades, conteúdos, diretrizes pedagógicas e metodologias de ensino que são características da cultura escolar (OLIVEIRA, 2013, p. 1). Entretanto, os saberes produzidos na academia são transmitidos para os alunos da educação básica através das obras didáticas. E isso a caracteriza também como uma historiografia.

Os materiais que serão estudados são utilizados pelos estudantes do nível Pré-Universitário, no caso cubano, que está atualmente organizado em Institutos e se caracteriza por "ofertar uma formação propedêutica, com a finalidade de prosseguimento dos estudos em carreiras de nível superior, numa estreita articulação entre educação e trabalho" (PORTO, 2019, p. 87).

Ana Luiza Porto afirma que nesse nível escolar, a disciplina de História é voltada para a formação da juventude com ênfase no fomento à consciência socialista. A autora ainda acrescenta que nessas escolas, um dos principais materiais pedagógicos utilizados é o livro didático. Este é produzido e distribuído pelo poder público e é utilizado em todas as escolas das províncias (PORTO, 2019, p. 87). Os livros didáticos que serão analisados nesta pesquisa fazem parte de uma coleção de três livros e são produzidos pela editora estatal encarregada da produção de materiais didáticos, a Editorial Pueblo y Educación.

No Brasil, a produção e a distribuição dos livros didáticos é conduzida de uma maneira distinta da cubana. Essa diferença é um aspecto fundamental para a comparação entre os materiais didáticos, visto que estes são produzidos, distribuídos e utilizados em realidades diferentes.

As primeiras políticas públicas sobre livros didáticos foram desenvolvidas durante o Estado Novo (1937-1946), quando o então presidente Getúlio Vargas instituiu pela primeira vez, em 1938, a Comissão Nacional de Livros Didáticos. As atribuições dessa comissão eram estabelecer regras para a produção, compra e utilização dos livros didáticos, pois, neste período, a educação tinha a função de formação da nacionalidade (LUCA; MIRANDA, 2004, p. 124). No ano de 1985, durante o governo de José Sarney, surge o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) cujas principais iniciativas foram

a abolição do livro descartável; a distribuição gratuita dos livros escolares a todos os alunos matriculados nas escolas públicas de 1° grau e o fato do governo deixar de ser co editor dos livros e entregar esta tarefa para a iniciativa privada.[51]

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) o PNLD seguiu sendo ampliado. Na gestão de FHC, o Ministério da Educação implementou a avaliação pedagógica dos livros didáticos comprados por meio do PNLD. Outrossim, ainda na gestão de FHC, atingiu-se a universalização na distribuição dos livros para os alunos do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries). Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, além de manter o PNLD, foram criados outros dois programas: o Programa do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) em 2003 e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) em 2007 (CASSIANO, 2007, p. 1).

Uma característica importante das políticas dos dois últimos governos mencionados foi a formação e entrada de grandes grupos editoriais no PNLD. Segundo Figueiredo, nesse momento se acirra a agressividade das estratégias de marketing das editoras e os novos produtos passam a ser comercializados para a rede pública de ensino (CASSIANO, 2007, p. 88). Ou seja, a produção e distribuição dos livros didáticos se torna um grande mercado para as editoras, que renovam suas estratégias para a aprovação e consequentemente, a venda dos materiais para o governo.

Por último, para fechar a exposição sobre o tema da pesquisa, segue uma breve contextualização sobre os temas a serem analisados nos materiais. A Revolução Russa de 1917 representou um marco histórico que reverberou internacionalmente, trazendo à tona um paradigma concreto de tomada de poder liderado pelos trabalhadores e dirigido por ideais comunistas. As raízes dessa revolução podem ser encontradas nas profundas crises sociais, políticas e econômicas da Rússia pré-revolucionária, caracterizada por uma monarquia czarista absolutista em declínio, um proletariado vivendo em condições precárias e uma crescente insatisfação camponesa (TROTSKY, 2007, p. 21). Os eventos da Revolução Russa podem ser divididos em três momentos cruciais: a Revolução de 1905, a Revolução de Fevereiro de 1917 que derrubou a monarquia e estabeleceu um governo provisório, e a Revolução de Outubro de 1917, que trouxe os bolcheviques ao poder, liderados por Lenin.

[51] Disponível em:<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico> Acesso: 01 de out. 2021

Após a queda da monarquia, a Rússia enfrentou disputas políticas intensas entre diferentes correntes de esquerda, incluindo os mencheviques, que defendiam uma revolução por etapas, e os bolcheviques, liderados por Lenin, que advogavam por uma revolução socialista imediata e pela saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (LENIN, 1979). A crise se aprofundou, e Lenin lançou palavras de ordem como "pão, paz e terra", fortalecendo a conexão entre os bolcheviques e a classe trabalhadora. Em 25 de outubro (7 de novembro no calendário ocidental), os bolcheviques lideraram uma insurreição de massa que resultou na tomada do Palácio de Inverno, consolidando seu poder (ALBUQUERQUE, 2018, p. 43).

A Revolução Russa de 1917 inaugurou uma nova era para a humanidade e dividiu o mundo durante quase todo o século XX. Foi a primeira revolução socialista e impactou diversos partidos e movimentos de esquerda na África, Ásia, Europa e América Latina. Não cabe a este projeto narrar o desdobramento do processo revolucionário russo, a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a conjuntura da Guerra Fria. Porém, é importante pontuar que a Revolução Russa é um marco para pensar o socialismo no século XX e teve relações diretas com as outras experiências socialistas que analisaremos nos livros didáticos. Por isso, para entender o lugar do socialismo nos materiais didáticos, é imprescindível um olhar atento para as narrativas sobre a Revolução Russa e seus desdobramentos.

A Revolução Cubana representou um marco significativo para o século XX, sobretudo na América Latina. Antes da conquista revolucionária, a ilha experimentava o domínio de uma ditadura encabeçada por Fulgêncio Batista, respaldada pelos Estados Unidos e pela elite local. Cuba era predominantemente uma economia agrícola, sustentada pela exportação unipolar do açúcar, além de apresentar níveis elevados de desemprego, analfabetismo e concentração de terras (AYERBE, 2004, p. 32). Após assumir o poder em janeiro de 1959, o governo revolucionário empreendeu uma série de medidas com o intuito de reformar a estrutura autoritária do regime de Fulgencio Batista e desvincular-se da dependência em relação aos Estados Unidos.

Em 17 de maio de 1959, é decretada a primeira lei de reforma agrária, que tinha o objetivo de eliminar o latifúndio, corrigir os minifúndios e extinguir, em um futuro próximo, a alienação das terras cubanas e estrangeiras (AYERBE, 2004, p. 61). Em 1960, com o início das trocas comerciais entre Cuba e o bloco socialista, houve um aumento no desenvolvimento na área da saúde e educação. No início do ano de 1961, começa a organização da Campanha de Alfabetização, que em menos de um ano erradicou o

analfabetismo em todo território cubano (PERONI, 2006, p. 27). Nesse mesmo ano, há também uma radicalização nas medidas tomadas pela revolução, como as nacionalizações de empresas estrangeiras.

Todas essas medidas contribuíram para gerar insatisfação por parte dos Estados Unidos em relação à direção que o governo revolucionário estava tomando. Consequentemente, em 3 de janeiro de 1961, os Estados Unidos decidiram romper os laços diplomáticos com Cuba. No mesmo mês, o governo revolucionário formalizou acordos com a União Soviética, que incluíam a celebração de contratos de venda de açúcar a preços fixos, independentemente das flutuações do mercado internacional, bem como a importação de petróleo proveniente da União Soviética.

Em 15 de abril de 1961, aviões norte-americanos atacaram quartéis e aeroportos cubanos, com o objetivo de aniquilar a frota aérea de Cuba. No dia seguinte, durante uma concentração popular para homenagear as vítimas desse ataque, o líder revolucionário Fidel Castro declarou a natureza socialista da Revolução Cubana. Em janeiro de 1962, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), e em fevereiro, os Estados Unidos impuseram um bloqueio econômico ao país, proibindo todas as importações de produtos cubanos ou importados por Cuba (AYERBE, 2002, p. 131).

A Revolução Cubana é um processo que, para os cubanos, segue em construção. Não obstante as restrições que perduram até os dias atuais na ilha, como o bloqueio econômico, e outras adversidades internas e externas, o ideário revolucionário e a defesa do socialismo cubano continuam a ser mantidos e difundidos pela população cubana e por seus dirigentes.

No caso chileno, a Unidade Popular foi uma coalizão de partidos de esquerda que se uniu para concorrer nas eleições presidenciais de 1970. Esta coalizão governou o país de 1970 a 1973, sob a liderança de Salvador Allende. Seu principal objetivo, ao assumir o poder executivo, era implementar políticas que preparassem as instituições do Estado e a sociedade civil para uma transição em direção ao socialismo. Em outras palavras, a UP buscava alcançar o socialismo por meios democráticos, em contraste com o modelo cubano, que havia optado pela revolução armada.

Logo após assumir o cargo, o governo tomou medidas para estatizar e nacionalizar empresas e instituições financeiras, além de implementar a Reforma Agrária. Segundo Sérgio Bitar, o processo de desapropriação superou as projeções iniciais. A nacionalização dos bancos avançou rapidamente, com a aquisição de bancos estrangeiros pelo Estado no primeiro semestre de 1971. No setor manufatureiro, o Estado assumiu o

controle definitivo ou temporário de aproximadamente 68 empresas privadas. Além disso, as principais empresas de comércio de bens de consumo e materiais de construção também foram adquiridas no primeiro semestre de 1971. Por fim, no final de 1971, o Estado chileno assumiu o controle das grandes empresas de mineração de cobre, salitre, ferro e carvão, que estavam sob controle estrangeiro (BITAR, 1980, p. 95).

Entretanto, para aprovar as políticas desejadas, Allende precisaria da maioria no Congresso, o que não era uma realidade. Devido a isso, Peter Winn afirma que apesar de não possuir viabilidade parlamentar para aprovar algumas medidas, Salvador Allende persistia em realizar todas as políticas sem violar a constituição e as instituições em geral. Por isso, ele utilizou de algumas brechas, programas e algumas leis para colocar em prática seu projeto político, sem precisar da aprovação do congresso. E dessa forma, Allende conseguiu implementar políticas estruturais importantes.

Em 11 de setembro de 1973 o governo da UP foi derrubado por um golpe militar articulado pelas Forças Armadas Chilenas, pelos Estados Unidos e por grupos de direita do Chile. A partir disso, uma longa e cruel Ditadura Militar seria implementada no país, revogando a maioria das políticas postas em práticas pelo governo de Salvador Allende e marcaria um período histórico de violência, perseguição, tortura, censura e implementação de políticas neoliberais[52].

A Revolução Sandinista na Nicarágua marcou a queda da longa dinastia da família Somoza, que governou o país de 1936 a 1979. Durante esse período, os Somoza impuseram um regime personalista, caracterizado pela corrupção, repressão e controle das Forças Armadas (AHUMADA, 2017, p. 62). A insatisfação com o regime somozista cresceu, especialmente após a influência da Revolução Cubana em 1959. Em 1979, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) liderou uma revolução que culminou na derrubada do regime de Anastasio Somoza Debayle (ZIMMERMANN, 2006, p. 2006). A FSLN estabeleceu um governo revolucionário com um programa anti-imperialista e anti-capitalista, implementando reformas sociais e econômicas (MARQUEZ, 1979, p. 245) . No entanto, enfrentou desafios econômicos e uma oposição apoiada pelos Estados Unidos, levando à realização de eleições em 1984, marcando o fim do governo provisório sandinista (GARCIA, p. 144, 2019). Após a vitória eleitoral da FSLN, os EUA intensificaram a guerra contra o governo nicaraguense, levando à sua

[52] Para ler mais sobre o golpe militar consultar o capítulo 3 da obra “La revolución capitalista de Chile (1973-2003)” de Manuel Chateau.

derrota nas eleições de 1990 sob a pressão de uma guerra financiada pelos EUA e a influência da oposição pró-americana.

Mas por que comparar livros didáticos brasileiros e cubanos? O primeiro elemento que gostaria de afirmar é que a escolha pelo Ensino de História, campo no qual está situado os livros didáticos, é uma escolha política e um compromisso com a produção acadêmica sobre e para a educação básica. Entendo que os livros didáticos são os principais materiais utilizados pelos professores no dia a dia das salas de aula e são objetos culturais complexos que envolvem diversos atores, como os alunos, professores, historiadores e editoras. Por isso, pesquisar sobre livros didáticos de história é refletir sobre seus impactos na vida de milhares de pessoas que estão trabalhando diariamente na educação básica.

A escolha por comparar livros brasileiros e cubanos surge de uma vontade de compreender como a escrita da história no Brasil e em Cuba trabalham a construção das narrativas sobre os temas em questão e de que maneira isso se relaciona com o papel dos estados brasileiros e cubanos na construção de políticas públicas para a educação.

A partir das jornadas de junho de 2013 criou-se um contexto de questionamento de diversas políticas do governo da então presidente Dilma Rousseff. Instalou-se uma onda conservadora e uma conjuntura de golpe, estimulada pelos grandes veículos de imprensa, que questionava inclusive a aproximação política entre o Brasil e outros países latino-americanos, como foi o caso de Cuba, através do Programa Mais Médicos e do financiamento para a construção do Porto de Mariel em Cuba pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) entre 2009 e 2013[53]. Nesse período, partidos de direita e a imprensa hegemônica endossavam um discurso de que os governos petistas se inspiravam em experiências socialistas ou de esquerda devido a essa aproximação política entre países como Cuba e Venezuela. Frases como "vai para Cuba" eram utilizadas como ataques a pessoas que defendessem as políticas desenvolvidas pelos governos petistas (PORTO, 2019, p. 22).

Neste período, o tema da Revolução Cubana e do regime político vigente em Cuba até os dias atuais voltou a ser objeto de debate público. Acreditamos que esse tema seja sensível para discussão nas salas de aula brasileiras, em virtude tanto da aversão a Cuba

[53] Para entender mais sobre o Programa Mais Médicos e a relação entre Brasil e Cuba: FILHO, J. E. R., LIMA, A. E. I., O Programa Mais Médicos e a cooperação trilateral Brasil OPAS-Cuba para o fortalecimento da atenção básica no SUS. In: Saúde e Política Externa: os 20 anos da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (1998-2018), 2018.

e aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) quanto das políticas internacionais estabelecidas pelos governos petistas em relação ao governo cubano. E esse é um dos motivos pelo qual escolhemos os livros didáticos cubanos como objeto de pesquisa.

No caso do Ensino de História em Cuba, a análise sobre as experiências socialistas irá nos revelar elementos políticos sobre o socialismo cubano e seu objetivo de formação de cidadãos que defendam a história da Revolução Cubana e do socialismo enquanto modelo político ideal. E no caso brasileiro, estaremos refletindo sobre como o livro didático brasileiro, produzido em um regime democrático representativo, que assume a Democracia Liberal enquanto modelo político ideal entende a construção de um modelo político tão distinto. Dito isso, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir com as reflexões sobre a relação das narrativas didáticas e da historiografia escolar com a construção de diferentes projetos políticos. Não se trata apenas de uma análise de conteúdo que visa identificar valores políticos e ideológicos e apontar o que está correto ou não nos materiais. Mas sim entender como as diferentes realidades políticas dos livros didáticos impactam na forma de contar a história sobre o socialismo no século XX.

Essa pesquisa procura realizar um diálogo entre o Ensino de História e as discussões próprias sobre livros didáticos. Entendemos aqui a política e a educação como parte característica da dinâmica da História, logo, são peças de análise fundamentais ao ofício do historiador.

Helenice Rocha argumenta que as pesquisas de análise de conteúdos em livros didáticos de História são relevantes, pois as temáticas presentes nos materiais visam a formação de estudantes em lugar e tempo específicos e porque os pesquisadores, ao recortarem esses temas, trazem aspectos ideológicos que visam a formação em determinados aspectos. Por isso, o estudo sobre conteúdo, para Rocha, deve promover uma reflexão sobre as motivações desta pesquisa e sobre seu objeto, além de compreender as características atreladas ao conhecimento escolar das quais o livro didático é depositário (ROCHA, 2020, p.92).

Assim, autora propõe condições fundamentais para a pesquisa sobre conteúdos em materiais didáticos das quais esta pesquisa pretende levar em consideração:

> 1) Considerar que suas escolhas de pesquisa - do livro didático e de sua temática – ocorrem a partir de sua experiência humana, cujas referências, afinidades e rejeições – memoriais e identitárias – são mobilizadas na sua leitura. A partir dessa condição, justificar explicitamente essas escolhas e motivações. Por que a escolha desse tema, no livro didático? [...] 2) Explicitar a relação pressuposta entre conhecimento acadêmico e conhecimento escolar, o que define o que é o conteúdo presente no livro e sua forma de apresentação ao público escolar. O que, em sua compreensão, deveria ou poderia estar no livro como conteúdo e o

> porquê estar, da forma como está; 3) Estabelecer um lugar teórico acerca do papel que a linguagem verbal e não verbal realiza na formação dos alunos que têm acesso ao livro didático.[...]; 4) Explicitar a teoria da leitura que ampara a sua compreensão sobre o que os alunos e professores fazem, ao usar os livros didáticos. [...] Que raciocínios, valores e formas de ver o mundo, e de instituí-lo, o texto dos livros mobiliza à medida que é acessado pelo aluno, em situações escolares ou não? (ROCHA, 2020, p. 92 e 93)

Outro debate que utilizarei neste trabalho é o conceito de "Cultura Histórica". Utilizaremos aqui as contribuições de Jacques Le Goff, Angela de Castro Gomes e Fernando Sanchéz Costa sobre o tema. Para Costa, "cultura histórica" é um conjunto de recursos e práticas sociais através das quais os membros de uma comunidade interpretam, transmitem e transformam seu passado (COSTA, 2009, p. 274). Na mesma linha, Angela de Castro Gomes utiliza o conceito para caracterizar a relação que uma sociedade mantém com o seu passado (GOMES, 1998, p. 121). E Le Goff, autor que norteia as análises dos dois trabalhos citados anteriormente, caracteriza cultura histórica como "a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado" (LE GOFF, 1990, p. 48). Ambos autores concordam que os historiadores de ofício não possuem o monopólio da construção, divulgação e propagação de uma cultura histórica. Porque a relação que uma comunidade tem com o seu passado é formada por diversas ferramentas como o ensino de história, os manuais escolares, os filmes, novelas, revistas, livros de história, dentre outros trabalhos que não se limitam às produções dos historiadores de profissão (FARIAS, 2010, p. 167).

O uso do conceito de "Cultura Histórica" na análise de narrativas didáticas foi escolhido pois, de acordo com Joana Neves, o ensino de história tem um papel fundamental nessa construção (NEVES, 2001, p. 37). Para Neves, o período de redemocratização no Brasil projeta a realização de mudanças nos discursos políticos e nas propostas educacionais com o objetivo de valorização da democracia em construção e com o compromisso de eliminar a "história oficial" anteriormente contada pelo estado ditatorial. Então, para ela, há uma tentativa de construção de uma nova cultura histórica a partir da aprovação da "Constituição Cidadã" de 1988 e isso reflete diretamente nas políticas públicas para a educação, principalmente nos currículos e materiais didáticos.

A análise de Neves é muito importante para essa pesquisa porque no caso dos livros didáticos brasileiros, mesmo que tenham sido escritos e publicados durante os governos do Partido dos Trabalhadores, ainda carregam em sua escrita essa Cultura Histórica e uma historiografia que responde a questões latentes sobre o período de redemocratização. E isso aparece de forma direta nas narrativas sobre as experiências

socialistas do século XX. Outrossim, o trabalho de Angela de Castro Gomes sobre a “Cultura histórica do Estado Novo” delimita a construção de uma “cultura histórica” vinculada a políticas públicas de regimes que investem em sua legitimidade na qual a “cultura histórica” é dimensão estratégica da cultura política (GOMES, 1998, p. 123). Essa mobilização de conceitos realizada por Gomes nos servirá de norteador para a análise dos livros brasileiros e cubanos pois é uma estratégia visível na escrita didática sobre as revoluções. Logo, entendemos aqui o livro didático como elemento importante na construção de cultura histórica sobre uma determinada época.

Por último, a fim de aprofundar a compreensão do debate teórico que permeia as narrativas sobre experiências socialistas, faz-se necessário realizar uma breve reflexão teórica acerca do conceito de revolução para entender um pouco sobre a forma como os processos revolucionários aparecem nos materiais didáticos.

Uma contribuição importante para a apreensão do conceito de Revolução é oferecida pelo texto de Reinhart Koselleck intitulado "Critérios históricos do conceito moderno de revolução", presente em sua obra "Futuro Passado". No referido texto, Koselleck empreende uma análise acerca da evolução semântica do termo "revolução" ao longo do tempo. A terminologia "Revolução" estava intrinsecamente vinculada à ideia de conflitos violentos e guerras civis. Contudo, à medida que o Iluminismo progrediu, as guerras civis se desvaneceram da esfera do possível, despojando o conceito de revolução de sua rigidez política. Assim, esse conceito passou a incorporar, conforme Koselleck, as esperanças e utopias que emergiram nos anos pós-Revolução Francesa de 1789.

Koselleck ainda acrescenta que

> Se tomarmos ao pé da letra as declarações das revoluções Americana, Francesa ou Russa, então não restará dúvida quanto ao fato de que suas "realizações" deveriam beneficiar toda a humanidade. Em outras palavras, todas as variações modernas do termo "revolução" pretenderam, do ponto de vista geográfico, uma revolução universal e, do ponto de vista temporal, uma revolução permanente, até que seus objetivos fossem cumpridos. Hoje já podemos acrescentar a Revolução Chinesa a essa lista. Por distinta que tenha sido a realização de tais programas, a continuidade permanece como seu denominador comum no plano conceitual (KOSELLECK, p. 72, 1979).

Em síntese, neste texto, Koselleck apresenta que a partir do avanço do Iluminismo e das revoluções burguesas, o que ele denomina de “conceito moderno de revolução” está atrelado à mudanças políticas, sociais e econômicas que, em cada lugar e em cada momento, pode se desenvolver em um tempo e processo distinto. Nesse bojo estão

incluídas as revoluções burguesas, a revolução industrial e tecnológica, processos de descolonização e revoluções socialistas.

Neste trabalho também utilizaremos como referencial teórico central para analisar as narrativas sobre revoluções, a contribuição de Karl Marx e Friederich Engels considerando a coerência com a ideologia política subjacente às respectivas experiências a serem analisadas.

A teoria da revolução de Marx deriva do rompimento que o mesmo teve com vertentes filosóficas que se limitaram a interpretar o mundo e não modificá-lo (MARX, p 2, 1845). Em "O Manifesto do Partido Comunista" (1848), Marx e Engels atribuem à burguesia um papel revolucionário ao destruir as relações feudais e inaugurar uma nova fase histórica (MARX, p. 23, 1845). Contudo, os autores destacam que esse novo período histórico, oriundo das revoluções burguesas, gera contradições materiais fundamentadas na luta de classes, que, conforme salientam no mesmo texto, é considerada o motor da história da humanidade. Posteriormente, enfatizam que, entre todas as classes que enfrentam a burguesia, o proletariado se destaca como a única verdadeiramente revolucionária, sendo produto característico do desenvolvimento da grande indústria e do modo de produção capitalista.

Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista, argumentam que é necessário um novo processo revolucionário, sendo o proletariado o sujeito dessa revolução. Esta nova centralidade do proletariado, segundo os autores, inaugura uma fase histórica distinta, indicando uma mudança significativa no protagonismo e nas dinâmicas sociais. Ou seja, no Manifesto do Partido Comunista, a Revolução se trata de uma mudança radical nas formas de propriedade e das relações sociais que constituem uma sociabilidade histórica.

Contudo, a teoria da revolução de Marx seguiu sendo desenvolvida durante outras fases da sua vida política. Ressalto aqui outros dois trabalhos importantes para compreender o que é Revolução para Marx nesta outra fase que são “Uma contribuição para a crítica à economia política” (1859) e “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” (1852). Neste outro momento da produção de Marx, o autor passa a analisar o processo de mudanças sociais de forma mais aprofundada. Em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” por exemplo, Marx afirma que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, p. 25, 1852). Ou seja, existem condições materiais, que implicam o desenvolvimento de uma

contradição objetiva. Os seres humanos agem sob esta base material e isso não se trata de um fato único e sim um processo.

Em "Uma contribuição para a crítica à economia política" (1859) Marx afirma que

> Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, p. 3, 1859)

Percebe-se que neste outro momento da produção de Marx que o proletariado também aparece como principal agente deste novo processo histórico, que levará a uma revolução, mas agora este agente está diretamente relacionado com as condições materiais ligadas às novas relações de produção. Ou seja, se no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels afirmam que a burguesia cria o proletariado que é automaticamente o novo sujeito da revolução, em "Uma contribuição para a crítica à economia política" Marx acrescenta a importância de entender as condições materiais, as relações de produção e a formação de consciência na construção do proletariado e da revolução.

Em síntese, a teoria da revolução de Marx e Engels é uma teoria que tem o objetivo de explicar a transição histórica do período de máximo desenvolvimento da sociedade capitalista, a sua contradição e a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade. Este novo momento histórico, em que esta nova sociabilidade será possível existirá a partir de mudanças estruturais advindas de uma revolução, que é um ato político que iniciará a transformação da história. Essa transformação é uma mudança radical nas formas de propriedade, nas relações sociais, políticas e econômicas.

Por fim, reitero a importância da teoria marxista sobre revolução pois ambas experiências a serem analisadas nos materiais didáticos se inspiram no trabalho de Marx e Engels para construírem seus projetos políticos.

Referências:

AHUMADA, María José, LIMA, Gabriela Ruchel. A Revolução Sandinista. *Revista Perspectiva*, 2017.

ALBUQUERQUE, Jeferson Gustavo Lopes de. *O impacto da revolução Russa no Brasil:* a classe operária na imprensa e no Parlamento Brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana.* Editora UNESP, 2004.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina:* A construção da Hegemonia. Editora UNESP, 2002.

BARBOSA, L., CURTY, C., LÉON J. A Revolução Russa e suas influências sobre o contexto no qual se desdobra o debate da revolução brasileira. *Anais do Colóquio Marx e o Marxismo*, 2017.

BRASIL. *Decreto nº 91.542/1985 do Programa Nacional do Livro Didático, de 19 de agosto de 1985*. Brasília: Ministério da Educação, 1985.

BRASIL. *Guia de Livros Didáticos PNLD 2012 Ensino Médio História. Brasília:* Ministério da Educação/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2012.

BITAR, Sérgio. *Transição, socialismo e democracia.* Chile com Allende. São Paulo: Paz e Terra. 1980.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil:* da criação do Programa Nacional do Livro Didático à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação da ASPHE/FAE/UFPel*, Pelotas, v. 11, p. 5-24, abr. 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CHOPPIN, Alain. Prefácio. In: BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

COSTA, Fernando Sánchez. La Cultura Historica. Una Aproximación diferente a la memoria colectiva. *Revista de Historia Contemporánea*, vol. 8, San Vicente, 2009.

FARIAS, Ana Elizabete Moreira. Cultura Histórica, Ensino de História e múltiplos saberes. *Saeculum Revista de História*. João Pessoa, 2010.

GARCIA, Igor Santos. *Revolução, Democracia e Socialismo no discurso político da Frente Sandinista de Libertação Nacional (1969-1984).* Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

GOMES, Angela de Castro. A cultura histórica do Estado Novo. *XIX Simpósio da ANPUH*, Belo Horizonte, 1998.

HOBSBAWM, Eric. *Era extrema dos extremos:* O breve século XX 1914-199. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

LENIN, V.I. *Teses de abril, cartas de longe*. São Paulo: Editora Vega, 1979.

LUCA, Tania Regina; MIRANDA, Sônia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Frederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo. Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. *Uma contribuição para a crítica da economia política*. 1859.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. "Programa Sandinista". In *Los Sandinistas:* documentos; reportajes de Gabriel Carcia Marquez y otros, 245–256. Bogotá: Editorial La Oveja Negra, 1979.

NEVES, Joana. Participação da comunidade, ensino de história e cultura histórica. *Saeculum Revista de História*. João Pessoa, 2001.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista. Livros didáticos e a escrita da história. *XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal, 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. *A Campanha de Alfabetização em Cuba*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PORTO, Ana Luiza Araujo. *Livros Didáticos de História:* uma História comparada de Brasil e Cuba (2013-2015). Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

ROCHA, Helenice Aparecida Barros. Esfinge ou Caleidoscópio? O desafio da pesquisa em livros didáticos de História. *CLIO* (RECIFE), v. 38, p. 85, 2020.

TROTSKY, Leon. *História da revolução russa*. São Paulo: Editora Sundermann, tomo um, 2007.

VILAS, Carlos María. *Nicarágua, hoje:* análise da Revolução Sandinista. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1986.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. COSTA, Emília Viotti (org), São Paulo, Editora Unesp, 2008

ZIMMERMANN, Matilde. A vitória de julho de 1979. In: COSTA, Emília Viotti (org). *A Revolução Nicaraguense*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Fontes:

Livros didáticos cubanos:

ÁLVARES, L. V.; CUZA, M. A. R.; VALDÉS, N. M. *Historia Contemporánea.* 10° Grau. Nível Médio Superior. 5ª edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2006.

BEN, J. A. R.; CIVEIRA, F. L.; OPISSO, S. C.; PENDÁS, H. D.; VEGA, O. L. *Historia de Cuba.* 11° e 12° Graus. Nível Médio Superior. 1ª Edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2010.

DELGADO, M. V. R.; DÍAZ, D. F.; LAGO, C. A.; SAÍNZ, E. R. M. *Historia de América.* 10° Grau. Nível Médio Superior. 1ª Edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2010.

Livros didáticos brasileiros:

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História:* das cavernas ao terceiro milênio. 2ª edição, vol. 3. São Paulo. Editora Moderna, 2010.

COTRIM, Gilberto. *História Global- Brasil e Geral.* 1ª edição, vol. 3. São Paulo. Editora Saraiva, 2010.

FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; SANTOS, Georgina dos; VAINFAS, Ronaldo. *História.* 1ª edição. Vol. 3. São Paulo. Editora Saraiva, 2010.

Filmografia e distribuição do cinema independente no Rio de Janeiro (2000-2020)

Arthur Moura
Doutorando em História Social no PPGHS/FFP-UERJ
Orientação: Gelsom Rozentino
Bolsista FAPERJ

> "Trabalho e arte caminham juntos e, por isso, acabam vivendo os mesmos dilemas."
> Celso Frederico

O mapeamento produzido para a minha pesquisa de doutorado foi feito por meio de entrevistas filmadas em torno de pautas como o campo de atuação na produção cinematográfica, a filmografia produzida pelo entrevistado, a sua formação política e no campo das artes e a questão da distribuição das obras produzidas e do cinema independente de uma forma geral. Até o presente momento, foram realizadas 46 entrevistas. A grande maioria dos entrevistados produz suas próprias obras. De uma forma geral, é farta a produção de filmes independentes. Foram aproximadamente 320 filmes analisados, filmes produzidos pelos entrevistados. É claro que apenas alguns são citados com mais acuidade dado os limites de uma tese de doutoramento.

Existe uma diversidade potente nessas produções, como bem coloca Luciano Vidigal. Temos inúmeros exemplos de produtores que estão há pelo menos uma década ou mais produzindo filmes anualmente; no caso do cineasta citado são 30 anos envolvido primeiramente com teatro e em seguida com o cinema num importante polo de formação de atores, roteiristas, cineastas e produtores: o Grupo Nós do Morro, que se tornou notável consolidando-se com a produção do filme 5X Favela: agora por nós mesmos, produzido por Cacá Diegues e Renata Almeida Magalhães em 2010. Os episódios foram dirigidos por Manaíra Carneiro, Wagner Novais, Rodrigo Felha, Cacau Amaral, Luciano Vidigal e Luciana Bezerra. Esse filme se tornou um marco dado a importância do primeiro, lançado em 1962. Quase 50 anos depois, Cacá Diegues e o grupo Nós do Morro produziram a notável obra tendo o protagonismo direto de novos diretores, atores, técnicos do importante grupo vidigalense.

É bom ressaltar, que antes do lançamento de 5x Favela: agora por nós mesmos, Luciano Vidigal e Luciana Bezerra já haviam produzido e/ou atuado em diversos filmes como Picolé, Pintinho e Pipa (2006), No Meu Lugar (2009), Mina de Fé (2004), O

Primeiro Dia (1998) e A Distração de Ivan (2009). Este, em seu elenco tem André Gonçalves, Jhonatan Azevedo, Luciano Vidigal, Marcelo Melo Jr., entre outros, que atuaram em grandes filmes como Última Parada 174 (2008), Cidade de Deus (2002), Tropa de Elite (2007) e 400 contra 1 (2010). Boa parte desses atores tiveram contato com o Grupo Nós do Morro. A Distração de Ivan foi dirigido por Gustavo Melo e Cavi Borges, que retrata a vida de uma criança do subúrbio, com a vida se dando nas ruas contraditória como é nas periferias do Rio de Janeiro. O filme foi selecionado pelo programa Petrobrás Cultural e ganhou prêmios em diversos festivais como o Festival de Cinema de Cascavel, Amazonas Film Festival, Visões Periféricas, Cine PE, entre outros.

Os filmes independentes são produzidos com ou sem financiamento, mas nunca sem nenhum dinheiro e equipamentos básicos. Em qualquer produção sempre se gasta muito tempo (já que com a falta de recursos, a produção se torna mais esparsada) e dinheiro, muitas vezes o que não se tem. Há cineastas que começaram suas carreiras produzindo documentários de baixíssimo orçamento e passam a não mais produzir dessa forma, como é o caso da produtora Couro de Rato, Ana Rieper, Emílio Domingos, Patrick Granja, entre outros. Esses cineastas, por já ter longa carreira e demanda grande de produção, tem como principal recurso financeiro o financiamento público. Por isso, o ano, por exemplo, é dividido pensando as etapas necessárias para se chegar na produção, filmagem, montagem e distribuição. A pré-produção é a condição para que tudo aconteça. Esses editais variam podendo ser de valores simbólicos como R$5.000,00 a R$25.000,00 até grandes orçamentos de um milhão ou mais. Estima-se que o cinema independente raras vezes acesse cifras a partir de R$500.000,00. O cinema independente de baixo orçamento sobrevive com cifras muito menores.

Os orçamentos da produção cinematográfica deve ser algo sempre colocado em questão, já que estamos falando de capital envolvido na produção. Sem dúvida, se se parte do princípio de que uma determinada produção deva cumprir todo o ciclo de um filme, escoado pelas vias da indústria ou da pequena indústria do cinema, todo esse processo é condicionado por orçamentos elevados. Altos orçamentos para produção de obras independentes podem até se justificar, mas em casos específicos.

Há também cineastas que continuam empreendendo a produção apenas com a força da mobilização entre seus pares, quase sempre utilizando equipamentos precários, como é o caso de Godot Quincas, Anne Santos, Higor Cabral, Cesar de La Plata, Rafael Silva, André Sandino e Carlos Pronzato. Boa parte desses cineastas mantém um ritmo de

produção notável, como é o caso de Pronzato, que possui dezenas de documentários produzidos.

O tempo de produção desses filmes varia de acordo com a estrutura material e a quantidade de dinheiro disponível, assim como a quantidade de trabalhadores envolvidos nas produções. Ainda que muitos dos filmes não atinjam o grande público, eles tendem a ganhar espaço em suas localidades dialogando com os problemas existentes, disputando, portanto, politicamente as pautas da sociedade. Os grupos que atuam sistematicamente ao longo dos anos tendem a produzir um diferencial, como é o caso do Mate com Angu, fundado em 2002 em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Para além de ser um cine clube, o Mate produziu diversos filmes, como Amuleto ( ), Acorda (2005), Cascudos (2018), 1 ano e 1 dia, Lá no Fim do Mundo (2007), O Voo (2023), Progresso Primavera (2001), Queimado (2011), Tesouro Perdido, provando ser possível associar produção e distribuição.

A maioria desses filmes produzidos de forma independente em sua grande maioria, sem dúvida, expressam em algum nível alguma questão social quase sempre em caráter de denúncia do ponto de vista crítico da sociedade capitalista e suas estruturas, ainda que muitas vezes não tenha claro uma orientação teórica. Do ponto de vista prático, esse cinema busca representar a classe trabalhadora, suas relações, histórias, vida. Rafael Silva, cineasta de 22 anos oriundo da Zona Oeste assim problematiza a questão:

> Às vezes as pessoas olham para a favela como se lá fosse a mina de ouro. Vai lá, faz um filme de ação, tiros e pá e ganha muitos oscars e esquece a favela. Mas eu não. Eu sou da favela e olho para a favela com outro olhar. Eu gosto de valorizar cada questão da favela que as pessoas do cinema comercial não analisam, não expõem. Eu gosto de falar da tia que tá ali na casa dela, que é sonhadora, essa tia que vai trabalhar e acorda às cinco da manhã, que tem um sonho, mas esse sonho foi esquecido por conta da rotina dela. Eu gosto de falar do jovem que não só quer jogar bola, mas ele quer fazer um filme, ele quer ser cantor. Na favela existe uma porção de artistas e o diretor precisa também contar essas histórias. (SILVA, 2023)

Há inúmeros produtores de filmes, técnicos e profissionais de todas as ordens em diversos territórios do Estado do Rio de Janeiro. Por conta dos antagonismos existentes, o mercado em torno de produções com mais visibilidade se concentra na Zona Sul da cidade.

> Infelizmente o cinema é elitizado. As produtoras do cinema carioca estão na Zona Sul. Eu falo as produtoras grandes. Ponto. Tá na Zona Sul. Isso é um problema. Começa daí. Isso é bairrista, geograficamente é excludente, então é um problema isso, mas é a real. Por isso, o investimento acaba sendo maior para a Zona Sul. Os editais também são focados na Zona Sul. Então isso é injusto. (VIDIGAL, 2023)

Em Botafogo há diversas produtoras. Essas produtoras também se concentram em bairros como Glória, Copacabana, Gávea, Flamengo, Humaitá, Leblon, Urca, etc. O maior número de entrevistados dessa tese é da Zona Sul; foram 17 entrevistados no total. Essas produtoras concentram-se na captação de recursos via editais de fomento e por isso tendem a produzir um filme por ano em média com orçamentos mais onerosos. Ainda que categorizem como cinema independente, há uma diferença abissal entre o cinema produzido por essas produtoras e coletivos menores em bairros mais pobres. A burocracia exclui uma parte considerável dos cineastas que necessitam de apoio financeiro fazendo com que as produções se estendam por muito mais tempo, haja vista as diversas etapas seguintes da filmagem.

De uma forma geral o que se percebe é que as disputas em torno dos recursos públicos quase sempre estão na ordem do dia. Os produtores em sua maioria tendem a se organizar focando pelo menos parte dos seus esforços na elaboração de projetos que caibam dentro das exigências dos editais de fomento. No caso do Mate com Angu esse empenho não aconteceu no primeiro momento. A necessidade de ampliar o debate sobre o acesso aos recursos públicos acabou por contribuir mais em suas movimentações políticas.

Na maioria das vezes esses editais maiores não são o suficiente para a conclusão da obra e ainda assim são categorizados como baixo orçamento. Filmes como Mulheres do Brasil (2006), de Malu de Martino teve um investimento elevado, mas ainda assim foi considerado pela própria diretora como baixo orçamento. Esse baixo orçamento, no entanto, é quase inacessível para produtores menores, dado as exigências para concorrer a esses editais, o que acaba resultando em monopólios que revezam no acesso a esses valores. Os monopólios também são presentes em orçamentos mais baixos. Muitas vezes por não terem a documentação exigida, os produtores mais pobres perdem a chance de concorrer a recursos públicos.

Já as produções que não dependem ou não conseguem acessar os recursos de editais ou não acessam outros tipos de financiamento, têm prazo de produção indefinido, podendo muitas vezes não serem finalizados. Em sua maioria são finalizados e divulgados precariamente em redes sociais, cineclubes (quando estes existem), universidades, escolas, praças públicas, ongs e sindicatos, o que é chamado de circuito alternativo, visto pelos cineastas independentes como uma das formas possíveis de distribuição. Geralmente essas exibições presenciais ocupam um determinado tempo, cabendo à internet o papel principal na divulgação dessas obras a médio e longo prazo. Por ser regido

pelas leis do mercado e consumo do espetáculo, as redes sociais em nenhuma medida beneficiam filmes dessa natureza: políticos, classista, de caráter independente. Esses filmes acabam dialogando com pequenos setores da sociedade que tendem também a não produzir grandes lastros dessas obras assim como pouco reconhecimento dos cineastas autores, o que também reflete em precárias condições de trabalho remunerado agravando a condição social desse setor.

Não podemos deixar de lembrar que estar ausente dos principais festivais acaba invisibilizando esses cineastas. Os festivais representam o poder simbólico, enquanto os editais o poder econômico. É nessa fusão que o poder comunicacional se mostra possível. Esses limites acabam sendo a regra para os cineastas independentes, o que coloca de fora não só as produções, mas os trabalhadores que produzem essas obras que também pouco expandem suas possibilidades de arrecadar mais recursos para sua manutenção física e questões básicas da vida material, o que precede a produção cinematográfica.

Por conta de todas as dificuldades, muitos trabalhadores tendem a migrar de seus territórios para a Zona Sul em busca de trabalhos que geralmente são temporários e mal remunerados. Com farta força de trabalho, a Zona Sul pode escolher com quem trabalhar ao passo que os bairros e municípios mais pobres perdem seus produtores que movimentam cultural e politicamente esses territórios. Esse fator tem levado os cineastas de São Gonçalo, Zona Norte, Baixada e Zona Oeste a ter uma relação apenas de dormitório em seus locais de origem. Um possível fator de emancipação, que é a atuação local desses trabalhadores, então passa a ser fissurado ou simplesmente excluído, dado a urgência da sobrevivência.

A movimentação cineclubista na Baixada é algo notável que marca as duas primeiras décadas do século XXI na região. O cineclube Donana em Belford Roxo que surge em 2009, espaço onde saiu bandas como O Rappa e Cidade Negra é atuante na formação cultural. O Donana já atuava nesse sentido com a TV Maxambomba de Nova Iguaçu, que mostrava cinema para a comunidade, na rua. O projeto na época foi abandonado por falta de equipamentos.

O Buraco do Getúlio, funciona em Nova Iguaçu há dezessete anos. Nasceu em 2006 da necessidade de uma produção cultural ativa na região e que tivesse uma sistematicidade. O Mate com Angu, o Cachaça Cinema Clube e o Beco do Rato foram influências para os criadores do Buraco do Getúlio. O Cineclube Cinema de Guerrilha da Baixada de São João de Meriti surge em 2014; eles fizeram um programa no Cine Box Brasil onde falavam da cena cultural da Baixada Fluminense; o Cineclube XuxuComXis,

que funciona de forma itinerante, influenciados diretamente pelo Mate com Angu. O cineclube Facção Feminista, de Caxias, São João de Meriti, cineclube de mulheres que nasce da necessidade de questionar o lugar da mulher no processo de produção e militância no cinema, espaço de formação e debate sobre o feminismo.

As produções cinematográficas do Mate com Angu, associadas às sessões de exibição formou uma referência de cultura na Baixada, centrada em produções independentes e autorais. Barradas fala sobre o vazio existencial da periferia. A Baixada é totalmente invisível. "Esse cartão postal do Rio de Janeiro projeta uma grande sombra sobre a Baixada Fluminense." Uma questão importante que coloca é por que as empresas produtoras estão concentradas na capital? Não há ambiente para o fomento de outros empreendedores do audiovisual em outras zonas da cidade na mesma proporção. Apesar disso, "a Baixada está em todos os lugares, em todas as fases da produção, no elenco, fotografia ou som." Em qualquer equipe de cinema comercial da cidade se se pergunta a origem dos trabalhadores alguém sempre é da Baixada.

Não tem como falar de produção audiovisual da Baixada sem falar do cineclubismo. A Baixada tem essa característica. Esse cinema "foi construído nessa parada de negar a capital. Tipo assim, guardar filme pro festival é o caralho. Vou vender o link pelo pix para eu beber a cerveja de hoje. Existe sempre um discurso disruptivo." (BARRADAS, 2023)

Já são mais de duas décadas de atuação do cineclube Mate com Angu, que surge em 2002 na Baixada Fluminense atuando de forma local com sessões gratuitas, formando e produzindo obras independentes. As sessões eram quentes, as pessoas falavam e bebiam. Nunca era uma sessão comportada, segundo Barradas. O Mate com Angu se tornou uma forte referência como exibidor abraçando filmes que não foram selecionados para festivais. Nos cursos de formação, os alunos são estimulados a criar exercitando desde cedo o seu processo autoral funcionando como uma espécie de dessacralização de um certo modus operandi da produção cinematográfica. O fator de mobilização do Mate foi a ideia de que a periferia poderia fazer cinema. "No começo tudo se organizava em torno do tesão de fazer o Mate com Angu. (...) O público quer ver coisas; ele quer ser apresentado. (...) A gente era muito influenciado na época pelo TAZ Zona Autônoma Temporária. A zona autônoma temporária era a noite da sessão." O cineclubismo é uma verdadeira escola, formando um sem número de profissionais, autores, produtores, escritores. Não a toa, essa força de trabalho também foi apropriada pelo mercado do cinema.

No que diz respeito à produção, o Mate possibilita a equipe necessária para a produção de uma determinada obra. Apesar de não ganharem editais, uma rede de colaboradores foi criada possibilitando tanto as produções como as demais atividades. Antes da cota para a Baixada nenhum curta foi financiado. "Não existe nenhum curta-metragem produzido na Baixada que tenha dinheiro do Estado. Pode procurar. Só aconteceu com o LAB Curta em 2018 após o manifesto Baixada Filma." Esse movimento do Baixada Filma nasce muito por conta da necessidade de regionalizar o orçamento, questionando a exclusão sumária da Baixada no orçamento de fomento a obras cinematográficas. A Lei Paulo Gustavo também surge como tentativa de descentralizar os recursos. É uma lei emergencial, para o recurso chegar na ponta.

Toda essa forma de funcionamento mais horizontalizada estabeleceu relações de trabalho firmes num propósito comum onde o protagonismo foi muito mais no sentido coletivo do que na construção de uma determinada carreira cinematográfica específica. O sentido de escola, formação, construção, produção e história contribui para formar o caráter dessa organização, mais do que um filme em específico ou um determinado diretor. Esse referencial, portanto, do ponto de vista social é muito mais impactante e propositivo no sentido de disputar os olhares para uma formação ampla e crítica. Nas oficinas de cinema, a função do diretor era excluída. Nesse caso, todos os alunos eram diretores. Ainda que não fosse estimulado, a função poderia surgir como prática espontânea de algum aluno com certo senso de liderança. Nesse caso, essa função se exercia naturalmente dentro das relações já estabelecidas. Os próprios alunos elegiam o diretor. Mas a grande maioria dos curtas a direção é coletiva.

Segundo Igor Barradas, "o Mate tenta negar esse cinema fechado em si mesmo." Ele se refere a um cinema intelectual e universitário. Referenciais importantes oriundos da periferia que produzem cinema independente como Adirley Queiroz e a Filmes de Plástico (André Novais Oliveira, Gabriel Martins, Murilio Martins e Thiago Macêdo Correia), eles aprenderam os códigos na universidade." Eles se apropriam dos códigos da universidade, ou seja, todo um cabedal de conhecimentos e informações.

***

Melo (2011) identifica que o debate sobre filmes independentes (longas de ficção), surge no Rio de Janeiro no final dos anos 1940. Segundo o autor: "O termo independente deve ser entendido aqui no interior das disputas políticas travadas no meio cinematográfico, isto é, entre produtores, distribuidores e exibidores." (MELO, 2011, p. 1035) Moacyr Fenelon foi muito importante nesse momento, pois foi ele um dos

primeiros a se assumir produtor independente. Fenelon permaneceu na Atlântida e Empresa Cinematográfica do Brasil, até 1947, desligando-se do cargo de diretor-superintendente. No ano seguinte funda a sua produtora Cine-produções Fenelon. "A partir de então, passou a assumir publicamente, em diversas entrevistas concedidas à imprensa, o discurso e o rótulo de "produtor independente", conferindo ao termo uma ridente carga ideológica." (MELO, 2011)

Há também um grupo de cronistas e repórteres que fizeram uso do termo independente. Independentes, segundo Melo (2011), "seriam os produtores "avulsos", sem estúdios, que através de diversos expedientes conseguiam levantar recursos para produzir." Para esse grupo, o central eram as relações de produção que regiam esse cinema independente.

O cinema independente da década de 1940 e 1950, opta pela industrialização ao passo que se valorizava as temáticas tipicamente brasileira. Aquilo que podemos denominar cinema independente foi formado por críticos e diretores de São Paulo e Rio de Janeiro que eram pessoas ligadas ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) que era a maior organização da esquerda brasileira e que atuava na ilegalidade desde 1947. Podemos destacar deste grupo Nelson Pereira dos Santos, Alex Viany, Moacyr Fenelon, Roberto Santos, Rodoflo Nanni, Carlos Ortiz, Ruy Santos, Salvyano Cavalcanti de Paiva, Galileu Garcia, José Renato Santos Pereira, Geraldo Santos Pereira, Walter George Durst, Ortiz Monteiro, Salomão Scliar e Noé Gertel.

Segundo Galvão (1980),

> O que se chama na época de "cinema independente" é bastante complicado de entender e explicar. Fundamentalmente é o cinema feito pelos pequenos produtores, em oposição ao cinema das grandes empresas. Mas nem todo pequeno produtor é necessariamente "independente". Para ser qualificado de independente um filme deve ter um conjunto de características que frequentemente nada tem a ver com seu esquema de produção tais como a temática brasileira, visão crítica da sociedade, aproximação crítica da realidade cotidiana do homem brasileiro. Misturam-se aos problemas de produção questões de arte e cultura, de técnica e linguagem, de criação autoral e a "brasilidade". (GALVÃO, 1980, p. 54)

Nas décadas de 1940 e 1950, o cinema independente, segundo os critérios colocados por Galvão (1980), pleiteava como política a industrialização dessa produção. Ou seja, os independentes, segundo Arthur Autran (AUTRAN, 1980, p.54), "não negavam o aspecto industrial do cinema, bem ao contrário." Para se ter sucesso de bilheteria era necessário sobretudo valorizar "temas de caráter brasileiro". Nessa época, os filmes independentes eram Alameda da Saudade 113 (Carlos Ortiz, 1951), Tudo Azul (Moacyr Fenelon, 1952), Agulha no Palheiro (Alex Viany, 1952), O Saci (Rodolfo Nanni,

1953), Rio 40 Graus (Nelson Pereira dos Santos, 1955), Rio, Zona Norte (Nelson Pereira dos Santos, 1957), O Grande Momento (Roberto Santos, 1958), Cara de Fogo (Galileu Garcia, 1958) e Rebelião em Vila Rica (Geraldo Santos Pereira e Renato Santos Pereira , 1958).

Na década de 1960 a questão para a militância de esquerda, segundo Reinaldo Cardenuto (CARDENUTO, 1960, p.34), era: Como circular a arte de engajamento nacional popular para um público amplo se o mercado existente estava estruturado para contemplar o produto comercial e estrangeiro?

A produção de Cinco Vezes Favela foi bem-sucedida, apesar dos poucos recursos advindos da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Centro Popular de Cultura (CPC), mas fracassado na distribuição, ficando em cartaz somente uma semana. A polêmica sobre distribuição foi levada a cabo pelo Cinema Novo colocando como necessidade a industrialização do cinema nacional fundamentalmente creditando no Estado a intermediar este processo também por vezes participando a burguesia nacional. O imperialismo e sua indústria hollywoodiana foram vistos como o principal empecilho.

***

O início dos anos 2000 é marcado pelo processo da digitalização, com produções em audiovisual digital. Pensar a produção cinematográfica antes desse processo é algo muito mais difícil. Podemos estabelecer como elemento central da virada do século XX para o XXI o alto grau de desenvolvimento das tecnologias digitais transformando completamente o sentido do audiovisual; com o desenvolvimento dos meios de produção, infinitas formas de se produzir conteúdos fílmicos são criadas, ressignificado a estética padrão, ainda que o padrão estabelecido pelo mercado tenha se tornado cada vez mais radicalizado no sentido das exigências técnicas, o que também elevou consideravelmente os custos de produção de uma obra comercial diferenciando severamente obras profissionais de amadoras. Segundo Igor Barradas, se não fosse o advento da tecnologia digital não existiria o próprio Mate com Angu, que surge também como reflexo da falta de estrutura e aparelhos culturais.

“O digital traz a promessa de que nós poderíamos fazer cinema”, afirma Barradas (2023); algo muito poderoso nesse processo foi a possibilidade de se ver na tela. O acesso a equipamentos mais modestos torna possível e estimulante a produção local e nesse caso o cineclube Mate com Angu é pioneiro na produção de curtas documentais. Progresso Primavera (2000), de Igor Barradas, é um exemplo dessa grande leva de produções coletivas produzidas por membros de cineclubes.

O cinema político documental não resume suas produções a simplesmente representar algo. Pelo contrário. Ele atua. Atua no sentido de participar de algo concreto, que eclode das lutas populares e das contradições sociais. Por isso, a imagem que se registra desenha caminhos para a condução dos processos de mobilização social.

O advento do audiovisual nas lutas políticas empreendidas pelos setores subalternizados foi também um condutor dessas lutas. Assim como foi capaz de demonstrar as fragilidades dessas lutas sociais. Com esse advento, também há uma disputa fulcral no que diz respeito a que visão de mundo se deve construir para que haja a possibilidade de uma transformação social radical; para que não haja mais a dominação de uns sobre outros. Há, portanto, uma luta contra a visão oficial da história e seus processos políticos. A imagem a ser criada, portanto, é menos romantizada, menos polida, mais arejada, direta e crua. É filmada na ação direta ela mesma sendo parte dessa ação. É uma espécie de visão do comum, representada pelos próprios trabalhadores e demais setores em luta.

Essa imagem também é mais precária do ponto de vista técnico por uma questão óbvia de não ser os trabalhadores os donos dos meios de produção, que nesse caso são não só os equipamentos (microfones, câmeras, computadores, etc), mas as fábricas e a distribuição dessa produção. Não ter acesso a esses meios determina muitas coisas. A imagem possível não é necessariamente a imagem consumida pelas massas. Apesar disso, comunica diretamente com o seu público-alvo, já que demonstra com frieza a atuação de cada força do campo social. Assim, num despejo, a justiça formaliza a criminalização enquanto as forças repressivas executam a ordem oficial, cabendo à mídia burguesa legitimar essas ações, como dá para ver diretamente no documentário Atrás de Porta (2010).

A precariedade, portanto, é uma condição da imagem possível, mas não é determinante para a sua neutralização. Isso é comprovado pelo fato de comumente haver a apropriação dessa estética ressignificando-a em seu processo de massificação. Talvez este seja um imbróglio que tende a confundir uma coisa com a outra. Mas, mais uma vez: este cinema não representa; ele é atuante e participativo, por isso não está apartado das lutas sociais, coletivas e processos políticos, que é quando sua atuação se mostra ainda mais precisa.

Muitas lutas vêm sendo empreendidas e registradas por diversos cineastas, sendo essa pauta (das estruturas de poder) permanente entre setores da militância. Cineastas como Silvio Tendler, Vladimir Seixas, Luis Carlos de Alencar, Patrick Granja, André

Sandino, Rosa Miranda, Rafael Silva, Theresa Jessouron, Rodrigo Mac Niven, Malu de Martino, Lúcia Murat, Vito Ribeiro, Luciano Vidigal, Luciana Bezerra, Gustavo Melo, Igor Barradas, Flavia Vieira, Clementino Jr., Eunice Gutman, Higor Cabral, Godot Quincas, Márcio Coutinho, Carlos Pronzato e Cesar de La Plata têm suas produções centradas em temas sociais como a luta histórica da mulher, LGBT, do povo negro e as lutas de diversos setores da classe trabalhadora do Rio de Janeiro; a luta pela moradia, a opressão policial, a cultura periférica, a ditadura civil-militar e os desdobramentos desse período, a favela vista por um olhar de dentro, a luta do povo indígena e as lutas sociais mais amplas como a histórica Jornadas de Junho de 2013 e as crises do capitalismo, resultando na produção de dezenas de filmes ainda pouco conhecidos. Tais obras têm importância social fundamental não só estimulando e prolongando os processos de luta, mas disputando a leitura desses processos a partir de uma história vista de baixo, ainda que algumas vezes desejosos de ocupar determinados espaços de poder.

O desafio para os cineastas que produzem filmes de baixo orçamento é em primeiro lugar poder garantir a sua sobrevivência material imediata e cotidiana, da sua família e dos grupos que trabalham nas produções. Podemos afirmar sem dúvida que os cineastas independentes ainda hoje lutam por essa condição básica, o que pode parecer estranho aos olhos das pessoas, já que o cinema é amplamente consumido pelas massas. No entanto, não podemos ignorar essa questão. A partir dessa premissa básica (da sobrevivência material) é que podem produzir suas obras. Por mais dispendioso que seja esse trabalho, há uma insistência na manutenção desse processo produtivo por conta das paixões individuais, sendo este fator de peso na luta política.

Como vimos na história do cinema da Baixada, o que movia o Mate com Angu era o tesão de fazer. A desvalorização desse trabalho, no entanto, é um paradoxo, haja vista a necessidade social dessas obras e da contribuição direta em diversos processos sociais, seja regional ou a nível nacional. Sabemos que a sociedade de uma forma geral consome o audiovisual de uma forma alucinada. No capitalismo, a arte é mais um meio para gerar lucro, instrumentalizando as expressões artísticas descartando-as assim que se perde a possibilidade de vende-la como produto. Com o cinema independente não poderia ser diferente.

Referências:

AUTRAN, Arthur. *O pensamento industrial cinematográfico brasileiro.* São Paulo: UNICAMP, 2004.

CARDENUTO, Reinaldo. *O cinema político de Leon Hirsman (1976-1981): engajamento e resistência durante o regime militar brasileiro.* Niterói: UFF, 2014.

GALVÃO, Maria Rita. *Burguesia e cinema: o caso Vera Cruz.* São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

MELO, Luís Alberto Rocha. *Cinema Independente: produção, distribuição e exibição no Rio de Janeiro (1948-1954).* Niterói: UFF, 2011.

RenovaBR e a participação no debate público: a busca por um consenso liberal

Arthur Gabriel Batista de Brito[54]
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista FAPERJ

Introdução

Esse texto decorre do projeto de pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "O movimento RenovaBR e a crise política brasileira: a hegemonia dos interesses empresariais no debate público (2017-2023)", ainda em andamento. Dessa forma, o presente trabalho busca investigar o aparelho privado de hegemonia RenovaBR, grupo que busca em sua atuação "renovar" o cenário político brasileiro.

Entretanto, a atual investigação pretende descortinar esse movimento e suas intenções, analisando sua formação, conexões e atuação de seus políticos eleitos. O seu nascimento no meio empresarial, sua ampla capilaridade no meio, além da ligação com políticos e partidos do campo da direita são indícios imprescindíveis de como esse grupo pretende se posicionar no cenário eleitoral brasileiro.

Para embasar essa pesquisa, foram utilizados os relatórios do RenovaBR, além de jornais, dados do Tribunal Superior Eleitoral e o livro do fundador do grupo, Eduardo Mufarej, que publicou em 2021 a obra "Jornada Improvável: a história do RenovaBR, a escola que quer mudar a política no Brasil". Nesses, é possível aferir como o movimento atua para formar um consenso liberal em pautas centrais da sociedade.

Formação e capilarização do RenovaBR

O RenovaBR é um aparelho privado de hegemonia fundado no ano de 2017 por Eduardo Mufarej. O objetivo do grupo visa, por meio de uma "escola de formação de lideranças políticas", eleger candidatos que trabalhem em prol de renovar o quadro atual dos eleitos, entretanto, é importante discutir o que envolve a formação do RenovaBR, a atuação de seus candidatos e suas ideias propagadas.

[54] Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2024 com o projeto: "O RenovaBR e a crise política brasileira: hegemonia dos interesses empresariais no debate público (2017-2023)", sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, bolsista: FAPERJ.

O fundador, Mufarej, acumula uma vasta experiência no setor privado. Com formação em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ele é sócio e já ocupou o cargo de CEO tanto no fundo Tarpon Investimentos quanto na Somos Educação, uma subsidiária da Cogna Educação. Além disso, integrou o conselho do Centro de Liderança Pública (CLP), organização fundada por Luiz Felipe D'Avila, que compartilha objetivos semelhantes aos do RenovaBR, como a formação de "novas lideranças". No campo político, Mufarej é um entusiasta do Partido Novo, tendo desempenhado um papel significativo na sua criação e sido filiado ao partido.

O projeto piloto apresentado por Mufarej foi o "Fundo Cívico', que destinaria diretamente verba para campanhas selecionadas pelo empresário e seus pares. Em 2017 ocorreu uma mudança na legislação, proibindo doações de pessoas jurídicas, o que prejudicou essa iniciativa, fomentando uma nova abordagem, o RenovaBR. Mufarej (2021) diz em seu livro que ouviu de muitos de seus colegas empresários que deveria buscar pessoas abertas ao diálogo e dispostas a buscar consensos.

Um dos principais elos nessa primeira fase até o nascimento de fato do movimento foi Abílio Diniz, ligado ao Grupo Carrefour. Também é importante destacar Wolff Klabin, da Klabin SA, que é um dos principais doadores e foi um importante conselheiro. Luciano Huck, apresentador de televisão e empresário, também ajudou na construção do movimento, além de divulgar ativamente o RenovaBR nas suas redes sociais. O próprio D'Avilla, anteriormente citado, foi um dos principais apoiadores, oferecendo apoio jurídico num primeiro momento para o grupo. O empresariado é parte fundamental para consolidação tão rápida do movimento (FERREIRA, 2019).

Para compreensão da nossa questão, serão aqui discutidas as 3 eleições nas quais o grupo disputou, destrinchando principalmente as eleições para cargos federais, onde se obtém maior projeção. Com isso, será possível entender a capilaridade que o RenovaBR conquistou progressivamente.

Em 2018 o movimento organizou um processo seletivo no qual houveram 4 mil inscritos, com 133 aprovados na seletiva e 117 disputando as eleições. Do contingente, 17 foram eleitos, sendo destes 1 senador, 9 deputados federais e 7 deputados estaduais.

Esse resultado demonstra o sucesso do seu primeiro ano, que conquistou resultados expressivos. A seguir, é possível observar o gráfico de eleitos da primeira turma da eleição de 2018:

Eleitos	Estado	Partido	Cargo
Alessandro Vieira	**Sergipe/SE**	**Cidadania**	**Senador**
Daniel José	**São Paulo/SP**	**NOVO**	**Deputado Estadual**
Davi Maia	**Alagoas/AL**	**Democratas (DEM)**	**Deputado Estadual**
Fábio Ostermann	**Rio Grande do Sul/RS**	**NOVO**	**Deputado Estadual**
Felipe Rigoni	**Espirito Santo/ES**	**Partido Socialista Brasileiro (PSB)**	**Deputado Federal**
Heni Ozi Cukier	**São Paulo/SP**	**NOVO**	**Deputado Estadual**
Joênia Wapichama	**Roraima/RR**	**REDE**	**Deputada Federal**
Lucas Gonzales	**Minas Gerais/MG**	**NOVO**	**Deputado Federal**
Luiz Lima	**Rio de Janeiro/RJ**	**Partido Social Liberal (PSL)**	**Deputado Federal**
Marcelo Calero	**Rio de Janeiro/RJ**	**Cidadania**	**Deputado Federal**
Marina Helou	**São Paulo/SP**	**REDE**	**Deputada Estadual**
Paulo Ganime	**Rio de Janeiro/RJ**	**NOVO**	**Deputado Federal**
Renan Ferreirinha	**Rio de Janeiro/RJ**	**Partido Socialista Brasileiro (PSB)**	**Deputado Estadual**
Ricardo Mellão	**São Paulo/SP**	**NOVO**	**Deputado Estadual**
Tabata Amaral	**São Paulo/SP**	**Partido Democrático Trabalhista (PDT)**	**Deputada Federal**
Tiago Mitraud	**Minas Gerais/MG**	**NOVO**	**Deputado Federal**
Vinícius Poit	**São Paulo/SP**	**NOVO**	**Deputado Federal**

Fonte: Relatório de 2018 do RenovaBR.

Vários destes eleitos se tornaram figuras proeminentes no debate político. Tabata Amaral, eleita como deputada federal pelo PDT e atualmente no PSB, esteve em grande evidência durante o seu primeiro mandato, e hoje, reeleita como deputada federa, disputa a prefeitura da cidade de São Paulo numa candidatura que tem angariado destaque nas mídias sociais. A sua principal bandeira é a educação, o que conquistou muitos votos do campo da esquerda.

Da mesma forma, Renan Ferreirinha conquistou uma boa votação em 2018 pelo PSB, ganhando destaque em sua atuação e, posteriormente, sendo nomeado secretário de

educação do município do Rio de Janeiro, vencendo também as eleições de 2022 como deputado federal. É uma trajetória de crescimento constante, e em um vídeo[55] publicado numa rede social do RenovaBR, o político diz que a prefeitura comandada por Eduardo Paes possui diversos ex-alunos do grupo ocupando cargos.

Também na atual gestão de Paes se encontra no cargo de secretário de cultura o político Marcelo Calero que, como demonstrado pela tabela, foi eleito em 2018 depois de passar pela primeira turma do grupo.

Alunos também não eleitos, devido a projeção que o grupo viabiliza aos candidatos, conquistaram importantes cargos não eletivos. Foi o caso de Waldemar Jorge (Republicanos), que se tornou secretário de Planejamento no governo do estado do Paraná, Claudio Gastal (Cidadania), que ocupou a secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul, Juliana Cardoso (PL), que coordenou a secretaria de Agricultura e Abastecimento no estado de São Paulo, João Suassuna (PSB), que se tornou secretário executivo de Criança e Juventude do estado de Pernambuco, entre outros.

No relatório de 2018 do movimento é possível observar que a associação à marca RenovaBR foi um diferencial para esses políticos. As lideranças indicam que essa afiliação foi especialmente útil para fortalecer a credibilidade junto a apoiadores e formadores de opinião (66%), financiadores (57%) e eleitores (42%) (RENOVABR, 2018).

Estes são apenas alguns exemplos referentes a primeira turma, agora, para analisar o caso das eleições municipais de 2020, é necessário entender a dimensão no qual esse processo seletivo foi empreendido. Neste foram recebidas 13 mil inscrições de todo o Brasil, com 700 aprovados (2020, RENOVABR). Deste total, 147 foram eleitos para cargos de vereadores, vice-prefeitos e prefeitos.

A turma de 2022 foi considera uma extra, tendo 4 mil inscritos e 69 aprovados, sendo somada com a turma de 2021 que também buscava candidaturas nos legislativos estaduais e federais. 355 alunos, no total, disputaram as eleições desse ano, numa relação partidária de:

[55]https://www.instagram.com/reel/C90i3_pPhzY/utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA== Consultado em: 02/08/2024.

Partidos	Alunos candidatos
Novo	**66**
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	**37**
Podemos	**36**
União Brasil	**27**
Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB)	**25**
Partido Social Democrático (PSD)	**23**
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	**16**
Rede	**15**
Cidadania	**14**
Partido Liberal (PL)	**12**
Republicanos	**12**
Partido Progressista (PP)	**11**
Avante	**10**
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	**10**
Solidariedade	**10**
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	**6**
Partido Verde (PV)	**5**
Agir	**4**
Partido dos Trabalhadores (PT)	**4**
Patriota	**3**
Partido Social Cristão	**3**
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	**3**
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	**2**
Partido da Mobilização Nacional (PMN)	**1**
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	**1**

Fonte: relatório do RenovaBR de 2022.

Como é possível observar, vários dos partidos com mais filiações de alunos são legendas de centro-direita e direita. As exceções são principalmente o PSB e PDT,

entretanto, ambos os partidos assinaram uma carta compromisso[56] com o movimento Acredito, outro grupo de renovação que também é apoiado por Eduardo Mufarej e contem como co-fundadora a deputada Tabata Amaral. Nesta carta, os partidos se comprometeram a respeitar a identidade e a autonomia política dos representes dos grupos, assim gerando uma clara sinalização a pessoas de movimentos semelhantes para adentrarem nessas legendas.

Nos resultados de 2022, o grupo obteve 18 eleitos, sendo destes 11 deputados estaduais e 7 deputados federais, como aponta a tabela:

Eleitos	Estado	Partido	Cargo
Camila Jara	**Mato Grosso do Sul/MS**	**Partido dos Trabalhadores (PT)**	**Deputada Federal**
Daniel Sorans	**Rio de Janerio/RJ**	**Partido Social Democrático (PSD)**	**Deputado Federal**
Fernando Marangoni	**São Paulo/SP**	**União Brasil**	**Deputado Federal**
Luiz Lima	**Rio de Janeiro/RJ**	**Partido Liberal (PL)**	**Deputado Federal**
Pedro Aihara	**Minas Gerais/MG**	**Patriota**	**Deputado Federal**
Samuel Viana	**Minas Gerais/MG**	**Partido Liberal (PL)**	**Deputado Federal**
Tabata Amaral	**São Paulo/SP**	**Partido Socialista Brasileiro (PSB)**	**Deputada Federal**
Augusto Zacarias	**São Paulo/SP**	**União Brasil**	**Deputado Estadual**
Carlos Lula	**Maranhão/MA**	**Partido Socialista Brasileiro (PSB)**	**Deputado Estadual**
Dani Alonso	**São Paulo/SP**	**Partido Liberal/PL**	**Deputada Estadual**
Dra. Michelle Melo	**Acre/AC**	**Partido Trabalhista Brasileiro (PDT)**	**Deputada Estadual**
Fabio Oliveira	**Paraná/PR**	**Podemos**	**Deputado Estadual**
Gerson Pessoa	**São Paulo/SP**	**Podemos**	**Deputado Estadual**

[56] https://veja.abril.com.br/politica/psb-e-pdt-assinaram-cartas-de-compromisso-com-movimento-acredito Consultado em: 04/08/2024.

Leo Siqueira	**São Paulo/SP**	**Novo**	**Deputado Estadual**
Lohanna França	**Minas Gerais/MG**	**Partido Verde (PV)**	**Deputada Estadual**
Lucas Scaramussa	**Paraná/PA**	**Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**	**Deputado Estadual**
Marina Helou	**São Paulo/SP**	**Rede**	**Deputada Estadual**
Paula Titan	**Paraná/PA**	**Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**	**Deputada Estadual**

Fonte: Relatório do RenovaBR de 2022.

Como é possível observar, novamente o quadro se repete: partidos de direita e centro-direita são os favoritos dos alunos, o que reflete nas legendas por quais estes são eleitos. Além disso, é importante notar a ampliação do grupo em relação as eleições de 2018, se considerarmos as cadeiras dos cargos estaduais, pulando de 7 para 11 eleitos. Já para o cargo de deputado federal houve uma pequena diminuição, de 9 para 7 eleitos.

Essa eleição claramente fortificou o RenovaBR nas câmaras estaduais, e é necessário analisar esse avanço pois demonstra o progresso do grupo nos diversos estados brasileiros. Também, partindo do fato de que existem a presença de muitos ex-alunos integrando cargos não eletivos em prefeituras, é um claro sinal de que o grupo está consolidando cada vez mais seu projeto de poder.

Para o ano de 2024 as expectativas são ainda maiores, com uma projeção de que serão eleitos um total de 170 "lideranças" nas eleições municipais, para os cargos de prefeito e vereador[57]. No ano de 2020 foram postos 1050 alunos como pré-candidatos, e para esse ano o número chega a 1500 pré-candidatos[58], com Mufarej destacando o filtro necessário para que não haja extremistas se lançando candidatos pós formação no grupo.

Atuação do RenovaBR no congresso nacional

Os membros do grupo estiveram em importantes pautas que foram votadas no congresso nacional, e uma das mais relevantes foi a votação referente a reforma da

[57] https://www.otempo.com.br/politica/2024/6/22/renovabr-tem-perspectiva-de-eleger-170-prefeitos-e-vereadores-no Consultado em: 05/08/2024.

[58] https://www.estadao.com.br/politica/renovabr-forma-1500-pre-candidatos-filtra-extremistas-e-ve-amadurecimento/ Consultado em: 05/08/2024.

Previdência. Esta foi encaminhada pelo então ainda presidente Michel Temer (MDB) em 2017, porém foi ser votada apenas em 2019.

Foi uma das primeiras ocasiões em que o RenovaBR ganhou as manchetes devido a uma controvérsia. Isso pois dentre os eleitos daquele ano, Tabata Amaral, ainda no PDT, e Felipe Rigoni, ainda no PSB, votaram a favor da reforma, contrariando orientação de ambos os partidos, que orientaram pelo voto contrário em relação a pauta. Em seguida, tabela contendo os votos de cada "liderança" formada pelo grupo:

Nome	Partido	Voto
Felipe Rigoni	**Partido Socialista Brasileiro (PSB)**	**Sim**
Joênia Wapichana	**REDE**	**Não**
Lucas Gonzalez	**NOVO**	**Sim**
Luiz Lima	**Partido Social Liberal (PSL)**	**Sim**
Paulo Ganime	**NOVO**	**Sim**
Tabata Amaral	**Partido Democrático Trabalhista (PDT)**	**Sim**
Tiago Mitraud	**NOVO**	**Sim**
Marcelo Calero	**Cidadania**	**Sim**
Vinicius Poit	**NOVO**	**Sim**

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados.

Dos 9 deputados, 8 votaram a favor, gerando diversas notícias e reações quanto a esse posicionamento. Um deles veio de Ciro Gomes, candidato à presidência pelo PDT em 2018 e padrinho político da campanha da deputada Tabata Amaral. Para imprensa, ele disse:

> "Você pega um partido clandestino, que tem suas regras próprias, seu programa próprio, você se infiltra nos outros partidos e usa os outros partidos, fundo partidário, tempo de TV, coeficiente eleitoral para se eleger e fazer o serviço do outro partido? Aí é um problema de dupla militância, não tem nada a ver com a compreensão de reforma da Previdência que nós temos" (ARCANJO, 2019).

A reforma da Previdência, nos moldes que estavam sendo apresentados, concretizaria um quadro de injustiça social, visto que cortava benefícios e dificultava a aposentadoria, tornando muito real a possibilidade de que muitos trabalhadores nunca

fossem de fato se aposentar (MEYER, 2022). Ciro Gomes após essa entrevista deu diversas outras declarações sobre o assunto, e esse episódio gerou uma preocupação entre os partidos, principalmente de esquerda, sobre qual seria a atuação de políticos advindos destes grupos. Como reação, PSB e PDT entraram com sanções contra os dissidentes que votaram favoráveis a pauta, o que levou a saída tanto de Rigoni quanto de Amaral de seus partidos

O apoio maciço dos membros do RenovaBR a pauta evidencia como estes deputados eleitos estão comprometidos com um projeto burguês de sociedade, visto que a reforma foi encaminhada e posta em prática pelos setores mais conservadores da direita brasileira. O apoio dos empresários a ela e ao governo, tanto o que incialmente encaminhou a proposta (Temer), quanto ao que a aprovou (Bolsonaro), reforçam ainda mais essa tese.

Também é importante destacar o foco que o grupo deu para essa pauta em sua turma de 2019 e nos seus cursos de formação continuada. De acordo com a revista Piauí[59], foram oferecidos diversos cursos ao longo do ano para tratar o tema, um deles ministrado pelo próprio Mufarej, justificando a necessidade da urgência da pauta. Outro desses cursos foi ministrado por Marcos Lisboa, economista e presidente do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), que declarou que o dinheiro público acabou e que a reforma deveria ter sido empreendida a mais de 20 anos.

Outro projeto que gerou bastante controvérsia para o grupo foi a PL do Veneno. Essa proposta de lei, identificada pelo número 6299/2002 e apresentada pelo deputado federal Luiz Nishimori (PL), recebeu amplo apoio da bancada ruralista no Congresso devido à facilitação que traria à produção agrícola. Sua tramitação ocorreu em um contexto de instabilidade política no Brasil, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro. Interesses econômicos pautaram a discussão, envolvendo a indústria química multinacional, que teria trabalhado para ocultar os riscos, distorcer informações e favorecer o uso intensivo de agrotóxicos, em detrimento da saúde pública e do meio ambiente (Friedrich et al., 2018).

Dos 8 deputados federais que representavam o grupo naquele momento, 6 votaram a favor e 2 contra, como demonstra a tabela:

[59] https://piaui.folha.uol.com.br/materia/escola-sem-partido/ Consultado em: 05/08/2024.

Nome	Partido	Voto
Felipe Rigoni	**PSL**	**Sim**
Joênia Wapichana	**REDE**	**Não**
Lucas Gonzalez	**NOVO**	**Sim**
Luiz Lima	**PSL**	**Sim**
Paulo Ganime	**NOVO**	**Sim**
Tabata Amaral	**PSB**	**Não**
Tiago Mitraud	**NOVO**	**Sim**
Vinicius Poit	**NOVO**	**Sim**

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados.

Novamente, o grupo demonstra um apoio bastante sólido a uma pauta que consiste diretamente em servir aos interesses do agronegócio e da bancada ruralista do congresso que a representa. Surpreende o fato de que um movimento que se autointitula como "renovação" tenha concordado com duas pautas de um governo extremamente conservador.

As questões referentes ao avanço dessa pauta se inserem num quadro de retrocessos, que como discorre Porto:

> O Pacote do Veneno e os atuais retrocessos das políticas de saúde, de proteção ambiental e das terras indígenas e quilombolas revelam o comportamento subalternizado e colonial de parcela relevante do agronegócio brasileiro e outros setores conservadores da sociedade. Ele tem a ver com o fim da aliança com o PT e o apoio ao golpe político-jurídico-midiático em curso, o qual possui uma geopolítica mais complexa. Não se trata de ser contra a agricultura brasileira, mas sim de considerar que o desenvolvimento econômico e social deve caminhar com respeito à vida, à saúde humana e ao meio ambiente, bem como aos direitos de indígenas, quilombolas e camponeses (PORTO 2018, p. 4).

Ao apoiar essa pauta, os políticos do RenovaBR só estão reafirmando o seu pacto com os interesses dos maiores empresários do país, que viram na liberação de mais agrotóxicos um aumento exponencial dos seus lucros a custo da saúde da população e do meio ambiente.

Outra pauta de suma importância para compreender a atuação do movimento foi sua posição frente ao Novo Marco do Saneamento, pauta também de interesse governista visto que sua aprovação beneficiaria diretamente os empresários. A PL 4162/19 foi recebida por grande parte da sociedade com desconfiança, visto que entregaria principalmente para inciativa privada a responsabilidade do saneamento básico do país.

Conforme discutido por Sousa (2020), as mudanças na legislação facilitaram as privatizações ao criar condições favoráveis para que os estados concordassem com acordos que favorecessem as empresas, como a concessão de empréstimos e outros benefícios. Além disso, como é destacado, os políticos envolvidos nas negociações para a aprovação dessas regras mantinham vínculos com corporações multinacionais interessadas na aquisição e exploração das reservas globais de água doce, sendo o Brasil um local de grandes reservas.

Também é importante pensar nas outras problemáticas que a aprovação dessa pauta leva. Estudos iniciais dos impactos indicam que a privatização pode levar ao aumento das tarifas, além de possibilitar a privatização de aquíferos subterrâneos. A outra grande questão é a possibilidade de não resolver o problema de fato do saneamento (FERREIRA et al., 2021).

Dos 9 deputados federais, 8 votaram a favor e 1 não compareceu, como segue na tabela:

Nome	Partido	Voto
Felipe Rigoni	**PSL**	**Sim**
Marcelo Calero	**Cidadania**	**Sim**
Joênia Wapichana	**REDE**	**Ausente**
Lucas Gonzalez	**NOVO**	**Sim**
Luiz Lima	**PSL**	**Sim**
Paulo Ganime	**NOVO**	**Sim**
Tabata Amaral	**PSB**	**Sim**
Tiago Mitraud	**NOVO**	**Sim**
Vinicius Poit	**NOVO**	**Sim**

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados.

Mesmo com as muitas críticas nas redes socais, os políticos do grupo majoritariamente apoiaram e defenderam a proposta. Novamente, reafirma o quadro que estamos construindo nessa pesquisa, localizando o RenovaBR como hoje um dos principais instrumentos de ação do empresariado brasileiro.

Considerações finais

Portanto, como discutido no presente trabalho, o RenovaBR é um aparelho privado de hegemonia, que forma "lideranças" por meio de seus cursos, mas que tem como objetivo final produzir intelectuais que influenciem diretamente para criação de um consenso liberal em pautas centrais da sociedade.

Por meio de propostas de leis e votações no congresso nacional, os políticos do grupo empreendem uma agenda liberal, e a cada eleição, como demonstrado por meio dos dados aqui discutidos, vem consolidando tanto o movimento, quanto o seu projeto político. As projeções para as eleições de 2024 são ainda maiores em relação as de 2020, o que é mais um indicativo dessa capilaridade.

Sua presença nos debates públicos se dá como nenhum outro movimento de renovação política semelhante, como o sucesso de seus candidatos também é inédito. Mas isso definitivamente pode ser compreendido devido as suas estruturas e apoio, que são desde a sua fundação fundamentais para seu funcionamento, como apoio dos principais empresários brasileiros e suas expressivas doações.

Logo, o Renovabr está em consonância com um projeto idealizado pela burguesia nacional, que busca cada vez mais liberalizar a economia brasileira e que, em consequência, gera a precarização de direitos já historicamente conquistados.

Referências:

FERREIRA, J. G.; GOMES, M. F. B.; DANTAS, M. W. A. Desafios e controvérsias do novo marco legal do saneamento básico no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitibia, v. 7, p. 65449-65468, jul. 2021.

FERREIRA, Rafael Jóia. *Quem paga a banda escolhe a música: uma introdução à RAPS e ao RenovaBR*. 2019. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

FRIEDRICH, Karen et al. *Dossiê contra o pacote do veneno e em defesa a vida*. 1° edição, Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

MEYER, Fernanda A. S. *Reforma da Previdência Brasileira de 2019:* possíveis implicações e riscos da perda de direitos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Centro de Ciências Socias Aplicadas, Universidade Estadual do oeste do Paraná, Toledo, 2022.

PORTO, Marcelo F. S. O trágico pacote do veneno: lições para a sociedade e a saúde coletiva. *Cad. de Saúde Pública*, 2018.

SOUSA, A. C. A. de. O que esperar do novo marco do saneamento? *Cad. de Saúde Pública*, 2020.

Fontes

MUFAREJ, Eduardo. *Jornada improvável: a história do RenovaBR, a escola que quer mudar a política brasileira*. Ed.: História Real, 07 de abril de 2021.

RENOVABR. Relatórios dos anos de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022.

ARCANJO, Daniela. Ciro diz que movimento de Tabata é partido clandestino e que ela faz dupla militância. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/ciro-diz-que-movimento-de-tabata-e-partido-clandestino-e-que-ela-faz-dupla-militancia.shtml>

Ditadura e lugares de memória: o caso da Base Naval da Ilha das Flores

Carinna Almeida Rodrigues[60]
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, e que tem como tema *Ditadura civil-militar, violações de direitos humanos e lugares de memória: o caso da Base Naval da Ilha das Flores (1966-1971)* ainda em andamento. Neste artigo, será analisada a importância da questão econômica no pré-64 e da influência dos EUA na tomada do poder militar no Brasil, além do uso da violência estatal para manter o regime militar por 21 anos.

O Brasil enfrentava uma severa crise inflacionária, que desestabilizava a economia e gerava grande insatisfação popular. O parlamentarismo foi utilizado como tentativa de estabilizar o governo, mas suas limitações e a fragilidade das instituições democráticas facilitaram a articulação de um golpe. A direita brasileira, temendo a ascensão de movimentos populares e políticas alinhadas com a esquerda, se organizou com apoio de setores influentes da sociedade e do governo norte-americano. Assim, o golpe de 1964 refletiu uma reação à crise econômica e política e demonstrou a capacidade das forças conservadoras de se mobilizarem em defesa de seus interesses, resultando em uma ditadura que utilizou repressão e violência para manter seu domínio por mais de duas décadas.

O governo de João Goulart foi marcado pela falta de legitimidade de seu poder, em grande parte devido à crise política que se instalou após a renúncia de Jânio Quadros e à instabilidade econômica herdada do governo de Juscelino Kubitschek, resultado do Plano de Metas. Desde sua posse, Goulart enfrentou restrições impostas pelo modelo parlamentarista adotado pelo Congresso, limitando sua capacidade de exercer plenos poderes, contribuindo para a crise de governabilidade durante seu mandato.

[60] Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2024, projeto: Ditadura civil-militar, violações de direitos humanos e lugares de memória: o caso da Base Naval da Ilha das Flores (1966-1971). sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, bolsista: CAPES.

Segundo Toledo (2001), o modelo parlamentarista não era capaz de resolver as crises políticas, revelando-se ineficaz em lidar com as disputas de poder entre o presidente e o primeiro-ministro, enfrentando ainda dificuldades no Executivo. Logo, o presidente conseguiu livrar-se do parlamentarismo, contando com apoio de diversos setores políticos. O modelo parlamentarista encerrou-se em janeiro de 1963, sem conseguir resolver os problemas econômicos e políticos que se agravaram desde 1961. Singer (2001) aponta que a inflação entre 1963 e 1964 alcançava cerca de 60% ao ano e continuava a aumentar. O autor também destaca que, em 1963, o Brasil enfrentava uma crise cambial e uma crescente dívida externa, consequências diretas do Plano de Metas durante o governo de Juscelino Kubitschek.

Numa tentativa de atender às demandas de reformas sociais e econômicas e ampliar a base de apoio ao seu governo, Jango tenta programar as Reformas de Base. Entre as principais propostas estavam à reforma agrária, que pretendia redistribuir terras e melhorar as condições dos trabalhadores rurais; a reforma urbana, focada na melhoria das condições habitacionais nas cidades; e a reforma tributária, que buscava criar um sistema mais justo e progressivo. Além disso, a reforma visando ampliar e melhorar o acesso a serviços essenciais, como educação e na saúde.

Houve grande resistência dos setores conservadores e militares em relação às reformas, pois temiam uma maior intervenção estatal e o impacto adverso sobre seus interesses. A execução das propostas foi ainda mais dificultada pela instabilidade econômica e política, marcada por alta inflação e crescente dívida externa, que paralisaram o seu avanço. É nesse entorno que se concentram os impasses em torno do golpe, visto que, a direita estava insatisfeita com o governo de João Goulart, sobretudo após a tentativa de instaurar o estado de sítio em 1963.

É importante compreender nesse momento como as ações de Jango e o cenário mundial da Guerra Fria, com a divisão do mundo em dois polos — capitalista (EUA) e socialista (URSS) — influenciaram os acontecimentos. Essas transformações geopolíticas impactaram profundamente as tensões internas do Brasil, exacerbando a crise política que culminou no golpe militar.

A deposição do presidente João Goulart foi impulsionada pela percepção, desenvolvida nos EUA, de que suas Reformas de Base associavam-se a um *regime sindicalista* ou mesmo *comunista*. Como resultado, os militares e a classe média, com apoio do governo norte-americano, começaram a planejar o golpe de Estado que culminou na ditadura brasileira. Esse golpe, arquitetado pelo embaixador dos EUA no Brasil,

Lincoln Gordon, centrou-se na Operação *Brother Sam*, e as conspirações já vinham sendo pensadas desde 1961.

Devido aos conflitos com a União Soviética, os EUA implantaram nos países da América Latina a Doutrina de Segurança Nacional, temendo que esses países adotassem o mesmo caminho de Cuba. Essa doutrina visava conter a influência comunista e garantir a estabilidade política na região, alinhando os governos latino-americanos aos interesses dos EUA durante a Guerra Fria. No Brasil, os aspectos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) começaram a se manifestar logo após o golpe de 64, realizado pelos militares e pela elite orgânica empresarial, que acreditavam haver um *inimigo interno* a ser combatido.

Os EUA intervieram para implantar sua política contra um *inimigo interno*: o comunismo, que deveria ser combatido por meio de uma *guerra interna*. Na visão norte-americana, este oponente deveria ser derrotado por todos os países da América Latina, pois causaria desordem e subversão. Logo, a América Latina teve apoio norte-americano na instauração de ditaduras militares entre 1960 e 1970. Nesse contexto, a ditadura brasileira alinhada a essa ideologia, programa a Política de Segurança Nacional （PSN）, o anunciando o combate do Estado ao que *inimigo interno*, enfrentando-o por meio de políticas repressivas internas.

Ilha das Flores: Uma Análise Histórica da Base Naval como Hospedaria de Imigrantes

Nos últimos anos, a Ilha das Flores tornou-se objeto de intenso estudo devido ao convênio estabelecido em 2010 entre a Marinha do Brasil e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores (UERJ/FFP). Atualmente, a Ilha funciona como Base do Corpo de Fuzileiros Navais e como museu a céu aberto, parte do projeto *Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores*, com visitas guiadas por estudantes da UERJ/FFP. O objetivo do projeto é preservar o patrimônio histórico-cultural da antiga hospedaria, explorando a história dos imigrantes que nela residiram e suas contribuições para o Brasil.

Transformada em hospedaria em 1883 pelo Governo Imperial, a Ilha das Flores foi estrategicamente escolhida por localizar-se na Baía de Guanabara, facilitando o acesso de navios e o apoio de hospitais próximos. Sua distância dos centros urbanos também permitiu o cumprimento das quarentenas necessárias devido a surtos epidêmicos, como cólera e febre amarela, que eram frequentes devido ao grande fluxo de imigrantes. A hospedaria funcionou até 1966, mudando sua utilização ao longo do tempo.

A Geografia da Memória: Espaços da Ditadura no Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro possui diversos espaços marcados pela violência praticada pelo Estado durante a ditadura civil-militar. Durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff criou-se a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, estabelecendo a criação das Comissões Nacionais da Verdade, com objetivo de apurar as violações dos direitos humanos praticadas pelo Estado entre os anos 1946 e 1988, promovendo então o direito a memória e a verdade.

Com a atuação das Comissões da Verdade, o estado do Rio de Janeiro elaborou um relatório abrangente. As cidades de Niterói- RJ, Petrópolis- RJ e Volta Redonda- RJ desenvolveram seus próprios relatórios detalhados. A comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro mapeou 21 lugares utilizados pelos agentes do Estado para as violações dos direitos humanos; dentre eles estão a Base Naval da Ilha das Flores, a Casa da morte em Petrópolis, o DOI-CODI e o DOPS/GB.

Os espaços identificados pelas comissões são configurados como lugares de memória, conceito desenvolvido por Pierre Nora (1990). Esses espaços são dedicados à preservação e eternização da memória de um grupo, funcionando como marcos que mantêm viva a lembrança de eventos significativos. Inicialmente, Nora pensava nos lugares de memória apenas na sua dimensão simbólica, mas, a partir de 1988, ele passou a considerá-los também na dimensão material, como espaços que não podem ser esquecidos. Locais como a Ilha das Flores são considerados *lugares de memória* da ditadura no Estado do Rio de Janeiro, e também podem ser vistos como locais traumáticos de memória, carregando uma visão negativa dos acontecimentos e uma história bloqueada pela pressão psicológica do indivíduo (ASSMAN, 2011). Trabalhar com a problemática dos *lugares de memória* é, portanto, analisar as muitas formas que ela pode ser apresentada a partir da perspectiva de quem está analisando.

Logo, pode-se utilizar do mesmo entendimento para trabalhar os locais de memória da ditadura, pois há a visão das vítimas dos crimes cometidos e a visão dos que cometeram os crimes, onde ambas se chocam. Segundo o que consta na Sindicância da Marinha vol. III um relato acerca do uso da Ilha das Flores como presídio:

> [...] eram boas condições de acautelamento de presos, encontra-se o requerimento, datado de 21 de maio de 1970, da advogada Rosa Maria Cardoso Cunha solicitando ao Juiz Auditor da 2a Auditoria de Marinha a transferência de preso "para o Presídio da Ilha das Flores, onde ficaria em companhia de outros detidos, gozando de tratamento mais salutar", à fl. 182. (Sindicância da Marinha, vol. III, 2014, p.12).

Em contrapartida a Sindicância da Marinha, o depoimento de Antônio Rogério Garcia da Silveira, ex-preso político o qual passou pelo presídio Ilha das Flores relata que:

> [...] que dias depois foi transferido para a Ilha das Flores que, lá chegando, no dia seguinte foi levado a uma casa onde se encontravam vários oficiais da Marinha, onde passaram novamente a repetir as mesmas perguntas que lhe foram feitas pelos policiais que lhe torturaram no Paraná; que, em seguida, passaram a lhe ameaçar com torturas; [...] que juntamente com outros oficiais foi levado a outra casa que eles denominavam de Ponta de Oiti onde encontrava um jovem sendo torturado no pau-de-arara; que diante dessa situação tentaram mais uma vez arrancar através da violência aquilo que eles queriam e que desconhecia; [...]. (TOMO V. vol. I. p.412-413)

Como já mencionado, a Ilha das Flores, funcionou como hospedaria de imigrantes até 1966, quando encerrou suas atividades. Em 1969 a Ilha é transferida para a Marinha do Brasil, tornando-se Base Naval da Ilha das Flores. Ali passou a funcionar o Centro Nacional de Treinamento (CENATRE), com administração do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), tendo como capitão de mar e guerra Clemente Monteiro, o mesmo que por diversas vezes aparece nos depoimentos como mandante dos crimes cometidos no local. De acordo com a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), a Base Naval da Ilha das Flores funcionou como local de prisão e tortura entre 1969 e 1971. Durante esse período, recebeu cerca de 200 presos políticos.

O espaço onde anteriormente funcionou a hospedaria de imigrantes não precisou ser adaptado para tornar-se presídio durante a ditadura militar, pois já havia sido utilizadas como prisão em outras duas ocasiões. As torturas ocorriam em uma casa parcialmente escondida na base naval, conhecida como Casa da Ponta dos Oitis. Embora a casa ainda exista, está abandonada pela Marinha. Ao lado, havia uma construção utilizada para guardar os equipamentos de tortura.

Em 21 de outubro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade, junto com ex-presos políticos que passaram pelo Complexo Naval da Marinha, visitaram a Ilha das Flores para identificar os espaços utilizados para violações de direitos humanos. Durante a visita, 11 pessoas foram ouvidas, incluindo Heleno Cruz, ex-soldado do Corpo de Fuzileiros Navais. Em depoimento à CEV, Cruz mencionou que, em várias ocasiões, jogou no mar instrumentos utilizado para tortura, com o objetivo de encobrir os rastros das violências cometidas. Assim, mesmo com os esforços do Estado e das vítimas para identificar esses instrumentos, não seria possível encontrá-los, resultando em um apagamento da memória.

No Tomo V, do projeto *Brasil Nunca Mais* há diversos relatos de maus-tratos cometidos por militares, nos espaços que serviram como campo de tortura no Brasil.

Dentre os muitos depoimentos, vê-se a presença de alguns relatos a respeito da Ilha das Flores. Dá-se a exemplo, o depoimento de Herberto João Gonçalves Tavares, preso na Ilha das Flores no ano de 1969:

> (...) que o depoimento que prestou no inquérito policial militar este que agora lhe é lido foi prestado sob coação moral e física; que durante as duas semanas que esteve preso na Ilha foi apresentado à imprensa como integrante do MR-8 que por esse motivo saiu a sua fotografia em várias publicações do país, revistas, sem saber a acusação que lhe pesava; que foi espancado para poder prestar o depoimento que agora lhe é lido; [...] (...) que o espancamento, choques elétricos eram comentados e até mesmo motivo de revolta por parte de guardas que isoladamente faziam comentários com os indiciados; que Jorge também relatou ao - informante na ilha que havia sido espancado durante doze dias consecutivos com um médico ao lado [...]. (TOMO V. vol. II, p.166)

Era bastante comum que os presos presenciassem as sessões de tortura de integrantes de seus grupos, como é o caso do Luiz Carlos de Souza ex-presidiário que passou pelo Presídio Ilha das Flores e presenciou a tortura de Tiago Andrade de Almeida:

> [...] no dia 7 foi locomovido para a Ilha das Flores, tendo sido colocado num banheiro não ventilado, sentindo tremenda falta de ar durante 23 dias, sem roupa de cama, sem que a sua família tivesse qualquer contato e continuando a ser interrogado na Ilha das Flores; que no dia 28 de maio de 1969 foi colocado diante de Tiago Andrade de Almeida completamente esquartejado, com inflamações no ouvido devido aos "telefones", sendo segurado, pois não se aguentava em pé, pelos policiais vindos do Paraná segundo lhe consta, por ordem do comandante Clemente e o Maique, de nomes Samuel e Guthemberg, que diziam ser da Federal do Paraná. (CNV, Vol. 1, p. 749)

Assim como a Base Naval, o DOI-CODI também foi uma instalação militar adaptada para servir como centro de repressão da ditadura. Funcionou de 1970 a 1979 nas instalações do 1º Batalhão da Polícia do Exército (BPE), no prédio do Pelotão de Investigações Criminais (PIC). Além de seu aparato repressivo instaurado na ditadura civil-militar. O prédio passou por diversas reformas para melhor atender às necessidades da estrutura repressiva.

Uma das militantes presa pelo DOI-CODI em 1979, Maria Dalva Bonet, fala que no ano de sua prisão, a estrutura estava começando a ser modificada para melhor atendê-los, "[...] eles foram rasgando aos poucos porque foi tanta brutalidade que, dessa vez, ainda não tinham a tecnologia da tortura". Dalva, em seu depoimento fala ainda sobre as sessões de tortura a que foi submetida por ser mulher quando esteve no DOI-CODI/RJ:

> Me jogavam no chão de um lado pro outro, aí vinha o Jacarandá, pisava com as botas dele, as botas do Jacarandá são famosas no DOI-CODI, eu fiquei com o corpo todinho cheio de hematoma. Os seios principalmente eram onde eles gostavam de pisar. Levei choque na vagina, no ânus [...]. Isso pra me intimidar e me fazer falar alguma coisa, até que chegou de novo o Magalhães com essa pérola da vida: "Sua puta" eu quero que vocês botem exatamente como ele falou: "Sua..." que eu nunca esqueci na vida: "Sua puta, esta cona nunca mais

> vai ver piroca na vida" aos gritos, e repetia. (Testemunho de Maria Dalva Bonet para a CNV, em 8/05/2014).

Além dos episódios citados acima, os militares do DOI-CODI as formas de torturas em presas políticas eram diversas, com a utilização de animais como ratos, baratas e jacarés, a fim de tirar a dignidade delas enquanto mulheres. As violações as quais elas eram submetidas causavam graves infecções, além de abortos uma vez que estivessem grávidas. Cabe ressaltar que além das mulheres, os homens também sofriam abusos enquanto estavam presos.

Além de espaços militares, também foram utilizadas casas, estádios e sítios. A Casa da Morte em Petrópolis funcionou de 1971 a 1973 como centro clandestino administrado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) para amedrontar opositores. Emprestado ao Exército pelo empresário Mario Lodders, era um dos locais onde os presos não sabiam onde estavam nem o que poderia acontecer. Apesar das investigações da Comissão da Verdade, não se sabe ao certo quantos militantes passaram pela Casa da Morte.

Segundo o 25º coronel do Exército Paulo Malhães (codinome Dr. Pablo) ex-agente do CIE, o objetivo da casa da morte era torturá-los e "vira-los" – torná-los agentes infiltrados – a fim de receberem informações dos passos que os grupos militantes estariam dando. Quando os presos não cooperavam eram esquartejados para que não fossem encontrados (GÓMEZ, 2018). Em entrevista prestada para a CEV-Rio, Malhães menciona os motivos que levavam a criação dessas casas:

> Marcelo – Qual o interesse em fazer isso em uma casa e não em uma própria unidade militar?
> Malhães – Porque você causa pavor ao interrogado. Ele vê que você está sendo...
> CEV-RJ - Ele acha que vai morrer?
> Malhães – Quando o cara entra no quartel ele sabe que está seguro. Ele acha que está seguro, que ninguém vai matar ele dentro do quartel. Quando você prende ele em uma casa, „por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel?"
> [...]
> Malhães – „Se estão me trazendo aqui é porque vão me levar para outro lugar ". E a gente ameaçava com isto, né? „Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada. [...] (Paulo Malhães. Depoimento à CEV-Rio, em 18 de fevereiro de 2014).

A Casa da Morte em Petrópolis teve apenas uma sobrevivente, a militante Inês Etienne Romeu, presa de maio a agosto de 1971. Durante o período que esteve presa, Inês passou por diversos momentos de tortura por militares do CIE. Em seu testemunho

entregue à OAB em 1979, ela conta como foi sua passagem por Petrópolis e por outros locais onde ficou presa até a entrega da carta.

Inês relata que, após passar dois meses sendo brutalmente agredida, um dos militares da Casa da Morte, Dr. Pepe – Orlando Rangel – informou que ela se tornaria uma agente infiltrada na organização da qual fazia parte. Ela aceitou porque precisava se comunicar com seus parceiros de luta. Para dar início ao plano de infiltração, foi obrigada a assinar falsas declarações a mando de seus carcereiros e um contrato de trabalho que incluía uma cláusula ameaçando acusar sua irmã de fazer parte de grupos subversivos caso ela não obedecesse. Sua liberdade ocorreu em 11 de agosto do mesmo ano, após uma tentativa de suicídio ao ouvir que seria atropelada por militares do Exército no dia de sua transferência para a casa de seus pais.

Com sua soltura devido à Lei da Anistia, em 1979, após anos de prisão e condenação à prisão perpétua, Inês dedicou seus dias a denunciar os crimes ocorridos nos centros clandestinos da ditadura. Durante os meses que esteve na Casa da Morte em Petrópolis, ela conseguiu gravar o número de telefone do lugar onde estava, e futuramente vir a localizar a área em que foi torturada.

A historiadora Samantha Viz Quadrat (2023) destaca que o Rio de Janeiro desempenha um papel fundamental na história da ditadura civil-militar no Brasil, sendo uma cidade marcada pelas memórias do golpe arquitetado pela direita golpista. Segundo Quadrat, há uma grande dificuldade em recuperar as memórias do passado no Brasil, especialmente aquelas relacionadas à ditadura civil-militar. Em seu artigo, ela relata a complexidade de discutir os lugares de memória, que são frequentemente afetados pelo apagamento dessas memórias ou pelas disputas de poder entre o Estado e os empreendedores de memória[61].

Nas comissões da verdade diversos espaços foram apontados como locais de violações de direitos humanos, porém poucos atualmente funcionam como museus de resistência e de recuperação da memória dos que passaram por ali. Conforme Quadrat:

> Nota-se a ausência de museus sobre o tema e da manutenção e recuperação de lugares de memória, notadamente de locais vinculados à repressão política. Nessa área destacam-se somente o trabalho do Memorial da Resistência, em São Paulo, e do Forte do Barbalho, em Salvador, ambos frutos do trabalho dos empreendedores de memória dessas cidades. (QUADRAT, 2023 p.225)

[61] Utiliza-se aqui o termo "empreendedores de memória", conforme abordado na obra da historiadora Samantha Viz Quadrat. Esses empreendedores de memória são indivíduos ou grupos que lutam pela recuperação das memórias, buscando a verdade e a justiça.

O Núcleo Memoria[62] realiza ações de memória e resistência da ditadura, como mediações guiadas no antigo prédio do DOI-CODI/SP, entre outras. As visitas quase sempre são mediadas por ex-presos políticos que tiveram passagem pelas instalações. No Rio de Janeiro, as disputas em torno da memória se manifestam em diversos espaços. De acordo com Ferraz e Campos (2018), essas disputas começaram no dia em que o golpe foi efetivado e se estendem até os *lugares de memória*. Segundo os autores, os militares entendem que o marco da tomada do poder é o dia 31 de março, visto que não querem atrelar a tomada do poder ao dia 1 de abril.

> A data de 1º de abril (Dia da Mentira, no Brasil) como marco inicial de instauração da ditadura, disputa, na memória coletiva, com o 31 de março, data definida pelos militares e pelo Estado, ainda hoje.
> Cuidadosamente planejada, esta data foi evocada no uso cotidiano até que de farsa se transforme em hábito e de hábito reabilite-se à memória nacional. (FERRAZ e CAMPOS, 2018 p.191-2).

Ao trabalhar sobre a temática dos *lugares de memória* da ditadura, diferentes autores relatam as dificuldades em recuperar a memória dos que lutaram contra o regime e sobre como os espaços como a Ilha das Flores, o DOPS/GB tem sua memória apagada em decorrência de outra que julgam mais importantes. O exemplo disso, Ferraz e Campos expõem as disputas em torno do prédio do DOPS/GB, pois a secretaria da polícia busca transforma-lo em um museu da polícia, já os movimentos sociais – empreendedores da memória – lutam para transformar o espaço em um museu que inscreva a memória dos vencidos, dos ativistas que por ali passaram que foram detidos, torturados e vivenciaram o terror do Estado (FERRAZ e CAMPOS 2018, p. 184).

A Ilha das Flores enfrenta uma situação semelhante. Atualmente, ela abriga os fuzileiros navais e o CEMIIF, que trata do período em que a Ilha funcionava como hospedaria. No entanto, essa narrativa ignora o período em que a Ilha serviu como presídio. Essa escolha é deliberada, considerando que o local é ocupado pelas forças armadas, que desde o fim da ditadura, têm tentado apagar as memórias do passado vivido. Um exemplo é o Hospital Central do Exército que escondeu os prontuários e certidões de óbitos falsos que produziam durante a ditadura. Segundo o Relatório da CEV-Rio:

> Posteriormente, em 14 de novembro de 2014, o Ministério Público Federal (MPF), com apoio da Polícia Federal, cumpriu mandando de busca e apreensão no interior do HCE. Uma denúncia anônima, feita ao MPF, revelava que prontuários de presos políticos foram deliberadamente escondidos as vésperas

[62] O Núcleo de Preservação da Memória Política, também conhecido como Núcleo Memória, é uma instituição do Terceiro Setor de direito privado, sem fins lucrativos, comprometida com a defesa da democracia e dos direitos humanos a partir da preservação da memória política por meio de ações educativas-culturais, de pesquisa, comunicação e incidência política relacionadas à sua missão, visão e valores.

> da diligência feita pelas comissões em setembro daquele ano, e estariam escondidos em um prédio anexo do hospital. Durante a operação, foram encontrados, em uma sala trancada de um prédio adjacente, prontuários de 1940 a 1969 e de 1975 a 1983, além de sacos plásticos com fichas de pacientes atendidos durante a ditadura militar, ficando comprovado que o exército havia, de fato, ocultado documentos relevantes. (CEV-Rio 2015, p. 327).

Ao retratar o passado, por vezes vê-se uma seletividade ao falar-se de determinados assuntos. Sistematicamente, devido a questões que competem à política, os fatos são frequentemente analisados de modo superficial. No caso da Ilha das Flores, com a criação do CEMIIF em 2016, retoma a memória da vinda de imigrantes para o Brasil que ali se instalaram quando o espaço funcionou como uma hospedaria. Ao enfatizar essa memória, deixa-se em esquecimento a memória de um passado que, por mais que seja sombria, também pertence ao local.

Ainda em 2014, ano das investigações por parte Comissão da Verdade no Brasil, o reconhecimento de espaços como Hospital Central do Exército, a Base Aérea do Galeão, assim como a Ilha das Flores foram reconhecidos por parte de militantes da esquerda como locais de tortura. Em documentos emitidos pelo Ministério da Defesa onde os comandos militares (Exército, Aeronáutica e Marinha) relatam que não existem provas documentais que confirmem o desvio de conduta por parte deles.

> MARINHA DO BRASIL (OFÍCIO Nº 60-269/MD-MB) [...] não foram encontrados indícios nem provas documentais ou materiais que permitam confirmar ou negar as informações apresentadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), por meio do Ofício nº 124/2014-CNV, sobre a ocorrência de graves violações de direitos humanos na Base Naval da Ilha das Flores, nas décadas de 1960 e 1970 [...]. (DEFESA DAS FORÇAS ARMADAS: ESCLARECIMENTOS, 2014.).

É importante neste cenário, refletir os motivos pelos quais as forças armadas negam a prática de crimes hediondos, mesmo após a Comissão Nacional da Verdade apresentar documentos e depoimentos de vítimas - militantes políticos. Um dos meios pelos quais as forças militares alegam sua conduta durante o período da ditadura militar é pela instauração do AI-5 em 1968, meio pelo qual se iniciou a fase mais violenta desse período. Antes de sua instauração, a Constituição Federal de 1946 em art. 141; parágrafo 23 trazia o seguinte trecho:

> § 23 - Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares, não cabe o habeas corpus. (Vide Lei nº 2.654, de 1955).

Com a promulgação do AI-5, houve uma mudança nos procedimentos de habeas corpus de presos políticos:

> Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Houve assim perda dos direitos perante a lei, dando ao Estado o poder de cometer violações sem que recebessem punições. Sendo o AI-5 a constituição vigente naquele momento, as forças armadas, utilizaram-no como forma de justificativa de seus atos, não cometendo, por sua vez, nenhum crime.

Fica evidente que há um apagamento da memória da ditadura militar pelas forças armadas, recusando-se a tratar dos crimes cometidos, especialmente em locais como a Base Naval da Ilha das Flores. Atualmente, a Base retrata apenas seu passado glorioso com o funcionamento da hospedaria, ignorando os episódios de repressão e tortura ocorridos durante a ditadura. Nos últimos anos, tornou-se evidente a necessidade de enfrentar o passado, independente do quão doloroso ele seja.

A disputa pela memória na Ilha das Flores reflete um conflito mais amplo de como a história da ditadura deve ser lembrada e interpretada: De um lado, uma narrativa de destaque os aspectos positivos da presença das forças armadas; de outro, ex-presos políticos e defensores dos direitos humanos que lutam para revelar e reconhecer as violações cometidas. As visitas da Comissão Nacional da Verdade （CNV） e os depoimentos de sobreviventes são passos importantes nesse processo, pois ajudam a documentar e a divulgar as histórias de repressão que ocorreram na ilha.

A resistência em reconhecer esses eventos cria um silenciamento da memória, impedindo uma compreensão completa do passado. Não obstante, iniciativas como as investigações da CNV e os relatos dos sobreviventes são fundamentais no rompimento desse silêncio. Para que se possa construir um futuro mais justo e consciente, é essencial que todas as facetas da história da Ilha das Flores sejam reconhecidas e discutidas abertamente.

Referências:

ARQUIDIOCESE DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais.* Petrópolis: Vozes, 10ª ed., 1985.

AZEVEDO, Natália de Lima. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: um lugar, muitas memórias. *Interagir: pensando a extensão*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 113-123, jan./jun. 2016.

FERRAZ, Joana D'arc Fernandes; CAMPOS, Lucas Pacheco. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 11, v. 55, p. 179-207, 2018.

GÓMEZ, José Maria (coord.). *Lugares de memória: ditadura militar e resistências no estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2018.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *História*, Rio Grande, p. 27-46, 2012.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.* Rio de Janeiro: Zahar, 1ª ed., 2014.

LARA, José Victor de. *A participação dos Estados Unidos no golpe civil-militar de 1964:* breves apontamentos para uma revisão historiográfica, 2016.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: *Editora FGV*, Rio de Janeiro, p. 143-177, 2008.

QUADRAT, Samantha Viz. Memórias da ditadura e da resistência no centro do Rio de Janeiro. *Revista Transversos*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 223-233, ago. 2023.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Anicento Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História (São Paulo)*, v. 33, n. 1, p. 234-253, jan./jun. 2014.

SILVEIRA, Lorenna Burjack. Estados Unidos e o golpe de 1964: suporte logístico, bélico, financeiro e a concessão de exílio político, 2009.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.* Campinas: Editora Unicamp, reimpressão 2001, p. 15-21.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.* Campinas: Editora Unicamp, reimpressão 2001, p. 31-45.

Fontes:

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *A tortura Projeto: Brasil Nunca Mais. Tomo V. volume I*, 1985.

Ex-presos e ex-militar reconhecem locais de prisão e tortura na Ilha das Flores, RJ. Comissão Nacional da Verdade, 2014. Disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/560-ex-presos-e-ex-militar-reconhecem-locais-deprisao-e-tortura-na-ilha-das-flores-rj.html. Acesso em: 13/08/2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Comissão da Verdade do Rio. Relatório / Comissão da Verdade do Rio.* – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. 456

RELATÓRIO DA SINDICÂNCIA INSTAURADA PELO COMANDO DA MARINHA disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/torturas-eminstalacoes-militares.html. Acesso em 05/08/2021

Que tempos foram esses? Anos 1980, o processo de redemocratização do Brasil e o Ensino de História

Carla de Medeiros Silva[63]
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Helenice Rocha

Introdução

O presente artigo é um recorte de um capítulo de minha tese de doutorado, em processo de escrita, intitulada *"Movimentos feministas em livros didáticos de história do ensino médio: um tema em três tempos"*. Na pesquisa, venho investigando a maneira como temáticas relacionadas ao movimento feminista e seus percursos históricos têm aparecido nas narrativas didáticas, em livros voltados para o nível médio da educação básica. Parto da hipótese de que, nos últimos vinte anos, é possível verificar um crescimento nas referências a movimentos feministas nos materiais didáticos e esse aumento está relacionado a um contexto de emergência dos feminismos na contemporaneidade, com foco em crescentes demandas por representatividade e reconhecimento.

Os livros selecionados como fontes para a pesquisa foram produzidos:

1. na década de 1990;

2. para o Programa Nacional do Livro didático do Ensino Médio (PNLEM) de 2007 e

3. para o Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, de 2018.

São, portanto, três momentos distintos da produção didática de história. Por trabalhar com livros da década de 1990, parte do capítulo 1 da tese foi dedicada a apresentar o contexto histórico e social das décadas de 1980 e 1990, tendo como ponto de partida o processo de redemocratização do país e de elaboração da Constituição de 1988.

Nesse artigo busquei trazer um panorama do contexto da redemocratização e, em especial, dos debates e reflexões suscitados no interior do campo do ensino da história

[63] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: "A luta pelo voto feminino no Brasil em livros didáticos de História: reflexões sobre a representação da participação feminina nas lutas por direitos políticos no Brasil", sob orientação da Drª . Helenice Rocha.

escolar durante esse processo. A contextualização desse tempo histórico não foi feita apenas por formalidade, por se tratar de tese da área da História, mas sim por entender que o contexto no qual as obras didáticas são produzidas impacta sua própria produção. Os debates travados entre os profissionais do ensino de história, professores da educação e professores universitários, de alguma forma, se expressam na produção didática da década subsequente.

Anos 1980: tempos de redemocratização

No Brasil, em meados dos anos de 1970, o país vivia a ditadura militar inaugurada em 1964 e o governo dos generais ensaiava os primeiros passos rumo a um processo de abertura do sistema político, dando as cartas e manejando o ritmo dessa abertura. Temendo um aprofundamento da crise de legitimidade dos governos militares, uma vez que o crescimento econômico vivenciado nos anos anteriores dava sinais de esgotamento, o então presidente Ernesto Geisel colocava em andamento, em 1974, um processo de abertura. Às demandas populares pela volta da democracia, se contrapunha o projeto militar que

> pretendia conduzir o País a uma democracia restrita, comandada por uma elite civil responsável, protegida das tentações populistas derivadas da competição eleitoral pela chefia do Estado, por meio de um processo de liberalização política paulatina e controlada. (SALLUM Jr., 2015, p.233, 234).

A ideia era transitar para um sistema democrático de forma lenta, gradual e segura. Na dinâmica desse longo processo, os militares obtiveram vitórias no sentido de conduzirem uma transição que, de certa maneira, os manteve intocados. Mas, segmentos da sociedade civil se organizavam e, a cada ano, se faziam mais presentes nas ruas com suas reivindicações em defesa da volta do Estado de Direito. Os resultados ruins na área econômica[64], contribuíam para colocar lenha na fogueira e engrossar o caldo da ampla oposição.

> A partir de 1980/82. O crescimento econômico estagnou em toda a América Latina, levando a maioria dos países a rever suas políticas econômicas e sociais (...) O modelo econômico colocado em prática desde os anos 30, baseado na substituição de importações, chegava ao seu limite; o grande tripé do nacional-desenvolvimentismo latino-americano – intervenção estatal, capitais nacionais

[64] "No final do governo do general Geisel [1974-1979], o Brasil possuía um dos maiores e mais bem integrados complexos industriais entre os países periféricos, mas sofria o choque do aumento nos preços do petróleo e de sua comprida fila de consequências: crescimento lento nas exportações, aceleração nas taxas de juros internacionais, aumento da dívida externa. A inflação seguiu ascendente, chegou a 211% ao ano em 1983, 223% em 1984, no final do governo Figueiredo [1979-1985], e bateu forte no bolso e no cotidiano do trabalhador e da classe média assalariada: descontrole nos preços, contas públicas deterioradas, recessão e desemprego." (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.470, 471)

> e endividamento externo – esgotara sua capacidade criativa e muitos países conhecerão daí em diante uma nova fase de suas vidas econômicas, a desindustrialização. (SILVA, 2000, p.385)

Alessandra Carvalho (2000) enfatiza a importância da sociedade civil nas críticas à ditadura e o papel crucial de organizações como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A sociedade civil se reoxigenava, com a criação de novas associações de luta por direitos, tais como associações de bairro, as comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, associações de favelas, novos sindicatos; dentre outras.

> A discussão sobre a tolerância associada à pauta dos direitos civis entrou no debate público animada por novas formas de militância política que se organizaram durante os anos 1970: o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), o Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Os movimentos de minorias políticas alargaram os contornos da luta democrática e fizeram circular seus pontos de vista em publicações próprias que combinavam um novo ativismo político, no qual se reivindicava o reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.474)

Destaco esse trecho de Schwarcz e Starling, uma vez que a mobilização destes movimentos sociais, organizados em torno de questões específicas (ainda que suas pautas de luta e reivindicação extrapolassem o específico e buscassem articulações), foi fundamental para compreensão das transformações que esta pesquisa buscará analisar em livros didáticos. Os movimentos de esquerda, sobretudo da juventude, ansiavam por transformações que fossem mais além da pauta econômica, da luta de classes. Vislumbravam transformações profundas na moral e nos costumes, nas pautas relacionadas à vida cultural da sociedade brasileira[65].

Em 1975, a advogada Theresa Zerbini liderou a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em São Paulo. Os Comitês Brasileiros pela Anistia surgidos a partir da ação desse movimento, alçaram esta pauta a um papel protagonista na aglutinação de forças de oposição à ditadura. Com o avançar da campanha e suas mobilizações, o governo do general Figueiredo (1979-1985) enviou projeto de lei sobre a anistia ao Congresso em 1979. Diferentemente do que então almejavam os movimentos pela anistia, os militares conseguiram garantir impunidade para seus pares acusados de crimes políticos durante a ditadura.

[65] "A ação cultural ajudou a redefinir o ativismo político nas universidades e, a partir de 1977, quando voltou com força total para as ruas, o movimento estudantil fincou, em definitivo, a palavra de ordem 'Pelas liberdades democráticas' nas manifestações pró-democracia." (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.475)

Foi também no governo de Figueiredo que ocorreu a reforma política que pôs um fim ao sistema de dois partidos[66] e abriu possibilidades para o pluripartidarismo[67] no país, com vistas a dividir a oposição concentrada no Movimento Democrático Brasileiro, o MDB. Em 1983, em ação movida pelos partidos PMDB e PT, buscou-se aprovar uma emenda constitucional que alterasse as regras para a sucessão presidencial. Assim, tinha início um dos movimentos mais marcantes do período da redemocratização, a luta pelo voto direto para a presidência. Eram tempos de clamar por 'Diretas Já'. Pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, formou-se uma frente suprapartidária reunindo diversos partidos políticos, entidades sindicais e movimentos sociais, transformando a luta pelas 'Diretas' no "centro estratégico da maior mobilização cívica da história republicana do país", até o momento.

A eleição direta para governadores, ocorrida em 1982, contribuiu para alimentar a oposição que elegeu candidatos em dez estados do país[68]. Apesar de ter sido o maior movimento de massas do século XX no Brasil, o clamor popular pelas 'Diretas Já' não obteve sucesso; a emenda Dante de Oliveira não obteve votos suficientes para sua aprovação.

Após a frustração popular, a oposição seguiu se articulando para conquistar a presidência da República pela via indireta. O candidato escolhido para representá-la foi o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, do PMDB. Sua plataforma defendia a volta das eleições diretas para todos os cargos políticos, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação de uma nova Constituição. Tancredo sai vitorioso em 15 de janeiro de 1985, vencendo Paulo Maluf, candidato do PDS, partido herdeiro da antiga Arena, de apoio aos governos militares. Tancredo vem a falecer antes de tomar posse, assumindo em seu lugar o candidato à vice de sua chapa, José Sarney, político tornado peemedebista de última hora, tendo toda sua carreira política associada

---

[66] Em 1965, com a imposição do Ato Institucional n.2, o AI-2, apenas dois partidos políticos são permitidos de atuar no país. A Aliança Renovadora Nacional, conhecida pela sigla Arena, reunia políticos partidários da ditadura e o Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, reunia opositores do regime dos mais variados matizes.

[67] A Arena se transformou no Partido Democrático Social, o PDS. O Movimento Democrático Brasileiro incorpora o P de "partido" em sua sigla, algo que passa a ser obrigatório, formando o PMDB. Além desses dois partidos, surgem também o Partido Popular (PP), formado a partir de uma ala do MDB; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que reuniu políticos vinculados à tradição do trabalhismo e o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido a partir das experiências de luta, sobretudo, do movimento sindical – o novo sindicalismo – e das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e outras associações da sociedade civil. Ver em: SILVA, CARVALHO, QUADRAT, 2000.

[68] Dentre eles, estavam estados de grande poderio econômico: Franco Montoro em São Paulo, Leonel Brizola no Rio de Janeiro e Tancredo Neves em Minas Gerais.

à Arena, ao PDS e aos militares. Mas os caminhos estavam abertos para a implementação de uma Assembleia Constituinte.

Redemocratização e ensino de história

A década de 1980 assistiu a um crescimento dos debates no campo da história, em específico no ensino da história escolar. O contexto interno do Brasil, de luta pelo fim da ditadura militar, se dava em um momento no qual a historiografia acadêmica também passava por transformações. A emergência da chamada Nova História, por volta das décadas de 1970/1980, ampliou o leque de objetos possíveis de investigação historiográfica, passando a considerar como sujeitos da história atores sociais que até então não figuravam ou não recebiam tanta atenção.

> No campo da produção historiográfica acadêmica, vários balanços divulgados apontam, a partir dos anos 70, um repensar dos temas, dos pressupostos e das interpretações. Há uma expansão do campo da história mediante a busca de novos temas e novos documentos. A história social passa a ser redimensionada e os estudos sobre as classes trabalhadoras são ampliados e enriquecidos. Esta nova produção traz à tona estudos de temas como a família, o lazer, a sexualidade, as mulheres, a feitiçaria, a loucura e muitos outros. (FONSECA, 1993, p.87, 88)

Segundo Ciro Cardoso (1997) a emergência da Nova História (ou 3ª geração da Escola dos *Annales*) expressa, no campo historiográfico, uma mudança de paradigmas nas ciências sociais em geral. Trata-se da expressão do paradigma pós-moderno, crítico da razão e da possibilidade de compreensão do real em sua totalidade. É precisamente essa descrença na compreensão total de uma dada realidade que, por sua vez, abre os horizontes de pesquisa para sujeitos e processos até então marginalizados no campo historiográfico. Para Dosse (1992), o abandono da crença na transformação social total se reverte em apoio a movimentos particularizados, ou chamados identitários tais como o feminismo, o movimento LGBT, movimento negro, dentre outros. Abriu-se um momento de críticas profundas aos grandes modelos teóricos, que propõem análises voltadas a investigar as estruturas e buscavam produzir compreensões globais, totais, de uma dada realidade social.

Francisco Gouvea de Sousa (2018) levanta um ponto interessante ao defender que a historiografia brasileira do período da redemocratização veio a ser impactada não só pela produção historiográfica de fora do Brasil, como a chamada terceira geração dos *Annales* e por escritos de Thompson e de Foucault, mas também pelo próprio contexto da redemocratização no qual ela está imersa. A abertura para considerar sujeitos históricos grupos e personagens até então invisibilizados, está relacionada à própria experiência

vivida da redemocratização, em que grupos e movimentos sociais se colocaram na cena pública e buscaram inscrever suas marcas nas novas leis em tempos de reconstrução democrática. Segundo o autor, a ideia de que a terceira geração exerce influência fulcral na formação da historiografia brasileira do período, se constitui com força a partir da década de 1990 e vai adiante ao mencionar

> O que esse artigo acrescenta pontualmente ao debate é o quanto o horizonte da historiografia não era construído centralmente por referências, mas pela própria experiência da redemocratização. A busca por este horizonte, então, implica sair da historiografia e ir aos debates sobre a redemocratização sem perder de vista que o que interessa é o horizonte destes. (SOUSA, 2018, p.163)

De certa forma, essa abertura a novos objetos, trazendo para a cena da história os 'marginais', esteve relacionada a transformações do seu próprio tempo histórico. A historiografia brasileira renovava os estudos sobre, por exemplo, a escravidão e a sociedade colonial, atenta ao protagonismo dos sujeitos, mais voltada a analisar a ação e inventividade dos sujeitos históricos do que as macro estruturas. Também foram importantes objetos de pesquisa nesse contexto de alargamento de horizontes o movimento operário, a história do livro e da leitura, bem como a história das mulheres.

> De certa maneira, o conhecimento histórico parecia menos preocupado com a longa duração, as invariâncias, as generalizações e a objetividade e passou a atentar para aspectos do cotidiano, para as sensibilidades, a ação dos sujeitos históricos e os pontos de vista dos agentes sociais. (CALDEIRA, 2020, p.30)

Esse olhar para 'os de baixo' vai conferir centralidade à experiência dos sujeitos, à vida vivida, em lugar de uma valorização de análises de cunho estrutural e totalizante. Toda relação de poder e dominação acontece na concretude de uma história específica, de um contexto. A própria compreensão de classe social é complexificada, em grande medida por influência do historiador E.P. Thompson, vista não mais como uma categoria fria, pensada com base na sua disposição em uma estrutura, mas sim como categoria viva que se constrói na experiência compartilhada dos sujeitos e sujeitas trabalhadoras. "O interesse pela experiência é justamente o interesse pela história ainda não conhecida, pelo que não é possível de conhecer ou deduzir a partir de modelos." (SOUSA, 2018, p.171) E na busca pela experiência, ao ouvir (ou dar?) a voz aos vencidos, abria-se um espaço de diversidade, uma vez que as diferenças entre os sujeitos trabalhadores, por exemplo, faziam com que a própria opressão de classe fosse experenciada de formas variadas.

> O que existe de mais evidente entre a redemocratização e a historiografia é o interesse por novas personagens. No detalhe os conceitos são diferentes, mas não deixa de chamar a atenção que a redemocratização foi o berço de conceitos como 'movimento social' e, simultaneamente, de escritas da história que pretendiam colocar na cena personagens que, até o momento, eram considerados como secundários. (SOUSA, 2018, p.178)

Esse momento efervescente da historiografia brasileira produz também seus impactos no ensino da história escolar. Em artigo publicado em 2020, Ana Paula Caldeira assinalou como, no contexto da redemocratização, chamado a exercer uma função primordial nessa caminhada de retomada da democracia, havia um certo consenso entre diversos segmentos sociais acerca da relevância do ensino de história nas escolas. Por outro lado, a autora chama atenção para um discurso que tende a creditar todas as inovações no campo do ensino de história aos processos desenvolvidos neste período de redemocratização.

> (...) acreditamos que, ao nos interrogarmos sobre o ensino de história nesse contexto da redemocratização, é necessário pensar nas ambuiguidades, isto é, da retomada de elementos de longa data recuperados sob novas bases nesse momento de debates em torno da democracia no Brasil. (...) queremos chamar a atenção para o problema em torno da contribuição das matrizes africana, indígena e europeia na formação da cultura e da história brasileiras, debate este que remete a toda uma tradição, mas que é aqui ressignificado a partir da reivindicação do direito à diferença, à afirmação e à inclusão social. (CALDEIRA, 2020, p.46, 47)

Selva Fonseca (1993) aponta que os debates no campo do ensino de história escolar giravam em torno de questões tais como; a superação de um ensino-aprendizagem calcado na memorização de informações, nomes e datas; a inclusão de sujeitos antes marginalizados como personagens relevantes e fazedores de história; a busca por utilização de materiais diversos como fontes em sala de aula (músicas, literatura, programas de televisão, filmes, dentre outros). Questionava-se a pouca relevância dada aos sujeitos oprimidos nas narrativas do ensino de história e buscava-se elevá-los à categoria de agentes históricos. “Resgatar o papel da história no currículo passa a ser tarefa primordial depois de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular, tomando-se quase que fonte ‘exclusiva’ e ‘indispensável’ para o processo de ensino-aprendizagem.” (FONSECA, 1993, p.88).

De acordo com Mistura e Caimi (2015), esse período da redemocratização marca um momento em que se adotam perspectivas marxistas no que concerne a conceituação e periodização da história na elaboração dos livros didáticos. O ensino de história é chamado a exercer um papel de formação política do cidadão crítico em uma sociedade que saía de um período ditatorial.

> a partir dos anos 1990, [observamos um] movimento de transição e renovação historiográfica brasileira, que procura acompanhar as tendências da nova história francesa e da historiografia social inglesa; o ensino de história avança para um relacionamento consciente com a produção historiográfica. (MISTURA, CAIMI, 2015, p.235)

Se, por um lado, as autoras acima citadas nos dizem acerca de uma produção de livros didáticos influenciada pelo pensamento marxista (na periodização calcada nos modos de produção, na prevalência do conceito de classe social como categoria fundamental do movimento histórico, dentre outros elementos), por outro lado, Sousa nos fala de um momento de crítica, no cerne da historiografia brasileira, ao marxismo como campo de saber e produção do conhecimento. Se internamente vivenciávamos o longo processo de reconstrução democrática, no plano internacional vivia-se a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e uma profunda frustração por parte daqueles atores sociais situados no campo de esquerda e marxistas. "Nas escritas da história, por sua vez, o marxismo como saber também sofria mudanças que pretendiam, falando de forma ampla, dar voz e lugar a 'novos sujeitos históricos'." (SOUSA, 2018, p.163)

Fonseca (1993) apresenta o desenrolar dos processos de reformulação curricular do ensino de história no nível fundamental, à época denominado de 1º grau, com foco nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse movimento se insere "no contexto de redemocratização das instituições públicas, especialmente as escolas, durante a gestão dos governadores eleitos pelo voto direto em 1982, momento de intensas lutas pela valorização dos profissionais da educação em nível de 1º, 2º e 3º graus." (FONSECA, 1993, p.89)

Ambas as propostas curriculares analisadas por Selva manifestavam de forma explícita a concepção de que professores e alunos da educação básica eram produtores de conhecimento. O trabalho dos professores de 1º e 2º graus não consistia em reproduzir e transmitir saberes elaborados em outra instância, no caso, a acadêmica, essa sim por longo tempo tida como o lócus da produção do conhecimento histórico. "Trata-se de romper com a divisão do trabalho intelectual, com a hierarquização de funções e tarefas e com uma concepção de saber e de produção de saber que tem profundas raízes na tradição acadêmica." (FONSECA, 1993, p. 92)

Entendemos ser possível propor um paralelo: assim como vivenciava-se um movimento na produção historiográfica de valorização de sujeitos marginais e subalternizados como possíveis objetos da história, sujeitos que tinham agência na história, ainda que com várias limitações objetivas e materiais; no campo do ensino, experimentava-se a elaboração de propostas curriculares que traziam professores e alunos para esse lugar de protagonismo na produção de um conhecimento histórico-escolar.

“Professores e alunos superam a condição de meros expectadores, receptáculos de um saber produzido em outras esferas e assumem o trabalho pedagógico com reflexão, como pesquisa. E este é, sem dúvida, o grande desafio colocado pelas novas propostas.” (FONSECA, 1993, p.93). Nessa mesma toada, em texto de 1982 a historiadora e professora, Déa Fenelon, assinala:

> Não tenho dúvida de que para fazer avançar qualquer proposta concreta como professores de História ou formadores de profissionais de História temos de assumir a responsabilidade social e política com o momento vivido. Para isto seria necessário, antes de mais nada, romper com uma maneira tradicional de conceber o conhecimento, sua produção e sua transmissão. Isto significa, para mim, em primeiro lugar, o posicionamento no presente, para sermos coerentes com a postura de ‘sujeitos da História’. Se queremos avançar nesta perspectiva temos de nos considerar como ‘produtores’ nesta sociedade que queremos democrática e não como simples repetidores e reprodutores de concepções ultrapassadas. (FENELON, 2008, p.23, 24 *apud* LOURENÇO, 2014, p.1, 2)

A crítica de Fenelon mira a posição social assumida pelos historiadores, enquanto produtores do conhecimento histórico. Em sua visão, esses deveriam assumir-se como parte do tempo presente, como agentes propositivos na caminhada de reconstrução democrática que o país atravessava. Assumir essa postura implicava em problematizar as concepções que possuímos a respeito da produção do conhecimento que, tradicionalmente, estão assentadas em hierarquias que compartimentalizam as ciências e áreas do saber em escalas de maior ou menor *status* e relevância. Fenelon nos fala de um processo de alienação no qual a produção do saber científico se dá de forma dissociada da realidade social. Assim, as ciências se constituem e se mostram como uma atividade humana que paira acima do todo social. Para Fenelon, essa concepção tradicional de compreender a produção do conhecimento científico, dentre eles o conhecimento histórico, buscou tornar-se hegemônica. Sobre o trabalho do historiador, Fenelon assinala que

> Muitas vezes, nem mesmo se questiona o caráter das próprias fontes utilizadas (...) Não se apercebem de que a própria organização dos documentos e das fontes preservadas, guarda em si a marca de uma visão já definida do processo, quase sempre a do dominador. Fragmentando o todo social e propondo uma ciência que ao final deve ser objetiva e neutra, desprovida de pressupostos, concepções e teorias, busca-se a verdade absoluta que será conseguida pela soma das produções cumulativas de gerações fiéis a tal tradição. (FENELON, 2008, p.25)

Nesse sentido, a dimensão do ensino da história escolar é tomada como algo menor, como um espaço de reprodução de conhecimentos que são produzidos em outras

esferas (na Academia, em Institutos de Pesquisa, etc.).[69] De forma análoga, assim como o bom historiador seria aquele capaz de blindar o seu trabalho de supostos interesses, desejos, motivações e de suas próprias visões de mundo, na esteira de uma visão herdeira do tecnicismo e do positivismo, o bom professor seria aquele capaz de melhor transmitir, de forma neutra, o conhecimento.

Ainda de acordo com Selva Fonseca, no caso da reformulação curricular ocorrida no estado de São Paulo, as discussões iam no sentido de criticar o esquema predominante na história escolar que divide o tempo na sequência pré-história, idade antiga, idade média, moderna e contemporânea. Para além dessa perspectiva hegemônica de organização das temporalidades com base em eixos eurocêntricos, as críticas também se direcionaram aos modelos marxistas mais ortodoxos de explicação da mudança histórica com base na evolução dos modos de produção.

> Recusando tais paradigmas determinados e unitários como instrumentos de análise, os autores visam ultrapassar a visão eurocêntrica e a lógica do progresso que permeiam de ponta a ponta a nossa historiografia. Eles propõem resgatar a heterogeneidade das experiências convivendo com o indefinido, o indeterminado, dando inteligibilidade à diversidade não a partir de paradigmas instituídos e sim da ação concreta dos sujeitos históricos 'apreendida como o fazer de uma cultura.' (FONSECA, 1993, p.97)

Segundo Marcelo de Souza Magalhães (2009) quando a terceira versão da proposta curricular paulista entrou em debate, setores da imprensa e da academia a atacaram fortemente. Assentada na perspectiva de uma história temática, que organizava os conteúdos curriculares a partir da seleção de temas e conceitos, e não de uma cronologia linear calcada em processos e eventos da história europeia, a proposta desestabilizou a já tradicional maneira de conceber o ensino da história escolar. Segundo Helenice Rocha, "A história temática se coloca como alternativa à pretensão estabelecida nos currículos durante todo o século XX, de abranger a história da nação e do mundo em uma dimensão temporal unilinear e evolutiva." (ROCHA, 2019, p.172). A seleção de temas, como trabalho, propriedade, etc., carregava um viés de inspiração na Nova História Francesa, no marxismo, sobretudo em sua vertente britânica, e no trabalho desenvolvido pelo educador e filósofo Paulo Freire. Havia aqui a compreensão do ensino de história como um lugar de formação crítica, na qual os alunos fossem capazes de produzir leituras

[69] "Se aceitamos então essa dissociação referida acima entre a ciência e o social, sem a devida perspectiva crítica, estamos assumindo na prática um modo de pensar a nossa disciplina, a História, e o seu ensino e a pesquisa, dentro de um esquema tradicional, onde a Universidade é sempre pensada como centro de produção do saber, ou como diria Michel Certeau, ela se transforma no 'lugar social' de onde falam os cientistas." (FENELON, 2008, p.25)

críticas da realidade, problematizando o passado, comparando-o com o presente. Essa mudança que, de certa forma, quebrava a já tradicional visão cronológica que orienta o trabalho do professor de história, foi alvo de críticas por parte da imprensa e dos próprios professores que sentiam falta do "verdadeiro conteúdo da História", da "cronologia" e da "datação". O principal viés de crítica da mídia impressa centrava-se na suposta 'politização'/ 'ideologização' do currículo de história.

> A cada instante, as matérias dos jornais procuravam desqualificar tanto a proposta curricular como seus formuladores. Dentre outros traços, a proposta era acusada de nefanda, populista, antipluralista e de baixo nível. Já seus formuladores eram acusados de anti-intelectuais, ideólogos da esquerda radical, doutrinadores e pseudoeducadores. (MAGALHÃES, 2009, p.173)

Podemos observar como, anos antes da iniciativa de criação do movimento 'Escola sem Partido', setores da imprensa vocalizavam críticas ao ensino da história escolar como um espaço de doutrinação de esquerda. Magalhães destaca um trecho de um editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, em 2 de agosto de 1987, no qual acusa-se o ensino de história de tentar 'fazer a cabeça' das crianças, apontando o suposto verniz marxista-leninista da proposta curricular.[70]

Assim, a década de 1980 e as discussões curriculares nela ensejadas, já jogavam luz sobre questões que, mais a frente, serão apropriadas e ressignificadas por representantes de um pensamento conservador que enxerga a escola e os professores de forma negativa, como espaços de subversão e críticas à sociedade tal como ela está organizada e se apresenta. Há, portanto, segmentos com uma visão conservadora do processo de ensino e aprendizagem que incidem na educação brasileira, reagindo a diferentes contextos e reatualizando seus argumentos em diálogo com processos passados mais ou menos distantes.

Referências:

CALDEIRA, Ana Paula. O lugar do ensino de história no Brasil da redemocratização. *História & Ensino*, Londrina, v.26, n.2, p.29-50, jul./dez., 2020.

CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. *In*: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

70 Em um trecho posterior do editorial lemos as seguintes palavras: "Essa desastrosa reforma curricular (...) foi magistralmente resumida em uma frase por uma professora lúcida: 'Da História tiraram os heróis, da Matemática, a tabuada e, da Língua Portuguesa, a gramática.'. E, em lugar disso, querem encher as cabeças das crianças com os 'dominantes' e 'dominados', a opressão, o 'imperialismo', a 'consciência de classe', a 'missão do proletariado', o feminismo e a 'construção do socialismo'." (MAGALHÃES, 2009, p.173)

DOSSE, François. *A história em migalhas*: dos Annales à Nova História. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

FENELON, Déa R. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. *Tempos históricos*. Vol.12 – 1º sem., p.23-25, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

LOURENÇO, Elaine. Os anos 1980: redemocratização política e novos horizontes para o debate em torno do ensino de História. *Anais eletrônicos do XXII Encontro estadual de história da ANPUH-SP*. Santos, 2014.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

MISTURA, Letícia; CAIMI, Flávia. O (não) lugar da mulher no livro didático de história: um estudo longitudinal sobre relações de gênero e livros escolares (1910-2010). *Revista Aedos*, [S.I.], v.7, n.16, p.229-246, 2015. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/57019> Acesso em jan. 2024.

ROCHA, Helenice. História Temática. *In*: MORAES, Marieta de; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. (e-book)

SALLUM Jr., Brasílio. Notas sobre a (re)democratização. In: ALONSO, Angela; DOLHNIKOFF, Miriam (orgs.). *1964: do golpe à democracia*. São Paulo: Hedra, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000(a).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CARVALHO, Alessandra; QUADRAT, Samantha Viz. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000(b).

SOUSA, Francisco Gouvea. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90*, [S.I.], v.24, n.46. p.159-181, 2018. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/74972> Acesso em: fev. 2024.

Processos-crime: Escravidão e Política de Memória em Itapira- SP (1865-1877)

Cristiane da Rosa Elias
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Claudia Azeredo Atallah
Bolsista CAPES/FAPERJ

Introdução

A pesquisa aqui apresentada nasceu após questionamentos e interesse nos processos-crime descobertos no período de escrita da dissertação de título, Por uma história do negro em Itapira: antiga vila da Penha do Rio do Peixe (1869-1888), no ano de 2020 pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões; naquela época não foi possível aprofundar por questões de tempo e recorte. Sendo assim, temos como objetivo, aqui, analisar os processos-crime da localidade conhecida como Penha de Mogi Mirim, posteriormente, Penha do Rio do Peixe, quando de sua emancipação da cidade de Mogi Mirim e assim dar continuidade a pesquisa iniciada em 2018 no mestrado em História e Região.

Os indícios presentes na localidade da Penha (1847- 1890), que hoje é a cidade de Itapira, nos apresenta a presença de povos negros em sua história. Os congados compõem um desses indícios que nos levou a perguntar: Seria a congada apenas uma dança? Como podemos definir o congado ou a congada como é chamada na região? Por que existe uma estátua - Mãe Preta - de uma mulher negra amamentando uma criança na praça "escondida" da cidade e, também, por que existe um parque no meio da cidade com o nome Juca Mulato que, inclusive, é o mesmo nome dado a uma obra literária do autor Menotti Del Picchia (1999).

Os processos-crime que iremos analisar neste trabalho demonstram que os escravizados estavam presentes na estrutura social da cidade. A influência dele está na maneira como eles são inseridos no sistema de controle, deliberação e punição que faz parte da máquina administrativa do Estado. Eles não eram objetos adequados ao sistema econômico escravista apenas, os processos-crime que trazem testemunhas, relatos, depoimentos com direito a defesa, aponta um certo grau de inserção na comunidade imaginada, a organização social daquela região. O escravizado foi componente

constitutivo da maneira como as relações humanas se estabeleceram no uso e no desuso dos espaços de poder.

Para nosso primeiro capítulo procuraremos apresentar essa localidade ao leitor de forma a levá-lo a compreender o espaço que nasceu a cidade de Itapira, desenhá-la em sua mente em partes geograficamente, mas principalmente, sua composição social, econômica e política. Também pesquisaremos as semelhanças presentes nesta cidade e o estado de São Paulo, que teve sua expansão devido a cafeicultura e escravidão, mas que se colocou para o Brasil e o mundo como um estado do progresso a partir da industrialização. Porém, como estudado por Barbara Weinstein (2022), na década de 1880 a economia cafeeira paulista já tinha se estabelecido como o principal produtor agrícola do país e, na década de 1920 o estado já emergia como principal centro manufatureiro. (WEINSTEIN, 2022, p. 22)

No segundo capítulo, entraremos na apresentação e análise dos vinte e um processos-crime da Penha de Mogi Mirim que teve como vítimas e reus mulheres e homens negros, escravizados ou não. Procurando apresentar de forma mais concreta a localidade em contraposição a história de sucessivas mudanças sociais e econômicas em diálogo com o momento de uma história macro de violências, vivências e disputa pelo poder. Os crimes que levaram a produção desses processos se apresentam como uma das formas de evidência para enxergar as interações, relações, conflitos, ou seja, o cotidiano dessa região. Como apontado por Marcos Luiz Bretas, ao escrever um artigo sobre o crime na historiografia ele se surpreendeu ao perceber a existência de padrões de vida cotidiana (BRETAS, 1991, p. 49) que esses sujeitos compartilhavam, isto é, uma vivência em comum dentro de uma estrutura escravista e hierárquica.

Para o terceiro capítulo nos debruçamos no, Crime da Penha, nome dado ao assassinato do delegado da Penha, Joaquim Firmino de Araujo Cunha (1855-1888), em 11 de fevereiro de 1888 por um grupo de fazendeiros da cidade em prol da manutenção de seus poderes perante seus escravizados e a cidade. Esse crime se tornou interessante para a pesquisa por nos possibilitar analisar o cotidiano escravista da região e as relaçoes existentes entre negros, escravizados e os demais sujeitos como as elites desta sociedade escravista.

No capítulo quarto discutiremos a memória da cidade de Itapira e como ela se relaciona com a historiografia local. Investigaremos os sujeitos negros que tiveram destaque na sociedade itapirense, analisaremos as manifestações culturais imaterias e materias, as Congadas e a estátua da Mãe Preta, respectivamente.

Acreditamos assim, poder apresentar uma outra possibilidade de compreender da então Penha de Mogi Mirim e atual cidade de Itapira, delimitar melhor esta região e localidade, como também, perceber as outras vidas e histórias presentes nela no decorrer dos séculos.

O nascimento da Penha de Mogi Mirim na Província de São Paulo em meados do século XIX

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de doutorado, cujo título é: "Processos-crime: Escravidão e Política de Memória em Itapira- SP (1865-1877)", ainda em andamento. Iniciaremos aqui nosso percurso sobre a história da cidade de Itapira que inicialmente foi o bairro dos Macucos ligado à cidade de Mogi Mirim, posteriormente, ainda ligada a cidade de Mogi se tornou a freguesia Penha de Mogi Mirim (1847-1875), e após a emancipação da cidade vizinha se tornou vila Penha do Rio do Peixe (1875-1890), porém em 1890 seu nome passou a ser Itapira, devido o assassinato de Joaquim Firmino de Araujo Cunha que foi delegado e considerado abolicionista da mesma.

> Muitos delegados do interior paulista eram escravocratas, e todos classificavam os cativos e os libertos com esquemas de percepção formados na ordem escravista. Os escravizados já eram bem conhecidos, mas a percepção deles como "perigosos" aumentava ao longo dos anos 1880, com a rebeldia crescente e as fugas em massa. Os últimos anos da escravidão também aguçavam a contradição, já evidente no Brasil, entre a lei do Estado e o poder particular dos grandes fazendeiros, criando dilemas para os delegados, que muitas vezes se viam forçados a escolher entre aplicar a lei ou apoiar as elites nas suas tentativas de usar a violência ilegal para o controlar os cativos. (MONSMA, 2016, p. 112)

Compreendemos que a história regional e local está "passível de múltiplas versões, mas apenas uma delas seria capaz de dizer a verdade da região, pois a região teria uma verdade e uma essência únicas, autênticas" (ALBUQUERQUE, 2008, p.59). Com isso, apesar de discursos de cristalização e práticas regionalistas quererem manter silenciamentos e apagamentos, neste capítulo nosso objetivo é perceber a mobilidade dos ambientes e das relações humanas.

A localidade que um dia foi ligada administrativamente a Mogi Mirim e se tornou Itapira é um produto histórico construído a partir de afrontamentos, de disputa, de conflitos, de luta, de vitórias e de derrotas (ALBUQUERQUE, 2008, p.58). Os saberes que deram forma a essa região foram as da logica do café e escravidão, com a chegada de elites paulistas vindas para tal região em decorrência da mudança do pólo econômico do nordeste para o sudestes, em especial o Oeste paulista. Sendo assim, os saberes que a

deram identidade, que a definiu, recortou e lhe deu características (ALBUQUERQUE, 2008, p. 58) foi escravista e elitista.

Apesar da região surgir a partir da lógica da cafeicultura e da escravidão nós não a naturalizaremos como espaço puramente economico e capitalista, mas sim de trocas, relações e interações entre os sujeitos e o espaço.

A história da cidade de Itapira foi produzida por uma elite da cidade que visou as particularidades e os sujeitos considerados célebres da mesma, posteriormente foi produzida e reproduzida a partir de sentimentos de corporativismo e pessoal, como forma de proteção de suas memórias e interesses (GOUBERT, 1972, p.70).

Encontramos e, acabamos por escolher, outras evidências para olhar e analisar a história de Itapira, um olhar que pretende analisar o que não foi evidenciado, reproduzido, ou seja, o que foi apagado. Com as produções memorialistas da localidade, de exaltação à branquitude, direcionamos nossos olhares para a história complexa de relações violentas e que se cruzam tornando tudo mais intenso, social e profundo. Mediante isso, analisaremos a história local "como um todo e não somente daqueles poucos que, felizes governavam, oprimiam e doutrinavam" (GOUBERT, 1972, p.73).

A história perpetuada, ainda hoje, uma Itapira "linda, justa e feliz", que não dá conta de explicar a existência de famílias negras na localidade, da disputa de poder, o assassinato do delegado, violências; mas fornece a chave para levantarmos questionamentos e hipóteses que não seriam possíveis sem esse momento eletista da localidade.

Apesar de tratarmos de uma história local, não pretendemos produzir uma história isolada, como foi feito por muitos anos sobre Itapira, mas sim, perceber as particularidades do local e as ligações estabelecidas com o geral. Itapira não está destituída do movimento social, racial, econômico e cultural do país. Inclusive como definido por Erivaldo Neves (2008);

> A localidade se constitui no espaço onde uma comunidade se estabelece e se desenvolve. Configura, portanto, uma construção humana, empreendida em organizações comunitárias com identidades internas e vinculações externas, de modo que extrapola as circunscrições projetadas por governantes, técnicos, estudiosos e incorpora fatores históricos de natureza social, econômica, política e cultural. (NEVES, 2008, p.26)

Essa passagem selecionada de Neves nos remete a Milton Santos que faz uma definição de território em seu texto "O retorno do território" de 1998. Ele propõe uma análise do território a partir do uso que as sociedades fazem dele, como utilizam, vivem e o modificam. Se antes o território era uma categoria intocada o autor apresenta a

necessidade de o compreender e, afirma que "seu entendimento é fundamental, para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia do futuro" (SANTOS, 1998, p.15).

Apesar de Santos estar dialogando primeiramente com a geografia e ter como objetiva naquele momento pensar a globalização essa passagem nos toca ao fazermos as comparações com a distorções e apagamentos estabelecidos na história da cidade de Itapira levando a uma não aproximação das camadas mais pobres da historicidade da cidade que os atravessa diretamente. Não construindo assim uma ligação com a localidade que se construiu com as histórias e memórias de negras e negros. Dialogando com essa reflexão de Santos temos a análise de Rui Fernandes (2009) que traz as origens da história regional no Brasil e enfatiza que essa história está em íntimo contato com a geografia, pois além de um meio de construir conhecimento histórico, também, permite analisarmos a totalidade da vida de uma comunidade e, assim, complexificar as narrativas centradas nas macroescalas (FERNANDES, 2009, p.40).

Essa pesquisa trabalhará com o campo da história regional e local em análise da vila da Penha de Mogi Mirim por compreender que acessar suas especificidades, diferenças e particularidades, somente, seja possível, com tal abordagem que, inclusive, pode nos levar às relações estabelecidas com a totalidade histórica (NEVES, 2002, p.33).

Nesta pesquisa procuraremos interpretar, historicamente, os indícios, memórias, contos e informações sobre a cidade de Itapira, deixando de lado a mera descrição dos fios sem a apresentação das teias que ela forma (FERNANDES, 2009, p.48). Rui Fernandes dialoga com Durval Albuquerque (2008), pois afirma que "a região não é um dado natural, geográfico; ela está inscrita nas redes de poder político, econômico e simbólico e é instituída historicamente" (FERNANDES, 2009, p.55).

Conclusão

Acreditamos que os esforços feitos pela sociedade e elite local para apresentar a cidade de Itapira como "linda, justa e feliz", como um de seu sloagn, é uma das tentativas de apagar a história de conflitos e violências entre escravizads, negros e demais sujeitos presentes no seculo XIX.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras (Campo Grande)*, v. 10/17, p. 55-67, 2008.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Região e história regional: notas sobre seu lugar na construção do conhecimento histórico. In: *Historiografia e identidade fluminense: a escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950.* 2009. p. 31-56.

GOUBERT, Pierre. História local. *Revista Arrabaldes*, Ano 1, n. 1, maio, p. 70-83.

MONSMA, Karl Martin. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914.* São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v. 1, n. 2, abr.-out. 2008.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org.). *Território: globalização e fragmentação.* São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 15-20.

WEINSTEIN, Barbara. Introdução. In: _____. *A cor da modernidade: a branquitude e a formação da identidade paulista.* São Paulo: EdUSP, 2022. p. 19-64.

O Hip-Hop e a Nação do Islã: a ressureição mental e o tempo da transformação.

Cristiano Ferreira Campos
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Daniel Pinha.

Este trabalho se propõe a identificar o papel e a importância que a história – compreendida aqui como o processo de elaboração do tempo e não necessariamente a produção de conhecimento produzida por historiadores – tem no projeto político da Nação do Islã (NOI) e o seu impacto para a vertente "consciente" do HH. Com base nessa direção de pesquisa, analiso o caso de Afrika Bambaataa e Chuck D, em função de suas contribuições para a construção do HH em Nova Iorque e seus impactos sobre o rap tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Os vínculos entre o Hip-Hop e a Nação do Islã

Os anos de 1996 e 1997 foram marcados por acontecimentos dramáticos para a história do rap estadunidense, cujas repercussões foram globais. No dia 7 de setembro de 1996, em Las Vegas, *Tupac Shakur* foi baleado em diversas partes do seu corpo. Após cirurgias e outros tratamentos, o rapper, reconhecido internacionalmente e, naquele momento, um dos principais nomes da Costa Oeste, faleceu no dia 13 de setembro. Seis meses depois, *The Notorious B.I.G.* foi baleado em Los Angeles e não sobreviveu aos tiros. Faleceu no dia 9 de março de 1997. As mortes dos dois artistas estiveram relacionadas com as crescentes tensões, entre ambos os músicos, com acusações de perseguição e atentados, assim como, com o contexto de disputa entre o rap de Nova York e de Los Angeles.

Pouco menos de um mês da morte de *Biggie Smalls*, no dia 3 de abril de 1997, foi organizada a Cúpula Hip-Hop (Hip-Hop Summit)[71], uma conferência realizada pelos principais nomes vinculados ao mundo rap e Hip-Hop. O objetivo da reunião era mostrar união entre os artistas de todo os Estados Unidos e evitar novas mortes, como as de *2Pac* e *Notorius*. Esta grande reunião ocorreu na mesquita n^0 2, da Nação do Islã (NOI), situada em Chicago, Illinois. Essa instituição islâmica foi criada em 1930, por Wallace Fard

[71] Davey d's hip hop corners: Nation Of Islam Hip Hop Peace Summit. April, 11, 1997. Disponível em: http://www.daveyd.com/peacesummit.html. Acesso:25/06/2024.

Muhammad, e liderada por Elijah Muhammad, entre 1934 e 1975, ano em que Farrakhan assumiu, em função da morte do autointitulado "Mensageiro de Allah". Neste evento, Louis Farrakhan, ministro da NOI na ocasião, iniciou sua fala com a leitura da carta de Willie Lynch[72], um proprietário de escravizados que criara estratégias para manter disputas e conflitos entre os negros que ele submetia à escravidão. A partir da carta, Farrakhan conectou as tensões vividas no rap, naquele momento, com a escravidão, tendo como linha de reflexão as divisões e problemas entre negros são incentivadas pela sociedade branca estadunidense a fim de prejudicá-los.

A cúpula evidencia a relação entre a NOI e o mundo do Hip-Hop que existe desde o seu desenvolvimento em Nova York da década de 1970. Diversos trabalhos acadêmicos os pesquisadores apontam que o islamismo, não somente da Nação do Islã, como também o Five-Percent Nation, impactou na constituição do Hip-Hop, sobretudo em NY, dado que alguns de seus precursores e principais músicos cresceram nessa região, em contato com membros dessas instituições. Em seu artigo *Hip-hop and religion: from the mosque to the church*, de Christina Zanfagna (2015) tem como principal objetivo analisar os vínculos do HH com a religião cristã. Antes de se aprofundar nesse problema, a professora da Universidade de Santa Clara, Califórnia, aponta que para o HH de NY o islã foi a tendência religiosa predominante.

Nesse sentido, o meu objetivo foi realizar uma análise sobre como as ideias da Nação do Islã, a partir dos escritos deixados por Elijah Muhammad, seu principal ministro, foram fundamentais para a construção da vertente do HH, conhecida aqui no Brasil como "política" ou "consciente". Destaco que o HH propagado por Afrika Bambaataa, Public Enemy, KRS One e Eric B e Rakim, apropriou-se, em parte, do projeto político da Nation o que impactou diretamente no interesse e na forma como esses artistas passaram a pensar o tempo e a história.

A ressureição mental e o tempo da transformação.

Analisei dois livros de Elijah Muhammad, *Message to the Blackman in America* (1973) e *Theology of Time* (2002), documentos que considero fundamentais para identificar o programa da Nação do Islã e para estabelecer as conexões entre ela e o HH "consciente". O primeiro, publicado em 1965, é uma compilação que reune diversos

[72] Para informações breves sobre quem foi Willie Lynch e o conteúdo central de sua carta, acesse: https://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/

discursos de Elijah Muhammad. Nessa obra, ele oferece uma elaboração religiosa e histórica sobre a vida dos negros americanos, com o objetivo de construir uma consciência sobre o seu tempo. Nesse caso, tornar-se consciente significa ter condições de construir uma nova visão sobre o seu tempo na medida em que se apropria de informações sobre a trajetória de seu povo (nação), de si e das relações entre si, ao longo da história, que pode ser dividida entre o antes e o pós aparecimento da raça branca. O segundo livro, também reuniu um conjunto de discursos feitos entre junho e agosto de 1972 e foi publicado em 1997, num momento de e expansão da Nação do Islã entre a classe trabalhadora negra.

Essa percepção do tempo, com base numa cosmovisão sócio-religiosa, é o ponto central, por dois grandes motivos, que considero como os eixos desse projeto político. Em primeiro, a construção de um novo homem negro – e aqui o sexo masculino prevalece, pois as mulheres são julgadas como secundárias e sem protagonismo –, a partir do conhecimento que adquirirá sobre sua história (lê-se da nação a que ele pertence). Essa sabedoria é legitimada por Allah, que Elijah diz ser Wallace D. Fard ou Fard Muhammad, a encarnação do deus verdadeiro. Esse processo de conscientização é fundamental. Ele representa a ressureição dos mortos, não vinculada ao corpo físico, mas à condição mental. Esse ressurgimento é a salvação e a libertação. Não é uma proposta de redenção espiritual, mas sim da vida na qual se encontra. É uma transformação do agora e não para após a morte.

A partir dessa teologia, uma vez ressucitado de sua cegueira, o homem negro terá condições mínimas para o segundo passo, qual seja, romper com tempo em que vive e construir o futuro, distinto do presente e de um determinado passado. A ruptura equivale à destruição da supremacia branca e ao reestabelecimento do poder negro. Esse processo de ruptura não ocorre somente pela conscientização. Ele leva em consideração um programa de autodesenvolvimento econômico, a separação política e social entre negros e brancos e a criação de um território independente. Nesse sentido, as ideias de Elijah contém uma experiência de um tempo de transformação. Em suas pregações, tanto os Estados Unidos quanto os valores cristãos eram atravessados pela decadência. O caminho era seguir a verdade que Allah (Fard Muhammad), através de Elijah Muhammad.

Nos discursos de 1972, publicados em 1997, Elijah pensa a todo momento sobre o tempo. É o seu tema fundamental. No discurso *Teologia do Tempo*, de 16 de julho de 1972 (MUHAMMAD, 2002), ele aborda de forma mais específica o significado da expressão “Teologia do Tempo”. Na sua concepção, é necessário que os negros

compreendam corretamente o tempo que estão vivendo. O tempo para essa teologia significa o movimento de um ponto ao outro e o ato de se movimentar gera o tempo. Existe, em sua concepção, uma relação recíproca que se constroi com a reflexão sobre o tempo e o movimento que se faz através e para além dele. Em sua visão, a ação do homem cria um tempo. Nesse sentido, a "Teologia do Tempo" refere-se ao conhecimento sobre o tempo e a ação que pode ser feita para criá-lo. Ele afirma que o tempo desperdiçado não é válido. É preciso produzir o tempo. Sobre o conhecimento do tempo, Elijah situa os diversos momentos históricos do passado do negro (a origem do negro; o surgimento da raça branca; a supremacia branca, com destaque para a história da escravidão; a decadência e o despertar; e o futuro).

Nesse sentido, apresento de forma resumida a cosmovisão da NOI, com base nos discursos de Elijah Muhammad no livro de 1965. Como são vários os discursos (cerca de 141) e as informações sobre o tempo estão espalhadas, vou narrar sem fazer referências aos capítulos. Além disso, a versão que utilizei não é digital e sem paginação. Dito isso, segue a narrativa da NOI. Segundo seu líder, o homem negro americano é o homem original, descendente da Nação Negra Asiática e da tribo de Shabazz, que surgiu a 66 trilhões de anos e era governada por deuses/cientistas (cerca de 24). Esta tribo se estabeleceu no Vale do Nilo, no Egito, e em Meca na Arábia. Todos viviam em prosperidade, até o momento em que a raça branca foi criada, por um de seus deuses/cientistas, Yakub.

Após a sua criação, os brancos foram dominando territórios e, a partir de 1492, foi permitido a eles que se espalhassem pela Terra, com liberdade para enganar tudo o que fosse possível. Esse processo chegou até o momento em que passaram a escravizar os negros, há 400 anos. Desde esse momento, os negros foram submetidos ao poder da raça caucasiana (demoníaca), que controla todas as instituições (escolas, meios de comunicação, governo, por exemplo). Eles, os demônios (brancos), impuseram e impõe aos negros um apagamento de seu passado através da religião cristã, das Igrejas e de seus nomes, colocando-os submersos numa cegueira e falta de conhecimento e amor a si. Essa condição do povo negro representava a morte mental. Elijah enfatizava que não existia vida após a morte. O que existia era a condição de morte (cego, surdo e mudo) em vida e esse estado letárgico reproduzia a submissão do homem negro ao poder branco. O que ele propunha era a ressureição mental do negro. Para obter a liberdade, era fundamental ressignificar a compreensão histórica dos descendentes da Tribo de Shabazz, recuperando a história de poder e grandiosidade de seu passado, antes do surgimento dos brancos.

Nesse sentido, dentro da concepção da NOI, elaborar o tempo era condição primária para o despertar. Tal perspectiva pode ser encontrada nos discursos de Elijah, a partir dos quais ele afirma que sem o conhecimento do tempo revelado por Allah, o negro permaneceria perdedor. Nesse sentido, ela aponta o passado como fundamental para compreender o presente. Além do passo inicial que é a ressuscitar os mortos (morte mental) através do conhecimento de si, Elijah propõe um programa de reivindicações para os negros. Liberdade, justiça e igualdades de oportunidades; um território próprio (justificado pelos 400 anos de trabalhos e sofrimentos impostos aos negros para o enriquecimento de brancos); liberdade para muçulmanos; fim das condenações à morte e da brutalidade policial; oportunidades iguais de emprego; isenção de impostos; que o governo fornecesse livros didáticos e outros equipamentos, prédios para escolas e universidades; e proibição do casamento interracial.

Bambaataa e a difusão dos ensinamentos de Elijah Muhammad.

A região periférica de Nova Iorque era caracterizada pelo cenário de pós-industrialização da economia estadunidense (1960/1970), cujos efeitos foram o sucateamento de serviços sociais, o aumento do desemprego, a criação de empregos precarizados, crise habitacional e superpovoamento de áreas menos valorizadas. Dentro deste cenário de fragilização social e econômica vivenciada sobretudo por negros e hispânicos, surgiu uma rede cultural organizada, em sua maioria, por afro-americanos, porto-riquenhos e jamaicanos, que visava construir espaços de convivência pacífica, lazer e valorização social, a partir de festas e atividades que promovessem solidariedade, entretenimento e a difusão de conhecimento entre a juventude daquela sociedade (ROSE, 1997).

Nesse ano, 1973, Bambaataa começou como DJ e fundou um grupo chamado Zulu Nation, inspirado em um filme sobre esta sociedade que existiu no sul da África, durante o século XIX. Através deste coletivo, ele se tornou uma liderança comunitária. Em sua opinião, este grupo era uma questão de sobrevivência e mobilização da juventude em direção à paz. Em entrevista ao historiador James Spady, em 2004, (Apud. Alim, 2007, p.26) Bambaata afirma que parte da família dele pertencia à Nação do Islã e, por isso, ele passou a ouvir os discursos de Malcolm X e Louis Farrakhan. Segundo seu relato, a Nação do Islã teve um grande impacto sobre a sua existência desde os tempos da Black Spades, assim como no período da Zulu Nation. Bambaataa destaca a importância de Ellijah Muhammad no seu trabalho. Ele relata que os ensinamentos desse líder muçulmano foram

fundamentais para que ele percebesse que esses conhecimentos deveriam ser transmitidos tanto pelos Estados Unidos quanto para outras regiões do mundo.

De acordo com Travis Gosa (2015), uma das contribuições de Bambaataa para a história do Hip-Hop foi a elaboração conceitual do "quinto elemento". Este novo componente do HH seria o conhecimento, isto é, a busca da consciência espiritual e política de si, em coletividade. Para o DJ, segundo Gosa, o HH estaria para além da música e configuraria num movimento ideológico composto por batidas, rimas, dança, arte e política com o intuito de capacitar os oprimidos. O professor da Cornell University (GOSA, 2015) ainda acrescenta que a Zulu Nation foi a forma encontrada por Bambaataa para renuir a arte e a sua dimensão de formação política com o objetivo de unir a juventude e construir um senso renovado de orgulho.

É possível verificar melhor essa conexão entre o projeto propagado por Elijah Muhammad e o de Bambaataa, via Zulu Nation (ZN), a partir do documento Zulu Biliefs. Este manifesto, publicado em seu site[73], contém os princípios e ideias principais desta entidade. É importante ressaltar que o documento não reproduz as ideias separatistas de Elijah Muhammad em suas propostas. Tal ausência também está inserida na mudança de posicionamento da NOI com a liderança de Louis Farrakhan. Após Farrakahn assumir a NOI com a morte de Elijah, em 1975, ele rompeu com a defesa do separatismo de Muhammad.

O que destaco da leitura desse documento são três pontos: a busca pela verdade, a concepção da ressureição mental e a luta contra a supremacia branca. A Zulu Nation diz que muitos são cegos, surdos e mudos para o conhecimento de si e dos outros. Por tal motivo, os Zulus devem ouvir, falar, questionar, buscar entendimento, obter respostas (fatos), viver e morrer pela verdade, além de possuir uma relação com ela, sendo negativa ou positiva. Em sua perspectiva há uma Nova ordem Mundial sob o domínio de Satã. Há diversos sanguessugas que estão no interior do governo, das religiões, das escolas e das comunidades trabalhando para que os demais se mantenha cegos, mortos e surdos. Esse é a forma de ser da supremacia branca, cuja relação é construída com base na arrogância, no orgulho e na falta de humildade.

Por isso, uma comunicação simples da verdade é fundamental para a ressureição mental dos mortos. Esse processo só ocorrerá com o conhecimento de si e dos outros, ou

[73] https://www.zulunation.com/zulu-beliefs/ Acessado em: 01/07/2024. O documento não possui referência sobre quando foi produzido ou publicado. O texto não está formatado e sua estrutura é desorganizada. No entanto, foi o material mais consistente sobre as ideias da Zulu Nation que eu pude encontrar.

seja, de quem cada um é na história do seu povo. Isso significa saber de onde vem, o verdadeiro nome de seu país; saber sobre a sua nação, nacionalidade, raça e civilização.

A categoria de fato para a Zulu Nation é central para compreender as suas ideias e também está relacionada com o materialismo da Nação do Islã, já identificado na defesa pela ressureição mental dos mortos: "Acreditamos na verdade, seja ela qual for. Se a verdade ou a ideia que você nos traz for respaldada por fatos, nós, como Amazulu, testemunharemos essa verdade. Verdade é verdade." Além disso, a ZN defende um visão em que o fato (factologia) é mais importante que a crença. Segundo a sua concepção, o fato está relacionado com algo que pode ser visto, sentido, tocado, cheirado, saboreado, ouvido e conhecido.

Quando algo está ainda por ser conhecido, ele é invisível e, portanto, não é um fato. No entanto, ao se tornar conhecido, esse "algo" deixa de ser invisível para ser concreto e, portanto, um fato. Com base nessa compreensão, a história/passado faz parte do invisível. Através de vestígios, o que aconteceu em outro momento é revelado para aqueles que não viveram num tempo que já passou. A história é invisível porque eles não estavam lá para ver, experimentar, entender e analisar para chegar a uma conclusão. E por não ter vivido o passado, o que chega até nós através de fotos, pinturas, artefatos, livros e história oral é verdade.

O que é importante para contribuir com a concepção de fato e que está implícito na citação é o poder da palavra. É através dela que a verdade surge, assim como, ela legitima o conhecimento. Bambaataa e demais integrantes da ZN tiveram acesso à verdade mediante a palavra de Elijah e seus demais ministros como Farrakhan e Malcolm X. Inclusive, foi através da palavra "verdadeira" que o passado foi revelado. Nesse sentido, podemos inferir que não é qualquer vestígio. A verdade é revelada por aqueles que não propagam o poder branco. Aqueles que, por possuírem a verdade, estão fora do sistema de poder do brancos devem ensinar.

Ao abordar o ponto acima, o documento da ZN destaca o espaço dos livros de história e a bíblia. Segundo os zulus, devido às supremacia branca, os livros de história de escolas e universidades são distorcidos, cheios de mentiras e promotores do ódio. Eles propagam diversas mentiras como que Colombo descobriu a América, a Grécia é a mãe da civilização ocidental, negros são amaldiçoados, Jesus e Deus são brancos, os nativos americanos, africanos, asiáticos e indianos são selvagens, os brancos são as mães e pais da medicina e ciência e os negros são inferiores e os brancos superiores.

Da mesma forma a Bíblia. Ela foi adulterada para promover o poder branco, situação que pode ser comprovada com a pintura de Jesus, profetas, anjos como brancos, além de filmes que mostram tudo o que é sagrado como branco e outros seres como inferiores. Por isso, eles defendem a destruição desses materiais. Somente ensinando através de fatos e difundindo a verdade sobre o que cada raça contribuiu é que se combaterá o ódio e o racismo. Caso contrário, o mundo seguirá reproduzindo uma raça de demônios que causa o aniquilamento de tudo o que é vida ou verdade.

Como forma de ressignificar a história escrita em meio ao poder branco, Bambaataa buscou redesenhar a cena com o "edutainment" (GOSA, 2015), que misturava música e política, com base em discursos políticos de Malcolm X, Martin Luther King e Louis Farrakhan; roupas de faraós egípcios, indígenas nativos americanos e o afrofuturismo alienígena do Parliament Funkadelic; além de a "concessão" de títulos de rainhas e reis para os frequentadores das festas. Essa conexão entre os negros americanos com a África egípcia estava no horizonte histórico da cosmovisão difundida por Elijah Muhammad, já que a tribo de Shabazz teria se desenvolvido tanto no Vale do Nilo quanto na Arábia.

Ainda sobre essa relação com a África, na mencionada reportagem de Steve Hager (2004), publicada na revista *Village Voice*, em 25 setembro de 1982, o jornalista inicia o relato mencionando a terceira festa anual organizada pelo DJ em celebração do Mês da História Negra. Esse dado também demonstra a conexão política de Bambaataa com a história negra e as suas atividades que buscavam contribuir para a conexão temporal da juventude negra de sua região do Bronx com o passado afroamericano. Nesse caso, o Mês da História Negra torna-se emblemático nesse movimento cuja finalidade vinculava o hip hop a este evento de grande repercussão entre segmentos da população negra dos Estados Unidos.

Com base nos relatos analisados daqueles que foram um dos principais nomes do chamado HH "consciente", foi possível identificar a relação intrínseca entre essa tradição de HH e as ideias da Nação do Islã. O projeto político da NOI, cujo centro de transformação estava alicerçada uma rearticulação temporal como forma de romper com um presente de supremacia branca fez parte da concepção de mundo e fundamentou os trabalhos de nomes como Afrika Bambaataa.

Referências:

ALIM, H. Samy. *Roc the mic right: the language of hip hop culture.* NY: Routledge, 2006.

GOSA, Travis L. The fifth element: knowledge. In: WILLIAMS, Justin A. (Org.). *The Cambridge Companion to Hip-Hop.* 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. Cap. 5. (Versão Epub, não paginada).

HAGER, Steven. Afrika Bambaataa's Hip-Hop. In: CEPEDA, Raquel (ed.). *And It Don't Stop: The Best American Hip-Hop Journalism of the Last Twenty-five Years.* New York: Farrar, Straus and Giroux, 2004. (Versão Epub, não paginada).

MUHAMMAD, Elijah. *Message to the Blackman in America.* Copyright 1965, 1973. Published by Secretarius MEMPS Publications. EBook Edition. Apple Books.

MUHAMMAD, Elijah. *Theology of Time: the secret of the time.* Copyright, 2002, 2004. Published by Secretarius MEMPS Publications. EBook Edition.

ROSE, Tricia. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no Hip-Hop. In: HERSCHMANN, Michael (org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural.* Ensaio fotográfico: Antônio Fatorelli. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ZANFAGNA, Christina. Hip-hop and religion: from the mosque to the church. In: WILLIAMS, Justin A. (Org.). *The Cambridge Companion to Hip-Hop.* 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. Cap. 6. (Versão Epub, não paginada).

Pretos do Rosário: A manifestação religiosa da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy-RJ do século XIX.

Dandara Abreu
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Joana Bahia
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre da pesquisa de tese de doutorado de mesmo título, ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir do objeto proposto nesse projeto de pesquisa, a fé dos irmãos do rosário, membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy do século XIX.

O interesse por essa temática surgiu durante minha graduação quando me tornei bolsista do grupo de pesquisa PET-História[74] da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lá tive contato com uma gama de documentos a respeito da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy, na área rural do Rio de Janeiro. A partir dessas fontes, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso no qual se discutiu a presença de uma associação religiosa de leigos católicos, que se reuniam para promover culto à Nossa Senhora do Rosário na antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy, esta irmandade era organizada por pessoas cativas e libertas (homens livres de cor) na região fluminense da província do Rio de Janeiro nos oitocentos. Tal trabalho visava compreender quem eram esses

agentes sociais: suas origens, grupos étnicos e as relações de sociabilidades que existiram entre os irmãos do rosário e todo o restante da população.

Dando continuidade a esta pesquisa, este projeto visa compreender a fé dos membros da Irmandade de N.S. do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy do século XIX, partindo de dois conceitos fundamentais para a discussão sobre a relação criada pelos negros africanos e afro-brasileiros entre catolicismo e os cultos africanos: a

[74]PET História: "Práticas de História: dos arquivos para a sala de aula". O Programa de Educação Tutorial de História da UFRRJ tem como objetivo a formação de um ambiente acadêmico e pedagógico que valorize o debate teórico, a discussão historiográfica e o trabalho de produção do documento. Como bolsista do PET História, trabalhei por dois anos com História local, temática esta que abarca a região em que se encontra hoje Itaguaí e Seropédica, através disso pude ter acesso a estas fontes sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Itaguaí.

circularidade cultural e o sincretismo religioso. Interessa-nos compreender o sagrado, os dogmas, os processos ritualísticos e, sobretudo, como se deu a fusão entre catolicismo e as religiões de matriz africana nesta associação.

O recorte temporal aplicado à pesquisa é de 1846-1858 como consta nos registros do Livro das atas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Itaguahy[75]. Quanto ao recorte espacial, este projeto trata da antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy que abarcava três freguesias: Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (atual Itaguaí); Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (atual Seropédica) e São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lajes (atual Paracambi), situadas na província do Rio de Janeiro.[76]

A devoção a Nossa Senhora do Rosário estruturou-se institucionalmente no período colonial brasileiro, por meio de irmandades católicas de homens e mulheres negras.[77] Estas possuíram grande prestígio social até a abolição da escravidão, funcionavam como um instrumento da Igreja Católica para doutrinar e integrar os negros cativos ou libertos na sociedade escravista.[78] Tanto no período colonial como no imperial as irmandades recebiam financiamento da Igreja católica, dos senhores e de boa parte da população, movimento este muito raro quando tratamos de expressões religiosas afro-brasileiras. A partir da virada do século XIX para o XX tais instituições passaram a enfrentar um declínio, pois já não eram mais alvo de interesse das autoridades locais.

Segundo a historiadora Maristela dos Santos Simão a devoção ao rosário consta nos registros da Igreja Católica Apostólica Romana desde o início do século XII, em uma aparição ao dominicano São Domingos de Gusmão, a virgem Maria apresenta ao religioso um rosário, um cordão feito de muitas contas para ser usado como instrumento de intercessão. O Papa São Pio V também dominicano assim como Domingos de Gusmão, acreditava no poder do rosário e ordenou a toda frota cristã que rezassem o rosário durante a preparação para a como ficou conhecida, batalha de Lepanto. A vitória da frota cristã que notoriamente estavam em desvantagem não só em número, mas também em prática de guerra retoma fortemente a devoção ao rosário que por séculos

---

[75] Documento disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

[76] RUIZ, Ricardo Muniz. A família escrava no Império do café – Itaguahy – século XIX. In ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16, 2014, Rio de Janeiro. *Anais do Encontro Estadual de Histórias*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.p.3.

[77] SOUZA, Marina de Mello. Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. *Afro-Ásia*, 28, 2005.p.55.

[78] SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*. Itajaí, SC: Casa Aberta, 2010. p. 18.

ficou esquecida:

> [...] Segundo o Papa a vitória teria se dado graças à interseção da Virgem, em resposta aos Rosários a ela oferecidos. A Virgem e o Rosário – método de oração e meditação ensinado por ela e para seu louvor –foram, portanto, armas posteriormente usadas pela contrarreforma, buscando restabelecer um elemento de contemplação anterior nas orações dos fiéis (VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de. Brasil de Todos os Santos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.p.26).

A batalha de Lepanto não só afasta as invasões do Império Otomano da Europa como também consolida de vez a devoção ao rosário, como um instrumento poderosíssimo para os fiéis. Nossa Senhora do Rosário passa a ser a padroeira das causas humanamente impossíveis de serem resolvidas e assim ganhou devotos por todo mundo, a partir da milagrosa vitória dos católicos sob o Império Otomano. A partir disso, é instituído pelo Papa São Pio V o dia 7 de outubro no calendário católico como o dia de Nossa Senhora do Rosário, a celebração marca de vez a devoção à santa e remete ao rosário um caráter místico que posteriormente influenciará na devoção dos negros cativos e forros.[79]

No final do século XVI a devoção ao Rosário já era uma prática comum em Portugal e se consolidou com grande expressão por todo território português, chegando a edificar uma suntuosa capela na cidade de Lisboa. Registra-se neste período a chegada em números cada vez mais expressivos de africanos nas terras portuguesas principalmente em Lisboa e em outras cidades portuárias. Paulatinamente, o culto ao Rosário foi se popularizando entre a população de origem africana, cativos e libertos. Já no início do século XVIII esta associação se torna indiscutível.[80]

Para o antropólogo Didier Lahon, um dos principais motivos que fizeram com que os negros se agrupassem em números expressivos nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, foi a facilidade no ingresso. Tais associações aceitavam indivíduos de todos os tipos: pobres e abastados; cativos, libertos e livres; pretos e brancos; homens e mulheres. Scarano, afirma que as populações de origem africana e seus descendentes se estabeleceram primeiramente nas irmandades edificadas pelos dominicanos e depois passaram a se organizar de forma autônoma:

> Igreja, no seu esforço para integrar o africano recém-chegado numa sociedade católica e branca, atraiu-o para as Irmandades mais capazes de interessá-los. Talvez o proselitismo dominicano tenha sido mais eficaz, levando os negros a preferirem as associações que estes frades mantinham em seus conventos. Esse

---

[79] SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p.40.
[80] SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p.42.

> contato religioso serviu para estabelecer certa coesão entre brancos e pretos ligando-os através das mesmas crenças, ainda quando fossem, em muitos casos, forçadas e superficiais (SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978.p. 40-41).

As populações de origem africana realizaram o culto a Nossa Senhora do Rosário, num primeiro momento juntamente com os brancos e a partir do século XVII, organizaram suas próprias irmandades. Os motivos que levaram homens e mulheres negras a optarem pelo culto a Nossa Senhora do Rosário podem ser variados.[81]

O historiador José Ramos Tinhorão, em sua obra *Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa* aponta o surgimento da primeira irmandade negra de Nossa Senhora do Rosário em Portugal, em meados do século XVII no Convento de São Domingos:

> As disputas vinham a mais de vinte anos, e sempre provocadas pela insistência dos negros de se firmar, inclusive perante as autoridades e lei que até contra este convento e padres trazem desinquietados com demanda e desobedecendo-lhes e dando jurisdição desta confraria as justiças seculares, o seu direito de participar da Confraria de Nossa Senhora do Rosário ao lado dos irmãos brancos, ou ao menos paralelamente a eles, ao preço da separação numa segunda congregação, como acabou acontecendo. (TINHORÃO, José Ramos. Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa, Lisboa, Ed. Caminho, 1988. p.131).

No século XVIII, a devoção a Nossa Senhora do Rosário já havia se consolidado em Portugal, e as irmandades negras dedicadas à santa conquistaram o seu espaço. A Igreja Católica e o Estado se beneficiaram disso, com a edificação das irmandades negras dois problemas eram solucionados: o descontentamento dos brancos em terem de conviver com os negros dentro das irmandades e a catequização dos povos africanos e seus descendentes.[82]

Interpretações que se preocupam em compreender como se deu essa associação entre o negro e as irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram feitas por muitos intelectuais. Saunders, por exemplo, acredita que o que chamou a atenção das populações africanas para esta devoção foi a natureza semi-mágica do rosário algo que lembraria muito aos feitiços praticados pelos negros no continente africano. Contudo, a associação desse objeto e de outros símbolos cristãos como algo mágico não pode ser classificado como uma pratica somente das populações oriundas do continente africano,

---

[81] SOUZA, Marina de Mello. Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. *Afro-Ásia*, 28, 2005.p.56.

[82] SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII.* Itajaí, SC: Casa Aberta, 2010. p. 19.

visto que, estudos apontam que o mesmo ocorreu na Península Ibérica.[83]

Outro autor que aponta caminhos para a compreensão desta identificação do negro com o Rosário é Tinhorão, que buscou apreender o que ocasionou a fixação das populações de escravizados e libertos nas irmandades que prestavam culto a Nossa Senhora do Rosário:

> Os negros se fixaram em Nossa Senhora do Rosário pela ligação estabelecida com o seu orixá Ifá, através do qual era possível consultar o destino atirando soltas ou unidas em rosário as nozes de uma palmeira chamada "okpê-lifa". E ainda decorre, na sua compreensão, da possibilidade de africanos usarem o que ele define como o "Rosário de Ifá", feitos das cascas e nozes dessa árvore. Às vezes usado por disfarce pelos sacerdotes da religião negro-africana à volta do pescoço, como se fosse um colar no Brasil, aliás, conhecida até o século XIX como quelê e opelê, todos muito próximos do original okpê-lifá (TINHORÃO, José Ramos. Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa, Lisboa: Ed. Caminho, 1988. p.133).

Essa ideia apresentada por Tinhorão não se difundiu entre os especialistas em irmandades de Nossa Senhora do Rosário no Brasil e, sobretudo é mal vista, devido a um possível anacronismo.

As irmandades que prestavam culto a Nossa Senhora do Rosário eram inicialmente iguais a todas as outras confrarias majoritariamente compostas por pessoas brancas, viviam a serviço da Igreja Católica e serviam de ferramenta para doutrinar e controlar o homem negro dentro da sociedade escravista. Contudo, percebeu-se que aos poucos tais associações passaram a representar a identidade negra dentro do catolicismo durante o processo de escravidão e para, além disso, tornaram-se um lugar de memória e resistência da população negra tanto em Portugal como na América portuguesa.

Tal trabalho se justifica pela proposta de investigação acerca deste espaço religioso que imprime com clareza o que é o Brasil, ou melhor, os povos que constituem esse país plural, que compartilha de diversas crenças, culturas e costumes. Estudar as irmandades negras hoje representa um resgate do encontro entre o homem negro e o branco através da religião. A convivência forçada imposta pelo processo de escravidão fez surgir uma fusão de crenças e culturas. Mais do que pessoas compartilhando uma identificação, notou-se que essas identificações podiam se sobrepor para formar uma sociedade.

Para Gilberto Freyre, intelectual, que pensou questões relacionadas à religião e

---

[83] SIMÃO, Maristela. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010. p. 20.

se pautou em hipóteses levantadas pela sociologia para compreender a relação do negro com a religião nas Américas, estas instituições representavam um lugar de resistência cultural, onde os negros usavam da autorização dada pela Igreja e pelo Estado para manter suas práticas culturais e seus rituais religiosos que na visão do europeu haviam sido deixados para trás nos portos africanos. A herança cultural deixada por estas instituições nos apontam uma memória altamente complexa, repleta de interações, interpenetrações culturais e de representações.

Neste cenário se apresenta a importância desta pesquisa, que mais do que compreender como os irmãos do rosário aparecem dentro destas categorias, nos interessa neste trabalho contribuir para que se perceba de que maneira essa identificação se materializou no cotidiano dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy.

O conceito de circularidade cultural desenvolvido por Carlo Ginzburg demonstra que a cultura de um povo é algo móvel e passível de transformações a todo tempo, transformações estas que constroem campos mediadores. Na visão de Ginzburg é essencial nos distanciarmos da ideia recorrente de que o encontro entre duas culturas propiciará sempre a dominação de uma delas, para o autor desprendermo-nos de termos como aculturação é fundamental para assim compreendermos os caminhos percorridos por essa cultura em sua totalidade. A historiadora Alba Cleide Calado Wanderley, em seu artigo A etnografia da festa: vida e morte na cultura afro brasileira no Sertão paraibano define:

> A vivência do sagrado representa, para a história dos negros em diáspora, um forte indicativo de resistência e sobrevivência cultural, tecido pelas contas e pelos fios das miçangas africanas. O relacionamento identitário entre negros de etnias diversas foi vivenciado no Brasil, mesmo quando o sistema colonial ensinava que as mesmas contas se prestavam à devoção católica. Os negros desafiaram os cristãos, apontando a possibilidade de vivências. Teceram as suas histórias de lutas, preservando sua cultura de matriz africana e seus vínculos identitários. Podemos dizer, então, que a Igreja Católica forneceu os elementos da devoção à Senhora do Rosário, enquanto os afro-brasileiros, de posse desses ingredientes, deram forma ao culto e à festa. Essa vivência reconstitui a história do negro, atrelando-se à herança que lhes é deixada, novos signos e atribui nova significação a essa que ainda é marco de resistência e de luta. (WANDERLEY, 2011. p. 4-5).

No que tange as irmandades católicas de homens e mulheres negras essa circularidade cultural se estabeleceu a partir do momento em que o africano entrou em contato com o colonizador e seu deus cristão e atribuiu a esse encontro significados diversos.

O antropólogo, Sérgio Ferretti, em seu livro *Repensando o Sincretismo* (1995) discute a trajetória do termo sincretismo entre os teóricos da Antropologia e insere neste debate duas hipóteses acerca das irmandades negras. A primeira hipótese infere que o sincretismo ocorre quando há a prática de equiparar as divindades africanas aos santos da Igreja Católica, trazendo assim à tona a ideia de conversão. Esta maneira de pensar o sincretismo, no Brasil, um país que passou por um longo processo de escravidão e, herdou deste sistema brutal a miscigenação, foi apresentada pela primeira vez por Nina Rodrigues, intelectual pioneiro nas discussões sobre aculturação que por meio de uma perspectiva culturalista elucidou diversos graus de sincretismo.

Já a segunda hipótese apresentada por Ferretti, afirma que os negros cultuavam e acreditavam somente nos deuses africanos e utilizavam os santos católicos de fachada para assim poderem expressar sua fé diante dos olhos dos cristãos.

A história das religiões parece ser o tema lógico de nossa pesquisa, contudo, buscamos aqui não nos limitarmos no campo da História das religiões e, sim, traçar uma discussão sobre como o negro reagiu a essa religião que lhe foi imposta. Ou seja, uma pesquisa sobre as estruturas da Igreja Católica, submetida às influências culturais de grupos étnicos diversos.

Ao longo do tempo a palavra religião ganhou diversos significados e foi definida por ciências distintas como a psicanálise, a política e a sociologia que buscaram a partir de seus pilares teórico-metodológicos desvendarem o que há entre o sagrado e o profano, a historiadora Jacqueline Hermann, elucida no texto História das Religiões e Religiosidades (1997):

> Para Durkheim toda religião é uma cosmologia e, como fator essencial de organização e funcionamento das sociedades primitivas, seria a base de toda a vida social; para Weber uma forma entre outras dos homens se organizarem socialmente; para Gramsci um tipo determinado de visão de mundo que se situa entre a filosofia (religiosidade dos intelectuais) e o folclore (religiosidade popular), não desligando- se, portanto, das estratégias de poder que organizaram diferentemente as sociedades; para Lévi-Strauss, baseando-se no "pensamento selvagem", a religião pode ser definida como uma "humanização das leis naturais, um antropomorfismo da natureza"; para Freud uma ilusão coletiva, cujo objetivo é dominar o sentimento de impotência que todo homem experimenta frente às forças hostis; para Eliade a referência primordial, o sistema de mundo das sociedades tradicionais, berço privilegiado do "homo religiosus". (HERMANN, 1997, p. 337-338).

A relevância dos estudos sobre as irmandades negras se dá no momento em que percebemos o caráter protetor destas instituições contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravizado, como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem cativos ou libertos. As

irmandades constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia.

Nesse sentido, almeja-se compreender esta devoção, captando todos os elementos que compõe este universo ritualístico da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Objetiva-se identificar os dogmas desta instituição, o processo burocrático para se associar a esta irmandade, os cargos administrativos e como estes são distribuídos, as festas e os ritos funerários.

A herança das irmandades negras simbolizam um espaço dentro da cultura brasileira carregado de sentidos africanos, visto que, a relação da história africana com a brasileira não é mera reconstrução de uma história da escravidão, mas uma história viva dos afro-brasileiros que levam em consideração a negritude, a cultura e a memória, ressignificadas no espaço brasileiro. Em síntese, buscamos apreender tudo que permeia este universo religioso e social das irmandades católicas de homens pretos.

Propomo-nos a utilizar a obra do sociólogo, Roger Bastide, acerca das irmandades. O autor que recebeu duras críticas ao longo de seus estudos por constantemente alterar suas bases teóricas, definiu por fim o princípio de cisão, ao discutir a existência de um sincretismo ou de uma circularidade cultural, dentro das irmandades de negros no Brasil. Um exemplo prático desta teoria elaborada por Bastide é observado por Ferretti (1995) quando em uma entrevista um membro do candomblé afirma a Ferretti ser tão católico assim como também é candomblecista, diante disso, compreendemos que as duas coisas são distintas, contudo, não precisam andar separadas.

Partindo deste princípio de cisão Bastide, formulou uma síntese do homem brasileiro que guardava dentro de si tantas influências e crenças. Acredito que este princípio de cisão formulado pelo autor é de grande importância para este trabalho que visa compreender a fé dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em sua totalidade.

A metodologia a ser utilizada para analisar tais fontes é a etnografia documental, tendo em vista o tipo de documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy que optamos por analisar: o "Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy" e o "Livro das atas da Irmandade de N.S. do Rosário da Freguesia da Villa de Itaguahy" de 1846-1858, por serem fontes muito extensas e ricas em detalhes, julgo que a

etnografia de arquivos cumprirá bem esse papel enquanto método de análise.

As fontes manuscritas a serem utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa são: o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy e o Livro das atas da Irmandade de N.S. do Rosário da Freguesia da Villa de Itaguahy de 1846-1858, estes documentos encontram-se respectivamente em poder da Cúria de Itaguaí e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

O compromisso que analisaremos nesta pesquisa foi escrito no século XVIII no ano de 1768 para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Villa Galega na cidade de Lisboa e, posteriormente, já no século XIX foi utilizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy, na Capitania do Rio de Janeiro.

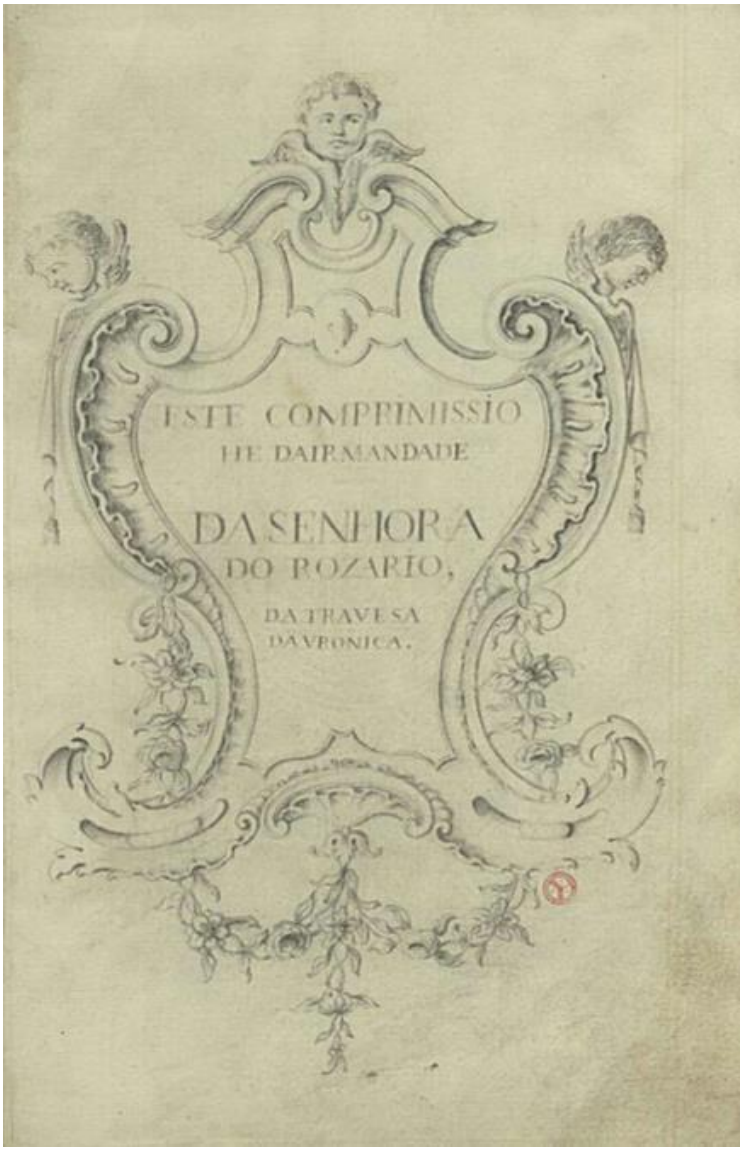
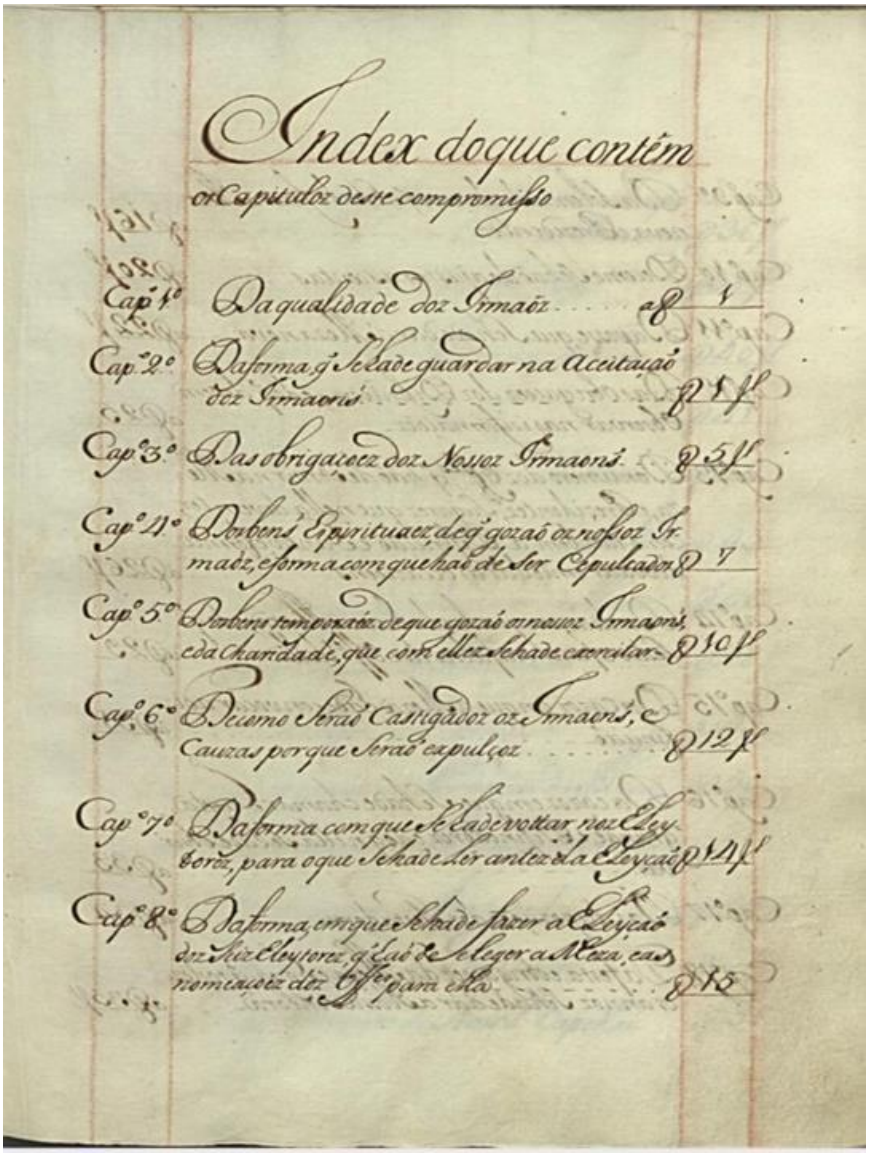


Imagem 1: Contra capa do Compromisso utilizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco de Xavier de Itaguahy.

Fonte: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy. p. 13.



Index do que contém
os Capitulos desse compromisso

Cap.º 1.º Da qualidade dos Irmãos ... 8 1
Cap.º 2.º Da forma q.º se ha de guardar na Aceitação dos Irmãos ... 8 1 f.º
Cap.º 3.º Das obrigações dos Nossos Irmãos ... 8 5 f.º
Cap.º 4.º Dos bens Espirituaes de q.º gozão os nossos Irmãos, e forma com que hão de ser Sepultados 8 7
Cap.º 5.º Dos bens temporaes de que gozão os nossos Irmãos, e da Charidade, que com elles se ha de exercitar 8 10 f.º
Cap.º 6.º De como serão Castigados os Irmãos, e Cauzas porque serão expulsos ... 8 12 f.º
Cap.º 7.º Da forma com que se ha de voltar nos Eleytores, para o que se ha de ser antes da Eleyção 8 14 f.º
Cap.º 8.º Da forma em que se ha de fazer a Eleyção dos Six Eleytores q.º hão de eleger a Meza, e as nomeações dos Off.es para ella ... 8 15

Imagem 2: Index dos capítulos do Compromisso utilizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy.

Fonte: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy. p. 19.

Estes compromissos seguiam um padrão, eram documentos oficiais que no período da colônia eram apresentados ao rei e no período do império, ao Presidente de Província, por meio de Assembleia Legislativa Provincial. As Ordens de Compromisso das irmandades brasileiras, em especial, as de negros, possuíam a mesma apresentação oficial. Pautavam-se nos estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa.

Neste compromisso adotado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy encontramos os cargos administrativos que nela

existiram e quem podia ocupá-los. Havia os cargos de tesoureiro, escrivão, juízes e juízas, assistente de juiz, procurador, secretário, assistente do secretário, pároco da irmandade, enfermeiro, os mordomos da mesa, os mordomos da capela, o apontador, o capelão e o andador. Ficava a cargo do procurador da irmandade receber e constatar a veracidade dos documentos apresentados pelos pretendentes à membros; o pároco era responsável pelo trabalho pastoreio da irmandade, todas as questões espirituais eram levadas a ele, também era responsável por de ensinar, santificar e governar a vida espiritual dos irmãos. O andador era uma espécie de "obreiro", fazia de tudo desde comunicar aos membros sobre as reuniões e horários até a manutenção da irmandade.

De maneira geral, os compromissos parecem ter tido uma base única, seguindo os moldes das primeiras associações leigas que surgiram na Europa. O que poderia ocorrer eram algumas pequenas alterações para melhor se adequar as condições locais impostas a irmandade.

O Livro das atas da Irmandade de N.S. do Rosário da Freguesia da Villa de Itaguahy é um documento de 612 páginas que descreve detalhadamente o dia-a-dia dos irmãos do rosário entre os anos de 1846 a 1858, nele encontramos os rituais fúnebres, as missas, as festas, as cartas de aceitação de membros, documentos de compra e venda de escravizados – que se faziam necessários caso o pretendente a membro fosse cativo –, a lista de membros e suas origens.

A produção historiográfica brasileira referente às irmandades de africanos e seus descendentes é extensa e abrange uma gama de abordagens com diferentes focos. Podemos perceber facilmente que estes estudos possuem um caráter regional.

João José Reis[84], por exemplo, historiador especialista em escravidão no Brasil, tratou em seus trabalhos de irmandades negras no nordeste brasileiro mais especificamente na cidade de Salvador, Bahia. Reis estudou quais nações africanas possuíram maior expressão no interior das irmandades de leigos no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

No Rio de Janeiro, Mariza de Carvalho Soares[85], observou os negros devotos à Santo Elesbão e Santa Efigênia e, se dirigiu para os mesmos caminhos que Reis, defendendo uma divisão entre os grupos de procedência que agregariam-se em

[84] REIS, João José. *A morte é uma festa:* Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
[85] SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor:* Identidades étnicas e religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

associações específicas. Julita Scarano[86] que trabalhou com o Distrito Diamantino, em Minas Gerais, escreveu sobre a diversidade de grupos étnicos no interior das irmandades negras.

Já Cláudia Mortari[87] e Maristela Simão [88]o que trabalharam com irmandades negras em Santa Catarina e Antônia Quintão[89], em São Paulo, não percebem esse fenômeno e abordam em seus trabalhos questões distintas da temática de identidade étnica.

Os trabalhos de Mariza de Carvalho Soares: Devotos da Cor: Identidades étnicas e religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro e Escravidão africana e religiosidade católica, Rio de Janeiro - século XVIII nos mostra o emaranhado que é a sociedade do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. Para a autora, as redes de sociabilidade estão extremamente interligadas e torna-se impossível produzir qualquer tipo de material historiográfico sobre o tema sem se dar conta desta fusão e para, além disso, Soares acredita ser essencial utilizar essas conexões para reconstruir os caminhos trilhados no passado e assim podermos lançar sobre ele reflexões. Para Maristela Simão, analisando o escravizado membro de uma irmandade percebemos seu papel como agente social, sua devoção para além de um ato religioso é carregado de luta e resistência:

> Não podemos escapar do binômio escravidão-liberdade nas variadas relações, observando um conceito ampliado de resistência, fazendo-nos pensar sobre os fundamentos das múltiplas variáveis presentes no relacionamento entre senhores, cativos, libertos, libertandos, "homens livres de cor" e de certa forma toda a população, acompanhando os discursos que dão pouco relevo a escravidão como fenômeno estrutural e a ressignificam alicerçados em conceitos mediadores como, por exemplo, experiência, memória, grupos sociais, cultura e cotidiano. (SIMÃO, 2010. p.17.)

Simão contribui para este projeto como uma especialista nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no Brasil, em seus trabalhos Lá vem o dia a dia, lá vem a Virgem Maria, agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880) e As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII a autora aborda a pluralidade presente dentro das irmandades do rosário e, lança um olhar sob o indivíduo,

---

[86] SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII:* São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

[87] MORTARI, Cláudia. *Os homens pretos do Rosário:* Um estudo sobre a Irmandade do Rosário. Dissertação de Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS, Porto Alegre, 2000.

[88] SIMÃO, Maristela. *Lá vem o dia a dia, lá vem a Virgem Maria, agora e na hora de nossa morte:* A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880). Itajaí, SC: Casa Aberta, 2008.

[89] QUINTÃO, Antônia. *Irmandades Negras:* outro espaço de luta de resistência (São Paulo 1870-1890). São Paulo, Annablume: Fapesp, 2002.

como agente social que dribla cotidianamente o sistema através das ferramentas a ele dadas. As irmandades do rosário, muito difusas no Brasil, nos mostram formas de resistência e de inserção social que o escravizado encontrava para se manter e se aproximar da liberdade.

Dito isso, fica evidente a importância de todos estes trabalhos, para compreender o estudo sobre Irmandades no Brasil, no sentido de perceber suas singularidades, diferenças e semelhanças

Referências:

BARROSO, Maria Alice. *Para uma história do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

BASTIDE, Roger. Os dois catolicismos. In: *As religiões africanas no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Ed. USP, 1971.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. *Repensando o Sincretismo: Estudo sobre a Casa de Minas.* São Paulo: EDUSP; São Luiz: FAPEMA, 1995.

HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MELLO E SOUZA, Marina de. Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. *Afro-Ásia*, n. 28, 2002, p. 125.

MORTARI, Cláudia. *Os homens pretos do Rosário: Um estudo sobre a Irmandade do Rosário*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, 2000.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII.* São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Rubens Alves da. *Negros Católicos ou Catolicismo Negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no congado mineiro.* Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII.* Itajaí, SC: Casa Aberta, 2010.

SIMÃO, Maristela. *Lá vem o dia a dia, lá vem a Virgem Maria, agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880).* Itajaí, SC: Casa Aberta, 2008.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidades étnicas, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Como os jovens percebem o passar do tempo: conversas na escola

Elisa Defelippe
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Luís Reznik
Bolsista CAPES

Introdução

Esta comunicação faz parte da minha pesquisa de doutorado, em processo de escrita, que objetiva entender como jovens entre 15 e 17 anos, de diferentes realidades socioeconômicas, percebem o tempo passar. Concordo com Martino quando afirma que

> [...] pensar sobre o tempo leva o ser humano até os limites de sua mente. O motivo não é difícil de entender: estamos lidando com algo que simplesmente não pode ser visto, sentido, cheirado, provado ou escutado. Não conseguimos colocar o tempo sobre as lentes de um microscópio para estudar suas características e não temos sequer como capturá-lo para compreender a sua estrutura. (MARTINO 2022, p. 141)

O *tempo* é um fenômeno interdisciplinar, complexo e que permite infinitas abordagens, ainda que não possamos cheirar, provar, sentir, ver ou escutá-lo. A minha pesquisa busca dar materialidade ao tempo a partir do olhar de uma professora de História. Por isso, elaborei algumas atividades pedagógicas que foram agrupadas em dois ou três encontros que chamei de Oficinas. Tais oficinas foram/serão realizadas em 10 instituições diferentes, sejam elas escolas da rede pública e da rede privada de ensino, sejam unidades cumprimento de medidas socioeducativa, com jovens cuja escolarização possui muitas lacunas. Assim, temos um espaço amostral de relativa diversidade.

Importante elucidar que não existe nenhuma intenção em categorizar ou hierarquizar os participantes, nem de chegar a conclusões que limitem a definir que determinados sujeitos entendem o *tempo* de determinada maneira a partir desta única experiência de pesquisa: as minhas oficinas. Certamente se as mesmas atividades fossem realizadas em outros momentos da vida dos mesmos participantes, acredito que poderiam existir outros resultados. A ideia é, a partir de um recorte específico e metodologicamente delimitado, dar materialidade à maneira como jovens lidam com o passado, presente e futuro, assumindo um significativo aspecto do tempo: os limites entre a efemeridade e o eterno. E refletir sobre essas produções a luz de autores da teoria e do ensino de História.

Para esta comunicação, selecionei analisar os dados obtidos na Oficina Piloto, realizada em agosto de 2023, quando testei a metodologia da pesquisa. Nela foram

organizadas diferentes dinâmicas envolvendo os jovens e as suas memórias (passado) e projetos (futuro) a partir de um roteiro pré-estruturado. As atividades foram baseadas em alguns objetivos fundamentais comuns, disponíveis a seguir. Os roteiros se pautam na possibilidade desses jovens:

I. acessarem o passado com maior/menor disponibilidade, isto é, se são capazes de relembrar memórias com facilidade, se possuem intimidade com o passado.

II. projetarem o futuro com maior/menor facilidade, isto é, se eles fazem planos de médio ou longo prazo e se esses futuros têm pontos comuns ou pontos divergentes entre os grupos.

III. possuírem uma visão pessimista/otimista do passado e do futuro[90].

IV. viverem um presente curto ou um longo presente[91].

V. perceberem ruptura entre o passado e o presente e se isso acontece de forma crítica.

VI. acreditarem que em alguma medida o passado reflete o presente, e, em qual medida o passado deve ser respeitado ou deve ser modificado.

VII. entenderem que o futuro pode mudar ou que ele está posto.

VIII. se entenderem enquanto agentes históricos, isto é, entenderem que fazem parte dos processos de mudanças da história.

IX. possuírem diferentes estímulos para pensar sobre o passado e futuro. É possível mensurar a cultura histórica que os envolve[92]?

As conclusões desta comunicação serão pautadas, justamente, nesses objetivos. Por questão de espaço, será analisada apenas primeira atividade da Oficina Piloto: a elaboração das linhas do tempo das próprias vidas.

Os participantes da Oficina

A Oficina Piloto ocorreu em uma escola particular localizada no bairro da Tijuca, que pertence a uma rede de colégios que atende a um público de alto poder aquisitivo com foco voltado para as provas de vestibulares. A escolha dos participantes foi voluntária e espontânea: eu passei em todas as turmas 2º ano do Ensino Médio do colégio, expliquei a pesquisa e convidei aqueles que quisessem/pudessem participar. Algumas

[90] Por questão de espaço, em outros momentos que não este artigo, será feita uma discussão teórica sobre a ideia de futuros otimistas, que podem ou não podem ser modificados a partir das obras de GUMBRECHT (2016), KRENAK (2020, 2022) e FREIRE (1967, 1996)

[91] Também em outros momentos será feita uma discussão entre presentismo (HARTOG, 2003) e atualismo (ARAUJO, PEREIRA, 2016).

[92] (SANCHEZ, 2008)

semanas depois, combinamos data e horários no contraturno das aulas e começamos a pesquisa. A escola disponibilizou uma sala com ar-condicionado, internet e carteiras, o que tornou a realização das oficinas muito confortável.

Três encontros se sucederam, sendo que o Encontro 1 contou com a participação de 12 jovens; o grupo era formado por 6 rapazes e 6 moças que possuem entre 16 e 17 anos. Todos cursavam o 2º ano do Ensino Médio e começaram a frequentar a escola desde a idade adequada (5 anos) ou até mesmo antes dela.

10 deles/as responderam que tiveram aulas de História desde o 1º ano do Ensino Fundamental. Apenas duas participantes sinalizaram ter tido alguma interrupção das aulas de História ao longo de suas trajetórias escolares. Essas duas participantes fazem parte de um projeto que oferece bolsa de estudos para que estudantes de escolas públicas possam cursar o Ensino Médio em escolas particulares. Isso significa que essas duas jovens estudaram em escolas da rede pública até o ano anterior à realização dessa pesquisa.

Apesar desta significativa diferença, todos os participantes da Oficina Piloto possuem trajetórias escolares bem definidas, sem interrupção dos estudos ou repetência, em outras palavras, possuíam bastante intimidade com a rotina escolar. 3 participantes alegaram já terem trabalhado, mas a renda da família não dependia diretamente disso. Por fim, quase todos pretendem cursar uma universidade específica, só uma ainda está em dúvida em qual.

Dos 12 participantes, 9 se identificavam como brancos, 2 como negros (sendo uma parda e uma negra) e 1 como amarela. De fato, esta participante nasceu na China e não domina completamente o português. Apesar de ser bastante interessada (tanto que participou dos três encontros) ela tinha muita dificuldade com o idioma e precisou usar aplicativos de tradução para realizar as tarefas.

Todos os participantes moram em bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (a maioria deles na Tijuca). Alguns desses bairros eram mais distantes, mas ainda assim possuíam água encanada, eletricidade e rede de esgoto em suas residências. Para fins de pesquisa, é preciso assumir que esse grupo é formado por jovens que estudaram em todas as etapas da vida escolar, desejam cursar universidade e em sua maioria não trabalham. Como a convocação da pesquisa é voluntária e feita para todos os estudantes, esse grupo se mostrou bastante diverso entre si[93]. A maioria pertencia a classe média alta,

[93] No planejamento, os grupos focais participantes deveriam ser parecidos entre si, isto é, ter vivências escolares e socioeconômicas próximas. No entanto, desde a Oficina Piloto ficou demonstrado que isolar os grupos seria inviável diante de uma convocação voluntária de participação. As exceções passaram a ser

estudam toda a vida em escolas particulares e moram próximo à escola. No entanto, existiram algumas participantes que vieram de famílias mais pobres, moram mais distante da escola, já trabalharam, se preocupam com a renda familiar. Uma participante nasceu em outro país e não domina completamente o português. Esse perfil diversificado do grupo foi muito interessante para a pesquisa, principalmente por ser a Oficina Piloto.

A Linha do tempo da própria vida: um reflexo do tempo vivido

Ainda que o *tempo* seja uma categoria cotidiana, isto é, presente nas tarefas mais básicas do nosso dia a dia, "capturá-lo" para fins analíticos não é uma tarefa fácil. Parto do princípio de que o esforço em cronologizar a própria vida, através de uma linha do tempo, seja uma maneira de dar contorno ao *tempo*.

A habilidade em lidar com o tempo não é inata; ao longo de sua existência, os seres humanos ampliam tal competência. Elias (1998) apontou a construção das noções de tempo como um fator de civilização de uma sociedade. Quanto mais complexa a sociedade, menos dependente do tempo da natureza é, e, consequentemente, mais recursos desenvolveu para lidar com o *fluxo do devir*. O tempo é, portanto, uma construção social, de fora para dentro, dos adultos para as crianças, do coletivo para o individual.

À medida que o ser humano cresce em sociedade, vai aprendendo a fazer marcações e assim, metrificar o tempo. Segundo Martino (2022) não existem pontos fixos no fluxo do tempo, apenas aqueles criados por nós. Para essa pesquisa, foi pedido que os jovens elaborassem uma *linha do tempo da própria vida*, uma espécie de resumo do que já viveram. Pedi que registrassem, no mínimo, 3 marcos do passado, 1 marco do tempo presente e 3 projeções de futuro. Foi pedido, portanto, que fossem criados "pontos fixos" que permiissem mensurar distâncias entre fatos (escolhidos por eles mesmos) e assim criar um enredo sobre a própria vida.

Acredito que, ao pedir que jovens materializassem no papel um resumo de sua vida através de um instrumento comum ao ensino de História chamado "linha do tempo", criamos, pois, uma oportunidade de escrita autobiográfica. Isso porque identifico essa atividade como um dos elementos do que Leonor Arfuch (2016) define como "espaço biográfico".

---

comuns e por mais que existam significativas aproximações, existem particularidades que trazem diferenças para o grupo que não atrapalham o resultado da pesquisa, mas me fizeram repensar a metodologia.

> [...] não somente o conjunto de gêneros consagrados como aqueles do século XVIII – Confissões, biografias e autobiografias, memórias, diários íntimos, correspondências –, gêneros que marcaram a emergência do sujeito moderno e afirmação do individualismo no ocidente, como também a sua enorme expansão contemporânea em formas híbridas, estilos e suportes das mais variadas espécies: entrevista, testemunho, autoficção, show televisivo, o documentário subjetivo, e por certo a crescente exibição nas redes sociais (2016, p. 238).

Nesse sentido, reafirmo, portanto, que, para o ensino de História, o uso pedagógico da linha do tempo da própria vida deve ser entendido dentro do escopo do espaço biográfico, já que é uma maneira de refletir sobre o *tempo vivido*. Nas palavras de Gonçalves,

> [...] ao construir uma linha do tempo sobre a história de sua vida, os estudantes indicam e enumeram, por meio de datas, determinados acontecimentos. Ao estabelecer divisões sobre essa linha do tempo, uma periodização então é construída, promovendo exercícios de análise que agrupa, por critérios variados, um conjunto de vivências em uma etapa, o período. (Gonçalves, 2019, p. 185)

Assim, foram criadas oportunidades para que aqueles jovens refletissem sobre a sua própria existência, estabelecendo momentos que eles considerassem relevantes a ponto de serem registrados e narrados. Cabe destacar que, sobre o ato de pensar a própria existência, Gonçalves afirma que sempre há espaço para o provisório. O que se entende hoje, o que é atribuído valor hoje, pode não ser tão marcante em um outro momento. Afinal, os marcos, os períodos e as fases não são lembrados e narrados retrospectivamente de uma única maneira. Aquilo que foi selecionando como relevante em uma fase da vida pode não ser tão importante ao ser pensado em outra época, a partir de novas vivências e premissas. Os marcos (ou pontos fixos no fluxo do tempo) são, portanto, provisórios.

A linha do tempo é um instrumento que baliza o tempo, pois também nos permite, em maior ou menor medida, perceber a maneira como os sujeitos se sentiram em determinado período da vida, como será possível atestar em algumas das linhas do tempo dessa pesquisa. Essa ferramenta é, pois, uma maneira de cronologizar a própria existência dando forma ao tempo vivido ou tempo biográfico, fundamental para desenvolver o pensamento histórico. Criar momentos de reflexão como esses é um dos principais pontos dessa pesquisa, pois

> Na memória do vivido constata-se uma intuição da duração, da sucessão, da simultaneidade temporal, da relação entre o presente, passado e futuro, categorias de pensamentos nas quais o vivido se torna incompreensível. A ideia da associação temporal que, por sua vez, é solidária a ideia da causalidade, estabelece uma relação entre o antes e o depois, sendo os eventos dependentes ou independentes uns dos outros. Portanto, antes de ser um tempo concebido ou histórico - pensado a partir de operações que o retiram da "ordem natural"

> -o tempo é, pois, vivido e refletido pelos homens, no seu cotidiano. (SIMAN, 2005, p. 117)

Reflexões sobre as linhas do tempo pesquisadas: uma possibilidade de análise

Primeiramente era preciso mensurar se aqueles jovens eram familiarizados com este instrumento pedagógico tão comum no ensino de História. E eram. Digo isso porque, mesmo sem que eu tenha pedido, eles acharam importante organizar os marcos em ordem cronológica, isto é, os marcos escolhidos para pontuar a linha do tempo respeitavam a ordem que aconteceram e não a ordem que eles lembravam de o fato ter acontecido.

Isso porque segundo Koselleck (2012), as recordações formam extratos de tempos superpostos. O autor faz, inclusive, uma analogia com a centrifugação de uma máquina de lavar. As memórias estão ali, misturadas e, à medida em que lembramos, vão se separando, se organizando. É significativa a análise que ele faz sobre o passado não estar organizado de maneira cronológica na cabeça de qualquer pessoa; logo também não está na cabeça dos jovens desta pesquisa e a elaboração da linha do tempo da própria vida torna-se uma ocasião para organizar memórias embaralhadas. Afinal,

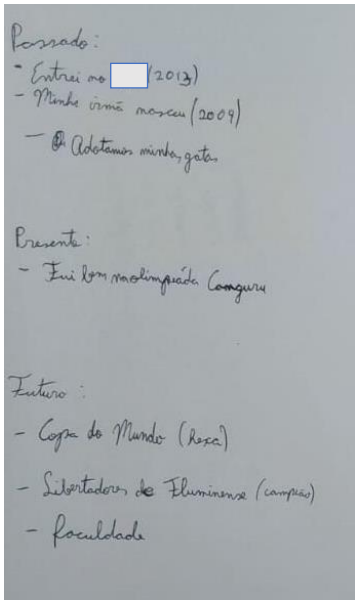
> [...] cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos, ela não cria a continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado. Utilizando uma imagem, pode ser comparada ao olho mágico de uma máquina de lavar, através do qual de vez em quando aparece esta ou aquela peça colorida de toda a roupa que está contida na cuba. (KOSELLECK 2012, p. 312)

Quando pedi que organizassem a vida em uma linha do tempo, existiu um esforço mental em transformar essas lembranças soltas e desordenadas em um enredo cronologicamente mensurável. Afinal,

> [...] só conseguimos compreender a relação entre os acontecimentos se eles forem organizados em relação uns aos outros no tempo. Algo foi antes, isso foi depois, aquilo aconteceu durante outra evento. Começamos a perceber fatores fundamentais como causa e efeito. (...) Nos sonhos, por exemplo, essa relação de causa e efeito não precisa necessariamente existir, e as coisas podem acontecer aparentemente sem nexo em termos de espaço e tempo. (MARTINO, 2022, p. 143)

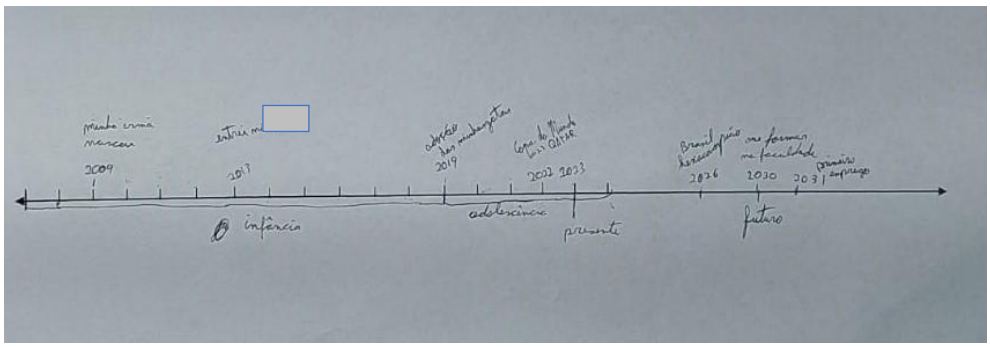
Nos sonhos, assim como em nossas lembranças, os acontecimentos não estão cronologicamente organizados. Numa linha do tempo, no entanto, deveriam estar. Vamos observar a linha do tempo de Milton[94], 16 anos:

[94] Todos os nomes foram trocados para manter o anonimato.



Milton, 16 anos –

Este é um exemplo de uma linha do tempo fora do "formato esperado". Não só porque não fez uma "linha" como também porque ele foi ó único participante que acomodou o passado sem respeitar a ordem cronológica dos fatos. Já que "entrei no XX" aconteceu em 2013, ou seja, depois que "minha irmã nasceu", fato que aconteceu, em 2008. A certeza de que ele conhece o "formato esperado" se deu porque ao pedir que a linha do tempo da própria vida fosse refeita no Encontro 3[95], com uma linha e marcos já previamente desenhados no papel, Milton não demonstrou qualquer estranhamento.



Linha do tempo refeita no Encontro 3.

[95] A princípio, com objetivo de entender se participar da Oficina teria contribuído para reativar memórias, pedi que os jovens refizessem a linha do tempo no último encontro. Assim, analisando uma ao lado da outra, perceberia alguma mudança significativa, isto é, se informações foram incluídas ou retiradas. No entanto, as linhas do tempo pouco mudaram ao longo da Oficina Piloto, como atesto aqui com as de Milton. Por isso, decidi só usar esse recurso (fazer e refazer a atividade) com jovens que desconhecessem o recurso linha do tempo ou que tivessem muita dificuldade em lembrar do passado ou projetar o futuro, o que não aconteceu nem com Milton, nem com nenhum outro participante deste grupo.

Para esse grupo que era muito engajado e falava bastante, até porque, no primeiro encontro eram 12 participantes, um comando tão objetivo gerou certa ansiedade e muitas dúvidas. Percebi que eles ficaram muito preocupados em entender o que era o presente, até onde era passado... Uma certa necessidade de dar conta da discussão teórica do que é o presente, até onde ele vai, o que eu considerava presente. Falas, como: *Presente é hoje? Ou esse ano?* Ou *Por exemplo, o tempo que eu estou nessa escola, tem 2 anos. Isso pode ser o presente? É difícil o presente ter acontecido e eu ainda estar dentro desse marco.* Por fim: *2022 é presente?* Essas questões me lembraram as reflexões de Martino, quando afirma que

> [...] as três principais categorias que utilizamos para dividir o tempo, passado, presente e futuro, decorrem dessa dificuldade de perceber sua passagem. Precisamos de limite para situar os eventos, e nomeamos os intervalos de acordo com a sua relação com um presente, ou que imaginamos ser o "presente". Como só conseguimos ver o tempo de dentro, vivemos em um eterno presente, e apenas enquanto ficções da memória na imaginação podemos ter uma ideia de fatos passados ou eventos futuros. (MARTINO, 2022, p. 1389)

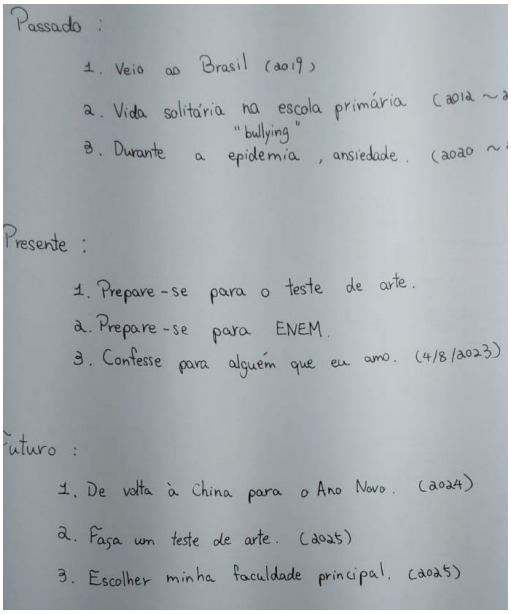
É difícil mesmo delimitar o que é o presente porque ele é justamente a categoria que vivemos por essência. Mas percebo que essas e tantas outras questões que aqui eu entendo como tendo a pretensão de dar conta da "teoria da História dentro da pesquisa" demonstram, para mim, a intimidade que esse grupo possuía em refletir, elaborar questões filosoficamente falando. E também certa curiosidade em supor quais são as minhas pretensões com a pesquisa.

Posso afirmar que esse grupo não teve qualquer dificuldade em lembrar de situações do passado para registrar em suas trajetórias de vida. Como alguns se conheciam há bastante tempo, ficaram discutindo e elaborando a data exata de algum marco que partilhavam, como, por exemplo, a data que um deles entrou na escola. E faziam isso utilizando recursos da matemática, contando os anos com o auxílio dos dedos das mãos, mas também a partir de recursos da memória[96] em si, de uma lembrança que partilhavam, de um marco comum a todos, afinal, se conheciam há muito tempo e possuíam lembranças construídas coletivamente. E ali disputadas.

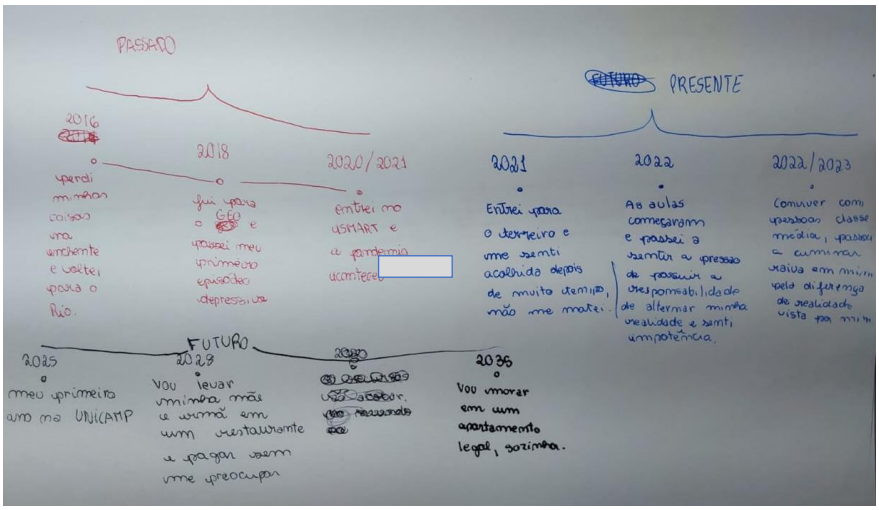
Observando as linhas do tempo como um todo é possível observar como os marcos do presente, do passado e do futuro estão igualmente distribuídos no papel, isto é, não atribuem mais marcos a uma das dimensões específicas do tempo – passado, presente ou

[96] Na tese serão feitas reflexões sobre memória, mas nessa comunicação, por conta de espaço, foram cortadas.

futuro. Ainda que o comando da atividade tenha pedido, no mínimo, 3 marcos do passado, 1 do presente e 3 do futuro, os participantes da Oficina Piloto foram capazes de relembrar memórias com facilidade, possuíam bastante intimidade com o próprio passado, assim como em projetar o futuro, o que pode ser demonstrado em linhas do tempo com marcos distribuídos por toda ela[97]. Os dois desenhos a seguir exemplificam isso que estou tentando explicar.



Ana, 17 anos.



Livia, 16 anos

[97] Isso pode parecer óbvio, mas ainda que o comando tenha sido o mesmo, não foi o que aconteceu em outros grupos que participaram da pesquisa, que não serão aqui analisados.

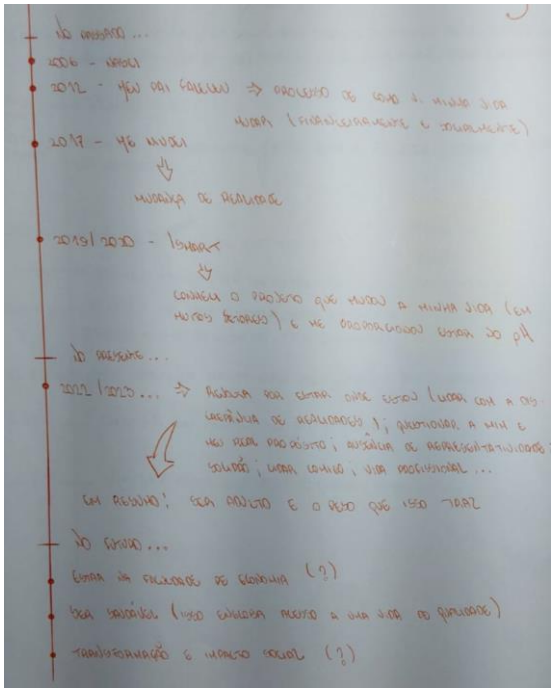
A distribuição estética dos marcos, no sentido da forma mesmo, reforça que não houve a valorização de uma das dimensões do tempo. Tanto para Lívia quanto para Ana, foi possível, sem grandes dificuldades, relembrar momentos do passado, assim como projetar futuros possíveis.

No geral, as linhas do tempo tiveram como "marcos do presente" informações bem diretas relacionadas ao cotidiano escolar, como: "fui bem na Olimpíada Canguru", "Prepara-se para o Enem", "viajei sozinha para o exterior com a escola", entre outros, nesse sentido. A linha do tempo de Alice, acima apresentada, reforça essa ideia.

Algumas jovens, também escolheram disponibilizar informações mais pessoais, como "Confessei para alguém que eu amo"; "Entrei em uma escola onde a maioria das pessoas não entende a minha realidade. Mas encontrei boas amigas"; algumas delas com bastante detalhes, como: "revolta por estar onde estou (lidar com as discrepâncias de realidades), questionar a mim e meu real propósito, ausência de representatividade, solidão, lidar comigo, vida profissional, em resumo ser adulto e o peso que isso traz"; "entrei no terreiro e me senti acolhida depois de muito tempo, não me matei. As aulas começaram e passei a sentir a responsabilidade de alternar minha realidade e senti impotência. Conviver com pessoas classe média passou a ruminar raiva em mim pela diferença de realidade vista por mim".

Nem todas as linhas do tempo possuem relatos íntimos e carregados de informações e sentimentos. Algumas são bem objetivas. Outras, no entanto, refletem uma maneira de pensar o tecido da vida, marca do tempo biológico. Nesse sentido, os desenhos aqui apresentados endossam o que Martino pensa quando diz que

> [...] quando nos lembramos de algo ligado ao tempo biográfico, evocamos emoções e afetos. Em geral, não lembramos sempre dos fatos como aconteceram, mas, sobretudo, de nossa relação com eles, a maneira como eles nos afetaram, nossa opinião a respeito ou algum episódio particularmente interessante. (MARTINO, 2022, p. 157)



Susana, 16 anos – No passado: “meu pai faleceu”, “meu mudei” e “comecei um projeto que mudou a minha vida”. No presente: “revolta por estar onde estou”. No futuro: “entrar na faculdade de economia”, “ser saudável” e “transformação e impacto social”.

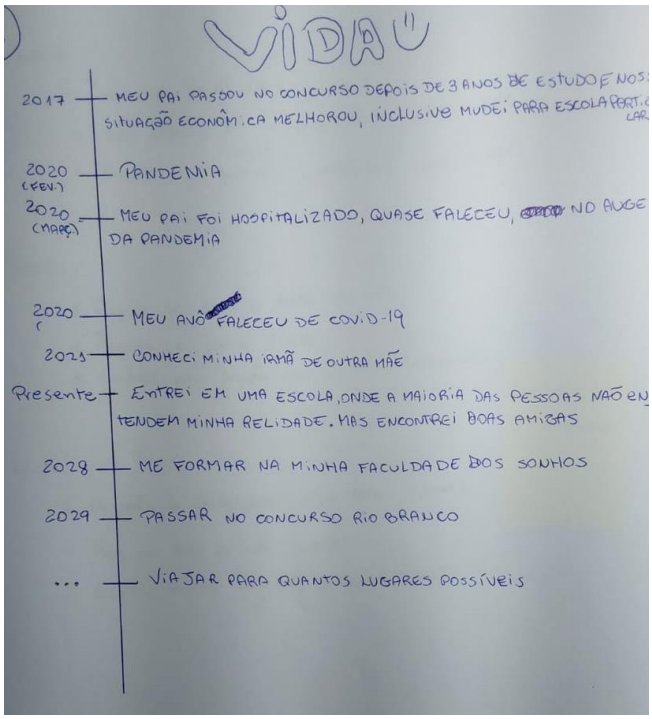
As linhas do tempo de Lívia e Susana apresentam presentes bastante duros para essas duas jovens. A alternância de realidades, isto é, não se sentir pertencente a mesma classe social que os outros alunos da escola trouxe muito sofrimento para elas. São também presentes carregados de passado. Para elas, o peso da diferença da realidade atual (frequentar uma escola de classe média) diante de um passado diferente (frequentar uma escola pública) gerou bastante “revolta” e “raiva” usando as palavras delas. Para além da tristeza em ler o sofrimento que elas sentem, me mobiliza a disponibilidade em falar sobre eles. Falas como “o peso de ser adulto” e “não me matei” são importantes para visualizarmos o sofrimento que “mudar de fase” pode representar na vida daquelas jovens. Amadurecer, de fato, não é fácil. Mas pode ser bastante desafiador para aqueles que pertencem às classes populares.

> O tempo biográfico pode ser definido como associação entre os acontecimentos de nossa vida e o momento cronológico no qual ocorreram. A vida, no tempo biográfico, não está dividida necessariamente em anos, mas em episódios, como os de uma série; mantendo a comparação, chegamos a ter temporadas, algumas mais interessantes, com finais mais ou menos felizes - e momentos de transição para as próximas sequências. (Idem p. 151)

Se os “marcos do presente” são parecidos porque se relacionam com o cotidiano escolar, os “marcos do passado”, revelam evidentes diferenças entre as linhas do tempo

do grupo. É claro que existiram alguns marcos que se repetiram, como: “minha irmã nasceu”, “entrei para a escola” e “adotei meu cachorro”... Um passado “relativamente ameno” e com marcos que muitos viveram, como frequentar escola. No entanto, algumas informações pessoalizaram as linhas da vida, como “meu pai foi hospitalizado, quase faleceu de Covid-19” +[98] “conheci minha irmã de outra mãe”, “primeira cirurgia”; “meu pai faleceu – processo de como vi minha vida mudar (financeiramente e socialmente)”; “perdi minhas coisas na enchente e voltei para o Rio + fui para o GEO e passei meu primeiro episódio depressivo”.

Ao analisar essas 12 linhas do tempo é possível perceber muitas semelhanças, mas são informações como: “fazer uma cirurgia”, “conhecer uma irmã”, “ter depressão” que contribuem para entendermos esses indivíduos como únicos. Mais uma vez, me salta aos olhos a disponibilidade de algumas moças em contar para uma desconhecida, aspectos tão pessoais do próprio passado. E, o quanto elas se entendem, se assumem e dominam o próprio passado. E como entendem que algo do passado determina o presente e o futuro.



Lorena, 16 anos

Ainda sobre os “marcos do passado”, por fim, mas não menos importante, me chamou atenção o número significativo de linhas do tempo que começaram seus marcos com mais de 10 anos, ou seja, sem informar qualquer dado sobre a própria infância, como

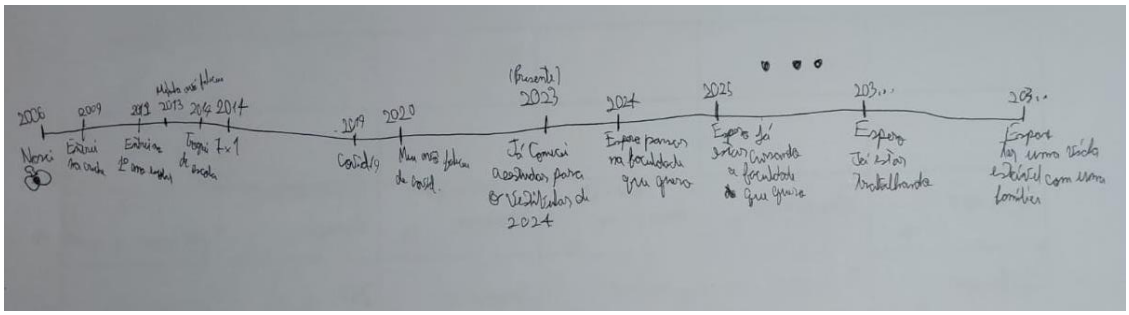
[98] Usarei o símbolo “+” para informar que os marcos foram estabelecidos pela mesma pessoa.

foi o caso da Lorena que começou seus registros quando tinha, aproximadamente, 10 anos. A maioria desses jovens mobiliza, portanto, um passado bem recente para registrar suas memórias.

Quanto aos “marcos do futuro”, todo o grupo seguiu sem ter qualquer dificuldade em projetar o próprio futuro, mas muitos entenderam que por ser uma dimensão que “ainda não aconteceu”, não havia necessidade de datas precisas. As singularidades dentro do grupo também puderam ser percebidas neste momento. Como, por exemplo na linha do tempo da Lívia em que houve a projeção de que, em 2028, ela levaria “a mãe para jantar em um restaurante e não se preocuparia em pagar a conta”.

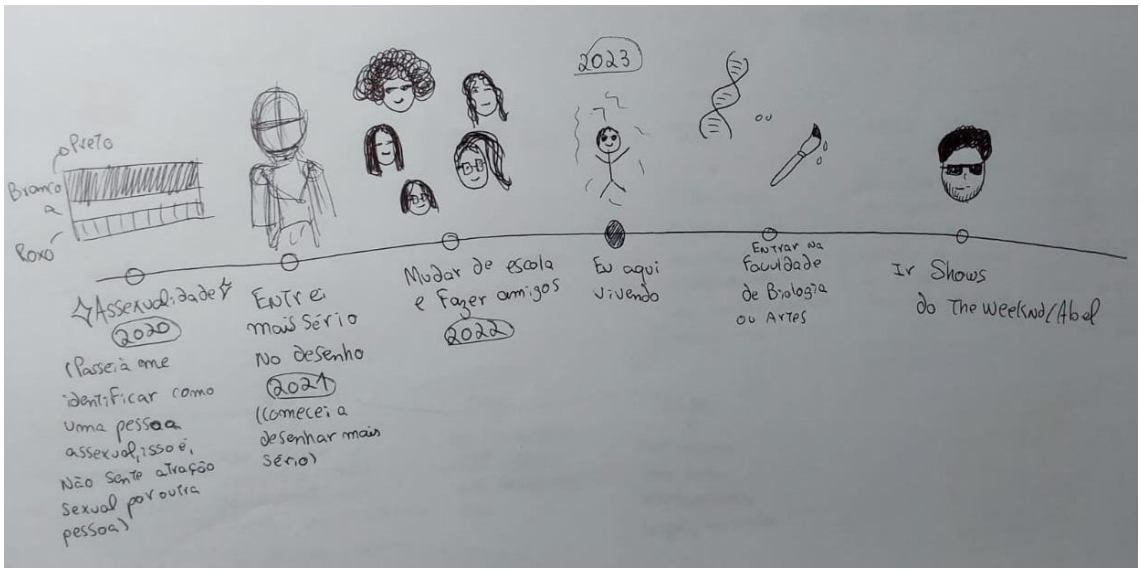
Ainda que existam singularidades destaco algumas projeções de futuro muito próximas. Em 8 linhas do tempo apareceu a ideia de “formar uma família”. Em cinco delas aparecia “trabalho” como futuro. Em todas elas, cursar faculdade, o que me levou a pensar que, mesmo com passados distintos, a experiência de estar em uma escola que aumente as chances de ter uma aprovação no vestibular, de certa forma, aproxima aqueles futuros.

Contudo, o que mais me chamou atenção é a repetição da palavra *estabilidade*[99] ou desdobramentos do que ela representa. “Passar para um concurso”, “se aposentar trabalhando com o que amo” ou até mesmo “vida estável com família” são exemplos de projeções de futuros presentes em muitas dessas linhas do tempo.



Guilherme (16 anos) é um exemplo do que chamei de “triângulo da estabilidade”.

[99] Ainda estou amadurecendo minhas reflexões a fim de melhor me posicionar sobre a ideia de “futuros incertos na segunda modernidade” desenvolvido por Leccardi (2005).



Já Adriana (17 anos) nos revela que no futuro quer “entrar na faculdade de Biologia ou Artes” mas também “ir a shows do The Weekend/Abel”. Nessa linha do tempo destaco o fato dela ter começado em 2020 (um passado bem recente) e informação de cunho pessoal escolhida como “marco do passado”: se identificar como uma pessoa assexual”.

Linhas do tempo como a de Adriana que apresenta projeções que se afastam do “triângulo da estabilidade” (formar família – ter um emprego – ter feito faculdade) quase não aparecem. Destaco 3 marcos: 1) “morar sozinha” (mas diante de um emprego estável), 2) “viajar para quantos lugares possíveis” e “ser saudável (isso engloba acesso a uma vida de qualidade) e transformação” e “impacto social” 3) ir ao show de uma banda. Ao olhar para essas linhas do tempo, fiquei realmente encucada: onde estão os sonhos dessa juventude? Viver é trabalhar e formar família de forma estável?

Conclusões

A linha do tempo da própria vida é uma maneira de materializar aspectos do tempo vivido e do tempo cronológico através de um instrumento gráfico bastante comum no ensino de História escolar. Com o auxílio da matemática, é possível criar nexos causais entre os marcos estabelecidos e assim sustentar um sentido de narrativa histórica. De certa forma, é possível estabelecer relações como antes, depois e durante, com o que é mais curto ou mais longo. Em suma, cronologizar o curso da vida. Segundo Siman,

> postulamos, portanto, que apenas na medida em que oferecemos as crianças oportunidades de tomarem consciência da historicidade de sua própria vida e de relacioná-las a historicidade de sua coletividade que se estará propiciando o desenvolvimento de estruturas mentais e atitudes que acolheram a complexidade da temporalidade histórica. (SIMAN, 2005, p. 119)

Muitas são as possibilidades, mas foi a linha do tempo da própria vida, a ferramenta que escolhi para tentar me aproximar de como jovens de 16 e 17 anos de uma escola privada do Rio de Janeiro e a forma como eles lidam com o tempo. Todos aqueles que participaram da Oficina Piloto conheciam esse instrumento pedagógico, assim como possuíam os conhecimentos matemáticos necessários para calcular as distâncias temporais necessárias entre os marcos e assim, medir o tempo. Não só por isso, mas também por isso, por serem estimulados em suas trajetórias escolares a refletirem sobre o tempo vivido, acredito que não tiveram qualquer dificuldade em acessar o próprio passado, assim como em projetar futuros possíveis.

Apesar do grupo ser formado por pessoas de trajetórias escolares distintas, é possível afirmar que todas as linhas do tempo produzidas possuíam marcos em comum, afinal em muitos aspectos as vidas de jovens que estudam juntos podem mesmo parecer umas com as outras. Esses marcos comuns foram principalmente relacionados à realidade escolar. Existe, no entanto, um limite para essas semelhanças. Alguns participantes registraram em suas linhas do tempo marcos bastante pessoais, o que acarretava histórias marcadas por muita luta e até momentos tristes. Afirmo, portanto, que é sim possível conhecer sobre a trajetória de cada um, ao se debruçar sobre cada uma das linhas do tempo da própria vida feitas para essa pesquisa.

Esses jovens visualizam o próprio futuro de forma bastante promissora, cheia de possibilidades, no sentido de acreditar nas próprias realizações pessoais. Eles entendem que podem modificar o futuro através da conquista dos seus sonhos. Ainda assim, me chamou atenção o fato de concentrarem suas projeções de futuro naquilo que chamei de "triângulo da estabilidade": fazer faculdade, formar uma família e ter um emprego.

Por meio da análise das linhas do tempo desses jovens ficou evidenciado que eles são pessoas capazes de perceber que tanto o passado quanto o futuro são conectados com o presente. Digo isso pois, tanto em suas falas quanto nos seus registros escritos, eles relacionavam as escolhas do presente com feitos do passado e com o que projetavam para o futuro.

Por questão de espaço, não foi possível esmiuçar tantas outras reflexões teóricas. Para não ser demasiadamente superficial, reduzi a bibliografia, na certeza de que, em outras oportunidades, o assunto será tratado com maior complexidade. Além disso, sem outros grupos, essa comunicação perde em qualidade: a comparação traz aspectos importantes para a pesquisa.

12 linhas do tempo foram produzidas durante a Oficina Piloto e fiz uso de todas elas para chegar às minhas conclusões. No entanto, ao longo dessa comunicação, até por uma questão de espaço, fiz referência direta a apenas algumas delas, seja para reforçar argumentos, seja para dar materialidade ao debate aqui travado. Agradeço a todos os jovens pela disponibilidade em me contar um pouco sobre a história de cada um já que, através da escrita de suas histórias de vida, o *tempo* se tornou um pouco mais palpável para nós.

Referências:

ARFUCH, L. Subjetividad, memoria y narrativas: una reflexión teórica y política en el campo de la educación Magis. *Revista internacional de investigación en educación.* Bogotá (Colômbia): Pontificia Universidad Javeriana, v. 9, n. 18, jul./dez. 2016, p. 227-244.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

GONÇALVES, Márcia. Periodização. In: FEREIRA, Marieta; OLIVEIRA, Margarida (Org.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 185-190.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado* – contribuição à semântica dos tempos históricos**.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MARTINO, Luís Mauro. *Sem tempo para nada: como tudo ficou acelerado, por que estamos tão cansados e as alternativas realistas para mudar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SIMAN, L. A temporalidade histórica como categoria central do pensamento histórico: desafios para o ensino e aprendizagem. In: DE ROSSI, V.; ZAMBONI, E. (Org.). *Quanto tempo o tempo tem?* Campinas: Editora Alínea, 2005, p. 109-143.

A Exposição Internacional de 1922 e a modernização carioca na revista *Dom Quixote*

Éricka Delmiro dos Santos
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Maria Letícia Corrêa
Bolsista CAPES

Introdução

As exposições universais, iniciadas no século XIX, tornaram-se eventos culturais e econômicos significativos. Concebidas como plataformas para a apresentação de inovações industriais, avanços científicos e expressões culturais, essas feiras mundiais, começando com a Grande Exposição de Londres em 1851, destacaram o progresso e o poderio econômico das nações. Além de impulsionar a economia e o comércio, promoveram a troca de ideias e influências culturais, contribuindo para a criação de um senso de comunidade global e incentivando a modernização urbana nas cidades-sede.

Esses eventos, ao longo do século XIX, reuniam nações de todo o mundo. Realizadas em locais específicos, as exposições eram divididas em pavilhões temáticos nacionais e internacionais. Cada país apresentava suas contribuições e realizações, destacando suas características culturais e históricas. Muitas exposições também tinham sessões temáticas sobre agricultura, transporte, artes e educação, oferecendo uma visão privilegiada dos avanços da humanidade.

As exposições enalteciam as nações industrializadas e destacavam seus avanços tecnológicos e industriais em contraste com as regiões ainda colonizadas ou dependentes dessas nações. Pavilhões dedicados às culturas da África, Ásia, Américas e Oceania frequentemente exibiam objetos, artefatos e até pessoas em "zoológicos humanos", alimentando o fascínio por culturas vistas como "primitivas".

Essas exibições enfatizavam diferenças culturais e estereótipos eurocêntricos, apresentando indivíduos em trajes tradicionais e cenários construídos para parecerem "autênticos". Esses "espetáculos" refletiam atitudes imperialistas e construíam imaginários culturais duradouros, perpetuando visões distorcidas e paternalistas que influenciaram as políticas coloniais e as relações internacionais dos séculos XIX e XX. Posteriormente, as feiras foram se transformando.

Com a evolução da indústria e o surgimento da classe operária, as exposições progrediram, exibindo artigos e melhorias que faziam parte do quotidiano dos trabalhadores das indústrias, atraindo esse público e impactando não somente as classes burguesas, mas também o operariado.

Expondo o Brasil: tradição e modernidade nas Feiras Mundiais

Desde a Exposição de Londres em 1862, o Brasil participou de todas as feiras universais com o objetivo de atrair investidores, mercado internacional e imigrantes, além de demonstrar estabilidade política, com apoio financeiro de D. Pedro II. O país buscava, ainda, apresentar seus avanços científicos e romper com a imagem exótica e passado escravista e monárquico. No entanto, as participações eram controversas, pois o Brasil ainda era lembrado por suas florestas, agricultura e povos indígenas. Segundo Mônica Martins e Marina Machado, essa percepção fazia parte de uma estratégia brasileira.

> Ainda que procurando explorar sua faceta mais moderna e inserindo-se no ambiente de invenções industriais, ao apresentar-se nas Exposições, o Império do Brasil era rotineiramente lembrado pelas florestas, produtos agrícolas e indígenas. Isso parece ter de fato feito parte de uma proposital estratégia de exibição do Brasil ao mundo.[100] Buscando o reconhecimento a partir de suas riquezas naturais, que decerto despertavam a curiosidade de muitos dos visitantes, em sua primeira participação o Brasil foi representado por suas preciosidades: café, chá, erva-mate, guaraná, arroz, borracha, tabaco, madeira, fibras vegetais, abelhas, algodão e ferro. Completando a lista com os produtos industriais apresentou maquinaria em geral, materiais de estradas de ferro, construção civil, telégrafo e armamentos militares. Para autores como Schwarcz, esses últimos, por sua vez, não despertaram a atenção esperada[101]. O que nos leva a questionar qual seria exatamente a expectativa brasileira ao exibir-se para o mundo uma vez que não se apresentava como nação industrializada e seu potencial se restringia principalmente à produção agrícola e exibição de produtos da flora e fauna brasileira. (MACHADO; MARTINS, 2017, p. 72).

O Brasil, ciente de sua condição não industrializada, não deixou de participar das exposições. De forma inteligente e eficiente, mostrou ao mundo sua importância para a indústria, destacando seus recursos naturais. Nas exposições, apresentou-se como um país com potencial para o desenvolvimento científico com um vasto catálogo de espécies de plantas relevante para as indústrias farmacêutica e têxtil, além de madeiras para construções civis e navais, interessantes para a engenharia e a arquitetura, entre outros, ratificando seu valor. Como ressaltam Martins e Machado na análise da participação do Brasil na Exposição de Filadélfia de 1876, o catálogo de produtos apresentados incluía:

---

[100] CRIBELLI., 2012. *apud* MACHADO; MARTINS, 2017, p. 72

[101] Os dados acerca dos produtos exibidos nas feiras foram apresentados por SCHWARCZ, 1998 *apud* MACHADO; MARTINS, 2017, p. 72

> (...) citando como referência a obra de Von Martius, o texto afirma já serem conhecidas vinte mil diferentes espécies de plantas no Brasil, sendo "(...) inegável, que, relativamente a indústria; medicina; subsistência, e ornamento, ocupa um dos mais distintos lugares, senão o primeiro, no mundo". Seguindo com a descrição da madeira de construção, destaca o vasto uso para fins comerciais na engenharia, na marcenaria e na arquitetura de construções civis e navais, para a qual havia uma ampla variedade. As plantas têxteis foram apresentadas cada uma de acordo com a função que poderiam desempenhar na indústria, reconhecendo-se suas características de resistência, qualidade do fio, dentre outras. (MARTINS; MACHADO, 2017, p. 79-80)

Essas características tiravam o Brasil da zona do atraso, apresentando-o como um país privilegiado, mas as contradições do processo de modernização persistiam. Em 1922, o Brasil, mesmo com essas ambivalências, destacou-se e promoveu a Exposição Internacional da Indústria e do Comércio, com intuito de comemorar o Centenário da Independência do país.

Nas Vitrines do Progresso: A Exposição de 1922 no Rio De Janeiro

A Exposição Internacional de 1922 foi realizada no Rio de Janeiro e teve como propósito a comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Este evento foi um marco na história do país, celebrando as conquistas nacionais e refletindo as transformações sociais, políticas e culturais que moldavam a busca por uma identidade no Brasil no início do século XX.

Desde a proclamação da Independência Política do Brasil, em 1822, iniciou-se um período de construção de novos valores para a nação. Uma série de medidas foram tomadas para resolver problemas relacionados, sobretudo, à saúde pública e ao saneamento básico. No Rio de Janeiro, as reformas urbanas começaram a ganhar destaque no final do século XIX e início do século XX, com o objetivo de transformar a cidade em um modelo de modernidade e higiene.

Durante a administração do prefeito Pereira Passos, foram implementadas grandes reformas que incluíam a demolição de cortiços, a abertura de amplas avenidas, como a Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco), e a construção de modernos sistemas de esgoto e abastecimento de água. Essas iniciativas buscavam alinhar o Rio de Janeiro aos padrões urbanísticos europeus, projetando uma imagem de progresso e civilização para o Brasil no cenário internacional. Destaca-se que:

> O Rio de Janeiro da Belle Époque, a então capital da recém-fundada república brasileira, foi uma das cidades latino-americanas onde a elite dirigente melhor incorporou a urbanização como uma necessidade urgente de uma sociedade que precisava "civilizar-se". As reformas, que em poucos anos redefiniram funções para as áreas centrais da cidade, criaram condições para um novo

> ordenamento espacial com o surgimento de novas zonas de elite na parte sul da cidade. (GRALHA, 2008, p. 76)

Ainda em 1908, o Rio de Janeiro foi palco de uma Exposição Nacional, que comemorava cem anos da abertura dos portos brasileiros para o mundo. O evento visava preparar o Brasil para sua participação na feira Internacional que ocorreria em Bruxelas em 1910 e apresentar a nova Capital Federal, urbanizada, saneada e organizada sob o comando do então prefeito. Seria o primeiro grande evento republicano, que rompia vínculos com o passado colonial. Essas transformações prepararam o terreno para as reformas subsequentes Rio de Janeiro para a Exposição Internacional de 1922, alterando a interação da cidade com o ambiente natural. A construção de novos edifícios e infraestruturas, incluindo a derrubada do Morro do Castelo e o aterramento da orla, modificou a relação dos indivíduos com a natureza e resultou na degradação ambiental. Essas intervenções também incluíram a canalização de rios, a criação de túneis e vias e outras obras que mudaram o cenário da então capital federal.

O Morro do Castelo, localizado no do centro do Rio de Janeiro, marco histórico e simbólico, foi um dos pontos de fundação da cidade, abrigando a povoação e importantes edificações coloniais, como a Igreja de São Sebastião. No início do século XX, entre 1920 e 1922, o morro foi alvo de uma grande obra de urbanização, sendo completamente demolido para dar lugar à Exposição Internacional de 1922. Essa demolição visava modernizar a cidade, melhorando sua higiene e abrindo espaço para novas construções e avenidas, refletindo a ambição do Rio de Janeiro de se apresentar como uma metrópole moderna e desenvolvida.

As transformações urbanas impactaram profundamente a vida da população carioca, resultando em um deslocamento forçado para as periferias da cidade, sem acesso adequado a serviços públicos, influenciando assim a forma como os habitantes da cidade percebiam e interagiam com o território. A demolição de cortiços deu lugar à construção de novas infraestruturas nas áreas centrais, sendo eles espaços comerciais e administrativos. Os preparativos para a exposição em 1922 no Brasil demonstravam contradições relacionadas ao ideal de progresso: de um lado uma cidade moderna e pavimentada; de outro uma cidade insalubre, uma população excluída com condições precária de serviços básicos e essenciais como transporte, iluminação, abastecimento de água e redes de esgoto.

A paisagem carioca foi drasticamente alterada, impactando também o meio ambiente e a interação do homem com ambos. É possível compreender essas interações

a partir das reflexões de José Augusto de Pádua (2010), pois o autor discute a relação homem x natureza sob uma perspectiva histórica e epistemológica, destacando a evolução do entendimento humano sobre o impacto da ação humana no meio natural. Ele aborda a ideia de que a ação humana pode interferir no meio ambiente, inclusive provocando desastres, o que representa uma mudança significativa na percepção da relação entre homem e natureza.

O autor analisa tal relação considerando como essa interação foi percebida ao longo da história e como as mudanças no conhecimento influenciaram essa percepção. Ele enfatiza que, historicamente, a visão predominante era a de que a natureza era um cenário estático, separado da ação humana. No entanto, com o tempo, especialmente a partir do século XX, houve uma evolução no entendimento de que as atividades humanas não apenas afetam, mas também transformam o meio ambiente de maneiras significativas, podendo levar a consequências desastrosas, como a degradação ambiental e a perda de biodiversidade.

Essa mudança de perspectiva se faz relevante, pois implica que o ser humano não é um agente isolado, mas parte de um sistema interconectado no qual suas ações têm repercussões diretas sobre a natureza. O autor (2010, p.92) sugere que essa nova compreensão exige *formas menos dualistas de estudo das relações entre cultura e natureza* promovendo uma abordagem mais abrangente que reconheça a historicidade e a dinâmica da relação entre os sistemas sociais e naturais, reconhecendo e integrando a pluralidade de dimensões naturais e culturais na análise da prática coletiva dos seres humanos.

> O fio da navalha teórico, no caso das ciências sociais, está no reconhecimento dessa pluralidade de dimensões naturais e culturais que, de alguma forma, se resolvem e encontram seu sentido na prática coletiva dos seres humanos. A insistência no dualismo falha em compreender as nuanças de um movimento altamente dinâmico. As pesquisas de campo e as transformações sociais contemporâneas convergem no sentido da busca de teorizações mais abertas. Cada vez se percebe mais a presença da história humana na constituição de paisagens "naturais" (PÁDUA, 2010, p. 94)

As reformas urbanas no Rio de Janeiro ocorridas no contexto da Exposição Internacional de 1922 exemplificam a complexa interseção entre as dimensões naturais e culturais que moldam a prática coletiva dos seres humanos. Como sugere o trecho citado acima, essas transformações não podem ser compreendidas plenamente através de um dualismo simplista, mas devem ser vistas como parte de um movimento dinâmico que integra a história humana na construção das paisagens.

As intervenções urbanísticas impulsionadas pela Exposição, incluindo a demolição do Morro do Castelo e a remodelação do centro da cidade, evidenciam como as práticas sociais, econômicas e políticas se entrelaçam para redefinir o ambiente urbano. Esse processo reflete a busca por teorizações mais abertas, que reconhecem a influência humana na formação das paisagens e a necessidade de considerar as múltiplas dimensões envolvidas na construção da modernidade. Assim, as reformas simbolizam uma profunda reconfiguração das relações entre o homem e o ambiente, evidenciando a inseparabilidade dessas dimensões na experiência coletiva.

O paradoxo da modernidade: A Exposição de 1922 pela lente crítica da revista *Dom Quixote*

Sob o olhar crítico e provocador da revista *Dom Quixote*, considerando neste trabalho o recorte temporal de 1922, a Exposição Internacional foi examinada não apenas como um marco de progresso e modernidade, mas também como um palco onde as tensões entre a tradição e a inovação, entre o nacional e o internacional, se desdobravam de maneira complexa.

A *Dom Quixote* questionou a autenticidade deste progresso, enfatizando essas tensões e explorando como essas modificações refletiram não apenas no progresso urbano, mas também na natureza e da paisagem da cidade. Ao investigar essas perspectivas, busca-se contribuir na compreensão das contradições da modernidade no Brasil do início do século XX e como a intelectualidade carioca se posicionava frente às questões sociais, políticas e culturais da época.

> Simultaneamente ao processo de modernização conduzido pelas elites, modificações eram assinaladas nas diversas relações construídas entre os demais moradores da cidade, os quais também diretamente relacionados tanto com a transformação como com a atribuição de significado ao espaço físico no qual estavam inseridos. Observando tais relações, intelectuais como Lima Barreto, Emílio Menezes e Bastos Tigre escreveram e refletiram sobre o cotidiano da população da cidade do Rio de Janeiro. Problemas sociais, a exemplo da falta de habitação, e o autoritarismo do governo sobre os populares eram temas recorrentes de seus textos irônicos e satíricos. Utilizando-se do humor, eles lidavam com a efêmera realidade carioca – ditada pela experiência do progresso – de forma crítica e irreverente, ousada, provocativa, buscando desequilibrar todas as bases de erudição tradicionais com *"idéias do avesso, de desordem e de confusão"*[102]. O modernismo carioca, em sua vertente humorística, revela-se nas primeiras décadas do século XX através do trabalho vanguardista desses intelectuais. (SANT'ANA, 2008, p. 32-33.)

[102] VELLOSO, 1995, p. 270 *apud* SANT'ANA, 2008, p. 32-33.

A Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro marcou significativamente a modernidade brasileira. Como cidade-sede, o Rio de Janeiro buscava se afirmar como uma metrópole moderna e cosmopolita, refletindo ambições de desenvolvimento urbano. Ao analisar como a revista Dom Quixote representou o evento com humor e ironia, pode-se aprofundar o entendimento sobre como esses elementos visuais capturaram e comunicaram as complexas dinâmicas sociais e urbanas do Rio de Janeiro na década de 1920.

A capa de 5 de abril de 1922, intitulada “A prefeitura aterrada”, pode ser vista sob a ótica das reflexões de Pádua. Ao satirizar esses eventos, destacam-se as tensões e as consequências dessa relação Homem x Natureza, mostrando que a modernização envolveu uma complexa interação entre a tentativa de impor uma ordem humana sobre a natureza e as respostas adaptativas do próprio ambiente.

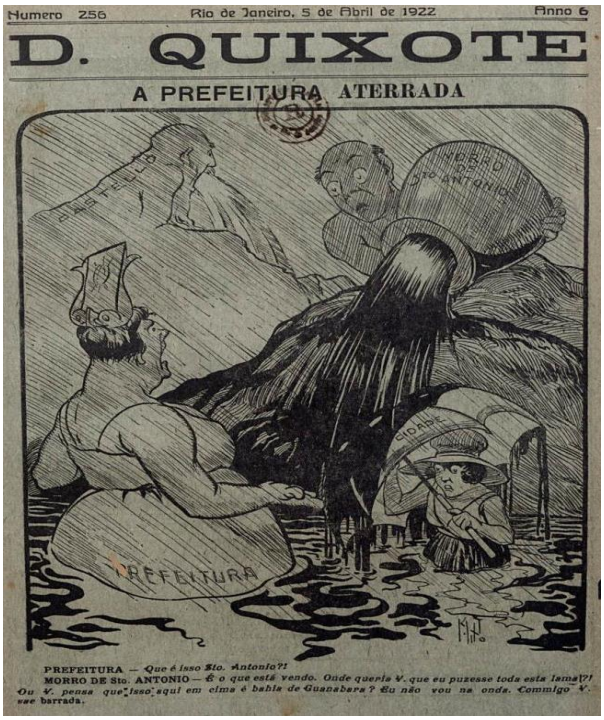


Figura 1: Capa Revista D. Quixote, nº 256, ano 6, abril 1922

A imagem apresenta uma personificação da Prefeitura que aparece como uma figura feminina robusta, gritando em desespero. Esta cena sugere que a prefeitura é incapaz de lidar com os desafios impostos pelas reformas urbanas. Os Morros do Castello e de Santo Antônio são representados como uma figura despejando lama, sugerindo os escombros resultantes das demolições e aterros. A figura feminina com um guarda-chuva marcado "CIDADE" que se protege da lama despejada pelo Morro de Santo Antônio

representa a população do Rio de Janeiro, afetada pelas reformas e demolições realizadas pela prefeitura. Há também um diálogo presente na cena:

> PREFEITURA: – Que é isso Sto. Antonio?!
> MORRO DE sto. ANTONIO: – É o que está vendo. Onde queria V. que eu puzesse toda esta lama? Ou V. pensa que "isso" aqui em cima é bahia de Guanabara? Eu não vou na onda. Commigo V. sae barrada.

A fala do morro reflete um tom sarcástico, insinuando que a prefeitura deveria encontrar um lugar para colocar toda aquela lama, indicando a falta de planejamento ou a imprudência das reformas. A imagem destaca a tensão entre o desejo de modernização e os impactos negativos dessas mudanças, representando a prefeitura como uma entidade mal preparada para lidar com as consequências de suas próprias ações.

Já a capa da revista de 26 de abril de 1922, sob o título "Arranjando a Casa", critica as políticas de organização do evento por parte da cidade.

Figura 2: Capa Revista D. Quixote, nº 259, ano 6, abril 1922

Na imagem, uma casa com uma mulher e dois empregados. Ao fundo, um escudo na parede com "1822 / exposição de 1922". O lustre, com apoio em forma de mulher, alude à república. Metaforicamente, a imagem representa a preparação da cidade para o evento. A mulher simboliza o Rio de Janeiro; a casa, o local do evento; os empregados, os organizadores. A capa tem um dizer narrativo acima: "Emquanto se prepara o recinto da Exposição, a cidade, toda esburacada, e suja permanece em completo abandono. Abaixo da imagem, um diálogo entre os personagens:

> A Cidade: – Tratem de arrumar muito bem a sala de visitas; o que houver de velho e sujo vão pondo nos outros quartos e no quintal...
> Os Creados: – E teremos o cuidado de não mostral-os ás visitas.

No diálogo, a "Cidade" personificada instrui seus "criados" a arrumarem bem a "sala de visitas" – referenciando os espaços públicos e áreas que seriam mostradas aos visitantes, representando a face modernizada e embelezada da cidade. Ao mesmo tempo, a cidade manda esconder tudo que é "velho e sujo" nos "outros quartos e no quintal", simbolizando as áreas da cidade que permanecem negligenciadas, os problemas sociais e de infraestrutura que não se desejava exibir aos visitantes internacionais.

A resposta dos "criados" – "E teremos o cuidado de não mostrá-los às visitas" – reforça as críticas, destacando a superficialidade da transformação que prioriza a aparência externa em vez de uma modernização inclusiva. Esse diálogo satiriza a dualidade da modernidade carioca, evidenciando a disparidade entre a imagem projetada e a realidade da população. A crítica aponta como as políticas de urbanização priorizavam a estética e o prestígio internacional, sem abordar as reais necessidades estruturais e sociais, questionando a autenticidade do progresso exibido durante a exposição.

A revista *Dom Quixote*, também analisou de forma crítica as intervenções urbanísticas no espaço físico do Rio de Janeiro, destacando como essas mudanças não apenas transformaram as paisagens da cidade, mas também provocaram significativas interferências no meio ambiente, ignorando as consequências ambientais e sociais dessas intervenções. O aterramento da Orla é exemplo disso. Na charge abaixo, apresenta-se uma cena da orla representada já aterrada. Segue-se um diálogo entre o prefeito e mais três personagens:

> *– E esta parte aterrada, conquistada ao mar, sr. Prefeito?*
> *– Ah, esta eu destino as festas venezianas e aos concurso de natação em lama.*

O diálogo destacado é uma crítica sobre o aterramento da orla do Rio de Janeiro para a Exposição Internacional de 1922. Quando o interlocutor pergunta ao prefeito sobre a parte aterrada, conquistada ao mar, o prefeito responde de forma irônica, destinando essa área às "festas venezianas" e aos "concursos de natação em lama". Essa resposta irônica serve para expor a futilidade e os problemas resultantes dessas obras de aterro.

A crítica sugere que, apesar das grandes promessas de modernização e embelezamento, o aterramento foi mal executado ou teve consequências indesejáveis, como a criação de áreas lamacentas em vez de terrenos utilizáveis e agradáveis. A menção às "festas venezianas" pode ser vista como ironia ao tentar associar o Rio a cidades europeias prestigiadas e à Veneza, construída sobre as águas, mas de forma inapropriada

e sem o devido planejamento ou infraestrutura. Percebe-se as falhas nas políticas de urbanização e os impactos negativos que tais intervenções físicas no espaço urbano trouxeram também ao meio ambiente.

Figura 3: Revista D. Quixote, nº 247, ano 6, p. 25, fev. 1922

Entre as reformas urbanas, a expansão das ferrovias e a chegada da eletricidade foram vistas como símbolos de progresso. No entanto, a revista *Dom Quixote* apontou as contradições e problemas dessas iniciativas, destacando que a implementação das ferrovias, embora considerada um avanço, muitas vezes ignorava os impactos sociais e os resultados de projetos mal executados, além de revelar a precariedade da infraestrutura e a má gestão dos recursos públicos.

Na charge de título “as barreiras da central”, há uma crítica expressiva acerca dessas questões. Nela, vemos um personagem olhando para uma linha de trem bloqueada por grandes pedras, simbolizando os problemas e desafios enfrentados nas obras de modernização. A legenda reforça a crítica: “Qual inletricficação!...o qui tá mais facil, agora, é fazê uma estrada de rodagi...”, o que ironiza a dificuldade de se realizar a eletrificação das vias férreas e sugere que, diante das dificuldades, construir uma estrada seria mais fácil. Essa charge evidencia a incongruência entre os planos grandiosos do governo e a realidade enfrentada nas obras, criticando a eficácia das reformas urbanas e as condições precárias da infraestrutura.

Ao criticar de forma humorística e exagerada, as páginas da revista expunham a realidade precária das obras públicas. A imagem e a fala juntas sublinham a ineficiência e a superficialidade das políticas de urbanização, mostrando que os projetos eram

frequentemente mal executados, deixando a cidade com problemas estruturais e logísticos significativos. Segue abaixo a imagem:

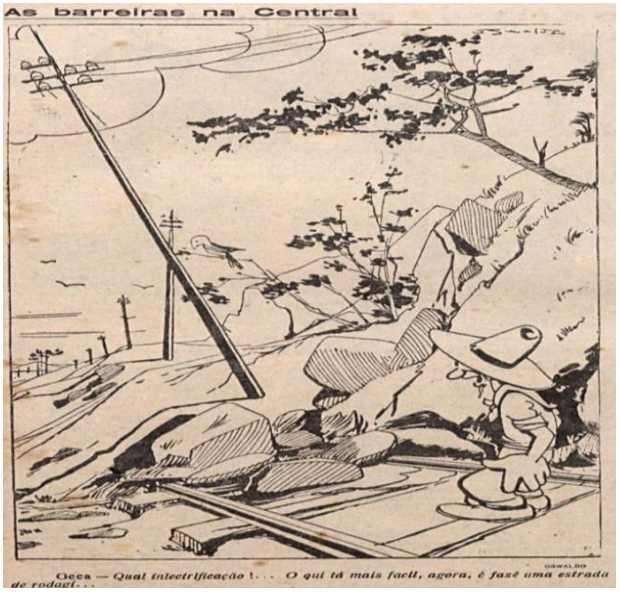


Figura 4: Revista D. Quixote, nº 254, ano 6, p. 20, fev. 1922

A interação do homem com o ambiente foi alterada, como visto nos impactos das reformas urbanas que demoliram habitações para novas construções, forçando o deslocamento das pessoas.

À luz das discussões, relação Homem x Natureza, Keith Thomas (1988) revela como a subordinação humana exacerbou as desigualdades sociais. Ele argumenta que as atitudes em relação à natureza refletem e intensificam as dinâmicas de poder e desigualdade entre classes e que a exploração do meio ambiente frequentemente acentuou a inferiorização das classes marginalizadas.

No capítulo 1 de seu livro, "Seres Humanos Inferiores", ao discutir a divisão e diferenciação Homem x animal, o autor afirma que a busca por uma distinção entre ambos teve impactos também nas relações Homem x Homem. Assim, sendo o homem definido por características específicas, aquele que não as possuísse era visto como sub-humano/semianimal (1988, p. 49).

> Os mais bestiais de todos eram os que se situavam nas margens da sociedade humana: os loucos, que pareciam possuídos por bichos selvagens: Os vagabundos, que não seguiam nenhuma vocação, mas viviam, no dizer do puritano William Perkins, "uma vida de bichos". "Já se disse, corretamente, que a imagem da animalidade pairava sobre o hospício." Imagem semelhante perpassa as acusações da época contra os vadios, que não se "associavam em famílias, mas se juntavam como animais". Os mendigos também eram como

> os brutos, pois gastavam todo o seu tempo procurando comida! (THOMAS, 1988, p. 53)

A imagem a seguir traz essa sub-humanização de indivíduos pelos setores da sociedade que se julgam superiores. Analisando-a sob a perspectiva dos "vadios" mencionados por Thomas, percebe-se que pessoas à margem da sociedade eram vistas como inferiores e comparadas a animais. A acusação de que "não se associavam em famílias, mas se juntavam como animais" sugere desumanização e a ideia de que esses indivíduos não se conformavam aos padrões sociais. A charge mostra criminosos com traços grotescos e exagerados, acentuando suas feições e tornando-os quase bestiais, o que se alinha com a descrição de "os mais bestiais" para aqueles à margem da sociedade. Vê-se que na própria revista, ao se fazer essa representação, havia essa imagem desumanizada acerca desses indivíduos.

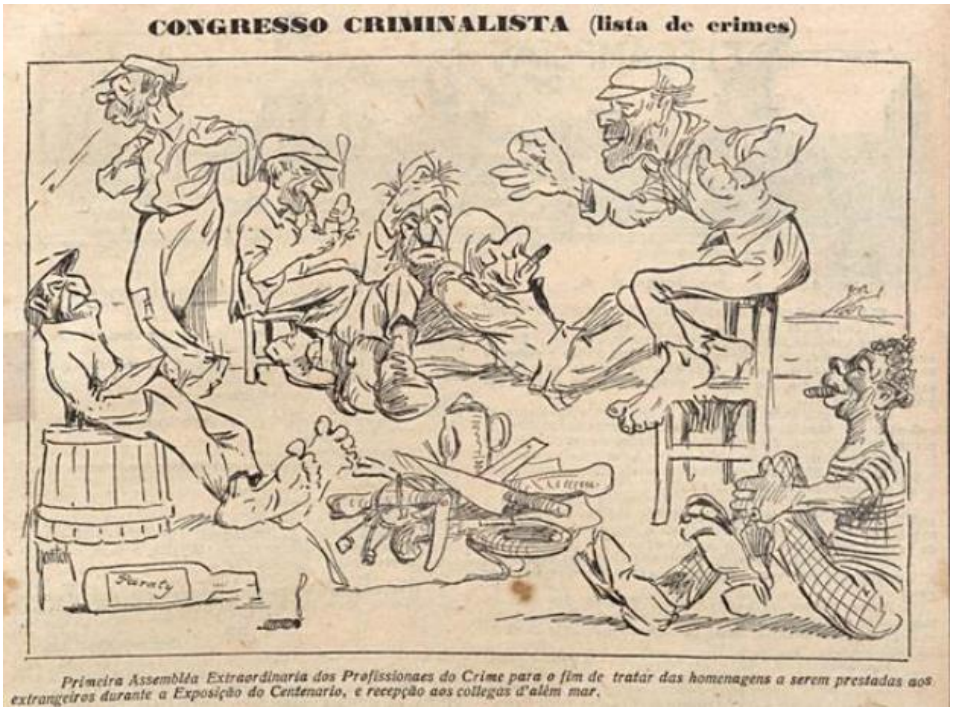


Figura 5: Revista D. Quixote, nº 263 ano 6, p. 17, maio 1922

Os personagens simbolizam um grupo marginalizado, sugerindo a percepção de que os criminosos são parte integrante e inevitável da sociedade, mesmo durante eventos grandiosos como a Exposição Internacional de 1922. O intuito é mostrar que apesar das aparências de progresso e sofisticação, problemas sociais, como a criminalidade, ainda persistem. A presença de criminosos em uma "assembleia extraordinária" ironicamente sugere que, mesmo com a fachada de modernidade, os elementos negativos da sociedade

continuam presentes e ativos. A imagem subverte a ideia de celebração e modernidade, mostrando que os “profissionais do crime” também participam e se organizam em resposta ao evento. A revista utiliza essa representação para criticar não apenas os indivíduos marginalizados, mas também a sociedade que os empurra para essas margens.

O pobre, segundo Thomas, era também um ser subjugado pelo próprio homem, a ralé da sociedade.

> Ainda mais bestiais eram os pobres – ignorantes, sem religião, esquálidos em suas condições de existência e, mais importante, não tendo os elementos que se supunha caracterizarem o ser humano: alfabetização, cálculo numérico, boas maneiras e apurado senso de tempo. Os intelectuais desde muito costumavam encarar as pessoas não letradas como sub-humanas. No início dos tempos modernos essa atitude persistia. [...] (THOMAS, 1988, p. 52)

Na imagem que segue, essa idealização do pobre subordinado ao próprio homem aparece em um cenário de sofrimento e privação.

Figura 6: Revista D. Quixote, nº 260 ano 6, p. 28, maio 1922

A imagem representa a consagração do centenário da Independência do Brasil de forma crítica e irônica, usando elementos visuais e textuais para transmitir essa mensagem. O título “A Consagração 10 Pita... Agonica” sugere ironia e pessimismo, indicando que a consagração é vista como uma agonia. "Pita" se refere a Raul Pederneiras, famoso caricaturista e cronista brasileiro conhecido por seu trabalho crítico e satírico. O título faz referência direta a ele, sugerindo que a ilustração ou crítica é inspirada em seu estilo mordaz. Além disso, a expressão “dezpita”, ao ser lida de forma unificada pode ser

interpretada como “déspota”, indicando a consagração de um poder tirânico que causa sofrimento ou conflito extremo à população.

Essa ideia pode se confirmar na imagem, que traz pessoas sendo lideradas por um pavão ostentoso. Em primeiro plano, pessoas com expressões de sofrimento, carregando faixas como “Sem Lei”, “Sem Liberdade”, “Sem Lar”, “Sem Pão”, “Sem Trabalho”. Esses elementos representam problemas sociais graves, indicando que, apesar das celebrações, o povo está sofrendo com a falta de direitos básicos. As roupas simples e a aparência abatida das figuras ilustram sua pobreza e marginalização.

Em segundo plano, uma procissão de figuras com faixas que dizem "Letras", “Ofício”, “Arte”, “Indústria”, “Ciência”, “Constituição” simboliza valores e instituições essenciais para uma sociedade próspera. A tristeza dessas figuras indica que esses pilares estão falhando. Letras e Arte, em vez de promover educação e cultura, são retratadas como impotentes ou negligenciadas. Ofício e Indústria, que deveriam garantir emprego e sustento, refletem altos níveis de desemprego e condições de trabalho precárias. A Ciência, que deveria impulsionar progresso e inovação, parece desmoralizada, sugerindo falta de investimento ou valorização. A Constituição, triste, indica que direitos e garantias constitucionais não estão sendo efetivamente aplicados ou respeitados.

O “Pardieiro da Leopardina” está localizado ao fundo, próximo à procissão de figuras, e parece ser um ponto de referência para a marcha crítica que está sendo representada. Isso pode indicar que, enquanto as celebrações e as reformas urbanas tentavam mostrar uma fachada moderna e avançada, realidades como os “pardieiros” ainda existiam e eram parte da vida cotidiana das pessoas.

A imagem expõe a oposição entre a fachada de modernização e progresso e a realidade de sofrimento e privação das classes mais baixas. A ilustração, portanto, não é apenas uma crítica ao evento específico de 1922, mas um comentário atemporal sobre as falhas das instituições e a luta contínua pela justiça social e igualdade, sublinhando a hipocrisia das celebrações do centenário e a necessidade de uma reflexão perspicaz sobre as condições sociais e políticas do Brasil da época.

Considerações Finais

A análise da Exposição Internacional de 1922 e da modernização carioca pela perspectiva da revista *D. Quixote* permite revisitar as controvérsias desse período de

transformação urbana. A revista, com sua abordagem satírica, iluminou a dualidade entre o progresso ostentado pelo evento e as persistentes desigualdades sociais e culturais.

A relação entre Homem x Natureza, presente no contexto da modernização carioca, nos revela uma dinâmica de confronto e adaptação. As reformas urbanas impulsionadas pela Exposição Internacional de 1922 exemplificam como o desejo de progresso levou a intervenções significativas na paisagem natural e social do Rio de Janeiro. A demolição de áreas tradicionais e a construção de novas infraestruturas refletem uma tentativa de dominar e remodelar o ambiente natural para atender às aspirações de uma metrópole moderna.

No entanto, essa reconfiguração não foi isenta de conflitos. As reformas urbanas empreendidas, enquanto projetavam uma imagem de modernidade e desenvolvimento, também deslocaram populações e revelaram tensões entre a tradição e a inovação. Essa narrativa nos lembra que a urbanização é um processo que não apenas transforma o espaço físico, mas também redefine as interações entre os seres humanos e seu entorno natural, moldando a identidade da cidade de maneiras profundas e duradouras.

Ao explorar essa narrativa, pode-se compreender como a modernização não foi um processo homogêneo, mas sim um palco de disputas e reconfigurações de identidades. A Exposição de 1922, sob o olhar crítico dos intelectuais cariocas do contexto, oferece uma reflexão sobre como as aspirações de progresso convivem com os desafios sociais, moldando uma cidade que busca se afirmar no cenário global sem perder de vista suas raízes e contradições internas.

Referências:

MARTINS, Mônica; MACHADO, Marina. A Modernidade Nas Teias Da Floresta: O Brasil Na Exposição Universal Da Filadélfia De 1876. *Geosul*, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 68-86, set./dez. 2017.

MARTINS, Mônica; MACHADO, Marina. Entre os recursos naturais e a tecnologia: uma análise da participação do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia de 1876. In MARTINS, Mônica et al. (org.). *Propriedade em debate*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

SANT'ANA, Thaís Rezende da Silva de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência:* Modernidade e Política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, IFCH. Campinas, 2008.

SOUZA, Fernando Gralha de. *A Belle Epoque Carioca:* Imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juíz de Fora, ICH. Juiz de Fora, 2008.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural:* mudanças e atitudes em relação às plantas e aos animais (19500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Fontes:

Revista Dom Quixote. Edições entre fevereiro e maio de 1922.
Disponível em:.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=095648&pagfis=7384

Carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro (2018-2023): "Crônicas" de um tempo de crise

Fábio Rodrigues de Almeida
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Daniel Pinha Silva
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: O samba agoniza, mas não morre! "Enredos críticos" e educação histórica no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática (2013-2023).

No artigo, analisamos o fenômeno experienciado pelas escolas de samba do Rio de Janeiro entre 2018 e 2023, a partir da difusão dos chamados "enredos críticos" ou "políticos", os quais propomos serem lidos como "crônicas" dos tempos de crise democrática que marcaram a recente conjuntura brasileira, reverberando em uma forma particular de contar enredos. Considerando que tal vertente contempla uma ampla perspectiva sobre o conceito de política, lançamos luz em abordagens que evidenciam o diálogo entre a narrativa carnavalesca das escolas de samba e a sociedade política, no âmbito das distintas esferas de governo/Estado, mas também no tocante às diferentes perspectivas político-ideológicas colocadas em disputa na sociedade como um todo.

Elegemos, para isso, dez enredos: "*Monstro é aquele que não sabe amar. Os filhos abandonados da Pátria que os pariu"* e *"Brava gente! O Grito dos Excluídos no Bicentenário da Independência"*, desenvolvidos pela Beija-Flor de Nilópolis, respectivamente em 2018 e 2023; "*Meu Deus! Meu Deus! Está extinta a escravidão?"* e "*O Salvador da Pátria"*, desenvolvidos pela Paraíso do Tuiuti, respectivamente em 2018 e 2019; *"Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco"* (Estação Primeira de Mangueira, 2018); "*Cada macaco no seu galho. Ó meu pai, me dê o pão que eu não morro de fome!"* (Unidos da Tijuca, 2019); *Tata Londirá - O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias* (Acadêmicos do Grande Rio, 2020); "*O conto do vigário*" (São Clemente, 2020); "*Nas encruzilhadas da vida, entre becos, ruas e vielas, a sorte está lançada: salve-se quem puder!"* (União da Ilha do Governador, 2020); e "*O aperreio do cabra que o excomungado tratou com má-querença e o santíssimo não deu guarida"* (Imperatriz Leopoldinense, 2023).

Para a análise desses enredos, foram utilizados os livros *Abre-alas* referentes a cada ano de apresentação, material este que condensa todas as informações relevantes ao desenvolvimento do enredo e do desfile. Metodologicamente, procedeu-se o estudo a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1979) e da Análise do Discurso (ORLANDI, 2007).

Narrativa e "tempos de crise"

Os tempos de crise, conforme acentua Michael Pollak (1989, p. 4), oferecem condições propícias para o afloramento das memórias subterrâneas, que se colocam em disputa aberta e acirrada frente à "memória oficial". Efetivamente, isto resulta em acalorados embates em torno da construção de novas narrativas que se oponham àquelas já estabelecidas e consolidadas frente aos mais diversos temas e posicionamentos.

Em que pese sua polissemia, é possível definir "narrativa" como uma cadeia de signos com sentidos sociais, culturais e/ou históricos particulares (SQUIRE, 2014, p. 273). Trata-se da exposição de uma história e/ou acontecimento situado em uma dada temporalidade, de base real ou fictícia, por meio de uma determinada linguagem (oral, escrita, visual), feita por uma ou mais pessoas a um indivíduo ou grupo, possuindo certa finalidade.

Isto posto e retomando nossa assertiva inicial, é possível inferir que a construção de novas narrativas nos tempos de crise pressupõe também a emergência de novas subjetividades. Aborda-se a subjetividade aqui não pela chave cartesiana da individualidade e da autorreflexão – o sujeito como identidade –, mas concebendo que seu engendramento ocorre no tecido social, abarcando diferentes maneiras de organizar as experiências do cotidiano, as formas particulares de agir, pensar e sentir (ARAÚJO, 2002, p. 79).

Naturalmente, as sociedades e os indivíduos, portanto as subjetividades, estão em constante processo de transformação, considerando-se, sobretudo, a rapidez com que as mudanças se processam no mundo atual. Entretanto, são nos períodos de crise que se percebem essas transformações de forma mais abrupta, conduzindo à necessidade de assimilação e interpretação mais veloz, muitas vezes ainda no calor dos acontecimentos. É, também, das "ruínas" da sociedade em crise que emerge o imperativo de uma nova síntese que a oriente no sentido de sua superação e do porvir.

Assim como “narrativa”, a palavra “crise” também é polissêmica, com utilização marcada no âmbito da teologia, do direito e da medicina em suas origens, referindo-se a um momento ou estado em que se deveria fazer uma escolha decisiva a respeito de determinada situação presente. Apenas na segunda metade do século XVII, no transcurso das guerras civis-religiosas em Inglaterra, que a palavra “crise” adquire um sentido político e social, diagnosticando os sintomas do ocaso de uma era ou período, cabendo à sociedade atingida escolher sobre os novos rumos a seguir. Assim, um tempo de crise é, ao mesmo tempo, a iminência do risco do fim e a possibilidade do recomeço (KOSELLECK, 1999).

As escolas de samba do Rio de Janeiro em “tempos de crise” democrática

Daniel Pinha (2020, p. 9-10), ao falar da crise democrática brasileira, a insere no contexto das “crises democráticas contemporâneas”, referindo-se, objetivamente, à crise do “experimento democrático liberal-burguês, fundado no século XVIII, na Europa e nos EUA”, alcançando grau hegemônico no ocidente com o findar da Guerra Fria, no último decênio do século passado. O autor situa o diagnóstico desta crise na descrença popular nas instituições e quanto ao “valor fundamental” da “democracia liberal-burguesa”, qual seja “a possibilidade da representação política através do voto”.

Não obstante existam inúmeras interpretações quanto ao fenômeno, identificamos como ponto de inflexão da “crise democrática” no Brasil as chamadas “Jornadas de junho de 2013”, momento a partir do qual começam a ser gestadas as bases para os processos de radicalização e polarização política que teriam lugar nos anos vindouros.

Na concepção de Marcos Nobre (2013), ainda que simbolizassem o desejo do aprofundamento da democracia no Brasil e o inconformismo frente ao sistema político, a ausência de um discurso unificado naquelas manifestações inviabilizou que se configurasse ali um movimento, mas vários. Luís Felipe Miguel (2019) divide a onda de protestos em três momentos: o primeiro, mais restrito à questão dos transportes públicos; o segundo, marcado pela ampliação das pautas envolvidas nos protestos; e o terceiro, tipificado por sua “colonização” frente a pautas de caráter antipolítico e sustentadas num suposto combate à corrupção, próprias à tradição discursiva conservadora.

A esse respeito, Paulo Arantes (2014) vê nas manifestações de 2013 o estopim para o surgimento de uma “nova direita” no país, diferente da direita convencional. O resultado das eleições presidenciais de 2014 foi significativo nesse cenário. Após mais

uma derrota frente ao por alguns denominado “lulopetismo”, parte significativa de setores associados à direita política passa a externar a desilusão com o “caminho das urnas”, articulando a possibilidade de outras vias de ação, como inviabilização do governo eleito (MIGUEL, 2019). Trata-se, na verdade, do fenômeno da recente ascensão da extrema-direita – de forma organizada e com base de massas – no Brasil. Para Marilena Chauí (2016), esse processo seria mais perceptível desde 2015, diante a proliferação de discursos favoráveis à volta da ditadura militar, bem como o incremento da representação política de setores conservadores.

Em diferentes momentos e contextos, o crescimento da extrema-direita é um fenômeno mundial, que pode ser associado a períodos de crise, apresentando-se como elemento fundamental deste processo a recusa a uma série de fatores sociais, econômicos e políticos. Entre os fatores sociais, ocorre a rejeição aos valores das sociedades pós-industriais, a exemplo da liberdade, da participação, do multiculturalismo e dos direitos das minorias (LGBT+, negros, imigrantes), além de questões de gênero, entre outras. Quanto aos fatores econômicos, destaca-se a crise do Estado de bem-estar social, o aumento dos impostos e o desemprego. Nesse sentido, o crescimento da extrema-direita pode ser compreendido como um processo de radicalização da chamada “classe média”, que se sente “ameaçada” pelas transformações em curso, razão pela qual tende a votar na extrema-direita, de modo a frear esse processo ou retornar a um *status quo* anterior (MAYER, 2020).

No Brasil, o emblema maior da ascensão política da extrema-direita foi a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República, em 2018. Figura política notória por seu negacionismo quanto à ditadura militar, enfatizando a defesa daquele regime, no transcurso de sua vida pública, o ex-presidente se caracterizou por discursos ofensivos contra determinados grupos sociais, entre eles mulheres, negros e homossexuais. Além disso, ao longo de seu governo, Bolsonaro tencionou sistematicamente as instituições e sua base social para a possibilidade de uma ruptura definitiva com o regime democrático.

Deslocando nosso olhar para o objeto de pesquisa, a assunção de Marcelo Crivella (PRB) ao cargo de prefeito do Rio de Janeiro teve uma enorme carga simbólica. Da contraditória aliança com determinados dirigentes das escolas de samba no segundo turno das eleições de 2016, à acusação por parte da Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA) de que o alcaide agia por motivação religiosa e preconceito contra o samba e a cultura afro-brasileira um ano depois, durante o mandato de Crivella (2017-2020), essas agremiações se viram envolvidas em acalorados debates públicos, a exemplo daqueles

relacionados aos cortes de verbas de subvenção pública para os desfiles e o questionamento sobre a necessidade de o dinheiro público ser aplicado no Carnaval, pondo-se em dúvida a importância de tal festividade/evento, ponderando-se, igualmente, quanto ao fato de o dinheiro público ser investido em um evento privado. Acrescente-se a isso os recorrentes discursos de intolerância étnico-religiosa em relação às escolas de samba e suas manifestações, principalmente em virtude de enredos de temática afro-brasileira, e os ataques em função de posicionamentos políticos presentes em determinados enredos e desfiles.

A postura de Crivella pode ser problematizada à luz da crise democrática conforme anteriormente categorizada, principalmente quanto à emergência de um discurso reacionário no Brasil, entendido como uma matriz discursiva que "se opõe às mudanças sociais em curso e se esforça para restabelecer situações ultrapassadas" (CUNHA, 2016, p. 3). Em relação às escolas de samba, essa postura se manifesta de duas formas. A primeira, associada à matriz discursiva neoliberal, é notória na fala do candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em 2020 pelo NOVO, Fred Luz, que questionado se, em sua gestão, daria "apoio institucional e financeiro à festa", pondera que Prefeitura teria a "obrigação de garantir ao povo os direitos fundamentais", não havendo "motivo para colocar dinheiro numa atividade privada" ou "eventos autossustentáveis" (AYUPP, 2020). Já a segunda, pode ser associada à matriz discursiva ultraconservadora, explícita na fala do pastor evangélico e então vereador do Rio de Janeiro pelo PSC, Otoni de Paula, que no plenário da Câmara Municipal, em 2017, defendeu o corte de verba para as escolas de samba, alegando que o carnaval da Marquês de Sapucaí "se tornou culto aos orixás, guias e caboclos com dinheiro público" (TESI, 2017).

Percebe-se que tais discursos têm como objetivo desqualificar o carnaval e as escolas de samba, na tentativa de impor retrocessos no que diz respeito ao reconhecimento e à incorporação de suas manifestações artístico-culturais como parte fundamental da cultura e da identidade do Rio de Janeiro. Nesse cenário, podem ser identificados, a partir de 2018, diversos enredos que não só passaram a abordar criticamente a conjuntura política e social vivida, mas também – por caminhos diferentes – se engajaram na defesa e exaltação dos mais pobres, especialmente da população negra e de sua cultura, principalmente do samba; do carnaval e das manifestações religiosas afro-brasileiras.

A narrativa carnavalesca: "crônicas" de um "tempo de crise"

Analisando a trajetória das escolas de samba do Rio de Janeiro em uma longa temporalidade, um dos principais instrumentos de afirmação utilizados em suas mediações com o conjunto da sociedade e o Estado tem sido seus enredos. Com base em sua natureza e finalidade, argumentamos que o enredo traduz-se como a "narrativa carnavalesca" das escolas de samba, tratando-se da forma discursiva mobilizada no desenvolvimento e apresentação da história que conduzirá o desfile. Enquanto narrativas, os enredos são reconstruções do mundo, podendo estar assentadas em bases "reais" ou "imaginárias". Em outras palavras, correspondem a produções artístico-culturais de natureza carnavalesca que, em seu âmago, contam uma história ou desenvolvem um discurso a respeito de um tema, acontecimento, personagem, etc. Destarte, permitem identificar diferentes formas de apreensão do mundo social, tributárias das condições próprias a cada momento histórico, determinadas a partir dos interesses dos grupos que a elas dão forma (CHARTIER, 2002).

Os enredos passaram a ter maior importância na estruturação dos desfiles das escolas de samba nos anos 1940 e 1950, período em que assumem viés essencialmente histórico, laudatório e nacionalista. Destacam-se, assim, narrativas carnavalescas de feição assemelhada ao gênero Épico/Epopeico, entendido como longas narrativas literárias, "de caráter heroico, grandioso e de interesse nacional e social" (SOARES, 2007, p. 39).

Quanto aos "enredos críticos", sua aparição se deu na passagem da década de 1970 à década de 1980, tornando-se recorrente em seu transcurso. Ao falarmos em "enredos críticos", não nos referimos a uma categoria de enredos, mas uma forma de narrativa. Trata-se da abordagem crítica sobre um tema, personagem, acontecimento histórico, por exemplo. Entre as principais características identificáveis nesse tipo de narrativa está o olhar crítico em relação a questões sociais e políticas relativas ao momento vivido, figurando como verdadeiras crônicas do tempo histórico do narrador. Outra peculiaridade é a crítica a certas leituras e personagens históricas, frequentemente conectando-se questões do passado e presente. Destaca-se ainda o uso de viés satírico em muitas abordagens.

Análise dos enredos

Na sequência do artigo, conforme explicitado na introdução, apresentamos sinteticamente o resultado da análise dos enredos selecionados. De acordo com a

metodologia proposta, definimos três eixos de análise referentes às narrativas desenvolvidas: a) Abordagem crítica da história; b) Problematização de questões sociopolíticas, econômicas e religiosas; c) Relação com o tempo presente; d) Perspectivas de futuro.

Enredo 1: "Monstro é aquele que não sabe amar. Os filhos abandonados da Pátria que os pariu". Beija-Flor de Nilópolis (2018), 1º lugar no Grupo Especial. Tomando como referência a obra *Frankenstein*, de Mary Shelley, que completava 200 anos de sua publicação, a narrativa do enredo propõe uma associação entre o monstro, "criado a partir de pedaços de corpos costurados", e a sociedade brasileira, que seria "fruto da miscigenação de pedaços de DNA carregados de singular diversidade" (LIESA, 2018-B, p. 309). O enredo destaca que, após ser criada, sem quaisquer limites éticos – aqui cabe a reflexão acerca da invasão ao território brasileiro pelos europeus e dos processos de colonização e escravidão –, a criatura não foi reconhecida como um semelhante, pois "possuía aparência anormal e feia", terminando por ser repudiada e renegada pelo "próprio pai", o Dr. Frankenstein, que pode ser identificado como o Estado, os governantes e/ou as classes dominantes. Dessa forma, "abandonada, sozinha, incompreendida e entregue à própria sorte", ocorre sua conversão em um "anjo caído, revoltado pela falta de amor". A partir dessa analogia, o enredo apresenta a seguinte questão: o verdadeiro monstro seria a terrível criatura ou o seu criador? Seu objetivo era repensar, de forma crítica e em diálogo com a obra homenageada, uma série de comportamentos e mazelas sociais que marcam a sociedade brasileira.

Enredo 2: "Brava gente! O Grito dos Excluídos no Bicentenário da Independência". Beija-Flor de Nilópolis (2023), 4º lugar no Grupo Especial. *Embora reconheça a Independência do Brasil, o enredo aponta para uma série de problemas relacionados à sua consolidação e ampliação para a maioria da população, genericamente tomada como o "povo" brasileiro. Dialoga, portanto, diretamente com a pauta de um dos mais importantes movimento sociais brasileiros, "O Grito dos Excluídos", que há quase três décadas vai às ruas, anualmente, em 7 de setembro, no objetivo de empreender uma reflexão crítica sobre a Independência, almejando a construção de uma sociedade democrática, diversa e com justiça social para todos e todas. Nota-se ainda , que a referência histórica escolhida pela agremiação não é o 7 de setembro de 1822, e sim o 2 de julho de 1823. Data que marca a Independência do Brasil na província da Bahia,*

diante a saída definitiva das forças militares portuguesas daquele território. Nesse sentido, o enredo busca, além de problematizar a luta pela emancipação nacional, nela destacar um caráter popular e participativo, que se afasta das narrativas mais tradicionais a seu respeito.

Enredo 3: "Meu Deus! Meu Deus! Está extinta a escravidão?". Paraíso do Tuiuti (2018), 2º lugar no Grupo Especial. O enredo toma como ponto de partida os 130 anos da assinatura da Lei Áurea e questiona se houve uma real libertação. Nesse sentido, a proposta, após abordar a escravidão em diversas épocas e sociedades, direciona a reflexão aos tempos atuais, desde o trabalho análogo à escravidão, até outras formas contemporâneas de exploração. A narrativa versa ainda quanto a percepção das escolas de samba representarem serem "quilombos" contemporâneos. Um espaço de resistência e luta contra a exclusão e as desigualdades, que organiza e convoca sua comunidade para a luta por seus direitos básicos. Do ponto de vista da historiografia, sobressai a interpretação quanto a incompletude da "libertação" proposta a partir da Lei Áurea, uma vez que esta não teria sido capaz de realizar a "inserção do negro na sociedade" brasileira, fato com consequências até os dias atuais. No setor denominado "Cativeiro Social", o enredo problematiza a fragilização dos direitos trabalhistas na atualidade, e a manipulação do pensamento pelas potências empresariais e políticas para enfraquecer a consciência do poder que a massa trabalhadora e menos favorecida tem.

Enredo 4: "O Salvador da Pátria". Paraíso do Tuiuti (2019), 8º lugar no Grupo Especial. O enredo, concebido como uma história de luta e resistência, é uma metáfora sobre democracia, representatividade e a construção de simbologias a partir do imaginário popular. O personagem central é um bode chamado Ioiô, escolhido representante do povo de Fortaleza, em 1922, durante "Velha República". No entanto, a narrativa do enredo não se trata apenas de resgatar a curiosidade do fato do passado. Dialogando diretamente como o momento vivido, denuncia-se a permanência de velhas práticas políticas no país, chamando-se a atenção para a situação do povo que, ansioso por dignidade e dias melhores, segue à espera de um "Messias" verdadeiro, o "Salvador da Pátria". A moral da história é que o bom humor, típico ao brasileiro, é uma poderosa arma contra a intolerância, a imposição pelo medo e a ignorância.

Enredo 5: *"*Com dinheiro ou sem dinheiro, eu brinco". Estação Primeira de Mangueira (2018), 5º lugar no Grupo Especial. Quase como uma resposta à conjuntura estabelecida no âmbito municipal, o enredo denuncia o tratamento dado por Crivella às manifestações culturais associadas aos festejos momescos, sobretudo as escolas de samba. Indo mais além, são também questionadas certas posturas assumidas pelos dirigentes dessas agremiações, que diante a redução da subvenção, cogitaram a não realização dos cortejos naquele ano. Por outro lado, o enredo evidencia que esses desfiles, populares em sua origem, se "fecharam" em uma "Avenida", agigantando-se e distanciando-se de "uma camada da população" que, em função "dos altos valores cobrados, deixou de participar do evento", migrando "para o carnaval de rua".

Enredo 6: "Cada macaco no seu galho. Ó meu pai, me dê o pão que eu não morro de fome!". Unidos da Tijuca (2019), 7º lugar no Grupo Especial. O cerne do enredo gira em torno de uma mensagem de fé e esperança em dias melhores por meio da história e simbologia do pão, a partir da perspectiva cristã do seu partilhamento. Na luta e suor pelo pão de cada dia, a narrativa denuncia e critica as injustiças do mundo dos homens, o ódio e a intolerância, além da exploração e dos descaso das autoridades e poderosos, que deveriam olhar pela prosperidade de todos, mas que, contraditoriamente, massacram os mais desfavorecidos. O apelo então é para que cada um faça a sua parte, contribuindo para um mundo mais justo.

Enredo 7: "Tata Londirá - O Canto do Caboclo no Quilombo de Caxias". Acadêmicos do Grande Rio (2020), 2º lugar no Grupo Especial. Trata-se de uma homenagem póstuma a João Alves Torres Filho, famoso "pai de santo" conhecido como Joãozinho da Gomeia, em alusão ao nome de seu "terreiro", situado em Duque de Caxias. Problematizando que Duque de Caxias é o município do estado do Rio de Janeiro com a maior concentração de terreiros e também o que mais recebeu ataques com viés de intolerância religiosa nos últimos anos, o enredo assume o caráter de denúncia contra esta violência e em defesa da liberdade e da diversidade religiosas, contra a intolerância e a opressão.

Enredo 8: "O conto do vigário". São Clemente (2020), 10º lugar no Grupo Especial. O enredo aborda a malandragem brasileira pelo viés da enganação em prol do benefício próprio, presente nestas terras desde o período colonial. Passeando por diversas histórias,

sempre com o bom humor característico à agremiação, a narrativa argumenta que, nos tempos atuais, está cada vez mais difícil enxergar uma luz no fim do túnel em relação a essa prática que assola o país. Além da crítica aos vendilhões da fé, que se locupletam a partir de falsas promessas, aos interesses deste trabalho, nos interessa principalmente a abordagem realizada quanto às relações políticas, afirmando-se que o engano é oficial e vem de longe. A cada dois anos, o povo é obrigado a escolher a melhor promessa, renovando, por um breve período, a esperança em dias melhores, até que o político malandro deixe seus eleitores a ver navios. Muitos dos quais, se achando espertos, trocam seu voto por pequenos favores pessoais. O enredo transita ainda por questões mais específicas ligadas à política carioca e nacional contemporâneas, como a série de governadores do Rio de Janeiro presos por corrupção, que apesar disso desfrutam de regalias graças ao dinheiro, e até mesmo a adaptação da malandragem ao mundo virtal, denunciando-se as fake news, que se proliferam diante a impunidade.

Enredo 9: "Nas encruzilhadas da vida, entre becos, ruas e vielas, a sorte está lançada: salve-se quem puder!". União da Ilha do Governador (2020), 13º lugar no Grupo Especial. Com uma proposta inovadora trazida pelo campeoníssimo Laíla em seu último trabalho, passou-se o argumento inicial do tema aos compositores, sem a existência prévia de uma sinopse aos moldes tradicionais. Uma vez escolhido o samba vencedor, este serviu de espinha dorsal para o desenvolvimento propriamente dito do enredo, agregando-se experiências e relatos colhidos junto a integrantes da escola e moradores de comunidades do Rio de Janeiro. A narrativa é apresentada por um personagem fictícia, uma jovem mãe, negra, pobre, que pensa no futuro que poderá oferecer ao bebê que está sendo gerado em seu ventre. Ela acredita que a escola de samba também tem compromisso com a cidadania, e que o samba, com a sua magia, é capaz de operar verdadeiros milagres. De modo geral, a história aborda questões relativas à vida na comunidade e as dificuldades de quem ali vive. Ocupa lugar de destaque no discurso a crítica aos políticos e suas falsas promessas em busca de votos, bem como a denúncia quanto as desigualdades sociais e econômicas, que extrapolaram os limites da favela, atingindo também a "classe média". O desemprego, a violência, a desvalorização de médicos e professores, são outros assuntos abordados no enredo. Apesar da perda de confiança, a mensagem é de que a fé num futuro melhor deve continuar.

Enredo 10: “O aperreio do cabra que o excomungado tratou com má-querença e o santíssimo não deu guarida”. Imperatriz Leopoldinense (2023), 1º lugar no Grupo Especial. A partir da literatura de cordel, o enredo tem como personagem central Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. O mais celebrado cangaceiro da história nacional. Com uma abordagem envolta no fantástico, a narrativa transita entre a vida, a morte e o pós-morte de Lampião, que se faz onipresente em todos os setores do enredo. Nosso argumento, ao situá-lo no rol dos enredos críticos do atual período, está em sua leitura para além daquilo que está explícito, destacando-se o fato de se tratar de uma homenagem, que mesmo na esfera do lúdico, vota-se a um fora da lei. Há, portanto, um confrontação a certos valores e discursos que se acentuaram no período de crise democrática, a partir dos chamados “cidadãos de bem”, marcadamente a máxima que “bandido bom é bandido morto”. Trata-se, então, de confrontar esta perspectiva moralizante e a leitura dicotômica da sociedade na chave do bem e do mal, pondo em lugar privilegiado as múltiplas perspectivas e narrativas que se originam a partir de diferentes concepções e leituras da história e da sociedade.

Considerações finais

Este trabalho apresentou parte da pesquisa do projeto da tese de doutorado. Em seus limites, buscou-se contextualizar a relevância dos situações de crise no desenvolvimento de novas narrativas, que abordam de maneira particular discursos hegemônicos até então. Definimos, assim, a crise como um momento de tensão quanto ao risco do encerramento de um período, mas também de abertura ao novo. Desse modo, situamos o que no trabalho é identificado como a crise democrática brasileira, marcada pelo avanço da extrema-direita e seu caráter conservador e reacionário, tendo impacto sobre as escolas de samba do Rio de Janeiro no período estudado (2018 e 2023). A sistematização dos enredos analisados permitiu, por outro lado, mapear de que forma essas agremiações reagiram e se portaram frente aos ataques e questionamentos sofridos, bem como sua posição diante de assuntos relevantes que permeiam a sociedade brasileira atual, tendo como principais eixos de interesse a abordagem crítica da história; a problematização de questões sociopolíticas, econômicas e religiosas; a relação com o tempo presente; e as perspectivas de futuro em jogo.

Referências:

ARANTES, P. E. Nova direita surgiu após junho, diz filósofo: depoimento. *Revista Folha de São Paulo.* Entrevista concedida a Eleonora de Lucena, 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 31 jul. 2020.

ARAÚJO, M. G. Subjetividade, crise e narratividade. *Revista Mal-estar e Subjetividade,* Fortaleza, v. II, n. 1, p. 79-91, mar. 2002. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482002000100007&script=sci_abstract. Acesso em: 19 jul. 2021.

AYUPP, G. "Não há motivo para colocar dinheiro numa atividade privada", diz Fred Luz sobre subvenção para o carnaval. *Carnavalesco.* Publicado em 6 nov. 2020. Disponível em: https://carnavalesco.com.br/nao-ha-motivo-para-colocar-dinheiro-numa-atividade-privada-diz-fred-luz-sobre-subvencao-para-o-carnaval/. Acesso em: 6 nov. 2020.

BARDIN, L. *A análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1979.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações.* 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHAUÍ, M. Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados: depoimento. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Laís Modelli. *Revista Cult,* 2016. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/categoria/edicoes/209. Acesso em: 31 jul. 2020.

CUNHA, L. A. O *projeto reacionário na educação.* 2016. Disponível em: http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

KOSELLECK, R. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LIESA – Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. *Livro Abre-Alas.* Carnavais 2018, 2019, 2020, 2023. Centro de Memória do Carnaval. 8 v.

MAYER, R. Extrema-direita: (re) surgimento e bases programáticas. *Divulgação Científica. CEGOV-UFRGS,* 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gtcipcegov/wp-content/uploads/2020/02/Extrema-Direita-Rodrigo-Mayer.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016.* São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

NOBRE, M. *Choque de democracia: razões da revolta.* São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos.* Campinas: Pontes, 2007.

PINHA, Daniel; RANGEL, Marcelo; PEREZ, Rodrigo. Teoria, história da historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática. In: *Revista Transversos.* "Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática." Rio de Janeiro, n. 18, 2020. p. 6-16. Disponível em: https://doi.org/10.12957/transversos.2020.50328. Acesso em: 10 out. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SQUIRE, C. O que é narrativa? *Civitas,* Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 272-284, maio-ago. 2014.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários.* 7. ed. São Paulo: Princípios, 2007.

TESI, R. Vereador diz que Carnaval é culto a orixá com dinheiro público e fonte de renda para tráfico e prostituição. *Setor 1.* Publicado em 23 jun. 2017. Disponível em: https://setor1.band.uol.com.br/vereador-diz-que-carnaval-e-culto-a-orixas-com-%20dinheiro-publico-e-fonte-de-lucro-para-trafico-e-prostituicao%20/. Acesso em: 20 nov. 2020.

O bispo católico e o papa negro da umbanda: Jaime Câmara, Tancredo da Silva Pinto e a Campanha Nacional Contra a Heresia Espírita (1953-1962)

Farlen de Jesus Nogueira
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Joana Bahia
Bolsista FAPERJ

Introdução

O presente texto decorre de meu projeto de doutorado que tem como título "Luta Religiosa, logo agora? " A disputa pelo campo religioso entre o Frei Boaventura, Dom Jaime Câmara e intelectuais umbandistas no Rio de Janeiro (1950-1968) ".

Sendo assim, no presente texto apresentamos uma pequena parte de nosso capítulo 4 da tese que aborda das trajetórias de Dom Jaime Câmara e Tancredo da Silva Pinto durante os anos da chamada *Campanha Nacional Contra Heresia Espírita* que foi movida pela igreja católica contra as ditas religiões mediúnicas, como espiritismo e umbanda entre 1953 e 1962. A campanha foi organizada pela Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB). Nosso foco, no presente trabalho é justamente analisar as trajetórias de um líder católico e um líder umbandista, demonstrando suas posições no campo religioso.

A trajetória de Dom Jaime e sua atuação na coluna *A Voz do Pastor* no *Jornal do Brasil*

Assim como a figura de Tancredo da Silva Pinto, Dom Jaime Câmara foi pouco estudado pela historiografia. Jaime Barros Câmara nasceu em São José, em Santa Catarina, em 3 de julho de 1894, sendo filho de Joaquim Xavier de Oliveira Câmara e de Ana Barros Câmara. O mesmo possuía quatro irmãos. Após cursar seu ginásio em 1912 e ter ingressado no magistério, em 1914, Jaime teria ido para São Leopoldo, onde teria ingressado no Seminário de Nossa Senhora da Conceição, mesma cidade onde Boaventura ingressou para o Seminário em 1936 (SCHIERHOLT, 2008, p.19). Sua ordenação como padre teria se dado na catedral Metropolitana de Florianópolis, em 1920. Parte de sua vida religiosa teria sido iniciada em seu estado natal (MOREIRA, 2019, p.1). Ele foi coadjutor da paroquia de Tijucas (SC), onde foi presidente da sociedade que dirigia o hospital municipal e capelão das irmãs da divina Providência. Quando completou 33 anos, isto é, em 1927, momento no qual ocorreu a criação do Seminário Menor de

Azambuja, em Brusque, Santa Catarina, o jovem Jaime Barros teria sido nomeado seu primeiro reitor até o ano de 1935, quando foi nomeado cônego, em 1937.

Neste momento de vida de Dom Jaime, a igreja católica queria voltar ao lugar de destaque ou transformar quem sabe o Estado republicano em um Estado religioso (AZZI, 2008). Para isso, a igreja, por meio do projeto da "neocristandade", que foi criado por Dom Leme, criticava a escola leiga, a laicidade do Estado, dentre outas pautas. Além disso, para que este sonho virasse realidade, o clero teria utilizado diversos métodos e caminhos, como a imprensa, livros, revistas e folhetos, que iam destinados desde crianças do primário até adultos, sermões em missas, associações como o centro Dom vital, existindo também um esforço para que a mensagem chegasse aos cantos mais distantes do país, como o Nordeste, Mato Grosso, Amazônia, onde apesar do esforço do clero em colocar a sua missão como puramente religiosa, a igreja ainda continuava sendo uma instituição profundamente enraizada na esfera social, política ,cultural e econômica (AZZI, 2008, p.19). Conforme podemos perceber com a noção de neocristandade (MAINWARING, 1989).

Portanto, em um contexto de busca da reafirmação do catolicismo na sociedade com papel de destaque e de perseguição as religiões afro-brasileiras, Jaime Barros vinha construindo sua trajetória. Em junho de 1935 ele teria sido nomeado monsenhor e no ano de 1936, se tornaria o primeiro bispo da diocese de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Sua nomeação teria sido feita pelo Papa Pio XI, que teria criado a diocese em 1934(MOREIRA, 2019).

Em sua atuação na igreja o bispo preocupava-se com a formação sacerdotal, instituindo ao longo de sua trajetória um seminário em Mossoró, em 1937 (MOREIRA, 2019). Dom Jaime era profundamente crítico do comunismo e uma figura conservadora, alinhada, portanto a igreja do período e a figura de Dom Leme com ação católica de 1935 (BANDERA, 2000). Cabe lembrar na década de 1930, a formação de Seminários era uma preocupação da igreja compartilhada por PIO XI que determinou a criação de Seminários Centrais (BANDERA, 2000, p.64). Esta posição com a entrada de novos agentes religiosos no campo religioso brasileiro nos ajudam a entender as posições conservadoras católicas contra as ditas religiões mediúnicas, pois o catolicismo possuía grande dificuldade em se adaptar e lidar com a realidade nacional, ao mesmo tempo em que não queria perder espaço no campo religioso e na manutenção de seu monopólio (BOURDIEU, 2001).

Por conta disso, Dom Jaime pode ser entendido como um reflexo do catolicismo conservador, pois segundo Moreira (2019), apesar de não possui comprovação, Dom Jaime teria chegado a participar do movimento integralista como bispo de Mossoró. Em 1941 o bispo que estava em franca ascensão no seio da igreja teria sido transferido para Arquidiocese de Belém do Pará, no qual teria tomado posse em janeiro de 1942. Ali também, o mesmo se preocupara com a formação de futuros padres seguindo uma tendência da igreja no Brasil e no mundo. Com morte de Dom Leme, em outubro de 1942 Dom Jaime o substituiria em 3 de julho de 1943, tomando posse da Arquidiocese do Rio de Janeiro, então capital federal, em 15 de setembro, questão que mudaria seu rumo em relação a crítica que o mesmo fez as religiões afro-brasileiras a partir da campanha anti-espiritismo, em 1954.

Assim, para analisarmos a trajetória tanto do bispo como de Tancredo, utilizamos Bourdieu (2006), que afirma no texto a *ilusão biográfica*, que para analisarmos a trajetória de uma vida é importante percebemos os estados sucessivos do campo no qual ela se desenvolveu, além disso, deve-se buscar compreender o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao demais agentes envolvidos no mesmo campo e que foram confrontados com o mesmo espaço social possível (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Dentre as redes de Dom Jaime temos a alta cúpula da igreja católica e da CNBB, que organizou a campanha com o bispo Dom Helder Câmara, que era seu bispo auxiliar, além do frei Boaventura Kloppenburg. Dom Jaime foi escolhido para substituir um dos arcebispos mais importantes do Brasil, ou seja, Dom Leme, na arquidiocese do Rio (BANDERA, 2000).

A partir da neocristandade com Dom Leme a igreja teria buscado manter sua força e presença na sociedade, não deixando o seu conservadorismo de lado (MAINWARING, 1989, p.43). Seguindo as orientações da neocristandade contra o ensino laico, pois apoiavam o ensino religioso, Dom Jaime passou a ministrar aulas de religião no Instituto de Educação da prefeitura do distrito federal, em 1948 (MAINWARING, 1989; MOREIRA, 2019). Cabe lembrar que Dom Jaime também atuou na constituição da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre 1946 e 1947, que era também apoiada por Dom Leme (MOREIRA, 2019). Além disso, o mesmo possuía contato com círculos do alto comando militar, apoiando, inclusive, o golpe civil -militar de 1964, pois atuou ativamente na organização de marchas contra o então presidente João Goulart (MOREIRA, 2019).

O arcebispo também possuiu em sua trajetória uma certa presença na CNBB e em sua formação, apesar de não ocupar um papel de destaque (DELLA CAVA, 1974, p.35). Dom Jaime, até teria participado da primeira sessão da reunião extraordinária de instalação da CNBB. Durante a mesma reunião, segundo Moreira (2019), que foi realizada na sede da arquidiocese do Rio, foi eleita uma comissão permanente, a mesma contava com Dom Carlos Carmelo Mota, que foi responsável pela direção do órgão, já para secretaria geral teria sido escolhido o bispo-auxiliar do Rio, Dom Hélder Câmara (MOREIRA, 2019). Jaime Câmara permaneceu como cardeal-arcebispo, no Rio, até seu falecimento em 1971 (MOREIRA, 2019).

Não obstante, analisarmos a atuação de Dom Jaime por meio da noção de trajetória de BOURDIEU (2006), nossa preocupação maior nesse texto é entendermos como o cardeal atacava a umbanda por meio da imprensa. Devemos lembrar que de 1953 até 1962, a igreja católica organizou uma campanha contra as religiões mediúnicas, em especial a umbanda, denominada *Campanha Nacional Contra a Heresia Espírita.* Todavia, muitos autores apontam somente o frei Boaventura como agente desta campanha (ORTIZ, 1991 e BROWN, 1985). Estes esquecem o papel de Dom Jaime que era também um fiel crítico a umbanda na imprensa durante este período, conforme apontado por Bahia (2023).

Desta forma, neste subitem, além de ponderarmos sobre parte da trajetória de Dom Jaime, analisaremos a coluna *A Voz do Pastor,* na qual eram publicadas entrevistas dadas pelo arcebispo a rádio Vera Cruz, a respeito da umbanda e da campanha, a coluna fazia parte do *Jornal do Brasil*. Nela, encontramos sete entrevistas publicadas de 1954 até 1957. Todavia, no presente trabalho iremos utilizar apenas uma entrevista que tem como título *Prevenir é melhor que reprimir: O Culto a Iemanjá, demonstração de atraso moral e intelectual",* publicada em 5 de janeiro de 1957.

Nesta coluna, o bispo atacou o culto ao Iemanjá, defendeu inclusive medidas preventivas frente ao culto, assim como o Frei Boaventura que pedia uma intervenção enérgica do Estado em seu sonho de "higienizar" a umbanda e sua presença pública. Câmara chegou à parabenizar a ação policial, talvez se referindo as investidas do Estado por meio da polícia contra a umbanda no Estado Novo (BROWN, 1985). Na matéria, o bispo afirma que:

> Medidas preventivas são geralmente preferíveis às repressivas. Houvesse sistematicamente quanto possível esse método de proceder, e maior eficiência haveria de notar-se em muitos setores da vida pública. Prevenir é melhor que remediar, e em geral mais eficiente e suave, embora nem sempre bem aceita pelos que não percebem o alcance da medida (...) A ação policial preventiva

> ou repressiva, desde que bem orientada, deve ser aplaudida, pois que atuam em benefício da coletividade humana. Merece ser secundada pelos que se interessam pela causa pública. Não pretendemos declarar até que ponto caiba intervir nos desmando que ocorrem na passagem do ano, em nossas lindas praias cariocas. Nem os vimos pessoalmente. Mas testemunhas oculares nos afirmam que o tal "culto" a Iemanjá provocou muita embriaguez. Até meninas de 12 anos tomaram parte em grupos que passavam copos de cachaça de boca em boca, além de com tão pouca idade, fumarem grandes charutos que as deixavam tontas. Que em tais condições ciassem em transe... quem admira? (...) Acreditamos, porém que as almas retas, reprovando conosco essa degradação moral e religiosa, se afastam das praias nas noites de passagem do ano e, se não preferirem ficar em seus lares, se dirijam as igrejas paróquias, onde naquela mesma hora se estão celebrando Missas, renovação do Sacrífico de Cristo no Calvário para a redenção e felicidade dos homens (JORNAL DO BRASIL, 5 de Janeiro, de 1957, p.6, grifo nosso).

.

Nesta matéria, portanto, o Câmara na impossibilidade de contar com a repressão estatal dos anos do Estado Novo (1937-1945) contra as religiões mediúnicas, e notando a presença publica da umbanda e das religiões afro-brasileiras nas praias, conforme constata Bahia (2023), apela para a moralidade e um discurso racial para atacar a umbanda. Para isso, ele ataca o álcool, elemento utilizado na umbanda (ORTIZ, 1991). O bispo, assim como o frei Boaventura também se incomodava com o transe mediúnico e com a dupla filiação religiosa, pois pede aos jovens que se mantenham na igreja e se afastem das praias. Além disso, o mesmo demonstra certa impaciência em ver os diferentes grupos e classes sociais que frequentavam as praias (BAHIA, 2023 p.99).

Como a igreja ainda queria obter o seu status de formadora da identidade nacional e estar ligada ao Estado, o clero utilizava os diferentes meios de comunicação para formar os "soldados de Cristo", portanto, a mesma se valia do jornal, do rádio e do livro para propor um convencimento intelectual da sociedade. Embora, segundo Azzi (2008), o público leitor fosse bastante restrito nessa época (AZZI, 2008, p.443-620).

Portanto, em seu discurso, o bispo queria delimitar quais religiões e como poderiam ocupar o espaço público, assim como o Frei Boaventura e a cúpula da CNBB em sua campanha anti-espiritismo.

Jaime vai além colocando o catolicismo como a única religião verdadeira e abarcada pelo conceito de religião, categoria esta que foi alvo de disputa no Brasil durante muitos anos, conforme apontado por Montero *et.al.*(2017). Bourdieu (2021), aponta que na oposição entre os detentores do monopólio da gestão do sagrado e os leigos, que são profanos, sendo ignorantes da religião e estranhos ao sagrado, assim como ao corpo de administradores do sagrado é a base da oposição entre sagrado e profano, ou seja, entre o que é legitimo (religião) e a profanação (magia ou feitiçaria) do sagrado (BOURDIEU, 2001, p.43). Aos olhos da elite intelectual da igreja, os umbandistas ficavam na categoria

de heréticos ou profanadores em seus discursões no espaço público. A própria assimilação de “magia negra”, “heresia” ou “baixo espiritismo” a umbanda, visto que a denominação de magia designa uma religião inferior e profanadora. Devemos lembrar que a própria noção do conceito de religião foi alvo de muitas disputas no Brasil do século XX (MONTERO, *et. al.*, 2017). Conforme veremos no próximo subitem, a umbanda se posicionou e conseguiu se defender frente aos ataques católicas, principalmente a partir da figura de Tancredo da Silva Pinto, o papa negro da umbanda omolocô.

Tancredo da Silva Pinto, o papa negro da umbanda omolocô e suas respostas a Dom Jaime Câmara e a igreja católica

Tancredo da Silva Pinto teria nascido no município de Cantagalo, em 10 de dezembro de 1905, segundo a entrevista dado a Ornato José da Silva em 1983. Falecendo em 1979. Ao longo da presente pesquisa conseguimos o contato do Centro de Memória, Pesquisa e Documentação de Cantagao/ Unirio. Neste arquivo, conseguimos encontrar o registro de batismo do Tata Tancredo no Livro de Batismos de número 17 da Paroquia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, seu registro era o de número 342, na página 74 do livro. De acordo com o documento, temos a seguinte registro:

> Aos vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e seis babtisei o inocente Tancredo nascido em dez de Dezembro de mil novecentos e cinco, filho legitimo de Belmiro da Silva Pinto e Edwiges Miranda Pinto, forão padrinhos João Lindalécio Ferreira e Maria Thereza de Moreira. Padre Francisco Antônio Pinto Pereira da Veiga (LIVRO DE BATISMOS, 1905-1910, número 17, registro 342, p.74).

Seus pais carnais eram Belmiro da Silva e Edwiges Miranda Pinto. Na entrevista dada a Ornato no livro *O Culto Omoloko*, Tancredo apresenta sua família. Seus avós maternos, eram Manoel Miranda e Henriqueta Miranda, sobre os quais não encontramos informações (SILVA, 1983, p.24). Segundo Accioli (2019), os pais de Tancredo teriam casado na igreja do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, em 1904. Ele filho de Angélica Maria da Conceição e ela de Manuel e Henriqueta (ACCIOLI, 2019, p.294).

Tancredo teria nascido em Cantagalo, no interior do Rio de Janeiro e por conta disso, não podemos deixar de destacar que estamos falando de homens dos pós-abolição, ele era um homem negro, sua família certamente foi composta de liberto ou nascidos livres, e seus ancestrais certamente, foram escravizados ou ex-escravizados. Visto que a região que o umbandista teria nascido era uma importante produtora de café de mão de obra escrava ao longo do século XIX, já que “Cantagalo estava entre as principais regiões de cafeicultura escravista e mercantil de grande porte” (SALLES, 2018, p.3).

Outro ponto a ser destacado na entrevista é que os laços de Tancredo com o mundo da música já viriam de berço segundo ele, pois seu avô teria sido fundador de blocos carnavalescos em Cantagalo, dentre os quais estariam o "Bloco Avança" e o "Treme terra", bem como o cordão místico, no qual sua tia Olga da Mata saía vestida de Rainha Ginja (SILVA, 1983, p.18).

Por ser considerado um elo entre a música e a religião, outra dimensão importante de sua vida teria se dado na religião, pois Tancredo teria sido iniciado no omolocô, em 1918, com apenas 13 anos de idade, sendo feito ou consagrado para o orixá Oxóssi (LOPES, 2005). Muito possivelmente, no Rio de Janeiro, pois sua família teria saído de Cantagalo em 1910, pois segundo Accioli (2019), uma filha de Belmiro da Silva Pinto, chamada Henriqueta faleceu em 1916, no Rio quando a família morava na Rua do Riaachuelo n° 353 (ACCIOLI, 2019, p.302). Segundo Antônio Pereira Camelo de Xangô, que escreveu sobre a vida de Tancredo no jornal *O Saravá*[103], em 1979, Tancredo teria sido iniciado por Tia Benedita auxiliado por Tio Bacayodé, ambos[104] de procedência bantus[105]. Em 1925, o mesmo teria se tornado pai de santo ou Tata Ti Inkice junto a Carlos Guerra (SILVA, 1983).

Para além de sua iniciação, Tancredo era líder religioso da chamada umbanda omolocô, entregador dos correios e compositor de sambas, pois teria escritos os sambas *Jogo Proibido* em 1936, e *General da Banda,* em 1949, que ganhou grande ressonância na voz de Blecaute.

Em 1950, o líder umbandista fundou a Confederação Espírita Umbandista para defender sua concepção de umbanda que tinha uma origem banto em angola, com os Lunda-Quiocos (NOGUEIRA, 2022). Sua federação registrava os terreiros de umbanda e protegia os mesmos das chamadas batidas policiais, além de tentar doutrinar a umbanda ao longo da década de 1950 e 1960 e disputar o campo religioso umbandista com outras federações (NOGUEIRA, 2022; BROWN, 1985). Na década de 1960, sua popularidade e seu carisma atingiram um patamar tão elevado que ele recebeu a alcunha de papa negro da umbanda (NOGUEIRA, 2022).

Tancredo também escreveu uma série de livros doutrinários sobre a umbanda, dentre estes temos: *As impressionantes Cerimonias de Umbanda* escrito com Byron

---

[103] *Jornal O Saravá,* novembro de 1979

[104] Infelizmente, não encontramos maiores informações sobre os líderes religiosos em questão.

[105] Vocábulo que pode ser usado nas formas flexionais "banto, a, os, as" ou "bantu', sem flexões e que designa cada um dos membros à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques e etc. (LOPES, 2004, p. 98).

Torres de Freitas em 1955. Nesta obra o líder umbandista e seu companheiro teceremos algumas críticas a igreja católica e seus ataques a umbanda, principalmente a figura de Dom Jaime.

Assim, no capítulo da obra intitulado: *Luta Religiosa, Logo agora?,* os dois líderes umbandistas abordam e se defendem dos ataques movidos pela igreja contra a umbanda. Para eles não seria possível pensar em guerra religiosa, no momento em que o Brasil estava, ou seja, seria ilógica a campanha movida pelo clero, visto que todas as religiões deveriam se unir contra um inimigo comum, ou seja, "o materialismo ateu soviético" (PINTO E FREITAS, 1955, p.84).

> Que importa que adoremos Deus sob este ou aquele nome, sob esta ou aquela forma? Por acaso, haverá no céu um lugar privilegiado, reservado somente a católicos ou kardecistas? Não, senhores, não façamos de Deus uma ideia tão mesquinha, e não o coloquemos a serviço de nossos interesses sectários. Por acaso Deus distingue entre pobres e ricos, entre negros e brancos? Guerra santa contra o espiritismo- querem alguns bispos católicos PINTO E FREITAS, 1955, p.84).

Por vezes, os umbandistas recorriam ao discurso da laicidade para defenderem a umbanda. Os mesmos também negavam a categoria de "baixo espiritismo" que era uma categoria utilizada por órgãos estatais e pela igreja para atacar a umbanda e tentar legitimar as batidas policiais. Neste momento, os dois se referiam ao bispo Dom Jaime, estes afirmaram que

> Por várias vezes, temos esclarecido nestas colunas, que não há "alto" nem "baixo "espiritismo e que nesta distinção inepta encobre um mal velado desprezo pelos centros modestos. Vem agora o Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro declarar que o "baixo espiritismo" é o das seitas africanas, pregando, pois, um raciocínio que a lei brasileira condena. Então só porque algumas seitas são de origem africana pertencem ao demônio? Não senhor Bispo, já passou o tempo em que os pobres escravos eram obrigados a colocar em lugar de honra os santos dos seus senhores, e a esconder debaixo do santuário a imagem dos seus orixás. A escravidão, senhor Bispo, foi um atentado à doutrina de Jesus Cristo. Mas do contato entre civilizações tão diferentes resultou o que em Sociologia, se denomina "processo de aculturação", de onde proveio o sincretismo religioso que vemos por aí. Esse processo de aculturação ofereceu suas vantagens, pois o seu e o nosso Brasil é mundialmente conhecido como o país da "democracia racial". Aqui, nesta terra abençoada pelo sangue e pelo sofrimento do negro escravo, não há e nem deve haver preconceito de raça, de cor, de religião. Somos todos iguais, perante a lei e perante a consciência. Neste país, senhor Bispo, não se pode falar em religião de branco e religião de negro. Por que, Senhor Bispo, neste Pindorama dos Tupis, quem é branco e quem é negro? " (PINTO E FREITAS, 1955, p.84-85, grifo).

Portanto, Tacnredo e Byron se defendem da campanha movida peja igreja por meio da literatura doutrinaria, onde denunciam os da cupula católica do Brasil e posicionam a umbanda no campo religioso, os mesmos recorrem ao direito da umbanda

ser vista como religião, prevista na Constituição de 1946, assim como o racismo presente na fala de Dom Jaime.

Recorrendo a construnção de uma legitimidade calcada na racionalização frente ao espaço público em sua relação externas, ou seja, se referindo ao campo religioso brasileiro, os dois umbandistas negam a categoria de "alto e baixo espiritismo", utilizada tanto em categorias de acusação internas e externas a umbanda e que levavam a questões juridicas, visto que o chalantanismo e o curandeirismo eram considerados crimes e as que religiões que eram enquadradas na categoria de "baixo espiritismo" ficavam englobadas nesta categoria *(MONTERO et.al., 2017*).

Todavia, quando vão negociar com a esfera pública e precisavam responder a uma religião que ainda buscava deter o monopólio dos bens de salvação, isto é, a igreja católica, Tancredo e Byron negam as categorias de acusação utilizadas por ela para se referir a umbanda e apostam numa narrativa que reflete sobre a história do Brasil para clamarem o direito de liberdade religiosa pela via burocratica. Portanto, em seu discurso tentam se aproximar de um conceito de religião estável e aceito pelo Estado (ASAD, 2010; BOURDIEU, 2001). Desta forma, a umbanda queria ser vista enquanto religião e gozar da proteção do Estado (ASAD, 2010).

Quanto ao contexto para a igreja, devemos lembrar que a década de 1950, é tida como o período da "destradicionalização religiosa" da sociedade brasileiro, portanto, a igreja está cada vez mais perdendo espaço e passa a lutar contra essa perda atacando as ditas religiões mediúnicas, que incluíam o kardecismo e a Umbanda. Segundo Mariano (2011), apesar de ainda não possuirmos um pluralismo religioso no Brasil bem definido, em 1950, "estava em acelerada a destradicionalização religiosa, processo em que a adesão, a filiação, as crenças e as práticas religiosas tornam-se uma questão de opção pessoal consciente, voluntária e deliberada" (MARIANO, 2011, p.247). Para o autor, mesmo com a separação entre Estado e Igreja com o advento da República, em 1889, o clero não deixou de ter privilégios e também as religiões afro-brasileiras e espiritas, não deixaram de ser perseguidas e discriminadas por agentes e instituições estatais (MARIANO, 2011, p.246). E isto é notado por Tancredo e Byron (1955), quando abordam a laicidade do Estado, que não é o tem central do presente trabalho, mas aparece em partes das discussões dos umbandistas

> Não Senhor Bispo, raciocinemos: o catolicismo é a religião privilegiado, em uma República que não tem religião oficial. A Igreja Católica recebe dos cofres públicos, tanto quanto um ministério qualquer. E ninguém reclama, ninguém acha isso inconstitucional, tão grande é a simpatia que o povo dedica ao catolicismo, exatamente porque a Igreja Católica, desde a emancipação do

> Brasil, nunca se aventurou a perseguir outras religiões (...) A invés de guerra santa, de luta religiosa a Confederação Espírita Umbandista propõe um entendimento amplo e sincero entre todas as religiões que vivem no Brasil (PINTO E FREITAS, 1955, p.85, grifo nosso).

Desta forma, os dois líderes umbandistas apresentam sua posição na troca de acusações contra os católicos, em especial o bispo Jaime Câmara, quando abordam o tema da laicidade ambos discorrem sobre os privilégios que a igreja católica ainda possuía. Giumbelli (2008), procurou entender como se deu a presença legitimada da igreja católica no espaço público, no caso brasileiro. Ainda, na concepção do autor, "foi no interior da ordem jurídica encimada por um Estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram", sendo facial apresentar como os líderes da igreja se empenharam em seguir tendo reconhecimento por parte do Estado, e da busca de manterem o catolicismo na constituição da nacionalidade (GIUMBELLI, 2008, p.81-82). Desta forma, a presença no espaço público do religioso está diretamente relacionada a dispositivos estatais, e a igreja conseguiu se separar do Estado, mesmo sendo contra esta separação, mantendo certos privilégios (GIUMBELLI, 2008).

Tancredo estaria aproveitando um momento de crise do clero e perca de força frente ao estado para questionar e denunciar as perseguições católicas frente a umbanda e clamar pelo direito da umbanda em ser reconhecida como religião.

Em 1959, Tancredo escreveu a matéria *Conversando com Frei Boaventura,* no Semanário, em 1959. A coluna foi publicada na semana de 11 a 17 de julho. Nela, temos as respostas de Tancredo da Silva Pinto ao Frei Boaventura que foi o principal organizador da campanha anti-espiritismo pelo lado católico. O papa negro da umbanda defendeu na mesma um discurso no qual a umbanda seria mais antiga que a igreja católica e que diferente da igreja, a umbanda pregaria o amor e não a perseguição (O SEMANARIO, 1959, p.8).

Em 1962, a campanha anti-espiritismo chegaria ao fim pelo lado católico, visto que a igreja passaria pelo Concilio de Vaticano II, neste momento. Os ataques a umbanda cessariam por parte do clero. Todavia, acreditamos que no Rio de Janeiro, os umbandistas conseguiram encontrar diferentes espaços para responder a igreja católica.

Breve Conclusão

Desta forma, a análise de agentes religiosos como o bispo Dom Jaime e o líder umbandista Tancredo da Silva Pinto nos permitem entender como se configurava o campo

religioso carioca na década de 1950 e como a igreja moveu uma campanha para tentar conter de forma racista o crescimento da umbanda.

Todavia, mesmo que de forma desproporcional, a umbanda conseguiu dispor de certo capital religioso ao ponto responder aos ataques da igreja, no Rio de Janeiro, ainda na década de 1950. Desta forma, a igreja e seus intelectuais queriam reprimir ao máximo e retirar qualquer legitimidade da umbanda, só que, nestes anos a religião afro-brasileira já estava tanto em processo de expansão, como ocupando diversas esferas do espaço público, tais como a imprensa, a rádio, a político e os livros doutrinários, além disso, devemos lembrar que as principais federações de umbanda do Rio de Janeiro, que antes eram rivais, se juntaram no *Colegiado Espiritualista do Cruzeiro do Sul* o que demonstra como o campo religioso umbandista estava bem estruturado no Rio de Janeiro (BAHIA e NOGUEIRA, 2023). . Um dos maiores críticos ao discurso da igreja e do bispo foi a figura de Tancredo da Silva Pinto, ou o papa negro da umbanda, conforme vimos acima.

Referências:

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *O sagrado e o profano: vivências negras no Rio de Janeiro.* Curitiba: Appris, 2019.

ASAD, T. A construção da religião como uma categoria antropológica. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), 19(19), 263-284, 2010.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil*: ensaio de interpretação a partir do povo. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BANDEIRA, Mariana. *A Igreja Católica na virada da Questão Social (1930-1964).* Rio de Janeiro: Vozes, Educam, 2000.

BAHIA, Joana e NOGUEIRA, Farlen. Umbandista vota em umbandista: disputas entre umbandistas e católicos no campo religioso brasileiro (1950-1962). *Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH*, Ano XV, n. 45, Janeiro/Abril 2023.

BAHIA, Joana. *O Rio de Iemanjá. Um olhar sobre a cidade e a devoção.* Rio de Janeiro: Telha, 2023.

BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes(orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação GetúlioVargas, 2006.

CAVA, Ralph Della. *Igreja e Estado no Brasil do século XX.* 1974.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos*: uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997

_____. A presença do religioso no Espaço Público: Modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28(2): 80-101, 2008.

LOPES, Nei. A presença africana na música popular brasileira. *Espaço Acadêmico*, n°50, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, v.11, n. 2, 238-258, 2011.

MONTERO, Paula; SALES, Lilian; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. As relações entre Estado e Religião no Brasil. SILVA, Felipe; Rodriguez, José. R. Rodriguez. (Org.). *Manual de Sociologia Jurídica* 4 ed. São Paulo: Saraiva, v. 3, p. 301-335.

MOREIRA, Regina de Luz. Verbete: Jaime Barros Câmara. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.* Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-guimaraes-de-araujo-jorge> Acesso em: 10/08/2024.

NOGUEIRA, Farlen de Jesus. *O Tata Ti Inkice da Omolocô. Tancredo da Silva Pinto*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PINTO, Tancredo da Silva Pinto; FREITAS, Byron Torres. *As impressionantes Cerimonias de Umbanda.* 1955

SCHIERHOLT, JÁ. Frei Boaventura Kloppenburg, OFM. *90 Anos por Cristo em Sua Igreja*. Lajeado: O Autor, 2008, 448 p.

SILVA, J.O. *O Culto Omoloko.* Os filhos de terreiro. Rio de Janeiro: Rabaço Editora, 1983.

“A gente não sabemos escolher presidente: Por que uma parcela do rock brasileiro dos anos 80 ‘virou’ à direita?”

Fausye Mendes de Carvalho Gama Failace
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Prof° Dr° Rafael Vaz da Motta
Bolsista CAPES/FAPER

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “Você é o retrato de quem te condenava: nova direita e conservadorismo no rock brasileiro (2013 a 2018)”, ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir de uma análise sobre a trajetória de dois músicos de destaque no rock brasileiro dos anos 1980, que, junto com suas bandas desempenharam papel importante no cenário musical brasileiro: Roger Moreira, do Ultraje a Rigor, e Lobão.

Seus álbuns à época contavam com canções que denotavam insatisfações de uma geração que crescera sob a ditadura empresarial-militar. A própria canção “Inútil”, cujo verso compõe o título deste artigo, foi lançada em 1983 no álbum “Nós vamos invadir sua praia” foi tema das Diretas Já. Lobão, por sua vez, em 1986 lança o álbum “O Rock errou”, que conta com canções famosas recheadas de críticas à ditadura, como em “Canos Silenciosos” e “O Rock errou” além de críticas sociais, como podemos observar na canção e no clipe da música “Revanche”.

Com a iminência da reeleição da então presidenta Dilma Rousseff, aliada ao descontentamento de uma parcela da sociedade brasileira com o Partido dos Trabalhadores, pudemos observar uma mudança no discurso e no posicionamento em diferentes setores da sociedade brasileira, inclusive destes e de outros músicos do rock.

Esses músicos aqui destacados, coincidentemente, há muito não tinham uma produção musical relevante, por diversos fatores, como por exemplo, a inadequação com as demandas de produção que a indústria fonográfica os imputava visando cada vez mais lucros.

No entanto, no contexto que antecedeu as eleições de 2014, tais músicos ressurgem na mídia alcançando uma visibilidade não mais por suas produções musicais, mas sim por reproduzirem, principalmente em suas redes sociais, um discurso ora conservador, ora reacionário, muito alinhado com a nova direita que vinha recuperando

cada vez mais espaço na sociedade brasileira. Atuaram firmemente através de diversos meios midiáticos dando declarações, entrevistas em canais de youtube e um deles até sagrando-se como autor de livros. Entretanto, é através de suas redes sociais que eles pulverizam com maior amplitude suas visões de mundo e reverberam o discurso e o projeto das direitas no Brasil para um número considerável de pessoas. Muitas foram as *hashtags* e publicações convocando para as manifestações de 2014, de 2015 e também manifestando apoio ao golpe que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. A coroação desta "guinada" à direita foi, em 2018, com o apoio que ambos manifestaram a um candidato à presidência da República claramente alinhado com posições de extrema-direita. Vão ressurgir então como porta-vozes do discurso moralista e conservador, anti-petista, e surfam nessa onda reacionária contra o comunismo e contra a "ditadura de esquerda".

Para tanto, as fontes documentais que estão sendo utilizadas para esta análise vão desde publicações de redes sociais, livros e autobiografias dos mesmos, declarações em entrevistas até letras de música. Buscaremos analisar brevemente as trajetórias de ambos os músicos e destacar alguns dos possíveis elementos que propiciaram esta "guinada à direita" e se de fato houve essa mudança ou se apenas buscaram recuperar uma visibilidade já esvaída.

"Eu sou assim meio atrasadão, conservador, meio reacionário e caretão"

Roger Rocha Moreira nasceu na cidade de São Paulo em 1956. Quando de sua infância e adolescência estudou em um dos mais tradicionais colégios de São Paulo, o Liceu Franco-Brasileiro de São Paulo. Por este colégio passaram grandes nomes brasileiros como a cantora Rita Lee e o médico Dráuzio Varella.[106] Aos oito anos de idade, em uma festa com sua mãe, ouve o primeiro rock de sua vida: *Tutti-Frutti*, de Elvis Presley. Sua mãe era professora de inglês, tocava violão e piano, e, quando jovem, tentou seguir a carreira de cantora após vencer um concurso musical. No entanto, o pai de Roger a proibiu de prosseguir porque, para o pai, segundo Roger, "não era aceitável para os bons costumes da época, uma moça participar desse tipo de arte". (ASCENÇÃO, 2011, p.10)

Aos dezoito anos consegue comprar sua primeira guitarra e aos vinte e um anos vai para a Faculdade Mackenzie cursar Arquitetura. Em 1979 muda-se para os Estados

[106]https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/04/aos-100-liceu-pasteur-de-sp-se-separa-dos-franceses-e-se-une-ao-anglo.shtml Consultado: 15/07/2024.

Unidos, onde sua irmã já morava, para tentar a sorte e estudar música. Quando retorna ao Brasil, junto com alguns amigos, dentre eles Edgard Scandurra[107], formam o *Ultraje a Rigor,* em 1982. (ASCENÇÃO, 2011)

A composição que colocaria o Ultraje a Rigor na roda da fama surge neste mesmo ano de 1982 e conta com algumas inspirações. Uma delas é sobre a forma que o pai de Roger o chamava sempre que ele o desapontava. Daí um dia, ele cantarolando no chuveiro "algo como 'why don´t you, why don't you,'" (ALEXANDRE, 2013, p. 183), explorando a sonoridade da palavra "inútil". Aliado a isso, o rei do futebol Pelé havia dado uma declaração dizendo que os brasileiros não estão preparados pra votar. A partir daí Scandurra agrega o solo que seria a introdução da canção e são distribuídas as primeiras fitas cassete com a divulgação da banda pelo presidente da Gravadora WEA Discos, André Midani. Midani quando ouviu a canção gostou imediatamente e esperou por meses a censura para não ter de modificar ou cortar alguma parte da música. (ALEXANDRE, 2013, p. 183) Dentre estas fitas distribuídas, uma cai nas mãos de um publicitário importante, Washington Olivetto, que por sua vez envia a fita para um amigo radialista da Rádio Excelsior, Osmar Santos, que a insere no programa Balancê. (ASCENÇÃO, 2011, p. 39)

Em novembro de 1983, Osmar Santos é convidado para ser mestre de cerimônias do primeiro comício em favor das eleições diretas e coloca a canção Inútil para tocar para cerca de dez mil pessoas em São Paulo, obtendo grande impacto. O país estava passando por uma transição política e em várias capitais eram intensas as passeatas e manifestações populares reivindicando uma emenda constitucional que permitisse eleições presidenciais diretas, já para o ano de 1984. (ALEXANDRE, 2013, p. 184)

> "A TV tocava 'Coração de Estudante', de Milton Nascimento, como o hino da campanha das diretas", lembra Roger, desconfiado. "Mas na prática era 'Inútil'. Só que 'Inútil' incomodava porque ia fundo na ferida. Temos a mania de colocar a culpa nos políticos, mas "Inútil" dizia que a coisa dependia do povo, dependia de outro brasileiro, de outro cara que *nós* colocássemos lá." (ALEXANDRE, 2013, p. 184)

Analisando esse trecho de Alexandre, podemos constatar a forma como a canção foi recebida pelo público das manifestações, como uma canção de protesto, de crítica, de insatisfação, como se as autoridades percebessem os brasileiros como inúteis por não terem direito ao voto direto e a escolher seus próprios presidentes. (ASCENÇÃO, 2011, p. 40)

[107] Que posteriormente em 1984 deixa o Ultraje a Rigor e funda a banda IRA!

Mas podemos perceber a real intencionalidade aplicada na música pela última fala de Roger no trecho destacado: temos a mania de colocar a culpa nos políticos, mas na verdade a "coisa" dependia do povo. Apesar de Roger afirmar o contrário, que "no início ficou todo mundo naquela de pô, qualé, será que os caras estão xingando a gente?" (ASCENÇÃO, 2011, p. 39) ao pensarmos os posicionamentos de Roger Moreira hoje, e, olhando no retrovisor, podemos perceber a canção *Inútil* sob uma outra perspectiva, como já foram feitas muitas análises.

O LP *"Nós vamos invadir sua praia"* no qual a canção *Inútil* está inserida, foi um álbum importante, ocupando a 27ª posição na lista dos cem melhores discos brasileiros de todos os tempos, da revista *Rolling Stone.* Em seu lançamento em 1985 no Brasil alcançou recordes de venda, cerca de 450 mil cópias. (MATTOS, 2015, p. 246)

Em 1986 é lançado o álbum *Sexo!!*, que até obteve boa vendagem mesmo sendo considerado apelativo e brega por alguns críticos. Roger rebate que o título, bem como a canção homônima, criticam a censura e o moralismo, típicos de nossa cultura. Ainda nesta mesma música, podemos destacar os temas como *corrupção, inflação e ladrão*. Na canção *Pelado* ele faz até uma crítica social quando ele diz que "sem roupa, sem saúde/sem casa, tudo é tão imoral/a barriga pelada é que a vergonha nacional" (MATTOS, 2015, p. 247)

A canção de trabalho "*Eu gosto é de mulher"* foi composta a partir de um comentário homofóbico feito pelo baixista Maurício. A música tem um cunho extremamente machista, misógino e homofóbico, "Eu sou assim meio atrasadão, conservador, meio reacionário e caretão/ Pra quê ser diferente? Se eu fico sem mulher eu fico até doente/Mulher que lava roupa/Mulher que guia carro/ Mulher que tira a roupa/ Mulher pra tirar sarro." Aqui mais uma vez podemos constatar o teor de suas falas preconceituosas e ele se dizendo "conservador, meio reacionário" já em 1986.

Em 1988 o Ultraje lança o álbum *Crescendo* - estando o Roger com 32 anos à época- tendo uma repercussão de venda de 230 mil cópias. A banda costumava lançar álbuns de dois em dois anos, mas as demandas por lucros cada vez mais altos das gravadoras os impelia diminuir esse intervalo, o que não estava sendo possível no momento. O processo de criação de canções para um disco precisa de tempo, além disso, a rotina intensa de shows não lhes dava espaço para as criações em tão pouco tempo. (ASCENÇÃO, 2011, p. 144)

> "A gravadora perdeu o interesse total em nós e até hoje não sabemos nem explicar bem o porquê. Apesar de nós estarmos vendendo cada vez menos disco, ainda vendíamos muito disco de platina e segundo eu soube depois,

> gente graúda na gravadora não esperava nem que nós fizéssemos um segundo disco de sucesso" (ASCENÇÃO, 2011, p. 144)

Em 1990 lançaram um álbum de *covers* e mais alguns anos depois lançaram uns três álbuns ao vivo e mais três de estúdio, até os sucessos de rádio irem perdendo a frequência, mesmo que os *hits* mais famosos tenham embalado um curto show no *Rock in Rio* 2001. (MATTOS, 2015, p. 248)

A partir de 2011 passa a integrar a banda do programa *talk show* de Danilo Gentili[108] onde se sente confortável para destilar toda sua ira contra a esquerda, contra as instituições públicas, contra as minorias e contra a *suposta ditadura comunista* que afirmam categoricamente que o Partido dos Trabalhadores queria implantar no Brasil. Esse discurso se acirra ainda mais durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Nas eleições presidenciais de 2018, Roger manifestou apoio ao candidato Jair Messias Bolsonaro, alinhado à extrema-direita. Em suas redes sociais, principalmente *Instagram* e *Twitter*, pudemos observar diversas postagens a favor do discurso armamentista, militarista, anticomunista. Em entrevista para o site *UOL* e questionado sobre o seu discurso contribuir com a extrema-direita, ele afirma que sim, e que deveria contribuir mesmo, porque, segundo ele, já foi muito polarizado para o outro lado e muitas simples não são compreendidas por conta do "politicamente correto". Que em sua opinião deveria sim, radicalizar para o outro lado. [109]

"Dizem que o rock andou errando"

Partiremos agora para a trajetória de outro objeto de nossa análise: João Luiz Woerdenbag Filho, ou Lobão, nasceu no ano de 1957, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Cresceu entre os bairros de Copacabana e Ipanema e estudou em um dos colégios mais conceituados da cidade, o Colégio São Vicente. Seu avô paterno foi um famoso engenheiro hidráulico holandês especializado em carros de luxo, da marca Rolls Royce, da qual se tornou embaixador vitalício na América Latina e seu avô materno era funcionário do Tesouro Nacional. Desde muito cedo teve contato com a música,

---

[108] Humorista do gênero *stand-up comedy* que desde sempre tece duras críticas ao Partido dos Trabalhadores e à esquerda no Brasil. Seu discurso e posicionamento político estão muito alinhados com a "nova direita" e o apresentador responde a diversos processos devido a suas declarações ofensivas contra mulheres, negros, pessoas com deficiência, dentre outras minorias.

[109] https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/13/roger-do-ultraje-a-rigor-ataca-a-esquerda-e-nega-radicalismo-ponderado.htm Consultado: 10/07/2024

principalmente a *bossa nova*, da qual sua mãe era fã, mas que ele desde cedo demonstrava certo incômodo ao ouvir.

Dadas algumas considerações e contextualizações sobre suas origens, passemos agora para uma breve explanação de sua carreira. Partiremos de um ponto importante, considerado o auge de sua carreira, o ano de 1987.

Lobão é preso e condenado a um ano de prisão, sem direito a *sursis*[110] por ser reincidente no porte de maconha e cocaína. É levado para a Polinter, no centro do Rio de Janeiro. Após seu pai ir visitá-lo e ficando muito abalado com a situação, acaba pedindo ajuda a Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo de Televisão que rapidamente providencia sua troca de penitenciária para a Ponto Zero. Ainda neste período de reclusão na Polinter, Lobão conseguiu uma permissão para gravar as vozes e guitarras do álbum *Vida Bandida*, interrompido em decorrência de sua detenção. Na faixa homônima é possível observarmos uma homenagem feita a seus companheiros de cela quando na introdução ele fala: "Aê, galera da onze!!!" (LOBÃO, 2010. p. 320), fazendo referência ao número da cela:

> "Todos dançavam, batucavam com as mãos, cantavam junto... foi um momento de uma beleza incrível... emocionante, que foi carimbado com o crivo de aprovação da rapaziada. Essa música foi dedicada a eles e a todos os presos do Brasil." (Lobão, 2010. p. 320).

O referido álbum atingiu recorde de vendas, cerca de 300 mil cópias, triplicando a tiragem de vendas de seu álbum anterior "O Rock errou", 1986. (Mattos, 2016. p.234), que vendeu cerca de 100 mil cópias. Na canção título do disco, O Rock errou, ressaltamos o trecho "Vivemos num país bem revistado" podemos inferir que está referindo-se à ditadura empresarial-militar e aos seus sistemas de repressão, de censura e de controle. "Muito louco anda solto de colarinho, é claro", referindo-se aos poderosos, aos representantes das classes dominantes e aos políticos e militares que executavam suas arbitrariedades impunemente.

Ainda neste álbum, cabe ressaltar aqui canções famosas como *Canos Silenciosos*, cuja letra também podemos observar uma referência à ditadura empresarial-militar, aludindo aos militares e suas arbitrariedades quando cita *homens, fardas, cassetetes, camburões, abusando da lei com suas poderosas credenciais*, ou seja, homens

---

[110] Suspensão Condicional da pena. https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/7793-sursis#:~:text=%C3%89%20o%20mesmo%20que%20suspens%C3%A3o%20condicional%20da%20pena Consultado em 15/07/24

institucionalizados, a serviço da lei, atuando por meio do patrulhamento da polícia e do exército nas ruas.

Após este período conturbado em sua vida pessoal, em 1988 que em parceria com o músico Ivo Meirelles nasceu o álbum *Cuidado!*, cuja faixa "O eleito" , foi escrita junto com o músico Bernardo Vilhena. Esta canção, segundo Mattos, pode ser considerada *o seu protesto político mais contundente* (Mattos, 2016. p.235).

> Desandei a fazer canções meio que de protesto (eu detesto canções de protesto), como "Revanche", "O eleito", "Quem quer votar", "Panamericana", "Presidente mauricinho" e nesse ritmo fui me engajando, meio que no vai da valsa, na ala esquerda, principalmente por acreditar ser o Sarney o representante mais vil da direita. (LOBÃO, 2013, p.181)

Em 1989, após retornar de Los Angeles, ocorre o famoso episódio do programa Domingão do Faustão[111] no qual faz uma letra L com as mãos em apologia ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. A seguir executa a canção *Quem quer votar* e ao final da mesma pede votos em Luiz Inácio e finaliza com a banda tocando e cantando acompanhada em uníssono pelo auditório o *jingle* de campanha *"Olê, olê, olé, olá, Lula, Lula"* configurando, conscientemente, desta forma, um crime eleitoral. No entanto, em sua primeira autobiografia, Lobão apenas menciona o fato superficialmente, além de omitir que tal atitude o afastaria da Rede Globo de Televisão por, no mínimo dez anos.

No ano de 2010, Lobão lança, junto com o jornalista Cláudio Tognolli, sua autobiografia *50 anos a mil*, viajando pelo Brasil fazendo as divulgações. Em 2011, no evento literário chamado Festival da Mantiqueira, em uma fala sobre cultura brasileira, Lobão emenda uma crítica à Comissão Nacional da Verdade dizendo que a Comissão atua sob um critério imparcial e dúbio para julgar os crimes hediondos cometidos durante o período do regime militar, pois, segundo ele, não se aplicavam as mesmas medidas para quem os cometia: "Aí tem que ter anistia pros caras de esquerda que sequestraram o embaixador, e pros caras que torturavam, arrancavam umas unhazinhas, não [risos]. Essa foi horrível [risos]. Mas é, é bem isso".[112]

É esse episódio que marca de fato o seu rompimento com a esquerda e com o Partido dos Trabalhadores, pois recebeu muitas críticas à época de tal declaração: "aquela comissão, ao ter complacência com essas barbaridades perpetradas pela esquerda, seria

---

[111] https://www.youtube.com/watch?v=LJ3seRSSc8g Apresentação de Lobão no Programa Domingão do Faustão em 1989. Consultado em 03/06/2024

[112] https://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/06/cantor-lobao-exalta-ditadura-militar-e.html Consultado em 04/06/2024

simétrico indulgir “as unhazinhas arrancadas” nos calabouços da ditadura.” (LOBÃO, 2020, p24).

Em 2013, lança o livro Manifesto do Nada na Terra do Nunca, que conta com uma série de críticas ao intelectual de esquerda e à Música Popular Brasileira que sempre foi um ponto de crítica bem demarcado para o músico. Por um tempo, em sua juventude nos anos 80, ele afirma que até tentou se encaixar nesse padrão que segundo ele, era muito chique vangloriar-se por ser maoísta, dizer-se um apaixonado pela Revolução Cultural chinesa (...) ser fã do Che e do Fidel. (LOBÃO, 2013 p.38), mas que se sente envergonhado de ter tentado se adequar desta forma.

Em 2013, Rodrigo Constantino publicou um artigo no Jornal O Globo discorrendo sobre este livro de Lobão, lançando inclusive uma *tag* que ficou bastante conhecida na época: *“Mais Lobão e menos Chico Buarque”*[113] .

Para escrever este livro, Lobão relata que realizou muitas pesquisas sobre hegemonia cultural da esquerda, sobre ditaduras na América Latina, dentre outros temas. É nessas buscas que ele tem seu primeiro contato com Olavo de Carvalho, através de seu programa em um canal do Youtube chamado *True Outspeak*[114].

Olavo de Carvalho, cabe destacar, configurou importante nome para a capilarização dos discursos da nova direita e da propaganda bolsonarista.. Lobão logo se identificou com seu conteúdo e começou a consumir seus vídeos e livros. Em 2013 surgiu a ideia de produzir um *hangout*[115] chamado *Lobão Entrevista*, no qual ele entrevistaria alguns convidados. O primeiro convidado para o hangout foi justamente Olavo de Carvalho, que participou de quase 90% dos programas, inclusive.

Em 2016, após escrever o livro “Em busca do Rigor e da Misericórdia”, produz um álbum homônimo no sistema *crowdfunding* que consiste num financiamento coletivo baseado em doações.

O álbum conta com várias composições que manifestavam seu posicionamento e insatisfação com a situação política na qual o país se encontrava, como “A posse da impostora” e “A marcha dos Infames”. A inspiração da canção foi o fato de o músico ter seu nome incluído numa lista elaborada pelo Partido dos Trabalhadores e disposta no site

---

[113] https://oglobo.globo.com/opiniao/mais-lobao-menos-chico-buarque-8375227 Consultado em 25/05/2024.

[114] Programa apresentado por Olavo de Carvalho entre os anos de 2006 – 2013. Inicialmente era em formato de áudios com cerca de 1h de duração e em 2010 passou a ser exibido no canal do Youtube com imagens também.

[115] Plataforma do Google na qual é possível fazer chamadas, reuniões de vídeo e lives

oficial do partido, contendo os nomes de alguns jornalistas, influenciadores e personagens famosos por flertarem com o discurso das direitas.

> "Personificados em Reinaldo Azevedo, Arnaldo Jabor, Demétrio Magnoli, Guilherme Fiúza, Augusto Nunes, Diogo Mainardi, Lobão, Gentili, Marcelo Madureira entre outros menos votados, suas pregações nas páginas dos veículos conservadores estimulam setores reacionários e exclusivistas da sociedade brasileira a maldizer os pobres e sua presença cada vez maior nos aeroportos, nos shoppings e nos restaurantes"[116]

A decisão de apoiar Bolsonaro está explicitada mais claramente no seu segundo livro biográfico, o *60 anos a mil*, publicado em 2020. Lobão afirma que estava indeciso em relação aos candidatos, em um dilema. Mas que após o sete de setembro, "com a turbinada facada em Bolsonaro, só restavam duas opções: ou você votava em Fernando Haddad ou em Jair Bolsonaro" (LOBÃO, 2020, p231).

Lobão também utilizou bastante suas redes sociais para manifestar oposição à esquerda, ao Partido dos Trabalhadores e também para consumir conteúdos produzidos por nomes importantes na capilarização dos discursos dessa "nova direita". Trabalhava arduamente para que suas *hashtags* no Twitter de apoio a Bolsonaro, de convocações para os atos golpistas alcançassem o maior número de internautas, às vezes com o alcance dos *trend topics* em menos de 15 minutos. (LOBÃO, 2020, p. 233).

Considerações Finais

Ao analisarmos as trajetórias de vida da cada um desses músicos, podemos constatar que se assemelham em quase todos os aspectos. Ambos falam de um lugar de muitos privilégios. São homens brancos, advindos de famílias com excelentes condições financeiras se compararmos com a maioria da população brasileira. Viveram uma vida financeiramente confortável, estudaram nas melhores escolas, tiveram a oportunidade de morar fora do país, embora por motivos diferentes. Roger Moreira, segundo PILAGALLO (2023, p.73), era morador da região dos Jardins em São Paulo, e estava longe dos jovens engajados que militavam no movimento estudantil recém surgido. "Adolescente, a transgressão não ia além dos sapos que apanhava na fazenda dos pais e soltava nas aulas. Em vez de contestação juvenil, algazarra inconseqüente." (PILAGALLO, 2023, p.73).

[116] https://pt.org.br/alberto-cantalice-a-desmoralizacao-dos-pitbulls-da-grande-midia Consultado em 22/05/2024

Lobão, por sua vez, sempre fora conhecido por seu comportamento considerado inadequado, sempre tecendo críticas acirradas a tudo que para ele possa soar como "transgressor". Quando em 2013 recebeu o convite para ser colunista da revista Veja, aceitou porque a Veja era vista pela esquerda como um "ninho de reacionários incorrigíveis. E pensando com os meus botões, divaguei: nada mais underground e provocador que escrever na Veja. Simbora nessa!" (LOBÃO, 2020, p. 80) O período em que passou preso também, o fez ver de perto como é o sistema carcerário no Brasil e isso o causou incômodo na época, mesmo gozando de privilégios durante sua detenção.

Em relação ao apoio a Jair Bolsonaro, logo nos primeiros anos de seu mandato, Lobão já discorda de sua gestão, de sua pessoa e torna-se um crítico tanto dele como de Olavo de Carvalho. Já Roger Moreira mantém seu apoio incondicional a Bolsonaro até os dias de hoje. Além disso, suas redes sociais estão sempre recheadas de falas problemáticas, ácidas e ofensivas às minorias. Algumas já lhe renderam alguns processos[117] e também já teve de apagar postagens falsas por ordem da ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia[118].

Em suma, conforme já citado anteriormente, esta pesquisa ainda está em andamento, mas de antemão já adiantamos que não é tarefa fácil precisar as razões pelas quais esses músicos guinaram à direita. São muitos elementos que devemos analisar. A origem de classe de ambos é relevante apontar, mas por si só não justifica e nem elucida historicamente. Outro fator importante é a questão da "reinvenção" de suas carreiras coincidir com esse avanço do conservadorismo que está inserido em um processo histórico da construção desse novo projeto de estruturação da hegemonia burguesa e diretamente ligado à atualização do movimento das direitas no Brasil. (CASIMIRO, 2020, p.11).

Essa atualização dos mecanismos de dominação das direitas perpassa também os espaços digitais. A revolução digital no campo da política tem sido muito bem utilizada pela direita, que vem dominando com maestria este universo. E ambos, como pessoas públicas se utilizam também desses espaços digitais colaborando com a difusão da ideologia dessa nova direita e com a propaganda bolsonarista, vale ressaltar. Sobretudo

---

[117] https://www.metropoles.com/sao-paulo/roger-do-ultraje-faz-acordo-e-postara-contra-abuso-sexual-infantil

[118] https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/19/tse-determina-que-roger-moreira-apague-postagens-com-mentiras-sobre-lula.ghtml

porque atuam ainda no campo da cultura, que sempre foi um espaço de disputas, que exerce papel importante na formação dos consensos. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980) .

Referências:

ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos 80*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1980.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)* 2016

_____ *A tragédia e a farsa. A ascensão das direitas no Brasil contemporâneo.* 1ed – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MATTOS, Romulo. *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.* Álvaro Bianchi... [et al.], organização Felipe Demier, Rejane Hoeveler. 1ªed – Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

PILAGALLO, Oscar. *O girassol que nos tinge: uma história das Diretas-Já, o maior movimento popular do Brasil.* 1ªEd. São Paulo: Fósforo, 2023.

Fontes:

ASCENÇÃO, Andréa. *Ultraje a Rigor: nós vamos invadir sua praia*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2011.

LOBÃO. *Manifesto do Nada na Terra do Nunca*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

LOBÃO, TOGNOLI, Cláudio. *50 anos a mil*

LOBÃO. *60 anos a mil*. São Paulo: LeYa, 2020.

Destrinchando *Tchapaiev*: Uma análise da obra que marcou o Realismo Socialista

Felipe Santana Gonçalves
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Ana Carolina Huguenin
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto é um fragmento do terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado, cujo título é *Cinema e Realismo Socialista: A URSS através das lentes de Tchapaiev (1934)*, ainda em andamento. O presente trabalho tem como premissa analisar o filme *Tchapaiev*, dos irmãos Vasilyev, lançado em 1934. A obra lançou as bases do Realismo Socialista, doutrina cultural e artística da URSS, que teve por objetivo chancelar as ideias do Partido Comunista através do campo artístico soviético.

Destrinchando *Tchapaiev*

Embora Tchapaiev seja um militar vitorioso e respeitado pelos seus subordinados, seus métodos indisciplinados são questionados pela direção do Partido. Para colocar limites e educá-lo politicamente de acordo com os desígnios bolcheviques, o Comissário Furmanov é enviado com a missão de dividir com ele o comando da divisão.

A relação entre eles é um pano de fundo para um debate acerca da importância da direção partidária diante da espontaneidade revolucionária por parte dos homens comuns. Ao mesmo tempo que esses homens são retratados como seres altruístas e dedicados na vitória contra o Exército Branco, a obra dos irmãos Vasilyev acentua a necessidade de hierarquia e centralidade partidária defendida pelos bolcheviques na ação revolucionária.

O filme se inicia com camponeses fugindo após a invasão do Exército Branco em uma fazenda local. Um corte[119] rápido e Tchapaiev (Boris Babochkin) aparece pela primeira vez na película conduzindo seus homens para o confronto com os invasores, que acabam batendo em retirada através de um rio da propriedade.

Nas palavras de Jeremy Hicks:

> Em contraste com o desejo de Furmanov [em seu livro] de examinar e questionar o culto de Tchapaiev, o filme começa com uma imagem dramática

[119] Na linguagem audiovisual, corte significa que um determinado plano é imediatamente sucedido por outro. Com o intuito de familiarizar o leitor em relação aos termos cinematográficos mais elementares, usamos o site <https://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro> como referência.

> de herói, a figura do mito: com a mão, ele detém esses homens, sua divisão partidária, uma das várias que surgiram na época, em seu caminho. Um jovem alto e magro, cujo nome não será mencionado no filme, mas que terá vários encontros dramáticos com o seu comandante, explica que os checos os forçaram a abandonar a coluna que ocupavam.[120]

Em seguida é a vez de Dmitri Furmanov (Boris Blinov), aparecer através das lentes dos irmãos Vasilyev. Furmanov é identificado como novo Comissário da divisão, enviado após uma decisão da Direção Central do Partido Bolchevique.

Sobre a primeira aparição do Comissário, Julian Graffy destaca:

> Tal como Tchapaiev, Furmanov emerge do fundo do quadro, mas seu uniforme e a sua marcha ordenada e disciplinada contrasta notavelmente tanto com o dinamismo frenético da primeira aparição de Tchapaiev como com os ziguezagues impetuosos do seu bando esfarrapado. O Comissário chega à ponte e diz a Tchapaiev seu nome e sua função. Ele é Furmanov e foi nomeado Comissário da divisão. As tropas que ele trouxe são voluntários do exército e tecelões da cidade industrial vizinha. Este é o primeiro encontro das duas forças no centro da trama do filme, Tchapaiev e Furmanov, o Comandante e o Comissário, o campo e a cidade, a energia camponesa e a disciplina do Partido.[121]

Outro aspecto interessante a se destacar na cena é o Comissário, visto pela primeira vez com seu cachimbo na boca, elemento que será associado a ele em outra cenas-chave da obra, tanto para qualificá-lo como um homem de raízes intelectuais, quanto para associá-lo de maneira implícita a um dos utensílios mais conhecidos da União Soviética, o cachimbo de Joseph Stalin.[122]

Um novo corte apresenta um jovem casal em meio a um breve diálogo: o rapaz parece ser um membro da divisão de Tchapaiev e a mulher possivelmente uma camponesa local ávida por participar da guerra contra os Brancos.

Um meio primeiro plano[123] mostra a conversa inicial entre o personagem principal e o Comissário: o Comandante afirma que o enviado do Partido chegou bem na hora, pois recebera uma ordem de Mikhail Frunze para assumir à ofensiva contra o movimento branco local.

Um plano médio[124] mostra soldados e camponeses confraternizando e militares discutindo táticas de guerra. Tchapaiev está no centro da *mise-en-scène*[125] organizando o

---

[120] HICKS, Jeremy. *The international reception of early soviet sound cinema: Chapaev in Britain and America*. Historical Journal of Film, Radio and Television, 2005, p.272.
[121] GRAFFY, Julian. *Chapaev.* Londres: IB Tauris, 2010, p. 42.
[122] Ibid, p.43.
[123] Quando uma ou mais figuras humanas são enquadradas da cintura para cima.
[124] Refere-se a figuras humanas enquadradas da cintura para cima. A câmera está a uma distância média do(s) objeto(s), de modo que ele ocupa uma parte considerável do ambiente, mas ainda tem espaço à sua volta. É um plano de posicionamento e movimentação.
[125] O termo define basicamente tudo o que vemos na cena, como posição de atores, cenário, iluminação, figurino e maquiagem até a atuação.

vindouro ataque. Uma elipse estilizada[126] anuncia que a aldeia foi tomada. Em seguida, Tchapaiev está em cena novamente com Furmanov. O herói interpela um Capitão ferido, que havia se exposto durante um ataque do inimigo. Através de um primeiríssimo plano[127] Tchapaiev utiliza batatas que estavam à mão, para ilustrar o campo de batalha e demonstrar como os soldados devem se posicionar durante um ataque. Isto é feito sob o olhar atento e aprovador de Furmanov. A cena é encerrada com Tchapaiev e o Capitão ferido rindo amistosamente. Graffy afirma que:

> Trata-se de uma das cenas mais famosas da história do cinema soviético, Tchapaiev corre impulsivamente para a mesa. Usando batatas para representar "nosso destacamento" e maçãs para representar o inimigo, o cachimbo de Furmanov (retirado sem cerimônia de sua boca) como tiros de canhão e os cigarros de Elan como metralhadoras, ele pergunta repetidamente onde deveria estar o Comandante em diferentes estágios da batalha. Ele sugere que o Comandante deveria estar sempre preocupado em se proteger, de modo a comandar suas tropas outro dia, e a certa altura a tigela de vegetais funciona como "algum ponto de observação na retaguarda" para o qual ele deve uma vitória dramaticamente representada por jogar as maçãs no chão.[128]

Apesar do discurso de Tchapaiev explicando a tática militar e da bronca em seu subordinado, quando questionado pelo homem, o próprio Comandante admite que, a depender das circunstâncias, também poderia estar na linha de frente da batalha. O discurso sugere uma espontaneidade heroica que contrasta com os ritos burocráticos da disciplina do Partido.

Na cena seguinte, o casal — que agora sabemos tratar-se de Anna (Varvara Myasnikova) e Petka (Leonid Kmit) — aparece novamente manuseando uma espécie de metralhadora em formato de minicanhão. O rapaz tenta beijar a moça que o rechaça. A respeito da relação entre Anna e Petka, Marc Ferro aponta que:

> As relações entre Anna e Petka evoluem, da mesma forma, de um polo negativo para um polo positivo. No início desse encontro entre uma jovem operária e um soldado, símbolo das relações entre a cidade e o campo, Petka quer ter relações sexuais com Anna. Mas ela representa a revolução consciente, por isso deve se mostrar virtuosa e se recusa a esse tipo de relação com Petka. O soldado a interessa porque a ensina a manejar a metralhadora, ela lhe é grata, mas esse é seu dever. Não obstante é evidente que ela tem certa inclinação por ele. As demoradas carícias no cano da metralhadora são obviamente carícias para Petka, e pouco importa que elas sejam devidas à atriz ou às diretrizes adotadas pelo diretor da cena, que sua significação seja consciente ou inconsciente.[129]

Ainda sobre a cena descrita acima, enquanto Petka tenta beijar Anna, ela afasta e zombeteiramente o chama de "herói". Ela refere-se com irritação à autoimportância que

---

[126] Recurso que permite que a trama "salte" brevemente no tempo.
[127] Ferramenta capaz de focalizar um ser-humano ou objeto através de um close-up.
[128] GRAFFY, Julian. op.cit., 44-45.
[129] FERRO, Marc. *Cinema e história*. 2ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2010, p.135.

encontrou entre os homens de Tchapaiev e sugere que o seu “heroísmo” limita-se às suas façanhas com as mulheres.

Impressionado com isto, Petka insiste que irá, de fato, mostrar-se um herói, infiltrando-se no campo dos Brancos e capturando um “iazyk” (uma “língua”, um prisioneiro que falará).[130] Os irmãos Vasilyev, através deste breve diálogo, possivelmente buscavam reforçar a ideia do heroísmo dos homens de Tchapaiev — destacando o autocontrole do jovem soldado diante do sarcasmo da moça por quem está apaixonado.

Graffy aponta que:

> Esta alusão explícita à natureza do heroísmo ocorre no contexto da ampla discussão contemporânea do assunto na sociedade soviética. O título de 'Herói do Trabalho' foi instituído em 1927 e o de 'Herói da União Soviética' em 16 de abril de 1934, enquanto *Tchapaiev* estava em produção. Foi atribuído pela primeira vez, numa recepção no Kremlin organizada por Stalin, em 2 de maio, aos aviadores que salvaram a tripulação do Cheliuskin do seu navio congelado no gelo do Ártico. A promessa de Petka aqui é que ele, um camponês comum, também pode ser um herói.[131]

Um novo núcleo da obra é apresentado ao espectador quando uma dupla de militares da alta hierarquia do Exército Branco conversam sobre Tchapaiev. Enquanto um zomba do famoso comandante do Exército Vermelho, o outro argumenta que o líder da 25° divisão é um adversário sério. O Coronel é apresentado como Serguei Nikolaievitch Borozdin (Illarion Pevtsov), enquanto o jovem Tenente — representado pelo próprio diretor Georgi Vasilyev — permanecerá sem nome. Para Graffy:

> Esses dois personagens, nenhum dos quais estava presente no romance de Furmanov, representam os dois grupos de soldados que constituem o inimigo branco no filme. O Quartel-General dos brancos é consideravelmente mais bem equipado do que o alojamento em que Tchapaiev e Furmanov acabaram de ser vistos na cena anterior, e ao longo do filme os brancos serão predominantemente associados a interiores relativamente luxuosos e os vermelhos a cenários mais humildes.[132]

A figura do Coronel Borozdin foi amplamente vista como uma espécie de nova demonstração de caracterização do inimigo Branco — que até então havia sido representado de forma quase caricatural na arte soviética; sempre covarde, ignóbil, dotado de tons inteiramente vilanescos. [133]

A atuação de Pevtsov, artista histórico do teatro de Moscou, é apontada como uma das principais causas dessa mudança de abordagem. O próprio ator comentou, em seu caderno de anotações, durante as filmagens de *Tchapaiev*: “Pela própria natureza das

---

[130] Ibid, p.136.
[131] GRAFFY, Julian. op.cit., p.47.
[132] Ibid, p.47.
[133] Ibid, p.47.

coisas, um ator não pode ser promotor ou advogado de defesa do personagem que interpreta. Ele deve sempre ter em mente que na natureza não existem cores pretas puras ou brancas puras.[134]

Numa cena cômica, situada no Quartel-General de Tchapaiev, dois soldados abordam Furmanov dizendo que o Comandante está com raiva deles e prometeu atirar em ambos. O comissário sorri. Nota-se a preocupação da direção, especialmente no primeiro terço do filme, em demonstrar a relação de camaradagem do personagem-título com seus comandados.

Furmanov e Tchapaiev discutem brevemente enquanto o último joga uma cadeira no chão num breve acesso de fúria. O Comandante está indignado pelo fato de um *mujique*[135]não poder se tornar médico e cita a "intelectualidade podre" que, segundo Tchapaiev, era a razão principal para que essa ascensão profissional e social não ocorresse. Aqui há um ponto interessante, o desprezo do protagonista aparece em consonância com Lenin, que numa carta a Gorki, em 1916, comentara o seguinte a respeito dos "intelectuais podres":

> Os intelectuais operários e camponeses estão crescendo e a fortalecendo a luta para derrubar a burguesia e seus cúmplices — os intelectuais podres, lacaios do Capital, que se imaginam os cérebros da nação. Na verdade, eles não são os cérebros, mas sim a merda.[136]

O Comissário comenta que tal como Alexandre - o Grande, Tchapaiev também é um grande comandante militar. O comandante e homem do povo revela que não sabe de quem se trata e lista todos os grandes militares que ele conhece: Garibaldi, Napoleão e Suvorov.

Diante das palavras do Comissário, Tchapaiev acalma-se. Seu ímpeto emocional, pela primeira vez na projeção, é domado pelas orientações de Furmanov. Tal momento é representativo no longa, pois exemplifica o caráter partidário que caracteriza um dos fundamentos estabelecidos pela doutrina do Realismo Socialista. Vemos o protagonista do filme sendo instruído explicitamente por uma figura colocada na trama para chancelar as visões do Partido.

Tchapaiev faz uma espécie de mea-culpa afirmando que aprendeu a ler havia apenas dois anos e pede para que Furmanov conte sobre Alexandre - o Grande. Ao dizer que só se alfabetizara recentemente, a direção evidentemente busca se comunicar e fazer

---

[134] Ibid, p.48.
[135] Homem rude, do povo. Expressão utilizada para caracterizar os camponeses antes da revolução de 1917.
[136] LENIN, Vladimir, 1962, p.301, *apud* GRAFFY, Julian, 2010, p.48.

com que a imensa massa de camponeses soviéticos que só recentemente aprenderam a ler e escrever se identifiquem com o Comandante. Ferro salienta o seguinte sobre a cena:

> Nada mais expressivo do que essa cena em que Tchapaiev e Furrnanov falam sobre Alexandre da Macedônia. Ela nos ajuda a dar um passo adiante no conhecimento de Tchapaiev. Ele se julgava experimentado em história militar, mas na verdade sequer ouvira falar do grande Alexandre. Por mais que Furmanov, para consolá-lo, conte a ele que Alexandre, o Grande, morrera há muito tempo e que muitas pessoas jamais tinham ouvido falar dele, Tchapaiev não se contenta com isso. Ele possui no mais alto grau esse sentimento de dignidade do trabalhador que rompeu as grades da opressão, 'Você sabe, portanto eu também devo saber', responde. Sua sede de conhecimento é tão ardente quanto sua atividade militar. É possível contemplar por um segundo seu semblante para sentir toda a impetuosidade e todo o impulso do espírito que se abriga sob essa fronte larga. Nele, o pensamento é inseparável da ação.[137]

Mais adiante na projeção, veremos uma cena bastante significativa, em que dois soldados conversam acerca do passado de Tchapaiev, citando as origens humildes do Comandante como camponês e carpinteiro na região de Balakov que, apesar de sua proveniência nas camadas pobres da sociedade russa, tornou-se um militar brilhante.

Numa anotação em outubro de 1917, intitulada "Será que os Bolcheviques manterão o poder do Estado?", Lenin escreve a respeito da possibilidade de ascensão das camadas populares num Estado revolucionário:

> Não somos utópicos. Sabemos que nenhum trabalhador manual e qualquer cozinheiro não são capazes *agora* de assumir a gestão do Estado. Mas exigimos uma ruptura imediata com o preconceito que diz que apenas funcionários ricos ou funcionários de famílias ricas são capazes de dirigir o Estado, de se posicionar em posições importantes do aparelho estatal. Exigimos que a formação em matéria de gestão do Estado seja realizada por trabalhadores e soldados conscientes e que o trabalho seja iniciado imediatamente, ou seja, que se comece imediatamente a atrair todos os trabalhadores, todos os pobres para esta formação.[138]

Mais uma vez, é explícita a preocupação da direção em mostrar o personagem principal como uma figura humilde, de origens modestas e pouca ilustração (o que não significa, de forma alguma, pouca inteligência, interesse e capacidade de aprendizado), o que facilita sua identificação com o público.

A questão da alfabetização recente cria um vínculo com a imensa massa do campesinato russo que passara séculos com pouquíssimo ou nenhum acesso à escolarização. Furmanov sugere que Tchapaiev cuide melhor de sua aparência, pois o comandante parece sempre desleixado e, sendo um militar de alta patente do Exército Vermelho, deve dar sempre o exemplo para os seus homens.

---

[137] FERRO, MARC. op.cit., p. 125.126.
[138] GRAFFY, Julian, op.cit., p.49.

No Quartel-General dos Brancos, um relatório nas mãos do Coronel branco aponta que um militar foi preso ao tentar desertar. Na cena seguinte, Serguei nota que o desertor é irmão de Dmitri Potapov (Stepan Shkurat), espécie de servo pessoal do Coronel, um cossaco simples de origens camponesas.

Uma nova elipse anuncia um breve salto temporal na trama sublinhando para o público que a divisão de Tchapaiev segue avançando em direção ao inimigo.

Dentro do Quartel-General dos Vermelhos, soldados acordam Furmanov informando que homens do pelotão de Jikharev (Nikolai Siminov) estão saqueando a aldeia próxima. Na cena seguinte, um militar "confisca" um leitão de camponeses esfomeados; uma mulher o questiona:

> "- Seus monstros! Estão levando o nosso último! Esse é o poder soviético para você?
> - Silêncio, vovó! Em tempo de guerra, até um leitão é uma dádiva de Deus.
> - Seu tirano de pernas compridas. Maldito seja!"[139]

O soldado leva o leitão embora enquanto a câmera destaca dois moradores que conversam e afirmam com sarcasmo: "- Os brancos nos roubam, os vermelhos nos roubam. O que um camponês deve fazer?"[140]

Uma cena dentro do Quartel-General do Exército Vermelho mostra Furmanov abordando o comandante Jikharev a respeito do confisco:

> "-Seus homens estão saqueando a aldeia e você deixou eles irem?"

---

[139] *Chapaev*. Dir. Georgi Vasilyev e Serguei Vasilyev. Prod. LENFILM, URSS, 1934. Duração: 96 minutos. Versão visualizada: DVD, Brasil, 2013.
[140] Ibid.

> -Não sei nada sobre isso.
> -Você percebe o que isso significa?”[141]

Zhikharev faz menção de ir embora e Furmanov ordena sua prisão momentânea até que as coisas se esclareçam. O Comandante fica furioso: “- Quem está preso? Eu? Um comandante de Guerra?”[142]

Com Zhikharev algemado, Furmanov ordena que seja emitida uma ordem para que tudo seja devolvido aos camponeses. Tchapaiev entra em cena e questiona Furmanov sobre o paradeiro do Comandante ao tomar conhecimento de sua prisão, contestando-a nos seguintes termos:

> “-Você sabia que Jikharev é meu camarada de armas?
> -Eu sei
> -E você manda prendê-lo? Como ousa, seu verme burocrático?
> -Você sabe o que ele permitiu?
> -Não importa o que ele permitiu!”[143]

Um soldado impede a passagem de Tchapaiev. O Comandante joga suas armas no chão questionando Furmanov sobre quem está no comando da divisão. O Comissário afirma que ambos estariam. Furmanov, sempre impassível em contraste ao dinamismo e ao caráter apaixonado de Tchapaiev, responde calmamente que não precisa da glória do Comandante e que só pode ser demitido por quem o enviou, ou seja, pelo Partido, tornando explícito o choque de forças representado na película, isto é: a indisciplina dos heróis comuns e o papel disciplinador do Partido.

> “-Sou Tchapaiev! Você entende que eu sou Tchapaiev? E você? Quem é você? Quem te mandou aqui? Quer ter uma carona na minha fama? Dê o fora da minha divisão!
> -Eu não preciso da sua fama. Quanto a me retirar da divisão: só o partido pode fazê-lo. Você também é comunista então deve saber disso.”[144]

Através desse embate, diante da irracionalidade de Tchapaiev frente à prisão de seu companheiro de armas, cabe novamente a Furmanov a missão de trazer disciplina e racionalidade em contraposição à postura do Comandante. Mais uma vez o elemento partidário do Realismo Socialista direciona o espectador a seu favor para a resolução deste conflito. Fica evidente que a reação desmesurada do protagonista está equivocada. Cabe ao Comissário, isto é, o Partido, tomar as rédeas da situação.

Ferro comenta a respeito desse embate:

> Mais uma vez, após uma explosão vulcânica, Tchapaiev se acalma. Mais uma vez ele aprendeu uma lição com Furmanov. Ele recusa o pedido de libertação

[141] Ibid.
[142] Ibid.
[143] Ibid.
[144] Ibid.

> de Zhikharev. São as contradições no caráter de Tchapaiev que o tornam tão crível e atraente para o público. Na cena anterior ele havia mostrado o lado informe e indisciplinado de sua natureza, emocional, frente a racionalidade da disciplina partidária.[145]

Na cena seguinte, camponeses locais aparecem no Quartel-General interrogando quem é Tchapaiev. Os homens agradecem ao Comandante pela devolução dos itens roubados. Na cena, é possível identificar o elemento típico do Realismo Socialista, ao retratar camponeses pobres, numa cena cotidiana, agradecendo em nome de toda a comunidade pela restituição de seus bens. Durante a Guerra Civil era comum o confisco em propriedades rurais para que soldados não morressem de fome.

> "- Camaradas cidadãos e homens do Exército Vermelho: quem é Tchapaiev entre vocês?
> - Estou aqui para te ver. Seus homens devolveram tudo que roubaram. Os brancos vêm aqui e nos roubam e os vermelhos vieram e começaram a roubar também. O que um camponês deve fazer?"[146]

A respeito do entrevero retratado na cena, Graffy aponta que:

> As queixas dos camponeses de vermelhos que os roubaram e de que eram indistinguíveis dos brancos foram articuladas pela primeira vez no romance de Furmanov. Isaak Babel, um grande admirador do romance, expressou sentimentos semelhantes na boca do homônimo herói feirante judeu de sua história em *Exército da Cavalaria*. Para o personagem não havia diferença entre os poloneses, que abusaram dele, e os vermelhos, que derrotaram os poloneses e depois requisitou seu gramofone sob ameaça de tiro. Liutov, o herói de Babel, tenta explicar ao homem a diferença moral entre os tiros disparados pela Revolução e pela Contra-Revolução, mas Furmanov, no filme dos Irmãos Vasilyev, prefere ações às palavras. Agora vestido com uniforme completo, ele interroga Zhikharev. Inicialmente o comandante do pelotão mostra-se desdenhoso. Ele sorri e diz que não sabe nada sobre saques. Quando Furmanov ordena que seus tecelões voluntários o prendam, Zhikharev, que compartilha do senso hipertrófico de Tchapaiev sobre sua própria importância, exclama: "Prender quem? Eu... um comandante militar?!' e pega seu revólver. Mas Furmanov revela-se perfeitamente capaz de desarmá-lo. Ele o faz escrever uma ordem dizendo a seus homens para devolverem tudo o que saquearam e um tecelão insignificante e de óculos o prende.[147]

A cena, que termina com cortes sobrepostos de primeiro plano[148], identifica reações curiosas no rosto dos dois protagonistas da obra: o rosto de Furmanov — leve sorriso — e Tchapaiev — incredulidade. É como se a película ratificasse sutilmente que apesar de todo o heroísmo do personagem-título, ainda era necessário disciplina frente aos seus homens, Partido e processo revolucionário.

---

[145] FERRO, Marc. op.cit., p.130
[146] *Chapaev*. Dir. Georgi Vasilyev e Serguei Vasilyev. Prod. LENFILM, URSS, 1934. Duração: 96 minutos. Versão visualizada: DVD, Brasil, 2013.
[147] GRAFFY, Julian. op.cit., p.33.
[148] Quando as figuras humanas são enquadradas do peito para cima.

Tchapaiev pede para que Furmanov convoque uma reunião. O Comandante fala da vergonha que os saqueadores trouxeram à divisão e ao próprio Exército Vermelho. Observando a recepção calorosa de seus companheiros, argumenta que sua fama não pode estar ligada ao banditismo, cita ainda que os camponeses médios não podem ser vistos como inimigos. Por fim, afirma que irá atirar em quem fosse pego saqueando camponeses depauperados.

O discurso de Tchapaiev na cena aponta na direção do caráter proletário difundido nas premissas do Realismo Socialista. É a primeira vez na obra em que o Comandante cita termos como "luta contra o capital", "revolução" e "socialismo". Uma explanação perfeitamente assimilável e compreensível para o público, para os trabalhadores. Tchapaiev — personagem-título e filme — posicionam-se como classe proletária em oposição à burguesia.

Ao fundo, diante das palavras do Comandante, Furmanov faz gestões de aprovação enquanto fuma. Uma chancela do Partido pela firmeza do personagem-título, talvez, até do próprio Stalin, presente em cena através da alusão simbólica ao seu cachimbo na boca do Comissário.

A menção dos irmãos Vasilyev aos camponeses médios na cena também é reveladora. Como vimos no capítulo anterior, a luta contra os *kulaks* alcançou seu ápice justamente na época em que o Realismo Socialista adquiria forma. Pouco antes de sua morte, Lenin comentara a respeito:

> O camponês médio não é nosso inimigo. Devemos saber chegar a um acordo com ~~o~~ ele, sem renunciar nem por um momento à nossa luta com o camponês rico (*kulak*). Esta é a tarefa do momento, porque é precisamente agora que é inevitável que o camponês médio se volte na nossa direção. [149]

Em dado momento um homem pergunta a Tchapaiev:

> "-Os homens estão se perguntando: você é bolchevique ou comunista?
> - Sou a favor de Lenin.
> - Mas você é bolchevique ou comunista?
> - Eu sou pela Internacional."[150]

Os soldados gritam eufóricos. Furmanov observa com olhar de satisfação e questiona:

> "- Qual? Segunda ou Terceira?
> -Qual segunda?
> -A Internacional.
> -Eu sou a favor da pessoa certa.
> -Qual?

---

[149] LENIN, Vladimir, 1962, p.38, *apud* GRAFFY, Julian, 2010, p.53.
[150] *Chapaev*. Dir. Georgi Vasilyev e Serguei Vasilyev. Prod. LENFILM, URSS, 1934. Duração: 96 minutos. Versão visualizada: DVD, Brasil, 2013.

-Lenin estava em qual delas?
-A terceira. Ele fundou a Terceira Internacional.
-Então também sou pela Terceira Internacional."[151]

Durante o desenvolvimento da projeção é interessante observar — e, ao mesmo tempo, não deixa de ser curioso, — que o primeiro grande herói do Realismo Socialista no cinema não se identifique propriamente como um comunista. Quando questionado, Tchapaeiv parece bastante confuso em relação a tais nomenclaturas e desconhece a história do Comunismo internacional. Ferro aponta que:

> Tchapaiev não sabe o que responder; diante da insistência do seu questionador, ele olha para Furmanov, que, divertido com o fato, fuma seu cachimbo esperando com curiosidade a resposta de Tchapaiev. Depois de hesitar um pouco, este responde que é "a favor de Lenin". Tensa anteriormente, a assembleia relaxa. No filme, Tchapaiev manifesta com evidência sua ignorância das sutilezas do vocabulário político. Essa sequência também tem por efeito dissociar Tchapaiev de toda e qualquer ligação com outras correntes que não a leninista, que é a única que a partir dali se identifica com a revolução.[152]

Ainda em seu discurso, o Comandante diz para seus homens que ele é "um deles", numa espécie de comunhão com a classe operária — a qual todos em cena pertencem. Novamente, um discurso relevante, acessível e audível aos trabalhadores, componentes fundamentais do caráter proletário dos pressupostos estabelecidos pelo Realismo Socialista.

Na cena seguinte, Anna e Petka aparecem novamente conversando. O rapaz diz que foi enviado por Tchapaiev e Furmanov numa importante missão. Aperta a mão da

[151] Ibid.
[152] FERRO, Marc. op.cit., p.170.

moça e parte para realizar a tarefa que lhe foi incumbida. Anna o observa partir. Graffy salienta que:

> O público, e talvez a própria Anna, imaginam que ele vai beijá-la, mas Petka, como seu mestre Tchapaiev, está aprendendo as virtudes da moderação e do autocontrole. Silenciosamente, ele aperta a mão dela antes de sair noite adentro.[153]

Boa parte de *Tchapaiev* sustenta-se a partir do prisma do relacionamento entre seus personagens. Anna e Petka, o núcleo romântico da obra, também podem ser identificados como mais um dos elementos típicos do Realismo Socialista presentes na película. O interesse mútuo entre ambos encontra ecos perfeitamente palatáveis na sociedade soviética e retratam componentes absolutamente "mundanos". Em última instância, as relações humanas em contraposição aos grandes movimentos de massa do cinema revolucionário vanguardista são características intrínsecas da nova doutrina cultural e política.

Uma música triste compõe a cena enquanto as belas paisagens das locações tomam a tela. A trilha sonora assinada por Gavrill Popov contribui imensamente para o poder dramático do filme. Uma das músicas mais icônicas de *Tchapaiev*, é *Ei, po doroge*, uma canção tradicional cossaca, com letra alterada para ser usada como marcha do Exército Vermelho. Diz a canção:

> Ei, ao longo da estrada, ei, ao longo da estrada!
> As tropas vermelhas marcham pela estrada!
> Ei, é uma força, ei, é uma força!
> Ei, é uma força ameaçadora marchando![154]

Na divisão de Borodzin, Potapov descobre que seu irmão foi morto. Diante da sua perda e da incapacidade do Coronel em ajudá-lo, o cossaco resolve desertar para o Exército Vermelho.

Numa cena intimista, Tchapaiev confessa para Petka que eles têm poucos homens e munições para enfrentarem o inimigo. O jovem comenta diante do herói que ele é um Comandante incrível como Napoleão. Tchapaiev brinca sobre Napoleão ter enfrentado menos dificuldades. Tais diálogos, ainda que triviais, são fundamentais para desenvolver o argumento da camaradagem entre o Comandante e seus comandados.

Um dos principais artifícios utilizados pelos irmãos Vasilyev é a duplificação dos relacionamentos. Seja através de Tchapaiev e Furmanov, de Anna e Petka, ou até mesmo

---

[153] GRAFFY, Julian. op.cit., p.44.
[154] Ibid, p.45

do Coronel Borozdin e seu ordenado Potapov. São relações ambíguas, cheias de camadas, que irão se alterar ao longo do filme. Conforme apontado por Graffy:

> Não há cenas de batalha na primeira metade do filme. Grande parte da projeção parece se preocupar em estabelecer relacionamentos, com grande número de cenas que consistem em conversas entre dois personagens, Chapaev e Petka, Chapaev e Furmanov, Petka e Anna, Borozdin e Potapov. Em contraste, na segunda metade, há duas longas sequências de combates. [155]

A despedida de Furmanov e Tchapaiev é bastante simbólica. O Comissário recebe ordens para retornar à sede do Partido. Os dois homens se abraçam fraternalmente. É como se o personagem-título já tivesse sido educado pelo Partido. Nikolai Tarabukin observa que:

> Em termos ideológicos, agora que a missão que o Partido lhe confiou de 'educar' Tchapaiev foi cumprida, Furmanov pode deixar a Divisão e assumir novos desafios. Em termos de enredo, tendo desempenhado a sua única função de injeção ideológica e sendo desinteressante em todos os outros aspectos, ele é dispensável para a trama.[156]

Os ensinamentos de Furmanov a Tchapaeiv também ficam evidentes em duas sequências. Numa delas, o Comandante, parafraseando o Comissário em relação a si próprio, diz que Petka deve se vestir adequadamente, como um militar do Exército Vermelho, e não como um vagabundo. Aqui é explicito o aspecto partidário do filme, ao demonstrar como Tchapaiev havia falhado anteriormente por não usar vestimentas adequadas à sua patente, entretanto, através de orientações de alguém determinado pelo Partido, corrigiu-se, ao passo que também passou a exigir que seus comandados seguissem seu exemplo.

Na outra, em uma batalha contra os Brancos, Anna, que chegara a demonstrar descrédito em relação a Tchapaiev e seus homens no início da obra, fica incrédula ao vê-lo liderando uma vitória contra os inimigos apesar da desvantagem em número de homens e munições. É como se o roteiro se preocupasse em sanar qualquer dúvida em relação ao heroísmo de seu personagem principal.

Ao contrário de vindouras obras do Realismo Socialista pautadas por heróis modelos feitos a imagem e semelhança de Stalin, em *Tchapaiev* é no estudo das relações entre os personagens o caminho para compreendermos as características fundamentais do Realismo Socialista presentes na sua pedra basilar.

A ação que segue no terço final é vigorosa, contendo duas grandes batalhas, a cena do “ataque psíquico” e a “batalha final” entre vermelhos e brancos. São cenas

---

[155] Ibid, p.59-60
[156] TARABUKIN, Nikolai *apud* GRAFFY, Julian, p.60.

notadamente inspiradas nos faroestes americanos e reproduzidas de maneira tecnicamente brilhante pelos irmãos Vasilyev.[157]

Antes da batalha final, homens, Anna, soldados, camaradas e Tchapaiev confraternizam entoando uma música folclórica cossaca. Novamente, o caráter típico do Realismo Socialista se faz presente através da tocante cena, dotada de uma simbologia comum à população, ao retratar uma cerimônia de celebração entre amigos.

O clímax da obra é anunciado através de um tiroteio intenso numa cena de ação bem coreografada. O inimigo branco avança perigosamente, mas Tchapaiev e seus homens chegam para decidir a batalha e garantir a vitória, enquanto os Brancos fogem. Apesar disso, no Quartel-General inimigo, uma manchete de jornal aparece com os seguintes dizeres: "Deus está conosco! Vermelhos fogem covardemente! Homens de Tchapaiev são esmagados como pulgas!"[158] Uma crítica dos irmãos Vasilyev às regiões do país em que os Brancos ainda controlavam a imprensa.

A batalha final tem início. Borodzin conduz as tropas Brancas, mas acaba sendo morto por Potapov. Mesmo com o braço machucado, Tchapaiev lidera a resistência contra o inimigo. Um tiroteio intenso se inicia e Petka acaba sendo morto ao ajudar o ferido Tchapaiev a atravessar o Rio Volga. O personagem-título desaparece no rio diante dos tiros inimigos. Para Marc Ferro:

---

[157] Ibid, p.60.
[158] *Chapaev*. Dir. Georgi Vasilyev e Serguei Vasilyev. Prod. LENFILM, URSS, 1934. Duração: 96 minutos. Versão visualizada: DVD, Brasil, 2013.

> As lições do filme são inteiramente claras. Os heróis morrem, não o Partido Comunista, que assegura a perenidade da vitória. Essa lição junta-se a outro ensinamento do filme: a superioridade calma e refletida dos homens do partido em relação aos homens de boa vontade, e sobretudo a justiça da causa que eles defendem em face aos brancos. Confrontados com o testemunho da história, comparadas sobretudo ao texto de Furmanov, que serve de suporte para o filme, tais lições parecem ser objeto de uma certa postulação, principalmente o tema principal: a superioridade da organização sobre a anarquia, que aflora constantemente, mesmo não sendo jamais mencionado, ele é, pelo menos presente, para um espectador de 1934 na URSS.[159]

Na última cena do longa, os homens de Tchapaiev surgem para vencer o Exército Branco. Sob uma música que emana o clima épico e heroico do Exército Vermelho, o primeiro e mais importante filme do Realismo Socialista termina.

Referências:

FERRO, Marc. *Cinema e história*. 2ª ed. São Paulo: Paz e terra, 2010.

GRAFFY, Julian. *Chapaev*. Londres: IB Tauris, 2010.

HICKS, Jeremy. The international reception of early soviet sound cinema: Chapaev. *Britain and America. Historical Journal of Film*, Radio and Television, 2005.

Fontes:

Chapaev. Dir. Georgi Vasilyev e Serguei Vasilyev. Prod. LENFILM, URSS, 1934. Duração: 96 minutos. Versão visualizada: DVD, Brasil, 2013.

https://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro

[159] FERRO, Marc. op.cit., p.131-132.

Ensino de História e produção acadêmica: O lugar dos anos iniciais do Ensino Fundamental

Felipe Silva Vedovoto
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Luís Reznik

Introdução

Este texto decorre do Projeto de Pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Trajetórias do ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil: leituras sobre demandas, pesquisas e produção acadêmica", ainda em andamento. Nela, busco compreender como tem sido a construção do ensino de História nos anos iniciais, como um espaço de investigação, e seu desenvolvimento ao longo das últimas décadas no Brasil juntamente com o avanço do próprio Ensino de História, estabelecendo algumas relações com demandas legais, curriculares e históricas.

Para isso, parto da identificação e sistematização do perfil da produção acadêmica referente à temática, publicada na forma de artigos de revistas científicas com foco e escopo na área do Ensino de História, nos anais de eventos científicos de mesma natureza e em dissertações e teses. Compartilho de percepções alcançadas por outros autores, considerando que esse espaço de investigação se encontra em "pleno processo de constituição" (Sanches, 2015, p. 21) e configura-se como "lugar de presença" (Alvim, 2017, p. 21) na pesquisa em Ensino de História brasileira.

Com esta investigção, espero alcançar resultados em duas vertentes. A primeira é de ordem intelectual, na medida em que tem aderência a outros estudos produzidos nas áreas de História e Educação, podendo contribuir para a difusão de objetos, abordagens e bibliografias quanto ao ensino dos conteúdos históricos nos anos iniciais. Já a segunda tem ordem prática, pois busca contestar uma ideia presente em muitos textos que demarcam a carência de pesquisas e/ou a dificuldade de acesso a elas. Com isso, pretendo facilitar o trabalho de outros pesquisadores, reduzir o tempo de buscas iniciais e oportunizar espaços de discussão com vistas à melhoria do ensino de História nos anos iniciais da Educação Básica e os elementos a ele relacionados.

Em 2021, compartilhei o início da investigação no IX Seminário Interno do PPGHS. Naquele momento, discutia apontamentos preliminares que sugeriam o registro

de uma variedade de objetos e linhas de análise na pesquisa em Ensino de História para os anos iniciais, bem como a articulação de redes de interação entre os professores-pesquisadores, principalmente ao observarmos algumas de suas trajetórias pessoais e profissionais, sugerindo a existência uma produção significativa, mas que se encontrava dispersa e necessitava ser reunida e compreendida de forma quantitativa e qualitativa (Vedovoto, 2021).

No decorrer da pesquisa, senti a necessidade de entender melhor o desenvolvimento do ensino de História para crianças no Brasil e sua disciplinarização, como forma de aperfeiçoar os descritores de busca e a qualidade do levantamento de dados. Frente a isso, apresentei no X Seminário Interno do PPGHS, em 2022, alguns percursos trilhados pelo ensino de História voltado às crianças em fase inicial de escolarização ao longo do século XX (Vedovoto, 2022). Observei a disciplinarização da História e seus usos sociais, a implantação dos Estudos Sociais e as mudanças na legislação e nas diretrizes educacionais e curriculares. Tracei um breve panorama que pudesse ser capaz de evidenciar elementos que se relacionam ao que hoje chamamos de ensino de História nos anos iniciais, onde percebe-se mudanças de nomenclaturas e permanências que apontam para a dinâmica escolar e para a forma com que o currículo é organizado, respondendo às transformações políticas, sociais, econômicas, culturais, etc.

Dessa forma, neste trabalho busco compartilhar alguns caminhos teórico-metodológicos que tenho seguido para a identificação e sistematização do perfil dos da produção acadêmica mediante a pesquisa bibliográfica. Apresento também dados deste levantamento e concluo propondo alguns temas que emergem dos trabalhos relacionados às demandas colocadas ao ensino de História nos anos iniciais, como a História Local, a diversidade étnico-racial, as abordagens e perspectivas do Ensino de História, a aprendizagem em História, os materiais didáticos, etc.

As fontes bibliográficas na pesquisa em Ensino de História

As fontes bibliográficas têm sido utilizadas por muitos pesquisadores, incluindo aqueles do Ensino de História. Thais Nívia Fonseca (2011) compôs seu corpus documental com dissertações, teses, artigos em periódicos e textos apresentados em congressos na área “para delinear o perfil da produção, tanto no que diz respeito aos temas privilegiados nesses estudos, quanto às fontes e aos períodos históricos mais visitados pelas investigações” (Fonseca, 2011, p. 30), a fim de evidenciar as preocupações dos

pesquisadores e as problematizações realizadas quanto ao Ensino de História. Ernesta Zamboni (2001), por sua vez, utilizou os arquivos da Capes a fim de conhecer teses e dissertações, recorrendo também a monografias de cursos de graduação e trabalhos acadêmicos apresentados em eventos e/ou publicados em revistas especializadas ao fazer uma reconstituição do ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil.

Dentro da área da História, alguns trabalhos têm utilizado o mapeamento de natureza quantitativa para subsidiar suas análises. Podemos destacar o levantamento da produção acadêmica e escolar sobre o Ensino de História realizado por Flávia Caimi (2001) em sua pesquisa para a dissertação de mestrado - convertida em livro posteriormente. A autora tinha o objetivo de analisar a produção acadêmica a partir de descritores como formação e vínculo institucional, reunindo 124 títulos compostos por livros, artigos em coletâneas e revistas, dentre elas a Revista Brasileira de História, que tinham como foco o Ensino de História.

Após o levantamento realizou análises mediadas por perguntas que norteavam suas indagações frente ao material coletado. Parte dessa investigação possui uma abordagem que serve como aporte para a minha, uma vez que a autora também pretendeu "cartografar o debate, identificando os autores, a natureza de suas preocupações, os setores educacionais a que estão vinculados, os temas fundamentais que caracterizam suas discussões, entre outros" (Caimi, 2001, p. 47). Diferimos na medida em que para mim não só os autores são importantes, mas também – e principalmente – as demandas que são apresentadas e como elas proporcionam e fomentam movimentos no próprio espaço de investigação.

O levantamento da produção[160] foi realizado de forma mais ampla no contexto das pesquisas em Ensino de História, considerando meios de divulgação como livros, artigos e coletâneas. Dentre os 124 títulos que compõem a amostra da autora e distribuídos em 11 enfoques temáticos, já é possível observar o registro de 11 trabalhos que são categorizados como "Ensino de história nas séries iniciais", configurando-se como 8,9% do total de produções encontradas.

Ao traçar a característica dos trabalhos sobre "Ensino de história nas séries iniciais", Caimi (2001, p. 79), define que

[160] A autora utilizou de uma amostra de produção acadêmica e escolar composta por "124 trabalhos editados entre 1980 e 1998, assim distribuídos: 18 obras; 60 artigos, reunidos em seis coletâneas; 19 artigos publicados na Revista Brasileira de História e 27 artigos publicados em revistas de história, educação ou ciências sociais" (CAIMI, 2001, p. 21).

> “dos onze títulos analisados nesse enfoque temático, sete foram produzidos por professores universitários e quatro, por professores vinculados ao ensino fundamental e médio, por atuação em sala de aula ou coordenação pedagógica. No caso da atuação em sala de aula, os autores são também vinculados a programa de pós-graduação, na condição de discentes. Nenhum trabalho é fruto de investigação empírica junto aos alunos e professores das séries iniciais, tampouco aparecem preocupações teóricas mais profundas. Piaget, Vygotsky e a Nova História francesa subsidiam as discussões epistemológicas em alguns trabalhos”.

A autora ainda observa que essa produção está concentrada entre 1984 e 1989, podendo estar relacionada a publicação de coletâneas. Tratam de assuntos como a crítica aos Estudos Sociais, ao caráter polivalente dos professores nas séries iniciais e também sobre o papel do ensino de História para as crianças. A pesquisa de Caimi, além de fornecer dados importantes que podem ser comparados com outros trabalhos é decisiva, na medida em registra a possibilidade de sistematização de informações por meio do levantamento da produção acadêmica.

A possibilidade de categorização da produção é adotada como forma de compreender a dinâmica das áreas no universo da investigação. No Ensino de História, por exemplo, temos o já referenciado trabalho de Zamboni (2001) que estabeleceu um panorama das pesquisas sobre a temática no Brasil, com reflexões bastante objetivas a respeito de seu desenvolvimento desde a década de 1930. Utilizando os trabalhos do III Encontro de Pesquisadores do Ensino de História, realizado em Campinas em 1997, a autora estabelece nove linhas de pesquisa em que se inserem os trabalhos: formação de professores de História; produção do conhecimento; identidades culturais e memórias locais; currículo; história do ensino de História e História da América; linguagens e ensino de História e novas tecnologias; produção historiográfica e livro didático; memória e ensino de História; e uso escolar de fontes histórias.

Apesar de não marcar os anos iniciais de forma objetiva, como feito por Caimi (2001), podemos perceber uma tendência nas pesquisas, que depois passa a ser analisada de forma mais pormenorizada no trabalho de Zamboni a partir de tópicos como a História do ensino de História, dimensões do ensino de História no presente, novas propostas teórico-metodológicas e outras. Essas tendências acompanham as movimentações da História no Brasil e fora dele, uma vez que “a maioria desses temas está presente nas pesquisas de outros países” (Caimi, 2001, p. 107) e não são exclusivamente nacionais.

Yara Alvim (2017) utilizou-se de artigos de revistas científicas em sua investigação sobre a produção de saberes históricos escolares para os anos iniciais e

mapeou a produção de três importantes pesquisadoras do Ensino de História por meio do currículo Lattes. De acordo com a autora, os currículos na plataforma Lattes

> [...] se converteram, portanto, como caminho metodológico que pudesse, num primeiro momento, nos fornecer pistas quanto às suas vinculações com a produção de saberes no campo do ensino de história e, sobretudo, com a produção relacionada aos saberes históricos escolares para os anos iniciais (Alvim, 2017, p. 69).

Dessa forma, a produção bibliográfica encontrada pode ser potencializada com a busca ativa por meio dos currículos dos pesquisadores compreendendo, todavia, que enquanto fonte os currículos da plataforma Lattes também são dotados de parcialidade e subjetividade devendo ser analisados de acordo com o rigor metodológico necessário à pesquisa histórica.

A pesquisa feita por Alvim (2017) também contribui para o mapeamento do lugar de interlocução, formação e relações interinstitucionais dos pesquisadores ao expor um pouco dessas redes nas entrevistas realizadas com três importantes professoras universitárias e pesquisadoras do campo do Ensino de História nos anos iniciais: Selva Guimarães, Ernesta Zamboni e Sandra Regina Ferreira de Oliveira:

> Três narradoras e um terreno profissional comum: a docência e a pesquisa em ensino de história. Três narradoras e um lugar de enunciação comum: professoras formadoras em pedagogia e pesquisadoras do campo do ensino de história. Três narradoras e uma relação comum com o saber: o ensino de história nos anos iniciais (Alvim, 2017, p. 16-17).

No contexto desta pesquisa, há que se considerar também a condição de fronteira do Ensino de História, que se situa em um território contestado e com sentidos disputados (Monteiro; Ralejo, 2019), fazendo com que os produtos das investigações estejam no limiar entre a História e a Educação. Mauro Cezar Coelho e Taissa Bichara (2019) realizam um desses estudos ao abordar os elementos que circunscrevem o campo do Ensino de História tendo como base 378 grupos de pesquisa que tinham esse termo em seus descritos e estavam cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Técnológico (CNPq). Em seu levantamento, destacam que

> a maior parte dos grupos de pesquisa que tem o Ensino de História entre seus descritores encontra-se associada à área da Educação. Os dados sugerem que as questões relativas à História Ensinada têm maior espaço na área da Educação do que na de História (Coelho; Bichara, 2019, p. 72).

Entretanto, isso não significa que o tema não tem sido tratado na História, mas retrata elementos constitutivos como as disputas internas. Coelho e Bichara (2019, p. 72) afirmam a partir da análise de seus dados que, na formação de professores de História, “as questões relativas à Educação [e ao Ensino, consequentemente] assumem lugar

secundário". Esse cenário não é estanque, mas cambiável tendo em vista que as relações se modificam.

Podemos observar isso em trabalho similar desenvolvido por Sonia Regina Miranda (2019) que, partindo de um recorte menor (184 grupos), indica um aumento dos grupos de pesquisa designados como Ensino de História dentro da área de História nos últimos 15 anos. Ao analisar qualitativamente a relação dos trabalhos que tratam do Ensino de História – de forma direta, indireta, transversal e descontínua – a autora conclui que há um "primado dos espaços de Departamentos e Faculdades de Educação nisso que localizamos como pesquisas diretas – o que não significa desvalorizar a importância dos grupos existentes e sólidos localizados em Departamentos de História (Miranda, 2019, p. 103), grupos esses que vem aumentando talvez pela existência cada vez maior de periódicos especializados, de programas de pós-graduação com abertura para o Ensino de História, pela valorização do ensino nos cursos de graduação em História, etc.

Por isso, o lugar de fronteira é importante e deve ser tomado não como limitante, mas como potencializador das buscas e das discussões. Para isso, devemos levar em conta o alerta feito por Flávia Caimi e Letícia Mistura (2019), refletindo sobre o texto de Monteiro e Penna (2011)[161]. As autoras registraram o fato de que muitos pesquisadores do Ensino de História enfatizam, "[...] em suas investigações, ora os referenciais teóricos advindos da História, ora os da Educação, deixando de realizar importantes articulações teóricas que derivam desse lugar de fronteira, podendo agir, inclusive, a despeito dele" (Caimi; Mistura, 2019, p. 188). Respeitando as particularidades, a pesquisa em ensino de História, sobretudo nos anos iniciais, deve valorizar esse ambiente de convergência.

Caminhos metodológicos e dados parciais coletados

No estágio inicial da pesquisa, me detive na leitura de trabalhos que tratavam do ensino de História para crianças no âmbito escolar brasileiro e de textos que utilizavam a pesquisa bibliográfica como metodologia. Posteriormente, passei a realizar as buscas para composição do corpus documental, definindo as bases de dados, os descritores e a forma de levantamento.

[161] Trata-se do texto "Ensino de História: saberes em lugar de Fronteira" em que os autores utilizam referenciais da História e da Educação para promover análises e aproximações pensando o Ensino de História como um lugar de fronteira "[...] onde há produção de saberes a partir de diálogos, de trocas e do reconhecimento das diferenças". Conferir em MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando Araujo. *Ensino de história:* saberes em lugar de fronteira. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011.

Como recorte temporal, defini o ano de 1988 como ponto de partida em virtude de dois pontos. O primeiro é a promulgação da Constituição Federal que deu condições para a reforma educacional brasileira em 1996, com a publicação da nova LDB. O segundo ponto refere-se ao avanço das discussões sobre o Ensino de História promovidas principalmente por eventos acadêmicos da área, como o Seminário Perspectivas do Ensino de História, que teve sua primeira edição em 1988. Estendo o recorte temporal até 2022, como marco para realizar a coleta dos dados. Existe ainda a possibilidade de expansão desse recorte final de acordo com os prazos para desenvolvimento da pesquisa.

Neste artigo, apresento os dados coletados e publicados na Revista História & Ensino (UEL) e na Revista História Hoje (ANPUH), por possuírem o Ensino de História como foco e escopo. Em tela também está o levantamento de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Portal do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Ensino de História – ProfHistória. Encontra-se em processo de conferência e sistematização os artigos publicados em outros periódicos acadêmicos de mesma natureza e em dossiês voltados para o Ensino de História. Estão em situação similar os textos publicados nos anais do "Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História" (Perspectivas), criado em 1988, e o "Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História" (ENPEH), iniciado em 1993.

Para definição dos descritores e compreensão do universo da pesquisa, selecionei a Revista História & Ensino[162] como a primeira base de dados a ser consultada, visto que trabalhei com seus textos em momento anterior durante o mestrado. A consulta foi manual, número a número. Essa opção foi adotada considerando que o periódico é específico para a discussão do Ensino de História, o que oferece maior segurança para entender como se dava a abordagem dos anos iniciais, ou seja, se está explícita nos títulos e resumos ou surgia de forma transversal ao longo da escrita.

Na busca inicial analisei os títulos e os resumos, separando aqueles que referenciavam aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Por outro lado, os artigos que demonstravam não tratar da temática, situando as discussões nos anos finais do Ensino

[162] A Revista História & Ensino, vinculada a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Criada em 1995, a revista é um importante veículo de divulgação científica da área e conta com publicações de autores expressivos da historiografia brasileira recente. Em seus 40 números publicados até o momento, tem apresentado não apenas pesquisas acadêmicas, mas também relatos de experiências didático-pedagógicas em variadas vertentes relacionadas ao Ensino de História, Fundamentos e História da Educação, formação de professores, etc.

Fundamental, Ensino Médio ou Superior, por exemplo, eram desconsiderados. Aqueles que poderiam causar dúvidas quanto ao seu título e resumo eram abertos e "escaneados" utilizando descritores como: "séries iniciais", "anos iniciais", "criança(s)", "Ensino Fundamental".

A partir do levantamento identifiquei que de um total de 475 artigos publicados até o Volume 27[163], 39 deles tratavam do ensino de História nos anos iniciais, o que configura aproximadamente 8,21% de todos os trabalhos publicados na revista. Esse volume de produção, que começa a aparecer a partir de 2002, é expressivo e indica uma tendência de pesquisa nesse espaço de investigação ao longo do tempo, variando de 0 a 4 trabalhos por edição.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Revista História & Ensino, atualizado 07/09/2023.

Esforço similar foi realizado na Revista História Hoje[164], adequando os descritores. Ao longo do levantamento percebi a importância de utilizar termos que permitissem mais de uma terminação. Assim, os textos que não apresentavam clareza quanto a temática foram "escaneados" por meio dos termos: "fundamental", "ano",

[163] O Número 27 da Revista História e Ensino possui ano-referência 2021, mas foi publicado em 2022.
[164] A Revista História Hoje está vinculada à Associação Nacional de História (ANPUH) e teve seu primeiro número publicado em julho de 2003, buscando ampliar as publicações da Associação. Ao longo de seus primeiros anos, vemos alguns temas já relacionados ao Ensino de História, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Reforma Universitária, recursos para o ensino de História, etc., mas houveram números que não se vinculavam objetivamente a ele. Após um período de 3 anos sem publicações, a revista foi retomada em 2011 com uma grande revitalização, passando a trabalhar com dossiês e incluindo novas sessões. A partir desse momento, o Ensino de História ganhou espaço, fazendo com que a Revista se tornasse até hoje uma referência nacional no assunto.

“série” “inicia”, “crianç” e “infan/infân”. Por oposição, também utilizei os termos: “médio” e “superior”.

Após a varredura, dentre os 426 artigos publicados ao longo de 41 números da revista, entre 2003 e 2022, identifiquei 20 trabalhos que relacionam o ensino de História e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse número representa 4,69% dos trabalhos publicados no periódico e marca uma diferença significativa em comparação com a Revista História & Ensino que, apesar de contar com 49 artigos a mais em seu percurso, possui um percentual de 8,21% de trabalhos voltados aos anos iniciais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Revista História & Ensino, atualizado 02/08/2024.

Já para o levantamento de teses e dissertações optei por outra forma de varredura em virtude da expressiva quantidade de trabalhos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para realizar as buscas utilizei o termo “Ensino de História”, com o objetivo de separar a produção neste assunto dos demais temas da História, Educação e de outras áreas. Juntamento com ele utilizei o operador booleano “AND” para somar a busca a outros termos já testados anteriormente: “séries iniciais”, “anos iniciais”, “criança(s)”, “Ensino Fundamental”.

Após isso, iniciei o “escaneamento” pormenorizado por títulos, resumos e conteúdo para filtrar os trabalhos e coletar apenas aqueles que dizem respeito a essa investigação. Paralelamente a isso, ao longo da pesquisa, também realizei busca ativa por trabalhos mencionamos na bibliografia estudada e que, eventualmente, não apareciam nas buscas automáticas. Existem, ainda, 19 dissertações e 1 tese que tratam do ensino de

História nos anos iniciais, mas não foram encontradas on-line e, por isso, não fazem parte dos gráficos apresentados abaixo:

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do levantamento bibliográfico, atualizado 07/09/2023.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do levantamento bibliográfico, atualizado 07/09/2023.

Além desse quantitativo de trabalhos presente nas duas bases de dados mencionadas anteriormente e apresentados acima, realizei buscas no portal digital do ProfHistória para acessar as dissertações defendidas no âmbito do programa com método similar de varredura. Apresento o resultado em um gráfico distinto, por considerar que os

trabalhos oriundos do ProfHistória têm caráter especializado, como as revistas. Dessa forma, até o momento, foram encontradas 140 dissertações sobre a temática.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do levantamento bibliográfico, atualizado 07/09/2023

Tenho avançado na caracterização e organização dos trabalhos. Considerando a experiências, criei grupos de descrição que auxiliam a sistematizar a produção, a saber: Ano; Volume; Nome do trabalho; Resumo; Palavras-chave; Autor(es); Referência aos anos iniciais no título e/ou no resumo; Abordagem direta ou transversal da temática; Assuntos principais dos trabalhos; Informações gerais e Referência. Esses itens foram readequados para a caracterização e organização das teses e dissertações, inserindo, por exemplo: Nome do orientador(a); Vínculo institucional e Ano da defesa. Esse procedimento garante dados quantitativos importantes para subsidiar as discussões do campo e facilitam o acesso às informações dos trabalhos.

Horizontes da investigação...

Apesar da quantidade significativa de trabalhos encontrados, sigo com a finalização da coleta de dados e a sistematização desse volume documental. Começo a perceber que os temas tratados pelos trabalhos têm sido variados e transitam em diferentes vieses. Os mais recorrentes relacionam-se com as noções de tempo histórico, livros/materiais didáticos e História Local. No início das publicações da Revista História & Ensino, por exemplo, parte dos artigos configurava-se com uma espécie de resposta às demandas dos PCNs ou dos currículos que determinavam o ensino da História Local/Regional nos anos iniciais, dentre outros assuntos. Os professores-pesquisadores

passaram a refletir sobre o livro didático e também compartilhar experiências pedagógicas e materiais que pudessem ser utilizados no exercício de sua função.

Com o passar dos anos, há o surgimento de outras áreas de interesse junto aos anos iniciais, como a didática da História e a aquisição do conhecimento histórico pelas crianças; a presença da História como disciplina nos anos iniciais; a formação docente e os debates sobre "professores generalistas"; o papel de documentos normativos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) nas diretrizes do ensino de História nos anos iniciais; desdobramentos curriculares e legais acerca de temas transversais; questões identitárias; e a críticas a uma História tradicional.

Como pontuado por Caimi e Mistura (2019), de fato os referenciais teóricos utilizados para o estudo da temática estão situados entre a História e a Educação. Exemplo disso é a recorrência de Jean Piaget e Lev Vygotsky ao tratar da aprendizagem das crianças. Autores característicos do Ensino de História como Jörn Rüsen e Peter Lee também aparecem nos trabalhos. Na composição desse espaço de investigação, autoras como Sandra Regina Ferreira de Oliveira despontam como referentes nacionais quando se trata de Ensino de História e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nas fronteiras disciplinares entre História e Educação, os anos iniciais marcam seu lugar na produção acadêmica em Ensino de História, seja tratando de elementos práticos do cotidiano escolar, mas também refletindo sobre questões mais complexas, como a aprendizagem histórica e o aperfeiçoamento do trabalho docente nessa etapa de ensino. Dessa forma, começamos a criar categorias possíveis para o enquadramento e análise dos trabalhos que poderão repercutir em novas pesquisas posteriormente.

Referências:

ALVIM, Yara Cristina. *Humanas oficinas*: escrituras de vida no campo do Ensino de História. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Conversas e controvérsias*: o ensino de história no Brasil (1980-1998). Passo Fundo: UPF, 2001.

COELHO, Mauro Cezar; BICHARA, Taissa. Ensino de história: uma incursão pelo campo. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (Orgs.). *Cartografias da pesquisa em ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. 1ª ed. p. 63 - 83.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MIRANDA, Sonia Regina. A pesquisa em ensino de história no Brasil: potência e vicissitudes de uma comunidade disciplinar. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (Orgs.). *Cartografias da pesquisa em ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. 1ª ed. p. 85 - 112.

MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (Orgs.). Apresentação. In: _____. *Cartografias da pesquisa em ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. 1ª ed. p. 7 - 13.3 ed.

SANCHES, Tiago Costa. *Percursos da didática da história para os anos iniciais no Brasil*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

VEDOVOTO, Felipe Silva. Percursos do(s) ensino(s) de História para crianças no Brasil ao longo do século XX. In: X Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social: Produção e democratização do conhecimento, 2022, São Gonçalo-RJ. *Anais...* São Gonçalo: FFP/UERJ, 2022. v. 1. p. 316-326. Disponível em: https://www.ppghsuerj.pro.br/programa-de-pos-graduacao-em-historia-social/publicacoes/ Consultado: 18/08/2024

VEDOVOTO, Felipe Silva. O perfil da produção acadêmica acerca do Ensino de História nos anos iniciais: apontamentos preliminares. In: IX Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social: Lutas por democracia e os desafios contemporâneos para as pesquisas em história, 2021, São Gonçalo. *Anais...* São Gonçalo: UERJ/FFP, 2021. p. 1-12. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1KG5kJyXw6QE0D65LXAiDiIjzLeK3fgdI/view Consultado: 18/08/2024

ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de história. *Saeculum. Revista de História*, nº 6/7, p.105-117, jan/dez, 2000/2001.

A identidade do G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel através das memórias de sua Velha Guarda (1985-1991)

Gabrielle Reginatto do Carmo
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação**:** Mauro Amoroso
Bolsista CAPES

Introdução

O presente trabalho busca compreender o processo de construção da identidade territorial do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel a partir de sua Velha Guarda. Para isto, procuramos mobilizar as memórias da ala sobre os carnavais de 1985, 1990 e 1991, pois, além de configurarem anos os quais a Escola se consagrou como campeã do carnaval do grupo especial das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, também estão dentro de um recorte temporal o qual é possível observar uma interferência significativa no Carnaval carioca da disputa travada pela contravenção e a partilha dos territórios do Rio de Janeiro. Assim, estas disputas fazem parte das memórias da Mocidade Independente de Padre Miguel e mostram como a identidade territorial se relaciona de forma direta com as sociabilidades suburbanas do bairro de Padre Miguel e da favela Vila do Vintém, localizados na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Ao analisarmos o processo de construção de identidades por meio das transformações e dos conflitos referentes à memória, adentramos o campo das buscas por legitimação política e social. O trabalho de seleção e análise crítica dos eventos e representações encontrados no ato de rememoração, quando se constrói uma narrativa em torno da memória, faz parte do esforço científico de construção da pesquisa que, no caso da História, possui uma preocupação a mais: a historicidade dos fatos, ou seja, a inscrição do objeto em análise no tempo, compreendendo-o tanto como construções do meio social quanto como transformadores deste meio. Os eventos, conjunturas e estruturas não são simplesmente dados pela natureza, são socialmente construídos a partir da constante articulação entre passado, presente e futuro e, principalmente, por meio das diversas disputas de poder que envolvem os grupos sociais. De maneira semelhante são construídas as memórias e consequentemente as identidades, uma vez que ambas partem de operações tanto individuais quanto coletivas, e nenhuma está naturalmente dada. Por

isto, se atentar à complexidade das relações sociais, às transformações e disputas territoriais inscritas numa determinada temporalidade é imprescindível para aqueles que trabalham com estes conceitos em pesquisa.

Há alguns caminhos possíveis que fogem da pretensão ilusória de um trabalho com a totalização de memórias sobre um determinado recorte espacial e temporal. Antes de prosseguirmos o debate, é preciso delimitar o que entendemos como memória e identidade neste trabalho e também refletir sobre a relação entre elas, e este será o objetivo da primeira subseção. Junto a isto, nosso segundo eixo norteador consiste na compreensão da importância da mobilização de identidades e memórias para a Mocidade e como através da articulação entre estes conceitos é possível trilhar um caminho para a compreensão do Carnaval como uma festa construída a partir das disputas que envolvem as construções dos territórios do Rio de Janeiro e também como esta reflexão se relaciona com a história da construção da identidade mobilizada pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel.

Memória e identidade: aproximações e distanciamentos na escrita da história

A memória, para além de uma operação natural e biológica dos indivíduos e grupos, possui uma função social. Não são somente recordações sem intencionalidade sobre o passado, pois são constituídas por lembranças constantemente atualizadas por demandas do presente referente a um passado que se quer lembrar ou silenciar e que não respeita necessariamente uma ordem cronológica, pois faz cortes transversais no tempo (Traverso, 2012). É importante assinalar que as memórias possuem possíveis classificações comumente utilizadas nas Ciências Humanas e Sociais. Uma delas é a separação entre memória individual e coletiva: ao falarmos de uma memória individual refletimos sobre a ordenação dos acontecimentos da trajetória de vida de um indivíduo que, apesar de possuir uma subjetividade, está inserido em sociedade e, portanto, auxilia na construção de uma dimensão coletiva para a memória. Esta última, por sua vez, refere-se a memória coletiva, controversa a partir do momento que a ideia de coletividade assume uma generalização de experiências e representações de uma parcela do grupo ao todo.

Há uma série de críticas que dizem respeito à ideia de uma memória homogeneizante. Uma das mais relevantes parte de Candau (1998) que defende que a ideia de coletividade deve ser entendida não como unanimidade, e sim como frequência, pois é impossível todos os indivíduos que pertencem a um grupo compartilharem as

exatas mesmas memórias sobre um evento ou época. Para o autor, esta memória coletiva é a reprodução de uma representação dita comum a todos, mas que na verdade parte de um grupo seleto e não da totalidade, Por isso, é preferível a divisão utilizada por Candau (1998) entre memórias fortes e fracas, que diz respeito a força de inserção que as memórias possuem em uma determinada sociedade. Neste caso, as memórias fortes se referem àquelas que possuem um caráter organizador na estrutura de uma sociedade e que se impõem a maior parte de seus membros. Por outro lado, a memória fraca refere-se àquela que não é difusa, justamente por não possuir os dispositivos de legitimação fincados na estrutura do grupo. A partir destas definições, é preciso reformar que a memória, assim como a história, está inserida no campo das relações políticas e é constantemente alvo de disputas.

O tópico da memória, como anteriormente proposto, é rotineiramente visitado pelos estudiosos das Ciências Humanas. Além de Candau (1998), há uma série de autores que se debruçaram sobre este objeto, com isso é necessário assumir uma posição teórico-metodológica no trato das memórias para a história. Por isso, buscamos complementar o conceito de memória utilizado neste trabalho a partir da contribuição de Traverso (2012), uma vez que este autor também analisa este fenômeno a partir de seu cunho social. Ambos compreendem a memória como um fenômeno social e politicamente construído, apesar de ser uma operação inerente às faculdades mentais do corpo humano. A construção de uma narrativa a partir das lembranças, por si só, implica em um ato político à medida que memórias passam por processos de legitimação e deslegitimação diante das instituições sociais as quais o indivíduo ou o grupo se insere. Indo além, a memória não olha para o passado necessariamente a partir de uma nostalgia positivada, pois também pode partir de processos traumáticos dolorosos demais para serem narrados. Não é função da memória se atentar a verdade dos fatos históricos, pois jamais conseguiremos reviver uma situação da forma como ela realmente ocorreu e porque, apesar dela partir de experiências coletivas, também é formada pela subjetividade de cada indivíduo. A partir disso há o campo do direito à memória que é o direito de escapar do presente por meio do movimento de junção de retalhos do passado que parecem dispersos e quase desmanchados diante das turbulentas transformações da vida social (Candau, 1998)

Ao falarmos sobre memória, precisamos de um diálogo com a identidade. Por muito tempo, a história procurou se afastar da memória numa busca ilusória pela imparcialidade. Contaminadas pela subjetividade do ser, as memórias foram renegadas como objeto da história, distância que nos dias atuais seria impensável, inclusive para

aqueles que pretendem trabalhar com história oral. A formação de uma memória, principalmente a caracterizada como forte, busca legitimidade na própria história, não necessariamente na objetividade dos fatos, mas nas interpretações que a partir deles elaboramos e na produção de um sentimento de filiação e até mesmo continuidade a um determinado passado. Desta forma, surge a relação entre identidade e memória, uma vez que, compreendendo este primeiro conceito da mesma maneira que Candau (1998), ele representa a tomada de consciência do ser, inserido numa coletividade, diante dos acontecimentos de sua trajetória, que não é marcada apenas de forma individual, e sim coletiva. A identidade depende do sentimento de coerência de um grupo, que geralmente é construído a partir de uma semelhança entre as memórias e as representações que delas partem. A partir das transformações e do contato com o outro formam-se as identidades por meio de elementos de identificação social relacionados a uma continuidade daquele grupo no tempo. Portanto, uma das funções da memória é legitimar um passado que serve como base para a construção de identidades que, por sua vez, são múltiplas e construídas a partir da transformação (Hall, 1992).

Observamos a relação entre memória e identidade a partir dos trabalhos de Candau (1998), Traverso (2012) e Hall (1992). Na subseção a seguir, pretendemos observar como esta articulação é importante para a construção dos espaços de um Grêmio Recreativo Escola de Samba na cidade do Rio de Janeiro a partir da mobilização de identidades que evocam memórias que se estruturam e se legitimam sobre um passado em comum. Em nosso caso, nos preocupamos com a identidade mobilizada pelo G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel a partir de sua relação com os espaços da cidade que, neste caso, está localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, considerado subúrbio carioca, no bairro de Padre Miguel e na favela Vila Vintém. As tensões e aproximações da categoria subúrbio e favela auxiliam este trabalho à medida que são mobilizadas pela chamada "identidade independente", constantemente mobilizada nas memórias da Escola.

Aproximações entre memória e identidade para as Escolas de Samba do Rio de Janeiro

Debater o Carnaval como objeto de pesquisa requer diversos recortes. Isto porque, em sua magnitude, o Carnaval é uma festa plural: grandes sociedades, banho de mar à fantasia, coretos, bailes carnavalescos, blocos carnavalescos e entre outros marcam as mais diversas formas de estruturar a festa e, de certa forma, de praticar o espaço das cidades. Contudo, quando falamos sobre o Carnaval no Rio de Janeiro, é impossível não

notar a importância da formação dos Grêmios Recreativos Escolas de Samba para a festa. Produto cultural brasileiro, as Escolas de Samba formam-se ainda na Primeira República, durante momentos de grandes tensões político-sociais. A ausência de reparação para a comunidade negra no pós-abolição, a grande leva de migração recebida pelo Brasil, a difusão de ideias eugenistas e sanitaristas e a criminalização de práticas cotidianas da diáspora africana na cidade do Rio de Janeiro marcam a primeira metade do século XX e, consequentemente, a formação das Escolas de Samba. Para além do Carnaval, devem ser consideradas, desde sua formação, maneiras encontradas pela comunidade afro-brasileira de enfrentamento a este turbulento contexto social.

De inegável influência da "Deixa Falar", bloco carnavalesco que posteriormente ascende ao título de Rancho fundado por sambistas de origem proletária do bairro Estácio de Sá em 1928, na região da periferia Central do Rio de Janeiro, os Grêmios Recreativos Escola de Samba surgem a partir da hibridização de diversos elementos carnavalescos considerados tradicionais e inovadores. A Deixa Falar promoveu, ainda nas décadas de 1920 e 1930, um encontro entre o antigo e o novo a partir da mistura de uma estrutura de bloco e posteriormente de rancho carnavalesco, com enredos e alegorias, ditos tradicionais nestes tipos de comemoração na cidade do Rio de Janeiro, e a novidade da incorporação de novos elementos como, por exemplo, os instrumentos de percussão como o surdo de marcação. Para Fernandes (2001), a partir desta miscelânea foram fundados os rituais que compõem, até os dias atuais, algumas tradições das Escolas de Samba que buscaram, em uma continuidade a um passado não necessariamente longínquo, legitimação por meio de elementos materiais e simbólicos relacionados a elementos de matrizes africanas. O autor supracitado (2001, p. 56) observa, assim, alguns destes elementos que compõem esta tradição: a obrigatoriedade da ala das baianas em homenagem às mães-de-santo marcantes nas origens e na permanência do samba, o incentivo à abordagem de temas nacionais que, no primeiro momento das Escolas, esteve relacionado ao Folclore brasileiro, a maneira como de dança o samba, relacionada à confluência de diversos ritmos africanos, em especial à umbigada e a orquestra de percussão.

Para o historiador Eric Hobsbawm (1997), as tradições partem da confluência de práticas e símbolos que sofrem processos de ritualização por meio de suas repetições, passíveis de serem adaptáveis de acordo com períodos de mudanças bruscas na sociedade, e que se estabelecem a partir de uma relação de continuidade com um passado que não precisa, necessariamente, ser remoto. O passado nas Escolas de Samba

é um elemento importante para a compreensão das tradições que são reivindicadas por elas, não de forma homogênea, e sim plural, uma vez que cada Grêmio Recreativo possui sua história de construção e particularidades. Contudo, é possível observar um passado em comum ligado às Escolas, anteriormente resumido, relacionado a ocupação da cidade do Rio de Janeiro a partir dos morros, favelas e subúrbios e a forma de enfrentamento às mazelas político-sociais do século XX por meio do associativismo negro. Há uma série de elementos que compõem as ditas tradições das Escolas da Samba do Rio de Janeiro. Mais interessante do que listá-los, é perceber a importância da mobilização de um passado para a construção, ou invenção, destas tradições. Processo semelhante ocorre na mobilização de uma identidade para as Escolas, uma vez que elas são responsáveis pela formação de identidades frente ao território a partir de uma dimensão tanto material quanto simbólica em meio às questões que envolvem a ocupação, a prática dos espaços da cidade e a mobilização de um passado por vezes ligado a uma nostalgia positivada.

De diversos bairros periféricos e suburbanos que compõem a cidade do Rio de Janeiro, os Grêmios Recreativos estabeleceram, desde suas origens, laços de sociabilidade e formas de legitimação a partir da lógica do associativismo negro, em meio a distintos processos de expansão da desigualdade socioespacial. Diante de uma República contraditória que ao mesmo tempo que criminalizava e investia no processo de exclusão social de elementos culturais de origem africana, periférica e suburbana, utilizou do samba como um elemento de propaganda nacional e também como um produto dentro da lógica da indústria cultural, as Escolas de Samba se consolidaram como o grande espetáculo do Carnaval comemorado na Praça Onze. Desta forma, surgem as Escolas de Samba como produto cultural de uma República que, ao mesmo tempo que perseguia práticas de origem afro-brasileiras, reconheceu nas Escolas uma hegemonia atrativa como cartão postal para o turismo na cidade.

Os Grêmios Recreativos Escolas de Samba possuem, desde suas origens, uma relação afetiva com o lugar de onde vieram. Sobretudo, são instituições políticas responsáveis por articular subúrbios, favelas, seus moradores e o samba por meio da construção de espaços de sociabilidade e mobilização política frente a questões do território, não necessariamente de maneira harmoniosa, geralmente a partir de tensões. Desta forma, as desigualdades da cidade tornam-se conteúdo para a construção e o fortalecimento das Escolas de Samba e, consequentemente, do Carnaval. O processo de identificação social, que nasce de uma desigualdade no acesso aos espaços da

cidade, não é construído somente a partir da atuação dos Grêmios Recreativo Escolas de Samba, uma vez que também pode ser visualizado em todas as manifestações carnavalescas que tomam conta da cidade, cada uma a sua maneira.

O trabalho de uma Escola de Samba, desde sua formação, vai muito além do ato do desfile carnavalesco, que por si deve ser entendido como uma prática de ocupação da cidade em meio suas disputas políticas pelo espaço, principalmente a partir da produção de um sentido de coletividade para o local no qual auxiliam a construção. Instigam o sentimento de pertencimento que é visualizado nas composições dos sambas de enredo, na relação de práticas sagrado-profanas, nos ensaios de rua que compõem a preparação para os desfiles, nos mestres e nos toques da bateria, na identificação com determinados sambistas, entre outros, através da defesa de uma tradição por vezes ancorada no tempo passado de formação das Escolas, mas que sempre busca inovações.

"Mostrando a minha identidade/ eu posso provar a verdade a essa gente": o G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel como articulador de identidades no subúrbio carioca

A construção dos espaços de uma Escola de Samba parte de múltiplos saberes, inclusive do processo de formação de identidades relacionadas à prática da cidade. Esta relação ganha forma quando observamos o caso de um Grêmio Recreativo formado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, mais precisamente no subúrbio carioca, o G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel. A letra do samba que se tornou título desde subcapítulo é um dos exemplos de produção de identificação social periférica por meio do samba: escrita por Jorge Carioca na década de 1970, tornou-se grito de guerra da Escola anos depois por suscitar o sentimento de pertencimento à Vila Vintém, zona Oeste do Rio de Janeiro e ao bairro de Padre Miguel. Esta letra é um dos diversos exemplos possíveis de encontrar na história desta agremiação que mostra a mobilização de uma identidade frente ao espaço que, neste caso, está relacionada à favela e ao bairro suburbano. Esta identidade, formada a partir de processos múltiplos de autoafirmação diante de outras Escolas de Samba do Rio de Janeiro, relaciona-se diretamente com as vivências construídas no espaço no qual a escola estruturou-se em meados da década de 1950.

O município Rio de Janeiro estruturou-se a partir de múltiplas disputas pela prática da cidade. A região da Vila Vintém e de Padre Miguel localizam-se hoje no espaço considerado como Zona Oeste que, junto à Zona Norte, faz parte do intitulado subúrbio

carioca. O uso desta categoria para a definição de um espaço da cidade implica, desde o final do século XIX, relações de poder relacionadas a carga simbólica dos espaços da cidade. No caso do Rio de Janeiro, o subúrbio ganha uma dimensão particular. Neste trabalho, entendemos o subúrbio carioca a partir da relação entre os trabalhos de Nelson da Nobrega Fernandes (2011) e Maria Therezinha Segada Soares (1987), uma vez que ambos compreendem a categoria de subúrbio carioca por meio da importância não somente da divisão geográfica dos espaços da cidade, e sim de um cunho social relacionado à desigualdade de classes e as representações dentro dos espaços da cidade. Ao falarmos sobre subúrbio carioca, nos importa muito mais as práticas que se fazem da cidade do que as divisões físicas do espaço.

Soares (1987) demonstra um cuidado ao estudar o subúrbio carioca não somente a partir da disposição dos elementos no espaço, mas também por uma atenção ao contexto em que se faz a construção destes elementos que o compõem. É a busca por uma historicidade percorrida pela autora que a possibilita defender o subúrbio carioca como um conceito, uma vez que no Rio de Janeiro ele ganha uma especificidade, distanciando-se da obrigatoriedade de ser em lugares periféricos, observada em seu emprego original, aproximando-se dos centros urbanos e, por vezes, se confundindo com a paisagem da cidade. Junto a isto, o caso do Rio de Janeiro também leva em consideração a ideia de que o subúrbio ganha destaque no imaginário popular e precisa ser, ao mesmo tempo, cortado pela linha do trem e abrigar populações desprestigiadas. Ainda para a autora, o subúrbio carioca ganha esta dimensão no início do século XX com a tentativa de adequação da cidade à ordem do capital. Fernandes (2011) utiliza o conceito carioca de subúrbio cunhado por Soares (1987) para, ao mesmo tempo criticá-lo e aprofundar a ideia de que ele carrega uma dimensão ideológica e simbólica. Para Fernandes (2011), o subúrbio também está no campo do simbolismo à medida que a palavra evoca uma série de representações ligadas a marginalização.

A ocupação da região de Padre Miguel, denominada como “zona proletária” por notícias do Correio da Manhã[165], é um dos casos de expansão da ocupação do subúrbio carioca no século XX. A ocupação desta região e a posterior formação da favela da Vila do Vintém acompanham o processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro a partir da acentuação das desigualdades do espaço. Para Gonçalves e Soares (2023) a região, que no início do século ficou conhecida por integrar a freguesia rural do Rio de

[165] Edição 22974. Data 25 de Fevereiro de 1968.

Janeiro, passou a receber uma série de estímulos à ocupação entre as décadas de 1930 e 1940, a partir da construção do Conjunto Residencial de Realengo pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e a eletrificação da linha férrea em 1937. Projeto inovador no que tange à tentativa de resolução dos problemas relacionados ao acesso à moradia na América Latina, o IAPI de Realengo foi um marco na preocupação do Estado por políticas habitacionais no Brasil e uma das tentativas do Governo Vargas de controle social do trabalhador. Por mais que tenha auxiliado a expansão do mercado imobiliário na região, o projeto não obteve os resultados esperados e nem de perto teve como objetivo equiparar os investimentos públicos do subúrbio carioca ao das zonas centrais. Paralelamente, cresce próximo ao Conjunto, a favela Vila do Vintém com construções de barracos em terrenos anteriormente utilizados para o treinamento das tropas do Exército brasileiro.

De um lado, o plano do IAPI de Realengo, na região onde atualmente está localizado o bairro de Padre Miguel, marcou um modelo, que se pretendia moderno, de ocupação dos subúrbios cariocas relacionado ao destino das classes proletárias. Do outro, os trabalhadores que não possuíam condições de arcar com os altos custos de moradia no Conjunto Habitacional de Realengo encontraram no adensamento populacional da Vila do Vintém uma opção de moradia. Neste contexto, consolida-se a favela que, por meio de uma série de mobilizações de seus moradores agremiados em prol de suas reivindicações políticas, conquistou uma série de direitos ao longo da segunda metade do século XX, inclusive o de permanência no local e de urbanização. Desde as primeiras notícias sobre a Vila do Vintém encontradas no Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Diário de Notícias dentro recorte temporal de 1930 a 1970, nota-se que a imprensa escrita adotou duas posturas comuns ao retratar aquela favela. A primeira relaciona-se às notícias sobre a violência no local, muito recorrentes, o que reforçou, à época, o estereótipo da favela como o lugar da marginalidade, algo facilmente refutável ao observarmos que a ocupação da região se deu a partir dos trabalhadores que não conseguiram custear moradia no Conjunto Residencial de Realengo (GONÇALVES; SOARES, 2023). Por fim, os periódicos comumente noticiavam a Vila do Vintém a partir da mobilização política de seus moradores frente a questões da crise habitacional da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a luta por moradia marca a história desta favela que, mesmo com diferentes representações sobre a favela veiculadas na imprensa ao longo do século XX, permaneceu como alvo de ameaças de despejos.

Em meio às disputas por terra no território do Rio de Janeiro, os moradores fundam, durante a década de 1950, duas Escolas de Samba na região. Em 1955, surge o Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel como uma evolução do bloco carnavalesco Mocidade do Independente, estruturado a partir do Independente Futebol Clube, time fundado em 1952 por industriários da região que, ao voltarem das partidas, reuniam-se formando uma roda de samba com instrumentos improvisados (Pereira, 2013). A Mocidade Independente de Padre Miguel, desde seu início, possui fortes relações com seu entorno, sendo a primeira sede em Padre Miguel, na casa de um de seus fundadores localizada na Rua M, uma das ruas que foram loteadas para a construção do Conjunto Residencial de Realengo, até a compra do terreno na Vila do Vintém que se tornou o primeiro terreiro da Escola. É comum observamos sua construção e atuação na região a partir de uma forte relação com os trabalhadores do entorno: de acordo com a jornalista Bárbara Pereira (2013), responsável por realizar um trabalho com as memórias da Escola, que integrou a coleção Cadernos do Samba, a fundação deste Grêmio Recreativo está diretamente relacionada às vivências e sociabilidades proletárias da região, uma vez que, em sua origem, a Escola foi fundada por trabalhadores e suas primeiras subvenções vieram de comerciantes de Padre Miguel.

O Carnaval promovido pelo G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel pode ser entendido como uma forma de sociabilidade e articulação política destes grupos proletários e também como um indicativo das disputas pelo território do Rio de Janeiro. A festa promovida por Escolas de Samba também deve ser entendida como forma de ocupação e construção dos espaços da cidade, algo que, consequentemente, reflete suas tensões e desigualdades. Para Fernandes (2001, p. 3),

> "Transformar a vida social em vida pública, fazer a festa, é uma atividade disputadíssima em toda sociedade, um território pelo qual distintos grupos sociais lutam para desfrutar. Festa é coisa de quem tem muito a fazer, daqueles que desejam controlar ou pelo menos influenciar na promoção da identidade de um grupo social. […] Nos palcos, estádios, praças e ruas, a festa é sempre uma arena onde se desenrola uma ação coletiva especial, na qual uma comunidade dispersa, heterogênea e dividida se expressa com um grande sentido de unanimidade e comunidade" (Fernandes, p. 3, 2001).

A festa implica na busca por identidades, que, por sua vez, sempre estão inseridas em jogos de disputa política. A produção e defesa de uma identidade relacionam-se com a tentativa de uma legitimação diante deste cenário conflituoso e a reivindicação de uma determinada memória. Ao falarmos sobre o Carnaval promovido por Grêmios Recreativos Escola de samba, estamos no campo memória e identidade dos territórios e das comunidades que o constrói. No caso da Escola de Samba analisada nesta pesquisa,

um dos múltiplos elementos que constrói a identidade da Mocidade Independente de Padre Miguel parte da legitimação de uma determinada memória relacionada ao passado proletário a partir da relação entre o bairro de Padre Miguel e a favela Vila do Vintém. A busca por esta identidade, que tem seu início na década de 1970 em plena Ditadura Empresarial-Militar diante da necessidade da Escola de firmar-se entre as ditas Escolas renomadas, e está relacionada à disputa do território do Rio de Janeiro pela contravenção e atuação dos contraventores como patronos das Escolas. Prática anterior ao regime militar, mas que se expandiu nesse período, o relacionamento entre Carnaval e Jogo do Bicho confere uma nova dimensão à festa.

No caso da história do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel, ganha destaque o contraventor Castor de Andrade, responsável organizar a cúpula do jogo do bicho a partir de um esquema organizacional bastante hierarquizado. De relação contraditória com o regime militar e de família bem relacionada ao jogo do bicho, seu comando sob a zona Oeste do Rio de Janeiro alargou-se a partir de sua atuação no futebol e no Carnaval, respectivamente como patrono do Bangu Atlético Clube e da Mocidade Independente de Padre Miguel. Apesar de pertencerem a bairros diferentes, tanto o Estádio Proletário Guilherme da Silveira, inaugurado em 1947, quanto a quadra da Mocidade localizada na Vila do Vintém funcionavam, e ainda funcionam nos dias atuais, como grandes centros de articulação política e social para a região.

Considerações finais

O presente trabalho procurou mobilizar os conceitos de memória e identidade para entender a construção de uma Escola de Samba e sua relação com os espaços praticados da cidade. As disputas que envolvem os usos que se fazem destes espaços interferem na construção do Carnaval e foram responsáveis nas décadas de 1920 e 1930, momento de consolidação e fundação dos primeiros Grêmios Recreativos Escolas de Samba, por conferir sentido à vida àqueles considerados como pertencentes às classes perigosas e populares. Ao compreendermos como o histórico de ocupação e lutas por moradia da Vila do Vintém e de Padre Miguel se constituiu ao longo da segunda metade do século XX, buscamos entender a memória sobre um passado que é mobilizada pela identidade reivindicada pelo G.R.E.S. Mocidade Independente de Padre Miguel. Além disto, buscamos desnaturalizar o uso do termo identidade, demonstrando como ele é historicamente construído a partir de uma série de lutas e escolhas políticas.

Referências:

BERNARDES, L.; SOARES, M. T. de S. *Rio de Janeiro Cidade e Região.* Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca Carioca, 1987.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945).* Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

_____. *Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados.* Rio de Janeiro: Coleção Memória Carioca, Vol. 3, 2001.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Eds.). *La invención de la tradición.* Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

MACIEL, Laura. Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. In: OLIVEIRA, M. P. de; FERNANDES, N. da N. *150 anos de subúrbio carioca.* Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010.

PEREIRA, Bárbara. *Estrela que me faz sonhar: Mocidade.* Rio de Janeiro: Editora Verso Brasil, 2013.

SANTOS, H. M. dos; GONÇALVES, R. S. Favelas e metropolização do Rio de Janeiro: o caso da Favela da Vila do Vintém, no bairro de Realengo, no segundo pós-guerra. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2023.

As contrarreformas previdenciárias no brasil e suas relações com o banco mundial e com o fundo monetário internacional

Helena Wagner Lourenço Ferreira
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Gelsom Rozentino de Almeida
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Interesses organizados nos bastidores das reformas da previdência nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro", ainda em andamento. Inicialmente, vale considerar que as reformas no sistema da previdência não estão ocorrendo de maneira isolada. Elas possuem diferentes grupos de poder em disputa, interesses ocultos por de trás de cada mudança que precisam ser descortinados. Por esse motivo, vêm ocorrendo diversas reformas previdenciárias, independentemente de qual governo tenha sido eleito. Isso não significa dizer que não há diferença entre eles. Há sim, mas não no que tange a ter ou não uma reforma estrutural, pois, essa não é decidida pelo Chefe do Executivo eleito. Esse artigo objetiva, justamente, analisar alguns interesses por trás das reformas previdenciárias.

A construção da hegemonia

Um interesse que precisa ser levado em conta é a construção da hegemonia, pois, Antonio Gramsci ensina que a dominação não está apenas no campo da coerção, ou seja, do uso da violência, mas também se utiliza da produção de consenso, formando ambas, (coerção e consenso) a hegemonia. Dessa forma, pode-se verificar que nas reformas previdenciárias ocorridas a partir de 1998 houve a utilização de coerção e consenso. Através de um processo de convencimento, feito de maneira processual, as alterações constitucionais foram aceitas, ao menos por uma parte da sociedade, embora retirassem direitos conquistados anteriormente.

Diante disso, Gramsci trabalha com a ideia de Estado Ampliado, ou seja, sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia revestida de coerção, não identificando, portanto, o Estado apenas como um aparelho repressivo. Ainda segundo o autor italiano, na tentativa de se chegar a um consenso é necessário que os partidos

políticos moldem as opiniões do proletariado[166], formando uma vontade coletiva, os fazendo crer que será melhor para eles apoiar aquilo que os partidos querem, ainda que seja a diminuição dos seus direitos conquistados através de muita luta, formalizados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, realizando uma "reforma intelectual e moral".

Nas palavras do próprio Gramsci (2017, p. 18),

> "O moderno Príncipe [partido político] deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna".

Para que essa vontade coletiva formada não se disperse em diversos pequenos desejos singulares, ela tem que ser feita através de um programa de partido político muito bem pensado e elaborado, retirando a sua espontaneidade. Gramsci ainda explica que essa reforma intelectual e moral não só deve ocorrer através de um programa de partido político, mas através de um programa específico de reforma econômica.

> "uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral" (Ibid, p.18).

Nesse sentido, os programas das reformas da previdência devem ser analisados como expressões da reforma intelectual e moral de Gramsci. Ou seja, por detrás de cada ajuste há uma intenção bem definida para a construção do consenso da classe dominada.

Como resultado dessa reforma intelectual e moral, no Brasil, os cidadãos se veem perdendo direitos através das reformas previdenciárias ocorridas em 1998, 2003, 2011 e 2019. Dessa forma, é possível perceber que, independentemente, de qual governo esteja no poder, de direita ou de esquerda, o resultado tem sido reformas no sistema da previdência.

Segundo Gramsci, o convencimento da sociedade a algo se completa através do trabalho dos aparelhos privados de hegemonia. Ou seja, utilização de jornais, revistas, escolas, dentre outros, que realizam uma reforma intelectual na população, fazendo com que esta passe a querer aquilo que esses aparelhos desejam. Esses, além de não serem neutros e terem uma posição bem definida, se aproximam dos partidos políticos oficiais e passam a integrar o Estado. Segundo Virgínia,

[166] Classe trabalhadora em geral

> "[...] a aproximação entre partidos oficiais e "partidos" – entidades (APHs) favorece o ingresso de seus integrantes no Estado restrito, sob inúmeros formatos [...] nesse sentido, os APHs passam a constituir Estado [...] o ingresso de integrantes de APHs no Estado restrito – oficial ou oficiosamente – promove a disseminação de políticas estatais efetivas, de escopo mais amplo e extenso do que seria possível á entidade original" (FONTES, 2017, p. 209).

Além dos aparelhos privados de hegemonia, as organizações multilaterais também são utilizadas para influenciar nas decisões econômicas dos países capitalistas através de persuasão de opiniões e de coerção econômica.

Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional surgiram em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, como resultado da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas ocorrida em Bretton Woods. O primeiro foi criado com o objetivo de financiar a reconstrução da Europa, devastada pela guerra. O segundo foi com a intenção de impedir crises econômicas mundiais, como a "Crise de 1929". O Banco Mundial consiste em um grupo com sete instituições, mas nesse artigo, a expressão "Banco Mundial" se refere apenas ao BIRD.

Novamente em relação ao primeiro, levando em consideração o topo da hierarquia, detêm mais poder aquele país que está melhor classificado no sistema financeiro internacional. Ou seja, "os quatro primeiros acionistas são também os países mais riscos do mundo" (PEREIRA, 2009, p. 43). Assim, em 2007, os Estados Unidos continham 16.38% do poder de voto, contra o Japão que, ocupando a segunda posição, detinha apenas 7.86%. Nesse momento, o Brasil possuía 2.07%. Dessa maneira, verifica-se que a disparidade para a influência de tomada de decisão dos Estados Unidos é ampla.

A Ascenção no Banco Mundial não ocorre de maneira automática quando há mudança no sistema financeiro internacional. Além dessa alteração, tem que haver relação política que capacite maior poder de voto. Além disso, é mister levar em conta que as instituições multilaterais não são monolíticas, havendo correlação de forças internamente. Segundo João Márcio, "no interior do Banco, a posição de cada membro é resultado da relação complexa entre a dinâmica internacional da acumulação capitalista e o exercício do poder político" e que "[...] a distribuição das posições na hierarquia de poder dentro do Banco [...] no topo estariam os cinco membros que detêm maior poder de voto: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Estes países formariam o núcleo decisório [...]" (Ibid, p. 48)

Assim, ainda que os países em desenvolvimento possuam algum poder de voto, na realidade, não conseguem modificar o teor das imposições determinadas pelos países desenvolvidos que, juntos, possuem o real poder de decisão dentro do BM.

Na década de 1950, os países subdesenvolvidos solicitavam empréstimos ao Banco para se industrializarem. Na década de 1960 era imprescindível que houvesse modernização e crescimento econômico na América Latina para impedir o avanço do socialismo. Dessa forma, interessava aos EUA e, consequentemente, ao BM, emprestar cada vez mais dinheiro para os países da periferia, em condições facilitadas, crescendo o endividamento externo. Em 1979 ocorreu a segunda crise do petróleo e aumento dos juros impostos pelo Banco Central dos Estados Unidos.

O Banco criou um novo instrumento financeiro, condicionando empréstimos à ajustes estruturais macroeconômicos e a obrigação dos países solicitantes terem um acordo prévio com o FMI, objetivando a manutenção do pagamento da dívida. Inclusive, para Joao Márcio (PEREIRA, 2009), as recomendações do Banco Mundial eram, em linhas gerais, iguais aos do FMI.

Devido à elevação dos juros, os países em desenvolvimento que haviam realizado empréstimos tiveram dificuldades para honrar com os seus pagamentos, tendo que recorrer ao FMI e BM, iniciando o ciclo da espiral do endividamento. Além disso, com a subida dos juros ocorreu aumento da inflação, queda de renda, aumento do desemprego e, inclusive, em 1982, o México declarou moratória. Ou seja, estava-se diante da chamada "crise da dívida externa."

Como visto, os Estados da periferia realizavam empréstimos com as instituições multilaterais determinadas para se desenvolverem observando as condições necessárias para tal. No entanto, com o passar do tempo, cada vez mais a ajuda financeira estava atrelada a ajustes macroeconômicos, com influência direta na soberania dos países solicitantes. Diante de um cenário de elevação de juros e “Crise da Dívida”, a opção era recorrer ao BM e ao FMI.

Influencia das organizações multilaterais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Na década de 1980, o neoliberalismo ganhou força em países centrais do capitalismo, mais especificamente durante os governos de Margaret Tatcher (1979-1990), na Inglaterra e o de Ronald Rêagan (1981-1989), nos EUA. Entretanto, o Brasil andava

na contramão de vários países do centro do capitalismo, consagrando a sua Constituição de 1988, embora ao longo das últimas décadas a Carta Magna tenha sido alterada.

Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil considerada de Bem-Estar Social. Esta inaugurou o conceito de seguridade social, o que significa dizer que anteriormente, só receberia algum benefício aquele que tivesse contribuído para tal. Com a promulgação desta, essa lógica é alterada, passando-se a falar em seguridade social e não mais apenas em previdência. Assim, a seguridade social consiste em uma ampla forma de proteção social englobando a previdência, a saúde e a assistência social.

Consenso de Washington

Enquanto em 1988 era consagrada a "Constituição cidadã" no Brasil, em 1989 ocorreu o Consenso de Washington, que consistiu em uma reunião com representantes de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Nesse encontro, foi orientado que os países ajudados financeiramente deveriam implementar dez medidas específicas para continuar recebendo ajuda econômica.

As dez orientações consistiam em: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, determinação de juros e câmbio pelo mercado, liberalização do comércio, investimento estrangeiro direto sem nenhuma restrição, privatização das empresas estatais, desregulamentação e respeito à propriedade intelectual. A respeito do assunto, Rafael Vaz da Motta (BRANDÃO, 2013, p. 61) afirma que

> "[...] o congresso realizado na capital dos EUA, permitiu a elaboração de um conjunto de medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). A esse conjunto de medidas deu-se o nome de "consenso de Washington". Basicamente, podemos afirmar que o consenso de Washington fazia pate de amplo conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos".

Segundo Duriguetto (2006, p. 90), as orientações visavam à expansão do mercado, à abertura externa e à crescente valorização do capital:

> "[...] a defesa de uma intervenção forte em prol da garantia de um marco legal adequado para se criarem as condições propícias à expansão do mercado, á abertura externa e à crescente valorização do capital. Esses ingredientes passaram a se constituir nas condicionalidades para o crédito externo impostas a partir de meados da década de 1980 pelos organismos multilaterais, que

> consubstanciam o cumprimento do programa de ajuste delineado no "Consenso de Washington".

Diante disso, é notório que o Estado diminui para o cidadão, pois este passa a ver questões relacionadas à saúde, educação, água, esgoto, previdência, ou seja, seus direitos sociais consagrados na Constituição de 1988, sendo privatizados e retirados da responsabilidade do governo de fornecer tais direitos. Para Pierre (DARDOT, 2016, p. 319), os cidadãos "são vistos como compradores de serviços que devem "receber pelo que pagam." E isso ocorre, independentemente de qual presidente esteja ocupando o cargo do Poder Executivo. Corroborando com esse entendimento, Almeida e Neto afirmam

> "Se temos a sensação de que o Estado recuou na Europa isso ocorre fundamentalmente por conta da redução da expectativa de direitos das futuras gerações, no caso da previdência social, por exemplo, e de reformas na legislação trabalhistas [...]" (ALMEIDA, 2012, p. 143)

Segundo Guiot (2006, p. 50),

> "Desregulamentação, privatização e abertura econômica fazem parte da ortodoxia neoliberal no seu afã de destruir as bases do Estado intervencionista e de Bem-Estar. Trata-se de um "triplo ataque" ao campo do trabalho em especial, pois avança predatoriamente sobre os direitos sociais garantidos pela legislação e conquistados por intensas lutas dos próprios trabalhadores, ao mesmo tempo em que dilapida as estruturas econômicas e institucionais que subvencionavam o bem-estar em prol de uma maior remuneração do capital financeiro".

Além disso, pode-se verificar que as orientações, em termos práticos, não passavam de verdadeiras imposições, construindo-se uma coerção para adoção do neoliberalismo, transformando esse padrão em um modelo a ser imposto aos países latino-americanos.

Vale ressaltar que, segundo Stigliz, essas instituições são controladas pelos interesses dos países industrializados mais ricos do mundo, onde opera a hegemonia do capital financeiro, não representando, portanto, as pretensões dos países que são obrigados a realizarem as reformas estruturais em troca de benefício financeiro. Nas palavras desse autor:

> "As instituições são controladas não só pelos países industrializados mais ricos do mundo, mas também pelos interesses comerciais e financeiros desses países [...] embora quase todas as atividades atuais do FMI e do Banco Mundial sejam no mundo em desenvolvimento (com certeza, todas relativas a empréstimos), elas são conduzidas por representantes das nações industrializadas (por acordo tácito ou de praxe, o diretor do FMI é sempre europeu e o diretor do Banco Mundial, norte-americano). Eles são escolhidos a portas fechadas e nunca foi considerado pré-requisito que esse profissional tenha qualquer experiência no mundo em desenvolvimento. As instituições não são representativas das

> nações a que servem [...] A instituição, na verdade, não tem a pretensão de ser uma especialista em desenvolvimento" (STIGLITZ, 2003, p. 46 e 63).

Desta forma, verifica-se que essas organizações determinam a política que será implantada nos outros países das Américas, influenciando diretamente nas suas soberanias, que diante de suas economias devastadas e da necessidade urgente de ajuda financeira, se veem impotentes à frente da cartilha do Consenso de Washington e, diante de interesses, o governo não quer vislumbrar outra saída, se não se curvar diante da hegemonia do capital, obedecendo as suas ordens.

Reformas no sistema previdenciário

Diante da coerção econômica do Banco Mundial e do FMI, a partir da década de 1990, independente de qual partido político estava no poder, o resultado foi reforma no sistema previdenciário. Para Virgínia Fontes (op cit., p. 207),

> "[...] a atual crise internacional da política e seu descrédito se deve – entre outros fatores - a um excesso de atividade pró-hegemônica das grandes burguesias, ou hegemonismo. A inaudita concentração e centralização de capitais favorece uma captura econômica dos partidos políticos [...] tornando-os indistintos e impondo uma pauta política crescentemente homogênea, contribuindo para indiferenciar os programas partidários. Essa captura ocorre tanto pelos recursos oferecidos aos partidos, quanto pela imposição de constrangimentos econômicos nacionais ou internacionais, bloqueando possibilidades na gestão do Estado [...]"

Assim, no período de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003) houve a primeira reforma da previdência, havendo a retirada de diversos direitos. Durante a administração de Lula (2003 - 2011), o sistema previdenciário sofreu novamente, e nos governos seguintes, não foi diferente. Há uma sucessiva tentativa de desmonte da Seguridade Social, através do ataque a Previdência Social.

O Banco Mundial é tão presente nas decisões políticas e econômicas do Brasil que emite pareceres com frequência acerca da necessidade de reformas neoliberais no Brasil, declarando suas recomendações para o enfrentamente do desiquilíbrio do sistema previdenciário. A respeito da reforma de 2016 chegou a declarar claramente: " [...] é um grande passo na direção certa,"[167] apontando também as suas falhas, mostrando como ele entende que deveria ter sido feita.

---

[167] WORLD, Bank. *Por um ajuste justo com crescimento compartilhado*: uma agenda de reformas para o Brasil. Relatório nº. 170267. Banco Mundial. p. 9. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099540004072219265/pdf/P16851007fd497080093d60dd84cb412140.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

Diante do exposto, é possível perceber que, na verdade, quem está ocupando o poder e tomando as decisões acerca da teoria econômica a ser implementada na América Latina, mais especificamente, no Brasil é o sistema financeiro capitalista, através das instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Assim, independe se é a direita ou a esquerda que ganhou as eleições, o que se vê na prática é um Estado à serviço das necessidades do capital e, no momento, o que será implementado será as medidas neoliberais porque essa é a ordem vinda a cima do Chefe do Executivo do Estado.

Referências:

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta**.** *Ajuste neoliberal no Brasil:* desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia:* um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política – que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, vol.3.

GUIOT, André Pereira. *Um "moderno Príncipe" para a burguesia brasileira:* o PSDB (1988-2002). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

PEREIRA, Joao Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).* Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios:* a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Ed. Futura. 4ª edição, 2003.

WORLD, Bank. *Por um ajuste justo com crescimento compartilhado:* uma agenda de reformas para o Brasil. Relatório nº. 170267. Banco Mundial. p. 9. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099540004072219265/pdf/P16851007fd497080093d60dd84cb412140.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

A Ciência do Petróleo na Ditadura Empresarial-Militar: O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás no Governo Geisel

Henrique Nogueira Soares Marins
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este trabalho decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "Estado, Ciência e Desenvolvimento: um estudo sobre a atuação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás no Governo Geisel. De início, a compreensão da importância do setor do petróleo é necessária. A nível mundial, a importância do petróleo se destaca pela necessidade humana em desenvolver suas matrizes energéticas, para que seus métodos de produção e consumo possam ser sustentados. Não somente como matriz energética, o petróleo se destacou, principalmente no século XX, como um importante fator geopolítico e parte integral do processo de desenvolvimento das nações. As grandes potências buscaram então assumir as principais posições em relação aos territórios que se destacavam por suas grandes reservas. Isso é um dos motivos que desencadearam um conflito intenso para o controle desses espaços. Henry Kissinger, secretário de Estado dos EUA, nos anos 70, afirmou que o petróleo se tornou em uma das armas políticas mais potentes que existiam.

Ao todo, o petróleo também se construiu como uma parte significativa das economias mundiais. O aumento da necessidade de petróleo no contexto mundial fez com que essa matéria prima assumisse uma posição de troca importante nas relações econômicas, sendo muitas vezes chamada de "ouro negro". O contexto do século XX foi essencial para que essa transformação acontecesse, devido justamente ao peso político e econômico que o petróleo tomou, onde podemos ver que os chamados "choques do petróleo" nos anos 70 escancararam essa questão. A partir dessa realidade, as nações intensificaram seus processos de aperfeiçoamento dos meios de produção e desenvolveram seus setores industriais. O processo de desenvolvimento econômico exigiu das potências uma busca forte pelos combustíveis necessários.

O processo de produção de petróleo no território brasileiro é marcado por um processo intenso de luta entre nacionalistas e liberais, em meio a questões sobre soberania

nacional, desenvolvimento econômico social. Quando se discute petróleo no Brasil, não pode deixar de lado a questão da importância dessa indústria em uma realidade conflituosa, visto que as grandes potências aplicam seus interesses e intervenções para manter o controle nos países subdesenvolvidos ou aqueles que estão em busca do processo de desenvolvimento. A criação da Petrobrás e toda a luta pela nacionalização da produção do petróleo mostra isso. Desde seu início, foi visto que era necessário um desenvolvimento cientifico e tecnológico nacional, que pudesse contemplar as necessidades da produção petrolífera brasileira e auxiliar na soberania nacional nesse setor.

Com o golpe empresarial-militar de 64, onde a elite orgânica atua em conjunto com os militares e o capital multinacional, as estruturas de poder e a política econômica sofreram mudanças. No setor petroquímico, a crise do petróleo nos anos 70, correspondendo ao governo Geisel, mostrou a necessidade brasileira de rever seu plano econômico, fazendo com que o Estado investisse em áreas chaves para o desenvolvimento e agir diretamente na economia. Na Petrobrás, o seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento tinha a função de promover inovações e tecnologias para a produção petrolífera, com a direta função de aumentar a produção nacional. Paralelo a isso, o Estado militar compôs uma estrutura forte de controle e aparelhamento de seus espaços, onde a Petrobrás e o CENPES também foram atingidos, principalmente pelas ações de monitoramento e estabelecimento de metas.

Entender o papel do CENPES nesse período ajuda a compreender como funcionou a intervenção do regime empresarial-militar na Petrobrás e sua responsabilidade nesse processo. Tanto pelos aspectos econômicos quanto pelos aspectos políticos, a percepção da conjuntura da ditadura pode ser vista por diversos espaços e perspectiva, como do desenvolvimento econômico e cientifico em meio ao controle do regime dentro da Petrobrás, para que a compressão da ditadura empresarial-militar possa ser ainda mais investigada e analisada.

A criação da Petrobrás e do CENAP: soberania nacional e aperfeiçoamento tecnológico nos anos 50 e 60.

A nacionalização do petróleo se tornou um assunto muito forte na política brasileira, sendo debatido em diferentes espaços. Um dos meios mais importantes nessa questão foi o meio militar. A criação da Petrobrás, e todo o seu significado de soberania nacional e busca da capacidade própria de produção e desenvolvimento, é exemplo de um

tema que gerou atritos entre os militares, seguindo a mesma lógica: os nacionalistas que defendiam a iniciativa da Petrobrás e os liberais que se alinharam com o capital internacional. Desde 1947, como aponta Dias e Quaglino (1993)[168], o Clube Militar foi um palco de debates que teve como marca essa bilateralidade. O general Horta Barbosa defendia as ideias que já eram estabelecidas desde a década de 30, é reafirmava a concretude da necessidade do monopólio estatal do petróleo.[169] Em contrapartida, o general Juarez Távora se colocava contrário a nacionalização total do petróleo, devido as questões internacionais relacionadas ao EUA, pode ser uma espécie de "tensão" as empresas norte-americanas, visto o impedimento de explorar no território brasileiro.[170] No final da década de 40, o Estatuto do Petróleo é aprovado no Congresso Nacional, como uma espécie de resolução para agradar os dois lados, mas que segundo Dias e Quaglino, desagradou ambas posições.[171]

No terreno da imprensa, que tem relação direta com a política nacional, o processo de nacionalização do petróleo ainda contava com diversos conflitos, que refletiam com outros aspectos da política brasileira. A briga entre os nacionalistas pelo petróleo e os liberais se estendia em outros campos. Luiz Allencar Dalla Costa, em seu livro "A Indústria do Petróleo: disputa por territórios cada vez mais profundos. ", explica esse conflito de narrativas entre a capacidade nacional própria e a intervenção do capital internacional, baseado nas empresas estrangeiras.[172] Segundo Allencar, o embate pode ser visto nos editorais do jornal *O Estado de São Paulo*, que defendia a exploração e intervenção do capital estrangeiro, e o *Diário de Notícias*, que defendia um processo de nacionalização mais forte do petróleo.[173]Vale lembrar que existe um trabalho especifico sobre esse conflito entre jornais, escrito Celso Carvalho Jr., que evidência mais detalhes desse evento.[174] Carvalho busca entender a relação dos grupos sociais nesse embate, assim como a o papel desses diferentes jornais na construção de linhas políticas distintas. O debate se estabelecia nas narrativas que eram defendidas, onde as características científicas e tecnológicas da indústria brasileira eram questionadas pela narrativa do

---

[168] DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana; *A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS.* Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993.
[169] DIAS; QUAGLIANO, P.93
[170] Ibidem, P.94
[171] Ibidem, P.95
[172] COSTA, Luiz Allencar Dalla. *A Industria do Petróleo: disputa por território cada vez mais profundos.* São Paulo: Expressão Popular, 2021.
[173] COSTA, p. 55, 2021.
[174] JUNIOR, Celso Carvalho. *A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias.* Assis: UNESP, 2005.

Estado de São Paulo. Pode-se ver que as inciativas de aperfeiçoamento de cientistas e de pessoal mudou a necessidade brasileira por conhecimento na área. Porém, no livro do autor Drielli Peyerl, "O Petróleo no Brasil: exploração, capacitação técnica e ensino de geociências (1864-1968)" ele aponta que a vinda de estrangeiros para o Brasil foi essencial para que o aperfeiçoamento técnico brasileiro acontecesse, e provocava tensões nas empresas estrangeiras é mostrado que houve a necessidade de conhecimento estrangeiro no processo de aprendizagem dos novos cientistas e técnicos em petróleo, ocorrendo a vinda de diversos professores estrangeiros da área de engenharia, química, física e geologia.[175] Isso ocasionou um descontentamento das empresas estrangeiras.

> Ou seja, essa vinda de estrangeiros ao país restringira mais a orientação e consulta do que a execução própria dos serviços exploratórios de outros países. A Petrobras procurava formar sua própria técnica à base de informações estrangeiras. Logo, as empresas estrangeiras demonstravam descontentamento perante as atitudes da empresa. (PEYERL, p.117, 2017.)

Todo esse cenário fez com que fosse necessário a criação do já citado CENAP, um órgão de aperfeiçoamento dos profissionais da Petrobrás. Esse é um exemplo sobre a inserção de mecanismo avançados na produção de um país pelo oligopólio internacional é o setor do petróleo no Brasil. Com a criação da Petrobrás, havia uma grande necessidade de se investir em ciência e tecnologia, visto que o processo de produção ainda era em menor escala. Com a criação do CENAP – que se tornou CENPES mais tarde – o aperfeiçoamento de cientistas e profissionais brasileiros da área construiu uma massa de técnicos que conseguiram desenvolver técnicas produtivas em extração e refino. Nesse processo, foi essencial o papel de cientistas e técnicos estrangeiros, que formaram as primeiras turmas de aperfeiçoamento em petróleo.[176]

O CENPES se tornou uma evolução do CENAP, pois aglutinou mais funções, em especial o papel de promover cursos de pesquisas especializados no setor petrolífero, principalmente em refino, geologia do petróleo e engenharia. Como aponta Peyerl, havia uma demanda alta por estudos em setores como geofísico e a necessidade um aprimoramento no aporte técnico, assim como a realização de programas de pesquisa e a coleta e difusão de documentação técnica e cientifica. Peyerl afirma sobre a importância da capacitação técnica promovida pelo CENAP e CENPES, e o significado disso para a

[175] PEYERL, p. 117, 2017.
[176] Sobre o papel de cientistas estrangeiros na formação técnica da Petrobrás, o trabalho de Dias e Quagliano esclarece qual foi a importância desse ato e figuras estrangeiras que assumiram cargos fortes na empresa. Ver DIAS e QUAGLIANO, 1993. Cap. 5

Petrobrás:

> "Tanto o CENAP como o CENPES se tornaram peças-chave para a capacitação técnica, o aperfeiçoamento e a profissionalização da mão de obra necessária para o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil. Os objetivos de cada centro caminhavam de acorodo com a necessidade do momento e buscavam soluções para os novos problemas advindos como o crescimento da Petrobrás. " (PEYERL, 2017, P.170)

Nos anos 50 e 60, a Petrobrás foco na descoberta de poços de petróleo terrestres, assim como a criação de refinarias e do aprimoramento dos processos de refino. Isso teve um papel importante do centro de pesquisa da empresa. A atuação do CENPES nesse período se concentrou no desenvolvimento de tecnologias em favor da Petrobras, promover a realização de programas de pesquisas, além de continuar com algumas funções do CENAP, como aperfeiçoamento de pessoal destinado a pesquisa.

Com a chegada dos anos 60, as tensões alcançavam ao seu ápice: o presidente João Goulart sofre um golpe e o regime militar-empresarial tem seu início, com o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Diversos grupos e instituições apoiaram o golpe, assim como grande parte do capital. Devido a esse novo momento político, empresas nacionais e os espaços do Estado foram tomados por novas diretrizes. Nos primeiros momentos pós-golpe, a ortodoxia liberal tomou a frente na política econômica. Isso será abordado com mais atenção.

A ditadura empresarial-militar e o CENAP: o inicio do monitoramento.

A estruturação do golpe empresarial-militar deve ser observada desde anos anteriores, da tentativa que ocorreu em 1961 contra a posse de João Goulart, da formação de um conjunto de fatores ideológicos que construíram o ambiente da ofensiva militar.

O que pode ser chamado de golpe empresarial-militar se dá pelo reconhecimento de que a tomada de poder que ocorreu em 1964 se deu por uma união entre a elite militar e a elite capitalista multinacional, organizando assim essa elite orgânica que fomentou as estruturas de desestabilização do governo Goulart. A importância de compreender como a relação entre os militares - que até aqui podem ser vistos como uma instituição já politizada - e a elite dominante se desenvolveu, mostra os principais mecanismos que articularam o golpe militar-empresarial de 64.

Sendo uma das mais importantes obras sobre o período do golpe militar de 64, o livro de Dreifuss, *1964: A conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Estado* compreende uma década de pesquisa do pesquisador uruguaio, que analisou uma grande

quantidade de documentos do complexo IPES/IBAD, além de outras fontes convergentes ao tema. O trabalho de Dreifuss busca compreender a relação entre os grupos sociais dominantes para promover o golpe militar-empresarial de 64, colocando assim uma concepção nova sobre a tomada de poder. Em outras palavras, intitular o golpe como "militar-empresarial" mostra justamente uma ação direta dos empresários, por tanto, do capital nacional e internacional.

Dreifuss descreve essa ligação entre a instituição de poder militar com o poder do capital baseado em uma série de documentos do complexo IPES/IBAD. O *Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais* e o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática* foi um complexo político-militar de ação ideológica e política, que se auto denominava uma organização apartidária e que reunia um conjunto diversificado de empresários, tecno-empresários e militares, que constituíram um polo de tomada de decisão e representava os interesses do capital multinacional.[177] O complexo surge no final do governo Kubitschek com o intuito de garantir a ação político e ideológica da elite orgânica, que se passava por um aspecto técnico de observar e avaliar o governo Goulart e suas reformas, mas que também buscava politizar os empresários e potencias homens de negócios.[178] Já o IBAD, segundo afirma Dreifuss, "agia como unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e pararelas tomavam a si a maior parte do insucesso ou glória por atividades secretas, expondo-se muito mais do que o IPES. "[179]. O complexo observava a classe empresarial com preocupação, devido a sua falta de participação política e sua inconsistência, como afirma o coordenador geral do IBAD, Ivan Hasslocher, que classificou os diferentes grupos das classes empresarias.[180]

Feito essa apresentação do IPES/IBAD, assim como seu objetivo, é importante compreender que sua estrutura era bastante complexo, onde continham diversos grupos de estudos e comitês que praticavam variadas funções, com sede no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, dentre outros estados. Dreifuss apresenta uma grande quantidade de nomes e integrantes do IPES, suas funções e de quais comitês e grupos estavam.[181] Um ponto importante é afirmação de Dreifuss de que havia no IPES divergências de perspectivas, mostrando que não era um espaço de total concordância entre os integrantes

[177] DREIFUSS, 1981, P.161
[178] Ibidem, P.163
[179] Ibidem, P.164
[180] Ibidem, P.166
[181] Ibidem, P.174

e grupos, assim como sua composição e ação não eram perfeitas.[182] A tentativa de atrair a oligarquia rural, por exemplo, o IPES/IBAD viu uma forte resistência, pois confrontava com uma composição de poder diferente, assim como pautas que divergiam fortemente da classe dominante rural.[183] É um exemplo de como o projeto de poder da elite orgânica não foi perfeito, encontrando resistências e algumas derrotas.

Para entender a questão do petróleo a partir dessa perspectiva, é preciso observar a participação do capital multinacional na formação da classe dominante do país e na tomada de decisão, mas em especial, no financiamento das práticas ideológicas e política do IPES/IBAD. O Grupo de Integração tinha como objetivo justamente fazer essa "ponte" entre o IPES com outros empresários, no que Dreifuss aponta ser uma atividade de recrutamento interpessoal, ou seja, acontecia de empresários a outros.[184] A aplicação de táticas para cobrir os fundos de financiamento foi variada, mas teve foco na emissão de boletos a outras associações subsidiadas pelo IPES.[185] A importância de compreender essa questão e sua relação com o petróleo está no financiamento internacional e sua contribuição com o complexo ideológico da elite orgânica. Segundo Dreifuss, "297 corporações americanas deram apoio financeiro ao IPES"[186], mas uma centena de empresas deram contribuições a mais, além da relação com empresários estrangeiros, atingindo milhões de dólares de financiamento. É necessário citar diretamente Dreifuss, ao falar sobre o apoio direto de empresas multinacionais no IBAD:

> O próprio IBAD era um canal financeiro de fundos multinacionais para o IPES. Destacavam-se entre as corporações que faziam depósitos nas contas da rede IBAD/ADEP/Promotion S.A. a Texaco, Shell, Esso Brasileira, Standard Oil of New Jersey, Texas Oil Co., Gulf Oil, Bayer, Enila, Shering, Ciba, Gross, General Eletric, IBM, Remington Rand, AEG, Coty, Coca-Cola, Standard Brands, Cia. De Cigarros Souza Cruz, Belgo-Mineira, U. S. Stell, Hanna Mining Corp., Bethlehem Steel, General Motors, Willys Overland e o IBEC. (DREIFUSS, 1981, P. 207)

Com o propósito de acrescentar a esse debate sobre a relação econômica internacional com o golpe de 64, é interessante ressaltar a abordagem de Luiz Alberto Moniz Bandeira, em seu livro *Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988),* ao descrever as relações dos EUA com o Brasil no final do governo Goulart,

[182] Ibidem, P.178
[183] Ibidem, P.188
[184] Ibidem, P.200
[185] Ibidem, P.204
[186] Ibidem, P.206

demonstrando sua intervenção na política interna brasileira.[187] Especificamente sobre a questão do petróleo, em um rápido comentário, Moniz Bandeira mostra a preocupação norte-americana com o Brasil intensificando as relações econômicas e comerciais com a URSS, que eram bastantes favoráveis para o estado brasileiro.[188] O acordo consistia na construção da represa hidrelétrica de Itaipu, além de trocas comerciais, que na parte do Brasil eram café, algodão e arroz. Por parte da URSS, havia também o fornecimento de trigo, equipamentos, maquinário e petróleo. Depois das metas serem batidas em 1965, o acordo também valeria cerca de 1/3 de óleo cru e derivados. Isso se tornou uma relação muito atrativa, visto que o consumo de petróleo aumentava ao redor do mundo, fazendo com que houvesse uma maior procura a nível global pelo aumento de suas reservas. O Brasil atingiu nos anos 1960 até 1964 uma média produção de aproximadamente 95 milhares de barris por dia[189]. Porém, 80% do petróleo ainda era importado, mostrando o benefício de ter um acordo como esse.[190] A resposta dos EUA foi efetiva, com o acordo entre as duas nações deixando de existir e os norte-americanos propondo um novo, com as condições parecidas de comércio.[191]

O trabalho de Dreifuss auxilia a um olhar mais abrangente do golpe militar-empresarial de 64, além de mostrar por meio dos documentos do IPES/IBAD, a estrutura de formação que ocorreu entre os militares e o capital multinacional, ao qual continuou na política econômica brasileira nos primeiros governos da ditadura. A associação do empresariado brasileiro com o capital internacional visava controlar os mecanismos de reformas que a base nacionalista reivindicava, para que pudesse aplicar uma forma diferente dessas reformas, mantendo a estrutura da classe dominante intocável. A demonstração do aparelhamento do Estado que a elite orgânica promove fornece uma característica de classe no golpe. Para a questão do petróleo, se manteve como um tema importante, principalmente nas possibilidades que o Brasil poderia explorar, com foco no desenvolvimento tecnológico promovido pela própria Petrobrás e em novas descobertas na área de exploração, que interessava o mercado internacional.

---

[187] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1980).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
[188] BANDEIRA, P.103
[189] MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore.* Brasília: IPEA: Petrobras, 2013. P.384
[190] https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/481300/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y Consultado em: 19/08/2024
[191] BANDEIRA, P.104.

O CENPES nos anos 70: II PND, o governo Geisel e as crises do petróleo.

Uma das características econômicas do período militar foi o alavanque da economia no final dos anos 60 e início dos anos 70, fazendo com que a política de empréstimos externos e redução da capacidade econômica geral conseguisse promover um crescimento do PIB. Como aponta o economista e historiador Wilson Nascimento Barbosa, a política do governo de Castelo Branco levou a ortodoxia liberal ao plano econômico, a inflação demonstrou considerável baixa, assim como a taxa de emprego e a atividade econômica.[192]O Plano de Ação Econômica (PAEG) proposto pelo economista e ministro do planejamento Roberto Campos no governo Castelo Branco promoveu um conjunto de reformas que afetaram os direitos trabalhistas. Parte desse plano também causou uma forte concentração de renda e um alavanque no patrimônio privado do pais, fortalecendo o bancos por exemplo.[193]

Ultrapassando momentos de crescimento econômico, o governo de Costa e Silva, assim como do general Médici, foi criando o ambiente de dificuldades que atingiu o início do governo Geisel. Na gestão de Costa e Silva, houve uma iniciativa da burguesia brasileira de incentivar a volta da expansão econômica, servindo de base para o que ficou amplamente conhecido como "Milagre Econômico". Com o general Médici assumindo a presidência devido a morte de Costa e Silva, os resultados dos planos de expansão econômica promoveram um crescimento que deu sustentação a repressão militar do Estado e obras de infraestrutura gigantescas. O momento de crescimento econômico colocou o Brasil entre umas das maiores economias, contudo, agravou a dívida externa do pais e afetou o processo industrial brasileiro.

Ao observarmos o governo Geisel (1974-1979), vemos a queda dos índices econômicos que demonstrou que a política de retração da indústria e da produção nacional, junto com o forte endividamento externas com o FMI, fez o Brasil adentrar em cenário de crise mais generalizada, provocando um aumento da desigualdade social e da cotação do dólar, que alcançaram seu pico no final da década de 70. Esse endividamento foi consequência do "Choque do Petróleo", visto que a indústria petrolífera brasileira não tinha uma produção que pudesse ser o suficiente. A crise do dólar que ocorreu no início da década de 70 também teve forte influência, assim como a alta dos juros da dívida externa, que se tornou um tema de debate amplo. O PIB foi um dos fatores que mostrou

[192] BARBOSA, Wilson Nascimento. Alguns efeitos da política econômica durante a Ditadura Militar (1964-1985), In.: *História Econômica do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Eduff - Hucitec, 2022. p. 273-274.
[193] Ibidem, p. 274-275.

variações no governo Geisel, mas se manteve positivo no apanhado da década. Porém, o salário mínimo e o poder de compra caíram fortemente.

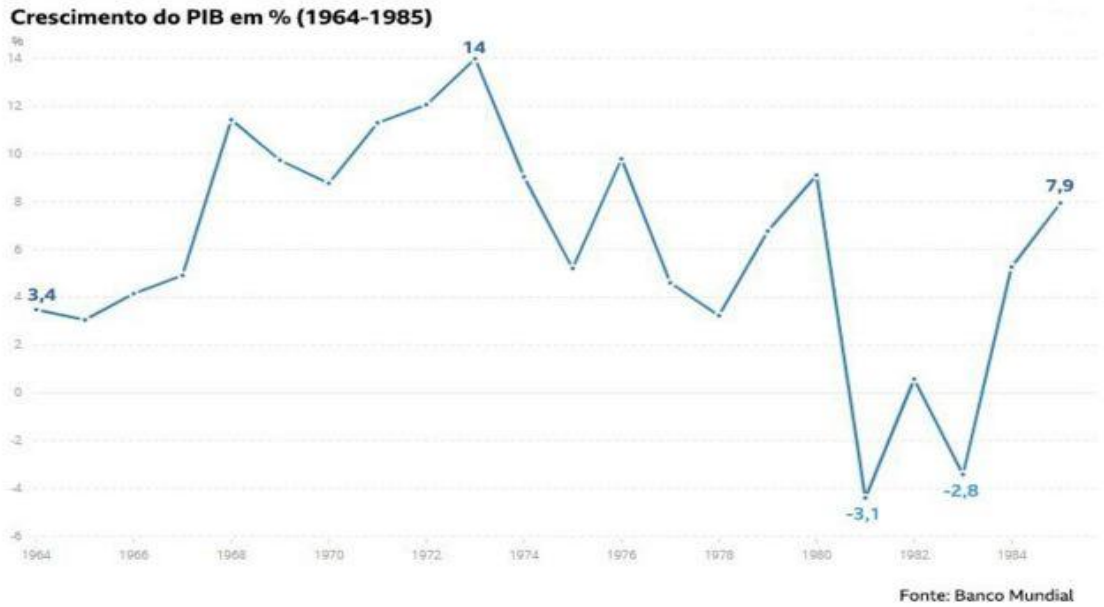


TABELA 1: Crescimento do PIB durante a Ditadura Militar. Fonte: Banco Mundial.

Essa queda se confirma pela política econômica que se estabeleceu desde o início do regime militar-empresarial, onde houve uma forte pressão em cima da classe trabalhadora e no consumo, um grande aumento da dívida externa brasileira e da concentração de renda. Seguindo por essa perspectiva, o resultado dessa política foi evidenciado pelos altos índices de endividamento do Estado brasileiro com fundos internacionais, além da grande necessidade de importações, visto que o tecido industrial não era suficiente para manter o consumo e a necessidade do país. Mesmo que houvesse alguns setores em destaque, como na construção civil, os setores industriais precisavam de uma nova política de incentivo, focada nas áreas que pudessem manter a produção brasileira. Depois do que ficou conhecido como “milagre econômico”, um período de alto crescimento econômico do Brasil, o início de uma instabilidade era visível, necessitando de uma ação direta do Estado, principalmente em forma de investimentos nas indústrias de base, ao qual correspondiam ao consumo brasileiro e que pudesse frear o aumento dos empréstimos estrangeiros.

Esse cenário foi o principal fator para a formação do conhecido II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que tinha como missão em ter o Estado como um agente econômico mais ativo, com foco em investimento em áreas que assegurassem um processo de desenvolvimento, como a indústria de base, ao qual o setor petroquímico ter

suas ligações. O economista da Universidade Estadual de Campinas, Uallace Moreira, explica que a desaceleração na economia brasileira, caracterizada pela alta da inflação e recessão entre 1974 e 1979, assim como a queda da produção industrial e as crises do petróleo a nível global, fizeram com que a observação do cenário mundial fosse necessária.[194] O II PND teve efeitos diretos no setor do petróleo, tanto necessidade de suprir as faltas no cenário nacional quanto para promover um aspecto de potencializar o país. Moreira aborda alguns pontos que mostram as dificuldades que atingiram esse novo plano econômico, devido a economia global desaquecida e na redução dos investimentos externos. Nesse sentido, o II PND teve suas intenções em investir no campo do petróleo e do desenvolvimento cientifico dessa área, como observa o autor.

> Na formulação de sua estratégia industrial, o II PND de início reconhece a dificuldade em se continuar obtendo no período 1974/1979 taxas de crescimento equiparáveis às obtidas em anos precedentes.... Nesse sentido, adota-se uma política industrial visando superar a dependência energética ao petróleo e, simultaneamente, superar a descontinuidade tecnológica na indústria nacional. No II PND há uma série de medidas de política econômica destinadas ao setor de bens de capital com objetivo de promover desenvolvimento tecnológico internamente, principalmente através das empresas privadas nacionais. (MOREIRA, 2009, p. 53)

Portanto, a relação direta da proposta desenvolvimentista com o setor de petróleo é facilmente vista no que diz respeito a necessidade de ter uma produção de combustíveis e derivados, que pudesse corresponder ao consumo do Brasil, que seguia uma tendência mundial ao ser elevada, que era atingida igual aos processos de modernização da produção industrial e dos bens de consumo. O nível de importação de derivados no Brasil era alto, mostrando que o consumo era baseado nos padrões internacionais. O setor petrolífero é importante nesse contexto, fazendo parte do desenvolvimento industrial e dos investimentos do Estado é o efeito do contexto mundial no preço do petróleo.

O governo Geisel recebe os efeitos de duas crises do petróleo, de 1973 e 1979, ao qual são demarcadas pelos conflitos no Oriente Médio, a Guerra do Yom Kippur e a crise no Irã, respectivamente. A nível mundial, o barril do petróleo sofreu um exponencial aumento, chegando até quatro vezes mais caro em 1973 e atingindo a marca de 34 dólares em 1979. Essa se tornou uma causa muito adequada para que houvesse uma atenção redobrada na indústria de petróleo brasileiro, tanto pelo Estado nacional, quanto pelas potências estrangeiras. Podemos ver uma relação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento cientifico, no qual o CENPES foi essencial para corresponder com a

[194] MOREIRA, 2009, P. 46

metas da empresa e do Estado brasileiro. Analisando diretamento o CENPES e seu papel nesse período, os projetos que mais se desenvolveram foram concentrados na produção de petróleo em alto mar, as chamadas explorações *offshore*, que hoje em dia se tornaram o principal mecanismo de produção petrolífera no Brasil.

O pesquisador José Mauro de Morais coloca em análise essa questão sobre as novas formas de exploração da Petrobrás em seu livro "Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore. ". Utilizando diversos dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o autor buscar analisar a relação direta entre os investimentos em ciência e tecnologia com o desenvolvimento econômico da Petrobrás promoveu. Sobre o contexto analisado, Morais explica que há uma relação direta entre os investimentos nas áreas de C&T na estatal petrolífera brasileira com as crises do petróleo, para que houve um aumento em sua produção. Vale lembrar que os níveis de importação de derivados do petróleo eram altos no Brasil.

> As crises do petróleo na década de 1970 iriam mudar o cenário acima ao abrir novas perspectivas para a maior integração do CENPES a PETROBRAS, permitindo que suas pesquisas ocupassem maior espaço nas demandas das áreas operacionais da Companhia. Os choques nos preços do petróleo alteraram a estrutura da demanda de derivados, com diminuição da procura por gasolina, cujos preços se elevaram, e com aumento da demanda por óleo diesel, beneficiado por preços subsidiados pelo governo. (MORAIS, p.62, 2013)

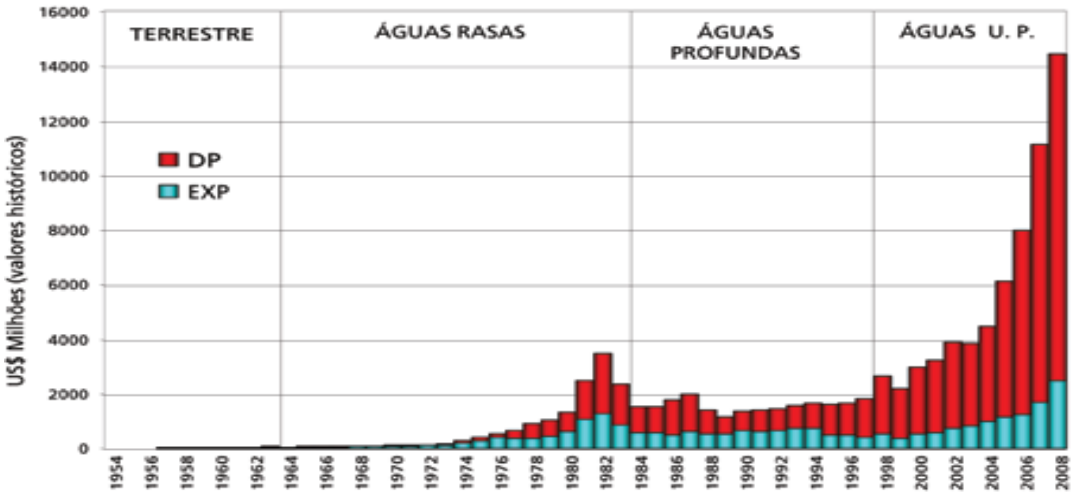


TABELA 2: Investimentos em exploração e produção da Petrobras no Brasil (Petrobras/E&P-CORP). Acesso em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-9-Investimentos-em-exploracao-e-producao-da-Petrobras-no-Brasil_fig3_296484911

O aperfeiçoamento tecnológico que foi desenvolvimento pelo centro de pesquisa da Petrobrás foi essencial para a empresa alcançar níveis mais altos de produção e

destaque ao cenário global. Outra característica que vale a pena ser citada é o papel da empresa no mundo, principalmente nos anos 70. O papel no cenário internacional também foi importante para a Petrobrás, que nos anos 70 criou a subsidiaria Braspetro, que surgiu justamente no período do choque do petróleo, havendo participação em locais chave ao redor do globo.

Conclusão

A ditadura empresarial-militar agiu de maneira estrutural no pais, controlando as estruturas do Estado. No ambiente econômico, o período ditatorial militar brasileiro sustentou suas bases teóricas na ortodoxia liberal, onde ocorreu uma promovendo uma concentração de renda expressiva e aprofundou a desigualdade social. O crescimento econômico que ficou amplamente conhecido se justificou no grande endividamento externo, onde podemos ver seus resultados ainda nos anos 70 e início dos 80. Essas características são bastantes conhecidas.

As crises do petróleo e a busca pelo aumento da produtividade nacional desse setor foram decisivos para os investimentos diretos do Estado, assim como a busca pelo controle geral da empresa, onde era considerada parte significativa da política de desenvolvimento e da ideia de soberania nacional. Com isso, a atenção em manter o controle e monitoramento dentro do CENPES era significativo, onde seguiu uma doutrina de segurança nacional que agiu em diversos espaços.

O centro de pesquisa e desenvolvimento da Petrobrás é um exemplo do aparelhamento e tomada geral do Estado, onde os militares assumiram cargos e colocaram em prática estruturas de monitoramento e repressão. Por outro lado, os projetos que foram desenvolvidos nesse mesmo espaço contribuíram fortemente para o avanço da exploração de petróleo no Brasil, e consequentemente, o aumento da importância da Petrobrás no cenário nacional e global.

Referências:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1980)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BARBOSA, Wilson Nascimento. Alguns efeitos da política econômica durante a Ditadura Militar (1964-1985). In.: *História Econômica do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Eduff - Hucitec, 2022.

COSTA, Luiz Allencar Dalla. *A Industria do Petróleo: disputa por território cada vez mais profundos.* São Paulo: Expressão Popular, 2021.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS.* Rio de Janeiro: CPDOC: PETROBRAS, 1993

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Estado.* Petrópolis: Vozes, 1981.

JUNIOR, Celso Carvalho. *A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias.* Assis: UNESP, 2005

MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore.* Brasília: IPEA: Petrobras, 2013.

MOREIRA, Uallace. *Um Estudo sobre o Comércio Exterior de Bens de Capital e Algumas de suas Relações com o Desenvolvimento do Ramo Industrial no Brasil (1974-1989).* Campinas: UNICAMP, 2009.

PEYERL, D. *O petróleo no Brasil: exploração, capacitação técnica e ensino de geociências (1864-1968).* São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017.

Entre o Rio de Janeiro, Espírito Santo e os Asseca: administração da justiça, território e conflitos de jurisdição e de terra no distrito campista (1786-1807)

Hiago Rangel Fernandes[195]
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Cláudia C. A. Atallah
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar alguns desdobramentos da pesquisa iniciada no mestrado e em andamento no doutorado no PPGHS-UERJ, sob projeto intitulado "Entre 'campistas revoltosos' e conjurados de Minas: administração, território e conflitos de Silvério dos Reis em terra goitacá (1790-1805)". Tomando como recorte o distrito de Campos dos Goytacazes do final do século XVIII, foi possível analisar inicialmente que esse território, situado entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, foi objeto de preocupações e comunicações políticas entre agentes do poder local e de autoridades da Coroa na América portuguesa e no Reino.

No final do século XVIII, além do acelerado crescimento das lavouras de cana de açúcar e da população que se registrava pelos relatórios de militares passageiros no distrito,[196] os limites de jurisdição foram objetos de alargamento de atribuições e disputas do controle da terra por agentes locais. Envolvendo lavradores, camarários, ouvidor da comarca, juízes privativos do Morgado, militares e vice-reis os conflitos de jurisdição e por sesmarias subiram em forma de cartas e representações às instâncias da Coroa na conquista e no reino, junto às solicitações de mudanças territoriais, de competências e criação de novos ofícios da justiça (FERNANDES, 2024).

Entre as disputas, iremos destacar as indefinições, conflitos e denúncias de vexações envolvendo os moradores nos arredores das vilas de São Salvador e São João da Praia, os administradores do Morgado dos Asseca, o ouvidor da comarca do Espírito Santo e os camarários. Em meio a esses conflitos, destacamos a presença do coronel de milícias, Joaquim Silvério dos Reis, contestada por parte de moradores queixosos do

[195] Discente do/Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2024, projeto: "Entre 'campistas revoltosos' e conjurados de Minas: administração, território e conflitos de Silvério dos Reis em terra goitacá (1790-1805)". Mestre em História pelo Programa de pós-graduação da UERJ, pós-graduado em Filosofia pela USCS e Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense.
[196] AMADO, 1790; AHU-Rio de Janeiro, Cx. 143; REIS, 2011 [1785].

distrito. Então denunciante da Inconfidência Mineira de 1789, vindo a habitar em terras goitacá após retorno do Reino, se envolveu nos imbróglios junto ao seu sogro, o administrador do Morgado dos antigos donatários da capitania em que o distrito campista se compreendia até 1754.[197]

Em resumo, buscamos apresentar algumas informações iniciais da pesquisa em andamento sobre as sobreposições de jurisdições e conflitos de interesses envolvendo esses agentes, e as reflexões teórico-metodológicas levantadas acerca de tal abordagem. Litígios estes que passaram a ser um dos motivos para a suscitação de solicitações para reformas na administração da justiça e território de Campos dos Goytacazes, estando entre os discursos a representação do distrito como tendo moradores num perpétuo "estado revoltoso" e até de terem laços com inconfidentes de Minas.[198]

Sobreposição de jurisdições e interesses: discussões historiográficas e teórico-metodológicas sobre território, região e poder

O nosso estudo de caso sobre conflitos em âmbito regional envolvendo jurisdições e diferentes interesses de agentes locais levantam questões de natureza teórico-metodológica e historiográfica. A primeira delas diz respeito ao próprio recorte analítico, associado à ideia de região e território. Como já enunciado, estamos analisando a respeito dos conflitos e a administração envolvendo indivíduos em suas instâncias de poder do distrito de Campos dos Goytacazes do final do século XVIII. Processos estes que suscitaram versões nos litígios e até imagens sobre uma identidade revoltosa de moradores do distrito.

O conceito de região aqui desde já é observado não num sentido de um dado pronto, ou de uma fração natural de delimitação político-administrativa, mas de um espaço que se pretendeu "territorializar" a partir das situações históricas concretas de ocupação colonial, conflitos de terra, relações de poder e discursos de agentes.[199] Entre os últimos podemos destacar as determinações do jurídico oficial oriundo das instâncias da Coroa no reino e no Estado do Brasil, bem como nos discursos legitimadores proferidos por

[197] AHU-Rio de Janeiro, cx. 167, docs 1, 2.; AHU-Rio de Janeiro, cx. 180, doc. 26. .
[198] AHU-Rio de Janeiro, cx. 179, doc. 22., novembro, 1799.
[199] Em concordância, portanto, com a ideia de um espaço delimitado por relações com afirmação de identidades e enunciados dos atores históricos. Ver mais em: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional. Dimensões teórico-conceituais. História - debates e tendências. In: Passo Fundo, v.1, n.1 1999, pp. 15-22.

agentes locais possuidoras de terra e de poder, como os camarários da vila de São Salvador, militares e outros ocupantes da administração local (FERNANDES, 2024).

As comunicações políticas da década de 1790 e anos inicias dos Oitocentos, produzidas por militares passageiros, bem como vice-reis, camarários e magistrado da Relação do Rio de Janeiro contribuíram para o contorno da região dos Campos dos Goytacazes a partir da delimitação das fronteiras (nem sempre definidas), atividades produtivas, registro de habitantes, biomas e espécies (FERNANDES, 2024).

Sendo, portanto, um território construído no discurso, além de ocupação colonial e administração jurídica, política e militar, passou por transformações no que diz respeito aos *status* jurisdicionais, que se refletiam nas competências e direitos usufruídos pelos detentores de ofícios neste espaço. Os Campos dos Goytacazes passaram de parte da capitania de São Tomé à capitania donatária em 1674, posteriormente em distrito no ano de 1754 após incorporação da capitania pela Coroa portuguesa. Distrito que continuou a ser termo da comarca do Espírito Santo, ao mesmo tempo em que esteve sob administração política e militar do Rio de Janeiro, e possuir um interior marcado por senhorios como o do morgado dos antigos donatários.

Tal situação histórica que se pretende resgatar faz destacar a importância de estudos de caso numa escala menor, chamada de micro pela historiografia, e que em nosso caso delimitamos como sendo o distrito de Campos dos Goytacazes.[200] Consideramos, portanto, como uma região pela sua delimitação jurídico-administrativa, além do discurso e ocupação, com fronteiras nem sempre bem definidas e marcada por sobreposição de jurisdições territoriais e de competência dos ofícios. Em parte pelo desconhecimento dos chamados sertões pelas autoridades da Coroa, e em outra pelo alargamento da ocupação provocada por colonos do distrito e os conflitos por posse de terra, as indefinições de fronteiras e de jurisdição geraram disputas de interesses materiais e de poder.[201]

A análise num recorte regional possibilita a percepção do funcionamento cotidiano e real do poder, em nosso caso pela relação entre atuações de oficiais do mosaico institucional da monarquia portuguesa em seus tensionamentos e disputas de poder e suas práticas de violência simbólica e física diante das camadas da população local. É o que está sendo possível perceber nas disputas por terras e sua administração como aquelas

[200] Ver mais em: LEVI, Giovanni. Un problema de escala. In: R*elaciones. Estudios de historia y sociedad, Zamora*, v. 24, n. 95, 2003, p. 279-288.
[201] AHU-Rio de Janeiro, cx. 157, doc. 32, cx. 181, doc. 98

envolvendo foreiros, camarários, juízes privativos do Morgado e ouvidor da comarca do Espírito Santo acima relatada.[202]

A relação entre escalas "micro" e "macro", segundo Giovani Levi (2003, p. 182), oportuniza a visualização da criação de sistemas e processos de grandes dimensões, sem a perda do chão concreto da ação dos indivíduos com a captação das fraquezas, inércias, compromissos ou modificações na observação do "micro". A análise do "micro", portanto, não faz ignorar as dinâmicas do "macro", neste caso aqui recortada como sendo aquelas da arquitetura de poder do império português em suas hierarquias e jurisdições

O conceito de espaço jurídico cunhado por Nuno Camarinhas (2018) é útil para pensarmos a relação de territorialização e construção da malha jurídico-administrativa considerando-se as relações de poder entre o reino e as conquistas ultramarinas. Com o alargamento do império português, houve um esforço de expansão também de um sistema político e jurídico com montagem de territórios, criação de ofícios e circulação de agentes da Coroa para a manutenção de laços de vassalagem em territórios distantes.

O espaço jurídico leva-nos a problematizar as visões clássicas acerca da estruturação da administração e exercício do domínio colonial da metrópole como sendo homogênea, coerente e planejada. As territorializações e a ampliação do espaço jurídico do reino para as conquistas ultramarinas, a exemplo da América portuguesa, eram marcadas pela criação de sobreposição de jurisdições e indefinições desde o nível local até o poder central. Entre elas podemos dizer as jurisdições ordinárias (exercida pelos juízes ordinários/câmaras), religiosas (missões, aldeamentos, bispado, paróquias), senhoriais (como as donatarias e morgados) e régias como a exercida por governadores das capitanias, magistrados régios a exemplo de ouvidores, juízes de fora e os juízes dos Tribunais da Relação (CAMARINHAS, 2018, p. 148).

Parte dessa estruturação do aparelho de poder e formação de territórios nas conquistas era uma extensão das práticas de administração e divisões políticas do Reino, mas com adaptações e especificidades próprias das realidades coloniais. Analisar como sendo confusa e sem uma lógica própria seria incorrer em equívocos e superficialidades. Temos como referência as revisões historiográficas sobre os Estados modernos, a exemplo de trabalhos como os de António Manuel Hespanha (1994) que chamam a atenção para lógicas próprias de governação tendo em vista a realidade jurisdicional, práticas, costumes e limitações com as distâncias e recursos.

[202] Ibid.

Este historiador português, que influenciou gerações de historiadores do período colonial, constatou um paradigma jurisdicionalista marcada por uma pluralidade de polos de poder por parte da monarquia portuguesa, ancorada em visões teórico-jurídicas corporativas, mas também limitações a uma centralização extensiva (HESPANHA; XAVIER, 1993). Limitações estas oriundas de leis, práticas costumeiras e morais tardo-medievais, bem como a dependência de vassalos para a sustentação da Coroa e seus domínios, considerando-se os poucos recursos materiais e humanos nas largas distâncias do reino e ultramar (HESPANHA, 2010).

O distrito de Campos dos Goytacazes se inseria nas dinâmicas de territorialização e montagem do aparelho jurídico-administrativo do império português, mas com conflitos específicos entre agentes em suas atribuições sobrepostas. Processos estes que permitem visualizar a afirmação de uma região com contornos nem sempre definidos nas fronteiras do território e jurisdições a elas associadas. Numa relação desigual, mas de interdependência entre poder central e local, constata-se também no distrito campista a cooperação de agentes coloniais nas reformas e discussões sobre o aparelho jurídico e o território de Campos dos Goytacazes no final do século XVIII, como discutido na parte inicial da pesquisa realizada no mestrado.[203]

Os Campos dos Goytacazes de Capitania a distrito e morgado

Nas décadas finais do século XVIII, Campos dos Goytacazes era um distrito com as vilas de São Salvador e São João da Praia, pertencente à administração política e militar da capitania do Rio de Janeiro, enquanto que também era termo da comarca do Espírito Santo. A partir de 1754 o território campista havia deixado de ser uma capitania donatária ao ser incorporada pela Coroa portuguesa em função de conflitos envolvendo potentados locais, entre eles camarários e sesmeiros descendentes dos conquistadores da região e a casa donatária dos Visconde de Asseca (ATALLAH, 2018).

Mesmo diante da transformação da capitania em distrito de administração política e militar do vice-reinado no Rio de Janeiro continuaram as indefinições e os conflitos de jurisdição e de interesses de facções locais de detentores de terras e cargos na administração local.[204] Através de documentos analisados ainda no mestrado, e

[203] Ver mais em: FERNANDES, Hiago Rangel. *Conflitos e noções de justiça: comunicação política, território e aparelho jurídico nos Campos dos Goytacazes (1786-1807)*. 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.
[204] AHU_ACL_CU_017, Cx. 167, D. 12446

informações panorâmicas daqueles que estão sendo mobilizados no atual estágio da pesquisa, foi possível perceber inicialmente disputas por posse de terras entre senhorios, conflitos de jurisdição e também em torno de cobranças e despejos nas terras vilas de São Salvador e São João da Praia. Em parte, tais situações ocorriam em decorrência de senhorios e seus alargamentos e abusos de atribuições, como a relatada administração do Morgado dos antigos donatários dos Visconde de Asseca.

Os herdeiros do primeiro donatário da antiga capitania da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes, Salvador Correia de Sá, continuaram a ter enormes faixas de terra no distrito campista, mesmo tendo perdido a donataria que se transformou em bem da Coroa portuguesa a partir de 1754 (ATALLAH, 2018). Nos documentos que por ora temos registro não se consta a extensão exata e as fronteiras deste Morgado, objeto este, inclusive, de conflitos e queixas que subiram à Coroa portuguesa e resultaram numa averiguação realizada pelo ouvidor da comarca do Espírito Santo em cumprimento de ordem expedida pela rainha D. Maria I.[205]

De maneira geral, podemos afirmar que os morgados eram grandes propriedades de terra familiares, cedidas e reconhecidas pela Coroa em diferentes situações, em que se construíam vínculos familiares de perpetuação do domínio sobre a terra com administrações jurídicas privativas. Segundo a historiadora português Maria de Lurdes Rosa (1995, p.27), os morgados tiveram origem em Portugal a partir da junção do direito romano com o dos antigos godos, ainda no Medievo. Eram caracterizados pela construção do vínculo, isto é, um domínio por parte do herdeiro, geralmente irmão mais velho, que tomava posse dos melhores bens da propriedade do pai, e que mantinha a propriedade sob domínio familiar, além da memória do possuidor original do morgado.[206]

O morgado da Casa dos Asseca já teria se estabelecido ainda em vida de Salvador Correia de Sá, sete anos antes de obter a parte da capitania de São Tomé que viria a se tornar a capitania da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes em 1674.[207] Nas últimas décadas do século XVIII, mesmo diante da incorporação régia da capitania da Paraíba do

[205] "Vossa Magestade pelo Regio Avizo, que vai junto a esse Auto [...] me ordena, que eu faça huma exacta averiguação sobre os factos a que os povos das villas de S. Salvador e de São João da Barra Paraiba do Sul comarca do Espírito Santo, tão amargamente se queixão a V. Magestade pelos grandes vexames que lhes cauzão os administradores e procuradores da Caza do Exmo. Visconde de Asseca, como se ve do requerimento [...]." (AHU-Rio de Janeiro, cx. 167, doc. 1,2).

[206] Ver mais em: ROSA, Maria de Lourdes. *O morgadio em Portugal. Modelos e práticas de comportamento linhagísticos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

[207] Ver mais em LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Sul, a Casa dos Asseca continuou a ter domínio sobre grandes faixas de terra, com atuação de administradores e juízes privativos próprios.

O coronel Luiz Alves de Freitas Bello era um dos administradores dos bens do morgado dos Asseca em 1799, com atuação conjunta do seu genro, Joaquim Silvério dos Reis, então denunciante da Inconfidência Mineira. Os dois foram alvos de queixas e denúncias enviadas por foreiros através de procurador, e também dos camarários da vila de São Salvador. Entre os assuntos das queixas estava o de abusos de cobranças e despejos ilegais, que acabaram por suscitar uma carta régia ao vice-rei para ordenamento de averiguação e reapropriação dos foreiros despejados, em se constatando tal ato.[208] Vexações e abusos esses que seriam cometidos pelo coronel de milícias, Joaquim Silvério dos Reis em sua estadia pelos Campos, onde teria acumulado intrigas com outros potentados locais, que iremos nos debruçar melhor num outro momento oportuno.[209]

Como desdobramento dos litígios, a existência do juízo privativo do Morgado dos Asseca foi tema de debate. Os queixosos moradores da Vila de São Salvador e de São João da Praia solicitaram à Coroa a sua abolição por entender que era a origem dos abusos e usurpações do direito concedidos por Sua Majestade. No mesmo ano de 1799, o chanceler do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro sugeriu ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de que um juiz de fora[210] a ser enviado para o distrito poderia servir como juiz administrador do morgado dos Asseca.

Portanto, a partir de uma primeira mobilização documental nesta etapa da pesquisa, tal cenário que se está desenhando com as queixas, defesas, acusações e denúncias aqui elencadas nos faz depararmos com conflitos de interesses materiais e simbólicos de agentes do poder local. Intrigas que se manifestam também a partir de disputas de jurisdição no âmbito das competências e territoriais. Isto é, a dos direitos e poderes legítimos no uso da terra, dos bens e das relações de poder sobre os indivíduos, mas também territoriais no que diz respeito às próprias fronteiras políticas, jurídicas e de terras.

---

[208] AHU-Rio de Janeiro, cx. 167, docs 1, 2.

[209] AHU-Rio de Janeiro, cx. 179, doc. 22., novembro,1799.

[210] Assim como os ouvidores, os juízes de fora foram magistrados letrados formados na Universidade de Coimbra que eram enviados para os lugares de letras do império português. Tendo como uma das atribuições ser uma espécie de juiz presidente das câmaras municipais e fiscalizador da atuação das justiças ordinárias, seu envio era um mecanismo da Coroa portuguesa de intervir na administração local, por conta do conhecimento das leis régias, além de serem agentes externos aos interesses e conflitos locais, como afirma Ivan Vellasco (2003, p. 3). Entretanto, assim como os ouvidores, não era incomum o envolvimento desses oficiais régios com potentados locais nas suas redes de clientela e interesses, como afirma Cláudia Atallah (2016).

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo tecer análises iniciais a partir de informações colhidas numa primeira leitura da documentação no atual estágio da pesquisa, somada a outras já realizadas no mestrado. Constatamos a existência de conflitos envolvendo jurisdição, domínio sobre a terra e seus direitos por parte dos administradores do Morgado dos Asseca, camarários, ouvidor da comarca, vice-rei e foreiros.

Numa primeira leitura, tais conflitos indicam estar associados aos motivos para a solicitação da criação de um juizado de fora e novos ofícios e configurações territoriais nas comunicações políticas da década de 1790 e anos iniciais dos Oitocentos, analisadas ainda na primeira etapa da pesquisa. Também parecem refletir conflitos de jurisdição oriundos das indefinições e sobreposições que continuaram com a transformação da capitania em distrito, além da montagem de redes clientelares que se refletiam em usufruto de bens materiais das terras, patrocínios e proteções, como as denúncias sugerem.

Tais litígios e solicitações de mudanças territoriais e jurisdicionais refletem dinâmicas a nível regional que se associam às dinâmicas imperiais de construção do aparelho jurídico e territorial, mas com contornos próprios e processos internos que expõem disputas de poder pelos agentes, além de hierarquizações, violências físicas e simbólicas sentidas e/ou reclamadas pelos queixosos no chão da experiência local.

Referências:

ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. A administração da justiça nas terras dos Asseca: uma análise da carta de doação da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes (1674-1727). In: BICALHO, Maria F.; ASSIS, Virgínia Maria A. de; MELLO, Isabele de M. Pereira (orgs.). *Justiça no Brasil colonial, agentes e práticas*. São Paulo: Alameda, 2017.

_____. *Da justiça em nome d'El Rey: justiça, ouvidores e inconfidência no centro-sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

_____. Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca. *Tempo*, Niterói, v. 24, n. 1, p. 161-179, 2018.

CAMARINHAS, Nuno. A administração da Justiça em espaços coloniais. A experiência imperial portuguesa e os seus juízes, na época moderna. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, Viena, dez. 2015, p. 109-124.

CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 39, p. 1-30, jan./abr. 2016.

FERNANDES, Hiago Rangel. *Conflitos e noções de justiça: comunicação política, território e aparelho jurídico nos Campos dos Goytacazes (1786-1807)*. 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993c, p. 121-123.

_____. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 43-94.

_____. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal - séc. XVII*. São Paulo: Almedina, 1994.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LEVI, Giovanni. Un problema de escala. *Relaciones. Estudios de historia y sociedad*, Zamora, v. 24, n. 95, p. 279-288, 2003.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História - debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, 1999.

ROSA, Maria de Lourdes. *O morgadio em Portugal: modelos e práticas de comportamento linhagísticos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

VELLASCO, Ivan. O juiz de paz e o Código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, 2003.

Fontes:

AMADO, Lazaro Cardoso. *Carta destinada ao Príncipe Regente falando sobre o Campo dos Goitacases*. [S.I], Coleção Linhares, Biblioteca Nacional, 1790.

AHU- Rio de Janeiro: cx. 87, docs. 78, 79, março, 1786; cx. 138, doc.16., agosto, 1786; cx. 148, doc. 46., fevereiro, 1791; cx. 157, doc. 32; cx. 159, doc. 86., julho, 1795; cx. 162, doc. 48.,abril, 1796; cx. 166, doc. 42., agosto, 1797; cx. 167, docs. 1, 2., outubro, 1797; cx. 167, doc. 31., dezembro, 1797; cx. 167, doc. 35., dezembro, 1797; cx. 171, doc. 16., novembro, 1798; cx. 175, doc. 20., julho, 1799; cx. 176, doc. 21., agosto, 1799; cx. 179, doc. 22., novembro, 1799; cx. 180, doc. 14, c. 184, doc. 26., dezembro, 1799;cx. 181, doc. 11., janeiro, 1800; cx. 181, doc. 98., fevereiro, 1800; cx. 185, doc. 7., julho, 1800; cx. 190, doc. 6; cx. 192, doc. 54; 296, doc. 108., outubro, 1801; cx. 201, doc. 19., setembro, 1802; cx. 208, doc. 39., julho, 1803; cx. 213, doc. 43; cx. 214, doc. 22., julho, 1804.; cx.235, doc. 9., abril, 1800; cx. 237, doc. 7; cx. 197, doc. 19, cx. 235, doc. 9., março, 1805; cx. 237, doc. 43., janeiro, 1807.

REIS, Manoel Martins do Couto. *1750?- 1826?: descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes*; pesquisa, transcrição e edição de Fabiano Vilaça dos Santos, Carlos Roberto Bastos Freitas e Rafaela Machado Ribeiro; introdução Arthur Soffiati, 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

História, saúde e natureza: a pandemia de covid-19 na favela da Rocinha

Ingrid Gomes Ferreira
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Mauro Amoroso
Bolsista CAPES

Introdução

Na segunda década do início deste milênio o mundo fora acometido pela pandemia de covid-19, episódio que gerou milhões de mortes. Uma série de medidas sanitárias foram adotadas visando o combate à pandemia, porém em diversos territórios, principalmente os que contam com uma série de elementos que constituem variadas vulnerabilidades sociais, como alto adensamento demográfico, saneamento básico precário e baixa distribuição de renda, o desafio foi maior para fazer valer os protocolos e medidas impostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A favela da Rocinha, situada entre os bairros de São Conrado, Vidigal e Gávea na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2020 e 2022, obteve destaque na mobilização social orientada para o combate à pandemia naquele território, por meio da formação de uma rede de apoio formada por agentes de saúde, coletivos locais, lideranças/ativistas/moradores de outras favelas e, até mesmo, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O processo contou com ações voltadas para a arrecadação de recursos financeiros, alimentos, equipamentos de proteção como máscara descartável e álcool, além da disseminação da informação a respeito da importância de se cumprir medidas sanitárias vigentes, avanço da pandemia, necessidade de vacinação e combate às *fake news*.

Assim, o trabalho proposto traz como objeto de estudo o combate à pandemia de covid-19 na favela da Rocinha buscando discutir a relação entre os elementos história, natureza e saúde pública, a fim de traçar uma análise histórica crítica sobre as mobilizações populares ao longo do tempo que promoveram intervenções neste território para a manutenção da vida da comunidade local, promovendo uma interface envolvendo alguns campos da historiografia, como: história social do território, história ambiental, história ambiental urbana e história da saúde.

A Favela da Rocinha enquanto território e a problemática da pandemia

No final do ano de 2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) fora avisada sobre o surgimento de uma série de casos de pneumonia, na República Popular da China, especificamente na cidade de Wuhan. Em janeiro de 2020 há a identificação de um novo coronavírus[211] e a OMS emite seu alerta máximo sob a nomenclatura de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Contudo, mesmo com a emissão do alerta que almejava uma tentativa global de contenção da propagação do vírus, em 11 de março a OMS declara a pandemia da covid-19[212]. O conceito de pandemia, segundo a literatura médica, é "de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente" (REZENDE, 1998, p. 154).

Até a ocorrência da covid-19, o grande exemplo de pandemia era "o da chamada "gripe espanhola", que se seguiu à I Guerra Mundial, nos anos de 1918-1919, e que causou a morte de cerca de 20 milhões de pessoas em todo o mundo" (REZENDE, 1998, p. 154). De acordo com a OMS o saldo de mortes, devido ao novo coronavírus, entre janeiro de 2020 e outubro de 2023 é de aproximadamente 7 milhões e de 771 milhões de casos confirmados[213].

De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)[214] por se tratar de uma doença infecciosa cuja transmissibilidade poderia ser por circunstância local ou comunitária, com um período de incubação que varia entre 1 e 14 dias, por meio de secreções, contato pessoal ou com objetos/superfícies contaminadas, se espalhou rapidamente. As medidas de prevenção estão diretamente relacionadas com medidas básicas de higiene como lavar as mãos com sabão, uso de álcool em gel, uso de máscara, evitar aglomerações, entre outros. As medidas citadas podem parecer simples, básicas e acessíveis para se evitar o avanço da doença, mas num mundo com acentuadas desigualdades sociais a dificuldade de acesso à itens básicos e primordiais para sobrevivência refletiu no elevado nível de transmissibilidade e letalidade da doença.

---

[211]O SARS-CoV-2 é o nome científico do vírus que ocasiona a doença conhecida como covid-19 ou novo coronavírus. Segundo o biomédico Tiago Gräft "O SARS-CoV-2 é a segunda estirpe dentro da espécie *Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus* (GORBALENYA et al., 2020) a causar uma epidemia humana e, assim como os outros Coronavírus Humanos (HCoV), ele provavelmente teve origem de transmissão de um animal reservatório – evento conhecido como transmissão zoonótica" (2020, p. 3).

[212]https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19. Consultado: 26/07/2024.

[213]https://covid19.who.int/. Consultado: 26/07/2024. É importante destacar que há uma estimativa de 9,5 milhões de mortes subnotificadas, especialmente entre os anos de 2020 e 2021. Essas mortes ficaram concentradas na Europa, Sudeste Asiático e Américas, cujo maior percentual foi referente ao grupo de pessoas idosas e do sexo masculino. https://news.un.org/pt/story/2022/05/1788242. Consultado: 26/07/2024.

[214]https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/coronavirus/modulo1/aula2.html. Consultado: 26/07/2024.

Em 20 de março de 2020 o estado de calamidade pública no Brasil em razão do novo coronavírus foi decretado por meio do Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020[215]. A pandemia gerou uma crise econômica, sanitária e social em todo o mundo, mas foram nos países de capitalismo periférico que os impactos da mesma sobre a classe trabalhadora e moradores das "áreas vulnerabilizadas localizadas em grandes centros urbanos" (MARTINS, 2022, p. 81) foram mais severos. As favelas brasileiras, sobretudo nas regiões metropolitanas, desenvolveram as condições básicas de habitabilidade, como construção das moradias, saneamento básico, fornecimento de água e luz, por meio do potencial construtivo e criativo de seus moradores em oposição a negligência apresentada pelo Estado.

Lucio Kowarick (1979) ao tratar das questões habitacionais em bairros periféricos entende por "espoliação urbana" essa privação das condições básicas de habitação na cidade, afirmando que "é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência" (p. 59). Segundo o pensamento do autor a autoconstrução acaba sendo a solução desenvolvida por essa parcela da população que sofre com a espoliação e que encontra nesse artifício a oportunidade de ter a sua moradia. Ora, duas premissas básicas para evitar o contágio da covid-19 foram a higiene pessoal e o isolamento social, contudo o mau abastecimento de água, ou sua inexistência, e "o adensamento habitacional excessivo nas favelas, por exemplo, que significa mais de três pessoas por cômodo servindo como dormitório em uma residência (Morais *et al.*, 2009), impossibilita seu pleno cumprimento" (SILVA; ROCHA; DRACH, 2021, p. 1395). Ademais, "para muitos dos moradores de favelas, suas atividades profissionais não lhes permitem atuar de forma remota, então precisaram continuar a se locomover para trabalhar" (MACIEL; GONÇALVES, 2021, p. 68), o isolamento social para essa camada da população foi bem mais complexo de se realizar[216].

---

[215]//www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/dlg6-2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020>. Consultado: 26/07/2024.

[216] Gláucio Maciel e Rafael Gonçalves (2021) ainda trazem outros elementos como a presença dos moradores de favelas em serviços informais, como de ambulantes e diaristas, além dos que compuseram a ala dos serviços essenciais, sobretudo entregadores. O isolamento social trouxe o aumento da violência intrafamiliar, principalmente contra a mulher, a violência armada também pôde ser observada como no caso da chacina na favela do Jacarezinho em 2021 (GUTIÉRREZ et. al., 2023).

A favela da Rocinha[217], localizada na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, na Zona Sul entre os bairros de São Conrado, Vidigal e Gávea é considerada a segunda maior favela do país com uma estimativa de 30.955 unidades habitacionais, de acordo com dados prévios do censo de 2022 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[218]. Diante da grande quantidade de moradores e extensão territorial, os desafios vividos na Rocinha para o combate à covid-19 foram muitos. Contudo, para prosseguir com a discussão estabelecida é necessário entender a importância do conceito de território e a sua aplicabilidade ao se estudar uma temática que perpassa uma problemática de saúde pública num espaço socialmente construído e com constantes disputas nas relações de poder.

O geógrafo Rogério Haesbaert em sua obra *O mito da desterritorialização* (2004), ao tratar sobre o território acaba traçando uma análise, inicialmente, direcionada para a polissemia contida neste conceito, analisando diferentes autores e linhas teórico-conceituais. Haesbaert leva em consideração a dimensão simbólica-identitária como abordagem e fundamento para a argumentação a ser construída em torno do conceito de território, assim, este acaba por ser entendido a partir de uma concepção relacional, que situa-o no âmbito do concreto/material enquanto um instrumento de poder, ao colocá-lo no campo jurídico e econômico, e espaço de identidade cultural, destacando o seu aspecto imaterial ligado ao simbólico e identitário. Além disso, o autor também pontua a indissociabilidade do processo histórico, social, espacial e das relações de poder para discutir a questão do território, portanto a historicidade acaba sendo apresentada como um elemento essencial na análise das relações sociais que formam a noção de território.

Ao optar por se aproximar mais da visão relacional construída por Sack e Raffestin, Haesbaert, aponta para a articulação dos elementos citados na construção social do território, destacando que:

> O território não deve ser visto nem simplesmente como um objeto em sua materialidade, evidência empírica (como nas primeiras perspectivas lablacheanas de região), nem como um mero instrumento analítico ou conceito (geralmente *a priori*) elaborado pelo pesquisador. Assim como não é simplesmente fruto de uma descoberta frente ao real, presente de forma inexorável na nossa vida, também não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da "imaginação geográfica" dos indivíduos (HAESBAERT, 2004, p. 91).

---

[217] Edineia Lazzari (2023), afirma que de acordo com "organizações locais, pelos registros da concessionária Light, a estimativa é que existam 120 mil moradores na localidade" (p. 42).

[218]Atualmente a maior favela do país é a Sol Nascente, situada no Distrito Federal. A Rocinha já foi, inclusive, considerada a maior favela da América Latina. https://diariodorio.com/rocinha-nao-e-mais-a-maior-favela-do-pais/. Consultado: 26/07/2024.

Dessa maneira, o território está ligado a condição material espacial relacionada ao aspecto histórico, social, cultural e das relações de poder experienciadas por diversos grupos sociais que irão conferir a delimitação e a dinâmica do que se entende por território.

Fora anunciado, por Licia do Prado Valladares, que a favela é também uma invenção constituída por representações sociais e que "as categorias 'favela' e 'favelado' e das noções por elas expressadas, além de seus sinônimos, associações e oposições" (VALLADARES, 2005, p. 13) sofreram diversas mutações ao longo do tempo. No ano de 2020[219] o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atualizou o conceito de aglomerado subnormal, termo utilizado para as favelas, para o seguinte:

> Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros (IBGE, 2020).

Os atributos que caracterizam os referidos aglomerados subnormais não diferem muito da classificação emitida pelo IBGE no ano 2000[220]. Mário Brum (2012) já pontuava que alguns aspectos não se sustentavam nessa definição de favela, a saber: a ausência (dos serviços básicos oferecidos pelo Estado, organização do território ou dos documentos de título de propriedade), a ilegalidade e a formas das moradias (os ditos barracos construídos com materiais frágeis e de pouca durabilidade).

A Rocinha, da mesma maneira que diversas comunidades espalhadas por toda a cidade do Rio de Janeiro conseguiram, mesmo sendo por esforço próprio, atingir as condições básicas de habitabilidade (água, luz, esgoto, etc.), possuindo em quase sua totalidade casas de alvenaria e adquiriu um grande desenvolvimento na área econômica e comercial local que rompem com o estigma de espaço de pobreza e violência, apenas. Dessa maneira, "a miséria não é, pelo menos não é mais, uma característica geral e a

[219]https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=27720&t=o-que-e. Consultado: 26/07/2024.

[220]A definição era: "Aglomerado subnormal (favelas e similares) é um conjunto de no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) disposta, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais" (IBGE In. BRUM, 2012, p. 20-21).

precariedade dos equipamentos deve ser fortemente relativizada" (VALLADARES, 2015, p. 157).

A favela da Rocinha enquanto um território construído socialmente, não somente pelos moradores da comunidade, mas também pelo restante da cidade que estabelece uma relação de disputa no campo do poder político, propriamente dito, e no simbólico acabou por experienciar a pandemia de uma maneira distinta das áreas privilegiadas da cidade, sofrendo diversas omissões e negligências, tal cenário acarretou no surgimento de diversos movimentos direcionados ao combate à covid-19 no território. O que será brevemente discutido e analisado será a campanha "Rocinha pela vida" promovida pelo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha.

Ampliação epistemológica e empírica: interface entre história ambiental e história da saúde

O século XX foi marcado por uma grande expansão epistemológica e empírica no âmbito da historiografia. Houve a incorporação de novos objetos de estudo acompanhados por uma gama de acervos, documentos e métodos de análises, que possibilitaram o surgimento de novos campos de estudos na história. Tal cenário permitiu que as relações sociais ao longo do tempo fossem pensadas levando em consideração aspectos específicos da sociedade, contudo relacionando-os. Assim, objetos de estudo como a cidade, a favela, a saúde pública e a natureza foram tomados pela análise histórica.

O historiador José Augusto Pádua ao discorrer sobre *As bases teóricas da história ambiental* (2010), indicou que na década de 1970 a história ambiental surge como "como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países" (p. 81), a partir de fatores sociológicos e epistemológicos. Os fatores sociológicos seriam correspondentes a emergência de movimentos sociais que se formaram em torno das pautas ambientais e ecológicas, tendo a "voz das ruas" suma importância na incorporação desses anseios populares nos estudos acadêmicos:

> A emergência de um "ambientalismo complexo e multissetorial" a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea (...) A ideia de "ecologia" rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura (PÁDUA, 2010, p. 82).

Já o movimento interno científico fora marcado por mudanças epistemológicas referentes "ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana" (PÁDUA, 2010, p. 83). Houve uma "revolução cronológica" no campo das ciências naturais, que permitiu uma expansão de marco temporal no estudo da história, sobretudo a ambiental, além disso passou-se a pensar de maneira indissociável a relação do homem com a natureza levando em consideração os aspectos históricos e culturais:

> O comportamento social dos seres humanos em relação ao mundo natural, assim como a própria estruturação socioeconômica da vida coletiva, passa pelas visões de natureza e dos significados da vida humana. Pode-se dizer, em sentido inverso, que as manifestações culturais não ocorrem isoladas do mundo vivo, valendo-se frequentemente de elementos da biodiversidade e da experiência física no planeta ou, melhor dizendo, de lugares específicos do planeta, na constituição da linguagem e das categorias de entendimento (PÁDUA, 2010, pp. 94-95).

Ou seja, o ser humano está inserido numa trama sociocultural e esta só existe e se desenvolve na relação com a natureza. Pádua (2010), entende como um desafio para a história ambiental a superação das "divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo" (p. 97).

Regina Horta Duarte (2004) ao pensar sobre o caso específico do Brasil, mostra que as temáticas e pautas levantadas em torno da história ambiental foram distintas dos estudos iniciais de consolidação do campo de pesquisa. No caso da América Latina, Ásia e África as injustiças sociais também refletiram na área ambiental, pois como fora pontuado a relação entre sociedade, cultura e natureza são indissociáveis, e as demandas populares e acadêmicas que surgiram foram na chave da problemática vivenciada por esses grupos sociais ao longo do tempo. Sobre a pesquisa no campo da história ambiental e sua finalidade, entende que:

> Para o historiador, importa o que as diferentes sociedades instituíram e significaram como sendo a natureza, a forma como representaram a paisagem, as florestas, a fauna, a proximidade dos rios ou a escassez da água, as doenças que as atingiram, as catástrofes naturais. Mas também interessa como as sociedades deram respostas diferentes às condições do meio natural e como dele se apropriaram, modificando-o (DUARTE, 2004, p.154).

Essa ampliação epistemológica e empírica permite uma ruptura com a visão do homem como "elemento externo à natureza ou por ela determinado, mas como aquele que continuamente, ao reinventar a sociedade, reinventa a natureza" (DUARTE, 2004, p.157). Gilmar Arruda (2006), também aborda a necessidade da ruptura com o reducionismo e/ou determinismo geográfico, o autor entende que as ações humanas na

natureza produzem impacto no imaginário social, assim as delimitações, fronteiras e organizações socioespaciais são produtos da constante interação entre sociedade e natureza.

Diante da ampliação epistemológica discutida, a história ambiental urbana surge no bojo dos estudos sobre a relação da sociedade e natureza na cidade. Frank Molano Camargo (2016), observa o surgimento de uma série de problemas nas cidades, principalmente porque a "nueva estructura económica internacional capitalista convirtió a las ciudades y al territorio en escenarios estratégicos para la acumulación de capitales" (p.382). O pesquisador adverte a respeito do crescimento demográfico urbano, desigualdades espaciais e ambientais, que geraram problemas como contaminação da atmosfera, dos corpos de água e a exposição das pessoas a uma série de catástrofes ambientais.

O crescimento urbano dentro da lógica capitalista está alicerçado na desigualdade social, espacial e ambiental. Portanto, os territórios tidos como marginalizados são construídos a partir da visão comparativa com outras áreas da cidade, que estão localizadas na posição central no imaginário social, que foram ocupadas e construídas seguindo uma concepção formal orientada para atender as necessidades do grupo social hegemônico ao passo que as áreas construídas na parte tida como inabitável ou que recebeu baixo valor de mercado diante do funcionamento da cidade, de maneira totalizante, acabam sofrendo não somente com estigmas e políticas públicas negligentes, mas acabam por desenvolver uma relação entre sociedade e natureza que reflete a problemática vivenciada de maneira geral por essa parcela da população, principalmente a tida como favelada.

A história do Brasil é marcada pelo modelo colonial de exploração, tanto no sentido econômico quanto das relações sociais, que ocasionou a subjugação de etnias e da natureza seguindo o projeto econômico e ideológico que esse modelo carrega consigo. Portanto, as injustiças sociais andam lado a lado com as ambientais, dessa maneira a distribuição territorial das etnias pobres está acompanhada da distribuição espacial dos danos ambientais. Os grupos racialmente discriminados, que no Brasil estão ligados aos indígenas, remanescentes quilombolas, populações ribeirinhas, caiçaras, entre outros, acabam por vivenciar em maior escala os problemas ambientais, enfrentando também a questão do racismo ambiental, que acaba por dar ênfase a "injustiça racial e na evidência de que grupos racializados sofrem desproporcionalmente os custos sociais de maneira geral" (SILVA, 2012, p. 105).

Os territórios favelados seguiram uma ocupação e construção do grupo local que lhes foram ainda são pertencentes ao longo do tempo. A ideia de saúde anda acompanhada da noção da conformação que determinado espaço apresenta, as favelas cariocas diante da ausência dos serviços sanitários básicos oferecidos pelo Estado, sobretudo no momento de sua autoconstrução, acabaram por se tornar um lugar mais suscetível de receber e propagar doenças de fácil transmissibilidade, como as infectocontagiosas. A favela da Rocinha[221] enfrenta historicamente o alto índice de tuberculose, doença infectocontagiosa bacteriana, Rafaela Rocha dos Santos (2024) relaciona a incidência desta doença com "a vulnerabilidade a partir dos contextos sociais, econômicos e ambientais (Lacerda *et al*., 2014), sendo as comunidades espaços propícios para da disseminação da doença" (pp.13-14). Outro exemplo de doença decorrente da situação de saneamento básico, habitação e infraestrutura é a dengue, que ainda aparece de maneira persistente neste território:

> A dengue é "doença de transmissão essencialmente urbana" e permanece em ciclos epidêmicos por uma série de aspectos favoráveis à proliferação de seu vetor, tais como: problemas de saneamento, imóveis inadequados, fatores educacionais, armazenamento inadequado de água, realizado em virtude de irregularidades no abastecimento (VILANI; MACHADO; ROCHA, 2014, p.24).

A questão da saúde pública está atrelada ao ambiente, sendo produto da relação sociedade e natureza em seus diversos âmbitos, portanto "fatores socioeconômicos como distribuição de renda, condições gerais de saneamento, de trabalho e moradia, entre outros, têm exercido influência direta no processo saúde-doença" (VILANI; MACHADO; ROCHA, 2014, p.24).

Everardo Duarte Nunes (2000) ao abordar a temática da história da saúde pública demonstra que a medicina social brasileira surge, no século XIX, como uma medicina urbana voltada para a força de trabalho que naquele período histórico era escrava. A medicina estava ligada ao projeto higienizador e disciplinador da cidade e dos seus habitantes. No contexto da transição para o capitalismo e instauração da Primeira República, a medicina está inclusa no projeto político de sociedade daquela época, pautado no sanitarismo, direcionado a subjugação das classes sociais marginalizadas. Os elementos como habitação, clima, cultura e condições geográficas e sociais, eram os norteadores para o desenvolvimento dos projetos de erradicação a doenças como a cólera.

[221] Nos dias atuais a Rocinha conta com a Clínica da Família Rinaldo de Lamare, Clínica da Família Maria do Socorro e Centro Municipal de Saúde Dr. Albert Sabin.

No início do século XX há a formulação do discurso da saúde pública cuja base é a educação sanitária, com ênfase nos centros de saúde, "assim, a Saúde Pública deve ter um caráter social, promovendo e protegendo a saúde" (NUNES, 2000, p. 259). Após o período de 1930 há a construção e expansão dos aparelhos para efetivação da saúde pública e novas políticas nacionais de saúde.

O direito universal à saúde é um dever do Estado, assegurado pela Constituição de 1988, e para tal houve a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei 8080/1990. De acordo com esta lei toda a população brasileira "tem a garantia de acesso integral, universal e gratuito e atendimento à Saúde"[222], contudo tal situação não é vivenciada na prática pelos grupos sociais marginalizados, que na hora da execução das políticas públicas de saúde acabam permanecendo negligenciados.

A ausência de direitos nas favelas e periferias cariocas é colocada de maneira histórica por Gizele Martins (2021). A autora além de abordar a problemática do descaso sofrido pelos territórios de favela na cidade do Rio de Janeiro, traz a questão da mobilização comunitária como uma ação autônoma direcionada para o enfrentamento da pandemia de covid-19 nestes territórios e salienta o papel da comunicação comunitária para conseguir criar uma rede de apoio que contou com profissionais de saúde, coletivos locais, coletivos de outras favelas e, posteriormente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A favela da Rocinha enquanto um território construído socialmente, não somente pelos moradores da comunidade, mas também pelo restante da cidade que estabelece uma relação de disputa no campo do poder político, propriamente dito, e no simbólico acabou por experienciar a pandemia de uma maneira distinta das áreas privilegiadas da cidade, tal cenário acarretou no surgimento de diversos movimentos direcionados ao combate à covid-19 no território.

Considerações finais

Ao articular a temática abordada com a bibliografia correspondente, elaborou-se uma argumentação composta por uma reflexão que buscou articular a sociedade, natureza, saúde pública e a discussão teórica envolvendo história ambiental e racismo ambiental. Ao longo das páginas houve uma discussão sobre a pandemia de covid-19

[222]https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/sus-completa-30-anosdacriacao#:~:text=O%20Sistema%20foi%20criado%20pela,sa%C3%BAde%20como%20dever%20do%20Estado>. Consultado: 03/08/2024.

numa favela carioca, nesse caso a Rocinha, levando em consideração as especificidades da construção social desse território e a visão estigmatizada que ele carrega há pouco mais de um século.

A noção de território fora colocada como fundamental na reflexão sobre a situação vivenciada pelos moradores desta favela, visto que contempla a perspectiva relacional que abarca o aspecto físico, identitário, cultural e de poder que ele possui. Nesse sentido, a produção social da memória por meio de campanhas elaboradas e executadas pelo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha, em especial a "Rocinha pela vida", ocasionaram uma reelaboração da memória coletiva desse grupo que fora tomada como ferramenta de luta por meio da formação e ação de um ativismo social local direcionado para o enfrentamento da pandemia que a utilizou como um elemento chave.

Foi possível identificar a construção e permanência das desigualdades no tocante a moradia, ao acesso aos recursos de saúde, a infraestrutura urbana, ao saneamento básico, a políticas efetivas de saúde e a injustiça social e ambiental vivenciadas pelos grupos tidos como marginalizados pela sociedade. Fica evidente a relação indissociável entre sociedade e natureza, além das consequências ambientais.

Referências:

ARRUDA, Gilmar. Historia de ríos: ¿Historia ambiental? *Signos históricos*, México, v. 8, n. 16, p. 16-44, dez. 2006.

BRUM, Mario. *Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CAMARGO, Frank Molano. La historia ambiental urbana: contexto de surgimiento y contribuciones para el analisis historico de la ciudad. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 43, n. 1, p. 375-402, 2016.

CRUZ, Alessandra Silveira da. A Rocinha e a Cidade: território, memória e visibilidade em disputa. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2021.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 2, p. 144-161, dez. 2004.

GUTIÉRREZ, Adriana Coser et al. Coletivos organizados, ativismo social e narrativas da pandemia em territórios vulneráveis na cidade do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2023.

GRÄF, T. Diversidade dos coronavírus, origem e evolução do SARS-COV-2. In: BARRAL-NETTO, M. et al. (org.). *Construção de conhecimento no curso da pandemia de COVID-19: aspectos biomédicos, clínico-assistenciais, epidemiológicos e sociais.* Salvador: Edufba, 2020. v. 1.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAZZARI, Edineia. Tecendo cuidado na pandemia por COVID-19: conhecimentos e experiências das mulheres da favela da Rocinha. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2023.

MACHADO, Rodrigo Vilani; SALDANHA, Carlos José Machado; ROCHA, Érica Tavares da Silva. Saneamento, dengue e demandas sociais na maior favela do Estado do Rio de Janeiro: a Rocinha. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia,* v. 2, n. 3, p. 18-29, ago. 2014.

MACIEL, Gláucio Glei; GONÇALVES, Rafael Soares. Mobilização nas favelas cariocas contra os impactos da pandemia da covid-19. *Revista Desigualdade & Diversidade (D&D),* n. 2, p. 66-80, 2021.

MARTINS, Aline Blaya. Efeitos da covid-19 nas populações em áreas vulneráveis nos centros urbanos: territórios periféricos em movimento, lutos e lutas. In: VALDA, Francisca et al. (org.). *A pandemia e o trabalho em saúde: vozes do cotidiano.* Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2022.

MARTINS, Gisele. Pandemia e histórico abandono social: favelas se auto organizam com objetivo de salvar vidas. *Encontros com a Filosofia,* ano 9, n. 14, dez. 2021.

NUNES, Everardo Duarte. Sobre a história da saúde pública: ideias e autores. *Ciência & Saúde Coletiva,* v. 5, n. 2, p. 251-264, 2000.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados,* v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

REZENDE, Joffre Marcondes de. Epidemia, Endemia, Pandemia, Epidemiologia. *Revista de Patologia Tropical,* v. 27, p. 153-155, jan.-jun. 1998.

SANTOS, Rafaela Rocha dos. Perfil da população infectada por tuberculose antes e durante a pandemia de COVID-19, na Rocinha, Rio de Janeiro, Brasil. 2024. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública e Meio Ambiente) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2024.

SILVA, A. L. P. G. O.; ROCHA, E. A. da; DRACH, P. R. C. Desigualdade espacial e saúde pública: o covid-19 nas favelas. In: *9º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável – Pluris.* 2021.

SILVA, Lays Helena Paes e. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *e-cadernos CES [Online],* n. 17, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Um sabá africano no séc. XVIII: a análise do processo de Maria de Jesus

Isabella Gioia de Barros
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Daniela Buono Calainho

Introdução

Este estudo examina um caso específico de feitiçaria em Portugal. Em 1735, Maria de Jesus, uma africana liberta, admitiu à Inquisição portuguesa ter feito um pacto com o diabo. Na época de sua confissão, Maria tinha 25 anos. Ela foi vendida em Luanda ainda criança e levada para Portugal, onde permaneceu como escrava até sua morte. Maria declarou ter sido batizada e iniciada na fé católica.

Durante sua confissão, Maria relatou seu primeiro contato com a ideia de um pacto demoníaco. Ela afirmou que Maria Bernarda, uma conhecida de sua senhora, sugeriu que ela vendesse sua alma aos 12 anos em troca de benefícios. Pouco depois da conversa com Maria Bernarda, Maria de Jesus começou a interagir com uma entidade demoníaca. Em um determinado momento, o demônio ofereceu a ela a possibilidade de, através de rituais mágicos, libertar-se de sua senhora e, assim, de sua condição de escravidão. Um mês após esse primeiro contato, Maria e o demônio decidiram selar um pacto de sangue.

Após o pacto de sangue, Maria começou a venerar o demônio no mesmo altar onde cultuava Jesus Cristo. Durante suas orações, o demônio lhe instruía a jejuar e a considerá-lo como uma divindade (*ANTT*, Inquisição de Lisboa, Processo Nº 2279, fl.12).

Em outra parte de sua confissão, Maria mencionou ter recebido objetos mágicos da entidade, descritos como uma pequena tigela branca, um frasco de óleo e um unguento branco. Ela foi orientada a aplicar o óleo em seu corpo, e afirmou que, quanto mais o usava, mais os itens eram magicamente reabastecidos.

De acordo com as instruções do demônio, Maria deveria usar esses elementos rituais ao se deitar, por volta das 22h. Após utilizá-los, ela confessou que, na companhia da entidade, conseguia deixar a casa mesmo com as portas fechadas, descrevendo uma espécie de projeção astral.

Recorte geográfico e contexto histórico

O período abordado neste estudo é a primeira metade do século XVIII, com foco no ano de 1735, quando a Inquisição portuguesa estava em plena atividade, tanto na metrópole quanto em outras partes do Império. Aproximadamente cinquenta anos depois, com as reformas pombalinas e a chegada do Iluminismo, a Inquisição começou a perder força, tornando-se quase inativa na primeira metade do século XIX. Vale destacar que entre 1710 e 1759 ocorreu a maior repressão ao crime de feitiçaria em Portugal, explicada pela expansão da rede de comissários da Inquisição e pela mudança no tipo de crime perseguido (PAIVA, 1997, p.212). A cidade de Lisboa, onde Maria de Jesus foi julgada e confessou, é o foco espacial deste estudo.

Na Península Ibérica, judeus e cristãos coexistiram até o século XIV, apesar de algumas restrições aos judeus. Após as conversões em massa na Espanha e a expulsão dos judeus em 1492, a comunidade sefardita em Portugal cresceu. Portugal tornou-se um refúgio para os judeus expulsos, pois não havia perseguições ou Inquisição até 1497, quando D. Manuel ordenou a conversão forçada de judeus e mouros. Com isso, não havia mais judeus em Portugal, apenas cristãos-novos. O Tribunal do Santo Ofício foi então estabelecido para lidar com o problema judaico, agravado pela chegada dos judeus espanhóis, com a bula papal assinada em 23 de maio de 1536.

No reino lusitano, a perseguição aos praticantes de bruxaria era conduzida por três tipos de justiça: secular, inquisitorial e episcopal. Assim, a "feitiçaria" era considerada um crime de jurisdição mista nos documentos legais. A Inquisição tinha um papel especial em lidar com casos de heresia, mas seu foco principal estava nos cristãos-novos de origem judaica entre os séculos XVI e XVII (PAIVA, 1997, pág.398).

Em Portugal, houve muitas acusações contra indivíduos suspeitos de práticas mágicas. Os magistrados portugueses estavam familiarizados com a demonologia que inspirou a ampla "caça às bruxas" na Europa Central e do Norte. Apesar disso, Portugal não vivenciou uma perseguição sumária à bruxaria, devido a algumas peculiaridades.

Isso se deu porque, de acordo com o historiador José Pedro Paiva, ao contrário de outros reinos europeus, Portugal não desenvolveu uma tradição editorial focada exclusivamente no debate sobre a bruxaria.

A limitada produção literária portuguesa não significou que o tema não tenha sido debatido intelectualmente, influenciado por textos da Espanha e outras regiões europeias. Conforme registrado por Paiva, estudiosos portugueses expressaram suas opiniões em várias fontes, como códigos legislativos, comentários de juristas, tratados de teologia moral, manuais de confessores, catecismos, sermões em autos de fé inquisitoriais, e em

menor escala, escritos de missionários. De acordo com o autor, os principais escritos sobre o tema estavam nos tratados de medicina (PAIVA, 1997, pág.349).

Uma introdução ao sabá

Uma possível interpretação do caso de Maria de Jesus é que esta poderia estar participando de um ritual conhecido como sabá, fundamental para a consolidação da imagem da bruxa na Europa. De acordo com Delumeau, a Inquisição intensificou sua atuação em casos de magia a partir do século XIV, e a expressão "sabá" pode ter surgido na documentação no final da Idade Média.

O sabá europeu era associado a práticas como infanticídio, canibalismo, transformação humana em animal, voo das bruxas, rejeição aos sacramentos cristãos, blasfêmia e orgias sexuais. Esta última prática frequentemente se destaca nas descrições, marcada por elementos eróticos.

No século XVI, o estereótipo da bruxaria estava tão estabelecido que essas características se desvincularam da magia ritual, focando apenas nas bruxas. A crença no voo das bruxas, um possível componente do sabá, se firmou na Europa quando as elites educadas já acreditavam na conexão entre malefícios, pactos diabólicos e encontros noturnos secretos de bruxas para adorar o Diabo. O voo reforçava a ideia do sabá, pois oferecia uma explicação "concreta" para a habilidade das bruxas de comparecerem rapidamente a reuniões em locais distantes, sem serem notadas em sua ausência (GINZBURG, 2012, p.234).

De acordo com o *Malleus Maleficarum* (1484), as bruxas poderiam voar de várias maneiras, mas a vassoura era a crença mais popular, simbolizando o feminino e reforçando a predominância das mulheres como bruxas. Outra crença antiga era a metamorfose da bruxa, ligada a práticas mágicas e sobrenaturais, logo associada à bruxaria. Para os autores do *Malleus Maleficarum*, essa transformação não era permanente e poderia ser uma ilusão demoníaca (DELUMEAU, 1989, p. 345).

Nos documentos da época, os elementos do sabá variavam conforme o local e o período na Europa Ocidental. O Diabo assumia diversas formas, como humano, bode, touro, gato, cavalo, carneiro, entre outras. Assim, o estereótipo do sabá foi transmitido oralmente pela população europeia desde o final do século XIV. Havia uniformidade nas descrições, tanto nas confissões inquisitoriais quanto nos tratados de demonologia, sugerindo a existência de uma seita de bruxas, coletivamente mais perigosas que individualmente, portadoras de malefícios e encantamentos.

Ginzburg, em seu livro *História Noturna*, estuda o ritual sabático a partir do conceito de circularidade cultural (GINZBURG, 2012). Ele debate com a historiografia que vê o sabá como um ritual folclórico inventado pelos manuais da Inquisição. Ginzburg traça as origens do sabá desde a Grécia Antiga, argumentando que sua estrutura esteve presente no folclore europeu muito antes das perseguições às bruxas. Elementos como o "voo noturno" e a descida ao mundo dos mortos já existiam na cultura europeia antes do cristianismo e em rituais xamânicos de povos na fronteira da Europa ocidental. No entanto, a partir do século XIV, o sabá adquire a roupagem demonológica dos manuais da Inquisição.

Alguns estudiosos, como Michelet, acreditavam que reuniões noturnas de feiticeiras ocorreram, desafiando a ordem estabelecida. Já pensadores racionalistas, como Robert Mandrou, veem o sabá como uma invenção das mentes cultas europeias (DELUMEAU, 1989, p.478). Jean Delumeau argumenta que o sabá organizado provavelmente não existiu, tendo sido um ritual folclórico resultante da combinação entre o imaginário das elites letradas e as tensões sociais da sociedade europeia moderna (DELUMEAU, 1989, p.456).

Abordagens mais recentes, como a de Ginzburg, sugerem que o sabá, como descrito nos tratados de demonologia, não existiu, mas a crença em seus elementos se baseava em antigas tradições folclóricas. Parte da historiografia argumenta que o ritual sabático foi inventado pelos manuais da Inquisição, mas a análise documental do processo sugere que esses manuais foram de alguma forma apropriados pelas classes populares, já que Maria de Jesus confessou tê-lo realizado por um bom tempo. A partir dessa apropriação, procuro entender como o sabá circulou entre os meios erudito e popular, considerando a cultura de forma circular, e não apenas vertical. É importante destacar que esse ritual foi transmitido oralmente, no caso de Maria de Jesus, que não era alfabetizada.

A Singularidade do Caso de Maria de Jesus

A escolha de estudar o caso de Maria de Jesus se justifica por sua singularidade. São poucos os processos da Inquisição portuguesa que apresentam de forma mais detalhada elementos de um ritual sabático, ao contrário de outras partes da Europa, onde os sabás são descritos com maior riqueza de detalhes na documentação inquisitorial . Em Portugal, entre as muitas confissões de pactos com o demônio, encontramos alguns elementos do sabá, mas raramente vários elementos em uma única confissão, como ocorre neste processo específico (BETHENCOURT,1987).

De modo geral, os encontros sabáticos, chamados de ajuntamentos pela Inquisição portuguesa, oferecem pistas sobre como alguns tratados de demonologia da cultura erudita (oriunda de um clero letrado) podem ter sido assimilados pelas classes populares e que tipo de religiosidade e ideias religiosas circulavam pelo Império português na primeira metade do século XVIII.

Possíveis conclusões

Ao examinar o caso de Maria de Jesus, podemos inferir que, embora poucos acusados tenham admitido participar de um sabá à Inquisição portuguesa, essa crença em um ritual noturno estava profundamente enraizada na cultura portuguesa. Isso se deve ao fato de Maria de Jesus ser analfabeta, indicando que seu conhecimento sobre o sabá foi adquirido por meio da tradição oral.

Em consonância com Daniela Calainho (2008), observa-se que os africanos em Portugal traziam práticas mágicas, crenças e devoções para enfrentar desafios cotidianos. O que os distinguia dos brancos, ou cristãos velhos, que também recorriam à magia e superstição, era o agravamento das tensões sociais. Muitos escravizados desenvolviam estratégias para mitigar a violência de seus senhores, utilizando seus conhecimentos e conexões sobrenaturais como forma de resistência ao sistema escravista, baseando-se em forças invisíveis (CALAINHO, 2008, p. 251).

É importante destacar como elementos do cristianismo e antigas tradições pagãs europeias se entrelaçavam com essas práticas, resultando em um complexo cultural híbrido. Para os africanos em Portugal, isso representava uma oportunidade de reconstruir suas identidades e estabelecer novos laços sociais. Nesse contexto, os africanos compartilhavam rituais de cura, trocavam feitiços e disseminavam conhecimentos em um ambiente de comunhão e aprendizado mútuo (CALAINHO, 2008, p. 252).

A ruptura promovida pelo tráfico transatlântico foi crucial para a formação de uma nova identidade afro-diaspórica. A hibridação cultural, fomentada pelo deslocamento e troca de conhecimentos dentro do império português, levou os africanos escravizados a criar ferramentas culturais para ajudá-los a sobreviver nas relações de poder do sistema escravista. Nesse processo de mudança territorial, ocorreu um hibridismo, foementado pelas viagens transatlânticas. Assim, Maria de Jesus passou a ver o mundo através dos códigos cristãos, enquanto preservava sua religiosidade e visão de mundo africana.

No processo de Maria de Jesus, ela parece confessar a participação em um sabá, com elementos semelhantes a rituais sabáticos documentados na Europa, mas com

particularidades. Uma delas é que o voo clássico da bruxa não é mencionado. Em sua confissão, Maria de Jesus afirma que o diabo a faz "voar sobre as águas". Na cosmogonia bantu, o mundo é dividido entre vivos e mortos, com a água servindo como passagem entre esses dois mundos.

Ao analisar seu processo e dialogar com o conceito de circularidade cultural de Carlo Ginzburg, percebe-se que Maria de Jesus pode ter associado sua visão do sabá a uma iniciação sacerdotal de origem bantu, relacionando a feitiçaria a um processo de iniciação xamânica. Considerando que a reconstrução dos saberes africanos ocorreu de forma híbrida, conclui-se que Maria de Jesus pode ter visto em seu sabá uma maneira de reconstruir seus laços com a África, refletindo elementos peculiares em sua confissão, como a água, reinterpretados através de sua perspectiva bantu.

Referências:

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: rito Nagô.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália.* Lisboa: Círculo de leitores, 1994.

_____. *O imaginário da magia: feiticeiras, saludadores e nigromantes no séc. XVI.* Lisboa: Universidade Aberta, 1987.

CALAINHO, Daniela Buono. Africanos penitenciados pela Inquisição portuguesa. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões,* ano III, n. 5/6, p. 47-63, 2004.

_____. *Metrópole das Mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime.* Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.* Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. (Ensaios Latino-americanos 1).

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer.* Petrópolis: Vozes, 2012.

CLARK, Stuart. *Pensando com demônios: a ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna.* São Paulo: Editora da USP, 2006.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: *A micro-história e outros ensaios.* Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. *História noturna: decifrando o sabá.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O fio e os rastros.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.

_____. *Cultura e representação.* Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2016.

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. *Malleus Maleficarum – o martelo das feiticeiras.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, J. Pedro. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821).* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.

MOTT, Luiz. Acotundá: raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro. In: *Escravidão, homossexualidade e demonologia.* São Paulo: Ícone, 1988.

_____. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. O calundú-angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. *Revista do IAC,* v. 2, n. 1, Ouro Preto, 1994.

MUCHEMBLEND, Robert. *Uma história do Diabo: séculos XII–XX.* Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2001.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no imaginário cristão.* Bauru: EDUSC, 2000.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia.* Rio de Janeiro: Perspectiva, 1992.

PAIVA, J. P. *Bruxaria e superstição num país "sem caça às bruxas" (1600-1774).* Lisboa: Notícias Editorial, 1997.

PARÉS, Luis N. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.* Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

PRICE, Richard; MINTZ, Sydney. *Nascimento da cultura afro-americana.* Rio de Janeiro: Pallas/UCAM, 2033.

REIS, João. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Marcus V. *Descendentes de Eva: práticas mágico-religiosas e relações de gênero a partir da Primeira Visitação do Santo Ofício à América portuguesa (1591-1595).* Curitiba: Editora CRV, 2018.

THEREZA; MATTOS, Yllan de Mattos (orgs.). *Heresias em perspectiva.* Lisboa: Edições da Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste", 2022.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. Alma africana no Brasil: os iorubás. *Vera Cruz,* n. 18, p. 67-71, 2005.

SANTANA, Tiganá. A cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunseki Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, Vanicléia Silva. As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SLENES, Robert W. *Malungu, Ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil.* Luanda: Museu Nacional da Escravatura, INPC, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. Revisitando o calundu. In: GORESTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria L. T. (orgs.). *Ensaios sobre a intolerância: inquisição, marranismo e antissemitismo.* São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. *A feitiçaria na Europa Moderna.* São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SWEET, James H. *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afroportuguês (1441-1770).* Lisboa: Edições 70, 2007.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).* São Paulo: Campus, 2004.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura.* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. *Tempo,* v. 3, n. 6, p. 95-112, dez. 1998.

_____. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colônia (1500-1808).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

“Não é fácil estancar em Portugal este mau sangue”: críticas de D. Luís da Cunha ao Tribunal do Santo Ofício português

Isabelle Luz da Silva
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Daniela Buono Calainho

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “A repercussão das ideias de D. Luís da Cunha na extinção do Santo Ofício em Portugal”, ainda em andamento. No século XVIII, Portugal enfrentava desafios significativos em sua estrutura social, política e econômica. Entre as vozes que se ergueram para propor mudanças, destaca-se a figura de D. Luís da Cunha, um diplomata português que, por meio de sua experiência internacional e pensamento ilustrado, ofereceu uma perspectiva crítica sobre as instituições do reino, em particular o Tribunal do Santo Ofício. Neste trabalho, analisaremos suas ideias sobre o Santo Ofício português, que, segundo o embaixador, era uma instituição injusta, manchava a imagem de Portugal e afastava investidores do reino lusitano. Traremos como fonte principal o Testamento Político (1749), última obra do autor, na qual se debruçou sobre diversos pontos que precisariam ser revistos pelo futuro rei de Portugal, D. José I, sendo um deles a dominação do Santo Ofício pelo poder temporal.

D. Luís da Cunha nasceu no ano de 1662, em Lisboa. Desde jovem, foi inserido nos debates intelectuais, visto que seu pai, Antônio Álvares da Cunha, mantinha em sua casa um grupo de estudiosos aristocratas portugueses. Antônio era reformador do Arquivo Real da Torre do Tombo, onde possuía contato com obras relacionadas à História, Literatura, entre outros, arquivos que muito lhe agradavam, dando assim início à Academia dos Generosos. Tal grupo sofreria certa decadência alguns anos depois, visto que suas discussões estavam distantes do que se via nos demais debates intelectuais da Europa. A Academia, no entanto, não foi extinta. D. Luís da Cunha, após observar o que se falava nos debates sob o ideal iluminista, injetou ânimo nos debates, juntamente com o Conde de Ericeira. Em 1720, D. João V transformaria a Academia dos Generosos na Academia de História (CLUNY, 1999).

O destaque acadêmico e intelectual acompanhou D. Luís da Cunha em toda sua trajetória diplomática. Após concluir o curso de Direito na Universidade de Coimbra, em

1684, D. Pedro II atribuiu a D. Luís o cargo de Desembargador da Relação do Porto, em 1686. Em 1697, chegou a Londres no cargo de enviado extraordinário pelo rei D. Pedro II, iniciando assim sua carreira internacional. Neste período, Portugal e Inglaterra alinhavam-se para firmar um acordo comercial, conhecido como acordo dos panos e dos vinhos. D. Pedro II enviou D. Luís da Cunha para estudar o que ocorria no meio dos ingleses, motivo para acreditarmos que Cunha mostrava-se relevante para a corte já nesse tempo, visto a complexidade do assunto.

Isabel Clunny (1999) observa que essa foi a primeira experiência diplomática de Cunha e que, juntamente com ela, surgiram questionamentos sobre o local em que Portugal estava quando comparado aos demais reinos europeus. Iniciando pela situação dos embaixadores portugueses nas cortes europeias, D. Luís revelou em algumas de suas cartas sobre como sua formação em Portugal em nada lhe servira. Segundo o embaixador, o cargo de diplomata deveria ser levado mais a sério por Portugal, já que estes o representavam no exterior. Pecavam em dois pontos: na má formação de Direito – que não formava profissionais preparados para a ação – e a falta de um recrutamento refinado.

Enquanto D. Luís da Cunha estava em Londres, escreveu um relatório em 1710 intitulado *Relation of the State in which at Present the Roman Catholics Find Themselves in Respect to the Exercise of Religion in These Three Kingdoms of England, Scotland and Ireland*. O relatório original foi escrito em Português, no entanto, encontramos apenas a versão em inglês citada por completo no artigo escrito por William L. Sanches (1963) "Da Cunha's Account of the Condition of Catholics in the British Isles in 1710.". O documento foi endereçado ao Cardinal Paulucci, nuncio que atuou na Secretaria de Estado de Clemente XI e Benedicto XIII. O intuito de descrever a condição dos católicos era de "informar as autoridades de Roma e preparar o caminho para a ação diplomática consertada das potências católicas interessadas" (Ibid, p. 20). Sobre D. Luís da Cunha, Sanches observa que "his views are those of an experienced observer and man of affairs who, while entirely orthodox in religion, was saved by an essentially practical and rational point of view from fanaticism or wishful thinking." (Ibid, p. 21). Sanches afirma que não há nenhum desenrolar posteriormente sobre tal documento, no entanto, nos revela que Cunha possuía um olhar atento às questões político-religiosas desde este momento.

D. Luís da Cunha foi nomeado oficialmente como embaixador em 1719. Foi enviado para Madri, já pelo rei D. João V, para se fazer cumprir o que se tinha acordado com a Espanha, no Congresso de Utrecht (1712-1725). O tratado assinado em tal congresso foi de suma importância, pois o reino espanhol reconheceu que as terras entre

o Amazonas e o Oiapoque, no Brasil, pertenciam a Portugal (ALVES, 2010). Findada sua atividade em Madri, foi enviado como embaixador a Paris, onde atuou entre 1719 e 1720. Após sua saída da França, Cunha se instalou em Bruxelas para tratar questões de saúde entre 1725 e 1728. Neste período, o embaixador agiu como um correspondente de ideias iluministas para Portugal. Pelo fato de estar inapto a exercer sua função de diplomata, D. Luís empenhou-se em conhecer as vertentes intelectuais que circulavam naquele período. Foi então que se formou sobre ele uma imagem de "homem de cultura", nomeado como supranumerário para a Real Academia Portuguesa de História.

> A escolha de D. Luís para o corpo acadêmico foi como que um reconhecimento antecipado do talento e esforço que o embaixador português viria desenvolver primeiro em Londres, depois nas cidades de Paris, Bruxelas e Haia, no sentido de enriquecer Portugal nos domínios científicos e artísticos. Na verdade, D. Luís da Cunha ficaram a dever-se não só algumas das encomendas artísticas enviadas para o rei D. João V, como também alguns dos contatos com estrangeiros que contribuíam, de uma forma ou de outra, para o desenvolvimento econômico e cultural de Portugal (CLUNNY, Ibid, p. 108).

Em 1728, D. Luís da Cunha chegou a Haia, Holanda, para defender os interesses econômicos do Brasil colônia. Estar no contexto holandês do século XVIII foi fundamental para o embaixador compreender a lógica que ordenava um Estado moderno. Atentando-se para os assuntos econômicos e observando as companhias comerciais da Holanda, D. Luís compreendeu em quais momentos era necessário separar os assuntos públicos dos assuntos privados no setor da economia, entendendo assim a liberdade do mercado econômico que tanto crescia nesse período. Também somou às suas reflexões a relação de interesses entre Estados, diferente do que se tinha no Antigo Regime.

> [...] ele entendia, na época, se jogavam dois conceitos de Europa. Um, o da Europa aristocrática, das famílias reais, onde o conceito de nação e de soberania se confundiram no emaranhado dos laços de parentesco, tecidos ao longo de séculos da história e cujas lutas políticas se expressavam através do conflito de sucessão. Outro, da Europa das nações, onde a razão do Estado era muitas vezes entendida como interesses do próprio soberano e se expressava através de lutas pela definição dos territórios nacionais e pelo domínio de mercados que disponibilizassem recursos indispensáveis ao seu engrandecimento (Ibid, p. 157).

Enquanto atuava como embaixador na Holanda, podemos observar o recrudescimento do interesse de D. Luís à causa dos judeus e cristãos novos. Tal atenção pôde ser explicada pela sua proximidade a indivíduos pertencentes a tais grupos.

Em 1735, D. Luís da Cunha foi nomeado embaixador em Paris, na França, por D. João V, onde atuou mais 10 anos como embaixador. Ao lá chegar, Cunha recebeu a notícia de que seu colega Marco Antônio de Azevedo Coutinho havia sido nomeado secretário do Estado de Negócios Estrangeiros. Ao assumir o cargo, Marco Antônio

solicitou conselhos ao embaixador, reconhecendo tamanha experiência e habilidades em compreender e interpretar as mudanças presenciadas nas principais cortes europeias. Assim, D. Luís da Cunha se debruçou a escrever as *Instruções Inéditas de D. Luís da Cunha a Marco Antônio de Azevedo Coutinho*. Tal carta foi enviada 10 anos depois, não para o destinatário inicial, mas para seu sobrinho, D. Luís da Cunha Manoel.

Segundo Isabel Cluny, "D. Luís da Cunha ao escrever as Instruções pensou Portugal em termos ideias e as soluções apresentadas pressupunham que bastaria a vontade política do soberano/estadista para que a gestão do Estado fosse perfeita", além de pontuar sobre os ajustes que precisavam ser feitos, que eram do interesse de Portugal, tanto no que tange aos "inimigos externos de Portugal", quanto às questões externas, expondo "suas críticas ao poder temporal da Igreja" (Ibid., p.167-168). Além de Instruções Inéditas de D. Luís da Cunha a Marco Antônio de Azevedo Coutinho (1736), destacamos como as principais obras do embaixador: Memórias da Paz de Utretch (1716), Tradução e Paráfrase de Paz e Comércio Celebrados em Utretch, Baden e Anvers (1716) e o Testamento Político (1747-1749).

Após sua carreira na diplomacia, D. Luís da Cunha se estabeleceu na França, onde ficou até o fim de sua vida, em 1749. Da França, enviou correspondências expondo os principais acontecimentos que circulavam pela Europa nestes meados do século XVIII. Foi nos últimos dois anos de sua vida que D. Luís da Cunha escreveu a obra que mais seria lembrada em sua história, o Testamento Político ou Carta Escrita ao Senhor Rei D. José I, escrito entre 1747-1749. A finalidade dessa carta foi expor, a partir de toda sua experiência como embaixador na Inglaterra, Holanda e França, questões que o futuro rei deveria observar com urgência, pois, superando-as, D. Luís acreditava que Portugal poderia galgar posições políticas mais elevadas, cooperando para um sucesso diplomático e o restabelecimento do Império Português. Tal carta se tornou muito relevante, visto a possibilidade de compreendermos de que forma se estruturou a perspectiva ilustrada sobre a Inquisição.

Ao referir-se ao futuro rei como um pai que deveria observar sua família e terras, D. Luís aponta que o rei se surpreenderia ao fazê-lo, pois "não acharia o reino tão povoado como poderia ser" (CUNHA, 1976, p. 81). Colocando-se como um médico que busca o diagnóstico do corpo político de Portugal, o embaixador aponta as quatro sangrias que, enquanto não medicadas, esvaziaria o reino português: a primeira é "a muita gente, que de ambos os sexos entram nos conventos, porque comem e não propagam", pois, "se metade deles e delas se casassem [...] não haveria dúvidas em que cresceria o número dos

sujeitos" (Ibid., p. 71-72). A segunda e a terceira sangria diagnosticada dá-se pela migração de pessoas, tanto para a Índia quanto para o Brasil, pois "ao cheiro das minas querem lá buscar sua vida" (Ibid., p.74). A quarta sangria, "insensível e cruelíssima", é a Inquisição, "porque diariamente com medo dela estão saindo de Portugal com seus cabedais os chamados cristãos novos" (Ibid., p. 75).

> [...] basta dizer sucintamente que a ignorância em que estão os acusados dos nomes que os acusaram, e que deverão contestar para escaparem do fogo, e a prova que fazem as testemunhas singulares para a veemente presunção de que o réu tinha uma leve tintura de sangue hebreu, são a verdadeiras causas desta lastimosa tragédia (isto é, multiplicar os cristãos novos), que desonram Portugal nos países estrangeiros, onde o nome de Portugal é sinônimo com o de judeu (Ibid, p. 76).

Três questões podem ser analisadas nos argumentos de D. Luís da Cunha: a justiça defasada do Santo Ofício, o confisco de bens e o problema do sangue hebreu. Analisaremos tais questões respectivamente.

Para D. Luís da Cunha, o Santo Ofício português era um problema difícil de lidar, ou melhor, uma sangria quase que incurável:

> Não é fácil estancar em Portugal este mau sangue, quando a mesma Inquisição o vai nutrindo pelo mesmo meio que pretende querer extingui-lo, e já o célebre Fr. Domingos S. Tomaz, da ordem dos pregadores, costumava dizer = '"Que assim como na calceteria havia casa em que se fabricava moeda, assim havia outra no Rossio, onde se faziam judeus ou cristãos novos, porque sabia como eram processados os que tiveram a desgraça de serem presos, e que em lugar de se extinguirem, se multiplicavam, e ninguém melhor do que ele podia falar na matéria (Ibid, p. 75-76).

Multiplicavam-se os cristãos novos, porque, como supracitado, o tribunal utilizava-se de testemunhas ocultas em seus processos, ou seja, o processado não sabia quem o havia acusado, dificultando assim sua defesa.

> Os que se vão apresentar ao Santo Ofício não o fazem por arrependidos; mas quando ouvem que algum seu amigo ou parente foi preso e o poderá acusar, porque ignora que outros o tenham feito, vai pedir perdão, nomeando todas as pessoas que conhece, ou lhe vem à cabeça (Ibid., 84-85).

É interessante destacarmos que, entre o século XVII e o século XVIII, a forma casuística de se aplicar a lei estava em defasagem, ascendendo no lugar um sistema racionalista. A justiça sob uma lógica casuística, característica do Antigo Regime, era baseada nos preceitos teológicos. A jurisdição casuística tinha "um papel reformador e corretor dos desvios e erros eventualmente cometidos e derivavam, na lógica manifestada pela Igreja e pelos princípios cristãos" (WEHLING, 2017, p. 11). E este formato jurídico se estabelecia na concepção de um tribunal da consciência.

A principal característica da aplicabilidade da lei sob o modo casuístico é o alargamento de possibilidades que se podia julgar, a depender da autonomia do juiz e da consciência de quem estava em julgamento. Já numa perspectiva jus racionalista, crescente no século das luzes, contamos com a ascensão de um sistema racionalizador. Com o desenvolvimento das ciências, principalmente da Física, os filósofos passaram a pensar em uma lógica que circundaria a ação do indivíduo. Assim afirmou Xavier e Hespanha:

> [...] foi paradoxalmente uma recaída no fideísmo, na concepção de uma completa dependência do homem e do Mundo em relação à vontade absoluta e livre de Deus, que levou a uma plena laicização da teoria social. Se Deus se move por "impulso" (teoria do impetus, de raiz estoica), se os Seus desígnios são insondáveis, não resta outro remédio se não tentar compreender (racionalmente ou por observação empírica) a ordem no Mundo das suas manifestações puramente externas, como se Deus não existisse, separando rigorosamente as verdades da fé das aquisições intelectuais (XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 116-117).

Em uma sociedade que vivia a "crise de consciência", como afirmou Sônia Siqueira (2014), não havia mais a possibilidade de julgá-la. Neste aspecto, o juiz assume o papel de aplicar a lei ao ato cometido e não o de julgar a intenção do acusado, como era feito. Resumidamente, a lei no sistema jus racionalista é aplicada de forma que não abra brecha para subjetividades. O sistema casuístico passou a ser visto pelos juristas ilustrados como forma de assegurar "apenas interesses particulares, egoístas e subalternos, enquanto a reformulação pretendida se fazia em nome do bem comum e do interesse geral" (WEHLING, Ibid, p.27). D. Luís da Cunha, um jurista com formação mista, teoricamente canônica, mas racionalista, na prática, se encaixa em um grupo de indivíduos que vislumbravam a ilustração, mas não romperam completamente com a antiga ordem, responsabilizando este formato antiquado de justiça à má aplicação da lei. A jurisdição baseada em um sistema racionalista se solidificou em Portugal apenas no século XIX. Por mais que D. Luís da Cunha criticasse o modo de julgar do Santo Ofício, não optou inicialmente por reformá-lo, mas pela aplicabilidade da lei que já havia sido estabelecida, mostrando que ao aplicá-la ao "pé da letra" se obteria o resultado esperado, que era a extinção da heresia judaica. D. Luís faz alusão à lei do liv. 5º, tit. 1º, § 4º:

> Porém se algum cristão leigo, que antes fosse judeu, ou mouro, quer nascesse cristão, se tornar judeu, ou mouro, ou outra seita e assim lhe for povoado, nós tomamos conhecimento dele, e lhe daremos a pena segundo direito, porque a Igreja não tem aqui que conhecer se erra na fé ou não; e se tal caso for que ele se torne à fé, aí fica aos juízes eclesiásticos darem-lhe suas penitências espirituais (CUNHA, Ibid, p. 78).

Segundo D. Luís, Portugal obteria muitos benefícios se atentasse no cumprimento desta lei. (1) Tornaria a identidade cristã nova extinta, "porque só são cristãos novos que da sinagoga vão para o altar [...] mas não aqueles, cujos pais e avós nunca prevaricaram"; (2) A penitência para um erro na fé seria espiritual, "conforme os sagrados cânones determinam". Dessa forma, os autos da fé seriam suspensos, festa "que os nacionais vão ver como uma festa de touros, e os estrangeiros como uma bugiganga"; (3) Os indivíduos que foram sentenciados deveriam ser esquecidos, e não lembrados como era feito, pois "na Igreja de S. Domingos" colocavam "os retratos dos que padeceram", gerando assim mártires (Ibid, p. 70).

Cunha destaca que a lei não é sobre a criminalização da apostasia, mas sobre garantir que este delito fosse julgado pela justiça secular. Se ocorresse de algum indivíduo se assumir um apóstata, contrariando assim o que foi estabelecido por lei, caberia à justiça temporal aplicar a devida punição. No entanto, o que justificaria a existência de um tribunal inquisitorial, se a apostasia fosse julgada pelo tribunal temporal? O embaixador responde que a Inquisição deveria abarcar apenas heresias, "contra os que abraçam novas opiniões, ou errôneas, ou heréticas", "que achariam infinitas". Acrescenta Cunha: "além de que sempre guardaria a prerrogativa de ter tantos súditos quantos são os seus familiares, e esteja V. A. certo que todas as vezes que houver um tribunal privativo para castigar certos crimes, sempre fará criminosos" (Ibid., p. 80).

Se, no entanto, não interessasse mais ao rei que esta lei fosse colocada em prática, D. Luís propôs que se repetisse a decisão de D. Manuel, ou seja, a expulsão de todos os judeus do reino. Já que "estavam quase sem exercício as inquisições a respeito dos judeus; e me lembro que a de Lisboa, para fazer o auto da fé, mandou pedir à de Coimbra e Évora algumas figuras". Não porque não havia judaizantes, mas porque "com o protesto de que os judeus, com medo do extermínio, não ousavam declarar-se com os da sua nação, e assim não havia testemunhas para os acusassem, para que se arrependessem". Cunha finaliza: como a Igreja não julga interiores e menos o príncipe, pouco importa à república que haja judeus ocultos, quanto não escandalizam e conservam as suas casas (Ibid., p. 81).

Esta última colocação reafirma o pensamento ilustrado de D. Luís sobre a impossibilidade de se julgar os interiores, ou seja, a consciência. O Santo Ofício, um tribunal de foro misto, que servia aos interesses do reino, mas tinha a misericórdia como base de seus julgamentos, considerava importantíssima a consciência. Se o acusado conseguisse provar que estava arrependido, ou que não pecou com intenção, sua pena

poderia ser atenuada. No entanto, D. Luís revisita em sua carta que partir deste princípio é se basear na possibilidade de acessar a consciência do indivíduo, o que se provou não ser possível, pois descobrindo como pensavam os inquisidores, os processados tomavam cuidado para não parecerem judaizantes, ou mostravam-se arrependidos quando processados.

Outra forma de extinguir os cristãos novos do reino era dar fim ao confisco de bens dos processados. Segundo o embaixador, esse era o ponto principal que impedia os cristãos novos de permanecerem no reino com suas riquezas. Outro benefício, ao considerar o fim do confisco, seria de atrair investidores ao reino. D. Luís da Cunha afirma que "estrangeiros, não querendo dá-las a algum português, porque o tem por judeu, ou cristão novo, e temem que, sendo preso ela inquisição, lhes confisquem os efeitos que tiver nas suas mãos" (Ibid., p. 88).

A derradeira proposta é de conceder a liberdade religiosa em Portugal aos judeus. Para ele, enquanto os judeus fossem obrigados a professar a fé cristã, geraria confusão no reino. Mas, se a eles fosse permitida a liberdade de consciência e, assim, a possibilidade de agirem conforme acreditavam, haveria paz entre judeus e cristãos em Portugal. Primeiro, ao garantir a liberdade do indivíduo ser judeu, não haveria sincretismo religioso. Os judeus viveriam juntamente com outros judeus, em guetos, utilizando um chapéu amarelo, para que fossem identificados, como se fazia em Roma. Esta resolução "resultaria que todos os cristãos novos, que verdadeiramente fossem judeus, ou o poriam ou entrariam nos guetos [...] pois é certo que não será judeu oculto o que puder ser declarado" (Ibid., p. 88).

Cunha conclui listando três benefícios que Portugal iria usufruir se permitisse a liberdade de haver judeus no reino: (1) o injurioso nome "cristão novo" deixaria de existir; (2) os erros de fé seriam poucos, pois nenhum judeu tentaria se esconder fingindo ser cristãos; e (3) colocaria fim a migração de pessoas para fora do reino, que é o ponto principal para D. Luís da Cunha. O Santo Ofício continuaria com suas atividades, fiscalizando e processando apenas os cristãos. Dessa forma, não precisaria aplicar sua justiça aos que de consciência eram judaizantes, pois o seriam na prática também. Assim, cuidaria apenas dos devotos ao cristianismo, "sem contaminar o que já tinha e sem prejudicar o Estado" (Ibid., p. 91).

Após esta análise, pudemos vislumbrar a perspectiva ilustrada sobre o Tribunal do Santo Ofício: um tribunal defasado, que negava o direito básico aos processados, como o de conhecer suas testemunhas. Como citou o embaixador: até Deus, quando agiu como

inquisidor, deu aos homens o direito de conhecer quem os acusou. Dentre todas as questões, o jus racionalismo e a tolerância religiosa foram as que mais perturbaram a existência da inquisição, além de o fim de sua "independência", tendo que se submeter ao poder temporal. Segundo D. Luís da Cunha, o rei poderia extingui-la se quisesse, mas, como prezava pela ordem social, o rei bem poderia mantê-la, fazendo as devidas reformas.

Referências:

ALVES, Paulo Renato de Castro. D. Luis da Cunha e os cristãos-novos portugueses. 2010. 94 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé. Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. Bauru: Edusc, 2006

CANTARINO, Nelson Mendes; LEITE NETO, Fernando Ribeiro. A grande estratégia do Império português: D. Luís da Cunha e as origens do reformismo ilustrado luso-brasileiro. *Nova Economia*, v. 30, p. 655-677, 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. Imagens do Portugal Setecentista: Textos de estrangeirados e de viajantes. *Penélope*: Revista de história e ciências sociais, n. 22, p. 73-92, 2000.

CLUNY, Isabel. A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa. *Penélope*: revista de história e ciências sociais, n. 26, p. 63-92, 2002

CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CUNHA, D. Luis da. *Testamento Político de D. Luís da Cunha*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

LARA, José Elias. O testamento político de D. Luís da Cunha: uma proposta de" regeneração" do reino lusitano. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.

LIMA, Lana Lage da Gama. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição: o suspeito é o culpado. *Revista de sociologia e política*, p. 17-21, 1999.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O projecto de D. Luis da Cunha para o império português em Francisco Ribeiro da Silva et. alli (org). Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004

MAROCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa, 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos livros, 2013.

SALVINO, Romulo Valle. D. Luís da Cunha e os correios portugueses: uma leitura de passagens das Instruções políticas e do Testamento político. *Em Tempo de Histórias*, n. 29, 2016

SILVA, Abílio Diniz. D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, v. 4, 2003

SIQUEIRA, Sonia. A Inquisição e o inquisidor no outono da modernidade. *Sæculum–Revista de História*, v. 30, p. 141-159, 2014

WEHLING, Arno. A prática da justiça no Brasil setecentista, casuísmo e sistema. In: FURTADO, Júnia Ferreira; ATALLAH, Claudia C. Azeredo; SILVEIRA, Patricia Ferreira dos Santos. (Org.). *Justiças, Governo e Bem Comum na administração dos impérios ibéricos do Antigo Regime (séculos XV-XVIII)*. 1ed.Curitiba: Editora Prismas, 2017, v. 1

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, A. Manuel (org). *História de Portugal*: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Estampa, 1993, Vol.4, p. 116-117.

"Pedro Fazendeiro e a Liga Camponesa de Sapé: Dinâmicas da Luta pela Terra e Direitos dos Trabalhadores Rurais na Paraíba" (1964)

Ítalo Ramon Coelho de Aquino
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Christiane Laidler
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este estudo tem como objetivo investigar a atuação de Pedro Fazendeiro, um militante da Liga Camponesa na Paraíba, com um enfoque particular em suas atividades no município de Sapé. A análise parte da compreensão de Sapé como um espaço de conflito e resistência, onde as lutas protagonizadas pelos trabalhadores rurais se delinearam em oposição ao poder do latifúndio e das elites latifundiárias locais, considerados os principais antagonistas na luta pela terra e pela justiça social. Para contextualizar a atuação de Pedro Fazendeiro, este trabalho examina as bases históricas e socioeconômicas do município de Sapé, destacando o Censo Agropecuário de 1960 como uma fonte primária de dados. Este censo oferece um panorama detalhado sobre as formas de relações de trabalho, os tipos de propriedade rural presentes e o grau de concentração fundiária, todos elementos cruciais para compreender as dinâmicas de mobilização e os conflitos agrários da região, bem como a articulação das demandas por reforma agrária.

Na segunda parte da pesquisa, aprofunda-se na biografia de Pedro Fazendeiro, acompanhando sua trajetória desde a adoção do apelido “Fazendeiro” após sua mudança para Miriri, até seus últimos dias de encarceramento no 1° Grupamento de Engenharia em João Pessoa. Este enfoque biográfico busca ampliar a compreensão das estratégias de organização e resistência camponesa, proporcionando uma análise que transcende as figuras mais emblemáticas do movimento, como João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, para enfatizar o papel de Pedro Fazendeiro na construção e desenvolvimento da Liga Camponesa de Sapé.

A metodologia adotada inclui a análise de fontes, com ênfase em documentos produzidos pelo Censo Agropecuário do IBGE de 1960, junto a isso um levantamento online dos arquivos do Arquivo Nacional, e relatórios da Comissão Estadual da Verdade na Paraíba. Essas fontes são fundamentais para lançar luz sobre as configurações políticas e sociais que caracterizaram o movimento camponês na Paraíba e para destacar a

importância de Pedro Fazendeiro no contexto das lutas pela reforma agrária e pela justiça social no campo.

O território de Sapé como arena de luta social

Sapé é um município situado no Estado da Paraíba e tem uma história rica que remonta ao período pré-colonial, quando era habitado pelos índios potiguaras. A região era coberta por matas exuberantes que infelizmente, foram vítimas da devastação resultante da instalação dos primeiros engenhos na área. A origem do nome "Sapé" está relacionada à abundância de um tipo de capim na região, conhecido pelos indígenas como "eçape". Esse capim, além de ser abundante, possuía a característica de iluminar o caminho, conferindo uma atmosfera peculiar à região. Ao longo dos anos, Sapé passou por transformações e se desenvolveu, consolidando-se como um município com uma diversidade cultural e histórica notável.

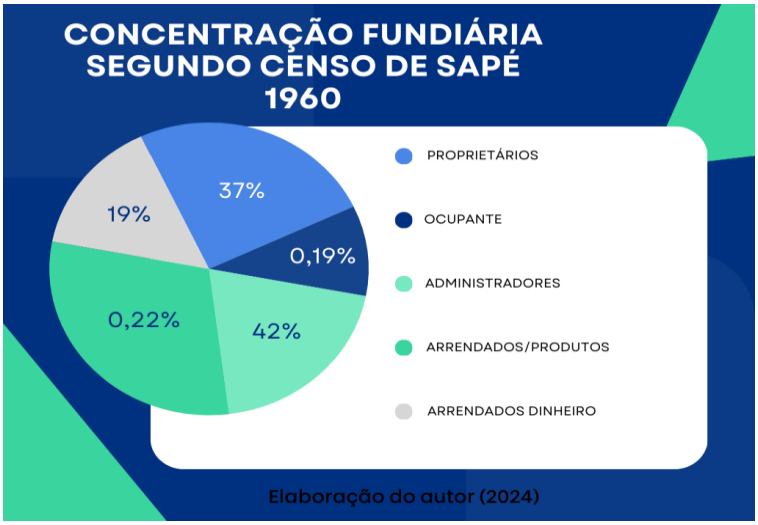
Sua fundação está intrinsicamente ligada à exploração dos recursos naturais e à chegada da ferrovia deixando como consequência o povoamento progressivo da região. Essa transformação deu origem a dois povoados distintos: Alagoa Cercada pertencente ao senhor de engenho Urbano Guedes, e Conceição, localizada no engenho de propriedade de Simplício Coelho, ocupando o território que hoje é conhecido como Sapé. No entanto, o povoamento de Sapé teve um impulso significativo com a chegada da estrada de ferro Great Western, em 1882, e a inauguração de uma estação de transporte na região. Foi nesse contexto que o povoado começou a se desenvolver, atraindo pessoas de municípios vizinhos , como Pedras do Fogo, Guarabira, Mamanguape e Pilar, além de pessoas vindas de Pernambuco. Hoje Sapé tem uma população estimada em aproximadamente 50.151 habitantes, tornando-o o décimo município mais populoso do estado e o mais populoso de sua microrregião. A densidade demográfica é de cerca de 158,54 habitantes por quilômetro quadrado. Essas informações geográficas e demográficas são relevantes para entender a localização e as características do município de Sapé. Além disso, subsidia um conjunto de estudos acadêmicos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, planejamento urbano, conservação ambiental e demais questões pertinentes à região.

O Censo Agropecuário de 1960 do município de Sapé proporciona uma visão aprofundada e importante sobre a distribuição e a concentração fundiária na região. De acordo com os dados coletados, a região abrigava aproximadamente 2.203 estabelecimentos, os quais ocupavam uma área total de cerca de 39.466 km². Destes

estabelecimentos, cerca de 1.893 eram de propriedade individual e abrangiam aproximadamente 26.248 hectares de terra. A definição de "estabelecimento" fornecida pelo Censo Agropecuário de 1960 é abrangente e detalha: "todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processava uma exploração agropecuária, ou seja, o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de gado; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais" (CENSO IBGE, 1960).

Além da definição, o censo categoriza os estabelecimentos em seis grupos distintos: 1) próprios; 2) arrendados; 3) ocupados; 4) próprios e arrendados; 5) próprios e ocupados; e 6) arrendados e ocupados. Segundo o documento, no que se refere aos estabelecimentos classificados como próprios, havia um total de 698 unidades, que ocupavam uma área aproximada de 31.208 hectares. Este dado é crucial para entender a distribuição da terra e a forma como a propriedade era organizada na região. Por outro lado, a análise dos estabelecimentos arrendados revela um aspecto importante da concentração fundiária. O censo identificou 1.475 estabelecimentos arrendados, que estavam distribuídos em uma área relativamente menor, de apenas 7.937 hectares. Esta discrepância na alocação de terra evidencia uma concentração significativa de recursos fundiários, com uma quantidade substancial de terra concentrada em poucos estabelecimentos arrendados.

Esse fenômeno destaca a questão da concentração agrária e sugere que a terra estava distribuída de maneira desigual, com uma parcela considerável da área total gerida por arrendatários. Esses dados oferecem uma visão detalhada da configuração fundiária em Sapé, refletindo a complexidade das relações de posse e uso da terra na época e fornecendo uma base para entender a estrutura agrária da região. A realidade socioeconômica de Sapé oferece um panorama minucioso sobre a posse e o uso da terra na região, abrindo a possibilidade de uma análise aprofundada das dinâmicas fundiárias locais. De acordo com os dados disponíveis, o cenário revela que 605 estabelecimentos eram de propriedade individual, abrangendo uma área total de aproximadamente 14.852 hectares. Em contraste, existiam 1.472 estabelecimentos arrendados que ocupavam uma área de 7.847 hectares.



Para uma compreensão mais detalhada do arrendamento, é crucial observar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) categoriza os arrendamentos em duas formas distintas. A primeira é o arrendamento em que o pagamento do aluguel é efetuado em dinheiro, e a segunda é o arrendamento em que o pagamento é realizado com produtos agrícolas ou outras formas de bens. Entre os 1.472 estabelecimentos arrendados, a grande maioria, de forma significativa, optava pelo pagamento do aluguel em dinheiro. Apenas três estabelecimentos, que em conjunto ocupavam uma área de 90 hectares, adotavam a modalidade de pagamento em produtos. Este panorama detalhado evidencia não apenas a estrutura de posse e uso da terra em Sapé, mas também as preferências predominantes em relação às formas de pagamento pelos arrendamentos. A prevalência do pagamento em dinheiro sugere uma preferência por transações mais diretas e possivelmente mais flexíveis, enquanto o pagamento em produtos, embora menos comum, pode refletir práticas tradicionais ou condições específicas que influenciam a escolha dos arrendadores e arrendatários.

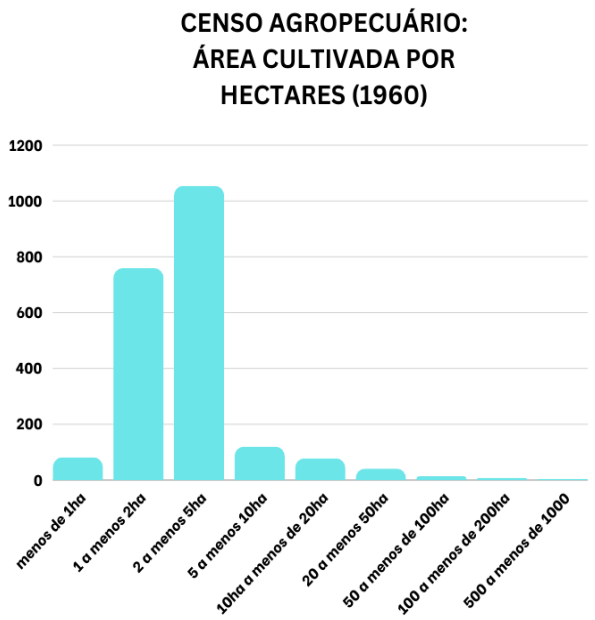
Esses aspectos fornecem uma visão abrangente da dinâmica econômica e social que permeia a gestão da terra na região de Sapé. A estrutura fundiária da região de Sapé, nos traz uma realidade assustadora, a região compreendia 28 estabelecimentos que, em conjunto, ocupavam aproximadamente 76 hectares dedicados à ocupação direta. Este dado oferece uma visão preliminar sobre a distribuição da terra, mas o aspecto mais destacado é a evidente discrepância na alocação territorial e o papel crucial desempenhado pelos administradores na gestão das propriedades.Além disso, a análise revela que 95 estabelecimentos eram responsáveis pela administração de cerca de 16.601 hectares de terra. Este dado é particularmente ilustrativo, pois indica que quase metade

da área total disponível em Sapé estava sob a gestão de terceiros, ressaltando a importância e o impacto significativo da administração externa na configuração e no uso da terra na região.

	Estabelecimentos	Hectáres
Proprietários	**605**	**14.852**
Arrendados que pagavam em dinheiro	**1.472**	**7.847**
Arrendados que pagavam em produtos	**3**	**90**
Ocupantes	**28**	**76**
Administradores	**95**	**16.601**

(Elaboração do autor)

O fato de uma proporção tão alta da terra ser administrada por terceiros sugere que a gestão de propriedades tem um papel central na organização e aproveitamento dos recursos fundiários em Sapé. A presença considerável de administradores externos pode influenciar vários aspectos, desde a utilização da terra até as práticas de cultivo e o desenvolvimento regional. Portanto, a análise desses dados é crucial para compreender a dinâmica fundiária da região e avaliar o impacto da administração externa na distribuição e uso dos recursos naturais em Sapé, refletindo um fator essencial na configuração socioeconômica local. A situação descrita ressalta a complexidade da posse e da administração fundiária em Sapé. A predominância de administradores externos revela não apenas a estrutura econômica da região, mas também as complexas relações entre proprietários, arrendadores e administradores. Esses administradores desempenham um papel fundamental na organização e na utilização do território, impactando diretamente tanto a estrutura econômica quanto a social da localidade. Além disso, a presença significativa de administração externa sugere uma configuração fundiária onde o controle e a gestão da terra não estão diretamente ligado aos proprietários, onde os administradores cumprem uma função ludibriadora da realidade.



Elaboração do autor (2024)

Essa configuração pode influenciar vários aspectos da economia regional, desde as práticas agrícolas até o desenvolvimento local e a distribuição de recursos. A atuação de administradores externos, muitas vezes, envolve uma série de negociações e acordos que moldam a forma como a terra é utilizada e explorada. Portanto, os dados disponíveis oferecem uma visão específica das interações entre os diferentes atores envolvidos na gestão da terra no município de Sapé. Essa perspectiva é crucial para compreender como essas interações afetam a configuração fundiária e econômica da região. A complexidade das relações entre proprietários, arrendadores e administradores, evidenciada pelos dados, destaca a importância desses elementos na formação do panorama fundiário local e ilustra como as práticas de administração externa podem impactar a estrutura econômica e social da região.

Pedro Fazendeiro luta e vida

Pedro Inácio da Silva, mais conhecido como Pedro Fazendeiro, nasceu no município de Itabaiana, Paraíba. Filho de Pedro Antônio Félix e Ana Maria da Conceição, era casado com Maria Júlia de Araújo e era pai de cinco filhos, Nadieje, Josineide, José Marinard, Walter Araúujo e Náugia, sua trajetória é marcada pela luta incansável pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais. Inicialmente vendedor de tecidos nas feiras da várzea paraibana, Pedro posteriormente trabalhou na zona rural e como bombeiro em

um posto de gasolina em Sapé. A frase "saco vazio não fica de pé" resume bem a lógica que guiava Pedro Fazendeiro e outros líderes camponeses de sua época. Ele surge como uma das principais lideranças camponesas da Paraíba, destacando-se na luta pelo Engenho Miriri localizado na divisa entre o município de Sapé, onde conquistou um pedaço de terra para si e sua família. Como muitos camponeses brasileiros, Pedro sofria com a concentração fundiária e encontrou na organização de sua classe uma forma de superar essa estrutura desigual.

O nome "Pedro Fazendeiro" carrega consigo um contexto histórico significativo, que remonta ao tempo em que Pedro, após seu serviço militar, decidiu ingressar no comércio de tecidos nas fazendas da região. Na época, o termo "fazenda" era amplamente utilizado para se referir a tecidos, e essa nomenclatura facilitou a movimentação de Pedro Fazendeiro por diversas propriedades agrícolas espalhadas pelo território da Várzea Paraibana. Esse aspecto da sua trajetória é essencial para compreender a formação de sua consciência de classe e seu envolvimento subsequente com as ideias socialistas. A experiência de Pedro Fazendeiro como vendedor de tecidos não foi meramente uma atividade econômica; ela desempenhou um papel crucial na construção de sua visão política e social. A interação contínua com os trabalhadores rurais e as realidades das condições de trabalho nas diversas fazendas da região permitiram a Pedro uma percepção mais aguda das desigualdades e das injustiças enfrentadas pelos camponeses. Essas experiências forneceram a ele uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das lutas das classes trabalhadoras, moldando assim sua consciência de classe e suas convicções políticas.

Além disso, é relevante destacar que, conforme registrado pela Comissão Estadual da Verdade, Pedro Fazendeiro teve acesso a ideias socialistas através de seu irmão. Este contato com o pensamento socialista e as teorias associadas foi um fator determinante em sua trajetória política. Em 1955, impulsionado por essas novas ideias e pela crescente conscientização sobre as condições dos camponeses, Pedro Fazendeiro, em colaboração com João Pedro Teixeira e João Alfredo Dias, empreendeu a tentativa de fundar uma Liga Camponesa no município de Sapé. Esta iniciativa visava organizar e mobilizar os trabalhadores rurais em prol de melhores condições de vida e trabalho, refletindo a influência das ideias socialistas e a experiência acumulada por Pedro Fazendeiro em sua atividade comercial. Foi durante uma dessas visitas que Pedro Fazendeiro conheceu o Engenho Miriri no município de Sapé, onde já casado com Maria Júlia de Araújo, com quem havia se casado em 1942, passou a viver como arrendatário.

Diante dessa conjuntura adversa, Pedro Fazendeiro se uniu a João Pedro e Nego Fuba para fundar em 1958 a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, popularmente conhecida na historiografia brasileira como Liga Camponesa de Sapé. Essa organização foi fundamental na articulação de trabalhadores rurais locais e na promoção de suas demandas.A luta de Pedro Fazendeiro e seus companheiros resultou em conquistas concretas, beneficiando cerca de mil e quinhentos moradores do Engenho Miriri, localizado entre os municípios de Sapé e Mamanguape. A organização catalisou a mobilização de trabalhadores rurais e urbanos na Paraíba, fazendo da Liga de Sapé um movimento de referência no estado. Conforme destacado por Assis Lemos em sua obra *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o golpe de 1964*, a Liga Camponesa de Sapé se tornou um movimento catalisador de apoio significativo tanto de setores da zona urbana quanto da zona rural paraibana. A atuação de Pedro Fazendeiro na liderança das Ligas Camponesas reflete sua dedicação à luta por justiça social e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais da Paraíba.

> Camponeses de outras fazendas foram se associando, graças ao exemplo de seus companheiros de Miriri, que já conquistavam algumas vitórias – como a redução das condições de pagamento do foro e redução dos dias de cambão. Pode-se dizer que tais conquistas foram resultado do trabalho de proselitismo desenvolvido, nos dias de feira, por João Alfredo Dias, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Ivan Figueiredo e outras lideranças locais e também a presença de pessoas da Capital como Leonardo Leal, José Gomes da Silva e eu. A Liga deixava de ser uma entidade a reboque do PSD e ganhava vida própria.

A vitória obtida por aproximadamente 1.500 camponeses residentes no Engenho Miriri, que lutavam por melhores condições relacionadas ao pagamento do foro e pela redução do uso do cambão, teve um impacto significativo e multifacetado na região do Engenho Miriri, pertencente a Pedro Ramos Coutinho. Esta conquista dos camponeses não apenas transformou as condições socioeconômicas da área, mas também trouxe à tona uma nova dimensão de complexidade para a dinâmica fundiária e social da região. O Engenho Miriri, localizado em uma área estratégica e de grande importância econômica, era um símbolo das relações de produção e poder típicas da época. A conquista dos camponeses pode ser entendida como uma manifestação de resistência contra as condições opressivas e exploradoras impostas pelos senhores de engenho, especificamente em um contexto onde o cambão — instrumento utilizado para forçar o

trabalho — e as exigências do foro representavam elementos cruciais de exploração e controle.

Além disso, a relação de propriedade de Pedro Ramos Coutinho, que era o proprietário do Engenho Miriri, não era a única variável relevante neste cenário. A presença de Pedro Fazendeiro, uma figura de destaque na região enquanto um militante comprometido com a luta social.. A interseção entre as ações dos camponeses e a dinâmica de poder associada tanto a família Ribeiro Coutinho, quanto a Pedro Fazendeiro evidenciou uma teia de relações sociais e políticas. A vitória dos camponeses, portanto, pode ser vista como um ponto de inflexão na luta por justiça social e por uma reconfiguração das relações de poder na região. Ela não apenas refletiu uma mudança nas condições imediatas de trabalho e nas relações econômicas no Engenho Miriri, mas também sinalizou uma potencial transformação mais ampla nas estruturas de poder e na organização social da área, desafiando as normas estabelecidas e forçando uma reconsideração das práticas e políticas vigentes.

Em 1962, Pedro Fazendeiro foi convidado por Francisco Julião a participar de um congresso em Cuba. Este fato, conforme documentado pela Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, foi suficiente para que o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) o rotulasse como um agricultor agitador comunista. Essa designação e o contexto político altamente repressivo colocaram Pedro Fazendeiro em grave perigo. Antes do golpe militar de 1964, ele sofreu dois atentados contra sua vida. O primeiro ataque ocorreu em dezembro de 1962, no mesmo ano das mortes de Alfredo Nascimento e João Pedro Teixeira. Enquanto caminhava por Sapé, um homem disfarçado de vigia disparou dois tiros de um revólver Colt 45, arma de uso exclusivo das forças armadas. Um dos tiros destruiu o fêmur direito de Fazendeiro, evidenciando a violência direcionada a líderes camponeses e militantes políticos na época. Já o segundo atentado teve como testemunhas suas duas filhas, Nadieje e Josineide, segundo Assis Lemos que era deputado Estadual, Fazendeiro e Assis foram no município de Itabaiana para definir e escolher os nomes que iriam fazer parte do SAMDU em Itabaiana, o relato de Assis Lemos na Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, Fazendeiro precisou ir ao banheiro, nesse meio tempo entrou no local que eles estavam cerca de doze pessoas perguntando por Fazendeiro, quem liderava a turma era Manfredo Veloso Borges A ditadura militar na Paraíba foi cruel, o município de Sapé foi ocupado por soldados da Polícia Militar, pelo Exército e por jagunços que atuavam em defesa do latifúndio, prenderam lideranças e humilharam camponeses que faziam parte da Liga. Fazendeiro conseguiu fugir do cerco

dos militares, entretanto, sua casa foi invadida, levando constrangimento para toda sua família.

Pedro Fazendeiro e o Golpe de 1964 na Paraíba

O golpe militar de 1964 desencadeou profundas transformações na sociedade brasileira, afetando gravemente os direitos democráticos e a participação popular no Estado. Na Paraíba, essas transformações foram especialmente intensas, caracterizando-se por um aumento drástico da repressão e do controle militar. A região da Várzea, e em particular o município de Sapé, tornou-se um cenário de intensa perseguição e vigilância, exacerbando a repressão já existente contra os camponeses. Pedro Fazendeiro, , foi diretamente impactado por esse contexto de repressão. Embora tenha conseguido inicialmente escapar da perseguição, Pedro decidiu se entregar aos militares em 8 de maio de 1964, apresentando-se ao 15º Regimento de Infantaria, situado no município de João Pessoa. A decisão de se entregar foi motivada por discussões com sua família, que enfrentava a invasão por parte dos militares, essas invasões eram constantes e geravam constrangimento para sua esposa e filhos.

Após sua entrega, Pedro Fazendeiro foi transferido do 15º Regimento para o 1º Agrupamento de Engenharia, um local destinado à detenção de prisioneiros políticos na Paraíba. Durante sua detenção, ele foi submetido a um inquérito que investigava a "Subversão na Paraíba". O comandante do 15º Regimento na época, coronel Ednardo D'Avilla Melo, era um conhecido apoiador do Grupo da Várzea, uma facção militar que promovia uma repressão severa contra qualquer forma de oposição. Adicionalmente, o Major Cordeiro, também do 15º Regimento, era conhecido por sua atuação como perseguidor implacável de opositores políticos.O regime militar adotou a tese de que as Ligas Camponesas estavam implicadas na morte de Rubens Régis, um fazendeiro local que exercia a função de tesoureiro da Liga de Latifundiários. Segundo a versão oficial, Rubens Régis, acompanhado por seus jagunços, havia feito uma incursão noturna para demolir a casa de um camponês em Sapé, uma prática comum durante o período estudado. No entanto, ao encontrar resistência por parte dos camponeses, Rubens Régis foi alvejado e morto no local. Esta versão de que os militares tentavam imputar a Pedro Fazendeiro a morte de Rubens Régis pode ser vista no relato Neide Araujo, filha de Pedro Fazendeiro, à Comissão Estadual da Verdade:

> "no dia 6 de setembro de 1964, minha mãe perguntou assim a ele: "Pedro, você tem alguma previsão, alguma esperança de sair daqui?" E ele disse: "Marie, – que era assim que ele chamava minha mãe – eu não tenho nenhuma esperança.

> O Major Cordeiro quer que eu diga coisas que eu não sei." Então, era exatamente o Major Cordeiro que queria que meu pai dissesse onde tinha armas, falasse sobre a morte de Rubens Régis. Então, ele disse que não tinha esperança de sair. E 6 de setembro, foi a última data que eu vi meu pai . (Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, 211.2014)

Os apontamentos da Comissão Estadual da Verdade é de que Pedro Fazendeiro, havia sido solto no dia 07 de setembro de 1964, entretanto nunca pode voltar pra casa. No dia 06 de setembro de 1964, Maria Júlia, sua esposa foi visita-lo na prisão e perguntou quando ele achava que ia sair. A sua resposta foi direta: *"Marie, – que era assim que ele chamava minha mãe – eu não tenho nenhuma esperança. O Major Cordeiro quer que eu diga coisas que eu não sei.* (CEV-PB, página 211). Depois do sumiço de Pedro Fazendeiro, sua filha Neide Araujo foi diversas vezes conversar com o Major Cordeiro que dizia que já havia soltado Pedro Fazendeiro desde setembro de 1964 e que caso ele não tivesse voltado para casa era porque provavelmente ele tinha fugido pra Cuba.

Depois do desaparecimento de Pedro Fazendeiro a família viveu um verdeiro pesadelo, isso porque, passou a faltar comida dentro de casa e seus filhos tiveram que se submeter a relações de trabalho desde cedo para poder ajudar nas despesas da casa. O seu filho José Marinard foi ameaçado pelo Cabo Chiquinho (responsável pela morte de Nego Fuba) e teve que se mudar para a cidade do Rio de Janeiro onde vive até hoje. Já Walter Araujo, começou a trabalhar na construção civil com 13 anos de idade. Suas filhas Nadieje e Josineide que eram adolescentes conseguiram um emprego em um estabelecimento em João Pessoa. Quando o proprietário do estabelecimento descobriu que elas eram filhas de Pedro Fazendeiro, passou a assediar sexualmente as adolescentes ou elas cediam ou eram demitidas de seus empregos.Pedro Fazendeiro é considerado desaparecido político da ditadura militar e até hoje não temos paradeiro sobre o seu corpo, entretanto, o que se pode perceber é que sua luta e militância reverbera até os dias atuais. Pedro Fazendeiro, um homem analfabeto que aprendeu a ler com a vida, traz a esperança na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências:

AZEVEDO, Fernando de. *As ligas camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CITTADINO, Monique. *Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo.* João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

DANTAS; NUNES; CARVALHO E SILVA. *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania.* João Pessoa: Editora UFPB, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil, 1955-1964.* São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade

de São Paulo, São Paulo, 1979.

MELLO, José Octávio. *Sociedade e poder político no Nordeste: o caso da Paraíba 1945/1964.* João

Pessoa: Editora UFPB, 2001.

MONTEIRO, Marciano. *A política como negócio de família: herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba.* 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

RANGEL, Socorro. *Medo da morte; esperança de vida: a história das ligas camponesas na Paraíba.* 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RODRIGUES, Luanna. *Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão*

SALES, Jean. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1979).* 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Fontes:

Arquivo Nacional

Censo Agropecuário de 1960

Comissão Estadual da Verdade

O carnavalesco e a (re) construção de identidades nas escolas de samba

João Gonzales Moreira
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Luís Reznik
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este texto decorre da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Aprendi na Sapucaí! Um estudo da relação entre o uso e mobilização da História nos desfiles carnavalescos de Leandro Vieira", ainda em andamento. A abordagem aqui se inicia a partir de uma recente entrevista do carnavalesco Leandro Vieira ao podcast "Charla Podcast". Os entrevistadores, o artista e o diretor-executivo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, João Drumond, estavam presentes na sabatina que abordou diversos assuntos relacionados à agremiação e aos desfiles das escolas de samba. Quando a conversa girava em torno dos balões como marca do desfile da escola no ano de 2024, Leandro disse: "Um carnaval ele é um samba, é claro, ele fica sempre com um samba, mas ele também fica como uma imagem que alguém vai ver ou na Sapucaí, ou na televisão, ou na fotografia"[223].

A partir dessa fala, explorando os universos que circundam as escolas de samba, poderíamos discorrer sobre samba enredo, por exemplo, tal como fez GUEDES (2019) ao propor suas "caixas de samba", ferramenta que faz uso de letras em abordagens pedagógicas no ensino de história. Poderíamos ainda tratar de transmissões de desfiles, tal como fez OLIOZI (2019) quando comparou coberturas e transmissões das TVs Brasil e Globo. A receptividade dos desfiles de escolas de samba pelo público espectador, alvo inicial do projeto de pesquisa que desenvolvo, também poderia ser um desdobramento da fala do Leandro se a intenção deste artigo fosse se apoiar em historiadores do campo da história pública. MAUAD (2018, p. 228), entre outras (os), muito poderia contribuir na construção desse raciocínio, visto que ela identifica a comunidade envolvida na produção do desfile de 2018 do Grêmio Recreativo Escola de Samba Paraíso do Tuiuti, cujo enredo se intitulava "Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?", como portadora de uma "atitude historiadora" – o passado comum é usado como ferramenta de construção de

[223] https://www.youtube.com/watch?v=Lm5N4lEyjEQ. Consultado: 10/08/2024.

sentido ao tempo. O desfile, com recursos e estratégias típicos do universo das escolas de samba, deu um significado histórico, cultural e pedagógico ao mundo do trabalho no Brasil. Uma baita contribuição.

Contudo, não diminuindo as alternativas acima citadas, retomo a fala do Leandro Vieira sobre a relação de um desfile de escola de samba com as imagens nele produzidas por ter uma intenção ao escrever estas ideias. Pelo cargo que ele exerce, não era de se esperar algo diferente; se uma imagem é capaz de sintetizar um desfile, ao carnavalesco será conferido méritos e louvores, afinal é ele o líder da construção dessas imagens. A criatividade, o impacto e a receptividade das suas ideias concebidas em alegorias, adereços e fantasias, dão a figura deste profissional um protagonismo demasiadamente relevante (e até mesmo questionável) na festa. Diante disso, considerando especificamente a recente trajetória de Leandro Vieira nos últimos dois carnavais, sugiro uma questão: de que forma as imagens por ele construídas influenciam na (re) construção das identidades das escolas de samba?[224]

A fim apenas de iniciar tal discussão, proponho nos debruçarmos nas reflexões de DA SILVA (2020) ao tratar de escolas de samba e identidades por meio do caso da Beija Flor e o "grande decênio" da ditadura civil militar brasileira. Adiante, sugiro pensarmos minimamente a trajetória profissional do carnavalesco Leandro Vieira na Imperatriz Leopoldinense e o impacto das suas propostas e escolhas na escola, analisando trechos da entrevista outrora citada e se apoiando na discussão conceitual de HALL (2006). Por último, imagino ser a passagem do carnavalesco pelo Grêmio Recreativo Escola de Samba União de Maricá, um caso emblemático e promissor para análises acerca dos limites e desafios desses profissionais no universo das escolas de samba.

Para seguirmos com um mote possível e potente sobre o universo das escolas de samba, tal como sobre as possibilidades e desafios que aqui serão abordados, trago OLIVEIRA JUNIOR (2019, p. 42): escola de samba é "uma forma de interação social aberta e plural a ponto de derrubar fronteiras territoriais e simbólicas". Neste pequeno artigo também se intenciona a mesma interação; o fluxo do debate servirá ao desbravamento de fronteiras que ainda impedem a epistemologia do samba ser valorizada e reconhecida plenamente.

---

[224] BORA (2018) aborda a atuação profissional da carnavalesca Rosa Magalhães como fruto de uma discussão identitária nacional sob a égide de movimentos artísticos como romantismo, modernismo e tropicalismo. As variadas facetas da nossa identidade são revisitadas no trabalho da artista e, consequentemente, impactam na formação das identidades visuais, estéticas e artísticas da festa carnavalesca carioca no Rio de Janeiro.

Um estudo de caso: Beija Flor ou Unidos do ARENA?

O universo das escolas de samba, para além da alegria, das trocas e das vivências compartilhadas, pode também oferecer inúmeras alternativas de aproveitamento/consumo. Para alguns serve como ferramenta de entendimento do território e do cotidiano. NUNES (2020) analisa como esse elemento da cultura popular interage e compõe o patrimônio cultural do bairro de Madureira, por exemplo. VIEIRA (2016) fez um elo ligando esse universo ao ambiente escolar quando apresentou e problematizou enredos de escolas de samba de Porto Alegre (RS) como ferramentas pedagógicas. Muitos outros são os casos e as possibilidades.

A formação em história nos leva a considerar alguns temas sensíveis da trajetória do nosso país como sendo muito relevantes na pesquisa e no ensino. O período da ditadura civil militar nos gerou (e ainda irá gerar) inúmeras sensações, memórias, operações e reações. A partir dessas é possível considerarmos uma importante nuance envolvendo o universo das escolas de samba, a saber, seu envolvimento com lideranças políticas da época. É razoável imaginar que, de alguma forma, para o bem e/ou para o mal, o sombrio período ditatorial iria, no mínimo, bisbilhotar os cortejos de Momo.

O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), antes e durante o período ditatorial estadonovista, já tinha se aproximado das escolas de samba, como bem apontou OLIVEIRA JUNIOR (2019). Interesses de ambos os lados, o do astuto presidente e o da negritude ávida por aceitação e sobrevivência, fez com que o samba virasse caso de política e as agremiações se aproximassem do poder público em busca de reconhecimento e valorização.

A formação das escolas de samba do Rio de Janeiro se marca, segundo FERREIRA (2004), pela capacidade que elas possuem para captar e catapultar no seu entorno os elementos que lhes garantiriam sobrevivência, subterfúgios e subsídios. As negociações e tensões envolvendo estas e diferentes agentes marcam as suas trajetórias e constituem parte do seu DNA. Sua formação e amparo na cultura afro-brasileira, a sua identidade negra, lhes forjam também como espaços de resistência, associativismo e protagonismo, como nos sugere TAVARES (2020). A necessidade de entendimento e inserção no mundo que viviam fez emergir dos morros e favelas agremiações que hoje são centenárias. Desses caldos e causos estas instituições foram se firmando no cenário

nacional como signos da nossa cultura, exportando para o mundo um produto inventado, mantido e engrandecido pelo povo preto diaspórico.

Na década de 1970 no Brasil, auge da repressão e do controle militar, alguns enredos foram desenvolvidos de modo a sinalizarem acenos e louvores aos feitos do período. DA SILVA (2020) aborda o desfile da Beija Flor de Nilópolis no carnaval de 1975, escola que nos dois anos anteriores já havia desenvolvido enredos com temática nacionalista/ufanista; em 1973, o enredo era "Educação para o desenvolvimento", elogiando o MOBRAL, enquanto em 1974, o enredo era "Brasil anos 2000", com perspectiva futurista e esperançosa mediante ao avanço do milagre econômico.

O desfile de 1975 foi um ode aos dez anos dos militares no poder. Considerando que os índices econômicos nacionais já não eram muito animadores desde a crise mundial do petróleo dois anos antes, oriunda também dos conflitos no Oriente Médio, a agremiação nilopolitana prestou um favor aos dirigentes do país elogiando-os quando o desgaste já manchava suas imagens. Tal fato acabou respingando na imagem e no estigma que a escola passou a enfrentar: Unidos da Arena.

> As críticas ao enredo de 1975 mostraram, de forma jocosa e sarcástica, como a imprensa utilizou das informações da agremiação e sua ligação com o regime militar. O reconhecimento da presidência e diretoria da agremiação sobre a temática nacionalista desacreditada, não foi poupada pela crítica dos meios de comunicação. A Beija-Flor, ao associar-se com a simbologia militar em seus enredos, transformou a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ela é o que os outros são. (DA SILVA, 2020, p. 226)

BEZERRA (2010) nos alerta sobre a intrínseca relação entre dirigentes da agremiação nilopolitana, jogos clandestinos, ditadura militar e o poder público local. Sustenta a hipótese de que

> A montagem do esquema de poder das famílias Abraão e Sessim em Nilópolis teve como fator importante a reestruturação promovida pela ditadura no poder local da Baixada Fluminense. E diante de informações que indicavam as articulações entre políticos e agentes do jogo do bicho como traço particular do esquema, uma segunda hipótese surgiu baseada na ideia de que a eleição de Nelson Abraão David para presidente administrativo da Beija Flor, em 1972, deu início à transformação da escola de samba num espaço de mediação entre o jogo do bicho e a ordem político-institucional. (BEZERRA, 2010, p. 222)

Diante disso e do holofote que cada vez mais é jogado na grande mídia sobre a relação das escolas de samba com poderes institucionais e paralelos, fica difícil supor que o (a) carnavalesco (a) da escola nesses carnavais ufanistas teria elevado poder de escolha sobre o enredo que seria desenvolvido. DA SILVA (2020), inclusive, traz uma fala da Rosa Magalhães, profissional da escola no período, sobre o assunto. O velho ditado

“manda quem pode, obedece quem tem juízo” seria cumprido inevitavelmente. A escolha pelos enredos e os riscos que a decisão acarreta não deveriam cair apenas na conta do (a) carnavalesco (a). Inúmeros fatores contribuem no processo de decisão sobre a narrativa apresentada nos enredos das escolas de samba, como bem nos aponta PORTO (2020).

Independentemente disso, a marca sobre a Beija Flor enquanto uma escola subserviente aos militares, por consequência ao conservadorismo, permaneceu e permanece no imaginário de muitos. Mesmo tendo a mesma agremiação desfilado em 2003 com o enredo “O Povo conta a sua história: saco vazio não para em pé, a mão que faz a guerra, faz a paz”, onde são feitas homenagens explícitas ao recém empossado presidente Lula[225], vítima do regime militar, entre outros muitos feitos e caminhos ao longo da sua história, a identidade ligada a ARENA, partido de situação do regime, permanece cristalina no coração, mente e voz de muitos. Tais movimentos não abonam o passado, porém, continuam por vezes ignorados. A impressão é que as negociações e agenciamentos só foram perceptíveis nos anos 70 do século passado e não ao longo de toda a história da instituição.

Neste caso é notório que a identidade de uma escola de samba se constrói a partir da confluência de diversos agentes, contextos e interesses, não comportando necessariamente o alinhamento de tudo e todos que envolvem as agremiações. Também é nítida a possibilidade de reconstrução de identidade na medida em que agentes, contextos e interesses são modificados e/ou realinhados.

Leandro Vieira e a “ex certinha de Ramos”

Na dissertação de mestrado que desenvolvi em 2020[226], me debrucei minimamente sobre a trajetória do carnavalesco Leandro Vieira desde o ano de 2015, primeiro ano que assinou o carnaval de uma escola de samba, a Caprichosos de Pilares, até 2021, cujo desfile só ocorreu no ano seguinte, devido a pandemia da COVID-19. Foi seu último desfile nessa meteórica passagem pela Estação Primeira de Mangueira, onde em 6 carnavais ele ganhou 2 campeonatos, visto que ele retornou a Imperatriz Leopoldinense no carnaval seguinte, em 2023, onde foi campeão na sua estreia na escola

[225] O carro “O grande banquete do povo” trazia uma escultura do presidente e a gravação do samba enredo no CD das escolas de samba teve o slogan “A esperança venceu o medo” reproduzido pelo intérprete da escola.

[226] MOREIRA, J. G. *"Só com a ajuda do santo"*. O enredo como aliado para uma proposta de ensino intercultural de História. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

no grupo especial, com o enredo que narrava o pós morte de Lampião por meio da literatura de cordel. Nessa escola ele já tinha trabalhado como assistente do carnavalesco Cahê Rodrigues no carnaval de 2014 e também tinha assumido o posto de carnavalesco da escola no ano de 2020, quando ainda estava na Mangueira e a Imperatriz desfilaria no grupo de acesso naquele ano, ou seja, foi possível conciliar as duas agremiações. Foi responsável pelo acesso da escola ao grupo especial; a escola ganhou o título que disputou.

A verde e branco do bairro de Ramos tem parte da sua história contada por DINIZ et al. (2012) numa obra que mostra o "arrombo" que ela e outras duas escolas (Beija Flor de Nilópolis e Mocidade Independente de Padre Miguel) provocaram na história do carnaval: o título escapou das mãos das grandes matriarcas da Avenida (Portela, Império Serrano, Mangueira e Salgueiro) e foi parar, a partir de 1976 até 1981, de forma sequencial, nas mãos das "penetras".

Outra parte dessa história pode ser encontrada na obra de BORA (2018) e de ASSUMPÇÃO (2020). Ambos, ao pesquisarem carnavais de Rosa Magalhães, abordam suas experiências na Imperatriz Leopoldinense. Experiências marcantes, inclusive, para Leandro Vieira e para o público consumidor de carnaval de escola de samba. A "professora" de Leandro e de muitos (as) carnavalescos (as) deixou uma identidade para a agremiação do subúrbio; não apenas literária/textual, considerando os enredos e as narrativas por ela propostos, mas também estética e comportamental. Se a responsabilidade pelo visual podemos conferir grande parte à professora, a suposta identidade comportamental, de uma escola "certinha", muito técnica nas suas apresentações e, por consequência, campeã em 5 carnavais (1993, 1994, 1999, 2000 e 2001), podemos dividir com outros segmentos que atuaram na escola no mesmo período.

O discípulo da Rosa, nos últimos desfiles propostos na Imperatriz Leopoldinense, tem se esforçado por desvencilhar a imagem e a identidade da escola daquilo que a consagrou em tempos de outrora. Hoje ele prefere apontar que "a certinha" virou "a danadinha"[227] de Ramos. As temáticas dos enredos e as narrativas desenvolvidas desconfiguram o que o passado da escola constituiu enquanto identidade literária, estética e comportamental. Ao falar sobre a escolha do enredo para o carnaval de 2025, ele insiste

> Primeiro que eu não tenho essa visão que escola de samba não pode ou que aquela escola está cristalizada. (...) O enredo da Imperatriz... eu acho que ele tem alguns pontos em comum com o que tenho feito com a Imperatriz. Primeiro

[227] https://www.metropoles.com/leo-dias/leandro-vieira-confirma-permanencia-na-imperatriz-para-2024 Consultado: 10/08/2024.

> que eu não tenho me debruçado num material muito catedrático. (...) Eu tenho me debruçado na literatura popular. (...) É uma questão que está ligada a cultura oral, a oralidade. (CHARLA PODCAST. CHARLA #368 - Leandro Vieira & João Drumond Imperatriz Leopoldinense. Youtube, 26 de abril de 2024.)

A desconfiguração sugerida por Leandro também gira em torno de um rejuvenescimento da agremiação. Ela considera mudanças administrativas e montagem de equipes/segmentos da escola especificamente, mas não apenas. Na entrevista, considerando a presença de João Drumond, atual diretor executivo da escola e também diretor financeiro da Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), com 22 anos, é apontado um pensamento diferente e novo no carnaval como um todo. As mídias e redes sociais, por exemplo, são citadas como urgência da contemporaneidade, cabendo às escolas de samba a busca pelo seu espaço, ainda que preservando em parte sua essência e suas tradições, constantemente reinventadas.

Tal como, a partir da escolha do enredo para 2025, em paralelo ao frescor, há uma ressignificação da história da agremiação.

> Tem uma questão que eu mais gosto de falar a respeito (...) Como isso não faz parte do repertório comum a Imperatriz? Claro que faz. É por que a gente tem uma visão muito eurocêntrica, viciada. Por que a Imperatriz é uma grande contadora de histórias. Só que a Imperatriz se acostumou durante muito tempo a contar histórias de príncipes, reis e rainhas. Na verdade eu continuo, não tem diferença nenhuma de você contar história, eu estou contando a história da ligação, da visita de dois reis. Oxalá que vai visitar Xangô. É uma visita de dois reis. Então é muito íntimo o que a Imperatriz faz. A Catarina de Médici, Dom João, Carlota Joaquina, não são mais, não são uma corte tão diferente, não são mais dignos da realeza do que Oxalá e Xangô. (CHARLA PODCAST. CHARLA #368 - Leandro Vieira & João Drumond Imperatriz Leopoldinense. Youtube, 26 de abril de 2024.)

A história da agremiação e a identidade conferida a mesma a partir de determinados enredos, serviu a um novo agenciamento, alinhado a perspectivas que tiram o centralismo europeu e valorizam a cultura africana, fundamental na história do país, do brasileiro, do samba e do sambista.

Ao tratar do sujeito moderno, Stuart Hall propõe que “o nascimento do indivíduo soberano, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado” (HALL, 2006, p. 25). Uma escola de samba, ainda que anualmente usufrui da oportunidade de adotar tal postura de rompimento com a escolha, apresentação e investimento em enredos que devem ser distintos dos anteriores, está longe de ser um indivíduo soberano. Mais próxima ela se encontra, apesar da redundância, de um coletivo de indivíduos que, soberanos ou não na hierarquia da instituição, interferem nas escolhas, imagens e rumos que a escola passará

a seguir e produzir a cada carnaval que se inicia. Cabe ao (a) carnavalesco (a) um papel importante nessa conjuntura.

Quando aborda o sujeito descentrado, na mesma obra, Hall descreve avanços nas ciências humanas que impactaram tal descentramento. Seja a partir da releitura do marxismo, seja a partir da psicanálise freudiana, seja ainda por contribuições na área da linguística, da filosofia ou do movimento feminista, o que se nota é que o "sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno" (HALL, 2006, p. 25). A percepção e participação do "outro" nesse processo se torna elemento importante, seja para servir como ponto de referência de negação ou incorporação/adaptação.

A (re) construção das identidades conferidas as e/ou pelas escolas de samba, seja a partir de direcionamentos institucionais, seja pela importante contribuição de carnavalescos (as), seja por outros entre os muitos elementos que envolvem essas instituições, se tornam elemento valoroso na trajetória das agremiações. Permite pensarmos que constantemente advir novidades, frescores, rebeldias, reencontros, etc. A escola de samba, mesmo preservando elementos tradicionais, como por exemplo sua raiz negra, sua sonoridade, sua operacionalidade, entre outras coisas, há de ter reconfigurações contínuas. Afinal, o que o futuro reserva a ex certinha e agora danadinha de Ramos? O testamento da cigana Esmeralda, enredo do carnaval de 2024, não previa essa questão.

Uma página a ser escrita em Maricá

> As pessoas tentam sempre dizer o que é os desfiles das escolas de samba. E o grande equívoco das pessoas que falam sobre o que é o desfile das escolas de samba é tentar restringir uma atividade que é viva. Entende? E está sempre em constante mudança. Então não existe o que é o desfile da escola de samba. Não existe. O dia em que a... é... acho que não vai acabar e pretendo que não acabe. O dia que a escola de samba acabar, que não houver mais escola de samba, alguém, a partir de uma análise do todo, poderá dizer o que é um desfile de escola de samba. Mas enquanto estiver vivo ninguém pode dizer o que é um desfile de escola de samba, para que é o desfile de escola de samba, para que serve o desfile de escola de samba, quem é o dono do desfile de escola de samba, porque está vivo, está sendo construído. (CHARLA PODCAST. CHARLA #368 - Leandro Vieira & João Drumond Imperatriz Leopoldinense. Youtube, 26 de abril de 2024.)

Este posicionamento de Leandro Vieira me parece bem interessante. Primeiro porque me permito discordar em parte do que está exposto. Enquanto pesquisador não intenciono resumir e definir desfile de escola de samba, ao passo em que também não me abstenho em sugerir ou reproduzir chaves de leitura e interpretação para tal fenômeno.

Não é preciso o fim dos desfiles ou até mesmo das escolas de samba para refletirmos sobre. As próprias estão continuamente repensando suas práticas, regulamentos, tradições, etc. TURANO et al. (2013) já nos revelam discussões e mudanças nos anos 30 do século passado. O que é (ou não é) modernidade, o que é (ou não é) tradição, já eram questões discutidas entre as escolas poucos anos após suas fundações.

Considerando o que desenvolvi na dissertação, desde o início da sua trajetória ele não se animava com o fato de identificarem o seu trabalho como sendo politizado, progressista, coisas do tipo. Na entrevista concedida ao podcast, seu posicionamento fica claro quanto ao assunto; não há arrependimento pelas escolhas e enredos propostos nos anos iniciais da sua carreira, pelo contrário. Porém, se prender a esse ou aquele parâmetro/padrão, limitaria sua criação artística e essa não era a sua intenção e projeção de atuação profissional.

A dimensão do desfile (e também das escolas de samba) enquanto organismos vivos faz bastante sentido. Em movimento, estes estão reconstruindo significados balizados no que foi feito e no que está por vir. Nos remete, sugiro, aquilo que pensa Hall sobre cultura nacional. Seu discurso "constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade" (HALL, 2006, p. 56).

No carnaval de 2025, Leandro Vieira estará a frente de uma agremiação com uma história mais curta quando comparada a outra agremiação que ele trabalha. A União de Maricá tem de existência o mesmo tempo que o carnavalesco tem de profissional; ambos rebentaram em 2016. Os enredos apresentados pela agremiação foram: "Evolução da vida através da visão de Darwin", em 2016, "Mistérios da meia noite", em 2017, "100Sacional! Um maxixetico e rebolativo baile", em 2018, "Nelson Gonçalves - O autorretrato do rei do rádio", em 2019, "Nos tempos idos", em 2020, "A revolução pela alegria... Uma ópera popular", em 2022, "Eu sigo nordestino", em 2023, e "O esperançar do poeta", em 2024[228]. Sobre estas escolhas, podemos considerar que não há uma linearidade temática, visto que biografias, regionalidades, eventos e outros foram pinçados como narrativas ao longo dos anos. Um aprofundamento na pesquisa sobre a escola poderia nos revelar os agenciamentos que permitiram essas escolhas. Cada agremiação tem a sua própria trajetória e isso há de ser respeitado.

[228] Informações extraídas do site https://galeriadosamba.com.br/ Consultado: 10/08/2024.

Contudo, o que podemos considerar também é que essa incipiente trajetória permite ainda mais liberdade ao atual carnavalesco para construir. Ainda que as demandas sempre sejam manifestada pela escola, ainda que tenha existido um direcionamento para a escolha do próximo enredo, acredito que o contexto permitiu maior autonomia para o profissional desenvolver sua narrativa literária e estética.

O enredo para 2025 é "O cavalo de Santíssimo e a coroa do Seu 7", tema autoral que mostrará as faces de um Exu festeiro, Seu Sete Lira, Exu Sete Encruzilhadas que tinha como médium a Mãe Cacilda de Assis, líder de um terreiro de um umbanda em Santíssimo, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Este é o primeiro enredo da escola que aborda a religiosidade afro brasileira, temática que já inspirou outros enredos do artista. A dúvida se essa linha de enredo se tornará parte da identidade da escola será respondida, conforme propõe o próprio Leandro, na medida em que a escola de samba União de Maricá estiver viva, com suas questões e pulsações internas e externas sendo enfrentadas, com seu público reagindo aos seus desfiles, com seus profissionais encarando o desafio de manter viva a cultura negra e popular que é o samba. Viva!

Referências:

ASSUMPÇÃO, Gustavo Pereira. *Rosa Magalhães: fragmentos de uma carnavalesca.* 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-11052021-104202/. Acesso em: 10 ago. 2024.

BEZERRA, Luiz Anselmo. *A Família Beija-flor.* 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BORA, Leonardo. *Brasil, Brazil, Breazil: utopias antropofágicas de Rosa Magalhães.* 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CHARLA PODCAST. *CHARLA #368 – Leandro Vieira & João Drumond (Imperatriz Leopoldinense).* YouTube, 26 de abril de 2024. 2h11min59s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Lm5N4lEyjEQ. Acesso em: 10 ago. 2024.

DA SILVA, Carlos Carvalho. "Chapa Branca" na Beija-Flor, o grande decênio na avenida em 1975. *Arte e Ensaios*, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, v. 26, n. 40, p. 217-231, jul./dez. 2020. ISSN 2448-3338. DOI: https://doi.org/10.37235/ae.n40.15. Disponível em: http://revistas.ufrj.br/index.php/ae.

FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GUEDES, Rafael Pereira. *Negritude e Sambas enredo no Carnaval de 1988: a Caixa do Samba e os G.R.E.S. Beija-Flor, Mangueira, Tradição e Vila Isabel em interface com o ensino de história.* 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAUAD, Ana M. O carnaval da História Pública. In: ALMEIDA, Juniele R. de; MENESES, Sonia (Org.). *História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado.* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

MOREIRA, J. G. *"Só com a ajuda do santo". O enredo como aliado para uma proposta de ensino intercultural de História*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

Ensino de História e Relações Étnico-Raciais no âmbito *tecnorizomático*, *tecnoafetivo* e *tecnodiverso*

João Paulo Carneiro
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Maria Aparecida da Silva Cabral
Bolsista CAPES

Introdução

> *"Todas as coisas são formadas da mesma realidade universal, que é simultaneamente espiritual e material. Todo o cosmos é uma unidade e todo o cosmos é vivo" (CAPRA, 2022, p. 2022).*
>
> *"nosso eu, nossas sociedades e nossa vida cultural, espiritual e política são feitos de relações" (ROVELLI, 2021, p. 60, 159).*

Este texto é fruto de muitas linhas, pontas, redes, ondas, conexões, interrelações; num constante movimento fluido que de forma alguma se pretendeu hermético e conclusivo. É preciso dizer que a discussão abordada se conecta e se desdobra a partir do quarto (4º) capítulo da tese que se encontra na fase final, ou seja, no processo de defesa. O capítulo em questão fora desenvolvido doravante às observações e às interrelações através da Plataforma Material Rioeduca da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), cujo o material empírico se constitui da seguinte maneira: i) Videoaulas; ii) Currículo Carioca; iii) Caderno do Professor – Material Rioeduca, e iv) Guia da Relações Étnico-Raciais.

Torna-se necessário também explicitar que de acordo com o suporte teórico articulado nesta pesquisa, não se compreende os elementos metodológicos e didáticos de forma isolada e fragmentada, muito pelo contrário, pois segundo os físicos quânticos citados na epígrafe acima a visão de mundo defendida neste texto é um mundo-rede, mundo-relação.

Isto posto, é preciso verificar como está organizado o presente texto. No primeiro momento, é importante acompanhar as transformações na qual passaram as Plataformas no contexto da SME/RJ sucintamente. No segundo momento, as bases teóricas, e no terceiro e último momento, as videoaulas selecionadas para dar conta das exigências do XII Seminário Interno do PPGHS/UERJ, sobretudo na dimensão do Ensino de História e das Relações Étnico-Raciais no âmbito*: tecnorizomático*, *tecnoafetivo* e *tecnodiverso*.

A roda do tempo: Plataforma Educopédia (PE); Plataforma Rioeducopédia (PRE) para a Plataforma Material Rioeduca (PMR)

Figura 1: Tela inicial Plataforma Educopédia.

A Plataforma Educopédia fora idealizada a partir do ano de 2010, sob a gestão do então subsecretário de Novas Tecnologias Educacionais da SME/RJ, Rafael Parentes e do Prefeito Eduardo Paes filiado à época ao Partido Social Democrático (PSD). Uma das marcas da gestão de Eduardo Paes desde o seu primeiro mandato é a parceria público privada. Logo, em 2012 é lançada na SME/RJ em parceira com o Instituto de Responsabilidade Social da Oi – Oi Futuro.

A principal tônica da Plataforma Educopédia era:

> Educopédia é uma plataforma online colaborativa de aulas digitais, onde alunos e professores podem acessar atividades de forma lúdica e prática, de qualquer lugar e a qualquer hora. As aulas incluem planos de aula e apresentações voltados para professores que queiram utilizar as atividades nas salas, com os alunos. Cada uma delas possui temas, competências e habilidades contempladas nas orientações curriculares da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Essas orientações curriculares de cada ano e cada disciplina foram divididas em 32 aulas digitais, que correspondem às semanas do ano letivo, retiradas àquelas voltadas para avaliações e revisões. [229]

A Plataforma deixou de existir e fora reformulada através do suporte da Empresa Municipal de Multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro (Multirio) no contexto da

[229] Disponível em: http://www.educopedia.com.br/SobreEducopedia.aspx. Acesso em: 12 de março de 2018 e 19 de maio de 2021. Atualmente sob o domínio: https://multirio.rio.rj.gov.br/materialrioeduca. Acesso em: 01 de junho de 2024.

pandemia do COVID-19. A Plataforma Educopédia fora reformulada para Plataforma Rioeducopédia entre 2020 a 2022.

Figura 2: Tela inicial do Aplicativo Rioeduca em Casa

Observa-se que estamos diante de uma forte cultura digital e nesse lastro, a interatividade é a palavra de ordem numa sociedade cada vez mais conectada e interconectada, permeada por diversos ambiente comunicacionais e informacionais. Portanto, a definição se assemelha à Plataforma Educopédia, no entanto, de acordo com a reportagem de Pimentel (2021), [230] a Plataforma Rioeducopédia surge com a proposta de ampliar a aprendizagem e proporcionar autonomia para os discentes. Ainda afirma que: "Trata-se de um ambiente virtual de aprendizagem, feito em linguagem lúdica e gamificada com o objetivo de potencializar a experiência dos estudantes com as videoaulas". [231] Sendo assim, a Plataforma Rioeducopédia agrega o instrumental das atuais demandas do ensino remoto: Rioeduca na TV, Rioeduca em casa e Material Pedagógico Rioeduca. Além disso: "A plataforma é autoinstrucional e visa, além da ampliação da experiência de aprendizagem, desenvolver uma maior autonomia do estudante.". [232] E foi a partir das videoaulas desenvolvidas pela Rioeduca na TV – que a Plataforma Rioeducopédia pôde obter o seu coração – os percursos formativos, sobretudo para cada ano escolar e de acordo com as Diretrizes Curriculares da SME/RJ.

---

[230] PIMENTEL, Márcia. Artigos e reportagens. Plataforma Rioeducopédia amplia a aprendizagem e autonomia dos alunos da rede. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagensartigos/reportagens/17222-rioeducopedia-a-plataforma-da-rede-municipal-que-amplia-a-aprendizagem-e-aautonomia-dos-alunos. Acesso em: 30 de novembro de 2021.
[231] Ibid.
[232] Ibid.

A Plataforma Rioeducopédia fora reformulada para a Plataforma Material Rioeduca, também através do suporte da Multirio.

Figura 3: Tela inicial da Plataforma Material Rioeduca. Fonte: https://multirio.rio.rj.gov.br/materialrioeduca.

Figura 4: Tela Material de Apoio didático-pedagógico. Fonte: https://multirio.rio.rj.gov.br/materialrioeduca/

É possível vislumbrar (8) oito links organizados em duas colunas: esquerda e direita segundo à disposição da imagem em tela. Vale lembrar que, à título de exemplificação, se toma como recorte o (6ª) ano. Diante da logicidade das colunas, se

observa na coluna esquerda – de cima para baixo: 1) Material Rioeduca; 2) Currículo Carioca; 3) Avaliação; 4) Foco na Escola.

Na coluna direita – de cima para baixo: 5) Videoaulas; 6) Estudos; 7) Rio Integral; 8) Equidade Étnico-Racial.

No intuito de dialogar com os requisitos apresentados no contexto do XII Seminário Interno do PPGHS/UERJ, optou-se por realizar o recorte da seguinte videoaula: 6º ano – "Pequena África". Os temas estão de acordo com os eixos na esfera das Relações Étnico-Raciais.

Preparamos uma tabela para que o/a leitor/a tenha uma compreensão geral dos eixos temáticos abordados nas videoaulas.

6º ano	**Total de videoaulas (16)**	**Temas relacionados com o recorte temático (6)**
		1) África – berço da humanidade; 2) Antiguidade Africana; 3) Diversidade Africana; 4) Fontes Históricas Materiais; 5) Pequena África; 6) Rio – uma cidade patrimônio.
7º ano	**Total de videoaulas (16)**	**Temas relacionados com o recorte temático (4)**
		1) Tráficos de escravizados na Modernidade; 2) Formação do Território Brasileiro; 3) As grandes Navegações; 4) Africanos no Brasil.
8º ano	**Total de videoaulas (18)**	**Temas relacionados com o recorte temático (6)**
		1) As mulheres na Independência do Brasil; 2) Atlântico Negro; 3) Escravização Antiga e Moderna; 4) Imperialismo e Neocolonialismo; 5) Leis Abolicionistas; 6) Abolicionismo e Movimento Negro.
9º ano	**Total de videoaulas (18)**	**Temas relacionados com o recorte temático (3)**
		1) Luta e resistência à escravidão no Brasil; 2) Gandhi: compreender as políticas de descolonização na África e na Ásia; 3) Cidadania negra no Brasil pós-abolição.

Tabela 1: Adaptada pelo autor.

É importante lembrar para os/as leitores/as que esta pesquisa se dá no contexto do segundo seguimento do Ensino Fundamental – 6º ao 9º, na disciplina de História no eixo das Relações Étnico-Raciais.

Interconexões empíricas e redes emergentes

Neste ensejo, se destina a observação holística empírica desta pesquisa, sobretudo argumentar a respeito do cyberpossibilismo nas seguintes dimensões: tecnorizomático, tecnoafetividade e tecnodiversidade no Ensino de História e na Educação das Relações Étnico-Raciais. Isto posto, ou seja, apresentada o foco deste trabalho, torna-se necessário pontuar de forma sintética às questões conceituais e teóricas emaranhadas nas dobras e redobras, para que os/as leitores/as possam acompanhar as redes, as conexões, e as tessituras exploradas entre os capítulos.

O corpus descrito nas seções precedentes é captado como material pedagógico e fontes documentais (MONTEIRO, 2009).

Iniciaremos a avaliação através das videoaulas, entretanto, é relevante dizer que, na dimensão teórica proposta nesta tese, isto é, na articulação de diversos autores no lastro do paradigma emergente (CAPRA, 2004; MORIN, 2011, 2002; MATURANA E VARELA, 1995), à vista disso, os saberes são sentipensados de forma conjunta, ou como é colocado na teoria do pensamento complexo de Morin (2011) tecido junto. Portanto, na medida em que as videoaulas são apresentadas aos/as leitores/as; as conexões e as redes com os demais materiais e documentos, também surgem intrinsecamente, nas dobras e desdobras das teias conceituais e teóricas.

É válido dizer que na extensão cognitiva, sobretudo no viés do pensamento complexo, se trata de uma questão axiomática, ou seja, deseja-se conhecer em múltiplas dimensões, contudo a completude é impossível (MORIN, 2011). Porém, ainda que, a completude seja inatingível, se procura romper com o processo redutor/isolado/fragmentado – paradigma mecanicista – para uma construção sem a presunção de totalidade, fechado e pronto (MORIN, 2011). Neste sentido, através do aporte teórico articulado nesta pesquisa, busca-se potencializar a arguição apologética da tríade*: tecnorizomática, tecnodiversa e tecnoafetiva* na esfera do Ensino de História e das Relações Étnico-Raciais. Portanto, o hipertexto, é dimensionado nesta pesquisa como um processo articulado através de três compreensões de práticas de ensino: i) *tecnoafetividade*; ii) *tecnodiversidade* e iii) *tecnorizomático*, imbricados no âmbito das tecnologias ancestrais.

É preciso dizer que, as categorias supracitadas é uma criação deste trabalho, no qual se inspira em determinados trabalhos e autores. À visto disso, passemos a explicação de acordo com a organicidade pontuada anteriormente.: i) a inspiração se concentrou no texto sobre a "Ética" de Spinoza (1632-1677), que fora publicado em 1677. Nesse sentido, se deu especificamente, no que tange ao capítulo referente a parte III – "Da origem e da natureza das afecções". De forma que para Benedictus Spinoza somos seres que vivemos e pensamos pela afetividade.

Desse modo, segundo o filósofo por uma perspectiva imanente, somos afetados e afetamos. "Por afecções entendo as afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada, assim como as ideias dessas afecções (SPINOZA, 1983, p. 176). Portanto, os afetos na dimensão spinozista abraça os seguintes aspectos: i) as emoções: aquilo que nos move; ii) sentimentos: aquilo que sentimos; iii) paixões: nem todos os afetos são passivos.

Ainda segundo o filósofo, o corpo e sua ideia são uma única substância, ao contrário da perspectiva platônica de separação – corpo e alma -, perspectiva esta que fora apropriada epistemologicamente pela teologia ocidentalizada e posteriormente pelo paradigma mecanicista. Por conseguinte, para Benedictus Spinoza, o corpo pensante apresenta a mente como ideia do corpo. Nesta dinâmica é importante mais uma vez consultar a voz do pensador.

> Digo que somos ativos (agimos quando se produz em nós, ou fora de nós, qualquer coisa que somos a causa adequada, isto é (pela definição precedente), quando se segue da nossa natureza, em nós ou fora de nós, qualquer coisa que pode ser conhecida clara e distintamente apenas pela nossa natureza. Mas, ao contrário, digo que somos passivos (sofremos) quando em nós se produz qualquer coisa ou qualquer coisa se segue da nossa natureza, de que não somos senão a causa parcial (SPINOZA, 1983, 176).

Isto exposto, se torna relevante reproduzir, ainda que de forma extensa, a crônica de Eduardo Galeano (1940-2015) intitulada de: "Celebração da voz humana/2", com o intuito de contribuir a respeito do corpo pensante spinozista. Este corpo que pode ser afetado e afetar de tantas formas, que em decorrência disso, pode ter a sua potência diminuída ou aumentada, e que, por outro lado, por afetações que em nada diminuem ou aumentam.

> Tinham as mãos amarradas, ou algemadas, e ainda assim os dedos dançavam, voavam desenhavam palavras. Os presos estavam e3ncapuzados; mas inclinando-se conseguiam ver alguma coisa, alguma coisinha, por baixo. E embora fosse proibido falar, eles conversavam com as mãos.
> Plinio Ungerfeld me ensinou o alfabeto dos dedos, que aprendeu na prisão sem professor:
> - Alguns tinham caligrafia ruim – me disse. – Outros tinham letra de artistas.

> A ditadura uruguaia queria que cada um fosse apenas um, que cada um fosse um ninguém: mas cadeias e quartéis, e no país inteiro, a comunicação era delito.
> Alguns presos passaram mais de dez anos enterrados em calabouços solitários do tamanho de um ataúde, sem escutar outras vozes além do ruído das grades ou dos passos das botas pelos corredores, Fernández Huidobro e Mauricio Rosencof, condenados a essa solidão, salvaram-se porque conseguiram conversar, com batidinhas na parede. Assim contavam sonhos e lembranças, amores e desamores; discutiam, se abraçavam, brigavam; compartilhavam certezas e belezas e também dúvidas e culpas e perguntas que não tem resposta. Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada pelos demais (GALEANO, 2018, p. 23).

Conforme visto anteriormente, as relações spinozistas na esfera do corpo pensante; se vislumbra numa dinâmica dançante entre os corpos em afetações. A cada estado afetivo novas inervações afetivas, novos afetos novos pensamentos, nesse sentido, conforme Spinoza, o afeto é o primeiro pensamento. Sendo assim, a crônica supracitada parece fornecer elementos substanciais para as devidas comparações e exemplificações.

A segunda categoria – ii) *tecnodiversidade* tem como pilar inspirativo às tecnologias ancestrais, ou seja, termo cunhado a partir das artesanias das nações africanas, sobretudo no contexto das culturas afro-brasileiras e suas práticas cotidianas, pois as práticas do cotidiano não configuram um cenário coadjuvante, mas se concentram no centro das construções sociais (CERTEAU, 2014). Afinal, é "sempre bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas" (CERTEAU, 2014, p. 19). Em vista disso, é possível observar argumentos aprofundados no segundo capítulo. Quanto à questão da terceira categoria – *tecnorizomático* - adianta-se que o processo impulsionador se deu na possibilidade apresentada por Deleuze e Guattari (1995) extraída do campo da botânica de plantas rizofórmicas. Planta rizofómica cresce tanto no subsolo quanto na superfície, diferente das raízes fixas e estáticas. Portanto, elas crescem de maneira horizontal e se multiplicam. Em vista disso, se defende a criação do termo "tecnorizomática", que consiste nos seguintes termos: (tecno – tecnologia + rizoma – plantas com caule + mática – informática). Uma aprendizagem *tecnorizomática*, rompe com as hierarquizações e relações verticalizadas, e possibilita no âmbito de cada novo aprendizado uma explosão de outras novas conexões de forma não fixas e não lineares, fluidas, autônomas e de fluxos constantes.

Na perspectiva do processo cognitivo apostamos na vertente do paradigma emergente na contraposição ao paradigma mecanicista.

No âmbito do paradigma emergente dialogamos com o pensamento sistêmico, pensamento complexo e ecossistêmico (CAPRA, 2002, 2022; MORIN, 2011; MATURANA E VARELLA, 1995).

Vislumbrando o processo da vida – das células mais primitivas ao ser humano -, tudo, absolutamente tudo, encontra-se interligado, o que o autor chamou de organização em rede, logo, a teia da vida, na medida que são questões que demandam uma interligação e interdependência, ou seja, são processos sistêmicos (CAPRA, 2004, 2022). E diante da teia da vida que se encontra interligada e conectada, também se descortina a tecnologia ancestral, ou seja, o processo sistêmico da vida em conjunto e organizada, a construção de saberes, da produção cultural no seu amplo espectro, a inventividade, a criatividade, o poder a resistência do Movimento Negro no processo histórico.

Pensamento complexo ou complexidade, assim como em sua raiz etimológica – do latim *complexus*, tecido junto -, carrega justamente a perspectiva de juntar os saberes como se observou na produção do pensamento sistêmico (MORIN, 2011). Torna-se também relevante pensar no que tange o aspecto cognitivo na dimensão do pensamento complexo, de modo que, é possível tudo conhecer? De forma completa? Para o filósofo essa é uma questão axiomática do pensamento complexo, ou seja, deseja-se conhecer em múltiplas dimensões, contudo a completude é impossível (Ibid.). Conseguinte, pensar um Ensino de História na perspectiva das Relações Étnico-Raciais no aporte do pensamento complexo potencializa a *tecnodiversidade*, a *tecnoafetividade*, e o *tecnorizomático*.

Cyberpossbilismo: entre desafios e incertezas

O campo das Humanidades Digitais suscitou inúmeros debates e tensões diante das discussões historiográficas, sobretudo entre: cyberpessimistas e cyberutópicos. Nesse sentido, se preferiu nesta pesquisa uma postura cyberpossibilista, ou seja, uma busca para tentar o equilíbrio, sobretudo diante da antiga sabedoria popular: “não jogue fora o bebê junto com a água do banho”.

Figura 5: Videoaula. Fonte: https://multirio.rio.rj.gov.br/materialrioeduca/#

As temáticas supracitadas: Pequena África e Rio: uma cidade patrimônio foi ministrada pela professora Rafaela Calvão. [233] Torna-se necessário frisar mais uma vez aos leitores que por meio da instrumentalidade teórica apresentada nesta pesquisa, se compreende os processos dos saberes disciplinares e os demais saberes numa dimensão do paradigma emergente, isto é, de forma não fragmentada, logo, as observações dos conteúdos circulam num movimento de vai e vem entre os materiais empíricos e a instrumentalidade teórica.

A cidade do Rio de Janeiro entre encantos e desencantos: "cidade maravilha, purgatório da beleza e do caos. O Rio é uma cidade de cidades misturadas. O Rio é uma cidade de cidades camufladas". [234] E nestas dimensões, também é a cidade no qual se situa uns dos maiores, e importantes sítios arqueológicos do mundo, reconhecido pela UNESCO no dia 9 de julho de 2017, como património da humanidade – a Pequena África. [235]

[233] CALVÃO, Rafaela N. Canal (MultiRio). Rio: uma cidade patrimônio. Disponível em: https://youtu.be/hsHJd-AEjgM?si=2afogiwvPy1UGg8Y. Data: 24 de junho de 2022. Duração: 15min e 08segs. Acesso em: 02 de julho de 2024.
CALVÃO, Rafaela N. Canal (MultiRio). Pequena África. Disponível em: https://youtu.be/B-NfFua2_PQ?si=TGYPE4ASDk1CCiMG. Data: 20 de junho de 2021. Duração: 12min e 13segs. Acesso em: 02 de junho de 2024.
[234] Canção Rio 40 graus, composta por: Fausto Borel Cardoso, Carlos Cesar Laufer e Fernanda Sampaio de Abreu. Intérprete: Fernanda Abreu.
[235] Termo cunhado pelo cantor, compositor e pintor brasileiro, Heitor dos Prazeres (1898-1966).

Lugar de memória de dores, prantos, ranger de dentes, violência diversas, mas também lugar de inventividade, criatividade, arte, resistências, lutas, saberes, ou seja, tecnologias ancestrais – sementes ancestrais, rizomáticas e de afetações.

Na introdução da videoaula – Pequena África – a professora Rafaela provoca os estudantes através de percepções históricas e culturais na contemporaneidade, ou seja, se aplica uma operacionalidade à temporalidade a partir do presente para vislumbrar os vestígios e produções do passado de forma problematizadora numa perspectiva freiriana, pois, é na expulsão das sombras pela conscientização que se torna possível uma "educação realmente libertadora e por isso respeitadora do homem como pessoa" (FREIRE, 2021, p. 53). Nesse sentido, se tem a base da ação educativa de acordo com o patrono da educação brasileira.

Nas relações entrelaçadas, mormente sob o aspecto do paradigma emergente, a temática das videoaulas em questão está ancorada nas sugestões metodológicas do Caderno Rioeduca que destaca como objeto de conhecimento - História e memória: dimensões da nossa existência. Portanto, relacionar história e memória aos patrimônios da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo no recorte das Relações Étnico-Raciais é de suma importância para o cumprimento da Lei 10.639/03. Ressaltamos que no Guia Educação para as Relações Étnico-Raciais – GERER, SME/RJ, se posiciona diante do processo de desconstrução de estereótipos negativos para uma postura educacional antirracista.

> Um dos maiores desafios à tomada de postura antirracista no campo da educação, é proporcionar a construção de identidades positivas pertinentes aos meninos, meninas, homens e mulheres negras. Apesar de constituírem mais da metade da população brasileira, agências, articulações e produções negras foram, historicamente, pouco valorizadas em abordagens pedagógicas (RIO DE JANEIRO, 2023, p. 18).

À vista disso, nas relações entre história e memória, esta última se relaciona na perspectiva do lugar de pertencimento e de laços identitários, ou seja, a Pequena África se caracteriza como este espaço de vínculo na construção identitária e de memória, principalmente no âmbito das construções identitárias positivas, embora, à questão da escravidão seja uma das narrativas que mais impulsione na história dessa região mesmo a despeito de muitas outras narrativas:

> [...] o local foi cenário de episódios dramáticos da Revolta da Vacina em 1904 – revolta urbana que fez tremer a então capital da República – e da reação às demolições no período Pereira Passos que ocorreram entre 1902 e 1906, bem como as mobilizações dos sindicatos de trabalhadores portuários que contavam com numerosa presença negra (LIMA, 2018, p. 100).

Para a pesquisadora este elemento da escravidão acaba se tornando uma escolha pelo fato da dimensão histórica pela longa duração e a opção pela explicação das origens. É justamente na ênfase da explicação da origem que a professora Rafaela Calvão aborda a temática da Pequena África. E no sentido da temporalidade retoma às questões do presente para pensar o passado no que tange aos aspectos da cidade: organização geográfica, política, social, cultural e jurídica. Desse jeito, apresenta a utilização da ferramenta *Google Earth* para trazer imagens via satélite da extensão espacial da região do Centro da cidade compreendida: do espaço da atual Praça XV ao Campo do Santana, de forma ilustrativa aos seus estudantes – na finalidade de propor cognitivamente uma visualização comparativa entre passado e presente.

Crédito 1: Imagem capturada do *Google Earth*. Disponível em: https://www.google.com/maps/@- 22.9018891, -43.1744282,340m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR&entry=ttu. Acesso em: 05 de junho de 2023

Crédito 2: A Prainha – aos pés do Morro da Conceição, tomada do Morro da Gamboa. Imagem de Eugène Ciceri, 1852. Acervo da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional.

É preciso lembrar que narrar, é imputar sentidos e significados a nossa experiência segundo Ricoeur (1997) na dimensão da narrativa histórica. Nesta perspectiva, se observou que, diante do programa de reforma e desenvolvimento através de obras na região conhecida como Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, se descobriu vestígios arqueológicos nesta região em 2011, portanto, se tornando publicizado para a imprensa. O que mobilizou inúmeras autoridades, inclusive lideranças consagradas das religiões de matrizes africanas para visitarem o local. É importante destacar que este cais já se encontrava documentado historicamente, e não se tratava de um fato desconhecido por pesquisadores, logo, se verifica o processo de invisibilização e silenciamento de determinadas narrativas históricas (LIMA, 2028).

> Essas mulheres, mães de santo renomadas na região e na cidade, ao serem apresentadas ao cais, identificaram a presença de marcas de dor e sofrimento e diagnosticaram a necessidade de uma limpeza espiritual no local. E, então, em 2012 realizou-se a primeira cerimônia de lavagem simbólica do Cais do Valongo, transformada depois em evento anual e hoje faz parte do calendário oficial de celebrações da cidade – institucionalizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro (LIMA, 2018, p. 102).

Isto posto, se verifica o processo de novos sentidos na narrativa história para esta região, não só um lugar de dor, angústia, escravização, embora não se negue tais fatos histórico, mas por outro lado se observa as novas relações de *tecnoafetividade*, ou seja, afetações de corpos, culturas, movimentos e organizações que possibilitam o aumento da potência da população negro-brasileira ou afro-brasileira. Narrativas de lutas e resistências, de invenções e criações potencializadas por meio da *tecnodiversidade* através das tecnologias ancestrais e suas sementes.

A professora Rafaela Calvão lança mão de alguns recursos imagéticos para explicar o desenvolvimento da cidade no contexto da escravização do século XIX, o deslocamento do mercado escravagista da região da Praça XV para o Cais do Valongo. Nesse sentido, constrói uma narrativa histórica que vislumbra sentidos para outros cenários envolvendo a historicidade da região, para além do aspecto da escravização. Portanto, tanto pela narrativa construída na videoaula, quanto pelos aspectos descritos por Lima (2018), se constata numa potente narrativa história tecnodiversa, principalmente diante dos diversos apagamentos no processo histórico como bem descrito pela historiadora a seguir.

> Ao longo do tempo, o Cais do Valongo foi submetido a um processo de enterramento material e simbólico. Deixando de funcionar como desembarque de africanos escravizados em 1831, foi encoberto em 1843 para a chegada da esposa do Imperador Pedro II. O novo cais passou a se chamar cais da Imperatriz e foi construído sobre o primeiro, pedra sobre pedra – e esse ocultamento é visível hoje no sítio histórico-arqueológico do cais, no qual se podem enxergar perfeitamente as camadas dessa história, sobrepondo-se. E não só essas que remetem ao século dezenove. No século vinte, as obras de remodelamento da cidade que pretendiam trazer os ares de progresso da época republicana, da mesma forma, construíram sobre o cais da Imperatriz uma praça, que o soterrou. Ou seja: as evidências materiais no espaço central – o Cais do Valongo – desse percurso de aula de campo constituem por elas próprias um caminho narrativo a ser identificado, acionando mecanismos que trazem à luz a história e a memória da escravidão (Ibid.).

O processo de desvelamento, desenterramento, redescoberta, consiste numa constante luta de disputas de narrativas, assim como acontece no currículo - um território de disputas (ARROYO, 2013). Na construção narrativa de resistência na produção de um Ensino de História na perspectiva *tecnodiversa* – tecnologias ancestrais – se observa na videoaula as imagens dos monumentos históricos potentes para a dimensão das artesanias culturais, políticas, sociais e dos saberes ancestrais, à vista disso, se deu o devido destaque ao Monumento de Mercedes Baptista.

Figura 6: Acervo particular do pesquisador. Data: 01 de maio de 2023.

A estátua foi esculpida em bronze, o pedestal de concreto, Mario Pitanguy foi o artista responsável - através da Fundição e Atelier Messias. A escultura foi idealizada pelo artista de forma que se caracterize a filha do Oxun. Ruth Santos, é a curadora do acervo Mercedes Baptista na qual foi a responsável pela doação. Mercedes Baptista "em 1945 frequentou a Escola de Dança da bailarina Eros Volússia, mais tarde entra na Escola

de Ballet do Teatro Municipal do RJ. Em 1948 foi aprovada no concurso para se tornar a primeira bailarina negra do Teatro Municipal" (CARNEIRO E SANTOS FILHO, 2020, p. 10). A bailarina Mercedes em sua trajetória ficara de fora a inúmeras apresentações devido ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2021). Mas, a bailarina negra não se abateu, muito pelo contrário, se tornou uma grande referência na reorganização da dança afro-brasileira, principalmente "ocupando grandes teatros e espaços culturais, com técnicas de dança moderna já com uma interpretação própria" (Ibid.). Sendo assim, um potente exemplo para a tríade defendida nesta tese: tecnoafetividade – um Ensino de História por meio de afetações dos corpos e também por meio das imagens, pois "as imagens precisam saltar aos olhos, o áudio deve penetrar a consciência, é fundamental levar a experiência sinestésica do mundo digital até a comunhão de sensações que transformam os eventos do cotidiano em espetáculos audiovisuais" (ANDRADE E ROCHA, 2023, p. 324). Vale dizer que a experiência sinestésica descritas pelas autoras, é compreendida neste trabalho como afetações – paixões, desejos, sentimentos, sobretudo não fragmentado – *sentirpensado*.

Na dimensão *tecnorizomático*, se observa nos desdobramentos múltiplos dos *hiperlinks* que se conectam ao emaranhado de possibilidades: imagens, fotografias, mapas, filmes, vídeos, monumentos, esculturas, grafites, etc. Na esfera da *tecnodiversidade*, se contempla as potentes sementes – tecnologias ancestrais - que fortalece e robustece um repertório cultural e político na medida que narrativas históricas possibilitam identidades positivas, sobretudo na promoção de uma educação antirracista.

Relações (in)conclusivas

Buscou-se nesta pesquisa apontar limites, lacunas, ausências e possibilidades de um Ensino de História relacionado ao material empírico numa dimensão interrelacionada; o que se denominou de tripé: *tecnorizomático, tecnodiverso* e *tecnoafetivo.* Nesse sentido, procurou-se a partir do paradigma emergente na perspectiva filosófica imanente, do pensamento complexo, do pensamento sistêmico, da ecologia profunda e do ecossistema digital pensar cada linha desta pesquisa.

A videoaula tratada nesta pesquisa, opera na perspectiva de acervo online, e também segundo Barros (2016) como fonte primária e secundária por trazerem elementos do passado de forma interpretativa segundo os historiadores, e documentos referentes a um determinado contexto histórico. Assim, a videoaula: "Pequena África", 6º ano", se constituiu no conjunto das potências do tripé defendido nesta pesquisa. Um debate muito

profícuo e uma narrativa construída a partir do tempo presente do estudante, sobretudo interrelacionado ao seu cotidiano (CERTEAU, 2014).

Referências:

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural.* São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ANDRADE, Juliana Alves de; ROCHA, Pedro Botelho. O lugar do YouTube no Ensino de História. *Revista Outros Tempos*, v. 20, n. 36, 2023, p. 317-334.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARROS, A. R. O uso de vídeos do YouTube como fonte histórica por meio da aula oficina. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor: PDE 2014.* Curitiba: SEED/PR, 2016, v. 1, p. 1-32. (Cadernos PDE).

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.* 13. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

CAPRA, Fritjof. *Padrões de conexões: uma introdução concisa das ideias essenciais de um dos mais importantes pensadores sistêmicos do mundo contemporâneo.* São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2022.

CARNEIRO, J. P.; SANTOS FILHO, J. A. A bailarina Mercedes Baptista: uma narrativa histórica que possibilita a compreensão e a importância das relações étnico-raciais na dimensão da dança no processo de construção identitária. *Gnarus Revista de História*, v. XI, n. 11, out. 2020, p. 6-12.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer.* 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.* v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade.* 50. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GALEANO, Eduardo. Celebração de bodas da razão com o coração. In: GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços.* Porto Alegre: L&PM, 2018. p. 119.

LIMA, Mônica. História, Patrimônio e Memória Social: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Revista Outros Tempos*, v. 15, n. 26, 2018, p. 98-111.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.* Campinas, SP: Editora Psy II, 1995.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História. In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; REZNIK, Luis; ROCHA, Helenice (Orgs.). *A História na escola: autores, livros e leituras.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 177-199.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo.* 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa.* Campinas: Papirus, 1997. 3 v.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Gerência de Relações Étnico-Raciais. *Guia Educação para as Relações Étnico-Raciais.* Rio de Janeiro: SME/RJ; GERER, 2023.

ROVELLI, Carlo. *O abismo vertiginoso.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

SPINOZA, Benedictus de (1632-1677). *Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência.* 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Os Manuais Didáticos do Colégio Pedro II: Narrativas da Ditadura Civil- Militar Brasileira nas décadas de 1970 e 1980.

Joyce dos Santos Quintanilha
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Helenice Rocha
Bolsista CAPES/FAPERJ

Introdução

O presente trabalho refere-se ao projeto de pesquisa que tem por objetivo analisar alguns manuais didáticos escolares que foram utilizados, durante as décadas de 1970 e 1980, período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, no Colégio Pedro II. Eles são compreendidos como dispositivos de poder[236] que de alguma forma contribuíram para legitimação[237] do regime autoritário. Neste aspecto, os manuais didáticos da professora Therezinha de Castro e do Catedrático Roberto Bandeira Accioli, docentes do Colégio Pedro II atuaram de forma peculiar, entre suas próprias trajetórias de vida e filiação ideológica no período citado. Será mencionado o percurso de pesquisa e base teórico metodológica em construção.

A importância histórica do Colégio Pedro II

Criado no Império, a partir de um decreto promulgado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II foi um marco do projeto nacional civilizador e um dos principais atores da história da educação no Brasil. Primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil, respondeu às necessidades político-culturais do Estado e da sociedade. Segundo ANDRADE (1999, p.78), o Colégio Pedro II, historicamente identificado como agência oficial de educação e cultura do Estado, criou uma cultura escolar própria.

> "A produção de uma cultura escolar própria correlacionada à sua natureza institucional singular foi legitimada pelo papel desempenhado pelo Colégio no projeto civilizador do Império, como instrumento de consolidação do Estado e construção da Nação" (ANDRADE 1999, p.96).

[236] Foucault (1984), o poder acontece como uma relação de forças. Sendo assim, o pensador francês apresenta dois dispositivos utilizados pela sociedade para a justificação do poder e para a domesticação dos corpos que compõem o espaço social, são eles: vigilância e punição.
[237] Weber (2015), legitimidade remete o conceito à ideia de obrigatoriedade, ao sentimento de dever ou ao caráter modelar das ordens na orientação das ações. Sendo então a garantiria de formas mais estáveis e persistentes de dominação.

Em 1889, proclamada a República, o governo buscou romper com as referências ao regime anterior suprimindo o termo “imperial” do nome de diversos órgãos. Nesse contexto, a pasta do Império, à qual estava subordinado, passou a se chamar Secretaria de Estado dos Negócios Interiores e o Imperial Colégio de Pedro II teve seu nome alterado para Instituto Nacional de Instrução Secundária, pelo decreto de 21 de novembro de 1889, depois Ginásio Nacional, até que em 1911 recuperou seu nome tradicional. A reforma da educação Rocha Vaz (também conhecida como João Luiz Alves), de 1925, criou o Conselho Nacional de Ensino e eram membros natos os diretores, um catedrático e um dos docentes do Colégio Pedro II, na Seção de Ensino Superior e Secundário.

Em 1942, durante a implantação da Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituída pela Reforma Capanema, assistiu-se à quebra do padrão do Colégio Pedro II, devido ao fato de a referida Lei não considerá-lo mais como a instituição padrão e sequer mencioná-lo. O Colégio Pedro Il, nesse período, lutou para reconquistar seu lugar como Colégio padrão.

Nos primeiros anos da década de 1960, o contexto histórico pelo qual passava o Brasil era de efervescência política. A renúncia de Jânio Quadros abalou a política nacional, garantindo então, a posse de João Goulart. Nos anos que se seguiram, a reivindicação pelas Reformas de Base mobilizou os setores populares e para o Colégio Pedro II, foi também um período conturbado.

Segundo Maciel (2007), no âmbito interno, principalmente no ano de 1963, os alunos fizeram manifestações por maior participação nas decisões administrativas e por um ensino mais voltado para a realidade brasileira, além de se organizarem para reivindicar melhores condições de ensino. No âmbito externo, os alunos se envolveram tanto nas questões políticas e econômicas que estavam em debate na sociedade, quanto nas questões educacionais. As lutas eram para exigir maior igualdade social, e se traduziram em reivindicações por meia passagem rios bondes e nos outros transportes coletivos, por meio ingresso nos cinemas e teatros e por descontos especiais nos materiais escolares e livros didáticos. A política educacional do governo João Goulart avançou em relação aos governos anteriores, apesar da LDBEN/61 não ter garantido que as verbas destinadas à educação atendessem exclusivamente à educação pública.

A partir do Golpe Militar, desde 1964, a educação brasileira passou a sofrer interferência direta do governo dos Estados Unidos, através dos acordos entre o MEC e a Agency for International Development dos Estados Unidos (USAID). As reformas do ensino empreendidas pelo regime militar estavam vinculadas às recomendações de

agências internacionais. Os acordos MEC-USAID abriram caminho à formulação de uma política educacional fundamentada em concepções economicistas e produtivistas que enfatizavam a racionalidade e a eficiência. Essas concepções foram a base para as reformas educacionais das décadas de 1960 e 1970. Dentre elas, destaco a Lei nº 5.540/68 que estabelecera a Reforma Universitária, entre outras providências havia promovido a extinção das cátedras na universidade, e por extensão no Colégio Pedro II. Porém a lei não impediu que fossem preservados os direitos dos ocupantes, e, portanto, os catedráticos do Colégio Pedro II continuaram em suas funções, fazendo parte da Congregação do Colégio, e mantendo suas responsabilidades por todas as questões envolvendo as respectivas disciplinas. Definiam programas de ensino, livros didáticos a serem adotados e acompanhavam, por meio dos coordenadores pedagógicos da disciplina, o andamento do ensino. Os catedráticos foram sendo substituídos progressivamente, por falecimento ou aposentadoria, pelos Chefes de Departamento, escolhidos pelo diretor geral até 1985, quando passaram a ser eleitos. O último catedrático de História foi justamente um dos professores cujo manual pretendo pesquisar, Roberto Bandeira Accioli, cassado em 1969 pela sua proximidade com João Goulart.

Já na década de 1970 com a implementação da Reforma Educacional de acordo com a Lei n° 5.692/71, caracterizada como tecnicista e profissionalizante, que estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, conforme a nova terminologia para os antigos cursos primário, ginasial e colegial, representando, segundo Boclin (2011), um período de transição para o Colégio Pedro II, pois até 1971 a admissão dos alunos a instituição era feita na primeira série do curso ginasial[238] e com a nova Reforma o aluno passaria a fazer prova para ingressar no Colégio Pedro II somente no primeiro ano do segundo grau (correspondente ao antigo curso colegial), promovendo então um grande esvaziamento da instituição tendo em vista que pela nova lei o antigo ginásio seria competência dos estados, e com o fim do exame de admissão houve uma redução progressiva do número de alunos do agora primeiro grau.

Ainda no âmbito da Lei 5.692/71, de acordo com o Parecer 873/71, foi definido o núcleo-comum do currículo para o ensino de primeiro e segundo graus. Dele faziam parte as matérias de Comunicação e Expressão, de Estudos Sociais e de Ciências. Destacamos então os Estudos Sociais, no qual segundo o Parecer, incorporavam-se as disciplinas de Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil e que deveriam estar de

[238] De acordo com o Decreto nº 34.742/53.

forma integrada no currículo, formando um núcleo em comum. Essa proposta então, de acordo com Boclin (2011), passou a contrapor a estrutura curricular do próprio Colégio Pedro II de tradição acadêmica com forte presença e peso nas "humanidades". Portanto, de proposta inovadora, oriunda de um contexto reformista e aliado ao movimento escolanovista[239] , os Estudos Sociais e sua implantação acabaram suscitando resistências e críticas referente aos embates entre concepções sobre currículo e tradições estabelecidas com repercussões sobre a formação de professores. O contexto histórico no qual esse processo se desenvolveu, período de autoritarismo político no âmbito do regime militar, tornou-se um campo de possibilidades para a produção de diferenciadas interpretações sobre a proposta, que passou a ser vista pelos professores de História como ação política com o objetivo de esvaziar a formação para a cidadania em perspectiva histórica e crítica.

Percebe-se então que há uma compreensão de que para atender às especificações da nova Lei seria necessário modificar não apenas os conteúdos dos programas, mas também a metodologia de ensino no Colégio, em que a marca humanística e tradicional de uma sincronia temporal que caracterizava o ensino de História no Colégio ao mesmo tempo acenava para a dificuldade de promover mudanças nesse sentido. A Instituição tinha uma relação ambígua com o governo, não aceitando de pronto a nova lei, mas promoveu algumas adaptações, mantendo as disciplinas separadas, porém com elementos e nexos de integração.

Breve biografia dos autores

Tendo em vista essas afirmativas vale ressaltar a trajetória de dois autores/professores que contribuíram para a possibilidade de construção de narrativas acerca de uma identidade nacional: Therezinha de Castro e Roberto Bandeira Accioli, que elaboraram manuais de fundamental importância para o enriquecimento do modelo educacional do Colégio Pedro II. A professora Therezinha de Castro (1930-2000) ingressou em 1952 como geógrafa no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi professora do Colégio Pedro II nas décadas de 60 e 70. Grande discípula e herdeira do geógrafo, historiador e professor Delgado de Carvalho[240] que além de ter

[239] Segundo Delgado de Carvalho (muito influenciado pelo John Dewey) os conteúdos selecionados de História e Geografia deveriam ser trabalhados de forma conjunta de modo a aproximar o ensino da vida cotidiana e facilitar a assimilação dos alunos aos conteúdos. NASCIMENTO, Thiago Rodrigues; SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970)*. Editora Globo. Porto Alegre. 1970.

[240]http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//therezinha_de_castro//therezinha_de_castro_geobiografia_0.pdf Consultado: 09/07/2024.

sido seu parceiro no trabalho de pesquisa e elaboração de livros didáticos voltados para geopolítica e relações internacionais na segunda metade da década de 1950, no âmbito do IBGE e do Clube Militar, foi inclusive diretor do Colégio Pedro II durante o governo Vargas em 1933. Therezinha também foi conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Aeronáutica, da Escola de Guerra Naval, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola Superior de Guerra (ESG) onde foi homenageada em dezembro de 2023 por meio do lançamento do Instituto que ostenta seu nome, assim sendo, podemos observar sua histórica e íntima relação com o meio militar que mesmo após sua morte, perdura até hoje. Em relação as suas obras destacam-se algumas como: *História Geral: antiga e medieval: nível secundário* (1968); *História geral: moderna e contemporânea: nível secundário* (1970); *História Geral Contemporânea* (1973); *História antiga e medieval* (1977); *História Documental do Brasil* (1980); *África: Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais* (1981); *História da Civilização Brasileira* (1982).

Já o catedrático Roberto Bandeira Accioli (1910-1999), iniciou sua carreira no magistério aos 19 anos de idade, no Colégio Pedro II – Externato, como professor suplementar, e, mais adiante, como professor catedrático de História Geral e do Brasil. Bandeira Accioli ocupou vários cargos públicos no país, destacando-se os de diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura; secretário geral de Educação e Cultura da Prefeitura do antigo Distrito Federal; e membro efetivo do Conselho Federal de Educação (1962). Durante o governo de João Goulart, foi nomeado diretor do Colégio Pedro II - Externato (1962-1964). Nesse período, deu continuidade a uma série de melhoramentos no secular casarão da Rua Larga e a reestruturação dos exames para ingresso ao primeiro ciclo do Colégio Pedro II, quando procurou dar igual tratamento para acesso, independente do poder aquisitivo ou classe social do candidato, justificando, assim, uma tradição dos tempos de seus ilustres patronos. Bandeira Accioli foi homenageado pelo Colégio Pedro II, com o título de Professor Emérito. Presidente do IBGE no período de 14 de outubro de 1963 a 31 de março de 1964, deixou o cargo em consequência do regime militar que se instalou no Brasil, de 1964 a 1985. Foi aposentado aos 59 anos de idade, por força do Ato Institucional nº 5. Na condição de professor, foi autor de diversos livros didáticos e paradidáticos, dos quais destacam-se: *História do Brasil: 1ª e 2ª séries ginasiais* (1963); *História Geral: 3ª série ginasial* (1964); *História Geral da Civilização* (1967); *História do Brasil* (1967); *Non rex sed Caesar: síntese da vida e da obra de Caio Júlio César* (1968); *História da Civilização Geral e do Brasil*

(1979) escrito a quatro mãos com Alfredo Taunay; e *Memória histórica do Colégio Pedro II, 1836-1937* (1997).

Os manuais didáticos como fonte histórica

Analisando a história dos manuais didáticos do Colégio Pedro II, a historiadora ARLETTE GASPARELLO (2004, p. 78) afirma que as mudanças ocorridas no Brasil no início do século XIX, com a ruptura dos laços coloniais para as elites que compunham os círculos de poder político e cultural do país, tornaram a busca pela nacionalidade a principal "pauta" no meio intelectual e principalmente político. É nesse contexto que o livro didático aparece como um meio de construção de identidades nacionais, "memórias seletivas" e segundo DÉCIO JÚNIOR (1997, p. 89) até mesmo fontes históricas com grande riqueza de conhecimentos específicos dos processos de transmissão dos saberes escolares, por ser a principal ferramenta de transmissão de conhecimentos e formação de opiniões dentro e fora da escola. Isso demonstra como o livro didático acaba tornando-se um produto social em que há agentes de poder atuantes, possuindo bases e discursos ideológicos diversos. Os dois órgãos que mais fizeram expandir os livros foram o Colégio Pedro II, grande precursor da divulgação de uma História do Brasil autônoma em relação à História Universal, e o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) criado em 1838, que possibilitou as condições institucionais para o surgimento de uma historiografia brasileira. É interessante observar que muitos dos membros do IHGB foram também professores, principalmente do Colégio Pedro II, e possuíam grande influência dentro e fora da instituição.

A partir dessa reflexão apresentarei uma breve análise os manuais que pretendo analisar nessa pesquisa e suas singularidades. O primeiro deles é do catedrático Roberto Bandeira Accioli e Alfredo d'Escragnolle Taunay, intitulado *Sinopse da História da Civilização Geral e do Brasil* (1979). Último manual didático escrito por um professor de cátedra, mais de dez anos depois da Reforma Universitária, ainda era usado em sala de aula. O interessante desse livro é que desde a sua introdução/apresentação ele demonstra ser de um caráter e conteúdo crítico e reflexivo que "(...) há de contribuir, também, para estimular o pensamento crítico, sobremodo valioso, no conceituar as questões pertinentes à civilização e a cultura, de determinados momentos históricos" ACCIOLI e TAUNAY (1979, trecho do primeiro parágrafo da Introdução do Manual).

Contendo um sumário "não metódico", dividido pelas terminologias históricas cronológicas clássicas escritas de outra forma, mais no sentido metafórico, como o tema que nos interessa que ele intitula não de "Revolução de 1964" ou "Ditadura Militar", porém de Terceira República onde o autor até começa falando sobre o termo "Revolução de 1964", contudo relacionando-se a uma recuperação de ideais que foram detidos depois da vitória de Getúlio Vargas nos anos de 1930. Nesse ponto, Accioli nos faz refletir que alguns dos 'princípios' de um regime ditatorial não eram novidade, pois desde o processo de Independência, passando pela Proclamação da República, já havia a busca por uma identidade nacional visando um Brasil unido e forte.

Indo agora para os manuais da Professora Therezinha de Castro, apresento dois: *História Documental do Brasil* (1980) e *História da Civilização Brasileira- Volume II. República* (1982), de acordo com o observado, eles nos mostram uma nova forma de analisar os acontecimentos no Brasil pela ótica da geopolítica e da história mundial, e da correlação entre fatores externos e internos para o entendimento mais amplo e profundo de qualquer processo histórico:

> Não se pode escrever uma história exclusivamente brasileira. Para que ela possa ser entendida de fato, torna-se necessária uma apresentação que nela interferiram direta ou indiretamente; é preciso uma associação de acontecimentos internos e externos, quando em conjunto ajudaram-na a formar-se. CASTRO (1982, contra capa do livro)

O manual é bem estruturado, com um índice dividido em unidades, onde na Unidade XIII a ditadura é chamada de "O Período Revolucionário", o que nos indica por qual via Therezinha analisa esse período que está intimamente relacionada a sua trajetória profissional muito próxima aos militares. Os Atos Institucionais são explicados de maneira minuciosa, iniciando-se com a "posse do Castelo Branco que daria início ao chamado período revolucionário propriamente dito (15 de abril de 1964)" CASTRO (1982, p. 124). O que me chama atenção é que ela vai citar o AI-5 de "sobrevivência revolucionária" CASTRO (1982, p. 130), ou seja, corroborando ainda mais a forma como ela interpretava o período ditatorial.

Já em *História Documental do Brasil* (1980), na unidade intitulada "A Crise Política de 1964 vista no Exterior", a ditadura no Brasil é analisada de maneira inovadora até então, pois é a partir de documentos (jornais do exterior) que esse período nos é revelado e compreendido com o auxílio da formação geopolítica da autora. O golpe e seu transcurso são expostos para os alunos de maneira mais ampla e complexa, pois são

mostrados como determinados aspectos da política externa foram fundamentais para o movimento golpista e sua permanência:

> O Exército está demonstrando que é árbitro da situação política brasileira. João Goulart é e foi sempre da esquerda. Poderia ser qualificado de socialista de salão. Sua maior desvantagem é a ineficácia sem remédio que demonstrou. Seus inimigos não podem provar que quis fazer passar o Brasil para o campo comunista, mas, sim, que levou o País ao caos. (A Revolução de 1964 foi comentada com destaque na imprensa mundial, notadamente estadunidense e europeia. É do *New York Times* o comentário transcrito) . CASTRO (1980, p. 405)

Ao ler essas fontes observo como os fatos narrados tem uma relação direta com aspectos sociais e políticos da vida dos autores e como o livro didático torna- se um dos espaços privilegiados de disputa por diferentes representações identitárias . Fazendo um comparativo entre os dois autores e seus manuais, Therezinha de Castro interpreta o regime pelo seu viés conservador, através da geopolítica e da política externa; enquanto Roberto Accioli analisa o mesmo período de maneira mais reflexiva e sutil, através da ótica política ligada à sua própria trajetória que vai além do Colégio Pedro II. Demonstrando assim, uma relação indissociável entre suas ideologias pessoais e políticas com sua vida profissional, principalmente no que tange suas narrativas.

Conceitos teóricos

Esboçando melhor alguns conceitos que utilizo ao longo desse trabalho, farei um breve referencial teórico sobre eles. Compreendo os manuais didáticos como dispositivos de poder sob a ótica de FOUCAULT (1984, p.78), o poder reprime, mas também produz efeitos de saber e verdade, estabelecendo-se como uma relação de forças. O autor discorre que as relações de poder postas, seja pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela disciplina, pois é por meio desta que são definidas as relações de opressor e oprimido. Foucault ainda considera que o poder produz saber e observa a instituição escolar com o olhar altamente crítico, mostrando suas partes nocivas como as hierarquias, a vigilância, o espaço limitado, o saber projetado e esquematizado. No entanto, acreditava que se pode sim tornar a escola um lugar que se possa ocasionar um novo sujeito. Sujeito esse de postura crítica e criador de seus próprios saberes e práticas.

FOUCAULT (1979, p.122) explica que “os discursos de verdade” da sociedade, por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações construídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos, como destaca em seu texto.

> Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os

> meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. FOUCAULT (1979, p.88)

Para tanto, o autor vê na linguagem uma forma já constituída na sociedade, e por esse motivo, os discursos já circulam por muito tempo: "(...) analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar um conjunto de regras, próprias da prática discursiva" FOUCAULT (1985, p.90). Trazendo essa questão para os manuais ou livros didáticos, eles se encaixam justamente nessa perspectiva como um dos dispositivos pedagógicos mais importantes atribuídos de discursos que exercem um poder sobre o sujeito. E quando se fala de sujeito da educação, não se limita a falar apenas dos alunos, mas também de todos que estão envolvidos nesse processo, sobretudo os professores. Ambos são sujeitos sociais em contato e em construção, não isentos das determinações históricas, econômicas e políticas do meio.[241]

Outro conceito que utilizo em relação as narrativas, é o de legitimidade que de acordo com WEBER (2015, p 95), remete o conceito à ideia de obrigatoriedade, ao sentimento de dever ou ao caráter modelar das ordens na orientação das ações. A legitimidade então, garantiria formas mais estáveis e persistentes de dominação. BOURDIEU (2001, p. 167), segue a proposta weberiana de pensar a legitimidade como fator de manutenção da dominação social. Para o autor, a dominação, mesmo quando repousa sobre a força, sempre possui uma dimensão simbólica e, portanto, os atos de submissão e obediência são sempre atos de reconhecimento. BOURDIEU (2001, p. 117) analisa o processo de legitimação como um dos mecanismos fundamentais de manutenção da ordem estabelecida ao proporcionar a adesão dos dominados ao mundo "tal como ele é". Na sua reflexão sobre a dominação, o autor elabora a centralidade das formas de reconhecimento como fator fundamental da naturalização e apagamento da arbitrariedade que funda a fronteira mágica entre dominantes e dominados e sustenta o ponto de vista dominante como universal. Com o conceito de violência simbólica, o autor se propõe a oferecer uma alternativa à oposição entre pressão e consentimento como fundamentos da dominação. Argumenta que para pensar a dominação é preciso superar as alternativas da pressão (pela força) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre, deliberada ou até mesmo calculada. Isso

[241] MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. O pensamento de Foucault e suas contribuições para a Educação. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, 2004.

porque a dominação simbólica exerce seu efeito não pela lógica da consciência, mas dos esquemas de percepção, avaliação e ação que constituem o habitus.

BITTENCOURT[242] propõe uma análise a respeito do ensino e da aprendizagem de história, onde os manuais didáticos são vistos não apenas como instrumentos puramente pedagógicos, mas também como produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições e suas culturas. Assim sendo, utilizo o conceito de campo de Bourdieu, por entender os manuais não somente como fontes onde são questionados apenas os seus conteúdos, mas sim como um objeto onde atuam diferentes campos, que segundo BOURDIEU (2011) é definido como sendo,

> [...] ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo, assim, para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 2011, p. 50).

Conclusão

Finalizo esse trabalho apresentando o percurso metodológico em construção que se baseiam, primeiramente, em uma análise documental dos manuais didáticos escolares do Colégio Pedro II durante o período militar, mais precisamente os manuais do catedrático Roberto Bandeira Accioli e os da professora Therezinha de Castro, a listagem dos anos que esses manuais foram usados e o Plano Geral de Ensino do Colégio nas décadas de 1970 e 1980 nas décadas de 1970 e 1980 e ainda, no caso do Roberto Accioli, um levantamento biográfico através de documentos do seu próprio acervo pessoal encontrados no arquivo da própria instituição, o NUDOM (Núcleo de Documentação e Memória).

A pesquisa caracteriza-se de forma descritiva e qualitativa, pois trata-se do momento da observação e descrição das fontes. A observação é uma técnica de coleta de dados que segundo LAKATOS e MARCONI (1995, p.78) é utilizada para adquirir informações na qual se utiliza os sentidos para a obtenção de alguns aspectos da realidade, assim sendo, não se limita a ouvir e ver, mas também analisar fatos ou fenômenos que se pretende estudar. A pesquisa descritiva visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo.

[242] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História:* fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

A sua grande contribuição é proporcionar novas visões sobre uma realidade já conhecida. Assim sendo, tenho como principal objetivo compreender como o catedrático Roberto Accioli e a professora Therezinha de Castro se posicionavam sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira através das suas narrativas, pois, sugere-se de acordo com ROCHA (2012) tomar os manuais enquanto bens culturais que incorporam intenções, objetivos e regulações como fontes que informam sobre os valores partilhados em determinado contexto, as representações sociais e as práticas escolares.

Referências:

ANDRADE, Vera Maria Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: um lugar de memória.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 157 p. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos.* São Paulo: Cortez, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *As meditações pascalianas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. _____. O Campo Político, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf.

CAVALCANTE, Cláudia Valente. A teoria da prática e a sociologia reflexiva de Bourdieu: uma abordagem para se pensar a realidade e o método de pesquisa. In: PAIVA, W. A. de. (Org.). *Reflexões sobre o método.* Curitiba: CRV, 2017. p. 109-130.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir.* 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. _____. *Microfísica do poder.* Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.* São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GASPARELLO, Arlette M. *Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira.* São Paulo: Editora IGLU, 2004.

JÚNIOR, Décio G. Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, RS, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica.* São Paulo: Atlas, 1995.

MASSUNAGA, Magda Rigoud Pantoja. *O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro (1930-1961).* Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

MATOS, J. S. Os ideais de subjetividade e objetividade na história: o paradigma da verdade. Rio Grande, 2011.

BRASIL. Decreto nº 36979, de 2 de dezembro de 1837. Criação do Colégio Pedro II. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html. Acesso em: 9 jul. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. História do Colégio Pedro II. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html. Acesso em: 9 jul. 2024.

IBGE. Biografia de Therezinha de Castro. Disponível em: http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario/therezinha_de_castro/therezinha_de_castro_geobiografia_0.pdf. Acesso em: 9 jul. 2024.

ROCHA, H. H. P.; SOMOZA, M. Apresentação do dossiê Manuais escolares: múltiplas facetas de um objeto cultural. *Pro-Posições*, v. 23, n. 3, p. 21-31, set./dez. 2012.

SANTOS, Beatriz B. M. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970: Entre a História e os Estudos Sociais.* 1. ed. Rio de Janeiro: Editora MAUAD; FAPERJ, 2011.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* 4. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. I, 2015.

Fontes Documentais do acervo do NUDOM:

COLÉGIO PEDRO II. Documento original do acervo do Roberto Accioli : "Um Educador na Administração. Aspectos Biográficos de Roberto Accioli". Alvaro Ladeira. Capítulo II. Pág. 17. 1955.

COLÉGIO PEDRO II. Documento original do acervo do Roberto Accioli que consta sua nomeação como Subsecretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro em 26/03/1983.

COLÉGIO PEDRO II. Listagem dos livros didáticos que circularam nas décadas de 1970 e 1980.

COLÉGIO PEDRO II. Livro de Registro de Atas das reuniões de Departamento de Ciências Sociais. Colégio Pedro II. Décadas de 1960 e 1970.

COLÉGIO PEDRO II. Ministério da Educação e Cultura. Colégio Pedro II. Programa de História Geral e do Brasil. Professor Catedrático Dr. Roberto Bandeira Accioli. 1964.

COLÉGIO PEDRO II. Ministério da Educação e Cultura. Programas de História Geral e do Brasil e Instruções Metodológicas para a execução dos respectivos programas. 1971.

COLÉGIO PEDRO II. Ministério da Educação e Cultura. Plano Geral de Ensino. 1981.

COLÉGIO PEDRO II. Programação do Centenário da Abolição. 19/05/1988. Auditório do Colégio Pedro II. Unidade São Cristóvão- I.

COLÉGIO Pedro II. *Projeto Político Pedagógico*. Brasília, DF: Inep/MEC, 2002.

Pensamento político na imprensa feminista: a trajetória do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* (1970 – 1980)

Joyce Simões
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Izabel Pimentel
Bolsista CAPES

Introdução

Michelle Perrot já dizia que escrever a história das mulheres é "sair do silencio em que elas estavam confinadas". (2007, p. 16). Por muito tempo, as mulheres ficaram fora dos relatos históricos, apagadas por uma construção e visão parcial. Contada pelos homens, a história relegou as mulheres as representações do olhar masculino, que produziu e reproduziu uma hierarquia, priorizando alguns sujeitos em detrimento de outros. Essa forma de produzir conhecimento remetia a um sujeito universal, o que reforçou as estruturas sociais da opressão de gênero.

Ao alertar sobre o apagamento das mulheres na história, Michelle Perrot atribui como um dos principais motivos para essa invisibilidade, a ausência das mulheres no espaço público, que permaneceram confinadas em casa, atuando no âmbito da família, papel socialmente atribuídos a elas. Enquanto as mulheres ficavam relegadas a obscuridade, eram valorizados os relatos acerca dos grandes homens, resultando em um silenciamento das fontes, a escassez de registros sobre a mulher.

Se por um lado, o movimento dos Annales já havia se colocado contra aquela historiografia de caráter factualista, "centrada nas ideias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas" (MATTOS, 1997, p. 76), a história social da década de 1970 se colocou a frente para responder novas questões que se delineavam. A ocorrência de uma renovação no campo científico, resultante da crise de sistemas de pensamento como o marxismo ou estruturalismo, desencadeou a emergência do interesse pelas subjetividades, marcada por uma interdisciplinaridade, dando ênfase na investigação acerca "da construção das identidades sociais e das relações que engendravam (numa aproximação com a noção de comunidade, tomada da antropologia) sobre as abordagens que privilegiam as posições sociais e estruturas hierárquicas" (MATTOS, 1997, p. 84). A pluralização dos objetos de investigação, também gerada pelas transformações no campo da história, possibilita a admissão de novos sujeitos, tais

como os operários, as mulheres, os escravizados, trazendo para a história novos pontos de vista.

É importante destacar que a década de 1970, momento em que ocorriam essas alterações no campo da história foi, também, um período que passou por muitas mudanças políticas, marcado por uma maior inserção das mulheres nas universidades, que buscavam a criação de seus próprios campos de pesquisa. O movimento de libertação das mulheres, que contava com o apoio de intelectuais e feministas influenciadas pela obra de Simone de Beauvoir, intentavam também, a busca por legitimidade a longo prazo. Na intenção de trazer alterações para produção do conhecimento, a busca por um novo corte epistemológico afetaria as ciências humanas e sociais e faria crescer o interesse acerca dos estudos sobre a mulher. A emergência de novos temas, objetos, questionamentos, proporcionaram maior visibilidade as mulheres enquanto agentes históricos e abriria espaço para as discussões sobre gênero.

A compreensão acerca do apagamento e da opressão sofridas por elas ao longo do tempo fez com que, dentro dos movimentos feministas, aquela ideia da universalidade do "homem" passasse a ser questionada, pois a concepção de homem universal deixava de lado as especificidades das mulheres enquanto sujeito. Enquanto mulheres, elas buscavam a reafirmação e legitimação de uma identidade separada dos homens.

Dessa maneira, ocorre a tomada de consciência das mulheres acerca da desigualdade de gênero marcada por um processo de construção social e de organização da sociedade, que revela uma relação de hierarquia. As mulheres foram designados papéis e lugares sociais demarcados por sua inserção na esfera do doméstico, do privado, enquanto aos homens era reservado o espaço público.

Essa construção de papéis sociais hierarquizados pode ser compreendida a partir das ideias de Pierre Bourdieu (1989) no que ele chama de violência simbólica. A violência simbólica é baseada no capital simbólico e reproduz relações de dominação por meio de ações e discursos, gerando a dominação de um grupo sobre outro. O poder simbólico é um poder invisível, que não está aparente ou não é identificado, mas é naturalizado e reproduzido. A dominação masculina é uma forma de violência simbólica. De acordo com Thiago Burckhart, "Os discursos, por sua vez, moldam a estruturação dessa dominação de modo a situar e conformar os gêneros e as sexualidades de acordo com a determinação cultural, estabelecendo hierarquia entre eles" (2017. p. 210)

Apesar da opressão sofrida pelas mulheres, e das diversas tentativas de apagamento, elas fizeram parte de momentos importantes ao longo da história, ocupando

papel de destaque em nas lutas por direitos, no movimento operário, na militância política contra a ditadura, e na construção de movimentos feministas. Como nos alerta Elisabeth Ferreira: “o não-reconhecimento do papel político da mulher na sociedade e sua exclusão dos espaços públicos, por excelência, não anulava os efeitos “políticos” de sua atuação sobre e nas relações sociais,” (1996, p. 14)

As intensas mobilizações promovidas pelas feministas na intenção de questionar a subordinação feminina e a busca por um espaço em que pudessem ser ouvidas colocaram em xeque as hierarquias que impunham o poder masculino como natural. É nesse sentido que procuramos destacar a atuação das mulheres nos movimentos de resistência contra a Ditadura Civil-Militar brasileira e a construção do movimento feminista, por meio da imprensa alternativa feminista, identificando-o como um importante espaço de luta, responsável por romper com as estruturas de poder dominantes ao adotar um discurso contra hegemônico de reivindicação de direitos de um grupo marginalizado.

Para compreender a atuação das mulheres na imprensa, é necessário compreender como se deu o surgimento do feminismo no Brasil e de que forma se constituiu a imprensa alternativa. Por isso, o presente trabalho busca apresentar um pouco das transformações do movimento feminista no país no período da ditadura, e a utilização dos jornais como um espaço de resistência encontrado pelas mulheres como forma de reivindicação e luta por direitos.

Movimento Feminista no Brasil: A segunda Onda

Joana Pedro (2006) explica que é definido como “primeira onda” o movimento feminista que, no final do século XIX e início do XX, reivindicava para as mulheres direitos políticos (votar e ser eleita), direito a educação com currículos iguais aos dos homens e direito ao trabalho remunerado com salário igual por trabalho igual. Já “Segunda onda” denomina o movimento iniciado a partir de meados dos anos 1960 e que acrescenta reivindicações referentes a sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção).

O movimento feminista foi muito influenciado pelos movimentos que ocorriam nos EUA e Europa, que vinham passando por transformações culturais, revoluções nos costumes e uma grande agitação política. No Brasil, porém, esse movimento teve suas especificidades devido ao contexto político de grande repressão pelo qual o país passava.

A vontade de realizar transformações nas relações de gênero se somava a consciência da fome e da desigualdade social que assolava o cenário nacional.

Nas transformações políticas ocorridas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, as mulheres trouxeram mudanças significativas, ao levantarem questionamentos quanto à estrutura social, familiar e o comportamento social marcada por relações de poder que colocavam as mulheres em papéis subalternizados. A presença de mulheres no espaço público intensificada partir da década de 1960, ao ocuparem as universidades e o mercado de trabalho, passa a ser notada também, nas manifestações de rua. Elas marcaram presença nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas antes do Golpe Militar, de caráter conservador, que buscava a preservação da ordem e dos papeis tradicionais dos homens e mulheres na estrutura social[243], mas também atuaram na organização dos clubes de mães e nos movimentos por creches, reivindicando melhores condições de vida. A oposição aos papéis socialmente atribuídos as mulheres e a vontade de se dedicar a projetos de mudanças política incidiram em transformações no âmbito de uma revolução sexual, que seria motivo de julgamentos e repressões durante o período militar.

> Para as mulheres além da reivindicação da liberdade havia uma busca por um espaço em que pudessem atuar – fora dos lares – e uma reformulação de suas identidades e que representava o movimento de transição da zona privada para a zona pública, a qual abrangia a política. Não se pode esquecer que uma das formas de se apresentarem como indivíduos atuantes foi o engajamento em movimentos políticos, que em grande parte no Brasil se deu em movimentos radicais identificados com a luta armada. Analisar as nuances que permeiam a problemática vivenciada por essas mulheres nos ajuda a compreender o impacto e as repercussões no papel feminino a partir dos anos 60. (INSUELA, 2011, p. 45)

O fato de haver mulheres envolvidas nessas lutas levava os embates para além da disputa por um governo democrático, mas, configurava também, uma mudança nas estruturas de poder, o que não era aceito pelo governo militar e nem pelos seus companheiros de militância. Para estes, a luta feminista deveria ficar em segundo plano, pois representava um desvio do foco principal, isto é, a luta pela democracia e pelo fim da ditadura.

---

[243] Formadas por grupos de direita conservadores de cárter anticomunista, se colocavam em favor dos militares como forma de salvar o país, a marcha da família com deus pela liberdade é um ótimo exemplo da naturalização do poder simbólico de Bourdieu. Composta, também, por mulheres que buscavam manter a ordem social conservadora, e defender a preservação do lar, da família, permite percebermos como a deturpação da visão de mundo que o poder simbólico exerce faz com que as mulheres passem a aceitar naturalizar e reproduzir os esquemas de dominação e subordinação.

A partir dessa ocupação do espaço público, nos anos 1970 começam a se formar grupos de mulheres buscando a reivindicação de direitos. Surgem os chamados grupos de consciência ou grupos de reflexão que, compostos apenas por mulheres, ofereciam liberdade para suas participantes discutirem questões relativas ao corpo e a sexualidade. Muitos desses grupos eram formados por mulheres que tiveram algum contato com grupos de consciência na Europa ou nos Estado Unidos. Devido a Ditadura Militar, muitas mulheres que se opuseram as diretrizes do regime viram-se obrigadas a sair do país, pois haviam sido banidas ou fugiram para não serem torturadas, presas ou assassinadas. No exílio, tiveram contato com o movimento feminista, por meio de grupos como o Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris ou o Círculo de Mulheres de Paris. Ao retornarem ao Brasil, as exiladas "trouxeram na bagagem livros que discutiam o feminismo e propunham mudanças culturais que começariam por meio da formação desses grupos" (PEDRO, 2012, p. 242) A agitação política que encontraram no exilio e a tomada de consciência a partir da troca de experiências promovida pelos grupos de reflexão resultou na valorização das mulheres e na identificação das formas de opressão por elas sofridas. A atuação desses grupos foi importante também, por uma série de conquistas relativas à participação das mulheres no âmbito social e pelas causas feministas. Em 1975, com a instituição do Dia Internacional da Mulher pela ONU, essas lutas se intensificaram e se espalharam pelo país. As mulheres passaram a reivindicar lutas mais especificas, além de promoverem discussões sobre condições de trabalho, salários baixos e violência doméstica. São formados os clubes de mães que lutam por creches para seus filhos, são realizados congressos, marchas, entre outros tipos de mobilizações organizadas.

É nesse contexto que elas encontram na imprensa alternativa um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento e divulgação da luta feminista. Constituída em grande parte por jornais de pequena circulação, sem uma grande estrutura financeira, a imprensa não hegemônica possibilitou a construção de um espaço de organização de grupos sociais que mobilizavam a luta pela democracia, mas foi também, o lugar em que as mulheres puderam se fazer ouvir, promover debates, levantar pautas específicas e fortalecer o movimento feminista.

A imprensa alternativa como espaço de resistência feminista

Podemos dizer que o espaço da imprensa é um cenário de disputas. Se por um lado a grande mídia propagava discursos hegemônicos, em favor de um regime militar, e de uma ordem social de subordinação das mulheres, através das páginas dos jornais

feministas as mulheres trouxeram novas significações e usos para um espaço que antes não eram ocupados por elas, se opondo a determinadas práticas de poder.

> A sociedade civil constitui-se o espaço onde a classe dominante exerce sua hegemonia por meio dos "aparelhos privados", ao mesmo tempo em que outros grupos sociais lutam para que seus projetos contra-hegemônicos tornem-se universais e rompam com a dominação política, econômica e ideológica. (BRAVO, 2011, p. 5)

Os aparelhos privados de hegemonia, ligados aos interesses das classes dominantes, detém o poder e os materiais para manter a dominação. Entre esses aparelhos, estão inseridas as escolas, igrejas, os partidos políticos, a imprensa. Em um espaço de disputas no meio social, os meios de comunicação são importantes recursos para difusão de ideologias, reprodução de uma concepção de mundo que mantém a estrutura social de acordo com os interesses das classes dominantes. Segundo Gramsci, a grande imprensa pode ser considera como uma "empresa capitalista" exercendo um papel importante na expansão da hegemonia.

As afirmações de Gramsci podem ser observadas na utilização dos jornais capitalistas na legitimação do golpe militar de 1964. Dispondo da necessidade de instrumentos que estabeleçam o consenso na sociedade civil, a mídia foi uma ferramenta que dotava de estratégias de controle da informação e de convencimento para a criação de uma opinião pública para o estabelecimento da hegemonia. Atrelado aos interesses de classe dominante, "o uso por governos / estados da propaganda como arma da produção de consensos é chave nesse processo de criar a opinião pública" (SILVA, 2016, p. 47). De acordo com Gramsci,

> A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, parlamentos -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica. (GRAMSCI, 2001, p. 46)

Os meios de comunicação, tais como a revista Veja, O Globo, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, entre outros da grande imprensa se constituíam como propaganda a favor da Ditadura Civil-Militar. Com discursos alinhados aos interesses do governo, denunciavam o "perigo comunista", a "subversão da ordem", a "ameaça à democracia", exaltando o papel das forças armadas como passíveis de manter a "ordem" e atender aos interesses do "povo brasileiro". Ao mesmo tempo, as perseguições políticas, torturas sofridas pelos opositores ao regime passavam longe das capas dos editoriais. Nesse sentido, adotando o papel contra hegemônico, a imprensa alternativa surgiu do

interesse das esquerdas e dos movimentos sociais de trazer transformações de valores, mudanças políticas e na estrutura social ocupando espaços alternativos aqueles da mídia tradicional. Em um momento em que os meios de comunicação serviram como forma de legitimação do poder repressivo por meio da adoção de uma postura consensual de defesa dos militares, a imprensa independente buscava combater o discurso ideológico propagado pela ditadura e, ao mesmo tempo, dar espaço para que grupos sociais marginalizados tivessem voz para reivindicar suas pautas.

A imprensa alternativa foi um importante espaço de resistência e oposição à ditadura. Por meio dela, militantes, organizações políticas das esquerdas, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros grupos que se colocaram contra o regime, exigiram o retorno da democracia, o respeito aos direitos humanos e questionaram a violência praticada pelo governo militar. Experimentando um crescimento na década de 1970, essa imprensa "pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletaria dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra hegemônico" (KUCINSKI, 2001, p. 10)

Maria Paula Araújo (2000) afirma que a imprensa alternativa pode ser considerada um fenômeno político, representando uma das mais importantes possibilidades de luta política na época. Segundo Bernardo Kucinski, entre 1964 e 1980, existiram cerca de 150 jornais como, *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Versus* (1975) e *Lampião da Esquina* (1978), que pertenciam a imprensa alternativa. O autor classifica os jornais alternativos em duas classes, uma de caráter predominantemente político, que possuía influencia marxista, enquanto a segunda classe, alinhada ao movimento de contracultura, buscava uma ruptura cultural, direcionando suas críticas aos costumes e ao moralismo. Araújo, também destaca a existência de diferentes vertentes dentro da imprensa alternativa, como os jornais de contracultura que, produzidos fora do âmbito comercial, reuniam artistas alternativos e intelectuais, os impressos dos movimentos de esquerda, tais como o *Em Tempo* e *O Pasquim*, marcados pela influência de partidos de esquerda clandestinos. Havia também, os periódicos de movimentos sociais, que se tornaram um importante espaço de organização da militância e formulação de sua política e de sua visão de mundo, buscando um espaço próprio de representação. Dentro desse grupo, estavam englobados a imprensa feminista, a exemplo dos jornais *Brasil Mulher* (Londrina, 1975) e *Liberta* (Porto Alegre, 1980) os jornais da chamada "imprensa negra", como o *Tição* (Rio Grande do Sul, 1978) e *Nzinga* (Rio de Janeiro, 1985), os pertencentes ao movimento homossexual, como *Gente Gay* (Rio de Janeiro, 1977) e *ChanacomChana*

(São Paulo, 1981). Segundo Maria Paula Araújo, as publicações apresentavam "...uma diversidade interna muito grande – de conteúdo, de propostas e de posições. A riqueza da imprensa alternativa durante os anos 1970 vinculava-se a própria multiplicidade do movimento social e político da época"(2000, p. 22) refletindo as ideias e a visão de mundo dos grupos que representa. De acordo com a autora:

> A imprensa alternativa, notadamente aquele tipo de imprensa porta-voz de grupos e movimentos específicos e/ou de minorias (numéricas ou políticas), caracteriza-se como uma fonte diferente da grande imprensa. Não tem a mesma sistematicidade, a mesma tiragem, tampouco o mesmo público. Não tem o mesmo padrão de notícias, nem a mesma forma de apresentação. Não se preocupa em cobrir os acontecimentos diários, nem dispõe da mesma estrutura financeira. (...) ela nos dá a visão desses movimentos sobre eles próprios, a sociedade e a época em que vivem. Ela nos mostra suas ideias, suas propostas, suas concepções politicas originais; ela nos ajuda a definir os contornos dessa cena política alternativa e, sobretudo, ela nos dá a dimensão do processo de formulação dessas concepções políticas. Esse tipo de imprensa nos permite, mais do qualquer outra, perceber a tentativa de construção das identidades políticas fragmentadas – marca, como vimos, dos anos 1970 no brasil e no mundo. (ARAÚJO, 2000, p. 32)

A partir da imprensa ligada a movimentos específicos e de minorias, a imprensa feminista se torna um exemplo no que tange a construção de uma visão política própria, apresentando novas reivindicações, propostas e abordagens. Com relação a imprensa feminista brasileira da década de 1970, é possível perceber uma articulação entre a especificidade da luta feminista com a luta mais geral, contra a ditadura militar.

Nesse sentido, os periódicos tiveram um papel decisivo ao trazer a público as pautas do movimento feminista em meio as transformações políticas, conjugando a luta pela democracia, com pautas específicas relacionadas aos direitos das mulheres. Essa imprensa teve um papel fundamental de instituir no âmbito da esfera pública as demandas das mulheres em um momento em que elas eram negligenciadas e tratadas como preocupações de segundo plano, até mesmo pelos movimentos de esquerda. Essas publicações começam a abordar temas como liberdade sexual, aborto, igualdade de direitos e de salários para as mulheres.

Muitas das mulheres que escreviam esses periódicos também estavam inseridas em outros grupos de resistência à ditadura, exercendo uma dupla militância, como era o caso daquelas que faziam parte do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Rosalina de Santa Cruz Leite (2003), faz alguns apontamentos sobre o surgimento e a organização dessa imprensa:

> Mulheres se auto organizam nas periferias, em busca da garantia de direitos sociais, e as feministas preocupadas com a emancipação feminina, a discriminação, a sexualidade, o poder, reinventando uma nova forma de fazer

> política junto com a reivindicativa das classes populares. Só assim pode-se entender o papel desempenhado pelos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres nessa conjuntura. (LEITE, 2003, p. 238)

O *Brasil Mulher* representou o surgimento da imprensa feminista no Brasil. As mulheres que participaram desse jornal eram, em sua maioria, também militantes de grupos da esquerda. O *Nós Mulheres* também possuía essa característica. Em ambos os jornais, podíamos ver o caso de uma dupla militância das mulheres da década de 1970. Segundo Rosalina de Santa Cruz Leite:

> O *Brasil Mulher* já era conhecido pelas feministas exiladas militantes do Círculo de Mulheres de Paris. A correspondência e o diálogo eram frequentes entre a direção do jornal e o coletivo de mulheres exiladas, de onde se origina grande parte das militantes do *Nós Mulheres*. E, mais, o *Brasil Mulher* já era sabidamente, nessa época, constituído por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Quanto ao Círculo de Mulheres de Paris, cabe dizer que era formado por feministas de esquerda integrantes, em sua maioria, do Debate, dissidência política que surge no exílio agrupando ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas. Ao voltar ao Brasil, esse segmento lança o *Nós Mulheres.* (LEITE, 2003, p. 235)

O *Brasil Mulher*, fundado em Londrina por Joana Lopes, e editado pela Sociedade Brasil Mulher, teve uma circulação nacional de 1975 até 1980. Dirigido e editado por mulheres, era distribuído de maneira voluntaria pelas participantes do jornal e também por militantes apoiadores em diversos estados brasileiros e nas periferias, onde as mulheres buscavam promover um debate acerca dos conteúdos de suas publicações. Sem patrocínio, o financiamento do jornal dependia do apoio daquelas que faziam parte da equipe ou da contribuição dos próprios leitores.

> A ideia inicial era criar um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia que estava sendo estruturado a partir de São Paulo por Terezinha Zerbini e tinha por objetivos angariar assinaturas para pressionar o governo a conceder a anistia aos presos políticos e exilados pelo regime militar. (DEBÉRTOLIS, 2002, p. 57)

Quando foi lançado, não se colocava como um jornal feminista, afirmando, em sua edição nº 0, que "não é um jornal da mulher"[244]. O jornal mesclava temas de interesse geral com reivindicações especificas das mulheres, mas seu foco era nas questões de classe. No conteúdo de sua primeira edição, identificamos temas como a anistia, a reivindicação de um salário mínimo para as mulheres, violência doméstica. Por eles

[244] *Brasil Mulher*, Edição n° 0, 1975. Disponível em: https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher

percebemos as demandas gerais as lutas contra a ditadura somados as reivindicações das mulheres.

Já o *Nós Mulheres*[245] se assume como um jornal feminista e salienta o seu comprometimento com as questões específicas das mulheres. Já em sua primeira edição, lançada em 1976, afirmava: "Nós Mulheres decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções"[246]. Era publicado pela Associação de Mulheres e sua venda ocorria, principalmente, dentro dos espaços de militância feministas. Era produzido inteiramente por mulheres, sendo algumas de suas participantes antigas exiladas. Seu conteúdo era voltado, principalmente, para os grupos de mulheres de São Paulo. Sua circulação data até 1978. Segundo Leite:

> Durante o tempo de sua existência, os dois jornais reafirmam constantemente sua identidade feminista, porém o fazem geralmente na defensiva, argumentando que o feminismo não separa a luta pela emancipação das mulheres da luta pela emancipação humana, que a luta das mulheres não é contra os homens, mas a favor de novas relações igualitárias etc. (LEITE, 2003, p. 239)

Ainda de acordo com a autora, "O fato de estarem vinculados a uma associação já mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas..." (LEITE, 2003, p. 235), que buscavam refletir sobre o contexto político sobre a ótica da militância feminista.

Além desses periódicos, foram lançados outros, criados por grupos feministas com distintas demandas relativas as causas das mulheres, como o *Jornal Brasília Mulher* (1982-1983), o *Mulher CECF* (1984-1985) e o *Jornal Maria* (1984). Os jornais apresentavam reivindicações de distintos setores, classes e grupos aos quais pertenciam, mas tinham em comum a abertura de um espaço de lutas e reivindicações do movimento feministas, fazendo com que a imprensa alternativa se tornasse um veículo de resistência das mulheres e de construção de um movimento feminista.

Dessa forma, a imprensa se afasta do papel de reprodução da ideologia dominante, abrindo espaço para uma mudança no foco e a propagação de novas ideias e valores culturais. Os periódicos promoveram a publicização de questões feministas, trazendo debates concernentes as mulheres para a esfera pública.

---

[245] Um pouco diferente do Brasil Mulher, é possível identificar reivindicações mais específicas, como a luta por creches para mães que trabalhavam fora e o questionamento da condição social da mulher.

[246] Nós Mulheres, Edição n° 1, 1976. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/

Considerações Finais

O desenvolvimento do feminismo se deu a partir da necessidade das mulheres de resistir as opressões de gênero e da defesa dos direitos das mulheres. No Brasil, a vinculação do feminismo aos grupos de esquerda e demais coletivos de militância foi marcado pela urgência da luta pela democracia em um contexto de ditadura e repressão política.

A utilização de veículos de comunicação alternativos foi um importante meio para a reivindicação das demandas feministas e, ao mesmo tempo, serviu como um espaço de contra informação ao discurso conservador e hegemônico difundido pelas grandes mídias, constituindo-se assim, como um meio de articulação política.

Entender as experiências dos grupos feministas significa dar historicidade as lutas das mulheres, a suas atuações e reivindicações políticas e sociais, a busca pelo fim da desigualdade de gênero, a luta acerca das questões da sexualidade, do corpo e por reconhecimento enquanto sujeito.

Nesse contexto, o espaço da imprensa alternativa deu voz as mulheres para que debatessem suas necessidades e causas especificas, construindo discursos contra hegemônicos, reivindicando direitos políticos e rompendo com a estrutura de poder através da contestação de papéis sociais e do fortalecimento do movimento feminista.

Referências:

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* Rio de Janeiro: Difusão Editorial, 1989.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. *O partido Impresso: Imprensa e Hegemonia no pensamento político de Antonio Gramsci*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

BURCKHART, Thiago. *Gênero, Dominação Masculina e Feminismo: Por uma teoria feminista do direito.* Revista Direito em Debate, *26*(47), 205–224, 2017. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/6619

DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação (Mestrado), UFRGS: 2002

FERREIRA, Elizabeth. *Mulheres, militância e memória*. Dissertação (mestrado), UFRJ: 1996.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere, volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971).* Dissertação (mestrado). UFF, 2011.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários – Nos Tempos da Imprensa Alternativa.* São Paulo: Edusp, 2001.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira***.** Revista de Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n1, 2003.

MATTOS, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970 – 1978).* Revista brasileira de história. São Paulo, v. 6, nº 52, p. 249 – 272, 2006.

_____. Corpo, prazer e trabalho. In**:** *Nova História das Mulheres*. PEDRO, Joana; PINSKY, Carla Bassanezi. São Paulo: Editora Contexto, 2012

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres***.** São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Carla Luciana. Consenso e coerção na Ditadura. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marco Antônio Both da. *Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

Fontes:

Jornal Brasil Mulher (1975 – 1979). Disponível no acervo digital da Fundação Perseu Abramo.

Jornal Nós Mulheres (1976 – 1978). Disponível no cervo digital da Fundação Carlos Chagas.

Escola: Território e Instituição entre Identidades e Relações Raciais

Juliana Bragança
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Maria Aparecida Cabral

Introdução

Este artigo se debruça sobre a análise da Escola como um *território* enquanto categoria de análise, refletindo sobre uma noção que vai além do espaço físico e que traz em seu bojo características simbólico-identitárias, segundo as considerações de Milton Santos e Rogério Haesbaert. Para pensar a Escola enquanto *instituição*, serão utilizadas principalmente as considerações de Pierre Bourdieu que, ao analisar o poder simbólico - aquele quase imperceptível nas relações sociais - e suas dinâmicas, se dispõe a refletir a Escola enquanto uma instituição onde este poder simbólico é reforçado e contribui para a perpetuação da dominação de classes. O debate levantado por Michel Foucault também é mencionado, uma vez que permite compreender a Escola como uma instituição promotora de verdades. Com vistas a aprofundar o debate da escola enquanto território e instituição na realidade brasileira, são trazidas considerações acerca das relações raciais na Escola através de contribuições de Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, entre outros autores.

Escola: território e identidade

Tendo como base as reflexões de Milton Santos sobre o conceito de "território", é primordial mencionar que este *não* está limitado à noção de espaço físico. Segundo o geógrafo, mais do que o espaço físico em si, o que define um território é seu *uso humano*. Em outras palavras, "território" é definido pelas *relações sociais e de poder* que permeiam e perpassam um determinado espaço-tempo: um espaço humano habitado, fluido e que pode ser analisado em diferentes escalas - desde a local até a global. Há de ser consideradas também questões simbólicas que se associam à criação de identidades nesses espaços e que trazem a noção de pertencimento dos indivíduos que se utilizam deles, uma vez que são moldados de forma circunscrita pelas ações humanas. "O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos

lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas" (SANTOS, 1998, p. 16).

Nesta perspectiva, a Escola é passível de ser compreendida como um território se levado em conta sua utilização num acontecer hierárquico, aquele que é

> um dos resultados à tendência da racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço [sob um] cotidiano imposto de fora, comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é *poder* (SANTOS, 1998, p.17).

Na mesma ótica, o também geógrafo Rogério Haesbaert conceitua *território simbólico* como um "espaço de referência para a construção de identidades" (HAESBAERT, 2016, p. 35). Nesse sentido, torna-se necessário refletir em relação à análise da "dimensão simbólico-identitária" da Escola que, como uma espacialidade humana, demarca o território como um conceito, contrapondo o "espaço" como categoria geral de análise pois este, epistemologicamente falando, é vago, enquanto aquele se apresenta como um conceito preciso (HAESBAERT, 2016, p. 37).

No caso da História, este debate sobre o *território* enquanto conceito soma-se fortemente à questão da temporalidade já que, segundo Marc Bloch em "Apologia à História ou o ofício do historiador", a História é o estudo do ser humano no binômio tempo-espaço. Unindo historicidade e geograficidade, estamos diante de uma definição de território que se apresenta "a partir das *relações sociais* nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido claramente relacional" e que "é parte indissociável destas relações", entrecruzadas por limites e disputas (HAESBAERT, 2016, p. 41-42).

Portanto, não são necessariamente os "muros" da escola que fazem dela um território, mas sim as características que promovem a criação de significados, um território "socializado" e "culturalizado" onde tudo aquilo que está em seu entorno é dotado de significado. Assim, o território sob perspectiva social e cultural está posto numa concepção *simbólico-cultural*, que "prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido", revalorizando sua dimensão local e representação e valor simbólicos (HAESBAERT, 2016, p. 70-71). Nessa ótica, os valores de um território são éticos, espirituais, simbólicos, afetivos e também históricos, o que demonstra que o *território cultural* é construído e apresentado *antes* do que se entende enquanto *território político e/ou econômico-material*. Assim, *identificação* e

pertencimento demonstram o poder que o território possui enquanto *construtor de identidades* (HAESBAERT, 2016, p. 72-73) - inclusive i*dentidades raciais* .

De de acordo com o antropólogo Kabengele Munanga,

> A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, apud. GOMES, 2005, p. 40).

Nesse sentido, levar debates que giram em torno do conceito de identidade, bem como a apresentação de diferentes identidades para sala de aula possibilita o reconhecimento da autodefinição de cada estudante enquanto ser humano e social em suas especificidades e o respeito à autodefinição de outrem - sejam estas identidades individuais ou coletivas. Refletir sobre si e sobre os outros enquanto sujeitos e agentes histórico-sociais possibilita o respeito à diversidade e à pluralidade cultural, social e étnico-racial. Segundo Silvia Novaes, a construção de um "nós", no sentido de grupo e coletividade é um recurso indispensável ao sistema de representações que um grupo social, que poderá utilizar-se deste como um importante argumento na reivindicação de um espaço social e político de atuação em uma situação de confronto (NOVAES, apud. GOMES, 2005, p. 41).

> A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser e estar no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais [...] [e] não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade. Assim, a identidade vista de uma forma mais ampla e genérica é invocada quando 'um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido [...] é no âmbito da cultura e da história que definimos identidades sociais [...] Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (GOMES, 2005, p. 41-42). [Portanto], a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar destes sujeitos e [...] a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma (GOMES, 2005, p. 44).

Partindo desse pressuposto para uma abordagem mais específica, estamos diante da nessecidade de "Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as)", mas,

persiste a dúvida: “Será que, na escola, estamos atentos a essa questão?” (GOMES, 2005, p. 43).

Escola instituição e relações de poder

Pensar as relações de poder sociais na esfera simbólica foi uma das mais importantes contribuições de Pierre Bourdieu, que debruçou-se sobre a análise das relações sociais baseadas em relações de poder simbólico - poder este que, muitas das vezes, [quase] não é percebido e, justamente por isso, consegue se perpetuar na sociedade. Em suas palavras, “o poder simbólico é [...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU,1989, p. 7-8). A partir desta ideia, Bourdieu levanta - entre outros - o debate da economia das trocas simbólicas na educação, tema em que é centrado o presente artigo.

Em “O Poder Simbólico”, Bourdieu traz duas considerações importantíssimas para a compreensão e análise destas estruturas sociais: as *estruturas estruturantes* e as *estruturas estruturadas*. As estruturas estruturantes são entendidas como “sistemas simbólicos”: mito, língua, artes e ciências representam instrumentos de conhecimento forjados através de condições sociais e históricas de produção de sistemas simbólicos. Nesse sentido, as estruturas estruturantes são formas sociais arbitrárias (que pertencem a determinado grupo) e socialmente determinadas. As estruturas estruturadas, por sua vez, são aquelas passíveis de análise estrutural enquanto instrumento metodológico que nos levaria a compreender a lógica específica das formas simbólicas (BOURDIEU, 1989, p.8-9).

Nesta perspectiva, os símbolos seriam responsáveis pela integração social e pela reprodução da ordem social, estando as produções simbólicas relacionadas aos interesses da classe dominante. A construção de ideologias servem interesses ditos universais que são, na realidade, interesses de um determinado grupo dito dominante:

> A cultura dominante contribui para a integração *real* da classe dominante [...] para a integração *fictícia* da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização [...] das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Portanto, a cultura que *une* a classe dominante por intermédio da comunicação é a mesma que a *isola*, enquanto instrumento de distinção e hierarquização de grupos

sociais, reservando às "subculturas" definições a partir de sua distância ou proximidade da cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Este debate é aprofundado por Bourdieu em "A Economia das Trocas Simbólicas", onde o autor resgata a sociologia do ensino sob ótica antropológica proposta por Émile Durkheim. Nesta perspectiva, a Escola é compreendida como uma instituição de integração moral, enquanto na análise de Bourdieu é acrescentada a reflexão sobre a função da *integração cultural* da instituição escolar. Nesse sentido, a Escola enquanto instituição seria responsável por formar "*indivíduos 'programados*', [...] dotados de um p*rograma homogêneo* de percepção, de pensamento e de ação [que] constituem o produto mais específico de um sistema de ensino", estando ela incumbida de transmitir a cultura erudita produzindo um consenso cultural (BOURDIEU, 2007, p. 206). Ainda neste viés, é interessante mencionar que *cultura* é entendida nesta perspectiva como um "conjunto comum de esquemas fundamentais previamente assimilados, e a partir das quais se articula [...] uma infinidade de esquemas particulares diretamente aplicados a situações particulares" (BOURDIEU, 2007, p. 208-209). Logo, a formação escolar de um sujeito produz um *inconsciente cultural* - cunhado através de suas aprendizagens intelectuais - permitindo que este indíviduo participe de sua sociedade/época. Portanto,

> em uma sociedade onde a transmissão cultural é monopolizada por uma escola, as atividades subterrâneas que unem as obras humanas [...] encontram seu princípio na instituição escolar investida da função de transmitir [...] conscientemente o inconsciente, ou melhor, de produzir indivíduos dotados deste sistema de esquemas inconscientes. Sem dúvida, também seria ingênuo suspender neste ponto a busca da explicação, como se a Escola fosse um império dentro de um império e como se a cultura encontrasse nela seu começo absoluto. Contudo, também parece ingênuo querer ignorar que a escola, pela própria lógica de seu funcionamento, modifica o conteúdo e o espírito da cultura que transmite e, sobretudo, cumpre a função expressa de transformar o legado coletivo em um inconsciente *individual e comum*" (BOURDIEU, 2007, p. 211-212).

A partir desta concepção, há um convite de inserir a reflexão sobre o próprio universo daquilo que é organizado, transmitido e/ou pensado na escola: desde obras filosóficas e literárias, passando por práticas e músicas, por exemplo. Ou seja, na instituição escolar é organizada "toda a experiência do real e todo o real" (BOURDIEU, 2007, p. 213). Eis, então, uma complexa questão: quem define o que deve ou não ser estudado? "Destarte, o programa de pensamento e de ação, que a escola tem função de transmitir, deriva de uma parte importante de suas características concretas das *condições institucionais* de sua transmissão e dos imperativos propriamente escolares" (BOURDIEU, 2007, p. 215-216).

Ao tratar a Escola enquanto instituição, estamos pois tratando de relações culturais que são de alguma forma mediadas pela Escola, tendo em vista que "A relação que um indivíduo mantém com sua cultura depende, fundamentalmente, das condições nas quais ele a adquiriu, mormente porque o ato de transmissão cultural é [...] a atualização exemplar de um certo tipo de relação com a cultura" (BOURDIEU, 2007, p. 218-219), que pode ou não ser transmitida pela escola e, se transmitida, de diferentes formas - seja com seu reconhecimento e valorização ou o oposto. Logo, Bourdieu (cabe lembrar aqui sua corrente ideológica marxista) destaca a diferença entre o ensino oferecido às crianças burguesas e às crianças de classes populares, estando a cultura com função de diferenciação (BOURDIEU, 2007, p. 220). Nesse sentido, a Escola teria um papel fundamental no que diz respeito à consagrar a distinção, pois

> A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como 'cultura' [...] a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação que os distingue daqueles só tiveram aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida em contato com seus semelhantes [...] a cultura popular define-se, em sua essência, como se estivesse privada da objetivação e até mesmo da intenção de objetivação que define a cultura erudita" (BOURDIEU, 2007, p. 221-222)

O debate de Bourdieu é centrado na perspectiva das relações de poder entre indivíduos de classes sociais distintas. Aproximando-se da teoria marxista, Bourdieu analisa a Escola enquanto uma instituição mantenedora dos privilégios burgueses perante as camadas sociais menos abastadas, composta por trabalhadores. É importante aqui mencionar a proximidade entre as considerações sobre educação bourdieusianas às freireanas, especificamente ao que Freire concebe como "educação bancária" em *Pedagogia do Oprimido*: prática pedagógica tradicional que concebe educandos como simples receptáculos de um pseudo conhecimento transferido acriticamente pela figura do professor, agente de um sistema educacional que visa manter as desigualdades sociais (FREIRE, 1974).

Nesse sentido, pensar a Escola brasileira na atualidade é pensar também em uma instituição que privilegia a cultura branca em detrimento da cultura negra. Assim, ao deslocarmos a reflexão bourdieusiana à realidade brasileira, faz-se necessário trazer uma série de contrapontos, à exemplo do que entendemos aqui como cultura erudita, que se trata da cultura branca europeia que vem há séculos sendo privilegiada na educação brasileira.

Antes de adentrar no imprescindível debate que gira em torno das relações raciais

na educação brasileira, é necessário ainda refletir a escola enquanto instituição sob a luz das considerações do filósofo francês Michel Foucault. Enquanto Bourdieu propõe uma reflexão sobre a Escola enquanto instituição numa ótica estruturalista, Michel Foucault, filósofo pós-estruturalista, desenvolve abordagem dinâmica através de um "rompimento radical tanto com a presunção da existências de estruturas sociais quanto com a ênfase no vivido e na experiência" , através de uma história e crítica literária e das análises de relações de poder em nível simbólico. Em "Microfísica do Poder", por exemplo, Foucault reflete sobre "poder" e "saber" através das instituições. Crítico ferrenho dos historiadores marxistas franceses, Foucault entende que *poder* é o problema central sobre o qual devemos nos debruçar para a compreensão de questões sociais, algo que até então era ignorado.

Na ótica foucaultiana, relações de poder estão intrínsecas à produção de discurso, uma vez que a repressão não é o suficiente para banir tudo aquilo que é socialmente indesejado. Nesse sentido, a produção de discurso deve ser considerada "como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir". Isto porque o que se entende como verdade não existe fora do ou sem o poder que é produzido através de *instituições*. "Verdade", para Foucault, é o "conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder" e se dá através de sistemas de poder. Portanto, para que seja possível transformar uma realidade social, é necessário trazer mudanças profundas nas instituições produtoras da verdade - entre elas a Escola, que perpetua verdades em seus discursos devido às condições sociais de produção de sistemas simbólicos nela presente.

Estas análises são, de fato, de suma importância quando se trata do assunto educação; porém, é absolutamente necessário aprofundar o debate sobre o tema Escola enquanto instituição e a educação como um todo - inclusive o currículo escolar - como meios de não só reproduzir, mas também produzir relações raciais para que, a partir daí, possam surgir propostas visando à prático de uma educação antirracista. Além do mais, a Escola se apresenta como um agente de socialização e de sociabilidade reforçada pelos sistemas de ensino que reproduzem práticas e representações e aprofundam diferenças de capital econômico, social, cultural e racial entre estudantes em diferentes escalas.

No período pós-abolição em nossa história, a Escola foi tomada pela população negra brasileira como um dos mais importantes veículos de ascensão social. No entanto, o embranquecimento cultural em sentido amplo está, historicamente, intrínseco ao

sistema de ensino (SANTOS, 2005, p. 22). Afinal, como parte de uma sociedade racista, a Escola vem, muitas vezes, *reproduzindo* violências que, em tese, deveria combater; fomenta o racismo, quando na verdade, deveria repudiá-lo.

Ao reproduzir, compactuar ou permitir que atitudes racistas sigam permeando o espaço escolar, endossamos a falta de representatividade de estudantes negros/as no decorrer da educação básica formal. Se estes sujeitos não se veem representados positivamente na escola - o que inclui sua cultura - acabamos por contribuir para a sua exclusão social não apenas no âmbito escolar. Isto porque, em grande medida, "a história e a cultura negras estão na escola pela presença dos(as) negros(as) que lá se encontram, mas não [necessariamente] devidamente *valorizados(as)* dentro dos projetos pedagógicos, currículos ou materiais didáticos, de forma contextualizada, explícita e intencional" (SOUZA, 2010, p. 84).

Algumas ações têm sido verificadas nesse sentido, a exemplo dos "Temas Tansversais", por exemplo, que são definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e que, ao menos em tese, sejam abordados em todos os componentes curriculares ao longo da educação básica. A utilização das temáticas específicas que giram em torno das relações étnico-raciais estão pautadas no tema transversal "Pluralidade Cultural", que

> busca caminhos apropriados e eficazes para lutar contra os diversos tipos de preconceitos e de comportamentos discriminatórios que prejudicam a construção de uma sociedade plural, democrática e igualitária. Mas deixou aos próprios educadores a liberdade de incrementar o conteúdo desses temas transversais, baseando-se na sua experiência profissional e nas peculiaridades de seus meios (MUNANGA, 2005, p. 20).

Uma vez que "a forma institucional do racismo [...] implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio indireto" (GOMES, 2005, p. 53) o reconhecimento das identidades e subjetividades de grupos sociais são de extrema importância, tendo em vista que esta "se constitui numa justificativa para o acesso aos direitos individuais e coletivos específicos. Pela via da identidade, os grupos adquirem direitos, conservando seus valores particulares e específicos" (CUNHA JR., 2005, p. 256).

E, em relação ao combate ao racismo,

> A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os(as) professores(as) [...] devem cumprir o seu papel de educadores(as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção de igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal é importante saber sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial (GOMES, 2005, p. 60).

Dialogar, portanto, sobre as "africanidades brasileiras" se traduz em forma de "conhecer e compreender os trabalhos e criatividade dos africanos e de seus descendentes no Brasil, e de situar tais produções na construção da nação brasileira" (SILVA, 2005, p. 156) Estudar africanidades brasileiras é, antes de qualquer outra coisa, nosso *direito* e que tem como propósitos a) a busca da compreensão e do respeito a diferentes modo de ser, viver, conviver e pensar; b) discutir as relações étnicas no Brasil; c) permitir aprender a respeitar as expressões culturais negras; d) situar histórica e socialmente as produções de origem e/ou influência africana, no Brasil e e) propor instrumentos para que sejam analisadas e criticamente valorizadas (SILVA, 2005, p. 157).

Nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a vigorar no ano de 1961, foi inspirada nos ideais de liberdade e solidariedade humana. Apesar do reconhecimento que classe e raça eram importantes fatores de diferenciação na vida escolar de estudantes, as questões relativas à raça foram sistematicamente ignoradas: "nenhum dos educadores que se destacaram na defesa da escola para todos rompeu com o acordo da elite brasileira de tratar a questão racial na generalidade e não como política pública" (DIAS, 2005, p. 53-54).

A Lei 10.639, sancionada em 2003, define a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Esta lei é fruto direto da extensa luta de integrantes dos movimentos negros no Brasil que "passaram a incluir em suas agendas de reivindicações junto ao Estado Brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira" (SANTOS, 2005, p. 23).

Ainda que importante no sentido de avançar no processo de democratização de ensino determinando, por exemplo, a revisão dos currículos a fim de adequá-los às suas determinações, a Lei 10.639

> é bem genérica e não se preocupa com a implementação adequada do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. [...] Ao que parece, a lei federal, indiretamente, joga a responsabilidade do ensino supracitado para os professores. Ou seja, vai depender da vontade e dos esforços destes para que o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira seja ministrado em sala de aula [...] A lei federal, simultaneamente, indica uma certa sensibilidade às reivindicações e pressões históricas dos movimentos negro e anti-racista brasileiros, como também indica uma certa falta de compromisso vigoroso com a sua execução e, principalmente, com sua eficácia (SANTOS, 2005, p. 33-34)

No ano seguinte à sanção da Lei Federal 10.639/03, o Ministério da Educação - em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - torna públicas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana . É um documento imprescindível para o desenvolvimento deste projeto, tendo em vista que trata de uma

> política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

É importante que o currículo escolar seja flexível e adaptável a diferentes realidades e escalas, desde redes educacionais até o micro espaço da sala de aula e vice-versa. Entretanto, este "'arejamento' no âmbito do sistema de poder em relação às questões étnicas e culturais [...] saberes não considerados universais também foram diluídos em *temas transversais"* tornando-os refém da competência/boa vontade de professores para utilizá-los em sala de aula (PEREIRA, 2005, p. 42). Estamos, então, diante da liberdade ou do perigo?

> Nos processos de dominação e de imposição dos valores de um grupo social sobre os de outro, a dominação rege sobretudo pela imposição cultural, pela destruição da cultura e dos valores culturais dos grupos subjugados [...] A cultura transmitida na educação é uma parte pequena e seletiva da experiência humana. [...] Seletiva [nesse caso] significa cortada pelos critérios de apreciação de quem está definindo a cultura e a educação (CUNHA JR., 2005, p. 256-257)

Assim, "muito do que é cultura afro-descendente fica classificado como cultura popular no Brasil, e o popular é visto com desprezo, não é tratado e estudado como componente importante da nossa cultura" (CUNHA JR., 2005, p. 266). Se considerarmos os indivíduos que fazem parte de nosso corpo estudantil como sujeitos e atores sociais e reconhecermos que nosso público chega na Escola com um potencial criativo, será possível compreender que nosso papel não é induzi-lo, e sim *trabalhá-lo* (SILVA, 2005, p. 127).

> Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/ diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a

> sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. [...] É preciso que a escola se conscientize cada vez mais de que ela existe para atender a sociedade na qual está inserida e não aos órgãos governamentais ou aos desejos dos educadores (GOMES, 2005, p. 147).

O trabalho docente poderá se tornar mais eficaz se conhecermos nosso público e os enxergarmos não apenas como alunos no sentido de "seres sem luz", mas principalmente como "sujeitos-estudantes" , únicos, dotados de histórias, desejos e apreensões únicas. Assim, "o que torna o trabalho docente mais eficaz é exatamente o conhecimento que se tem da trajetória que os(as) jovens apresentam. Conhecê-los(as) é abrir a escola para considerar suas necessidade" (SOUZA, 2010, p.?). Afinal, "ser jovem" é condição biológica e definição cultural que permeia relações com o espaço e a cultura, lugares onde transitam movimentos culturais populares e precisamos encarar este indivíduo como "possuidor de uma identidade singular que o apresenta como um ser biológico, cultural e social, inserido numa coletividade específica e, ao mesmo tempo, possuidor de uma identidade coletiva que exige e deve permitir o reconhecimento de características comuns a esse grupo denominado juventude" (SOUZA, 2010, p. 87).

Portanto, ao partirmos do pressuposto de que a educação é uma das chaves na superação do racismo, estamos diante de possibilidades de trazer as culturas juvenis negras e periféricas para o âmbito escolar na busca da reconstrução da identidade de jovens estudantes através de alternativas interdisciplinares e tendo como "princípios pedagógicos estruturadores: identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização" (SOUZA, 2010, p. 81), comprovando que expressões culturais negras invisibilizadas e minimizadas podem sim se tornar objeto de investigação e prática educativa antirracista (SILVA, 2005, p. 21).

Ao reconhecermos-nos como pessoas negras ou brancas, torna-se possível romper com relações de alteridade e promover o respeito às diferenças, ao "outro". Este perspectiva traduz a necessidade de tratar as tensões nas relações raciais da sociedade brasileira no cotidiano escolar e enxergar, inclusive, como estas tensões são manifestadas na própria Escola.

Portanto, conceber e Escola como *território* enquanto categoria de análise construído e perpassado por conflitos e passível de gerar *conhecimento* sobre si mesmo é acreditar na possibilidade de sua *transformação*, levantando debates essenciais que giram em torno dos conceitos de raça no sentido social, de racismo e discriminação racial na vida escolar de nossos e nossas estudantes.

Referências:

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. *Lei 10.639/2003.* Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/CNE, 2004. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-sEducacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf.

BRASIL. *LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004b.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História.* Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRAZÃO, Diogo Alchorne. *Entre o Colonial e o Decolonial: A Base Nacional Comum Curricular como Território de Disputas*. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. Departamento de História, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das Trocas Simbólicas.* São Paulo: Perspectiva, 2007.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. Vozes em disputa no campo da História e seu ensino: as controvérsias da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Escrita da História*, Ano V, vol. 5, n. 10, jul./dez. 2018. Disponível em: <www.escritadahistoria.com>. Acesso em: 6 nov. 2023.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais - da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 49-62.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: _____. *Microfísica do Poder.* São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 4-11.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: ROMÃO, Jeruse. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-64.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 143-154.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: _____. *Superando o Racismo na Escola.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 15-20.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola - espaço privilegiado para construção da cultura de consciência negra. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação do negro e outras histórias.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 35-48.

PEREIRA, Acácia Regina. *Percursos do ensino de História da África e dos Afro-brasileiros na 1ª versão do Componente Curricular História da BNCC*. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. Departamento de História, 2018.

RIBEIRO, Erika Minas. *História Oral e História do Funk na Escola*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21-38.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia A. de (Orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação.* São Paulo: HUCITEC, 1998.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-67.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 7-8.

SILVA, Maria José Lopes da. As artes e a diversidade étnico-culturais na escola básica. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 125-142.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 155-172.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Ensino Médio. In: *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.* Brasília: SECAD, 2010, p. 77-96.

SOUZA, Paulo Renato. Prefácio à Primeira Edição (1999). In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 7-8.

Neointegralismo e neofascismo no Brasil: um estudo sobre a atuação da Frente Integralista Brasileira (2004-2022)

Júlio Cezar de Andrade Silva
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rafael Brandão
Bolsista CAPES

O Integralismo

Este trabalho é fruto da pesquisa que vem sendo desenvolvida atualmente no Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ-FFP, denominada "Neofascimo e Neointegralismo no Brasil: um estudo sobre a atuação da Frente Integralista Brasileira (2004-2022)". Este estudo se concentra principalmente na atuação da Frente Integralista Brasileira (FIB), o maior grupo neointegralista do Brasil na contemporaneidade. Embora muitos acreditem que o integralismo tenha chegado ao fim na década de 1930, o movimento conseguiu se adaptar e sobreviver até os dias atuais, manifestando-se em uma nova fase conhecida como "neointegralismo".

O integralismo histórico foi um movimento fascista brasileiro que exerceu significativa influência na política nacional da década de 1930. Plínio Salgado, seu fundador, era originalmente ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), mas, após se sentir desiludido com os partidos políticos devido à sua incapacidade de promover as reformas que considerava essenciais para o PRP, buscou uma nova direção. Dessa forma, inspirado diretamente pela ideologia fascista italiana e fortemente marcado pelo movimento modernista brasileiro, Salgado deu origem ao principal movimento fascista da América Latina: A Ação Integralista Brasileira (AIB).

Segundo Helgio Trindade, "a fundação da A.I.B em 1932 não é um fato isolado, mas resulta da cristalização das ideias radicais de direita no Brasil nos anos 1930 e da convergência dos movimentos precursores que Salgado buscará integrar." (TRINDADE, 1979, p.134) A AIB conseguiu aglutinar diversos grupos da direita brasileira, através de um discurso nacionalista, anticomunista, antiliberal e anticapitalista[247]. Embora não haja consenso entre os historiadores sobre o número exato de simpatizantes e militantes do movimento, é inegável a ampla influência do integralismo no Brasil. De acordo com

[247] Apesar da retórica anticapitalista, as críticas ao capitalismo se restringiam ao capitalismo internacional e a uma suposta falta de rigor contra o comunismo.

Edgar Serrato, “o integralismo representou uma importante força política dentro do cenário nacional, cooptando grande parte dos movimentos e pensadores da tendência direitista e autoritária de todo o Brasil”. (SERRATO, 2008, p.15)

Desde sua fundação até 1935, a AIB caracterizava-se como um movimento moral e cívico, contrário aos partidos políticos e com o objetivo final de construir um Estado Integral. No entanto, em março de 1935, durante o Segundo Congresso Nacional da AIB, ocorreu a transformação oficial do movimento em partido político, iniciando a sua fase eleitoral. De 1932 até 1937, a AIB experimentou um crescimento contínuo, consolidando-se como um dos principais movimentos políticos do Brasil. De acordo com o historiador Roney Cytranowicz, “há várias estimativas sobre o número de militantes, que variam de 100 mil a 1 milhão. A discrepância das estimativas e o exagero da cifra de 1 milhão sugerem, no entanto, uma percepção de partido de massa” (CYTRANOWICZ,1998, p.9) Apesar disso, esse crescimento foi interrompido com a instauração do Estado Novo em 1937.

Para Odilon Neto e Leandro Gonçalves (2020), o golpe do Estado Novo inicialmente representou uma fonte de esperança para os integralistas, que enxergaram nas ideias de Vargas características compatíveis com os ideais da AIB, como o anticomunismo. No entanto, apesar do apoio dos integralistas ao golpe,[248] Vargas dissolveu os partidos políticos e desarticulou o movimento dos camisas-verdes. Esta desarticulação foi acentuada após uma tentativa de atentado por parte dos integralistas contra a vida de Getúlio Vargas. Apesar de negar envolvimento, Salgado acabou sendo preso e posteriormente iniciou seu autoexílio em Portugal, em 1939, retornando ao Brasil somente em 1946, com o enfraquecimento do Estado Novo. Durante o exílio de Salgado, o integralismo manteve uma atuação protocolar sob a liderança de Raymundo Padilha.

Ao retornar ao Brasil em 1945, Plínio Salgado fundou o Partido de Representação Popular (PRP), numa tentativa de adaptar o integralismo ao novo contexto político do país. Segundo Diego Ramos, “o Partido de Representação Popular foi fundado a partir de uma tentativa dos integralistas de se adaptarem aos novos tempos e de buscarem uma alternativa de atuação política dentro das estruturas “democráticas” que se apresentavam naquele momento”(RAMOS, 2020, p.118) No entanto, o sentimento antifascista, consequência do fim da Segunda Guerra, e o clima hostil em relação ao integralismo

[248] O golpe de 1937 foi baseado em um documento falso elaborado por integralistas, conhecido como Plano Cohen.

obrigaram Salgado a modificar a trajetória do movimento. Assim, o PRP emergiu com base em um pensamento e discurso político-religioso cristão que Plínio Salgado vinha desenvolvendo durante seu tempo de exílio em Portugal. O PRP preservou da AIB principalmente o discurso de valorização da família, de Deus e o anticomunismo[249]. O PRP não teve grande relevância no cenário político, mas participou de discursos e manifestações com retórica anticomunista e nacionalista, formalizando apoio ao golpe de 1964 e ao governo de Castelo Branco. Apesar disso, o partido foi extinto com o Ato Institucional nº 2 (AI-2). Diante desse cenário, Plínio Salgado filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), mantendo o contato com os integralistas por meio de correspondências. Apesar de inicialmente ter uma boa relação com o Ministério da Educação, a atuação de Salgado no governo era pontual e limitada.

Plínio Salgado, principal líder e teórico do integralismo, faleceu em dezembro de 1975. Sua morte marcou o fim de uma era para o movimento, que enfrentaria uma significativa fragmentação após sua partida. De acordo com Gonçalves e Neto, "o falecimento de Plínio Salgado causou uma adversidade para o movimento. Não havia mais unidade entre os integralistas. Não existe liderança do chefe. Poderia ser o fim de uma era do integralismo" (GONÇALVES; NETO, 2020, p.114) Assim, a partir da ausência de Salgado, da falta de um direcionamento claro e das incertezas sobre o futuro do movimento, surgiu o "neointegralismo".

O Neointegralismo

Para Natália Cruz, o conceito de neointegralismo abarca os seguidores contemporâneos da doutrina integralista. Segundo a autora, os novos membros tentam "reativar as ideias, concepções de mundo e de organização da sociedade do antigo movimento integralista, enfatizando a hierarquia, a desigualdade e os preconceitos raciais e sociais, amparados nos valores morais e cristãos" (CRUZ, 2007, p.114). Segundo Gonçalves e Neto, é possível definir o neointegralismo como um movimento caracterizado pela "ausência e pela disputa, isto é, a ausência de Plínio Salgado, o grande líder e a encarnação da doutrina integralista, e a disputa, resultado imediato desse espaço vazio que surgiu com a ausência do líder" (GONÇALVES; NETO, 2020, p.116). O conceito de neointegralismo se mostra importante para marcar essa nova fase do

[249] Para os integralistas, era essencial evitar uma suposta fragmentação promovida pela concepção de luta de classes. Ademais, a ideologia nacionalista dos integralistas repudiava o internacionalismo comunista.

movimento, com diferentes lideranças, grupos e perspectivas para o futuro dos camisas-verdes que são, por vezes, opostas entre si.

> Não havia uma unidade, assim como não havia uma liderança que definia em qual grupo os integralistas deveriam exercer a militância. Vários grupos concordavam que o integralismo era o caminho, mas eles não conseguiam concordar em como trilhar esse caminho.(GONÇALVES;NETO,2020,p.126)

Ao longo da história, o neointegralismo foi marcado pela presença de diversas lideranças e grupos locais, com visões distintas sobre o futuro do movimento, lutando pela posição deixada por Plínio Salgado. No entanto, nenhuma dessas lideranças conseguiu alcançar a unanimidade necessária para consolidar o movimento em uma única direção coesa. Apesar disso, algumas lideranças como Carmela Salgado, Anésio Lara e Marcelo Mendez conseguiram alcançar posições de destaque nessa nova fase.

Carmela Salgado, esposa de Plínio Salgado, foi a primeira a possuir alguma legitimidade após a morte do grande líder. Em um momento inicial, Carmela teve como objetivo manter a memória e exaltação a Plínio Salgado e ao movimento integralista vivos. Carmela Salgado foi responsável por recriar diversos grupos e associações neointegralistas, como a Abesp, e principalmente a Casa Plínio Salgado (CPS). A CPS foi um dos mais significativos grupos neointegralistas, desempenhando um papel central na articulação e, principalmente, na preservação da memória do integralismo brasileiro. Embora não se tratasse de um grupo político organizado, a CPS possibilitou a reunião de diversas gerações de integralistas e de outros grupos da direita brasileira, promovendo debates e a socialização entre os camisas-verdes.

> A CPS viria a ser um local de comemoração da memória militante, dotada de arquivo e biblioteca próprios, mas que funcionaria também como ponto de encontro e articulação política entre antigos e novos militantes. Embora a via institucional não fosse a razão de ser da CPS (o que, em tese, exprimiria a sobrepujança da ala contrária à institucionalização neointegralista), a existência de um lugar da memória integralista possibilitou a construção de uma rede de sociabilidade, interesses e movimentações políticas. (NETO, 2021, p. 4)

Pela primeira vez desde a morte de Plínio Salgado, o neointegralismo conseguiu reunir militantes com diferentes perspectivas em um mesmo espaço. Embora ainda não houvesse consenso sobre o caminho a ser seguido, começou a surgir o sentimento de que todos estavam lutando pelo mesmo objetivo. Em 1987, após uma tentativa fracassada dos militantes em 1979, foi novamente decidido que a AIB deveria retornar. Liderando esse esforço estava Anésio Lara, uma figura central na história do neointegralismo. Anésio Lara era meio-irmão do conhecido político de esquerda Eduardo Suplicy, era advogado e

político, associado ao PRP e a Casa Plínio Salgado. Lara defendia um movimento neointegralista antissemita e radical e era reconhecido no período como a principal liderança do neofascismo brasileiro.

O processo de abertura política e relaxamento do autoritarismo da Ditadura civil-militar colocava o neointegralismo em uma situação complexa. Embora o movimento conseguisse disseminar sua ideologia sem medo de represálias, ele também enfrentava o fortalecimento dos apelos por democracia e liberdade. Essas ideias, contrárias às perspectivas integralistas, cresciam cada vez mais em um momento de intensas reivindicações pelo fim da ditadura. Segundo Gonçalves e Neto, "ser integralista não era apenas um ato de interesse político como qualquer outro, e sim a persistência de uma atuação antidemocrática em um período em que a democracia era muito valorizada" (GONÇALVES; NETO, 2020, p.126)

Apesar disso, Lara mantinha contatos com grupos da extrema-direita, incluindo neonazistas e grupos *skinheads* como os "Carecas do Subúrbio". Segundo Costa (1992), os Carecas em diversos momentos da sua história se alinharam com grupos neonazistas e neofascistas, como os neointegralistas. A relação da nova AIB com esses grupos, especialmente mediada por Lara, desagradava a corrente mais jovem dos neointegralistas. Estes acreditavam que a associação com grupos de extrema-direita poderiam reforçar na memória da sociedade a ligação entre o fascismo e o integralismo brasileiro. Assim, em 1989, Anésio Lara foi expulso da AIB após uma participação em um evento neonazista. A atuação de Anésio Lara e relação da AIB com esses grupos resultou novamente na desarticulação do movimento neointegralista. Para Gonçalves e Neto, "o neointegralismo teria que retornar ao culto da memória como forma de reconstruir seus laços e possibilidades" (GONÇALVES, NETO, 2020, p.147)

Visando retornar a esse culto da memória, na cidade de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, surgiu o Centro Cultural Plínio Salgado (CCPS). O CCPS, através dos boletins produzidos, desempenhou um papel relevante na reconexão dos neointegralistas e na formação de novas lideranças, tornando-se um aparelho de suma importância para o movimento. Entre as lideranças do neointegralismo formadas pelo CCPS, destaca-se Marcelo Mendez. Mendez era uma figura que representava os ideais de uma nova geração de neointegralistas, mas sem perder o diálogo e respeito dos neointegralistas históricos. Seguindo uma perspectiva oposta a de Anésio Lara, Marcelo Mendez acreditava em um neointegralismo mais amplo e menos radical, se aproximando de grupos da direita, mas se distanciando de grupos ligados ao neonazismo e *skinheads*. No entanto, a maior

conquista de Mendez foi a inserção definitiva da internet como uma ferramenta efetiva para a disseminação da ideologia neointegralista.[250]

De acordo com diversos grupos neointegralistas, Marcelo Mendez representava o futuro do movimento e um herdeiro legítimo do legado de Plínio Salgado. Apesar disso, em fevereiro de 2002, Mendez cometeu suicídio, deixando uma mensagem em que acusava uma suposta infiltração de neonazistas no movimento e traição por parte de alguns grupos neointegralistas. Para Leandro Gonçalves e Odilon Neto (2020), o suicídio de Marcelo Mendez era um ato político a favor do neointegralismo, que teria como efeito a resolução dos conflitos entre as diversas tendências dos camisas-verdes e união do movimento em uma causa única. A morte de Marcelo Mendez deveria significar o renascimento do integralismo, mas acabou gerando novamente a fragmentação dos camisas-verdes.

Nesse novo cenário de fragmentação, a CPS novamente desempenhou um papel crucial como um lugar de memória para o neointegralismo brasileiro. Por meio dos debates promovidos, os variados grupos retomaram o diálogo, chegando ao consenso de que seria necessário organizar um evento para definir os planos para o futuro e escolher um caminho a ser seguido por todo o neointegralismo. Assim, surgiu o I Congresso Integralista para o Século XXI. O I Congresso Integralista para o Século XXI contou com a participação das principais lideranças e correntes neointegralistas. Após reuniões e debates, foi decidido que seria formado um grupo único denominado Movimento Integralista Brasileiro (MIB). Apesar disso, as disputas dentro do neointegralismo persistiram, e problemas relacionados ao registro da sigla foram suficientes para que o evento, que tinha como objetivo principal unificar o movimento, resultasse na formação de três grupos neointegralistas divergentes: Ação Integralista Revolucionária (AIR), Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e Frente Integralista Brasileira (FIB).

A AIR defendia um neointegralismo revolucionário, voltando às origens do movimento integralista. Fundado por Jenyberto Pizzotti, um líder neointegralista de Rio Claro, para a AIR, o neointegralismo deveria ser novamente um movimento revolucionário, o grupo considerava um erro as tentativas do passado de transformar o movimento dos camisas-verdes em partidos político e criticava abertamente a liderança

[250] Medez foi o criador do Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI), grupo neointegralista pioneiro na utilização da internet.

de Plínio Salgado no controle da AIB. A atuação da AIR foi restrita à internet e o grupo nunca conseguiu ser reconhecido em nível nacional. Este fracasso está relacionado às críticas do grupo à trajetória e às lideranças do integralismo clássico. Essa característica se mostrou radical para os adeptos do integralismo brasileiro, que repudiavam qualquer crítica à intelectualidade, doutrina e líderes do movimento, fato que levou posteriormente ao encerramento do grupo. De acordo com Carneiro, a AIR não se manifesta mais como grupo, "somente seu criador, Pizzotti, esporadicamente tece algum comentário sobre o movimento atual e sobre os trabalhos dos pesquisadores do integralismo."(CARNEIRO, 2015.p.21)

Fundado por Cássio Guilherme Silveira, ex-agente da polícia federal, o MIL-B ainda mantém um site ativo e atua em manifestações, mantendo fortes ligações com grupos da extrema-direita. O objetivo do grupo é combinar o integralismo histórico dos anos 1930 com discussões e desenvolvimentos científicos modernos, uma concepção que denominaram "linearismo". De acordo com o MIL-B, o integralismo precisa ser reformulado para sobreviver e atuar de maneira satisfatória no século XXI. Além disso, o MIL-B é um grupo antissemita, aproximando-se muito das ideias de Gustavo Barroso. Segundo Leandro Gonçalves e Odilon Neto (2020), o interesse em atualizar a doutrina, juntamente com o forte antissemitismo, dificulta a expansão do grupo entre os neointegralistas. Dessa forma, muitos adeptos ao neointegralismo, apegados a uma visão mais conservadora, se distanciaram das propostas de revisão da MIL-B e da AIR, realizando fortes críticas contra os grupos. Nesse contexto, a FIB se posicionou como guardiã da tradição integralista, do Manifesto de Outubro e da herança do sigma.

A Frente Integralista Brasileira

Fundada em 22 de Janeiro de 2005 e presidida atualmente por Moysés Lima, a FIB é, na atualidade, o maior grupo neointegralista brasileiro. O grupo atua principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, apesar de ter núcleos em várias regiões do país. Segundo Gonçalves e Neto, "ela tem uma estrutura mais organizada, um maior número de militantes e, como resultado disso, maior aceitação entre os neointegralistas e outros grupos da direita brasileira, inclusive os partidos políticos"(GONÇALVES; NETO, 2020, p.171).

Diferentemente da AIR que realizava fortes críticas a AIB e da MIL-B que buscava incorporar novos elementos ao futuro do neointegralismo, a FIB adota uma posição conservadora, evitando quaisquer questionamentos ou adições à doutrina

original. O grupo afirma ter como principal objetivo resgatar a verdadeira herança dos integralistas. A FIB orienta-se principalmente a partir do Manifesto de Outubro de 1932, apesar de possuir seu próprio manifesto: o Manifesto de Guanabara.

O Manifesto de Guanabara atribui a FIB a responsabilidade de defender a família, a sociedade e a pátria. O documento exalta Deus e apresenta o integralismo como um movimento espiritualista e cristão, embora permita a participação de pessoas de diferentes credos, desde que seu culto não constitua “afronta à moral e aos bons costumes ou uma ameaça à segurança nacional". O Manifesto de Guanabara também reafirma a oposição do neointegralismo, assim como do integralismo clássico, ao liberalismo e ao comunismo, ambos vistos como expressões de um "materialismo grosseiro e avassalador". Além disso, o manifesto rejeita a luta de classes, argumentando que esta promove a segregação e, portanto, não deve ser aceita em uma sociedade que almeja viver em harmonia.

A FIB, embora não disponha de um partido político próprio, mantém relações com políticos e siglas partidárias. Segundo Gonçalves e Neto (2020), a FIB desenvolveu uma forte conexão com o PRONA. Além disso, é possível identificar, especialmente através de notas publicadas em seu site oficial, vínculos com o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e com o falecido político Levy Fidélix. Esse alinhamento é evidente em uma nota intitulada "FIB declara apoio a candidatos do PRTB em São Paulo", na qual, o grupo neointegralista, solicita que seus militantes apoiem o PRTB nas eleições de 2018 no Estado de São Paulo, especialmente as candidaturas de Levy Fidélix ao cargo de Deputado Federal e de Rodrigo Tavares a governador. A FIB busca manter-se ativa em manifestações da extrema-direita, cultivando boas relações com grupos conservadores e monarquistas. No Manifesto de Guanabara, é dito que o integralismo é um regime, e não um sistema de governo, o que possibilita sua implementação tanto em uma monarquia quanto em uma república. Essa flexibilidade facilita as relações próximas entre a FIB e grupos monarquistas.

A internet e as redes sociais têm desempenhado um papel fundamental na sobrevivência e no crescimento do movimento neointegralista no Brasil. Estes grupos encontraram no ambiente digital um espaço propício para sua sobrevivência, organização, propagação da ideologia e principalmente formação de novos militantes. Se no início da utilização as redes sociais desempenhavam “apenas” um papel panfletário para os grupos neointegralistas, atualmente, em uma “Web 2.0”, elas cumprem um papel fundamental na formação de novos quadros de militantes. De acordo com Laís Oliva,

> A maneira como o movimento se define através das novas tecnologias da informação, demonstra que as redes sociais neointegralistas são um mecanismo de organização e formação intelectual política do movimento, tanto que, logo na sua apresentação institucional, a Frente Integralista Brasileira se propõe como uma "escola de cultura e civismo"(OLIVA, 2023.p.92)

A FIB reconhece a importância da internet e das redes sociais e faz uso extensivo dessas plataformas para fortalecer sua presença na sociedade. As principais redes utilizadas pelo grupo atualmente incluem YouTube, Twitter, sites e blogs neointegralistas. Segundo Odilon Neto e Leandro Gonçalves, a FIB já conectou mais de 50 blogs neointegralistas, que, embora fossem pequenos e muitas vezes criados e mantidos pelo próprio Vasconcellos[251], buscavam criar a impressão de uma autêntica blogosfera integralista.Essa percepção ampliada é fundamental para atrair novos seguidores e estabelecer o movimento como uma força política de extrema-direita significativa no cenário nacional. Além disso, ao fragmentar a informação em múltiplos blogs, os organizadores garantem que a ideologia neointegralista permaneça acessível, mesmo diante de possíveis fechamentos desses canais, assegurando a continuidade da disseminação de suas ideias.

A FIB mantém uma página ativa no Twitter, que serve como uma ferramenta estratégica para comunicação direta com seus militantes, ataques a opositores e para aprofundar relações com outros grupos da extrema-direita. Essa presença no Twitter permite à FIB responder rapidamente a questões atuais, mobilizar seus seguidores de maneira ágil e coordenada, e fortalecer suas alianças dentro do espectro político da extrema-direita.

O site oficial da FIB atua como o principal repositório de informações do grupo. Conforme observa Márcia Carneiro (2011), mantendo o site atualizado, a FIB, constantemente, organiza eventos que visam a comemoração de datas importantes para o integralismo. O site não só facilita o acesso a todas as redes sociais do grupo, mas também serve como uma plataforma para a divulgação de notas de opinião sobre temas contemporâneos e para a disseminação de orientações organizacionais aos seus militantes. Através dessas funcionalidades, o site desempenha um papel crucial para a FIB.

Por fim, o YouTube se destaca como a principal plataforma de formação dos militantes neointegralistas na atualidade. A FIB opera dois canais principais: o "Frente

[251] Principal liderança da FIB no Rio de Janeiro.

Integralista Brasileira," que serve como o canal oficial da organização, e o "Moysés Lima", mantido pelo atual líder da FIB. Através desses canais, a FIB oferece uma ampla gama de cursos voltados à formação de novos militantes, como "Minicurso: Quarta Humanidade," "Doutrinas e Práticas Comunistas," e "Minicurso: O Verdadeiro Integralismo." Além dos cursos, os canais promovem lives que abordam temas em destaque, bem como vídeos de participações em eventos.

A inserção dos neointegralistas no mundo digital marcou um ponto de inflexão para o movimento, ampliando significativamente as possibilidades de divulgação da ideologia e da formação continuada do militante. É através principalmente desse engajamento digital que a FIB se posiciona como o principal grupo neointegralista da contemporaneidade, permitindo sua expansão e consolidação no século XXI.

Referências:

CALDEIRA NETO, O. "Adeus, verde esperança!": integralismo e a morte de Plínio Salgado. *Lócus.* [S. l.], v. 25, n. 1, 2019.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. *L'Ordinaire des Amériques*, n. 226, 2021.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Uma velha novidade: o integralismo no século XXI. *Boletim do Tempo Presente*, [S. l.], n. 03, 2015.

COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo, São Paulo, 1992.

CRUZ, Natália dos Reis. A Ideologia do Sigma Hoje. Neo-Integralismo, Intolerância e Memória. *História. Questões e Debates*, v. 1, p. 113-138, 2007.

CYTRYNOWICZ, Roney. O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade. In: GUERRA, Luiz Felipe Hirtz; SOMBRA, Luiz Henrique (orgs.). *Imagens do sigma*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998

.GONÇALVES, Leandro; NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo.* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020

OLIVA, Laís Charski de. *Os novos contornos do sigma: neointegralismo e projeto de sociedade e educação no Brasil do século XXI.* 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

RAMOS, Diego da Silva. *Raymundo Padilha: do Integralismo à Ditadura Militar*. Tese de Doutorado (História). São Gonçalo: UERJ, 2020.

SERRATO, Edegar B. F. *A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: Antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945.* Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 200

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979

Fontes:

FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA. Canal do Youtube. 09/03/2019. Disponível em: https://www.youtube.com/@FrenteIntegralistaBrasileira. Acesso em:16/08/2024

MOISÉS LIMA. Canal do YouTube. 19/01/2015. Disponível em: https://www.youtube.com/c/Mois%C3%A9sLimaFIB Acesso em: 16/08/2024.

NOVA OFFENSIVA. *AIB declara apoio a candidatos do PRTB em São Paulo*. 14 nov. 2018.Disponível em:https://integralismo.org.br/politica/fib-declara-apoio-a-candidatosdo-prtb-em-sao-paulo/ Acesso:16/08/2024

SECRETARIA DE DOUTRINA E ESTUDOS DA FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Manifesto da Guanabara*. 25 de Janeiro de 2009.

Santidade e vida mística em Portugal no século XVII

Karine Goulart de Almeida
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação**:** Daniela Buono Calainho
Bolsista CAPES

Introdução

O texto que apresentamos é resultante do projeto de pesquisa da dissertação de mestrado, intitulado "As visionárias e a Inquisição portuguesa: santidade, misticidade e feitiçaria no século XVII", neste momento, em andamento neste Programa de Pós-graduação. Começamos nossa abordagem a partir de uma análise dos processos inquisitoriais das religiosas Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, ambas processadas pelo Tribunal de Coimbra, em Portugal, no século XVII. Buscamos compreender o teor herético presente na ação dessas mulheres e a atuação do Santo Ofício, que por exclusão, as afastou do grupo de santas classificando-as como embusteiras e/ou feiticeiras.

As visionárias Joana de Jesus e Filipa da Apresentação[252], selecionadas para uma verticalização de estudo de caso[253], foram processadas no mesmo momento, receberam suas sentenças no dia 22 de setembro de 1651, sendo ambas pertencentes ao mosteiro do Bom Jesus de Viseu, convento dedicado à Ordem de São Bento, em Portugal.

Para entendermos os processos de Joana de Jesus e Filipa da Apresentação torna-se necessário uma compreensão do que seria uma visionária. O grupo de mulheres conhecido como visionária existe há tempos e se consolidou de modo eclesiástico a partir do período medieval. Podemos identificá-las como mulheres que se diziam tocadas por Deus, sendo que muitas apresentam dons místico, além de visões e sonhos, como marcas de feridas, que entendiam ser as marcas de Cristo, as "chagas"[254]. Era habitual notar atributos como o dom da incorporação na vida dessas mulheres. Uma outra característica

252 ANTT, Inquisição de Coimbra, Processo 6780, Joana de Jesus e Filipa da Apresentação.
253 Data da apresentação de Joana de Jesus à Inquisição: 27/06/1651. Data da apresentação de Filipa da Apresentação à Inquisição: 29/06/1651. Ver ANTT, Inquisição de Coimbra, Processo 6780.
254 As chagas são marcas presentes no corpo de uma pessoa que pode servir como prova de santidade. Santa Catarina de Sena e santa Ludgarda são santas medievais que tiveram grande amplitude durante a Idade Moderna, são reconhecidas, dentre outros aspectos, por suas chagas. Para santa Catarina de Sena ainda consta a grande misticidade e os diversos escritos que deixou sendo extremamente lida por mulheres de dentro e fora dos conventos, responsável por contribuir com fim do Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), se tornando um baluarte de santidade. Ver UNDSET, Sigrid. *Catarina de Siena*. 1ªedição, CEDET, 2021.

que encontramos nos escritos destas mulheres é a afirmação de plenitude e êxtase no momento da escrita.[255] O universo de uma mística e/ou visionária pode abordar inúmeros aspectos, entre eles ainda encontramos o "dom das lágrimas"[256], os "arroubos", "silenciar e esconder" e a "anorexia santa"[257]. Outro atributo de suma importância para a compreensão da construção da santidade foi a maternidade espiritual[258] (SENA 1984, p.5).

É possível na análise da documentação inquisitorial notar a presença destas peculiaridades na vida de mulheres visionárias e a importância dada pelo Santo Ofício às manifestações das mesmas durante as arguições. Esses aspectos encontram-se presentes na construção da santidade durante o século XVII, sendo estimuladas de muitas formas, inclusive por outras visionárias identificadas como santas, Teresa Sanchez de Cepeda y Ahumada (1515-1582)[259] e Catarina Benincansa (1347-1380)[260] são exemplos fundamentais para a compreensão do fenômeno no século XVII.

Invasão mística

Atributos como os citados no tópico anterior acompanham a vida dessas mulheres visionárias desde a Idade Média, mas foram intensificadas no século XVI pela invasão mística. Em concordância com a bibliografia consolidada, a "invasão mística" poder ser compreendida pelo momento que a Igreja, após principalmente o Concílio de Trento, acaba por vivenciar o descontrole dos fenômenos místicos entre a população comum.

---

[255] Ver AHUMADA, Teresa Sanchez de Cepeda. *O Livro da Vida.* Tradução: Rubens Enderle – Dois Irmãos, RS: Minha Biblioteca Católica, 2020. capítulo 6.

256 Para mais informação ver BAYNUM, Caroline Walker. *Holy Feast and Holly Fast*. The Religious Significance of Food to Medieval Women. California, 1a edição, University of California Press, 1988.

257 Para mais informações ver BEEL, R.M. *Holly anorexia*. University of Chicago Press; 2nd ed. Edição, 1987.

[258] A maternidade espiritual é fenômeno frequente na vida de religiosas desde a Idade Média. Visionárias candidatas à santa apresentaram diversas características que remontam à maternidade espiritual, como o cuidado extremo ao outro. Santa Cataria de Sena é um dos exemplos clássicos de Maternidade Espiritual, seus filhos do espírito a chamavam de "mama". Importante ressaltar mais uma vez a conexão entre os escritos de visionárias medievais e modernas, influenciadas pela divulgação da leitura e escrita por pessoas comuns, característica do período moderno. Ver CATARINA DE SENA, santa, 1347-1380. *O diálogo/Santa Catarina de Sena*, (Tradução João Alves Basílio). – São Paulo, Paulus, 1984. Coleção: Espiritualidade.

[259] Teresa Sanchez de Cepeda y Ahumada foi a reformadora da Ordem do Carmo e fundadora da Ordem das Carmelitas Descalças, conhecida como santa Teresa d'Ávila, viveu no século XVI, conhecida no meio eclesiástico como "Teresa, a grande". Para saber mais sobre o personagem ver AHUMADA, Teresa, Sanchez de Cepeda. *Obras completas de Teresa de Jesus*. Burgos, Editorial Monte Carmelo/Edições Loyola, 1997.

[260] Catarina Benincasa é a famosa "mantelata" dominicana, Catarina de Sena, viveu no século XIV, foi uma das maiores místicas medievais e ajudou a encerrar o Grande Cisma do Ocidente. Para saber mais sobre o personagem ver UNDSET, Sigrid. *Catarina de Siena*. 1ªedição, CEDET, 2021.

Acreditamos que a busca pela vivência da santidade nesses moldes, foi incentivada pela própria Igreja durante a Idade Média como também na primeira modernidade, neste ponto aparece também como resposta à Reforma Protestante. Devido os acontecimentos pertencentes à Idade Moderna, como a ágil divulgação de escritos, a atuação da imprensa e o deslocar de pessoas sendo realizado com uma maior velocidade, o século XVII vai acolher um número considerável de procedimentos equivalentes ao universo místico, se tornando o "século da santidade" (SOUZA 1993, p.108).

Com isso, esta "invasão mística", influenciada a princípio pela própria Igreja, cria uma atmosfera intensa entre essas mulheres que estão bebendo dos escritos de outras visionárias, estas já avaliadas e classificadas como santas, objetivo de qualquer uma delas. Para Souza "houve no movimento predominância feminina e tendência ao visionarismo" (SOUZA 1993, p.108).

O movimento da "invasão mística" pode ser validado de diversos modos e por diferentes mulheres. Algumas delas obtiveram grande destaque nos séculos correspondentes ao período moderno, como Rosa Egipcíaca[261], Benedetta Carlini[262], Maria da Visitação[263], Isabel Flores y Oliva, a santa Rosa de Lima[264] e Juana Inês de la Cruz[265], entre outras. Perpassando por uma rápida análise sobre o caminho da santidade buscado pelas mulheres citadas neste parágrafo, podemos perceber que as três primeiras não tiveram sucesso em sua caminhada rumo à santidade, foram acusadas de praticar feitiçarias ou ser embusteiras. Rosa de Lima obteve êxito, se inspirando em Catarina de Siena, principalmente. Juana Inês de La Cruz não alcançou os altares, mas se livrou da Inquisição e alcançou o posto de grande intelectual.

A Inquisição e a atuação contra visionárias e feiticeiras

O Tribunal Inquisitorial português foi instituído em 1536 com o objetivo de investigar, julgar e punir heresias cometidas nos locais em que atuou. Alguns locais atuaram com seus próprios tribunais inquisitoriais durante o período moderno, são eles:

---

[261] MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca*. Uma santa africana no Brasil. 1ª edição – São Paulo, Companhia das Letras, 2023.
[262] BROWN, Judith. *Atos impuros:* a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença. Editora Brasiliense, 1986.
[263] MARTINS. Mário. *Uma biografia inédita de Sor Maria da Visitação*. 1ª edição. Veriati- Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa, 1956.
[264] CALLADO ESTELA, Emilio. Uma santa, dos maestros y una estafa. Sombras en torno a la canonización de Rosa de Lima en 1671. *Hispania Sacra*, v. LXI, n. 123, p. 147-157, enero-junio 2009.
[265] PAZ, Octávio. *Juana Inês de la Cruz e as armadilhas da Fé*, 1ª edição, Ubu editora, São Paulo, 2017.

Portugal, Espanha e Itália. Nosso trabalho destina-se ao estudo do Tribunal inquisitorial português, que atuou dentro de seu território em três localidades, a saber: Lisboa, Coimbra e Évora, segundo MARCOCCI e PAIVA (2013). As processadas Joana de Jesus e Filipa da Apresentação estão diretamente ligadas ao Tribunal de Coimbra.

O Tribunal do Santo Ofício agiu como máquina de perseguição, destruindo o tecido social, causando pânico e instalado o medo. A Inquisição estava em toda parte, atuou de diferentes formas e por diversos auxílios.

> O "pavor difuso" que ensejava o "terrível Tribunal" agravava sobremaneira as relações sociais, intensificando as tensões já existentes e estimulando novas. A onipresença do Santo Ofício, aguçando preconceitos, acabava por romper solidariedades e laços pessoais (...) era a prova viva da ameaça que pairava, impiedosa, sobre a vida e as mentes da população colonial. (CALAINHO, 2006, p.120)

Assim sendo, o olhar atento da Inquisição pairava acima de todos. Desta forma, o grupo das visionárias caiu nas malhas do Tribunal do Santo Ofício. Concluir o que era esse grupo e sobre uma possível relação com a feitiçaria foi um trabalho difícil para os inquisidores, que em muitos momentos estabeleciam grandes discussões sobre o teor herético das ações dos acusados.

Importante ressaltar que as primeiras citações referentes às visionárias são de Laura de Mello e Souza no trabalho *"Inferno Atlântico"*, com uma abordagem inovadora, abriu caminhos para que outros pesquisadores se debruçassem pelos processos dessas mulheres. Assim sendo, encontramos alguns nomes resultantes de seus estudos e pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: "Luzia de Jesus, Francisca Cotta, Maria do Espírito Santo, Maria da Cruz, Maria Antunes e Joana da Cruz" (SOUZA 1993, p.105). Por isso, a autora nos diz que "a vivência mística das rés do Santo Ofício se nutria da efervescência religiosa que envolvia a península ibérica naquele século de santidade" (SOUZA 1993, p.108). Nas diversas mulheres penitenciadas pelo Tribunal, encontraremos inúmeras semelhanças como também elementos dissonantes.

Dentre esses elementos encontramos uma questão relevante e que necessita ser evidenciada, as visionárias permeavam a ideia de que de Deus eram enviadas e emissárias de notícias e mensagens. Eram então as escolhidas, as intermediárias entre um Deus distante e um povo fracassado, imerso no pecado e que dependia exclusivamente da graça divina para alcançar algum benefício, pois bem, o benefício eram as visionárias, candidatas ao posto de santas. (SOUZA 1993, p.109).

Muitos foram os atributos examinados pelos inquisidores para afastar essas mulheres do grupo das santas, um fator que os auxiliou bastante foi observar a hagiografia

de santas, percebendo uma profunda devoção e humildade, um desejo de recolhimento, muitas escolhem os conventos exatamente para cumprir esse objetivo, o esconderijo.

Aparecer demais se mostrava então como um meio concreto de diferenciar uma verdadeira santa de uma embusteira, quiçá de uma feiticeira. Neste aspecto, multiplicam-se o que consideramos como arroubos, visões, êxtases e em muitos momentos, uma relação tão intima com o divino que acabava por gerar suspeitas aos inquisidores, ações realizadas com falta de método, nesse ponto encontramos a linha tênue entre decifrar o que seria uma santa, embusteira ou uma feiticeira. (SOUZA 1993, p.134).

Sabemos que os grupos sociais relacionados às santas e feiticeiras apresentam singularidades múltiplas, por isso, não pretendemos repetir de modo contrário o discurso classificatório dos inquisidores, como alertou SANTOS (2021, p.91), mas mostrar qual teria sido o teor herético de uma mulher para ser apartada do grupo das santas, sendo classificada como embusteira e/ou feiticeira.

Como Carlos Ginzburg fez referência, "falsas santas não poderiam ser confundidas com verdadeiras, mas delas foram apartadas por meio da força e do método". (SOUZA 1993, p.124) Assim percebemos o fim dessas beatas, aclamadas como mulheres escolhidas, acabaram perseguidas como embusteiras e muitas como feiticeiras, ressaltando o papel aculturador do Santo Ofício, que em muitos casos percebeu que "a santa e a bruxa refletiam as duas faces inequívocas, o direito e o avesso da mesma tendência neurótica a afastar-se da realidade, à viagem ao imaginário e o mergulho no mundo visionário" (SOUZA 1993, p.134).

Joana de Jesus e Filipa da Apresentação na mira do Santo Ofício

Nosso trabalho, como dito anteriormente, fixa o olhar para o estudo de caso das visionárias Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, ambas pertencentes ao mosteiro do Bom Jesus de Viseu em Portugal. Joana de Jesus foi apresentada à Inquisição no dia 27 de junho de 1651, era cristã velha, natural de Moreira, no Arcebispado de Viseu, com a leitura de seu processo percebemos que tinha 35 anos quando foi chamada pela primeira vez à mesa inquisitorial. Filipa da Apresentação, tinha 61 anos, quando denunciada, era natural de Prime, termo de Viseu, fidalga e professa na Ordem de São Bento, foi

apresentada à Inquisição no dia 29 de junho de 1651.[266] Joana e Filipa foram processadas no mesmo momento, receberam suas sentenças no dia 22 de setembro de 1651.

Estamos trabalhando na transcrição do processo inquisitorial de ambas as religiosas, mas é possível identificarmos algumas importantes informações que já nos desenha um pouco de suas trajetórias, nos ajudando a pensar possíveis respostas para nossas perguntas.

Após a habitual diligência realizada pelos inquisidores, devido a constatação do processo, percebemos que houve certo alvoroço em uma determinada comunidade pertencente à Viseu, sobre alguns dons de uma religiosa chamada Joana de Jesus[267]. Por isso, logo após a informação, muitas mulheres foram à mesa inquisitorial para registrar seu testemunho.[268]

Acordando com os testemunhos, percebemos que Joana de Jesus, a primeira religiosa denunciada no processo que estamos estudando, não foge aos padrões de uma visionária da época. Constatamos a afirmação quando observamos estudos realizados em torno de visionárias como Maria da Visitação[269] que dizia querer ser a Teresa de Portugal, fazendo referência a Teresa d'Ávila (RIBEIRO 2009, p.201). Maria da Visitação ganhou tamanha fama que recebia pessoas de poder do reino que desejavam ansiosas por suas revelações e bençãos. Acabou desmascarada e sentenciada pela Inquisição portuguesa.

Joana da Cruz[270] foi outra visionária nos moldes do século, dizia ser a mimosa de Deus e seria "Joana de Deus, reformadora de sua Igreja e protetora de Portugal" (SOUZA 1993, p. 117) como Teresa d'Ávila, protetora da Espanha, seria a reformadora da Igreja do Senhor e protetora de Portugal.

São muitas as visionárias que entre o século XVI e XVII vivenciaram esse fervor místico, Maria Dias[271] apresenta êxtases inexplicáveis depois de receber a eucaristia e Maria de Macedo[272] apresenta viagens imaginadas, um tipo de transe, onde apresentam

---

[266] De acordo com o dicionário de Ordens e instituições afins em Portugal, a Ordem Beneditina feminina chegou em Portugal no século XI e a partir do século XII a Ordem se espalha por Portugal, encontrando seu apogeu no século XVI. Ver Dicionário histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal. (org) José Eduardo Franco, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes. Gradiva publicações S.A. 1ªedição, maio de 2010.p.33.
[267] ANTT, Inquisição de Coimbra, Processo 6780, fólio 7.
[268] ANTT, Inquisição de Coimbra, Processo 6780, fólio 9.
[269] ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 11894, Maria da Visitação.
[270] ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 557, Joana da Cruz.
[271] ANTT, Inquisição de Lisboa, Livro 91, Maria Dias.
[272] ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 4404, Maria de Macedo.

revelações, assim como Lucrécia de Léon[273], visionária espanhola do século XVI, acusada de bruxaria por desafiar a autoridade de Felipe II e incentivar pessoas a prever o futuro. Maria Dias e Maria de Macedo também se envolveram com questões políticas e acabaram sentenciadas como embusteiras.

Maria da Cruz[274] é outro exemplo de sentença como embusteira, dizia prever o futuro e ser escolhida para os altares, "nas horas de desespero chamava por santa Teresa d'Ávila e santa Catarina de Siena afirmando que somente as santas citadas sabiam o que ela estava passando" (SANTOS 2021, p.92). Sua "santidade" grotesca fez com os inquisidores a apartasse do grupo das santas.

Para encerrar, um último exemplo, Luzia de Jesus[275], com um processo equivalente a mais de 1.000 fólios, causou dúvidas aos inquisidores, deixou escritos, cadernos com inúmeras visões, sonhos e revelações, mas assim como os outros exemplos citados nos parágrafos anteriores, não obteve êxito, foi penitenciada pelo Santo Ofício.

Como é possível perceber, são muitos os casos de mulheres que estão vivenciando esse momento de efervescência, o método desenvolvido dentro da História das Emoções[276] vem nos auxiliando na análise e compreensão desse universo em que mulheres como Joana de Jesus vivenciaram tão intensamente.

Ponderamos refletir sobre o fato que entre mulheres de vida conventual e mulheres de ordens terceiras havia inúmeros elementos dissonantes. No primeiro caso, a Igreja através do método, não reprimiu do mesmo modo as freiras como ocorreu com as beatas, e em muitos episódios incentivava as freiras à busca pela santidade através das leituras de escritos de santas e hagiografias. Muito mais do que uma contraposição entre cultura erudita x cultura popular, no que se refere às mulheres religiosas, não podemos deixar de ponderar sobre a contraposição entre cultura monástica *versus* cultura de ordens terceiras, como alertou SANTOS (2021, p.94). O que causa ainda maior interesse sobre as nossas processadas, mulheres de vida conventual, freiras, acusadas por "falsa santidade".

Isso é possível de ser notado quando a religiosa Maria dos Santos afirma ao Santo Ofício que Joana de Jesus, nossa primeira processada, conversava com vozes que ninguém mais ouvia no coro da igreja e dizia a irmã de profissão que não deveria ter

---

[273] Ver ARROYO, María V. Jordan. *Sonhar a História: Risco, criatividade, e religião nas profecias de Lucrécia de León*. Bauru, SP, EDUSC, 2011.
[274] ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 4372, Maria da Cruz.
[275] ANTT, Inquisição de Lisboa, processo, 4564, Luzia de Jesus.
[276] Ver ROSENWEIN, Bárbara. *Problems and Methods in the History of Emotions*. *Passions in Context I*, 2010.

medo, pois eram vozes amigas. Afirmando também que Joana adivinhava coisas do futuro e recebia visitas de almas do purgatório, que mandava recados por ela para pessoas que estavam dentro e fora do convento. [277]

Maria da Glória, outra religiosa do convento, disse que viu Joana de Jesus levitar, mas quando pressionada pelos inquisidores sobre o caso, afirmou não ter certeza do ocorrido. E sentindo-se coagida acabou por entregar outras testemunhas ao Tribunal do Santo Ofício, seus nomes foram: Madre Abadessa Ana da Jesus, Maria Ana da "Assunção", Maria Ana da Glória e Filipa da Apresentação, neste fólio aparece uma informação de extrema importância, o nome de Filipa da Apresentação, nossa segunda processada, surge pela primeira vez no processo e temos o conhecimento do parentesco entre as processadas, Joana de Jesus e Filipa da Apresentação são sobrinha e tia[278], o que pode nos ajudar a compreender inúmeros fatores desse processo.

Outro fator intrigante que aparece no processo é a presença de um determinado lavrador[279], Francisco Monteiro, um homem que apresenta uma estreita relação espiritual com Joana e que é muito citado pelas suas irmãs de profissão.

Maria Ana da Glória também informou aos inquisidores que as almas das falecidas Gerônima dos Anjos, que estava no purgatório, e a alma de Paula de Criseina, no paraíso, saiam de tais locais para conversar com Joana, influenciando inclusive sobre assuntos cotidianos do convento, como a eleição da nova abadessa. Desta forma, Joana recebia mensagens de almas e escrevia para pessoas de dentro e fora do convento, informando o que deveriam fazer.[280]

A religiosa Maria do Desterro nos trouxe uma importante informação, que Joana de Jesus recebia a visita de Teresa de Jesus para dar recados, o que aponta para a presença de Teresa d'Ávila como ideal de santidade do século XVII e a importância de sua presença espiritual na vida dessas mulheres. Devido a relevância de Teresa, muitas mulheres adotaram o nome Teresa de Jesus e mesmo depois de mortas essas mulheres também faziam visitas espirituais à Joana de Jesus.[281]

No que já foi possível apurar, Joana apresentava dúvidas sobre a visita espiritual de um determinado homem que ela não sabia ser Deus, ou enviado dele, ou o Diabo, isso ela revelou somente a sua amiga Mariana, freira do mesmo convento, que com receio

[277] ANTT, Inquisição de Coimbra, processo, 6780, fólio 9.
[278] ANTT, Inquisição de Coimbra, processo, 6780, fólio 10.
[279] ANTT, Inquisição de Coimbra, processo, 6780, fólio 10.
[280] ANTT, Inquisição de Coimbra, processo, 6780, fólio 32.
[281] ANTT, Inquisição de Coimbra, processo, 6780, fólio 31.

contou ao Santo Ofício[282]. Disse também, no mesmo fólio, que este homem pedia à Joana que colocasse frutas debaixo da mesa, como também debaixo dos joelhos, mas isso Joana não fez. Perguntado o motivo, ela afirmou não saber.

A figura de um possível Diabo aparece mais uma vez no testemunho de Maria da Anunciada, religiosa do mesmo convento, revelou que um dia passeando pelo jardim com Joana, uma borboleta veio para cima de si, e assustada agarrou o braço de Joana que logo disse que não se tratava de uma borboleta, mas sim de um morcego e que era o Diabo disfarçado, pois Maria da Anunciada estava em pecado, que deveria se ajustar para que isso não acontecesse mais. Maria da Anunciada, mesmo dando este testemunho, disse que Joana de Jesus era querida por todas as irmãs e que via nela grandes virtudes, tendo também grande apreço por ela.[283]

Por último, é importante ressaltar que Joana, segundo suas irmãs, obtinha uma vida nos moldes da santidade do período citado. Maria do Desterro afirmou que Joana parabenizava a todos quando obedeciam aos recados das almas e logo se emendavam. Isso ela fazia com extrema caridade e bondade.[284]

Como dissemos, estamos trabalhando na transcrição do processo e muito ainda vamos apurar, como o processo de Filipa da Apresentação, que ainda não adentramos de forma efetiva, pois sabemos que para compreender o processo de Filipa é necessário termos as informações necessárias do processo de Joana, pois foi por Joana que Filipa acabou nas malhas do Santo Ofício.

Considerações finais

Durante o transcorrer desse trabalho, foi possível perceber que o século XVII vivenciou um movimento preponderante do universo místico e visionário. Observamos também, de acordo com a bibliografia consolidada, como o Tribunal inquisitorial português, especificamente, agiu contra o grupo das visionárias durante os séculos XVI e XVII. Ponto importante do trabalho foi citar algumas mulheres acusadas e sentenciadas pelo Santo Ofício, como as nossas processadas, e por fim, apresentar Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, as colocando dentro da bibliografia sobre o assunto, sendo ambos casos inéditos.

[282] ANTT, Inquisição de Coimbra, processo, 6780, fólio 11.
[283] ANTT, Inquisição de Coimbra, processo, 6780, fólio 34.
[284] ANTT, Inquisição de Coimbra, processo, 6780, fólio 32.

Apresentamos também informações importantes sobre o processo de Joana de Jesus, em que foi possível relacioná-la com outras visionárias do período, destacando a importância de visionárias classificadas como santas, caso de Teresa d' Ávila. Desta forma, conseguimos perceber também, até o presente momento, que ela tinha boa relação com as irmãs do convento e que muitas destacavam nela atributos pertencentes a uma santa, como receber visitas de almas do purgatório e do paraíso, características de outras mulheres santas, como citamos no decorrer do trabalho. Percebemos também, que em algumas vezes, suas visões causavam dúvida para si, pela presença de Deus e/ou Diabo, o que pode ter sido um auxílio para o veredito dos inquisidores.

Assim sendo, temos muito para apurar, mas acreditamos que os casos apresentados podem ajudar a compreender e aprofundar um pouco mais os estudos sobre visionárias e a Inquisição no decorrer do período moderno.

Referências:

ARROYO, María V. Jordan. *Sonhar a História: Risco, criatividade, e religião nas profecias de Lucrécia de León*. Bauru, SP, EDUSC, 2011.

BAYNUM, Caroline Walker. *Holy Feast and Holly Fast*. The Religious Significance of Food to Medieval Women. 1ªedição, California, University of California Press, 1988.

BEEL, R.M. *Holly anorexia*. 2nd ed, Edição University of Chicago Press, 1987.

BROWN, Judith. *Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*. Editora Brasiliense, 1986.

CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé*: *Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial*. São Paulo, Edusc, 2006.

CALLADO ESTELA, Emilio. Uma santa, dos maestros y una estafa. Sombras en torno a la canonización de Rosa de Lima en 1671. *Hispania Sacra*, v. LXI, n. 123, p. 147-157, enero-junio 2009.

CANTIMPRÉ, Thomas de. *Vie de Sainte Ludgarde*. Namur, Belgique, Presses Universitaires de Namur, 1991.

FRANCO, José Eduardo; MOURÃO, José Augusto; GOMES, Ana Cristina. *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*. 1ª edição, José Gradiva publicações S.A., 2010.

MARTINS. Mário. *Uma biografia inédita de Sor Maria da Visitação*. 1ª edição. Veriati- Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa, 1956.

MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca. Uma santa africana no Brasil*. 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2023.

PAZ, Octávio. *Juana Inês de la Cruz e as armadilhas da Fé*. 1ª edição, Ubu editora, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Antônio Vitor. *O Auto dos Místicos: Alumbrados, profecias, aparições e inquisidores (séculos XVI-XVIII)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

ROSENWEIN, Bárbara. *Problems and Methods in the History of Emotions*. *Passions in Context I*, 2010.

SANTOS, Georgina Silva dos. Bruxas e freiras nas malhas da Inquisição portuguesa. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Traços da obra de Laura de Mello e Souza*.1 edição, Rio de Janeiro. Ouro sobre azul, 2021.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: Demonologia e colonização*. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

UNDSET, Sigrid. *Catarina de Siena*. 1ªedição, CEDET, 2021.

Fontes:

ANTT, Inquisição de Coimbra, Processo 6780, Joana de Jesus e Filipa da Apresentação [1652].

ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 11894, Maria da Visitação [1588].

ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 557, Joana da Cruz [1660].

ANTT, Inquisição de Lisboa, processo Livro 91, Maria Dias [sem informação].

ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 4404, Maria de Macedo [1635].

ANTT, Inquisição de Lisboa, processo 4372, Maria da Cruz]1660].

ANTT, Inquisição de Lisboa, processo, 4564, Luzia de Jesus [1660].

AHUMADA, Teresa, Sanchez de Cepeda. *Obras completas de Teresa de Jesus*. Burgos, Editorial Monte Carmelo/Edições Loyola, 1997.

_____. Teresa, Sanchez de Cepeda. *O Livro da Vida.* Tradução: Rubens Enderle – Dois Irmãos, RS: Minha Biblioteca Católica, 2020.

CATARINA DE SENA, santa, 1347-1380. *O diálogo/Santa Catarina de Sena*. Tradução João Alves Basílio. São Paulo, Paulus, 1984. Coleção: Espiritualidade.

O capitalismo dependente no contexto dos anos JK: breve análise

Laís Assunção Moreira[285]
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Christiane Laidler
Bolsista CAPES

Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total. Ele não conhece fronteiras e não tem freios.[286]

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa de mestrado, cujo título é: "Desenvolvimentismo e a questão florestal: a transformação do território do Extremo Sul da Bahia (1955-1963)", ainda em andamento. O presente trabalho tem como objetivo iniciar uma discussão sobre a forma com que o capitalismo se desenvolve no Brasil e quais as suas características durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). A necessidade dessa compreensão se apresenta na medida em que se busca compreender como se deu o processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia nesse mesmo espaço de tempo, visto que é nesse período que se nota uma drástica mudança nesse território, como seu desenvolvimento em termos capitalistas. Sendo assim se entende que para analisar as dinâmicas envoltas ao processo de desenvolvimento do Extremo Sul baiano entre os anos de 1956-1961 faz-se necessário compreender o cenário político nacional, bem como as questões sociais e econômicas entre os anos de administração de Juscelino Kubitschek (JK) e as características de seu governo. O foco da discussão a ser apresentada estará voltado para a compreensão tanto do contexto nacional de desenvolvimento capitalista, quanto das dinâmicas envoltas no processo de desenvolvimento do Brasil enquanto um país de capitalismo dependente.

Governo JK: breve panorama

[285] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2024, projeto: "Desenvolvimentismo e a questão florestal: a transformação do território do Extremo Sul da Bahia (1955-1963)", sob orientação da Dra. Christiane Laidler. Bolsista: CAPES.

[286] FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, p.273.

O governo JK, compreendido entre os anos de 1956-1961, é caracterizado por conseguir conciliar a intensificação do desenvolvimento da indústria nacional em bases capitalistas com a experiência democrática.[287] A administração de Kubitschek é ancorada no nacional-desenvolvimentismo, projeto político-social-econômico baseado essencialmente no aprofundamento da industrialização capitalista brasileira juntamente com o compromisso com a democracia, essa de caráter liberal. O perfil da administração de Kubitschek já ficava evidente no slogan utilizado durante a campanha presidencial, "50 anos em 5", que evidenciava a ideia de deixar o atraso econômico rapidamente para trás e construir um Brasil novo e moderno. A ideia de modernizar o país estava ancorada em modificar a economia nacional, ainda dependente da importação de produtos primários, por isso a defesa de um projeto focado no fomento à industrialização. Na visão desenvolvimentista de JK um país industrializado, seria um país próspero e moderno.

A administração de Kubitschek se dá em um contexto instável, passando por crises no início e no fim, mas, paradoxalmente, goza de certa estabilidade política. É possível apontar "uma estabilidade dentro de um contexto instável"[288] e notar que a política econômica adotada por JK foi um dos fatores fundamentais para garantir essa relativa estabilidade. A base da política de Kubitschek compreendida no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), sintetizado no Plano de Metas, visava fomentar a industrialização e integrar os territórios. Sendo assim o Plano de Metas foi estruturado em 31 metas que abrangia os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a nomeada "meta-síntese", referente à construção de Brasília. A construção da nova capital federal se configura como o exemplo do "plano de integração nacional"[289].

A execução e os resultados do Plano de Metas foram positivos, ao analisar os dados do crescimento econômico do Brasil nos anos JK é possível observar o sucesso do plano e notar o crescimento da taxa média do Produto Interno Bruto (PIB).[290] Ainda nesse sentido ressalta-se que os resultados das metas de energia, transporte e infraestrutura,

---

[287] MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática*: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 155-194.
[288] BENEVIDES, M. V. de M.. *O Governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976. p. 27.
[289] MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J.. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática:* da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 155-194.
[290] FARO, C. de; SILVA, S. L. Q. da. A década de 1950 e o Plano de Metas. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). *O Brasil de JK.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 86.

considerados imprescindíveis para alavancar a industrialização, foram evidentes. As metas referentes à pavimentação e construção de rodovias superaram o previsto. A meta-síntese também foi alcançada, JK não só construiu Brasília, mas também a inaugurou, a nova capital significava tanto o novo, o moderno, quanto a conciliação dos interesses diferentes grupos políticos que se destacavam no período, e ainda foi a forma encontrada por JK para conectar as regiões.[291] Para tanto, Kubitschek precisou conciliar os interesses das diversas e diferentes forças que compunham o cenário político, como o nacional-desenvolvimentismo – de caráter liberal –, o nacionalismo econômico – progressista e popular – e os ruralistas.[292]

Embora houvesse discrepâncias entre os grupos, o sucesso da administração de Juscelino Kubitschek se deu pela conciliação dos interesses rurais e urbanos. E executou seu projeto desenvolvimentista abrindo as portas para o capital estrangeiro e mantendo, sobretudo, os interesses oligárquicos. O desenvolvimentismo esteve voltado não só para o meio urbano, mas promoveu a expansão dos latifúndios, com isso os resultados positivos não refletiram na vida da maior parte da população que se concentrava majoritariamente na zona rural. Logo, o projeto de desenvolvimento nacional implantado por JK causou "inúmeras consequências nefastas: a especulação fundiária, a grilagem, a formação de novos latifúndios, o fortalecimento da grande propriedade e inúmeros conflitos étnicos, sociais e fundiários".[293]

A política desenvolvimentista bem como o processo de industrialização nos anos de 1950 pode se visto com muita evidência no Extremo Sul baiano, não porque a região passa a contar com a presença de indústrias, mas porque a partir dessa década torna-se possível notar um intenso processo de transformação do território provocado, sobretudo, pela instalação das empresas madeireiras e pela atividade extrativista que se intensifica entre as décadas de 1950-1960, nesse sentido "a derrubada da Mata Atlântica atendia aos

---

[291] MOREIRA, V. M. L.. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática:* da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

[292] MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 18, n. 35, p. 1-12, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/8fM3pmLH3pQMhNBZr6DFSSS/?lang=pt. Acesso em: out. 2021.

[293] MOREIRA, V. M. L.. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática:* da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 184-185.

interesses da atividade extrativista - consistindo basicamente no corte, beneficiamento e transporte das madeiras de lei - e do projeto de integração territorial".[294]

A condição de dependência e o capitalismo monopolista

Tais características precisam ser analisadas dentro de um contexto mais amplo e considerando as diversas dinâmicas que influenciam esse processo de desenvolvimento, expansão e aprofundamento do capitalismo.

A partir do fim da Segunda Guerra mundial (1945) é inaugurada uma nova fase do modo de produção capitalista, visto a sua necessidade de integração monopólica mundial, o que consolida assim a hegemonia dos Estados Unidos. Tratando do foco da expansão imperialista, essa passa do domínio das matérias primas para o domínio do mercado de manufaturados, por isso que há o interesse dos países centrais no desenvolvimento da indústria dos países periféricos. A necessidade de expansão e aprofundamento do capitalismo determina o controle dos países centrais, com destaque para os EUA, sobre os países dependentes, como é o caso dos países latino-americanos. E esse caráter imperialista que também se caracteriza pela introdução de capital estrangeiro para o desenvolvimento da indústria nos países dependentes torna esse desenvolvimento, funcionamento e expansão das indústrias nesses países, limitado e vulnerável aos ditames do mercado externo. Bambirra ainda traz um ponto fundamental ao apontar que "a penetração do capital estrangeiro é uma consequência da dependência que a industrialização apresenta da importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas e/ou semielaboradas pelos países capitalistas desenvolvidos."[295] Aqui buscamos ressaltar que há um entrelaçamento entre os países centrais e os países dependentes, essa é uma condição de desenvolvimento para ambas.

Vânia Bambirra afirma que

> [...] devido ao grande desenvolvimento das forças produtivas que a guerra permite concentrar na economia estadunidense – o que faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais –, verifica-se nos países latino-americanos uma série de transformações substanciais. Tais transformações reorientam o sentido da industrialização nos quais esta já havia começado, e iniciam e orientam a industrialização em vários países que até então não tinham desencadeado este processo. (BAMBIRRA, 2015, p. 33)

---

[294] OLIVEIRA JUNIOR. A. de. *Industrialização, povoamento e extrativismo:* da constituição do Extremo Sul Baiano à formação do "Comercinho dos Pretos" na década de 1950. 2019. Dissertação (Mestrado em História), Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Departamento de Ciências Humanas/Campus V, Santo Antônio de Jesus-BA, 2019, p. 63.

[295] BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015, p.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, ou seja, seus processos de industrialização são conduzidos pelo capitalismo estrangeiro, pelos países centrais e evidencia-se a grande participação das empresas estadunidenses no financiamento do setor manufatureiro. Mas esse processo não se dá alheio às condições preexistentes nos países da América Latina. No Brasil, por exemplo, onde o mercado interno já era relativamente estruturado, "o referido capital reorienta este mercado em função das novas pautas de consumo que o sistema lhe permite desenvolver".[296]

Florestan Fernandes (2020) também ajuda a compreender o contexto do pós Segunda Guerra. O autor irá apontar que após a crise de 1929 e com o fim da guerra mudam-se as relações dos países centrais com os países periféricos, e destaca a década de 1950, de modo geral, como um período de transição do capitalismo nos países dependentes, pois dá-se a passagem do capitalismo competitivo para a fase do capitalismo monopolista[297]. Quanto à condição de dependência, apontada por Florestan Fernandes, ela também não foi única e exclusivamente imposta "de fora para dentro", mas fez

> parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstancias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. (FERNANDES, 2020, p. 226)

É preciso ainda evidenciar que o padrão de desenvolvimento do capitalismo dependente permite a coexistência de diferentes modos de produção, isso porque as formas não-capitalistas, ou formas econômicas consideradas "antigas", ou arcaicas funcionam como "fontes de acumulação originária de capital"[298], ou seja, são fundamentais para o funcionamento do capitalismo monopolista já que sem elas a modernização e industrialização almejadas não seriam possíveis de serem alcançadas.

Para além das questões de desenvolvimento das forças produtivas nos países dependentes destacam-se as transformações de cunho político que ocorreram nesse período. O padrão de desenvolvimento nas economias periféricas requeria que se desse com certa estabilidade política, as exigências feitas era de que "ponham 'a casa em ordem' para que pudessem contar com a viabilidade do 'desenvolvimento' por associação'". Isso

---

[296] BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015, p. 34.

[297] Ver mais em: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio d einterpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, p. 227-251.

[298] I FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, p. 269.

implicou que qualquer protesto de ordem social, econômico de caráter igualitário, fosse tido como uma "ameaça comunista", o que tornou a transição para a nova fase do modo de produção capitalista ainda mais violenta. O controle da política dos países periféricos pelos países centrais se tornou crucial

> não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo. Onde a oportunidade não fosse aproveitada ou perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do "mundo socialista" e novas transições para o socialismo. (FERNANDES, 2020, p. 254)

Nesse sentido é preciso considerar ainda que a dependência econômica implica na dependência política "na medida em que as decisões mais cruciais devem ter o capital estrangeiro como ponto de referência básico, devendo ser por ele referendadas."[299] Essa condição é aceita pelas classes dominantes no sentido de que é uma forma de preservar o sistema e seus interesses, cabe lembrar que quem também possui interesse em tal preservação é a política imperialista.

Destaca-se que há um facilitador para o acontecimento do capitalismo monopolista que é uma "decisão interna" – tanto de uma política governamental, quanto de uma vontade empresarial – para que ele se desenvolva. É fato é que o desenvolvimento capitalista não é uma questão de permissibilidade visto que o "capitalismo monopolista cria seu próprio espaço ecológico, sociocultural e político na periferia"[300], mas sem esse aval as multinacionais, bem como os interesses e domínio imperialista não teriam um espaço aberto para terem ido tão longe.

A dependência nos anos 1950

É certo que se tratando da industrialização alguns países, como o Brasil, já vinham passando por esse processo, mas é a forma e a orientação dessa expansão que passa a ser diferenciada com o pós Segunda Guerra, dando início assim uma nova fase de expansão do imperialismo. Tratando especificamente da economia brasileira, na década de 1950 ela "já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos na periferia."[301]. Fica evidente que o governo JK se situa numa fase

---

[299] BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015, p. 145.
[300] FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, p. 257.
[301] Ibid., p. 256

transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista e a esse respeito as nações periféricas "viram-se extensa e profundamente, incorporadas à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo. Daí resultou uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais."[302].

Florestan ao tratar da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil vai apontar que para a sua implantação o que importa não é a sua viabilidade já que "em nenhum lugar as condições econômicas preexistentes foram um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, mas que essa é uma questão de 'custos, tempo e operacionalidade'"[303]. O sociólogo usa como exemplo o governo Kubitschek – que possibilitou e deu abertura ao capital estrangeiro fomentando assim a industrialização brasileira – para demonstrar essa afirmativa ao apontar que "as grandes corporações só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiam abrir, numa economia capitalista dependente, mas em fase de transição industrial relativamente madura."[304].

Pode-se compreender assim que o processo de industrialização que ocorre nos anos JK não é desvinculado de um contexto internacional, ou que o governo atua com um projeto político independente – ainda que se saiba que o desenvolvimento econômico possua uma independência, é preciso considerar que ela é relativa –, mas ela se apresenta como uma demanda do modo de funcionamento do capitalismo que reivindica uma nova forma de acumulação, expansão e aprofundamento. O fomento da industrialização entre os anos 1956-1961 é, portanto fruto dessa nova fase do imperialismo inaugurada no pós Segunda Guerra.

Sabe-se que a industrialização e modernização dos países dependentes acontecem para atender uma demanda do desenvolvimento/aprofundamento do capitalismo, mas cabe lembrar que ainda o processo de industrialização esteja vinculado e subordinado ao setor exportador, isto é, alinhado à dinâmica dos países centrais, esse processo ocorre também de maneira independente onde é possível notar uma dinâmica própria do desenvolvimento desses países. Entendendo melhor, o crescimento da indústria manufatureira possibilita o desenvolvimento da classe burguesa que se beneficia em função do crescimento do setor exportador para atender o mercado externo, e tem-se também o desenvolvimento e crescimento da classe trabalhadora – que recebe salários –

[302] Ibid., p. 253
[303] Ibid., p. 257
[304] Ibidem.

que também possuem demandas por produtos manufaturados[305]. Esse movimento permite notar que "a estrutura interna adquire um relativo dinamismo próprio, resultante do desenvolvimento da indústria que funciona segundo leis específicas do novo modelo de capitalismo dependente."[306]

Um ponto fundamental que chama atenção nesse período é como as diferentes classes – e aqui estaremos falando da burguesia industrial e da oligarquia –, que disputam espaço e hegemonia a partir de seus interesses, estão relacionando entre si.

A fase monopolista do capitalismo nos países dependentes consolida a existência de uma burguesia industrial que vinha se formando desde as primeiras décadas do século XX. A presença dessa burguesia parece estar contraposta a oligarquia, mas ao contrário do que se pensa, elas não estão em polos antagônicos. O desenvolvimento da indústria foi possibilitado pelo setor primário-exportador, e o crescimento econômico e desenvolvimento do capitalismo dependente se deu tendo como base o latifúndio.[307] E dentro desse contexto compreende-se que

> o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido. E, apesar de que o caráter da dominação se transforma, seus agentes não variam substancialmente, mas, junto com a expansão do setor exportador, expandem sua área de domínio. (BAMBIRRA, 2015, p. 80)

É certo que o controle do poder, do Estado, se firma posteriormente pela burguesia industrial, até mesmo porque o capitalismo industrial reivindica esse controle estatal, mas isso não se dá plenamente, pois os "inimigos" da burguesia industrial são justamente a oligarquia latifundiária, e essa é justamente quem possibilitou a chegada dessa burguesia ao poder. Essa é uma relação dialética e contraditória. Bambirra afirma que

> os interesses dos industriais, embora em choque com o sistema de dominação oligárquico (na medida em que sua classe foi gestada como um subproduto deste mesmo sistema, ainda que o contradizendo), não podem questioná-lo radicalmente, pois seguem necessitando daquele sistema de dominação inclusive como uma condição de sobrevivência. (BAMBIRRA, 2015, p. 91)

É uma questão contraditória porque a oligarquia abre a porta para a dominação da burguesia industrial, mas, sobretudo, mantendo seus privilégios de classe. E essa

---

[305] Bambirra aprofunda essa discussão ao falar da proletarização daqueles que antes viviam da subsistência – já que foram expropriados devido ao processo de desenvolvimento capitalista –, mas agora passam a ter a necessidade de vender sua foça de trabalho para sobreviver, pois começam depender e criar uma demanda por produtos industriais – nacionais –. Fazendo com que os produtos da indústria nacional passem a concorrer e obter vantagem sobre os produtos estrangeiros, já que esses possuem um custo mais alto, possibilitando assim o crescimento da indústria nacional. Ver mais em: BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015, p.73-76.

[306] BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015, p. 74.

[307] BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

burguesia ao alcançar a hegemonia tem como função o compromisso de conciliar os interesses, o que provoca o surgimento de um sistema de dominação "complexo e impuro" denominado de "dominação burguesa-oligárquica"[308]. A defesa da oligarquia pelo Estado se dá não apenas pra resguardar os interesses dessa classe, mas para proteger os interesses de todo o sistema, visto que é a partir da expansão dessa classe que estão condicionadas a expansão dos outros setores da sociedade, ou seja, o seu crescimento é base para o crescimento industrial e, consequentemente, econômico. Isso explica a complementaridade dos interesses oligárquicos e industriais ainda que seus interesses sejam diferentes, isso porque, mais uma vez, a burguesia industrial é fruto da oligarquia. É nesse fundamento de conciliação de interesses precisamente contraditórios que define o modo de funcionamento do capitalismo dependente na América Latina.

Esse modo de funcionamento e de integração dos países periféricos à economia mundial é dotado de contradições e especificidades. E é também dotado de consequências nefastas que condicionam esses países à dependência. Não se pode deixar de fora que embora seja possível enxergar certo desenvolvimento econômico – estes pela ótica capitalista –, os benefícios se concentram nos países e nas economias centrais, sobre as consequências é possível observar que

> o que se pode dizer, de um ponto de vista geral, é que sob o capitalismo monopolista o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e "envenenado". Não se voltando contra a dupla articulação, ele mantem, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo em que agrava o subdesenvolvimento relativo (malgrado os efeitos de demonstração em contrário). Além disso, como também desencadeia pressões fortes no sentido de crescer aceleradamente com "recursos internos", infunde novas distorções estruturais e dinâmicas no processo de acumulação capitalista. (FERNANDES, 2020, p. 271)

Florestan chama atenção que ainda que essa seja uma notável consequência do capitalismo monopolista, o impacto negativo fundamental desse modelo econômico se concentra na intensificação da concentração de riquezas, ou seja, no aumento das desigualdades que não podem e nem serão atenuadas com o tempo, o que pode ocorrer é um disfarce em meio a reivindicações dos assalariados e das classes médias – que podem ser atendidas –, mas as desigualdade persistirão "contribuindo para preservar e até agravar os fatores internos que tomam a articulação de economias desiguais, a partir de dentro, uma realidade inelutável."[309]

---

[308] Ibidem.

[309] FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, p. 272.

Referências:

BAMBIRRA, V.. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BENEVIDES, M. V. de M.. *O Governo Kubitschek:* desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

FARO, C. de; SILVA, S. L. Q. da. A década de 1950 e o Plano de Metas. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). *O Brasil de JK.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FERNANDES, F.. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio d einterpretação sociológica. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

MOREIRA, V. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 18, n. 35, p. 1-12, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/8fM3pmLH3pQMhNBZr6DFSSS/?lang=pt. Acesso em: out. 2021.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). *O tempo da experiência democrática:* da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

OLIVEIRA JUNIOR. A. de. *Industrialização, povoamento e extrativismo:* da constituição do Extremo Sul Baiano à formação do "Comercinho dos Pretos" na década de 1950. 2019. Dissertação (Mestrado em História), Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Departamento de Ciências Humanas/Campus V, Santo Antônio de Jesus-BA, 2019.

A trajetória de Marius: o Romance de Formação em Les Misérables, de Victor Hugo

Lara Cristina Veiga Bernardo
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Ana Carolina Hugenin
Bolsista pela CAPES

Introdução

O conceito alemão de *Bildung*, de acordo com Gadamer (1999) estaria diretamente relacionado com a ideia de formação do ser, a partir de um retorno para si mesmo, de uma unidade fechada, que se abriria para incorporar elementos sociais e culturais. Para isso, seria necessária uma consciência histórica e estética. A *Bildung*, portanto, seria historicamente inserida, dependendo da troca com o meio, mas ainda assim absolutamente individual, partindo da secularização de uma ideia teológica de encontro com a imagem de Deus que existiria em cada indivíduo, ou da busca de uma perfeição, como no cristianismo.

Partindo da perspectiva de Dumond (1994), a *Bildung*, que é forma, imagem, formação, estaria relacionada com uma formação educacional, que seria individual, própria para cada sujeito, mas que estaria ainda assim sempre em diálogo com a *Kultur* (cultura). Neste sentido, entendendo *Bildung* como formação, é possível identificar uma trajetória de formação do personagem Marius em *Les Misérables* e da personagem Indiana em *Indiana.*

A ideia de formação, no século XVIII alemão, passou a ser empregada de forma secular como formação individual, que faria do sujeito formado único. Essa formação precisaria partir da leitura de filósofos, literatos e estudiosos, que dotariam o sujeito de seu arcabouço intelectual. Essa ideia parte de uma perspectiva eurocentrada e elitista, no sentido de que o sujeito em formação precisaria de ócio para que seu processo formativo ocorresse, e este não seria igual para todos, mas sempre particular, visto que cada ser possuiria uma identidade e uma missão próprias, ideias que mais uma vez dialogam com as ideias teológicas de formação e perfeição (Dumond, 1994).

Nesse sentido, de acordo com Bakhtin (2011), surgiria o Romance de Educação, que incorporaria essas características de forma estética. Entendendo como Dumond (1994), que *Bildung* é forma, nada faria mais sentido do que transpor essa ideia para o

romance, gênero da modernidade (Benjamin, 2010) e também gênero da burguesia (Ibidem). Moretti (2020) iria denominar o que Bakhtin chama de Romance de Educação, como Romance de Formação. De acordo com o mesmo, o Romance de Formação traria como características o autodesenvolvimento do personagem, a partir da integração com o meio:

> Autodesenvolvimento e integração são percursos complementares e convergentes, em cujo ponto de encontro e de equilíbrio situa-se aquela plena e dupla epifania do sentido que é a "maturidade". Uma vez que é alcançada, a narrativa terá realizado o seu objetivo e poderá terminar definitivamente. (Moretti, 2020, p. 43)

O presente artigo pretende analisar a formação do personagem Marius, que se relaciona com a História da França no romance, destacando como o personagem nascido em 1810 e tornado órfão em 1815, ano que marca o fim do Período Napoleônico (1799 a 1815), se desenvolve ideológica e socialmente, enquanto a sociedade francesa passava por transformações históricas ao longo do século XIX. Este se inicia sob o governo de Napoleão Bonaparte, passando pela restauração monárquica (1815 a 1830) e uma monarquia burguesa de julho (1830 a 1848). Tal sociedade culminaria posteriormente na Segunda República, na–derrubada dela pelo golpe de Napoleão Terceiro e, por fim, a Terceira República, consolidada e alcançada a partir de uma sucessão de processos revolucionários e/ou reacionários, alguns deles destacados na obra de Victor Hugo e em sua vivência política. O foco deste trabalho, no entanto, será nos aspectos formativos ligados à socialização do personagem, que se dá a partir do momento em que sai da casa familiar e se aproxima dos jovens revolucionários e das massas empobrecidas de uma Paris às portas das revoltas de 1832.

Marius pobre e revolucionário

Em *Les Misérables* o personagem Marius possui uma história formativa que se assemelha em muitos pontos com a trajetória do autor do romance Victor Hugo. Ao mesmo tempo, sua narrativa se entrelaça com a história francesa da primeira metade do século XIX. Em 1810 nasce o personagem, que perde a mãe em 1815, ano que marca o fim do período napoleônico. Entre 1815 e o final da década de 1820 Marius passa pelas primeiras etapas formativas, entre salões literários, uma família monarquista e a descoberta de que havia sido propositalmente afastado de seu pai por motivos políticos, visto que este era bonapartista.

Ao se aproximar a Revolução de Julho de 1830 o personagem descobre os segredos que levaram a não ter sido criado pelo pai. No entanto, não os revela aos parentes e, silenciosamente, passa por um processo de transformação nos valores pessoais e ideológicos. Ele então passa muitas horas fora de casa, fazendo leituras de filósofos e historiadores bonapartistas, num processo de formação intelectual, que não será o foco deste artigo. No entanto, como é costume acontecer nos romances de formação, o personagem precisaria sair da casa onde crescera para continuar seu desenvolvimento.

Marius passa por uma discussão acalorada com seu avô, na qual se faz necessário defender suas ideias. Envolto nos estudos e na adoração da imagem do pai falecido, o estudante se ausentara da casa de seu avô por muitos dias, o que o levara a suspeitar de um possível namoro. A curiosidade sobre o que poderia estar acontecendo faz então o Sr. Guillenormand procurar algum indício, talvez uma carta de amor, entre os pertences do rapaz, quando, no entanto, encontra a carta do pai bonapartista. Ao ser questionado, Marius trava então uma discussão com seu avô, que o expulsa de casa.

> *— Mon père, reprit Marius les yeux baissés et l'air sévère, c'était un homme humble et héroïque qui a glorieusement servi la république et la France, qui a été grand dans la plus grande histoire que les hommes aient jamais faite, (...)*
> *C'était plus que M. Gillenormand n'en pouvait entendre. A ce mot, la république, il s'était levé, ou pour mieux dire, dressé debout. Chacune des paroles que Marius venait de prononcer avait fait sur le visage du vieux royaliste l'effet des bouffées d'un soufflet de forge sur un tison ardent. De sombre il était devenu rouge, de rouge pourpre, et de pourpre flamboyant.*
> *— Marius! s'écria-t-il. Abominable enfant! je ne sais pas ce qu'était ton père! je ne veux pas le savoir! je n'en sais rien et je ne le sais pas! mais ce que je sais, c'est qu'il n'y a jamais eu que des misérables parmi tous ces gens-là! c'est que c'étaient tous des gueux, des assassins, des bonnets rouges, des voleurs! je dis tous! je dis tous! je ne connais personne! je dis tous! entends-tu, Marius! Vois-tu bien, tu es baron comme ma pantoufle! C'étaient tous des bandits qui ont servi Robespierre! (...)*
> *Il fut quelques instants ivre et chancelant, ayant tout ce tourbillon dans la tête; puis il leva les yeux, regarda fixement son aïeul, et cria d'une voix tonnante :*
> *— A bas les Bourbons, et ce gros cochon de Louis XVIII! (...)*
> *— Va-t'en. Marius quitta la maison.*[310] (Hugo, 1862, p. 846-847)

---

[310] - Meu pai – retrucou Marius, sério, com os olhos baixos – era u, homem humilde e heroico que serviu gloriosamente à república e à França, que foi grande na maior história que os homens jamais escreveram, (...)
Era mais do que o velho Guillenormand podia ouvir. À palavra *república*, levantou-se, como se fosse impelido por uma mola. Cada uma das palavras que Marius acabava de pronunciar fez sobre o rosto do monarquista o mesmo efeito que uma forja em um tição ardente. De sombrio tornou-se vermelho, de vermelho fez-se escarlate, de escarlate, chamejante.
- Marius! – exclamou. – Criança abominável! Não sei o que foi seu pai, nem me interessa saber! Mas o que eu sei é que no meio de toda aquela gente só havia miseráveis, vagabundos, assassinos, libertinos, ladrões! Digo todos! Todos! Não faço exceções! Todos! Está ouvindo, Marius? Você é Barão como os meus chinelos! Eram todos bandidos que serviram a Robespierre! (...)
Ficou alguns instantes indeciso e cambaleante, com todo esse turbilhão na cabeça; depois, levantou os olhos, olhou fixamente para o avô e gritou em voz bem alta:
- Abaixo os Bourbon, e esse porco, Luís XVIII! (...)
- Vá-se embora!

Embora o trecho destacado se refira a uma questão familiar, ela representa uma fragmentação existente na própria sociedade francesa, que se dividiu, naquele contexto, entre monarquistas e republicanos liberais. Marius, jovem estudante, representa, portanto, um grupo de revolucionários, que mudariam os rumos da História do país. Suas questões pessoais dialogam mais uma vez com as questões políticas pelas quais a França passava.

Também Hugo passara por transformações ideológicas naquele contexto. Enquanto intelectual inserido nas discussões públicas, acompanhou os processos históricos, sendo parte ele próprio daqueles mesmos processos. De acordo com Winock, sobre o contexto de 1830:

> Quando em três dias de julho de 1830 – os "Três Gloriosos" – desmoronou o regime da Restauração, Hugo aplaudiu o evento como "uma aurora". Tornara-se ele republicano? "Minha antiga convicção monarquista e católica de 1820", escreveu, "vem se desmanchando pouco a pouco há 10 anos, com a idade e a experiência. Resta, no entanto, algo ainda em meu espírito, mas apenas uma religiosa e poética ruína. Eu me recolho às vezes, considerando-a com respeito, mas não rezo mais por ela." (Winock, 2008, p. 31-32)

A saída de Marius da casa do avô simboliza, na narrativa, além de um processo formativo pelo qual o personagem precisava passar (e que tinha sentido no distanciamento definitivo com os ideais monarquistas e uma aproximação com as ideias republicanas), a aproximação com as massas. Antes isolado no conforto dos salões e da casa onde viveu até o fim da adolescência, a partir de então ele passa a se identificar cada vez mais com a multidão de personagens que surgem a partir da metade do romance. Marius passa a estar inserido no seio de Paris, no *Quartier Latin*, no centro da vida acadêmica, próximo dos miseráveis da cidade e passa ele mesmo a ser um deles. De acordo com Mazzari (2010), no último livro de *Wilhelm Meister,* a narrativa de Goethe muda de perspectiva, deixando um olhar mais individualista a partir do momento em que o personagem passa a se integrar com as massas, como acontece com Marius em *Les Misérables*: "mas quando sua formação atinge certo grau é vantajoso que aprenda a se perder numa grande massa, aprenda a viver para os outros e esquecer-se de si mesmo numa atividade apropriada ao dever" (Mazzari, 2010, p. 114).

De acordo com Walter Benjamin (2021), assim como Baudelaire, Hugo "celebra as massas como herói numa epopeia moderna" (Benjamin, 2021, p. 68), sendo um dos principais escritores sobre as multidões, as apresentando, inclusive, no título de seus romances que simbolizavam coletivos: *Les Misèrables, Les travailleurs de la mer* (Os

---

Marius deixou a casa. (*Ibidem*, p. 897-899)

trabalhadores do mar, 1866). Mesmo seus romances com títulos que poderiam parecer individualizantes, como *Le dernier jour d'un condamné* (O último dia de um condenado, 1829), simbolizavam, em muitos casos, uma coletividade, representada por um personagem ou um grupo deles. No caso de *Le dernier jour d'un condamné*, o personagem principal não possui nome ou histórico revelados, justamente para representar qualquer condenado à pena de morte.

Segundo Benjamin:

> A multidão: nenhum tema se impôs com mais propriedade aos autores do século XIX. (...) O autor de maior sucesso do século correspondeu a essa exigência por uma imposição interior. Para ele, a multidão, num sentido quase antigo, era a multidão dos clientes, do público. Hugo é o primeiro a apelar à multidão, em títulos como *Os Miseráveis* ou *Os trabalhadores do mar*. Hugo era o único que podia concorrer na França com o romance em folhetim. (Benjamin, 2021, p. 117)

Les Misèrables é um romance que não possui um único protagonista claramente definido. Diferente de *Oliver Twist* (1838), de Dikens, que possui um personagem principal bem definido, o pequeno Oliver, ou de *Germinal* (1885), de Zola, que tem o Étienne Lantier como protagonista, esses romances, embora também tenham falado sobre as multidões dos países mais industrializados do século XIX, não alcançaram o que Hugo alcançou. No romance lançado por Hugo em 1862, uma quantidade enorme de personagens é apresentada com personalidades e histórias bem definidas, como é o caso de Marius, mas também de Jean Valjean, Fantine, Cosette e outros. Os personagens de *Les Misérables*, apesar de possuírem histórias parcialmente independentes, se encontram nas ruas, em meio às multidões de Paris, eles mesmos fazem parte da multidão e com ela dialogam continuamente.

Marius, ao ser apresentado pelo narrador, possui uma história pessoal que, embora estivesse em diálogo constante com a História da França, era individualizada e destacada das ruas. Ele era um membro da elitecercado de privilégios de classe, que saiu da casa do avô materno por divergência política e encontrou uma multidão de empobrecidos, a partir do momento em que ele também empobrece. Para isso, o personagem enfrenta a pobreza se tornando ele também um "miserável":

> *La vie devint sévère pour Marius. Manger ses habits et sa montre, ce n'était rien. Il mangea de cette chose inexprimable qu'on appelle de la vache enragée. Chose horrible, qui contient les jours sans pain, les nuits sans sommeil, les soirs sans chandelle, l'âtre sans feu, les semaines sans travail, l'avenir sans espérance, l'habit percé au coude, le vieux chapeau qui fait rire les jeunes filles, la porte qu'on trouve fermée le soir parce qu'on ne paye pas son loyer, l'insolence du portier et du gargotier, les ricanements des voisins, les humiliations, la dignité refoulée, les besognes quelconques acceptées, les dégoûts, l'amertume, l'accablement. Marius apprit comment on dévore tout*

> *cela, et comment ce sont souvent les seules choses qu'on ait à dévorer..*[311] (Hugo, 1862, p. 889-890)

Para entender as angústias das massas, Marius precisava passar por tal momento de provação. Mais adiante Hugo continua: *"De fermes et rares natures sont ainsi créées; la misère, presque toujours marâtre, est quelquefois mère; le dénûment enfante la puissance d'âme et d'esprit; la détresse est nourrice de la fierté; le malheur est un bon lait pour les magnanimes"*[312] (*Ibidem*, 1862, p. 890). Assim como o próprio Hugo passou pela pobreza por volta dos dezenove anos, como destaca o comentário do editor da edição de 2012 da tradução da Cosacnaify de *Les Misérables*[313], o jovem personagem, alegoria da França e do autor do romance, passa pela fome. Precisou perder o pai para se entender bonapartista e precisou abraçar a miséria para se entender verdadeiramente republicano e revolucionário.

Vivendo no *Quartier Latin*, região parisiense conhecida por abrigar universidades, escolas e, portanto, uma massa de estudantes, Marius conhece os jovens revolucionários do ABC: Enjolras, Courfeyrac, Bossuet, Combeferre e outros. Ao iniciar o capítulo que trata sobre o encontro com os jovens, que se tornariam amigos de Marius, o narrador divaga sobre os anos finais da década de 1820, que preparavam os espíritos para a Revolução de 1830.

> *A cette époque, indifférente en apparence, un certain frisson révolutionnaire courait vaguement. Des souffles, revenus des profondeurs de 89 et de 92, étaient dans l'air. La jeunesse était, qu'on nous passe le mot, en train de muer. On se transformait presque sans s'en douter, par le mouvement même du temps. L'aiguille qui marche sur le cadran marche aussi dans les âmes.*

---

[311] A vida para Marius ficou difícil. Comer com o dinheiro obtido na venda das roupas e do relógio não era nada. Ele se alimentou também dessa coisa inexplicável que se chama *o pão que o diabo amassou*. Coisa horrível, que inclui os dias sem pão, as noites sem sono e sem luz, a lareira sem fogo, as semanas sem trabalho, o futuro sem esperança, os cotovelos rotos, um chapéu velho que provocava riso das mocinhas, a porta que encontra fechada à noite por não ter pago o aluguel, a insolência do porteiro e do estalajadeiro, as zombarias dos vizinhos, as humilhações, a dignidade ofendida, a aceitação de trabalhos vis, o desgosto, a amargura, o desânimo. Marius aprendeu como se devora tudo isso, e como, muitas vezes, essas são as únicas coisas que existem para devorar. Nesse momento da existência em que o homem tem necessidade de orgulho, porque tem necessidade de amor, viu-se escarnecido, porque estava malvestido, e ridicularizado, porque era pobre. (Hugo, 2012, p. 949-950)

[312] "Muitas naturezas firmes e raras assim foram criadas; a miséria, quase sempre madrasta, às vezes mostra-se mãe; a privação gera o poder da alma e do espírito; a penúria é a nutriz da altivez; a desgraça é ótimo leite para os magnânimos." (*Ibidem*, 2012, p. 950)

[313] "Este capítulo e outros trechos autobiográficos deste livro, é usado por todos os biógrafos de Victor Hugo para descrever a pobreza a que se viu reduzido o autor após a morte da mãe, em 1821. Seu pai, o General Hugo, prometia-lhe uma mesada caso se resolvesse a seguir uma carreira mais sólida que a das letras. Victor Hugo recusou-lhe a oferta, mudou-se para um sótão da Rue Dragon, onde morava com seu primo, o jovem Adolphe Trébuchet, e, mais tarde, para um quarto ainda menor, no Quartier Latin. Tinha então dezenove anos." (HUGO, 2012, p. 949, nota de rodapé, comentário de Rodrigo Lacerda)

> *Chacun faisait en avant le pas qu'il avait à faire. Les royalistes devenaient libéraux, les libéraux devenaient démocrates.*[314] (*Ibidem*, 1862, p. 850)

De acordo com Seigel (1992), por volta de 1830 começou a se formar a Boêmia parisiense, que consistia em jovens e artistas, muitos deles empobrecidos, que viviam entre a marginalidade e a vida pública, produzindo discussões políticas e arte. Marius e seus amigos, pela definição de Seigel, poderiam ser enquadrados dentro do conceito de boêmia.

> Os artistas e os jovens não estavam isolados em sua capacidade de retirar mais da vida do que pareciam permitir suas condições objetivas. (...) "Por boêmios," declarou um ator teatral da década de 1840, "eu entendo aquela classe de indivíduos cuja existência é um problema, a condição social um mito, o destino um enigma, que não têm residência fixa, abrigo reconhecido, que estão localizados em parte nenhuma e que são encontrados em toda parte! Que não têm ocupação determinada e que exercem cinquenta profissões; cuja maioria se levanta pela manhã sem saber o que vai jantar à noite; ricos hoje, famintos amanhã, prontos para viver honestamente se puderem e de qualquer outra forma se não puderem". (...) A designação "Boêmios" os situava em uma zona de penumbra entre a ingenuidade e a criminalidade. (Seigel, 1992, p. 12-13)

Esse grupo de pequenos burgueses empobrecidos, unidos à classe trabalhadora, se engajaria nas revoluções e revoltas ocorridas na França ao longo do século XIX. O próprio capítulo que apresenta os jovens do ABC se intitula *"Un groupe qui a failli devenir historique"*[315] (Hugo, 1862, p.850). O grupo de jovens estudantes realiza discussões e divagações sobre o futuro da França e ideais políticos de conteúdo revolucionário. Pela primeira vez, Marius é verdadeiramente questionado sobre suas ideias. Também pela primeira vez escuta o que pensavam os democratas e republicanos com os quais passara a conviver.

O encontro com os jovens republicanos representou, para Marius, um choque. Depois de ter vivido a maior parte de sua vida em um lar monarquista, sem possibilidades para discordâncias, sendo introjetado de ideias que não lhe eram próprias; após o encontro com a memória de seu falecido pai, ele havia se convencido sobre o bonapartismo, havia se apaixonado por uma ideia de império, por ter se apaixonado pela ideia que fizera de seu pai. Foi necessário se fazer bonapartista para romper com o lar onde crescera, para sentir, pela primeira vez, que podia pensar e sentir por conta própria.

---

[314] Nessa época aparentemente indiferente sentia-se uma vaga atmosfera revolucionária. Sopros vindos das profundezas de 89 e 92 vagavam ainda pelo ar. A juventude estava, perdoem-nos a palavra, em tempo de muda. Transformava-se quase sem perceber, pelo próprio movimento do tempo. O ponteiro que caminha pelo quadrante caminha também nas almas. Cada um dava para a frente o passo que devia dar. Os monarquistas tornavam-se liberais, os liberais tornavam-se democratas. (*Ibidem*, 2012, p. 901)

[315] "Um grupo que esteve a ponto de se tornar histórico" (*Ibidem*, 2012, p. 901)

Ainda apaixonado por essas ideias, Marius conhece os jovens estudantes do *Quartier Latin*, com quem trava uma discussões sobre política. Ao ouvir Waterloo ser mencionada durante uma conversa, comovido, Marius discursa sobre a grandeza do falecido império, exaltando a imagem de Napoleão: *"— Soyons justes, mes amis! être l'empire d'un tel empereur, quelle splendide destinée pour un peuple, lorsque ce peuple est la France et qu'il ajoute son génie au génie de cet homme!"*[316] e conclui: *"cela est sublime; et qu'y a-t-il de plus grand?"*[317] (*Ibidem*, p. 881-882). A pergunta, provavelmente retórica não esperava, no entanto, a breve resposta de Combeferre: *"— Être libre, dit Combeferre"*[318] (*Ibidem*, p. 882). Sob o impacto de tal resposta, o jovem bonapartista se cala, por vez, enquanto todos os demais deixam o recinto, incomodados com a audácia de alguém capaz de engrandecer a guerra e as conquistas armadas de Napoleão.

Enquanto o avô de Marius era antibonapartista por valores monarquistas que identificavam o antigo imperador como revolucionário, os jovens do ABC se posicionam contra as ideias bonapartistas de Marius porque elas eram ameaçavam a liberdade que tanto almejavam. Para eles, a ideia de república era ovacionada em contrapartida aos ideais conservadores e bonapartistas.

Sobre a formação educativa e estética, Shiller (2002), na Carta IV o autor traça um diálogo entre indivíduos, povo e Estado, onde destaca a necessidade de unir os interesses pessoais aos coletivos, a fim de encontrar o que chama de Estado de liberdade:

> Quando, portanto, a razão transporta para a sociedade física sua unidade moral, ela não deve ferir a multiplicidade da natureza. Quando a natureza procura afirmar sua multiplicidade no edifício moral da sociedade, isso não deve acarretar ruptura alguma à unidade moral; a força vitoriosa repousa a igual distância da uniformidade e da confusão. É preciso, portanto, encontrar totalidade de caráter no povo, caso este deva ser capaz e digno de trocar o Estado da privação pelo Estado da liberdade. (Shiller, 2002, p. 29-30)

Na mencionada discussão entre os jovens do ABC e Marius, a conversa se inicia de forma amigável, até que um dos presentes menciona Waterloo de forma displicente. No mesmo instante o personagem Marius se comove, se tornando o principal protagonista da conversa. Hugo é muito perspicaz na narrativa de tal discussão, que se faz sutil da parte dos republicanos Enjolras, Combeferre e os demais estudantes presentes, enquanto o discurso de Marius é exaltado, longo e, em certa medida, cansativo. A desproporção

---

[316] "- Meus amigos, sejamos justos! Ser o Império de tal Imperador, que esplêndido destino para um povo, quando esse povo é a França, que alia seu gênio ao gênio desse homem!" (*Ibidem*, 2012, p. 943)
[317] "isso tudo é sublime; que pode existir de maior?" (*Ibidem*, 2012, p. 943)
[318] "- Ser livre – disse Combeferre." (*Ibidem*, 2012, p. 944)

entre as falas dos personagens demonstra quanto as ideias de Marius eram frágeis, o quanto ele estava enredado pelo bonapartismo por associar o mesmo ao seu pai, de quem foi privado durante toda vida, o quanto ainda precisava se formar, entender com maior racionalidade e critério os processos políticos e se entender nesse processo formativo.

Ao sair do recinto, o jovem republicano Combeferre, do corredor, entoa uma canção que diz:

> *Si César m'avait donné*
> *La gloire et la guerre,*
> *Et qu'il me fallût quitter*
> *L'amour de ma mère,*
> *Je dirais au grand César :*
> *Reprends ton sceptre et ton char,*
> *J'aime mieux ma mère, ô gué!*
> *J'aime mieux ma mère.*[319] (*Ibidem*, p. 882-883)

O texto continua:

> *L'accent tendre et farouche dont Combeferre le chantait donnait à ce couplet une sorte de grandeur étrange. Marius, pensif et l'œil au plafond, répéta presque machinalement : Ma mère?… En ce moment, il sentit sur son épaule la main d'Enjolras. — Citoyen, lui dit Enjolras, ma mère, c'est la république.*[320] (*Ibidem*, p. 883)

Quando Enjolras responde para Marius que sua mãe é a República, ele está dizendo também que não importam mais os valores familiares, aquilo que fora herdado de casa. Os companheiros são cidadãos, filhos de uma mesma mãe, a República. Tal constatação faz desmoronar Marius, que ainda estava preso às concepções de sangue e superioridade de um povo sobre outro, no caso da França sobre os demais povos. É justamente a partir daí que ele aos poucos passa a construir sua própria personalidade, ao mesmo tempo em que é apresentado como parte da multidão de miseráveis. Ele, então, começa a se questionar e, portanto, a passar mais uma vez por um processo formativo.

> *Cette soirée laissa à Marius un ébranlement profond, et une obscurité triste dans l'âme. Il éprouva ce qu'éprouve peut-être la terre au moment où on l'ouvre avec le fer pour y déposer le grain de blé; elle ne sent que la blessure; le tressaillement du germe et la joie du fruit n'arrivent que plus tard.*[321] (*Ibidem*, p. 884)

---

[319] Se César me desse / a glória e a guerra / e eu tivesse de deixar / o amor de minha mãe, / diria ao grande César: / conserve seu cetro e seu carro: / prefiro minha mãe. (*Ibidem*, P. 944)

[320] A expressão terna, ao mesmo tempo cheia de angústia, com que Combeferre a cantava, dava a essa canção uma espécie de estranha grandeza. Marius, pensativo, olhando para o teto, repetiu quase que maquinalmente: - Minha mãe?...
Nesse momento, sentiu nos ombros a mão de Enjolras.
- Cidadão – disse-lhe Enjolras -, minha mãe é a República. (*Ibidem*, p. 944-945)

[321] Essa tarde causou em Marius um profundo abalo e uma triste penumbra em sua alma. Sentiu, talvez, o que sente a terra no momento em que a abrem com a enxada para nela depositar o grão de trigo; ela sente apenas o golpe; o estremecimento da semente e a alegria dos frutos só vêm mais tarde. (*Ibidem*, p. 945)

A analogia entre o interior de Marius e uma terra germinada é interessante de ser destacada. Hugo descreve o jovem como um solo a ser fecundado por sementes que futuramente gerariam frutos. Mais adiante o narrador continua: "*Il croyait être et il était peut-être en effet arrivé au vrai de la vie et de la philosophie humaine, et il avait fini par ne plus guère regarder que le ciel, seule chose que la vérité puisse voir du fond de son puits"*[322] (*Ibidem*, p. 907). Os trechos sobre o encontro de Marius com os jovens do ABC são, portanto, parte central do processo de formação do personagem. De acordo com Mazzari (2010) nos romances de formação os personagens principais estariam sempre em busca de um sentido para suas próprias vidas, em constante embate com as normas:

> (...) o termo "romance de formação" é reservado exclusivamente para Wilhelm Meister e, por extensão, aos romances que surgem na sua descendência, nos quais o caminho evolutivo do indivíduo, a busca de sentido e meta para a própria vida, se processa numa época em que as normas e ordens tradicionais se encontram num estágio mais avançado de desagregação. (Mazzari, 2010, p. 96)

Apesar da vida de pobreza pela qual passava, das mudanças de pensamento político e do encontro com os jovens do ABC, Marius ainda possuía um olhar muito voltado para si mesmo. Burguês e liberal, ainda era autocentrado e individualista. Foi preciso, então, um encontro com a miséria alheia, mais especificamente, da mulher, no sentido amplo e pessoal, representada pela personagem Eponine, para que despontasse um olhar para as desigualdades presentes em Paris e na França modernas.

De acordo com Michele Perrot (2017), o papel delegado à mulher na França no século XIX era o do espaço privado, apartado das discussões políticas, sem autonomia. Ao mesmo tempo em que a imagem da República era feminina, a Marianne, ou a mãe, como apontado por Enjolras. A mulher era vista como frágil, inocente, quando pobre, vítima de um sistema econômico. A fim de descrever o encontro entre Marius e Eponine, Victor Hugo a adjetiva como "uma rosa na miséria" (Hugo, 2012, p. 1023).

> *Marius depuis cinq ans avait vécu dans la pauvreté, dans le dénûment, dans la détresse même, mais il s'aperçut qu'il n'avait point connu la vraie misère. La vraie misère, il venait de la voir. C'était cette larve qui venait de passer sous ses yeux. C'est qu'en effet qui n'a vu que la misère de l'homme n'a rien vu, il faut voir la misère de la femme; qui n'a vu que la misère de la femme n'a rien vu, il faut voir la misère de l'enfant.*[323] (Hugo, 1862, p. 977)

---

[322] Julgava ter encontrado, como realmente encontrara, a realidade da vida e da filosofia humana, e acabou por não ver senão o céu, uma única coisa que a verdade pode perceber das profundezas em que se encontra. (*Ibidem*, p. 968)

[323] Havia cinco anos que Marius vivia na pobreza, nas privações, na penúria até, mas só então percebeu que não havia conhecido a verdadeira miséria. A verdadeira miséria ele acabava de ver. Era aquela larva que passara sob seus olhos. É que, com efeito, quem só viu a miséria do homem nada viu; é preciso ver a miséria da mulher; quem só viu a miséria da mulher nada viu; é preciso ver ainda a miséria da criança. (*Ibidem*, p. 1031)

Depois de olhar para si o personagem em formação precisa olhar para fora, da unidade fechada para a unidade aberta (Gadamer, 1999), da sua vida burguesa para as massas, dos seus ideais políticos conservadores e bonapartistas para os ideais republicanos dos estudantes, da sua miséria pessoal para a miséria alheia, aqui, mais especificamente, de Eponine e da ideia de mulher que ela representa.

Depois de centenas de páginas narrando a trajetória de Marius entre 1815 e 1830, o narrador interrompe a narrativa, como o faz outras vezes, para dissertar sobre a História da França, mais especificamente sobre o final da Restauração, a Revolução de Julho de 1830 e os primeiros anos da Monarquia Burguesa (1830 a 1848). Desta forma, é possível observar mais uma vez um encontro entre e formação de Marius e a História da França.

> *1831 et 1832, les deux années qui se rattachent immédiatement à la révolution de juillet, sont un des moments les plus particuliers et les plus frappants de l'histoire. Ces deux années au milieu de celles qui les précèdent et qui les suivent sont comme deux montagnes. Elles ont la grandeur révolutionnaire. On y distingue des précipices. Les masses sociales, les assises mêmes de la civilisation, le groupe solide des intérêts superposés et adhérents, les profils séculaires de l'antique formation française, y apparaissent et y disparaissent à chaque instant à travers les nuages orageux des systèmes, des passions et des théories. Ces apparitions et ces disparitions ont été nommées la résistance et le mouvement. Par intervalles on y voit luire la vérité, ce jour de l'âme humaine.*[324] (*Ibidem*, p. 1076)

Posteriormente, o narrador volta a falar sobre os personagens da trama: Eponine, Marius, Cosette, Gavroche, Jean Valjean, dentre outros. No entanto, a partir de então, cada vez mais entrelaçados entre si e no contexto histórico e revolucionário. Suas histórias pessoais se encontram na revolta e nas barricadas, onde seus destinos dependem uns dos outros. Marius depende de Eponine, Gavroche e Jean Valjean para sobreviver durante a batalha das barricadas de 1832.

A formação de Marius segue até o final da narrativa, passando pelo apaixonamento por Cosette, pela sua presença na batalha da barrica, pelo casamento, e com um elo que em vez de se fechar na vida matrimonial – como acontece em muitos romances do século XIX, onde o casamento encerra a narrativa e o anel formativo dos

[324] 1831 e 1832, os dois anos que se ligam imediatamente à Revolução de julho, são um dos momentos mais particulares e surpreendentes da história. Esses dois anos, no meio dos outros que os precedem e dos subsequentes, são como duas montanhas. Têm a grandeza revolucionária. Neles podemos encontrar verdadeiros precipícios. As massas sociais, os próprios tribunais da civilização, o grupo sólido de interesses superpostos e aderentes os seculares perfis da antiga formação francesa aparecem e desaparecem aí a cada instante por entre as nuvens tempestuosas dos sistemas, das paixões, das teorias. Essas aparições e desaparições chamaram-se resistência e movimento. Por intervalos, vê-se aí brilhar a verdade, o sol da alma humana. (*Ibidem*, p. 1135)

personagens -, termina com a morte de Jean Valjean e as possibilidades futuras a partir de então.

Considerações finais

A história de Marius, segundo defendido neste trabalho, pode ser apontada como um romance de formação dentro do romance social *Les Misérables*, embora também esteja claro que este não se trata de um romance de formação tradicional goethiano, de Jane Austen ou dos demais romances de formação do século XVIII e XIX. Se trata, portanto, de um romance de formação com características próprias e inscrito no contexto revolucionário francês do século do século XIX. Nele, a socialização é a parte central da formação do indivíduo e ~~onde~~ o anel narrativo não se encerra com o casamento, mas com uma ideia de infinitude, com a morte e os ideais futuros.

Como um dos principais literatos e intelectuais do século XIX, Victor Hugo possuía uma grande e diversa referência cultural, de forma que o romance *Les Misérables*, o maior escrito pelo autor, sofreu influência desse enorme arcabouço. Ao longo das quase duas mil páginas, são possíveis serem identificadas poesias, análises ensaísticas, digressões que se assemelham à Filosofia da História, fortes influências do romantismo social e romances de formação. *Les Misérables* apresenta, desta forma, como que vários livros dentro de um só livro, várias histórias dentro de uma história. O narrador conduz uma narrativa, que em resumo pode ser considerada de um romance social, perpassando pela existência de diferentes tipos de misérias, desigualdades e conflitos sociais.

O personagem Marius, em meio a esta narrativa, se assemelha em muitos pontos de sua trajetória política, com seu autor, apresentado traços pessoais e formativos parecidas com os de Hugo. Talvez por isso, seja um dos personagens sobre os quais os leitores possuem mais acesso interior. É possível, a partir da leitura do romance, compreender as etapas da vida do jovem, suas leituras, pensamentos, questionamentos, mudanças, até o fechamento de um romance que deixa uma possibilidade futura aberta.

Referências:

BAKTHIN, Mikhail. O romance de educação e sua importância na história do realismo. In: *Estética da criação verbal*. Martins Fontes, 2011, p. 117-158.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

DUMONT, Louis. “Wilhelm von Humboldt, or *Bildung* alive”. In: *German Ideology:* from France to Germany and back. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1994, p. 82-144.

GADAMER, Hans-Georg. “A formação”. In: *Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica.* v. 1. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 47-61.

GUINSBURG, J. *O Romantismo*. 3ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789 – 1848).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LLOSA, Mário Vargas. *A tentação do impossível: Victor Hugo e os Miseráveis*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MAZZARI, Marcus Vinicius. Metamorfoses de Wilhelm Meister: O Verde Henrique na tradição do Bildungsroman. In: *Labirintos da aprendizagem: Pacto fáustico, romance de formação e outros temas de literatura comparada.* São Paulo: ed. 34, 2010.

MORETTI, Franco. O *bem-estar na civilização*. In: *Romance de Formação*. São Paulo: Todavia, 2020.

PERROT, Michele. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

SEIGEL, Jerrold. *Paris Boêmia: Cultura, Política e os Limites da Vida Burguesa: 1830-1930.* Porto Alegre: L&PM, 1992.

WINOCK, Michel. *As Vozes da Liberdade: Os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *Victor Hugo na arena política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

Fontes:

HUGO, Victor. *Les Misérables.* Bibebook, 1862.

_____. *Os Miseráveis.* São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Historicidade da retroatividade jurídica: um estudo de caso a partir dos processos da lei n.º 4.766 de 1º de outubro de 1942

Laura Ferraz Bastos
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Claudia C. Azeredo Atallah
Bolsista CAPES

Introdução

A História do Direito possui um papel de desnaturalizar pressupostos estabelecidos acerca da construção do conhecimento jurídico e é papel daquele que se propõe a escrever essa historiografia combater um discurso legitimador baseado em um mito da imutabilidade das formas do Direito "O direito, em si, é já um sistema de legitimação" (HESPANHA, 2012, p. 14). Nesse artigo, pretendemos tratar de casos de retroatividade da lei à luz do contexto histórico do pensamento jurídico da época, no âmbito interno e externo. Para isso, é necessário compreender os usos do positivismo jurídico e as discussões que o cercavam, além do Estado de Exceção instaurado no Brasil. Também utilizaremos a obra de Koselleck como ferramenta para refletir sobre os dados coletados nas fontes, no que diz respeito ao espaço de experiência e horizonte de expectativa e a longa temporalidade necessária à História do Direito.

Experiência e expectativa na História do Direito

Koselleck compara a narrativa na produção historiográfica com o processo judicial, destacando o uso da História a fim de reivindicar justiça. Assim, a interpretação do fato histórico necessita de um senso de justiça por parte do historiador e do leitor.

> Faz parte da tradição retórica que o historiador deva, se possível, permitir que os fatos estabelecidos falem por si mesmos, para que o próprio leitor forme seu juízo. Por trás disso esconde-se a instrução indireta de que o leitor deve formular um juízo moral. (JASMIN *et al*, 2006, p. 147)

De acordo com o autor, o que a História do Direito analisa são estruturas, e não eventos isolados. Assim, é necessário um recorte temporal, maior do que o da História Política, por exemplo, contemplando a repetição dessa estrutura. Se entendemos que as normas jurídicas não apenas tem o poder de estruturar a sociedade de seu tempo histórico como também resultam das demandas do seu próprio presente, fica nítida a necessidade de buscar em outros estudos das Ciências Sociais um contexto para compreensão histórica

dos movimentos jurídicos. Assim, é possível tecer uma História que integre diversas áreas do conhecimento que "deve identificar as diferenças temporais geradas pela reivindicação de perduridade e repetibilidade de todo direito" (KOSELLECK, 2014, p. 332). Desse modo, a análise de fontes jurídicas de caráter histórico tem um leque de ferramentas auxiliares em áreas como economia, linguística, política, filosofia, entre outras.

A fim de denotar historicidade aos acontecimentos jurídicos estudados, lançaremos mão das categorias de c*ampo de experiência* e *horizonte de expectativa*. A primeira se refere a consciência adquirida na vivência passada, podendo se acumular ou se perder com o passar do tempo e das gerações, ela é imensurável, mas se limita a uma construção de memória; já a segunda é uma tentativa de projetar o futuro, e só é confirmável quando se torna experiência, ou seja, o futuro não é palpável como o presente ou passível de análise como o passado. Assim, é pela desigualdade entre os conceitos que o tempo histórico é formado. Eles são infinitos e se sobrepõem uns aos outros, acontecendo ao mesmo tempo e fruto de diferentes experiências e expectativas sofridas por grupos sociais. Koselleck afirma que essas duas classificações são aplicáveis a qualquer circunstância histórica possível, uma vez que representam condições humanas universais, sendo responsáveis por entrelaçar passado e futuro. Enquanto que a expectativa se baseia na experiência prévia, o próprio resultado da expectativa se tornará experiência no futuro: "não se pode ter um sem o outro: não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa" (KOSELLECK, 2007, p. 37).

Assim, podemos compreender os indivíduos presentes nas fontes históricas judiciais como inseridos em um tempo histórico formado pela relação entre as duas categorias já descritas. Esses personagens distribuídos nos documentos judiciais selecionados agem baseados na memória adquirida combinada à uma tentativa de lidar com um futuro incerto, lançando mão de estratégias a fim de se beneficiarem no ordenamento jurídico que conheciam. A Segunda Guerra, parte do contexto histórico a ser trabalhado no presente texto, representou uma ruptura nas categorias basilares que orientavam os indivíduos em sua vivência no tempo.

Pós-segunda guerra: crise do positivismo jurídico

O positivismo jurídico entende que o único direito possível é aquele positivo - formulado pelo homem - , sendo o direito natural - aquele inerente ao ser humano - excluído dessa categoria. Há então um esforço de produzir um estudo do Direito com base científica, movimento típico do século XIX. Esse Direito apresenta a codificação das leis

como fonte preeminente, exprimindo um caráter racional e geral de organização; essa doutrina pretende abordar o direito de forma pura, admitindo apenas juízos de fato e não de valor. A validade do direito então não depende do valor, uma norma é válida ainda que não seja justa ou ética. Isso é: enquanto a validade representa a aplicação real em um ordenamento jurídico, o valor diz respeito a questão filosófica da norma em um contexto ideal. Além disso, as normas escritas são uma forma objetiva de representar a mudança que um Estado pretende fazer no ordenamento social. Nessa lógica, dentro de um ordenamento jurídico não existe contradição ou lacuna legal, a validade de uma lei implica a invalidez de outra norma contrária e a lei válida deve ser obedecida. Esse ordenamento é então organizado de forma a que exista uma fonte - norma escrita - que prevaleça a todas as outras, criando uma hierarquia. (BOBBIO, 1995)

É dentro desse objetivo de conferir um caráter científico e autônomo ao campo jurídico que Hans Kelsen escreve a Teoria Pura do Direito (TPD). No contexto em que estava inserido, no começo do século XX, a preocupação do jurista estava em separar o Direito das influências políticas, o que inclui o nazismo nos anos 1930. O positivismo de Kelsen é comumente associado ao regime de Hitler como embasamento jurídico para as atrocidades cometidas pela Alemanha, uma vez que pretendia separar o Direito da moral. No entanto, essa afirmação não possui validade histórica ou teórica. Os juristas alemães atuavam de acordo com sua formação, sendo essa primordialmente jusnaturalista e anterior à ascensão do nacional-socialismo. É importante destacar o papel protagonista de Kelsen na formação da república de Weimar, representando ideais social-democratas que seriam combatidos durante a década de 30. Na prática, ainda que regendo por cima da constituição de Weimar, o regime nazista não aplicava o positivismo jurídico, lidando com as normas conforme conveniente afim de sustentar a imposição da ideologia. Assim, é possível destacar uma influência nítida de Carl Schmitt ao embasar a teoria de um regime de exceção, onde o Estado opera conforme a vontade soberana do líder, nesse caso o *Füher*. O regime de exceção de Hitler desafiava a legalidade com medidas retroativas a fim de instrumentalizar o ordenamento jurídico a favor da ideologia nazista, o que por si só é anti-positivista. Para Kelsen, uma vítima da perseguição do regime, a retroatividade do tribunal *ad hoc* de Nuremberg era também grave, uma vez que violava garantias do direito penal; ainda que apresentasse a justificativa de aplicar valores morais à justiça internacional. (DA CRUZ *et al.*, 2022)

Agamben se propõe a tecer uma teoria do estado de exceção, compreendendo esse dispositivo de suspensão do direito previsto na própria norma jurídica “o estado de

exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal" (Agamben, 2004, p. 12). Sua função é servir como resposta ao Estado em casos internos extremos, um exemplo dado pelo autor é o regime nazista que se utilizou desse artifício presente na constituição de Weimar para estabelecer um regime autoritário onde era possível a eliminação de adversários políticos e categorias de cidadãos a fim de reorganizar o sistema político de acordo com a ideologia vigente. Assim, uma medida que deveria ser provisória se torna ferramenta de reestruturação da sociedade conveniente a um líder; cabe aqui pontuar a afirmação de Carl Schmitt sobre o soberano ser definido como aquele que rege sobre o Estado de Exceção. No Brasil, a constituição de 1937 criada por Francisco Campos trouxe características claras desse dispositivo e seu uso na aplicação e manutenção de um regime autoritário. Em seu art. 166, a carta em questão falava sobre a possibilidade de ameaça externa, mas também de problemas de ordem interna e o poder soberano do chefe do executivo nessa situação:

> Art 166 Em caso de ameaça externa ou imminencia de perturbações internas ou existencia de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz publica ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da Republica declarar em todo o territorio do paiz, ou na porção do territorio particularmente ameaçada, o estado de emergencia.
> Desde que se torne necessario o emprego das forças armadas para a defesa do Estado, o Presidente da Republica declarará em todo o territorio nacional ou em parte delle, o estado de guerra.
> *Paragrapho unico*. Para nenhum desses actos será necessaria a autorização do Parlamento Nacional, nem este poderá suspender o estado de emergencia ou o estado de guerra declarado pelo Presidente da Republica. (BRASIL, 1937).

Analisando o contexto histórico, com a intentona comunista em 1935 seguida pela farsa do Plano Cohen, Getúlio Vargas teve justificativa suficiente nos termos da lei válida e vigente para impor um Estado de Exceção fundamentado em uma narrativa de proteção à ordem do Estado (MOTA, 2008, p. 148-151).

Análise da jurisprudência adotada pelo STM

Gerson Moura define a política externa brasileira durante o período anterior à guerra como *equidistância pragmática*, manifestando-se nas áreas econômica, política e militar. Uma estratégia vantajosa para o Brasil, com uma economia atrasada. Nesse contexto, acordos com Estados Unidos e Alemanha ignoravam as diferenças ideológicas entre as potências e o país se manteve neutro até onde pode. Com a guerra mundial já em

curso, Vargas sentiu os prejuízos do conflito para o desenvolvimento econômico interno quando a situação da Europa afetou as exportações da indústria nacional. Sob o contexto do plano de construção de uma usina siderúrgica, o Brasil abandonou a neutralidade no dia 28 de janeiro de 1942, quando rompeu relações diplomáticas com os países integrantes do Eixo. Esse movimento gerou retaliação por parte da Alemanha, que afundou navios brasileiros, levando à uma declaração de guerra no dia 22 de agosto de 1942. No dia 31 do mesmo mês, o decreto que instituiu o estado de guerra em território nacional foi publicado. Se a constituição vigente de 1937 já possuía claros traços de um regime autoritário e ditatorial marcando o Estado Novo, a declaração de guerra suspendia direitos como *habeas corpus*, liberdade de expressão e inviolabilidade do domicílio. (FERREIRA, 2017)

É nesse contexto que em 1º de outubro de 1942, é promulgado o Decreto-Lei n.º 4.766. Assim, lançando mão dos artigos 171 e 180 da constituição vigente, Getúlio Vargas decreta uma lei de guerra que exprime o Estado de Exceção na qual o país se encontrava.

> Art 171 - Na vigência do estado de guerra deixará de vigorar a Constituição nas partes indicadas pelo Presidente da República.
> Art 180 - Enquanto não se reunir o Parlamento nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União (BRASIL, 1937).

O decreto em questão se tratava de uma lei de guerra de caráter penal, com um dispositivo que desafiava a legalidade do ordenamento jurídico: a retroatividade. Presente em seu artigo 67, ela permitia a condenação por fatos cometidos anteriormente à publicação da própria lei: “Art. 67. Esta lei retroagirá, em relação aos crimes contra a segurança externa, à data da ruptura de relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão” (BRASIL, 1942). Isso possibilitava que uma pessoa fosse condenada por um fato praticado 246 dias antes da criação da própria lei. Dessa forma, sendo um Brasil que mantinha relações bem amigáveis com a Alemanha até pouco tempo antes, a norma em questão e seus desdobramentos representam uma ruptura brusca na experiência dos indivíduos envolvidos. Usando como exemplo os casos dos réus Edmondo Di Robillant - italiano, condenado a 14 anos de prisão, já estava preso quando a lei foi decretada (BRASIL, 1948) - e Hans Kurt Werner Meyer-Clason - condenado a 20 anos de prisão, preso no dia 29 de janeiro de 1942, tendo menos de 48 horas para praticar o delito (BRASIL, 1948) ambos por crime de espionagem a favor de inimigos do Estado brasileiro e seus aliados.

O Tribunal de Segurança Nacional (TSN) foi instituído pela Lei n.º 244 de 11 de setembro de 1936, uma corte de exceção com o objetivo de reprimir comportamentos que ameaçassem a organização do Estado. Apesar da constituição então vigente (1934) vedar esse tipo de tribunal, a justificativa era a necessidade de defesa nacional decorrente da Revolução de 1935 e o Estado de Sítio resultante. Com a Constituição de 1937, o TSN se tornou um aparelho permanente do Estado Novo. O Supremo Tribunal Militar (STM), foi definido como instância superior do TSN, cabendo a ele os recursos dos processos originários do Tribunal de Segurança Nacional (SILVA, 2007). Com a dissolução do TSN, o STM assumiu os pedidos de revisão criminal, nossas fontes em questão.

Ao todo, foram analisados 78 pedidos de revisão criminal distribuídos entre 1946 e 1957, onde os réus foram condenados por delitos classificados dentro do Decreto-lei n.º 4.766 de 1º de outubro de 1942. Metade dos documentos onde o país de origem do réu foi assinalado registravam nacionalidade alemã e um quarto brasileira, sendo notável a quantidade de sobrenomes de origem germânica. A esmagadora maioria diz respeito ao artigo 21 e em segundo lugar ao artigo 23, tratando do assunto de espionagem contra o Estado Brasileiro.

> Art. 21. Promover ou manter, no território nacional, serviço secreto destinado a espionagem :
> Pena - reclusão, de oito a vinte anos, ou morte, grau máximo e reclusão por vinte anos, grau mínimo, se o crime for praticado no interesse de Estado em guerra contra o Brasil, ou de Estado aliado ou associado ao primeiro.
> Art. 23. Instalar ou possuir, ou ter sob sua guarda, sem licença de autoridade competente, aparelho transmissor de telegrafia, radiotelegrafia ou de sinais, que possam servir para comunicação a distância :
> Pena - reclusão, de dois a oito anos. (BRASIL, 1942).

Além disso, frequentemente também são assinalados os artigos 67 e 68, que tratam da retroatividade em questão. Assim, cerca de 80% dos pedidos analisados incluem a retroatividade como argumento de defesa, estratégia que pareceria óbvia a qualquer advogado que se deparasse com uma violação do princípio *nullum crimen, nulla poena sine lege*. Um exemplo é o trecho do pedido de revisão n.º 670 “Mas era inominavel, chocante, brutal, o dispositivo do art. 67 que fazia retroagir a lei penal, punindo-a posteriori, fatos que a lei anterior não previa como crime. ” (BRASIL, 1953). É possível denotar, com essa amostragem, uma frequência do uso do dispositivo.

É compreensível que em um contexto de Estado de Exceção uma lei de guerra com um recurso retroativo seja promulgada, a fim de proteger o Estado Brasileiro a todo custo e com poder o suficiente concentrado no presidente da república para tal. Mas, o

curioso é analisar a continuidade da jurisprudência que acatava o artigo 67 como válido dentro do ordenamento jurídico, mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo. Na amostragem total das revisões analisadas, 20,3% não possuíam o argumento de retroatividade na defesa; 1,3% não continha informação a respeito; 1,3% se tratava de um caso de aplicação da retroatividade, mas a defesa não se utilizou desse argumento; 1,3% solicitou cancelamento da revisão pois recebeu concessão do *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal. Já nos demais casos, onde existe retroatividade e o argumento foi utilizado no pedido de revisão, 19% foi negado, 30,5% aceito e 26,6% ignorado. Mas, de todos os pedidos onde esse argumento foi aceito, a grande maioria se tratava de casos onde a aplicação da retroatividade extrapolava o limite imposto na própria lei à data de ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo, assim, o erro não estava na validade da lei em si, mas no processo criminal que a aplicou. Apenas em 2,6% dos casos totais há reconhecimento por parte do tribunal da invalidade da norma jurídica. Convém falar que em casos onde o argumento era ignorado, não necessariamente a decisão era indeferida. Usualmente, o STM acordava em deferir parcialmente o pedido, diminuindo o tempo de reclusão ou fazendo ou reconhecendo que o delito se aplicava a um outro artigo ou legislação mais brandos.

Acatar o argumento da retroatividade deveria implicar não apenas que o Estado Brasileiro cometeu um erro sistemático durante os anos de guerra; como também que o réu deveria ser absolvido independente de ter se envolvido com a ideologia nazista. Se às vésperas da entrada do Brasil na guerra isso era visto como algo inofensivo, tomou caráter monstruoso anos depois. Cabe também questionar até onde o Tribunal de Nuremberg serviu como base para jurisprudência no Brasil do pós-guerra, tema em aberto para pesquisa futura. Mas, apesar disso, existe um caso extraordinário entre as revisões analisadas: a de número 557. Nessa ocasião, o réu Niels Christian Christensen, condenado anteriormente a 30 anos de reclusão, teve seu pedido deferido. O tribunal reconheceu como válido o argumento de retroatividade, mas não absolveu o Alemão, apenas desclassificou o delito da segunda para a primeira parte do art. 21 do Decreto-lei n.º 4.766, como forma de compensá-lo, teve sua pena diminuída para 20 anos. Além disso, a própria lei possuía um recurso compensatório para casos de retroatividade, a pena de morte não seria aplicada a esses casos: “Art. 68. No caso de aplicação retroativa da lei, a pena de morte será substituida pela de reclusão por trinta anos” (BRASIL, 1942).

Conclusão

Dessa forma, pretendemos explorar o contexto histórico do campo político e judiciário no Brasil durante a após a Era Vargas a fim de compreender os movimentos feitos das fontes catalogadas. Fazendo uma análise de longa duração conforme proposta por Koselleck, onde é possível analisar as rupturas e continuidades do *horizonte de expectativa* e *espaço de experiência* dos envolvidos nos processos, esse artigo se propôs a entender o desenvolvimento da questão retroativa na jurisprudência do STM com o passar dos anos.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico*: Lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 1995. ISBN 85-274-0328-5.

DA CRUZ, E. C. L; BORRMANN, Ricardo Gaulia. Tribunal de Nuremberg e a teoria pura do direito de Hans Kelsen. *Revista de Direito Brasileira*, Florianópolis, v. 31, n. 12, p. 229-249, Jan./Abr. 2022. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/6887/6285. Acesso em: 10 ago. 2024.

FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942: Estado e sociedade contra o reich. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 89-109, Jul./Dez. 2017.

HESPANHA, António Manuel. *A cultura jurídica europeia: síntese de um milénio.* Coimbra: Edições Almedina, S. A., 2012.

JASMIM, Marcelo Gantus e FERES, João Jr. (org.). *História dos conceitos. Debates e perspectivas.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; IUPERJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo. Estudos sobre história.* Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2007.

MOTA, Rafael Gonçalves. A evolução do conceito de Estado de Exceção no pensamento constitucional brasileiro. *Revista Jurídica da FA7*, v. 5, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Tribunais da Ditadura: o estabelecimento da legislação de segurança nacional no Estado Novo. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O Corporativismo em Português: Estado, política e sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Fontes:

BRASIL. *Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm?=undefined.

BRASIL. *Decreto-lei n.º 4.766, de 1º de outubro de 1942*. Define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4766.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%204.766%2C%20DE,que%20lhe%20conferem%20os%20arts.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Revisão Criminal n.º 469, Rio de Janeiro, 1948.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Revisão Criminal n.º 485, Rio de Janeiro, 1948.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Revisão Criminal n.º 557, Rio de Janeiro, 1949.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Revisão Criminal n.º 670, Rio de Janeiro, 1953.

O GRES Souza Soares em Niterói- Samba e Sociabilidades (1963-1985)

Leandro Manhães Silveira
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Mauro Henrique de Barros Amoroso.

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Para além de fevereiro... Samba e carnaval em Niterói (1946-1985)", ainda em andamento e buscará discutir as experiências em torno dos laços de sociabilidade e solidariedade desenvolvidos pelos componentes do Grêmio Recreativo Souza Soares, escola de samba criada por moradores atuantes de um dos morros da zona sul de Niterói, o morro do Souza Soares. O GRES Souza Soares foi criado como bloco de arrastão em 03 de outubro de 1963, formado no pé do Morro do Souza Soares por moradores sambistas que queriam fundar um bloco para animar e arrastar o povo por Santa Rosa. Em 1965, adotaram em definitivo o verde e branco e tiveram uma primeira conquista, o pessoal do Souza conseguiu elevar seu bloco à categoria de academias no desfile de Niterói. Ao longo do período 1963-1985, os sambistas ligados à agremiação reuniram esforços para realizar seus desfiles e através de deles fazer com que as identidades sociorrecreativas dos morros e da própria escola pudessem exercer o direito à cidade através dos desfiles no carnaval e para além deles, através de suas atividades cotidianas realizadas em sua quadra na Rua Lyons no bairro de Santa Rosa e em outros pontos da cidade de Niterói.

O morro do Souza Soares e o bairro de Santa Rosa.

O morro do Souza Soares faz parte da área montanhosa do Morro do Vital Brazil, ocupado pelas comunidades do Vital Brazil, Cavalão e Souza Soares e que estão situadas no bairro Santa Rosa, zona Sul de Niterói. O bairro surgiu como extensão de Icaraí, a partir do processo de ocupação da Fazenda Santa Rosa. O processo de urbanização no final do século XIX e no decorrer do século XX fez com que a área rural da região que antes era área de passagem de tropas de mulas e chácaras fosse recebendo investimentos como calçamento de ruas, abertura de outras, chegada da iluminação e do transporte de bondes. Em 1883, o Colégio Salesianos ocupou uma área de morro na outra margem do bairro, o morro do Atalaia. (NITERÓI BAIRROS, 1996, p.115,116). Em 03 de junho

de 1919, foi inaugurado no bairro o Instituto de Hygiene, Sorotherapia e Veterinária do Estado do Rio de Janeiro, a partir das leis estaduais 1.509 de 16 de novembro de 1918 e a nº 1.578, de 21 de dezembro de 1918, designando como diretor do instituto o médico Vital Brazil Mineiro da Campanha, ocupando uma área próxima desta área montanhosa. (SOUSA, 2009, p.41). No decorrer da década de 1960 o bairro passou a abrigar a Faculdade de Farmácia da UFF que adquiriu um prédio do antigo Laboratório Glaxo, na Rua Dr Mario Vianna. (MEMÓRIA UFF, 2013).

Nas décadas de 1960 e 1970 pode se verificar uma modificação nos padrões de crescimento do bairro de Santa Rosa, um crescimento do número de edifícios e processo de verticalização do bairro que passou a acomodar a classe média, assim o bairro seguiu os padrões de crescimento de Icaraí. (NITERÓI BAIRROS, 1996, p.115,116). Com a inauguração da Ponte- Rio Niterói em 1974, esse processo de gentrificação tornou-se mais intenso e mais recentemente várias áreas de Santa Rosa e do seu entorno tem originado um novo "bairro", chamado Jardim Icaraí, o que faz desaparecer ou torna invisíveis histórias e memórias de parte de bairros como Santa Rosa e Cubango. Também por essa época, com o crescimento populacional e urbanização do bairro, as encostas de morro também apresentam um aumento considerável no número de ocupações. No Morro do Souza Soares, sua população criou mecanismos e alternativas para brincar os festejos carnavalescos de momo criando dentro da favela uma agremiação nos anos 1960 que pudesse expressar a identidade e as experiências do cotidiano deles através de um bloco de arrastão que depois se transformou em academia e por fim no GRES Souza Soares.

Souza Soares- De Bloco de arrastão à Escola de Samba.

O conjunto de experiências sociorrecreativas elaboradas pelos sambistas do GRES Souza Soares no carnaval de Niterói entre o momento de sua criação em 1963 até o carnaval de 1986 materializou um projeto dos moradores da comunidade do morro Souza Soares e das adjacências de construção de uma entidade carnavalesca que a um só tempo fosse capaz de oferecer aos moradores do entorno um território de lazer e sociabilidades mas que também construiu ao longo do período uma agremiação carnavalesca que teve fôlego para disputar os carnavais na cidade, sendo capaz de dialogar com os contextos politico e social tanto nacional quanto local entre 1963 e 1985.

Analisando os enredos propostos pela agremiação nas décadas de 1960 e 1970 podemos observar a predominância dos enredos que apresentavam homenagens aos

chamados “grandes vultos” da História Fluminense: 1965- *Nilo Peçanha* (não foi avaliada), 1966, *Francisco Alves* (recebeu menção honrosa do juri), 1967, *Ary Parreiras* (terceira colocada) e por fim 1968 homenageou o médico *Vital Brazil*, obtendo a terceira colocação. Em todos esses anos a Souza Soares desfilou na categoria que representava o II grupo dos desfiles niteroienses. Já entre 1969 e 1973, os enredos passariam a desenvolver temáticas mais voltadas à chamada História oficial do Brasil: *Bandeirantes* em 1969, quando foi quarta colocada, *Debret* em 1970, vice- campeã, *Aquarela do Brasil* em 1971 quando obteve novamente o segundo lugar, o enredo ufanista e totalmente chapa branca *Brasil em Marcha* apresentado em 1972 que lhe rendeu um terceira lugar. Em 1973, boa parte das escolas de samba da cidade desenvolveram a temáticas sobre os 400 anos de Niterói e a Souza Soares apresentou o enredo: *Vila Real da Praia Grande*, obtendo novamente o vice Campeonato no II grupo. O Samba de 1972, Brasil em Marcha, saudava a cidade e destacava os feitos do Brasil gigante ventilados pelos governos militares de então:

> Boa noite Niterói/A Souza pede licença para passar/ Apresentando seu samba e seu enredo para julgarem/ Que é o Brasil em marcha (…) O petróleo abastecendo a nação lalaiá/ Temos cacau, temos café e algodão/ E mais produtos cultivados da nação lalaiá/ Estamos desempenhando este papel/ Para o bem meu Brasil/pela via Embratel. (Samba de 1972, Souza Soares, REVISTA O DESFILE…, 1972, p.24).

Antes de qualquer correlação entre a escola e o regime militar, cabe importante reflexão: Desde o início da Ditadura em 1964, as escolas de samba de Niterói passariam a ser objeto de fiscalização do Departamento de censura de diversões públicas. Enredos, letras de samba, desenhos de fantasias e alegorias passariam a ser monitorados e precisavam de autorizações para serem liberadas para os desfiles. Um excesso de burocracia, repressão moralista contra a folia e tentativas constantes de mudanças nos horários de desfiles das escolas de samba em 1966, por exemplo, além do aumento de policiamento e de prisões de sambistas durante o período da festa. (SILVEIRA, SILVA E VIUG, 2017, p. 127).

Através de sua existência enquanto instituição carnavalesca e a partir de seus enredos, ensaios e desfiles, a escola de samba dialogou com as questões sócio culturais e políticas em trânsito, tais como a penetração da classe média nas escolas de samba, -penetração essa repleta de embates e aproximações a partir de interesses mútuos-, também o processo de repressão e censura do período da Ditadura militar, mais intenso para agremiações carnavalescas entre 1968 e 1976. O GRES Souza Soares conseguiu elaborar um repertório carnavalesco e identitário ao longo de seus carnavais que pode

diferenciá-la enquanto escola de samba na cidade de Niterói. Tal repertório foi se tornando mais crítico a partir de 1978, com o subsequente processo de popularização da agremiação que ganhava cada vez mais admiradores na cidade de Niterói e para além dela.

Assim, de escola do bairro com pequeno porte, a partir dos anos 1970, a Souza cresceu em tamanho, mídia, números de componentes e que a cada ano ganhou mais e mais a simpatia do público da cidade tanto antes do carnaval, em seus ensaios na quadra da Rua Lyons, quanto na pista de desfiles da Avenida Amaral Peixoto. A partir de 1978 temos uma mudanças no perfil dos enredos da Souza Soares. Através de enredos leves e críticos à política e aos problemas sociais, seus desfiles eram comparados à União da Ilha do Governador e Caprichosos de Pilares, escolas do Rio de Janeiro que eram extremamente populares no período e apostavam em enredos de crítica social na cidade vizinha. Um bom exemplo foi o carnaval de 1983, quando a escola decidiu homenagear o comunicador Abelardo Barbosa, o "Chacrinha", com o título: Alegria, alegria, esta vida é uma folia. Momentaneamente a crítica social explorada no carnaval de 1982 com o enredo: Tudo bem? Sei lá, vamos à luta que a vida é curta, deu lugar para a irreverência, colorido e jocosidade, características do homenageado. A dupla de compositores Bernardo e Gelson juntou-se a compositora Rosane para ganhar o samba daquele carnaval. Assim como no pré carnaval de 1982, a ala surgiu no ato desempenhou muito bem em evento realizado no último fim de semana de janeiro para animar os foliões da escola e seus visitantes. Desta feita, segundo o colunista Geraldo Perello, a sopa de legumes com muita cerveja seria servida durante noite de samba em 28 de janeiro de 1983 onde também seria feita a escolha das 12 mulatas que integrariam o desfile da agremiação em 1983, mais um a vez, a rainha de bateria Adele Fátima marcaria presença. (O Fluminense, 22-01-1983, p.10).

No dia do seu desfile, a comunicabilidade com o público das arquibancadas, algo que já se tornara corriqueiro para a verde e branca do morro do Souza Soares se fez presente, o que ajudou a criar uma expectativa de alçar o primeiro lugar. Apontada como uma das favoritas pelo jornal O Globo na sessão Grande Rio em sua edição de 16 de fevereiro de 1983, na edição do mesmo dia, o Fluminense destacava não só o luxo de suas alegorias, mas também a excelente interação com o público, além de mostrar que mesmo com um enredo mais leve e jocoso e nem tão crítico como no carnaval anterior, o espaços para a crítica veio através dos estandartes à moda Chacrinha. Estes ironizavam o cotidiano niteroiense com frases como: "Alô Hercílio Miranda como vai sua banda",

Alô turma da imprensa, aquele abraço" e o mais impactante politicamente: "Alô Waldenir, Niterói vai ou não vai sorrir?", em alusão ao então recém empossado prefeito da cidade de Niterói, Waldenir Bragança que assumira o cargo no início de fevereiro de 1983. (O Fluminense, 16-02-1983, p.09).

Por fim é importante salientar o que nos salta aos olhos quando adotamos uma perspectiva de análise que se aproxima do cotidiano da escola de samba Souza Soares e de seus componentes para além do carnaval: Aparecem muito mais do que indícios ou pistas sobre suas experiências travadas no bairro e na cidade de Niterói. É possível entender que também a Souza Soares conseguiu arregimentar e formar em seu território de samba na rua Lyons sambistas de diferentes funções nos quadros de uma agremiação: mestre de bateria, escultores, compositores, passistas, presidents, dirigentes do samba, entre outros, além dos foliões de ocasião, aqueles que só visitam as escolas próximo ao carnaval, constituindo-se também como um grêmio recreativo formador e transformador do samba da e na cidade de Niterói, ao contrário do senso comum e da memória cristalizada sobre o carnaval da cidade que afirmam e elegem Cubango e Viradouro como as duas agremiações que dividiam entre si as atenções, torcida, público e carisma na cidade.

Um dos exemplos de uma personalidade "esquecida" do samba da cidade e um dos fundadores da Souza, Paulo Roberto Caldeira, o "Paulinho Russo" participou da agremiação em todas as sua fases, e que através de sua prática cotidiano elaborou novas experiências para o carnaval da cidade e para além dele. Um daqueles sujeitos simples, trabalhador, morador de morro, cujo o aprendizado adquirido parece ter vindo mais da prática cotidiana dos afazeres do dia-a-dia do que das teorias. Em entrevista ele diz que o bloco se originou de um que existia no pico do morro e que era azul e branco. O bloco de arrastão desfilava com cordas e o povo saía vestido de sunga. No tempo do improviso, nos primeiros anos de bloco e academia, esses fundadores cercaram um terreno baldio onde uma casa havia desabado com o temporal e ali forjaram uma "quadra sem telhado e sem parede", onde mais tarde foi levantada a quadra. Ali começaram a desenvolver as sociabilidades com os moradores em torno da Souza Soares. Samba, comes e bebes: A famosa "borrachada"- cachaça com limão e sardinha frita passariam a atrair o pessoal para o sambão aos sábados, como relembrou Paulinho:

> Fazia sardinha frita, e aí fazia o Limão (borrachada), botava um galão de vinho, e aí botava o carnaval na rua. Ficava cheio, na corda ainda por cima. Era todo sábado, no balcão de madeira ali, Piti na borrachada e eu fritando sardinha. Arranjei um galão que eu coloquei a cerveja. (PAULO ROBERTO CAMPOS, 2015).

Paulinho, apesar de ser um dos fundadores nunca foi presidente. Isto porque sempre foi trabalhador de barracão. Desde 1963 ele se fez presente nos barracões desenvolvendo e ensinando para outros o que inventava para criativamente expressar artisticamente as ideias e os enredos desenvolvidos pelos artistas de renome e carnavalescos como Clóvis Bornay que idealizavam os enredos para a Souza Soares. De início, Russo trazia do centro da cidade, da Rua da Conceição, compensados de madeira de embalagem de geladeira e a partir deste material moldava a sua arte, depois inovou desenvolvendo os primeiros carros alegóricos com estrutura de ferro no início dos anos 1980. Nos anos 1960 e até o início dos 1980 ainda se observava equipes de barracão usando a criatividade e construindo suas alegorias e tripés de modo artesanal. e os carros alegóricos eram menores e feitos de madeira. Até mesmo as escolas de samba maiores da cidade como Viradouro e Cubango desfilavam com este material mais simples. Paulinho inovou e depois levou a novidade para o Rio, apresentando-a ao carnavalesco da Beija-Flor de Nilópolis à época, Joãosinho Trinta que adotou esse modelo na cidade maravilhosa.

Conclusão

O conjunto de experiências sociorrecreativas elaboradas pelos sambistas do GRES Souza Soares no carnaval de Niterói entre o momento de sua criação em 1963 até o carnaval de 1985 materializou um projeto dos moradores da comunidade do morro Souza Soares e das adjacências de construção de uma entidade carnavalesca que a um só tempo fosse capaz de oferecer aos moradores do entorno um território de lazer e sociabilidades mas que também construiu ao longo do período uma agremiação carnavalesca que teve fôlego para disputar os carnavais na cidade, sendo capaz de dialogar com os contextos politico e social tanto nacional quanto local entre 1963 e 1985.

Através de sua existência enquanto instituição carnavalesca e a partir de seus enredos, ensaios e desfiles, a escola de samba dialogou com as questões sócio culturais e políticas em trânsito, tais como a penetração da classe média nas escolas de samba, -penetração essa repleta de embates e aproximações a partir de interesses mútuos-, também o processo de repressão e censura do período da Ditadura militar, mais intenso para agremiações carnavalescas entre 1968 e 1976. O GRES Souza Soares conseguiu elaborar um repertório carnavalesco e identitário ao longo de seus carnavais que pode diferenciá-la enquanto escola de samba na cidade de Niterói.

A agremiação Souza Soares foi construindo-se como uma agremiação de pequeno porte que a partir dos anos 1970 cresceu em tamanho, mídia, números de componentes e que a cada ano ganhou mais e mais a simpatia do público da cidade tanto antes do carnaval, em seus ensaios na quadra da Rua Lyons, quanto na pista de desfiles da Avenida Amaral Peixoto. Ao percorrer a trajetória do GRES Souza Soares busquei compartilhar a prática metodológica e historiográfica de que Maria Clementina Cunha nos desafia trilhar: "Identificar de que maneira se estabelecem as relações entre classes e grupos sociais em plano muito mais simbólico e cotidiano do que estamos habituados, estendendo ao infinito as fronteiras do politico." (CUNHA, 2001, p.312). Ou seja, assim como Clementina, Entendo que ao estudar o carnaval, as escolas de samba é necessário ir além de observar os rituais de inversão e válvulas de escape, é preciso arriscar uma interpretação que reestabeleça os nexus entre as diversas práticas carnavalescas, os significados que possuiam para os seus protagonistas em meio aos embates que se desenrolaram nos territórios das quadras, nos palcos dos desfiles, mas também no cotidiano para além da efeméride carnavalesca de cada ano.

Essa análise só foi possível a partir de uma investigação histórica que busca incorporar como fontes de análises e reflexões históricas, outras memórias que se colocam dissonantes daquilo que é consenso ou se coloca como memória definitiva. Yara Aun Khoury nos recomenda ampliarmos a noção de cultura e modificarmos a noção de cultura popular, "considerando-a não algo à parte, em oposição a uma cultura dominante, mas o espaços da diferença, e ambas constitutivas da mesma cultura, que é de todos" (KHOURY, 2004, p.119).

Referências:

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia.* Coimbra: Quarteto, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DE A. VIEIRA, M. do P.; DA C. PEIXOTO, M. do R.; KULCSAR, R.; AUN KHOURY, Y. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n. 3, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12495. Acesso em: 7 jan. 2025.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Eds.). *La invención de la tradición.* Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Olho d'Água, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: Unicamp, 2013.

MEMÓRIA UFF. Disponível em: http://www.memoria.uff.br/. Acesso em: 2 maio 2024.

PERIGO, João. *Carnaval de Niterói: o resgate das memórias esquecidas.* São Paulo: Clube de Autores, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro; RIBEIRO, T. M. T. Janine; FENELÓN, R. T. D. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n. 14, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233. Acesso em: 7 jan. 2025.

SILVEIRA, Leandro M.; VIUG, Matheus T.; SILVA, Winnie Delmar S. *Antigamente é que era bom: a folia niteroiense entre 1900-1986.* Niterói: Niterói Livros, 2017.

SOUSA, Rosa Gouvêa. *Memórias de trabalhadores do Vital Brazil: um diálogo entre a saúde e a comunidade.* Rio de Janeiro: FGV – CPDOC – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, 2009.

ZIBECHI, Raul. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas.* Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Fontes:

Entrevistas:

CASTELLAR, Ademir (Ping Pong). Entrevista concedida a Leandro M. Silveira e Matheus Viug em 4 fev. 2015.

CAMPOS, Paulo Roberto (Paulinho Russo). Entrevista concedida a Leandro M. Silveira e Matheus Viug em 4 fev. 2015.

SAUD, Jofre. Entrevista concedida a Leandro M. Silveira, Matheus Viug e Sthephanie Antero em 9 dez. 2014.

Documentos, Revistas e Jornais:

A TRIBUNA. 9 jan. 1966, p. 8.

A TRIBUNA, Coluna Vamos Sambar. 2 fev. 1977.

A TRIBUNA, Coluna Vamos Sambar. 16 fev. 1977.

A TRIBUNA. 14 jan. 1978.

A TRIBUNA. 9 fev. 1978.

JORNAL ICARAÍ. Edições: 16-22 fev. 1985; 1-6 fev. 1986; 22-28 fev. 1986.

O FLUMINENSE. Edições de: 28 fev. 1973, p. 10; 9 jan. 1976, p. 13; 11-12 jan. 1976, p. 15; 13 jan. 1978, p. 10; 20 jan. 1979, p. 12; 23 jan. 1979, p. 14; 2 fev. 1979, p. 12; 9 fev. 1979, p. 12; 28 fev. 1979, p. 3; 22 fev. 1980, p. 3 e 5; 5 mar. 1981, p. 2; 31 jan. 1982, p. 11; 24 fev. 1982, p. 4; 22 jan. 1983, p. 10; 16 fev. 1983, p. 9; 17 fev. 1983, p. 7; 7 mar. 1984, p. 7; 5 jan. 1985, p. 9; 22 fev. 1985, p. 8.

O GLOBO. Edições de: 16 fev. 1983, p. 9; 15 jan. 1984, p. 4; 26 fev. 1984, p. 5; 23 dez. 1984; 2 fev. 1986, p. 14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI (Consultoria Especial de Ciência e Tecnologia). *Niterói Bairros.* Niterói, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Projeto Municipal nº 3/73. Autor: Jofre Saud. Publicado em: 14 abr. 1973. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/resolucao/1973/74/733. Acesso em: 25 jan. 2024.

Revista Desfile das Escolas de Samba e Blocos de Niterói. Beca Produções, Niterói, edições: 1972-1989.

A Operação Lava Jato no jornal O Estado de S. Paulo: a construção de um consenso em torno do antilulismo

Letícia Crespo Bomfim
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese do doutorado, cujo título é "A Operação Lava Jato no jornal O Estado de S. Paulo: a construção de um consenso em torno do antilulismo", ainda em andamento. Temos como objetivo apresentar os avanços da pesquisa que levanta a hipótese de que o jornal O Estado de S. Paulo (OESP) mobilizou a Operação Lava Jato e suas consequências para neutralizar o "lulismo", agindo como aparelho privado de hegemonia[325] ao buscar o consenso em torno da descrença em relação ao partido e ao seu projeto neodesenvolvimentista[326], e pedir a deposição de Dilma Rousseff.

Ao analisarmos os impactos da cobertura que a mídia faz de escândalos políticos[327] na opinião pública, seguimos a perspectiva de Marcos Otavio Bezerra, que afirma que

---

[325] Segundo Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia, são formados por escolas, sindicatos, partidos, imprensa e outras instituições, organizadas no interior da sociedade civil, e que são responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias formadoras da consciência social. São, portanto, os agentes da hegemonia, os portadores materiais da produção ideológica que buscam consolidar apoio na sociedade civil, seja para manter a dominação por parte dos grupos dominantes, seja para construção de projetos contra-hegemônicos pelas classes subalternas.

[326] Segundo Luiz Carlos Bresser: "Como teoria, o Novo Desenvolvimentismo está ou correto ou errado. Como adota uma abordagem histórica e holística, os aspectos sociais e políticos são componentes essenciais dessa teoria. Ela procura explicar como alguns países que realizaram sua revolução industrial e capitalista tardiamente aumentaram o bem-estar material de sua população e se tornaram países de renda média. E também busca explicar por que muitos países deixaram de experimentar o progresso ou desenvolvimento humano, associando este fato a uma combinação de liberalismo econômico com populismo fiscal e cambial." (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Mercadante defende que o conceito de neodesenvolvimentismo consiste na elevação do social à condição do eixo estruturante do crescimento econômico, a partir de um mercado de consumo ampliado e políticas de renda e inclusão social. "Esse fortalecimento do consumo popular e da mercado interno seria capaz de gerar um novo dinamismo econômico [...] impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado". (MERCADANTE, 2010)

Para Boito Jr., o neodesenvolvimentismo é um programa de política econômica e social que busca o crescimento da economia brasileira com alguma transferência de renda, sem que para isso seja necessário o rompimento com o neoliberalismo que estava vigente no país. (BOITO JR.).

[327] Marcos Otavio Bezerra compreende o conceito de corrupção como "práticas que integram o funcionamento real do Estado, da atividade política e a formas de sociabilidade legitimas do dia a dia, tais

> A publicação de denúncias de corrupção pelos meios de comunicação está associada [ao] interesse político (apoio ou não a determinada figura pública) e especialmente comercial (vendas das edições) que acompanham a divulgação destas denúncias, e que, não deve-se deixar de observar, impõem constrangimentos à produção das informações. (BEZERRA, 2018, p. 31)

Ainda Érica Baptista e Helcimara Telles, afirmam que tais escândalos podem não só causar danos nas imagens dos envolvidos, mas também resultar em descrença nas instituições. Além disso, a figura de um governante e seu governo podem sofrer desconfianças por parte da opinião pública, influenciada pela veiculação da mídia, o que, por sua vez, pode ter como consequência a erosão da legitimidade das instituições e a estabilidade do regime democrático. Este processo pode levar os indivíduos "a um sentimento de cinismo e desmoralização no conjunto de efeitos negativos da mídia". (BAPTISTA; TELLES, 2018, p. 216)

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa, entendemos que este era o objetivo do jornal O Estado de S. Paulo ao veicular massivamente notícias sobre a Operação Lava Jato. Isto, pois, OESP insere-se em uma agenda representada pela grande imprensa brasileira que assume um posicionamento antipetista e em defesa do campo neoliberal ortodoxo.

Luis Felipe Miguel afirma que desde que o PT havia se tornado uma força política relevante, os meios de comunicação empresariais brasileiros manifestam seu antipetismo militante (MIGUEL, 2019). Por sua vez, Fernando Antônio Azevedo afirma que a grande imprensa compromete-se com as coalizões de centro-direita, com partidos de orientação liberal-conservadora, opondo-se assim à ideologia nacional-desenvolvimentista, às políticas distributivas. Para tanto, aciona estratégias que colocam os defensores destas políticas como radicalistas e populistas, associando-os a escândalos de corrupção, ao caos. Assim, segundo o autor, "é possível caracterizar a atuação da grande imprensa diária através do conceito de paralelismo política e sugerir que seu antipetismo tem raízes ideológicas, numa visão política liberal que se opõe às ideias nacionalistas, estatistas e desenvolvimentistas do trabalhismo no passado e do petismo no presente" (AZEVEDO, 2017, 120).

---

como as ajudas mútuas e as trocas de presentes. Para isso, analiso algumas dimensões da atuação de uma grande em presa de construção de obras públicas junto ao Estado" (BEZERRA, 2017, p. 100).

Partindo dessa concepção, o autor diferencia "escândalo" de "corrupção": "corrupção pode ocorrer sem necessariamente tornar-se conhecida e rotular um comportamento como escandaloso envolve um processo bastante complexo que obedece a regras específicas.". Este processo se dá pela revelação, publicação, defesa, dramatização, execução (julgamento) e rotulação. (BEZERRA, 2018, p. 33)

A Operação Lava Jato e o contexto brasileiro

A Lava Jato deveu-se a uma investigação iniciada em março de 2014[328], deflagrada pelo Ministério Público Federal do estado do Paraná, que logo uniu-se à uma força tarefa composta também pela Polícia Federal e ações do Supremo Tribunal Federal. A Lava Jato revelou um grande esquema de corrupção na Petrobrás e em grandes obras de infraestrutura. Segundo site do Ministério Público, esta é considerada a maior investigação anticorrupção e de lavagem de dinheiro já conduzida na história do Brasil, atingindo centenas de políticos e algumas das maiores empresas do país, estatais e empreiteiras. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL)

Entendemos que esta operação foi uma estratégia fundamental para o processo de impeachment de Rousseff, pois assegura maioria parlamentar contra a presidenta. Como reitera Singer, a Lava Jato fustiga sem parar Lula da Silva, liderança petista, e transforma o sentimento antilulista em um catalisador do impeachment. Segundo Singer, "as prisões e condenações, sob cobertura extensiva dos meios de comunicação, constituíram o roteiro completo de culpabilização e desmoralização do lulismo perante os olhos do público, o qual foi sendo mobilizado para pedir a deposição de Dilma". (SINGER, 2018, posição 4135)

Apesar de, em um primeiro momento, ter obtido bons resultados, a investigação da Lava Jato tornou-se um mecanismo de ataque ao sistema político brasileiro.

> é possível perceber a politização de diferentes maneiras: em primeiro lugar, ainda durante o período eleitoral foram realizados vazamentos seletivos sobre a eventual participação da presidenta Dilma e do ex-presidente Lula no esquema de corrupção. O segundo momento da Lava Jato tem [...] como objetivo principal chegar aos membros do sistema político, que Moro 15 considera o principal objetivo da operação [...]. Assim, a Lava Jato parou de mirar a corrupção na Petrobras e passou a ter uma estratégia de criminalização seletiva do sistema político. (AVRITZER, 2018, p. 35)

Segundo Avritzer, é nesta fase que há uma "pessoalização" dos elementos criminais, ou seja, hipóteses acerca de um crime que desgastassem um partido ou um político ganham uma grande relevância. Essa "pessoalização" se dá em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) e suas lideranças. Para André Singer, a operação Lava Jato, junto aos meios de comunicação, mobiliza uma narrativa na qual Lula, Dilma e o PT formavam uma organização criminosa que deveria ser retirada do cenário político brasileiro. (SINGER, 2018, posição 3842)

[328] Levando-se em conta que é no ano de 2014 que inicia-se a Operação Lava Jato, iniciaremos as análise de fontes no mesmo período, tendo como recorte final o ano de 2016 - ano de impeachment de Rousseff.

Assim, como citado na introdução deste trabalho, entendemos que o apoio à Lava Jato vinha de seus resultados, das suas consequências concretas para o embate político, e para ser ainda mais claro, para as dificuldades que gerava para o governo petista.

> Em resumo, a Lava Jato revelou um esquema de corrupção na Petrobras e adjacências, remontando a eras geologicamente profundas da política brasileira. A partir desse ponto de vista, sejam quais forem as motivações de seus agentes, a operação teve efeito nitidamente republicano. O PT, porém, como agremiação do governo e do campo da esquerda, foi de longe o que pagou o maior preço, representado pelo impeachment de Dilma e a condenação de Lula. (SINGER, 2018, posição 4417)

No entanto, é necessário que se entenda também o contexto além do esquema de corrupção. O apoio à Operação Lava Jato e a popularização do impeachment ocorre em um contexto no qual o projeto neodesenvolvimentista dos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff entra em crise com o agravamento da crise de 2008.

Ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff e sob a adoção de uma política anticíclica, o Plano Brasil Maior ou, como ficou conhecida, a Nova Matriz Econômica[329], entre 2010 e 2012, a produção industrial reduziu 3,7%, enquanto a utilização da capacidade instalada do setor industrial caiu de 85% para 80%. A participação industrial no PIB brasileiro também foi reduzida: em 2011, respondia por 13,9%, chegando a 10,9% em 2014. Além do contexto de desindustrialização, o Brasil assistiu a alta da inflação e a desaceleração do PIB, que cresceu apenas 0,5% em 2014.

> o fracasso do Plano Brasil Maior certamente foi determinante para o rompimento da aliança política com a FIESP e até mesmo com algumas centrais sindicais. FIESP e Força Sindical trabalharam contra a reeleição de Dilma, em 2014, e depois formaram parte da linha de frente do movimento a favor do golpe jurídico e parlamentar de 2016. (NETO, 2020, p. 128)

Ainda assim, Dilma Rousseff saiu vitoriosa do processo eleitoral de 2014 e alcançou sua reeleição. André Singer, no entanto,aponta que, quando reeleita em 2014, Dilma assumiu o país imerso em um cenário de intensa polarização, que alimentava um acirramento entre o “lulismo” e o “anti-lulismo” – principalmente depois dos movimentos de junho de 2013. (SINGER, 2018, p. 170)

Ampliava-se, assim, a crise política e econômica no governo de Dilma Rousseff . Era este contexto, somado ao recrudescimento da Operação LavaJato e a oposição

[329] A Nova Matriz Econômica adotaria medidas de redução dos juros; estabelecimento de linhas de créditos pelo BNDES para que fossem investidos nas empresas através de passes recebidos do Tesouro; uma política industrial de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e desonerações tributárias; reformas do setor elétrico; a desvalorização do real – considerada uma grande distorção da economia brasileira –, além do controle de capitais e proteção ao produto nacional.

ferrenha que se fazia no Legislativo, que marcariam os meses que antecediam o processo de impeachment da presidenta.

A Lava Jato nas páginas de OESP

Como já citado, os governos considerados neodesenvolvimentistas sempre foram associados à escândalos de corrupção, ao caos pela imprensa brasileira. Desde o escândalo do "Mensalão", *OESP* repete o argumento de que embora o PT e suas lideranças não tivessem inventado a corrupção, a aprimorou e a tornou "método político". A partir da análise prévia das fontes, editoriais e matérias internas de OESP, percebe-se que o jornal comenta quase que diariamente o cerco da Operação Lava Jato, passando a apoiá-la indistintamente. O Estadão deixa clara a sua rejeição ao PT e traça uma ligação entre o Mensalão e a Lava Jato; o jornal defende e constrói a ideia de que Dilma e Lula são os mesmos personagens políticos, como as mesmas estratégias corruptas.

Dentro das páginas do periódico, a Operação Lava Jato ganha o objetivo de perseguir politicamente o partido e sua liderança política, Lula. É importante ressaltar que, apesar desta pesquisa concentrar-se em um período no qual Dilma Rousseff estava no governo e que as ações da Lava Jato tiveram como efeito objetivo a queda da presidenta, era o ex-presidente Lula que encarnava o projeto político neodesenvolvimentista nas páginas do jornal:

> "Está claro, desde os tempos do Mensalão, que Lula não apenas sempre soube da corrupção que devastou a administração pública sob os governos do PT, como a corrupção em si mesma acabou por se tornar um método, cujo mentor não pode ser outro senão o ex-líder sindical que ascendeu a máscara de herói da ética na política" (OESP, 05/03/2016, p. A2).

Em contrapartida, a Operação Lava Jato é elogiada pelo jornal. bem como o juiz Sérgio Moro e a Polícia Federal. A operação estaria renovando "as esperanças em relação ao país", "seria um alento aos cidadãos honestos". Para o jornal, o "nível endêmico de corrupção na vida pública brasileira" (*OESP*, 07/01/2016, p. A3 e 26/03/2016, p. A3) poderia chegar ao fim após concluída a investigação.

Mesmo diante das críticas aos vazamentos seletivos de documentos da Lava Jato e, também, dos manifestos de inúmeros advogados criminalistas que apontavam as ilegalidades da operação – como prisões preventivas, conduções coercitivas, etc. –, o Estadão age como advogado da operação. Para o jornal, tais manifestos eram "irrefletidos" (OESP, 10/01/2016, p. A3), e estavam "plenamente inseridos nos caminhos institucionais"(OESP, 28/01/2016, p. A3); ao contrário, era o PT que tentava politizar as

críticas a Operação. Isto fica ainda mais evidente em dois episódios marcantes neste processo: em março, Moro conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula e, dias depois, divulgou ilegalmente uma conversa do mesmo com a presidente Dilma Rousseff. O jornal sustenta que as escutas feitas por Moro estavam de acordo com a lei e que a tentativa de criminalizá-la era "coisa de aloprados" (OESP, 21/03/2016, p. A3).

Em *O Estado de S. Paulo*, no período analisado, percebemos, na análise de seus editoriais e matérias internas, seu alinhamento aos paradigmas neoliberais, colocados em oposição aos governos petistas. Em seus conteúdos alarmistas, o jornal associava as crises econômicas e política, além de associar a raiz dos males do cenário brasileiro ao "lulismo", e apresentava uma "lição de casa" – de cunho neoliberal e ortodoxo – à Rousseff: "implantação de um sério e imediato ajuste fiscal"; "incluir contenção de gastos, revisão de tarifas, menos transferência do Tesouro aos bancos federais e algum aumento de tributos" (OESP, 19/12/2014, p. A3 e 20/12/2014, p. A3).

Para *OESP*, o Partido dos Trabalhadores propõe o retorno de uma economia desenvolvimentista, uma política de "agenda populista de gastança pública desenfreada", que acabou por levar o Brasil ao "abismo econômico" (OESP, 31/03/2015, p. A3, 21/04/2015. P. A3, 13/07/2015, p. A3 e 07/09/2015, p. A3). Em editorial que antecedia o processo de afastamento de Dilma Rousseff em 2016, *OESP* afirma o "desastre" do governo Dilma poderia se preparar para o esquecimento – entende-se que o impeachment representaria uma ruptura completa e que aquele processo era impulsionado pela

> "repulsa que a imensa maioria dos brasileiros manifesta pelo governo lulopetista, a recessão econômica em que o país foi jogado pela gestão irresponsável da presidente [...]; a Operação Lava Jato revelando até que ponto o governo se comprometeu com a corrupção, transformada em método político; e as mentiras deslavadas com as quais Lula, Dilma e a tigrada enganaram a Nação durante anos (OESP, 11/05/2016, p. A3).

Ao dar espaço a economistas ideologicamente alinhados aos ideais neoliberais, percebemos nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* a defesa da ideia de que o Brasil só retomaria a confiança do mercado quando o PT estivesse afastado da política fora do governo. Resolvida a crise política, isto é, com o PT fora do governo, as expectativas seriam revisadas e tudo passaria a correr dentro dos trilhos (OESP, 19/03/2016, p. 249).

Referências:

AVRITZER, Leonardo. Operação Lava Jato, Judiciário e Degradação Institucional. In: KERCHE, Fábio; FERES JUNIOR, João (orgs.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. Editora Contracorrente. Edição do Kindle, 2018.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2017.

BAPTISTA, Érica; TELLES, Helcimara. Lava Jato: escândalo político e opinião pública. In: KERCHE, Fábio; FERES JUNIOR, João (orgs.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. Editora Contracorrente. Edição do Kindle, 2018.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, mai.-ago., 2017.

BEZERRA, Marcos Otavio. *1964-Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil* / Marcos Otavio Bezerra. - 2. ed. - Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2018.

BEZERRA, Marcos Otavio. Corrupção e Produção do Estado. *Repocs*, v.14, n.27, jan/jun. 2017.

BOITO JR, Armando. *As políticas do Neodesenvolvimentismo.*

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimento e o Desenvolvimentismo Clássico. *Revista de Economia Política*, vol. 36, nº2 (143), pp. 237-265, abril-junho/2016.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (orgs.). *Miragem do Brasil* dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira:* do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELO, Wanderson Fabio de. A falência do novo desenvolvimentismo, o golpe de 2016 e a queda do governo Dilma Rousseff. In: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (orgs.). *Miragem do Brasil* dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

MERCADANTE, Aloizio. *O Governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: os meios de comunicação. *BIB*, Rio de Janeiro, n°49, 1/2000.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019

Ministério Público Federal. Caso Lava Jato. Recuperado de http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato. Acessado em: 02/10/2023.

NETO, Sydenham Lourenço. Limites do neodesenvolvimentismo petista e as raízes do impeachment de Dilma. In: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (orgs.). *Miragem do Brasil* dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável partido neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SINGER, André. *O lulismo em crise:* um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Versão Kindle).

SILVA, Carla Luciana. Jornalismo econômico: história dos vencedores. In: SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina. *História e imprensa: estudo de hegemonia*. Porto Alegre: FCM Editora, 2012.

Fontes:

O Estado de S. Paulo, 19/12/2014, p. A3.

O Estado de S. Paulo, 20/12/2014, p. A3.

O Estado de S. Paulo, 31/03/2015, p. A3.

O Estado de S. Paulo, 21/04/2015. P. A3.

O Estado de S. Paulo, 13/07/2015, p. A3.
O Estado de S. Paulo, 07/09/2015, p. A3.
O Estado de S. Paulo, 07/01/2016, p. A3.
O Estado de S. Paulo, 10/01/2016, p. A3
O Estado de S. Paulo, 28/01/2016, p. A3.
O Estado de S. Paulo, 05/03/2016, p. A2.
O Estado de S. Paulo, 11/05/2016, p. A3
O Estado de S. Paulo, 19/03/2016, p. 249.
O Estado de S. Paulo, 21/03/2016, p. A3.
O Estado de S. Paulo, 26/03/2016, p. A3

A Arquidiocese de Niterói e a formação conservadora do clero

Marcelo Macêdo de Almeida
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "A Juventude da Arquidiocese de Niterói: a disputa do campo religioso entre progressistas e conservadores (1973-2003)", ainda em andamento. Começamos a abordagem a partir de um tema relevante da pesquisa que é o fato de o clero arquidiocesano niteroiense ser conservador. Em estudos já realizados sobre pastorais ligadas à Teologia da Libertação, a diocese local sempre tinha como líder um bispo que abraçava esses ideais, contudo a movimentação dessas pastorais sociais na igreja de Niterói precisou se adaptar ao conservadorismo do clero, incluindo também o movimento de Renovação Carismática Católica (RCC).

Esse conservadorismo se intensifica a partir da sua elevação à condição de arquidiocese, em 1960. Década marcada por profundas transformações sociais em todo o mundo. No momento em que o vivia o período da Guerra Fria (HOBSBAWM: 2015), com a América Latina mergulhada em ditaduras (ZANATA: 2017), que no Brasil se inicia com o golpe militar de 1964. A década também marcou mudanças culturais, com o movimento da Contracultura questionando o poder das autoridades estabelecidas, fossem governo, professores, família e, também, a religião. Se destacava o papel das mulheres e a revolução sexual (HOBSBAWM: 2015).

Os ventos de mudança soprariam no mundo católico por meio do Concílio Vaticano II (1962-1965), que atualizou e modernizou os ritos da Igreja Católica Apostólica Romana e atribuiu ao leigo um papel fundamental, se configurando como uma verdadeira inovação no catolicismo. O novo papel atribuído aos leigos impactou diretamente em seu maior envolvimento na liturgia, na catequese, administração paroquial e também nos serviços de caridade social, antes exclusividade do clero. O Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII em 1962, mas ele faleceu em junho 1963 e o concílio foi terminado por Papa Paulo VI, em 1965. Suas proposições são um marco na história da Igreja e teve profundas repercussões no mundo católico. Segundo Mendes (2011) ele foi a mais

profunda mudança católica desde o início da Idade Moderna, um rompimento com o que restava da cristandade medieval.

A Arquidiocese de Niterói e seu primeiro arcebispo

As mudanças do Vaticano II foram sentidas na Igreja de Niterói com suas particularidades, isso porque havia acabado de ocorrer sua elevação à condição de Arquidiocese[330], abrangendo em sua jurisdição eclesiástica, além de Niterói, os municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito, Tanguá, Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim (MATA E SILVA: 2010). A nova arquidiocese teve como primeiro arcebispo Dom Antonio de Almeida Moraes Júnior, que estudou no Seminário Diocesano de Taubaté (SP) e foi ordenado sacerdote em 1927, permaneceu em São Paulo até se tornar bispo de Montes Claros, em Minas Gerais, em 1948. Após três anos se tornou arcebispo de Olinda e Recife, em Pernambuco[331]. Em Pernambuco, Dom Antonio já mostrava sua inclinação em debater pautas políticas ao participar de encontros entre bispos e técnicos do Nordeste na segunda metade da década de 1950, como parte da política aplicada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), que propunha uma ação conjunta entre Igreja e Estado para promover o desenvolvimento do Nordeste. A iniciativa originou a Operação Nordeste (Openo) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)[332].

O período de Dom Antonio como bispo em Pernambuco é estudado por Cabral e Leite (2012), quando sempre se posicionava contra o comunismo e o socialismo. Seu pensamento publicado em diversos livros traz, por vezes, a defesa de um retorno a religiosidade medievalista, com Deus como condutor das ações humanas em sociedade. Em livros, Dom Antonio deixa claro que não quer o fim do sistema capitalista ou uma sociedade sem classes, mas sim melhorias graduais dentro da Doutrina Social da Igreja. É com este posicionamento acerca da religião que Dom Antonio assume a Arquidiocese de Niterói em 21 de agosto de 1960[333]. À frente da Arquidiocese de Niterói até 1979, os quase 20 anos de arcebispado de Dom Antonio vão dar o tom da religiosidade local.

---

[330] A elevação se deu por meio da bula *Quandoquidem Verbis*, do Papa João XXIII, que elevou e criou outras dioceses no Brasil.
[331] CPDOC
[332] Dicionário CPDOC, verbete Antonio de Almeida Moraes Júnior.
[333] Jornal O Fluminense de 21 de agosto de 1960

A prática pastoral de Dom Antonio

O conservadorismo de Dom Antonio aparece em Niterói após o golpe militar de 1964. Mainwaring (2004) aponta que naquele ano a CNBB deu uma guiada conservadora para dirimir a influência da ala progressista. A CNBB fez uma saudação aos militares pelo golpe de 1964, mas aos poucos a ala progressista foi retomando espaço e a instituição fez uma série de ressalvas ao movimento militar afirmando que para mudar a questão política era preciso que se extinguissem as injustiças sociais e os abusos do capitalismo liberal (MAINWARING: 2004).

Apesar da mudança de postura da CNBB, Dom Antonio seguiu se colocando ao lado dos militares em Niterói. A primeira demonstração de afinidade com o regime militar se deu poucos dias após o golpe, quando o arcebispo realizou uma celebração em ação de graças pela "vitória da democracia", quando agradeceu às Forças Armadas por seu "espírito patriótico" e pela "descomunização" do Brasil. O posicionamento de Dom Antonio não era muito diferente, naquele momento, do posicionamento de parte da classe média e setores conservadores cristãos do Brasil que apoiaram o golpe (CARVALHO: 2018; MATOS: 2011).

Um documento da CNBB de julho de 1964 afirmava que a Igreja teria sido "surpreendida" por movimentos como "A Marcha da Família com Deus pela Liberdade". No território da Igreja de Niterói essas marchas em apoio aos militares se proliferaram por todas outras cidades da arquidiocese organizadas por grupos católicos, incluindo colégios, e algumas organizações protestantes. Ao contrário da nota da CNBB, Dom Antonio não apenas não estava sendo surpreendido por essas inciativas, como ajudou a organizar as marchas em apoio aos militares por terem salvado o Brasil da "ferocidade comunista"[334].

Além das "Marchas", os padres promoviam, com o aval do arcebispo, uma pregação de defesa do regime militar e se colocavam contra o "comunismo". Alguns religiosos denunciavam fiéis que supunham ser envolvidos com a "subversão" ou que criticavam os militares, incentivando outros fiéis a fazerem o mesmo. Carvalho (2018) traz em seu livro, Niterói na Época da Ditadura, o depoimento de uma mulher que teve um irmão preso após ser denunciado por um padre. O crime dele foi "defender o governo João Goulart em um discurso na praça Zé garoto, em São Gonçalo", ainda em abril de 1964 (CARVALHO 2018, p.36). Após um período inicial de apoio ao regime militar, o quadro muda a partir

[334] Jornal O Fluminense de 5 de maio de 1964.

do Ato Institucional n° 5 (AI-5), em 1968, que aumentou a repressão (MAINWARING, 2004 p.179).

Na igreja fluminense, a postura conservadora de Dom Antonio se manteve mesmo após a mudança de posicionamento da CNBB. Em 1965, no aniversário de um ano do golpe militar, ele celebrou uma missa em ação de graças ao aniversário da "revolução democrática" ao lado de autoridades políticas e militares, como o governador e general Paulo Francisco Torres, irmão do deputado Alberto Francisco Torres, proprietário do Grupo Fluminense de Comunicação, no qual o arcebispo tinha um programa na Rádio Fluminense[335]. A família Torres ganhou poder político e econômico após o golpe militar, pois Paulo Torres, até antão chefe do estado-maior do I Exército no Rio de Janeiro, foi nomeado governador com a deposição de Badger da Silveira[336]. O Grupo Fluminense sob propriedade de Francisco Torres foi base de apoio do regime militar[337]. O jornal A Tribuna também adotara essa postura inicialmente, mas muda de posição em 1967 quando Jordan Amora, primo dos irmãos Torres, compra o periódico. Amora passa a criticar o regime militar, o que o levou à prisão. A Tribuna passou a atribuir às notícias censuradas uma marca preta ao lado da informação inserida no local da notícia original para que o leitor mais assíduo soubesse que ali havia algo suprimido pela Censura (CARVALHO: 2018).

Não conseguimos alcançar o teor do discurso de Dom Antonio em seu programa de rádio, mas com frequência ele era citado em qualquer aparição pública que fazia nas cidades que compõe a arquidiocese, mesmo que não tivesse nenhuma fala transcrita na reportagem. Sempre que O Fluminense achava conveniente, sua opinião sobre política aparecia defendendo os militares. Interessante notar a proximidade entre Dom Antonio e a imprensa em Niterói, pois uma década antes, ele criticava a imprensa como sendo um dos males do mundo moderno ao difundir uma concepção "materialista da vida" e contribuir para a destruição da espiritualidade humana (MORAES JUNIOR 1950, p.29).

Outra mostra de apoio de Dom Antonio aos militares era o seu hábito celebrar missas em memória aos "patriotas" que lutaram contra a Revolta Comunista de 1935, a "Intentona Comunista", uma resposta da Aliança Nacional Libertadora (ANL) ao fato de

---

[335] Jornal O Fluminense de 30 de março de 1965.

[336] *Dicionário CPDOC*, verbete Paulo Francisco Torre. Disponível em https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/ verbete-biografico/paulo-francisco-torres, aceso em abril/24.

[337] O apoio da imprensa ao golpe de 1964 não é exclusividade de O Fluminense. Grandes jornais do Rio de Janeiro apoiaram os militares ao longo de toda a ditadura.

ter sido declarada clandestina pela Lei de Segurança Nacional do Governo Vargas. Já em 1969, mesmo após o AI-5, Dom Antonio realiza a missa em memória dos que "lutaram pelas forças do bem" e a celebração era feita em nome da democracia[338]. A importância de Dom Antonio na vida política do Estado e seu alinhamento aos militares era tanto que quando o John Wills Tuthill, embaixador dos Estados Unidos (1966-1969) veio até Niterói e foi recebido pelo clérigo no Palácio dos Jornalistas, no centro da cidade.

Como dito anteriormente, a partir do AI-5, em 1968, a postura da CNBB sobre a ditadura. O AI-5 é editado no mesmo ano em que ocorre a divulgação das orientações do Concilio Episcopal Latino Americano de Medellín, na Colômbia. Baseado nas novidades do Vaticano II e traduzindo seus temas para a Igreja Latino-Americana, o documento do Celam buscava conduzir os fiéis do continente rumo ao novo milênio. Seus ideais são considerados como marco fundador da Teologia da Libertação, abandonando o modelo de neocristandade e adotando a luta por uma Igreja mais justa e igualitária (MAINWARING: 2004; MATOS: 2011). Apesar de ressalvas aos perigos de um totalitarismo socialista, o documento faz uso de certo instrumental marxista em sua análise ao utilizar o conceito de divisão de classes, o subdesenvolvimento econômico que faz da América Latina uma periferia[339]. A influência da religião na América Latina fez com que os acontecimentos do catolicismo se tornassem fundamentais para compreender o panorama político e ideológico daquele período no continente (ZANATTA: 2017).

Os novos paradigmas teológicos trazidos pelo Celam de 1968 fortaleceram os setores progressistas da Igreja que voltam a dialogar com as classes populares e se posicionar contra a ditadura. Matos (2011) diz que esse panorama fez com que a Igreja se transformasse em uma instituição socialmente comprometida na virada para os anos 1970. Frei Betto (1985) afirma que a Igreja se tornou um espaço de atuação de organizações sociais e de militância popular por não estar sob controle direto dos militares. Mesmo assim alguns padres foram seguidos de perto pela ditadura por essa Igreja votada aos interesses populares, como Dom Adriano Hypólito que foi sequestrado pelo "Esquadrão da Morte"[340] em 1976, sendo torturado e abandonado nu e com as mãos amarradas e pintado de vermelho em referência a ser "comunista", ou "padre vermelho", como era chamado.

---

[338] Jornal O Fluminense de 28 de novembro de 1969.

[339] *Conclusões de Conferência de Medellín, 1968*: trinta anos depois Medellín ainda é atual? Editora Paulinas, São Paulo, 2010. p.45

[340] Organização paramilitar criada no Estado da Guanabara que se espalhou pelo país com o objetivo de identificar e matar pessoas que eram classificadas como subversivas ou perigosas pela ditadura militar.

Mainwaring (2004) afirma que, após o AI-5, a repressão aos bispos do nordeste liderados por Dom Hélder Câmara aumentou. Padres foram presos em diversas cidades e foram proibidos de falarem na mídia. Mas enquanto bispos do nordeste se viam impedidos, a relação de Dom Antonio com a imprensa local de Niterói, nas mãos da família Torres, era bem estreita e utilizada para expressar sua opinião contrária a padres e bispos que se posicionavam contra a Ditadura. Em um desses comentários o arcebispo comenta o elevado número de padres e pessoas ligadas à Igreja Católica sendo presos. Ele afirmou que a "subversão" de padres e leigos não era uma coisa causada pelo governo, mas sim um reflexo de "ideologias estrangeiras" que não seriam aceitas "nem em seus países de origem"[341].

O arcebispo de Niterói não apenas era contrário aos padres que enfrentavam e criticavam a ditadura, mas durante a celebração da Semana do Exército de 1968, no mês de agosto, ele deixou claro ao participar e palestrar na festividade militar que Igreja e Forças Armadas andavam juntas. Além de ter a honra de ser o orador oficial, ele usou o espaço para afirmar que Igreja e Estado estavam de "mãos dadas em defesa dos princípios da soberania da Pátria brasileira" citando Padre José de Anchieta como sendo seu inspirador da "defesa do bem comum"[342]. A confiança era recíproca por parte dos militares. Quando o secretário de Segurança Pública, Coronel Agenor Francisco Homem de Carvalho, mandou seus homens até a Diocese de Campos dos Goytacazes, sufragânea de Niterói, para prender padres subversivos, ele informou Dom Antonio por ser um "sacerdote que dignifica nossa Igreja"[343]. O bispo de Campos, Dom Antônio de Castro Mayer, alegava que as mudanças do Vaticano II não representavam "a real vontade papal". Seu conservadorismo influenciava o clero local e fez da igreja de Campos um ponto singular de cunho ultraconservador no Rio de Janeiro. Os "padres subversivos" eram da paróquia de Natividade e queriam implantar, minimamente, o Vaticano II (FIGUEIRA; SANTOS JUNIOR: 2019)

Dom Antonio sempre afirmou que a Igreja e as Forças Armadas deveriam seguir de mãos dadas. Em agosto de 1969, numa comemoração privada aos capelães das Formas Armadas e da Polícia Militar, enfatizou o caráter dos militares na defesa da pátria contra os subversivos, o clérigo cita o Evangelho de Lucas capítulo 12, versículo 37: "Bem-aventurados aqueles que Deus encontra vigilantes". Ao fazer a citação, Dom Antonio

[341] Jornal O Fluminense de 24 de junho de 1968.
[342] Jornal O Fluminense de 20 de agosto de 1968.
[343] Jornal O Fluminense de 7 de dezembro de 1968.

tirou totalmente as palavras de Cristo de contexto, pois na Bíblia ele se refere a estar vigilantes à espera da Parusia, a segunda vinda de Cristo para levar os escolhidos ao paraíso, não para espionar possíveis inimigos.

No aniversário da Revolução Russa, Dom Antonio chegou a realizar pessoalmente, na Catedral de São João Batista, uma missa em memória às "vítimas do comunismo" a pedido pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade em memória "dos que tombaram em defesa das instituições e da civilização cristã em consequência de seus terroristas". Plinio Correia, fundador da TFP, afirmou que a Revolução Soviética foi o "início de todas as calamidades comunistas no mundo inteiro"[344]. A missa contou com a presença de autoridades militares e membros da TFP que fizeram um minuto de silêncio a execução do hino nacional durante os ritos finais da missa[345].

Os laços entre Dom Antonio e os militares seguiam fortes e no aniversário de seis anos do golpe militar, em março de 1970, diversos eventos foram realizados pelas Forças Armadas. Entre os eventos que marcaram a comemoração da "revolução" estava uma missa celebrada por Dom Antonio no Ginásio do Caio Martins[346]. Isso fazia com que conservadores e déspotas a frente de governos fortes, dentre eles aqueles que defendiam uma Igreja pré-conciliar, vissem em Dom Antonio um aliado. Sua fama atravessou o Atlântico e ele acabou sendo convidado, por meio da Sociedade de Beneficência Portuguesa de Niterói em contato com autoridades em Lisboa, para ser o celebrante do funeral de António Salazar, ditador nacionalista português que fora o presidente do Conselho de Ministros do governo ditatorial do Estado Novo, que havia falecido em 27 de julho de 1970. Apesar da lembrança sobre o bispo brasileiro, o funeral de Salazar foi conduzido pelo cardeal português Manuel Gonçalves Cerejeira, amigo e apoiador do Estado Novo. Ao arcebispo fluminense coube celebrar, na Catedral de Niterói, encomendada pelo Consulado Português, uma missa em memória do ditador português[347].

Replicando o modelo conservador

Aos ventos de mudança política que tumultuavam o cenário local, a segunda metade dos anos 1960 também foi palco das mudanças religiosas por meio das novidades do

[344] Jornal O Fluminense de 17 de novembro de 1969.
[345] Jornal O Fluminense de 18 de novembro de 1969.
[346] Jornal O Fluminense de 27 de março de 1970.
[347] Jornal O Fluminense de 30 de julho de 1970.

Vaticano II, que alteraram gradativamente a relação entre o clero e os leigos. A primeira missa em português foi realizada na Catedral de São João Batista, presidida por Dom Antonio, se deu em agosto de 1964 e transmitida ao vivo pela Rádio Difusora Fluminense[348]. Após essa primeira missa todas passaram a ser celebradas em português[349]. Ao longo dos anos outras mudanças foram sendo introduzidas, como músicas na língua do povo. Porém, quando as músicas começam a ser cantadas em português foi inevitável que ritmos com camerísticas da Música Popular Brasileira (MPB) fossem introduzidos na celebração. Se hoje é comum instrumentos elétricos e percussivos nos templos, nos anos 1960 eles enfrentaram a resistência do bispo e do clero em Niterói. Dom Antonio não queria que a música sacra, tocada ao órgão, ao piano ou em formato de coral de vozes, fosse abandonada das missas pela "nobreza que elas contém"[350]. A última fórmula ritualística a se alterar foi a Crisma, que foi alterada apenas no início dos anos 1970[351].

As novidades na forma de fazer as celebrações aumentou o número de fiéis na Igreja Católica nos primeiros anos após as mudanças. Esse aumento não pode ser notado no Censo, pois não se trata da conversão de novos fiéis, mas sim no aumento do público participante. Pessoas que já eram católicas, porém "não praticantes" e que, nesse momento de maior abertura resolvem retornar às celebrações dominicais. Na prática a igreja agora estava com mais frequentadores, o que forçava a arquidiocese a fundar novas capelas e elevar antigas capelas à categoria de paróquia com o aumento do número de membros nas reuniões, principalmente na cidade de São Gonçalo[352]. Dom Antonio visitava com frequência as paróquias das cidades sob sua tutela religiosa, especialmente nos dias dos santos padroeiros e festas religiosas, chegando a inaugurar a capela do santíssimo sacramento na Matriz de São João Batista, em Itaboraí[353].

Novas paróquias precisam de novos padres e, para formar novos padres, foi preciso intensificar e ressignificar o Seminário São José de Niterói, fundado em 1909[354]. Naquele início de arquidiocese o principal reitor do seminário foi o padre Elídio Robaina, sendo o reitor entre 1965 e 1971. Padre Robaina havia sido ordenado sacerdote em junho daquele ano por Dom Antonio, após se formar no próprio São José. Influente também na vida

---

[348] Jornal O Fluminense de 7 de agosto de 1964.
[349] Jornal O Fluminense de 18 de julho de 1964.
[350] Jornal O Fluminense de 06 de setembro de 1966.
[351] Jornal O Fluminense de 27 de dezembro de 1969.
[352] Jornal O Fluminense de 1º de janeiro de 1967.
[353] Jornal O Fluminense de 18 de junho de 1965.
[354] Seminário São José. Disponível em https://arqnit.org.br/portal/seminario/

social e política, Robaina fundou diversas capelas, comunidades e projetos sociais e fez uma campanha pelas vocações sacerdotais no seminário o deixando com um apelo aos jovens[355]. Pelas informações de padres e ex-padres formados no São José, a formação era voltada ao conservadorismo com ataques abertos à Teologia da Libertação[356].

Com uma orientação conservadora, a busca pela formação de novos padres era uma das preocupações centrais do arcebispo, pois, de fato, o número de sacerdotes formados no Seminário São José era muito baixo. Entre as décadas de 1940 e 1960 menos de 10 padres foram formados pela instituição[357]. Assim é inaugurado o curso ginasial, atendendo jovens que, além das aulas comum ao currículo, teriam "formação religiosa, familiar e cívica" atendendo cerca de 300 alunos[358] que pagavam uma mensalidade considerada "módicas" para o período[359]. A pouca eficiência do seminário era declarada até pelo seu reitor

> O número de vocações sacerdotais está decrescendo em escala assustadora. De 1940 e 1967, há 27 anos, portanto, o Seminário Arquidiocesano de Niterói só teve a satisfação de ver terminarem e se ordenarem, 7 de seus seminaristas. Não resta dúvida que um pouco de culpa por esse fenômeno desagradável se deve à falta de uma propagação em torno da grandeza do ministério sagrado, mas o fator mais importante para aumentar de chamamento ao serviço de Deus, reside na família" (Jornal O Fluminense de 9 de julho de 1967 p.3)

Fernandes (2010) cita um estudo do sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, feito sob encomenda da CNBB, para afirmar que muitos jovens sacerdotes ordenados nos anos 2000 não foram "escolhidos" por Deus, mas se escolhem pela influência de determinados modelos de padre difundidos pela mídia. Não temos as condições de mídia do início do século XXI que Fernandes estuda naquele período em Niterói e região, mas guardadas as devidas proporções, é possível concluir que o modelo de padre conservador representado por Dom Antonio, padre Elídio Robaina e seus formandos do seminário serviam como o modelo de vida religiosa que eles iriam levar em futuras vocações, afastando da vida sacerdotal qualquer jovem com uma visão mais progressista e garantindo a existência de um clero conservador.

Em abril 1966 foi fundado o Instituto Arquidiocesano de Evangelização e Catequese, visando a formação de catequistas leigos que iriam assumir a função de

---

[355] Vida e obra do Monsenhor Elídio Robaina, disponível em https://focusportalcultural.blogspot.com/2022/06/vida-e-obra-do-monsenhor-elidio-robaina.html?m=1
[356] Entrevistas concedidas a mim por padre José Antonio Abreu Dutra e o ex-padre Rogério Pomponet.
[357] Jornal O Fluminense de 9 de julho de 1967.
[358] Algumas publicações apontam pelos menos 200 alunos, outras afirmam capacidade total de 400 alunos.
[359] Jornal O Fluminense de 18 de fevereiro de 1967.

iniciação religiosa junto às crianças nas paróquias[360]. No mesmo mês foi inaugurado o Seminário Vestibular Paulo VI, em São Gonçalo, para acompanhar o desenvolvimento e acompanhamento das vocações adultas para o sacerdócio católico da arquidiocese[361]. Escolhendo de perto os futuros sacerdotes da arquidiocese com o discurso familiar. Essas iniciativas garantiam que os leigos que fossem atuar nas missas e celebrações litúrgicas recebessem um mínimo de formação para tal, mas, além disso, se constituía em uma forma de o clero acompanhar de perto os leigos que iriam ter cargos nas pastorais e não deixava que alguém que não tivesse a confiança do clero ascender dentro da igreja.

Todas essas ações do Seminário São José e a ligação de Dom Antonio com o regime militar causaram impacto no catolicismo presente na arquidiocese de Niterói, impedindo que as pastorais sociais ligadas à Teologia da Libertação (TdL) conseguissem se consolidar e fazer um trabalho como os que foram levados à frente na diocese de Nova Iguaçu, com Dom Adriano Hypólito. A ajuda aos mais necessitados, ponto importante das novidades trazidas pelo Vaticano II, era feita por meio da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), distribuindo roupas e alimentos[362]. Contudo, apesar de o *vicentino* (como é chamado quem atua na SSVP) procurar colocar a caridade em ação, isso não impede que ela seja feita a partir de uma visão conservadora em relação à questão social, sem a preocupação com a justiça social (MATOS: 2011). Nas cidades atendidas pela cúria de Niterói até movimentos como a RCC encontravam dificuldades de se estabelecerem.

O trabalho mais engajado na questão social naqueles anos da arquidiocese ocorria em paróquias que estavam fora da administração direta da cúria, mas nas mãos de ordens religiosas cujos padres não eram formados no Seminário São José. Como, por exemplo: a Paróquia de Porciúncula de Santana, em Icaraí, Niterói, entregue aos frades franciscanos italianos; os padres portugueses da paróquia de São Cristóvão, em Cabo Frio; as paróquias de São Pedro de Alcântara, em São Gonçalo, e o Santuário das Almas, Niterói, com os padres alemães do Sagrado Coração de Jesus; dentre outras. A presença de ordens religiosas sempre foi uma realidade na Igreja Brasileira, desde a colônia com a missão jesuíta que também estava presente em Niterói, por conta do extenso território a missão de evangelização dos indígenas. Na década de 1960, com o aumento de fiéis praticantes, houve uma nova necessidade de expansão, daí ocorrem novas concessões.

---

[360] Jornal O Fluminense de 13 de abril de 1966.
[361] Jornal O Fluminense de 16 de abril de 1965.
[362] Jornal O Fluminense de 4 de setembro de 1967.

Os padres ligados às ordens religiosas, das mais diversas, foram muito importantes ao trabalho social por não possuírem a formação conservadora do clero que era ministrada no Seminário São José. O posicionamento da arquidiocese se mantém conservador em relação ao contato ecumênico com outras religiões e temas de cunho moral e de costumes, com notado destaque ao divórcio e os métodos contraceptivos, que foram tema de debate na imprensa. Apesar de soar conservador, é preciso compreender que no período até os padres ligados à TdL, também se colocavam, em sua maioria, contrários à separação dos casais. Contudo eles aceitavam o debate, ao contrário de Dom Antonio que falava que o mundo católico estava em crise e que a resolução do problema seria "manter o caminho da fé"[363].

O Vaticano II foi uma modernização do catolicismo em todo o mundo e na Igreja Católica presente na América Latina, principalmente com sua releitura a partir da Teologia da Libertação, que fora uma afirmação do pluralismo da fé inserida em sua realidade cultural e social apontando que "o mito de uma teologia única e universal nunca passou de uma teologia particular indevidamente universalizada" (PALÁCIO 2001, p.41). Porém, na Igreja de Dom Antonio, essa modernização se deu de forma controlada e moderada a partir de uma percepção conservadora anterior ao concílio. Mesmo com toda a indicação de abrir as portas ao novo milênio, o clero de Niterói tinha dificuldades em dialogar com esta nova concepção de Igreja e com os leigos que iriam atuar nela.

Referências:

CABRAL, Newton Darwin de Andrade; LEITE, Hugo Leonardo Silva de Oliveira. Política e anticomunismo na arquidiocese de Olinda e Recife sob a liderança de Dom Antonio de Almeida Morais Júnior (1952-1960). *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*, v. 1, 2012.

CARVALHO, Anderson Carlos Madeira de. *Niterói na época da ditadura.* Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018.

FERNANDES, Silva Regina Alves. *Jovens religiosos e o catolicismo: escolhas, desafios e subjetividades.* Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2010.

FIGUEIRA, Pedro Henrique Caetano; SANTOS JUNIOR, Paulo Jonas dos Santos. Impactos do Concílio Vaticano II na paróquia de Natividade-RJ. *Revista Unitas*, v. 7, n. 2, 2019.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991).* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MATA E SILVA, Salvador da. *Arquidiocese de Niterói: Jubileu de Ouro.* Niterói: Muiraquitã, 2010.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985).* São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. TOMO III: Período Republicano e Atualidade.* 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

[363] Jornal O Fluminense de 7 de novembro de 1969.

MENDES, Vitor Hugo. Vaticano II: a modernidade da Igreja em um contexto de mudanças. *Revista da Celam Medellín*, v. XXVII, n. 148, out./dez. 2011, p. 461-487.

MORAES JUNIOR, Antonio de Almeida. *Civilização e crise.* Petrópolis: Editora Vozes, 1950.

PALÁCIO, Carlos. *Deslocamentos da teologia, mutações do cristianismo.* São Paulo: Loyola, 2001.

ZANATTA, Loris. *Uma breve história da América Latina.* São Paulo: Cultrix, 2017.

Fontes:

O FLUMINENSE. Niterói. Entre janeiro de 1960 e dezembro de 1972.

A Posição da Intelectual Maria Lacerda de Moura diante da Formação da Identidade Social da Mulher na Primeira República do Brasil

Maria Carolina F. do Nascimento Silva[364]
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Claudia Atallah
Bolsista CAPES

Introdução

No início do século XX, o Brasil atravessava um período de intensas transformações, refletindo tanto os esforços de modernização quanto as persistentes desigualdades estruturais que ecoavam do passado colonial e escravista. A Primeira República (1889-1930) foi um momento decisivo para a consolidação de uma identidade nacional que buscava alinhar o país às potências ocidentais. No entanto, esse processo de modernização não foi homogêneo, especialmente em relação à condição das mulheres na sociedade. O papel das mulheres foi amplamente debatido e reinterpretado, muitas vezes sob a ótica de uma ciência que, influenciada pelo positivismo e pelo darwinismo social, legitimava a exclusão das mulheres das esferas públicas e intelectuais, sugerindo que elas eram naturalmente predispostas às tarefas domésticas e à criação de filhos.

Esse contexto histórico-social é crucial para entender as críticas formuladas por Maria Lacerda de Moura, uma intelectual que se destacou pela sua defesa veemente da emancipação feminina e pela sua oposição às teorias pseudocientíficas que perpetuavam a subordinação das mulheres. Lacerda de Moura posicionou-se de forma contundente contra as ideias de José Felix e Miguel Bombarda, dois pensadores cujas obras exemplificavam o pensamento dominante sobre a inferioridade intelectual feminina. Felix, em seu artigo "A Inteligência Tem Sexo?", argumentava que as mulheres, por natureza, eram menos capacitadas intelectualmente que os homens, utilizando argumentos biológicos para justificar essa posição. Bombarda, em "Lições sobre Epilepsia e Pseudo-Epilepsias", defendia que as diferenças anatômicas entre os cérebros masculinos e femininos explicavam a predominância dos homens nas esferas de poder e conhecimento.

[364] Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: "A Posição da Intelectual Maria Lacerda de Moura diante da Formação da Identidade Social da Mulher na Primeira República do Brasil", sob orientação da Dra. Claudia Atallah, bolsista: CAPES.

A pesquisa apresentada neste artigo tem como objetivo analisar as críticas de Maria Lacerda de Moura às visões de inferioridade intelectual feminina defendidas por José Felix e Miguel Bombarda, contextualizando essas críticas no cenário mais amplo das discussões sobre gênero e ciência no início do século XX. O estudo se propõe a investigar como Lacerda de Moura, através de suas obras, desconstruiu as bases científicas dessas teorias, mostrando que as desigualdades de gênero são, na verdade, construções sociais e culturais mantidas por uma ciência patriarcal.

A escolha de Lacerda de Moura como objeto de estudo justifica-se por sua importância como uma das primeiras vozes a questionar as bases científicas que sustentavam a desigualdade de gênero no Brasil. Sua obra oferece uma perspectiva crítica e inovadora, que não apenas refuta as teorias dominantes, mas também propõe uma visão alternativa de sociedade, onde a igualdade de gênero seja uma realidade. Além disso, o estudo busca contribuir para uma compreensão mais ampla de como as ciências sociais e naturais foram utilizadas para justificar a opressão das mulheres e como essa opressão foi contestada por intelectuais como Lacerda de Moura.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa utiliza uma abordagem crítica e comparativa, analisando os textos de José Felix e Miguel Bombarda à luz das críticas de Lacerda de Moura. O estudo também dialoga com outros teóricos, como Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, cujas obras ajudam a contextualizar e aprofundar a análise das críticas de Lacerda de Moura. Essa abordagem permite não apenas uma compreensão detalhada das críticas feitas por Lacerda de Moura, mas também uma reflexão sobre o papel da ciência na perpetuação das desigualdades de gênero.

Este artigo busca, portanto, preencher uma lacuna na historiografia sobre gênero e ciência no Brasil, ao destacar a importância das críticas de Maria Lacerda de Moura em um período crucial de formação da identidade nacional. Ao analisar como Lacerda de Moura contestou as teorias de inferioridade intelectual feminina e propôs uma visão emancipatória para as mulheres, o estudo oferece uma contribuição valiosa para as discussões contemporâneas sobre igualdade de gênero e o papel das mulheres na sociedade.

A pesquisa evidencia que a obra de Maria Lacerda de Moura não é apenas um reflexo de seu tempo, mas o germinar de discussões que são travadas até os dias de hoje. Sua crítica à ciência patriarcal e sua defesa de uma educação emancipatória para as mulheres são temas que continuam a ressoar nas lutas feministas contemporâneas. Assim, este estudo não só recupera a importância histórica de Lacerda de Moura, mas também

aponta para a necessidade de revisitar e reavaliar as bases científicas que sustentam as desigualdades de gênero em nossa sociedade.

Em suma, esta introdução prepara o leitor para uma análise crítica das teorias de inferioridade intelectual feminina defendidas por José Felix e Miguel Bombarda, através das críticas formuladas por Maria Lacerda de Moura. O artigo busca demonstrar como essas críticas são fundamentais para entender a luta pela igualdade de gênero no Brasil e como elas continuam a influenciar as discussões sobre o papel da ciência e da educação na emancipação feminina.

A Inteligência Feminina e a Crítica Social no Texto de José Felix (1929)

No artigo "A Intelligencia tem sexo... e há mulheres com talento de homem!", publicado em 1929 no jornal "A Manhã", José Felix aborda a questão da inteligência feminina a partir de uma perspectiva que reflete as concepções sociais de sua época. O autor explora o fenômeno das mulheres que, em sua visão, exibem capacidades intelectuais tradicionalmente associadas ao masculino, tratando-as como exceções ou "anomalias" dentro do contexto social vigente. A partir desse ponto de vista, Felix tece observações que, ao mesmo tempo em que exaltam tais mulheres, reforçam estereótipos de gênero, perpetuando uma visão androcêntrica do intelecto. Ao analisar as implicações desse discurso, optamos por examinar tanto os argumentos apresentados por Felix quanto por desenvolver uma crítica com base em teorias contemporâneas sobre dominação de gênero. Essas teorias viabilizam nosso questionamento às estruturas de poder e desigualdade presentes nos discursos históricos, revelando como certas narrativas, como as de Felix, contribuíram para a construção e perpetuação de relações sociais que ainda ressoam na sociedade atual. Com isso, podemos não apenas entender o contexto em que Felix escreveu, mas também criticar e analisar ideias que, embora originadas em outro tempo, continuam a influenciar as dinâmicas sociais contemporâneas, entendendo sua continuidade e transformação ao longo do tempo, oferecendo uma visão mais completa e crítica das dinâmicas sociais envolvidas.

Felix inicia seu artigo desafiando a máxima filosófica que afirma que a inteligência não possui sexo, proposta que já havia sido defendida e discutida por filósofos como François Poullain de La Barre e Mary Wollstonecraft. La Barre argumenta que as diferenças intelectuais entre homens e mulheres são construções sociais, não biológicas, afirmando que "a mente não tem sexo" (BARRE, 1673). O autor sustenta que

a aparente inferioridade intelectual das mulheres era resultado da falta de oportunidades educacionais, e não de uma incapacidade natural.

No século XVIII, Mary Wollstonecraft reforça essa ideia ao defender que as mulheres, quando educadas de maneira igualitária, demonstram as mesmas capacidades intelectuais que os homens. Wollstonecraft critica a sociedade por impor limitações que não são naturais, mas sim frutos de um sistema que nega às mulheres as mesmas oportunidades de desenvolvimento intelectual (WOLLSTONECRAFT, 1792). Assim, ao sugerir que a inteligência está vinculada ao sexo, José Felix não apenas desafia, mas também contraria diretamente propostas filosóficas já consolidadas que defendiam a igualdade intelectual entre os gêneros, sublinhando uma visão que vai contra discussões estabelecidas durante o período iluminista.

Felix sugere que a observação popular, muitas vezes expressa através de ditados e crenças, revela que certas mulheres apresentam capacidades intelectuais que parecem destoar da norma feminina. O autor considera que a inteligência, quando manifestada em grau elevado por mulheres, pode ser vista como uma espécie de "anomalia" da natureza, sugerindo que essas mulheres "deviam de ter nascido homem" (FELIX, 1929). Essa afirmação revela a profunda internalização dos estereótipos de gênero na sociedade da época, onde a inteligência e a racionalidade eram quase exclusivamente associadas ao masculino.

Felix exemplifica sua tese citando Maria Lacerda de Moura, uma escritora e ativista brasileira, conhecida por suas ideias progressistas e sua atuação em prol dos direitos das mulheres e da educação. Para Felix, a obra de Maria Lacerda transcende o que ele considera como a capacidade natural do intelecto feminino, demonstrando uma solidez e profundidade que julga mais apropriadas ao cérebro masculino. Felix compara Maria Lacerda a outras escritoras da época, como Albertina Berta e Marieta Santiago, destacando que, enquanto estas ainda revelam traços de feminilidade, como "histeria" e "graça inconsequente", Lacerda se diferencia por sua capacidade analítica e seu rigor intelectual.

O argumento de Felix é duplo: por um lado, reconhece e até admira a inteligência de Maria Lacerda, mas, por outro, essa admiração é marcada por uma condescendência que não permite à mulher ser considerada intelectualmente igual ao homem. Ao sugerir que Lacerda deveria ter nascido homem, Felix não apenas reafirma a divisão de gênero no campo intelectual, mas também coloca mulheres como Lacerda em uma posição de exceção, em vez de reconhecimento igualitário. Essa postura é indicativa de um

pensamento que vê as capacidades intelectuais como inerentemente ligadas ao sexo biológico, uma visão que limita o reconhecimento das mulheres como sujeitos plenos no campo da intelectualidade.

Além disso, Felix menciona a "anomalia brilhante" de Maria Lacerda como algo que deve ser defendido, mas não deixa de sublinhar que essa defesa se dá no âmbito de uma "exceção à regra". O autor destaca que a obra de Lacerda não exibe as "clássicas fraquezas" atribuídas às mulheres, como se essas fraquezas fossem uma parte inevitável da produção intelectual feminina. Tal visão não apenas minimiza a capacidade das mulheres, mas também perpetua a ideia de que a intelectualidade é uma qualidade essencialmente masculina.

Pierre Bourdieu oferece uma análise valiosa das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero, Bourdieu argumenta que as sociedades androcêntricas naturalizam as diferenças de gênero, transformando construções culturais em "realidades" que são aceitas como naturais. No caso de José Felix, ao sugerir que a inteligência de Maria Lacerda é uma qualidade masculina manifestada em uma mulher, reforça essa naturalização, perpetuando a ideia de que o intelecto é essencialmente masculino e que qualquer desvio dessa norma é uma exceção, não a regra (BOURDIEU, 2002).

Bourdieu também discute o conceito de *capital simbólico*, que se refere ao valor social atribuído a certos atributos, como a inteligência, e como esses valores são distribuídos de forma desigual entre os gêneros. No contexto do texto de Felix, o capital simbólico da inteligência é claramente associado ao masculino, e mulheres que exibem esse capital são vistas como possuidoras de um valor que, em tese, não lhes pertence. Esse processo de distribuição desigual do capital simbólico contribui para a manutenção da dominação masculina, pois reforça a ideia de que as mulheres, em sua maioria, não são capazes de atingir os mesmos níveis de profundidade intelectual que os homens (BOURDIEU, 2013).

A análise de Emma Goldman sobre as maiorias e minorias também é relevante para a crítica do discurso de Felix. Goldman argumenta que as maiorias tendem a suprimir a inovação e a manter o status quo, enquanto as minorias, que frequentemente desafiam essas normas, são marginalizadas e vistas com suspeita. No contexto de Felix, Maria Lacerda de Moura representa essa minoria intelectual feminina que desafia as normas estabelecidas, mas ao fazê-lo, é caracterizada como uma anomalia. Ao invés de reconhecer o valor da contribuição intelectual das mulheres como um todo, Felix isola a

inteligência de Lacerda como uma exceção, perpetuando a marginalização das mulheres no campo intelectual (GOLDMAN, 2008).

Essa crítica é ainda mais pertinente quando consideramos a obra de Bourdieu sobre *Capital simbólico e classes sociais* (2013). Bourdieu discute como as classes sociais e os grupos dominantes utilizam o capital simbólico para manter sua posição de poder. No caso do discurso de Felix, a associação da inteligência ao masculino pode ser vista como uma estratégia simbólica para manter a dominação masculina, impedindo que as mulheres acessem plenamente o capital simbólico associado à intelectualidade. Assim, o texto de Felix não apenas reflete, mas também reforça a estrutura social androcêntrica da época, onde as mulheres eram sistematicamente excluídas das esferas de poder intelectual.

O artigo de José Felix, ao discutir a inteligência feminina sob uma ótica que a caracteriza como uma anomalia, revela as tensões e os preconceitos sociais da época em relação à participação das mulheres no campo intelectual. Com base nas perspectivas de Bourdieu e Goldman, é possível entender como esse discurso não apenas perpetua estereótipos de gênero, mas também contribui para a manutenção da dominação masculina e a exclusão das mulheres dos espaços de poder intelectual. A crítica a esse discurso destaca a importância de revisitar as estruturas simbólicas que influenciam a distribuição do capital intelectual, com o objetivo de compreender como essas estruturas podem perpetuar desigualdades de gênero.

Miguel Bombarda e a Naturalização da Desigualdade de Gênero

Miguel Bombarda, na obra "Lições sobre Epilepsia e Pseudo-Epilepsias", oferece uma perspectiva que vincula a inferioridade das mulheres a uma suposta determinação biológica, utilizando argumentos científicos de sua época para justificar a subordinação feminina. Bombarda postula que as diferenças anatômicas, especialmente cerebrais, entre homens e mulheres determinam capacidades intelectuais distintas, colocando as mulheres em uma posição naturalmente inferior em termos de habilidades cognitivas e funções sociais (BOMBARDA, 1905). O autor argumenta que essas diferenças biológicas explicariam a predominância masculina em esferas de poder e conhecimento, sugerindo que a natureza "menos complexa" do cérebro feminino predestina as mulheres a funções menos exigentes e mais práticas.

Essa perspectiva, no entanto, não é única em seu tempo e encontra eco em outras obras que buscavam, por meio da biologia e da ciência, fundamentar a manutenção da

hierarquia de gênero. Um exemplo significativo é Cesare Lombroso, que em "A Mulher Delinquente: A Prostituta e a Mulher Normal" (LOMBROSO, 1893), utiliza a antropologia criminal para caracterizar as mulheres como seres naturalmente predispostos ao crime e à imoralidade, caso se desviem dos papéis tradicionais de esposa e mãe. Lombroso, assim como Bombarda, baseia suas conclusões em uma leitura determinista da biologia, onde as características físicas das mulheres são vistas como indicadores de suas capacidades e moralidade.

Essas teorias, que se apoiam na biologia para justificar a inferioridade feminina, foram criticadas por autoras como Simone de Beauvoir e Judith Butler, que argumentam que a subordinação das mulheres é uma construção social, não uma determinação biológica. Beauvoir, em "O Segundo Sexo" (BEAUVOIR, 1949), rejeita a ideia de que as diferenças anatômicas justificam a inferioridade feminina. A autora argumenta que a mulher é historicamente definida como "o Outro", em relação ao homem, uma posição que lhe é imposta pela sociedade patriarcal e não pela natureza. Beauvoir sustenta que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher", enfatizando que a identidade feminina é construída através da socialização e da internalização das normas sociais que mantêm as mulheres em uma posição subordinada.

Essa crítica é aprofundada por Michel Foucault, que explora como o discurso científico sobre a sexualidade e o corpo foi utilizado como um instrumento de poder para regular e controlar os corpos, especialmente os das mulheres (FOUCAULT, 1976). O filósofo argumenta que as ciências biológicas e médicas do século XIX, ao classificar e patologizar as características femininas, contribuíram para a criação de um sistema de poder que reforça a subordinação das mulheres, naturalizando a desigualdade de gênero sob o pretexto da ciência.

Essa naturalização da inferioridade feminina, justificada pela biologia, é também desafiada por Margareth Rago, a historiadora questiona a utilização do discurso científico para sustentar a opressão das mulheres (RAGO, 2012). Rago argumenta que as ciências sociais e biológicas, ao longo da história, têm desempenhado um papel crucial na construção e manutenção das desigualdades de gênero, legitimando a exclusão das mulheres de esferas de poder e conhecimento sob o argumento de uma inferioridade natural.

A crítica desses autores revela que as teorias de Bombarda e Lombroso, que vinculam a inferioridade das mulheres a uma suposta determinação biológica, são, na verdade, construções sociais que servem para perpetuar a dominação masculina. Ao

desafiar essas concepções, Beauvoir, Foucault e Rago oferecem uma leitura que desvincula a biologia da hierarquia social, afirmando que as diferenças de gênero são produzidas e mantidas por relações de poder, e não por uma ordem natural imutável.

Portanto, enquanto Miguel Bombarda utiliza a ciência para justificar a inferioridade das mulheres, sustentando que as diferenças biológicas determinam funções sociais e cognitivas distintas, a crítica feminista revela que essas justificativas são construções sociais que perpetuam a subordinação feminina. A análise de autores como Beauvoir e Foucault mostra que a ciência, ao longo do tempo, foi instrumentalizada para manter as mulheres em uma posição de inferioridade, naturalizando a desigualdade de gênero e dificultando a emancipação feminina. Essas críticas são essenciais para desconstruir as bases científicas que justificam a dominação masculina e avançar na compreensão crítica das relações de gênero.

A Crítica de Maria Lacerda de Moura às Teorias de Inferioridade Intelectual

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX marcaram um período de intensas transformações sociais e políticas no Brasil. A Primeira República (1889-1930) representou um momento de redefinição das identidades nacionais e de consolidação de um projeto de modernização que buscava alinhar o Brasil às nações consideradas civilizadas da Europa e da América do Norte. Esse projeto de modernização estava intrinsecamente ligado ao desejo das elites brasileiras de apagar os vestígios do passado colonial e escravista, promovendo um país que refletisse os valores da ordem e do progresso (SCHWARCZ, 2015).

A sociedade brasileira, nesse período, estava marcada por profundas desigualdades sociais e de gênero. As mulheres, em especial, estavam confinadas a papéis restritos na esfera doméstica, com a maternidade e o casamento sendo apresentados como os destinos naturais e desejáveis para elas. Esse modelo de feminilidade foi fortemente promovido por discursos médicos, jurídicos e religiosos, que reforçavam a ideia de que as diferenças biológicas justificavam a subordinação feminina (PRIORE, 2011). A ciência da época, influenciada pelo positivismo e pelo darwinismo social, frequentemente legitimava a exclusão das mulheres das esferas públicas e intelectuais, sugerindo que elas eram naturalmente predispostas a tarefas domésticas e à criação de filhos.

Esse contexto de modernização, no entanto, não foi homogêneo. As mulheres das classes populares, por exemplo, continuavam a desempenhar papéis importantes na economia urbana, muitas vezes como chefes de família, desafiando o ideal burguês de

mulher confinada ao lar. O trabalho feminino nas fábricas e nas ruas das cidades como Rio de Janeiro e São Paulo revelou uma realidade muito diferente do que as elites pretendiam (CARVALHO, 1987). Ao mesmo tempo, a retórica nacionalista e eugenista que permeava o discurso público reforçava a necessidade de um controle mais rígido sobre o corpo e o comportamento das mulheres, visto como crucial para o futuro da nação.

Dentro do contexto da Primeira República, as teorias de inferioridade intelectual feminina defendidas por José Felix e Miguel Bombarda ganharam destaque como exemplares do pensamento científico dominante. Felix, em seu artigo, defendia que as mulheres eram, por natureza, menos capacitadas intelectualmente que os homens, utilizando argumentos biológicos para justificar essa posição. Bombarda, por sua vez, argumentava que as diferenças anatômicas entre os cérebros masculinos e femininos explicavam a predominância dos homens nas esferas de poder e conhecimento.

Maria Lacerda de Moura, uma das vozes mais críticas contra essas ideias, posiciona-se de forma contundente. Em obras como "A Mulher é uma Degenerada?" (1924), Lacerda desafia as bases científicas dessas teorias, afirmando que a ciência da época foi frequentemente instrumentalizada para perpetuar a dominação masculina. A autora argumenta que as teorias de inferioridade feminina não são resultado de uma investigação científica imparcial, mas sim de uma ciência patriarcal que busca legitimar as desigualdades de gênero. Lacerda desmantela a ideia de que as diferenças biológicas justificam a desigualdade intelectual, sugerindo que essas desigualdades são, na verdade, construções sociais e culturais impostas às mulheres desde a infância (MOURA, 1924).

Simone de Beauvoir, em "O Segundo Sexo" (1949), complementa essa crítica ao afirmar que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher", destacando como a identidade e as capacidades femininas são moldadas por uma sociedade que as subjuga. Beauvoir e Lacerda de Moura convergem na ideia de que a inferioridade atribuída às mulheres não tem base natural, mas é uma imposição histórica e social. Beauvoir rejeita categoricamente as justificativas biológicas para a subordinação das mulheres, alinhando-se com Lacerda na crítica às práticas pseudocientíficas de sua época.

Maria Lacerda de Moura, ao contestar as ideias de Felix e Bombarda, não se limita a refutar as suas teorias, mas também apresenta uma visão alternativa e emancipatória para as mulheres. Em suas obras, Lacerda propõe uma ruptura com os modelos tradicionais de feminilidade que confinavam as mulheres ao espaço doméstico e às funções de esposa e mãe. A mineira defende a educação como um meio fundamental para

a libertação feminina, argumentando que somente através do acesso ao conhecimento e à cultura as mulheres poderiam alcançar a verdadeira igualdade.

Em "A Inteligência Tem Sexo?" (1929), resposta de Maria ao artigo de José Felix, a intelectual critica o sistema educacional brasileiro, que, segundo ela, foi projetado para manter as mulheres em uma posição de subordinação. A autora defende uma educação que promova a emancipação e o desenvolvimento intelectual das mulheres, ao invés de reforçar os papéis tradicionais de gênero. Lacerda acredita que a educação deve ser uma ferramenta para a transformação social, permitindo que as mulheres rompam com as barreiras impostas pelo patriarcado e ocupem espaços de poder e decisão (MOURA, 1929).

Pierre Bourdieu oferece um suporte teórico para as críticas de Lacerda de Moura, ao analisar como as instituições educacionais são utilizadas para perpetuar as relações de poder de gênero. Bourdieu argumenta que o sistema educacional é uma ferramenta poderosa na reprodução do habitus, que internaliza a submissão nas mulheres e a dominação nos homens, perpetuando as estruturas de poder patriarcais (BOURDIEU, 1998). Esse ponto é crucial para entender como a crítica de Lacerda de Moura à educação tradicional se insere em um contexto mais amplo de crítica às estruturas sociais que mantêm a desigualdade de gênero.

Além disso, Michel Foucault complementa essa análise ao discutir como o saber e o poder estão intrinsecamente ligados, e como o controle sobre o conhecimento é uma forma de controle social. Foucault argumenta que as instituições, como a escola e a ciência, são utilizadas para moldar os corpos e as mentes das pessoas, garantindo que se conformem às normas estabelecidas pelo poder dominante (FOUCAULT, 1975). Essa perspectiva ajuda a entender como Lacerda de Moura vê a ciência patriarcal como uma ferramenta de opressão, utilizada para manter as mulheres em uma posição subalterna.

Lacerda de Moura não se limita a criticar as estruturas existentes; a autora também apresenta uma proposta positiva para a emancipação das mulheres. Em "Amai e Não Vos Multipliqueis" (1923), questiona as normas sociais que impõem a maternidade e o casamento como os únicos destinos para as mulheres. Lacerda propõe uma revolução nos conceitos de amor, família e reprodução, como meios para libertar as mulheres das imposições patriarcais e possibilitar uma sociedade verdadeiramente igualitária. A intelectual defende o direito das mulheres de escolherem seus próprios destinos, livres das pressões sociais e culturais que as confinam a papéis restritos (MOURA, 1923).

Gerda Lerner reforça a necessidade de uma transformação profunda nas estruturas sociais que sustentam a dominação masculina. Lerner argumenta que o patriarcado se desenvolveu e se institucionalizou através do controle da sexualidade e da reprodução das mulheres, e que a desestabilização dessas estruturas é essencial para a emancipação feminina (LERNER, 1986). A visão de Lacerda de Moura sobre a necessidade de uma revolução social profunda ressoa com as ideias de Lerner, ambas reconhecendo que a verdadeira igualdade de gênero só será alcançada com a transformação radical das bases sociais e culturais que sustentam o patriarcado.

Além disso, Susan Besse analisa como o processo de modernização no Brasil reforçou as desigualdades de gênero, mesmo enquanto promovia a modernização econômica e social. Besse mostra que, apesar das mudanças sociais e econômicas, as mulheres continuaram a ser marginalizadas e excluídas das esferas de poder, um ponto que complementa a crítica de Lacerda de Moura às estruturas patriarcais (BESSE, 1999).

Em "Civilização Tronco de Escravos" (1931), Maria Lacerda de Moura expande sua crítica ao patriarcado, argumentando que a ciência e as instituições sociais, como a família e o casamento, são utilizadas para manter a opressão das mulheres e dos grupos marginalizados. A autora descreve como essas instituições operam em conjunto para reforçar a subordinação das mulheres, privando-as de autonomia e relegando-as a papéis subordinados na sociedade (MOURA, 1931).

Lacerda de Moura critica a ciência por sua cumplicidade na opressão das mulheres, denunciando como essa ciência é frequentemente corrompida pelo capital e pela indústria, servindo aos interesses do poder e da guerra, em vez de buscar a verdade ou o bem comum. Michel Foucault complementa essa visão ao discutir como o saber e o poder estão intrinsecamente ligados. Foucault argumenta que o controle sobre o conhecimento é uma forma de controle social, utilizado para moldar comportamentos e legitimar hierarquias (FOUCAULT, 1975). Assim como Foucault, Lacerda vê a ciência patriarcal como uma ferramenta para manter as mulheres em uma posição de subordinação, transformando construções sociais em "verdades" científicas.

Essa crítica de Lacerda de Moura à ciência patriarcal também encontra eco em Simone de Beauvoir, que discute como a biologia foi manipulada ao longo da história para justificar a subordinação feminina. Beauvoir rejeita as explicações biológicas para as desigualdades de gênero, argumentando que elas são, na verdade, construções sociais disfarçadas de ciência (BEAUVOIR, 1949). A ciência, nesse sentido, torna-se um

instrumento de perpetuação das relações de poder, algo que Lacerda de Moura também denuncia em suas obras.

Maria Lacerda de Moura enfatiza a importância da consciência crítica como uma ferramenta essencial para a emancipação feminina argumentando que, sem uma compreensão profunda das estruturas de poder que oprimem as mulheres, qualquer tentativa de emancipação será superficial e insuficiente. Em "A Mulher é uma Degenerada?" (1924), Lacerda de Moura defende que as mulheres devem desenvolver uma consciência crítica que lhes permita questionar e desafiar as normas sociais que as mantêm subordinadas. A autora acredita que essa consciência crítica é fundamental para que as mulheres possam romper com os papéis que lhes são impostos e alcançar uma verdadeira igualdade de gênero (MOURA, 1924).

Essa ênfase na consciência crítica também é central na obra de Michelle Perrot, "Os Excluídos da História" (1998), onde discute como a história das mulheres e de outros grupos marginalizados foi sistematicamente apagada ou distorcida. Perrot argumenta que recuperar e reescrever essas histórias é um passo crucial para desenvolver uma consciência crítica que possa desafiar as estruturas de poder existentes (PERROT, 1998). Tanto Perrot quanto Lacerda de Moura reconhecem que a emancipação só é possível através de uma compreensão crítica das condições históricas e sociais que perpetuam a opressão.

Além disso, Paulo Freire, em "Pedagogia do Oprimido" (1970), oferece uma base teórica para a importância da educação crítica na emancipação dos oprimidos. Freire argumenta que a educação deve ir além da simples transmissão de conhecimento, servindo como uma prática de liberdade que permita aos oprimidos desenvolverem uma consciência crítica de sua realidade e transformá-la (FREIRE, 1970). Essa abordagem pedagógica ressoa com a visão de Lacerda de Moura sobre a necessidade de uma educação que empodere as mulheres a questionar as normas patriarcais e buscar sua emancipação.

Conclusão

Maria Lacerda de Moura apresenta uma crítica poderosa e abrangente às teorias de inferioridade intelectual feminina e às estruturas patriarcais que as sustentam. Em um período em que a ciência era frequentemente manipulada para justificar a subordinação das mulheres, Lacerda de Moura desafia essas ideias, propondo uma visão radicalmente diferente sobre o papel e as capacidades das mulheres na sociedade. Ao rejeitar o

determinismo biológico e ao enfatizar a importância da educação, da consciência crítica e da emancipação feminina, Lacerda de Moura não apenas confronta as ideias de sua época, mas também antecipa debates contemporâneos sobre gênero e igualdade.

A crítica de Lacerda de Moura às teorias de José Felix e Miguel Bombarda revela como a ciência pode ser utilizada como uma ferramenta de opressão, mascarando construções sociais como verdades inquestionáveis. Suas obras, como "A Mulher é uma Degenerada?" e "A Inteligência Tem Sexo?", desmontam as justificativas biológicas para a inferioridade feminina, mostrando que as desigualdades de gênero são construídas e mantidas por estruturas sociais que precisam ser transformadas.

Além de suas críticas, Lacerda de Moura oferece uma proposta emancipatória para as mulheres, defendendo a educação como um meio fundamental para a libertação feminina. Sua visão de uma educação que promova a emancipação e o desenvolvimento intelectual das mulheres é essencial na busca por transformação. Ao dialogar com teóricos como Simone de Beauvoir, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Gerda Lerner e outros, Lacerda de Moura enriquece sua crítica e propõe uma transformação profunda das bases sociais e culturais que sustentam o patriarcado.

Em suma, Maria Lacerda de Moura desafia as normas estabelecidas e propõe uma visão de sociedade onde a igualdade de gênero seja uma realidade, e não apenas um ideal distante. Sua obra continua a ressoar nas lutas feministas contemporâneas, oferecendo um legado de resistência e transformação que inspira novas gerações a questionar e superar as barreiras impostas pelo patriarcado.

Referências:

BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo.* 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940.* 1. ed. São Paulo: Edusp, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BOMBARDA, Miguel. *Lições sobre a epilepsia e as pseudo-epilepsias.* Lisboa: [s.n.].

BOURDIEU, P. *O poder simbólico.* Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 96, p. 105–115, jul. 2013.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica.* 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Tradução: Renato Aguiar. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2020.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.* 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FELIX, José. A Intelligencia tem sexo..: e há mulheres com talento de homem!. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 00965, p. 2, 27 jan. 1929. Disponível em:

http://memoria.bn.gov.br/DocReader/116408/7312?pesq=A%20Intelligencia%20tem%20sexo...%20e%20há%20mulheres%20com%20talento%20de%20homem!. Acesso em: 18 ago. 2024.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Tradução: Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido.* 84. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019a.

LESSA, P. *Amor e libertação em Maria Lacerda de Moura.* 1. ed. São Paulo: Editora Entremares, 2020.

LOMBROSO, C.; FERRERO, G. *Criminal Woman, the Prostitute, and the Normal Woman.* Tradução: Nicole Hahn Rafter; Tradução: Mary Gibson. [s.l.]: Duke University Press, 2004.

PRIORE, M. D. *Histórias da gente brasileira: República – Memórias (1889-1950).* Rio de Janeiro: LeYa, 2017. v. 3.

Fontes:

MOURA, M. L. de. *A mulher é uma degenerada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tenda de Livros, 2018.

MOURA, M. L. de. *Civilização, tronco de escravos*. 2. ed. São Paulo: Editora Entremares, 2020.

MOURA, M. L. de. *Amai e... não vos multipliqueis*. São Paulo, SP: Chão editora, 2022.

O avanço conservador na educação: um problema contemporâneo

Marina de Freitas Giovanette[365]
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Daniel Pinha Silva
Coorientação: Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Amanhã vai ser outro dia?: Negacionismo histórico e a aprendizagem escolar sobre a ditadura militar brasileira", ainda em andamento.

A Lei 10.639, promulgada em 9 de janeiro de 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afro-brasileira no Ensino Básico. Esta lei altera as diretrizes e bases da educação brasileira e resulta de um movimento político em voga no país que lutou pela valorização dessas histórias e práticas, pois entendem que estas foram jogadas ao esquecimento de maneira intencional ao longo da constituição do campo educacional. Como afirma Circe Bittencourt (2007), o movimento instaurado pela lei indica um reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da importância da história escolar para a constituição das identidades e pauta a necessidade de abarcar tais narrativas, visto que elas fazem parte da construção identitária brasileira.

Não é segredo, portanto, que há uma relação intrínseca entre a educação, o ensino de história e a construção da memória coletiva, aquela que também é formadora de identidades. Segundo Laville (1999), diversos países e líderes políticos possuem expectativas para a função do ensino de história nas escolas, especialmente no que se refere à utilização do ensino para a construção de projetos específicos de sociedades, de identidades coletivas. Seja através da utilização da narrativa histórica cuja intenção é a construção de um ideal de nação ou a elaboração de um modelo de "cidadão", seja para manter uma tradição ou romper com o regime deposto, o fato é que a educação e o ensino de história são entendidos como parte importante do jogo político. Assim, é possível

[365] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: "Amanhã vai ser outro dia?: Negacionismo histórico e a aprendizagem escolar sobre a ditadura militar brasileira", sob orientação do Dr. Daniel Pinha Silva e co-orientação da Dra. Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley, bolsista: CAPES.

indicar que todo projeto educacional está diretamente ligado a um projeto de sociedade, consequentemente, um projeto de futuro.

Na história do Brasil, a educação e o ensino de história foram braços comuns da construção da identidade nacional – seja no Império, República ou nos governos militares – identidade esta que se empenhara em incentivar a unidade popular a partir da constituição da ideia de um só "povo" (Bittencourt, 2007). Nesse jogo de identidades, a construção de um passado comum pautado na eleição de heróis nacionais, a valorização das heranças europeias e dos grandes feitos que legitimavam a estrutura de poder vigente fazia parte do que foi considerado de valor para a formação da memória coletiva no país. Sendo assim, a passagem do tempo incita mudanças na memória coletiva, mas sua relação com a educação e com o ensino de história permanecem.

Neste mesmo raciocínio, entendemos que a construção da memória coletiva a partir dos incentivos educacionais perpassa pelas intenções daqueles que estabelecem a própria organização educacional. Vamos elaborar… Assim, como em todo jogo relacionado à memória, encontra-se também sua outra face, o esquecimento. Logo, o ato de eleger "heróis" e determinados momentos históricos é também o ato de deseleger outros que poderiam ocupar estes lugares. E, sabemos, toda eleição é intencional. Desta maneira, a construção historiográfica brasileira – pelo menos até o século XX – é perpassada pelo esquecimento compulsório da participação e contribuição negra na constituição do país, do seu povo e sua cultura. Sobre as consequências deste apagamento, Monica Lima afirma que

A inclusão deturpada ou exclusão deliberada de algum aspecto dessa História pode implicar a criação de uma identidade ou de uma auto-imagem distinta da realidade daquele grupo humano, distorcida ou definida segundo elementos ideológicos distantes do real. (2004, n.p.)

Logo, é possível indicar que a não inserção dessas histórias e vivências caminham junto com a maneira como os africanos e afro-brasileiros foram interpretados em grande parte da história do país: aqueles que não fazem parte do projeto de civilização e cujas práticas culturais devem ser evitadas, até mesmo condenadas. Assim, preconceitos e estereótipos foram reforçados, violências perpetradas.

Maria Elena Viana Souza (2006) aponta que a ideologia racial – e racista – presente na história do país desde sua colonização, que perpassa pela política de branqueamento racial intensificada no contexto pós-abolicionista, pela falsa ideia de democracia racial e chega à contemporaneidade marcada por todos esses processos é fator

constituinte da educação brasileira. Portanto, as desigualdades sociais e raciais se cristalizam também em desigualdades educacionais. Para a autora, a saída está posta:

> No que se refere à população negra, uma educação para o século XXI precisará perpassar, portanto, por um conhecimento que permita a desconstrução de falsas verdades sobre a população brasileira afro-descendente. A ideologia racista que ainda povoa a cabeça de muitos professores e alunos tem uma história. (Souza, 2006, p. 242)

Assim, chegamos ao cerne da nossa problemática. Nesta breve introdução, buscamos expor a relação íntima entre educação, ensino de história e as identidades. A história da educação nos mostra que esta foi pensada visando um projeto de sociedade, "civilidade" e cidadania voltada para os brancos e as práticas culturais que lhes são historicamente familiares. Este processo, portanto, se empenhou em gerar um apagamento das histórias e vivências negras que não somente povoaram, mas também constituíram o Brasil. Percebe-se na contemporaneidade, especialmente no contexto da redemocratização, um esforço para abarcar e valorizar as múltiplas identidades que fazem parte do que chamamos de identidade nacional (Bittencourt, 2007). A Lei 10.639/03 é um exemplo desse esforço.Entretanto, nossa suspeita é que a mudança na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) gerada pela lei vai de encontro com determinados projetos educacionais em voga no país, o que torna sua aplicação cada vez mais difícil.

Neste trabalho, buscaremos compreender melhor sobre a maneira como, mesmo em um momento de avanço em relação às pautas sociais, o movimento conservador se volta para a formulação de projetos educacionais que fazem parte da sua concepção de sociedade e, consequentemente, de futuro.

O avanço conservador, bolsonarismo e a desconfiança em relação à escola e aos professores

Daniel Pinha, Marcelo Rangel e Rodrigo Perez (2020) afirmam que o Brasil, a partir do ano de 2013, entrou em um momento de crise democrática e este é também o contexto de fortalecimento da chamada extrema-direita no país, um grupo político caracterizado por sua ligação com o fundamentalismo político e religioso.

O período da redemocratização brasileira, embebido pela Constituição Cidadã de 1988, é caracterizado por uma agenda progressista pautada na multiculturalidade, uma agenda que valoriza as alteridades. Ou seja, é o momento onde as questões pautadas pelos movimentos negro, feminista e LGBTQIAPN+ passam a ser vistas e tratadas pelo Estado brasileiro. A partir deste contexto, Teixeira e Henriques (2022) observam o avanço do

conservadorismo, definido por eles como "uma perspectiva política universal dotada de aversão à mudança e forte ligação às 'coisas como elas são'" (2022, p. 3). Assim, o(s) movimento(s) conservador(es) se reestrutura no Brasil com a intenção de impedir que seu ideal heterossexual e cristão de país seja desmantelado. Logo, o neoconservadorismo é caracterizado pelo momento onde o "nacionalismo cultural, a defesa da família tradicional patriarcal, a retidão moral e a ênfase nos valores cristãos passaram a integrar o constructo político ideológico, para além da oposição ao intervencionismo estatal na economia" (Harvey, 2007 apud. Teixeira e Henriques, 2022 p. 8) Em 2018, é eleito à presidência um dos grandes representantes deste movimento, Jair Messias Bolsonaro, com ele e a partir dele, o bolsonarismo se torna uma das frentes do conservadorismo contemporâneo.

Daniel Aarão Reis (2020) define o bolsonarismo como uma expressão da extrema-direita brasileira na atualidade. Sua consolidação no país é resultado das tradições autoritárias, caracterizadas pelo anticomunismo, pelo racismo e a forma como o país lida com o período escravista e seu legado, "o patrimonialismo; a corrupção; a desigualdade social; a violência; a intolerância; a discriminação de raça e gênero" (2020, p. 5). Em relação à conjuntura brasileira, o autor destaca as consequências das opções políticas adotadas pelos partidos formados na chamada "Nova República", em especial o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a falta de um consenso entre as esquerdas na eleição de 2018 e, principalmente, as alianças que Bolsonaro fez com as "bancadas BBB (boi, bala, bíblia)" (Idem, p. 7). Reis afirma que o bolsonarismo, especialmente por causa das suas alianças, é pautado "em torno dos conceitos de Ordem, de Segurança e de defesa da Pátria" (Idem, p. 9.), de pautas conservadoras que se opõem às demandas apresentadas pelas lutas identitárias e pelo uso frequente dos meios digitais como ferramenta de exposição de sua própria ideologia e ataque aos adversários.

João Cezar de Castro Rocha (2021) aponta que mesmo fazendo parte de um contexto internacional de fortalecimento da direita e da extrema-direita, é necessário entender que o bolsonarismo possui "traços exclusivamente nacionais". Ademais, Rocha traz duas características importantes do bolsonarismo que acreditamos serem de grande importância para o contexto educacional: a ideia de guerra cultural e a retórica do ódio.

Calcados em uma leitura comum sobre o passado ditatorial, os indivíduos que sustentam o bolsonarismo partem do princípio que a ditadura militar brasileira "não puniu o suficiente" e apesar de ter "impedido a chegada dos comunistas ao poder", não

conseguiu impedir que estes vencessem na guerra das mentalidades no período da redemocratização. Sendo assim, se encarregam de assumir o controle dessa guerra cultural que será responsável por extinguir, de vez, aqueles que apresentarem uma ameaça ao seu projeto de poder. Em suma, a guerra cultural é "o verdadeiro eixo do projeto autoritário de poder encabeçado por Jair Messias Bolsonaro" (Rocha, 2021, p. 109).

Ainda segundo Rocha, a guerra cultural possui dois tipos de inimigos, o "adversário real", caracterizado pelos governos petistas e suas medidas, e "a fantasia retórica poderosa do 'inimigo da nação', que precisa ser 'varrido do mapa'." (2021, p. 117). Assim, por ser uma guerra relacionada à cultura, é necessário que os bolsonaristas se insiram na batalha. Em breve retomaremos esse argumento. Antes disso, gostaríamos de destacar outra característica do bolsonarismo apontada por Rocha (2021), a chamasa "retórica do ódio". Considerada o instrumento da guerra cultural, esta é caracterizada como uma "técnica discursiva que pretende reduzir o outro ao papel de inimigo a ser eliminado. Trata-se de uma técnica — e esse aspecto deve ser sublinhado. Por isso, pode ser ensinada e transmitida." (2021, p. 157). Ora, sob esta lógica, se existe uma guerra a ser assumida, é necessário definir o inimigo e uma estratégia para lutar contra ele. Na guerra dos bolsonaristas, "a esquerda" ou "os esquerdistas" configuram os principais antagonistas, sempre tratados como um organismo homogêneo, estes são responsáveis por ocupar as escolas, as mídias, os ambientes artísticos e acadêmicos a fim de disseminar suas ideias contaminadas pelo comunismo.

Uma vez determinado o inimigo, a retórica do ódio tem como objetivo a desqualificação dos seus alvos, sua anulação, redução. Tal aspecto é importante para esses grupos porque se seus inimigos possuem formas de agir e pensar que não condizem com "a verdade", é necessário que estes sejam calados. Se na guerra cultural existe uma disputa intencional pelo campo das ideias, da produção científica de outros conteúdos, a retórica do ódio funciona como um instrumento de humilhação pública do outro a fim de silenciá-lo. Para Rocha, o objetivo final dessa retórica é "a desumanização do outro, reduzido ao papel de inimigo a ser abatido''. (2021, p. 180).

Outro aspecto importante do contexto político-social contemporâneo é o fortalecimento de grupos que entendem que o maior erro da gestão ditatorial foi ter falhado na continuidade do seu plano de dominação, abrindo espaço para que o "comunismo" tomasse conta do espaço público após a redemocratização. Segundo esses atores, o plano dos comunistas que estavam no Brasil foi se instaurar especialmente nos espaços educativos, pois através disso seria possível realizar a doutrinação marxista. Tal

“plano” passou a ser entendido por esses grupos como parte de uma nova fase do marxismo, o “marxismo cultural”.

A ideia de “marxismo cultural” foi calcada a partir de uma visão deturpada da produção gramsciana sobre a ideia de hegemonia, onde Gramsci disserta sobre os diferentes espaços de luta pela transformação social (Gramsci, 2000 [1932-4] apud. Miguel, 2016, p. 600). Segundo Miguel (2016), os grupos conservadores usam essa interpretação falaciosa sobre Gramsci para alimentar seus projetos políticos e orientar suas ações sobre a educação, como é o caso do Movimento Escola Sem Partido (MESP).

A defesa da existência do “marxismo cultural” é uma chave importante para nossa argumentação, pois esta configura uma das primeiras iniciativas que passa a tratar a escola, a produção acadêmica e os professores como um “problema” a ser enfrentado, visto que interpretam esses espaços como lugares de propagação do comunismo. Essa ideia, incorporada principalmente pelo MESP, é responsável por iniciar um movimento de questionamento dos espaços formais de educação, afetando diretamente a maneira como esses espaços e os indivíduos que o compõem são vistos pela sociedade. O MESP é um movimento fundado pelo procurador geral e advogado Miguel Nagib que passou a ocupar os debates públicos sobre educação sobretudo a partir do ano de 2010 (Miguel, 2016, p. 595). Segundo seu fundador, inicialmente o principal objetivo do movimento era o combate à chamada “doutrinação marxista” que estaria sendo realizada nas salas de aula do ensino básico e superior. Para Nagib, os professores se aproveitavam da sua liberdade de cátedra para realizar discursos em sala objetivando influenciar os alunos a se filiarem a partidos de esquerda, logo, seria necessário lutar por uma escola “neutra”, onde os professores seriam responsáveis apenas por expor o conteúdo de maneira objetiva.

Segundo Miguel (2016), a importância do MESP cresce quando o movimento se agrega à “outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada ‘ideologia de gênero’” (2016, p. 595). A teoria da “ideologia de gênero” ocupa um lugar de protagonismo no Brasil contemporâneo e está frequentemente relacionada ao debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Ainda de acordo com o autor, essa teoria se baseia em uma leitura superficial da literatura feminista e queer, considerando-a uma afronta aos valores católicos, especialmente no que se refere aos papeis ocupados por homens e mulheres nas sociedades. Sendo assim, é uma teoria responsável por alimentar a oposição à realização dos debates suscitados por esse campo nos espaços de ensino e aprendizagem.

Para Miguel (2016), a pauta da ideologia de gênero é importante na popularidade do MESP porque está relacionada ao receio que as famílias conservadoras possuíam da educação sobre gênero. Assim, a incorporação desse debate no movimento promoveu sua aderência popular. Nesse mesmo momento, o autor afirma que há uma grande virada de chave, pois começa uma disputa entre a escolarização e a autoridade das famílias, onde o primeiro grupo passa a ser visto como um inimigo do segundo. A partir de então, o MESP fortalece sua acusação contra as escolas afirmando que estas realizam uma "doutrinação ideológica" e passa a propor "medidas para impedir que professores e professoras expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias" (2016, p. 595). Nesse contexto, quem estabelece a régua do que é impróprio são os responsáveis pelos estudantes.

Penna (2017) acrescenta que o intuito do MESP ultrapassa as questões legais, a disputa por projetos de lei, e é principalmente uma disputa pela opinião pública. O autor destaca quatro pontos presentes nesse discurso, o primeiro é a concepção de escolarização pautada na afirmação de que o professor não é educador, e sim instrutor. Nesse sentido, o aluno e sua família são considerados "clientes" que contratam um serviço de cunho educacional. Tal concepção defende que a função do professor é transmitir o conhecimento de forma neutra, sem a mobilização de valores e a discussão da realidade do aluno. Outro ponto é a desqualificação do professor. Defende-se que "nenhum pai é obrigado a confiar no professor" (Penna, 2017, p. 38). Visto que a relação entre família e professor é considerada uma relação de clientela, argumenta-se que o responsável por determinar o que deve ser ensinado é o familiar. Nesse sentido, o professor deve ser privado da sua liberdade de expressão (Miguel, 2016; Penna, 2017).

Outro aspecto abordado é a defesa do poder total dos pais sobre os filhos, este que também foi citado por Miguel (2016) ao tratar da associação do movimento à pauta "ideologia de gênero". Destaca-se que os adeptos do MESP passam a utilizar o lema "#MeusFilhosMinhasRegras"[366], realizando uma alusão ao lema feminista "Meu corpo, minhas regras", como uma forma de se manifestar publicamente contra a "ideologia de gênero", considerada uma "ideologia antifamília, uma tentativa de transformar jovens em gays e lésbicas, um ataque à família." (Penna, 2017, p. 45). Nesse sentido, todo assunto

[366] O movimento de familiares e responsáveis contra as questões relacionadas ao gênero na escola é considerado parte de uma onda conservadora por toda a América Latina. No Peru, por exemplo, em 2016 é iniciado o movimento de pais denominado "Con Mis Hijos No Te Metas" que rapidamente se espalha para os países vizinhos. Para saber mais sobre o assunto, recomendamos a leitura de Araújo (2020).

considerado contrário aos valores familiares é considerado parte da "doutrinação" e, por isso, deve ser combatido.

Apesar de não ter vencido enquanto projeto de lei, Fernando Penna afirma que o movimento venceu na batalha pela opinião pública. As características discursivas que o compõem estão presente diariamente na realidade escolar, como podemos observar segundo o relato a seguir:

> [...] eu trabalhava muito a questão de gênero também em Sociologia e Filosofia. Quando eu via que alguns meninos que ficavam sem entender, eu voltava e explicava novamente. E ai um pai – foi tanto que eu sai dessa escola – um pai chegou na direção em reunião e disse que *eu estava ensinando o filho dele a ser homossexual, a ser gay* [...] (Entrevista com a Professora D, 2022, grifo nosso)

Dessa maneira, é possível inferir que existe um contexto político e social contemporâneo relacionado aos grupos conservadores, um contexto de desconfiança em relação às escolas laicas e aos professores, não somente os professores de história. Parece haver uma nuvem sob a cabeça desses familiares, uma nuvem alimentada pelo medo da chamada doutrinação que pode levar seus filhos a trilhar um caminho completamente diferente daquele idealizado por eles. Assim, não somente o futuro imaginado – de direita, heterossexual e cristão – de seus filhos está ameaçado, mas também o futuro do próprio país, visto que as crianças, adolescentes e jovens são os futuros líderes do Brasil.

É aqui, portanto, que retomamos a ideia iniciada acima: a existência de uma guerra cultural pressupõe o enfrentamento entre dois lados. Assim, após estabelecido o inimigo comum e construído os planos de ação, a intervenção dos grupos conservadores e dos responsáveis por crianças e adolescentes estará pronta para ser realizada. No campo educacional, este enfrentamento se materializa em atitudes como: denúncias vinculadas à ações de professores interpretados como "esquerdistas", demissão ou não contratação de professores entendidos como "ideológicos demais" e no embate e falta de diálogo constante em sala de aula. Entretanto, para além das atitudes mais diretas citadas aqui, gostaríamos de destacar uma outra face desse enfrentamento: o papel das instituições de ensino vinculadas às igrejas evangélicas na garantia de projetos educacionais que dialogam com princípios conservadores.

Como tratado anteriormente, a nova face do conservadorismo brasileiro está diretamente atrelada a uma agenda moral dos grupos religiosos protestantes, onde muitos de seus representantes compõem a bancada evangélica no Congresso Nacional. Segundo Teixeira e Henriques, "universalidade dos valores cristãos que garante ao neoconservador a validação de maioria moral" (2022, p.8). Ou seja, os valores cristãos caracterizam um

dos principais projetos de poder em voga na atualidade e a educação é um braço importante de atuação, esta se torna um campo de disputa:

> Em tal contexto, a educação figura como um importante campo em disputa que envolve ações e programas específicos. As diferentes demandas por instrução, disputas curriculares e orientação da perspectiva educacional a ser adotada *trazem em si diferentes concepções de sociedade, organização cultural e socioeconômica* que não podem ser ignoradas." (Teixeira e Henriques, 2022, p.11, grifo nosso).

Aqui, então, está a inserção da extrema-direita cristã na chamada guerra cultural, é o momento em que estes indivíduos passam a disputar o espaço educacional, seja por uma ponta – através de movimentos como o Escola sem Partido – ou por outra, a criação de suas próprias instituições. As escolas cristãs confessionais se apresentam como a saída perfeita, pois oferecem a garantia para os familiares de que a educação e os valores transmitidos em casa e nos espaços de fé serão continuados na escola. Logo, a ameaça de "doutrinação esquerdista", a "ideologia de gênero", não serão uma preocupação para essas famílias. No campo político, o incentivo à criação e investimento nessas escolas contribuem diretamente para o projeto de sociedade já mencionado ao longo do nosso trabalho e faz parte do movimento de reação à pauta progressista em curso no país.

As escolas cristãs como uma das frentes da "resolução do problema": por dentro das propostas escolares.

Antes de abordar especificamente sobre como as escolas definem suas propostas escolares, gostaríamos de tratar brevemente da pesquisa realizada por Glaucia Muñoz dos Reis (2014) com oito professores de duas escolas confessionais protestantes, onde o objetivo foi entender a relação entre a visão cristã das escolas e a prática em sala de aula. A partir da investigação iniciada por Reis (2014), gostaríamos de destacar dois momentos específicos:

> Ao responderem a questão sobre como os valores cristãos da escola afetam o trabalho pedagógico deles, citam os *princípios cristãos* especificados e o código de ética da escola, como fatores que contribuem para vincular a teoria e os conteúdos de aprendizagem científica à prática de valores, bem como o exemplo dos funcionários da escola. (2014, p. 3, grifo nosso)
> A *educação por princípios* tem como propósito a educação integral do indivíduo, como ser criado à imagem e semelhança de Deus. A escola é continuação do lar, pois essa também deve basear seus ensinos em valores e princípios, preocupando-se com a formação global do indivíduo. A sua função também é a transmissão do conhecimento científico-filosófico como instrumento de constituição da cidadania". Profª 1. (2014, p. 3, grifo nosso)

Os trechos acima demonstram o ponto que buscamos chegar ao longo desta seção, é notável que este modelo educacional está diretamente ligado aos princípios e valores

cristãos de organização da vida, então busca-se realizar uma junção harmoniosa entre os princípios estabelecidos na legislação educacional com aqueles presente na profissão de fé. Portanto, a escola funciona como uma filtragem do mundo externo e garante que esta é continuação do "lar", o que gera a confiança e investimento das famílias. Esta relação fica nítida quando Reis (2014) aponta que é primordial para essas escolas desenvolver os aspectos religiosos e morais dos alunos, mantendo sempre a perspectiva teológica e filosófica, assim, "a função da educação é a salvação da alma, que passa pela provocação da aceitação de Jesus Cristo como o Messias e modelo a ser seguido. (2014, p.3).

Nesse sentido, está estabelecido o papel das escolas confessionais cristãs dentro da reação conservadora. Estas se apresentam como a salvação para uma sociedade enviesada culturalmente, carregada das chamadas ideologias marxistas que ameaçam a ordem estabelecida. Ao realizar uma pesquisa sobre as escolas cristãs na cidade de Niterói/RJ, é possível encontrar sem esforço a materialização destas visões sobre a educação:

> Escola A: Priorizamos tanto o conteúdo como a formação dos alunos. [...] A fim de verdadeiramente prepará-los para os desafios da vida, nossos estudantes contam com momentos diários de oração e reflexão e, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, eles têm aulas de Introdução à Bíblia, para que enfrentem qualquer dificuldade com fé e princípios. [...] Através da preservação de valores e princípios cristãos em todas as áreas da vida humana e com o pleno envolvimento da família, formar pessoas extraordinárias que promoverão melhoria contínua na nossa sociedade e no mundo.
> Escola B: Acreditamos na capacidade de, através de Jesus, esses valores eternos transformarem vidas e darem ao ser humano a capacidade de viver em sociedade de forma mais sábia e equilibrada [...] Queremos que nossos alunos e equipe internalizem os princípios, cresçam em sabedoria, aprendam a raciocinar biblicamente, alcancem o pleno conhecimento acadêmico, sejam conscientes de si e do próximo, permaneçam para sempre na presença de Deus e tornem-se homens e mulheres aptos para desenvolver, com excelência, o seu papel na sociedade. [...]: O slogan 'Educando a Criança, enquanto há esperança', traduz o nosso objetivo, formar uma geração de pessoas capazes de pôr sua fé e esperança no Deus Vivo. E a imagem do logo, transmite que a verdadeira esperança vem de Deus e Sua palavra. [...] *Entendemos que educar é o processo de transmitir a esta geração um conjunto de valores, conhecimentos e habilidades de forma a capacitar sua participação útil e construtiva na comunidade. Buscamos resgatar os valores e direitos das famílias, provendo os meios pedagógicos para apoiá-las em sua missão de formação dos filhos, dentro de uma filosofia totalmente cristã*. (grifo nosso)
> Escola C: O [ensino médio] é uma jornada transformadora que prepara os jovens para serem cidadãos conscientes, engajados e preparados para o sucesso na vida. Guiados por nossos valores cristãos, cultivamos um ambiente acolhedor e desafiador que nutre o desenvolvimento integral do aluno, desde a formação acadêmica até a construção de um caráter sólido. [...] Fortalecem seus valores cristãos: Cultivamos um ambiente permeado por valores como amor, respeito, responsabilidade, ética, justiça e solidariedade, preparando os alunos para serem agentes de transformação positiva na sociedade.

Ao utilizarem em suas descrições frases como “preservação de valores cristãos”, fundamento nos ensinamentos bíblicos”, “resgatar os valores e direitos das famílias”, “apoiar [as famílias] em sua missão de formação dos filhos”, essas escolas se colocam como uma frente da chamada guerra cultural. O reforço da ideia de fortalecimento dos valores cultivados nos lares cristãos é intencional, pois visa criar uma sensação de segurança, sendo essas escolas o lugar onde as crianças e adolescentes serão afastados dos perigos do ambiente secular e, consequentemente, estarão aptos para alcançar pleno desenvolvimento da identidade cristã.

Considerações finais

Ao longo do presente trabalho, buscamos iniciar uma discussão acerca do avanço conservador em direção à educação no contexto contemporâneo. Entendemos que este movimento está relacionado a um ambiente de valorização das alteridades gerado ao longo da redemocratização recente. Assim, conforme as discussões de gênero, raça, classe e sexualidade crescem no espaço público, cresce também a reação conservadora que visa silenciar e conter o diferente, especialmente aqueles que vão de encontro ao seu projeto de sociedade. Neste contexto, a educação estará sempre no cerne da discussão, pois ela se refere às gerações que continuarão a construção do país. Assim, entendemos que as escolas confessionais protestantes mencionadas são um braço dentro da chamada “guerra cultural”, visto que ao se colocarem como um espaço educacional alinhado aos valores cristãos e, principalmente, garantirem ser uma continuação da educação familiar, estas operam dentro do mesmo aparato discursivo/argumentativo do MESP e grupos de extrema-direita, como os bolsonaristas.

Dado o contexto, retomamos a introdução deste trabalho a fim de finalizar nossa discussão a partir da mesma reflexão que a iniciou: a questão da relação entre a educação e as identidades. Abordamos sobre a maneira como a Lei 10.639 inaugura uma mudança na BNCC e aponta para a importância do tratamento das questões raciais na escola, pois ele indica o fortalecimento das identidades individuais e coletivas do país e, acima de tudo, contribui no combate à discriminação racial e religiosa. É importante salientar que não buscamos aqui estigmatizar as escolas cristãs, entendemos que dentro do grupo dos evangélicos existe diversidade de pensamento. O que buscamos, através da nossa discussão, foi entender de que maneira uma parte dessas escolas é entendida como uma solução para o medo de “doutrinação” que circunda as escolas seculares, assim como perceber como estas se colocam diante da questão da formação de uma identidade cristã,

reforçada não somente pela aplicação da liturgia no cotidiano escolar – como as pausas para realização de cultos e orações -, mas também pela formação de um projeto pedagógico vinculado ao cristianismo que objetiva formar indivíduos que agirão no mundo a partir destes princípios. Encaminhando para a conclusão, reforçamos que todo projeto educacional está vinculado a um projeto de sociedade, portanto, nos resta refletir e indagar sobre o que está em jogo quando estes projetos são construídos por grupos por grupos conservadores, especialmente aqueles que são abertamente contrários à diversidade.

Referências:

BITTENCOURT, C. M. F. Identidades e ensino da história no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda. (Org.). *Ensino da história e memória coletiva.* 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 33-52.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

LIMA, Mônica. Fazendo soar os tambores: o ensino de História da África e dos africanos no Brasil. *Cadernos Pedagógicos PENESB*, n. 4, p. 65-77. Niterói: Editora da UFF, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero": Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Escola 'Sem' Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.* 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 35-48.

PINHA, Daniel; RANGEL, Marcelo; PEREZ, Rodrigo. Teoria, história da historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática. *Revista Transversos*, n. 18, p. 6-16, 2020.

_____. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. *Revista Maracanan*, v. 18, p. 83-110, 2018.

REIS, D. A. Notas para a compreensão do Bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 46, n. 1, e36709, 2020.

REIS, G. M.; VIEIRA, M. M. S. Escolas confessionais protestantes: aspectos das práticas pedagógicas. In: *V Jornadas das Lic. USP e IX SELIC*, 2014, São Carlos. *V Jornada das Licenciaturas da USP/IX Semana da Licenciatura em Ciências Exatas - SeLic*, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político.* 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021. v. 1. 464 p.

SOUZA, Maria Elena Viana. Ideologia racial brasileira na educação escolar. *Cadernos PENESB*, v. 7, p. 225-259, 2006.

TEIXEIRA, P.; HENRIQUES, A. O novo conservadorismo brasileiro e a educação: mapeando suas linhas de força. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 30, n. 89, 2022.

O Sítio Arqueológico Sambaqui da Beirada (Saquarema-RJ): Contribuições para o Ensino de História

Marlon Barcelos Ferreira
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Uma Longa História local/ Indígena na Região da Costa do Sol: Museus, Patrimônio e o Ensino de História", ainda em andamento. Esse trabalho tem como objetivo discorrer sobre as políticas patrimoniais que foram desenvolvidas por diferentes agentes e que culminaram no processo de tombamento e na criação do primeiro museu arqueológico in situ do Brasil: O Museu Arqueológico Sambaqui da Beirada. Ao mesmo tempo, busca-se refletir sobre as atividades educacionais oferecidas, as experiências educativas e as possibilidades do uso dos museus no ensino da história local e indígena. Examinar essas questões permitirá uma compreensão mais aprofundada do papel dos museus na educação e de como eles moldam e enriquecem a experiência de seus visitantes.

As Pesquisas e os Sambaquis na Região

Ao longo da segunda metade do século XX, a arqueologia brasileira vivenciou um período de expansão das pesquisas em todo o território do Brasil. Nesse processo, a área de Saquarema e a Região dos Lagos, em particular, têm atraído a atenção dos pesquisadores, resultando na identificação de vários sítios conhecidos como sambaquis. O termo "sambaqui", originado dos termos Tupi "tamba" (conchas) e "ki" (amontoado), refere-se a "amontoado de conchas".

Na década de 1960, com a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), os sambaquis foram definidos como sítios arqueológicos predominantemente compostos por conchas (PROUS, 1992). Esses sítios são encontrados ao longo do litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul até a Bahia e do Maranhão até o Pará. As primeiras evidências desses locais datam de aproximadamente 8 mil anos atrás, com a maioria das datações situadas entre 5000 e 3000 anos antes do presente (AP) (PROUS, 1992).

Formados por pescadores-coletores, os sambaquis eram compostos por empilhamentos de conchas de moluscos, como ostras e berbigões, além de restos de comida, ossos de animais e ferramentas. Esses grupos costumavam acumular as conchas coletadas junto com resíduos alimentares, ossos e outros objetos. As conchas predominantes nos sambaquis são as de ostras (*Ostrea sp*) e berbigões (*Anomalocardia brasiliensis*) (PROUS, 1992).

Além dos restos de fauna, os sambaquis também contêm artefatos da vida cotidiana, como lâminas de machados, raspadores e polidores, feitos de pedra, tanto polidos quanto lascados. Os artefatos líticos e ósseos são os mais frequentemente encontrados nesses sítios. Além de servirem para enterramentos, os sambaquis também eram locais de rituais religiosos. Segundo Prous, "em geral, os corpos não eram simplesmente deixados nos estratos de conchas, mas sim colocados em sepultamentos variados" (PROUS, 1992, p. 217).

Na cidade de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, as pesquisas arqueológicas avançaram ao longo da década de 1970 e 1980. Essas pesquisas promoveram uma série de descobertas que permitiram os arqueólogos traçaram em linhas gerais, um quadro sobre o início da ocupação humana na Região dos Lagos. Nesse contexto, as pesquisas na região levaram a identificação de um sambaqui que foi denominado de Sambaqui da Beirada. Esse sambaqui foi descoberto na década de 1970, e as escavações sistemáticas foram conduzidas por Maria Lina Kneip na década de 1980 (GUIMARÃES, 2007). Durante os trabalhos de campo, foi revelado um sítio rico em artefatos variados e enterramentos. As pesquisas realizadas no sambaqui identificaram quatro camadas de ocupação humana, com a camada mais recente datada de aproximadamente 4520 anos, conforme os resultados obtidos em 1984 pela professora Kneip (GUIMARÃES, 2007). Esses estudos têm sido fundamentais para entender o processo de ocupação da Região dos Lagos que remonta a períodos anteriores à ocupação indígena Tupi, muitas vezes ignorado por grande parte das pessoas.

Juntamente com as pesquisas em Saquarema, também tivemos o desenvolvimento de políticas patrimoniais ligadas a essas populações pré-contato, com sua incorporação ao patrimônio arqueológico da região, e, em especial da cidade Saquarema. Isto ocorreu não apenas com a preservação de sítios arqueológicos, mas também com a criação pela Prefeitura de Saquarema, do Museu Arqueológico Sambaqui da Beirada.

Em um contexto nacional marcado pelo retorno a democracia e aumento da visibilidade da temática indígena, as condições locais levaram a Prefeitura Municipal de

Saquarema em 1989, através do Decreto Número 188-89 promover o tombamento do Sambaqui de Manitiba I. Esse foi o primeiro tombamento local de um sítio arqueológico nativo e ocorreu durante a gestão do Prefeito Carlos Campos da Silveira. Esse processo consistia no tombamento de uma área de 7.200 m² pela prefeitura local (GUIMARÃES, 2007). Um pouco depois, durante a gestão do Prefeito João Alberto Teixeira de Oliveira, no ano de 1993, os diversos agentes municipais envolvidos levaram ao tombamento através do Decreto Municipal n. 043/93, dos sambaquis de Jaconé, Pontinha e Beirada (GUIMARÃES, 2007).

Através desses decretos municipais, os quatro sítios arqueológicos sambaquis foram tombados e estão protegidos legalmente pela prefeitura local. O mecanismo de tombamento previu a transformação desses espaços em praças e de espaços educacionais:

> Estes tombamentos ocorreram através da criação das denominadas Praças Municipais, mecanismo que incorpora não só a preservação do patrimônio, via legalização, mas sua visibilidade, através da implantação adequada em ambientes públicos. Contudo, na prática, a criação de espaços públicos destinados à apresentação de sítios arqueológicos encontrou alguns obstáculos que dificultaram sua implantação. Entretanto, a criação da Praça do Sambaqui da Beirada, em maio de 1997, um museu a céu aberto, mantido com recursos da prefeitura Municipal de Saquarema, sob a orientação científica do Museu Nacional, foi a exceção. (GUIMARÃES, 2007, p. 109).

Em 1997, durante a gestão do Prefeito Carlos Campos da Silveira, o Sambaqui da Beirada, um dos quatro sítios arqueológicos tombados em Saquarema, sofreu uma intervenção significativa. Esse sítio arqueológico foi transformado em um museu a céu aberto. Os demais sambaquis estão apenas tombados e protegidos pela legislação e permanecem intactos:

> Trata-se do primeiro museu de arqueologia ao ar livre no Brasil. Com área de 7.000 m2 e cercado por tela aramada, abriga um conjunto arqueológico e paisagístico de grande importância científica, cultural e turística, expondo e preservando in situ, em espaço aberto à visitação pública, testemunhos de um sítio arqueológico pré-histórico do tipo sambaqui. (BERTOLOTO; PASSOS; MARQUES; PACHECO; 2025, p.59).

Sambaqui da Beirada, criado e mantido pela Prefeitura Municipal de Saquarema com recursos próprios, é um museu de arqueologia denominado de "in situ”. Desde o início das escavações, havia um objetivo claro de uso educacional para o sítio arqueológico. Com a orientação técnica da equipe do Museu Nacional, o museu foi projetado para preservar o material em sua disposição original, oferecendo aos visitantes uma experiência direta com o patrimônio arqueológico. (GUIMARÃES, 2007).

Os museus desempenharam um papel fundamental ao longo da história, não apenas na preservação e exibição de artefatos culturais e científicos, mas também como

centros de aprendizado. Esse aspecto educativo dos museus começou a ganhar maior reconhecimento e formalização no século XIX, especialmente na Europa, com a criação de áreas dedicadas à educação dentro dessas instituições.

A significativa presença de estudantes nos museus demonstra a importância desses espaços no contexto educacional formal. Isso destaca a necessidade de compreender melhor como os museus podem atender de maneira eficaz às demandas educacionais das escolas. Dado que o público escolar é um dos principais visitantes dessas instituições, é essencial investigar se a integração com as escolas era um objetivo intencional na concepção desses espaços ou se surgiu de maneira incidental. Recentemente, essa conexão entre museus e instituições de ensino se intensificou ainda mais após a Segunda Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, essas instituições museológicas devem ser pensadas a partir de uma dupla perspectiva, são lugares de memória e lugares de ensino (ZARBATO, 2021). Pois,

> Os museus, como instituição são lugares por excelência de objetos, são locais de guarda do que se pretende deixar de exemplo para as gerações que estão por vir, pois se caracterizam prioritariamente pelas coisas materiais que preservam e pela possibilidade de explorá-los cognitivamente e afetivamente (MENESES, 1993, p.211) e, nesse sentido, tornam-se lugares de transmissão e, portanto, de educação. (CAMPOS, 2014, p.62).

Nesse sentido, os pesquisadores do campo da história e do ensino tem se dedicado a pensar essa interface entre os museus e seus bens patrimoniais e o seu uso educacional. No Brasil, os estudos e debates sobre a relação entre os museus e a educação remontam ao início do século XX. No ano de 1932, temos um dos primeiros trabalhos sobre o tema, e que foi um relatório apresentando no Museu Nacional, elaborado por Bertha Lutz: "O Papel Educativo dos Museus Americanos" (WICHERS, 2011). Deste momento em diante, foram sendo desenvolvidos outros trabalhos e que tiveram um crescimento no período pós – guerra, inclusive com a realização de encontros nacionais e a publicação de inúmeros trabalhos sobre o tema a educação museulógica. (WICHERS, 2011). Como parte desse movimento, em 1958 o Brasil sediou o simpósio Museu-Educação, realizado no Rio de Janeiro e que discutiu o papel educacional dos museus.

Nesse movimento, na década de 1960, foi inaugurado o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), na cidade de **Joinville** (SC) e que tinha "[...] nascido sob a égide dos museus americanos e influenciado pela afirmação educativa como primordial na relação museu-comunidade [...]"(CAMPOS, 2014, p.66). Na década de 1980, foi

criado o Programa Nacional de Museus pelo Ministério da Cultura, e que reforçou a ideia de " [...] que estas instituições fossem agências educativo- culturais incentivando-as a promoverem ações com vistas a complementar o ensino formal adequando a educação à realidade econômica, social e cultural do país" (CARNEIRO, 2009, p. 40). Consolidando um:

> [...] caminho que se desenvolveu para uma escolarização dos serviços educativos nos museus brasileiros. Por um lado, as escolas foram incentivadas a buscar nos museus a ilustração, via contato direto com o acervo, dos conteúdos trabalhados em sala de aula e, por outro lado, os museus viram-se responsáveis em atender a esta demanda – de complementaridade ao ensino formal e de comprometimento com as perspectivas escolares, uma vez, também, que não estavam envolvidos com políticas culturais e educacionais, reduzindo suas várias e específicas possibilidades de atuação. (CARNEIRO, 2009, p. 40).

Nessa direção, na mesma década de 1980, aconteceu o I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, no Museu Imperial em Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro. Assim, os debates sobre o uso educacional do museu e a importância e o papel de uma educação museológica ganhou mais um componente, com o desenvolvimento do conceito e da metodologia de trabalho proposta pela Educação Patrimonial, que foi primeiramente defendido e definida no Brasil pelas pesquisadoras Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro:

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (1999, p.5)

Para alguns autores, como Mario Chagas (CHAGAS, 2006) e Camila Wichers (WICHERS, 2011), esse evento marcou a sistematização do conceito e da metodologia da Educação Patrimonial, mas não marcou o início da utilização dos museus e de seus patrimônios no ensino de história. Segundo Camila Wichers,

> No campo das ações educativas centradas no patrimônio arqueológico, só para citar um exemplo paulista, temos as ações desenvolvidas por Paulo Duarte ainda na década de 1960, quando o Instituto de Pré-História já mantinha uma exposição de Arqueologia, e promovia visitas aos sítios arqueológicos e inúmeras palestras proferidas pelo pesquisador. (Wichers, 2011, p.62)

Por sua vez, segundo Alexandre Pena Matos (2017), o grande avanço promovido pela edificação do conceito da Educação Patrimonial, foi à união entre a prática e a reflexão na temática da educação ligada ao patrimônio:

> Sendo assim, a metodologia da educação patrimonial constitui-se como ponto central e divisor do pensamento do patrimônio cultural entre os equipamentos (museus, acervos, bibliotecas, ações educativas, entre outros) e o público, torna-se um método que une a prática e a reflexão no campo da cultura material. (MATOS, 2017, p.44)

Assim, esse breve texto tem como objetivo apresentar um diálogo entre história, arqueologia e ensino ao discorrer sobre as possibilidades e os usos do Sambaqui da Beirada no ensino da história. No sítio arqueológico ao ar livre, Sambaqui da Beirada, os visitantes podem observar vestígios de fogueiras, restos alimentares, artefatos de pedra, três sepultamentos humanos e conchas tingidas de vermelho ao redor.

As escolas tem que agendar a visitação e por sua vez, turistas não necessitam de agendamento. A visitação é mediada pela funcionária do Museu que acompanha os visitantes ao longo do percurso. Neste ponto destaca-se que o museu tem como foco principal a mediação humana em sua visitação. Essa mediação ocupa o processo comunicativo visando dar aos visitantes uma maior compreensão da exposição. Como complemento, existem no prédio principal cinco painéis trazendo dados sobre os sambaquis e as pesquisas arqueológicas realizadas no local e no sambaqui exposto, algumas placas com informações sobre os vestígios arqueológicos.

A visitação guiada pela monitora é realizada em etapas que percorrem os espaços do museu. A primeira etapa consiste na visitação ao prédio principal e na qual a mediadora traz as primeiras explicações sobre o museu, às pesquisas arqueológicas e sobre a cultura e sociedade sambaquieira. Essa atividade inicial de contextualização do museu e seus artefatos é uma etapa importante na visitação segundo Circe,

> Especialistas da área destacam a importância de esclarecer os alunos sobre o que é um museu e sobre o seu papel na constituição da memória social, sendo fundamental, nessa iniciativa, mostrar que tipos de objetos são ali preservados e expostos, a fim de oferecer uma compreensão do que seja "uma peça de museu". As explicações iniciam-se pela trajetória do objeto do lugar onde foi encontrado ou adquirido até como chegou ao museu, tornando-se, então, "peça de museu". Essa atividade, advertem os especialistas, deve ser realizada obrigatoriamente ou no início ou no final do trabalho com os alunos. (BITTENCOURT, 2009, p. 356,357)

Nessas partes iniciais da visitação, pode-se perceber a coinfluencia de duas vertentes pedagógicas que orientas as práticas educacionais nos museus. Assim, se por um lado, a tradição renovada com sua visão de educação pautada na experiência e na vivencia real. Por outro lado, percebe-se ainda a influência das pedagogias ditas tradicionais, cuja centralidade no professor enquanto condutor do conhecimento ainda é visível.

O espaço da Praça Sambaqui também inclui uma pequena reserva florestal de vegetação de restinga, com árvores numeradas e trilhas, permitindo aos visitantes e alunos vivenciar o ambiente nativo da região. Este bosque complementa o caráter interdisciplinar do sítio, abordando temas como ecologia, biologia e geologia durante as visitas guiadas. Não apenas por parte dos professores de história, pois ressaltamos que os sítios arqueológicos são áreas que envolvem não apenas história ou geografia, são para uso interdisciplinar, como salienta Figueiredo:

> Acreditamos que alguns assuntos são transversais às diversas disciplinas e o debate em torno do patrimônio histórico-cultural constitui um deles. Interessa tanto aos profissionais da educação, das áreas de história, e de geografia e por que não, da literatura. A química e a biologia não podem ficar de fora. (2002, p.52)

Esta iniciativa visa aproximar o ambiente do sítio arqueológico da sala de aula, seguindo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que recomendam o uso de fontes primárias e sítios arqueológicos no ensino de história e outras disciplinas.

Além das visitas diárias oferecidas as escolas e visitantes, em momentos pontuais são oferecidas atividades extras. Em 2006, fora realizado um projeto denominado de Arqueologia na Praça, tendo como público alvo os professores da cidade e tinha como objetivo qualificar os mesmos para que pudessem utilizar a Praça Sambaqui em seus projetos educacionais.

Apesar de todos os avanços obtidos em relação à temática indígena no Brasil nas últimas décadas, ainda existem muitas áreas que merecem mais avanços e uma delas é o ensino de história. Segundo o historiador Pedro Paulo Funari (2011), a própria quase inexistência da cadeira de pré-história (período pré-contato) brasileira nos cursos de história tem afetado a formação de pesquisadores e de professores. Isto acaba levando a carência de informações sobre esses povos nativos que aqui habitaram e o que leva a muita das vezes a se perpetuar preconceitos e ideias defasadas sobre esses povos.

Dessa maneira, entende-se que a aplicabilidade do ensino de história indígena nas escolas, a edição de livros escolares e a formação de professores da rede básica nas universidades, são preocupações ainda pertinentes, mesmo após todos os avanços nas últimas décadas. A própria lei 11.645/08, depois de mais de dez anos de promulgação, ainda enfrenta problemas em sua aplicação como salienta Edson Silva, “[...] persistem vários desafios para efetivação do que determinou a Lei 11.645/2008.” (SILVA, 2012, p.220). Esses fatores tem afetado a formação de pesquisadores e de professores sobre a história e a cultura dos povos indígenas e de certa forma ajudado a se perpetuar essas

antigas narrativas que "[...] contribuíram para excluir os índios de nossa história" (ALMEIDA, 2010, p 25). Nesse cenário uma das maiores dificuldades se coloca na formação dos próprios professores, pois segundo o historiador José Ribamar Bessa Freira, é necessário "[...] interferir nos currículos de licenciatura em todas as universidades públicas e privadas" (FREIRE, 2010) e também a "[...] jogar pesado em oficinas e cursos de atualização de professores [...]"(FREIRE, 2010).

A criação da Praça do Sambaqui se enquadra na perspectiva de preservação e da educação. Pela localização e estado de preservação, o Sambaqui da Beirada foi escolhido para ser usado para fins didáticos. Afinal, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto ou uma construção, preservar é tornar vivo para as pessoas aquele passado como salienta Carlos Lemos,

> [...] um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados. (LEMOS, 1987, p.29)

Nesse sentido, nos últimos anos assisti-se o incremento de pesquisadores do campo da história dedicados a pensar e refletir sobre os museus e o ensino. Nessa perspectiva, algumas indagações se fizeram e fazem presentes acerca da criação e do papel dos museus no âmbito educacional na Região da Costa do Sol. Nessa pesquisa se busca algumas respostas às questões referentes a essa interface entre patrimônio, museu e ensino, pois, "Ainda que a linguagem utilizada no museu seja especifica, é preciso aprender a ler os objetos, as coleções, interpretar, descrever, conhecer, reconhecer. E isso só é possível compreendo-o como um espaço de aprendizagem e lugar de memória." (ZARBATO, 2021, p.126).

Referências:

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índios na História do Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BERTOLOTO, Alícia et al. Sambaquis do estado do Rio de Janeiro: musealização como forma de preservação. Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Niterói, RJ / Brasil - 01 a 04 de julho de 2015. Disponível em: http://. Acesso em: 10 maio 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos.* São Paulo: Editora Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMPOS, Adriana Negreiros. *Arqueologia e Educação: As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos como fio condutor de práticas educacionais.* 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARNEIRO, Carla Gilbertoni. *Ações educativas no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia.* 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *Revista Eletrônica do IPHAN – Patrimônio,* n. 3, jan./fev. 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

FREIRE, José Ribamar Bessa. O índio fora do foco da história. *Carta Capital*, São Paulo, 8 de outubro de 2010. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/carta-fundamental-arquivo/o-indio-fora-do-foco-da-historia/. Acesso em: 12 maio 2018.

GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa. *A ocupação pré-colonial da Região dos Lagos: Sistema de Assentamento e relações intersocietais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e tradição Una.* 2013. 392 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. *Guia Básica de Educação Patrimonial.* Brasília: Museu Imperial – UNB, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. *O Que é Patrimônio Histórico.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATOS, Alexandre Pena. *Educação patrimonial no contexto arqueológico: reflexões acerca das práticas educacionais.* 2017. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira.* Brasília: UNB, 1992.

SILVA, Edson. O ensino de história indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. *Revista História Hoje*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas.* 2011. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). *Ensino (d)e História Indígena.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ZARBATO, Jaqueline A. P. Museus e ensino de história: uma comparação entre ações didáticas em museus no Brasil e na Argentina. In: GONÇALVES, Nadiá; PINTO, Helena; ZARBATO, Jaqueline A. P. (Org.). *Caminhos da Aprendizagem Histórica: História e Educação patrimonial, debates e reflexões.* 1. ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2021.

A construção do passado e o SPHAN

Maysa Anacleto de Oliveira da Silva
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Introdução

Esse texto faz parte da dissertação que está em desenvolvimento cujo título é A preservação do patrimônio e a construção do passado nacional: memória e poder no Brasil na década de 1930. Trata-se do terceiro capítulo no qual analiso as fontes selecionadas para a pesquisa. A intenção desse estudo é produzir reflexões sobre a criação da memória nacional durante o Estado Novo, tendo como meios disseminadores de identidade social os bens patrimoniais. Essa construção de memórias comuns com a finalidade de promover uma integração e propiciar elementos de ligação entre as pessoas residentes de um mesmo território, é um processo dotado de subjetividade. A ideia é sobre o controle da memória através da preservação dos bens patrimoniais, mais precisamente no momento em que o Brasil institucionalizou a preservação patrimonial por meio do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 1937. Com o propósito de analisar quais as motivações e ideais presentes na escolha daquilo que faria parte da memória que estava sendo edificada, bem como as características desse processo.

O terceiro e último capítulo traz a questão do enquadramento memorial por meio de agentes do Estado e órgãos representantes como o SPHAN. Para isso será tratado o processo de construção da memória nacional pelo Estado Novo, as práticas e objetivos do SPHAN, e as implicações dessas práticas para a identidade nacional e a representação cultural no Brasil. Aqui também serão apuradas as primeiras atas do Conselho Consultivo do SPHAN, juntamente com a Primeira Revista do Patrimônio, analisando como o ideal de patrimônio estava sendo edificado e os bens escolhidos para fazerem parte do imaginário social da nação brasileira.

Para compreender a atuação e ideologias do SPHAN, foram selecionadas as atas do Conselho Consultivo de 1938, essas atas revelam os discursos e prioridades na seleção de bens, salientando as ideologias e decisões que moldaram a construção da noção de patrimônio e memória nacional brasileira. A composição do Conselho incluía profissionais diversificados, como antropólogos, artistas, escritores, historiadores da arte, arquitetos e arqueólogos, contrastando com a maioria de arquitetos no corpo técnico do

SPHAN. Outra fonte destrinchada nesse capítulo foi a Revista do Patrimônio número 1, a publicação visava estabelecer um espaço para a produção de excelência sobre temas patrimoniais no Brasil, concentrando esforços para o reconhecimento e proteção de bens culturais significativos, refletindo os objetivos do SPHAN e do regime do Estado Novo.

Findando o capítulo é considerada a função da memória, sua ressignificação na Modernidade, e o seu papel na construção da identidade individual e coletiva, especialmente no contexto político. A memória é frequentemente usada pelos regimes políticos para legitimar o presente e criar uma versão selecionada do passado. Esse enquadramento memorial pode criar uma "identidade herdada" e é usada para corroborar com as mudanças políticas e sociais. A memória nacional, portanto, é uma arena de disputas políticas e sociais, refletindo o poder e as intenções dos grupos dominantes.

A construção do passado e o SPHAN

Com as Políticas culturais, houve, durante o Estado Novo a invenção do passado da nação, mais precisamente nos primeiros anos, 1937 e 1938, onde ocorreu a maior parte dos tombamentos de bens. "A quantidade de tombamentos realizada somente no ano de 1938 – 56,59% do total – foi reveladora da clareza, convicção e consciência que os agentes do Sphan possuíam"[367]. E nesse desejo de se construir um passado nacional tem destaque o SPHAN – composto majoritariamente por intelectuais modernistas – que com seus funcionários promovia a seleção e preservação de bens considerados significativos para a sociedade, pois "com a instalação, mais que de um novo governo, de uma ordem política, econômica e social, o ideário de patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção de nação pelo Estado."[368]

Essa construção da nacionalidade brasileira ancorada na preservação de bens patrimoniais foi baseada na autoridade, tanto do chefe do governo do Estado Novo quanto do órgão responsável, o SPHAN. Apesar do SPHAN definir que deveria ser preservado tudo aquilo que fosse de interesse público, a escolha desses bens se fundamentou nos pareceres do corpo técnico do órgão.

> Os arquitetos do Sphan, ocupando lugares decisivos, a partir de uma centralidade na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, foram coautores, de fato, dos critérios de seleção, definindo nessa prática contundente e incisiva, as características básicas que delinearam esse patrimônio.[369]

---

[367] CHUVA, Márcia Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação cultural no Brasil (anos 1930-1940*). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 211.
[368] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 96.
[369] CHUVA, *op. cit.*, p. 211.

Duas esferas de legitimação para o ideário patrimonial: O Conselho Consultivo do SPHAN e a Revista do Patrimônio

Assim como o governo, o SPHAN detinha naquele momento uma certa responsabilidade sobre a cultura brasileira e se viam encarregados de transmitir a população os valores culturais do país. E esse fator influenciou o modo de atuação do órgão que selecionava os bens para preservação patrimonial de acordo com as perspectivas de seus membros. Nesse processo tem relevância o Conselho Consultivo do SPHAN, pois uma das funções do conselho era debater e tomar decisões sobre processos de tombamentos e de impugnação de proprietários dos imóveis. Isso garantia aos membros poder sobre a escolha dos bens que fariam parte da memória que estava sendo construída.

O Decreto-lei nº 25/37 que deu origem ao órgão de preservação patrimonial e a instituição do tombamento, também especificou as atribuições de um Conselho Consultivo para o SPHAN. O documento diz que este seria composto por dez membros escolhidos pelo Presidente da República e pelos diretores dos museus nacionais de coisas históricas e artísticas (SPHAN, 1980: 107). O Conselho era vital para as políticas empreendidas pelo SPHAN no momento de sua criação, considerando a composição de seus membros e a atuação desses em sociedade, o que lhes revestia de autoridade sobre a ideia de patrimônio que estava sendo forjada. Isso fica evidenciado logo na reunião inaugural do Conselho Consultivo, que foi realizada no dia 10 de maio de 1938, na qual o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em seu discurso afirmou que este era formado "por especialistas de notável competência e de comprovado espírito público"[370]. Os integrantes além de se destacarem no campo do saber, se encontravam de certa forma inseridos no Estado. "O caráter técnico- científico foi um dos pilares elaborados da estruturação do órgão de preservação brasileiro"[371].

Para reflexão desse trabalho foram selecionadas as atas do Conselho Consultivo do ano de 1938, com o objetivo de analisar os discursos produzidos e a prioridade dos bens selecionados para salvaguarda, apontando as ideologias e posições tomadas na construção da noção de patrimônio e memória nacional. No total são 6 atas, somando-se a ata da reunião inaugural, realizadas mensalmente, disponíveis no arquivo do IPHAN e

[370] *ATAS, 10 de maio de 1938*. Rio de Janeiro. Conselho Consultivo do SPHAN.
[371] AGUIAR, Leila Bianchi; NETO, Jamile da Silva. Legitimidade e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistíco Nacional (1938-1966). *Revista Tempos Históricos*, vol. 24, n. 1, pp. 207-231, 2020, p. 210.

acessíveis no seguinte link: http://portal.iphan.gov.br/atasConselho.

As atas seguiam um padrão, contendo a data, hora, os presentes e ausentes, a retificação de alguma informação da ata anterior e os julgamentos de processos que faziam parte da ordem do dia, e que na maioria das vezes se baseavam em tombamentos que por algum motivo foram impugnados. Esses processos eram apresentados por um relator que era selecionado pelo presidente do Conselho, logo seguida da explanação do relator era feita a votação que na maior parte dos casos decidia-se por derrubar a impugnação e manter o tombamento do bem.

Nas atas analisadas, as impugnações foram apresentadas por representantes da Igreja e por donos de propriedade. "Considerando os pareceres como uma técnica discursiva que impõe regras e consubstancia a hierarquia institucional"[372] é possível concluir que o parecer técnico do SPHAN possuía certa influência nas decisões sobre o tombamento de bens autorizados pelo Conselho. Nos pareceres dos conselheiros era considerado "o 'valor nacional' do bem indicado para tombamento e os aspectos político-institucionais de legitimação do SPHAN. Apoiado nos pareceres anteriores, eles preocupavam-se permanentemente com o caráter nacional do objeto apreciado."[373]

Acerca da rotina de encontros do Conselho, na reunião inaugural ficou acordado que as reuniões aconteceriam nas primeiras segundas-feiras uteis de cada mês, às 17:00. No entanto, no ano de sua criação, o Conselho se reuniu por cinco vezes, entre maio e setembro, após o mês de setembro não há mais registros de ata nesse período, sendo a próxima reunião datada de 16 de janeiro de 1939 (6ª sessão ordinária), e nesta não consta o motivo da reunião não ter acontecido no mês subsequente a setembro. Além disso poderiam acontecer reuniões extraordinárias convocadas pelo presidente ou por pedido de um ou mais membros do Conselho[374]. A frente do Conselho foi escolhido para a presidência, o diretor do SPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade, fato que comprova a ligação e subordinação do Conselho ao SPHAN, apesar de defender uma relativa autonomia sobre o órgão.

Outra característica que diferencia o Conselho Consultivo do SPHAN é a formação de seus componentes, enquanto o corpo técnico do órgão era formado em sua grande maioria por arquitetos, no Conselho havia uma diversidade maior de profissionais.

---

[372] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 241.
[373] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 243.
[374] *ATAS, 10 de maio de 1938.* Rio de Janeiro. Conselho Consultivo do SPHAN.

No ano de sua fundação (1938), o Conselho possuía os seguintes membros: o antropólogo Edgar Roquete Pinto; o artista Otávio José Corrêa Lima; o artista Augusto José Marques Júnior; o antropólogo Raimundo Lopes da Cunha; o escritor Manuel Bandeira; o historiador da arte Rodolfo Gonçalves de Siqueira; o arquiteto Carlos de Azevedo Leão(este ficou no lugar de Lúcio Costa de forma temporária, sua última participação foi na quinta reunião em setembro, na qual recebeu um voto de agradecimento de voto e louvor do Conselho); o artista Oswaldo Teixeira; o historiador da arte Francisco Marques dos Santos e o arqueólogo Alberto Childe; além do presidente Rodrigo Melo Franco de Andrade e os diretores do Museu Nacional e do Museu Histórico Nacional. (ATAS, 17 de maio 1938; CHUVA, 2017)

Logo a seguir temos o levantamento da participação dos membros do Conselho Consultivo nessas primeiras reuniões:

Participação nas reuniões do Conselho Consultivo (1938) – 6 Reuniões								
Membros	Sessão inaugural	1ª Reunião	2ª Reunião	3ª Reunião	4ª Reunião	5ª Reunião	Total de presença	Atuação como relator(a)
Afonso Arinos de Melo Franco			X	X	X	X	4	2
Alberto Childe				X			1	1
Augusto José Marques Júnior	X	X	X	X	X	X	5	
Carlos Leão de Azevedo	X	X	X	X	X	X	6	4
Edgar Roquete Pinto	X	X			X		3	1
Francisco Marques dos Santos	X	X	X	X	X	X	6	1
Gustavo Barroso	X					X	2	
Heloísa Alberto Torres	X		X	X	X	X	5	1
Manoel Bandeira	X	X	X	X	X	X	6	1
Oswaldo Teixeira	X	X		X	X	X	5	
Otávio José Lima Corrêa	X	X	X	X	X	X	6	
Raimundo Lopes da Cunha	X	X	X	X	X	X	6	1
Rodolfo Gonçalves de Siqueira	X	X			X	X	4	

A partir da análise das primeiras atas é possível perceber que a maioria dos processos debatidos nas reuniões se referiam a monumentos religiosos. O que comprova a inclinação para a seleção de bens arquitetônicos, coloniais e religiosos. Além disso, nota-se uma relação conflituosa entre Igreja e Estado (via Sphan), "As relações então tecidas entre Sphan e Igreja foram bastante estreitas, propiciando, em muitos momentos, um apoio à 'causa' da preservação cultural, mas também atritos em função de interesses divergentes"[375]. Levando em consideração os processos de impugnação movidos pela Igreja e encaminhados ao Conselho para discussão, nas atas trabalhadas de 13 bens, 7 eram de natureza religiosa, como demonstrado a seguir:

Bens tombados pelo Conselho Consultivo do Sphan (1938)			
Ata	Data da reunião	Processos discutidos	Bens tombados
1ª	17 de maio de 1938	4 processos	• Palácio Episcopal de Olinda (Olinda, Pernambuco); • Seminário de Olinda (Olinda, Pernambuco); • Igreja Lapa do Desterro (Distrito Federal); • Casa nª 52 da Praça Condessa de Frontim (Distrito Federal); • Matriz de São Pedro (Rio Grande do Sul).
2ª	14 de junho de 1938	3 processos	• Casa à Avenida Frederico Pontes (Jequitiaia, Bahia); • Casa da Fazenda do Viegas (Rio de Janeiro).
3ª	7 de julho de 1938	1 processo	• Capela da Jaqueira (Pernambuco).
4ª	10 de agosto de 1938	3 processos	• Casa à rua Marquês de São Vicente (Distrito Federal); • Prédio à Praça Quinze de Novembro (Distrito Federal).
5ª	28 de novembro de 1938	2 processos	• Igreja Nossa Senhora do Rosário (Porto Alegre).

[375] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 234.

Logo na primeira ata, o primeiro processo da ordem do dia, o processo 131-T fala sobre a impugnação do Palácio Episcopal de Olinda e Seminário de Olinda de propriedade da Arquidiocese de Olinda e a decisão do Conselho sobre esses bens:

> [...] resolveu, por unanimidade de votos, julgar improcedente a impugnação ao tombamento do Palácio Episcopal e do Seminário de Olinda, afim de manter e tornar definitivo o referido tombamento das duas edificações, tendo também, deliberado que sejam tomadas as providências necessárias para o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de da Colina de Olinda, afim de preserva-lhe a feição histórica e os aspectos naturais. (Ata, 17 de maio de 1937)

Durante o Estado Novo, a Igreja e o governo Vargas encontraram pontos de convergência, especialmente na promoção de valores nacionalistas e conservadores. Vargas, percebendo a importância da Igreja como aliada, buscou estabelecer uma relação de cooperação, embora mantendo a autonomia do Estado em assuntos de política e governança. Mesmo havendo um encontro de interesses em algumas áreas, como a promoção de valores tradicionais e a preservação do patrimônio cultural, também haviam áreas de tensão, especialmente em questões de autonomia e controle sobre seus próprios bens.

Um aspecto fundamental da atuação da Igreja Católica no Brasil foi a preservação do seu vasto patrimônio cultural, incluindo igrejas, conventos, obras de arte sacra e documentos históricos, "tendo sido a Igreja a entidade civil mais atingida pelo ato do tombamento nesse período, como proprietária de mais de 50% dos bens tombados então."[376] A Igreja foi uma grande colaboradora na identificação de bens culturais a serem tombados. Muitos dos primeiros bens tombados pelo SPHAN eram igrejas, conventos e outros edifícios religiosos que possuíam um grande valor histórico e artístico, "foi no final da década de 1930, mais especificamente em 1938, que foi inscrito o número mais expressivo de bens (292), a maioria de arquitetura religiosa dos séculos XVI, XVII e, sobretudo, XVIII."[377] Com a parceria entre o SPHAN e a Igreja Católica, Igrejas barrocas, conventos, e outros edifícios religiosos coloniais foram restaurados e protegidos, garantindo que essas estruturas pudessem ser apreciadas pelas futuras gerações. Exemplos notáveis incluem a Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto e o Convento de São Bento em Salvador, ambos reconhecidos por sua riqueza arquitetônica e artística.

A julgar pelos casos de impugnação de bens religiosos presentes nas primeiras

---

[376] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 234.
[377] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p.114.

atas (Palácio Episcopal de Olinda; Seminário de Olinda; Igreja Lapa do Desterro; Matriz de São Pedro; Capela da Jaqueira; Igreja Nossa Senhora do Rosário e Igreja da Penha), é possível concluir que apesar da colaboração, a Igreja também resistiu ao tombamento de alguns bens. Os motivos variavam desde preocupações com a perda de controle sobre seus próprios bens até questões financeiras, já que o tombamento impunha restrições e responsabilidades adicionais de manutenção e conservação. O tombamento de bens religiosos gerou tensões relacionadas à autonomia e ao controle sobre esses bens. A Igreja, acostumada a uma grande autonomia em relação aos seus patrimônios – autonomia essa conquistada com a instauração da República –frequentemente via o tombamento como uma intromissão do Estado. Esse conflito de interesses exigiu negociações cuidadosas e compromissos de ambas as partes.

Acerca dos resultados proferidos aos processos julgados pelo Conselho, foi observado que os membros davam seus votos baseados naquilo que era apresentado pelo relator e dos processos tratados nas sessões a maioria recebia o mesmo veredito "julgar improcedente a impugnação para manter e tornar definitivo o tombamento"[378]. Diferente do que acontecia nas outras sessões, em que os processos analisados tiveram como resultado a impugnação improcedente, na 5ª reunião, o processo nº 52 T, Monumento Igreja da Penha (Distrito Federal) que teve como relator o presidente Rodrigo Melo Franco de Andrade teve como resolução:

> por maioria dos votos, e contra os votos dos Shrs Raimundo Lopes, Osvaldo Teixeira e Rodolfo Gonçalves de Siqueira, julgar procedente a impugnação, afim de tornar insubsistente o tombamento pelos fundamentos constantes do voto do relator.[379]

Esse fato chama a atenção, pois foi o único que teve a impugnação aceita ao invés do tombamento do bem. Isso corrobora para o que foi demonstrado nas atas, os membros do Conselho julgavam os processos de impugnação de bens com base nos pareceres de seus relatores. Tomemos com exemplo o processo 54 T. Monumento: Casa da Fazenda Viegas, cujo relator foi o professor Raimundo Lopes, a resolução foi:

> O Conselho resolveu, unanimamente, julgar improcedente a impugnação oferecida pelos proprietários e manter o referido tombamento, *pelos fundamentos constantes dos votos do relator* e do Shr. Afonso Arinos de Melo Franco.[380]

O número de processos tratados pelo Conselho era pequeno por reunião – 1ª

[378] *ATAS, 10 de maio de 1938*. Rio de Janeiro. Conselho Consultivo do SPHAN.
[379] *ATAS, 28 de setembro de 1938.* Rio de Janeiro. Conselho Consultivo do SPHAN.
[380] *ATAS, 14 de junho de 1938.* Grifos meus.

reunião: 4 processos; 2ª reunião: 3 processos; 3ª reunião: 1 processo; 4ª reunião: 3 processos e 5ª reunião: 2 processos – e logo em seguida, havia a discussão de algum outro assunto ou não, a depender do dia, e nem sempre esses assuntos estavam ligados a preservação patrimonial. Nas primeiras atas o Conselho debateu sobre organização da Exposição Nacional de Belas Artes, com a intenção de "facilitar a inauguração do mesmo na data habitual e no local mais apropriado para esse efeito"[381] foi elaborada uma comissão para estruturar a referida exposição. Isso demonstra os esforços e incentivos a arte e a cultura empreendidos tanto pelo MES quanto pelo SPHAN. A exposição estava sendo elaborada no sentido de proteger as obras de arte que se encontravam no edifício da Escola e Museu de Belas Artes. Ao final da 5ª reunião não há relatos sobre a realização da exposição.

Na segunda reunião, além de julgarem os casos de impugnação, o Processo 166 T aborda o Palácio Imperial de Petrópolis, no qual o diretor do museu requereu o tombamento do imóvel. O Conselho aceitou o pedido e decidiu "indicar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que notifique essa deliberação ao proprietário do imóvel, para os fins de direto"[382]

"O Conselho mostrou-se como esfera privilegiada e legítima para definições sobre que bens ou conjuntos urbanos deveriam ser protegidos".[383] Essa atribuição de valores esteve pautada nas concepções e posições defendidas pelos membros do SPHAN, do Conselho e do governo, assim:

> [...] os intelectuais do Sphan consideravam legítimo o exercício dessa autoridade, na medida em que cabia ao Estado, naquele momento, o papel de intérprete e guardião dos valores culturais da nação, uma vez que a sociedade ainda não tinha alcançado a consciência desses valores. Essa concepção, como se pode perceber, era compatível com o papel assumido pelo Estado Novo em outras esferas da vida social.[384]

Nota-se que essa seleção esteve marcada pelas concepções modernistas, a construção de uma memória pioneira deveria envolver diversos campos que agregavam a suas visões, como por exemplo, a arquitetura. O ideal de patrimônio desenvolvido pelo SPHAN "determinou por um longo período o foco das ações de tombamento e conservação, principalmente nos ditos bens de pedra e cal, fazendo do edifício o objeto

---

[381] *ATAS*, 17 de maio de 1938.
[382] *ATAS*, 14 de junho de 1938.
[383] AGUIAR, Leila Bianchi; NETO, Jamile da Silva. Legitimidade e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistíco Nacional (1938-1966). *Revista Tempos Históricos*, vol. 24, n. 1, pp. 207-231, 2020, p.217.
[384] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 110.

preferencial do sistema público oficial de preservação"[385], sobretudo os da época colonial. E segundo Márcia Chuva:

> Essa vertente esteve assentada nas teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura. Essa perspectiva justificava o predomínio da proteção de bens materiais, especialmente arquitetônicos, relativos ao período colonial.[386]

Nesse momento foram priorizados para preservação os bens imóveis que reportassem ao período colonial, desconsiderando assim a diversidade cultural brasileira. Nesse contexto, a área da arquitetura e da restauração foram valorizados e "foi no Sphan que os arquitetos modernistas atuaram enquanto integrantes da estrutura institucional montada pelo Estado Novo"[387].

O próprio Rodrigo Melo de Franco Andrade na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano de 1937 reconhece a importância da salvaguarda dos patrimônios naturais como sítios e paisagens, mas a ênfase foi dada aos monumentos arquitetônicos[388]. A Revista do SPHAN se apresenta também como um elemento de reflexão, pois ali continham os ideais e práticas defendidos por intelectuais e membros do órgão preservacionista. Ao se debruçar sobre o primeiro número da revista temos a ênfase dada a conservação dos bens que eram considerados "testemunhos da história brasileira".

> O investimento numa produção impressa foi uma das ações eficientemente adotadas, visando uma dada forma de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e teve papel articulador de um debate entre intelectuais e propagandistas da ação institucional implementado por meio de notícias, artigos e polêmicas na grande imprensa, assim como por meio das edições do Sphan, que somavam o caráter legitimador ao caráter divulgador de um conhecimento especializado prescrito pela agência do Estado.[389]

O primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) teve a responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde, mas a

---

[385] CONDURU, Roberto. Artifícios para inventar e destruir. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 131-145, 2012, p. 137.
[386] CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 147-165, 2012, p. 154.
[387] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p.94.
[388] *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937.
[389] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 253.

supervisão editorial foi feita por Rodrigo Melo Franco. A Revista naquele momento contribuía de maneira significativa para a produção de ideais acerca do patrimônio bem como do reconhecimento da importância da proteção dos bens carregados de valor. "A revista foi inaugurada visando demarcar um espaço para uma produção de excelência."[390] A publicação contou com a participação de intelectuais ligados ao governo e do diretor do SPHAN – membros e funcionários do órgão e membros do Conselho Consultivo – os artigos escritos contam com uma gama de especialistas, o que coopera para a produção variada dos escritos, além disso, para uma melhor visualização os artigos que falam sobre monumentos possuem fotos reais do exterior ou do interior dos bens. A publicação foi a primeira a tratar de temáticas relacionadas a questões patrimoniais no Brasil, pois segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade os textos a respeito disso se encontravam "dispersos em folhetos, jornais e revistas, cuja procura requer esforço e paciência."[391]

A Revista número 1 tem 204 páginas e o seu formato se assemelha a um livro, pois há um conjunto de artigos, reproduções ou transcrições de documentos sobre temas associados ao patrimônio e entre os artigos há fotos, plantas ou desenhos de alguns bens. Esses, em sua maioria se tratavam de bens imóveis do período colonial. O intuito primário era que a publicação fosse semestral, mas isso não ocorreu, o segundo número da Revista foi publicado no ano seguinte e as publicações se mantiveram de forma anual até 1947 – cabe ressaltar que as datas impressas nas publicações não corresponderam aos anos em que foram lançadas – após não houve uma regularidade sendo a última publicação disponível do ano de 2019, a Revista de número 40. As publicações encontram-se disponíveis no site do IPHAN.

O diretor do SPHAN abre a revista com uma apresentação da ideia que será trabalhada ao longo da revista, detalhando os objetivos da publicação de uma revista relacionada ao patrimônio e ao órgão. Segundo Rodrigo de Melo Franco Andrade:

> A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores da arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo.[392]

A Revista do Patrimônio em 1937 apresenta uma variedade de conteúdos que

---

[390] Ibid., p. 270.
[391] *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937. p.3.
[392] *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937.pág. 3

refletiam os objetivos e interesses do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e do regime do Estado Novo. Entre os principais assuntos abordados na revista durante esse período estão: a preservação de monumentos históricos e assuntos ligados a arte e arqueologia. A Revista também destaca a importância da preservação de monumentos históricos e arquitetônicos brasileiros, artigos e ensaios detalham os esforços de restauração e conservação de edifícios e monumentos que representavam marcos importantes da história do Brasil, como igrejas coloniais, palácios imperiais e ruínas arqueológicas. Também são debatidas questões relacionadas à arte, artigos sobre pintura, escultura, arquitetura e arte popular destacavam a diversidade e a riqueza do patrimônio artístico do país.

A revista servia como um importante meio de comunicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e também se estabeleceu como um lugar dotado de legitimidade para centralizar as discussões sobre o patrimônio, divulgando suas atividades, projetos e iniciativas para o público em geral, para especialistas e para autoridades governamentais, "Assim, o Sphan também se legitimava a partir dos autores que publicava"[393]. Com isso, a revista atendia a um perfil especifico, os a comunidade intelectual que estava voltada para a criação e estudo da história nacional. Isso incluía a divulgação de ações de conservação, restauração, inventários e tombamentos de bens culturais em todo o país. Alguns dos principais conteúdos da revista incluíam:

- Monumentos Históricos: A revista destacava a importância dos monumentos históricos do Brasil, apresentando artigos e ensaios sobre igrejas, conventos, fortalezas, palácios e outras construções que representavam marcos importantes da história nacional. Esses monumentos eram analisados em seu contexto histórico e arquitetônico, destacando sua importância cultural e sua contribuição para a identidade nacional;
- Arte Brasileira: A Revista do SPHAN também valorizava a produção artística brasileira, apresentando trabalhos de pintores, escultores, ceramistas, entalhadores e outros artistas que contribuíram para enriquecer o patrimônio artístico do país. A revista destacava tanto os grandes mestres da arte brasileira quanto artistas menos conhecidos, promovendo uma visão abrangente e inclusiva da produção artística nacional;

[393] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 201, p.268.

- Arquitetura Colonial: Um dos temas recorrentes na revista era a arquitetura colonial brasileira, que representava uma parte significativa do patrimônio histórico do país. Artigos e ensaios exploravam a diversidade dos estilos arquitetônicos coloniais, destacando sua importância como testemunhos da história e da cultura brasileiras e promovendo sua preservação e valorização;
- Identificação e Tombamento de Bens Culturais: Outra contribuição significativa da revista foi a promoção do tombamento de bens culturais de valor histórico e artístico. Por meio de reportagens e artigos sobre a importância de determinados monumentos e sítios para a história e a cultura brasileiras, a revista incentivava ações de proteção e tombamento por parte do SPHAN e das autoridades locais.

A publicação analisada contou com a participação de intelectuais de diferentes áreas, tais como: Historiadores (Afonso de E. Taunay e Nuto Sant'ana); Antropólogos (Heloísa Alberto Torres, Roquete Pinto e Raimundo Lopes); Arquitetos (Lúcio Costa, Paulo Barreto e Epaminondas de Macedo) ; Sociólogo (Gilberto Freyre); Historiadores da arte (Francisco Marques dos Santos, Godofredo Filho, Anibal Fernandes) e Escritor (Mário de Andrade) e "Por meio de tais discursos, difundiu-se uma ideologia institucional e também uma noção de cultura brasileira"[394]. Os artigos escritos se referiam a um passado que se queria achar e preservar, passado esse situado no período colonial e com a influência portuguesa, havia ali uma construção de narrativas sobre o patrimônio e sobre a identidade nacional. A seguir temos um quadro com os títulos dos artigos, a temática trabalhada e os respectivos autores:

Artigos da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional		
Título do artigo	Tema abordado	Autor(a)
Uma relíquia notabilíssima a conservar: - O Forte de São Tiago de Bertioga	Bem imóvel colonial	Afonso d'Escragnolle Taunay
Contribuição para o Estudo da proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil	Arqueologia e Etnografia	Heloísa Alberto Torres
Documentação necessária	Arquitetura	Lúcio Costa

[394] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 201, p. 253.

Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias	Arte	Gilberto Freyre
A litografia no Rio de Janeiro	Arte	Francisco Marques dos Santos
Estilização	Arte	Roquete Pinto
Casa da Fazenda em Jurujuba	Arquitetura	Paulo Barreto
A natureza e os monumentos culturais	Bens naturais	Raimundo Lopes
Seminário de Belém da Cachoeira	Monumento religioso	Godofredo Filho
A capela de Santo Antônio	Monumento religioso	Mário de Andrade
A igreja dos Remédios	Monumento religioso	Nuto Sant'Anna
A igreja de São Francisco Xavier	Monumento religioso	Noronha Santos
A capela de N. S. de Sant'Anna	Monumento religioso	Epaminondas de Macedo

O primeiro artigo da Revista fala sobre o Forte de São Tiago da Bertioga, em São Paulo, foi escrito por Afonso de E. Taunay e discorre sobre a história e importância do bem para o valor nacional e há um apelo por sua preservação "em prol da conservação do único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo"[395]. Em *Documentação necessária,* Lúcio Costa aborda a arquitetura portuguesa que restou no Brasil, segundo ele "A nossa antiga arquitetura ainda não foi convenientemente estudada."[396], com enfoque também na influência portuguesa Gilberto Freyre escreve *Sugestões para o Estudo da Arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias*:

> Um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo- se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos dos seus motivos essenciais de vida e tantas de suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam na face dos homens e na fisionomia das casas, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo.[397]

Com a temática voltada para a Arqueologia e etnografia, Heloísa Alberto Torres escreve uma Contribuição para o estuo da proteção ao Material Arqueológico e Etnográfico no Brasil, e como na maioria dos artigos desta publicação há uma defesa da

[395] *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937, p.7.
[396] Ibid., p. 31.
[397] Ibid., p.41.

proteção de bens: "Mas o certo é que uma atuação continuada, esclarecedora e suasória e ao mesmo tempo enérgica ainda poderá salvar muita coisa do nosso patrimônio artístico e científico no domínio da antropologia."[398] e ainda sobre o alcance dos ideais da Revista, "Pequenas publicações em linguagem acessível aos leigos serão um dos elementos de que o SPHAN poderá se servir para a sua campanha nesse particular."[399]

Um artigo em particular se difere dos outros, pois esse não trata sobre bens coloniais, arquitetura, arte ou arqueologia, o 8º Artigo trata sobre os bens naturais: *A natureza e os monumentos culturais* foi escrito pelo antropólogo Raimundo Lopes defende que "Protege-se a natureza para bem da cultura; e a recíproca é verdadeira: o amparo aos monumentos da cultura reverte em proteção à natureza"[400]

"Pode-se considerar a revista como um periódico especializado na 'história da civilização material no Brasil' temporalmente concentrada no período colonial português"[401]. Reforçando a relevância do passado português há uma seção dedicada somente a falar sobre alguns monumentos religiosos da época colonial, são 6 artigos situados entra as páginas 99 e 151 e sobre o destaque atribuído a esses bens, na abertura da seção há uma justificativa para o tratamento dado a esses bens:

> A maior parte dos monumentos arquitetônicos nacionais é de caráter religioso. Raras são as obras de arquitetura civil que no Brasil se aproximam ou se possam equiparar às igrejas e aos conventos mais notáveis da Baía, de Minas, do Rio ou de Pernambuco. Por certo essa obras merecem estudo acurado e estão a reclama-lo tanto mais quanto maior ter sido a preferência dada até agora aos trabalhos de investigação sobre os monumentos religiosos, em detrimento dos outros. Mas cumpre reconhecer que tal preferência é justificada pela importância predominante entre nós dos primeiros.[402]

É interessante notar que esses artigos que tratam de arquitetura religiosa têm diferentes abordagens, a depender do autor. Em *A capela de Santo Antônio,* Mário de Andrade diz que o ângulo de análise para tal bem tinha que ser pelo viés histórico, segundo ele: "O critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no estado de São Paulo, quase exclusivamente pelo ângulo histórico"[403], isso porque em busca por obras em São Paulo ele encontra dificuldade em achar bens parecidos com as obras arquitetônicas presentes em Minas ou

---

[398] Ibid., p. 10.
[399] Ibid., 14.
[400] Ibid., 78.
[401] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 276.
[402] *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937.
[403] Ibid., p.119.

as monumento coloniais dos séculos XVIII e XIX. Já que a análise voltada pelo olhar estético não pôde ser realizada, esta deveria encontrar outro caminho:

> O critério tem de ser outro. Tem de ser histórico, e em vez de se preocupar muito com beleza, há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir. Está neste caso a deliciosa capela de Santo Antônio, no município de São Roque, a setenta quilômetros da Capital, para as bandas do oeste.[404]

A Revista do Patrimônio, durante o período de 1937, refletia fortemente a ideologia e a propaganda do Estado Novo, como tratava de assuntos de interesse do Estado houveram investimentos políticos que favoreceram para que a Revista fosse composta por artigos de qualidade e tivesse a colaboração de autores prestigiados no meio intelectual e acadêmico. Como veículo oficial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a revista desempenhava um papel importante na difusão dos valores nacionalistas e autoritários promovidos pelo regime de Getúlio Vargas.

Um dos aspectos mais evidentes da ideologia presente na revista era a exaltação do passado histórico e cultural do Brasil como parte da construção da identidade nacional. Artigos e ensaios destacavam a grandiosidade dos monumentos históricos, a riqueza da arte brasileira e a diversidade das manifestações culturais regionais, enfatizando a importância de preservar e valorizar esse patrimônio como parte integrante da cultura nacional. Além disso, a Revista do Patrimônio servia como uma plataforma para promover a imagem do Estado Novo como o guardião e protetor do patrimônio cultural brasileiro.

Ou seja, o intuito de ter uma publicação chefiada e disseminada pelo órgão de proteção era criar mais uma esfera para a defesa do patrimônio nacional. Assim, o apoio do governo, a participação de intelectuais renomados, a criação de um Conselho Consultivo e a publicação de um periódico focado em assuntos que diziam respeito ao patrimônio formaram uma forte base para a difusão de ideias ligadas a salvaguarda de bens. Tudo isso contribuiu para que o SPHAN e aqueles que o compunham ou participavam de alguma forma, tivessem autoridade para solidificar um ideal de patrimônio brasileiro.

A partir da análise das atas do Conselho Consultivo, do primeiro número da Revista do Patrimônio e dos bens tombados, pode-se concluir que a maioria dos bens preservados na década de 1930 era os de natureza religiosa, isso porque "a prioridade dada

[404] Ibid., p. 119.

aos bens de arquitetura religiosa, que constituem a grande maioria dos bens tombados, era justificada pelo lugar e pelo sentido que tinham as igrejas nas colônias luso-espanholas"[405], indo de encontro aos ideais compartilhados na época. A intenção de promover a proteção de bens arquitetônicos coloniais e sobretudo os monumentos religiosos era criar referências, e essas foram alicerçadas no período escolhido para a composição do passado nacional.

Além de selecionar o período para a construção do ideal de nação, os intelectuais também escolheram um estilo artístico para nortear a preservação patrimonial. Ainda que houvesse uma hierarquização de estilos, o barroco foi valorizado, sendo importante nesse processo de edificação nacional, "o barroco é emblemático, é percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação"[406]. Juntamente com o barroco, a cidade de Minas Gerais se destacou nas ações empreendidas pelo SPHAN:

> Foram viagens a Minas Gerais feitas por integrantes do movimento modernista e manifestações de sua preocupação com o estado das edificações e obras de arte coloniais que despertaram intelectuais e artistas para a necessidade de uma mobilização em defesa do que passaram a considerar o estilo artístico genuinamente brasileiro.[407]

Essas viagens a Minas Gerais legaram a cidade uma função de importância no passado nacional, como o lugar originário da sociedade brasileira. Isso se deve em parte a presença da arte barroca através dos monumentos. E segundo Fonseca:

> O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e por consequência, do resto do país – parte da construção da tradição nacional.[408]

Durante a preservação patrimonial desse período os intelectuais modernistas promoveram uma reinterpretação da arquitetura e da arte coloniais[409] associando esses monumentos com sua ideologia. Tendo em vista que a preservação patrimonial propicia a construção da memória, as práticas de guardar a memória de um grupo, resulta em uma coesão social e na construção de uma identidade. "Percebeu-se a valorização do passado colonial como o cerne da história a ser contada, representando as origens da nação,

---

[405] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p.108.
[406] Ibid., p.93.
[407] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio histórico na sociedade contemporânea*. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 2005, p.159-171, p. 167.
[408] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005, p. 92.
[409] Ibid., p. 168.

conferindo-lhe uma ancestralidade."[410] Considerando os bens patrimoniais como "lugares de memória", a seleção da preservação patrimonial determina aquilo que deverá ser lembrado por um grupo social. Logo, a construção da memória coletiva baseada no ideal de nação está diretamente ligada ao patrimônio histórico e cultural.

Através da seleção e preservação de bens culturais, o SPHAN e o Conselho Consultivo tiveram papel decisivo na definição do patrimônio nacional, baseando suas escolhas em critérios técnicos e científicos, influenciados pelas perspectivas de seus membros. O processo de tombamento e a atuação dos intelectuais modernistas foram fundamentais para integrar o ideário de patrimônio ao projeto de construção da nação brasileira, evidenciando a interdependência entre políticas culturais e a formação da identidade nacional.

A criação do SPHAN, sob a liderança de intelectuais modernistas, foi um marco na institucionalização da política de patrimônio no Brasil. A atuação do órgão não se limitou à simples catalogação de bens históricos, ela envolveu uma cuidadosa seleção baseada em critérios técnicos, históricos e estéticos, que buscavam destacar a importância desses bens para a formação da memória coletiva nacional. O processo de tombamento iniciado em 1937, portanto, não foi apenas uma atividade burocrática, mas uma ação estratégica para fortalecer a coesão social e a identidade cultural brasileira.

A centralidade da figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade e o papel decisivo dos arquitetos do SPHAN, coautores dos critérios de seleção, foram fundamentais para definir as características básicas do patrimônio que estava sendo delineado. A atuação do Conselho Consultivo em 1937, especialmente evidenciada nas atas das reuniões, demonstra a seriedade e o rigor com que foram tratados os processos de seleção e preservação dos bens culturais.

Tão marcante quanto a criação do SPHAN e o Conselho Consultivo foi a publicação de um editorial exclusivo para tratar de causas patrimoniais, a Revista do Patrimônio número 1 reforçou o ideal de patrimônio que estava sendo edificado e contribuiu para a proteção de bens arquitetônicos da época colonial, sem sua grande maioria, igrejas. Com uma seção inteira com artigos dedicados a tratar de bens religiosos fica claro a importância e a defesa desse tipo de monumento para o momento inicial da atuação do SPHAN. Assim, o enquadramento memorial que foi praticado foi direcionado

[410] CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017, p. 283.

e bem arquitetado por aqueles que dele participou, originando um referencial identitário.

Referências:

AGUIAR, Leila Bianchi; NETO, Jamile da Silva. Legitimidade e distinção: reflexões sobre a formação e a atuação do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistíco Nacional (1938-1966). *Revista Tempos Históricos*, vol. 24, n. 1, pp. 207-231, 2020.

ATAS. Rio de Janeiro. Conselho Consultivo do SPHAN.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, p. 147-165, 2012.

CONDURU, Roberto. Artifícios para inventar e destruir. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, p. 131-145, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro, SPHAN/Fundação Pró-Memória, nº 1, 1937.

Construções de D Pedro II: objetos materiais e a fabricação do poder monárquico

Millena Lemos Precioso
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Márcia Gonçalves
Bolsista FAPERJ

O poder de um rei se constrói a partir do uso de diversos fatores e, nesse conjunto, somam-se aspectos não materiais e outros que são materiais, visíveis e passíveis de serem abordados e analisados. É para este segundo grupo que nossa pesquisa se volta, ou seja, a forma como os objetos materiais (tipo, dimensões, material, símbolos impressos e quaisquer aspectos visuais) influenciam de forma determinante no processo de construção do poder e sua posterior manutenção.

Diversos foram os objetos materiais utilizados por D. Pedro II (e tantos outros componentes das mais diversas realezas que compuseram a historiografia da humanidade) ao compor a sua esfera de poder. Em nossas análises nos remeteremos prioritariamente aos tronos do citado monarca, já que o estudo deste objeto é o que detém nossa dedicação.

Um trono é uma cadeira, móvel de descanso que serve para repousar o corpo. Contudo, esta é a sua função prática, possibilitar o descanso. Quando inserimos esse objeto no âmbito social, percebemos que, historicamente, a cadeira é um objeto que simboliza poder e hierarquia social. Quando essa cadeira toma a roupagem e ambiência de um trono, sua função social e política ultrapassam os limites de uso prático daquele objeto. Pois ele próprio, passa a figurar como centro de poder, posto que quem o ocupa detém essa influência. Então, se ocupo um trono, é porque reino, da mesma forma que se reino, posso ocupar o trono. Funciona como uma retroalimentação que perpassa as barreiras da intimidade entre objeto e usuário, chegando a afetar e influenciar os indivíduos, a sociedade e seu imaginário. Este objeto passa a ser (mais) uma ferramenta de validação de ambos (objeto de poder, neste caso, o trono, e aquele que o ocupa, o rei) na sociedade.

As relações sociais produzidas a partir dessa interação (trono/rei) irão se materializar no comportamento individual e coletivo, determinando o tipo de ação e forma de pensar, o comportamento, o respeito às instituições construídas pelo ser humano para governar outros seres humanos.

As coisas e a cultura material de modo geral são concretas por serem palpáveis, por serem apreendidas por nossos cinco sentidos corpóreos – visão, audição, tato, paladar

e olfato. Mas quando falamos de sua inserção no corpo social, seus usos e funções, passam a estar num outro campo muito mais variável e amplo. Assim, no caso de um trono, móvel de descanso, diante das classificações tipológicas, sua função principal deixa de ser o descanso. Pois mesmo que seu usuário não esteja presente, ele continua habitando, no imaginário individual e coletivo, um espaço que não se refere somente a um objeto qualquer, como um móvel de descanso, e a construção desse pensamento é um fenômeno social. Este móvel possui, dentre suas funções, a de centralizar o poder e promover sua legitimação. Nesse âmbito, podemos identificar que, além dos usos e funções de determinada coisa, há também o que ela significa dentro de determinada sociedade.

É possível analisar um grupo social a partir dos usos, funções e significados que ela estabelece para seus objetos materiais. Ou seja, considerando não somente para quê servem, mas, sobretudo, o que representam naquele grupo específico. José Reginaldo Santos Gonçalves em "Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios" afirma que:

> A interpretação antropológica de quaisquer formas de vida social e cultural passa necessariamente pela descrição etnográfica dos usos individuais e coletivos de objetos materiais. Não apenas pelas razões evidentes de que esses objetos preenchem funções práticas indispensáveis, mas, especialmente, porque eles desempenham funções simbólicas que, na verdade, são pré-condições estruturais para o exercício das primeiras. (GONÇALVES, 2007, p. 8)

As funções simbólicas assumidas pelos objetos materiais concedem, subjetivamente, a posição social daquele indivíduo ou grupo dentro de uma sociedade, pois, muitas vezes, eles ajudam na demarcação dessa posição. É possível compreender que o Império Brasileiro edificou-se em bases ricas de rituais e símbolos tendo em vista a ordenação da sociedade, a legitimidade do poder e a sua manutenção. Assim, objetos e poder têm uma íntima relação, onde o segundo utiliza os primeiros de forma ampla, concedendo-lhe funções e significados que são capazes de alterar seu status social, passando a figurar um objeto de poder que tem, em torno de si, uma atmosfera social condizente com sua nova roupagem subjetiva. Assim, é possível compreender que:

> (...) nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. (WEINER, p. 159, apud GONÇALVES, 2007, p. 26).

Nesse sentido, concordamos com Appadurai quando explica que, assim como as pessoas, as coisas também possuem uma vida social e que seu valor não necessariamente depende de quanto elas valem no comércio, mas do grande desejo de possuí-las

(APPADURAI, 2008). Nesta mesma perspectiva, Kopytoff (2008) nos explica que um objeto, é constituído a partir de um meio tanto cultural quanto cognitivo, pois é produzido tendo por finalidade ser visto por aquele grupo como determinado tipo de coisa:

> Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse "status", e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim? (KOPYTOFF in APPADURAI, 2008, p.92).

A busca pelas respostas a todas essas perguntas nos encaminha para a composição do perfil daquele objeto, da sua história. E nos permite compreender, dentre outras coisas, os usos que ele teve, a função que desempenhou e o que significou dentro daquela sociedade. Kopytoff (2008) afirma que as sociedades complexas se identificam imensamente com a singularização, promovendo ainda mais a ideia que o exclusivo e restrito promovem. Essa singularidade da coisa sob análise conecta-se diretamente com o espaço e tempo que faziam parte. Ou seja, é pela sua posição espaço-temporal que aquele objeto é aquele objeto – com suas funções práticas e sociais. Compreendemos, assim, que as análises tanto do âmbito material quanto do simbólico são de grande relevância.

A vida social que os objetos desempenham ultrapassa as questões meramente práticas do dia-a-dia. Como Adrian Forty na obra "Objetos de Desejo" explica:

> Se o único propósito de uma xícara fosse servir de suporte para líquidos, poderia muito bem haver um único design, mas as xícaras têm outros usos: como artigos de comércio, servem para criar riqueza e satisfazer o desejo dos consumidores de expressar seu sentimento de individualidade, e é da conjunção desses objetivos que resulta a variedade de designs. (FORTY, 2007, p. 22).

Se uma xícara pode representar riqueza e individualidade, um trono pode trazer significados ainda mais profundos, de maior influência e poder. Claro que não há a intenção de comparar um trono a uma xícara, buscamos com essa explanação, ilustrar a seguinte questão: um objeto, seja ele qual for, é passível de passar por um processo de singularização que o converte em objeto de desejo e, dependendo da sua utilidade, conceder poder e influência a um indivíduo dentro de determinada sociedade.

A análise dos objetos não se limita somente aos usos, funções e formas. É preciso compreender o que aquele objeto promove no escopo social, por isso Frutiger nos atenta a questionar o que os objetos significam e o que possivelmente se oculta por trás deles (FRUTIGER, 2007, p. 203), pois nem todo objeto que aparenta evidenciar sua função

social de fato a está manifestando de forma explícita. Há ideias e influências a serem exercidas por aquele objeto, mas elas se encontram implícitas, o acesso a esse conjunto imaterial que habita algo material é possível graças a nossa intensa atividade mental, que Frutiger diz estar sempre acompanhada de uma crescente abstração. Ele defende que "conteúdo simbólico" é essa capacidade de representação de algo de maneira implícita e, muitas vezes, indefinível (FRUTIGER, 2007, p. 203). Sendo assim:

> Esse elemento simbólico na imagem é um valor implícito, um intermediário entre a realidade reconhecível e o reino místico e invisível da religião, da filosofia e da magia, estendendo-se, portanto, desde o que é conscientemente compreensível até o campo do inconsciente. (FRUTIGER, 2007, p. 203).

Quando analisamos algo material é preciso compreender que há um campo invisível onde aquele objeto se insere. Esse campo é definido tanto pela coisa em si e sua função prática, quanto pelos seus ornatos, sua forma, cor e aspectos visuais. Esse conjunto (coisa + funções + caracteres visuais) irá construir a sua função social, favorecendo a elevação de seu valor simbólico e garantindo que a sua finalidade ante a sociedade esteja intimamente conectada ao campo das ideias e à uma submissão coletiva devidamente legitimada.

Retomando a ideia de objetos de desejo, compreendemos, então, que quando algo possui elevado valor simbólico em um grupo ou uma sociedade, passa a haver a necessidade de marcá-lo com um sinal que o personalize (FRUTIGER, 2007, p. 208). Assim, vemos que a ornamentação ligada a uma sensibilidade estética, depende de transformar aquele objeto em uma propriedade cobiçada, pois um objeto, por si só, não compõe um objeto material capaz de incutir na memória social a ideia de poder e/ou submissão. O que promove isso é aquele objeto em associação com a sua iconografia, ornatos, influência de estilos, materiais utilizados, cores e o ambiente em que se encontra inserido. Ou seja, é a imagem do objeto e o sentimento que ela nos causa, a relevância simbólica que possui, esses fatores é que alimentam nosso imaginário e, assim, afetam comportamentos individuais e práticas sociais.

Diversos objetos são utilizados, como meios de remeter ao simbolismo de poder, em nosso caso, remetendo a uma rememoração do tradicionalismo europeu, pois segundo Menezes, determinas coisas são capazes de recriar simbolicamente a ordem do mundo e o ambiente para o exercício de seu poder." (MENESES, 1994, p. 9). Ou seja, coisas materiais são utilizadas em conjunto com outras coisas e também com as instituições de poder (ou que se almeja que tenham poder) visando à própria construção, fortalecimento e manutenção deste poder, uma força obviamente imaterial, uma influência que irá

garantir o respeito, a obediência e a submissão àquele indivíduo em que o poder se encontra depositado.

Até aqui foi possível compreender todo esse processo de gestação, nascimento, desenvolvimento e fortalecimento de uma ideia e que ela é capaz de ganhar volume a ponto de estar inserida na mentalidade daquela sociedade, atuando inclusive na coesão social. Mas os caminhos percorridos para que uma coisa leve à outra são mais complexos e é preciso remeter-nos a períodos históricos e de desenvolvimento intelectual humano bem anteriores à fase em que nos ativemos até o momento. É neste caminho que seguiremos a seguir, pois julgamos pertinente, para a análise dos tronos de D. Pedro II, mergulharmos um pouco mais a fundo no campo das reflexões sobre iconografias e símbolos.

Até este momento de nossa análise consideramos que o poder, no campo das ideias, se constrói a partir da manipulação de um conjunto de imagens que possuem significados nem sempre evidentes. Para Jung (2016), quando a mente humana acessa um determinado símbolo, ela pode ser guiada a concepções que estão para além da nossa razão e muitas são as coisas que estão fora da compreensão humana no plano de uma apreensão racional imediata.

A própria mente conscientemente atribui símbolos para representar uma abstração que somos incapazes de compreender de forma absoluta. Em nossa pesquisa, entendemos que a percepção da realidade a partir dos aspectos imagéticos transcende as limitações da razão, perpassando o âmbito do inconsciente. É aqui que as explicações junguianas e nossa pesquisa possuem interseção.

> (...) há aspectos inconscientes na nossa percepção da realidade. O primeiro deles é o fato de que, mesmo quando os nossos sentidos reagem a fenômenos reais e a sensações visuais e auditivas, tudo isso, de certo modo, é transportado da esfera da realidade para a da mente. Dentro da mente esses fenômenos tornam-se acontecimentos psíquicos cuja natureza radical nos é desconhecida (...). (JUNG, 2016, p. 21).

É evidente que essa questão da psique é bastante controversa no meio científico e o próprio Jung alerta para isso, ponderando que os psicólogos consideraram a sua existência verdadeira, mas alguns cientistas e filósofos, não (JUNG, 2016, p. 22). Em nossas análises, consideramos o âmbito do imaginário e até mesmo do que é inacessível à razão humana como pontos de relevante participação no processo de construção de determinada ideia.

A intenção desta pesquisa não é promover uma análise junguiana detalhada ou levantar questionamentos filosóficos ou científicos sobre a existência/inexistência da psique. Nosso intuito é buscar compreender de que forma um símbolo, uma coisa visual, impacta nossos pensamentos ultrapassando seus limites, chegando a espaços mentais alheios à nossa razão e de que maneira isso é capaz de reverberar a ponto de nos levar a aceitar e legitimar uma ideia.

Didaticamente podemos tentar compreender da seguinte maneira: ao visualizar determinada coisa ou símbolo, imediatamente nosso cérebro busca dar-lhe significado e este significado terá um impacto sobre mim (PANOFSKY, 1996, p.48), acessando o que há de informações possíveis dentro de seus arquivos. Assim, olhamos uma cadeira e sabemos qual é sua função, se ela está no ambiente que deveria, se suporta o peso que está prestes a receber, dentre outros aspectos de cunho racional que podemos perceber ao analisar brevemente aquele objeto.

Porém, há aspectos que a pura racionalidade não é capaz de delimitar, então o cérebro acessa arquivos mais profundos, armazenados em caixas que ele nem se lembrava que possuía, essas caixas já não se encontram mais armazenadas no pavilhão de acesso fácil e rápido que chamamos de consciência, mas num pavilhão remoto, entre os meandros do que Jung chamaria psique. Nesse sentido, para ilustrar melhor esta apreciação, consideremos uma mesa de jantar em que a figura tida como a principal daquela família se senta em uma cadeira específica, numa determinada posição, como nas famílias em que o patriarca se senta à cabeceira da mesa. A cadeira algumas vezes, é até diferente das outras. Mas mesmo que seja igual, reside ali um significado oculto. Um tipo de atmosfera que circunda aquela cadeira específica, dificultando ou até impedindo que terceiros a ocupem, mesmo que seu senhor(a) não esteja presente.

As informações das caixas remotamente armazenadas são acessadas de formas que a racionalidade ainda não é capaz de compreender, mas elas estão lá, articuladas com outras ideias, impressões, sentimentos. Por esse motivo, é possível se emocionar ao ver determinado objeto sem que se saiba o porquê disso. Experimentar sentimentos angustiantes diante de determinada coisa sem se saber ao certo de onde veio esse sentimento ou sentir tranquilidade ao observar determinada obra de arte. Entendemos a construção das ideias, de modo geral, atrelado não só ao que está no campo do consciente, mas também nos setores que o avizinham e que são alheios à nossa razão.

Para Jung, quando algo não se fixa em nossa consciência, não necessariamente ela deixou de existir, mas está em algum lugar da nossa mente, no inconsciente (JUNG, 2016, p. 35):

> Parte do inconsciente consiste, portanto, de uma profusão de pensamentos, imagens e impressões provisoriamente ocultos e que, apesar de terem sido perdidos, continuam a influenciar nossas mentes conscientes. (JUNG, 2016, p. 35).

Assim é que chegamos à conclusão de que mesmo que a informação, pensamento, impressão ou sentimento estejam profundamente guardados em nosso inconsciente, ele pode se comunicar a partir de determinado gatilho e gerar em nosso consciente resultados diversos, como outros sentimentos, impressões e reações inusitadas. Se esses dados chegaram a depósitos profundos da mente por meio da consciência, é também por meio dela, de forma não voluntária, que eles vêm à tona. E quando geram em nós as impressões que estavam guardando, reagimos experimentando determinado sentimento, concebendo uma ideia , experienciando uma impressão.

Segundo Henderson, há símbolos que se mostraram em civilizações antigas, representando e suscitando impressões e sentimentos naqueles grupos de indivíduos, mas não se limitaram a estes, sendo transmitidos ao longo do tempo, chegando a tocar o inconsciente social de nossa atual sociedade (HENDERSON in JUNG, 2016, p.136).

Não abordaremos nesta pesquisa análises antropológicas ou de fundo teológico mais aprofundadas. Nossa intenção é, acima de tudo, evidenciar que a presença de imagens e símbolos em determinados objetos corroboram para a construção de um conjunto de ideias que permeiam o imaginário social, produzindo pensamentos, interpretações, sentimentos, sensações em relação a uma coisa. Essa soma habita de alguma forma imaginários compartilhados socialmente, possibilitando o controle de grupos e sociedades, a reafirmação daquele que controla e a perpetuação daqueles símbolos e significados ao longo do tempo, chegando até mesmo a se fazer sentir em sociedades vindouras, que terão impressões semelhantes diante daqueles mesmos símbolos. O agente que possibilita tudo isso? O “inconsciente coletivo”. O que articula? Os gatilhos mentais.

Compreendemos, assim, quando Henderson nos explica que essas conexões existem e os símbolos que as representam continuam a ter importância, a interferir nas sociedades. Pois entendemos que se perpetuam, são passadas de geração em geração. Claro que sofrem influências das mais diversas ao longo dos tempos, mas suas marcas

permanecem, preservando-se, fazendo-se presente no inconsciente e transbordando para as práticas sociais.

Os símbolos que compõem nosso imaginário são parte do nosso tempo, mas também podem ser parte de tempos pretéritos. Anteriores até mesmo à existência daquela consciência. Essa influência é gerada e serve de ferramenta para o processo de formação daquela realidade. Avançaremos brevemente nas palavras da psicoterapeuta analítica alemã, Aniela Jaffé, colaboradora de Jung e que também tem parte na produção organizada pelo mesmo e já citada anteriormente. Em seu "O simbolismo nas artes plásticas", Jaffé afirma que:

> A história do simbolismo mostra que tudo pode assumir uma significação simbólica: objetos naturais (pedras, plantas, animais, homens, vale e montanhas, lua e sol, vento, água e fogo) ou fabricados pelo homem (casas, barcos ou carros) e até mesmo formas abstratas (os números, o triângulo, o quadrado, o círculo). De fato, todo o cosmo é um símbolo em potencial.
> Com a sua propensão de criar símbolos, o homem transforma inconscientemente objetos ou formas em símbolos (conferindo-lhes assim enorme importância psicológica) e lhes dá expressão, tanto na religião quanto nas artes visuais. A história interligada da religião e da arte, que remonta aos tempos pré-históricos, é o registro deixado por nossos antepassados dos símbolos que tiveram especial significação para eles e que, de alguma forma, os emocionaram. (JAFFÉ in JUNG, 2016, p. 312)

Esse impacto causado nos indivíduos e que Jaffé aponta como causadores de certa emoção é exatamente o que dizemos influenciar os pensamentos, a construção de ideias e, consequentemente, as práticas sociais, pois tem ação direta nas ações coletivas de sociedades.

Essas noções residentes no artista e que possibilitam a fabricação de um objeto repleto de significados, influência e poder são conscientes, mas acessam o inconsciente, na medida em que a necessidade de exprimir determinada ideia foge às possibilidades do verbal. Ou seja, um objeto de poder nasce da necessidade social, se desenvolve no campo das ideias e quando então materializado, já é possuidor deste poder. Como se ele possuísse um corpo espiritual (fazendo uma alusão aqui à ideia dos dois corpos do rei, de Kantorowicz, 1998) e um corpo físico. O corpo espiritual daquele objeto foi concebido bem antes, no campo das ideias (possivelmente articulando aspectos do consciente e do inconsciente também) e isso possibilitou o nascimento do corpo físico. Do contrário, um trono seria apenas uma cadeira, muitas vezes, grande, chamativa, em outros casos simples e até bastante rústica, mas apenas um móvel de descanso, o que não é este o caso.

Quando analisamos a documentação situada na Primeira República (1889-1930), no Brasil, percebemos que quando organizam-se os leilões dos bens anteriormente

pertencentes à Família Real brasileira, então sob tutela do Estado brasileiro, há uma avidez por dar início ao processo de enfraquecimento, deslegitimação e esquecimento do Império, visando ao fortalecimento da própria República Brasileira e sua legitimação. Os objetos, seus símbolos, os lugares de poder que habitavam tanto a sociedade quanto à psique dos indivíduos, já tinham influência, já representavam determinada ideia. Isto já estava enraizado na sociedade e no consciente coletivo por meio de construções inconscientes (também de âmbito coletivo). Era preciso desfazer esses laços, rearticular os símbolos de poder e seus significados.

Com os citados leilões, havia a clara intenção, por parte do novo governo republicano, de enfraquecer a presença imperial no imaginário social, espalhando seus bens, esvaziando os centros de poder (como os palácios) desse acervo, desses objetos, no sentido mais pontual da palavra. Se num momento essas mesmas coisas ajudaram a legitimar e compor a coesão social, retirar esses objetos de cena resultaria no oposto, enfraquecer, retirar a legitimidade construída ao longo de décadas. Mais do que uma reconstrução do escopo político, a intenção era a de se alcançar os arquivos memoriais (conscientes e aqueles mais profundos também) e ajustá-los à nova conjuntura política que se desenhava.

O projeto de D. Pedro II de construção e manutenção de um poder monárquico reconhecidamente brasileiro e legítimo mostra que foi bem sucedido quando o governo Republicano desdobra tantos esforços no sentido de macular e enfraquecer a ideia de poder presente ainda na monarquia, intentando sucedê-la não somente no papel, mas também no imaginário e naquelas “caixas” dos pavilhões mais remotos de nossa mente. O governo republicano que iniciava sua história no Brasil intentava colocar-se no centro do poder, buscando legitimar-se utilizando, inclusive, bases semelhantes e até símbolos que se remetiam à nossa fase monárquica, mas agora, numa conjuntura republicana e avessa à monarquia. Como se D. Pedro II, além de maior rival, fosse também o preceptor dos republicanos. Seu projeto de poder tivera tanto êxito que estes últimos seguiriam um modelo semelhante na busca pela sua legitimação.

D. Pedro II, dentre muitos recursos, utilizou objetos (com símbolos e significados) visando legitimar-se e manter-se no poder. Falamos recorrentemente dos tronos porque nossas análises se centralizam neles, mas muito além deles, tantos objetos são tidos como raros ou relevantes para nossa historiografia por terem pertencido a uma figura que nosso entendimento compreende como ilustre. E esse entendimento é a prova de que nossa

consciência se forma a partir de diversos fatores, inclusive a influência do conhecimento daqueles que nos precederam.

Concluímos entendendo que o nosso inconsciente é uma verdadeira usina de referências, interpretações, intuições e julgamentos onde conjecturam fatores culturais, sentimentais, ideologias e conceitos pessoais. Contudo, esses julgamentos e entendimentos estabelecidos pelo nosso inconsciente são particulares, se organizam em nossa individualidade, assim como ocorre naqueles outros indivíduos que nos cercam, compondo a nossa malha social, e os objetos (seus usos, símbolos e significados) têm uma relevante participação neste contexto.

Referências:

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

FORTY, Adrian. *Objetos de desejo – design e sociedade desde 1750.* São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

FRUTIGER, Adrian. *Sinais e Símbolos: desenho, projeto e significado*. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.

JUNG, Carl Gustav. *O Homem e seus Símbolos*. 3a edição especial brasileira; tradução de Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Haper Colins Brasil, 2016

KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 1994.

PANOFSKY, Erwin. *Significado das artes visuais.* São Paulo: Perspectiva, 2012.

As afortunadas ocasiões de Getúlio Vargas

Montgomery Miranda[411]
Doutorando em História Social pelo PPGHS/UERJ
Orientação: Márcia de Almeida Gonçalves
Coorientação: Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Lei Negra era uma expressão genérica para designar um conjunto de leis do século XVIII, no contexto do processo de privatização das terras, que supostamente tinham por objetivo criminalizar atos que atentassem contra o patrimônio nas florestas inglesas. Indivíduos flagrados coletando madeira ou caçando, práticas tradicionais em terras públicas, poderiam ser penalizados até mesmo com a morte. Thompson, ao escrever sobre a Lei Negra, denuncia a "perversão da prática jurídica costumeira": a parcialidade dos magistrados durante os processos, a inversão do princípio da presunção da inocência,[412] a condenação e execução de réus que não puderam "preparar [...] defesa e pagar a convocação de testemunhas" (1987, p. 196).

Thompson, ao estudar a Lei Negra, alcunhou a expressão "afortunada ocasião" (1987, p. 276) que se refere ao conjunto de acontecimentos (crimes contra a propriedade nas florestas inglesas e as conspirações jacobitas[413]) que justificariam a aprovação de um corpo de leis draconianas que guardariam um propósito oculto: garantir estabilidade aos detentores do poder, os whigs hanoverianos. Thompson sublinha ainda que a criação da Lei Negra "não seria possível sem um consenso anterior sobre os valores da propriedade na mente dos que a esboçaram" (Ibidem, p. 281).[414] Exemplifiquemos: a Revolução Francesa de 1789 não decorreu apenas de fatores de ordem econômica, embora milhares de camponeses famintos certamente tenham constituído um catalisador formidável para colocar em xeque a existência do absolutismo monárquico (REVEL, 1989, p. 94-100).

---

[411] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2023, projeto: "A Avenida Presidente Vargas e o pensamento autoritário brasileiro", sob orientação da Dra. Márcia de Almeida Gonçalves e coorientação do Dr. Carlos Eduardo Pinto de Pinto.

[412] "Qualquer homem citado no edital que não se entregasse numa determinada data tornava-se culpado de crime e sujeito (se capturado) a execução sem nenhum tipo de julgamento" (Ibidem, p. 193).

[413] O termo jacobita refere-se aos apoiadores da Casa Stuart, alijada do poder pelo golpe de Estado parlamentar de 1688 conhecido como Revolução Gloriosa. A dinastia Stuart ascendeu ao poder com James I (1603-25), apelidado de "o imbecil mais esclarecido da cristandade" pelo rei Henrique IV da França (MARTINS, 1972, p. 346).

[414] O "consenso" sobre a questão da propriedade pode ter se iniciado com a publicação de Dois Tratados sobre o Governo Civil de John Locke em 1689, obra na qual o autor, além de defender o parlamentarismo e a tolerância religiosa, define que a propriedade é um direito natural (MARTINS, 1972, p. 360-362).

A experiência da intelectualidade burguesa, que Anderson qualificou como "capitalismo tipográfico" (p. 2008, p. 218), também contribuiu decisivamente para moldar uma mentalidade, um "consenso anterior", de que o regime precisava ser reformado: a monarquia começou a colapsar quando deixou de ser encarada com veneração divina. A decisão da Assembleia Nacional Francesa de trasladar os restos mortais de Voltaire e Rousseau ao panteão cívico, dá o tom de como certos autores eram considerados importantes para a História da Revolução (BACZKO, 1989, p. 754). A fome e as ideias liberais, portanto, contribuíram para abalar o sistema de modo irremediável.

É tentador imaginar que artifícios semelhantes, utilizados pelos whigs hanoverianos para se consolidarem no poder, foram empregados por outros governos em momentos diversos da história. A história, como salientou Marx em uma de suas obras mais famosas, ocorre como tragédia e se repete como farsa (1974, p. 335). O fato singular não se repete, mas o evento histórico, moldado por determinadas circunstâncias, sim. Se os whigs hanoverianos do século XVIII se beneficiaram de leis excessivamente punitivas para se consolidarem no poder, houve diversos outros casos de governos que se utilizaram de "afortunadas ocasiões" para também obterem resultados que iam muito além de reprimir ladrões de lenha. No Brasil, Getúlio Vargas também se beneficiou de "consensos anteriores" e "afortunadas ocasiões". Ademais, como forma de solapar os limites do liberalismo, e governar de maneira autoritária, também publicaria suas *perversidades*, suas Leis Negras.

No Brasil, no início dos anos de 1920, revoltas de jovens oficiais do exército começariam a questionar um regime político controlado por homens apelidados de "carcomidos" (DULLES, 1967, p. 93). Thomas Skidmore definiu o movimento civil-militar de 1930, e que tem suas origens mais remotas nas rebeliões militares tenentistas, como "a revolução da elite" (2010, p. 36). Boris Fausto, num estudo clássico, qualificou o movimento como uma "cisão oligárquica" (1989): o governador mineiro, Antônio Carlos, preterido na corrida presidencial por Washington Luís, articulou uma chapa oposicionista, aproximando-se de um grupo de "jovens radicais" do Partido Republicano Riograndense (PRR) (SKIDMORE, 2010, p. 37). O presidente gaúcho, Getúlio Vargas, que tinha ocupado a pasta da Fazenda no governo Washigton Luís entre 1926 e 1927, e liderado a bancada gaúcha no Congresso Nacional, seria o candidato da chapa aliancista, enquanto o presidente da Paraíba, João Pessoa, ocuparia a vice-presidência na chapa oposicionista. Os aliancistas contavam ainda com o apoio do Partido Democrático (PD) de São Paulo, oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP) (NETO, 2012, p. 339). A

situação, todavia, contava com os demais dezessete estados então existentes e com uma cisão no seio da elite mineira, a Concentração Conservadora. A plataforma da Aliança Liberal defendia a concessão de anistia aos militares envolvidos nas revoltas tenentistas dos anos de 1920, a modernização do exército, o aumento salarial dos servidores federais, o fim das leis repressoras,[415] reformas sociais e o voto secreto. Os aliancistas, segundo Skidmore, representavam uma "coalização heterogênea" reunindo "constitucionalistas liberais" e os "semiautoritários nacionalistas".

A prática de coação contra eleitores, compras de votos e fraudes provavelmente grassou em ambas as candidaturas nas eleições de 1º de março de 1930, um sábado de Carnaval.[416] Como observou Skidmore, "governadores estaduais tinham o poder de administrar localmente as eleições e não hesitavam em manipular os resultados para cumprir seus acordos pré-eleitorais" (2010, p. 36). Vencidos das urnas, os oposicionistas conspiravam contra o governo, aguardando uma "afortunada ocasião". A oportunidade surgiu na tarde de 26 de julho de 1930, quando João Pessoa, vice-presidente na campanha da Aliança Liberal, foi baleado fatalmente por um desafeto pessoal, o advogado e jornalista João Duarte Dantas (MEIRELLES, 2011, p. 510-522; NETO, 2012, p. 442). Um biógrafo de Getúlio, tratando do homicídio, escreveu sobre "a exploração do cadáver do sr. João Pessoa" (HENRIQUES, 1966, p. 108) A ala jovem do PRR rapidamente afirmou que as digitais da presidência da república estavam naquele crime. Em 3 de outubro, o movimento militar estourou em diversas partes do país. O epicentro, todavia, foi Porto Alegre. Os ministros militares, em nome da pacificação nacional, exigiram a renúncia de Washington Luís (NETO, 2012, p. 505). Em menos de um mês, o presidente, isolado, acabaria sendo afastado. Skidmore, tratando da junta militar que ficou no poder entre a saída do presidente e a posse de Getúlio, escreveu que "os comandantes do Exército e da Marinha se viram numa posição que se tornaria cada vez mais familiar na história subsequente do Brasil: o papel de árbitro da política nacional" (2010, p. 39). E assim findou a I República (1889-1930): os gaúchos, três meses após o assassinato de João Pessoa, e cumprindo uma profecia atribuída a Flores da Cunha, amarravam seus cavalos no obelisco (NETO, 2012, p. 350).

---

[415] O decreto nº 5.221 de 12 de agosto de 1927, conhecido como Lei Celerada, permitia ao governo, entre outras providências, fechar organizações, censurar a imprensa e proibir manifestações.

[416] No Rio Grande do Sul, reduto eleitoral de Vargas, a Aliança Liberal conquistou 295 mil votos, enquanto Júlio Prestes apenas mil; na Bahia, estado do candidato ao cargo de vice-presidente pela situação, Júlio Prestes obteve 141 mil votos contra apenas 11 mil da Aliança Liberal. Em São Paulo, estado do candidato situacionista, foram 320 mil votos para Júlio Prestes contra apenas 30 mil para Getúlio Vargas (NETO, 2012, p. 413-414).

Getúlio, ao assumir a presidência como chefe de um movimento civil-militar autodenominado revolucionário, dissolveu o Congresso Nacional,[417] aposentou ministros do Supremo Tribunal Federal,[418] suspendeu a Constituição, instituiu a censura, criou uma "justiça revolucionária" (MARQUES, 2023, p. 142),[419] cassou direitos políticos, suspendeu garantias constitucionais, promoveu intervenção nos estados e nas prefeituras que apoiaram a candidatura de Júlio Prestes, passou a governar mediante decreto etc. Enfim, instituiu, em consonância com os desejos de muitas lideranças "semiautoritárias nacionalistas", um regime ditatorial. O próprio Getúlio, além de outros aliancistas, admitia a conveniência da ditadura.[420] A revolução, portanto, se converteu em afortunada ocasião. O termo governo provisório, utilizado ainda hoje pela historiografia, portanto, é uma nomenclatura que não dá conta do que realmente foram os primeiros anos de Vargas no poder: uma ditadura.

O empastelamento do periódico *Diário Carioca*, crítico aos tenentes, em 25 de fevereiro de 1932, e promovido por militares do Clube 3 de Outubro (JORGE, 2008, p. 130-132; NETO, 2013, p. 13-19),[421] foi o evento que marcou o desembarque dos constitucionalistas liberais do governo. Ato contínuo, Pedro Ernesto, em nome do Clube 3 de Outubro,[422] declarou na presença do presidente em Petrópolis que "estamos certos da ação ditatorial de vossa excelência, pautada dentro dos princípios revolucionários e que cada vez mais se revela o ditador de que necessitamos para salvar o nosso país."[423]

Em 9 de julho de 1932, um movimento que se autoproclamava constitucionalista eclodiu em São Paulo, o mais importante estado do país em termos econômicos. Skidmore capturou o espírito da política brasileira ao escrever que os paulistas, "que tinham [...] complexo de superioridade com relação ao resto do Brasil [...] estavam desiludidos por não terem recebido as mordomias do poder" (2010, p. 48-49). Os desdobramentos da

---

[417] Decreto n° 19.398 de 11 de novembro de 1930 D19398 (planalto.gov.br) Acesso em: 3 de jan. 2024

[418] Decreto n° 19.711 de 18 de fevereiro de 1931 Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br) Acesso em: 3 de jan. 2024

[419] "Um tribunal de investigação foi estabelecido em dezembro de 1930 para punir os 'carcomidos' da República Velha, mas atraiu pouca atenção, não provou coisa nenhuma, e desapareceu no fim de 1931" (SKIDMORE, 2010, p. 46).

[420] "O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução dentro da órbita legal" (Getúlio Vargas, A Nova Política do Brasil, volume II, p. 84).

[421] Segundo Dulles, o filho do interventor do Distrito Federal, e presidente do Clube 3 de Outubro, Pedro Ernesto, estaria no ataque ao *Diário Carioca*. O ministro da Guerra, general Leite de Castro, teria telefonado ao presidente para dizer que também teria participado do empastelamento do jornal se fosse mais jovem (1967, p. 104-105).

[422] Góes Monteiro declarou que o Clube 3 de Outubro foi fundado para ser "o núcleo principal de um futuro partido político" e que um de seus objetivos era "impedir que os 'tenentes' levassem questões políticas para os quartéis" (COUTINHO, 1955, p. 157).

[423] *Correio da Manhã*, 5 de março de 1932.

guerra civil paulista, que durou cerca de três meses, se converteriam noutra "afortunada ocasião" para Getúlio, que decretaria a cassação dos direitos civis de importantíssimos opositores políticos, muitos dos quais optariam pelo exílio.[424] Como observou Neto, "a vitória sobre São Paulo provocara a completa desarticulação dos oposicionistas" (2013, p. 129).

No dia 3 de maio de 1933 ocorreram as eleições para a assembleia nacional constituinte, uma bandeira dos constitucionalistas liberais. Skidmore, tratando sobre o pleito, e sem citar fontes, escreveu que "observadores concordam que foram extraordinariamente corretas em comparação com as eleições anteriores a 1930" (2010, p. 51). É uma visão ingênua. Quaisquer eleições seriam mais corretas se comparadas com as anteriores, quando o voto não era secreto, e as coerções, os subornos e as fraudes eram as regras do processo eleitoral. Ademais, "os comícios haviam sido tolhidos, os exilados, impedidos de concorrer e os jornais proibidos de dar voz às oposições" (NETO, 2013, p. 140). O número de eleitores, a despeito do voto ter sido estendido ao público feminino, ficou aquém do pleito que elegeu Júlio Prestes, o que sugere que muitos brasileiros provavelmente estavam desencantados com o processo eleitoral.

A Constituinte foi presidida por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, candidato preterido por Washington Luís nas eleições de 1930, e líder da maior bancada, a mineira. Getúlio não atentou contra a Assembleia Nacional. Não seria necessário. Dos 214 deputados eleitos, a maioria era governista. Excetuando, claro, a bancada do estado de São Paulo. Segundo um dos biógrafos de Getúlio, "o governo usou generosamente os fundos de que dispunha para aplacar os grupos de interesse em jogo" (DULLES, 1967, p. 144). Ademais, "a Assembleia Constituinte receberia quarenta 'representantes classistas',[425] numa edição revista e abrasileirada do corporativismo fascista de Benito Mussolini" (NETO, 2013, p. 143). Como observou Boris Fausto, "o governo considerava, com razão, que poderia contar com a maioria dos quarenta representantes classistas, selecionando a dedo as indicações para a bancada dos empregados e funcionários" (2006, p. 67). Os deputados classistas, claro, também ajudavam a diluir a pressão das grandes bancadas paulista e mineira. Além disso, segundo Neto, "por um artifício do regimento, os ministros tinham assento na casa" (2013, p. 163).

---

[424] O Decreto n° 22.194, de 8 de dezembro de 1932 suspendia por três anos os direitos políticos dos envolvidos no movimento paulista.

[425] "Eram quarenta os chamados classistas, cabendo dezessete assentos aos empregadores, dezoito aos empregados, três aos profissionais liberais e dois aos funcionários públicos" (FAUSTO, 2006, p. 66).

A Constituição de 1934 não foi a Lei Negra desejada por Getúlio. O presidente registrou em seu diário que, ao ler o projeto da Lei Maior, não teve boa impressão, achando-o "um tanto inclinado ao parlamentarismo, reduzindo muito o poder do Executivo."[426] Vargas sugeriu que seria o primeiro revisor daquela Constituição (DULLES, 1967, p. 147), a qual definiu como "monstruosa".[427] A Carta foi promulgada em 16 de julho. No dia seguinte, os parlamentares se reuniriam novamente, mas desta vez com outra importante missão: eleger o novo presidente do Brasil para um mandato de quatro anos. Ou melhor, reeleger Getúlio para um novo quadriênio, o qual deveria se encerrar em 1938, sem a possibilidade de reeleição. A oposição, fragilizada pelos golpes desferidos após a vitória contra o movimento paulista, não conseguiu viabilizar uma candidatura que pudesse ameaçar o Catete. Vargas, entretanto, não foi candidato único na eleição promovida pela Assembleia Constituinte. O veterano Borges de Medeiros, outrora padrinho político de Getúlio, surgiu como anticandidato. Vargas recebeu 175 votos dos deputados constituintes, enquanto Medeiros apenas 59 (NETO, 2013, p. 190).

Boris Fausto escreveu que "no mundo dos anos 30, parecia não haver lugar para os liberais" (2006, p. 69). No Brasil não seria diferente. Em 7 de outubro de 1934, menos de três meses após a promulgação da Constituição liberal de 1934, os integralistas, cujo lema era "Deus, Pátria e Família", tentaram organizar sua "marcha sobre Roma", reunindo milhares de seguidores na Praça da Sé em São Paulo. A justificativa para a realização do evento era celebrar os dois anos da publicação do Manifesto de Outubro,[428] certidão de nascimento da AIB. Os opositores do integralismo, "esquerdistas dos mais variados matizes", contudo, anunciaram uma contramarcha, "combinada propositadamente para o mesmo dia, horário e local", e declarando "guerra ao integralismo" (NETO, 2013, p. 193). O encontro, como era de se esperar, terminou em confronto: cerca de cinquenta feridos e seis mortos (DULLES, 1967, p. 155). A Batalha da Praça da Sé foi tratada com ironia pelos opositores do integralismo, os quais apelidaram o resultado do embate como a "revoada das galinhas verdes" (NETO, 2013, p. 195).

Nas anotações de seu diário, Getúlio externava suas preocupações com a infiltração comunista.[429] Sobre o integralismo, havia registros até elogiosos. Em

[426] Diário. 3 e 4 de março de 1934. p. 273.
[427] Diário. 27 e 28 de julho de 1934. p. 310.
[428] Manifesto de 7 de Outubro de 1932 - Integralismo | Frente Integralista Brasileira Acesso em: 12 dez. 2023
[429] Diário. 27 de agosto de 1934. p. 321; 11 de outubro de 1934, p. 333.

novembro de 1934 houve eleições para uma nova legislatura. Nesse pleito, os deputados constituintes seriam substituídos por deputados federais. "De norte a sul do país, o Catete obteve indiscutível vitória" (Ibidem, p. 201). Dulles, que definiu o resultado daquele pleito como um "triunfo" do presidente, registrou que "dos duzentos e cinquenta deputados federais eleitos, somente setenta e seis pertenciam à oposição, e trinta e dois eram considerados independentes" (1967, p. 152). Com um Congresso favorável, e um "consenso anterior" sobre a ameaça ideológica, o governo não teve dificuldades em aprovar um projeto de lei elaborado pelo ministro da Justiça, Vicente Rao por 116 votos contra 26. A oposição, contabilizada por Dulles, parece ter desidratado ainda mais. A imprensa apelidou o anteprojeto, que se converteria em Lei Número 38 de 4 de abril de 1935, de Lei Monstro.[430] O presidente, tratando do tema, registou em seu diário que "enxertaram nela uma disposição contra o integralismo. Estou em dúvida se sanciono ou veto esse dispositivo. O integralismo é uma forma orgânica de governo e uma propaganda útil no sentido de disciplinar a opinião".[431]

O ministro da Justiça, uma das mais importantes lideranças do movimento paulista de 1932, baseou seu anteprojeto no parágrafo 9° do artigo 113 da Constituição de 1934: "não será tolerada [...] propaganda, de guerra ou de processos violentos, para subverter a ordem política ou social".[432] Tal trecho, que poderia ser interpretado de maneira subjetiva, garantiria ao governo meios legais para, entre outras coisas, suspender a circulação de periódicos, processar e prender jornalistas. Assim como a Lei Negra, "esboçada de modo tão vago que se converteu em terreno político para decisões judiciais cada vez mais abrangentes" (THOMPSON, 1987, p. 23), a Lei de Segurança Nacional (LSN), como ficaria sendo mais conhecida, era um festival de subjetividades e se transformaria em arma do governo para encarcerar qualquer opositor. Era crime "incitar diretamente o ódio entre as classes sociais" ou "provocar animosidade entre os membros das forças armadas, instigar ou preparar a paralisação de serviços públicos", assim como "promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem pública e social por meios não consentidos em lei". A Lei permitia a apreensão e suspensão de periódicos e a cassação de organizações, sindicatos e partidos políticos. A divulgação de notícias falsas que pudessem provocar terror ou desassossego na população, algo que o governo faria repetidas vezes como forma de

[430] *Correio da Manhã*, 28 de março de 1935.
[431] Diário. 28 de março de 1935. p. 373.
[432] Constituição34 (planalto.gov.br) Acesso em: 12 dez. 2023

justificar o golpe de Estado de 1937, era uma ação que podia ser punida com cadeia.[433] Se Orson Welles tivesse realizado sua famosa transmissão radiofônica de *Guerra dos Mundos* no Brasil seria enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Os esquerdistas brasileiros não eram coletores de lenha ou assaltantes de bosques, mas Vargas, enfim, publicava sua primeira *perversão*, sua primeira Lei Negra.

Ao mesmo tempo em que o governo fechava o cerco contra os movimentos de esquerda, uma frente popular denominada de Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgiu como oposição ao crescente movimento integralista. A ANL tinha uma plataforma claramente antifascista, crítica ao imperialismo, contrária ao pagamento da dívida externa, partidária da nacionalização de empresas estrangeiras, favorável ao processo de reforma agrária e defensora das liberdades democráticas (DULLES, 1967, p. 156). No dia 5 de julho de 1935, aniversário do levante tenentista de 1922 em Copacabana, a Aliança Nacional Libertadora "fez uma demonstração de força, promovendo reuniões em todo o país" (Ibidem, p. 157). No Rio de Janeiro, um manifesto escrito por Luís Carlos Prestes, o ex-líder tenentista convertido ao comunismo, e lido pelo jovem estudante Carlos Lacerda,[434] defendia repetidas vezes a luta contra o feudalismo, o imperialismo e o fascismo, apelava aos militares para que não se comportassem como capitães do mato, conclamava os brasileiros a apoiarem a revolução, defendia abertamente a derrubada do "odioso" governo de Vargas etc. Não faltavam, portanto, elementos para que o governo denunciasse a ANL empregando os perversos artigos da Lei de Segurança Nacional. Vargas, três dias após o discurso de Lacerda, registrou que conversara com o ministro da Justiça e com o chefe da Polícia sobre as "medidas necessárias à repressão ao comunismo", especificamente a dissolução da Aliança Nacional Libertadora.[435] Dali mais três dias, o governo, municiado com o discurso de Luís Carlos Prestes, publicou o decreto número 229, determinando o fechamento da ANL.[436]

O discurso de Prestes se converteria numa "afortunada ocasião" para Getúlio. Mas seria outro episódio, ocorrido naquele mesmo ano, que cristalizaria definitivamente nos corações e nas mentes de setores civis e militares um "consenso anterior" acerca do perigo vermelho: a rebelião comunista ocorrida em Natal, Recife e Rio de Janeiro (DULLES,

---

[433] L0038 (planalto.gov.br) Acesso em: 12 dez. 2023
[434] Carlos Lacerda confirma em entrevista que foi ele quem leu o manifesto de Prestes, que qualificou como "longuíssimo" e "chatíssimo" (LACERDA, 1978, p. 44). O manifesto tinha quase 4 mil palavras. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora (marxists.org) Acesso em: 13 dez. 2023
[435] Diário. 8 de julho de 1935. p. 403.
[436] Decreto n° 229 de 11 de julho de 1935.

1967, p. 158-162; NETO, 2013, p. 243-275). Na capital, a rebelião comunista estouraria no 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha e na Escola de Aviação no Campo dos Afonsos. Vargas, contudo, teria sido alertado por um espião inglês, infiltrado entre os comunistas, sobre a proximidade da revolta (NETO, 2013, p. 244; ROSE; SCOTT, 2010). O presidente registrou os eventos ocorridos no Rio de Janeiro,[437] enfatizando que havia pressões civis e militares para "um castigo exemplar aos rebeldes", mas queixando-se que a Constituição de 1934 não permitiria as "medidas aconselhadas". Por fim, sugere que somente suspendendo "os efeitos da própria Constituição" seria possível fazê-lo.[438]

A Intentona Comunista, como o movimento passaria a ser conhecido, mais do que o discurso de Prestes e o fechamento dos escritórios da ANL, se converteria noutra "afortunada ocasião" de Getúlio Vargas. 22 pessoas teriam morrido nos combates em Natal, Recife e Rio de Janeiro (NETO, 2013, p. 250). O governo se valeria de uma informação falsa para exacerbar ainda mais a opinião pública contra os comunistas: militares teriam sido assassinados durante a rebelião enquanto ainda dormiam (Ibidem, p. 250). Carlos Lacerda, que se converteria num dos bastiões do conservadorismo nacional, qualificou a informação dos homicídios de militares adormecidos de "mitologia da covardia" (1978, p. 41; 50). Ainda em 25 de novembro de 1935, com a revolta recém deflagrada nas capitais do nordeste, o Congresso, aprovaria um decreto de estado de sítio por noventa dias (NETO, 2013, p. 248). Getúlio registrou que "após a votação da Câmara, vieram vários deputados trazer-me seus cumprimentos e solidariedade, entre eles a bancada constitucionalista de São Paulo".[439] No dia seguinte, o presidente escreveu que "o prestígio do governo havia realmente crescido".[440]

O estado de sítio seria renovado diversas vezes pelo Congresso ao longo de quase dois anos. E, assim como deveríamos repensar os dois primeiros anos do governo Vargas como um "governo provisório", os dois últimos anos de administração de Getúlio, após a rebelião comunista de 1935, talvez não devesse ser chamada simplesmente de "governo constitucional". A investida contra a Carta de 1934 não parou com a decretação do estado de sítio em novembro de 1935. Repentinamente a Lei de Segurança Nacional tornara-se uma Lei Negra obsoleta. Getúlio queria mais. O presidente registrou: "continuei o trabalho de coordenação e esclarecimento dos membros da Câmara e do Senado no

[437] Diário. 29 e 30 de novembro de 1935. p. 446-447.
[438] Diário. 2 e 3 de dezembro de 1935. p. 449.
[439] Diário. 24 e 25 de novembro de 1935. p. 445.
[440] Diário. 26 e 27 de novembro de 1935. p. 447.

sentido de votação das medias de repressão — modificação na Lei de Segurança Nacional e emendas à Constituição."[441] Uma semana depois, Vargas assinalou que, numa "sessão memorável, a Câmara dos Deputados aprovou as três emendas à Constituição", as quais concediam ao presidente o poder de declarar estado de guerra e retirar dos funcionários públicos, civis e militares, a estabilidade quando praticassem atos subversivos.

Nesse período, a antessala da ditadura, houve diversos casos de perseguições e detenções contra professores, escritores e intelectuais. Professores da Faculdade Nacional de Direito, Castro Rebello, Hermes Lima, Leônidas Rezende e Luiz Carpenter, foram presos e demitidos, "sem processo de qualquer espécie, no Judiciário ou no Administrativo" (LIMA, 1974, p. 114-115). Em São Paulo, a Vila Maria Zélia, convertida em prisão, era referendada pelos presos como "o melhor ensino disponível" por conta do grande número de professores e pesquisadores encarcerados (LEVINE, 1980, P. 202). O presidente instalou uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e, segundo um de seus biógrafos, "a simples denúncia originava a prisão imediata do suspeito" (NETO, 2013, p. 256-257). O presidente alegava que "todos os detidos são tratados com benignidade,"[442] o que evidentemente não era verdade. Numa reunião, que contou com a presença de diversos ministros e do deputado Adalberto Correia, presidente da Comissão de Repressão ao Comunismo, Getúlio recebeu a recomendação de adotar medidas mais extremas, como, por exemplo, fuzilar o envolvidos na revolta comunista.[443]

Dois dias depois da reunião com os ministros, e munido da emenda constitucional concedida pelo Congresso, Getúlio decretou o estado de guerra. Um senador, Abel Chermont, e quatro deputados, Abguar Bastos, Domingos Velasco, João Mangabeira e Otávio da Silveira.[444] O presidente ainda enviaria ao Congresso Nacional uma proposta de criação de uma corte extraordinária, denominada de Tribunal de Segurança Nacional, para julgar os crimes dos comunistas. O Congresso aprovou a instalação do tribunal, "sem impor nenhuma ressalva" (NETO, 2013, p. 266). Getúlio habilmente enfraqueceria a posição de Antônio Carlos em Minas Gerais e isolaria o governador gaúcho Flores da Cunha, o qual abandonaria a função, se exilando no Uruguai (Ibidem, p. 283-284; 287-298; 306-307). São Paulo não se lançaria novamente numa cruzada solitária contra o Catete. Com um rearranjo estratégico na cúpula das Forças Armadas, aumentando soldos,

[441] Diário. 10 de dezembro de 1935. p. 452.
[442] Getúlio Vargas. A Nova Política do Brasil. Vol. 4. p. 139.
[443] Diário. 19 de março de 1936. p. 488.
[444] Diário. 24 de março de 1936. p. 490. Nota 11.

removendo generais moderados ou recalcitrantes, e substituindo-os por oficiais com tendências notadamente fascistas (NETO, 2013, p. 294-295), Getúlio escreveu: "Não é mais possível recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado, outorgando uma nova Constituição e dissolvendo o Legislativo".[445]

Getúlio não conseguiu dar um golpe de Estado, fechando o Congresso Nacional, apenas porque tinha apoio do exército e estava munido de um documento falso. Um biógrafo escreveu que os acontecimentos de novembro de 1937 tiveram "sua gênese em 1935" (HENRIQUES, 1966, p. 441). Nestes dois anos o governo fomentou um imaginário sobre a ameaça comunista. Era o "consenso anterior" ao golpe de Estado de 1937. O Plano Cohen, que também poderíamos qualificar como uma "afortunada ocasião", talvez não tivesse o impacto que provocou no país se não fosse pela rebelião comunista de 1935. A nova Constituição, que garantia ao presidente amplos poderes, era a suprema Lei Negra do getulismo, sua maior *perversão*, com a qual governaria até ser deposto em 1945.

Referências:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BACZKO, Bronislaw. Iluminismo. In: FURET, François; OZOUF, Mona (org.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

COUTINHO, Lourival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1955.

DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas: biografia política.* Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUEIROS, J. A. *Juracy Magalhães, o último tenente.* Rio de Janeiro: Record, 1996.

HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas: Vargas, o maquiavélico.* Rio de Janeiro: Record, 1966.

JORGE, Fernando. *Cala a boca, jornalista!: o ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira.* Osasco, SP: Novo Século Editora, 2008.

LACERDA, Carlos. *Depoimento.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas, 1934-38: os anos críticos.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Hermes. *Travessia: memórias.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

MARQUES, Raphael Peixoto de P. O Judiciário e a repressão política (1934-37). In: MOURELLE, Thiago Cavaliere; LAGO, Mayra Coan; FRAGA, André Barbosa (org.). *Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2023.

MARTINS, Carlos Estevam. Locke. In: *Os Pensadores.* v. II. p. 345-364. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte. In: *Os Pensadores.* v. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MEIRELLES, Domingos. *1930: os órfãos da revolução.* Rio de Janeiro: Record, 2011.

[445] Diário. 7 de novembro de 1937. p. 82.

MORAES, Denis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930).* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NETO, Lira. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-45).* São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

REVEL, Jacques. Grande Peur. In: FURET, François; OZOUF, Mona (org.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ROSE, R. S.; SCOTT, Gordon D. *Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935.* Rio de Janeiro: Record, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64).* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARGAS, Getúlio. *Diário.* São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

Sentidos de aprendizagem em disputa na BNCC: análise do Caderno de Orientação Curricular de Macaé

Naicon de Souza Brinco[446]
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Maria Aparecida da Silva Cabral

Introdução

O presente texto é um recorte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento intitulada "Sentidos de aprendizagem em História em tempos de incertezas". No artigo em tela, analisamos os sentidos de aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental (EF) no Caderno de Orientação Curricular da cidade de Macaé (COC), município da região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro. Utilizamos a análise dialógica do discurso (BAKHTIN, 2006; FARACO, 2009), considerando que, especialmente na atividade docente e discente, os significados e sentidos do currículo são subjetivados e adentram um sistema de relações no interior da cultura escolar, em consonância com a teoria da atividade proposta por Leontiev (2021) e do cotidiano de Certeau (CERTEAU, 2014).

O COC, versão de 2023, é um documento de 252 páginas elaborado como currículo da rede municipal. Após a introdução, que apresenta seus referenciais teóricos e metodológicos e um tópico que discute o ensino fundamental e suas fases, o documento organiza as disciplinas por área, mantendo as especificidades de cada uma. Na área de ciências humanas, encontram-se História e Geografia. Em História, há uma organização curricular que distribui, em uma tabela, Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento (OC) e habilidades, entre as páginas 234 e 244. São os mesmos OC e habilidades da BNCC, distribuídas por bimestre. Por isso, neste texto, em um primeiro momento, direcionamos o olhar para a BNCC, especialmente para as competências, habilidades e os OC. Em seguida, analisamos o COC de Macaé. Por fim, discutimos resultados e possibilidades de pesquisa a serem trilhados.

A BNCC nos anos finais do Ensino Fundamental

[446] Discente de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2022, sob orientação da Dra. Maria Cabral.

Em sua apresentação, a BNCC se propõe a ser uma peça central na aprendizagem de qualidade em todo território nacional. Consideramos que esta escolha de palavras em um documento discutido por mais de 05 anos, já está dotada da ideologia que o atravessa, deixando implícito a intencionalidade de ser um objeto-eixo que move o mecanismo que gera aprendizagem – enquanto objeto de qualidade e eficiência, dentro de uma lógica que faz o país avançar. São propostas 10 competências gerais e aprendizagens essenciais que, segundo o documento, dialogam com projetos de vida e com a continuidade de estudo, com a primazia do saber fazer.

Em nossas análises, nos aproximamos dos resultados discutidos por Maria Lima (SANTOS, 2020b) em sua investigação que explorou os sentidos do significante diversidade na BNCC dos anos iniciais do ensino fundamental. A autora diferenciou a interculturalidade crítica – que propõe uma intervenção na estrutura colonialista e dialoga com uma educação que prima pela emancipação dos sujeitos com formação integral – da interculturalidade funcional – no qual há a adequação ao sistema capitalista sem alterar as estruturas de poder. De forma que o conceito de interculturalidade, ao ser apropriado em uma perspectiva neoliberal, funcione dentro da lógica socioeconômica e da estrutura política que mantêm a hegemonia do capital como lastro para as práticas sociais, inclusive a educativa. Respondendo a pressão de pautas de movimentos sociais relacionadas à diversidade, a estratégia passou da negação de conflitos raciais, por exemplo, para o esvaziamento do protagonismo de movimentos sociais dos grupos historicamente subalternizados.

Nesta perspectiva, consideramos que os OC e as habilidades propostas pela BNCC navegam principalmente entre o multiculturalismo liberal e o multiculturalismo conservador[447]. Visto que há inclusão de sujeitos historicamente subalternizados, sem

[447] "O multiculturalismo conservador defenderia o projeto de se construir uma cultura comum, em que os grupos étnicos são reduzidos a 'acréscimos' em relação à cultura dominante (McLaren, 1997, p. 115)[...] O multiculturalismo humanista liberal reconheceria a igualdade intelectual-cognitiva entre etnias e grupos, entendendo que somente por intermédio de reformas que melhorassem as condições de vida dessa população seria possível torná-la competitiva economicamente no modelo social vigente (McLaren, 1997, p. 119). Já a tendência do multiculturalismo liberal mais progressista consistiria em essencializar as diferenças culturais (existiria um modo de ser exclusivamente feminino, uma identidade negra integrada e assim por diante), desprezando o fato de que elas são construídas historicamente e que existem, por assim dizer, 'diferenças dentro das diferenças' (McLaren, 1997, p. 120). Quanto ao multiculturalismo crítico, Peter McLaren compreende que as representações de raça, classe e gênero, por exemplo, são resultado das lutas sociais mais amplas sobre significações. Não se deveria enfatizar somente o jogo textual, os eufemismos, mas colocar em questão as relações de poder envolvidas na construção histórica das diferenças e desigualdades, desnaturalizando-as, de forma a oportunizar resistências (McLaren, 1997, p. 123). [...] Entendemos que se as diferenças não se reduzem às questões de classes sociais, mas também não podem ser vistas como deslocadas destas, então as etnias, as culturas consideradas diferentes/minorias, nunca são as mais poderosas economicamente" (OLIVEIRA; RAMOS; CAINELLI, 2018, p. 66,67).

alterar as relações econômicas e de poder (BRINCO, 2023), no qual, por vezes, tais grupos aparecem como acréscimo à matriz cultural predominante.

Na disciplina História, para os anos finais do ensino fundamental, a BNCC pauta a aprendizagem a partir de 03 práticas que nomeia de básicas[448] relacionadas a conteúdos, procedimentos e análises históricas. Anuncia, na parte introdutória, a narrativa que será construída no decorrer do ensino fundamental: a de fatos importantes da História do Ocidente. O eixo de estudo se dá a partir dos continentes americano, africano e europeu, com olhar direcionado especialmente para a economia política em que o Sul Global[449] é narrado da perspectiva colonialista.

O COC nos anos finais do Ensino Fundamental

O COC se propõe como documento norteador para os profissionais da rede pública municipal de educação de Macaé, em constante revisão e aberto à contestação. Declara ter como pilares a BNCC e documentos legais norteadores da Educação Básica – LDB e DCN (Resolução CNE/CEB nº 4/2010), além de referências à conferência Nacional de Educação – CONAE (2014) e ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024).

Segundo o próprio documento, durante sua elaboração as escolas municipais participaram no processo de revisão curricular. Enquanto docente da rede municipal, participei de reuniões pedagógicas onde, divididos por disciplinas, discutimos e escrevemos contribuições, que eram entregues a direção da unidade escolar e encaminhadas a Secretaria de Educação.

Como objetivo, há a proposta de ser parte da política municipal de assegurar o direito à aprendizagem com equidade, excelência, valorização das diferenças e respeito à dignidade humana em uma escola "plural, inclusiva, comprometida com a formação integral e cidadã dos indivíduos" (2023, p. 6). Na autoria, o documento sinaliza colaboradores técnicos da secretaria de educação, professores orientadores pedagógicos e professores especialistas das unidades escolares. Termos relacionados à autonomia, criatividade e criticidade para exercício pleno da cidadania são centrais na introdução, junto a construção da identidade, ética e humanismo. É ainda ressaltado o

[448] (i) identificar eventos considerados relevantes na História do ocidente junto a cronologia e mapas, (ii) identificar, compreender e refletir junto a registros de memória e documentos e (iii) reconhecer e interpretar diferentes versões de um fenômeno.

[449] "Na minha concepção, o Sul não designa um espaço geográfico. Designa um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual" (SANTOS, 2020a, p. 147, 148).

desenvolvimento integral, preparação para a vida, para o trabalho e para a cidadania. Em processos educacionais que progressivamente os estudantes se constituam como protagonistas aptos a construir uma sociedade com justiça, igualdade, democracia, responsabilidade, inclusão, sustentabilidade e solidariedade.

Apresenta discussão sobre o currículo como um campo de lutas, que reflete as demandas do presente e as intenções do futuro que se deseja construir enquanto sociedade. Construção coletiva atravessada por finalidades e sujeitos diversos, que têm como ponto de partida a problematização das práticas educativas e as necessidades sociais. Localiza seu entendimento de escola como uma instituição democrática e dialógica, com repetidas referências a Paulo Freire e as DCN.

Apresenta como princípio norteador o direito à educação, o que consideramos ser parte da intencionalidade do documento de marcar suas diferenças da BNCC - que centraliza o direito à aprendizagem. Ao discutir o sentido de educação assegurado enquanto direito, há o uso de uma série de conceitos, sem defini-los, como por exemplo, equidade e excelência. Aborda a relevância do combate à evasão escolar e o incentivo à frequência dos estudantes, operando com o termo permanência com sucesso.

O termo inclusão, no decorrer do documento, é acompanhado por diferentes palavras, ora inclusão social, respeito à diversidade, valorização da diferença, combate à exclusão, e acesso a bens culturais e sociais. O termo direito à aprendizagem é acompanhado de equidade, com a ideia implícita de que ambos estão intrinsecamente relacionados na formação integral dos estudantes, afetando diversos âmbitos dos sujeitos: cognitivo, social, emocional, físico e cultural. A permanência com sucesso, portanto, está atrelada à formação integral do aluno, no qual a aprendizagem é parte da educação.

Ao tratar do desenvolvimento integral, centraliza o processo de educação no discente, com o entendimento de que a aprendizagem deve dialogar com os interesses e com as necessidades dos estudantes. O conceito de diversidade é atrelado à diversidade cultural, religiosa, étnica, racial, sexual e de gênero. Portanto, compreendemos que tais temas, postos como parte da formação integral, são parte de uma educação que prepara os sujeitos para intervir na sociedade. Consideramos isso uma complexificação e aprofundamento das expectativas de aprendizagem apresentadas na BNCC, enquanto parte do direito à educação.

A ideia de aprendizagem interessante e significativa para os alunos é utilizada junto a construção de aprendizagens essenciais que possam ser mobilizadas em diversos contextos sociais. Na discussão sobre as habilidades e competências é citado a teoria de

aprendizagem de Perrenoud (2001) junto a Bonotto e Felicetti (2014) e ao relatório Delors[450] (DELORS et al., 1998) como referencial teórico para fundamentar suas expectativas de aprendizagem, focadas na resolução de situações-problema que dialogam com as vivências dos discentes.

A necessidade de dialogar com os saberes prévios dos estudantes, no planejamento de práticas de ensino de forma interdisciplinar, é indicada como requisito para uma educação integral que supere desigualdades sociais, visto ser o público prioritário e majoritário de alunos da rede municipal de classes "menos favorecidas"[451]. Na discussão sobre concepções de ensino e de aprendizagem, há críticas à educação bancária e uma defesa da perspectiva da construção do conhecimento, a partir do verbo ensino e do verbo aprender, enquanto processos interligados. Sobre as expectativas de aprendizagem, o COC elege três eixos: factuais, procedimentais e constituição da cidadania.

Apesar de nosso enfoque não ser a análise do sentido de ensino no COC, consideramos relevante citar que há um subtópico direcionado à formação docente, discutindo o papel social, a necessidade de engajamento e desenvolvimento de competências dos professores. Dialoga com a perspectiva de Tardif (2012) acerca dos saberes docentes e com a legislação (Decreto nº 8.752/2016 da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica) ao defender a corresponsabilidade entre docentes da rede municipal, universidades e secretaria de educação. Nesta discussão, emerge uma voz social que se afasta da pedagogia de competências para dialogar com Nóvoa (1997) ao abordar o ensino a partir de práticas educativas que se constituam por processos reflexivos e colaborativos, de forma dialógica, e objetivam a transformação da realidade do contexto em que os alunos estão inseridos. Tratando a atuação docente como práxis ação-reflexão-ação, em que a escola também é considerada como espaço de formação. Quando, junto a tal discussão, ressurge a abordagem da pedagogia de

---

[450] "Em 1996 foi publicado pela UNESCO, o relatório da comissão internacional presidida por Jacques Delors, que durante o período de 1993 a 1996 trabalhou na elaboração de diretrizes para a educação mundial para o próximo século. Esse relatório foi publicado no Brasil em 1998 (DELORS, 1998), com apoio do Ministério da Educação e com apresentação assinada pelo ministro Paulo Renato Souza. Por certo que tal detalhe está longe de ser secundário, o que pode ser notado pelo objetivo expresso pelo próprio ministro: Delors contribuirá para o processo em que, de modo especial, se empenha o Ministério da Educação, qual seja, o de repensar a educação brasileira (in DELORS, 1998, p. 10). [...] Não é difícil constatar que tanto o relatório Jacques Delors como o mencionado capítulo dos PCN procuram, ao longo de todo o texto, um equilíbrio entre a formação do indivíduo como cidadão, pessoa moral, e sua formação como alguém apto a lutar por um lugar ao sol na desesperada competição entre os indivíduos, característica da sociedade capitalista em geral e acentuada nos dias de hoje. Os dois documentos esforçam-se por buscar a conciliação entre cidadania e competitividade. O resultado não poderia ser outro: textos ambíguos, repletos de contradições e inconsistentes do ponto de vista teórico" (NEWTON, 2001, p. 69, 94).

[451] Terminologia utilizada pelo próprio documento.

competências, o vocabulário se altera, e as palavras escolhidas para compor o discurso se deslocam para construções holísticas e professores aptos a se atualizar e lidar com inovações pedagógicas.

Acerca dos meios de avaliação da aprendizagem, é proposto a processual, com avaliações formativas, cumulativas, diagnósticas, somativas e auto avaliativas. A partir da ótica da construção de conhecimento pelo aluno, no qual o docente utiliza como material de análise os sentidos que os estudantes desenvolveram a partir dos conteúdos propostos. Trata o processo de avaliar e "dar notas" como distintos, no qual a avaliação não se torne um meio de exclusão nem um fim em si mesmo, mas uma etapa da aprendizagem que pode contribuir no desenvolvimento de estratégias de ensino. Consideramos que a ação docente, nesta discussão, é apresentada de forma protagonista, junto aos discentes, não havendo concorrência, mas sim ação conjunta no fortalecimento de ambos.

A disciplina História, nos anos finais do ensino fundamental, é discutida inicialmente junto a Geografia enquanto área das ciências humanas, que é norteada, no documento, por valores para formação social. A aprendizagem faz parte de uma educação que forma agentes transformadores da realidade. A relação entre as ciências humanas e a preparação para o mercado de trabalho é realizada por meio dos verbos compreender, interpretar e fazer, no âmbito dos direitos e deveres do trabalhador, aplicação de técnicas, postura ética profissional e respeito à diversidade. Consideramos que o COC, nesta discussão, apresenta uma práxis reflexiva com desenvolvimento da consciência crítica. Discutindo ainda a sociedade enquanto construída a partir de bases eurocentradas, patriarcais e escravocratas, junto a críticas a processos colonizadores e seus impactos entre povos indígenas e afrodescendentes[452].

Ao tratar especificamente da História, há a historicização da disciplina, em que se apresenta diversas vertentes que se consolidaram no decorrer dos séculos XIX ao XXI. Ao explicitar o posicionamento acerca dos objetivos de ensinar História, discute-se sobre as dificuldades de compatibilizar uma base curricular de nível nacional, com a realidade e especificidades locais e regionais. Estão presentes no documento críticas à abordagem cronológica, positivista, eurocêntrica, sudestina e à tradição quadripartite adotada pela BNCC, nomeando sua abordagem como um retrocesso para o ensino de História. O COC propõe, aos docentes, que seja feito o possível, dentro das aulas, para privilegiar outras

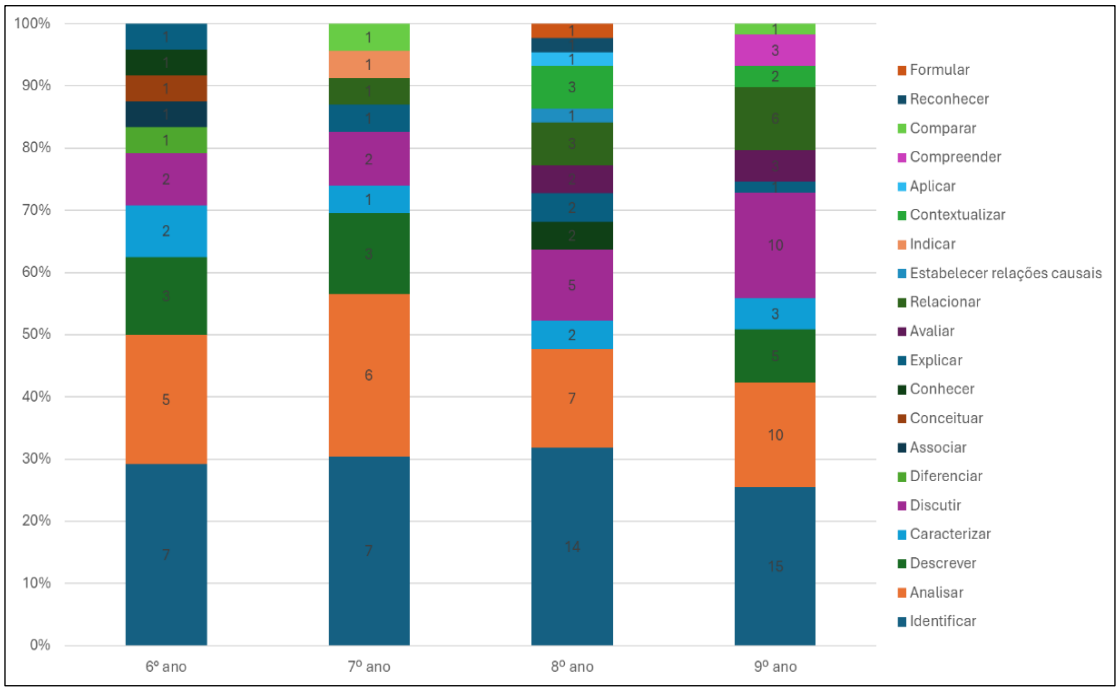
[452] Utilizamos as nomeações do próprio COC.

abordagens, que englobam particularidades, singularidades, diversidades e acolham diferenças.

Os objetivos de aprendizagem são mediados pelos conceitos de democracia, agenciamento, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, justiça, solidariedade, dignidade, produção social e identidade.

Os objetos de conhecimento e as habilidades são as mesmas da BNCC, distribuídas por bimestre. No Gráfico 1 e na Tabela 1 apresentamos as habilidades por ano de escolaridade:

Gráfico 1: Habilidades de História nos anos finais do EF no COC.



Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 2: Habilidades de História nos anos finais do EF no COC.

Habilidades	6° ano	7° ano	8° ano	9° ano	Total
Analisar	5	6	7	10	**28**
Aplicar			1		**1**
Associar	1				**1**
Caracterizar	2	1	2	3	**8**
Comparar		1		1	**2**
Conceituar	1				**1**
Conhecer	1		2		**3**
Descrever	3	3		5	**11**
Diferenciar	1				**1**
Discutir	2	2	5	10	**19**
Estabelecer relações causais			1		**1**
Explicar	1	1	2	1	**5**
Formular			1		**1**
Identificar	7	7	14	15	**43**
Reconhecer			1		**1**
Relacionar		1	3	6	**10**
Contextualizar			3	2	**5**
Avaliar			2	3	**5**
Compreender				3	**3**
Indicar		1			**1**
Total	**24**	**23**	**44**	**59**	**150**

Fonte: Elaborada pelo autor.

Discussão

O contexto sócio-histórico brasileiro em que a BNCC foi homologada (dezembro de 2017) apresenta o fenômeno de conceitos que expressam intervenções na realidade social, por vezes, serem apropriados pela lógica neoliberal, para referenciar discursos do chamado empreendedorismo de si, da meritocracia e da educação enquanto treinamento para atendimento do mercado (BRINCO, 2023). No entanto, consideramos que a aprendizagem proposta na BNCC, pode ser também utilizada por professores para práticas de ensino que visem a compreensão de mundo e a leitura da realidade, com reflexões sobre direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente, dentre outros.

Porém, existe o risco de a BNCC ser utilizada para referenciar materiais didáticos, documentos curriculares públicos ou de sistemas particulares de ensino que reproduzam a perspectiva da interculturalidade funcional, em que o multiculturalismo aparece em seu caráter conservador/liberal. Essa é uma possibilidade histórica, especialmente

considerando a intensa participação de grandes corporações de financiamento privado na escrita e aprovação da BNCC[453].

Ao analisarmos a progressão de habilidades relacionadas a conteúdos factuais, processuais e conceituais, observamos uma aproximação com a linha da psicologia cognitivista. Em que há progressão de habilidades mais simples para as mais complexas, privilegiando inicialmente processos mais individualizados, como identificar e descrever, e avançando para habilidades que envolvam maior abstração de pensamento, interações entre mais de um objeto de análise e com outros sujeitos, como discutir e elaborar relações entre diferentes processos históricos e criação de hipóteses, especialmente nos dois anos finais.

Apesar de cada habilidade mobilizar de forma implícita teorias da Educação e da História, estas permanecem sem as aproximações discutidas pelas pesquisas no ensino de História[454]. Não há, por exemplo, habilidades relacionadas à produção de *sentido histórico* (este termo é citado uma vez no sexto ano, em relação ao sentido das cronologias). Narrar, ou narrativa, termo que tem atravessado o ensino de História em diferentes perspectivas, inclusive na Linguagem e na Didática da História (BRINCO, 2024), também não consta nas habilidades ou nos objetos de conhecimento[455]. Tendo predominância a atividade de identificar em todos os anos de escolaridade, o que nos faz questionar se a principal ação a ser desenvolvida dentro de uma aula de História, proposta pela BNCC, seria a de identificar fenômenos, características, locais e datas.

---

[453] Em sua pesquisa de doutorado Pinheiro (2018, p. 195-198) identificou a participação da Instituto Unibanco, a Fundação Lemann, Fundação Itaú Social e Instituto Ayrton Senna além dos mantenedores como DPASCHOAL, Fundação Bradesco, Itaú Social, Itaú BBA, Fundação Telefônica/VIVO, Grupo Gerdau [...], dentre outros.

[454] A partir da análise que realizamos das pesquisas sobre aprendizagem no ensino de História nos anais do Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e do Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História entre os anos de 1988 e 2020 e dos artigos da Revista História Hoje entre 2012 e 2020 (BRINCO, 2024).

[455] Defendemos, em diálogo com os estudos de Ricoeur (2010), que narrar é a forma típica da escrita da ciência histórica, algo que consideramos uma potência também na construção do conhecimento histórico escolar (BRINCO; CABRAL, 2020). Nesse sentido, entendemos ser necessário alguns cuidados, visto que tanto o autor implicado da narrativa de ficção quanto o da narrativa histórica apresentam a característica da pretensão de verdade na constituição da narrativa. Porém a narrativa histórica opera com a representância do passado – no qual a materialidade encontrada nas fontes interdita a ficção e torna possível ao historiador dizer algo de sensato sobre o passado (Ricoeur, 2010, p. 239). Ou, na perspectiva de Bakhtin, às ciências humanas podem ter a busca da verdade como ideia reguladora, um horizonte de pesquisa (BAKHTIN, 1997). Para o professor de História, essa abordagem amplia as habilidades previstas na BNCC, como identificar e descrever, ao incluir a ação do aluno narrar, algo que também requer um processo de aprendizagem, conforme constatamos em pesquisa com estudantes do 6° ano do fundamental. No qual a narrativa se mostrou também uma importante mediação na construção do conhecimento histórico escolar, especialmente na aprendizagem de temporalidade e na diferenciação entre pretensão de verdade do autor implicado da narrativa histórica e da ficção, entre outros aspectos (BRINCO, 2021).

Apesar da BNCC não explicitar suas fundamentações teóricas, o que encontramos na disciplina História foi uma transposição didática de uma historiografia eurocentrada que reforça narrativas com pretensões de serem únicas, apesar de algumas inserções interculturais. O Sul Global, de forma geral, aparece de maneira fragmentária, na linha progressiva da matriz cultural selecionada pela BNCC. Nas propostas de habilidades a serem desenvolvidas, o discurso implícito dialoga com a psicologia cognitiva e o interacionismo, no desenvolvimento de habilidades de forma progressiva, padronizada e cronológica em etapas escolares (série), do mais simples para o mais complexo, de acordo com a maturidade no desenvolvimento do cérebro (maturação biológica) e o cognitivo (habilidades de pensamento). A chamada distorção idade-série (no qual a maturidade biológica do cérebro não corresponde à expectativa de habilidades de pensamento do discente) tem como proposta de resolução a possibilidade de turmas de aceleração.

Ao analisarmos a teoria de competências mobilizada pela BNCC como seu eixo central, pela perspectiva de análise da pedagogia libertadora, consideramos que ela integra estratégias de dominação ideológica e aceitação alienada de um sistema de exploração. A interculturalidade ocorre a partir da perspectiva da responsabilidade individualista, flexibilidade e meritocracia, termos recorrentes nos discursos neoliberais, que posicionam a escola como espaço útil ao atendimento de demandas do mercado (BRINCO; CABRAL, 2020). O que consideramos culminar no fenômeno discutido por Freire (1987, p. 22,32,43) acerca da alienação, que afeta a consciência dos oprimidos para torná-las "consciências hospedeiras" dos opressores, na reprodução de padrões e tentativas de imitação, em contraste com a educação libertadora, que busca a autonomia e liberdade através de uma práxis reflexiva e transformadora.

Apesar de Paulo Freire estar tecendo uma crítica a educação bancária ao discutir a alienação, consideramos que uma prática libertadora ainda se mantém relevante em um contexto de expansão da pedagogia de competências, que visa o treinamento de alunos para resolver problemas, e de competências socioemocionais, que buscam a conformação dos sujeitos com as condições socioeconômicas vigentes. Nesse sentido, consideramos que a busca de hegemonia discursiva do capital realiza a apropriação do social, esvaziando-os de seus sentidos transformativos (BRINCO, 2023), com o reconhecimento da existência de conflitos e sua integração na manutenção do sistema econômico. Portanto, a BNCC vem a substituir a educação bancária na formação de uma sociedade hierarquizada e atravessada por diversos tipos de desigualdades.

A apropriação de conceitos como autonomia e liberdade pelo utilitarismo neoliberal os veste de uma roupagem progressista ou inovadora, na reinvenção de sistemas ideológicos de manutenção das relações materiais existentes. Ao utilizar importantes categorias de análises para explicar a totalidade da realidade material, a BNCC pode vir a ocultar as tensões de classe da realidade social brasileira e resultar na elaboração de mitos com aparência acadêmica, nos quais o combate a diversas formas de preconceitos poderia ocorrer omitindo questões estruturais de desigualdade socioeconômica[456]. Nesse sentido, propõe-se, nos OC e nas habilidades, uma igualdade a partir da inclusão de outras culturas em uma matriz cultural e econômica considerada como eixo das sociedades mundiais.

O COC apresenta-se como um documento colaborativo e atravessado por diferentes vozes sociais. Isso se evidencia no documento, que tece contundentes críticas à BNCC, e discute, em maioria, a partir de uma perspectiva de escola divergente ao documento nacional. Ao centralizar o direito à educação e a especificar como formação integral, evidencia suas intencionalidades, incentivando docentes a ressignificarem, na disciplina História, os OC e habilidades presentes na BNCC.

Nos anos finais do ensino fundamental, relaciona o conceito de aprendizagem aos conceitos de lúdico e progressão, de forma consonante com a base nacional. No entanto, com referências as DCN, enuncia um posicionamento distinto no tratamento de competências: na construção discursiva na página 20, por exemplo, argumenta que as competências derivam da aprendizagem dos conteúdos e das interações no espaço escolar, e não o inverso, centralizando implicitamente as interações entre os diversos sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse contexto, há primazia pela reflexão conceitual e metodológica para uma prática de ensino que seja significativa e dotada de sentido para os discentes.

Compreendemos que o discurso implícito deste documento é atravessado pelo construtivismo, no qual os alunos protagonizam a construção de seus conhecimentos. Utiliza os pressupostos dos saberes prévios, na perspectiva de Freire, das zonas de desenvolvimento defendidas por Vigotski, além do cognitivismo de Ausubel – da ancoragem do conhecimento em subsunçores na construção de sentido. Equilibra-se entre pedagogias críticas, especialmente a libertadora referenciada em Paulo Freire, e o

[456] Nesse sentido, no 9° ano, a BNCC de História incluiu um maior número de sujeitos coletivos historicamente subalternizados e movimentos sociais. No entanto, é também neste ano de escolaridade, que em uma mesma habilidade terrorismo e imigração são tratados juntos.

atravessamento pontual da voz social que prima pelo atendimento às demandas de mercado, na perspectiva de a escola existir em função deste.

O COC, diferente da BNCC, não promove o apagamento do ensino e do professor, operando com a centralidade de ambos junto aos estudantes e ao processo de aprendizagem, em enunciados em que, junto aos sujeitos, estão os verbos de seu agir: professor que ensina e aprende, estudante que aprende e ensina. O incentivo aos professores para tratar de sujeitos coletivos, movimentos sociais, questões de gênero, de classe e raça, dentre outras categorias de análise, apresenta uma perspectiva de educação diferente da BNCC, enquanto formação integral dos sujeitos, descolando-se, da função da escola como centro de treinamento de trabalhadores dóceis. O que é observado em enunciados que primam pelo aluno enquanto agente transformador da realidade social, com formação que possibilite a superação das desigualdades sociais.

O posicionamento crítico e o incentivo que os professores ressignifiquem os OC e as habilidades no cotidiano escolar abrem possibilidades de atuação dos docentes com respaldo no documento orientador das práticas educativas do município. As desigualdades socioeconômicas e as tensões de classe são evidenciadas nas discussões do COC, junto a outras formas de opressão a serem combatidas, abordando de maneira entrelaçada a realidade material dos estudantes da rede municipal. Em 2023, isso foi evidenciado em ações da Secretaria de Educação, como a Feira de Literatura e Cultura que reuniu *stands* de diversas livrarias e editoras, onde os estudantes da rede pública municipal recebiam *vouchers* para comprar livros de sua escolha, garantindo acesso a bens culturais conforme proposto pelo COC. Em 2024, o evento “Por uma educação antirracista” recebeu Djamila Ribeiro como palestrante, aberto ao público em geral, e foram distribuídos para os docentes o livro “Pequeno Manual Antirracista”. Além disso, políticas públicas como cartão educação, no qual as famílias de estudantes de escolas municipais recebem R$1000,00, em duas parcelas, para compra de uniforme e material escolar, refletem as proposições do COC enquanto norteador da rede pública municipal.

A epígrafe nas páginas iniciais do COC sintetiza a atuação que propõe aos professores em relação aos OC e habilidades da BNCC:

> ‘O currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absorvido, mas sim um lugar em que, ativamente, em meio a tensões, se produz e se reproduz cultura. Currículo refere-se, portanto, a criação, recriação, contestação e transgressão.’ Moreira e Silva (Macaé, 2013, p. 4)

Referências:

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 2° ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.

BONOTTO, Gabriele; FELICETTI, Vera Lucia. Habilidades e competências na prática docente: perspectivas a partir de situações-problema. *Educação Por Escrito*, v. 5, n. 1, p. 17–29, 26 jun. 2014.

BRINCO, Naicon de Souza; CABRAL, Maria Aparecida da Silva. Ensino de História, aprendizagem significativa e a atuação do professor: desafios do tempo presente. *Revista História Hoje*, v. 9, n. 18, p. 55–76, 23 dez. 2020.

BRINCO, Naicon de Souza. Ensino de história na educação básica e a expansão do capital imperialismo no ciberespaço. *Revista TransVersos*, n. 27, p. 70–91, 10 maio 2023.

BRINCO, Naicon de Souza. Sentidos de aprendizagem em História: disputas, encontros e possibilidades. In: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro (org.). *Anais do XI Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social: Experiências e saberes: história, Política, tecnologias e resistências*. São Gonçalo, RJ: UERJ/FFP, 2024.

BRINCO, Naicon de Souza. Ensino de história na educação básica: narrativas sobre a ocupação do território a partir da experiência histórica romana e o tempo presente. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). *Anais do 31° Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia*. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021, p. 1–13

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DELORS, Jacques et al. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Educação um tesouro a descobrir, v. 6, 1996.

FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo. Ideias Linguísticas do Círculo de Bakhtin*. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. *Atividade. Consciência. Personalidade*. Bauru, SP: Mireveja, 2021.

NEWTON, Duarte. *Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

NÓVOA, A. Formação de professores e a profissão docente. Em: NÓVOA, A. (Ed.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1997. p. 15–34.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira; RAMOS, Marcia Elisa Tete; CAINELLI, Marlene Rosa. As sociedades indígenas nos livros didáticos de História: entre avanços, lacunas e desafios. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 14, p. 63–85, 12 jul. 2018.

PERRENOUD, Philippe. *Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza: saberes e competências em uma profissão complexa*. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2001.

PINHEIRO, Dalessandro de Oliveira. *O movimento "Todos pela educação": o público, o privado e a disputa de projetos educacionais no Brasil*. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020a.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; ONÓRIO, Wanessa Odorico. Ensino de História na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): sentidos de diversidade nos anos iniciais. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, p. 961–978, 2020b.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2012.

Fontes:

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, 2018.

MACAÉ, Prefeitura Municipal (Org.). *Caderno de Orientação Curricular anos finais do ensino fundamental*. Macaé, RJ: Prefeitura Municipal de Macaé, 2023.

Industrialização de São Gonçalo: entre a crise mundial de 1929 e o desenvolvimento desigual e combinado

Otávio Gomes[457]
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Gelsom Rozentino de Almeida
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa de mestrado, cujo título é: "Desindustrialização relativa e nova acumulação capitalista em São Gonçalo no fim do século XX", ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir do nascimento de São Gonçalo na forma de sesmaria em 1579, doada a Gonçalo Gonçalves, nas circunstâncias de colonização lusitana do Novo Mundo- leia-se, Acumulação Primitiva de Capital[458]- São Gonçalo, município da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, protagonizou um caso bastante notório de industrialização durante a primeira metade do Oitocentos, de tal modo que muitos referiam-se ao polo lá estabelecido como *Manchester Fluminense*, em menção ao protagonismo daquela cidade inglesa na Revolução Industrial no Setecentos, título valorado por qualquer localidade urbana em que há atividades voltadas às indústrias.

Se, por um lado, as documentações e fontes históricas das quais dispomos corroboram o desenvolvimento de um parque industrial baseado em São Gonçalo, do outro, é pouco discutido caráter do avanço das atividades fabris no município, ligado à *modernização tardia e conservadora*[459]pela qual o Brasil passava nos anos 1930, após quase quatro décadas de um governo agroexportador de café comandado pelas burguesias

[457] Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: "Desindustrialização relativa e nova acumulação capitalista em São Gonçalo no fim do século XX", sob orientação do Dr. Gelsom R. De Almeida, bolsista: CAPES.

[458] Cf. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023, p.785-835.

[459] O termo fora formulado pelo sociólogo estadunidense Barrington Moore Jr. (1913-2005) em sua obra *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (1966), para abordar casos de modificações e transformações sociais, políticas e econômicas lideradas pelas classes dominantes em determinadas formações sociais com maiores atenções para a Alemanha e para a Itália durante seu processo de unificação territorial no Oitocentos. O marxista ocidental italiano Antonio Gramsci (1891-1937) examina tal processo histórico sob o conceito de *revolução passiva*, aplicando-o caso de seu país, ao passo que o revolucionário russo bolchevique Vladimir Lênin (1870-1924) formula o que ficou conhecido como a *via prussiana*, modernização capitalista feita pela classe proprietária, no caso, referia-se aos *junkers* da Prússia, donos de terras e pertencentes à aristocracia germânica.

latifundiárias baseadas em São Paulo e Minas Gerais. Neste sentido, acreditamos na necessidade de analisar a industrialização gonçalense com base na lei do *Desenvolvimento Desigual e Combinado*, descoberta e apresentada pelo teórico e revolucionário bolchevique Leon Trotsky (1879-1940) na obra *A Revolução Permanente*, de 1930; nosso texto, assim sendo, terá por competências a apresentação de tal lei objetiva, primeiramente, para em seguida adentrar na história industrial gonçalense no século passado em meio às circunstâncias mundiais bem como às particularidades nacionais e regionais.

Desenvolvimento desigual e combinado: uma teoria histórica fundamental

Torna-se necessário explicar o *desenvolvimento desigual e combinado* sistematizada por Trotsky [460]a partir dos escritos de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin e Rosa Luxemburgo, especialmente em Marx e em Lênin, bem como sua relação com a pesquisa na ciência histórica brasileira no século passado, no caso, a maneira pela qual foi aplicada para estudar o desenvolvimento do capitalismo nacional. Antes, no entanto, está a sua, por assim dizer, contraparte estalinista, a saber, o etapismo histórico evolucionista defensor de alguns modos de produção pelos quais todas as formações sociais e econômicas humanas deveriam atravessar se quisessem viver na sociedade comunista.

Formulada durante a III Internacional dos Trabalhadores (1919-1943), fundada por Lênin em meio à Guerra Civil Russa (1918-1922), Stalin e seus partidários propuseram a ideia segundo a qual diversas nações não se encontravam preparadas para a revolução socialista organizada pela aliança entre proletariado e campesinato em virtude de seu modo de produção capitalista ser extremamente débil e pouco desenvolvido, o que, nesse sentido, implicava numa classe operária ainda incapaz de derrotar a burguesia local; desta perspectiva que, indubitavelmente, ignorava a historicidade do capitalismo dos países atrasados, a maioria ex-colônias, a burocracia stalinista almejava enquadrar muitas sociedades ao desenvolvimento europeu, sobretudo o britânico e o francês, em cuja história se fez presente uma classe burguesa responsável por, primeiramente, sepultar as forças feudais, ligadas ao domínio da terra e detentoras de privilégios de sangue e

[460] Além das obras do próprio Trotsky, mencionadas um pouco posteriormente, consultamos alguns artigos e textos de autores que se identificam com a teoria do revolucionário russo, quais sejam *A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida*, de Felipe Demier, *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*, de Michel Löwy e *Apontamentos sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado*, de Guillermo Lora.

nascimento, para, em seguida, criar as bases sociais e econômicas a partir das quais o capitalismo iria surgir e se "mundializar" na sua fase imperialista.

Brasil, Argentina, México, Peru, além de outros estados nacionais dominados no passado por Portugal e Espanha, eram, até a primeira metade do século XX, feudais e semifeudais, cuja economia era voltada, obviamente, à zona rural, com uma burguesia latifundiária pujante ao lado da qual estavam a burguesia urbana e industrial e o proletariado em sua "infância" enquanto classes. A burocracia estalinista, com base nesse enquadramento arbitrário, assinalou que a revolução democrática, na qualidade de *etapa histórica necessária e inevitável*, teria como condutora a burguesia nacional junto ao proletariado no afã de eliminar os "senhores feudais" brasileiros e seu domínio econômico e político, momento após o qual chegaria a vez dos trabalhadores cuja missão histórica finalmente seria cumprida, isto é, eles e os camponeses se uniriam em prol da derrubada da burguesia nacional e do imperialismo, para que o socialismo se tornasse possível às suas realidades concretas.

Tal etapismo vulgar, evolucionista e unilateral foi adotado entre os estudiosos e intelectuais da realidade nacional entre o fim da década de 1940 e meados dos anos 1960, do qual resultou um assim chamado *dualismo-etapista*, haja vista a introdução dos pares antitéticos de "atraso" e "moderno" a serem utilizados na compreensão do desenvolvimento histórico brasileiro, muito presentes entre os membros da Cepal, um órgão da Organização das Nações Unidas, em que o suposto elemento arcaico e responsável pela modernização econômica era o campo e a economia agrária voltada para as exportações, ao passo que a industrialização, as forças produtivas fabris e urbanas eram por excelência o símbolo de modernidade ao qual o Brasil deveria aspirar, pautada pelo modelo de substituição de importação, assim como tal explicação também aparecia no binômio "subdesenvolvimento" e "desenvolvimento" em cujo interior o primeiro era considerado um momento histórico temporário e capaz de superação a fim de que o segundo pudesse ser realizado no Brasil, em que o Estado teria de ser o agente promotor do desenvolvimento nacional; como se pode ver, os intelectuais cepalinos eram fortemente influenciados por uma interpretação teleológica a respeito da história do Brasil, os quais desconsideraram, por exemplo, o fato de que os países centrais e avançados da Europa nunca foram colonizados por outra potência exterior, tampouco a formação social medieval poderia ser considerada uma espécie de fase subdesenvolvida, porém, eles não estavam sozinhos nesta interpretação, no caso, o Partido Comunista

Brasileiro, fundado em 1922, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, figuraram como os representantes da visão eurocêntrica estalinista na América Latina.

Pensadores como Nelson Werneck Sodré, Alberto Guimarães, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe e afins eram alguns dos intelectuais para quem o *dualismo-etapista* tinha bastante fundamento quanto à compreensão da formação social e econômica nacional atrasada, à qual fora acrescentada a oposição entre Imperialismo e Nação, na qual a subordinação da segunda ao primeira era causa do subdesenvolvimento, cuja resolução, tal como mencionamos anteriormente, estava na aliança da burguesia nacional com os trabalhadores urbanos e rurais contra as burguesias metropolitanas, formando, portanto, uma revolução nacional-democrática e contra o À oposição a tal interpretação ingênua, mecânica, eurocêntrica e falha da realidade nacional, promovida pela Cepal, ISEB e PCB, foram decisivos os trabalhos de Caio Prado Junior (1907-1990), apesar de ser afiliado ao PCB, Florestan Fernandes (1920-1995), Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Francisco de Oliveira, os quais trouxeram à tona a defesa da historicidade dos países atrasados no sistema capitalista mundial, a defesa da dialética, da dependência em relação aos estados imperialistas e a combinação de elementos arcaicos e avanços no desenvolvimento da América Latina, sendo este último aspecto a maior influência do *desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky entre a intelectualidade marxista nacional.

À oposição a tal interpretação ingênua, mecânica, eurocêntrica e falha da realidade nacional, promovida pela Cepal, ISEB e PCB, foram decisivos os trabalhos de Caio Prado Junior (1907-1990), apesar de ser afiliado ao PCB, Florestan Fernandes (1920-1995), Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Francisco de Oliveira, os quais trouxeram à tona a defesa da historicidade dos países atrasados no sistema capitalista mundial, a defesa da dialética, da dependência em relação aos estados imperialistas e a combinação de elementos arcaicos e avanços no desenvolvimento da América Latina, sendo este último aspecto a maior influência do *desenvolvimento desigual e combinado* de Trotsky entre a intelectualidade marxista nacional.

Leon Trotsky, ao contrário das teses estalinistas vulgares, enxerga o sistema capitalista enquanto uma *totalidade contraditória* em cujo seio as nações deixam de estar isoladas e afastadas entre si, para, sim, pôr em destaque o impacto causado pelo imperialismo dos países europeus contra a América Latina, a Ásia, a África e o Oriente Médio no Oitocentos e Novecentos, abordagem através da qual anula-se a possibilidade de apresentar, separadamente, a história dos países atrasados, da mesma forma, tal atraso

não poderá, doravante, ser superado dentro do capitalismo, sendo necessária a ditadura do proletariado junto ao campesinato.

Destarte, a historicidade, tanto das nações quanto a das subdesenvolvidas, e avançadas no interior do modo capitalista de produção torna-se capaz de dar conta dos ritmos desiguais na escala global, contudo, nossas atenções estão direcionadas às primeiras do que nas segundas; com base na teoria do *desenvolvimento desigual*, de Lênin, Trotsky irá destacar a assimilação dos elementos mais avançados e modernos por parte das nações periféricos convivem, de maneira contraditória, com a cultura arcaica e rudimentar, isto é, realidades até mesmo pré-capitalistas serão combinadas com o que há de mais complexo e superior de origem metropolitana, já demonstrando o papel fundamental exercido pelo mercado mundial desenvolvido entre os séculos XVI e XIX, mas também engendrando a entrada dos países periféricos na era industrial sem seguir o etapismo do qual falamos anteriormente, de maneira similar à história britânica ou holandesa, em que há assuntos pendentes, em termos nacionais e agrários, aos quais os proletários, e não a burguesia, devem dar um fim. Neste sentido, o *desenvolvimento desigual* e agora *combinado* nas nações atrasadas está por trás da tese de *revolução permanente*, segundo a qual a tomada do poder e dos meios de produção por parte da classe operária e do campesinato deve, necessariamente, se universalizar ou "mundializar" no afã de lograr, reforçando, por assim dizer, o próprio caráter internacionalista do comunismo de Marx e Engels já presente no *Manifesto Comunista* de 1848.

O caminho até a industrialização tardia de São Gonçalo

A respeito da formação socioeconômica gonçalense até meados 1930, particularmente, podemos defini-la como de agrário dependente e subdesenvolvido, em consonância com a formação nacional na mesma época, marcada pela policultura, isto é, uma variedade de gêneros era produzida pelo campesinato local para ser comercializada na região, mas, como mencionamos anteriormente, também havia o fim de exportação ao mercado mundial; além da já citada fruticultura os ramos de horticultura, floricultura, a pesca, a pecuária, a avicultura e o comércio foram bastante relevantes dentro da produção gonçalense no século passado.

Aquela de maior destaque, a verdadeira especialidade nas atividades agrícolas de São Gonçalo, era a produção de fruticultura, especialmente a laranja, a goiaba e abacaxi, graças à qual foi possível competir com a cidade de Nova Iguaçu, cuja produção de

laranjas apresentava enorme diversidade. Nesse mesmo contexto, nasceram diversas associações, empresas e instalações no afã de fortalecer tal setor, com destaque para o Pavilhão para Seleção de Laranjas, construído em 1924, o *Packing House* Martins Ferreira, o Posto de Embalagem do Alcântara, além da União Agrícola Fluminense, fundada em agosto de 1928, a União dos Varejistas de São Gonçalo, posteriormente Associação Comercial Industrial de São Gonçalo, e Cooperativa de Fruticultores de São Gonçalo, criada em 1930.

As forças produtivas locais iriam se destacar nos setores de horticultura e floricultura, e vale dizer que era grande a produção de verduras e flores, para a qual foram de suma relevância as chácaras e fazendas[461]. Na primeira área, tiveram protagonismo produtos como couve, alface, pimentão, pimenta, cenoura, repolho, nabo, cebolinha, salsa, coentro, chicória e nabiça, do mesmo modo que as rosas, crisântemos, a dália, os cravos e as margaridas aparecem como as principais plantas da produção gonçalense entre as primeiras décadas do Novecentos.

Quanto à pecuária gonçalense, era extremamente débil, munida de pouco rebanho nas herdades, de tal modo que nem mesmo a criação da Sociedade Rural Cooperativa Municipal de São Gonçalo teve capacidade e forças para que houvesse o desenvolvimento de tal setor. A fim de ilustrar com clareza a situação da pecuária local, o município, nos anos 1940, era dono de menos de mil cabeças de bovinos, um pouco de duas mil cabeças de suínos e também de equinos, se bem que os primeiros saltam em quantidade, com 3.500 em 1942, e 4.500 no ano seguinte.

O setor pesqueiro teve um desenvolvimento tão significativo que gerou a criação do Mercado Público Cônego Goulart, inicialmente sediado em Neves, mas transferido para a Avenida Presidente Kennedy, na qual fora rebatizado de Mercado Municipal, assim como foram criadas duas entidades a favor dos pescadores e capitalistas que exploravam tal setor, a saber, a Cooperativa Central de Pesca e a União Brasileira de Pesca e Conservas Ltda; foi violenta e poderosamente prejudicado pela poluição em curso na Baia de Guanabara, que se tornou, assim, a razão de seu declínio em São Gonçalo. Contudo, não fora abandonada pelos trabalhadores cuja moradia está nos litorais, e, portanto,

[461] Quanto às informações, dados e explicações da agricultura gonçalense em meados do século passado, a maioria foi extraída da obra *O município de São Gonçalo e sua História*, sua terceira edição mais especificamente, de Maria Nelma Carvalho Braga.

mesmo numa situação nada favorável, a pesca, para esta gente, constitui uma forma de trabalho e fonte de sustento, importantes para que assegurem sua existência material.

Luiz Palmier, ampara-nos ao trazer à tona dados e estatísticas relativos ao aspecto da produção encontrado em São Gonçalo na primeira metade do século passado, no caso, falamos ainda do trabalho baseado na agricultura, a maior especialidade da economia gonçalense à época[462]. Para o ano de 1931, relata o médico, houve a plantação de 3.100.000 laranjais, 7.650.000 pés de abacaxis, 3.363.000 touceiras de cana de açúcar, 446.000 touceiras de bananeiras, 49.000 pés de abacate e 19.000 pés de pinha ou Fruta do Conde, somando-se a tais dados o *quantum* de cada gênero produzido, cujas cifras são bastante significativas, a saber, 10.000.000 de abacaxis, 2.705.000 caixas de laranjas, 2.100.000 de flores, 1.500.000 de cachos de bananas e 669.000 quilos de mandiocas cujos maiores responsáveis, os trabalhadores camponeses, pouco se beneficiariam, haja vista o caráter forte de exportação a que São Gonçalo e boa parte dos municípios brasileiros estavam, e continuam a estar, submetidos no sistema capitalismo moderno.

A produção agrícola gonçalense e seu escoamento eram fartamente beneficiados pela existência de um sistema de transportes, vitais à esfera da distribuição, no caso o hidroviário, ferroviário e rodoviário, os quais, obviamente, serão de imensa relevância e utilidade no momento em que a grande indústria assume o protagonismo das atividades econômicas locais, seguindo o percurso das transformações históricas objetivas por que o Brasil passaria. Seu destino, por sua vez, era abastecer principalmente o mercado externo, porém, não foram esquecidas as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, as mais próximas a São Gonçalo, da mesma forma, era o capital privado estrangeiro o responsável pela maioria dos transportes, o qual faria a apropriação privada dos lucros dos trabalhadores camponeses gonçalenses, escancarada, assim, a exploração do Trabalho pelo Capital no sistema capitalista brasileiro, a mesma de que falaremos adiante quando o termo for o processo de industrialização.

O transporte por vias marítimas[463] era possibilitado por alguns portos na cidade, a saber, o de Maruí, Neves, Madama, Guaxindiba, Alcântara e Aldeia, transportando passageiros e as mercadorias produzidas destinadas à comercialização, em que as canoas, faluas e traineiras apareciam na qualidade de principais embarcações disponíveis, ao

---

[462] CF. PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1940, p.169.

[463] Boa parte do que foi exposto no texto a respeito dos transportes, assim como a agricultura, está em *O município de São Gonçalo e sua história*, especialmente o capítulo “Transportes”.

passo que somente nos anos 1830 é que São Gonçalo passou a fazer da navegação a vapor, possibilitando a ligação com o município de Niterói. O sistema fluvial de São Gonçalo, apesar de sua relevância e impacto para o desenvolvimento econômico do município, foi incapaz de ir mais longe, em virtude principalmente dos limites ligados a seus portos além da capacidade dos meios de transporte marítimos, porém, abordaremos este aspecto com mais profundidade durante a discussão da desindustrialização futuramente.

Ligadas à produção cafeeira, em enorme evolução no Brasil no Oitocentos, de tal modo que tornar-se-ia no principal vendedor ao mercado mundial até 1929, com destaque para as fazendas e herdades baseadas no Velho Oeste Paulista, lar da elite burguesa econômica e política do Partido Republicano Paulista, dissidência do Partido Liberal imperial, e no Vale do Paraíba Fluminense, sobretudo Vassouras, as ferrovias não deixariam de se fazer presentes em São Gonçalo, mesmo que as lavouras de café terem fracassado no município em decorrência do solo pouco e clima pouco propícios a seu cultivo, cujos caos mais emblemáticos são as construções dos ramais ferroviários da Estrada de Ferro Cantagalo e da Estrada de Ferro Maricá aos quais serviram as estações de Guaxindiba, Pedro de Alcântara, Laranjal, São Gonçalo e Porto de Madama; há de ser mencionada, igualmente, a Estrada de Ferro Industrial, de uso particular, cuja construção fora financiada pela Companhia de Cimento Portland às margens do rio Guaxindiba, com um percurso total de 18 km, no afã de facilitar tanto o escoamento quanto o transporte de minério extraído das jazidas calcárias localizadas na propriedade São José, atualmente pertencente ao município de Itaboraí.

A Estrada De Maricá, particularmente, estava integrada à dinâmica de transporte de passageiros, a maior parte de trabalhadores, de bens e de matéria-prima, começava seu trajeto na rua Alberto Torres, em Neves, até terminá-lo em Cabo Frio, próxima à divisa com Maricá, percorrendo, deste modo, 30 km, sendo contemplados em tal caminho os bairros de Areal, Sete Pontes, Barro Vermelho, Santa Catarina, Rocha, Galo Branco, Raul Veiga, Sacramento e Santa Isabel; era parte da *Leopoldina Railway Company Limited*, de capital britânico e responsável pela Estrada de Ferro Leopoldina, tornando-se o Ramal Cabo Frio, cuja desativação acontecera em 1964, ano da derrubado do governo socialdemocrata de João Goulart, encerramento este responsável por beneficiar o avanço das rodovias e estradas no Brasil de que falaremos adiante.

Industrialização e trabalho assalariado

Quanto à industrialização, apenas tornar-se-ia preponderante entre as décadas de 1930 e 1950 com a instalação de empresas voltadas ao ramo, sejam de capital estrangeiro ou nacional, se bem que havia estabelecimentos e empreendimentos fabris existentes em São Gonçalo desde o fim do século XIX, talvez em virtude do surto industrial no qual o Brasil se viu a partir de 1870, bem como na década de 1920 o governo municipal criara um decreto por meio do qual visava facilitar o funcionamento de fábricas no município, cujo atrativo se localizava em subsídios e isenções fiscais às primeiras companhias a operar suas atividades na localidade.

Contudo, a descrição acima não ultrapassa o nível da aparência, do empírico caso o fenômeno da implementação e avanço da indústria, *grosso modo*, a modernização tardia conservadora no Brasil não for apresentada e explicada em nosso texto. Tal modernização tem duas facetas, a saber, a internacional, marcada pelo período entre Guerra (1919-1939) dentro do qual a economia de mercado capitalista é atingida pelos efeitos da Grande Guerra interimperialista (1914-1918), como a destruição material dos países europeus belicosos, desempregos, inflação, aumento da pobreza, mazelas todas agravas pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, haja vista a posição de credor mundial assumido pelos Estados Unidos da América após findado o conflito, cujo pano de fundo foi a crise de superprodução engendrada pelas forças produtivas das nações vencedoras da 1ª Guerra, o que, de um lado, sepultou a retomada do crescimento a que se assistia na economia mundial capitalista desde 1924, engendrando, do outro, grupos de ultradireita no Velho e no Novo Mundo como resposta à crise e mecanismo da burguesia de manter seu poder econômico baseado no Capital, o que explica a formação do Nazifascismo enquanto movimento reacionário, racista, imperialista, anticomunista, antiliberal e a favor da centralidade do Capital contra o Trabalho nas sociedades industriais, cujos representantes foram Adolf Hitler (1888-1945) e Benito Mussolini (1889-1945) ao lado de figuras menores da Europa Latina, no caso, o ministro lusitano Antônio Salazar (1889-1970) e Francisco Franco (1892-1975).

O cenário da luta de classes no Brasil também estava marcado por conflitos e disputas desde, pelo menos, os anos 1920, quando a República Velha (1889-1930) havia fracassado em sua missão de ser símbolo da modernidade contra o atraso encarnado na Monarquia dos Bragança em virtude da manutenção da dependência e do atraso nacionais ligados à condição agroexportadora no mercado mundial capitalista, contestação essa a principiar entre aqueles responsáveis, junto aos barões e burgueses latifundiários do café.

Entrementes, as forças produtivas brasileiras experimentavam um tímido e débil processo de urbanização e industrialização, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, acompanhado pela formação de, por um lado, uma pequena burguesia ligada ao capital industrial e ao de serviços nas cidades, e, por outro, de um operariado urbano bastante militante e politizado, a maioria do qual de imigrantes italianos e espanhóis ligados ao anarquismo e ao socialismo, de tal modo que, inspirado pela Revolução Bolchevique de 1917, organizou no mesmo ano uma greve geral nos principais distritos industriais, demonstrando a todos o grande poder mobilizador dos trabalhadores operários contra o Capital, mesmo dentro de uma nação atrasada e subdesenvolvida no cenário internacional.

Em termos políticos-administrativos houve o "enterro" da República Velha com a Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas, deputado gaúcho, latifundiário, já próximo das classes médias urbanas formadas no começo do Novecentos, sobretudo com empresários e empreendedores, mas também dos tenentes revoltosos e, acima de tudo, com a burguesia dona de terras de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e afins, todas essas frações de classes, exceto os militares, os quais não constituem um grupo social capaz de engendrar numa classe social em si, reunidas no Estado de que acabara de tomar controle. Deste modo, a dimensão política estatal nacional passaria a estar sob comando de Vargas ao lado de vários extratos das classes dominantes e pequeno-burguesas, contando com um o apoio e a fidelidade de um aparato de defesa e violência- os militares- para cujo governo havia se manifestado o colapso do Mercado mundial, ao qual o Brasil servia por meio da venda de café, incapaz, neste sentido, de manter a acumulação capitalista com base na agricultura agroexportadora.

O processo de industrialização de São Gonçalo seria cada vez levado a cabo não por uma burguesia industrial local, particularidade da qual falaremos posteriormente, mas pelos agentes e instituições públicos, porém, devemos salientar ao leitor a existência das atividades fabris baseadas em São Gonçalo anteriores à crise do Mercado mundial em 1929; dito isto, passamos a lidar com a historicidade do parque industrial gonçalense no século XX, o que, necessariamente, implica em apresentar e problematizar, sua gênese, condições de possibilidade e seus desdobramentos.

Mais uma vez a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* mostra-se de extrema utilidade, uma vez que a zona rural atrasada de São Gonçalo esteve ligada à nascente indústria fluminense na assim chamada *Orla Oriental da Baia de Guanabara*,

no caso certas propriedades improdutivas[464] ou tornaram-se bairros através da política de loteamentos, graças à qual foi constituída a maioria dos bairros gonçalenses[465], ou aquelas fazendas e terras a serem o lócus produtivo de frutas e alimentos de que se serviram o Rio de Janeiro e Niterói, quase como uma "indústria rural".

Para a penetração da grande indústria em São Gonçalo foram necessários os fatores espaciais que permitiriam sua chegada, permanência e desenvolvimento no interior da localidade, a saber, I) um mercado consumidor da produção gonçalense, especialmente a cidade do Rio de Janeiro, II) a disponibilidade de matéria-prima de cuja fonte de abastecimento as fábricas se instalaram, como, por exemplo, a fábrica de cimento Mauá baseada em Guaxindiba, onde havia uma mina de calcário necessária a tal produção, III) a abundância de água, a qual é indispensável para o trabalho fabril, com destaque ao rio Alcântara, IV) eletricidade fornecida pelas linhas da Companhia Brasileira de Energia Elétrica ao longo de Niterói e São Gonçalo, V) disponibilidade de força de trabalho tanto de Niterói quanto de São Gonçalo, em virtude das pequenas propriedades e sítios de frutas, assim como houve a migração de moradores da capital para São Gonçalo, cujo contingente foi fundamental para se estabelecer uma classe trabalhadora local, incapaz de existir com a população gonçalense já residente, VI) terrenos disponíveis, a maioria dos quais barata, encontrados nas planícies costeiras ao norte e nos vales chatos entre as colinas, nos quais as fábricas seriam instaladas, e VII) a existência de um setor de comunicação estruturado e organizado, fato o qual já fora assinalado quando tratamos da agricultura, com a navegação via mar, as ferrovias, as rodovias bem como os bondes.[466]

Segundo a listagem levantada por Maria Nelma Braga (2006), é possível notarmos a relevância do 4º distrito de São Gonçalo, o de Neves[467], quanto à aglomeração de fábricas e estabelecimentos industriais assaz significativos para a modernização de São Gonçalo, bem como a seu desenvolvimento em termos urbanos, sociais, culturais e etc.

---

[464] Devido a este fator e a muitos outros, evitamos usar em demasia o conceito de "modo de produção", não por este ser ultrapassado ou sem utilidade, mas, sim, em virtude de corrermos o risco de não levar em consideração o fato de que nas formações sociais e econômicas capitalistas a *produção*, o trabalho abstrato, nem sempre se fazer presente na geração de riquezas, cujo maior exemplo, hodiernamente, é a hegemonia do capital financeiro, o qual é improdutivo, dispensa aquele trabalho abstrato, com seus interesses mais voltados à especulação e à venda de capitais.

[465] Gradim, Paraíso, Porto da Pedra são exemplos de sítios, chácaras e terras loteadas e hoje bairros dispersos pelos cinco distritos, quais sejam, São Gonçalo, Neves, Monjolos, Sete Pontes e Ipíba.

[466] GEIGER, Pedro et al. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía de Guanabara. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro 1956*. Rio de Janeiro, n.9, 1957. p. 500.

[467] Os bairros pertencentes a tal distrito são Paraíso, Gradim, Porto da Pedra, Porto Novo, Parada 40, Porto Velho, Camarão, Boa Vista, Neves, Vila Lage, Mangueira, Patronato e Porto da Madama.

Isto não significa, todavia, a ausência de tais estabelecimentos nos demais distritos gonçalenses, ao contrário, pois a fábrica de cimentos Portland da *Lone Star Cement* localizava-se em Guaxindiba, bairro do 3º distrito, Monjolos, assim como a Companhia Eletroquímica Fluminense, baseada em Alcântara, integrante do distrito de São Gonçalo, próxima das margens do rio com o mesmo nome do bairro.

Os estabelecimentos industriais mais significativos para a produção gonçalense, além de serem lembrados com grande ternura pelos setores de idade mais avançada, estiveram localizados e operantes no 4º distrito, não de se espantar, assim sendo, que seja tal localidade a mais afetada e impactada assim que tais fábricas forem desativadas e transferidas a partir dos anos 1980, porém, de tal fenômeno falaremos no próximo capitulo com maior profundidade. Podemos mencionar algumas em nosso texto a fim de que os leitores saibam quais estabelecimentos eram estes, onde atuavam e em quais setores estavam especializados. Eis alguns deles[468]:

I- **Loyde Brasileiro**: fundação em 1888, sede em Neves e do ramo da navegação;

II- **Companhia Brasileira de Usinas Siderúrgicas**: fundação em 1926 e produzia parafusos;

III- **Acieira Martins**: sediada em Neves e do setor de metalurgia;

IV- **Indústrias Reunidas S/A**: fundada em 1941, produzia vidros, sobretudo vidro neutro, e porcelanas; localizava-se em Neves;

V- **Indústrias Reunidas de Pesca S.A. Netuno**: baseada no Gradim e trabalhava com peixes em conserva;

Referências:

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O Município de São Gonçalo e sua história*. 3ª ed. Niterói: Nitpress, 2006.

MARX, Karl**.** *O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa, volume 1: a queda do tzarismo*. Ed. do centenário. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

Fontes:

PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1940.

[468] Cf. BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *São Gonçalo e sua história*. 3ªed. Niterói: Nitpress, 2006. p. 156 et seq.

Itaipu na Ditadura: Repressão aos Trabalhadores e Responsabilidade Empresarial (1975-1987)

Paloma Juliana Silva
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rafael Vaz da Motta Brandão
Coorientação: Jussaramar da Silva.
Bolsista CAPE

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "Ditadura, empresas e repressão a trabalhadores: o caso da hidrelétrica Itaipu Binacional (1975 – 1987)" ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir da prenuncia de que em 2024 rememoram-se sessenta anos do golpe empresarial-militar que em 1° de abril de 1964 instaurou uma ditadura no Brasil. Este tema tem avançado nas pesquisas acadêmicas, impulsionado por novas análises e pela descoberta de documentação inédita, especialmente devido aos progressos em alguns países do Cone Sul na busca por memória, verdade, justiça e reparação. Além disso, a consolidação de uma rede de investigação em nível internacional e nacional tem contribuído para aprofundar o estudo dessa questão.

Por outro lado, essa problemática não se restringe apenas aos debates acadêmicos e à pesquisa científica; ela também tem influenciado ações judiciais e processos movidos contra empresas comprovadamente cúmplices dos aparatos repressivos durante os regimes baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e no terrorismo de Estado na região.

A recente literatura crítica sobre o período no Brasil, tem aprofundado a compreensão das cumplicidades entre o empresariado e a ditadura em seus processos de fortalecimento e benefícios. Essa discussão inaugurada por René Armand Dreifuss[469], e

[469] DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

retomada por alguns autores Campos, Brandão e Lemos[470], Loureiro[471], Melo[472], Silva[473] e Spohr[474],tem demonstrado o caráter empresarial-militar do golpe de 1964 e também a relação empresarial no próprio regime inaugurado a partir de então.

O artigo se apoia na orientação analítica de Rene Dreifuss ao compreender que o golpe de Estado de 1964, bem como a ditadura que lhe deu sequência, apresentam um sentido de classe em que os empresários brasileiros protagonizam ações politicamente consciente, demonstrando o importante papel que o grande capital desempenhou na articulação do golpe.

Do ponto de vista metodológico o presente artigo com base no método desenvolvido pelos pesquisadores e pesquisadoras argentinos e de outros países do Cone Sul que em mobilização recente, vem pesquisando e agindo no sentido de estabelecer a responsabilidade empresarial pelas violações cometidas durante o regime de exceção nessas nações Bohoslavsky; Verbitsky,[475]; Bohoslavsky,[476]; Basualdo, [477]; Bohoslavsky; Fernández; Smart,[478].

No Brasil, o caso mais emblemático de investigação e mobilização sobre a responsabilidade empresarial durante a ditadura é a ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a Volkswagen do Brasil. Após a apuração realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), a empresa admitiu ter cooperado com os órgãos repressivos do regime e firmou um acordo com o MPF, que incluiu a assinatura de um termo de ajustamento de conduta. Esse acordo também financiou pesquisas sobre outras empresas envolvidas em violações durante o período. A especialista Victoria Basualdo destaca a

---

[470] BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Empresariado e Ditadura no Brasi*l. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

[471] LOUREIRO, Felipe Pereira. O empresariado paulista e a política econômica do governo Castelo Branco (1964-1967). In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). *Dimensões do Empresariado Brasileiro:* história, organizações e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 207-228.

[472] MELO, Jorge José de. *Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012

[473] SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital:* acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Jundiaí: Paco, 2019.

[474] SPOHR, Martina. *American Way of Business:* o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

[475] BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. VERBITSKY, Horacio. *Cuentas Pendientes:* los cómplices económicos de la dictadura.Buenos Aires: Siglo Ventiuno, 2013.

[476] BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *El Negocio del Terrorismo de Estado:* los cómplices económicos de la dictadura uruguaya. Montevideo: Penguin, 2016.

[477] BASULADO, Victoria (org.). *Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad:* represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado. Buenos Aires: EDUNAM/ /Flacso, 2016.

[478] SMART, Sebastián; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna (org.). *Complicidad Económica con la Dictadura Chilena:* un país desigual a la fuerza. Santiago: LOM, 2019.

importância de reivindicar a responsabilidade dessas empresas pelos crimes cometidos na época.

O projeto *A Responsabilidade de Empresas por violação de Direitos Humanos durante a Ditadura* estruturado no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) por meio da definição prévia de um número determinado de empresas, a partir do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), dos levantamentos prévios realizados pelo Ministério Público Federal, promoveu edital de seleção de projetos de pesquisa para a investigação da colaboração de dez empresas com violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura, sendo a Itaipu uma das empresas selecionadas para o projeto.

Nesse sentido, foi publicado reportagem "Itaipu na ditadura: mais de 100 operários mortos e 43 mil acidentes na construção" pela Agência Pública em 19 de junho de 2023 por André Borges. [479] O projeto contribui qualitativamente para compreensão da responsabilidade empresarial na violação de direitos humanos durante a ditadura em nosso país.

Portanto, em primeiro momento buscaremos apresentar o contexto de participação da hidrelétrica no aparato repressivo contra os trabalhadores e em sequência demonstrar seu alcance entre os trabalhadores brasileiros e estrangeiros.

Histórico da construção de Itaipu

No caso da hidrelétrica de Itaipu, o *Tratado de Itaipu* de 1973 estabelecido por Médici e Alfredo Stroessner para a construção da hidrelétrica, demonstra a instauração das conexões empresariais nacionais com os militares. Como resultado de negociações iniciadas em 1966 com as Atas de Iguaçu, que previa em documento a criação de uma usina binacional com divisão igual de eletricidade entre os dois países.

O tratado previa o aproveitamento do rio Paraná para a construção de uma barragem, no limite territorial entre os dois países. A hidrelétrica seria a maior do mundo até então, com capacidade instala de 14 mil megawatts.[480] A construção da barragem e do lado artificial, por sua vez, resultou em uma série de impactos ambientais e sociais – como o fim do Parque Nacional das Sete Quedas e a expropriação de terras de pequenos

[479] https://apublica.org/2023/06/itaipu-na-ditadura-mais-de-100-operarios-mortos-e-43-mil-acidentes-na-construcao/ Consultado em 24 de agosto de 2023.
[480] Atualmente, Itaipu é a segunda maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas de Três Gargantas, na China, que possui uma capacidade instalada de 22.500 megawatts.

agricultores, posseiros e indígenas [481] – além da criação de um ente jurídico inédito no Direito Internacional: uma empresa binacional, administrada, conjuntamente, pela Eletrobrás, estatal brasileira do setor elétrico, e pela paraguaia ANDE (Administración Nacional de Eletricidad).[482]

No caso do Brasil, o papel das empreiteiras se dinamiza onde a apropriação do público pelo privado se torna uma regra. E nesse sentido, as empreitaras[483] calculam a corrupção para obter sua lucratividade. Na Itaipu consórcios como UNICON (União de Construtoras), formado pelas empreiteiras Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Cetenco e CBPO, seria o responsável pelo emprego da maioria dos trabalhadores. E dada a vultuosidade da obra, além deste consórcio, viu-se a organização de contratação de subempreiteiras, criando um processo de terceirização e mesmo quarteirização do processo de investimento estatal e de organização da força de trabalho.

Em Itaipu a ofensiva consciente dos empresários brasileiros em conexão com os militares contra os trabalhadores, tem uma de suas facetas na imposição de péssimas condições de trabalho, com regime de trabalho que alcançavam 12 horas diárias, havendo denúncia de pagamento de horas-extras sem aditivos de auxílio-periculosidade e insalubridade.

O canteiro de obras era altamente militarizado e as questões trabalhistas eram tratadas como casos de "segurança nacional". Nesse sentido, Enrique Serra Padrós observa que o Terrorismo de Estado (TDE) está vinculado à própria dinâmica capitalista, constituindo-se como um "sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados".[484] Ao estudar os regimes de segurança no Cone Sul, o autor observa, ainda, que

"a intensificação da ação das instituições coercitivas estatais e o crescimento dos fluxos de informação produzidos pelos serviços de inteligência", centralizados pelo aparelho estatal, "são concomitantes ao desequilíbrio na relação entre poderes e ao

---

[481] A formação de lago artificial resultou na expulsão das populações locais das terras onde viviam e trabalhavam. Esse processo atingiu milhares de camponeses, entre eles, pequenos proprietários, posseiros e trabalhares sem terra, além de povos indígenas, sobretudo da etnia Ava-Guaranis, que também sofreram com as desapropriações e migraram para outras regiões, inclusive para o lado paraguaio.

[482] SCHILLING, Paulo; CANESE, Ricardo. *Itaipu:* geopolítica e corrupção. São Paulo: CEDI, 1991, p. 8.

[483] Para aprofundamento sobre a atuação das empreiteiras durante o período da ditadura, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais:* as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Ed. UFF, 2017.

[484] PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. *História e Luta de Classes*, no 4, julho 2007, p. 45.

enfraquecimento dos meios de fiscalização e de informação da sociedade civil". (PADRÓS, 2007, p.46)

É importante frisar, segundo Padrós, que "a configuração de um sistema de TDE não ficou restrito aos sequestros e desaparecimentos de cidadãos ou à imposição de uma política massiva de tortura" (PADRÓS, 2013, p.4). O sistema repressivo nos regimes ditatoriais no Cone Sul também englobou o que o autor denomina de violência organizada, que "se estendeu por todas as instituições existentes, tornando-as mecanismos de multiplicação de formas de controle, de ostentação de poder e de impunidade" (PADRÓS, 2013, p.4).

Padrós indica que a violência organizada "sua aplicação concreta produziu situações que variaram entre um violento disciplinamento e a institucionalização do horror". Conforme o autor,

> à utilização de recursos estatais tradicionais como autoridade, prestígio, castigo, reabilitação, privilégios ou corrupção, o TDE acrescentou novos mecanismos coercitivos, repressivos e de controle, assim como modernos recursos de persuasão e de dissuasão, o que inclui o uso de novidades tecnológicas no campo da contra-insurgência (inteligência, espionagem, tortura, interrogatórios). (PADRÓS, 2013, p.5)

Este parece ser o caso da hidrelétrica Itaipu Binacional. Através de sua Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/Itaipu), a empresa investigou e reprimiu trabalhadores durantes as obras de construção da usina, sob a suspeição de "subversão" e "infiltração comunista". Assim, os trabalhadores de Itaipu Binacional foram vítimas do Terrorismo de Estado e da violência organizada, a partir do monitoramento de suas ações, da elaboração de "listas sujas", de interrogatórios e prisões arbitrárias e, no limite, do abuso da violência física.

Por sua vez, a historiado argentina Victoria Basualdo em seus estudos sobre a participação de empresas e empresários em violações de direitos humanos na última ditadura militar argentina, apresenta importantes sistematizações sobre o conceito de *Cumplicidade Empresarial.*

> El análisis de la responsabilidade empresarial en cada informe de caso parte de reconstruir los hechos y situar las víctimas del terrorismo de Estado. [...] Respecto del criterio de inclusión de personas en el colectivo de víctimas analizado en cada caso, se ha considerado, en primer lugar, a los trabajadores de cada empresa y algunos extrabajadores que mantuvieron vínculos que, por diversas razones explicitadas en cada informe, han resultado relevantes. En algunos casos se consignan además, como casos conexos, a víctimas que no eran trabajadoras de la empresa pero tenían vínculos familiares, de militancia o legales (abogados laboralistas) con ellas. En la tipificación de las víctimas consideraremos tres tipos: los desaparecidos, los asesinados y los detenidos-liberados (BASUALDO, 2016, p. 7-10)

Podemos verificar que Basualdo propões a identificação de quatro aspectos fundamentais para reconstrução dos fatos em cada relato de caso. As características partem de analisar as articulações centrais do negócio, os fundamentos do processo organizacional e conflito sindical, os processos repressivos e as formas como se manifestou a responsabilidade da empresa na repressão aos trabalhadores.

A estrutura repressiva de Itaipu:

Para uma compreensão aprofundada sobre a criação e consolidação da Estrutura Repressiva em Itaipu, a pesquisadora Jussaramar da Silva analisa especificamente os trabalhadores em Itaipu, discutindo o papel assumido pela Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/Itaipu), destacando a vigilância do aparato repressivo sobre os operários que atuavam no canteiro de obras, em sua articulação com a perseguição aos movimentos de oposição às ditaduras do Cone Sul (SILVA, 2010, p.12).

Nesse sentido, segundo Jussaramar da Silva, a Itaipu constituía-se como "um braço da repressão no Brasil e no Paraguai, bem como da Operação Condor" (SILVA, 2010, p.12). Conforme seu estudo demonstra, as violações sobre os trabalhadores ocorreram desde o início das obras de instalação e alvenaria, já a partir de 1975.

Outro elemento que podemos destacar é a presença de trabalhadores estrangeiros na construção da usina. A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) sistematizava através de Pedidos de Busca levantamentos de antecedentes de estrangeiros[485], solicitando registros de desembarque em território brasileiro. Em outro documento analisado, a AESI elaborava mapas semestrais de situação de estrangeiros[486] com dados contendo o nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, admissão na hidrelétrica, documento de identidade e função.

Como destaca Jussaramar da Silva, o Pedido de Busca refere-se a um expediente criado logo na criação das Assessorias de Segurança e Informações, antes mesmo de tornarem-se AESIs, e eram utilizadas para verificar a vida pregressa de trabalhadores.

A estrutura repressiva construída por Itaipu através das AESIs vai além do simples cadastramento dos trabalhadores. Como apresentado pela documentação, a coleta de

---

[485] *Levantamentos de antecedentes de estrangeiros*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador:BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86058482_d0001de0001. p. 3

[486] *Mapa quantitativo de Estrangeiros.* Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: BR_DFANBSB_ZD_0_0_0041B_0085_d0001de0001. p.2

dados tinha a finalidade do controle da ordem. Seja através do terror objetivo e subjetivo. No estudo realizado por Valdir Sessi, a repressão aos operários que atuaram na obra, não eram apenas o papel da AESI/Itaipu, mas também do aparato repressivo do consórcio Unicon, formado pelas empreiteiras brasileiras responsáveis pelas obras civis de construção da barragem. Nas empreiteiras, segundo o autor, podemos verificar a função dos feitores e dos fiscais de obras que vão além do ordenamento da dinamização do canteiro de obras.

Os feitores e fiscais de obras, nas pesquisas de Sessi, compunham a estrutura repressiva contra os trabalhadores no cotidiano do canteiro de obras. Mesmo que a empresa construa uma memória positiva dos seus feitores e fiscais estes fizeram parte do *modus operandi* com ameaças e instigadores dos constantes batimentos de metas em lançamento de concreto.

A repressão a trabalhadores

O caso dos trabalhadores é emblemático, a hidrelétrica organizou estrutura repressiva de coleta e análise de informações. Cabe frisar que, se a Itaipu estabeleceu a identificação de "Inimigos Internos" durante a construção da usina e em sua consolidação como hidrelétrica, a função das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) foi de um mecanismo de autojustificação e continuidade do regime repressivo, os trabalhadores brasileiros e estrangeiros, quando manifestaram iniciativas reivindicatórias, de reorganização e organização, resistência e luta, forma considerados o inimigo interno por excelência.

Como mostra no documento que trata da atuação das lideranças sindicais e das associações profissionais representativas das classes trabalhadoras, em conjunto com os empregados do complexo de Itaipu nos anos de 1986 [487]. No documento é listado o nome dos principais dirigentes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Foz do Iguaçu - SITRACOCIFOZ.

Mesmo em condições adversas de intensa repressão, os trabalhadores não vivenciaram o momento de forma passiva e calada. "Se as greves por categorias e a chegada de grupos políticos de esquerda às direções sindicais eram impossíveis dado o alcance da repressão, os ativistas mais combativos não desistiram do trabalho de

[487] *Atividade Sindicais no complexo de Itaipu.* Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador:BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_89008260_d0001de0001 (p.3 e 4)

organização dos trabalhadores nas empresas (BADARÓ, 2014, p.184). Da organização de classe que germina dessas ações, somada a superexploração dos operários que produziram o "milagre econômico", florescem diversos movimentos grevistas e Itaipu faz parte desse movimento.

Como é o caso da greve de 1987 que ocorreu entre as articulações dos representantes dos trabalhadores e das empreiteiras UNICON (União de Construtoras) e ITAMON (Construções Industriais Ltda) prestadoras de serviço à hidrelétrica. O movimento grevista coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Foz do Iguaçu – SITRACOCIFOZ, com duração entre 28 de setembro a 02 de outubro de 1987, teve como motivação o pagamento de ajuda habitacional retroativo a julho/8, aqueles empregados que não residem nas vilas residenciais; concessão do pagamento da ajuda habitacional para os empregados da Itamon que residem nos municípios circunvizinhos a Foz do Iguaçu/PR, a exemplo do que fez Unicon; 40% (quarenta) de reposição salarial a contar de setembro/87. [488]

Outros documentos, revelam as péssimas condições de trabalho dos operários de Itaipu. O documento "Possibilidades de ações subversivas – Canteiro de obras", de 6 de novembro de 1978, informa que "aproximadamente 2.000 (dois mil) trabalhadores dos 7.170 (sete mil cento e setenta) alojados na época no CO-ME, inconformados com a falta d"água que vinha se fazendo sentir, por diversas vezes, há mais de uma semana nos alojamentos em que residem, passaram a proceder como turba, danificando algumas torneiras e chuveiros, culminando a ação com o apedrejamento da casa das máquinas de bombeamento d'água e consequente quebra de vidros e telhas da referida edificação".

O documento, então, lista uma série de problemas nas condições dos trabalhadores de Itaipu:

> a) sistemática falta d"água nos banheiros e sanitários dos alojamentos; b) brutalidade e maus tratos infringidos pela vigilância da Unicon; c) suspensão do adiantamento salarial (vale) por parte do Consórcio; d) insuficiência, insegurança e falta de comodidade no transporte de pessoal; e) qualidade e temperatura de água servida nas refeições (mau aspecto e morna); f) insuficiência de recreação para as horas de lazer; g) espera exagerada nas filas formadas para acesso ao refeitório com prejuízo nas horas de descanso e/ou atrasos nas horas de início dos trabalhos; h) falta de bebedouros com refrigerador e de tanque para lavar roupas nos alojamentos. (POSSIBILIDADES DE AÇÕES SUBVERSIVASCANTEIRO DE OBRAS, p.8/9) [489]

---

[488] *Greve das empreiteiras da Hidrelétrica de Itaipu*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87063927_d0001de0001, p. 6.
[489] *POSSIBILIDADES de ações subversivascanteiro de obras*. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79000886_d0001de0001, p.8 e 9

Um dos documentos tratam do caso de um funcionário do consórcio Itamon (Itaipu Montagem), responsável pela parte da montagem eletromecânica da usina. No dossiê do operário, produzido pela AESI/Itaipu, constavam, além de uma série de dados pessoais e seu histórico profissional, informações sobre sua militância política e atuação sindical. Por conta disso, passou a ser monitorado pela empresa pelo risco de "ações subversivas".[490]

Em se tratando dos trabalhadores estrangeiros há também pedidos de antecedentes políticos que seriam empregados na Unicon. Um deles, o pedido de busca no 0960/76, de 25 de outubro de 76[491], refere-se a um funcionário de nacionalidade chilena. Conforme o documento, "Trata-se de um estrangeiro trabalhando para a UNICON – União de Construtoras, Empreiteira de ITAIPU BINACIONAL, com atuação no Canteiro de Obras da Entidade". No seu pedido, Itaipu solicitava ao SNI, "esclarecimentos sobre o possível envolvimento do sindicado com organizações terroristas ou de cunho subversivo no exterior ou no país". Este caso parece ser bem interessante, pois podemos pensar a inserção de Itaipu na "comunidade de informações" em nível internacional, nos quadros da Operação Condor.

Como escreve Jussaramar da Silva, "A materialização de Itaipu na Tríplice Fronteira, (...) solidificou o papel do Brasil na região, que alterou a geopolítica entre os países do Cone Sul, mas também cumpriu outro papel, o de mediar informações sobre operários, funcionários e pessoas consideradas suspeitas pelas ditaduras em vigor, em particular, os brasileiros e os paraguaios." (SILVA, 2010, p.106)

Diante da documentação apresentada, podemos verificar que a Itaipu se insere na "comunidade de informação" do aparato repressivo colaborar, uma vez que a uma série de indícios de colaboração da Itaipu na troca de informações com o aparato repressivo, como os diversos pedidos de busca por antecedentes de trabalhadores e funcionários que atuaram nas obras de construção da hidrelétrica.

Considerações Finais

[490] Documento referente a um trabalhador. A autora optou pela omissão dos envolvidos nas informações. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007234_d0001de0001.

[491] Documento referente a um trabalhador. A autora optou pela omissão dos envolvidos nas informações. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações. Localizador:BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_PFI_0746_d0001de0001

O golpe de Estado de 1964 alterou drasticamente o tecido social do país. A ditadura empresarial-militar, por meio de políticas e leis específicas voltadas para o mundo do trabalho, possibilitou a intensificação simultânea dos lucros das empresas e da extrema precarização das condições laborais. Um exemplo claro disso é Itaipu, onde, em condições de trabalho precárias, os trabalhadores eram submetidos a metas rigorosas e a uma intensa vigilância e controle no canteiro de obras.

No transcurso do governo Bolsonaro, a militarização da ditadura seguiu combatendo seus alvos "criminosos" e negociando duvidosos progressos para o país. Recolocar o capitalismo no centro da reflexão da história contemporânea é possibilitar elementos para refletir sobre memória, verdade, justiça e reparação.

Além disso, a responsabilidade social do historiador na pesquisa e socialização das reflexões e analises desenvolvidas sobre o período da ditadura empresarial-militar, não fica restrita ao ambiente acadêmico. Tão pouco ao revisionismo que mina a complexidade da contradição da relação capital trabalho com pouca ou rasa compressão dos estudos sobre o método materialista histórico. A questão é compreender sobre a finalidade e as consequências do trabalho do historiador.

Nesse sentido, aprender a ver na história as lagrimas, o suor, o sangue, e o triunfo da gente comum, de nossa gente, torna-se tarefa. Cabe ressaltar que a política geral do setor empresarial é o silêncio absoluto em relação a ditadura. Apesar dos indícios e violações de direitos humanos contra os trabalhadores que encontramos na documentação referente aos anos de construção de Itaipu, há uma recusa em falar sobre isto, apesar do que isso implica.

Referências:

BADARÓ, Marcelo; VEGA, Rubén. *Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal.* Rio de Janeiro: Consequências, 2014.

BASUALDO, Victoria (org.). *Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado.* Buenos Aires: EDUNAM/Flacso, 2016.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; VERBITSKY, Horacio. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura.* Buenos Aires: Siglo Ventiuno, 2013.

BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya.* Montevideo: Penguin, 2016.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Empresariado e Ditadura no Brasil.* Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.* Niterói: Ed. UFF, 2017.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.* Petrópolis: Vozes, 1981.

LOUREIRO, Felipe Pereira. O empresariado paulista e a política econômica do governo Castelo Branco (1964-1967). In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). *Dimensões do Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política.* Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 207-228.

MELO, Jorge José de. *Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes.* 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional.* História e Luta de Classes, n. 4, jul. 2007, p. 45.

SCHILLING, Paulo; CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção.* São Paulo: CEDI, 1991.

SESSI, Valdir. "O Povo do Abismo": trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985).* Jundiaí: Paco, 2019.

SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil–Paraguai (1973-1987).* 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SMART, Sebastián; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna (org.). *Complicidad Económica con la Dictadura Chilena: un país desigual a la fuerza.* Santiago: LOM, 2019.

SPOHR, Martina. *American Way of Business: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964.* 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

A filosofia da praxis e a formação de intelectuais

Pedro Freitas de Almeida
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Gelsom Rozentino
Bolsista CAPES

Esse texto é parte da dissertação de mestrado aprendendo ocupando e produzindo nas terras do 25 de abril utilizado como base para a tese de doutoramento ainda em construção. Começamos nossa apresentação grifando que a Revolução dos Cravos foi a última revolução do século XX e como em todo processo revolucionário e educativo, ocorre uma revisão teórica, seja ratificando ou problematizando uma determinada tese. Nesse sentido resgataremos as lições de Antônio Gramsci, Lenin, Marx, Thompson, Paulo Freire e outros intelectuais que nos ajudaram a entender o conceito de práxis e o processo educativo nas relações sociais estabelecidas entre trabalhadores. Freire afirma que "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."[492] Que lições históricas podemos tomar da Revolução dos Cravos e seus processos educativos?

A premissa marxiana do trabalho, como elemento de formação humana e lócus de aquisição e produção de saberes, nos permite afirmar que o movimento de ocupação de terras subsequente ao 25 de Abril, apresenta-se como um campo fértil para análise das relações entre trabalho e educação, e, sobretudo, para apreensão de fundamentos e propostas de educação integral da classe trabalhadora, a partir de sua experiência como classe explorada, e como organizadora e dirigente do processo produtivo. *"Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho."*[493]

> Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como ao tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês. (p.280)[494]

---

[492] FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*
[493] FREIRE, Paulo. *Educação na cidade*, 1991.
[494] MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*

Trabalho associado é o termo utilizado por Marx para definir a associação de trabalhadores em um determinado modo de produção sem patrões. O trabalho associado (no interior das cooperativas), por representar uma mudança qualitativa na experiência dos trabalhadores, é determinante no processo de formação da classe trabalhadora e de sua consciência social. Os mecanismos de alienação inclusos na superestrutura e na infraestrutura são diretamente atacados e combatidos por toda e qualquer forma de trabalho comunal. Com a formação da classe, o trabalhador percebe que o mundo não é só a "terrinha". A revolução conjuga teoria e prática num momento em que os argumentos não são mais suficientes para superar a contradição social candente. "*A consciência é, pois, logo, desde o começo, um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens.*" [495]

Nesse caminho estão os trabalhos de Thompson que trabalha as categorias *experiencia* e *educação formal*, quando este afirma que a educação formal tem muito o que aprender com a experiencia dos trabalhadores; e Gaston Bachelard que em seu trabalho sobre o espírito científico afirma que o sujeito do conhecimento caminha sobre uma corda bamba entre o conhecimento empírico e o conhecimento formal, sob o risco de ser ora um formalista ora um empirista. Recordamos aqui o historiador Thompson e o físico-químico Bachelard para fortalecer as teses do educador Paulo Freire quando este nos avisa que "A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade."[496]

> O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (freqüentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não tem um aprendizado formal.[497]

Atribuímos um sentido positivo para a ciência, ela contribui para a experiência humana, no entanto, essa produção científica precisa encontrar materialidade social para ter uma maior efetividade. E, isso é o que uma revolução mais revela: existem interesses e valores antagônicos na sociedade de classes. O poder popular, mesmo reduzido a uma experiência local, é um conceito filosófico, em outras palavras, é um conhecimento

---

[495] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 1981
[496] FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1989.p.67
[497] THOMPSON, E. P. *Costumes em comum,* cap.1 *Costumes e cultura.* Pag.17

formal que, caso tenha êxito em sua realização empírica, tende a melhorar a vida humana na esfera terrestre.

Marx demonstrou que a contradição fundamental da sociedade é o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade. A produção espiritual (o trabalho do cientista) é também social, pois depende do conhecimento prévio, adquirido por gerações anteriores e de mercadorias produzidas pelos trabalhadores braçais (Thompson), que satisfazem o aparelho biológico desses espíritos científicos. Esse conhecimento produzido socialmente torna-se privado e elitizado. *"A divisão do trabalho só se torna realmente divisão no momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual".*[498] São inúmeros os mecanismos de alienação(estranhamento) contemporâneos. Tanto o conhecimento quanto os bens que ele gera acabam por servir à manutenção dos privilégios de classe. O conhecimento ofertado às massas é escasso e fragmentado.

> ...encontramos naturalmente inúmeros exemplos cada vez mais surpreendentes em nosso tempo em que a máquina mais complicada é governada simplesmente, com um conjunto de conceitos empíricos racionalmente mal concebidos e mal articulados, mas reunidos de forma pragmaticamente segura. A um tal conceito simples e positivo, a utilização simples e positiva de um instrumento (mesmo que seja teoricamente complicado) corresponde a um pensamento empírico, sólido, claro positivo e imóvel.[499]

O pensamento do trabalhador antes da revolução é realista, contudo, estático: obedecer ao patrão e ao governo capitalista é a forma pragmaticamente segura de manter-se vivo e empregado. A revolução rompe a inércia mental e estimula o pensamento dinâmico de um realismo crítico e dialético. É a aplicação de conceitos racionais a uma realidade em movimento.

Não precisamos ir longe para perceber que por trás de toda máquina existe um "filósofo" que aperta o botão. Por trás de todo fuzil há um "filósofo" que decide a hora de atirar ou não. Deste modo, Gramsci enfatiza a construção de uma classe hegemônica moral, intelectual e, portanto, cultural. No mais, Gramsci também observa o papel das *massas* sociais e dos *partidos políticos*. Não abordaremos neste capítulo as diferenças entre os conceitos de *massas* ou *classes*, mas destacamos que Gramsci vivenciou o avanço do fascismo e tratou com muita propriedade do papel *educativo* e *didático* dos *círculos culturais*.

---

[498] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 1981
[499] BACHELARD, Gaston. *A Filosofia do Não.* In: Os Pensadores. Abril Cultural, São Paulo. 1984.

Gramsci em seus cadernos do cárcere discute sobre educação e a formação de intelectuais, e inicia sua reflexão com o pressuposto de que todos os seres humanos são filósofos por mais simples que seja o arcabouço teórico de um indivíduo e por mais braçal que seja sua atividade, essa sempre demanda de uma filosofia, ele(esse indivíduo) sempre se depara com a necessidade de escolhas para manter sua sobrevivência. E mesmo a escolha de sobreviver e não de morrer baseia-se numa filosofia. A filosofia imposta a maioria é a de colocar sua mão de obra à venda no mercado de trabalho em troca (quando a precarização do trabalho o permite) de um salário, ou um meio de subsistência.

Dessa atmosfera, desenvolve-se a técnica ou o aperfeiçoamento do trabalhador na esfera produtiva e solidifica-se a princípio sem estímulos mais abstratos uma forma de pensar que no geral é também massiva e da maioria da população. Gramsci se depara, portanto, com o modo de pensar da maioria, e a esse apanhado de ideias Gramsci denomina de *senso comum*. É desse ponto que partirá a formação de quadros e o desenvolvimento de um pensamento social crítico, que se solidificará até um pensamento revolucionário que instrumentalize o trabalhador a apoderar-se dos meios de produção e do aparelho do estado transformando esse estado em um estado dirigido pelos trabalhadores.

O *socialismo científico* pressupõe que a extinção do Estado só é possível com o fim da *luta de classes*. Então, percebemos que a extinção do Estado é, em si, o fim das opressões de classes e o término de todas as instituições (inclusive o Estado - ampliado ou restrito) necessárias para manutenção de tais relações como o papel moeda, por exemplo, ou as fronteiras que dividem as nacionalidades. Se o *mercado* controla a sociedade, significa que suas leis estão em vigor. É uma falácia dizer que o *mercado* pretende acabar com o Estado. O Estado, como aparelho de opressão de uma classe sobre a outra, termina no mesmo momento em que terminam as *classes* e a *luta de classes*, em outras palavras, no momento em que se realiza a emancipação humana e a *sociedade de livres produtores*.

Para os marxistas é a burguesia e o capital quem dirigem um estado capitalista. A solução para Marx não é uma ditadura de nenhum tipo, ao contrário, é exatamente a radicalização da democracia e da participação política que pode nos conduzir ao socialismo.

A tarefa sugerida por Gramsci no trabalho educativo e político é, portanto, partir do *senso comum* para construir um pensamento mais sólido sobre os pontos mais assertivos os quais ele denomina de *bom senso* para só a partir daí derrubar as ideias

reacionárias, que devem ser descartadas na construção do saber científico. Gramsci, portanto, não faz um elogio do senso comum, esse é apenas o ponto de partida da qual parte os trabalhadores médios. Desse processo de avaliação de nível de consciência, ou seja, saber de que estado de consciência partem os trabalhadores, Gramsci propõe que se o destaque do *núcleo sadio* do *senso comum* ao qual denominou de *bom senso*. E por fim aprofundar o bom senso a fim de construir os "porquês" e "pra quês" se pensa ou se aja de um determinado modo.

Não se trata de idolatrar o senso comum, mas sim atentar ao momento histórico em que massas humanas redescobrem a sua existência ao apoderar-se dos meios de produção e de um projeto político. A revolução propicia um descortinar do mundo. Se o povo não tivesse do que reclamar a passividade seria sinônimo de razão, contudo, o que vemos é o capitalismo em contradição com a própria existência humana.

Como tentamos demonstrar, todo indivíduo (consciente ou não) coloca-se em favor (de modo mais ou menos ativo) de um desses movimentos antagônicos (capital e trabalho). E qualquer tese que negue a existência desses dois movimentos, em outras palavras, que negue a luta de classes, só pode partir da alienação e escorar-se no idealismo, negando, ora o caráter social da produção, ora as necessidades biológicas do ser social.

O termo *democracia*, por sua vez, é um termo caro ao marxismo. Nos parece que filosoficamente, e isso se expressa nos escritos marxianos, a *democracia* (o *comunismo*) só é possível com a extinção das classes sociais e do Estado. Dessa noção deriva o conceito de *ditadura do proletariado*, um estágio de transição (*socialismo*), onde o estado é controlado pelos trabalhadores, entre a *ditadura burguesa* e a *sociedade de livres produtores* (*democracia*). A história, porém, nos forçou a conhecer uma instância da *ditadura burguesa* ainda mais ditatorial. Por mais redundante que possa parecer, fomos obrigados a interpretar um regime democrático burguês (o que filosoficamente é também paradoxal) e um regime ditatorial burguês.

Pretendemos aplicar conceitos e categorias científicas para a análise dos processos históricos, não negamos que almejamos desenvolver um olhar humanista sobre os fatos, até porque, somos seres humanos e carregamos suas qualidades e defeitos. Se a humanidade, em seu conjunto, chegou à conclusão de que o fascismo foi uma prática política equivocada, não queremos que tal erro se repita e apontamos tal sistema como um modelo desumano. Se, do mesmo modo, ao analisar o texto, o leitor for sensível às necessidades humanas dos trabalhadores e perceba que o capitalismo também é

desumano, ou ainda que o fascismo é a sua face mais sincera desse sistema, compreendemos que a infraestrutura econômica do capitalismo nos traz esse apontamento.

> A produção da vida (...) surge agora imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social- no sentido que aqui se entende a cooperação seja em que circunstâncias for e não importa de que modo e com que fim. Daqui resulta que um determinado modo da cooperação é ele próprio uma <<força produtiva>>; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e portanto a <<historia da humanidade>> tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca. [500]

Lenin faz um estudo minucioso do que configura como uma situação revolucionária, e percebe que no processo de tomada do Estado há (salvo possíveis exceções) um momento de *dualidade de poder*. Na Rússia, por exemplo, havia um poder emanado pelos soviets e outro pela duma. Qual deles deveria prevalecer? O conceito de *hegemonia* em Gramsci é fundamental para evitar qualquer tipo de superficialidade acerca dessa discussão.

O estado capitalista, em qualquer de seus formatos ou modelo político, oprime os trabalhadores, numa aparente tentativa de conciliação entre as classes sociais, a fim de garantir os interesses da burguesia. Com a revolução, o governo provisório tentou imprimir uma outra lógica para o estado português, incentivando as comunas e a formação de cooperativas, associações e assembleias do povo. A divisão do governo provisório, em dois grandes blocos, com interesses antagônicos, não tardou a acontecer.

Gramsci considera Lenin como o "*O maior teórico moderno da filosofia da práxis"*[501]. Lenin entende o *materialismo dialético* como *um guia de ação*. Para este autor, uma teoria científica é algo que se confirma na experimentação prática da realidade. Gramsci, para evitar maiores problemas com a ditadura fascista italiana, utiliza o brilhante termo *filosofia da práxis*, sugerindo, assim, uma unidade indissociável entre teoria e prática na construção do conhecimento. Gramsci, em sua análise, amplia o conceito de Estado e de intelectuais, conceitos intimamente ligados à formação de uma ideologia e construção de uma hegemonia de classe.

A respeito de cultura proletária, Lênin definiu toda a cultura (inclusive a erudita) e tecnologia (por mais moderna que seja) como cultura proletária, na medida em que são frutos do trabalho social de toda a história humana, logo, os méritos dos avanços

---

[500] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 1981
[501] GRAMSCI. Antônio. A Concepção Dialética da História. Civilização Brasileira 1981

tecnológicos não devem ser dados à burguesia nem compreendidos como propriedade da classe dominante, tais paradigmas não podem representar nada mais, senão os ideais dominantes. Essa tese leninista reflete sobre o tema da ideologia de classes e sobre o processo de transição entre o socialismo e o comunismo, que não conseguiremos abordar neste trabalho.

"A existência de ideias revolucionárias numa época determinada pressupõe a existência de uma classe revolucionária"[502]. Esse potencial revolucionário nem sempre é utilizado, e nunca atingiu o seu auge, pondo fim à luta de classe. É precisamente no chão de fábrica e dos bairros mais pobres, que percebemos os diferentes níveis qualitativos da consciência e da experiência de classe, em outras palavras, o grau de acirramento das lutas de classe.

De onde surge a alienação? Surge do interior da classe dos possuidores, e a partir deles, da infra-estrutura e da superestrutura por eles controlada, e, é disseminada na sociedade. O trabalhador acaba aceitando, naturalizando e reproduzindo alienação, pela qual se difundem as ideias dominantes de conciliação de classes. Em nossa compreensão da teoria marxista o comunismo é o próprio movimento contra o capital, portanto, o comunismo é o nome da força social que combate a classe que controla o estado capitalista. Este movimento deve reproduzir-se em métodos e caminhos que realizem o que há de mais positivo no conhecimento universal.

O pensamento Marxiano deixa claro que a luta de classes não foi inventada, ela foi percebida a partir de um olhar crítico da sociedade, e essa "descoberta" científica só foi possível a partir do desenvolvimento dos meios de produção capitalistas. Só essa conjugação de luta social, desenvolvimento das forças produtivas e crítica da economia política, possibilitou transformar um espectro de rebeldia das multidões em um manifesto crítico da sociedade capitalista, de cunho classista e emancipatório.

E de onde surgem as ideias comunistas? Tanto da classe revolucionária, quanto de qualquer olhar atento às condições objetivas dessa (luta de) classe. Para Lenin, a luta de classes é sempre uma luta política. A filosofia da práxis emerge da observação da realidade e da participação consciente e orgânica em prol da revolução radical. "O

[502] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 1981

intelectual orgânico deve estar diretamente relacionado com a vida prática, deve ser um 'persuasor permanente'."[503]

O conceito de intelectual em Gramsci merece que destaquemos ao menos três categorias-chaves: 1)a de *intelectual*(filósofo) *amplo*, ao qual todo ser humano em maior ou menor grau é em potencial; 2) o conceito de *intelectual tradicional*, ao qual o desenvolvimento científico acabou por formar especialistas, como, médicos, matemáticos, técnicos, mecânicos, etc; 3)e por fim, o conceito de *intelectual orgânico* ao qual estabelece um vínculo organizado em função das classes(ou frações de classe) em conflito na sociedade.

A respeito do conceito de *intelectual*(mais) *amplo* (1), Gramsci entende como critério para defini-lo, o da capacidade de discernimento (comparar e relacionar) e o de aprendizado inerente ao ser humano, desenvolvido em maior ou menor grau. Destacamos também a capacidade de mudar de pensamento e posicionamento, mesmo quando portadores do *senso comum* são capazes de selecionar o *bom senso* (*núcleo sadio do senso comum*), e então encontrar uma reflexão classista, aprimorar as opiniões a fim de formar e defender pontos de vista rumo a um conhecimento científico, mais denso, e qualificado.

Entendemos o conceito de *intelectual tradicional* (2), como sendo a formação de especialistas, fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas. Esses *intelectuais* são fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento das sociedades (inclusive a socialista). Esses têm a capacidade de parar (ou movimentar) a produção. Portanto, os partidos buscam convencê-los e, em nível mais profundo, envolvê-los ou, até mesmo, comprometê-los com a luta política de maneira orgânica.

Por fim, o *intelectual orgânico* é a principal ferramenta da transformação social e histórica, e essa capacidade se dá no desenvolvimento da *filosofia da práxis*. A aliança entre a ação prática vinculada a luta de classes (motor da história) e um estudo teórico prático do acúmulo da experiência social, desde a formação do *Estado* e da divisão social do trabalho até os dias atuais. O Manifesto Comunista escrito por Marx e Engels introduz e funda uma escola política do socialismo científico. Ao percorremos os critérios para definição de um *intelectual* (sentido amplo) *orgânico* (sentido restrito), reconhecemos dois caminhos concomitantes, o do intelectual (no sentido restrito) que se vincula aos

[503] MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. O Centauro Imperial e o "Partido" dos Engenheiros: a contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado Ampliado no Brasil Império. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). Estado e Historiografia no Brasil. Niterói: Ed. UFF, 2006, p. 63.

partidos (sentido amplo) de *classe* ou *militante* que busca uma constante intelectualização. Como tentamos demonstrar, essas fronteiras não existem e a utilizamos apenas como um recurso didático para entender como indivíduos de origens sociais distintas, percorrendo caminhos diferentes, podem cumprir uma função social similar na luta de classes, seja em favor da classe dominante ou da classe explorada.

"Uma visão clara do conjunto da história econômica de um determinado período nunca é possível no próprio momento; não se pode alcançá-la senão mais tarde, depois de se terem reunido e selecionado os matérias(...)" [504] e conhecendo os fatos decorrentes. Do mesmo modo, o historiador se propõe a aproximar-se do passado, edificando uma totalidade lúcida e uma interpretação precisa. Não nos cabe olhar o passado (por mais recente que seja, ou maior sejam os números de sobreviventes) com os olhos dele. Heráclito já sabia que não podia banhar-se duas vezes nas águas do mesmo rio, pois, não só ele, como as águas, transformam-se.

Ao mostrar imagens das comemorações da Revolução dos Cravos e seus antecedentes, o jornal a Última Hora, exibido pela RTP[505], exibiu, também, as assembleias abarrotadas de trabalhadores nas ruas de Lisboa e entrevistas com trabalhadores agrícolas, contando sobre sua exploração pelo fascismo nas terras alentejanas.

> Em 1970, segundo o censo do Instituto Nacional de Estatística - INE, para uma população de 8,6 milhões de portugueses, 30% não sabia ler nem escrever, apenas 28% possuía instrução primária completa, 1% possuía ensino secundário completo e 0,6% o ensino superior.[506]

Durante o PREC, emissoras de rádio e televisão foram ocupadas pelo governo revolucionário. O antigo FNAT (órgão de propaganda fascista) foi convertido no Programa de Dinamização Cultural Portuguesa. Surgiram inúmeras cooperativas de teatro, cinema e iniciativas de educação popular. Além disso, várias equipes de cinema internacional foram formadas para registrar o processo revolucionário. A revolução ocorreu em toda a produção artística e literária.

> Esta vontade de consciencializar politicamente o país passou muito pela consolidação de estruturas (as chamadas unidades de produção dependentes do Instituto Português de Cinema ou as novas cooperativas) que asseguraram a produção intensiva de documentários sobre várias temáticas, desde a cobertura de acontecimentos políticos,

---

[504] ENGELS, Friedrich. *As lutas de classe na França (1848-1850), de Karl Marx.* In: ENGELS, Friedrich. *Política.* Organizado por: NETTO, José Paulo. editora ática, São Paulo, 1981.
[505] Compilados no documentário *Portugal 74 – 75.*
[506] TIRIBA, Lia. *Processo de Trabalho e Processo Educativo*... In CANÁRIO, Rui e RUMERT, Sonia Maria. Mundos do Trabalho e Aprendizado pag.163

> acções revolucionárias até programas de índole didáctica que ensinariam a população novos hábitos, por exemplo, de alimentação e higiene.[507]

O cinema militante português foi uma manifestação do trabalho associado no campo artístico. A democratização da arte começou com um grupo de artistas que buscou retratar o povo e permitir que esse se enxergasse no vídeo, transformando a vivência em experiência percebida e sistematizada (E. P. Thompson). É o momento em que a arte popular é uma meta. Afinal de contas, os populares ainda são sujeitos da observação artistas, os dirigentes das câmeras, e dos filmes ainda são uma vanguarda, contudo colocar, populares como objeto de análise retratando os interesses dos mesmos foi uma revolução na produção artística. A arte popular é para nós quando os trabalhadores dominam toda a esfera de produção de um determinado projeto. As ocupações de terra são o cenário ideal para a gravação de filmes militantes.

> O palácio ainda não tinha sido ocupado e a crença numa intervenção da polícia, injustificada mas real, tinha impelido, sobretudo as mulheres da assembleia que se seguiu, a tomar as primeiras medidas de auto-repressão. É a partir desse processo que o instrumento de trabalho em que nós nos tínhamos tornado para eles, interveio no debate e que levou, por vezes, à alteração da natureza do respectivo, que sugeriu acções… de alguma maneira tínhamo-nos transformado em argumentistas, evidentemente não ao escrevermos ou predeterminarmos as cenas, mas ao deslocarmos a escrita para a acção. Foi neste processo que existiu manipulação, pelo menos subjacentemente, e que o curso da pequena história mudou, por vezes de forma fundamental. [508]

Numa entrevista posterior à realização do filme e à prisão dos ocupantes da Torre Bela, Thomas Harlan revela o aprendizado coletivo da contraditória ocupação, tanto dos cineastas quanto dos ocupantes. A passagem ilustra as contradições vividas na filmagem e realização da comuna. Os proprietários utilizavam a colossal extensão de terra como fazenda de caça e para passar os finais de semana. O mais interessante é que as imagens filmadas eram também exibidas dentro da ocupação.

> Não queríamos intervir como antes, nas casernas, com todas as nossas referências históricas, chaves nas mãos: com uma câmara que devia produzir exactamente o que esperávamos dela. (...) O primeiro salto qualitativo residia no facto de que tínhamos perdido o nosso ponto de vista: o ponto tinha-se disseminado numa junção de linhas de forças tais que a câmara começava a deslocar-se ao acaso. Perdeu toda a segurança: ignorava tudo do seu lugar, da sua função. A nossa não-intervenção transformou-se, desde o início, em intervenção: a câmara desorientada ligava-se instintivamente às personagens mais evidentes, mais à vista, aos chefes que ela ajudou a criar(...)[509]

---

[507] COSTA, José Filipe. *A revolução de 74 pela imagem: entre o cinema e a televisão. Princípios para compreensão do cruzamento dos dispositivos televisivo e cinematográfico entre 1974 e 1976.*
[508] HARLAN, Thomas. Entrevista realizada por: BRANCO, Paulo, DANEY, Serge e GIRAUD, Thérèse
[509] HARLAN, Thomas. Entrevista realizada por: BRANCO, Paulo, DANEY, Serge e GIRAUD, Thérèse

Percebe-se a preocupação de uma narrativa documentária propositiva, e não dogmática dos fatos, apresentando elementos contraditórios e algumas dificuldades na organização desse lócus embrionário de produção coletiva. Em meio aos acontecimentos, a câmera registra a vivência daqueles trabalhadores rurais transformando-a em experiência. Novos sujeitos foram forjados durante o processo de organização da comuna. Para nós, o filme não só sintetiza aquele passado, como disputa o futuro da existência humana.

O novo momento histórico proporcionou a formação de grupos que registraram o Processo Revolucionário em Curso e as transformações no cenário português. Dentre as transformações ocorridas e registradas em filmes e documentários, destacamos a reforma agrária e a criação das cooperativas agrícolas como marca da revolução portuguesa.

Além das cooperativas de cinema os novos embriões do poder popular percebem que para florescerem e frutificarem dependem do fomento e até mesmo relações orgânicas com outros lócus de desenvolvimento da luta social, mais ou menos avançados.

> Torna-se claro que a verdadeira riqueza espiritual depende completamente da riqueza de suas relações reais. Só deste modo os diferentes indivíduos são libertados das várias barreiras nacionais e locais, colocados em relação prática com a produção (também com a espiritual) de todo o mundo.[510]

Tomas Harlan, em uma entrevista, conta como surgiu o embrião do projeto do filme Torre bela:

> Por essa altura Jacques d'Arthuys, conselheiro cultural de Valparaiso, acabava de ser nomeado para o Porto. Ele sugeriu-nos tentar, na sequência do trabalho, fazer uma análise do caso, aparentemente único, do exército colonial português, vencido e reconvertido em qualquer coisa como um embrião do exército popular.[511]

Internacionalismo representa uma etapa do processo de emancipação da consciência. Se o capitalismo é global a luta contra esse também deve se fundar em bases internacionalistas. No próximo capítulo perceberemos como esse conceito aparece no interior das unidades coletivas de produção agrária. Como solução de contradições patentes da organização da produção e da luta dos trabalhadores contra o avanço da exploração capitalista. No primeiro capítulo abordamos a influência internacional na luta de descolonização africana e do estopim da Revolução dos Cravos. Nesse segundo capítulo perceberemos como a luta internacional dos trabalhadores levou para o território português cineastas e intelectuais de todo mundo que pretendiam registrar a revolução

---

[510] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 1981

[511] HARLAN, Thomas. *Entrevista* realizada por: BRANCO, Paulo, DANEY, Serge e GIRAUD, Thérèse

dos cravos e empoderar a classe trabalhadora. E no terceiro capítulo perceberemos como a experiência empírica dos trabalhadores, em luta contra o capital desenvolveu, o internacionalismo como processo teórico consciencial e como necessidade de ações práticas relativas a escoamento da produção, troca de maquinário e de saberes.

A solidariedade dos trabalhadores foi manifestada, como mostra a vasta documentação, através de agitação política do período. Todos os grupos de esquerda valorizavam o internacionalismo, primeiro, por toda a experiência histórica internacional, segundo, pela certeza de que a revolução não poderia triunfar sem romper as fronteiras portuguesas.

Por esses dois aspectos principais, o internacionalismo operário se mostrou vivo em todo movimento comunista e/ou libertário. Na medida em que a exploração capitalista é global, a resistência também deve ser. O internacionalismo, contudo, não é apenas o sentimento de unidade entre as nações, manifesta-se em ações concretas. Em Portugal, eram comuns os comícios e campanhas de solidariedade internacional.

> À solidariedade interna soma-se a solidariedade internacional. As cooperativas da URSS e da Bulgária socialista ofereceram valiosos parques de máquinas, no valor de muitas milhares de dezenas de contos. Da RDA e de outros países socialistas chegou também auxílio em material. Trabalhadores da RFA e de outros países capitalistas, associados muitas vezes a imigrantes portugueses prestaram também sua solidariedade. (Álvaro Cunhal)[512]

Todo esse convívio internacional não é possível sem teoria, organização, articulação, luta política, etc.

> É interessante observar que quanto mais densas as redes de solidariedade, quanto mais os trabalhadores estendem as suas relações para além da própria unidade econômica, maior a possibilidade de ampliação dos saberes sobre o mundo![513]

O Programa de Acção do Ministério de Educação e Investigação Científica - MEIC, anunciava o propósito da revolução no campo da educação, atribuindo à escola a expansão da cultura e do saber. A palavra de ordem da campanha de educação de adultos foi "*a luta dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*" (Marx). A Direção Geral de Educação Permanente - DGEP entendia que a educação de adultos seria *"obra dos próprios adultos"*, constituindo-se no cotidiano de trabalho de produzir a vida associativamente. A experiência portuguesa nos permite inferir sobre projetos de

[512] CUNHAL, Álvaro. *A revolução Portuguesa. O passado e o Futuro.C*ap.6: *A reforma agrária.*p.143
[513] TIRIBA, Lia. *Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes.* 2006

educação integral da classe trabalhadora, projetos estes coadunados com projetos societários emancipatórios. (Tiriba, 2009)

> Esse momento histórico pode ser entendido como o "período de ouro" da educação de jovens e adultos em Portugal no que diz respeito às aprendizagens proporcionadas pelo processo de ocupação de terras, casas, escolas, quartéis e fábricas durante o processo revolucionário em curso - PREC (1974-1975).[514]

A dificuldade e a complexidade de uma Revolução que se pretende popular é explícita. De início, as dificuldades são óbvias: aprender a viver coletivamente, em todas as instâncias da vida, aprender a ouvir e a falar. Depois os problemas aparecem dentro da própria esquerda, as discussões são muitas e não dão conta de resolver as diferenças internas e construir uma intervenção coesa. Os trabalhadores são convidados a se posicionarem e a tomarem partido, com isso ampliam sua politização enquanto aprendem a viver e participar politicamente em um país que antes os explorava e agora era deles. "A educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática."[515]

Referências:

ALMEIDA, José Solano; BORGA, Cesário; COSTA, Isabel Silva; FURTADO, Joaquim. *Portugal 74-75.* Documentário. Produção RTP, 1994.

BACHELARD, Gaston. *A Filosofia do Não.* In: *Os Pensadores.* São Paulo: Abril Cultural, 1984.

COSTA, José Filipe. *A revolução de 74 pela imagem*: entre o cinema e a televisão. Princípios para compreensão do cruzamento dos dispositivos televisivo e cinematográfico entre 1974 e 1976.

CUNHAL, Álvaro. *A revolução Portuguesa. O passado e o futuro.* Cap. 6: A reforma agrária.

ENGELS, Friedrich. As lutas de classe na França (1848-1850), de Karl Marx. In: ENGELS, Friedrich. *Política.* Organizado por José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade.* São Paulo: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia.*

GRAMSCI, Antônio. *A Concepção Dialética da História.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HARLAN, Thomas. Entrevista realizada por: BRANCO, Paulo; DANEY, Serge; GIRAUD, Thérèse.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. O Centauro Imperial e o "Partido" dos Engenheiros: a contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado Ampliado no Brasil Império. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e Historiografia no Brasil.* Niterói: Ed. UFF, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 1981.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Sociedade Civil em Gramsci:* venturas e desventuras de um conceito.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* Cap. 1: Costumes e cultura.

TIRIBA, Lia. *Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes*. 2006.

[514] TIRIBA, Lia. Processo e Trabalho e Processo Educativo: Notas Sobre o "Período de Ouro" da Educação de Jovens e Adultos em Portugal. In: CANÀRIO, Rui e RUMMERT, Sonia Maria. *Mundos do Trabalho e Aprendizagem.*Educa, Lisboa. 2009

[515] FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

TIRIBA, Lia. Processo e trabalho e processo educativo: notas sobre o “período de ouro” da educação de jovens e adultos em Portugal. In: CANÀRIO, Rui; RUMMERT, Sonia Maria. *Mundos do Trabalho e Aprendizagem*. Lisboa: Educa, 2009.

Corpus Christi, ontem e hoje: A Festa do Corpo de Deus em terras gonçalenses

Pedro Henrique Rocha Robaina[516]
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Bolsista CAPES

Introdução e delimitação

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "Corpus Christi, ontem e hoje: a Festa do Corpo de Deus em terras gonçalenses", ainda em andamento. Os festejos de Corpus Christi, patrimônio cultural da cidade de São Gonçalo, do Estado do Rio de Janeiro, marcam presença no município desde os finais do século XIX e se enquadram como uma forma efetiva de demonstração pública da fé católica, além de se tratar de um dos eventos do calendário da cidade com maior índice de participação da população.

A partir da análise de editoriais de jornais da região e adjacências, dos discursos dos atores sintagmáticos e da bibliografia pertinente, objetivamos construir um trabalho que possibilite formar um histórico da festa, ressaltando sua importância e implicações à cidade. Desta forma, constituindo como marco temporal os anos de 1995 a 2024, objetiva-se demonstrar o crescimento da festa com o decorrer dos anos, ilustrando a participação do poder público, da sociedade civil e da população cristã católica.

Com base nesses pressupostos, levando em consideração que a Festa de *Corpus Christi* é uma solenidade do calendário católico romano e, como tal, se encontra fortemente presente nas comemorações da Igreja Católica no Ocidente, evidencia-se a necessidade de investigar as origens destes festejos. A partir desse movimento, será possível estabelecer como esta solenidade litúrgica chegou ao Brasil e encontrou espaço no catolicismo gonçalense.

A Solenidade de *Corpus et Sanguinis Christi*[517], ou apenas *Corpus Christi*, foi estabelecida pelo Papa Urbano IV (1195 - 1264) pelo documento pontifício nomeado

[516] Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2024, projeto: "Corpus Christi, ontem e hoje: a Festa do Corpo de Deus em terras gonçalenses", sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes, bolsista: CAPES.

[517] A Festa de Corpus Christi é uma solenidade que ocorre todos os anos na Igreja católica após o tempo da Páscoa, que tem como fundamento a proclamação pública da fé católica no mistério da Eucaristia, ou seja, na presença real de Jesus Cristo nas espécies do pão e do vinho.

Transiturus de hoc mundo, após as visões místicas ocorridas com a freira agostiniana, Juliana de Mont Cornillon[518]. Nos momentos de êxtase, a religiosa dizia ver um céu preto, com uma lua gigante. A cor branca do satélite representaria a hóstia consagrada, enquanto a cor preta seria a ausência de uma festa voltada para celebrar publicamente a crença católica no Sacramento da Eucaristia[519].

Em 1230 confiou os segredos ao Arcebispo de Liége que futuramente viria a ser eleito Papa da Igreja Católica, alterando seu nome para Urbano IV. Em 11 de agosto de 1264, com a assinatura do documento citado anteriormente, o pontífice instituiu a festa como solenidade a ser celebrada no calendário litúrgico, decretando, desta forma, a obrigatoriedade da celebração em todo ocidente. Incumbiu a São Tomás de Aquino a criação dos textos litúrgicos para a celebração da liturgia de *Corpus,* que são utilizados ainda hoje.

Os festejos se espalharam pelo mundo e chegaram no Brasil juntamente com o desejo português de se apropriar do território e de promover a conversão dos nativos, no século XVI.[520] O marco da presença dos primeiros eclesiásticos no Brasil foi a criação da primeira Diocese, de São Salvador da Bahia, em 1551. A partir desse ato foram sendo inauguradas outras províncias eclesiásticas no território, de modo a facilitar a organização espacial religiosa.

Entretanto, foi da Diocese da Bahia, primaz do Brasil, que se instaurou o primeiro documento que se organizaria a Igreja católica nos domínios portugueses da América. *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, assinada em Sínodo diocesano, foi uma diretiva responsável pelas disposições da vida administrativa, pastoral e litúrgica do catolicismo. Na questão das liturgias, o sínodo organizou inclusive as festas do calendário romano, principalmente a celebração de *Corpus Christi*, que havia sido alvo de diversas adaptações e inculturações, desde sua chegada com as primeiras caravelas.

Evidentemente, São Gonçalo acompanhou esse movimento de criação de Igrejas, cujo marco foi ano de 1645, com a fundação da primeira capela por Gonçalo Gonçalves, um de nossos primeiros sesmeiros. O templo, dedicado ao orago de devoção de seu

---

[518] Posteriormente canonizada pela Igreja Católica, Santa Juliana de Mont Cornillon ou Santa Juliana de Liège era uma das místicas religiosas da Idade Média. Foi a responsável pela primeira difusão da Festa de Corpus Christi.

[519] https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2010/documents/hf_ben-xvi_aud_20101117.html .Consultado: 05/08/2024

[520] A mobilização dos conceitos de territorialização, espacialidade e apropriação serão essenciais para o desenvolvimento da pesquisa. Ao exercer o fenômeno da territorialização em um dado espaço, os atores sociais promovem apropriação destes e, consequentemente, serão os responsáveis pela geração de identidades no território nascente.

fundador, São Gonçalo de Amarante, tornou-se a marca de fundação do município. Além disso, a presença católica nos anos posteriores a fundação, é fruto da tentativa de apropriação religiosa da região.

Com base nisso, Milton Santos conclui que o estabelecimento da apropriação territorial é responsável pela geração de raízes:

> O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza, a partir das manifestações da sua existência (...) O território usado é o chão mais a identidade. A identidade e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS 2012, p. 13)

Desta forma, a Festa de *Corpus Christi* é fruto dessas paixões que estão diretamente ligadas ao território, uma vez que traduzem o sentimento de parcela da população. O progressivo aumento dessa celebração gerou raízes no município, o que contribuiu para o fortalecimento da celebração como parte da identidade da cidade e com o seu posterior reconhecimento na categoria de patrimônio.

Fundamentados no desejo de celebrar uma festa que promovesse a unidade dos fiéis em um mesmo espaço, os párocos começaram a incentivar a participação coletiva de suas paróquias nas celebrações da Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante. A suspensão das missas nas igrejas, a união com o Vicariato Alcântara, o aumento progressivo dos tapetes e dos espaços para a procissão, favoreceram uma maior participação dos católicos nos festejos.

O aumento progressivo da celebração também exigiu uma ativa e efetiva participação do poder público e de suas instituições. Essa presença é perceptível por meio da disponibilidade dos trabalhos das instituições do governo, como a Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, das Águas dos Rios, entre outros órgãos. Tornou-se também de fundamental importância, a participação da Secretaria Municipal de Transporte, que trabalha no isolamento das avenidas e na organização de outras vias.

A elevação oficial dos festejos à categoria de Patrimônio Cultural e Religioso da cidade, também se tratou de uma chancela oficial do Estado, que reconhece a festa de *Corpus* como parte integrante da identidade do município. A Lei de Patrimonialização nº12/2005, assinada pela Prefeita Aparecida Panisset, garantiu a subvenção por parte do Poder Executivo, de todo os recursos necessários para a boa efetivação do evento, após algumas polêmicas envolvendo o não financiamento na edição de 2005:

> Lei Nº 12, de 24 de maio de 2005. Esta lei institui como Patrimônio Público, Cultural e Religioso a procissão pelo dia de Corpus Christi e a confecção do Tapete no Município de São Gonçalo (...) esta lei garante que a comemoração de *CORPUS CHRISTI* continuará ocorrendo de acordo com os costumes da Igreja Católica Apostólica Romana e deverá ter o apoio do Poder Executivo quando for necessário.[521]

Entretanto, o atual *status* deste festejo católico, é fruto de uma luta histórica por reconhecimento e figura como postura de afirmação da presença católica no município, face ao crescimento exponencial do protestantismo. Houveram edições que a culminância da festa pareceu inviável, seja por situações adversas ou por tentativas de represálias. Desta forma, o reconhecimento da celebração e de seus desdobramentos como um elemento cultural e identitário da cidade, favoreceu a permanência dos festejos nos tempos de obscuridade.

À vista disso, justificamos o estabelecimento desta pesquisa na área de concentração de História Social do Território e na linha de pesquisa "Território, Identidades e Representações". Essa intencionalidade parte ao considerar os tapetes de Sal e os festejos de Corpus Christi como um aspecto cultural e religioso que se tornou um elemento identitário da cidade.

Objetivos gerais e específicos

A pesquisa objetiva investigar as origens da Festa de *Corpus Christi* a partir do aprofundamento da crença católica no sacramento da Eucaristia. Com base nesse movimento, torna-se fundamental a diminuição dos marcos espaciais e temporais, a fim de explorar com mais detalhes, como essa festividade chegou ao Brasil e, por consequência, em São Gonçalo.

Outrossim, tendo em vista as vicissitudes do tempo, planejasse delinear brevemente as alterações históricas que ocorreram na festa de *Corpus Christi*, estabelecendo as rupturas e permanências em torno da festa litúrgica. Esse exercício que é próprio da História Comparada, permite analisar as permanências históricas do passado no presente.

---

[521] SÃO GONÇALO. *Lei nº 012-2005, de 31 de maio de 2005*. Esta Lei institui como patrimônio público, cultural e religioso a procissão pelo dia de Corpus Christi e a confecção do tapete do município de São Gonçalo. Diário Oficial da Câmara Municipal, 31 de maio de 2005. Disponível em: http://leismunicipa.is/skbrg. Acesso em 15 de junho de 2024.

De igual maneira, almeja-se analisar a presença do catolicismo em São Gonçalo, bem como a sua relação com a sociedade e práticas religiosas. Entre estas inclui-se as celebrações de *Corpus Christi* e as confecções dos tapetes de sal, como uma manifestação pública da religiosidade católica.

Com base no exposto anteriormente, objetiva-se a criação de um histórico sobre a festa de *Corpus*, analisando o seu crescimento com o decorrer dos anos. Além disso, ambiciona-se analisar a participação do poder público, da sociedade civil e de agentes paroquiais, de forma a ilustrar como a contribuição de diferentes setores da sociedade favorecem o bom andamento dos festejos.

Ao endossar a importância da festa para o município, pretende-se mobilizar o conceito de memória e patrimonialização, levando em conta suas importâncias e consequências.

Quadro Teórico

A utilização dos discursos como ferramenta metodológica de análise, têm a sua importância para o ofício do historiador. Esse exercício está diretamente associado com a vida privada dos atores sintagmáticos, que estão envolvidos de forma direta ou indireta nos objetos a serem estudados. Estes, por sua vez, contribuem efetivamente para o estabelecimento de fontes, que possibilitam a condução dos estudos dos pesquisadores.

Os relatos dos personagens envolvidos com os objetos, remontam às suas lembranças guardadas na memória e traduzem seus sentimentos, opiniões, emoções passadas e presentes. A memória se torna o grande depósito em que são armazenadas as lembranças do passado, das quais possivelmente não temos acesso. Cabe ao historiador, no exercício de suas funções, desenvolver as provocações necessárias para trazer ao presente as lembranças do passado.

Desta forma, segundo Fernando Catroga, essas memórias são construídas no presente e estão imbuídas de diversas representações. Para ele:

> Na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das re-presentações (ou re-presentificações) do pretérito (...) Assim, contra a tese bergsoniana da existência de uma "memória pura", os dados imediatos da consciência são tecidos por uma pluralidade de memórias outras que coabitam na memória subjectiva, cuja mediação acaba por especificar o modo como aquelas são apropriadas. (CATROGA 2015, p. 11)

Fernardo Catroga estabeleceu no seu citado trabalho, a importância da memória como forma de narrar o passado e as formas como esta contribui para a formação de discursos, que possibilitam o trabalho historiográfico dos historiadores. Somados os esforços entre o pesquisador e o pesquisado para estabelecer uma ponte que liga o presente ao passado, combate-se o rio da amnésia (CATROGA 2015, p. 70), que todo objeto está sujeito.

Em se tratando da festa de *Corpus Christi* de São Gonçalo, a utilização dos discursos dos atores sociais, construídos a partir das suas lembranças e recordações armazenados na memória, são primordiais para a constituição do passado histórico da festa. Essa informação se confirma a partir da carência de uma bibliografia que possibilite um estudo imediato sobre o objeto visualizado.

Dessa forma, após percorrer um longo percurso sobre as mudanças históricas no conceito de memória, Jacques Le Goff admitiu que as contribuições desses atores são fundamentais para a manutenção da memória coletiva:

> Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (LE GOFF 1990, p. 473)

Entretanto, a memória também é um eixo controlável, onde o autor social escolhe o que deve vir ao presente, no momento em que o passado é requisitado. No levante das emoções, a opção por não dizer sobre determinada lembrança, revela igualmente uma postura diante dos acontecimentos do pretérito. Essa concepção, quando relacionada a memória coletiva, segundo Michael Pollak, objetiva guardar sentimentos que reforcem a ideia de pertencimento e a dominação da imagem de determinados grupos sociais. (POLLACK 1989, p. 8)

De semelhante maneira, esse horizonte de esquecimento e silêncio também está diretamente vinculado aos bens culturais e arquitetônicos da sociedade, reconhecidos pelas instâncias do poder público na categoria de patrimônio. A atitude de lembrar ou esquecer de uma manifestação cultural e de, possivelmente, reconhece-la ou não como patrimônio, também se insere em uma dinâmica de interesse. Por isso, patrimonialização e memória estão profundamente vinculados, uma vez que:

> O patrimônio cultural urbano não é algo dado a *priori*, constituído por elementos culturais dados no espaço, mas sim uma decisão coletiva sobre o que preservar na memória coletiva e o que afastar dessas lembranças, que fatos históricos e que elementos da cultura valorizar, e quais desses serão

> considerados menores ou irrelevantes em relação à cidade. (CASTRO; TAVARES 2017, p. 133)

Portanto, ao mobilizar os conceitos de memória e patrimônio como ferramenta teórica, nos dispomos a reconhecer a sua importância para a efetivação da pesquisa em curso.

Metodologia

Considerando que a Festa de *Corpus Christi* em São Gonçalo se enquadra como um fenômeno contemporâneo à nossa realidade, uma vez que tem o seu espaço no calendário anual da cidade, trabalha-se com a possibilidade do uso das fontes orais. Esses recursos são primordiais para a coleta de informações sobre os festejos, de modo a exercer uma pesquisa descritiva que promova a criação de um histórico da festa.

Com base nos discursos estabelecidos pelos atores sociais envolvidos diretamente com a organização do evento, espera-se o acesso de informações que possibilitem analisar os preparos para as festividades, desde as organizações paroquiais até os grupos que coordenam o evento. De igual maneira, essas entrevistas proporcionarão a possibilidade de fomento e material teórico para futuras pesquisas que se relacionem com o objeto em estudo.

De igual modo, os registros orais feitos por meio de entrevistas, cruzando tanto uma perspectiva qualitativa e quantitativa, expressam a condição favorável para análise dos discursos que são construídos pelos atores que partilham do espaço. As exposições desses agentes são fundamentais, principalmente para analisar as discrepâncias entre as opiniões daqueles que estão diretamente ligados a festa, os que frequentam por lazer e aqueles que não aderem.

Além do exposto, será de fundamental importância a utilização dos acervos e editorais dos jornais locais, que geralmente são responsáveis pela cobertura dos eventos da cidade. Entre esses diários de notícias, podemos nomear os que já estão sendo pesquisados: O Fluminense, Nosso Jornal (fechado) e o São Gonçalo. As pesquisas de averiguações desses acervos já se encontram em curso e demonstraram-se exitosas.

A partir dos dados coletados em pesquisa ao acervo do Jornal Fluminense, disponibilizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi possível encontrar algumas fotos das primeiras edições e algumas matérias que demonstram o crescimento anual da festa. Com base nas matérias anuais disponíveis neste jornal, almeja-se organizar

em tabela a evolução do percurso da procissão, bem como a expectativa de público no decorrer das edições.

O Nosso Jornal, antigo jornal da cidade, trouxe igualmente algumas fotos raras que podem nortear a pesquisa, como a assinatura da Lei de Patrimonialização feita na celebração da Missa na edição de 2005. A postura desse jornal é de aproximação com a Prefeita Aparecida, ilustrando a participação da mesma nos festejos, mesmo sendo de religião protestantes.

Hipóteses

a) A Festa de *Corpus Christi* constitui um dos elementos identitários da cidade de São Gonçalo, dado o seu crescimento ao longo dos anos. Essa expansão é notada pelo retorno da participação de fiéis no evento e da centralização da festa na Igreja Matriz de São Gonçalo de Amarante.

A Festa do Corpo de Deus que ocorre anualmente em São Gonçalo cresceu com o passar do tempo, mediante a adesão tanto da população que é atraída pelo contexto cultural, quanto pela participação dos fiéis. Um dos pontos que expressam o início do crescimento dos festejos foi a edição de 1995, quando foi retomado o costume de se realizar a procissão eucarística, ausente da programação da Matriz de São Gonçalo por quase 20 anos.

A política de afirmação da presença católica entre os munícipes é um fator que favoreceu a concentração de todos os católicos em uma única celebração. Além desse motivo, surgiu a opção de criar um ambiente que prova a unidade e a comunhão entre os que aderem à festividade.

b) Os festejos de *Corpus Christi* como um espaço de interações sociais notadas a partir do ponto de vista pastoral - do entrosamento dos líderes e membros de pastorais - e de buscas por capital simbólico da parte de pessoas influentes na sociedade, principalmente a classe política.

O bom êxito do evento só é garantido, entre muitos fatores, a partir da interação entre os integrantes que organizam e trabalham na festa. A organização e as comunicações em relação ao evento se iniciam alguns meses antes à sua culminância, promovida em uma ligação direita entre os líderes de pastorais e seus respectivos membros. Esse entrosamento, além de garantir o funcionamento do evento, permite, possivelmente, o aparecimento de determinados conflitos, originados pelos mais diversos motivos.

Além desses fatores, a Festa de *Corpus* possibilita a criação de um espaço de socialização entre o poder político e religioso. A participação ativa de políticos e candidatos a cargos públicos é um elemento visivelmente notável. Se, por um lado, torna-se importante a participação desses agentes na subsidiação financeira do evento, por outro, se torna o espaço ideal para a busca por capital simbólico.

Referências:

AGUIAR, Camila Fogaça. *Deus abençoe São Gonçalo - Uma prefeita na linha de frente da Guerra Santa.* 2018. 135f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

AMARAL, Rita. *Festas católicas brasileiras e os milagres do povo.* Civitas: revista de Ciências Sociais, *[S. l.]*, v. 3, n. 1, p. 187–205, 2007. DOI: 10.15448/1984-7289.2003.1.116. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/116. Acesso em: 14 set. 2023.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* [Trad.]. Lisboa, DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter. Métodos e modelos: comparação. In: *História e teoria social.* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CANTALAMESSA, Raniero. *O mistério da ceia.* Trad. Orlando Gambi. São Paulo: Santuário, 1993.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*, 3a ed. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto Camões, 1992.

CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H. O método comparativo na História. In: *Os métodos da História.* 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTRO, C. A. T.; TAVARES, M. G. da C. A patrimonialização como processo de produção do espaço urbano: aspectos teóricos. *Sociedade e Território*, *[S. l.]*, v. 28, n. 2, p. 117–135, 2017. DOI: 10.21680/2177-8396.2016v28n2ID9553. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/9553. Acesso em: 11 ago. 2024.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

DETIENNE, Marcel. *Comparar el incomparable.* Barcelona: Ediciones Peninsula, 2000.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Um ilustre desconhecido. Gonçalo Gonçalves, os processos de colonização lusa nas terras guanabarinas e identidade local.* 1. ed. Cabo Frio: Visão Editora, 2020.

FILHO, Mello Moraes. *Festas e Tradições Populares do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 2002.

HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOORNAERT, Eduardo. O Padroado Português. *In*: *História da Igreja no Brasil.* Tomo II/1. Petrópolis: Edições Paulinas e Editora Vozes, 1977.

JURKEVICS, Vera Irene. *Os santos da Igreja e os santos do povo: devoções e manifestações de religiosidade popular.* Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

LE GOFF, Jacques (Trad. Bernardo Leitão). *História e memória.* Campinas: UNICAMP.1990.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia.* São Paulo: Cosac Naif, 2003.

MONTES, Maria Lucia. *As figuras do Sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira.* 1ª ed. São Paulo: Claro Enigna, 2012.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Mauricio Mendes. *A república abençoada de São Gonçalo.* 2º ed. São Gonçalo: Apologia Brasil, 2023.

PAIVA, José Pedro. Etiqueta e cerimonial: uma linguagem específica do ambiente de corte e da afirmação política dos príncipes? IN: KANTOR, Iris; JANCSÓ, István. (Orgs). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa.* São Paulo: HUCITEC/ EDUSP/ FAPESP/ Imprensa Oficial, 2001.

PRIORE, Mary del. *Religião e religiosidade no Brasil colonial.* São Paulo: Ática, 1994.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. A procissão de Corpus Christi no império português: discursos sobre as "faltas" e o tempo (século XVIII). In: Jacqueline Hermann e William Martins. (Org.). *Poderes do Sagrado: Europa Católica, América ibérica, África e Oriente portugueses (séculos XVI-XVIII).* 1ª ed.Rio de Janeiro: Multifoco, 2016, v. 1, p. 247-270.

_____. *O Corpo de Deus na América.* São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir ao Reino do Brasil.* V.1. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/ Edusp, 2 vols., 1981.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.* Niterói: PPGEO/UFF, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais.* Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

Entrevistas:

Ana Lêda Vergetti de Oliveira. 58 anos, advogada. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

André Silva de Araujo. 52 anos, fisioterapeuta. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

Miguel de Moraes Filho. 70 anos, aposentado. Vereador por dois mandatos na cidade de São Gonçalo, pelo Partido dos Trabalhadores. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Julho de 2023.

Selma de Almeida Alvim dos Santos. 55 anos, contadora. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Junho de 2024.

Fontes:

1) Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal O Fluminense (1990-2009)

2) Seção de periódicos (virtuais)

Jornal O Dia;

Jornal Extra;

3) Seção de periódicos (físicos)

Jornal O São Gonçalo (1995-2010);

O Nosso Jornal;

4) Arquivo Nacional (Plataforma SIAN)

Fundo *Diversos* (1808)

5) Senado Federal (SF)

VIDE, Sebastião Monteiro da (1853). Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707.

6) Arquivo Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)

RIO DE JANEIRO. Lei nº 1282/2023, de 13 de junho de 2023. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro, o tapete de Sal de São Gonçalo. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 14 de junho de 2023.

7) Prefeitura Municipal de São Gonçalo (PMSG)

SÃO GONÇALO. Lei nº 012/2005, de 31 de maio de 2005. Esta Lei institui como patrimônio público, cultural e religioso a procissão pelo dia de Corpus Christi e a confecção do tapete do município de São Gonçalo. Diário Oficial da Câmara Municipal, 31 de maio de 2005.

8) Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Panorama populacional: 2022. Rio de Janeiro, 2023

_____. Panorama das religiões: 2010. Rio de Janeiro, 2011

9) Documentos Eclesiásticos

CÓDIGO de Direito Canônico. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000

Urbano IV, Papa. *Bula Transiturus de hoc mundo*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/urbanus-iv/es/documents/bulla-transiturus-de-mundo-11-aug-1264.html.

“De narrativas, emoções”: apropriações dos enredos afro por jovens sambistas

Phellipe Patrizi Moreira[522]
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Joana Darc do Valle Bahia

Introdução

O percurso investigativo desta pesquisa não se inicia no meu ingresso no curso de Doutorado, mas na minha fase escolar na Educação Básica, mais precisamente no ano de 2007, véspera das comemorações do bicentenário da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, que aconteceria no ano seguinte.

Na época, a minha então professora de História solicitou para a turma que elaborasse um seminário acerca desse fato histórico. Para o desenvolvimento do trabalho, recorremos às letras dos sambas-enredo, buscando uma possível relação entre os saberes articulados pelas escolas de samba na construção de seus desfiles com o tema proposto para a nossa apresentação. Algumas das questões mobilizadas a partir desse trabalho atravessam o meu caminhar acadêmico, dentre elas, destaco: como os enredos das agremiações carnavalescas podem promover certas aprendizagens históricas? De que forma esses temas podem impactar a vida dos desfilantes? Como os enredos podem servir de potentes canais de reverberações das trajetórias de personalidades negras pouco conhecidas? Há alguma proximidade entre os conteúdos escolares e as temáticas abordadas na Avenida?

Provocado por essas perguntas, encerro o curso de graduação, bem como a especialização, entrevistando carnavalescos e compositores em busca de obter respostas a tais indagações acerca desse processo educativo de carnavalização de pautas antirracistas.

Mais tarde, no Mestrado em Educação, convidei outros sujeitos envolvidos para participar da pesquisa: os professores, a partir das seguintes perguntas: o samba encontra-se presente nos espaços educativos em que atuam? O que dizem os docentes sobre práticas de entrelaçamento entre samba e educação? O entrecruzamento entre a tríade samba,

[522] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “No Império da Tijuca, negritude é lei”: reverberações dos enredos afro no Morro da Formiga", sob orientação da Drª Joana D´Arc do Valle Bahia e coorientação da Drª Helenice Aparecida Bastos Rocha.

educação e práticas antirracistas pode potencializar a presença dos referenciais positivos nos espaços educativos?

Em meio às andanças formativas, “me encontro com o Batuk verde e branco” de uma escola de samba educativa. Seria esta, portanto, uma síntese daquilo que venho pesquisando desde a graduação: uma escola de samba que apresenta uma proposta educativa em seus enredos, em especial, de teor afro-brasileiro?

É a partir da discussão sobre o objeto de pesquisa, que algumas questões são levantadas: como os enredos desenvolvidos pela escola de samba formam as pessoas? Quais seriam as prováveis transformações nos membros da comunidade após passarem pelos processos criativos do carnaval? É possível quantificar, mensurar as transformações ocorridas na comunidade no pós-carnaval? Além disso, de que forma os saberes que transitam pela comunidade promovem ou potencializam uma experiência formativa via a instituição momesca? A principal delas, a que se tornou a questão base dessa pesquisa gira em torno de que noções de negritude estes jovens-sambistas constroem a partir dos enredos afro do Império da Tijuca.

Além disso, a escolha pelo Império da Tijuca, em detrimento das demais agremiações carnavalescas que apresentam uma extensão discografia com enredos afro, a carência de trabalhos acadêmicos sobre a histórico da agremiação no banco de dissertações e teses da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) evidenciam uma lacuna nos estudos das artes carnavalescas.

Samba, negritude, carnaval e educação

Composto majoritariamente por pessoas negras, as escolas de samba amiudadamente cantam, sambam e tocam temáticas relacionadas às matrizes africanas em que a mobilização das memórias, histórias e culturas locais são convocadas para a produção da pesquisa dos enredos. Para o professor-pesquisador Emerson Ferreira (2019):

> Evidenciar e reparar lacunas que foram apagadas ou silenciadas em sociedade faz com que a identidade se torne algo importante politicamente e, por isso, mesmo, um enredo de temática afro-brasileira ou africana passe longe de ser apenas um desfile: se torna também um deslocamento da escola de samba de afirmação de uma história que foi apagada pela História e, principalmente, pela sociedade no geral (p. 29).

A noção de consciência racial, por exemplo, não se aprende apenas no colégio, mas nos diversos espaços sociais. Enredos como o da rainha Nzinga (2010), podem ser

entendidos como um ato de celebração pública de reafirmação de memórias contra hegemônicas, que trazem consigo as consciências históricas dos antepassados e um espelho para quem raramente se vê refletido?

Tal possibilidade das escolas de samba de narrarem para uma grande audiência, histórias vilipendiadas, silenciadas e esquecidas da historiografia oficial também despertou o interesse de Hebe Mattos e Martha Abreu. Ao redigiram um texto no site *Conversa de historiadoras*, as historiadoras relataram o envolvimento dos componentes das agremiações, tais como: carnavalescos, casais de mestres-salas e porta-bandeiras, compositores, coreógrafos, passistas, em anunciaram uma narrativa pública e coletiva da História. Segundo as autoras, o que alguns desfiles fazem, são levantar discussões e debates públicos semelhantemente ao que muitos professores de história individualmente fazem em suas aulas de aulas, porém para uma recepção menor dos que acompanham os desfiles das escolas de samba no carnaval. Esta pauta também foi motivo de análise das professoras-pesquisadoras Clícea de Miranda, Idalina de Freitas e Maria Claúdia Ferreira (2020) que buscam compreender os papéis desempenhados pelos cortejos negros de fazer circular histórias:

> Pensá-las no sentido em que exatamente se denominam, ou seja, Escola de Samba, nos remete a outro lugar que as constituem como espaço de produção de conhecimento e promotor de aprendizagem, especialmente aqueles ligados à herança de matriz africana. [...] Assim, tornar públicas essas histórias não é necessariamente contar uma 'verdade' sobre essas pessoas. Por conseguinte, permite-nos conhecer e entender diferentes versões valorizando e criando pertencimento naquilo que estava invisível (MIRANDA; FREITAS; FERREIRA, 2020).

E o Morro da Formiga faz samba também

Fundado em 8 de dezembro de 1940, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Educativa (G.R.E.S.E.) Império da Tijuca é uma agremiação carnavalesca, que desfila atualmente pela na Estrada Intendente Magalhães, no bairro do Campinho, Zona Norte do Rio de Janeiro, Série Prata do carnaval carioca. A escola é considerada a pioneira no desenvolvimento de um tema monográfico sobre religiões de matriz africana, em 1971, com "Misticismo da África ao Brasil". Esse desfile inaugura uma série de apresentações dedicadas à valorização das culturas afro-brasileiras.

Antes de discutir o termo enredo afro, se faz necessário compreender o próprio conceito de enredo. Segundo o Dicionário da História Social do Samba de Luiz Antônio Simas e Nei Lopes, o tema escolhido por uma agremiação para a construção de seu desfile carnavalesco. Por fim, o que são enredos afro? Seriam aqueles dedicados à exaltação das

histórias e culturas africanas e afro-brasileiras por meio da celebração das religiosidades de matriz africana ou de homenagens a personalidades negras? Estas e outras indagações permeiam a feitura desta tese.

Nas duas últimas décadas, por exemplo, a verde e branco levou para a Avenida Marquês de Sapucaí uma série de enredos cuja temática central versa sobre as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, tais como vistos nos desfiles de 2010, em *Suprema Jinga - Senhora do trono Brazngola*; em 2013, com *Negra, pérola mulher*, quando se consagrou com a campeã da então Série A (atual Série Ouro); em 2014, já no Grupo Especial, cantou *Batuk*; no ano seguinte, no retorno para a segunda divisão, desfilou com *O Império nas águas doces de Oxum, Olubajé - um banquete para o Rei*, em 2018, dentre outros.

Nos últimos cincos desfiles, (2019-2024)[523]: *Império do Café, o Vale da Esperança* (2019), *Quimeras de um eterno aprendiz* (2020), *Samba de Quilombo - A resistência pela raiz* (2022), *Cores do Axé* (2023) e *Sou Lia de Itamaracá, cirandando a vida na beira do mar* (2024), a agremiação levou para o sambódromo temas corroboram como o perfil narratológico da agremiação de abordar as relações étnico-raciais e à educação em seus carnavais, tal como reiterado em um trecho do livro Abre-Alas[524]: "Império da Tijuca sempre preocupada e voltada para temas culturais, decidiu para o carnaval 2019, enaltecer mais uma vez a trajetória do povo negro que tanto fez para o engrandecimento da nossa nação" (Caribé, 2019, p.1). Neste cortejo, a verde e branco teceu uma narrativa sobre o Vale do Café, região do Vale Paraíba, composta por quinze municípios, no Sul Fluminense, sob a ótica dos africanos escravizados e da resistência cultural, em um território marcado pelos latifúndios da produção cafeeira.

Lançado no ano em que a escola celebrou oitenta anos de sua fundação (1940-2020), o primeiro dos três temas acima, tinha como intuito narrar a história de vida do pedreiro Evandro dos Santos, conhecido popularmente como Homem-livro. O Carteiro Literário, morador do bairro da Vila da Penha, recolheu mais de 55 mil livros pelos lixos da cidade e com eles construiu a biblioteca comunitária Tobias Barreto. No limiar desfile, houve uma homenagem aos grandes educadores brasileiros Paulo Freire, Florestan Fernandes e Anísio Teixeira. Já no último setor da escola, Estevão retratou a própria

[523] Em 2021, não houve desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro devido ao isolamento social imposto pela pandemia do coronavírus (covid-19), que assolou várias partes do mundo. Por conta disso, a contagem se restringe a cinco apresentações no período de seis anos.
[524] Livro entregue ao corpo de jurados com a finalidade de detalhar e informar sobre o processo criativo da escola para aquele carnaval.

história da agremiação com a educação, com destaque a enredos marcantes e as propostas discursivas desses desfiles.

No refrão principal do samba-enredo do carnaval de 2022, composto por Paulinho Bandolim, Guilherme Sá e Edgar Filho: “Quem leva a noite na cor/ De verde e branco é rei/ Mostra seu valor/ No Império da Tijuca/ Negritude é lei”. O enredo homenageia o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba (G.R.A.N.E.S.) Quilombo, fundado em 8 de dezembro de 1976, por um grupo de compositores, liderados por Antônio Candeia, insatisfeitos com os rumos mercadológicos tomados pelos cortejos negros carnavalescos.

No ano seguinte, a escola retratou a relação do pintor argentino Hector Julio Paride Bernabó, conhecido como Carybé, com as religiosidades de matriz africana. Em um trecho da sinopse, escrita pelos enredistas Felipe Tinoco, Juliana Joannou e Leonardo Antan, a influência das culturas africanas e afro-brasileiras no desenvolvimento dos carnavais da verde e branco é lembrada:

> Historicamente, o Império da Tijuca apresenta relevantes enredos que buscaram inspiração na cultura afro-brasileira. Como forma de afirmação dos saberes negros, contra o racismo e a intolerância religiosa, sempre se faz necessário afirmar os conhecimentos e as artes que envolvem as religiões de matrizes africanas (Tinoco, Joannou, Antan, 2022).

Seguindo essa tradição de exaltação à negritude e às religiosidades afro-brasileiras, a escola organizou uma homenagem à cantora, compositora e cirandeira, Madalena Correia do Nascimento, conhecida como Lia de Itamaracá. A artista de oitenta anos, é natural do estado de Pernambuco, onde, em 2005, recebeu o título de Patrimônio Vivo e em 2018, foi agraciada com o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal de Pernambuco.

Em 2025, a escola se apresentará novamente com um tema compreendido como afro, ao levar para a Intendente Magalhães com o enredo *Ebó – uma oferenda aos deuses*, de autoria do carnavalesco Júnior Pernambucano.

Conceitos rítmicos que dão andamento a essa pesquisa

Como visto, nas últimas décadas, o Império da Tijuca tem apresentado enredos cujas temáticas se aproximam das culturas africanas e afro-brasileiras, tais como vistos no desfile de 2010, com Suprema Jinga — Senhora do trono Brazngola; em 2013, com Negra, pérola mulher; em 2014, cantou Batuk; no ano seguinte, dentre outros. Nesse sentido, se o enredo é o tema escolhido por uma agremiação para a construção de seu

desfile carnavalesco. O que são enredos afro? Seriam aqueles dedicados a narrar histórias e culturas acerca de personagens negros?

Dentre os conceitos presentes acerca dos discursos proferidos pelo Império da Tijuca, bem como as reverberações dos enredos afro nos jovens sambistas da comunidade do Morro da Formiga, destaco três deles: negritude, identidade e racialidade.

O primeiro deles é a de negritude. Usado aqui não somente para compreender nas visões representadas nos enredos, bem como as noções de negritude construídas pelos jovens sambistas, uma vez que o termo apresenta uma polissemia de sentidos, que abriga desde a luta por direitos à valorização das manifestações de matriz africana, tal como aponta Petrônio Domingues (2005). Nessa mesma perspectiva de Aimé Césaire (2010), que o relaciona com o sentimento de orgulho, solidariedade e identidade, este que será o próximo conceito discutido neste texto.

Para acompanhar a discussão sobre os impactos positivos congregados na trajetória desses adolescentes em fase escolar, evoca-se o conceito de identidade. Entendido aqui, consoante as ideias defendidas por Stuart Hall (2005), a partir das instâncias flutuantes, múltiplas e em certos momentos, contraditórias.

E por último, a ideia de racialidade de Sueli Carneiro (2023) para analisar os mecanismos de controle que permeiam a sociedade e pensar estratégias coletivas para o combate ao racismo. Seriam as escolas de samba um espaço que os integrantes vão encontrar elementos de luta e produção de conhecimento contra-hegemônicos?

Por sua vez, nas tessituras com as memórias, algumas reflexões rondam antecipam o processo de coleta de informações, tais como: que o que lembrar e o que esquecer, quando se fala da história de uma agremiação carnavalesca? Quais seriam as motivações por trás dessa seleção? Quais são os critérios? O silêncio que carregamos, sobre alguns momentos, sobre aquilo ainda não foi dito, permanece, fica, gruda e não morre, permeia a nossa memória e nos fazem tecer reflexões semelhantes às do sociólogo-pesquisador Michael Pollak (1992), ao destacar que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p.203).

Por isso, o autor recorre ao também sociólogo, Maurice Halbwachs (1990) para sublinhar que a memória não é atribuição individual, mas sim um fenômeno coletivo e social conflitante, envolto de constantes mudanças. A memória individual está frequentemente entrelaçada com a memória coletiva, ancorando-se nela para (re)construção de episódios, que nunca são apenas meus, mas da minha família, do meu país ou de outras coletividades nas quais me identifico e estabeleço laços de

pertencimento. Por meio desse jogo de negociações e percepções da realidade e "através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas reações com os outros" (POLLAK, 1989, p.13). Desta forma, as possíveis lacunas, crivadas pelo esquecimento, podem estar associadas com a falta de identificação que tenho com esse período. Tal fato pode ser observado por Pollak (1989), na medida em que este compreende as narrativas não apenas como desenrolar de acontecimentos cronológicos, mas como elemento construtor de identidade.

No âmbito da formulação do referencial teórico dessa pesquisa, recorro a outros autores, além daqueles discutidos acima. Para entendermos o cenário no qual se inserem as escolas de samba, por exemplo, utilizaremos o conceito de carnaval, tal como entendido pelo filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (1987), como uma festa na intercessão entre a arte e a vida, um espetáculo ritualístico de compreensão do mundo. Outro conceito que nos ajudará a abarcar a festa é o da carnavalização, também de Bakhtin (1987), que retrata o carnaval com o lugar do anti-horário e da derrubada dos portões da moralidade. Na concepção do autor, o conceito de carnavalização está associado à inversão de valores, a fuga da hierarquia cotidiana e o travestimento de papéis sociais, entendido aqui para além da prática social, podendo o mesmo ser compreendido como visão de mundo e de vida.

A noção de samba expressa nesse texto vem do pesquisador Muniz Sodré (1998) como círculo comunitário, também tem suas contraditórias, discriminações e silenciamentos, uma vez que é atravessado por diferentes ideias, indivíduos, ideologias e, sobretudo, a necessidade de diálogo com diversas instâncias para conquistar o seu reconhecimento e legitimação. Estudar a cartografia dos redutos negros cariocas a partir dos escritos de Sodré (1998) nos auxilia a vislumbrar as tramas políticas e os transmites de negociação com o poder público que conduziram o samba urbano desde o seu nascedouro em solo carioca, ao estrelato internacional, cujas tias baianas ocuparam papéis de destaque em seu assentamento.

Para o autor, os agrupamentos de sambistas, intelectuais, ex-escravizados e pobres na Pedra do Sal, Zona Portuária da cidade e nas casas das tias baianas se configuraram como umas das primeiras ações recreativas de contato com a sociedade branca nas décadas seguintes à Abolição da escravatura. A integração de negra na dinâmica social transcorre de forma lenta e gradual, repleta de recuos e avanços. Um dos fatores iniciais dessa penetração foram os ranchos, que implicados com as táticas dos blocos e cordões, fizeram da música e da dança aspectos de afirmação da identidade étnico-racial e

ultrapassaram fronteiras impostas socialmente a partir de uma acentuada estratégia de reconfiguração especial da cidade no pós-abolição.

O debate historiográfico a respeito do surgimento da expressão escola de samba e seu florescimento no início do século XX também estará presente. Uma das hipóteses levantadas pelo destacou Nelson Fernandes (2001) e pelo professor Felipe Ferreira (2004) é a de que sambistas do largo do Estácio, Zona Central da cidade, se reuniram nas proximidades da Escola Normal. O compositor Ismael Silva, um dos possíveis autores do termo, defendia a ideia de que, já que os professores se encontram na escola para ensinar os estudantes, os mestres do samba também deveriam se reunir em uma escola, mas neste caso, professores de samba. Como precursores do samba moderno, o grupo do Estácio se autodenominava como mestres da arte de compor e com a articulação das expressões *escola* e *samba*s firmavam o desejo de aceitação perante as demais classes sociais. Essas primeiras reuniões de sambistas de forma mais estruturada e organizada originaram-se dos ranchos e blocos que cruzavam as ruas cariocas em época de carnaval e das misturas dos batuques com a música popular.

As discussões seguem os passos de outros autores que também se dedicaram a analisar o nascimento do samba, bem como das escolas de samba, em meio à conjuntura política da passagem da monarquia para a república no Brasil, na virada do século XIX para o XX. A ideia consiste em investigar as bases conceituais que fortalecem a compreensão de como esses circuitos comunicativos do samba culminaram com o atual formato dos cortejos momescos, tal como os conhecemos hoje. O legado das amarras do sistema escravista, herdado pela festa, alumina os itinerários formativos das agremiações carnavalescas, ensinando-as, desde cedo, sobre a importância de atos de resistência para não sucumbirem aos mecanismos de controle e dominação sobre os corpos negros, suas culturas e modos de agir e pensar.

Daí pode-se pensar: é possível alegar que há uma construção de uma consciência histórica comum a todos da comunidade a partir desses enredos? Para responder essa pergunta, recorre-se ao Luis Fernando Cerri (2011), quando o autor nos alerta sobre as diversas formas do uso do passado, seja social, seja político, assim como as noções do tempo individual e coletivo e alerta para os saberes circulantes na comunidade.

> O conceito de consciência histórica entende que a interpretação do próprio indivíduo e da coletividade no tempo começa a ser formada muito antes da escolarização das crianças. Estas chegam às escolas, por exemplo, com preconceitos raciais já arraigados, de modo que é muito mais fácil que a educação humanista e igualitária seja mais um verniz que uma convicção dos futuros adultos educados (CERRI, 2011, p. 112).

Seria, portanto, o Império da Tijuca um papel de propagador e mensageiro dos saberes afrodiaspóricos no Morro da Formiga, potencializando, inclusive, algumas discussões nas aulas de História. Alguns desses estudantes-sambistas podem ter conhecidos histórias e personagens negros por meio dos enredos do Império da Tijuca antes mesmo desses tais temas serem abordados na escola. Por sua vez, quando ambos as fontes de informações se encontram no espaço escolar, há conflito? As versões desses fatos históricos dialogam ou se contradizem? Os conhecimentos mobilizados na instituição de ensino podem contribuir para uma leitura mais profunda dos enredos afro?

Atravessando a Avenida em busca de respostas ou de novas perguntas?

Com intuito de analisar as noções de negritude construídas por desfilantes do Império da Tijuca, esta pesquisa segue os pressupostos teórico-metodológicos da História Oral, (Almeida,2016) e (Portelli, 2016), ao realizar entrevistas semiestruturadas com dez sambistas, entre 12 a 18 anos, estudantes da Educação Básica.

A escolha de entrevistar tal grupo ocorreu devido ao interesse em relacionar os temas apresentados acerca das histórias e culturas afro-brasileiras com as discussões geradas nas aulas de História frequentadas pelos integrantes da agremiação. Para além desses críticos, a seleção de tais entrevistados aconteceu pela indicação da diretora da ala das crianças e adolescentes e por um dos diretores de bateria da escola. A relação de confiabilidade estabelecida logo nos primeiros contatos foi me direcionando a conhecer os demais sujeitos da pesquisa, cujo objetivo perpassa analisar a entrada destes no "mundo do samba". Quem os levou para desfilar? Como se sentem ao vestir certas fantasias? Com quais desfiles mais se identificaram? Estas são apenas algumas das perguntas iniciais do roteiro prévio.

Este modelo de coleta de dados permite um diálogo mais aberto, cujas fronteiras delimitadas entre entrevistador e entrevistado sejam ressignificadas, ao passo que o tom da conversa possa, porventura, ir além das perguntas preestabelecidas. Isso não significa abdicar dos cuidados éticos, mas adotar a arte de uma escuta sensível e interessada nos saberes compartilhados, na interface com a memória e a narrativa.

Antes de entender as reverberações dos enredos afro, se faz necessário compreender quais fontes de informação foram consultadas pelos carnavalescos para desenvolverem seus desfiles sobre essa temática, bem como as visões de negritude representadas nesses carnavais. Para isso, um dos primeiros passos investigativos foi a

leitura das sinopses dos enredos, disponíveis no portal do Império da Tijuca na internet, articulada com a entrevista aos responsáveis pelo processo criativo.

A chegada à Praça da Apoteose: desfecho ou um novo recomeço?

O resultado inicial aponta que, esses foliões, em situação de ensino aprendizagem, adentram ao universo do carnaval, em especial ao do Império da Tijuca, por possuem parentes que desfilaram ou continuam na escola. Além desse dado, outra pista interessante revela que a maioria dos entrevistados são adeptos de religiões de matriz africana, o que os possibilita estabelecer uma relação entre o carnaval e a religiosidade, seja pelas bossas da bateria, seja pelos elementos visuais dos desfiles. Por último, a totalidade apresenta certa dificuldade de associar os enredos afros com os conteúdos ministrados nas aulas de História.

Contudo, percebo também que esse perfil narrativo da agremiação pode provocar os estudantes que desfilam pela agremiação a pensar o porquê os negros costumam são vistos apenas como reis/rainhas do samba e do futebol e, em especial, a nunca esquecer das consequências do sistema escravista que ceifou vidas e vigorou oficialmente no Brasil até 1888.

Referências:

ABREU, Martha. MATTOS, Hebe. Viva o carnaval! *Conversa de historiadoras*, 2019. Disponível em: https://conversadehistoriadoras.com/2019/03/07/viva-ocarnaval/?fbcli. Acesso em: 10 out. 2023.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: O movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 47-56.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais.*São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BARBERO, Jesus-Martin. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997, p. 45–89.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal.* São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, 2004a.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de História e Consciência Histórica.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade*: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre a negritude.* Carlos Moore (org.). Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2005.

FARIA, Guilherme José Motta de Souza. “As escolas de samba cantam sua negritude nos anos de 1960: uma página em branco na historiografia sobre o movimento negro no Brasil”. In: ABREU, Martha;

XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Lívia; BRASIL, Eric. *Cultura Negra vo1 1*: festas, carnavais e patrimônios negros. Niterói: Eduff, 2018.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba***:** sujeitos celebrantes e objetos celebrados. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Emerson Porto. *Sou da Negritude, o fruto e a raiz*: os sambas afro-brasileiros da Nenê de Vila Matilde. Rio de Janeiro: Rico Editora, 2019.

FERREIRA, Felipe. *O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro.*Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva.* Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

LIMA, Augusto. Escola dá samba? O que dizem os compositores de samba do bairro de Oswaldo Cruz e da Portela. *In:* CANDAU, Vera (Org.*) Sociedade, educação e cultura(s) questões e propostas. R*io de Janeiro: Vozes, 2002.

MENDES, NATÁLIA RODRIGUES ; GABRIEL, Carmen Teresa . A interface sujeito-agência no campo curricular: que contribuições das pesquisas (auto)biográficas? *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica* , v. 4, p. 714-728, 2019.

MIRANDA, Clícia Maria Augusto de; FREITAS, Idalina Maria Almeida de; FERREIRA, Maria Claúdia Cardoso. Sobre sambas-enredo e ensino: um lugar para Tereza de Benguela nas aulas de história. *Humanas***:** Pesquisadoras em Rede, 25 jul. 2020. Disponível em: https://www.humanasrede.com/post/sobre-sambas-enredo-e-ensino. Acesso em: 28 set. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108. Acesso em: 20 set. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278. Acesso em: 20 set. 2023.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SIMAS, Luiz Antônio; FABATO, Fábio. *Para tudo começar na quinta-feira***:** o enredo dos enredos. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo.* 2° ed. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

Fontes:

CARIBÉ, Jorge. Abre-alas Império da Tijuca. *G.R.E.S.E. Império da Tijuca*, 2019. Disponível em: https://www.imperiodatijuca.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Abre-Alas-Imp%C3%A9rio-da-Tijuca.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

CARNAVALESCO. Império da Tijuca define enredo e levará história de Lia de Itamaracá para Sapucaí no Carnaval 2024. *Site Carnavalesco*, 31 mar. 2023. Disponível em: https://carnavalesco.com.br/imperio-da-tijuca-define-enredo-e-levara-historia-de-lia-de-itamaraca-para-sapucai-no-carnaval-2024/. Acesso em: 07 jan. 2024.

DUARTE, Francisco. “Sambar não é só sambar”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16, fev. 1980. Caderno B, p.6. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1980_00312.pdf . Acesso em: 19 out. 2023.

IMPÉRIO DA TIJUCA. *Samba-enredo 2022 - Samba de Quilombo: a Resistência Pela Raiz.* Disponível em: https://www.letras.mus.br/grese-imperio-da-tijuca/samba-enredo-2022-samba-de-quilombo-a-resistencia-pela-raiz/. Acesso em: 05 jan. 2024.

IMPÉRIO DA TIJUCA. *Samba-enredo 2023 – Cores do Axé.* Disponível em: https://www.letras.mus.br/grese-imperio-da-tijuca/samba-enredo-2023-cores-do-axe/. Acesso em: 06 jan. 2024.

A história nos quadrinhos: possibilidades de aprendizagens afetivas

Priscilla Damasceno Rodrigues[525]
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Márcia de Almeida Gonçalves
Bolsista FAPERJ

Introdução

No estudo que fizemos durante a pesquisa do mestrado, estabelecemos algumas perguntas a respeito das possibilidades e limites das narrativas no fazer historiográfico acadêmico e didático. Partimos do pressuposto que o conhecimento da História pode ser sintetizado e socializado de maneira mais acessível, por meio do ato de narrar. A narratividade dos saberes históricos, abre espaços de percepções mais vívidas das experiências dos sujeitos em recortes temporais e espaciais determinados, sendo assim um caminho relevante para professores/as e pesquisadores/as de nossa área de conhecimento.

As narrativas históricas são recursos linguísticos que funcionam como uma possibilidade de simbolização historiográfica, através da escrita. A escrita narrativa encadeia acontecimentos que vão ganhando corpo textual mediante à pesquisa de vestígios que foram deixados. Os silêncios de temporalidades anteriores, as ausências diretas do vivido, podem ser simbolizadas e redecodificadas na história, através de cenas e tramas organizadas ou constituídas de forma científica com o apoio desta linguagem.

As histórias em quadrinhos (HQ's) são organizadas em forma de narrativas gráficas, porque unificam conteúdo visual e, boa parte das vezes, linguagens grafadas. Este artefato cultural, que nasceu assumindo a função de importante instrumento da comunicação humana, dialoga, sem grandes dificuldades, com os saberes pedagógicas, que também têm em sua razão de ser a missão de buscar mecanismos evolventes, empáticos e bem-sucedidos, para o processo de ensino-aprendizagem. Sob esse signo, esta ferramenta comunicativa pode vir a se tornar um potente instrumento nas práticas

[525] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: "A História nos quadrinhos: possibilidades de aprendizagens afetivas", sob orientação da Profa. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves, bolsista: Faperj.

educativas nas aulas de História, bem como em outras disciplinas de diferentes áreas de conhecimento.

Caminharemos, assim, em direção a uma reflexão no campo da teoria da aprendizagem, especificamente no escopo do Ensino de História. Nosso dialogo inicial se dará com teóricos da Filosofia e da Psicologia da Educação, a fim de mapearmos as contribuições desses saberes no que se refere ao desenvolvimento da inteligência humana, considerando processos de socialização de História através de um artefato cultural envolvente, afetivo e historiograficamente comprometido. Autores como Paulo Freire, Henry Wallon, Marcelo Fronza, bell hooks e Jaak Panksepp, servirão de aporte teórico no desenvolvimento de nossa pesquisa.

Algumas conversas com nossos/as pares nas últimas disciplinas cursadas neste programa de doutorado, nos levaram a organizar a linha de raciocínio, entendendo que esta pesquisa se pautará em desbravar uma tríade de organização argumentativa. Consideraremos a relevância da via afetiva na construção de sequências didáticas reunindo: a) narrativas históricas; b) linguagem quadrinista; c) aprendizagem. O objeto focal da escrita desta tese será, portanto, a aprendizagem.

Uma breve consideração filológica acerca do termo "afeto", ou da variação "afetivo", tem se mostrado necessária nessas confabulações iniciais. A palavra afeto, segundo a Enciclopédia Significados[526] se refere à inclinação de alguém por alguma coisa, seja de forma positiva ou negativa. É originada do vocábulo latino "affectus", que denota disposição, estar direcionado a. Seu radical vem de "afficere", que equivale a afetar e constitui fazer algo a alguém, influir sobre. Na demonstração positiva da afetividade entre os seres humanos haverá o desenvolvimento de atitudes acolhedoras, empáticas e carinhosas, refletindo-se, dessa forma em trocas prazerosas para os indivíduos envolvidos na relação.

Importante ressaltar que sentimentos como ódio e raiva também expressam afetos humanos; aqui as atitudes dedicadas ao/a outro/a podem provocar dores, desconforto e rivalidades. Ainda segundo nossa fonte acima citada, o campo da psicologia entende as relações afetivas como potente instrumento de modificação de comportamentos, dessa forma a administração positiva desses atravessamentos de saberes humanos que se dão em sala de aula, podem corroborar para um saudável

[526] Enciclopédia Significados. Verbete consultado: "afeto". https://www.significados.com.br/afeto/ . Consultado em 18/08/2024.

processo de ensino aprendizagem. No campo analítico da neurociência os afetos humanos ganham uma apreciação mais abrangente e seccionada. Em nossa espécie haveria a manifestação de sete afetos fundamentais, sobre os quais falaremos na sessão de construção de nossas hipóteses.

A reflexão filosófica e psicológica a respeito do que está em questão, quando existe uma escolha consciente e afetiva de uma determinada linguagem e instrumento didático, ganha relevância num curso de pós-graduação direcionado, também, ao campo do Ensino de História. Aqui pensaremos nas histórias em quadrinhos para além de sua caraterística de artefato cultural. Pretendemos discorrermos sobre seu potencial de aproximação lúdica e empática com os/as jovens educandos/as, sua capacidade aproximá-los/las e mostrar-lhes de forma gráfica, abstrações e recortes espaço/temporais trabalhados nas aulas da nossa disciplina.

Finalmente, cabem aqui alguns yquestionamentos que farão parte da problemática que pretendemos enfrentar nesta pesquisa como: o que pode a narrativa histórica gráfica? Quais são os limites e possibilidades desse recurso linguístico, especialmente no âmbito da produção do conhecimento histórico, que se deseja fazer por vias afetivas? Quais são as reais contribuições que as historietas apresentam no fazer historiográfico/didático? Quais seriam os reflexos diretos deste tipo de escolha didática na aprendizagem dos/das estudantes? O movimento inicial rumo às questòes expostas, é uma conversa reflexiva com autores que transitam no campo da filosofia, da psicologia da educação, da neurociência, além dos autores que já trilharam nas pesquisas das histórias em quadrinhos como recurso didático nas salas de aula.

Entendemos que o conhecimento da História pode ser sintetizado e socializado de maneira mais leve e humana e que essa socialização pode ser ainda mais rica e empática, de acordo com os instrumentos acessados no ato do ensino/aprendizado. Os saberes históricos veiculados através das narrativas oralizadas ou gráficas, abrem um espaço de percepções mais vívidas e significativas das experiências dos sujeitos, em recortes temporais e espaciais determinados. A comunicação historiográfica visual pode alimentar o universo cognitivo dos/das nossos/as jovens, à medida que lança mão de uma linguagem artística e lúdica, que geralmente tem uma boa aceitação na faixa etária destes/destas estudantes. Neste sentido, as histórias em quadrinhos vão funcionar como instrumentos de decodificação histórico-didática.

A teoria da aprendizagem histórica por intermédio de recursos afetivos: estudos de

casos

No quarto e último capítulo da tese que estamos escrevendo, voltamos nosso olhar para o estudo de casos que possam ratificar nossa teoria que acredita que recursos históricos didáticos mais empaticos e afetivos geram uma comunicação subjetiva e intersubjetiva entre professores/as, os conteúdos ministrados e o universo cognitivo dos/das estudantes, resultando em uma aprendizagem mais significativa.

Esse capítulo será o esforço de sintetizar a teoria que estivemos desenvolvendo nos capítulos iniciais. No primeiro capítulo revisitamos nossa construção teórica do curso de mestrado, trazendo à tona a relevância da modalidade narrativa no fazer historiográfico acadêmico e didático, nesse quadro trabalhamos o conceito de narrativas históricas gráficas e sua aplicabilidade no ensino de História. No segundo capítulo partimos para os autores/as que nos apoiaram nas reflexões acerca do papel das emoções no aprendizado da nossa disciplina. Henri Wallon, bell hooks e Paulo Freire foram nossos principais aportes nesse caminho. No terceiro capítulo trouxemos os quadrinhos como possibilidade de recurso didático de um projeto educacional com direto compromisso antirracista. Durante nosso trajeto fizemos apontamentos que nos conduzem a ideia defendida nesta tese de que que a escolha e elaboração das narrativas históricas em formato de quadrinhos também reflete um engajamento afetivo por parte da/do docente que deseja tocar a subjetividade dos/das estudantes de forma científica e afetuosa.

Chegamos ao momento de levar nossa teoria para o cotidiano da sala de aula. No atual ano letivo tivemos a grata oportunidade de lecionar para as três classes de sexto ano da Escola Municipal Calouste Gulbenkian, assim as turmas 1601, 1602 e 1603, ganharam a condição laboratório de nossa pesquisa. Três grupos compostos por uma faixa etária similar, pareando entre 10 e 13 anos, aproximadamente, mas que guardam suas particularidades, o que consequentemente reflete em nosso trato coletivo, no andamento do roteiro das aulas e na aprendizagem de cada estudante. Observar essas especificidades cientificamente é extremamente estimulante e desafiador e vivenciar com essas/as jovens a magia dos olhos brilhantes quando se sentem conectados com os temas e as abordagens das aulas é um acréscimo de riqueza que o chão da escola nos oferece muitos anos antes de nascer a ideia dessa tese. Já era sobre o amor potência antes do nosso precioso encontro com bell hooks. Já era sobre o fazer político humanamente comprometido, desde as primeiras leituras de Paulo Freire, ainda na graduação. Já era sobre perceber e sentir a importância das emoções positivas, que funcionam como portais de um aprendizado significativo, sobre as quais disserta com tanta propriedade Henri Wallon, antes de mesmo

de investigar o aporte teórico para as confabulações do nosso problema escolhido. E agora somos nós, no presente, apreendendo do passado e conjecturando para um futuro com cidadãs e cidadãos preparados com mais qualidade, porque preparados com compromisso didático e afetivo.

Segundo uma de nossas principais referências no que tange a utilização de HQ`s nas aulas de História, o professor Marcelo Fronza, os quadrinhos construídos com roteiros historiográficos, seja por professores/as, ou pelos/as estudantes, podem ser considerados como artefatos históricos-didáticos, como material de síntese do conhecimento apreendido, e também como fontes históricas. Nesse sentido um dos primeiros passos para o desenvolvimento da metodologia desta pesquisa foi a construção dos quadrinhos históricos, com os quais trabalharemos o conteúdo do primeiro semestre do sexto ano do Ensino Fundamental. Os roteiros que foram elaborados passam por temáticas que envolvem as narrativas criacionistas; a África em sua condição de berço da humanidade; a antiguidade africana, através das experiencias vividas no Egito e Reino de Kush; povos originários do atual Brasil, através da experiência da etnia Krenak e finalmente a história das indígenas mulheres, considerando a questão étnica e de gênero.

Até o momento estamos pensando em algumas possibilidades metodológicas a fim de buscarmos registros qualitativos e/ou quantitativos a respeito de como os/as estudantes apreendem o conteúdo de História, através da linguagem quadrinística. Nossas confabulações caminham no sentido de criar métodos de registros das emoções dos/das discentes nas aulas onde utilizamos as narrativas históricas gráficas. Nesse processo pretendemos responder algumas questões como: como esses jovens (ou ainda crianças) se sentem com esse tipo de aula? Quanto essa abordagem interfere no processo de aprendizagem histórica? Qual o papel das emoções nesse processo? Como conteúdos sensíveis e mobilizadores, adequados a realidade dos/das estudantes funcionam como como pontes subjetivas e gatilhos cognitivos? Qual a importância das relações afetivas entre professores/as e alunos/as e entre os/as próprios/as estudantes? Como um ambiente acolhedor, lúdico e empático potencializa as relações humanas e o processo de aprendizagem?

Parte deste material didático já foi elaborado e utilizado nas aulas que antecederam o término do primeiro semestre do ano letivo de 2024, os demais seguem em fase de preparação. Nossa pesquisa, tem se debruçado em leituras de referenciais bibliográficos, captação de informações através de documentários, participação em cursos com temáticas específicas, que têm nos ajudado na idealização de um roteiro prévio para as próximas

HQ`s. Trabalharemos durante o recesso escolar afim de terminarmos todo material didático que será utilizado na oficina geral que organizaremos. Nesses encontros serão registrados os dados observados através de uma roda de conversa onde os/as estudantes terão espaço de fala direta aberta, respondendo perguntas que atendem diretamente a investigação do nosso problema de pesquisa.

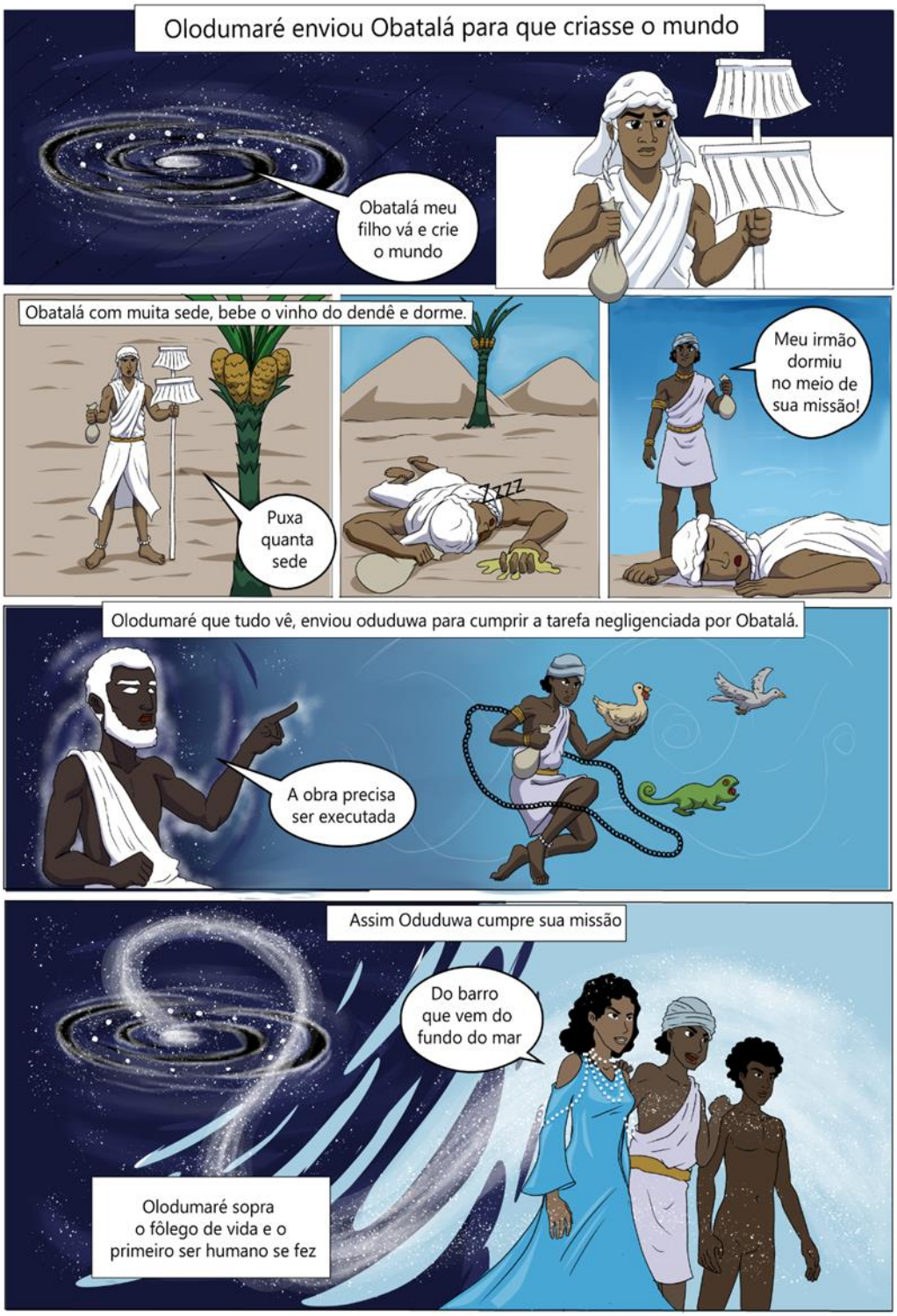
Sobre as aulas com as quais trabalhamos nossa modalidade de pesquisa, optamos por criar um diário de pesquisa, registrando momentos desde a elaboração do plano, recursos didáticos utilizados, logística oferecida pela unidade escolar, além das ações e reações dos estudantes durante esses encontros específicos. Adiantamos que as experiências foram riquíssimas e que fomos surpreendidos muito positivamente com as interações, perguntas e recepção dos/das estudantes com a proposta didática apresentada. A seguir veremos os materiais produzidos até aqui, acompanhado de um relato parcial de nossos encontros com essas narrativas quadrinizadas.

Narrativas criacionistas – diversidade de abordagens

Decidimos aproveitar a sugestão do planejamento anual oferecido pela SME-RJ, especialmente pelo fato de que os parâmetros estabelecidos pela rede dialogavam com a sequência temática e de conteúdos com os quais pretendemos trabalhar nossas narrativas quadrinizadas nas turmas do sexto ano. Deste modo, tivemos um primeiro bimestre iniciado com a introdução aos estudos de História, conhecendo a formação desta ciência, seus métodos, o trabalho dos/das historiadores, contagem e percepção de tempo histórico, discutimos nossa identidade enquanto agentes históricos e a relevância deste saber em quesitos subjetivos e para nossa formação enquanto cidadãos e cidadãs que vivem, refletem e constroem a própria história e a história da coletividade da qual faz parte. Em seguida partimos para discussão do surgimento dos primeiros seres humanos, considerando a linha teórica elaborada por Charles Darwin, bem como as narrativas de caráter cultural/religioso que comunicam a criação de nossa espécie por intermédio de princípios que fazem sentido dentro da cosmovisão de cada grupo.

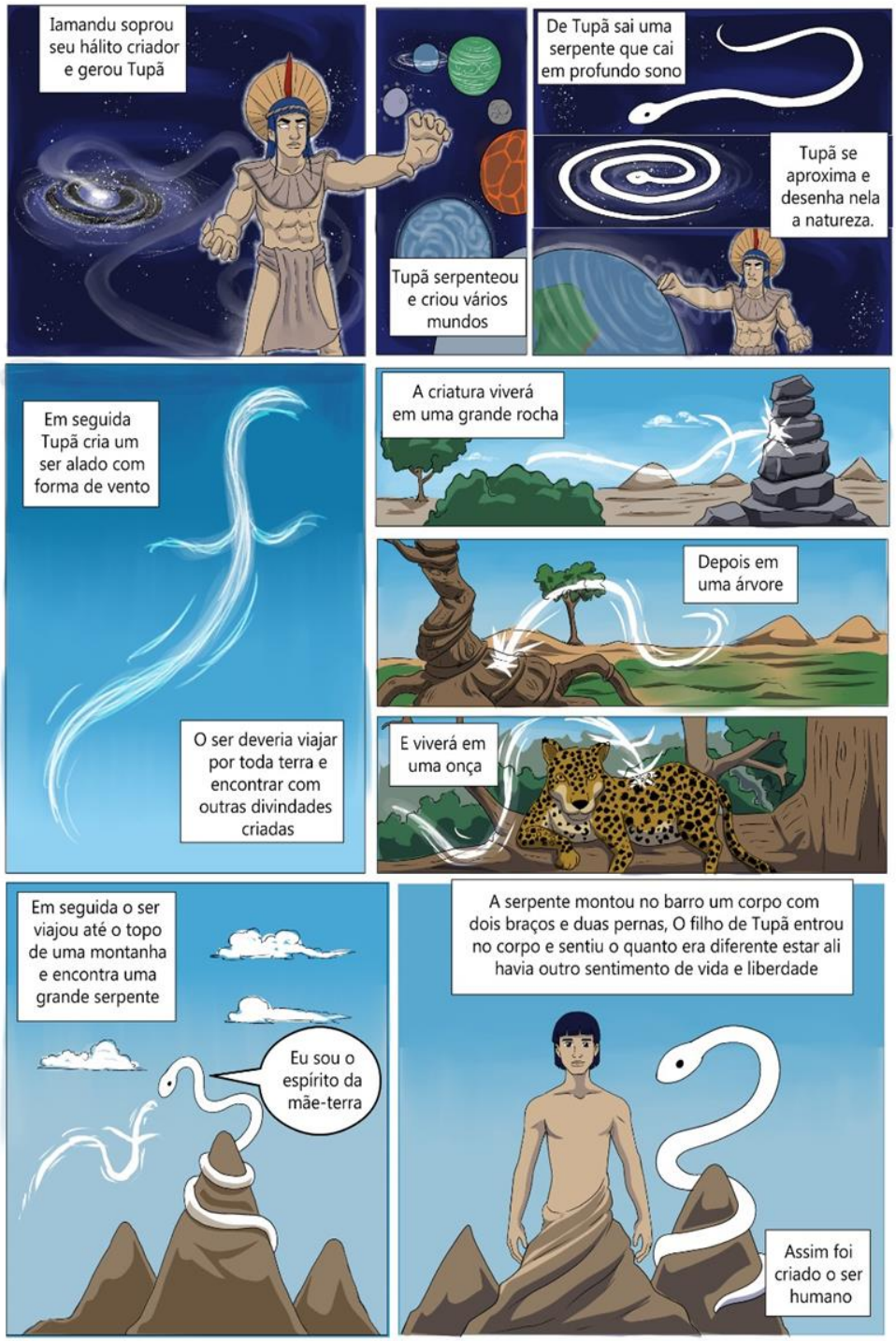
Nesse esforço, iniciamos nossas pesquisas em torno dessas narrativas, buscando entender a construção e o impacto que cada uma delas têm para os grupos que representam. Começamos com a narrativa criacionista iorubá, em seguida roteirizamos a narrativa criacionista tupi-guarani e finalmente trabalhamos a narrativa criacionista judaico-cristã. A seguir, as obras resultadas.

A NARRATIVA DE CRIAÇÃO IORUBÁ



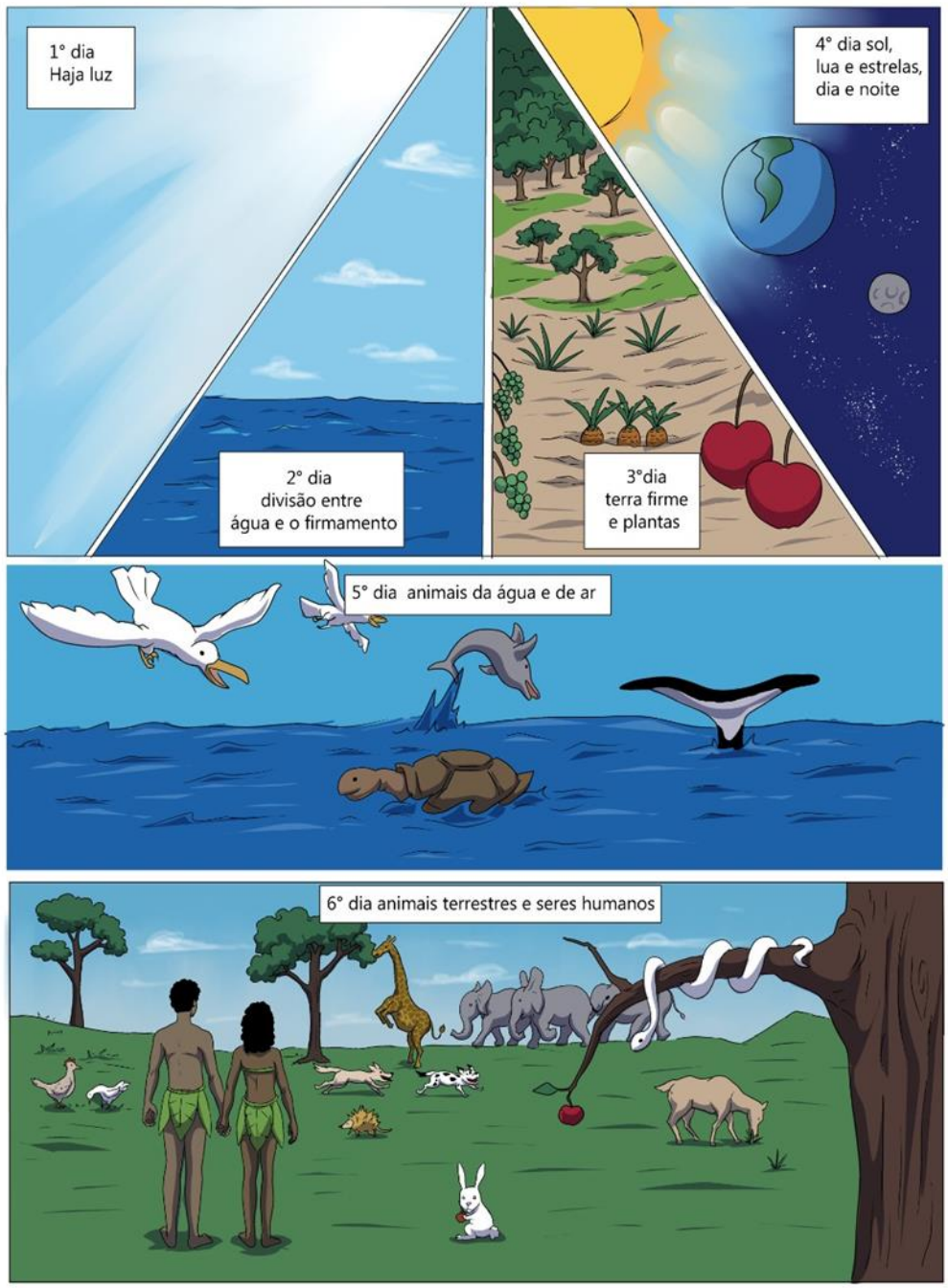
A NARRATIVA DE CRIAÇÃO TUPI-GUARANI

NO INÍCIO ERA O NADA. NEM O TEMPO EXISTIA. DENTRO DESSE NADA SÓ HAVIA IAMANDU.



NARRATIVA DE CRIAÇÃO JUDAICO-CRISTÃ

NO PRINCÍPIO CRIOU DEUS OS CÉUS E A TERRA



Detalhamos em nossa tese toda a logística, todas as dificuldades estruturais da unidade escolar para execução da dinâmica que propusemos para esta aula, que atingiu diretamente a rotina das outras turmas, uma vez que precisamos realizar movimentações entre as salas, mesmo com esses reais pontos sensíveis, percebemos que os/as estudantes se envolveram com a proposta de forma muito prazerosa. Tiramos um saldo muito positivo das aulas deste dia. Houve muita interação e boa disposição no acompanhamento didático desde o início, até as atividades e conversa no final do encontro. O tempo passou de forma agradável e quase entramos nos horários dos professores/as seguintes. Tivemos o cuidado de não extrapolarmos muito os minutos finais, mas foi um desafio, uma vez que os/as estudantes estavam muito envolvidas e engajadas na proposta da aula.

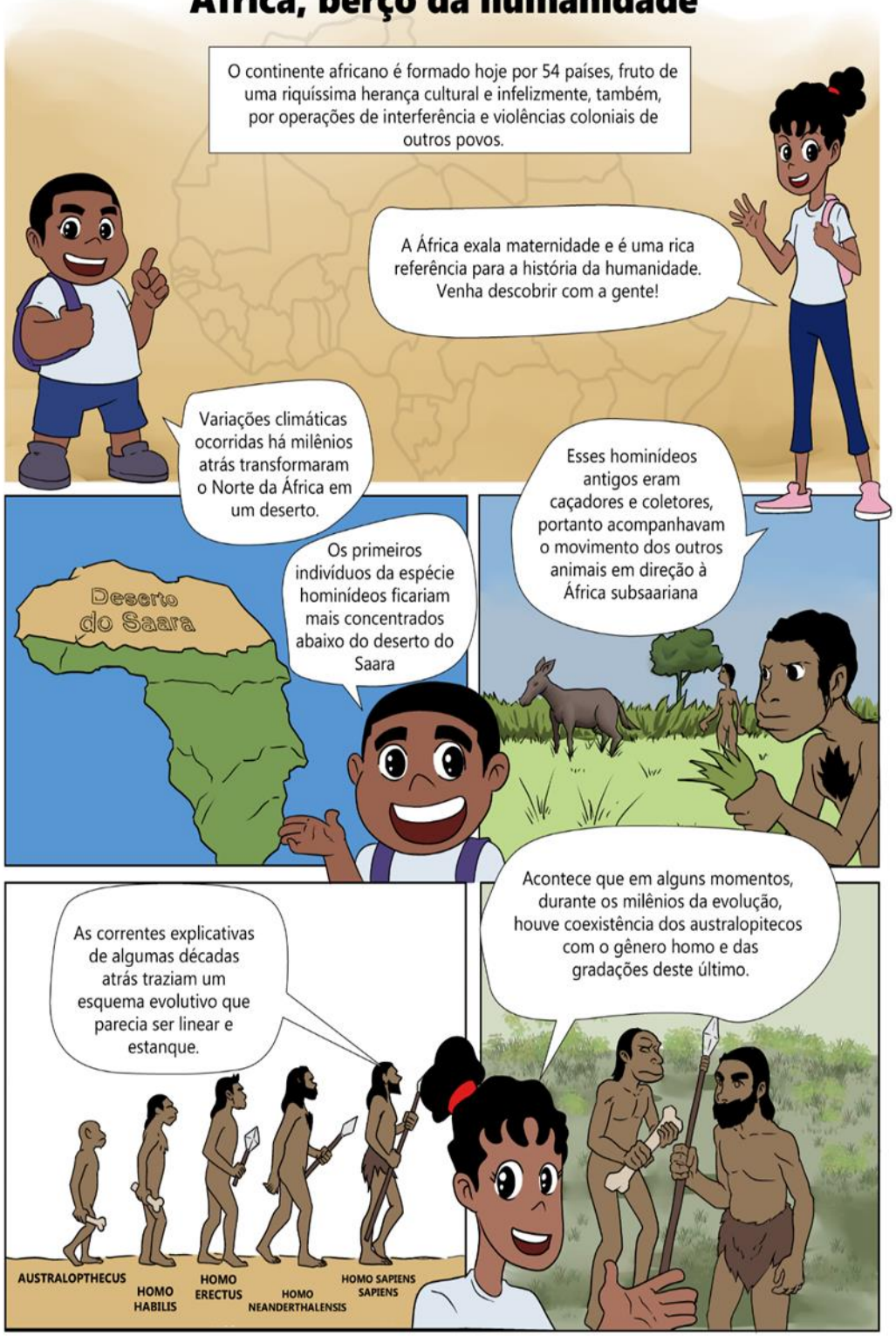
África enquanto berço da humanidade – a grande mãe, narrativas e ancestralidade

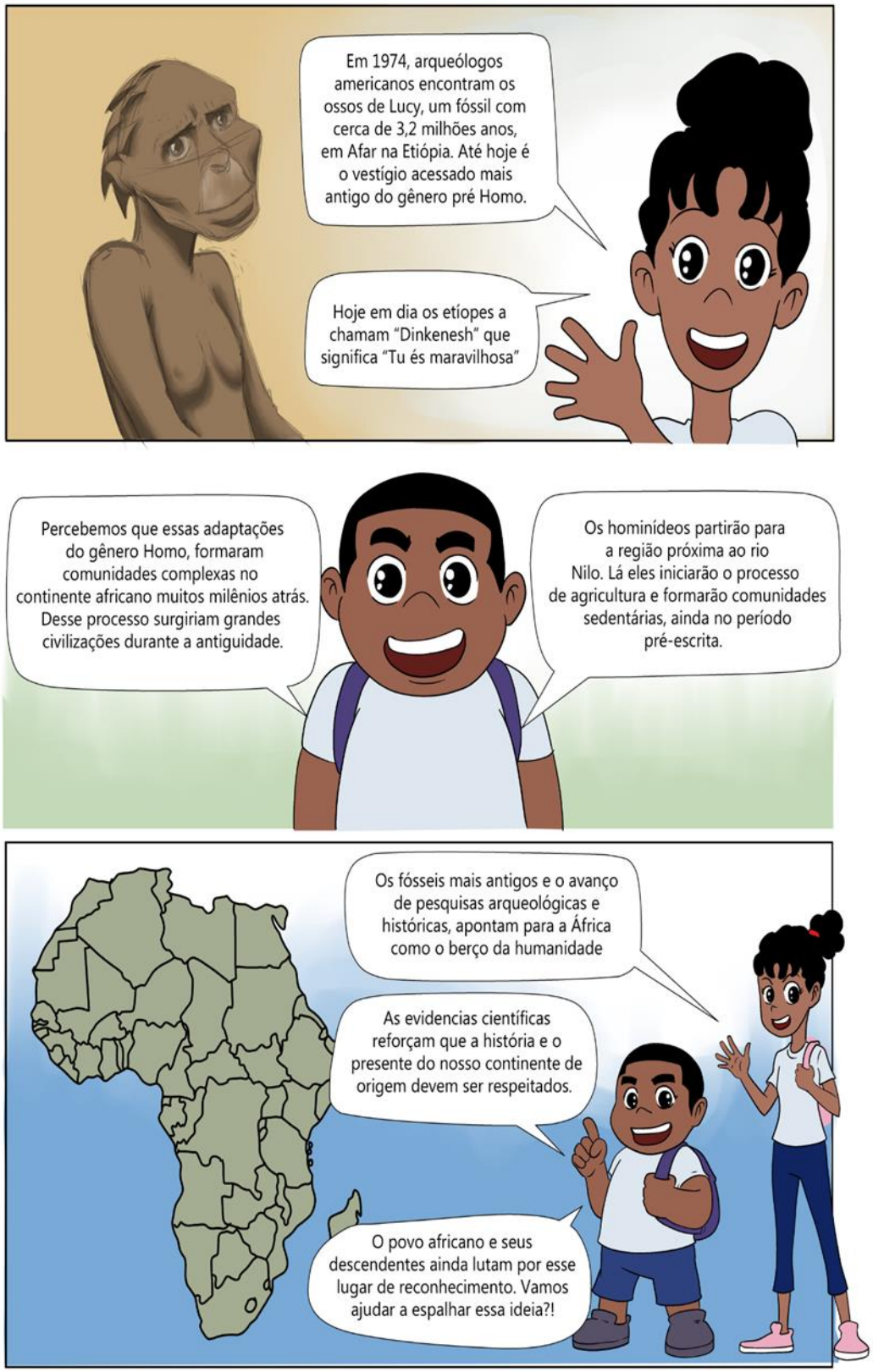
Esta temática, foi brevemente trabalhada com as turmas, nas aulas onde explicamos as teorias de Charles Darwin, quando se debruça sobre a explicação do surgimento das espécies, inclusive a humana, dando destaque ao processo evolutivo que investigou e difundiu em sua tese.

Havia muito material mais detalhado a ser levantado e a construção da síntese dessas informações exigiu um tempo maior, portanto decidimos que seria mais prudente a elaboração de um roteiro quadrinizado para um momento posterior. A decisão nos pareceu acertada e a narrativa quadrinizada a seguir fará parte do nosso laboratório de quadrinhos históricos que pretendemos organizar para o início do segundo semestre, logo depois que voltarmos do recesso escolar. Mais uma vez Fernando Muniz executou brilhantemente seu trabalho e deu conta de transformar nosso croqui em um quadrinho extremante didático, simples, rico em informações e que comunica com uma imagem doce a atrativa.

Decidimos escolher uma data para organização de nosso laboratório de quadrinhos durante o andamento do segundo, seguindo, assim, com nossas observações investigativas e intencionais.

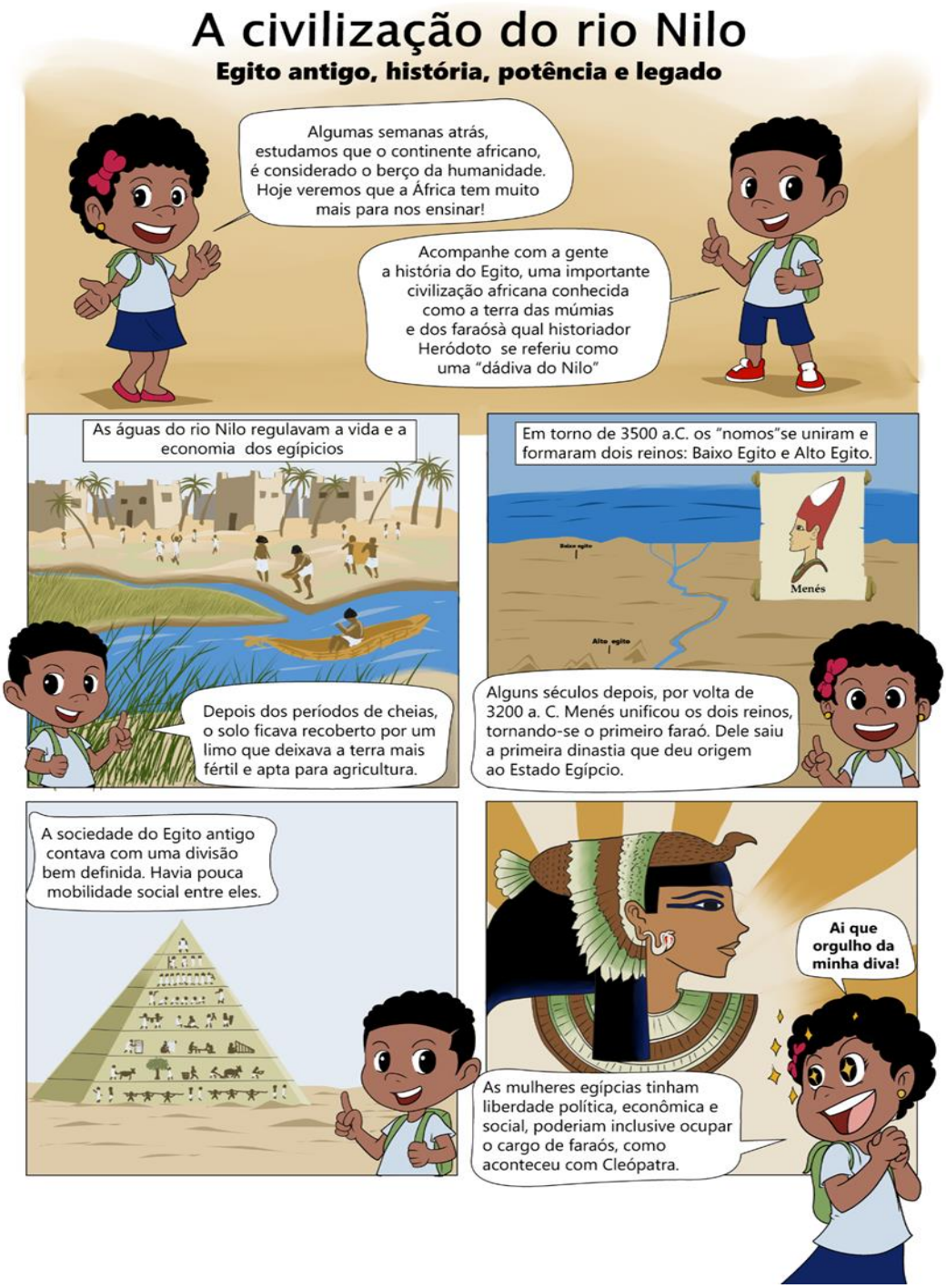
África, berço da humanidade




Em 1974, arqueólogos americanos encontram os ossos de Lucy, um fóssil com cerca de 3,2 milhões anos, em Afar na Etiópia. Até hoje é o vestígio acessado mais antigo do gênero pré Homo.
Hoje em dia os etíopes a chamam "Dinkenesh" que significa "Tu és maravilhosa"
Percebemos que essas adaptações do gênero Homo, formaram comunidades complexas no continente africano muitos milênios atrás. Desse processo surgiriam grandes civilizações durante a antiguidade.
Os hominídeos partirão para a região próxima ao rio Nilo. Lá eles iniciarão o processo de agricultura e formarão comunidades sedentárias, ainda no período pré-escrita.
Os fósseis mais antigos e o avanço de pesquisas arqueológicas e históricas, apontam para a África como o berço da humanidade
As evidencias científicas reforçam que a história e o presente do nosso continente de origem devem ser respeitados.
O povo africano e seus descendentes ainda lutam por esse lugar de reconhecimento. Vamos ajudar a espalhar essa ideia?!

História da Antiguidade africana – Grandes reinos e seus legados

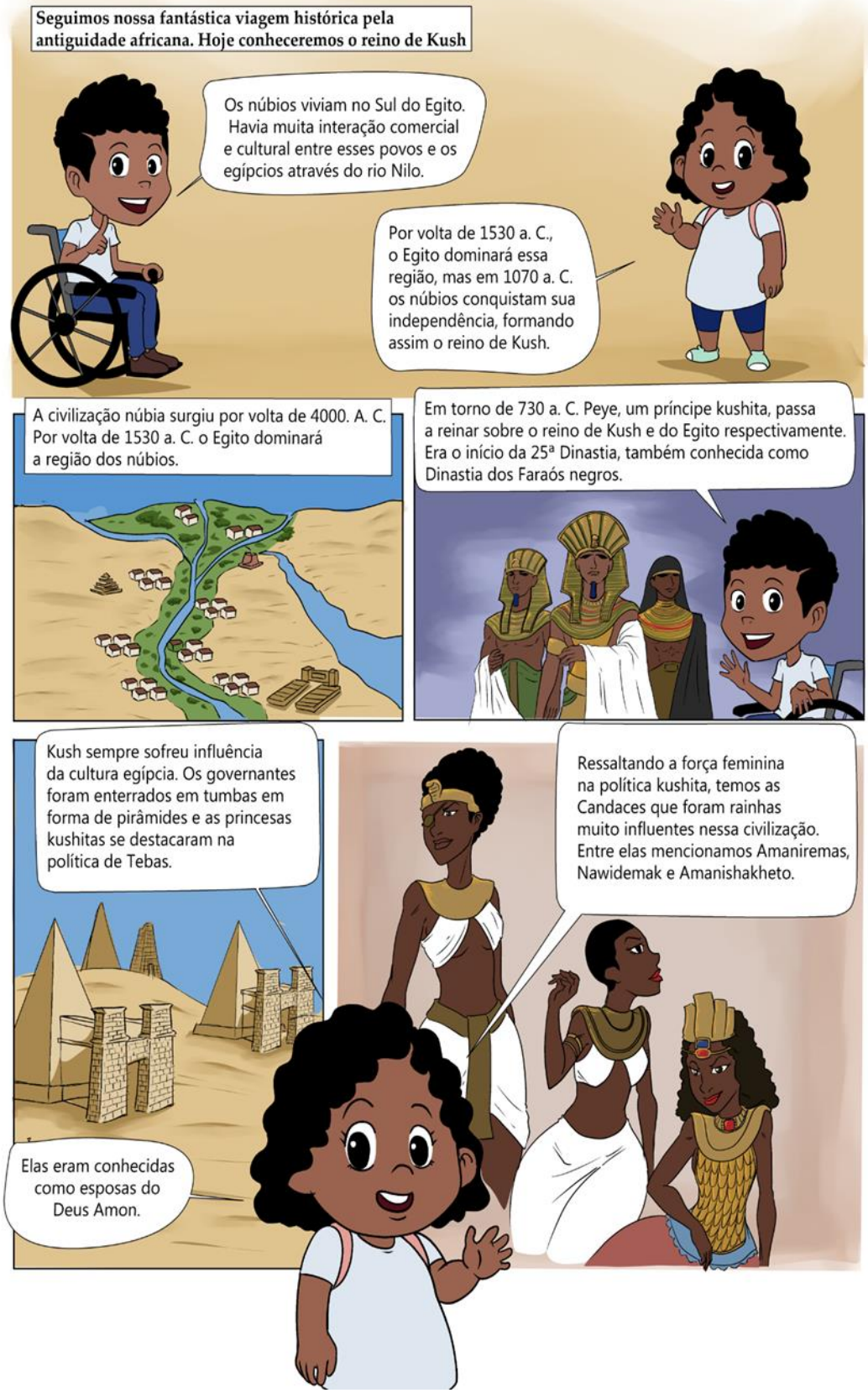
Em meados do segundo bimestre a interação entre professora e os/as estudantes havia avançado bastante, além disso a familiaridade com o uso dos quadrinhos históricos em nossas aulas era mais perceptível. Desenvolvemos duas HQ`s sobre a Antiguidade africana uma sobre o Egito Antigo e outra sobre o Reino de Kush.



Havia grande sofisticação científica na civilização egípcia. Entre esses saberes estavam a astronomia, conhecimentos médicos cirúrgicos e anatomia, arquitetura, contagem de tempo, além da escrita hieroglífica
Os egípcios eram politeístas. Cultuavam vários deuses que estavam ligados aos fenômenos naturais. Poderiam ter Formas humanas, formas de animais ou biformes.
Cultura, religiosidade, ciências variadas, organização política e econômica, estão entre os legados que esta civilização africana deixou para nós até a atualidade.
O Egito é um belo exemplo de que a África ultrapassa o papel de berço da humanidade. Este continente é uma fonte inesgotável de ancestralidade, conhecimentos e potência.
Exatamente como nós somos!

Reino de Kush

Candaces, riquezas, sofisticação artística e política



Na sucessão do reino havia uma escolha entre alguns candidatos, em seguida era feita a consulta ao oráculo para confirmar se havia aprovação espiritual.
Havia um sistema de captação de águas bem eficiente entre os kushitas, começando com instrumento chamado shaduf e depois com a saqia. Investiam na criação de gado, agricultura, artesanato e mineração, além do comércio de ouro, ébano, incenso e marfim.
O reino de Kush vai ficar enfraquecido pela perda das rotas comerciais e pela ascensão do reino de Axum, por volta de 350 d. C.
Os kushitas deixaram um importante legado como a escrita meroítica, templos, pirâmides, sarcófagos, estátuas, artes de ourives.
Egito, Kush e Axum são apenas três exemplos da grandiosidade da África antiga. Nesse grupo poderíamos citar toda região da Núbia, Cartago, Gana e muitos outros.
Sem contar os impérios de Mali, de Oyo (Iorubás) e Songai que se desenvolveram na Idade Média ocidental. Tudo muito lindo e inspirador de se aprender!
Nem os ardilosos séculos de colonização, exploração e tentativa de silenciamento da nossa ancestralidade conseguem apagar nossa relevância.
África era, é, e sempre será uma grande referência para toda humanidade!

História do Brasil antes da chegada dos europeus e história das mulheres do atual território brasileiro

Antes do final do primeiro semestre trabalhamos com duas temáticas que envolvem os povos originários do Brasil, nas primeiras aulas tratamos da existência das etnias antes da chegada dos europeus e terminamos com uma discussão sobre os significados do Dia dos Povos Indígenas estabelecido no dia 19 de abril. Em seguida trabalhamos com a história e contemporaneidade das indígenas mulheres do atual território brasileiro. Nesses encontros utilizamos uma obra quadrinizada da artista indígena amazonense Raquel Teixeira[527] com a qual estabelecemos um feliz contato por redes sociais. Pretendemos, portanto organizar nosso próprio material quando realizar nosso laboratório de quadrinhos históricos no semestre corrente. Nesse labor temos buscado referências bibliográficas que abordem o papel cultural e social que ocuparam desde recortes temporais remotos e a manutenção de referências ancestrais para descendentes na contemporaneidade.

Conteúdos programáticos semelhantes, abordagens específicas: narrativas dos livros didáticos e narrativas históricas quadrinizadas, impacto das linguagens nas emoções e aprendizagem.

Com o retorno das aulas no segundo semestre pretendemos organizar nosso laboratório de quadrinhos históricos e com essa dinâmica observar e catalogar de forma sistemática as impressões dos/das estudantes em relação às emoções que mobilizam quando nos deparamos com uma aula de história que traz uma história em quadrinho como material didático básico.

Ainda estamos amadurecendo a metodologia capaz de registrar de forma mais precisa possível as sensações, os afetos e sentimentos que perpassam a subjetividade dos/das estudantes antes – sempre comunicamos com antecedência o dia faremos a leitura das HQ`s – durante e depois que ministramos uma aula utilizando quadrinhos.

Para o dia do laboratório pensamos em deixar todo material impresso preparado e organizar uma leitura na ordem das aulas que foram ministradas no primeiro semestre. Começaríamos com as narrativas criacionistas; em seguida leríamos África, berço da humanidade; passaríamos para antiguidade africana com os quadrinhos sobre Egito

[527] "Por que não se comemora O Dia do Índio?" https://minadehq.com.br/dia-dos-povos-indigenas-quadrinho-raquel-teixeira/ . Consultado em 18/08/2024

Antigo e Reino de Kush; finalizando com os quadrinhos sobre a história dos povos originários. Como há uma quantidade considerável de obras, cogitamos também a possibilidade de diluirmos o laboratório em dois encontros, dentro de uma mesma semana, começando nossos trabalhos na aula da terça-feira e concluindo na quinta-feira.

Ao final das leituras iniciaremos nossa roda de conversa onde os/as estudantes serão perguntados sobre os conteúdos ministrados; sobre a diferença que percebem entre a leitura dos textos dos livros didáticos e das historietas; como eles/elas se sentem com esse tipo de aula; se gostam de quadrinhos; se sentem-se mais ou menos envolvidos nas aulas com esse tipo de abordagem; se acreditam que aprendem melhor com abordagens mais lúdicas; se aprendem melhor quando criam uma relação mais cordial e afetiva com professores/as e entre os colegas de classe e finalmente se eles/elas consideram as relações afetivas importantes para a aprendizagem. Dessas perguntas tentaremos focar em dois pontos essenciais de nossa pesquisa que pretende explicar como a mobilização das narrativas históricas gráficas (quadrinhos) tocam afetivamente a cognição dos/das estudantes e qual o papel das emoções no aprendizado de história.

Nossas hipóteses iniciais estão sendo construídas seguindo a seguinte linha de raciocínio. Acreditamos que estudantes conseguem aprender com mais qualidade através da leitura dos quadrinhos históricos, pois se envolvem mais nas aulas com esse tipo de material didático, artístico e lúdico. Uma abordagem adequada, sensível e mobilizadora se comunica melhor com a realidade dos/das estudantes. Há importância das emoções no processo de aprendizagem, uma vez que seres humanos são relacionais. Relações amorosas e saudáveis curam e abrem caminhos para experiencias escolares significativas e eficazes, refletindo na aprendizagem dos/das estudantes. Segundo bell hooks: "se todas as políticas públicas fossem criadas no espírito do amor, não teríamos que nos preocupar com o (...) fracasso de escolas em ensinar às crianças"

Referências:

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. *Henri Wallon: Psicologia e educação.* São Paulo: Editora Loyola, 2000.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.* São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FRONZA, Marcelo. Narrativas históricas gráficas como expressão da aprendizagem histórica de jovens estudantes do ensino médio: perspectivas da educação histórica. *Revista História Hoje,* v. 4, n. 8, p. 81-103, 2015.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas.* São Paulo: Elefante, 2020.

GUARANI, Emerson; PREZIA, Benedito. *A criação do mundo e outras belas histórias indígenas.* Goiânia. Editora Formato. 2011

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás.* São Paulo. Companhia das letras. 2001.

Colônias agrícolas por não portugueses na Bahia oitocentista: a indústria cafeeira e a utilização de braços cativos em uma área periférica

Ramom Pereira de Jesus Moreira[528]
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Ronaldo Vainfas
Bolsista FAPERJ

Aspectos gerais

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Colonização estrangeira do Sul da província da Bahia: a colônia Leopoldina, manutenção e conservação da família escrava entre 1818-1888" O texto busca algumas questões iniciais que compõe o primeiro capitulo da tese. Para tanto, discutiremos em alguma medida a concessão de terras para estrangeiros europeus não portugueses a partir de 1808 como fruto de uma política colonizadora aplicada por D. João VI e mantida por seus sucessores que pretendiam o povoamento das áreas com "insuficiente" povoamento.

Interessa-nos principalmente a formação da Colônia Leopoldina a partir de 1818 situada entre a vila de aravelas e a Vila Viçosa pertencentes a antiga Capitania de Porto Seguro, o capitulo mais amplo buscou uma analise sobretudo dos elementos que fizeram desta colônia composta por suíços, alemães e franceses uma importante zona agrícola que se dedicava ao cultivo e exportação de café baseado no trabalho de escravizados africanos. Assim sendo, aqui apresentaremos algumas das questões norteadoras que contribuíram para a elaboração do texto de qualificação, não pretendemos com isso dar as discussões aqui postas como acabadas tendo em vista que a pesquisa encontra-se em desenvolvimento.

Abre-se o século XIX e com ele uma série de modificações no que diz respeito a organização e administração do Brasil, ainda na condição de colônia portuguesa. Essas modificações tornaram-se ainda mais sistemáticas com a transmigração da família real portuguesa bem como de uma elite palaciana em 1808, a essa altura a colônia passa a se caracterizar como sede do governo metropolitano. Esses acontecimentos marcaram

[528] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: "Colonização estrangeira do Sul da província da Bahia: a colônia Leopoldina, manutenção e conservação da família escrava entre 1818-1888", sob orientação do Dr. Ronaldo Vainfas, bolsista: FAPERJ

ainda o fim do Antigo Sistema Colonial. Considera-se que o Antigo sistema colonial vai da expansão ultramarina até a revolução industrial, para Amaral Lapa (1982) diz que no caso brasileiro a cronologia de ascensão e crise do antigo sistema colonial se aplica perfeitamente, indo do período de "conquista" até a chegada da família real nas primeiras décadas do século XIX.

A partir deste período reforçou-se uma antiga intenção da coroa portuguesa, que dizia respeito a ocupação dos espaços com pouco ou nenhum povoamento[529], neste sentido permaneceu o uso de antigas práticas de incentivo colonizador, como a doação de lotes de terras em sesmarias, buscando com isso aquecer o processo de ocupação territorial ao mesmo tempo em que a coroa portuguesa se resguardava dos custos com essa empreitada.

Como resultado desse desejo e fruto da política joanina de ocupação territorial decretou-se em 25 de Novembro de 1808 um documento que garantia a doação de terras em sesmarias para imigrantes europeus.

> DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808
> Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, aumentar a lavoura e a população,que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam concederdatas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassalos, sem embargo de quaisquer leis ou disposiçõesem contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor[530].

Fica evidente que o decreto de 25 de Novembro de 1808, retomava uma antiga prática da coroa portuguesa, que havia sido adotada ainda no início da colonização de suas terras conquistadas na América. "Deve-se esclarecer que esta solução de doar capitanias já era um comportamento antigo dos reis portugueses, conforme a ocupação das ilhas oceânicas, também tentada em Angola" (TAVARES, 2001, p. 81). Evidencia-se portanto que estas medidas adotadas pelo rei de Portugal, não foram tendências exclusivas do Brasil colônia, no entanto o que nos parece é que essas práticas dinamizavam e diferenciavam-se em tempos e espaços distintos. "O sistema de donatarias foi utilizado ao longo da experiência colonial portuguesa como um recurso para a colonização de regiões em que o Estado monárquico não possuía condições de

---

[529] Vale ressaltar que as regiões tidas como não povoadas eram em sua grande maioria ocupadas por populações indígenas que de alguma maneira permaneciam ocupando áreas tidas como de Sertões. Sendo assim, eram despovoadas na visão do colonizador.
[530] *Coleção das Leis do Brasil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166. Grifo nosso.

povoar e beneficiar diretamente" (CANCELA, 2012, p. 98).

No tocante ao decreto assinado por D. João VI percebe-se uma série de modificações no que diz respeito a política de doações de terras, o que antes era algo restrito aos colonos portugueses vassalos do rei, agora estendia-se a estrangeiros europeus de outras nacionalidades residentes no Brasil.

Percebe-se que um dos maiores anseios do governo português ao permitir a doação de terras para imigrantes europeus era que estes pudessem instalar aqui suas industrias, tendo em vista que a economia brasileira ainda no século XIX tinha como base a agricultura deexportação que pautava-se no trabalho escravo.

Vale ressaltar que durante muito tempo as atividades voltadas para as pequenas propriedades eram atividades vistas como secundarias. Para Vera Lúcia Amaral Ferlini (1988) o modo de produção colonial, isto é, aquele baseado na grande propriedade de monocultura e escravista, consagrava o poder dos grandes proprietários de terra, ao mesmo tempo em que impedia ou pelo menos dificultava o desenvolvimento de outras atividades ainda que elas indiretamente permanecessem atendendo aos interesses da grande lavoura mercantil. Neste sentido a economia colonial pautava-se principalmente pela escravidão, monocultura e grande propriedade. Contudo, nota-se que a partir de 1808 a produção para subsistência ou mesmo a produção para o mercado interno surge como uma necessidade para a construção de um novo projeto de Estado.

É possível pensar que a política de incremento ao processo imigracionista para o Brasil teve início ainda ao final do século XVIII, como sugerido por Lucelinda Corrêa (2005) estendendo-se até as primeiras décadas do século XX. A ampliação ao direito de acesso à terra para estrangeiros dada a partir das políticas joaninas encontraram também espaço durante o período imperial e da República Velha.

É possivel pensar que a política de imigração buscava um incentivo ao branqueamento da população, a formulação de uma classe média rural que não ferisse ao interesses da elite agrária aqui já estabelecida, essa pretensa burguesia rural que aqui se formaria seria fundamental na mudança da estrutura agrária do país, desvinculando-se do uso de trabalho escravo. Buscava-se assim "transformação de relações sociais pela difusão de novas relações de trabalho ou mesmo pelo estabelecimento de diferentes relações de troca capazes de influenciar as práticas tradicionais" (LYRA, 1982, p. 6).

No que diz respeito ao incentivo para com a vinda de famílias de emigrantes não portuguesas, temos por parte da província da Bahia uma importante Região captadora

desta gente. A província da Bahia vai se inserir diretamente no processo de formação de colônia agrícolas em diferentes pontos do seu território, a morfologia baiana nos permite entender que o desenvolvimento do território não se deu de forma uniforme, bem como entender que para cada região deste vasto espaço o processo de colonização não se deu de maneira compassa, assim sendo, "no contexto do Brasil imperial ainda na primeira metade do século XIX, as colônias agrícolas da Bahia seguiam o modelo adotado pela política joanina, que consistia em ocupar os "vazios" do território" (JONES, 2014, p. 21).

Sob o interesse de ocupação dos Serões coloniais, temos um grande fluxo emigratório para a parte Sul da Província, região que corresponde as dimensões das antigas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Ao tomar a política imigrantista como projeto, os dirigentes da província da Bahia ambicionavam a solução para dois problemas eminentes, a ausência de povoação na parte Sul da província, ou pelo menos a criação de espaços entendidos como produtivos e não regiões ociosas como eram consideradas algumas vilas que pertenciam a antiga capitania de Porto Seguro, buscando assim resolver questões de crise do abastecimento de gêneros alimentícios, a outra questão fundamental aos políticos baianos seria o de suprir a evasão de braços aptos para o trabalho que se previa com o desenrolar das leis que colocaria fim ao trabalho escravo.

A partir de uma documentação levantada no Arquivo Púbico do Estado da Bahia (APEB) foi possível visualizar um intenso transito promovido pelos presidentes da província da Bahia, bem como pelos dirigentes das companhias de colonização ou de outros órgãos que se ocupavam desta empreitada desejada pelo governo imperial e executada em grande medida pelos dirigentes provinciais que por meio de atos adicionais eram imbuídos de autonomia para a execução do mesmo.

A partir desta documentação é possível notar um conjunto de medidas dirigidas pelo Estado para viabilizar a instalação das colônias agrícolas na Bahia, para tanto é possível perceber que estas colônias variavam entre colônias estrangeiras, colônias mistas e colônias agrícolas-militares. A documentação indica ainda que havia a presença de agentes brasileiros em diferentes partes do globo, assim como o imperador podia contar com os serviços particulares do Barão Von Schaeffer entre os estados alemães, os presidentes provinciais na Bahia contavam também com seus próprios emissários que atuavam em diferentes pontos.

Neste sentido cabe questionar os motivos pelos quais o governo provincial da Bahia apostou no projeto imigratório ao longo do século XIX, ainda que de imediato a formação das colônias agrícolas sejam elas compostas por europeus, nacionais ou mistas

não atenderam – pelo menos não em sua totalidade - diretamente aos interesses do governo imperial, que buscava o aumento populacional nas áreas "não habitadas" e a pretensa transformação das relações de trabalho que fossem capazes de superar os modelos já estabelecidos, o que de fato não veio acontecer.

> No caso do Brasil a vinda de imigrantes relacionou-se a diversas questões como a ocupação de porções desabitadas do território, a substituição da mão de obra escrava embargada com o fim do tráfico atlântico e, mais tarde, com a abolição e a formação de uma classe de trabalhadores livres e moralizados, sustentado nas ideias de modernização e progresso dominantes (JONES, 2014, p. 10).

A partir destas prerrogativas elucidadas por Cleiton Jones (2014) entende-se os motivos pelos quais a Bahia buscou ao longo de todo esse período enquadrar-se naquilo que o autor chamou de "ideias de modernização". Outros dois fatores que podem justificar o pioneirismo baiano são: A mudança da capital do império, deixando de ser Salvador e passando ser o Rio de Janeiro e mais adiante com o fim do tráfico Atlântico em 1850 e o advento do tráfico interprovincial de cativos tonou-se cada vez mais difícil a manutenção da escravaria, neste sentido tem-se uma saída muito grande de cativos de diversas regiões da Província da Bahia para abastecerem as plantações de café de outras províncias. "Para a formação dessas colônias,o governo central além de ceder gratuitamente as terras onde se assentariam, contribuía tambémpara o pagamento de passagens e diárias para os colonos recém-chegados" (LYRA, 1982, p. 18).

A primeira fase de imigração de estrangeiros não portugueses para a província da Bahia, aconteceu durante a primeira metade do século XIX, quando se tem notícias da formação de algumas colônias agrícolas, no entanto foi só a partir de 1818 que se efetivou no Sul da província da Bahia, a formação de uma colônia inteiramente composta por imigrantes europeus.A respeito da formação das colônias, podemos identificá-las a seguir: Almada (1816), São Jorge dos Ilhéus (1822), Leopoldina (1818), Frankental (1821), Rio da Salsa (1818), Santa Januária (1828) (JONES, 2014).

Das colônias constituídas na primeira metade do século XIX na Província da Bahia interessa-nos aqui a formação da Colônia Leopoldina composta principalmente por suíços, alemães e anos depois era integrada também por alguns nacionais. A colônia Leopoldina configurou-se como a experiência de colonização de maior notoriedade na Província da Bahia,não só pela longevidade (cerca de 70 anos de atividade) como também pelo seu papel de relativo destaque na economia baiana, ocasionada principalmente por conta da produção de café para exportação.

A Colônia Leopoldina, foi constituída na atual Região Extremo Sul da Bahia, nas

proximidades da antiga Vila Viçosa e da Comarca de Caravelas (Vila Santo Antônio das Caravelas). A vila de Caravelas foi elevada à categoria de cidade na primeira metade do século XIX, por intermédio da Lei nº 521, uma vez que a mesma já possuía uma estrutura administrativa que davam conta das demandas locais (MOREIRA, 2014, p. 25). Caravelas dedicava-se a produção agrícola de consumo, atuando principalmente na produção de Farinha. A farinha produzida nesta região também ajudava abastecer em alguma medida a cidade da Bahia[531] e algumas regiões do recôncavo.

Lucelinda Correa (2005), aponta que a princípio a Colônia Leopoldina era composta por três fazendas: Riacho D'Ouro, Pombal e Helvécia [*Helvétia*], cujos proprietários eram de origem suíça e indivíduos que compunham reinos que posteriormente deram origem ao Estado da Alemão.

De acordo com Henrique Lyra, a criação da Colônia Leopoldina deu-se como obra do cônsul hamburguês Peyckr juntamente com os naturalistas George Eilhem Freyreiss e Morhartdt e os suíços Abrão Laughan e David Pache. Também outros imigrantes alemães e suíços residiam e trabalhavam nas terras da colônia "[...] 130 pessoas livres entre estrangeiras e nacionais, e mais de 1.000 escravos" (CORREA, 2005, p. 92). Essas informações podem sertambém confirmadas pela carta assinada pelo Doutor em *Philos* e Medicina João Conrado Lang quando sinalizou que "as plantações que existem no lugar chamado Colônia Leopoldina e quepertencem a estrangeiros nas quais se cultiva o café em braços escravos"[532].

Neste aspecto, é possível aferir que uma das causas que possibilitaram uma maior longevidade da Colônia Leopoldina foi o uso incisivo de trabalhadores negros em estado de escravidão. Ao mesmo tempo que essa ação em aguma medida desrespeitava a prerrogativas estabelecidas principalmente a partir de 1845 com uma normativa que deveria regular as concessões de terra, no entanto isso garantia uma participação da Bahia na economia cafeeira que encontrava-se em franco desenvolvimento no Brasil Império.

Emília Viotti da Costa (1999, p. 308) aponta que no ano de 1948, a população da colônia Leopoldina era de 1.130, sendo desses 1.000 escravos e apenas 130 brancos livres, a autora indica ainda que neste mesmo ano a colôniaLeopoldina chegou a

[531] Segundo João José Reis, a cidade da Bahia fazia referência a cidade de Salvador ao longo de todo século XIX ouantes dele. Cf. REIS, João José. *Ganhadores:* A greve negra de 1857 na Bahia. 1ª ed. São Paulo: Companhia dasLetras, 2019.
[532] Arquivo Público do Estado da Bahia, Colonos e Colônias, maço 4607, Salvador.

exportar cerca de 70.000 arrobas de café. Assim sendo o então presidenteda província da Bahia o Sr. João Mauricio Vanderley, em 1855 indicou que:

> Foi fundada em 1818, no município de Vila Viçosa à margem do rio Peruhype. Ignora- se o número de colonos que para ali tem entrado desde a época de sua fundação até hoje; mas o seu estado é relativamente florescente. Entretanto não pode ser considerada como uma colônia regular; por quanto na agricultura empregam-se quaseexclusivamente braços escravos[533]

A colônia Leopoldina por algum tempo adequou-se as prerrogativas que haviam sido estabelecidas pelo decreto de 1808, contudo, a agricultura familiar entrou em decadência tendoem vista a ausência de políticas que garantissem um sistemático apoio aos imigrantes vindos para a Bahia, além das dificuldades que se tinha em desenvolver nestes espaçosempreendimentos de grande escala utilizando apenas mão de obra livre e familiar, estas e algumas outras insatisfações motivaram os colonos europeus a introduzir mão de obra escravizada em suas terras, descaracterizando assim aquilo que foi idealizado para as colônias agrícolas cedidas aos colonos europeus. Ao mesmo tempo que o uso de trabalhadores escravizados garantia o aumento da produção cafeeira e introduzia a Região Sul da Província da Bahia nas atividades econômicas de grande escala do período Imperial, fazia também com que a mesma perdesse o *status* de colônia agrícola aos moldes do decreto de 25 de Novembro de 1808.

Sobre o estado de florescimento da colônia Leopoldina Francisco Gonçalves Martins apontou: "Tive ocasião de visitar as plantações dos colonos e seus bem mantidos estabelecimentos, em que a ordem e a perfeição indicam a presença da esclarecida indústria europeia"[534]. Nesta fala, o presidente da província, faz saber que este desenvolvimento se dava pela indústria europeia e não pelo fato de os colonos haver perpetuado o *modus operandi* dos agricultores brasileiros no qual se configurava pela grande extensão rural com atenção voltada aos itens de exportação sendo executados por braços cativos.

No mesmo relatório consta que já no ano de 1852 a colônia Leopoldina exportou através do porto de Caravelas 70 mil arrobas de café além de outros itens de consumo, acreditamos se tratar principalmente da farinha de mandioca, principal item subsidiário produzido na região e exportado através do mesmo porto. Francisco Gonçalves Martins

---

[533] Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor João MaurícioWanderley no dia 1º de março de 1855. Salvador: Tipografia de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855, p. 40.

[534] Fala que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província no 1º de março de 1852, p. 45.

indicou ainda que a população da povoação agrícola era bastante matizada, conta pouco mais ou menos 54 pessoas estrangeiras, 400 brasileiros, entrando neste último número 50 filhos daqueles, e cerca de 1600 escravos. Sobre o número de brasileiros inseridos na colônia Leopoldina o relatório provincial de 1852 foi o único que indicou uma presença mais expressiva de brasileiros, outros documentos indicam uma pequena parcela de brancos livres entre europeus e nacionais e a maioria de cativos africanos e seus descendentes[535].

É possível perceber que a região Sul da Bahia, encontrava-se intimamente ligada ao tráfico de escravos africanos, especialmente os colonos estrangeiros que integravam a colônia Leopoldina, o que fortalece o entendimento que mesmo após a proibição do tráfico de escravosafricanos ocorreu um aumento significativo tanto da produção do café, como também no número da população cativa.

Neste sentido em um aspecto mais amplo propomos uma discussão social da economiada Colônia Leopoldina e do Sul da Bahia no decorrer do século XIX, tendo em vista que enquanto diversas partes da província encontrava-se sob o terror de uma suposta crise econômica podemos aferir que o tráfico interno aquecia a região Sul da província e garantia aosfazendeiros leopoldinenses mão de obra para suas lavouras cafeeiras inserindo essa região em atividades de larga escala.

Referências:

CANCELA, Francisco. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808).* 2012. 337 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

_____. A presença de não-índios nas vilas de índios de Porto Seguro: relações interétnicas, territórios multiculturais e configuração de identidade – reflexões iniciais. *Espaço Ameríndio,* Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 42-61, jul./dez. 2007.

CARMO, A. F. *Colonização e escravidão na Bahia: A Colônia Leopoldina (1850 – 1888).* Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. Dissertação (Mestrado em História Social).

CORREA, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento: A colônia de Leopoldina. *GEOgraphia,* ano 7, n. 13, p. 87-111, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos.* 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

[535] No relatório provincial de 1847 consta que na colônia Leopoldina havia a presença de apenas 130 pessoas livres entre estrangeiros e brasileiros e que o número de escravizados era de 1.267.

JONES, Cleiton Melo. “Vem aí a imigração”: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado).

LAPA, José Roberto do. *O antigo sistema colonial.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

LYRA, Henrique Jorge Buckingham. *Colonos e colônias – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX*. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. A “crise” de mão-de-obra e a criação de colônias agrícolas na Bahia: 1850 – 1889. In: CARRARA, A. A.; DIAS, M. H. (orgs.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau.* Ilhéus: Editus, 2016. p. 233-305.

MOREIRA, Uerisleda Alencar. *Laços afetivos e familiares: relações parentais legitimadas nos ritos católicos em Caravelas, BA, entre 1840-1860.* 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus.

MOTTA, Márcia. *Direito à terra no Brasil: a gestão do conflito 1795-1824.* São Paulo: Alameda, 2012.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia.* São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

Sílvio Romero e as teorias raciais na passagem do século XIX para o XX (1875-1909)

Raphael Luís de Farias Silva
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva
Bolsista CAPES

Introdução

Este trabalho deriva do projeto de pesquisa de mestrado em andamento, e de mesmo nome, que se propõe analisar como se deu o debate em torno do conceito de raça no final do século XIX e início do século XX. Mais especificamente, partimos de meados da década de 1870, período em que as discussões sobre identidade, raça e abolição da escravidão começaram a ganhar destaque no meio intelectual, até a primeira década dos anos de 1900, contexto em que o Brasil está experienciando o pós-abolição. Em meio a esse cenário, os intelectuais da chamada geração de 1870 (ALONSO 2002) tiveram uma forte atuação utilizando-se de paradigmas cientificistas, como o positivismo e o darwinismo social.

Entendendo a importância desses intelectuais como agentes formadores e divulgadores de ideais e teorias, destacamos o professor, advogado, jornalista e crítico literário Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914). Sílvio Romero foi um dos intelectuais que mais se dedicou aos temas mencionados, elaborando artigos de jornais e obras literárias nos quais discutia identidade nacional, progresso, raça e miscigenação, além de constantemente entrar em conflito com outros intelectuais do seu tempo para defender suas ideias.

Da extensa bibliografia produzida por Romero, selecionamos para este trabalho as seguintes obras: os dois tomos de *História da Literatura Brasileira* (1903), *Machado de Assis: Estudo Comparativo da Literatura Brasileira* (1897), *Zeverissimações Ineptas da Crítica* (1909) e a obra *Estudos da Literatura Contemporânea* (2002), que se trata de uma versão comemorativa que reúne, em linguagem atual, obras escritas por Romero desde 1885 até 1905.

A escolha dessas obras se justifica pelo esforço nelas presente de debater sobre os conceitos de raça, identidade nacional e progresso, além de constantemente atacar outras interpretações acerca desses conceitos, o que as tornam ricas fontes para

entendermos e analisarmos as ideias e as referências teóricas de Romero. Junto a essas obras, também analisaremos sua trajetória, a fim de uma melhor compreensão acerca de suas motivações e influências no processo de concepção de suas ideias.

A trajetória inicial de Sílvio Romero

Sílvio Romero nasceu no dia 21 de abril de 1851 na cidade de Lagarto no Sergipe e devido aos surtos de doenças que a região enfrentara na época, como febre amarela e varíola, Romero viveu no engenho dos avós, o Engenho Moreira, até os 5 anos e depois disso ficou em Lagarto até os 12 anos, quando foi enviado para estudar no Ateneu Fluminense, e aos 17 anos retornou para o Norte para cursar direito na Faculdade de Direito do Recife (BARRETO 2002).

É importante ressaltar que, ao longo de suas obras, Romero sempre enfatizou as suas experiências de vida e falou sobre como estas acabaram por influenciá-lo, como quando, em resposta a José Veríssimo, ele fala sobre como a sua vivência no Sergipe, vendo e participando da cultura local, o permitiu entender a essência do povo brasileiro "a sua vida "nem até de lêr Cardim ou Gabriel Soares precisei eu para o notar: bastou-me nascer no Brasil, n'um bello recanto de Sergipe" (ROMERO 1909). Porém existem poucas citações sobre período em que que ele ficou no Ateneu Fluminense, uma das poucas vezes que Romero fala sobre esse período, é quando menciona ter conhecido Lopes Trovão (1848-1925) durante esse período (MENDONÇA 1938).

Em contrapartida, o período em que Romero retorna ao Norte para estudar direito é um dos que ele mais cita e valoriza ao longo de suas obras, seja por ser o momento em que ele tem contato com os novos paradigmas evolucionistas e cientificistas ou pelo contato com os intelectuais da Escola do Recife, os quais ele constantemente defende. Entre eles, é importante citar a figura de Tobias Barreto, um dos nomes mais importantes da Escola do Recife e alguém por quem Romero nutria grande admiração e respeito, sempre citando-o em seus trabalhos.

Esse período coincidiu com o momento em que diversos jornais e revistas começaram a divulgar teorias científicas e filosóficas que foram fortemente apropriadas pela intelectualidade brasileira. Em termos de contexto histórico, cabe dizer que esse foi o momento também do pós-Guerra do Paraguai (1864-1870), evento esse que, em razão da forte participação dos escravos, acabou por incentivar uma maior reflexão sobre o papel dos negros no Brasil e sobre a escravidão. Vale dizer que muitas dessas novas ideias cientificistas alegavam um futuro impróspero para o país ao apresentarem a presença dos

povos negros e a mestiçagem como fatores que causavam a degeneração e o atraso da nação brasileira (MAIO; SANTOS 1996).

Foi em meio a esse cenário de apropriação de ideias como o positivismo e o evolucionismo, e de intensos debates sobre progresso, escravidão e identidade nacional, que Romero começou a elaborar as suas ideias de forma a rebater essas visões pessimistas que estigmatizavam a nação e o povo brasileiro. Por esse motivo, as ideias de raça, progresso e identidade nacional de Silvio Romero estão interligadas, de maneira que não se pode analisar uma separada da outra.

Esta breve contextualização sobre a trajetória de Romero se faz necessária para compreender as leituras e apropriações presentes em seu pensamento. A história intelectual, tal como trabalhada por Jean-François Sirinelli (2003), nos permite, a partir dos conceitos de geração e redes de sociabilidade, entender a importância de se pensar a época em que Romero estava inserido, já que indivíduos de uma mesma geração possuem experiências e paradigmas em comum que orientam amplamente suas leituras e concepções. Sirinelli também demonstra como as redes de sociabilidade, compostas por amizades e inimizades formadas no meio intelectual, são importantes influências, seja na forma e no conteúdo do seu discurso, seja nas leituras e paradigmas adotados.

Ao mesmo tempo, a dinâmica da circulação de ideias tal como trabalhada por Carlo Ginzburg (2004), nos permite perceber como as ideias, independente do contexto histórico e social, das barreiras culturais e das distâncias geográficas, podem, direta ou indiretamente, influenciar outros sujeitos. A abordagem proposta por Ginzburg nos permite entender como Romero teve acesso a ideias de pensadores estrangeiros como Hegel, Ernst Haeckel, Henry Thomas Buckle, Nietzsche, Schopenhauer, Gobineau, Schrerer e tanto outros intelectuais que ele cita ao longo de suas diversas obras.

Leituras e apropriação de ideias

Dado o devido destaque a trajetória de Romero e ao contexto em que ele se encontrava, devemos também analisar as principais leituras feitas por ele, de forma a entender como estas o influenciaram a formular suas próprias teorias raciais.

Conforme já esclarecido, as obras de Romero foram produzidas em um contexto marcado pelas discussões acerca do conceito de raça, de fim da escravidão e sobre qual seria a identidade brasileira. Para responder a essas questões, Romero leu e se apropriou das ideias de diversos autores, que muitas vezes divergiam entre si ou contradiziam as ideias que o próprio Romero viria a desenvolver.

Um dos autores mais influentes na escrita de Romero foi o conde Arthur de Gobineau (1816–1882). O autor do texto *Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, publicado entre 1853 e 1855, defendia a diferenciação entre as raças humanas, alegando uma superioridade moral e intelectual da raça branca e se opondo firmemente à miscigenação, já que essa geraria descendentes degenerados e inferiores (SOUSA 2008). Embora, conforme abordaremos posteriormente, Romero discorde de Gobineau no que diz respeito à miscigenação, ele se apropriou das ideias de diferenciação entre as raças e reconhecia a importância dos seus estudos. Chegou até mesmo a se referir a ele como um dos seus mestres: "Os meus verdadeiros mestres foram então Taine, Renan, Max-Müller, Scherer, Gubernatis, Bréal, Lenormant, de Gobineau" (ROMERO 1909).

Romero também se apropriou de autores que estudaram a influência das questões climáticas no desenvolvimento das raças e das civilizações, como o alemão Georg Gottfried Gervinus (1805-1871) e o britânico Henry Thomas Buckle (1821-1862). Ele defendia que as ações do clima influenciavam na evolução das raças, embora alegasse que esta influência era insuficiente para explicar completamente a evolução das diferentes civilizações, dizendo que "durante muitos milênios ele [o meio] pode formar as raças pré-históricas e esboçar os povos atuais, mas sua ação é tão lenta, que não se deixa notar nitidamente nas civilizações modernas" (ROMERO 2002, p. 128).

Outro autor importante para a escrita de Romero foi o francês Hippolyte Taine (1828-1893), que defendia que a compreensão do homem poderia ser realizada pela análise de três principais elementos: a raça, o meio e o momento histórico. A apropriação de Romero sobre estes três conceitos é evidente em suas obras. Nelas ele chega a utilizá-los como parâmetros para interpretar as obras de seus contemporâneos, como pode ser visto em sua breve análise sobre João Salomé Queiroga (1810-1878) : "teve a intuição da evolução literária do Brasil; a índole das raças, a ação do meio deveriam forçosamente modificar a mentalidade brasileira" (ROMERO 1903 A, p. 569). Em sua análise sobre Machado de Assis (1830-1908), pergunta: "Por que motivo pôde o autor de Várias Histórias desmentir assim tão flagrantemente as leis do meio, da raça e do momento?" (ROMERO 1897, p. 344).

Junto a todos esses autores, um dos mais influentes nas ideias de Sílvio Romero, e que serviu de base para a sua teoria literária, foi o francês Edmond Scherer (1815-1889), que defendia dois principais modos de se escrever uma história literária:

> "Ha dois modos, disso muito bem Edmond Scherer, de escrever a historia Litteraria : póde-se pender para as considerações geraes, referir os efteitos ás suas causas, distinguir, classificar. Mas póde-se tambem tomar por alvo reviver

> este mundo de poetas e escriptores do meio que tão grandes cousas produziu, procurar sorprender estes homens em sua vida de todo o dia, desenharlhes a physionomia, recolher as picantes anecdotas a seu respeito, e é forçoso declarar que esta segunda maneira de escrever a historia litteraria encerra muito attractivo". (ROMERO, 1903A, p. 5).

Romero acabou por optar pelo primeiro modo: "ha, porém, uma circumstancia que me vem justificar na escolha que faço do primeiro dos dois methodos descriptos por Scherer, e vem a ser: não existem documentos para se fazer a historia intima, pinturesca, viva e anecdotica dos escriptores do Brasil." (ROMERO, 1903A, p. 5). Por isso, passou a defender que a história literária do povo brasileiro se daria a partir de considerações, classificações e distinções das causas e efeitos dos hábitos e memórias do povo brasileiro. Como argumentado por Sirinelli, as discussões abordadas por uma geração em muito influenciam a elaboração e a escrita de um intelectual. A partir do forte debate racial desenvolvido em sua geração, Romero propôs que os elementos a serem distinguidos e classificados como causadores dos costumes e memórias do povo brasileiro seriam as três diferentes raças que compunham o país: a branca, a indígena e a negra.

Com base nisso, Romero classificou a importância de cada raça a partir de suas contribuições para o país. Defendeu, então, que a raça branca era a responsável pela civilização do Brasil e isso era o mais importante em sua constituição: "(…) o português é o agente mais robusto de nossa vida espiritual. Devemos-lhe as crenças religiosas, as instituições civis e políticas, a língua e o contato com a civilização europeia" (ROMERO 1903A, p. 132).

Já em relação as outras duas raças, negra e indígena, Romero admitia que ambas foram importantes para a construção do país, porém em um grau menor do que a raça branca. No momento de classificar a contribuição de ambas, Romero alegava que a raça indígena havia contribuído menos para o país. Sobre ela, afirma: "(…) ainda hoje foge diante da civilisação. Como que uma lei desconhecida o repelle para longe de nossas instituições" (ROMERO 1903B, p. 165). Sobre os negros, argumentava que haviam contribuído mais para o país por terem mais contato com a raça branca do que a indígena. Isto pode ser percebido no seguinte trecho:

> "O negro é adaptavel ao meio americano; é susceptível de aprender; não tem as desconfianças do indio ; pôde viver ao lado do branco, alliar-se a elle. Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em direito, medicina, ou engenharia; alguns commerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao indio; elle entra em larga parte em todas as manifestações de nossa actividade. Cruzou muito mais com o branco" (ROMERO 1903A, p.132).

Ao analisar a contribuição das populações negras e indígenas, Romero reconhece que elas foram importantes para a construção do país, mas, além de argumentar que suas contribuições foram menores do que as do branco, defende que eles não teriam a aptidão necessária para formar uma civilização voltada para os ideais de progresso e desenvolvimento: o "Brasil não deve contar seriamente com os indios e negros como elementos de uma civilisação futura, ainda que estenda até elles os benefícios do ensino primário" (ROMERO 1903A, p. 55). Em contrapartida, Romero entendia que o branco, ao contrário das populações negras e indígenas, não estava adequado ao meio americano. Assim, por entender que as três raças tinham contribuído, em diferentes níveis, para a construção tanto da cultura quanto do país e por entender que nenhuma delas estava realmente apta a levá-lo ao progresso, Romero propôs que o processo de mestiçagem era necessário para gerar descendentes com o melhor de cada raça, sendo adaptados ao meio como os indígenas e africanos e tendo o ideal de civilização dos povos europeus: "(…) transportemo-nos, em espirito, ao futuro do Brasil: ahi veremos um povo mixto, mais apto e capaz do que seus progenitores para a cultura das terras; porque serão habituados desde o nascimento ao clima e á vida do paiz" (ROMERO 1903A, p. 56).

O mestiço como identidade nacional

A defesa da mestiçagem é um ponto central das obras de Sílvio Romero que, além de apontar qual seria a verdadeira identidade do povo brasileiro, atacava as visões pessimistas desenvolvidas por pensadores estrangeiros que alegavam que a miscigenação era um fator que causava a degeneração e o atraso do país.

Em suas obras, Romero defendia que o representante da verdadeira identidade nacional era o mestiço, argumentando que a história e a literatura do país tiveram início a partir da chegada dos europeus e da sua interação com os indígenas e, posteriormente, com os negros. Por isso, dizia: "todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéas" (ROMERO 1903A, p. 4). E acrescentava: "Sabe-se que na mestiçagem a selecção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o typo da raça mais numerosa" (ROMERO 1903A, p. 55). Defendia também um processo de imigração controlado para aumentar o número de europeus no país e acelerar o processo da miscigenação, bem como o surgimento de um povo civilizado e adaptado ao meio americano.

A teoria de Romero dizia que: "(…) o mestiço, que é a genuina formação histórica brasileira, ficará só diante do branco quasi puro, com o qual se ha de, mais cedo ou mais tarde, confundir" (ROMERO 1903A, p. 54). Essa frase, conjugada à afirmação

de que o processo de miscigenação faria o tipo mais forte prevalecer, demonstra que, apesar de defender essa miscigenação, Romero pensava em um mestiço que não apenas seguisse os supostos padrões de civilização e progresso do homem europeu, mas também fosse um mestiço branco. Trata-se, portanto, de uma teoria não apenas da mestiçagem, mas também do branqueamento da população.

Embranquecimento e controle social

A defesa do embranquecimento da população não é algo exclusivo de Sílvio Romero, sendo um tópico amplamente debatido pela intelectualidade brasileira a partir de meados do século XIX e na primeira metade do século XX. Ao entenderem as populações não brancas como degeneradas, estes intelectuais defendiam o embranquecimento populacional como forma de se livrar das influências das chamadas raças inferiores e de possibilitar o país alcançar o progresso e o desenvolvimento (SCHWARCZ 1993).

Por mais que a teoria de Romero não estigmatizasse as populações não brancas como degeneradas e até mesmo defendesse o estudo de suas línguas e culturas, ela as inferiorizava e defendia seu desaparecimento em poucos anos. Justamente por isso que mesmo intelectuais que divergiam dele no que se refere à miscigenação o citavam em seus trabalhos sobre os estudos das populações negras no país, como foi o caso de Nina Rodrigues (1802-1906) que, mesmo possuindo visões opostas sobre o processo de miscigenação, cita diversos trabalhos de Romero sua obra *Os Africanos no Brasil* escrita entre 1890 e 1905.

A proposta de Romero também defendia um cenário de tolerância racial, alegando que houve poucos conflitos entre as três raças e que estas viviam em certa harmonia e reciprocidade: “Esta começou a formar-se no Brasil no dia em que os índios, os negros e os colonizadores entraram a viver juntos, a trabalhar juntos, a soffrer juntos, a cantar juntos” (ROMERO 1903B, p. 216). Essas ideias desenvolvidas por Romero, tal como as de outros intelectuais do período, tiveram um importante papel na sociedade brasileira ao justificar as hierarquias e a ordem social vigente que naquele momento começavam a ser questionadas (SCHWARCZ 1993).

Ao entendermos que a “longa discussão em torno da concepção de raça só faz sentido quando, de uma forma ou de outra, elabora uma hierarquia não apenas racial, mas social” (COSTA FILHO 2017, p.157), podemos concluir que as teorias raciais de Romero causaram impacto no controle social no Brasil. Isto porque contribuíram para consolidar

hierarquias e os interesses das elites que, por conta do fim da escravidão, estavam presenciando um questionamento sobre o *status quo* da sociedade (ALONSO 2002).

Dessa forma, as ideias de Romero podem ser compreendidas como teorias que justificavam e perpetuavam uma visão de inferioridade dos indígenas e negros ao retratá-los como atrasados e incapazes, criando padrões hegemônicos ligados à branquitude. Além disso, desqualificaram e apagaram as experiências de resistência e luta dessas populações ao defender que não houve grandes confrontos e que essas raças viviam em uma relativa harmonia no país.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho buscamos investigar como o conceito de raça foi debatido no Brasil e quais os desdobramentos dessa discussão a partir das obras do intelectual Sílvio Romero. Ao nos aprofundarmos na pesquisa, tem sido possível perceber como a figura de Romero é complexa e controversa. O autor se destaca entre muitos intelectuais por adotar o estudo dos costumes e das línguas dos povos negros e indígenas, além de defender a suas representações em obras literárias e suas contribuições para a construção do país. Suas ideias sobre miscigenação pregavam o contrário do que a intelectualidade europeia da qual ele se apropriou dizia. Para ele, o mestiço era a verdadeira identidade do brasileiro, sendo a solução para os problemas que acometiam o país. Porém, ao mesmo tempo, constantemente inferiorizava essas populações, alegando graus de atraso em relação ao europeu e defendendo que não se deveria contar com eles como agentes formadores de uma nação.

Em suma, concluímos que Romero foi um sujeito fortemente influenciado pelas teorias cientificistas europeias e que, a partir da apropriação destas, elaborou teorias adaptadas que analisavam o país pela ótica racial. Essas teorias serviram para justificar as hierarquias sociais, estigmatizando as populações não brancas e as colocando na base das relações de poder.

Referências:

ALONSO, Angela Maria. *Idéias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil.* 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BARRETO, Luiz Antonio. Silvio Romero, uma informação bibliográfica. In: ROMERO, Sílvio. *Estudos da Literatura Contemporânea: (edição comemorativa).* Organização Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002. 540 p. (Obras completas/Sílvio Romero).

COSTA FILHO, Cícero João da. *No limiar das raças: Sílvio Romero (1870/1914).* São Paulo: Todas as Musas, 2017.

GINZBURG, Carlo. Tusitala e seu leitor polonês. In: _____. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 91-113.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Ed.). *Raça, ciência e sociedade.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MENDONÇA, Carlos Sussekind. *Sílvio Romero: sua formação intelectual 1851-1880.* São Paulo: Editora Nacional, 1938.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-269.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço.* 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

Fontes:

ROMERO, Silvio. *Estudos da Literatura Contemporânea*: (edição comemorativa). Organização Luiz Antonio Barreto; - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002. 540 p. – (Obras completas/ Sílvio Romero).

ROMERO, Silvio. *Historia da Litteratura Brasileira - Tomo I.* H. Garnier, livreiro-editor. Rio de Janeiro. 1903A.

ROMERO, Silvio. *Historia da Litteratura Brasileira - Tomo II.* H. Garnier, livreiro-editor. Rio de Janeiro. 1903B

ROMERO, Silvio. *Machado de Assis: Estudo Comparativo da Literatura Brasileira.* Rio de Janeiro: Laemmert C. Editores, 1897.

ROMERO, Silvio. *Zéverissimações ineptas da critica: repulsas e desabafos*. Porto: Commercio do Porto. 1909.

Família, casamento e condição feminina nos romances de Amélia Bevilacqua (1902-1940)

Roberta Alcântara Gomes da Silva
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva
Bolsista CAPES

Este texto decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado, cujo título é "Amélia de Freitas Bevilacqua: família, casamento e condição feminina no início do século XX (1902-1940)", ainda em andamento. Como o título sugere, nosso objetivo é refletir sobre casamento, família e condição feminina no início do século XX no Brasil, a partir do pensamento e da atuação de Amélia de Freitas Bevilacqua. As obras da escritora são marcadas pela forte presença desses temas, especialmente os romances que giravam em torno de questões familiares e conjugais e através das protagonistas femininas, evidenciavam as injustiças sofridas pelas mulheres em uma época em que o quadro jurídico-político instituiu padrões altamente normativos para ela e seus corpos, além de reduzi-las aos papéis de esposa, dona de casa e mãe.

Nesse sentido, é de nosso interesse investigar de forma mais aprofundada como Amélia percebia essas questões, buscando compreender seu pensamento e os posicionamentos que assume. Para tanto, analisamos seus romances, contos, artigos e livros de não-ficção, publicados entre os anos de 1902, ano que marca a publicação de seu primeiro romance, e 1940, ano em que foi publicado o último. Neste texto destacamos, particularmente, os seus romances.

Em primeiro lugar, salientamos que o período que delimitamos aqui foi caracterizado por um intenso processo de modernização que, ao atingir o país, introduziu uma série de transformações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e urbanísticas, alcançando seu ápice na virada para o século XX, com a reestruturação do Estado, em 1889. A partir de então, essas transformações são empreendidas por meio de projetos de reforma que visavam tornar o país uma nação moderna e civilizada. Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho entendem, contudo, que o cenário brasileiro apresentava rupturas e continuidades. Houve, nesse sentido, o rompimento de antigas tradições e a introdução de transformações como o fim do trabalho escravo, a intensificação da urbanização, a introdução de novas práticas de sociabilidade inspiradas na *belle époque* francesa, a

secularização do Estado e a expansão do processo de formação de uma ordem burguesa no país (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.14-15); mas simultaneamente, outras tradições permaneceram fortes. Isso ocorreu porque uma consequência de todas essas rápidas e intensas mudanças foi o surgimento de uma forte resistência política, ideológica e afetiva às elas, especialmente, entre os intelectuais que, contraditoriamente, eram responsáveis pelos projetos de reforma.

As ideias modernas que estruturaram os projetos de reformas sofreram, portanto, uma leitura conservadora ao serem adaptadas à realidade do Brasil. Essas ideias, vale destacar, chegaram ao país em consequência de um intenso processo de circulação de ideias, que estabeleceu um diálogo entre os intelectuais brasileiros e as as principais ideias oriundas da Europa. Como pontuam Neder e Cerqueira Filho, tal processo foi, por sua vez, facilitado pelas transformações da própria modernidade, que, por exemplo, possibilitaram o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2001, p.114).

Dessa maneira, os projetos de reforma assumiram um caráter moderno-conservador que intencionavam controlar e disciplinar a sociedade brasileira em agitação. Como a família é uma instituição essencial para a consolidação e manutenção de valores dentro da sociedade, já que permite que eles sejam passados de geração em geração, acreditamos que os projetos também se direcionaram para dentro dos lares. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, foi estabelecida uma nova organização familiar inspirada no modelo ideal de família moderna, nascido no bojo da ascensão burguesa na Europa, para substituir a característica família do período colonial e do Império, marcada por ser extensa e centrada no *pater-familia* (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.15). A família agora deveria ser nuclear, limitada ao casal e seus filhos. Nessa família, a mulher se torna a "figura-chave de suporte ao homem", que deveria ser competente, dedicada, prendada e educada. Deveria ir à escola, aprender a ler e escrever para educar seus filhos (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.15). Para Angela Almeida, a mulher é transformada em "rainha do lar", a boa esposa e mãe que se ocupa dos afazeres do lar e vive em função de seus filhos, sendo o elo entre eles e o pai (ALMEIDA, 1987, p.61). No entanto, essa família continuava patriarcal. O pai só se fazia presente para exercer sua autoridade: "a mulher 'reina' no lar dentro do privado da casa, delibera sobre as questões imediatas dos filhos, mas é o pai quem comanda em última instância. Ou seja, no padrão ideal, ele deve comandar" (ALMEIDA, 1987, p.61).

Considerando-se as rupturas e continuidades, identificamos que o discurso predominante naquela época, no que se refere à família, ao casamento e à mulher, espelhava essa dialética ao combinar permanências culturais de concepções religiosas e a medicina moderna. Configura-se, através delas, instrumentos para a normatização da família, do casamento e da mulher. Houve, por exemplo, o ressurgimento de manuais teológicos moralistas do século XVI que indicavam como deveria ser o "casamento perfeito" e a "perfeita casada", além de disporem normas a serem seguidas pelos casais, pela família e, especialmente, pela mulher. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, esses manuais tinham "sua reflexão quase sempre apontada contra a mulher, que é vista como fonte suprema e permanente de pecado, alvo de aperfeiçoamento em razão de sua intrínseca imperfeição" (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.138). Nesses manuais recomendava-se que as mulheres assumissem uma postura recatada, que fossem pacientes, disponíveis, caladas, limpas e, sobretudo, honestas, fiéis e obedientes.

Nessa conjuntura, destaca-se ainda o papel da medicina higienista na normatização da família. Margareth Gonçalves afirma que a produção de estudos sobre higiene médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro privilegiou a definição de papéis e comportamentos no interior da família e, especialmente, da mulher, com ênfase no corpo feminino (GONÇALVES, 1987, p.43). Além do mais, nesses estudos, buscava-se privilegiar um certo tipo de mulher, a mulher "boa mãe" e "boa esposa", em detrimento da mulher considerada mundana, de "vida fácil" e da mulher que rejeitava exercer os papéis de esposa e mãe (GONÇALVES, 1987, p.44).

Ressaltamos que, naquele momento, também ocorriam as discussões para aprovação do primeiro Código Civil Brasileiro. O projeto aprovado em 1916, após mais de quinze anos de intensos debates, foi redigido por Clóvis Bevilacqua, marido de Amélia. Durante esse processo, os temas relacionados ao direito de família foram alguns dos que mais provocaram polêmicas e evidenciaram as disputas ideológicas entre os juristas envolvidos. Conforme afirmam Neder e Cerqueira Filho, podemos dizer que haviam dois grupos com posicionamentos políticos e ideológicos divergentes nas discussões sobre direito de família. Uma minoria progressista que, inspirada no processo revolucionário francês, almejava aprovar um Código moderno, que acompanhasse os avanços da sociedade e defendia que o casamento era um contrato, que como tal, previa o distrato, ou seja, o divórcio e que a mulher deveria ter seus direitos civis garantidos; e uma maioria conservadora, que, ligada às resistências de que falamos, buscava preservar o conteúdo tradicional e ansiava em manter a indissolubilidade do casamento e a mulher,

especialmente a mulher casada, sob a tutela de um homem (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.43).

Identificamos que Clóvis fazia parte da minoria progressista, tendo se posicionado em defesa de um direito de família mais igualitário e principalmente, de assegurar direitos civis para a mulher. Em seu projeto de codificação propôs, por exemplo, o princípio da capacidade de representação jurídica da mulher e a igualdade entre maridos e esposas. Essas e outras propostas não passaram pelas comissões revisoras e o Código Civil aprovado em 1916, era mais conservador do que Clóvis havia idealizado, no que diz respeito ao direito de família. Dessa maneira, as mulheres permaneceram incapazes perante a lei e sob responsabilidade do marido e o casamento permaneceu indissolúvel até 1977, quando foi aprovada a Lei do Divórcio.

A partir dessas elucidações, podemos compreender o contexto em que Amélia vivia e produzia, bem como o impacto no seu pensamento. Consideramos que ela tinha um pensamento mais progressista, sobretudo no que diz respeito aos direitos da mulher. O estudo da sua trajetória de vida nos dá indícios disso. Nascida em Jerumenha, no Piauí, no dia 7 de agosto de 1860, filha de Teresa Carolina da Silva Freitas e de José Manuel de Freitas, Amélia escrevia desde muito jovem, sobretudo, graças ao incentivo do pai (LIRA, 2011, p.38). De acordo com José Luís Lira, seu pai era um magistrado e político de renome. Formado na Faculdade de Direito de Olinda, que logo se transferiria para Recife, José Manuel foi juiz de paz e chefe de Polícia no Piauí, desembargador e presidente das províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco (LIRA, 2011, p.38). Além disso, era colaborador de inúmeros periódicos de cunho liberal e abolicionista e frequentavam sua casa vários intelectuais e pessoas de prestígio social, fazendo com que Amélia crescesse em um ambiente intelectualmente estimulante (LIRA, 2011, p.44).

Na década de 1890, começou a publicar seus textos, com o incentivo do marido, Clóvis Bevilacqua e de seu irmão, João Alfredo de Freitas, em jornais locais de Recife, onde residiam, e na *Revista do Brasil*, assinando com as iniciais “AFB”. Somente em 1902, como pontuamos anteriormente, Amélia publicou seu primeiro livro, *Alcyone*. Iniciou-se assim, um longo período marcado por inúmeras publicações de livros, contos, artigos de periódicos, traduções e palestras, até 1940, quando, com 80 anos e com as capacidades mentais se deteriorando, Amélia encerrou sua produção. Ela faleceu aos 86 anos, em 17 de novembro de 1946 (LIRA, 2011, p.39).

Um momento emblemático na sua trajetória é a candidatura a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 1930. Amélia teve sua candidatura rejeitada por ser

mulher. A maioria dos imortais acreditava que somente homens deveriam ser aceitos, de acordo com os Estatutos da instituição. Por conta disso, ela publicou, no mesmo ano, o livro *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Bevilacqua*, que denuncia o acontecido e os "imortais misogenistas" (BEVILACQUA, 1930, p.11), bem como reúne diversos artigos que foram publicados em sua defesa. Entre esses artigos, está o de seu marido, Clóvis Bevilacqua.

Como literata, de acordo com Wilton Carlos da Silva, Amélia fugiu das histórias tipicamente escritas para mulheres naquela época, não limitando seus escritos "à folhetins romanescos afrancesados, com mulheres submissas e limitadas ao papel de mães e esposas, sendo, ao contrário, recorrente os temas da paixão, da angústia e da insatisfação com a realidade" (SILVA, 2004, p.144). Para Algemira Mendes, as obras de Amélia problematizam questões em voga na literatura do final do século XIX e início do século XX, fugindo da "visão determinista reservada à mulher" (MENDES, 2006, p.252) na sociedade da época. A autora acredita que as histórias escritas por Amélia representam as injustiças dessa sociedade, ao mesmo tempo em que evidenciam a sua luta pelos direitos das mulheres (MENDES, 2006, p.253). Um exemplo disso é a não submissão das suas protagonistas, ao compreenderam sua posição (MENDES, 2006, p.259).

Compreendemos a partir de Alfredo Bosi que as obras literárias são "individuações descontínuas" e, enquanto individuações, "podem exprimir tanto reflexos (espelhamentos), como variações, diferenças, distanciamentos, problematizações, rupturas e, no limite, negações das convenções dominantes no seu tempo" (BOSI, 2002, p.10). Nesta perspectiva, compreendemos ser preciso pensar o período como parte integrante da obra, percebendo sua atuação e influência na construção da obra e de que forma ele é representado. É importante considerar se os textos refletem, ou seja, validam e defendem os costumes, os modos de vida e as ideologias do período ou se os problematizam, denunciando as injustiças, as desigualdades e os silêncios.

Da mesma forma que devemos pensar o contexto como parte da obra, devemos também encará-la como parte do contexto. Adriana Facina nos auxilia a completar essa ideia. Para a autora, deve-se pensar a relação entre literatura e história como uma interação (FACINA, 2004, posição 223). Dessa maneira, podemos entender que as obras literárias estão historicamente situadas, posto que também fazem parte da dinâmica social e, assim, são um produto histórico que busca expressar realidades também históricas, produzido numa sociedade específica, por um indivíduo que também está inserido nela (FACINA, 2004, posição 50). Para a autora, portanto, é importante não só inserir a obra

em seu contexto, mas também reconhecer os escritores por trás dessas obras como produtos de sua época e de sua sociedade. Isso não significa negar a existência do talento individual, mas sim reconhecer que por trás de determinada obra há "sempre um indivíduo de carne e osso, sujeito aos condicionamentos que seu pertencimento de classe, sua origem étnica, seu gênero e o processo histórico do qual é parte lhe impõem" (FACINA, 2004, posição 46).

Tendo isso em vista, para analisar os romances de Amélia, utilizaremos o método proposto por Antonio Candido. De acordo com o autor, para que uma análise crítica de uma obra literária seja completa, é necessário levar em conta como os fatores externos, ou seja, o contexto social, atua na constituição do texto, se tornando, assim, interno. Candido não está interessado apenas em descobrir se o contexto oferece valores estéticos e materiais, como a ambientação, os costumes e as ideias; mas também, se ele está presente no que há de determinante no texto enquanto obra de arte (CANDIDO, 2006, p.14-15). Nesta perspectiva, não devemos encarar a obra literária como independente de seu contexto, do mesmo modo que não devemos interpretá-la como um mero reflexo da realidade. Texto e contexto atuam um sobre o outro em um equilíbrio dinâmico. Uma boa análise literária considera, então, as relações dialéticas entre eles, entendendo o contexto como parte integrante do texto, tal qual outros elementos que o compõem. Nas palavras de Candido,

> quando fazemos uma análise deste tipo, podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo, mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo. Neste caso, saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fato de arte. Quando isto se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo (CANDIDO, 2006, p.16-17).

Analisando os romances de Amélia, a partir desta lógica, observamos que ela, ao descrever o cotidiano e a vida de suas protagonistas femininas, deixa em evidência os costumes e valores da época em que está inserida. Contudo, de forma sutil e efetiva, utiliza-se destas características estéticas para lançar luz no que ela, de fato, se importa: as desigualdades no interior da família e do casamento; a submissão imposta às mulheres,

bem como a falta de direitos civis para elas, especialmente, as mulheres casadas; e a falta de acesso à educação.

Para exemplificar, destacamos *Através da Vida*, de 1906. Neste livro, um narrador onipresente nos conta a história de Daluz, da infância à vida adulta. Vivendo com seus tios e dois dos seus irmãos, em Pernambuco, desde muito criança, a cearense Daluz tinha como maior desejo estudar em um colégio, como seus irmãos. Por ser uma menina, e logo, "tinha pouco a representar no mundo" , foi proibida de ir para a escola. Ficava em casa "aprendendo a ler, a trabalhar de agulhas e a garatujar letras com a tia" (BEVILACQUA, 1906, p.17). Seus tios acreditavam que "para uma menina, ler e escrever é bastante" (BEVILACQUA, 1906, p.17). Passava os dias, portanto, ocupada com tarefas domésticas e não brincava, como a criança que era, porque "era menina e devia estar sempre quieta" (BEVILACQUA, 1906, p.18). Nesses trechos, já notamos alguns pontos caros à Amélia, especialmente, a questão da educação feminina, constantemente negligenciada pelos tutores de meninas.

Além disso, uma série de infortúnios provocados pela condição financeira da família, contribuíram para mantê-la longe de alcançar seus objetivos. Daluz se mostrava profundamente inconformada e chateada com a situação e a diferença de tratamento entre ela e os irmãos. Dizia que "estava sentidíssima, muito triste, não se resignaria mais nunca" (BEVILACQUA, 1906, p.21). Tudo piora quando, ainda bem jovem, Daluz é forçada a se casar com um conhecido de seu tio, um homem de caráter duvidoso, de quem ela não gostava. Assim, a protagonista encara seu casamento como fim da sua vida, seu olhar "unicamente traduzia uma grande dor que lhe esvoaçava pelo semblante, muda e triste, como uma vida que se acaba; traduzia ao mesmo tempo uma terna submissão diante da fatalidade das coisas" (BEVILACQUA, 1906, p.76). A tomada de consciência de Daluz enquanto ser subjugado, provoca nela uma profunda desesperança de que poderia, um dia, estudar, trabalhar e ser livre, como sempre sonhou.

Outro romance muito emblemático na bibliografia de Amélia é *Angústia*, de 1913. Essa história, ambientada na *belle époque* carioca, narrada por uma mulher do convívio dos protagonistas, nos conta sobre o turbulento casamento de Tereza e Artur Lourenço. Tereza é descrita como uma jovem mulher muito determinada e orgulhosa, que não cedia às tentativas do marido em controlá-la, nem aos seus rompantes violentos de ciúme. Ela era uma mulher estudada, gostava de ler, tocar piano e passear. Artur considerava que esses não eram comportamentos de uma mulher casada e, por isso, a proibia de fazer tudo o que gostava, o que deixava Tereza inconformada.

Nesta história, assim como na anterior, identificamos um anseio por liberdade por parte da protagonista e um desespero por não conseguir alcançá-la. Em conversa com sua mãe, afirma que "aquele homem é um desequilibrado, ou um perverso muito grande. Não posso e nem quero, absolutamente, viver mais em sua companhia, esta agressão que ele faz contra mim é muito vil, por tudo irrompe em questões, às vezes até porque canto e toco piano" (BEVILACQUA, 1913, p.68-69). Completa, anunciando uma decisão: "esse drama, que se vai desenrolando na minha existência, tem alguma coisa de desumano e, eu não quero, não posso mais suportar. Peço-lhe permissão para tratar do meu divórcio" (BEVILACQUA, 1913, p.69). Sua mãe, contudo, a desaconselha: "Perdoe seu marido, procure compreendê-lo e moldá-lo a seu gosto. Em pouco tempo estarão envolvidos em uma ternura mútua, feita somente de grande afeição" (BEVILACQUA, 1913, p.70). A senhora tenta, também, conversar com seu genro que, enraivecido com a teimosia e resistência de Tereza em obedecê-lo, não a escuta. Arthur acredita que Tereza não o ama como ele a ama. Tomado pelo ciúmes e pela angústia diz que Tereza "não é mulher que saiba se isolar, num *téte-à-téte* apaixonado, com marido como eu, que lhe sacrificaria até a vida. É uma ingrata muito grande. É casada, mas é namoradeira; tem grande prazer em se sentir conquistada; abusa dos atrativos que a natureza lhe deu" (BEVILACQUA, 1913, p.91).

Tereza afirma, em carta para a mãe que, as imposições e proibições do marido ficam cada dia mais severas. Segundo ela:

> todos os homens, na opinião de Arthur, são meus apaixonados. Diz sempre que faço deles coleção. Quando, uma vez por outra, nos falamos, é somente para brigar. Que recriminações amargas! Só se eu fosse um monstro! Não quer que eu chegue à janela, que leia romances, que frequente bailes e teatros, não posso cantar nem tocar piano. Outro dia, arrebatou-me das mãos um livro oferecido pelo primo Antonio, e espatifou completamente. Tudo o que faço aborrece-o e é motivo para questão (BEVILACQUA, 1913, p.96).

Um incremento interessante nessa trama são as especulações sobre o casal, difundidas pelo seu círculo de amigos e conhecidos, sempre reunidos nas confeitarias da cidade do Rio de Janeiro. Tereza era vista por eles como uma mulher teimosa e cruel que tornava a vida de Artur miserável. Desconfiavam dela e de suas intenções, questionavam até mesmo a paternidade de seu filho, Marcos. Esse boato chega aos ouvidos de Artur. Torturado pela dúvida e pelos ciúmes, ele decide confrontar Tereza e a acusa de traição. Ofendida, ela confirma que a criança não era seu filho. Tendo a certeza de que todas as suas desconfianças eram verdadeiras, eles se separam e não mantêm contato. A narradora, porém, deixa claro que Marcos era "um retrato vivo de Artur Lourenço"

(BEVILACQUA, 1913, p.176). É interessante notar que, até essa parte da trama, o filho do casal não é mencionado. Entendemos que isso mostra a rejeição de Amélia ao papel de "boa mãe" que se esperava da mulher naquela época.

Destacamos também o conto "Um Romance", que compõe o livro *Alcyone* de 1902. Neste conto, cujo narrador é o próprio protagonista, Carlos, acompanhamos o desenvolvimento da relação entre ele e Ruth. Calouro da Faculdade de Direito de Recife e com pouca condição financeira, Carlos é acolhido pela família de Ruth, graças a um favor que prestou-lhes. Com o passar do tempo, Carlos se apaixona por Ruth que não o corresponde, a princípio. Ressentido, ele começa a nutrir uma antipatia crescente por ela que, de menina doce, meiga e inteligente, se transforma, aos olhos de Carlos, em menina fria e perversa (BEVILACQUA, 1902, p.61). Cogita, inclusive, abandonar a faculdade e a culpava por isso. Estava infeliz porque desistiria de sua sonhada carreira por causa de um "capricho de moça" (BEVILACQUA, 1902, p.69).

Após Ruth confessar seus sentimentos por ele e viverem os primeiros anos de casados com tranquilidade, a antipatia de Carlos por Ruth ressurge. Não há motivos aparentes para tanto, mas ao destacar como ela era meiga, graciosa e sorridente e como capturava a atenção de todos, especialmente de homens, durante conversas, desconfiamos se essa não era a razão para seu descontentamento. Depois de uma dessas recepções, tomado pelo ciúmes, Carlos decide começar a ser maldoso, queria "torturá-la sem piedade, achando mesmo um prazer infinito em vê-la acabrunhada. Não lhe prestava absolutamente atenção, tratava-a como um ente subalterno" (BEVILACQUA, 1902, p.81). Assim, depressiva, Ruth passou a ficar isolada em situações sociais, o que Carlos adorou pois "os meus amigos se esquivavam de falar-lhe. Nas recepções, ela tinha a posição torturante de uma criança, que não tem liberdade" (BEVILACQUA, 1902, p.81). Cansada das humilhações, Ruth decide encerrar o relacionamento deles, contudo, não se separa. Isso, porém, é o bastante para que Carlos se arrependa e tente reconquistá-la.

Por tudo isso, acreditamos que as três histórias nos informam sobre como Amélia encarava as questões relacionadas à família, ao casamento e à condição da mulher. Encarando esses livros, a partir do método de Candido, percebemos que o contexto é parte integrante do texto, ao adicionar dimensão social, que se relaciona com o período em que Amélia vivia e produzia. Texto e contexto estão atuando um sobre o outro, em uma relação dialética. Nesse sentido, reconhecemos que através de seus livros, Amélia revelava suas críticas e denunciava as injustiças e angústias vividas pelas mulheres numa sociedade marcadamente patriarcal. Essas críticas não se manifestam nos textos de

Amélia de forma explícita, mas sim de forma sutil, por meio da trajetória das protagonistas, dos diálogos, dos desabafos dessas mulheres e das situações que elas vivenciam.

Por fim, tudo que abordamos até aqui nos dão indícios de que o pensamento de Amélia de Freitas Bevilacqua no que diz respeito à família, ao casamento e à condição da mulher e que é revelado em seus romances, contos e artigos, a colocam em uma posição atuante na luta pelos direitos das mulheres e por uma família e sociedade mais igualitárias. Suas obras denunciam a condição de submissão que era apresentada às mulheres em uma época em que o quadro jurídico-político instituía padrões altamente normativos para elas e seus corpos, além de reduzi-las aos papéis de esposa, dona de casa e mãe e limitar seus direitos.

Referências:

ALMEIDA, Angela Mendes de (Colab.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, EDUFRRJ, 1987.

BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LIRA, José Luís. *De Clóvis para Amélia: Correspondência inédita do jurista Clóvis Bevilacqua para sua mulher, a escritora Amélia de Freitas Bevilacqua*. Sobral: UVA/USEL, 2011.

MENDES, Algemira Macedo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da Literatura Brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. "Os filhos da lei". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, v.16, n. 45, pp.113-125, 2001.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. "Amélia Bevilacqua que era mulher de verdade: A memória construída da esposa de Clóvis Bevilacqua". In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.11, n.2, jul-dez, p.138-161, 2004.

Fontes:

BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *Alcyone*. Bahia: Livraria Magalhães, 1902.

_____. *Através da Vida*. 2ª Ed. Munique: Sem Classe Editorial, 2021.

_____. *Angustia*. Rio de Janeiro: Typographia Besnard Frères, 1913.

_____. *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Bevilacqua*. Rio de Janeiro, Besnard Frères, 1930.

História e memória do rock brasileiro dos anos 1970: o prólogo do espírito do rock e a alma do vazio do léxico.

Roberto Alexandre[536]
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista CAPES

Este ensaio advém da pesquisa da tese de doutorado, intitulada: "'Barra Lúcifer': história e memória do *rock* brasileiro dos anos 1970", ainda em andamento. Nela, buscamos estudar o *rock* nacional dos anos setenta, problematizando, de forma crítica, os seus apagamentos, esquecimentos e silenciamentos.

Iniciamos nossa abordagem com o objetivo de pensar sobre a história do rock, o rock como conceito e sua chegada e percepção no Brasil. Tratando-se de um texto introdutório, panegírico sobre música, procuramos questionar certos enquadramentos da memória em torno deste gênero musical.

Música é uma forma de arte com a capacidade de transpor seu ouvinte para novos lugares, sentimentos e sensações. É uma prática humana. Por outro lado, no plano tangível do cotidiano, hoje e há algum tempo, que a música, enquanto expressão de arte e objeto de consumo, perdeu a relevância. Um disco – suporte fonográfico que contém som, escrita e imagem – não causa mais a sensação de mudar a vida de alguém. Sua aquisição e audição, através do rádio, disco, fita-cassete e cd, deixaram de ter o tom ritualístico, na mesma proporção que seu acesso ficou facilitado. Por conseguinte, a indústria fonográfica ruiu com a modernidade trazida pela rede mundial de computadores e ainda está se adequando a novas utilidades. Com isso, os subgêneros do pacote da música pop dos últimos setenta anos, para os novos, se autentificam como se não houvesse passado, raiz ou influência. E os artistas deixaram de ser considerados "deuses" que caminham pela Terra. Tem-se a impressão que algo surge, "viraliza" e some sem deixar vestígios, como o líquido que sofre evaporação. Confirmando a afirmativa de que "o que desaparece na época de reprodutibilidade técnica da obra de arte é a sua aura" (Benjamin 1987, p.23).

[536] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: "'Barra Lúcifer': história e memória do *rock* brasileiro dos anos 1970", sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, bolsista: CAPES.

Mesmo assim, é imprudente desconsiderar a importância do rock and roll – mesmo que de tempos em tempos seja decretada a sua morte – como um fenômeno histórico, uma forma de expressão artística das juventudes, uma cultura e um comportamento, até os dias de hoje.

Rock, o substantivo, o adjetivo, o verbo, data de séculos antes como expressão usada por marinheiros, onde rocking era o balanço para frente e para trás e rolling a rolagem de um lado para o outro. Para os operários das linhas de trem, rocking era a perfuração das pedras, rolling o depósito dos dormentes. Mais a frente, duas conotações extremas; ao mesmo tempo que era uma gíria para o ato sexual, também era dito para explicar religiosamente o transe espiritual.[537]

Como música, é um ritmo 4/4 com uma batida na cabeça do tempo a cada quatro tempos do compasso, sua forma regular e fácil de ouvir, sentir e seguir, o faz próprio para dançar livremente. Enquanto estilo e prática, é um imenso guarda chuva que abriga milhares de subgêneros, é alicerce de várias subculturas e maneiras de se pensar e agir perante a vida; um comportamento. Enquanto fenômeno, não carece de filiação reconhecida, reis ou rainhas. Mas nem por isso é coisa inventada pela indústria cultural.

Rock and roll é cultura de massa, reconhecido por Hobsbawm (1995, pp. 324-325) como símbolo do derretimento de valores socias da geração nascida no pós-guerra que alterou sua percepção, outrora de cima para baixo, valorizando e ressignificando signos da cultura tida como urbana e simplória, em antítese aos valores dos mais velhos, em meio aos escombros das guerras por eles perpetradas.

Chacon (1989, p.7), o define como polimorfo que varia no tempo e espaço. Pressupondo a troca entre o artista e o público a fim de, através do estímulo, libertar-se do convencional; algo que provoca uma reação corpórea quente, ou seja, espontânea, improvisadamente liberta.

Após uma breve constatação das matizes deste gênero musical e afirmando que rock é som e o corpo, o mesmo autor chega ao que denomina como "raiz do problema", que é o de não observar o rock a partir de quem o consome. "O rock não é, portanto, apenas um tipo especial de música, de compasso ou de ritmo. Restringi-lo a isso é não reconhecer sua profunda penetração numa parcela (cada vez mais) significativa das sociedades ocidentais" (Chacon 1989, p.10).

[537] Disponível em: https://melhordemoto.com/rock-and-roll/ Visto em 25/07/2024.

Friedlander (2015) prefere uma abordagem diferente, definindo o universo do estilo musical como pop/rock. Onde rock se refere as "raízes musicais e líricas derivadas da era clássica do rock e seu status como uma mercadoria produzida sob pressão para se ajustar à indústria do disco (pop)" (Friedlander 2015, p.12).

Em dado momento, Chacon (1989, p.11) propõe a diferenciação entre rock (grafado com letra minúscula) como a representação substancial do estilo musical e Rock (grafado em maiúscula) como o clima e o espírito do movimento musical que atravessou décadas, internacionalmente, aproximando-se do nacional e regional em territórios diversos.

Destarte, Rock é um canal de expressão artística e musical. Uma arte calcada muito mais na espontaneidade mimética do que numa erudição formal, capaz de atender as emoções específicas dos impulsos juvenis. Detentor de um discurso objetivo e simplificado que, aliado ao ritmo pulsante e repetitivo, ultrapassa o uníssono da exclusividade da audição ao ser escutado por todo o corpo; elevando, simultaneamente, a alma. Logo, alegoricamente, rock and roll é um espírito!

Ainda assim, não parece imprescindível, há mais de duas décadas do século XXI, com o tanto de vivência da raça humana, a necessidade de contar a história do rock and roll no sentido didático de definição para compreensão. A menos que se traga a pretensão de informar a seres extra ou intraterrenos; o que acarretaria uma análise com conexões ao metafísico, o transcendental e as experiências de fé e credo. Todavia, como o tempo demonstra que a memória, se não apaga deliberadamente, escolhe o que esquecer ou é capaz de distorcer, é preciso repetir.

Em linhas gerais, o rock and roll emergiu e popularizou-se, na sua terra natal, os EUA, através do tema de abertura (e encerramento) *Rock Around The Clock* do grupo Bill Haley and His Comets no filme *Sementes da violência*[538]. O impacto da trilha sonora foi tão grande que gerou a seguir o musical *Ao Balanço das Horas*[539], com a mesma música e conjunto, somados a outros artistas. No mesmo período, foi o filme *Juventude Transviada*[540] que imortalizou a imagem do rebelde sem causa na figura do ator James Dean, que levou as últimas consequências a confusão da sua persona com a da personagem do filme.

[538] Sementes da Violência (Blackboard Jungle) Dir. Richard Brooks, EUA, 1955.
[539] Ao Balanço das Horas (Rock Around The Clock) Dir. Fred F. Sears, EUA , 1956.
[540] Juventude Transviada (Rebel Whithout a Cause) Dir. Nicholas Ray, EUA, 1955.

Embora tenha sido o cinema que catapultou o rock para as massas globais, foi Elvis Presley quem o personificou, chegando ao primeiro lugar das paradas de sucesso, o que precocemente lhe rendeu a alcunha de rei do rock and roll ou rei do rock. Porém, no final da mesma década (1950) houve um "contra-ataque do sistema" contra essa movimentação juvenil que balançava o *american way of life* – resultando em prisões, perseguições, processos, escândalos nos noticiários e Elvis indo servir o exército – que parecia determinar seu declínio.

Mas não foi assim , o rock já tinha atravessado fronteiras e assumiu uma outra frente na antiga metrópole, o Reino Unido, produzindo uma nova geração de roqueiros, com uma leitura particular do gênero musical, que tomaram as paradas de sucesso na ex-colônia anglo-saxã nos anos 1960, conhecida como a "invasão britânica". Invasão esta, capitaneada pelo quarteto de Liverpool, The Beatles, o mais importante e influente conjunto de rock, responsável pela beatlemania mundial; em que pese sua existência se confundir com os movimentos sociais da juventude em várias partes do planeta.

Em continuação, o rock and roll, ao invadir outros limites, adaptou-se, diversificou-se em centenas de milhares de subgêneros, foi fundamental para revolução jovem da contracultura e, principalmente, foi transformado em ferramenta existencial e comportamental para as juventudes – que sempre se renovam, garantindo sua continua evolução – e que, principalmente, nessas duas primeiras décadas de rock, se estabelecera não mais como uma fase preparatória para a vida adulta, mas como um contingente, mesmo que heterogêneo, de uma geração singular consciente e consumista de valores e sentimentos, que negavam a gerontocracia que governava o mundo do pós-guerra, não partilhava dos valores morais em relação a família nuclear, adaptava-se facilmente as novas tecnologias e que tinha um comportamento, que no fim das contas, foi gerado pela necessidade dos jovens negarem e não parecerem com seus pais. Tudo isto, reflexo da "esmagadora hegemonia cultural dos EUA na cultura popular e nos estilos de vida, embora se deva notar que os próprios núcleos da cultura jovem ocidental eram o oposto do chauvinismo cultural" (Hobsbawmm 1995, p.120).

O que essa história factual, canonizada pela indústria cultural, esconde é que "este mulato americano" (Dapieve 1995, p.11) entendido como uma fusão do blues, o gospel e o country norte-americanos que emergiu nos anos 1950, é black music[541] na sua essência,

[541] Nestes termos, porque música negra é menos específico na visão de um país de racismo estrutural e disfarçado em democracia racial como é o Brasil e outros países abaixo da linha do Equador , que usam um degradê de colorações para não assumir ou fugir do seu segregacionismo.

pois se verificarmos a porcentagem de música branca na coagulação embrionária do rock, nos parecerá que é o resultado, muito mais, da necessidade de um branqueamento imposto por uma confederação assumidamente racista, onde o negro era e é quantitativamente minoria. Até porque, a música rural dos brancos norte-americanos, ao fim e ao cabo, também fora absorvida da cultura dos negros.

Rock and roll é o rhytm and blues (R&B) afro-americano acelerado, ritmo que já era elétrico e dançante na década de 1940, com seu ícone a guitarra elétrica. Como bem lembra Napolitano (2023): "canções desse gênero como "Caldonia" de Louis Jordan, lançada em 1945, são muito parecidas com as canções rock 'n' roll que passariam a ser entoadas por artistas brancos da década seguinte" (Napolitano, 2023 p.21). Ainda sobre a imprecisa raiz do rock and roll, há quem considere como precursora Rosetta Tharpe, uma filha de colhedores de algodão que na primeira infância já se destacava cantando nos cultos da igreja, tocava piano e guitarra e alcançou o top 10 da revista Billboard com a música *Strange Things Happening Every Day*, de 1944. Creditada como a primeira vez de uma canção gospel. Além de um outro sucesso da cantora, a canção: *Rock Me*, o uso do termo rock and roll pela primeira vez na mesma Billboard.[542]

O fato é que além de Sister Rosetta Tharpe e Louis Jordan e antes do sucesso de Bill Harley e Elvis Presley ou mesmo a nomenclatura ser popularizada, existiram: Fats Domino, Chucky Berry (tido por muitos como o verdadeiro rei do rock) e Little Richard. Havia o elenco da gravadora Chess Records de Chicago, de nomes como: Muddy Waters, John Lee Hooker, Buddy Guy, Bo Diddley, Etta James e o próprio Chucky Berry. Artistas dos quais as músicas, de alguma maneira, atravessaram o oceano, tiveram aceitação e foram responsáveis pela influência musical de jovens brancos ingleses que formaram o arco da invasão britânica nos EUA (além dos The Beatles) como : The Rolling Stones, The Who, The Kinks, The Animals, entre outros.

No Brasil, a trinca de filmes: *Sementes de Violência*, *Juventude Transviada* e, excepcionalmente, *Ao Balanço das Horas*, introduziram o rock and roll para as audiências nacionais, muito mais como um novo estilo de dança (assim como tango, salsa e bolero); um certo modismo vindo do estrangeiro. Tanto que sua primeira gravação nacional foi uma versão de *Rock Around The Clock*, *Ronda das Horas*, lançada em 1955 e cantada por Nora Ney; uma cantora de samba-canção. A primeira composição em nossa

[542] Disponível em: https://oglobo.globo.com/ela/gente/noticia/2023/07/13/quem-foi-sister-rosetta-tharpe-conheca-dez-curiosidades-sobre-a-mae-do-rock.ghtml . Visto em 25/07/2024.

língua foi *Rock and Roll Copacabana*, composta por Miguel Gustavo, um compositor de jingles, lançada em 1957 e interpretada por Cauby Peixoto.

Quanto a juventude transviada, resumiu-se, de forma geral, a quem podia desfrutar do seu poder aquisitivo mais capaz; nichos de mocidade abastada dos grandes centros com: lambretas, gel nos cabelos e jaquetas de couro. Os jeans e a valorização do popular só viriam depois. Até porque, aqui, um dos símbolos da identidade nacional já estava estabelecido: o Samba. O sucesso era o samba-canção e, logo a seguir, a "trilha sonora" do Brasil desenvolvimentista, a Bossa nova.

Conquanto, para quem estava nas zonas periféricas e não conseguia adentrar ao círculo fechado da musicalidade da zona sul da capital do país, o rock foi uma alternativa, a exemplo do grupo vocal The Sputniks, formado por futuros grandes nomes da música popular como: Tim Maia e Roberto Carlos (mais Wellington Oliveira e Arlênio Livio), que na sua fase derradeira também contou com o Erasmo Carlos, que se tornaria parceiro de composições com Roberto Carlos, quando este alcançou a condição de fenômeno musical.

Consequentemente, "como o Rio era bossa-nova", em São Paulo surge o primeiro grande ídolo nacional: Celly Campelo, com o sucesso *Estúpido Cupido*, lançada em 1959 (versão de *Stupid Cupid*, sucesso de Connie Francis em 1958). Depois veio o movimento da Jovem Guarda, a seguir a aproximação do rock com a MPB: a Tropicália. E na virada para a década de 1970, por causa da ditadura militar, o rock brasileiro limitou-se a dispersos e desconexos artistas de sucesso midiático, como: Secos & Molhados, Rita Lee e Raul Seixas, sendo redescoberto e popularizado só no período da redemocratização.

O problema da memória parece ser o sentido e a meta previsíveis, que a vivência não costuma ter, sobretudo as diretivas que a demandam. Ademais, a urgência que condensa acontecimentos, com a finalidade de fácil compreensão. Desta maneira, o caminho da construção do rock brasileiro parece, em alguns casos, um acidente, onde artistas surgem e desaparecem sem um motivo qualquer, legado ou continuidade. Uma invenção da indústria cultural.

Porque a essa, sempre perigosa, linha sequencial de acontecimentos e no caso específico do rock brasileiro – "cinema americano" mais Elvis, depois Celly Campelo, Jovem Guarda e Tropicália – esconde que o rock tornara-se, mesmo neste período incipiente, uma maneira de se ver no mundo, para certos jovens brasileiros, também, de proveniência simples. Omitindo o sucesso de artistas como Carlos Gonzaga, homem preto, mineiro, de origem pobre, que começou a carreira em programas de calouros, se

tornou um cantor de samba-canção e bolero e, aos trinta e dois anos de idade, virou o primeiro sucesso da cena nacional pop/rock, com uma versão da canção *Diana*, sucesso internacional na voz de Paul Anka em 1958. Gonzaga fazia shows em circuitos de circos e clubes tendo como banda de apoio os The Jordans, que assim como os: The Clevers, Jet Blacks, The Flyers eram bandas de rock instrumental, de apoio em shows e nas gravações de estúdio de cantoras e cantores e reproduziam para as gravadoras locais versões de sucessos internacionais, que as fábricas de discos daqui não possuíam condições e direitos para lançar.

Do mesmo modo, assim como é possível afirmar que o sucesso do filme *Ao Balanço das Horas* foi fundamental para a introdução do rock, não basta citar só Celly Campelo e se esquecer do seu irmão Tony Campelo, muito menos, apagar nomes como: George Freedman, Sérgio Murilo, Ronnie Cord e Wilson Miranda.

E por fim, não é justo apagar a importância de produtores como Antonio Aguillar e Carlos Imperial, pois o primeiro criou na rádio Nacional o programa *Ritmos para a Juventude*, que depois migrou para a TV Record e o segundo foi o responsável pelo *Clube do Rock*, primeiramente, um espaço de convergência de aficionados e depois um programa na TV Tupi. Isto porque, foi por ambos, que passaram os principais nomes do que se convencionou como movimento da Jovem Guarda, incluindo a cantora Elis Regina que antes de estar a frente de uma passeata contra a guitarra elétrica em 1967, foi aposta do Imperial para concorrer com Celly Campelo, lançando o disco *Viva a Brotolândia*, em 1961.

Isto é uma pequena amostra da penetração e aceitação do rock and roll nos limites nacionais. Rock era a palavra e o comportamento, para muitos. Até que com o sucesso mundial da música *She Loves You* e os "*Yeah, yeah, yeah*" do seu refrão e a internacionalização da beatlemania, que toda esta movimentação em torno da nova música que crescia no mundo, aqui, foi denominada de Iê-iê-iê – fenômeno que também ocorreu em países como Portugal e França – e não Jovem Guarda.

Roberto Carlos não era sucesso até 1962, antes de ser o "Elvis brasileiro" ou se tornar "o Rei". Sob a batuta de Carlos Imperial, tinha tentado ser um artista de Bossa nova, mas no ano seguinte ficou conhecido pela versão de *Splish Splash*[543], feita por

[543] Ao que parece a música não foi só um sucesso local. Segundo a matéria de Tarlis Batista, "Os milionários da MPB", da revista Manchete. O sucesso da versão e o fenômeno Roberto Carlos alteraram as relações comerciais entre rádios, gravadoras e artistas. Manchete, ed. nº 1.606, 29 jan. 1983. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemero teca-digital. Acesso em: 12/07/2021.

Erasmo Carlos, que já tinha certa popularidade compondo, mas só lançaria seu primeiro Lp dois anos depois. Ao contrário de Celly Campelo que explodiu em 1959.

Com a proibição das transmissões de jogos ao vivo de futebol nas tardes de domingo pela TV Record, a direção, muito mais na intuição e improviso, projetou para um curto espaço de tempo, um programa sobre a música jovem que fazia sucesso no país, por isso a escolha de Roberto e Erasmo Carlos para se juntarem a Celly Campelo. A cantora Wanderléia foi chamada para substituir Celly, que não aceitara a proposta, porque estava em vias de abandonar a carreira de sucesso para se casar.

Portanto, "jovem guarda" foi um programa de rock na televisão brasileira de imenso sucesso com Roberto sendo "o rei", Erasmo "o tremendão" e Wanderléia "a ternurinha". Porém, o cantor e compositor Ronnie Von nunca foi seu "príncipe", porque tinha seu próprio programa: *O Pequeno Mundo de Ronnie Von*, que merece ser lembrado não só pelos seus sucessos, mas por ter batizado a banda de rock Os Mutantes, que estreou no seu programa de televisão e também nunca se apresentou no *Jovem Guarda*. Haja vista, por contrato, quem se apresentava em um programa não podia se apresentar no outro. Assim como o cantor e compositor Eduardo Araújo, precursor do rock nacional, que também apresentava um programa concorrente na TV Excelsior. E Caetano Veloso que – apesar de celebrado por arquitetar com Gil uma ruptura na música popular da época e não ser associado, quase nunca, a Jovem Guarda – participou das "jovens tardes de domingo" mais de uma vez.

Aliás, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé, Gal Costa, Os Mutantes e Rogério Duprat aliados a Nara Leão, Torquato Neto, Capinan e Rogério Duarte quando pensaram num movimento artístico inspirado na antropofagia de Oswald de Andrade e na Semana de Arte Moderna de 1922, intencionavam um caminhar para frente, compactuado com a cultura de massa do seu presente; a tradução e integração da música popular , daqui, com o que estava acontecendo no exterior e não um ufanismo rococó a fim de glamourizar o subdesenvolvimento como característica exótica.

Pretenderam assim, com o tropicalismo, tomar de assalto a nova música popular brasileira, enfrentando os dogmas da MPB herdeira dos CPCs da UNE, que andava debatendo muito mais se o curso da Bossa nova deveria ser processado e continuado ou retornar ao samba tradicional de Noel Rosa, sob a "supervisão" do nacional popular de esquerda, ancorada na música de protesto.

No entanto, a Tropicália não fora só música, era uma articulação coletiva que buscava refundar a cultura nacional somando cinema, teatro, artes plásticas e literatura.

Em outras palavras, o Cinema Novo de Glauber Rocha, as instalações de Hélio Oiticica o teatro de Zé Celso Martinez Corrêa, mais a poesia concreta; "liquidificados" com Carmen Miranda e Chacrinha, ressignificando o velho e o novo das entranhas da nossa cultura, valorizando o que de fato era o comum consumido pela população, expondo nossas contradições e atacando o nacionalismo passadista e a ortodoxia das canções de protesto, muitas vezes, com ironia.

Retomando o curso da linha evolutiva da música popular, seu principais conspiradores já tinham relativo sucesso depois do III Festival da Música Popular Brasileira da TV Record de 1967, Caetano com *Alegria Alegria*, acompanhado do grupo de rock argentino os Beat Boys e Gilberto Gil com *Domingo no Parque*, acompanhado de Os Mutantes. Seus discos individuais e o disco coletivo *Tropicalia ou Panis Et Circenses*, lançados sequentemente em janeiro, maio e julho de 1968, delinearam o que queria dizer o tropicalismo. Por conseguinte, tão importante quanto, é que num tempo onde a imagem do disco dizia muito, estes álbuns tem na arte da capa um franco alinhamento com o rock psicodélico que estava sendo feito fora do país, assim como suas canções. Mais ainda, é uma música do mundo feita para o mundo, pois anacronicamente poderia ser considerada *world music*, estilo e nomenclatura que nem existiam há época. Contudo, a base e inspiração era o rock; de Caetano com o fenômeno Roberto Carlos e Jovem Guarda, de Gil com o álbum *Sgt. Pepper's Lonely Heart Club Band* de 1967 dos The Beatles.

A bem da verdade o ano de 1968, poderia ser o início de um ápice da revolução contracultural juvenil no brasil. Apesar de que o Jovem Guarda acabaria com a saída de Roberto Carlos. Porém, as bandas de rock (iê-iê-iê) já tinham se proliferado – algumas traduzindo seus nomes e compondo na língua nativa – por adolescentes influenciados pelo grande sucesso de ídolos internacionais, mas já com referências nacionais. E mesmo esses artistas não deixaram de existir porque o programa de televisão acabou. Assim como a Tropicália, já havia sido percebida e sua proposta comportamental balançado o meio musical, alcançando prestígio e aceitação popular.

Entretanto, o "país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza"[544] estava "sob o sol de satã"[545] há quatro anos. Por conseguinte, em dezembro, a ditadura instaurada em 1964 – que perseguiu, prendeu e matou desde o seu primeiro momento – resolveu

[544] Verso da música *País Tropical* de Jorge Ben, gravada por Wilson Simonal em 1969, que para muitos colaborava com a propaganda ufanista da ditadura brasileira.
[545] Música instrumental do grupo de rock Ave Sangria do álbum de mesmo nome lançado em 1974.

mandar "às favas todos os escrúpulos de consciência"[546] e transformou o Poder Executivo num opressor mor, paranoico e arbitrário, capaz de sufocar a todos, tendo como práticas a censura e a tortura. Era o Ato Institucional nº 5.

Quatorze dias depois, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos, sem motivo declarado e logo após expulsos do país. Entrávamos na "primavera dos dentes"[547] acirrados, com uma considerável quantidade de pessoas se alinhando a luta armada contra a opressão. Consequentemente, com a lei e a justiça amordaçados, curiosamente, foi nas artes e, especificamente, na música, que foi possível se expressar e debater, ainda que por "frestas" e em letras codificadas. Desembocando também em radicalismos que podiam apontar para uma certa homogeneização cultural.

Logo, a MPB que já simbolizava um caráter institucional estético e hierarquizado, passou a ser sinônimo de resistência frente ao "vazio cultural" pós AI5. Fundamental e influente, de fato. Porém, sempre é preciso repensar o quanto a institucionalização de um gênero musical pode ser limitante. Dizer da MPB a liga da orientação ou aceitação para os demais estilos musicais da diversidade brasileira, parece soar elitista e desmerecedor. Haja vista, que entre um polo e o outro: ufanista repressor e resistência. Havia uma parcela de juventude a fim de "cair fora" (drop out) sem sair de fato, querendo se conectar com o outro e o mundo sob a luz da contracultura e que no fim era fã de algum subgênero do rock and roll, que a essa altura demandava ídolos e suportava a indústria fonográfica internacional e que de alguma forma eram ouvidos aqui.

Metaforicamente sob esta perspectiva, se o Brasil fosse um sujeito; uma entidade celular autônoma, poderia ser classificado como egocêntrico, austeramente auto-obsessivo, negando o mundo além dele mesmo, não querendo parecer o que realmente é, lutando para algo que imaginava ser, incapaz de se aceitar num nível mais profundo. Se por um lado, se desejava grande e ufanista, mesmo sendo dependente. Em vez de querer ser melhor e autossuficiente. Por outro lado, havia uma visão utópica do "homem comum" como protagonista de um projeto, de certa forma experimental, revolucionário, misturado com autopiedade e orgulho, que no fim das contas, ambos, pareciam levar a uma homogeneização sufocante, disfarçada de algo genuinamente brasileiro. Isto olhando para os militares entreguistas, que assumiram o poder e para a classe média universitária e

---

[546] "Às favas, Senhor Presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência." Frase dita pelo então ministro do Trabalho e da Previdência Social Jarbas Passarinho durante a reunião para decretar o AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

[547] Canção antifascista dos Secos & Molhados composta a partir de um poema de João Apolinário, pai de João Ricardo integrante do grupo.

seguimentos das elites, na oposição. Pois o grosso da população, tratada por estes, como o povo – como se dele não fizessem parte – seguiam seu cotidiano sob arrocho salarial, alienação e desigualdade social, onde a música era mera trilha sonora para a diversão. Música esta, desprestigiada e pejorativamente adjetivada de popularesco, brega etc. Mas que de fato, era o que sustentava, em termos comerciais, as empresas fonográficas.

Ademais, é difícil imaginar que um gênero musical que quebrara normas e padrões tidos como ultrapassados, reclamava da "guerra fria' e do obstáculo para o desenvolvimento individual, simétrico a um comportamento, em princípio somente rebelde , para depois comunitário em nome da paz e do amor – apesar de cooptado pela indústria da cultura – fosse o símbolo da tentativa de aculturação e imperialismo no próprio continente e em outros lugares, por parte dos norte-americanos. Quando lá mesmo, fora sempre marginalizado, censurado e perseguido, de certa forma, desde de o seu aparecimento. Até porque, o que se denominou vulgarmente como "americanização", referente ao rock and roll, a esta altura, vinha muito mais da Inglaterra e que, em certa medida, já havia incorporado influências orientais, latinas, caribenhas e africanas.

De qualquer maneira, mesmo sob o chumbo político e social da opressão, o rock não desapareceu. Na década de 1970 se produziu rock brasileiro de qualidade e diversidade, incorporando elementos da nossa maneira de interpretar a vida. Por artistas que ouviram também MPB, música brega, musica regional e enfim, ouviram o que tocava no rádio e passava na televisão. E ouviram também as novidades que, inevitavelmente, chegavam de fora. Para o músico de ofício, sempre haverá aquele que rejeita rótulos atribuindo esta tarefa aos analistas dos meios de comunicação. De toda forma, apesar de parecer uma discussão sobre a aula do vazio do léxico, durante esta década será o prestígio quem irá assegurar, adentrar ou não, a uma gravadora para registrar suas músicas. E a baixa qualidade técnica, o despreparo para a gravação, a falta de tecnologia para uma arte elétrica e industrial, serão complicadores para o sucesso comercial. E a certa altura ficou claro que usar o termo rock era um impedimento.

Referências:

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. In: _____. *Obras escolhidas I.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHACON, P. *O que é Rock.* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DAPIEVE, Arthur. *BRock: o rock brasileiro dos anos 80.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and Roll: uma história social.* 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010.

_____. *Juventude e contracultura.* São Paulo: Contexto, 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Fontes:

JOVEM aos 50 ano o Filme – A série. Direção: Sérgio Baldassarini Junior. Jovem aos 50 – Primeira versão do filme completo. You Tube, 25 Mar. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3kbf UX4EpLM. Visto 15/08/2024.

SOCIEDADE dos Documentaristas Brasileiros. Documentário Tropicália (2012). You Tube, 06 nov. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iEfgEjNrThA&t=2667s Visto 15/08/2024.

O avanço do setor privado na educação brasileira: o caso do Grupo Kroton/Cogna (2007-2020)

Rosane de Oliveira e Silva
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rafael Vaz da Motta Brandão

Introdução

Este artigo tem suas origens no projeto de pesquisa de nossa tese de doutorado, intitulada "O avanço das instituições particulares na condução do ensino fundamental, médio e superior: o caso do Grupo Cogna Educacional e o controle da educação brasileira (2007-2020)", em andamento.

A ascensão do setor privado na educação no Brasil é uma realidade e um desafio para a História Social. Com o crescimento do número de alunos, além dos investimentos dos estabelecimentos particulares no ensino fundamental, médio e superior, entre outros fatores, vê-se o fortalecimento do empresariamento educacional brasileiro.

O Grupo Kroton (atual Cogna) realizou, notadamente a partir da década passada, uma sucessão de aquisições de instituições de ensino superior, sendo que, em 2013, já na liderança do Ensino à Distância (EAD), o Kroton adquiriu a Anhanguera. Com isso, este grupo educacional se tornou a maior empresa de educação do Brasil e do mundo.

A partir daí, a consequente dinâmica da mercantilização da educação e o processo de financeirização da economia se fortificaram.

Em 2019, após um período de ascendência, a empresa sofreu séria queda em seus lucros líquidos, o que levou o CEO do Kroton, Rodrigo Galindo, à decisão de mudar o nome da empresa e dividi-la em quatro braços - Kroton, Saber, Somos e Platos.[548]

Foi criada, então, a Cogna Educação – gigante na educação brasileira e mundial - , identificando-se na Bolsa de Valores como COGN3 e COGNY. Reestruturou-se, nesse contexto, para operar mais margens de lucro, bem como atrair para si novos investidores,

Destacaremos aqui o avanço do empresariamento na educação privada e pública no Brasil, apoiado nas forças neoliberais, assim como em uma ressignificação na educação brasileira, envolvida na Bolsa de Valores.

[548] Ver MOURA, Marcelo. Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cogna e se divide em quatro. *Época Negócios*, 07 de outubro de 2019. Disponível em https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educaçao-do-pais-Kroton-vira-Cogna-e-se-divide-em-quatro.html. Acesso em 01 ago. 2024.

O Curso Pitágoras, o Grupo Kroton e a Cogna Educação na educação brasileira

O Grupo Kroton tem suas origens a partir da inauguração da empresa de Curso Pré-Vestibular Pitágoras, fundada em 1966, em Belo Horizonte (MG), pelos então jovens Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, Marcos Luiz dos Mares Guia, Evando José Neiva, João Lucas Mazoni Andrade e Júlio Fernando Cabizuca.

Com o crescente número de alunos, o Curso Pitágoras foi ascendendo, inaugurando novos estabelecimentos escolares e mantendo-se como referência no ensino fundamental e médio nos anos 1970 e 1980, em Minas Gerais.

Em princípios dos anos 1990, criou-se a Rede Pitágoras, com seu conglomerado de escolas e, em menos de um ano, já existiam cento e seis escolas associadas. Da mesma forma, dando continuidade a seu crescimento, no início da década de 2000, o Pitágoras começou a envolver-se com o ensino superior, quando se inaugurou a primeira Faculdade Pitágoras, em parceria com a Apollo International (Arizona, EUA).

Havendo tais dados sido amplamente abordados em nossa dissertação, em 2007, o Grupo Pitágoras se viu diante de uma nova fase de ampliação e ascensão, graças à abertura do grupo educacional na Bovespa, mudando seu nome para Kroton.[549]

Nesse contexto, na educação superior, a Kroton arrecadou uma série de instituições com programas de graduação e pós-graduação, até que em 2013, na liderança do Ensino à Distância, o Grupo Kroton adquiriu a Anhanguera, constituindo-se na maior companhia de educação do mundo.

Atente-se que, já em 2007, o Grupo Pitágoras reunia uma rede grandiosa de colégios, cursos pré-vestibulares e faculdades, o que levou as ações ordinárias da empresa a serem agenciadas nos Estados Unidos. Isso comprova o desenvolvimento da mercantilização da educação e o consequente processo de financeirização da economia (CHESNAIS, 1996).

No final do século XX, com o forte incentivo do Banco Mundial, iniciou-se a vigência da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), que impeliu a abertura do setor aos mercadores do ensino, através de uma ampla privatização, e, consequentemente, à mercantilização da educação. Este é um atributo da sociedade burguesa em conformidade

[549] Ver SILVA, R. de Oliveira e. *Financeirização da economia e mercantilização do ensino superior no Brasil:* o caso do Grupo Kroton (2003-2018). Orientador: Gelsom Rozentino de Almeida. 2020. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

com o capitalismo, em um processo de descaracterização da educação –mera mercadoria- enquanto bem público (FONTES, 2019).

Nesse contexto, o capitalismo atual, de veia ideológica neoliberal, compreende um novo regime de acumulação do capital, denominado financeirização (CHESNAIS, 1996). O processo de financeirização de nossa economia se orienta pelo Estado, com os fundos públicos e fundos de pensão. Assim, a "financeirização da riqueza" pode se constituir em "financeirização da economia", "financeirização da educação", "financeirização da saúde" e outras.

Os educadores com "chão social", a partir daí, se deram conta das medidas insidiosas e bruscas na educação de nosso país, que tentavam controlar o ensino, que deve ser gestado pelo Estado –no ensino fundamental e médio-, desde seus projetos até sua execução e resultados.

Dessa maneira, o Grupo Kroton, na década de 2010, promoveu sua consolidação, sobretudo através do mercado de ensino superior, adquirindo diversas faculdades, sendo este o seu período áureo. Entretanto, no início de 2019, a instituição teve queda no lucro líquido de 47,4% a menos que no mesmo período (primeiro trimestre de 2018), tendo no segundo semestre continuado a decrescer o lucro líquido, na marca de 44,2% .[550]

O CEO do Grupo Kroton, Rodrigo Galindo, diante de tais impactos, toma a decisão de mudar o nome da empresa e dividi-la em quatro braços (Kroton, Saber, Somos e Platos), na busca de atrair variados investidores, consolidando-se também como prestadora de serviços de tecnologia para escolas e faculdades.

Então, a maior empresa privada de educação do Brasil –o Grupo Kroton-, em 2019, sofreu uma transformação de nome, de finalidades, de organização e de governança, surgindo a Cogna Educação. Com valor de mercado de R$ 18,2 bilhões à época [551] a instituição se tornou uma holding – empresa que detém a posse majoritária das ações de outras empresas -, identificando-se na Bolsa de Valores como COGN3 e COGNY.

Como já foi afirmado, a Cogna Educação ocupa a nona posição entre as maiores empresas educacionais do mundo, cabendo à TAL Education Group,[552] empresa chinesa,

---

[550] Ver Moura, Op. Cit.
[551] Idem, 2019.
[552] SZKURNIK, Iona. Tecnologia e escalabilidade: a educação chinesa e o modelo não elitista. *Revista Exame*, 25 de junho de 2021. Disponível em https://exame.com/bussola/tecnologia-e-escalabilidade-a-educacao-chinesa-e-o-modelo-nao-elitista/. Acesso em: 03 ago. 2024.

o primeiro lugar entre as maiores empresas de educação mundiais, a qual ainda lidera nos últimos anos uma sucessão de aquisições.

A Tal Education Group se apresenta também como New Oriental Education & Technology Group[553], ocupando-se de prestação de serviços educacionais privados, setores de serviços de idiomas, preparação para testes, educação online, desenvolvimento e distribuição de conteúdos, assim como educação pré-escolar, primária e secundária.

Denota-se que a Cogna Educação busca, de alguma forma, seguir os passos da líder no ranking educacional mundial. O sistema EAD, também presente nas universidades públicas (em menor escala), é de interesse do empresariado, em seus oligopólios, com vistas ao crescimento de seus "mercados". É um fenômeno presente na totalidade de nossa sociedade capitalista contemporânea, servindo-se dele sobretudo a educação privada, descompromissada com um ensino de qualidade.

Não é por mero acaso que a Tal Education Group, assim como a Cogna Educação, utiliza este sistema lucrativo, com uso de novas tecnologias, sob um véu de "progresso técnico". Pouco importa às frações burguesas que operam neste setor as questões socioculturais do público engajado no referido sistema (BASTOS, 2019).

Educadores, movimentos sociais e sindicais, associações científicas e educacionais devem buscar o debate em relação ao papel social da educação, já que há tentativas de desmonte da educação pública e democrática; enquanto o ensino, a serviço de interesses particulares, se fortalece cada vez mais, mascarado sob o manto das novas tecnologias.

A Cogna Educação, o Ensino à Distância e seus cursos

Maior oligopólio educacional do país, a Cogna Educação conseguiu reestruturar-se, a fim de operar mais margens de lucro, atraindo para si investidores e fortalecendo seu controle sobre a educação no Brasil. A empresa tinha, em 2020, durante a pandemia da Covid 19, em torno de 292 mil alunos matriculados no ensino presencial e 552 mil no

[553] Ver NEW Oriental Education & Technology Group: ações, demonstrações financeiras. *A2 Finance*, julho de 2021. Disponível em https://a2-finance.com/es/issuers/new-oriental-education-technology-group. Acesso em: 03 ago. 2024.

EAD [554] , acrescentando o CEO da companhia que a estrutura da Cogna era, em seu início, "para um cenário com Fies e sem Covid. Hoje, não temos Fies e temos Covid"[555] .

Deve-se ter em mente que a burguesia, via de regra, se serve das crises para ocasionar transformações nas instituições e, no que nos diz respeito, nas legislações educacionais e nas concernentes às políticas públicas que favorecem os menos abastados. Ocorre aí um aprofundamento da hegemonia do setor privado na educação, onde não há perspectiva crítica e, sim, um controle dos mecanismos da educação.

Tendo se aproveitado em larga escala do Fies (política pública dirigida aos alunos carentes), o Kroton/Cogna também se valeu da pandemia da Covid-19 para fortalecer o sistema EAD, na busca de mais lucros, proporcionando salários mais baixos aos professores pela educação online, com um ensino mais precário e deficiente aos seus alunos.

Com efeito, há grande contradição entre burguesia e educação, não importando àquela uma educação de qualidade, mas uma força de trabalho produtiva. Na rede privada, com o apoio das legislações educacionais e das políticas públicas educacionais que lhe favorecem, constata-se o avanço do setor na educação de nosso país, no controle do ensino. Seja através do aumento crescente de alunos; seja por meio dos investimentos dos estabelecimentos particulares no ensino fundamental, médio e superior; seja pelo fortalecimento do Ensino à Distância (EAD), precário; o ensino privado busca o controle total de nossa educação.

Enquanto em nosso país, em 2020, nas universidades públicas, havia por volta de 2 milhões de matriculados, nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, somente no EAD, havia 1,6 milhões de estudantes matriculados [556]. A pandemia de Covid-19 incrementou em larga escala o modelo remoto de ensino, principalmente nas IES privadas, o que tais instituições já buscavam há tempos.

O Ensino à Distância (EAD) compreende maior quantidade de matrículas e menos gastos na folha de pagamentos, um real oásis de lucros para as instituições privadas. Apelou-se às universidades federais e estaduais, com ensino reconhecidamente de

---

[554] Ver CARVALHO, Maria Alice de. Kroton cortará 75% dos cursos presenciais: EAD é mais lucrativo. *Universidade à esquerda*, 25 de agosto de 2020. Disponível em https://universidadeaesquerda.com.br/kroton-cortara-75-dos-cursos-presenciais-ead-e-mais-lucrativo/. Acesso em: 14 ago. 2024.
[555] Ver Carvalho, Op. Cit.
[556] Idem, 2020.

qualidade, para legitimar a Educação à Distância perante os estudantes e a própria sociedade brasileira, ao que se demonstrou resistência.

Não se torna difícil entender tal postura por parte das instituições públicas, já que a Anhanguera Educacional, que pertence à Cogna Educação, tinha uma relação professor/aluno de 1.737 alunos no formato à distância, entre 2019 e 2020[557]. Ainda que esteja no período entre a pandemia, a proporção impressiona e demonstra a necessidade de medidas protetivas ao alunado, reféns do empresariamento do setor educacional privado.

Quanto aos cursos oferecidos, a Cogna Educação visa notadamente aos denominados "cursos nobres", com maior mensalidade, tais como Medicina, Engenharia, Direito, Veterinária, Odontologia; por sua vez, os cursos de mais baixa mensalidade (Letras, Matemática, Serviço Social etc.) se tornarão EAD, com ensino mais precarizado, deficiente e minimalista.

E ainda apresentam a opção no formato à distância quase como uma forma de ajuda às classes mais necessitadas, para que possam também estudar em determinados cursos a que não poderiam ter acesso, senão no modo EAD, como o curso de Administração, por exemplo. Esse formato de ensino já vinha sendo urdido há tempos pelo setor privado da educação brasileira, o que se estabeleceu amplamente após a decretação do final da pandemia da Covid-19.

Associações e Federações ligadas à educação privada brasileira

Há associações e federações de forte cunho privatista ligadas, direta ou indiretamente, à educação, das quais alguns fundadores do antigo Grupo Kroton fazem parte, como a ACMinas (Associação Comercial e Empresarial de Minas), Conspiração Mineira pela Educação, Fundamig (Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado), as "Mães de Olho no Material Escolar" –ligado à ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio) e a tudo o que diga respeito ao agronegócio em geral-, entre outras.

[557] Ibidem, 2020.

A Conspiração Mineira pela Educação[558] é uma associação/"movimento", da qual Evando Neiva, um dos fundadores do Curso Pitágoras (ex-Kroton e atual Cogna Educação), faz parte dos quadros institucionais. . Assim se autodefine:

> "A Conspiração Mineira pela Educação é um movimento que busca a conquista de uma educação de qualidade para todos. Trata-se, pois, de um propósito que demanda um extraordinário esforço conjugado, tendo em vista a complexidade da educação, a dimensão do nosso Estado, e as suas notáveis diversidades. Por isso mesmo, é um desafio que somente pode ser enfrentado com a força da transformação de uma conspiração, com seus significados histórico e etimológico." (FUNDAMIG, 2014.)

Sabe-se que a implementação de uma educação básica de qualidade é da competência dos Estados e dos municípios, e, tomando para si a iniciativa privada esta tarefa, demonstra o intuito de controlar a educação, assim como de granjear alunos para seus cursos superiores. É tamanha a exaltação da Conspiração privatista, que esta iniciou suas atividades em 2006, unindo-se ao Conselho de Educação da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas) e da Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado –Fundamig-[559], ambas de natureza fortemente privada.

A Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), da qual Evando Neiva (um dos fundadores do Curso Pitágoras, atual Cogna Educação) foi Presidente do Conselho Empresarial de Educação, assim se apresenta:

> "A Associação Comercial e Empresarial de Minas atua há mais de um século como representante da classe empresarial, tendo como objetivo fomentar o progresso e o desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e de Minas Gerais.
> Fundada em 1901, a ACMinas tem sua história pautada pelo entendimento e atendimento ético das necessidades de empresas e empresários por meio de representação institucional e de prestação de serviços. Assim, construiu um notável papel de agente transformador e articulador de uma conjuntura favorável para negócios." (ACMINAS, 2024)[560].

Não se faz necessário demonstrar que a educação brasileira, em seus diferentes níveis – fundamental, médio, superior -, não pode ter nenhuma ligação com uma associação que serve às necessidades de empresas e empresários, quando o que se busca é uma educação pública e democrática. O que aqui se percebe é uma educação atrelada a um segmento conservador e retrógrado de nossa sociedade.

---

[558] É uma associação de teor privatista, havendo iniciado suas atividades em agosto de 2006. O portal da Fundamig apresenta esta associação na seção "Projetos". Disponível em https://fundamig.org.br>Projetos. Acesso em: 01 ago. 2024.

[559] Ver FUNDAMIG. Conspiração Mineira Pela Educação. *FUNDAMIG*, 12 de fevereiro de 2014. Disponível em: https://fundamig.org.br/conspiracao-mineira-pela-educacao/. Acesso em: 01 ago. 2024.

[560] Ver ACMINAS. ACMinas, Quem Somos. *ACMINAS*. Disponível em https://acminas.com.br/quem-somos/. Acesso em: 02 ago. 2024.

A Federação Mineira de Fundações e Associações de Direito Privado (Fundamig) nos revela em sua página [561] que se trata da primeira organização representativa de fundações no Brasil, tendo sido criada em 1994, permanecendo até os dias atuais.

Autopromovendo-se como mecanismo de transformação social, com "missão", "visão", além de "princípios e valores"; tendo, em 28/04/22, seu Diretor Financeiro, Prof. Antônio Carlos Cabral Aguiar, assumido a presidência do Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas - [562], sucedendo Evando Neiva; a Fundamig busca aprofundar a hegemonia do setor de ensino, controlando a educação pública e privada brasileira.

"Mães do Agro" ou "Mães do Agronegócio" se apresenta como um grupo com a presença de mães nos negócios da família, em especial no que se refere ao agronegócio, "um dos pilares de nossa economia" [563] . Esse mesmo grupo, apadrinhado pelos políticos da bancada ruralista, lidera uma campanha -através de uma organização ultradireitista, "Mães de Olho no Material Escolar" [564]- para realizar uma espécie de blindagem contra conteúdos progressistas no material didático, interferindo nos currículos escolares.

Buscando o controle da educação brasileira, numa disputa ideológica, o setor privado de ensino busca a vanguarda no setor do ensino, utilizando diversas ferramentas. Assim,

> "Para articular suas posições no âmbito do Estado, o capital (...) organizou uma constelação de entidades, federações e associações que disputam por diferentes métodos as agendas empresariais nos diversos âmbitos de intervenção nos quais se colocam. Trata-se pura e simplesmente de aparelhos privados de hegemonia (APH) que buscam, a todo momento, constituir seus interesses burgueses na relação com as demais frações capitalistas e, sobretudo, em justaposição à classe trabalhadora e suas formas organizativas." (SEKI, 2021).

O Neoliberalismo e a Bolsa de Valores na educação brasileira

Para o primeiro grande colapso do mundo capitalista pós- 2ª Guerra Mundial, buscou-se a solução neoliberal, com a construção de um Estado forte, máximo na articulação de destruir o poder dos sindicatos e dos movimentos sociais; mínimo,

---

[561] Ver FUNDAMIG. A FUNDAMIG – Federação. *FUNDAMIG*. Disponível em https://fundamig.org.br. Acesso em: 03 ago. 2024.

[562] Ver FUNDAMIG. Aliança intersetorial pela Educação – Federação Mineira de Fundações. *FUNDAMIG*, 03 de maio de 2022. Disponível em https://fundamig.org.br/alianca-intersetorial-pela-educacao/. Acesso em: 03 ago. 2024.

[563] Ver COPLANA. Mães do Agro. *Blog*, 16 de setembro de 2023. Disponível em https://www.coplana.com/maes-do-agro/. Acesso em: 03 ago. 2024.

[564] Ver RAMOS, Mariana Franco. "Lobby do agronegócio se organiza para 'fiscalizar' material escolar". *De Olho nos Ruralistas*, 10 de maio de 2021. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar/. Acesso em: 03 ago. 2024.

entretanto, no que diz respeito aos gastos sociais e às intervenções econômicas (ANDERSON, 1995).

A LDB e as legislações competentes determinam flexibilidade, descentralização e pluralidade de ensino, em meio a constantes perspectivas de ajustes neoliberais, conforme acordos e práticas selados com o Banco Mundial e o FMI, o que já foi afirmado.

As relações sociais e de trabalho se imiscuem com a educação (LEHER, 2015), identificando-se as interferências do capital na formação educacional. Os países que resistiram às imposições neoliberais, em princípio dos anos 1980, logo se curvaram às regras seladas pelos "Novos Senhores da Educação", sobretudo o Banco Mundial e o FMI. (IDEM, 2015).

Com o projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo e a mundialização do capital, ocorre a entrada da educação brasileira na Bolsa de Valores. A Faculdade Pitágoras –atual Cogna Educação-, em 2007, abriu capital na BM&FBovespa, identificando-se, então, como KROT11.

Envolvida em ações ordinárias e receitas líquidas, entre outras particularidades, a educação se encontra entrincheirada pelos aparentes privilégios da burguesia e pela má qualidade das escolas públicas, sendo gestada "de cima", no âmbito da dominação financeira, sem "chão social" (SILVA, 2020, p. 88)[565].

Considerações finais

Algumas instituições de Direito Privado -como a Conspiração Mineira pela Educação, ACMinas, Fundamig, ABAG, entre outras- fomentaram ainda mais a educação privada no Brasil, em todos os seus níveis, o que não permitiu que a Cogna Educação perdesse a liderança.

A doutrina político-ideológica do neoliberalismo vem subjugando a educação brasileira a interesses burgueses. Nesse contexto, os grandes empresários utilizam a escola como ferramenta para adequação da hegemonia de interesses capitalistas, enquanto o ensino público se vê pronto, ou à parceria com o privado, ou a seu desmonte.

Educadores, movimentos sociais e sindicais, entre outros organismos progressistas, devem reagir, na busca de uma educação pública de qualidade, democrática, distante dos segmentos retrógrados da sociedade brasileira.

[565] Ver SILVA, R. de Oliveira e. Op. Cit., p. 88.

Referências:

ACMINAS. ACMinas, Quem Somos. *ACMINAS.* Disponível em https://acminas.com.br/quem-somos/. Acesso em: 02 ago. 2024.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BASTOS, Josie Amaral; LIMA, Valéria F. S. Almada. Educação à distância no Brasil: uma análise da experiência da UFMA do Maranhão. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, n. 2, p. 549-565, 2019.

CARVALHO, Maria Alice de. Kroton cortará 75% dos cursos presenciais: EAD é mais lucrativo. *Universidade à esquerda*, 25 de agosto de 2020. Disponível em https://universidadeaesquerda.com.br/kroton-cortara-75-dos-cursos-presenciais-ead-e-mais-lucrativo/. Acesso em: 14 ago. 2024.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996

COPLANA. Mães do Agro. *Blog*, 16 de setembro de 2023. Disponível em https://www.coplana.com/maes-do-agro/. Acesso em: 03 ago. 2024.

FONTES, Virgínia. Crise do capital, financeirização e educação. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 3, p. 328-347, dez. 2019.

FUNDAMIG. A FUNDAMIG – Federação. *FUNDAMIG*. Disponível em https://fundamig.org.br. Acesso em: 03 ago. 2024.

FUNDAMIG. Conspiração Mineira Pela Educação. *FUNDAMIG*, 12 de fevereiro de 2014. Disponível em: https://fundamig.org.br/conspiracao-mineira-pela-educacao/. Acesso em: 01 ago. 2024.

FUNDAMIG. Aliança intersetorial pela Educação – Federação Mineira de Fundações. *FUNDAMIG*, 03 de maio de 2022. Disponível em https://fundamig.org.br/alianca-intersetorial-pela-educacao/. Acesso em: 03 ago. 2024.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Revista Outubro*, Rio de Janeiro, 2015.

MOURA, Marcelo. Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cogna e se divide em quatro. *Época Negócios*, 07 de outubro de 2019. Disponível em https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-kroton-vira-cogna-e-se-divide-em-quatro.html. Acesso em: 01 ago. 2024.

NEW Oriental Education & Technology Group: ações, demonstrações financeiras. *A2 Finance*, julho de 2021. Disponível em https://a2-finance.com/es/issuers/new-oriental-education-technology-group. Acesso em: 03 ago. 2024.

RAMOS, Mariana Franco. Lobby do agronegócio se organiza para 'fiscalizar' material escolar. *De Olho nos Ruralistas*, 10 de maio de 2021. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar/. Acesso em: 03 ago. 2024.

SEKI, Allan Kenji. *O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018)*. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021.

SILVA, R. de Oliveira e. *Financeirização da economia e mercantilização do ensino superior no Brasil:* o caso do Grupo Kroton (2003-2018). Orientador: Gelsom Rozentino de Almeida. 2020. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

SZKURNIK, Iona. Tecnologia e escalabilidade: a educação chinesa e o modelo não elitista. *Revista Exame*, 25 de junho de 2021. Disponível em https://exame.com/bussola/tecnologia-e-escalabilidade-a-educacao-chinesa-e-o-modelo-nao-elitista/. Acesso em: 03 ago. 2024.

Dá um tempo: estudo sobre como a Ditadura Militar é ensinada nas escolas municipais de Nova Iguaçu

Samuel Henriques
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Daniel Pinha

Introdução

A relação entre memória e história é fundamental para compreendermos plenamente a complexidade e a importância da interpretação e da transmissão dos eventos históricos ao longo do tempo. É por meio dessa relação estreita que somos capazes de obter uma compreensão mais abrangente e contextualizada tanto dos fatos quanto das narrativas que moldam a nossa compreensão coletiva do passado. Enquanto a história utiliza documentos, evidências e métodos científicos para reconstruir e examinar os eventos históricos, a memória, por sua vez, é construída a partir de vivências individuais, testemunhos pessoais e relatos narrativos. É por meio dessas experiências subjetivas e pessoais que a memória ganha forma, se transforma e se entrelaça com a história. No entanto, é importante destacar que a memória não é um espelho perfeito dos eventos que ocorreram no passado. Ela é influenciada por fatores individuais e contextuais, o que significa que pode haver variações e distorções entre o que é lembrado e o que realmente aconteceu. Essas distorções podem ocorrer devido a elementos como emoções, perspectivas pessoais, crenças, influências sociais e políticas. Portanto, ao lidar com a memória coletiva de um povo ou de uma comunidade, é essencial reconhecer e levar em consideração essas nuances e complexidades. É necessário investigar e questionar os diferentes pontos de vista, confrontar diferentes memórias que surgem em relação aos mesmos eventos e buscar uma compreensão histórica mais completa e inclusiva. Nesse sentido, a relação entre memória e história não é apenas uma questão acadêmica, mas também uma questão social e política. A memória coletiva desempenha um papel significativo na construção da identidade de um grupo, na formação de narrativas de resistência e na busca por justiça e reparação em contextos pós-conflito. Em suma, a relação entre memória e história é complexa e multifacetada. Ambas desempenham um papel crucial na compreensão e na preservação dos eventos passados, mas é importante reconhecer suas diferenças e suas influências individuais e coletivas.

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de doutorado, cujo título é: "Dá um tempo: estudo sobre como a Ditadura Militar é ensinada nas escolas municipais de Nova Iguaçu", ainda em andamento, é um desdobramento da pesquisa conduzida durante o curso de Mestrado ProfHistória pela Uerj. A pesquisa teve como resultado a elaboração de um produto final, um mapa virtual de locais de memória sobre a Ditadura Militar em Nova Iguaçu. O produto teve como público-alvo alunos de 9º ano do Ensino Fundamental II.

No doutorado, a pesquisa volta-se para os resultados práticos do produto. Para isso vamos trabalhar com a temática do Ensino da Ditadura Militar nas turmas de 9º ano, das escolas municipais da cidade de Nova Iguaçu. O objetivo é compreender como os professores de história trabalham a temática em sala de aula, quais são as ferramentas utilizadas, o tempo dedicado, se utilizam da história local para a mobilização e melhor compreensão da temática. Evidenciar a importância intrínseca de compreender, analisar e refletir sobre esses conflitos de memória que emergem no contexto da Ditadura Militar Brasileira, bem como explanar como essas disputas de interpretação dos eventos que ocorreram nesse período de tamanha controvérsia e polarização têm um impacto profundo e multifacetado nas diversas esferas da sociedade brasileira, inclusive nas salas de aula, atravessando os pilares político, social, cultural e histórico. Nesse sentido, é fundamental aprofundar-se nesse tema e desvelar as diferentes perspectivas e narrativas que permeiam as memórias desse período, a fim de reconstruir e ressignificar a memória coletiva do Brasil.

Conflitos de memória sobre a Ditadura Militar Brasileira

As divergências na interpretação dos eventos da Ditadura Militar Brasileira surgem a partir das diferentes visões sobre as ações do regime, seus impactos e as consequências para a sociedade. Essas interpretações variam consideravelmente de acordo com a posição política e ideológica dos indivíduos e grupos, resultando em narrativas conflitantes sobre o que realmente aconteceu durante esse período histórico tão controverso. A disputa intensa pela definição dos eventos, movida pelos interesses e perspectivas distintas, gera conflitos de memória que permeiam profundamente o debate público e a forma como a ditadura é lembrada e compreendida atualmente em nossa sociedade brasileira. A ampla gama de interpretações também pode ser atribuída à abertura de novas fontes de pesquisa, ao acesso a documentos anteriormente ocultos e às narrativas e testemunhos de diferentes indivíduos e grupos, que oferecem uma multiplicidade de relatos e perspectivas sobre o

período ditatorial. Dessa forma, é crucial reconhecermos e explorarmos essas divergências na interpretação histórica para uma compreensão mais abrangente e clara da Ditadura Militar Brasileira e suas implicações duradouras.

Os intensos conflitos de memória sobre a Ditadura Militar Brasileira, que marcou a história do país, nos fazem refletir sobre as inúmeras divergências na interpretação dos eventos que ocorreram durante esse período sombrio. É inegável que as diferentes perspectivas e narrativas adotadas pela sociedade brasileira desencadeiam disputas políticas e ideológicas acirradas, que permeiam os debates históricos e impactam diretamente a forma como lidamos com nosso passado. Esses conflitos, por sua vez, não podem ser subestimados, pois trazem consequências significativas para as vítimas e suas famílias, bem como para a sociedade como um todo. A maneira como essas pessoas são tratadas, acolhidas e compensadas por suas perdas e traumas pode ser profundamente influenciada pelo entendimento coletivo sobre os acontecimentos e seus desdobramentos. Isso abrange desde a reparação das violações de direitos humanos até a preservação da memória histórica, que não deve ser distorcida, negada ou minimizada. Assim, é essencial promover uma reflexão plural e inclusiva sobre o passado ditatorial, buscando compreender as diferentes narrativas e perspectivas que emergem desse período. É fundamental valorizar o papel das vítimas e lutar por justiça, verdade e memória, de modo a construir uma sociedade mais democrática e comprometida com os direitos humanos. Nesse sentido, é imprescindível que a história da Ditadura Militar seja discutida e ensinada nas escolas, para que as gerações futuras compreendam a importância de preservar a democracia e os valores fundamentais de uma sociedade livre. Os conflitos de memória não devem ser encarados como obstáculos, mas como oportunidades de reflexão e diálogo, visando ao fortalecimento da democracia e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É necessário, portanto, que a sociedade como um todo se engaje nesse processo de reconstrução histórica e memória coletiva, buscando superar as polarizações e os embates ideológicos. Somente assim poderemos avançar na compreensão de nossa história e no enfrentamento de suas consequências, garantindo que os horrores do passado não se repitam e que as vítimas sejam reconhecidas e respeitadas em sua dor. Que cada um de nós seja um agente ativo nessa busca pela verdade, memória e justiça, em prol de uma sociedade brasileira mais inclusiva, democrática e solidária.

A busca por alternativas que resolvam a crise que o país vem passando trazem à tona as memórias e suas diferentes percepções. As incertezas e a falta de um presente que traga significados e respostas levantaram questões que pareciam estar apaziguadas pelo

processo democrático. Uma das alternativas, que vem tomando força recentemente, é a defesa por determinados grupos do retorno à Ditadura Militar no Brasil. O revisionismo defendido por grupos mais conservadores abriu a "Caixa de Pandora" da Ditadura Militar. Comissão da Verdade e Lei de Anistia passaram a ser assuntos debatidos em um circuito público mais amplo, para além da Universidade. O passado é reinterpretado a partir das demandas surgidas no presente, tornando-se objeto de usos e debates no campo da memória.

É curioso como a Ditadura como alternativa vem sendo alimentada por jovens, filhos da democracia, que expressam de forma muito natural o desejo por essa forma de governo, enxergando-a como ideal e a grande solução para um país em crise. É compreensível que o quadro de insegurança e o alto índice de criminalidade no país hoje influenciem a opção por um governo que utilize a força como meio para "combater" o problema, oferecendo uma sensação de segurança e aparente paz. Assim, memórias subalternas passam a emergir, protagonizando um verdadeiro embate. Esse embate torna-se rico para abordar perspectivas e estimular o confronto de memórias.

Qual é o olhar que o jovem tem sobre o período citado? Como mobilizar essa memória para a construção de um ideal de democracia com base no respeito às diferentes visões e perspectivas? Como esses jovens enquadram suas percepções sob a ótica dos Direitos Humanos? Eles sabem o que são os Direitos humanos? Eles sabem o que significa "ser de esquerda ou ser de direita", como vem afirmando tão bravamente em seus argumentos? Essas são questões importantes para a formação da identidade nacional. Sabemos que na história não há reposta ou memória verdadeira, mas deve-se trabalhar com diferentes perspectivas e conceitos sobre um determinado fato histórico. Sendo assim, se faz importante utilizar eventos históricos que possam mostrar como cada um de nós é importante para a construção de uma história que parte do cotidiano para o geral.

Os embates de memória na sociedade se refletem nas salas de aula, utilizando a bagagem cultural e a identidade regional do aluno como ferramentas para a mobilização do conhecimento, permitem ao aluno perceber que a história não é distante e que é construída no dia a dia de todos nós. Dessa forma, percebemos a sala de aula para muito além da transmissão de conteúdo, dando aos jovens a oportunidade de exporem suas ideias, potencializando habilidades e competências que colaboram para a formação de uma juventude capaz de dialogar, ouvir, refletir, questionar, se posicionar, se perceber como atuante e peça importante desse movimento histórico.

Lidar com a construção da memória e seus conceitos é algo que faz parte da rotina de sala de aula para um professor de história. Sendo assim, é preciso se apropriar de determinados conceitos para que o uso da memória seja uma importante ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem da história. Para isso, serão apresentados aqui algumas questões lançadas por pesquisadores dessa temática. A começar pela formação da memória coletiva.

O Ensino de História: alguns debates em torno da memória e Ditadura Militar no Brasil

As disputas políticas e ideológicas em torno da memória da Ditadura Militar Brasileira manifestam-se através de uma variedade de abordagens e interpretações dadas ao período histórico que deixou uma marca indelével na nação. Diferentes grupos e partidos políticos inevitavelmente divergem em suas visões sobre o que realmente ocorreu durante esse tempo sombrio, levando a intensos conflitos de memória que refletem a luta constante pelo controle da narrativa coletiva. Essas disputas acaloradas exercem uma influência poderosa e de longo alcance, não apenas na maneira como o passado é recordado, mas também nas ações e políticas públicas relacionadas às vítimas dessa época turbulenta e aos direitos humanos em geral. É evidente que o desenrolar dessa batalha ideológica tem efeitos profundos e duradouros, moldando o próprio tecido da sociedade brasileira e deixando uma marca indelével em gerações futuras. Em última análise, a memória coletiva dessa dolorosa Ditadura Militar é um terreno fértil para a reflexão e o diálogo, um lembrete constante de que todos nós, como cidadãos e guardiões da história, temos a responsabilidade de preservar a verdade, honrar as vítimas e buscar a justiça, a fim de construir um futuro mais justo e inclusivo para todos os brasileiros.

> Quanto à memória, sabemos todos da necessidade de contextualizá-la, de cotejá-la, de criticá-la, por sabê-la inexoravelmente seletiva e tendencial mente unilateral. O que importa não é propriamente a correspondência entre ela e o processo histórico, mas a lógica e a consistência interna da versão de cada depoente. Por fantasioso e ilusório que seja, e nem sempre é fácil distinguir a fantasia e a ilusão, sempre guarda um valor em si mesmo, tornando-se um documento. [566]

Sem a pretensão de oferecer uma resposta absoluta para essas questões, mas buscando compreender em parte o processo que nos leva a esses questionamentos, teremos que voltar um pouco no tempo e analisar o processo de abertura política no Brasil,

[566] REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estud. hist.* (Rio J.) [online]. 2010, vol.23, n.45, pp.171-186. ISSN 0103-2186.

iniciado em 1979 com o decreto da Lei de Anistia até implementação e procedimentos acerca da Comissão Nacional da Verdade, criada por decreto presidencial em 2011. A partir de então podemos seguir esse recorte temporal, que seja capaz de apresentar alguma discussão a respeito da construção dessa memória e suas consequências para os embates que se travam na atualidade.

Caroline Bauer[567], utiliza o termo "ideologia da reconciliação" como pano de fundo para a aplicação da Lei de Anistia no Brasil. Esse termo foi cunhado pelo historiador catalão Richard Vineys[568], para fazer referência às ações estatais de equiparação ética e da impunidade equitativa em relação a crimes cometidos em conjunturas autoritárias, como a ditadura civil-militar brasileira. Segundo esses historiadores, a política de transição não poderia ser chamada de "redemocratização", pois consideram esse fenômeno como incompleto no sentido da obtenção da cidadania plena, princípio básico da democracia. Mesmo após a "abertura política", o terror ainda estava presente nas instituições do Estado e no imaginário popular. O trauma causado pelos vinte e um anos de opressão e violação dos Direitos Humanos não foi esquecido a partir do decreto de 1979. Uma ordem democrática não pode ser construída a partir do esquecimento. Selando o período, através de um grande "acordo" civis e militares utilizaram-se do silêncio e da desinformação para tentar fechar a ferida causada por aquele período. A Lei de Anistia colocou o passado a serviço do presente, vedando àqueles que sofreram as consequências da Ditadura Militar no Brasil, o direito à verdade. O silêncio era a política de Estado do período e foi seu legado para o período de transição democrática.

O historiador Daniel Aarão Reis[569] em seu artigo *Ditadura, anistia e reconciliação*, classifica o silêncio em três: o silêncio sobre a tortura e os torturadores; o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973. Quanto sobre a tortura, o pesquisador, afirma que não é possível sustentar que o silêncio foi unânime.

> Enquanto durou a ditadura, sempre houve vozes corajosas, de jornalistas, de políticos, de lideranças eclesiásticas, de militantes revolucionários denunciando torturas e torturadores. Contudo, foram vozes isoladas. E quando

[567] Doutora em História pela Universidade Federal do Rio grande do Sul e pela Universitat de Barcelona. Professora de história contemporânea na Universidade Federal de Pelotas, é integrante do grupo de pesquisa internacional Memoria y sociedad – las políticas de reparación y memoria y los procesos sociales en la construcción de la memoria pública: conflicto, representación y gestión – HAR 2011-23490.

[568] VINYES, Ricard. *Sobre víctimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades.* 2009b. Mimeo.

[569] REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. p. 173. Daniel Aarão Reis é professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Brasil (daniel.aaraoreis@gmail.com).

> a anistia foi, afinal, aprovada, a grande maioria preferiu não falar no assunto, ignorá-lo, ou simplesmente não pensar nele.[570]

Sobre o silêncio da sociedade, no artigo, publicado em 2010, Reis faz referência às comemorações em 2008 sobre os 40 anos do Golpe, dizendo que era quase impossível encontrar alguém que houvesse apoiado a Ditadura sem reservas. No entanto, em março de 2020 surgiram manifestações não somente pelo apoio ao Golpe de 1964, mas apoiando o próprio AI-5, com direito a fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, órgão representativos do Poder Legislativo e Judiciário é nível nacional e que expressam as bases de uma Constituição democrática.

Se naquele momento Reis questionava *"Como o regime durara tanto tempo sem viva alma que o apoiasse?"*[571] deixo aqui pretensiosamente e com base na emersão de memórias subalternas, o seguinte questionamento: como, após trinta e cinco anos do fim da Ditadura e início da "redemocratização" do Brasil, ainda há defesa não só do regime, mas do retorno ao mesmo? Percebemos a ressignificação do passado a partir do contexto histórico e das políticas de memória de Estado no presente.

Para finalizar, o terceiro silêncio teve como base os projetos de reforma formulados pela esquerda armada, que além de não ter sido apoiado por amplos setores da sociedade, foi desarticulada pela repressão. Portanto, quando a Lei de Anistia foi de decretada, os projetos de reforma da esquerda já haviam perdido força.

> Houve então, desde 1974, uma dolorosa e penosa revisão crítica. Na sequência, no contexto da luta pela anistia, na segunda metade dos anos 1970, efetuou-se uma grande metamorfose: os projetos revolucionários derrotados transformaram-se na ala extrema da resistência democrática. Já ninguém quisera participar, ou empreender, uma revolução social, apenas aperfeiçoar a democracia e muitos não se privariam de dizer inclusive que lutavam apenas por um país melhor. Fez-se o silêncio sobre a saga revolucionária. Ela saiu dos radares da sociedade. Desapareceu soterrada na memória coletiva.[572]

Segundo Reis, permitir que violações dos Direitos Humanos fossem investigadas e os perpetradores dessa violência saíssem impunes é permitir que a ferida permaneça aberta, possibilitando o acirramento dos debates no presente e a ressignificação daquele passado.

É necessário que todos os fatos sejam esclarecidos para que, a partir daí, suas memórias também sejam avaliadas, permitindo que a memória coletiva seja reelaborada a partir da possibilidade do conhecimento de memórias subalternas, que tenham seus

---

[570] REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. p. 173.
[571] REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. p. 174.
[572] REIS, Daniel Aarão. Op. Cit. P. 176.

direitos de emergirem de seus silenciamentos. Sabemos que calar também faz parte da memória. Mas deve ser uma escolha, uma opção, não uma política de memória de Estado implementada através de lei. Não permitir a investigação dos fatos e apresentação dos mesmos, também é uma forma de violação dos Direitos Humanos.

Como os usos da memória no presente nos permite reelaborar o passado, e levando em consideração que lembrar e esquecer fazem parte da construção da memória coletiva, a adoção de uma política de memória e reparação pelo Estado poderia ser uma opção para compensar, em parte, os traumas causados pelo período em questão.

Ensino de história e a Ditadura Militar

O ensino de história e a Ditadura Militar no Brasil enfrenta desafios cada vez mais complexos, que exigem soluções criativas e eficazes. Um dos principais desafios é a formação adequada de professores, garantindo que estejam preparados para transmitir de forma ética e precisa o conhecimento sobre esse período tão importante da nossa história. Além disso, é fundamental contar com materiais didáticos específicos, cuidadosamente elaborados, que permitam uma compreensão aprofundada e crítica da Ditadura Militar. Para que os estudantes possam compreender verdadeiramente os acontecimentos desse período, é necessário incluir diferentes perspectivas e fontes históricas. Somente assim será possível apresentar uma visão abrangente e precisa, evitando quaisquer tentativas de manipulação ou omissão de informações. É essencial que os alunos tenham acesso a uma variedade de fontes confiáveis, como documentos oficiais, testemunhos de pessoas que viveram aquele tempo e análises de historiadores renomados. Outro desafio importante é promover o debate sobre a censura e a resistência ao regime militar. É preciso destacar a coragem e a determinação dos que lutaram bravamente contra a opressão, mostrando a importância da liberdade de expressão e o papel fundamental da sociedade civil na busca por direitos democráticos. Essa discussão deve ser estimulada em sala de aula, permitindo que os alunos compreendam a relevância desses aspectos históricos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, o ensino de história e a abordagem da Ditadura Militar no Brasil são desafios que exigem um esforço conjunto da sociedade como um todo. É necessário investir na formação continuada dos professores, no desenvolvimento de materiais didáticos atualizados e na promoção do debate crítico sobre esse período marcante da nossa história. Ao fazer isso, estaremos contribuindo para que as novas gerações compreendam a importância de lutar pelos valores democráticos e pela preservação da memória coletiva.

Materiais didáticos e abordagens pedagógicas

Os materiais didáticos e abordagens pedagógicas sobre a Ditadura Militar devem ser cuidadosamente selecionados para proporcionar uma compreensão crítica e contextualizada desse período histórico tão importante para o Brasil. É fundamental priorizar a inclusão de fontes documentais, como documentos oficiais, fotografias, vídeos e depoimentos de pessoas que viveram naquela época, para que os estudantes possam ter uma visão mais ampla e realista dos acontecimentos. Além disso, é necessário promover análises críticas e debates em sala de aula, estimulando os alunos a refletir sobre as diferentes interpretações e visões sobre a ditadura. Ao trazer diferentes perspectivas, é possível instigar as mentes jovens a questionar e avaliar a validade das informações, desenvolvendo assim um senso crítico mais apurado. Essa compreensão crítica não só permite que os estudantes enxerguem a ditadura como um período de repressão e violência, mas também como um momento que moldou a história brasileira e teve consequências sociais, políticas e econômicas duradouras. No entanto, é importante ressaltar que a abordagem não deve se limitar apenas às questões históricas. É fundamental também promover a reflexão sobre os impactos desse período sombrio na sociedade atual, relacionando-os com os desafios enfrentados nos dias de hoje. É necessário discutir a importância da luta pelos direitos humanos e pela democracia, destacando o protagonismo dos movimentos sociais e a necessidade de se manter vigilante diante de qualquer ameaça à liberdade e aos direitos fundamentais. Nesse sentido, professores e educadores desempenham um papel essencial na formação dos estudantes, pois cabe a eles transmitir informações precisas e estimular uma visão crítica da história. Proporcionar um ambiente de aprendizagem participativo, no qual os alunos possam se expressar livremente, também é crucial para o desenvolvimento de um senso de cidadania e consciência política. Portanto, é responsabilidade de todos garantir que a abordagem da Ditadura Militar seja feita de forma cuidadosa e coerente, visando a formação de indivíduos críticos, conscientes de sua história e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Ensino de Ditadura Militar nas escolas municipais de Nova Iguaçu

Buscando analisar a prática de ensino sobre a temática nas escolas de Nova Iguaçu a aplicação prática e os resultados do mapa de virtual de locais de memória sobre a Ditadura Militar, será aplicado um formulário com algumas perguntas básicas para

professores de história que ministram aula para o 9º ano do Ensino Fundamental II de 29 escolas da rede municipal de educação de Nova Iguaçu. Dentre as perguntas a serem respondidas estão: Quantos tempos semanais são disponibilizados para o ensino de história no 9o ano do Ensino Fundamental Anos Finais?; Com essa quantidade de tempos você consegue chegar até Ditadura Militar?; Caso positivo, quantas aulas (tempos) em média são disponibilizadas para trabalhar essa temática com os alunos?; Você trabalha com o ensino de história sobre Ditadura Militar de forma geral ou foca em pontos específicos?; Que pontos você acha fundamental serem trabalhados?; Quais ferramentas pedagógicas você costuma utilizar para o ensino de história sobre Ditadura Militar?; Você trabalha com História Local?; Em suas aulas você aborda temáticas indígenas ou racistas, de acordo com a Lei 11645/08?

Após recolher e processar as informações, haverá a sugestão para que o professor trabalhe com o mapa virtual de memórias. Novo formulário será aplicado pedindo para que o professor relate sua experiência e a percepção dos alunos sobre a temática após o uso da ferramenta virtual. O objetivo é avaliar como o mapa colaborou para a mobilização do conhecimento e a promoção de reflexões de estudantes e professores e entre estudantes e professores.

Referências:

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformação da memória cultural.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2011. Introdução, p. 15-27 e Capítulo 5 da Segunda Parte – “Locais”.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.* 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: _____. *Escritos sobre a história.* São Paulo: Perspectiva, 1992.

CASTRO, Hebe de. História social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COELHO, C. N. P. A memória da ditadura militar e seu uso como estratégia de marketing na sociedade do espetáculo. *RuMoRes*, 2021. Disponível em: https://usp.br.

COSTA, M. P. A história que nos contam: socialização política e representações sobre a ditadura militar nos livros didáticos brasileiros. 2024. Disponível em: https://ufrgs.br.

DODEBEI, Vera. Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital. In: _____. *Memória e novos patrimônios.* Marseille: Open Edition Press, 2015.

DO OLIVEIRA NUNES, V. L. *Memorial como recurso pedagógico para educação emancipadora com ênfase no combate:* a invisibilidade da pessoa com... Disponível em: https://editora.pucrs.br.

FLORES, R. M. *Militares pela democracia:* a ADNAM e a memória da ditadura militar (1964-2020). Disponível em: https://historiaeparcerias.rj.anpuh.org.

GALDINO, M. Resgatando histórias e identidades: a renomeação como ato de resistência. *Revista Pleiade*, 2024. Disponível em: https://uniamerica.br.

GOMES, P. R. L. *Cinema como construtor de memória em tempos extremos:* relação do estado brasileiro com a justiça de transição. 2023. Disponível em: https://ufpb.br.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória, patrimônio. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Universidade e lugares de memória.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço.* Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

MAGALHÃES, Alex Bruno Feitoza. Justiça de transição e povos indígenas: em busca de categorias temáticas e de um léxico estratégico decolonial. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais,* v. 10, n. 1, p. 81-119, 2024. Disponível em: https://unb.br.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História,* São Paulo, v. 10, 1993.

PICCOLI, C. M. Para que não se esqueça: a memória da ditadura civil-militar brasileira nos livros didáticos de história do ensino médio. *Anais Artigos Completos,* 2021. Disponível em: https://unipampa.edu.br.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, L. A. C. Brasil, pretérito imperfeito: história, memória e literatura em *K. - Relato de uma busca.* 2024. Disponível em: https://unesp.br.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo / razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996. Capítulo 2: "O espaço: sistemas de objeto, sistemas de ação"; Capítulo 3: "O espaço geográfico, um híbrido".

SARLO, Beatriz. Tempo passado. In: _____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.* São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SILVA, Percival Tavares. Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974/1992. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1994. Mimeo.

TANAKA, Giselle. *Periferia: conceito, práticas e discursos, práticas sociais e processos urbanos na metrópole.* Dissertação (Mestrado). São Paulo: FAU/USP, 2006.

VANÇAN, Alianna Cardoso; RODRIGUES, Milena Valle. O massacre do Paralelo 11 e os direitos fundamentais a partir do direito de memória indígena e a decolonização do direito brasileiro. *RELACult: Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade,* v. 7, n. 1, 2021. Disponível em: https://claec.org.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas.* Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

O poder naval brasileiro e as relações entre Brasil e Argentina (1904-1912)

Sérgio Barreto Azevedo da Silva Júnior[573]
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Eduardo Scheidt
Bolsista CAPES

Introdução

O presente trabalho possui como objetivo tratar de parte do primeiro capítulo da dissertação a ser defendida junto ao Programa, cujo recorte temporal se dá entre os anos de 1904 e 1912, e que se empenhará no estudo do processo de modernização da Marinha do Brasil a partir de seus dois programas navais (ocorridos nos anos de 1904 e 1906), bem como na análise de como tal projeto influenciara na política externa brasileira no período e nas relações entre o país e a Argentina – e seus respectivos chanceleres, Rio Branco e Estanislao Zeballos.

A pesquisa a ser apresentada no Seminário Interno, portanto, possui como principal intuito o estudo da gênese e constituição do poder naval brasileiro e a premente necessidade de modernização e reaparelhamento da Marinha do país. O Brasil, no início do século XX, busca se firmar como Estado-nação republicano e moderno, e a partir das ideias mahanianas e as "lições do extremo oriente", o país inicia um ambicioso processo de modernização a partir dos programas navais de 1904 e 1906, que acompanhado de instabilidades políticas e econômicas, promove debates e discussões no âmbito da política doméstica e na política externa, causando sobretudo dissabores nas relações com a Argentina.

Assim como esta parte da pesquisa se empenhará no estudo da obra e influência de Alfred Mahan e a evolução do pensamento naval brasileiro, também serão abordados ao final deste trabalho fundamentos da geopolítica argentina a partir da obra do oficial Segundo Rosa Storni, bem como as posições diplomáticas do chanceler Estanislao Zeballos.

[573] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ingresso no ano de 2023, com o projeto: "O processo de modernização da Marinha do Brasil, a atuação de Rio Branco e as relações com a Argentina (1904 – 1912)", sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Scheidt. Bolsista CAPES.

A Marinha do Brasil no início do século XX

A necessidade de salvaguardar sua extensa costa e garantir a hegemonia sob as duas principais bacias da América do Sul (Prata e Amazonas) foram alguns dos impulsos que moldaram a formação do Brasil enquanto Estado-nação. A manutenção da unidade da América Portuguesa - onde a única forma de comunicação entre pontos tão distantes era pela via marítima - e, já no século XVIII, a urgência em fazer oposição à força crescente em torno de Buenos Aires, sintetizou a necessidade do Império em constituir uma eficiente força naval.

O vice-almirante e pesquisador Armando Vidigal, autor de inúmeros livros e textos sobre a história marítima brasileira, busca propor recortes temporais para dividir a história e evolução do pensamento naval brasileiro e, com isso, a delimita em três: a primeira sendo de 1822 à 1910; a segunda de 1910 à 1977; e a terceira e última de 1977 até a atualidade.

A primeira divisão proposta representaria o início da história do pensamento naval brasileiro com a independência do país, em 1822, e permaneceria até o ano de 1910, com a aquisição dos encouraçados *dreadnought* pelo Brasil - que será tratado mais adiante; a segunda divisão iniciaria, então, a partir do ano de 1910 e se prolongaria até o ano de 1977, quando há a denúncia do Acordo Militar Brasil-EUA e início de uma autonomia brasileira no setor[574]; a terceira e última divisão, iniciada em 1977, portanto, permaneceria até a atualidade (que corresponderia ao ano de 2022, quando fora publicada a obra).

Após a Guerra da Tríplice Aliança, o Brasil, apesar de consolidar seu poderio naval na América do Sul, vê sua Marinha de guerra composta em "grande parte feita de madeira e com propulsão à roda" (BRAGA, 2020, p. 19). Esta defasagem tecnológica, em que o país não acompanhara a Revolução Industrial, é destacada por Vidigal como um dos fatores para a decadência do poder naval brasileiro:

> Destaca-se que em pouco tempo, graças à extraordinária evolução, navios de madeira à vela foram substituídos por navios de ferro, em seguida, de aço. No caso do Brasil, além de não termos indústrias capazes de acompanhar essa evolução, também não havia carvão em grande quantidade. (VIDIGAL, 2002, p. 21)

A perda do prestígio para o Exército após a Guerra do Paraguai, a proclamação da República - que é responsável diretamente pela eclosão da Revolta da Armada (1891-

[574] Em 1977 o presidente Ernesto Geisel rompe as relações militares com os Estados Unidos vigentes desde 1952, não recebendo mais apoio técnico e armas do país. Dois anos antes, em 1975, o Brasil assina um acordo de cooperação nuclear com a Alemanha, que marca o início de um novo ciclo estratégico, político e militar do país (BRANDÃO, 2008).

1894)[575] -, a estabilidade continental sobretudo após a independência de Uruguai e Paraguai e o fortalecimento naval de Argentina e Chile devido às contendas fronteiriças são alguns dos fatores que Vidigal aponta como responsáveis pelo enfraquecimento da Marinha do Brasil.

Silva (2009, p. 38), utilizando Clausewitz ao dissertar sobre a indústria bélica brasileira no contexto da Guerra do Paraguai, descreve os impulsos que um Estado beligerante possui para utilizar todos os meios e recursos para vencer um conflito:

> A Guerra do Paraguai foi, entretanto, um fator provavelmente mais decisivo, já que o impulso não se limitou a indústrias de tecidos, mas atingiu vários outros setores, como os de produtos químicos, instrumentos óticos e náuticos, couros, vidros, chapéus, cigarros, papel etc. (LUZ, 1997, p. 37 apud SILVA, 2009, p. 38)

O Brasil se empenhara em vencer a guerra, e para isso utilizou todos os recursos disponíveis no sentido humano (número de homens), e não no sentido material, visto que o país não contava com indústrias bélicas, mas apenas de pólvora e munição (SILVA, 2009, p. 42).

A indústria de armamentos e o poderio naval inglês, por sua vez, acompanham as inovações tecnológicas da Revolução Industrial que ocorrera naquele país a partir da década de 1750. A historiografia divide tal processo revolucionário em duas fases distintas: a primeira, entre 1750 e 1840, ocorrida na Inglaterra e tendo o carvão como força motriz; a segunda, ocorrida entre 1840 e 1895, em vários países, e concentrando-se nas indústrias de bens de capital e novas fontes de energia (petróleo e eletricidade) e materiais (principalmente o aço)[576]. As estradas de ferro, por exemplo, eram concebidas como símbolos de modernidade, e eram construídas na Inglaterra sem caráter de urgência (SILVA, 2009, p. 33). As estradas, assim como produtos e materiais, eram exportadas utilizando capital, mão de obra e equipamentos britânicos (HOBSBAWN apud SILVA, 2009, p. 33). A revolução gerada pelo aço e os altos lucros que o mesmo conferiu às indústrias são analisados por Hobsbawn:

> A nova possibilidade de produção de aço em massa fez recrudescer o impulso geral dado pelo transporte à indústria de bens de capital, pois tão logo o aço começou a ser produzido em grande quantidade, teve início um processo generalizado para a substituição do ferro, menos durável. (HOBSBAWN apud SILVA, 2009, p. 33-34)

---

[575] A Revolta da Armada foi um levante promovido por marinheiros contra os dois primeiros presidentes da República: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Divididos entre "rebeldes" e "legalistas", a rebelião foi responsável por destruir grande parte da estrutura da Marinha do Brasil, além de enfraquecê-la.

[576] David Landes identifica a Segunda Revolução Industrial como a "idade do aço", pois observa que a natureza havia sido definitivamente dominada, e que o material "se adequava perfeitamente às novas ambições do capital" (LANDES apud MANTUANO, 2018, p. 67)

A indústria naval e o desenvolvimento de navios de guerra na Inglaterra, como não poderia ser diferente, gozou profundamente com as mudanças ocorridas a partir da Revolução Industrial, como cita Vidigal:

> A revolução industrial, que teve início na Inglaterra a partir do final do século XVIII, só chegou aos navios de guerra na segunda metade do século XIX, mas, então, as mudanças ocorreram em profundidade e se processaram muito rapidamente. (VIDIGAL, 2002, p. 132)

O expressivo desenvolvimento naval e marítimo inglês, proporcionado pelos avanços tecnológicos da Revolução Industrial, também se viu fortalecido geopoliticamente pelas ideias de Alfred Mahan, que "encaixam" com a estratégia do país para o século XX. No entanto, a França, do almirante Theóphile Aube e sua concepção de "Jeune École"[577], a partir de 1886, surge para desafiar o poderio naval inglês.

Aube fora o principal teórico da "Jeune École", que fora concebida num contexto de derrota francesa para a Prússia em 1870, além do desgaste francês após sucessivos esforços do país para se armar contra as forças navais inglesas. O almirante francês enxergava uma nova estratégia naval francesa baseada na utilização de torpedeiras[578], que o mesmo via como o futuro da guerra marítima – indo em contraponto à tendência naval inglesa que preconizava a utilização de grandes navios encouraçados.

Influenciado pela escola francesa, assim como grande parte das marinhas mundo afora até a ascensão do pensamento mahaniano no final do século XIX, o Brasil dá novo impulso para a construção naval a partir da década de 1880 devido as tensões com a Argentina na Questão de Palmas[579].

A geopolítica europeia no século XIX, a compreensão das atividades econômicas e políticas do setor de armamentos e o impacto da obra de Alfred Mahan, como veremos no próximo subitem, são fundamentais para compreender os programas navais brasileiros de 1904 e 1906 e o próprio conceito de "poder naval".

---

[577] A "Jeune École" ou "Jovem Escola" é o conceito estratégico francês desenvolvido pelo almirante Theóphile Aube, que fora Ministro da Marinha do país entre 1886 e 1887. João Roberto Martins Filho (2010, p. 18) analisa tal estratégia como contraponto à tática mahaniana. De caráter defensivo, e que visava o tráfego marítimo (a "guerra de corso"), a "Jeune École" se concentrava na velocidade, em "enxames de pequenos navios" (diferente da estratégia de Mahan que preconizava grandes embarcações).

[578] O barco torpedeiro é caracterizado por seu tamanho diminuto, grande velocidade e o lançamento de torpedos contra embarcações maiores. Aube, em sua gestão, criou na França uma escola de torpedos visando preparar marinheiros aptos ao exercício da condução deste tipo de navio de guerra (VIDIGAL, 2002, p. 167).

[579] A Questão de Palmas (1890-1895) foi uma contenda entre Argentina e Brasil pela posse do território atualmente correspondente à porção oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná, e fora decidida em favor do Brasil, sob arbitragem estadunidense.

Alfred Mahan: o teórico do "poder naval"

A geopolítica clássica, no seio de sua base teórica, possui Alfred Mahan (1840-1914) como um de seus principais formuladores[580]. Historiador e oficial da Marinha dos Estados Unidos, Mahan torna-se notável por publicar, em 1890, o livro *The Influence of Sea Power Upon History*, e por fundamentar a ideia de "poder naval", sendo fortemente influenciado no campo historiográfico pelo historicismo e por historiadores como Leopold von Ranke e John Lothrop Motley, além de receber influências no campo militar e naval de Antoine-Henri Jomini, teórico francês cujas ideias de guerra terrestre Mahan transplanta para a guerra naval.

A obra, considerada sua *magnum opus*, é delimitada a partir de dois anos centrais: 1660, como ano referente a Restauração Stuart, e 1783, ano do fim da Revolução Americana, e a partir dessa demarcação temporal, Mahan se propõe a realizar os seguintes exercícios: compreender o poderio naval inglês; identificar os fatores da primazia inglesa no mar; compreender a influência do mar para as nações; reconhecer os princípios que regem a estratégia naval; demonstrar a centralidade do mar para as grandes nações; e, por fim, analisar o caráter do governo (BARACUHY, 2021).

Alfred Mahan percebia o tráfego marítimo como mais fácil e barato que o deslocamento por terra, e a partir disso concebeu a questão do domínio dos portos, rotas e comércios como estratégicos para uma nação. O final do século XIX foi, sem dúvidas, um oportuno momento histórico para a publicação da obra: Mahan acompanhara a transição tecnológica dos "vasos de guerra" movidos a vela para os grandes encouraçados, além de perceber e refletir demasiadamente acerca da projeção dos Estados Unidos no Oceano Pacífico[581]. Sua obra "legitima" o domínio estratégico dos Estados Unidos sob territórios da América Central, como Guam e Porto Rico, e explicita seus interesses comerciais no restante do continente americano. No Reino Unido, a coroa britânica, a partir da política de "*Two-power standard*"[582], se viu estrategicamente amparada pelos argumentos contidos na obra, sustentando seus planos expansionistas para o século XX.

---

[580] O autor é frequentemente reconhecido como um dos "pais" da geopolítica clássica junto ao geógrafo inglês Halford John Mackinder (1861-1947) e o geógrafo holandês radicado nos Estados Unidos Nicholas Spykman (1893-1943).

[581] Mahan defendia, por exemplo, a anexação do Havaí aos Estados Unidos como forma de, inicialmente, conter a onda imigratória chinesa para o país, e posteriormente, como parte da estratégia estadunidense de projeção no Pacífico (ALMEIDA, 2013, p. 257).

[582] A política de "Two-power standard", adotada pelo almirantado britânico em 1889, consistia na ideia de que a Esquadra do país deveria ter poder de fogo igual ou maior em números que França e Rússia juntos.

A obra de Mahan, cujo centro e principal objeto tratado é a história marítima e naval do Reino Unido, torna o autor estadunidense uma personalidade reverenciada na Europa. A mesma obra, junto a *The Influence of Sea Power Upon the French Revolution* (1892) e *Sea Power in its Relations to the War of 1812* (obra de dois volumes publicada inicialmente em 1905), integram a série chamada *The Influence of Sea Power*. No entanto as obras posteriores não repetem o sucesso editorial da primeira nem desempenham a mesma influência pelas Marinhas mundo afora.

As ideias de Mahan e seus conceitos de guerra e estratégia naval atraem a atenção de todo o planeta, pela primeira vez, no alvorecer do século XX, no contexto da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), e mais precisamente na Batalha de Tsushima[583], em maio de 1905. A tensão entre Japão e Rússia se deu como consequência da busca de ambos pelo controle da região conhecida como Manchúria e da Península Coreana. O conflito, vencido pelos japoneses, foi uma importante vitória para o país pois, além de liberar a Coreia do domínio chinês e colocá-la sob sua influência, também serviu como experiência para o restante do conflito que ainda estava por vir.

A singularidade da Batalha de Tsushima apresenta significativas mudanças na guerra naval, revolucionando aspectos táticos e estratégicos. José Carlos Araújo Neto (2008, p. 75) explica que até essa batalha, os combates eram travados a pequenas distâncias, e partir da aplicabilidade das ideias de Mahan, pela primeira vez, foram travadas batalhadas de média e longa distâncias, adotando canhões de tiro rápido e menor calibre.

A Guerra Russo-Japonesa se mostrou como um episódio *sui generis* da histórа militar, e pode-se dizer que a mesma inaugurou o século XX ao sintetizar grande parte dos eventos políticos e econômicos e inovações bélicas existentes: tais modernizações tecnológicas tributárias das revoluções industriais, a disputa das potências europeias por mercados, as novas estratégias militares, disputas territoriais etc. A atuação de adidos militares e representações diplomáticas no conflitos, dos dois lados, foram empregados:

> A experiência adquirida pelos observadores foi extraordinária e voltaram a seus países com informações que permitiram aos marinheiros assimilarem os formidáveis conhecimentos sobre o triunfo nipônico. (NETO, 2008, p. 76)

[583] "La Batalla Naval de Tsushima, uma pequeña isla en el estrecho de Corea que separa Japón de Asia continental, fue el punto culminante de la guerra. La misma es aún considerada una de las cinco batallas navales más importantes de la historia, equivalente a Lepanto, Trafalgar, Jutlandia y Midway" (BÓVEDA, 2008, p. 355).

O Brasil envia ao teatro de operações da Guerra Russo-Japonesa o Capitão-de-Corveta Antônio Júlio de Oliveira Sampaio, que se torna o adido naval brasileiro no Japão. A atuação do adido é benquista pelo Ministro da Marinha Júlio César de Noronha (autor do primeiro programa naval, em 1904), tendo este reconhecido o esforço do primeiro para cumprir seu ofício no extremo oriente mesmo com as dificuldades com a língua.

A atuação do adido naval brasileiro no conflito enquanto observador baseou-se em acompanhar, desde Tóquio, as declarações de oficiais que estavam in loco na Batalha de Tsushima – declarações essas que eram publicadas pelos jornais e periódicos japoneses:

> O adido afirmou em seus relatórios que houve uma unanimidade entre os observadores navais no Japão quanto à necessidade de se evitar a falta de homogeneidade dos navios que compusessem a esquadra. Sendo que essa homogeneidade deveria estender-se à velocidade dos navios, cuja disparidade caracterizava-se como uma grande desvantagem diante do inimigo. Além disso, navios do tipo destroyer e as torpedeiras perderam utilidades táticas, abrindo espaço para os cruzadores do tipo scout, e os submarinos, segundo o adido, estariam em fase de ensaio, ignorando-se um tipo real que pudesse prestar serviços como elemento de combate (NETO, 2008, p. 73-74)

O programa naval de 1906 ("Rumo ao Mar"), concebido pelo Ministro da Marinha Alexandrino Faria de Alencar, também fora radicalmente influenciado pelas "lições da guerra do Extremo Oriente" e pelos relatórios conduzidos pelo adido Antônio Júlio de Oliveira Sampaio. Como veremos adiante, a teoria mahaniana fora absorvida e crucial para a alteração do programa antecessor, concebido em 1904 pelo então Ministro Júlio César de Noronha.

Os programas navais de 1904 e 1906: o "poder naval" brasileiro

O Brasil adentra o século XX com fortes debates e discussões acerca da restauração de sua Marinha por diversos fatores: o atraso tecnológico, a distância de seu poderio militar perante alguns países da América do Sul[584] e, principalmente, devido a Revolta da Armada, que destruiu grande parte do arsenal de guerra do país.

Arias Neto (2014, p. 86-87) descreve, a partir de documentos oficiais, o apelo e as "angústias" das classes dirigentes acerca da deterioração das instalações, material e

[584] Argentina e Chile contavam com poderosas marinhas devido à corrida armamentista entre os dois países durante grande parte do século XIX.

armamentos da Marinha, as péssimas condições sanitárias e a urgência da necessidade da "reforma geral"[585].

Influenciado primordialmente pelas concepções de defesa da "Jeune École", Arthur Silveira da Motta, o Barão de Jaceguai (1843-1914), desempenhou ao longo da vida diversas funções dentro da Marinha, desde a atuação enquanto chefe de Esquadra até enquanto diretor da Escola Naval. Sua obra "Organização Naval", uma reunião de artigos publicados em 1896, é referenciada por Arias Neto (2014, p. 88) como grande influência para os programas navais do início do século XX.

O Barão de Jaceguai, além de ter atuado na Guerra do Paraguai, também pode ser considerado o pioneiro dentre os autores brasileiros, das mais diferentes vertentes, que se debruçaram sobre a temática marítima e naval neste conturbado período. Campanhas de republicanos civis e militares pela "restauração" da Marinha eram propostos por questões de "patriotismo" e luta contra "imperialismos"[586], além, de claro, dos crescentes investimentos dos vizinhos argentinos e chilenos.

A partir do final do governo de Campos Sales (1898-1902) e início do governo de Rodrigues Alves (1902-1906), onde há a entrada de investimentos estrangeiros, o país percebe a necessidade de materializar um programa naval, que se consolida nas mãos do Ministro da Marinha Júlio César de Noronha, em 1904, e consistia na aquisição de "três encouraçados de 12.500 a 13.000 toneladas, seis torpedeiros de 50 toneladas, três submarinos e um vapor-carvoeiro capaz de carregar 6.000 toneladas de combustível"[587].

A respeito dessas escolhas, Martins Filho (2010, p. 75) observa que tais "pressupostos reuniam tanto princípios da "Jeune Ecole" (economia, número) quanto lições do Capitão Mahan (que desconfiava de todo excesso de confiança com tecnologia)". O princípio do "justo-meio" fora a via encontrada pelo ministro Noronha para o desenvolvimento de uma Esquadra com o maior número possível de navios de menor dimensão, adaptando, desta forma, o programa aos recursos ordinários disponíveis.

---

[585] A necessidade de uma "reforma geral" era reivindicada por todos os quadros da Marinha, principalmente pelo seu Ministro, o almirante Jerônimo Francisco Gonçalves, reconhecendo como "paliativas" as medidas realizadas até o dado momento quanto ao material flutuante. Em Mensagem Presidencial ao Congresso, no ano de 1895, o novo presidente Prudente de Morais, reconhecia tal necessidade, mas também pontuava acerca da instável condição econômica que o país atravessava (ARIAS NETO, 2014, p. 86-87).

[586] Os crescentes orçamentos militares de países europeus e dos Estados Unidos (este último, sobretudo pela Guerra Hispano-Americana, de 1898) despertavam certo temor em autores de diversas vertentes políticas, como o monarquista Eduardo Prado, autor de "A Ilusão Americana" (1893), que possuía reservas quanto à aproximação do país aos Estados Unidos.

[587] O verbete alocado no site do CPDOC/FGV sobre o Ministro Júlio César de Noronha está disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/NORONHA,%20J%C3%BAlio%20de.pdf> Acesso em: 12 ago 2024.

Tal estratégia também servia para evitar a possibilidade de cair na "armadilha da quantidade" ("quanto mais, melhor"), como se mostrava a tendência das nações em apostar em grandes embarcações. Arias Neto (2014) apresenta a estratégia "implícita" do Programa, e a partir disso sintetiza qual o interesse do Ministro com a proposição do mesmo:

> O objetivo do Programa era alcançar a hegemonia sul-americana, garantir a defesa nacional contra a Argentina e o Chile, prováveis inimigos do Brasil, e a defesa continental, neste caso em conjunto com aqueles países, frente à uma possível agressão norte-americana ou europeia (ARIAS NETO, 2014, p. 103)

Nem apenas do apoio e entusiasmo ao programa naval do Ministro Noronha mobilizou o debate à época. As críticas ao projeto tiveram como forte articulador o supracitado almirante Alexandrino Faria de Alencar, então comandante da Divisão Naval do Sul, e sucessor de Noronha na pasta da Marinha, sendo nomeado pelo presidente Nilo Peçanha (1909-1910). As críticas de Alencar baseavam-se na questão do deslocamento dos encouraçados, a precariedade da infraestrutura existente para receber as embarcações e quanto à questão organizacional e educacional dos quadros da Marinha (preparação de pessoal).

As diferenças entre Júlio César de Noronha e Alexandrino Faria de Alencar remontavam à Revolta da Armada. Enquanto Noronha manteve-se legalista junto ao presidente Floriano Peixoto, Alencar, por outro lado, participara ativamente ao lado dos rebeldes, exilando-se em Montevidéu após a derrota e retornando ao Brasil, anistiado, em 1897.

O programa "Rumo ao Mar", como ficara conhecido o programa concebido em 1906 por Alencar, se diferenciava do anterior por alguns fatores. Os Relatórios Ministeriais escritos por ele percebiam a necessidade da formação "educacional" do militar, propondo novos regulamentos no ensino, como as novas diretrizes incorporadas pela Escola Naval, e o projeto de escolas profissionais por todo o país.

Dentre todas as propostas e alterações do novo programa naval, concebido pelo Ministro Alencar, a mais significativa, não apenas dentro da Marinha e do país, mas também que alcançara repercussão internacional, fora a encomenda junto ao estaleiro Armstrong para a construção de três encouraçados do tipo *dreadnought*, chamando a atenção do meio político, da imprensa e exaltando os ânimos da vizinha Argentina:

> O programa de 1906, que revogou todo o anterior, parece ter resultado da recriação das velhas ideias dos estadistas do Império: equipamento da esquadra, que terminou por estimular uma corrida armamentista na América

> do Sul, inspirando terror ao Chile e à Argentina (...) (ARIAS NETO, 2014, p. 107)

A encomendas dos *dreadnoughts Minas Geraes* e *São Paulo*[588] representou uma cisão frontal ao programa de 1904, que possuía como base o "justo-meio", concebida pelo Ministro Noronha a partir da orientação orçamentária do governo, e que preconizava a aquisição de um grande número de pequenas embarcações, além de encouraçados e cruzadores – a que Martins Filho (2010, p. 141) considera como o "primeiro delírio" naval pré-Primeira Guerra Mundial.

O Brasil, portanto, àquele momento, posicionava-se junto a Inglaterra como as únicas nações detentoras de um *dreadnought*, e a partir disso, houve a escalada da crise das relações entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, que se encontravam apaziguadas desde a Questão de Palmas. João Roberto Martins Filho (2010, p. 161-163) expõe, como tentativa argentina de resposta ao programa naval brasileiro, as iniciativas do governo portenho, a partir de seu Congresso, de aumentar para oito milhões de libras os gastos para investimentos navais, sendo o chanceler Estanislao Zeballos grande defensor e partidário desta posição.

A geopolítica argentina

Chanceler da Argentina em três oportunidades, Zeballos é uma figura política conhecida nas relações entre os dois países, pelo menos desde o supracitado caso contencioso de Palmas e suas problemáticas comunicações com o chanceler brasileiro, o Barão do Rio Branco. O programa naval brasileiro era percebido pelo argentino como uma forma do país buscar hegemonia militar na América do Sul e manutenção do "americanismo" e aliança do país com os Estados Unidos[589].

O caso "telegrama cifrado nº 9", famoso documento forjado onde o Barão do Rio Branco supostamente possuiria intenções agressivas contra a Argentina, causa forte dissabor e "ultimato" entre os dois países. Tal documento seria a razão encontrada por

---

[588] Originalmente, um terceiro encouraçado havia sido encomendado: o Rio de Janeiro, previsto para ser entregue em 1912, no entanto, esta encomenda fora repassada para a Turquia, que nunca o recebeu, e o mesmo acabara sendo incorporado à Marinha britânica no contexto da Primeira Guerra Mundial.

[589] Na ocasião da Primeira Conferência Pan-Americana (Washington), entre 1889 e 1890, Roque Sáenz Peña, diplomata argentino, responde ao intento estadunidense do "pan-americanismo" com o lema "Sea América para la humanidad", definindo desde então o alinhamento argentino aos interesses do Reino Unido e oposição à política externa dos Estados Unidos. O Brasil, por outro lado, sobretudo a partir da atuação do Barão do Rio Branco, firmara uma posição de alinhamento aos Estados Unidos.

Zeballos para ameaçar e planejar invadir o Rio de Janeiro caso o país não aceitasse "compartilhar" com a Argentina um de seus encouraçados:

> Em outras palavras, o que o Zeballos pretendeu foi que a Argentina mobilizasse cerca de 50.000 reservistas da guarda nacional e, caso o Brasil não acatasse o *ultimatum*, acometesse o Rio de Janeiro, ocupando a cidade, a fim de compelir o governo a recuar no seu programa de ampliação do poderio naval. (BANDEIRA, 2010, p. 107)

O estremecimento das relações entre Rio Branco e Estanislao Zeballos foram inevitáveis a partir disso, assim como a queda de Zeballos da pasta de Relações Exteriores de seu país, em junho de 1908, sob pressão do próprio presidente Figueroa Alcorta.

Para a compreensão pouco mais aprofundada da geopolítica argentina e do contexto onde Zeballos estava situado, faz-se necessário compreender o pensamento do almirante Segundo Rosa Storni (1876-1954), que também fora fortemente influenciado por Mahan.

O desenvolvimento e fortalecimento da Marinha argentina, à luz do pensamento storniano, possuía como principal objetivo a garantia das linhas de comunicações (*SLOCs*), como é preconizado por Mahan, e o comércio com a Europa (principalmente com a Inglaterra), zelando assim pela manutenção da posição do país na Divisão Internacional do Trabalho (STORNI, 2009, p. 44). O forte "europeísmo" de Storni[590] é ressaltado por Marcos Antônio Fávaro Martins (2016, p. 4) quando é observado o pouco interesse do oficial argentino no fortalecimento de relações com os países vizinhos e em projetos de interiorização do país. Este posicionamento storniano para a América do Sul remete ao europeísmo que já era explícito pelas classes dirigentes argentinas desde as Conferências Pan-Americanas no final do século XIX, como já fora citado, e diferencia-se da "guinada" à política externa "americanista" do Brasil no mesmo período. O mar, visando a continuidade das relações comerciais com a Europa, mostra-se como a única saída para o desenvolvimento argentino, segundo Storni.

Para além da importância dada às vias marítimas, Storni (2009, p. 38-39) também reconhecia que as rotas comerciais mais importantes do Atlântico e do Pacífico estavam, respectivamente, sob domínio brasileiro e chileno, e concebia a rota atlântica, logicamente, como a de mais importância devido a preponderância das relações com a Europa. O almirante afirma, no entanto, que a descarga de mercadorias para a América

[590] A postura de Storni quanto à questão das Ilhas Malvinas/Falklands é didática para ilustrar o seu "europeísmo" e importância que o mesmo dá para as relações com a Inglaterra: visando evitar dissabores com o país europeu, e preconizando a manutenção da condição argentina de agroexportadora, o almirante julga necessário abrir mão das ilhas, alegando que as mesmas não precisam ser retomadas.

do Norte, partindo do interior argentino, é mais vantajoso a ser feito pelo Pacífico. É pertinente observar que devido à criação do Canal do Panamá, já deslumbra a possibilidade de ocupação argentina mais próxima ao Pacífico: "el canal de Panamá traerá una corriente de vida que ha de repercurtir también en toda aquella zona argentina, a la cual sólo llega debilmente la benéfica influencia del oceano Atlántico" (STORNI, 2009, p. 39).

Storni (2009, p. 41-43), a partir de um levantamento histórico, traça alguns dos motivos que legaram à Argentina uma posição de fragilidade marítima ao longo do século XIX: a "pobreza" das ilhas de seu litoral (que confinaram a população no continente), a decadência industrial devido ao pacto colonial e a aniquilação da Marinha de guerra espanhola no processo de independência. A postura defensiva e a preferência pela atuação no litoral utilizando apenas torpedos, basicamente, ilustra a grande influência exercida pela "Jeune École" no pensamento estratégico não só da Argentina, mas como em grande parte das marinhas do mundo.

A partir da década de 1890, coincidindo com a elevação das tensões entre Argentina e Chile, as ideias de Mahan ganham espaço entre os portenhos – substituindo a escola francesa da "Jeune École" -, e com isso há uma sequência de aquisições de embarcações, encouraçados e navios logísticos. O ímpeto argentino nesta mudança de pensamento estratégico tem como objetivo, também, assegurar os limites fronteiriços e reivindicações ao sul, sobretudo em relação ao Chile.

Tendo amenizadas as contendas fronteiriças com o Brasil, a estratégia argentina, ilustrada pela sua nova diretriz naval, volta-se à ocupação do sul do país. A constituição de uma Argentina "forte e grande", como desejada por suas classes dirigentes, passava necessariamente pela presença militar terrestre na Patagônia, representada nas "campanhas do deserto" iniciadas ainda na década de 1870 pelo presidente Julio Roca.

O papel da Marinha argentina, antes centrado na defesa de Buenos Aires e do Rio da Prata (STORNI, 2009, p. 40), no final do século XIX centra-se na defesa de sua costa atlântica, proteção de ilhas e terra ao sul, além da aquisição de novas embarcações. O ano de 1898, por exemplo, mostra-se como central para o poder naval argentino por dois fatores principais: pela criação da Intendência da Base Naval de Puerto Belgrano (BNPB) e a criação, por lei, do Ministério da Marinha, pelo presidente Julio Roca, que fora um grande articulador do fortalecimento naval do país.

Referências:

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves. *A imagem do herói Horatio Lorde Nelson (1758-1805) na História Naval segundo Sir John Knox Laughton (1830-1915) e Alfred Thayer Mahan (1840-1914): Uma Análise Comparada.* Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

BARACUHY, Braz (Org). *Os fundamentos da Geopolítica Clássica: Mahan, Mackinder, Spykman.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021.

BÓVEDA, Jorge. *La Armada Argentina y la Guerra Ruso-Japonesa*. Boletín del Centro Naval, nº 821, 2008.

BRAGA, Fábio Carvalho. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro na concepção do Almirante Vidigal: Uma composição de meio para a Marinha do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2020.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *O Negócio do Século: O Acordo de Cooperação Nuclear Brasil – Alemanha*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

FÁVARO MARTINS, Marcos Antônio**.** *Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil*. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

HOBSBAWN, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. "Industrialização: A Segunda Fase (1840-1895)". Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979, 2ª ed, p. 101-124.

LANDES, David S. *Prometeu Desacorrentado*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994.

LUZ, Nícia Vilela. As tentativas de industrialização no Brasil. In: ELLIS, Myrin et al. *O Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 4, 1997, p. 28-42.

MANTUANO, Thiago. *A Revolução dos Vapores na Navegação Marítima*. In: Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2017, Niterói. Anais.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha Brasileira na era dos encouraçados. 1895-1910*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

NETO, José Miguel Arias. A Marinha Brasileira no início do século XX: tecnologia e política. *Revista Antíteses*, v. 7, p. 84-112, 2014.

NETO, José Carlos Araújo. *A estratégia naval brasileira na geopolítica comparada do Atlântico Sul no início do século XX (1902-1914).* Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Felipe César Sargaço. *Guerra do Paraguai e a indústria bélica brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

STORNI, Segundo Rosa. *Intereses Argentinos en el Mar*. Buenos Aires: Instituto Almirante Storni, 2009.

VIDIGAL, Armando. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro: meados da década de 1970 até os dias atuais*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

_____. *A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil*. Revista Marítima Brasileira, v. 120, 2000.

Imprensa Gonçalense e o Jornal O São Gonçalo

Tânia dos Santos Tavares
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Introdução

O presente texto apresenta parte de minha pesquisa de doutoramento intitulada "Mídia e Violência Urbana: uma análise das páginas policiais do jornal *O São Gonçalo*" ainda em andamento. O jornal *O São Gonçalo* foi fundado em 1931 e se tornou o principal jornal em circulação da cidade de São Gonçalo, e um importante instrumento de articulação entre a imprensa e a comunidade local até os dias atuais. A partir de 1998 *O São Gonçalo* deixou de pertencer à família do capitão Belarmino de Mattos e passou para a Fundação Universo, onde passou a dar ênfase a editoria de segurança pública.

Antes, porém, será apresentado um breve histórico com os registros dos jornais extintos que contribuem para problematizar a imprensa gonçalense com questões como os vínculos desses periódicos com grupos e associações locais, posicionamentos e debates sobre questões comunitárias que ficam fora das pautas dos grandes conglomerados da mídia comercial.

Imprensa Gonçalense

Luiz Palmier (1940, p. 132) afirmava que "a imprensa tem sido das mais valiosas armas para o progresso de São Gonçalo, embora o meio nem sempre tenha sido muito favorável aos lutadores da pena." Apesar dessa informação mostrar a importância da imprensa para a história do município, Fernandes (2020) ressalta que "a história da imprensa de São Gonçalo ainda está para ser escrita e muito já se perdeu."[591] Embora existam levantamentos e registros dos jornais extintos ou em atividade na região, em sua maioria, estão relacionadas aos títulos, ano de fundação e ano de extinção, e, algumas vezes, identificam seus proprietários. Mas são informações que pouco contribuem para problematizar questões como os vínculos desses periódicos "com grupos e associações locais, posicionamentos e debates sobre questões regionais, nacionais e internacionais, entre outras" (Fernandes e Setubal, 2022, p. 173-174).

[591] https://jornalistabelarminodemattos.blogspot.com/ Consultado:11/11/23.

Conforme levantamento desses pesquisadores, Palmier (1940) contabilizou quatro periódicos que ainda circulavam nesse período, que eram: "A Comarca", dirigida por Turíbio Tinoco; "*O São Gonçalo*", sob a direção de Belarmino de Matos e de Aloísio de Matos; "O Discípulo", dos alunos do Grupo Escolar Nilo Peçanha e o mensário dos alunos da Escola Municipal Benjamim Constant, de Cabuçú, 6.° Distrito, "Em Busca da Luz" (p. 132). Palmier ressalta que antes dessas publicações, muitos jornais tiveram uma existência efêmera, "salvo a Gazeta, fundada e dirigida pelos irmãos Matos, Belarmino e Abílio de Matos, que mantiveram durante muitos anos esse semanário." Entre os jornais que deixaram de circular estavam:

> O Futuro, de José Augusto Devoto; O São Gonçalo, de Armando Gonçalves e José Batista Salema; O Intransigente, de Osmani Mastrangelo, Baltasar Sodré e Samuel Cardoso; O Município e O Eco da Baixada, de Noberto Marinho; A Luta, de Artur Angrense Pires; Gazeta do Estado, de Telêmaco Abreu; Gazeta Municipal, de Bernardino Cordeiro e Jonas Cordeiro; A Folha Municipal, sem indicativo do fundador; e a A Gazeta, dos irmãos Abílio José de Mattos e Belarmino de Mattos. (FERNANDES e SETUBAL, 2022, p.174)[592]

Segundo Palmier (1940) dois fatores estavam relacionados à efemeridade desses periódicos: as lutas políticas enfrentadas por essas empresas jornalísticas e a proximidade dos grandes centros, Rio de Janeiro e Niterói que atraíam todas as vocações artísticas, científicas e culturais. (p.132,133)

Fernandes e Setubal (20022) apresentam ainda dois levantamentos sobre a imprensa gonçalense: Godofredo Tinoco(1965) identificou 21 títulos: "O Futuro (1904), A Gazeta (1913), A Comarca (1926), Tribuna Gonçalense (1956), O São Gonçalo (1931), O Momento, O Alcântara, Vida Fluminense, Correio Gonçalense, O Discípulo, Gazeta de São Gonçalo, O Intransigente, O Município, O Eco da Baixada, A Luta, Gazeta do Estado, Gazeta Municipal, Folha Municipal, O Combatente, Jornal Novo." E Homero Guião (1968) avaliou nove jornais, uma revista e inclui a atividade radiofônica que são elas: "A Gazeta do Município, *O São Gonçalo*, O Futuro, Gazeta de S. Gonçalo, O São Gonçalo, O Eco da Baixada, O Intransigente, Tribuna Gonçalense e A Gaivota, jornal e revista. Cita ainda a rádio Mapinguary e "vários serviços de Alto-Falantes", especialmente de Neves e Alcântara".[593]

Mas foi na década de 1980, com os trabalhos do casal Cybelle e Marcello Ipanema

---

[592] FERNANDES, Rui Aniceto e SETUBAL, Cecília Mattos. Revista do Instituto Geográfico Itaborahyense, Leste Fluminense, O IHGI – História e Documentos. 2022, p. 173 a 188.

[593] FERNANDES, Rui Aniceto e SETUBAL, Cecília Mattos. Revista do Instituto Geográfico Itaborahyense, Leste Fluminense, O IHGI – História e Documentos. 2022, p. 175.

que os estudos sobre a imprensa gonçalense ganharam impulsos. (Fernandes, 2019).[594] O estudo do casal, revelam que a primeira publicação da região se deu na segunda metade do século XIX. "Do surgimento da primeira folha local, em 1877 até 1913, São Gonçalo teria contado com 9 jornais de efêmera periodicidade: A Matraca (1877), Lavoura S. Gonçalense, (1879), Folhinha (1891), Pharol (1891), O Progresso (1894), Gazeta do Município (1903/1904), O São Gonçalo (1904), Neves (1906), O Futuro (1907) (Fernandes, 2019). De acordo com Fernandes, todos essas publicações tinha um caráter literário e/ou político. E ressalta que pelo menos duas dessas características estão presentes nas publicações atuais: "a efemeridade e a vinculação a correntes ou personagens políticos." (Fernandes, 2019)

A partir de 1913, outros jornais entraram em circulação na cidade. Ao todo foram publicados 35 35 jornais na localidade entre os anos de 1877 a 1981. Foram eles:

> Gazeta de S. Gonçalo (1913), A Comarca (1926), O Guapy (antes de 1931), A verdade (antes de 1931), O São Gonçalo (1931), O Discípulo (antes de 1940), O Eco da Baixada (antes de 1940), Em busca de luz (antes de 1940), Folha Municipal (antes de 1940), Gazeta do Estado (antes de 1940), O Intransigente (antes de 1940), A Luta (antes de 1940), O Município (antes de 1940), Tribuna Gonçalense (1957), O Combatente (antes de 1965), O Alcântara (antes de 1965), Correio Gonçalense (antes de 1965), Jornal Novo (antes de 1965), O Momento (antes de 1965), Vida Fluminense (antes de 1965), A Gaivota – Revista (antes de 1968), A Gaivota – Jornal (antes de 1968), Correio de Alcântara (antes de 1974), Novo Estado (1974), ICAV Jornal (1977), e Voz Fluminense (1981). (Fernandes e Setubal, 2022)

Em um novo levantamento feito por Salvador Mata e Silva, (1987) foram identificados 64 jornais e onze revistas que circularam entre os séculos XIX e XX. (Fernandes e Setubal, 2022). São eles:

> A Matraca (1877), Lavoura S. Gonçalense (1879), Folhinha (1891), Pharol (1891), O Progresso (1894), Gazeta do Município (1903/1904), O São Gonçalo (1904), Neves (1906), O Futuro (1905/1910), Gazeta de
> S. Gonçalo (1910), A Gazetinha (1913/1935); A Comarca (1926), O Guapy (antes de 1931), A Verdade (antes de 1931), O São Gonçalo (1931), O Discípulo (1935), A Sentinela (1938), O Gonçalense (1938), O Eco da Baixada (antes de 1940), Em busca de luz (antes de 1940), Folha Municipal (antes de 1940), Gazeta do Estado (antes de 1940), O Intransigente (antes de 1940), A Luta (antes de 1940), O Município (antes de 1940), Tribuna Gonçalense (1956), Lumina (1963), O Combatente (antes de 1965), O Alcântara (antes de 1965), Correio Gonçalense (antes de 1965), Jornal Novo (antes de 1965), O Momento (antes de 1965), Vida Fluminense (antes de 1965), A Gaivota – Jornal (antes de 1968), O Municipal (1970), Colégio São Gonçalo – O Jornal (1972), O Novo Estado (1973), Panorama (1973/1975), Correio de Alcântara (1974), Domingão (1974), Dominguinho (1975), Olho Vivo (1977), ICAV Jornal (1977), Jornada (1979), O Rotineiro (1979), Norte-Sul Fluminense (1980), Grande Rio (1980), Voz Fluminense (1981), Encontro da Cidade (1982–1984), Informe CEP (1983), O Comércio Gonçalense (1983), Folha

[594] https://jornalistabelarminodemattos.blogspot.com/.Consultado:11/1/23.

> Gonçalense (1984), Enfoco (1984), CEP – São Gonçalo Boletim (1984), Correio Gonçalense (1984), O Colubandê (1984), Espaço Cultural (1985), Jean Piaget (1985), São Gonçalo Hoje (1986), Zodíaco (1987), Jornal Espaço Verdade (1987), O Metalúrgico Gonçalense (1980), O Repeteco (1984), A Nossa Voz (1982). A relação de revistas conta com: Vida Fluminense (1956), A Gaivota (1961), AGE (1963), Única (1967), Panorama (1975), Municípios (1979), Evidência (1981), Defato (1981), Lazer (1985), Demodê (1986) Kranhacarore (1986). (p.;177)

Outra pesquisadora apontada por Fernandes e Setubal (2022), Maria Nelma de Carvalho Braga, em 1997, lista os jornais em atividade até o final do século XX: "O São Gonçalo Diário, Jornal da Cidade, Nosso Jornal, Ponto e Vírgula, A Voz do Alcântara, Correio do Grande Rio, A Cidade e Alcântara News", destacando ainda a revista Gaivota (p. 178).

Jornais locais desempenham um papel importante na construção da identidade e da consciência comunitária. Eles se tornam espaço de discussões, promove eventos, e, se tornam um elo importante entre os moradores e as mudanças que estão ocorrendo em sua cidade. (Carvalho, 2013).[595] Um principal fator a ser considerado na imprensa local é a sua proximidade com o público e os acontecimentos de âmbito local. Neste sentido, a imprensa local é fundamental porque fornece informação regional, muitas vezes local, que a grande imprensa de abrangência nacional não consegue fornecer de uma forma tão abrangente. Num mundo globalizado, os meios de comunicação regionais desempenham um papel decisivo (Carvalho, 2013).

Através dos registros dos acontecimentos em jornais impressos locais, faz com que o homem se identifique como membro da sociedade e, somente a partir dessa identificação, ele é capaz de refletir e de criticar sobe os problemas sociais que o rodeiam. (Botelho, 2017[596]). O jornalismo local funciona como instrumento de aproximação e construção da realidade local, ao mesmo tempo que facilita o diálogo entre a população e o poder público. Assim, essa "proximidade pode ser considerada o principal fator pelo qual o indivíduo escolhe ler um periódico local. Devido à necessidade de se socializar no âmbito em que vive, o cidadão anseia por algo com o qual se reconheça como membro da sociedade." (Ghizzoni, 2023, p.144[597])

Nesse sentido, percebe-se um elo de ligação entre o leitor e os acontecimentos do espaço onde se vive. Assim, o jornalismo local é um importante instrumento de resgate

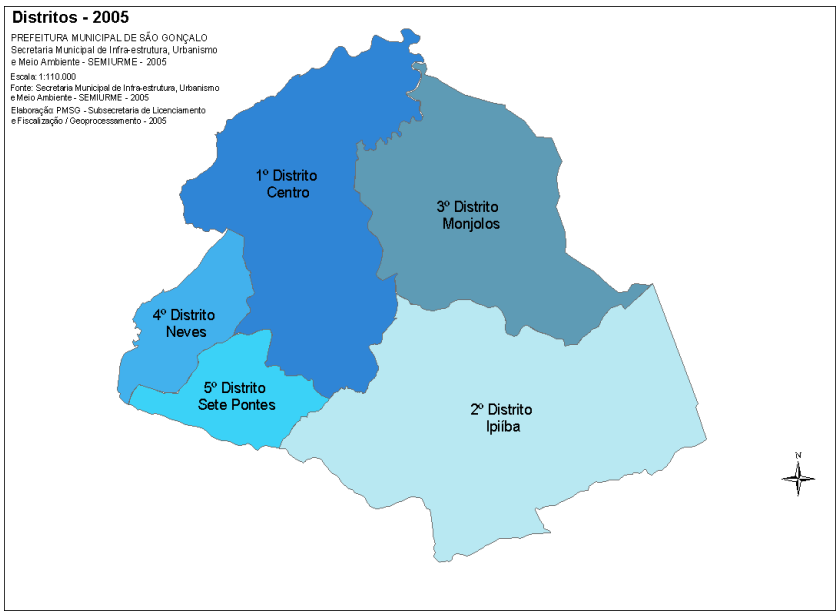
[595] https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/3221 Consultado: 08/08/24.
[596] https://silo.tips/download/o-jornalismo-impresso-como-instrumento-de-resgate-e-construao-da-historia-region. Consultado:08/08/24
[597] https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/34438/22954. Consultado: 01/08/24.

de memória de determinadas localidades ao divulgar notícias que não aparecem nas grandes mídias, mas são elas, afinal de contas, as responsáveis pela cobertura dos eventos que acontecem em uma cidade ou região específica.

História da Cidade

Até o ano de 1890, São Gonçalo fazia parte da cidade de Niterói. "Em 22 de setembro de 1890, o presidente do Estado, Francisco Portela, desmembrou as três freguesias rurais de Niterói – São Gonçalo, Cordeiros e Itaipu – e criou o munícipio de São Gonçalo" (Reznik *et al*., 2006, p.64 *apud* Silva, 2020)[598].

Figura 5 - Distritos



Fonte: Prefeitura de São Gonçalo[599]

Mesmo emancipado, a cidade de São Gonçalo tinha uma economia essencialmente agrícola e sua população não chegava a 50 mil habitantes. De acordo com Lessa (2018),[600] em 1920, o município possuía 48.019 habitantes, e vinte anos depois esse número aumentou para 85.528. A causa disso deveu-se à "atividade industrial e comercial, verificando-se um crescimento constante da zona urbana acompanhado pela febre de loteamentos" (Mendonça, 1996 apud Lessa, 2018).

Isso ocasionou um aumento populacional, impulsionado pelo incremento dos

[598] https://www.educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/ Consultado: 07/08/23
[599] https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo/mapas-e-bairros/
[600] https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3296. Consultado: 08/09/23

loteamentos relegados às limitações das localidades, falta de infraestrutura e baixa relevância econômica. Nesse mesmo período, o município enfrentava disputas em relação à sua área de abrangência, o que ocasionou uma nova configuração do seu território (Silva, 2020).

Em 1911, o município era formado por três distritos: São Gonçalo, Cordeiros e São Sebastião de Itaipu. Mas essa composição foi alterada, e outros distritos foram acrescentados, como Neves em 1933 e Monjolos e Sete Pontes em 1938. No final da década de 1930, o município já era constituído por seis distritos: São Gonçalo (sede), Itaipu, José Mariano (ex-Cordeiros), Monjolo, Neves e Sete Pontes. A cidade de São Gonçalo passou a ser composta por cinco distritos: São Gonçalo, Ipiiba (ex-José Mariano), Monjolo, Neves e Sete Pontes, mantendo essa divisão territorial administrativa até os dias de hoje (2023) (Silva, 2020).

Um outro panorama que fez modificar o perfil da cidade foi quando São Gonçalo foi beneficiada com a Lei estadual 1.991 de 11 de novembro de 1925, "que concedia consistiam em isenção de impostos estaduais, e facilidades na desapropriação e aquisição dos terrenos, e eram válidos para os setores de siderurgia, exploração e fabricação de cimento e moagem de trigo"[601] (Oliveira Júnior, 1929 apud Araújo; Melo, 1984).

Por intermédio dessa lei, se instalou em 1926 a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas, que no ano de 1929 produziu 3,9 toneladas de aço. Em 1931, "São Gonçalo passou a abrigar a Cia Nacional de Cimentos Portland, próxima às jazidas de calcário disponíveis no município e descobertas depois de um grande e custoso esforço que durou muitos anos."[602]

Desde então, outras indústrias se instalaram no município. Em 1933 foi fundada, também em São Gonçalo, a Eletroquímica Fluminense, por intermédio de outra lei federal que incentivava a industrialização, o decreto 12.021 de março de 1928. Além dos benefícios fiscais recebidos dos governos estaduais concedidos pelo Estado, a cidade de São Gonçalo oferecia para a instalação de indústrias vantagens tais como água em abundância e posição geográfica favorável, conforme matéria do jornal *O São Gonçalo.* "água e luz em abundância, e sediada nas principais vias de comunicação com os centros industriais compradores do seu produto, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Informações essas que foram publicadas na edição do Jornal *O São Gonçalo*, em 21/11/91:23"[603]

---

[601] https://www.e-publicacoes.uerj.br/ cdf/article/view/11532.Consultado; 08/08/23.
[602] Id., 2014, p.70.
[603] Idem.

Em 1928 as coletorias espalhadas por São Gonçalo já eram líder em arrecadação. A partir de 1934, o município "passou-se a repartir a receita de impostos entre as diferentes esferas de governo, cabendo aos municípios de origem 20% da arrecadação. Em 1939, São Gonçalo lidera o *ranking* de maior "renda obtida pelas coletorias localizadas no Município", ficando "em primeiro lugar entre as coletorias estaduais, em primeiro quanto às subcoletorias e agências e ainda em situação superior quanto a outras coletorias do Estado." Dados que foram publicados pelo jornal Fluminense em 1 de setembro de 1939.[604] Todo esse panorama industrial desenvolvido na primeira metade do século XX concedeu a cidade de São Gonçalo o título de "*Manchester Fluminense*".

O aumento da população de São Gonçalo ocorreu juntamente com o incentivo à industrialização e ao loteamento do município, resultando no processo de urbanização pós-1930. Paralelo a esse desenvolvimento da cidade, o Brasil enfrentava uma forte conturbação política.

O São Gonçalo

Os irmãos gêmeos Abílio e Belarmino de Mattos fundaram, em 24 de agosto de 1913, A Gazeta de S. Gonçalo, que foi o primeiro jornal local de periodicidade regular, com edições semanais. A partir de 1919, passou a se chamar A Gazeta. O posicionamento político de seus proprietários em relação ao candidato situacionista indicado pelo presidente do estado do Rio de Janeiro, Manoel Duarte, foi levado em consideração pelos defensores do movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Nesse mesmo ano, A Gazeta foi empastelada. Esse fato levou os irmãos Mattos a romperem com a sociedade (Fernandes e Setubal, 2022).

> Em outubro de 1930, as oficinas de *A Gazeta* foram invadidas e destruídas (empasteladas) pela ação das forças legalistas. Após o empastelamento, passados alguns meses, Belarmino fundou *O São Gonçalo*. Abílio José de Mattos prosseguiu na direção da *Gazeta*, onde permaneceu até seu falecimento, em 1935. *A Gazeta* ainda circulou sob nova direção até 1937, quando foram encerradas as publicações.[605]

O empastelamento de A Gazeta se insere num cenário político brasileiro que a partir de 1930 marcou uma crescente intervenção do Estado sobre os veículos da imprensa. A tomada de poder pelo então presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, a partir da Revolução de 1930, não encerrou as práticas de censura e violência contra os

[604] Id., 2014, p.70.
[605] Idem.

jornais na Primeira República. Seu governo ancorou-se sobre as propostas de uma tradição de pensamento político autoritário. (Tonete, 2021, p.348)

Os jornais da época deixavam em evidência a posição de seus editores "não só em razão da já mencionada busca por prestígio, mas também para atender anseios políticos imediatos, tal como, apoiar uma dada situação política ou opor-se a ela" (Tonete, 2021, p.350) que logo as consequências fizeram-se sentir pelo novo governo.

No ano seguinte, em 22 de janeiro, Belarmino de Mattos lança o jornal *O São Gonçalo,* "afirmando-se órgão independente das correntes políticas e pró-desenvolvimento local". O lançamento é noticiado na cidade vizinha deNiterói, e mostra a importância desse periódico na imprensa fluminense.

> "O São Gonçalo – Iniciou hontem a sua publicação no visinho município de que tirou o nome, "O S. Gonçalo", bem feito periódico que se propõe a servir aos sagrados interesses do povo e do município. É diretor d'O S. Gonçalo" o nosso estimado colega Belarmino de Mattos, ex-director d'A Gazeta. Agradecemos a visita e desejamos ao novo periódico vida longa e próspera. (Jornal São Gonçalo, em 23/01/ 1931).

Mesmo com a fundação do Jornal *O São Gonçalo*, por Belarmino de Matos, o jornal; A Gazeta continuou circulando até a o falecimento de Abílio de Matos. Desse modo, pode-se observar que o Jornal *O São Gonçalo* é o mais antigo órgão de informação do município, atuando sem interrupção desde a primeira metade do século XX. Assim como "A Gazeta", que foi seu antecessor e o principal jornal da cidade, *O São Gonçalo* foi criado no bairro de Neves[606] com o compromisso de ser o "porta voz" das notícias locais."[607] A princípio "começa a rodar no formato tabloide semanalmente, até o ano de 1952, e, a partir do ano de 1958, passou a circular diariamente, quando a imprensa adquiriu um maquinário mais moderno (Figueiredo, 2010 *apud* Santos; Macedo, 2020)[608].

Belarmino de Mattos era tipógrafo, atuou em diversas áreas como política, cultura e economia e ajudou a criar instituições diversas, como hospitais e ligas esportivas. No primeiro número da publicação de *O São Gonçalo*, seu fundador escreveu que queria dotar a cidade como se fosse "uma árvore imortal, árvore da inteligência, da vontade popular e das aspirações públicas," e ainda, de "uma grande voz que falasse ao povo do

---

[606]https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548177545_3012fef434b2b2d423a5b770b1235f2a.pdf.. Consultado 12/01/24
[607]https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID4743_09092020165450.pdf. Consultado: 12/01/24
[608] Id., 2020, p.2.

município, aos nossos vizinhos e ao Brasil inteiro."[609] No final do ano de 1998, *O São Gonçalo* deixou de pertencer à família do capitão Belarmino de Mattos e passou a fazer parte de uma instituição educacional privada, a Fundação Universo, pertencente à família Salgado de Oliveira.

Mesmo sendo um jornal da cidade de São Gonçalo, ele abrange algumas cidades vizinhas como Itaboraí, Maricá, Niterói e Região dos Lagos. Atualmente, o jornal *O São Gonçalo* é um diário online sem nenhum custo para o leitor. Mesmo antes de parar sua circulação física, *O São Gonçalo* já possuía um website, um perfil no Instagram e uma página no Facebook, criados para maior interação com os seus leitores. *O São Gonçalo* é um jornal híbrido. Sua linha editorial é composta por fatos relacionados à polícia, esportes, economia, cidade, utilidade pública, oportunidades, cultura e lazer. Segundo Rodrigo Travasso, que entrou para a empresa em 2010 como gerente financeiro, a tiragem média do jornal era de "2 mil a 3 mil exemplares, mas no auge de suas publicações chegaram a ser vendidos entre 30 a 40 mil exemplares".[610]

Isso ocorria quando havia algum confronto entre polícia e marginais que deixava um rastro de sangue em uma determinada comunidade. "As bancas funcionavam no sistema de capatazia, sabe o que é? Em cada bairro elas eram controladas por um grupo de pessoas. Era necessário pedir exemplares de bancas de outros bairros para suprir a banca onde ocorreu a morte de alguém conhecido."[611]

Durante a semana, cada edição saía com seis páginas, com capa colorida e seu interior em preto e branco. A edição era distribuída entre cidade, política, polícia, social e esporte. Na primeira página, as exposições dos principais assuntos da edição dividiam espaço com charges satirizando algum momento político ou referente a algum time de futebol, e a Gata do Click, trazendo a foto sensual de uma candidata à fama.

---

[609] Id., 2020, p.2,3.
[610] Rodrigo Travasso entrou para o Jornal O São Gonçalo em 2010 como gerente financeiro e trabalho na empresa até hoje como gerente administrativo financeiro. Em depoimento para autora no dia 12/07/2023.
[611] *Id.*

Figura 9 - Edição de 14 de abril de 2004

O SÃO GONÇALO

R$0,90 Exemplar 14 páginas

Insegurança no Caminho Niemeyer

O Memorial Roberto Silveira, um dos monumentos do Caminho Niemeyer, em Niterói, já sofreu dois furtos em pouco mais de um mês. Na sexta-feira ladrões levaram todos os componentes eletrônicos dos computadores e só deixaram os gabinetes. A segurança no local é feita somente por um guarda municipal. Página 3

Polícia estoura cativeiro em Itaboraí e liberta comerciante

Adriana Costa de Souza, 39 anos, foi salva por agentes da 71ª DP (Itaboraí), que rastrearam a ligação de telefone público que os seqüestradores fizeram para a família exigindo resgate no valor de R$ 10 mil. A vítima foi encontrada num barraco próximo ao orelhão. Página 5

Caderno DOIS Cultura & Lazer

Bugalu vai agitar Niterói

Lulu Santos promete estremecer hoje o palco armado no Caio Martins, em Santa Rosa, durante turnê de lançamento do seu novo CD. Páginas 1 e 2

Vinicius

GUERRA SÓ EM CAMPO

Proposta indecente

Eliane Lima, 19 anos, que chocou telespectadores ao aparecer nua no palco do Big Brother Brasil e atualmente grava seu CD num estúdio em São Gonçalo, ofereceu sua virgindade ao astro Michael Jackson, em troca de R$ 500 mil. Página 4

Michael Jackson prometeu me ajudar e disse que está me esperando em sua casa, na Califórnia

Prefeitura de SG paga por obra que não sai do papel Página 3

INJEÇÃO CONTRA ESPIRROS

A Campanha Nacional de Vacinação contra o Vírus Influenza foi aberta ontem, em São Gonçalo, no Pólo Sanitário Hélio Cruz, no bairro do Alcântara. Desde cedo, idosos aguardavam na fila.

Fonte: Arquivo da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO

A partir de 2000, as edições de final de semana deixaram de ser fechadas na sexta-feira e passaram a possuir cadernos temáticos distintos. Na edição de sábado, o

jornal ganhava o caderno Vem Que Tem Moda e Decoração. Aos domingos, o jornal apresentava o Caderno Dois-Cultura e Lazer, que abordava cultura e entrevistas com artistas da cidade e de outras regiões, coluna social e agenda cultural, além do caderno de classificados. Nesse mesmo ano, todas as páginas passaram a receber o nome de suas seções, e a página 5 foi nominada pelo que era o carro-chefe do jornal: a polícia.

Pelo seu custo, *O São Gonçalo* era acessível à população de baixa renda, e sua receita vinha da "venda de cada exemplar e da venda de anúncios", através dos classificados e espaços publicitários. As principais publicidades, geralmente, eram das propriedades da Fundação Universo, como a Rádio Mania (exposta na Figura 10, acima), Colégio Dom Helder Câmara e da universidade Universo. "Fazia parte de um acordo de cooperação, de atribuição por parte da Universo que usava o espaço do jornal" e, em contrapartida, oferecia a "ajuda filantrópica como assistência jurídica, fisioterapia".

A partir do final do ano de 1998, *O São Gonçalo* começou a dar destaque à editoria de polícia. A maioria das chamadas da primeira página chamava a atenção pela imagem de crimes violentos ocorridos na região ou em municípios próximos.

Figura 12 - Exemplar de 20 a 22 de maio de 2000.

O SÃO GONÇALO

R$ 0,50 Exemplar 10 páginas

DIRETOR-PRESIDENTE: Mário Cesar S. Almeida

O crime da mala

Corpo foi abandonado dentro de carro

Pelos tamanhos das perfurações, os policiais federais suspeitaram de que ele foi morto por tiros de pistola 9 mm

Traficantes são presos vendendo maconha na Trindade

Caderno DOIS Cultura & Lazer

As noites gonçalenses são dos pichadores

Moradores dividem espaço com porcos no bairro Amendoeira

Algumas ruas já se transformaram em chiqueiros e o mau cheiro é insuportável

CIDINHA LIVRE

'Vou botar a boca no mundo'

Cidinha Campos estréia sua coluna diária no O SÃO GONÇALO

Vinicius

Menina de sete anos é estuprada pelo próprio pai

Delegacia da Mulher completa três anos

Maria FM 95,7

Gonça Mania

Fique por dentro dos bastidores da Rádio Mania.

DESEMBUCHA

Companhia de balé de Niterói se apresenta no Municipal

Fonte: Arquivo da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO.

Conclusão

Através do breve histórico dos registros dos jornais extintos da cidade de São Gonçalo se tema oportunidade de problematizar a imprensa gonçalense com os vínculos

desses periódicos com grupos e associações locais, posicionamentos e debates sobre questões comunitárias que ficam poucas representadas pelos impressos de grande porte.

Os jornais regionais são locais privilegiados para a produção de notícias sobre as problemáticas que estão próximas aos leitores e relacionadas à comunidade em que estão inseridos. Além disso, servem como guardião de tradições e identidades de âmbito regional que a grande mídia não faz de forma profunda e abrangente. O veículo midiático local, retrata o cotidiano de sua área de abrangência influenciando as decisões e os problemas da localidade.

Dessa forma, o jornalismo, gradualmente deixou de ser um conjunto de verdades duvidosas para ocupar um papel central na história passando a ser considerado uma fonte vital de informação sobre sociedades passadas e os processos e condições a elas associados. Assim, entende-se que mesmo que a imprensa possua seus interesses particulares, é necessário problematizar constantemente seu conteúdo, como o que ela divulgasse representasse o desejo de toda uma sociedade.

Através da pesquisa que está em andamento nos acervos do jornal *O São Gonçalo* e de entrevistas com profissionais da imprensa, é possível compreender melhor o processo de produção jornalística e a construção das notícias. Esse conhecimento é essencial para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o desenvolvimento de estratégias que promovam a equidade social e a justiça.

Dessa forma, é possível identificar os mecanismos através dos quais a mídia desempenha um papel fundamental na documentação e interpretação dos acontecimentos históricos. Assim, observa-se a questão da pertinência do papel da imprensa regional e local, já que muitas vezes é ela a única forma de saber dos variados aspectos das relações sociais, de determinado lugar.

Referências:

ADUR, E. K. O uso da imprensa escrita como fonte de pesquisa histórica. *História & Ensino,* Londrina, v. 6, n. 2, p. 83-99, 2000.

ADORNO, S. O. Violência e criminalidade no Brasil contemporâneo: o longínquo final de século. *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 16, n. 45, p. 5-33, 2002.

BARBOSA, M. L. O ofício de historiador e as novas fontes de pesquisa. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 18, n. 36, p. 125-142, 1998.

BORGES, V. P. A imprensa e a história: o uso do jornal como fonte. *Revista de História,* São Paulo, v. 19, n. 37, p. 45-58, 1999.

BRETAS, M. L. Violência e criminalidade no Brasil. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 45-58, 1991.

BRITO, M. C.; GOMES, R.; PIO, F. A. As taxas de homicídio no Brasil: um estudo comparativo entre os

estados. *Revista Brasileira de Segurança Pública,* São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2021.

CANO, I.; SENTO-SÉ, J.; RIBEIRO, E.; SOUZA, V. A violência no Rio de Janeiro: índices de homicídios e criminalidade. *Estudos de Sociologia,* Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 23-35, 2004.

CAPELATO, M. H. A imprensa e o processo histórico: novas abordagens. *Revista de História,* São Paulo, v. 37, n. 73, p. 91-102, 1988.

CERTEAU, M. *A escrita da história.* 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DE LUCA, T. A. A imprensa como fonte histórica: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 25, n. 49, p. 67-82, 2005.

FERNANDES, M. A imprensa gonçalense: um panorama histórico. *Revista Eletrônica de Comunicação e Informação,* São Gonçalo, v. 9, n. 1, p. 145-158, 2020.

FERNANDES, M.; SETUBAL, C. C. A imprensa em São Gonçalo: um levantamento histórico. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 22, n. 43, p. 169-182, 2022.

LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens.* São Paulo: Paz e Terra, 1978.

LESSA, J. L. H. *São Gonçalo: história, urbanização e desenvolvimento.* São Gonçalo: Ed. UFF, 2018.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, M. H. *A escravidão no Brasil: temas e problemas.* São Paulo: Edusp, 1987.

MENDONÇA, S. A. *História e urbanização de São Gonçalo.* São Gonçalo: Ed. UERJ, 1996.

PINHEIRO, P. S. *Autoritarismo e transição política no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 1979.

REZINK, V.; et al. *São Gonçalo: desenvolvimento e desafios.* Niterói: EdUFF, 2006.

SANTOS, J. M.; MACEDO, A. R. *O São Gonçalo: memória e identidade.* Niterói: EdUFF, 2020.

SCHERER, A. *A imprensa no Brasil: história e análise crítica.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

SILVA, M. N. de C. B. *A história da imprensa em São Gonçalo.* Niterói: EdUFF, 2020.

SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil.* 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

VILLAÇA, F. *A produção do espaço urbano.* São Paulo: EdUSP, 2004.

A escola fábrica no alvorecer do Amapá (1949-1964)

Tatiana Pantoja Oliveira-Araújo[612]
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Joana Bahia
Coorientação: Brenda Carranza

Introdução

Este trabalho decorre do projeto de pesquisa de doutorado intitulado ‘‘Na corda bamba do poder: Igreja Católica, Estado e Escola Industrial de Macapá (1948-1964)’’, ainda em andamento. Neste texto, pretendemos analisar a importância da Escola Industrial de Macapá em seu papel de formação dos futuros trabalhadores necessários para engendrar o parque industrial-minerador que estava sendo implementado no então Território Federal do Amapá (doravante TFA), bem como a assunção das funções de uma fábrica, devido às crescentes demandas por produtos manufaturados e emprego de mão de obra.

Quando o Amapá foi constituído como Território Federal do Amapá, ao ser desmembrado do Pará em 1943[613], ainda durante o Estado Novo, se caracterizava como uma área pouco desenvolvida, cuja economia girava em torno do extrativismo vegetal. Procurando superar a situação de atraso econômico, o Governo Federal traçou um plano de integração ao Estado Nacional, a partir da instituição de um governo territorial, com características intervencionista e centralizadora (SILVA, 2011). A Escola Industrial de Macapá estava inserida nesse plano, conjugando profissionalização, produção e controle.

As transformações no ex-Território Federal do Amapá

Em se tratando de uma área fronteiriça à Guiana Francesa, a região do Amapá causava preocupação por conta do contexto da Segunda Guerra Mundial, devido a ocupação nazista na França, e a posição geográfica estratégica do lugar, de tal modo que

---

[612] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS/UERJ). E-mail: tatiapantoja@gmail.com.

[613] Foram criados cinco Territórios Federais (TF) com o Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943: o de Rio Branco (desmembrado do Estado do Amazonas), sendo renomeado de TF de Roraima em 1962; o de Guaporé (desmembrado dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso), sendo renomeado em 1956 como TF de Rondônia; o de Ponta-Porã (desmembrado do Estado de Mato Grosso); o de Iguaçu (desmembrado do Estado do Paraná e de Santa Catarina); e o do Amapá, desmembrado do Estado do Pará. *Cf:* PORTO, Jadson Luís R. Os Territórios Federais e sua evolução no Brasil. *Presença online: revista de educação, cultura e meio ambiente/UNIR*, Porto Velho, v. 3, n. 15, mar. 1999. 11 p. Disponível em: <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/15jadsonluisrebeloporto_osterritoriosfederaiseasua evolucao.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2013).

foi acordado com os Estados Unidos da América a instalação de uma base aérea norte-americana no municipio de nome homônimo. Essa preocupação deu respaldo à criação do Território Federal do Amapá, combinando com o desejo do Estado de conjugar a expansão militar e burocrática com a exploração econômica das jazidas de manganês encontradas na região (PORTO, 1999; SANTOS, 2006; CAVLAK; GRANGER, 2014).

Os discursos de nacionalização, integração e segurança nacional justificavam a intervenção federal. A dinamização das áreas mais longínquas do País era consoante ao discurso propagado durante o Novo Estado, que qualificava os indivíduos conforme a sua participação específica no processo produtivo (REIS, 1988).

Devido ao grande potencial de exploração econômica de manganês nas terras do torrão amapaense recém-nascido, o Governo do Território Federal do Amapá (doravante GTFA), liderado pelo então primeiro governador, Capitão Janary Gentil Nunes, junto com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), decidiu escolher a mineradora ICOMI S.A., uma empresa nacional associada à Bethlehem Steel, empresa norte-americana, para exploração manganesífera (DRUMOND; PEREIRA, 2007) .

Portanto, a exploração mineral ajudou a desenvolver a economia do TFA. Para que a ICOMI se instalasse na região, foi necessário erguer toda a infraestrutura necessária, incluindo a compra de maquinários, construção de estradas e ferrovias para transportar materiais e minerais, e a construção de um porto para que a produção pudesse escoar. Especialmente, era necessário contratar trabalhadores capazes de realizar todo esse trabalho. No início dos trabalhos, a necessidade de força física compensava a falta de conhecimentos técnicos da população local e migrante, mas logo essa necessidade se fez presente.

A ICOMI também passou a se preocupar em como controlar os trabalhadores. A solução veio com a construção das vilas operárias, uma localizada em Serra do Navio, de onde o manganês era extraído; e a outra localizada em Santana, onde o mineral era recebido, processado e exportado. Nessas áreas de residência operária havia a obrigação de cumprimento das normas e dos regulamentos sociais da empresa, configurando-se em formas de controle e disciplina. Também havia uma imposição de hierarquia, que se refletia nas divisões das casas e dos clubes sociais (NUNES, 2018).

Esse controle não abrangia somente um ajuste e normatização de trabalhadores locais não-especializados aos padrões de produtividade e aos ritmos de trabalho da indústria moderna capitalista. Segundo Paz (2011), a empresa buscava ‘‘incutir-lhes ideais ‘adequados’ de comportamento, alimentação, lazer, direitos e obrigações baseados

em um modelo de família estável.'' O controle da empresa deixou de ser apenas nas relações trabalhistas e se expandiu para um controle social, atingindo a vida íntima do operário e sua família. Dessa forma, a empresa trabalhava com o Estado para transformar os caboclos da Amazônia em trabalhadores disciplinados e de conduta moral, cumprindo assim a importante função de preservar a integridade das fronteiras e garantir a soberania nacional sobre elas.

Centenas de migrantes se deslocaram para a região em busca de trabalho e melhores perspectivas de vida, impulsionando o crescimento da população. O setor mineralógico e a construção civil geravam empregos. Macapá se transformou em um canteiro de obras enquanto se modernizava (LOBATO, 2013).

O Estado assumiu a responsabilidade de organizar esse processo, em sua contribuição para o plano de integração nacional. De acordo com o lema ''Sanear, Educar e Povoar'', muitos projetos de saneamento, urbanização e construção de escolas foram iniciados graças às ações do Governo do TFA.

A Escola Industrial de Macapá em destaque na Educação Profissional

Com a criação do TFA, foi exaltado a chegada do tempo da exploração racional, com bases industriais, onde o homem transforma a natureza para gerar grandes lucros, superando a fase do extrativismo vegetal, que sujeitava o homem ao ritmo da natureza.

Para que esses objetivos fossem totalmente alcançados, tornou-se premente a necessidade de mudanças nos elementos socioculturais da comunidade amazônica, conforme o entendimento da ICOMI e do GTFA. Fiani (2011) e outros estudiosos da área econômica têm enfatizado que o ambiente institucional é fundamental para o alcance do desenvolvimento, pois ajuda a combinar capital, força de trabalho, recursos naturais e conhecimentos tecnológicos para que haja cooperação com poucos conflitos.

O ambiente institucional desempenha um papel significativo na criação de leis e normas neste aspecto, além de possuir um papel na persuasão das pessoas a segui-las. Na qualidade de um instrumento, a educação foi escolhida como um dos pilares de sustentação desse projeto de desenvolvimento, para moldagem de homens com corpos saudáveis e mentes educadas, ''enfim, habilitados à promoção da riqueza pessoal e nacional'' (LOBATO, 2009, p. 89)

O GTFA criou alguns grupos escolares de Ensino Primário e reformou os existentes na capital Macapá e no interior. No entanto, apenas a capital Macapá passou a ter uma escola de Ensino Secundário, o Colégio Amapaense, e as seguintes escolas de

grau médio profissionalizantes: Escola Normal de Macapá, o Colégio Comercial do Amapá, Escola Industrial de Macapá e a Escola Doméstica de Macapá, com exceção da Escola de Iniciação Agrícola, que foi instalada no município de Amapá. Conforme Lobato (2009), havia uma dualidade no ensino, que fazia com que o ensino primário fosse dirigido para formar cidadãos trabalhadores, enquanto o ensino secundário visava formar uma intelligentsia brasileira e preparar os alunos para o ensino superior, que deveria ser cursado fora do TFA. (LOBATO, 2009).

O ensino profissional descortinava-se como uma terceira via. A Escola Industrial de Macapá teve um papel importante nos planos de ação do GTFA devido à necessidade de formação técnica de mão-de-obra para atender às exigências do novo empreendimento manganesífero e à demanda por produtos manufaturados. As matrículas começaram a ser muito concorridas por conta das ‘‘possibilidades de ocupação imediata e ganho financeiro diferenciado dos alunos egressos das escolas profissionais [o que] concorreram para um rápido crescimento desta modalidade de ensino local’’ (SILVA; BASTOS, 2022, p. 5)

Conforme os Históricos da instituição, sua fundação ocorreu em 1º de dezembro de 1949, com a denominação de Escola Profissional Getúlio Vargas. Em um mês, porém, o nome foi alterado para Escola Industrial de Macapá, por meio do Decreto n. 101/GAB. A escola funcionava com o regime de internato e de externato.

Foi renomeada como Ginásio Industrial de Macapá em 24 de julho de 1964; tendo o nome alterado novamente para Ginásio de Macapá.[614] Mais do que mudanças de nome, a escola passou por uma mudança significativa a partir de 1964, quando o curso de internato foi extinto e o educandário passou a oferecer apenas externato orientado para o trabalho, com um outro contexto histórico e uma proposta pedagógica diferente. Como resultado, este estudo se concentra no período de 1949 a 1964.

A Escola Industrial de Macapá atendia somente alunos do sexo masculinos. Os candidatos ao ingresso precisavam de dois requisitos: ter entre os doze e os quinze anos de idade e passar pelos exames de admissão, de acordo com as leis educacionais que vigoravam à época. Funcionava em regime de internato para os estudantes mais carentes, oriundos do interior do Território e de externato para os que tinham como família ou parentes na Capital. Entre os cursos oferecidos, havia o de Marcenaria, Metalurgia e Sapataria, em regime de internato e de semi-internato. Tinham a sua disposição toda uma

[614] A escola ainda teve mais três alterações em sua nomenclatura: Ginásio de Macapá, Escola Integrada de Macapá e, a designação atual como Escola Antonio Cordeiro Pontes, cujo nome homenageia um ex-aluno da Escola Integrada, que também se tornou de seus professores, além de ter exercido cargos políticos.

oficina com equipamentos e máquinas para a sua formação. O curso durava quatro anos e, ao final, o estudante recebia um diploma em Artes Industriais.

No Acervo Escolar da Escola Antonio Cordeiro Pontes, que é a atual sucessora da Escola Industrial de Macapá, encontramos diversos tipos de documentos. Esses documentos incluem os Relatórios de Atividades da Escola Industrial de Macapá, criados pelos diretores em exercício ao final de cada ano letivo para prestar conta de suas ações, avaliar o corpo docente e outros funcionários e apresentar dados estatísticos e de produção. Eram anualmente entregues à Divisão de Educação e ao governador do TFA.

O curso ministrado era o Industrial Básico, dividido em quatro séries, cada qual com uma única classe. Para ter sua matrícula efetivada, os alunos prestavam os exames de admissão, conhecidos como exames vestibulares. As aulas aconteciam de segunda-feira a sábado, nos turnos da manhã e da tarde, ocupando o tempo do aluno durante o dia inteiro. Como a escola atendia principalmente em regime de internato, as refeições dos alunos eram feitas na escola. Os alunos do externato recebiam almoço e merendas, não tendo direito ao jantar.

Ao analisar os documentos dos Horários Escolares da 1a, 2a, 3a e 4a Séries e os Relatórios de Atividades, foi permitido determinar as ‘‘disciplinas’’ ou ‘‘matérias’’ estudadas, conforme chamavam os componentes curriculares na época. Elas eram classificadas em dois grupos: Cultura Geral, composto por Português, Matemática, Geografia, História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais, Educação Física, Religião e Canto Orfeônico e ‘‘Horta-Jardim’’; e Cultura Técnica, composto por Desenho Técnico, Tecnologia e Prática de Oficina, sendo esta última subdividida em Artes em Metal, Marcenaria e Artes em Couro. A oficina de Vimaria, sendo arte em cipó, foi instalada em 1956, mas funcionando efetivamente no ano seguinte (AMAPÁ/EDM. *Relatório de Atividades*..., 1956, f. 24).

A escola fábrica no alvorecer do Amapá: a Escola Industrial de Macapá

Conforme o diretor da Escola Industrial, a Cultura Técnica era ‘‘grupo de disciplinas fundamentais de ensino Industrial’’ (AMAPÁ/EIM, Relatório de Atividades da Escola Industrial de Macapá, 1956, p. 23). Eram elas que proporcionavam os conhecimentos e habilidades exigidos na formação técnica dos educandos. Por isso, os alunos tinham aulas teóricas e aulas práticas nas oficinas montadas na escola, destacando-se a importância da disciplina Prática de Oficina. Nos dois a três primeiros meses do início de cada ano letivo, os alunos deveriam passar por cada oficina de Artes em Metal,

Marcenaria, Artes em Couro e de Vimaria, em sistema de rodízio, até encontrar a que melhor tivesse aptidão ou vocação para se dedicar durante o restante do ano letivo.

Para colocar as oficinas em operação era preciso de recursos humanos e materiais. Em relação aos recursos humanos, havia pouca disponibilidade de professores, uma vez que dependiam da migração de profissionais de outras regiões. Especialmente em relação aos docentes da parte da Cultura Técnica, as dificuldades de conseguir professores formados em nível técnico ou superior se revelavam maiores. Diante dessa carência, observamos que passou-se a selecionar pessoas que demonstrassem habilidade prática na área. Esse requisito acabou colocando à prova o mandonismo local, exercido pelo governador Janary Gentil Nunes, ao encaminhar candidatos para emprego nas oficinas. Quando era exigido um conhecimento técnico mais apurado, os diretores filtravam os candidatos, testando sua capacidade por meio de provas práticas aplicadas pelos chefes das oficinas e, caso fossem considerados inaptos, eram rejeitados; e por documento, de uma maneira cortês, justificavam a reprovação ao governador (AMAPÁ/EIM, Informativo n. 2/53/53-EIM; AMAPÁ/EIM, Memorando n. 61/53-EIM; AMAPÁ/EIM, Memorando n. 332/53-EIM; AMAPÁ/EIM, Memorando n. 304/53-EIM). A necessidade de encontrar pessoas com conhecimento técnico nos ofícios das Artes Industriais fazia com que os diretores escolares solicitassem que funcionários de outras Divisões, como a Divisão de Saúde, fossem cedidos para trabalhar na escola, por ter esse requisito (AMAPÁ/EIM, Memorando n. 486/54-EIM).

Esses profissionais se tornaram professores da parte de Cultura Técnica. Citamos o caso em que o diretor escolar, em 9 de novembro de 1954, solicitou ao sr. Raimundo Borges Morel que esclarecesse "quais os assuntos que já ensinou aos alunos que estavam à sua disposição na Oficina Mecânica" por conta de sua ausência da escola (AMAPÁ/EIM, Memorando n. 458/54-EIM).

Por meio da correspondência oficial entre os diretores da Escola Industrial, o governador do Território Federal do Amapá e os órgãos governamentais, podemos vislumbrar como funcionavam as oficinas. Por exemplo, pelo Memorando n. 330/54-EIM (AMAPÁ/EIM, 1954a, f. 1), remetido ao governador Janary Nunes, em resposta ao Processo n. 6.508/54, sobre o pedido de emprego para o jovem Severino Medeiros, vindo do Governador, o diretor escolar em exercício, Glycério de Souza Marques, responde que pode alocá-lo como tarefeiro, recebendo o valor da tabela da escola, caso seja operário habilitado, haja visto que o diarista da Oficina de Sapataria, Emanuel Gonçalves de Araújo, apelidado Afuá, informou que não iria se demitir; e da determinação do próprio

Governador que a Oficina de Sapataria só pode ter um contra-mestre e dois diaristas, sendo os demais tarefeiros.

Conforme os memorandos n. 6/53-EIM, 107/53-EIM e n. 22/53-EIM (AMAPÁ/EIM, 1953 a b c, f. 1), do diretor da Escola Industrial de Macapá Glycério Marques, a Sra. Aracy de Miranda Mont' Alverne (Diretora da Divisão de Educação), verificamos que a Oficina de Sapataria era um órgão do governo submetido à gerência da Guarda Territorial, que passou para a responsabilidade da Escola no primeiro semestre de 1953. Portanto, as oficinas não eram frequentadas apenas os docentes e os alunos, existindo empregados que tinham vínculos diferentes, desempenhando cargo de auxiliares, recebendo salário por diária ou por tarefa. Assim, havia uma hierarquia, na qual o Contramestre era o professor da Cultura técnica, como o responsável pelas aulas práticas e ainda pela supervisão do funcionamento da oficina e dos funcionários, prestando também contas de seu movimento, orçamento e despesas.

Por sua vez, segundo o referido diretor em documento endereçado ao Diretor do Serviço de Administração Geral (SAG), a Oficina de Marcenaria "na parte referente aos operários, ainda não esteja na responsabilidade do Diretor da E.I.M. [Escola Industrial de Macapá], tendo recebido ordem do Senhor Diretor da D.E. [Divisão de Educação], e de comum acôrdo (sic) com o mestre Ubirajara, iniciei o contrôle (sic) de serviços a particulares que vamos recebendo, visto que as Oficinas de fora não possuem tornearia". Verificamos a relevante função do diretor escolar em organizar as demandas de trabalhos e mercadorias que eram encaminhados aquela oficina, sendo que "a passágem (sic) dessa responsabilidade foi a si atribuída, conforme despacho do Excelentíssimo Senhor Governador em meu Relatório de 4 de Janeiro do passado." (AMAPÁ/EIM, Memorando n. 91/53-EIM, f. 1). Inferimos que houve uma fundição entre as oficinas do governo com as oficinas da escola e a assunção de funções que extrapolam o ambiente escolar, o que também atingia as demais oficinas da escola.

Os governadores do Território usavam também a Escola Industrial de Macapá para atender pedidos de doações. Citamos a doação de sapatos feita ao Preventório Santa Terezinha, de Belém do Pará, que foi autorizado pelo governador Janary Nunes, sendo entregues 62 pares de calçados em 19 de novembro de 1954 (AMAPÁ/EIM, Memorando n. 470/54-EIM). Em 1957, o governador em exercício, a pedido das interessadas, fez a solicitação de doação de 3 pares de Sapatos a Tomaz, Alexandrina e Eduarda Mouchery (AMAPA/EIM, Memorando n. 845/57-CG). Em 08/08/1958, também foram confeccionados e entregues, por requisição feita pelo governador em exercício, Pauxy

Gentil Nunes, para os Escoteiros de Mazagão 50 pares de borzeguim, que são um tipo de bota de couro muito produzido pela Oficina de Sapataria (Ofício n. 79/58-EIM).

A Escola Industrial de Macapá era subordinada à Divisão de Educação do Governo do Território Federal do Amapá e encontramos diversos documentos requisitando matérias-primas para as oficinas, assim como para o expediente administrativo (AMAPÁ/EIM, Memorando n. 116/53-EIM; AMAPÁ/EIM, Memorando n. 461/54-EIM; AMAPÁ/EIM, Memorando n. 307/55-EIM; AMAPÁ/EIM, Memorando n. 130/55-EIM; Memorando 127/55-EIM). Também essa solicitação era feita ao Serviço Geral de Administração (SAG) e ao próprio governador, especialmente os Relatórios de Atividade de Atividades da Escola Industrial de Macapá.

Nem sempre essas requisições eram atendidas ou demoravam em demasia para sê-lo, o que motivava os diretores escolares a fazerem reiteradas solicitações. A partir de 1954, com a transição da presidência da República de Getúlio Vargas para Café Filho, o Território Federal do Amapá sofreu com os cortes orçamentários, que se tornou um "entrave para a continuidade dos investimentos do governo territorial no setor educacional, bem como nos demais setores" (LOBATO, 2009, p. 127). Isso atingiu em cheio a Escola Industrial de Macapá, que passou a sofrer com a falta de recursos, como se notam nos Relatórios de Atividades dos anos posteriores.

Por exemplo, no Relatório de Atividades de 1957, o diretor escolar ao mesmo tempo que apontou contundentemente a falta de verbas, justificava que isso não era culpa do governo territorial, pois este teria consciência de seu dever para com a Educação Profissional e sua importância":

> porque o ensino Industrial é a chave do progresso de um estado ou de uma nação, pois forte será o estado ou nação econòmicamente (sic) desenvolvida e, que, assim só poderá ser considerado o estado ou nação que preparar tècnicamente (sic) seus filhos, nada tem podido fazer além do que tem feito em virtude de seus recursos serem bastante reduzidos em face do volume empreendimentos que tem a seu cargo." (AMAPÁ/EIM, Relatório de Atividade…1957, f. 2)

Como o cargo de diretor escolar era preenchido por indicação do governador, torna-se compreensível que evitasse críticas diretas em relação ao governo. No entanto, isso não tolheu ao diretor em argumentar sobre a necessidade de ser disponibilizado o material de cultura técnica, ainda no princípio do ano , pois não se poderia pedir que "o aluno compre uma chapa de ferro, um vergalhão, eletrodo, solda, etc. para desenvolver seu trabalho na oficina", como se pode pedir no caso de Cultura Geral, que envolve

material como livro , lápis e caderno. Sustentando ser até admissível que o material seja pouco,

> dada a dificuldade que atravessa o Governo, mas que não chegue êle a tempo de nossos trabalhos seguissem marcha normal e, de uma só vez, não se pode admitir, pois, um curso industrial não pode funcionar sem o material de aprendizagem. (...) Com o material ali demonstrado não é possível manter um curso industrial com regularidade. Não podemos seguir a seriação do curso com quase apenas uma espécie de material (vergalhão). E os outros trabalhos que requerem a aplicação de material que os alunos nem ao menos conhecem? Será isso possível? Achamos que não e as autoridades competentes hão de concordar conosco. Resta-nos apenas procurar evitar que tal situação continue, que se repita a mesma coisa no ano vindouro. (AMAPÁ/EIM, Relatório de Atividade…1957, f. 3)

Essa falta de recursos atingiu em especial a oficina de mecânica, de tal forma que foi apresentado nesse mesmo documento a "Relação de material adquirido para o Curso de Mecânica de Máquinas (Oficina Mecânica)", informando que no ano de 1956 nada foi recebido e no ano de 1957, foram arrolados uma chapa galvanizada, uma chapa de ferro, duas barras de ferro e 26 vergalhões, indicando as dimensões de cada item (AMAPÁ/EIM, Relatório de Atividade…1957). Analisamos que essa falta de recursos fazia com que houvesse uma grande distância entre as representações que se fazia da escola e a realidade efetiva, funcionando com recursos parcos e muitas dificuldades.

Palavras finais

A Escola Industrial de Macapá figurava nos discursos do governo como uma escola modelo e de fundamental importância no desenvolvimento do Amapá. As oficinas da escola passaram a atender demandas da Escola, mas também de diversos órgãos do governo, bem como de particulares. No entanto, os cortes no orçamento destinado ao Território Federal do Amapá afetaram decididamente as ações educacionais e a capacidade produtiva dessas oficinas. Assim, podemos perceber a distância entre o discurso divulgado e a realidade do chão da escola.

Referências:

CAVLAK, Iuri; GRANGER, Stéphane. Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra Mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa. *Fronteiras & Debates*, Macapá, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/index.php/fronteiras/article/view/1512. Acesso em: 10 out. 2023.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de A. Póvoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FIANI, Ronaldo. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

_____. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 2013. 239 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102013-131130/pt-br.php. Acesso em: 16 jan. 2015.

NUNES, Elke Daniela Rocha. *Mineração de manganês no Amapá: Controle de trabalho e memória de trabalhadores na ICOMI, de 1960 a 1973*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História da Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2018. 327 f. Disponível em: <www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7105>. Acesso em: 14 set. 2020.

PAZ, Adalberto Jr. F. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. Dissertação - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2011. 180 f. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ifch/mineiros-floresta-sociedade-trabalho-fronteira-mineracao-industrial-amazonica-1943-1964. Acesso em: 01 set. 2014.

PORTO, Jadson Luís R. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. *Presença online: revista de educação, cultura e meio ambiente / UFRO*, v. 3, n. 15, p. 46-52, mar. 1999. Disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/presenca15completa.pdf. Acesso em: 01 nov. 2014.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2166/1305>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970)*. Belém: Grafinorte, 2006.

SILVA, Joel M. da; BASTOS, Argemiro M. História da Educação Profissional no Amapá. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 10, 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/32761/27736/368113. Acesso em: 04 jun. 2023.

SILVA, Maura Leal da. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre et al. (Org.). *Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açaí, 2011, p. 95-113.

Intelectuais e Educação: uma análise da Cruzada Nacional de Educação nos anos 1930

Vanessa Carvalho Nofuentes Navarro[615]
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Luís Reznik
Bolsista CAPES

Introdução

Quando pensamos em educação no Brasil dos anos 1920 e 30, pensamos quase que imediatamente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), na Associação Brasileira de Educação (1924) e no chamado escolanovismo. Entretanto, outras ações mobilizavam a sociedade desde fins do Império e, sobretudo, na Primeira República e na Era Vargas e acabaram ficando de fora das reflexões feitas pela historiografia sobre educação no Brasil daqueles tempos.

Esse é o caso da Cruzada Nacional de Educação, que teve início em 1932, mobilizando a sociedade brasileira na construção de escolas primárias para a alfabetização da população, contando com apoio da imprensa escrita e radiofônica. As ações da Cruzada são pouco pesquisadas pela historiografia da educação, mas as notícias sobre o movimento ganharam as páginas dos principais periódicos do Rio de Janeiro nos anos de 1930.

Os intelectuais que atuavam na Cruzada eram médicos, jornalistas, educadores, advogados, parte de uma *intelligentsia* que tomou para si uma missão regeneradora da sociedade brasileira. Ao longo da década de 1930, mantiveram uma relação direta com o Estado, defendendo seu papel de interferir, contribuir ou liderar a organização nacional. Traçar os itinerários desses intelectuais pode ser um caminho interessante para compreender o que foi a Cruzada Nacional de Educação e de que maneira realizou sua campanha de combate ao analfabetismo.

Neste trabalho, nosso objetivo é identificar parte dos principais intelectuais envolvidos nas ações da Cruzada Nacional de Educação em sua fundação e na realização de uma campanha financeira durante a 1ª Semana de Alfabetização em 1933. Identificar quem era essa elite intelectual é também compreender o ambiente intelectual dos anos

[615]Doutoranda do PPGHS-UERJ, ingresso no ano 2024, projeto: "Entre entusiasmos, otimismos e esquecimentos: a Cruzada Nacional de Educação e o combate ao analfabetismo nas décadas de 1930 e 1940", sob orientação do Dr. Luís Reznik, bolsista: CAPES.

1930, os projetos em disputa e a relação estabelecida com o Estado. Por fim, é importante buscar compreender as razões pelas quais a Cruzada Nacional de Educação ficou esquecida pela historiografia.

Quem eram os membros da Cruzada Nacional de Educação?

> "O problema do analfabetismo excede na sua gravidade a todos os mais problemas (sic) do Brasil. A renovação da Pátria sem a remoção desse tremendo obstáculo é uma utopia. Nós abaixo assinados numa tentativa honesta de auxiliar o governo provisório, seriamente empenhado nesta benemérita campanha, resolvemos fundar a Cruzada Nacional de Educação, cujo alvo inicial é abrir uma escola de alfabetização e educação em cada município do Brasil. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1932. - Francisco Campos, Pedro Ernesto, Belisário Penna, Gustavo Armbrust, Isabel Cunha, Americo Silvado, J.A. de Mattos Pimenta, M. Paulo Filho, Roberto Marinho, Herbert Moses, Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Bittencourt, Frederico Barata, Anisio Teixeira, Isaias Alvez, Virgilio Antonio de Carvalho, Celina Padilha, Mario Góes, Domingos de Góes Filho". (CRUZADA Nacional de Educação 1932, p.2.)

Em 1932, essa notícia foi publicada em alguns dos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro. Destaque para alguns signatários, intelectuais envolvidos há tempos nos grandes debates nacionais: Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde; Pedro Ernesto, Prefeito do Distrito Federal; Belisário Penna, médico sanitarista atuante na Liga Pró-Saneamento do Brasil e Ministro da Educação interino após afastamento de Francisco Campos; e Anísio Teixeira, um dos "cardeais" da Escola Nova, que esteve na Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal entre 1931 e 1935. Gustavo Armbrust foi idealizador e presidente da referida Cruzada. Celina Padilha era educadora vinculada ao movimento escolanovista e defensora da emancipação feminina. Os demais signatários eram, em sua maioria, jornalistas. Dentre estes, destacamos Roberto Marinho, do Jornal O Globo; Paulo Bittencourt, proprietário do Correio da Manhã; Frederico Barata, diretor do vespertino Diário da Noite; e Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) de 1931 a 1964.

Como chave de análise dos envolvidos nas ações da Cruzada entre os anos de 1932 e 1933, podemos definir que havia aqueles que atuavam na diretoria da Cruzada de forma mais intensa e os que apoiavam a causa. Além disso, em 1933, especificamente, um grupo atuou na realização da 1ª Semana de Alfabetização, que analisaremos de forma separada adiante.

A Cruzada Nacional de Educação foi idealizada e presidida desde sua fundação pelo Dr. Gustavo Armbrust. Médico e membro da Igreja Presbiteriana, Armbrust esteve à frente do movimento até a década de 1950, quando veio a falecer. A sessão solene de inauguração dos trabalhos da instituição ocorreu no edifício do Ministério da Educação e

Saúde Pública (MESP) em fevereiro de 1932. Além de Armbrust, a 1ª Diretoria eleita era composta por: Isabel Cunha, professora atuante no Sindicato dos Trabalhadores de Ensino do Rio de Janeiro, no Centro dos Professores Noturnos, na Liga Anticlerical e na Coligação Nacional Pró Estado Leigo; Américo Silvado, Almirante da Marinha, membro do Conselho Nacional de Educação (1931-32); Francisco de Oliveira Passos, industrial, presidente do Centro Industrial do Brasil e da Federação Industrial; e Alberto Teixeira Boavista, diretor do Banco Boavista e do Banco do Brasil, membro do Rotary Club do Rio de Janeiro e presidente da Associação Bancária do Rio de Janeiro (CRUZADA Nacional de Educação [...] 1932, p. 3).

Herbert Moses, advogado e jornalista, participou da fundação dos jornais A Noite e O Globo e permaneceu na presidência da ABI por 33 anos. Moses esteve atuante na Cruzada desde sua fundação fazendo parte de sua Comissão de Honra e, posteriormente, de sua Comissão Executiva. Eram atuantes ainda Luiz Sobral Pinto, professor, médico escolar, foi um dos fundadores da Sociedade Carioca de Educação em 1932 e nomeado Superintendente de Ensino da Cruzada Nacional de Educação; Renato Pacheco, presidente da Confederação Brasileira de Desportos; Christovam de Camargo, jornalista, poeta e escritor, publicou em 1932 o livro "O grave problema da instrução popular no Brasil"; Alberto Rosenwald, diretor da Fox Films no Brasil; Barão de Saavedra, banqueiro, diretor do Banco Boavista e do Banco do Brasil, foi Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro; Conde Pereira Pacheco, nome de destaque entre os industriais e os católicos, foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Rodrigo Octavio Filho era advogado e foi diretor do Rotary Club do Rio de Janeiro; Dr. Domingos de Góes Filho era médico e professor da Faculdade de Medicina; José Augusto de Mattos Pimenta era jornalista e participou junto com Miguel Couto de um movimento idealizado pelo Rotary Club denominado "Cruzada Contra o Analfabetismo" em 1930 que tinha como objetivo a decretação da obrigatoriedade do ensino primário no Distrito Federal; e M. Paulo Filho, membro da ABI e diretor do jornal Correio da Manhã.

Além desse grupo mais ativo, havia os que, pelo que se noticiava sobre a Cruzada Nacional de Educação, apoiavam sua atuação. O Ministro da Educação era presidente de honra da Cruzada. Assim, em 1932, o nome de Francisco Campos aparece entre os que assinam a notícia de fundação. Campos esteve à frente do MESP até setembro de 1932. Em 1933, o presidente de honra era o então Ministro da Educação Washington Pires, passando a presidência de honra à Gustavo Capanema a partir de 1934. Constam ainda

como signatários da fundação o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, que tinha como colaboradores na Direção de Instrução Pública, neste momento, Anísio Teixeira e Isaías Alvez. Seus nomes aparecem nas notícias que mencionam a instalação da Cruzada, mas não há registros de uma atuação efetiva nas ações empreendidas.

A participação de membros dos governos e suas esposas na Cruzada era uma constante. Em 1933, compunham a comissão de honra como presidente e vice-presidente, respectivamente, a senhora Getúlio Vargas e a senhora Oswaldo Aranha, então Ministro da Fazenda. Eram membros titulares Augusto Ignácio E. Santo Cardoso, Ministro da Guerra; Protógenes Guimarães, Ministro da Marinha; Pedro Ernesto, Interventor Federal no Distrito Federal e general Manoel Rabello. Chamam a atenção entre os titulares em 1933 os nomes de Miguel Couto, Presidente da Academia Nacional de Medicina; Fernando Magalhães, reitor da Universidade do Rio de Janeiro; Raul Leitão da Cunha, diretor da Faculdade de Medicina; Gustavo Barroso, presidente da ABL; Arthur. de Souza Costa, presidente do Banco do Brasil (1931-1934) e, posteriormente, Ministro da Fazenda de Vargas; Serafim Vallandro, presidente da Associação Comercial; Guilherme Guinle, presidente da Cia Docas de Santos; Octávio Guinle, presidente do Touring Club e Carlos Rohr, presidente do Rotary Club e o magistrado Octavio Kelly (SALVEMOS o Brasil [...] 1933, p.2).

A 1ª Semana de Alfabetização: entusiasmo e ação.

Entre os dias 18 e 26 de abril de 1933 a Cruzada Nacional de Educação realizou a 1ª Semana de Alfabetização, com o objetivo de promover uma campanha financeira para a instalação de 50 escolas de emergência para crianças que não conseguiram se matricular por falta de vagas nas escolas do Distrito Federal (CRUZADA Nacional de Educação [...] 1933, p.3). A campanha contou com propaganda da Semana de Alfabetização na Rádio Club, na Rádio Educadora, na Rádio Philips e na Mayrink Veiga (A CAMPANHA da Alphabetização [...] 1933, p.3).

A Comissão Executiva do evento era formada por: Miguel Couto (Presidente); Fernando Magalhães (vice-presidente); Conde Pereira Carneiro (vice-presidente); membros: Almirante Hugo de Roure Mariz (chefe do Estado maior da Armada); General Andrade Neves (chefe do Estado maior do Exército); Conde Dias Garcia; Dr. Raul Leitão da Cunha; Dr. Mario de Oliveira; Dr. Henrique Lage; Dr. Carlos Rohr; Dr. Renato Pacheco; Dr. Pedro Magalhães Corrêa; Barão de Saavedra, tesoureiro; e Pedro Campello, diretor técnico da campanha financeira (A SEMANA da Alfabetização 1933, p.1).

O evento que deu início à Semana de Alfabetização foi um banquete para 200 convidados. Neste evento, o jornalista Porto da Silveira leu telegrama do Ministro da Educação Washington Ferreira Pires que, justificava sua ausência e saudava com gratidão "os cruzados de uma cruzada nova em busca de felicidade para os brasileiros de amanhã". Em nome do Presidente Getúlio Vargas, o ministro aceitava a colaboração da Cruzada para que "o brasileiro de amanhã, sadio de corpo e espírito, possa ler a história gloriosa do Brasil" (CRUZADA Nacional de Educação [...] 1933, p.3).

A campanha empreendida durante a Semana de Alfabetização foi organizada com a criação de 20 grupos que tinham a missão de realizar visitas a bancos e empresas comerciais e industriais para arrecadar contribuições financeiras. Esses grupos foram distribuídos da seguinte forma: Grupo 1: Marinha Nacional, Grupo 2: Jockey Club, Grupo 3: Professorado Primário, Grupo 4: colônia portuguesa, Grupo 5: Rotary Club, Grupo 6: A. Funcionários do Comércio, Grupo 7: Exército Nacional, Grupo 8: Associação Universitária, Grupo 9: Associação Comercial, Grupo 10: Professorado Secundário, Grupo 11: Corpo de Bombeiros, Grupo 12: Polícia Militar, Grupo 13: Federação Nacional das Sociedades de Educação, Grupo 14: Voluntários, Grupo 15: União dos Empregados no Comércio, Grupo 16: Desportos, Grupo 17: Cruzeiro, Grupo 18: Associação Comercial do Mercado Municipal, Grupo 19: Club de Engenharia, Grupo 20: Comércio atacadista (CRUZADA Nacional de Educação [...] 1933, p.11).

Os eventos de encerramento da campanha contaram com jantar no Palace Hotel, apresentação da comédia "O rei dá reclame", de Ruy Castro, no Teatro Municipal e baile no Club Botafogo. Pretendia-se arrecadar, pelo menos, 300 contos durante a Semana de Alfabetização. Como o total de donativos angariados era de 211 contos na data prevista de encerramento, a campanha permaneceu aberta por mais alguns dias. Os grupos que mais angariaram doações foram os Grupos 4 e 17. (O ENCERRAMENTO da campanha [...] 1933, p.3).

Em documento encaminhado por Gustavo Armbrust à Comissão Nacional do Ensino Primário em 1939, consta a informação de que, ao longo do ano de 1933, a Cruzada Nacional de Educação possuía 42 escolas com 1.840 crianças (SARMENTO 1939, p. 3).

A Cruzada Nacional de Educação e o ambiente intelectual dos anos 1930

Conforme buscamos evidenciar até aqui, a Cruzada Nacional de Educação visava mobilizar diversos setores da sociedade na possibilidade de abrir escolas primárias, além

de promover, anualmente, a Semana da Alfabetização, conforme previsto no decreto 21.731 de 15 de agosto de 1932 que a considerava de utilidade pública (CARVALHO BICA; CORSETTI 2011). O decreta afirmava que "a alfabetização de um povo constitui o elemento básico para a solução de todos os problemas político-sociais da respectiva nacionalidade" e que a instituição "muito poderá concorrer para a difusão do ensino, agindo de modo direto ou indireto perante as autoridades governamentais e os núcleos populosos do país" (BRASIL 1932). A campanha teve início no Distrito Federal, mas a Cruzada Nacional de Educação atuava para alcançar todo o país contando com apoio dos interventores federais. Em 1935, o movimento organizou o I Congresso Nacional Contra o Analfabetismo. Em 1938, Gustavo Armbrust, presidente da Cruzada, foi escolhido pelo Ministério da Educação como membro da Comissão Nacional de Ensino Primário juntamente com Major Euclides Sarmento, Everardo Backheuser, Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima, Manoel Bergstrom Lourenço Filho e professora dona Maria dos Reis Campos (QUADROS; MACHADO 2015)

Para compreender a Cruzada Nacional de Educação, seus objetivos e sua atuação, precisamos analisar o papel dos intelectuais no Brasil dos anos 1930. Os envolvidos com a Cruzada Nacional de Educação eram de grupos diversos. Porém, em sua maioria, eram representantes da elite do Distrito Federal e do país. Esses intelectuais reivindicavam para si a "missão" de tirar o Brasil do atraso e colocá-lo nos rumos da modernidade.

Sabemos que as elites intelectuais marcaram presença nos momentos de mudanças históricas e/ou crises no Brasil. Assim ocorreu no início do Império, na Primeira República, na Revolução de 1930 e no Estado Novo. Nesses momentos de inflexão, os intelectuais tomam para si a missão de "pensar" a nação e seus rumos, atuando como críticos da realidade nacional e tomando consciência de uma missão regeneradora na e da sociedade brasileira. Diante do "atraso" do país, clamavam por mudanças e objetivavam construir uma nação moderna, diante de uma república que estava longe de ser a que sonhavam ou idealizavam.

Para Martins (1987), uma *intelligentsia* se constitui no Brasil no início dos anos 1920 e, já neste contexto, a nação era a grande preocupação. Nesse sentido, a educação do povo associada à nação que se deseja construir se tornará central nas preocupações dos intelectuais dos anos 1920 e 1930. O autor identifica dois tipos distintos de intelectuais: de um lado o homem ilustrado, bacharel, doutor, com confortável condição social, representante da "cultura ornamental" que a ele concedia estatuto social; do outro lado estavam aqueles vinculados à criação literária, às experiências científicas, ao "jornalismo

literário mais sofisticado, à discussão dos problemas existenciais e à busca angustiada de uma explicação da especificidade desta sociedade contraditória" (MARTINS 1987, p.74). Seriam esses últimos os intelectuais "criadores" e "criativos" que viviam um sentimento de isolamento uma vez que se viam diante de um país de analfabetos.

As transformações do contexto dos anos 1920/30 revelariam o esboço do processo de constituição de uma sociedade civil e a *intelligentsia* brasileira desempenharia papel importante na articulação entre esse processo e a expansão do papel do Estado. A busca por uma ponte entre a modernidade e a modernização do país coloca essa *intelligentsia* em relação direta com o Estado. Tratava-se de uma *intelligentsia* dotada de um sentido de missão, uma esperança relegada a um futuro que é impreciso (MARTINS 1987). As ações da Cruzada Nacional de Educação são interessantes nesse sentido, pois ao mesmo tempo que buscam mobilizar a sociedade civil em "gestação", buscam também o apoio do Estado. Seus objetivos estão vinculados a essa "missão" redentora da Nação, uma missão que é também ação, uma vez que precisava se concretizar na fundação de escolas primárias.

Ainda sobre a relação entre os intelectuais e o Estado, ao definir as características da "geração dos anos 1920-40", Daniel Pécaut (1990) destaca uma politização desse conjunto de intelectuais que reclamava para si próprios a autoridade, perante o Estado, para executar a missão política de forjar a "consciência nacional" e promover a "organização social". Essa geração se via confrontada com uma república que não se mostrara capaz de construir a nação. Para o autor, a participação desses intelectuais na organização do regime de 1930 foi uma reivindicação explícita.

O que fica evidente é que, a partir da década de 1930, os intelectuais direcionam sua atuação para o âmbito do Estado que passaria a ser sistematicamente a representação da ideia de nação. Martins (1987) destaca que, a partir daí, um processo de "modernização conservadora" se acelera, porém isso não surge de conflitos no interior de uma "sociedade civil" já constituída e sim através de um processo dirigido pelo Estado. Mas será que não havia conflitos entre os intelectuais? Certamente sim.

As ideias e projetos escolanovistas representados, sobretudo, pela Associação Brasileira de Educação (ABE) tiveram papel determinante na construção da educação no pós-1930, porém tais ideias e projetos não eram únicos como podemos observar. Outras organizações sociais e instituições tiveram destaque no debate sobre a educação e, sobretudo, sobre o analfabetismo.

Ao longo dos anos 1930, o tema da educação movimentou diferentes forças da sociedade civil e do Estado, esses variados atores e estratégias discursivas entraram em disputa. Horta (2012) destaca, nesse sentido, a atuação dos militares, da Igreja, dos educadores e do próprio Estado. Este último, aproveitando-se das divergências existentes, procuraria colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária. As tensões e disputas que se estabelecem entre os intelectuais brasileiros evidenciam grupos e projetos heterogêneos que seriam capitaneados por Getúlio Vargas e sua equipe.

Nesse contexto, as discussões e propostas na ABE evidenciam a crescente polarização entre os católicos e os liberais, adeptos do escolanovismo, que defendiam uma escola pública, universal e gratuita. As divergências se dariam, sobretudo, em razão da defesa de um ensino laico pelos últimos. Disputas internas dentro da ABE revelam projetos distintos em relação à educação e às formas de atuação daquela instituição que atuava na construção de um discurso que se queria hegemônico. Esse discurso ofuscava propostas divergentes que refletiam disputas não apenas endógenas à ABE, mas que estavam presentes também na sociedade.

Norberto Bobbio (1997), nos alerta sobre o perigo de generalizações ao se tratar os intelectuais como se fossem uma categoria homogênea. O autor faz uma distinção dos intelectuais em dois tipos: os ideólogos e os expertos (BOBBIO 1997, p.71). Tal distinção está atrelada à função que o intelectual exerce na dimensão política, como criadores ou transmissores de ideias relevantes. Os ideólogos são os promotores de consenso, são os que oferecem "princípios-guia", valores, ideias que justificam/legitimam a ação. Os expertos os que fornecem "conhecimento-meio", é o técnico portador de conhecimentos específicos que indica o conhecimento mais adequado para se alcançar determinado fim. Bobbio define o ideólogo como um manipulador de ideias e o experto como um manipulador de dados (BOBBIO 1997, p.75).

No contexto dos anos 1930 é possível identificar tanto ideólogos quanto expertos. Se pensarmos no grupo de intelectuais vinculado à Cruzada Nacional de Educação, Francisco Campos pode, sem dúvidas, ser definido como ideólogo. Já Gustavo Armbrust, por exemplo, poderia representar o grupo dos expertos. E o governo Vargas fará uso de ambos os tipos.

A ausência de um lugar para a Cruzada Nacional de Educação

São poucos os trabalhos que se dedicam ou mencionam a Cruzada Nacional de Educação. Pouco se sabe ou se lembra de suas ações e dos que nela atuaram, apesar das

constantes notícias sobre ela nos periódicos na época. A presente pesquisa se baseia, principalmente, nessas notícias, pois não localizamos um fundo ou um arquivo específico com documentos da instituição. Por que não há um lugar na memória nacional para esse movimento? Porque essas memórias ficaram "perdidas", sendo mantidas de fora do trabalho de enquadramento de memória do contexto em questão?

Pollak (1989), identifica a memória nacional como a forma mais completa de memória coletiva. Mas nem todas as memórias coletivas se integram à memória nacional, que é objeto de disputa. Como a sociedade é composta por múltiplas memórias, algo será silenciado e, portanto, esquecido ao realizar o enquadramento de uma memória nacional.

Pierre Nora (1993) traz importante contribuição à discussão sobre o conceito de memória ao identificar os "lugares de memória". Tais lugares "nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações […] porque essas operações não são naturais" (NORA 1993, p.13). Podemos entender os "lugares de memória" como os suportes materiais para essa narrativa específica sobre o passado que é a memória. São os "restos", os vestígios que se fazem guardar de forma intencional, uma vez que para que existam lugares de memória é preciso ter "vontade de memória" (NORA 1993, p. 22).

Sendo a memória um fenômeno construído e que é objeto de disputas e jogos de poder, é importante analisarmos a estreita relação que existe entre a memória e a identidade. Numa relação dialética, memória e identidade se nutrem mutuamente, "se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa" (CANDAU 2012, p.16). A memória é elemento fundador essencial da identidade e funciona como seu combustível ao longo do tempo.

Não há dúvidas de que intelectuais ligados ao movimento escolanovista reivindicavam para si uma memória. E essa reinvindicação está diretamente relacionada à construção da identidade desse grupo. Candau afirma que "o esquecimento não é só uma fragilidade da memória [...] Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios" (CANDAU 2012, p. 127). A escrita – historiográfica, inclusive – é auxiliar da "memória forte" pois ela reforça o sentimento de pertencimento a um grupo.

A memória forte que temos da educação na Era Vargas é a que foi construída pelos intelectuais vinculados à Escola Nova e isso está relacionada à construção da identidade desse grupo que se contrapunha às ações tidas como conservadoras, tradicionais e "aligeiradas" como as campanhas de alfabetização. Memória, identidade e

esquecimento são processos interligados. A relação entre esses três aspectos pode nos ajudar a entender a ausência de um lugar para a Cruzada Nacional de Educação na história.

Considerações finais

A Cruzada Nacional de Educação evidencia que houve grande mobilização social em torno de campanhas pela alfabetização no Brasil dos anos 1930. Nessa mobilização, os intelectuais que participam da Cruzada têm protagonismo, atuando como mediadores, formadores de opinião e homens de ação junto à sociedade, engajados na causa da educação como "missão" regeneradora da nação.

O governo Vargas fará uso desse entusiasmo, apoiando as iniciativas da Cruzada. Assim, o movimento se vincula, mesmo que indiretamente, ao governo estabelecido, funcionando como um de seus "braços" junto à sociedade. Esses intelectuais eram homens da ação e faziam uso da imprensa escrita e radiofônica para divulgar seus propósitos, angariar fundos e construir escolas. São parte da elite intelectual que já reivindicava para si a missão de construir a nação desde os anos 1910/20 e que permanece em ação nos anos 1930/40.

Com a chegada de Vargas, o Estado toma a dianteira do processo de "construção" da nação e, para isso, vai cooptar intelectuais tanto para legitimar as ações do Estado quanto para engajar a sociedade nas grandes causas nacionais. Tal intelectualidade não é homogênea e apresenta projetos diversos que entram em disputa. Essas disputas e jogos de poder vão constituir as memórias que se quis guardar sobre a educação e o analfabetismo durante os governos Vargas. No trabalho de enquadramento da memória, a Cruzada Nacional de Educação ficou de fora. Porém, memórias e conhecimento histórico não são categorias congeladas, são processos e estão em constante construção.

Referências:

A CAMPANHA da Alphabetização. Será recebida hoje, no Palácio Rio Negro, a comissão executiva da Cruzada de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.11764, p. 3, abr. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=16020. Acesso em: 13 ago. 2024.

A SEMANA da Alfabetização. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11762, p.1, abr. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=15974. Acesso em: 13 ago. 2024.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporâne***a**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BRASIL. Decreto n. 21.731, de 15 de agosto de 1932. Considera de utilidade pública a Cruzada Nacional de Educação, com sede nesta Capital. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 15826, 18 ago. 1932. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21731-15-agosto-1932-559899-publicacaooriginal-82350-pe.html. Acesso em: 13 ago. 2024.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO BICA, Alessandro; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. *História da Educação* (UFPel), Pelotas, v.15, p. 170-180, 2011.

CRUZADA Nacional de Educação. O início da Semana de Alphabetisação. O programa da grande campanha e uma festa de cordialidade. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.11770, p.3, abr. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=16120. Acesso em: 13 ago. 2024.

CRUZADA Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.11383, p. 2, jan. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=%22Cruzada%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=10211. Acesso em: 13 ago. 2024.

CRUZADA Nacional de Educação. Inauguraram-se hontem, em sessão solene, os trabalhos dessa instituição. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11395, p.2, fev. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=10392. Acesso em: 13 ago. 2024.

CRUZADA Nacional de Educação. "A Semana da Alphabetisação". O jantar de abertura da Campanha. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, ed.00091, p. 11, abr. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=%22semana%20de%20alphabetisa%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=32164. Acesso em: 13 ago. 2024.

HORTA, José Silvério Baia. *O hino, o sermão e a ordem do di***a**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MARTINS, Luciano. "A gênese de uma Intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Número 4, vol.2, junho de 1987, pp. 65-87.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993.

O ENCERRAMENTO da campanha promovida pela Cruzada Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11781, p.3, abr. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=16288. Acesso em: 13 ago. 2024.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Gustavo Capanema: criação da Comissão Nacional de Ensino Primário. *Educação* (UFSM), v.40, p. 413-424, 2015.

SALVEMOS o Brasil do Analphabetismo. Patriótico manifesto da Cruzada Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *A Noite*, ed. 07651, p.2, mar. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=12080. Acesso em: 14 ago. 2024.

SARMENTO, Euclides. A Cruzada Nacional de Educação. Apreciação da Comissão Nacional do Ensino Primário. Rio de Janeiro, INEP, 1939. Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/uploads/r/instituto-nacional-de-estudos-e-pesquisas-educacionais-anisio-teixeira-t-2/0/d/3/0d32b9f17c56ece25acc0c1466b94559f3a1c696389bda7aaa5ad3c965cb52fc/CODI-UNIPER_m0108p01_InformacoesSobreCruzadaNacionalDeEducacao_1939.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

Carnaval de Congo de Máscaras em Roda D'Água: Identidade, cultura, memória, patrimônio e desenvolvimento local

Vinícius de Aguiar Caloti[616]
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Bolsista CAPES

Delimitação do tema

No cair da tarde, ao chegar-se em um vale cercado de altos morros arborizados e repletos de bananeiras, no Município de Cariacica/ES, pode-se ouvir de longe o ecoar de polifônicas vozes que entoam cantigas e são acompanhadas pelo som grave de tambores e pela sonoridade estridente da casaca, entrecortados pelo ronco grave da cuíca, afigurando-se um ritmo contagiante que nos parece repercutir nas batidas do coração.

Eis a melodia das bandas de congo, uma importante referência cultural das comunidades tradicionais que vivem em uma localidade denominada Roda d'Água. Refiro-me ao que os entrevistados, numa abordagem etnográfica, afirmam ser uma tradição que guarda diversos elementos das culturas afro-brasileiras, indígena e portuguesa, formando uma referência com fortes entrecruzamentos híbridos (HALL, 2004; HANNERZ, 1997). Entretanto, do ponto de vista dos indagados até o momento, o congo pode ser interpretado como um sinal diacrítico (BARTH, 2000) ou negativo fotográfico das identidades afro-brasileira e afro-capixaba, sem desconsiderar a perspectiva da interação social com os demais segmentos etno-culturais formadores do processo civilizatório brasileiro (SANTOS, 2013).

O território de Roda d'Água abrange uma franja de terras, que vai do Bairro Piranema até a localidade chamada Encantado, apresentando dez bandas de congo, que se contabilizam entre bandas adultas e mirins. Em sua maioria, formadas por homens e mulheres descendentes de escravizados que nasceram naquela região ou para lá se mudaram, exercendo várias atividades econômicas para a sobrevivência, em geral, trabalhos subalternos. As bandas se nucleiam em uma associação - a Associação das Bandas de Congo de Cariacica (ABCC-ES), organizando variadas festas no decorrer do ano, tendo como ponto máximo, o Carnaval de Congo de Máscaras, realizado oito dias

[616] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2024. O trabalho em questão se compendia ao pré-projeto de ingresso no PPGHS, sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes, bolsista: CAPES.

após o domingo de Páscoa e, portanto, com uma data móvel, seguindo o calendário católico, em homenagem à Nossa Senhora da Penha, padroeira do Estado do Espírito e com grande reverência a São Benedito, o "santo dos pretos", "irmoneiro" e padroeiro, consoante a tradição nagô, que concebe cada indivíduo como descendente de uma linhagem de Orixás (LYRA, 1981). Aliás, duas das bandas de congo levam o nome do santo, a saber, "São Benedito de Boa Vista" e "São Benedito de Piranema".

Uma festa cuja origem guarda relação com os "escravos fugidos" da circunrregião, há mais de 120 anos, podendo ser caracterizada por um auto de fé, tradição e alegria, assinalada por um catolicismo popular sincrético com as religiões de matriz africanas, de modo a abranger um público que gira em torno de até trinta mil pessoas, advindas de várias partes do Estado. Em epítome, o Carnaval de Congo de Máscaras inicia-se com uma procissão, tendo sob o andor, a Santa sempre muito bem arrumada. A caminhada é acompanhada durante todo o tempo, pelos integrantes das bandas de congo e por brincantes mascarados, inclusive travestidos do personagem mítico João Bananeira, culminando com uma "missa congueira", identicamente secundada pelos batuques das bandas de congo e finalizando-se com um momento solene da reza da Ave Maria. As músicas entoadas pelas referidas bandas se remetem a temáticas históricas, tais como a guerra do Paraguai, a cantigas mais politizadas de caráter abolicionista e antirracista, contudo predominando composições que guardam relação com temas da vida quotidiana imediata, assim como: o amor, a morte, o mar e com experiências de fé popular mediatas, tais quais: "Iaiá, você vai a Penha? Me leva, oh! Me leva".

Ainda sobre a origem popular e negra do Congo de Roda D'Água, em entrevistas realizadas com Mestre Itagibe, liderança carismática da banda de congo que leva o seu próprio nome na região, interpelou-se sobre a origem do festejo do Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água, obtendo-se a seguinte resposta:

> [...] o relato que se fala no passado é [que] os escravos fugiram da rebelião que houve no navio na costa capixaba, então uns se esconderam em Queimados e depois pegaram as cabeceiras de Roda d'Água (FERREIRA, 2022).

Ou seja, o relato acima transcrito concerne a dois fatos históricos que se presentificam em outras várias narrativas, quais sejam, o naufrágio no navio Palermo, que engendrou as festas de puxada e fincada de mastro e a Insurreição de Queimado em 1849, relembradas todos os anos no dia 19 de março, em frente ao sítio arqueológico e histórico da Igreja de São José de Queimado, no Município de Serra/ES (SANTOS, 2011). Para Quintino (2018), os ritos de puxada e fincada do mastro singularizam o congo capixaba,

em relação àqueles dos demais estados, tornando-o *sui generis*. Maciel (1992, p.42-47) observa que negros insurretos em Queimado articularam-se com escravizados de variadas localidades, dentre as quais, Cariacica. Os estudos de Oliveira (2005) ponderam sobre a existência de refugiados de Queimado na região de Retiro, em Santa Leopoldina/ES, enquanto Santos (2011) partindo dessas fontes, obtempera acerca da grande possibilidade de existência duma rota de fuga de Queimado para Roda d'Água, perpassando por Retiro.

Nesta pesquisa, pretende-se analisar as estruturas do rito festivo do Carnaval de Congo e Máscaras, no território étnico de Roda D'água, Cariacica/ES, procurando-se compreender a importância deste patrimônio cultural de natureza imaterial na construção da identidade, história, memória social e tradição cultural do município de Cariacica. Da mesma forma, desejamos entender a importância da articulação das bandas de congo, inclusive por meio da Associação das Bandas de Congo de Cariacica (ABCC-ES) na construção dessa celebração, observando-se as relações sociais e interações entre Estado (Prefeitura de Cariacica), sociedade civil (enfaticamente ABCC-ES) e patrimônio. Analisar as relações de poder e a função social e simbólica dos significados dos "jogos de máscaras" ou "jogos de semblantes", que subjazem uma "política do semblante" na compreensão das estruturas do rito, tendo em vista a hipótese de que as máscaras neste "território negro" (ROLNIK, 1989; OLIVEIRA, 2005) destituíam hierarquias e apagavam as diferenças entre negros alforriados, escravizados e "fugidos".

Compreender a importância da personagem mitológica "Zé Bananeira", segundo os congueiros ou "João Bananeira", presente no "imaginário social" (CASTORIADIS, 1995) do munícipe de Cariacica, inclusive emprestando o seu nome à lei de incentivo cultural dessa cidade. A princípio, a figura de João Bananeira guarda relação com uma personagem criada por um proprietário fundiário e senhor de escravizados, quem confeccionou uma fantasia com folhas de bananeiras, carro chefe da economia rural local, com vistas a passar despercebido nos festejos de negros, no século XIX, sendo posteriormente descoberto. Afinal, como um caso particular de alteridade se torna um personagem mitológico, inscrito no imaginário social, identidade e tradição cultural do município, presentificando-se em todos os Carnavais de Congo e demais manifestações culturais citadinas? Finalmente, ansiamos averiguar como a institucionalização desse patrimônio, por meio do instrumento de registro, após 2014, fomentou/fomenta o desenvolvimento local, enquanto "fato social total" (MAUSS, 1974) no microterritório de Roda D'Água, ou mesmo, da macrorregião cariaciquense? Eis algumas hipóteses e perguntas que essa pesquisa procurará responder no decurso de nossas investigações.

Justificativa

O congo representa um dos mais significativos e disseminados símbolos da cultura capixaba, estando presente em muitas outras manifestações culturais. Inclusive, foi o primeiro patrimônio cultural de natureza imaterial registrado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, em 2014. Todavia, representa uma temática pouco explorada como referência cultural das comunidades negras existentes neste Estado. Integrantes da Comissão Espírito-Santense de Folclore afirmam que diversos municípios capixabas apresentam bandas de congo, sendo a Região de Roda D'Água (Cariacica/ES) configurada como um dos importantes redutos dessa referência cultural, abrigando uma das maiores festas de congo capixabas que, nalguns momentos, conforme enfatizamos, reuniu até trinta mil pessoas.

Do mesmo modo, o congo se tornou um bem cultural muito presente em muitos trabalhos artísticos nas esferas do cinema, música, artes plásticas, teatro, *et al* – sequiosos por aglutinar a cultura capixaba em seus produtos ou "mercadorias culturais", outrossim incrementando "valores de uso" e de "troca" às mesmas, ao engendrar um forte apelo comercial baseado no "sentimento", ou melhor, na "alma" e na "identidade cultural" capixabas. Diversos grupos musicais se projetaram no cenário capixaba e nacional lançando mão do ritmo do congo (BRAVIN, 2008; CARVALHO, 2004; SANTOS, 2013). Como exemplos, Martinho da Vila, em seu disco *O Canto das Lavadeiras* (1989), fez uma gravação de uma música tradicional do congo, a cantiga "Madalena do Jucu", posteriormente (re)gravada por diversos(as) cantores(as), que obteve sucesso nacional e internacional, assim como o robô *Spirit* que, ao aterrissar no Planeta Marte, em 2004, após ser transportado pela sonda *Perseverance*, foi acordado pela música *Da da da* (2001) da banda Casaca, um grupo musical regional que mescla pop-rock, reggae e congo, projetando o congo capixaba.

Esta pesquisa exsurge da constatação de que não se conhece o congo capixaba de maneira proporcional à sua importância, sobretudo o congo produzido no território étnico de Roda d'Água, na cidade de Cariacica/ES, havendo exíguos trabalhos acadêmicos sobre o mesmo. Pretende-se analisar as estruturas sociais desse rito celebrativo, procurando-se compreender a importância de tal patrimônio na formação da identidade, cultura, tradição, memória social e história do município de Cariacica, inclusive as relações entre Estado, sociedade civil e patrimônio na produção do desenvolvimento regional.

De mais a mais, os elementos presentes no congo confeccionam “uma teia”, na acepção concebida por Geertz (1974), onde padrões de signos trabalham interativamente, de forma a construir um universo cultural. Teia que vem sendo entretecida por variados atores sociais situados em distintos momentos históricos e na qual estão inseridas diversas outras referências culturais de matriz africana. Estudar essa teia é fundamental para que se possa compreender um pouco mais sobre os descendentes de africanos no Brasil e no Espírito Santo, pois a sua produção cultural constitui uma das matrizes formadoras da civilização brasileira e do povo capixaba.

Finalmente, acreditamos que a linha de pesquisa Territórios, Identidades e Representações do Programa de Pós-Graduação em História Social seja a mais adequada para a investigação do objeto de pesquisa em questão, em razão da indiscernível relação entre o congo e o território de Roda D’água, um território negro que configura uma comunidade imaginada pelos congueiros, sendo recortado por histórias de vida e histórias de famílias, ensejando uma abordagem da micro-história comunitária que se apresenta (de)marcada por vivências de fé, tradição e alegria, (res)significando identidades sócio-culturais e políticas nas interações entre o patrimônio, a sociedade civil e o Estado e, por conseguinte, influenciando na constituição da territorialidade social.

Objetivos

Objetivo geral

Analisar o rito festivo do Carnaval de Congo de Máscaras, no território de Roda D’água, Cariacica/ES, procurando compreender a importância deste patrimônio cultural de natureza imaterial na construção da identidade, história, memória social e tradição cultural do município de Cariacica, no período de 1993 a 2023.

Objetivos específicos

São objetivos específicos deste projeto: Compreender a importância das bandas de congo na construção do Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D’Água; analisar as relações de poder e a função sóciossimbólica dos “jogos de máscaras” na estrutura do festejo; entender a importância da personagem mítica “João Bananeira” na configuração dessa prática celebrativa; investigar a relação entre o registro deste patrimônio e o desenvolvimento local.

Referencial teórico

Na concepção de Andrade (1959, 1965), o congo é compreendido como uma performance ou uma dança dramática de gênese africana que rememora os costumes e a organização das sociedades africanas. Em relação ao seu aparecimento no Brasil, "haveria um princípio de congadas de negros africanos em Pernambuco, em 1552, quando eles já se congregavam em irmandades de Nossa Senhora do Rosário". Desse modo, as congadas associar-se-iam a "rituais africanos antigos de coroação periódica de seus reis. O congo faria referência a fatos da história africana, como as lutas e embaixadas entre forças de um rei Coriongo e uma rainha Ginga" (BRANDÃO, 1977, p.160-161). Consoante a investigação de Fernandes (1972, p.239-255), em 1706, haveria ocorrido, na Vila de Iguaraçu/PE, pela primeira vez no país, a encenação de um "auto dos Congos".

Ainda na concepção de Fernandes (1972), as congadas seriam autos populares apresentados e representados pela progênie de africanos no Brasil, não apresentando uma origem estritamente africana, uma vez não exercer ações protagônicas nos autos populares dos brancos, amparando-se em caracteres de sua própria cultura. O referido autor também considera que, nas congadas de antanho, tais afrodescendentes apresentavam e representavam conflitos entre forças religiosas antagônicas vigentes entre os mesmos, assim como a muçulmana e a católica.

Nas regiões dos vales do Mangaraí e do Santa Maria, as informações primevas sobre o congo advêm de 1854, muito diverso do que afirma Neves (1980) sobre as bandas de congo formadas por elementos indígenas, reportando-se a um grupo de congo que se apresentou numa festa na Vila São José do Queimado, que abriga um sítio arqueológico e histórico, hodiernamente situado no município de Serra, demarcado por uma série de lutas antiescravagistas e antirracistas (NOVAES, 1968; MACIEL, 1994; SANTOS, 2013). Ano em que, segundo os autores sobrecitados, a Câmara da Vila de Nova Almeida (atual Serra/ES), propôs a Postura nº 3, de 10 de julho de 1854, que foi sancionada pelo Governo Provincial no referido ano, interditando: "ajuntamentos", "batuques" e "danças" de escravizados, razão pela qual as danças de congos no Espírito Santo continuaram a rogar pelo consentimento da polícia, com o intuito de se apresentarem, mesmo após o fim da escravatura (OLIVEIRA, 2018).

A proibição aplicada pela referida Postura nº 3 relacionou-se com a repressão aos ditos "ajuntamentos", festas e organizações de negros e quilombolas, verificando-se, *verbi gratia*, que os batuques, jongos e ladainhas, *a priori* dedicados aos santos dos altares católicos, instrumentalizaram-se como "conteúdos manifestos" (FREUD, 1996) ou

linguagens cifradas que serviram como "conteúdos latentes" (FREUD, 1996) ou espaços de organização das lutas e escárnios desses movimentos negros contra os seus opressores. Curiosamente, os principais símbolos desses rituais de celebração negros, tanto no passado, quanto no presente, são os tambores, que receberam e recebem diversos nomes nas comunidades congueiras capixabas (MARTINS, 2000; OLIVEIRA, 2018).

São denominados "caxambus" nas comunidades negras e quilombolas de Muqui[617], Jerônimo Monteiro e Cachoeiro de Itapemirim (OLIVEIRA, 2006; GUIMARÃES e OLIVEIRA, 2017); "congos", pelos descendentes de africanos escravizados nos vales do Santa Maria da Vitória e do Mangaraí (OLIVEIRA, 2005). Já o termo “tambor” é utilizado para nomear o principal instrumento das bandas de congo de Retiro, em Santa Leopoldina e no território negro de Roda D'Água, em Cariacica (SANTOS, 2011; 2013). Assim sendo, transmitido por cerca de dois séculos entre as comunidades negras e quilombolas em Conceição da Barra e São Matheus, muito utilizado, entre 1816 e 1817, na Fazenda Itaúnas, com o propósito de animar os seus rituais festivos e religiosos (WIED-NEWIED, 1989).

Desde uma perspectiva história, observa-se que os tambores de congo estão imiscuídos nas configurações das constituições de quilombos, servindo como instrumentos de comunicação ao “agenciar enunciados coletivos” (DELEUZE e GUATTARI, 2008), tanto intra os seus integrantes (endogenamente), quanto *inter communitas* (exogenamente), mesmo quando perseguidos, presos e (ou) classificados de *modus* depreciativo como "macumbeiros". Desse modo, na concepção de Oliveira (2018), os principais símbolos dos rituais das bandas de congo, tais como tambores, danças e rezas, também são linguagens indiscerníveis da formação de quilombos.

A princípio, o congo em Roda D’Água apresenta um “regime de signos” (DELEUZE, GUATTARI, 2008) de ordem afetiva e política, já que ser congueiro, na acepção desta comunidade, significa algo muito além de saber tocar instrumentos de percussão, como o tambor e a casaca, mas tornar-se um representante dessa tradição [*griot*], ao contar histórias emocionadas de vida e de famílias, enleadas à comunidade, transmitindo culturalmente saberes vários. Os praticantes da cultura do congo em Roda D'Água (con)fabulam uma autoimagem, concebendo-a como uma "expressão de fé e tradição herdada pelos seus ancestrais”, utilizando-a como sinal diacrítico que demarca os liames entre a comunidade e as demais coletividades.

[617] Todas as cidades e regiões citados neste parágrafo pertencem ao Espírito Santo (ES).

Tudo isso, na contramão da sobrecitada produção de Neves (1980) baseada em relatos de viajantes datados em 1858, 1860, 1880 e 1886, sobretudo nos escritos do Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, quem escreve que o congo capixaba se distingue das demais manifestações congueiras doutras regiões do Brasil, por não teatralizar fatos políticos das realezas africanas e caracterizar-se pela formação de "bandas de índios", reproduzindo teorias racistas e preconceitos morais, ou seja, "racismo epistêmico" (SANTOS e MENESES, 2010) contra os negros em suas relações com os indígenas, ao asseverar que os primeiros haveriam experienciado uma "aculturação" da dança ameríndia, sobre a qual exerciam "ingerências", "contaminando-as", de maneira a folclorizar a cultura negra, operacionalizando uma configuração de ambiguidade ideológica dobremente desfavorável ao negro, *a priori*, ao segmentá-lo de sua cultura e *a posteriori*, ao deformá-lo numa extensão dela (PEREIRA, 1983; OLIVEIRA, 2008).

Ao volvermos à temática do Carnaval de Congo de Máscaras, observamos que a mesma pode ser interpretada como um evento de caráter festivo, ritualístico e atual, ao mesmo tempo que celebra "lugares de memória" (NORA, 1993) em tempos pretéritos, visto os congueiros narrarem emocionadamente as recordações por eles vividas e aquelas "vividas por tabela" (POLLAK, 1992), herdadas por seus ancestrais, que outrora realizavam essa celebração a qual lhes transmitiu, o que delineia o congo como um evento e acontecimento de memória. Por fim, apenas investigando as estruturas sociais desse rito na região, compreenderemos a importância desse patrimônio na formação da memória social, identidade, cultura e tradição cultural do Município de Cariacica, no período 1993-2003.

Hipóteses

Constituem-se como hipóteses deste projeto: a) As máscaras empregadas no Carnaval de Congo de Máscaras, no território étnico de Roda D'Água, destituíam hierarquias e elidiam as diferenças entre negros alforriados, escravizados e "fugidos" no período da escravidão; b) O Carnaval de Congo não acontece, se não houver uma intensa articulação das bandas de congo, por meio da Associação das Bandas de Congo de Cariacica (ABCC) com a Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC). Tal relação entre o patrimônio (congo), a sociedade civil (ABCC) e o Estado influencia nas (re)configurações do patrimônio, nas identidades sócio-culturais dos congueiros e na constituição da territorialidade social de Roda D'Água; c) A institucionalização desse patrimônio, desencadeada após 2014, fomentou e fomenta o desenvolvimento local, enquanto fato

social total no microterritório de Roda D'Água e na macrorregião de Cariacica; d) O rito celebrativo do Carnaval de Congo de Máscaras influenciou e influencia na construção da identidade, história, memória social e tradição cultural do Município de Cariacica.

Metodologia

Basicamente, o percurso metodológico a ser utilizado será dividido em duas etapas, conexas e concomitantes. Efetuaremos uma análise bibliográfica e uma pesquisa documental, enfocando fontes primárias e secundárias, nas bibliotecas, cartórios municipais e arquivos públicos do estado do Espírito Santo e de Cariacica, com o intuito de analisar as produções sobre os congos e congadas, nas esferas nacional, estadual e municipal, compreendendo este movimento como fundamental para a percepção dos elementos que interligam todas as manifestações numa rede de intercâmbios simbólicos, utilizando-se, a princípio, "análise de conteúdo" (BARDIN, 2004), "análise de cobertura jornalística" (SILVA e MAIA, 2011) e "análise documentária" (SMIT, 1989).

Da mesma forma, utilizaremos o "procedimento etnográfico" com "observação participante" (MALINOWSKI, 1978) e o método da "história oral" (ALBERTI, 2004) com o objetivo de efetuar observações acerca das reuniões de preparação e avaliação das festas realizadas pelas bandas e (ou) pela Associação das Bandas de Congo de Cariacica (ABCC-ES), de maneira a realizar, na medida do compossível, registros fotográficos e audiovisuais nas sedes das bandas de congos, na ABCC-ES, nas casas dos congueiros, em momentos de apresentação das mesmas dentro e fora da comunidade. Realizaremos entrevistas semiestruturadas e em profundidade, sobretudo com os mestres das bandas de congo, os membros da diretoria da referida Associação e das bandas, afora autoridades municipais, eclesiásticas, elementos da comunidade e partícipes dos festejos.

Referências:

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANDRADE, Mário de. *Danças dramáticas do Brasil.* São Paulo: Martins Fontes, 1959.

_____. *Antologia do folclore brasileiro.* São Paulo: Martins Fontes, 1965.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.* Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões, pretos e congos:* trabalho e identidade étnica em Goiás. Brasília: Ed. da UnB, 1977.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BRAVIN, Adriana. *Congopop:* Mídia, música e identidade capixaba. Vitória: Ed. do autor, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. *Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras:* de patrimônio cultural a indústria do entretenimento. Série Antropologia. Brasília: UnB, n. 354, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs:* capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2008.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, Itagiba Cardoso. *Entrevista concedida a Vinícius de Aguiar Caloti.* Cariacica, 23 de julho de 2022.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. *Jongos e Caxambus:* culturas afro-brasileiras no Espírito Santo. UFES-Proex: Vitória e ES, 2017.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, híbridos: Palavras - chaves da Antropologia Transnacional. *Mana, Estudos de Antropologia Social,* vol.3, n.1, Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1997.

LYRA, Maria Bernadete Cunha de. *O jogo cultural do Ticumbi.* 1981. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFRJ, Rio de Janeiro.

MACIEL, Cleber. *Candomblé e Umbanda no Espírito Santo* - Práticas Culturais Religiosas Afro-Capixabas. DEC/ UFES: Vitória - ES, 1992.

_____. *Negros no Espírito Santo.* Vitória: DEC/SPDC/UFES, 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental.* São Paulo: Abril. Cultural, 1978.

MARTINS, Robson L. M. Em louvor a "Sant'Anna": notas sobre um plano de revolta escrava em São Matheus, norte do Espírito Santo, Brasil, em 1884. *Estudos Afro-Asiáticos,* Rio de Janeiro, n. 38, 2000.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *Sociologia e antropologia.* Vol. II. E.P.U/EDUSP: São Paulo, 1974.

NEVES, Guilherme Santos. *Bandas de congos.* Rio de Janeiro: MEC/Secretaria de Assuntos Culturais/FUNARTE, 1980. (Cadernos de Folclore, 30).

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História,* n° 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAES, M. S. *História do Espírito Santo.* Fundo Editorial do Espírito Santo: Vitória, 1968.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras.* 2005. Tese (Doutorado em Antropologia), PPGAS-UFSC, Florianópolis.

_____. *Relatório técnico de identificação da comunidade remanescente de quilombos de Monte Alegre.* Projeto territórios quilombolas no Espírito Santo. Convênio Ufes-Incra. Vitória-ES, 2006.

_____. Congo: demarcador de identidade em uma comunidade quilombola. *Revista Do Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo*, 2(3), p. 99 - 117, 2018.

PEREIRA, João Batista Borges. A folclorização da cultura negra no Brasil. In: PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). *In memoriam*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos,* v.5, n.10, p. 200-212. RJ, 1992.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos 17,* Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, José Elias. *Processos organizativos e identidade afrobrasileira: A transmissão cultural do congo em Cariacica/ES.* 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. *Processos organizativos, memória e identidade:* Etnografia e História da Transmissão Cultural do Congo em uma Comunidade Afrobrasileira - Cariacica (ES). In: Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES, 1., 2011, Vitória. Anais... Vitória: EDUFES, 2011, p. 1-20.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. *RuMoRes*, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51250. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250> Acesso em 25 de setembro 2022.

SMIT, Johanna (coord). *Análise Documentária:* a análise da síntese. 2ed. Brasília: IBCIT, 1989.

WIED-NEUWIED, Von Maximiliano. *Viagem ao Brasil.* BH/SP: Itatiaia/Edusp, 1989.

Da figueira ao templo: as mudanças na comunidade protestante do Sana com a chegada dos missionários presbiterianos e batistas

Vinner Stutz de Oliveira[618]
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Marcelo Ayres Camurça Lima

Introdução

Analisaremos a cultura religiosa da comunidade rural do Sana, na serra de Macaé. Essa comunidade teve sua criação em decorrência da insatisfação dos colonos com o rumo que suas terras em Nova Friburgo estavam tomando por volta dos anos 1820. Assim, primeiramente suíços e, depois, alemães foram se apropriando daquela região, com o aval do Governo Imperial, expulsando os habitantes dos quilombos existentes às margens do Rio Sana (nomeado assim após a chegada dos colonos) e separando os lotes que cabiam a cada um dos colonos.

A maioria desses lotes consistiam de pequenas propriedades rurais (com poucas fazendas de grande porte), com uma agricultura familiar, tendo como base o plantio de culturas tropicais, com maior relevância para o café, como nas terras de Cantagalo. A grande diferença entre Cantagalo e o Sana estava no fato de este ser dividido em lotes nos moldes de Nova Friburgo, ou seja, uma agricultura familiar, com sítios, chácaras e pequenas propriedades, enquanto em Cantagalo tínhamos os latifúndios cafeeiros de nobres plantadores de café, fazendas as quais Nova Friburgo abastecia com seus produtos. O Sana não teve essa forte ligação com Nova Friburgo no âmbito econômico, o que permitiu que suas famílias tivessem certa independência podendo criar suas casas e sítios sem grande interferência de Nova Friburgo ou mesmo de Macaé, município de que o Sana era – e ainda é – distrito.

Essa independência fez com que o Sana permanecesse a uma relativa distância das vilas próximas, mantendo, mesmo, um isolamento desses locais, produzindo sua própria cultura e seus próprios laços familiares, econômicos e religiosos. Neste sentido da religião, a comunidade protestante das famílias de colonos que foram para o Sana também se isola durante o século XIX, mantendo uma distância da Igreja Luterana de

[618] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: "RELATOS SOBRE O PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA IGREJA PRESBITERIANA DO SANA: Da imigração suíça e alemã para a serra fluminense até as primeiras experiências protestantes na região", sob orientação do Dr. Marcelo Ayres Camurca Lima.

Nova Friburgo e de seus líderes religiosos, concentrando-se em um provável culto doméstico e familiar, com seus ritos e formas religiosas particulares.

Essa distância entre o protestantismo organizado de forma denominacional e suas formas religiosas pessoais fizeram com que aquela região começasse a ter características únicas de ritos e cultos, com uma religião nova e híbrida, realizada em silêncio nas casas de família. Por conta da distância geográfica e das dificuldades de percurso e financeiras, esse tipo de culto passa a ser realizado durante praticamente todo o período do século XIX, desde seu isolamento dos cultos religiosos da Igreja Luterana nas décadas de 1820/1830. Essa religião híbrida do Sana irá adicionar elementos das religiões espíritas, tanto as religiões afro-brasileiras com os escravos e ex-escravos que também habitarão esse local, quanto, de forma mais concreta, o espiritismo kardecista, que chega à região na segunda metade do século XIX por intermédio dos espíritas que irão morar na região rural de Nova Friburgo, também se instalando pelas terras do Sana. E também elementos católicos que habitam a região tanto quanto os protestantes. É essa união de diferentes ritos e cultos que dará forma a essa religiosidade híbrida dentro das casas rurais nos cultos domésticos e familiares da comunidade.

Do início do rito híbrido público a chegada do protestantismo institucionalizado

Dentre aqueles que se apresentavam como cristãos protestantes em seus âmbitos familiares, surge uma vontade de retorno às origens dos cultos públicos, que por muito tempo deixaram de ser realizados em prol dos ritos domésticos. Essa vontade talvez tenha surgido, depois de gerações de isolamento da comunidade, pelo contato com pessoas de outros distritos rurais que participavam de igrejas protestantes, como as comunidades da serra friburguense, e sua influência. Não se sabe com certeza se esse desejo irrompeu por um puro anseio de retorno aos ritos de seus antepassados protestantes ou mesmo por um maior senso de proximidade com pessoas da comunidade de fora das suas casas. É realmente um questionamento que não apresenta uma resposta concreta, pois não há relatos que atestem o desejo expresso da comunidade de retornar aos cultos públicos. O fato é, no entanto, que eles se juntaram para essa volta, conseguindo uma base coesa de pessoas para participarem dos seus ritos, ditos como protestantes.

Essa questão pode, por vezes, ser respondida considerando o contato que tinham com as outras religiões, como se pode inferir na introdução da Ata de número 1 da Igreja Presbiteriana do Sana. Nela o missionário Thomas Porter – primeira liderança presbiteriana à frente da base protestante na comunidade – descreve, em um breve

histórico sobre a comunidade protestante antes da organização da igreja presbiteriana, uma cena religiosa espírita já existente, atuante e pública antes de quaisquer vontades de criação de uma reunião protestante naquela região.[619] Pode ser que, motivados por esse contato com ritos públicos espíritas sendo divulgados e realizados em conjunto na comunidade, tenham-se influenciado por uma religião que não seria a que eles se viam incluídos, adicionando seus elementos aos ritos públicos e comunitários.

Vemos, nos próprios escritos de Thomas Porter na primeira ata, que o culto público se inicia no ano de 1907, em uma comunhão inteiramente de pessoas ligadas a terra, apenas com famílias de lavradores e donas de casa, sendo liderados por três pessoas, os irmãos Salustiano e Manoel Monteiro, e um terceiro nome que não aparece em lugar nenhum, sendo dado como desconhecido. Pode-se perceber que a liderança é de pessoas com raízes de fora do ambiente rural do Sana, apesar de a maior parte da comunidade ser composta de pessoas que têm suas raízes plantadas naquela região desde o século XIX. Observa-se que, desses três, o principal líder é Salustiano Monteiro. Nos muitos documentos sobre o período, entende-se que o papel do irmão Manoel seria para auxílio dos trabalhos de Salustiano. Adotado pelos protestantes como o líder daquela comunidade, ele "andou, falou, esforçou-se e aspergiu pessoas", como descreveu Porter. Mesmo sem ter instruções eclesiásticas, denominou-se o líder protestante e trazia bíblias, realizava leituras da palavra e exortava as pessoas daquele lugar. E apesar da falta de instrução ou de estudo acerca da Bíblia, decidiram começar esse culto.

Aparentemente, a vontade de iniciar um culto protestante vinha da própria comunidade. Desse modo, aproveitando a base de algo que estava se concretizando, a migração do culto doméstico e familiar para um culto público da própria comunidade, os irmãos Monteiro se colocaram à frente para comandar os ritos protestantes híbridos de um conjunto de famílias que juntavam e adicionavam seus ritos e culturas uns aos outros para formarem um novo tipo de rito religioso. Eram realmente lideranças regulares, que conseguiram manter a unidade daquelas diferentes famílias que estavam se adaptando a um culto público, o que não faziam há algumas gerações. Até o momento da "descoberta" de como era o protestantismo das denominações presbiteriana e batista e a desconfiança travada por alguns membros daquela comunidade aos ritos dos irmãos, eles

[619] "O districto do Sanna, município de Macahé, tinha sido lugar de muita ignorância quanto a religião e egualmente a scena de crime e feiticeria. Então veio o espiritismo com seus sonhos e dúvidas e ilusões, e ganhou muitos adeptos". (ATA DE NÚMERO 1 DA IGREJA PRESBITERIANA DO SANA, introdução com histórico da comunidade feito por Thomas Porter)

permaneceram como líderes que uniam as famílias e suas diferentes formas religiosas em uma somente.

Em nenhum momento, a falta de instrução religiosa os impediu de serem uma liderança concreta naquela região, parecendo contar com a confiança neles depositada para se manterem e se instalarem entre as famílias. Foram mantidos pelos próprios moradores, mesmo que não ganhassem para tal. Recebiam alimentação e mantimentos, tinham seus próprios quartos na casa de Pedro Gaspar e, ali, por vezes costumavam realizar seus cultos. Permaneciam por lá durante dias, saindo para pregar em diferentes lugares no Sana, incluindo principalmente as regiões da Cabeceira do Sana e do Arraial do Sana.[620] Como relata o neto de Pedro Gaspar, Eldo Daudt, as próprias famílias dos irmãos Monteiro – mulheres e filhos – viviam junto com eles dentro da casa do Gaspar e às suas custas. Daudt deixa entender que, em certo momento, a permanência dos irmãos em sua casa fez com que sua avó ficasse descontente tendo que cuidar das famílias de dois homens enquanto esses não arranjavam suas próprias residências.

Entre as práticas híbridas de culto guiadas pelos irmãos, estavam a leitura da Bíblia, hinos protestantes sendo entoados, um sermão regido por Salustiano ou Manoel, a realização de "mesa branca"[621] espírita, manifestação e recepção de espíritos, adoração a santos da Igreja Católica e a realização de um baile logo após o culto (ou como parte do culto) que acontecia com músicas e danças até o amanhecer do dia. Além disso, também realizavam a eucaristia e os batismos dentro do Rio Sana "em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo". Tais eventos passaram a ocorrer cada vez com mais frequência e com mais famílias participando das reuniões, algumas vindas de regiões distantes, que, apesar de se localizarem dentro do próprio distrito, geravam uma grande dificuldade de transporte e locomoção. Quanto mais famílias se juntavam para o culto, mais híbridos ficavam os elementos, mais acontecia uma espécie de mestiçagem religiosa e cultural, que era adicionada aos ritos e à ordem de culto. Relata-se, nas atas e no depoimento de Daudt, que quanto mais passavam os meses, mais elementos espíritas eram adicionados ao chamado rito protestante.

---

[620] As consideradas três partes do distrito do Sana: Cabeceira do Sana, a parte mais distante de Nova Friburgo e de Casimiro de Abreu e mais próxima do distrito do Frade, também na Serra de Macaé; Arraial do Sana, que seria a parte central do distrito, onde hoje se encontra a parte urbana do distrito; e a Barra do Sana, parte mais próxima de Nova Friburgo e Casimiro de Abreu, onde hoje se encontra o portal do Sana.

[621] expressão de origem popular, considerado por muitos espíritas kardecistas como sendo fruto de ignorância popular ou de errada interpretação, que identifica o rito espírita em que as pessoas entram em sintonia mental ou intercâmbio mediúnico entre espíritos, para fins diversos. Somente irei utilizar a expressão por constarem nas atas da Igreja Presbiteriana do Sana, cujos participantes, em sua maioria vieram de um rito híbrido protestante e espírita.

O local do culto foi primeiramente um terreno localizado no Arraial do Sana, propriedade de um membro chamado Henrique Daudt. No início a liturgia era realizada ao ar livre, com a colocação de alguns bancos para acomodar as pessoas, mas, como não havia de fato uma casa de culto, também era muito comum que algumas das reuniões fossem feitas nas casas de alguns dos membros da comunidade. Com o apelo de oferta feito pelos irmãos Monteiro aos crentes, conseguem juntar uma quantia que permitiria construir um local de culto público naquele mesmo terreno.

Esse espaço será utilizado pelos irmãos Monteiro até a chegada dos missionários presbiterianos e a cisão de denominações, quando os irmãos se associam à Igreja Batista, e a missão batista compra o local em agosto de 1908. Quando da cisão, que acontece principalmente por motivo das reuniões com diferentes elementos religiosos fora do protestantismo institucionalizado dos irmãos Monteiro, aqueles que não o aceitaram, principalmente nas questões espíritas, depois que tiveram contato com o presbiterianismo, passam a realizar seus cultos embaixo de uma figueira que se encontrava na propriedade de um dos membros, Pedro Gaspar. O culto fica conhecido primeiramente como a igreja da "Figueira Gaspar", início do trabalho presbiteriano que mais tarde vai se organizar e virar a Igreja Presbiteriana do Sana.

Mas como e quando se dá essa cisão? De que forma acontece esse contato da comunidade protestante do Sana com a missão presbiteriana? Um dos membros do movimento inicial, João Mozer, teve de fazer uma viagem para uma localidade da Serra Fluminense, chamada Barra Alegre, no município de Bom Jardim, durante o ano de 1907. Aproveitou, então, sua ida para visitar uma igreja presbiteriana instalada no local. Lá percebeu como a forma do culto era completamente diferente do modo como o realizavam no trabalho do Sana.

Ao voltar para o Sana, encontra-se com os irmãos Pedro Gaspar e Carlos Gaspar, dizendo que o culto ministrado pelos irmãos Monteiro era um culto equivocado, que os ritos utilizados naquela celebração não pareciam quase nada com o que vira na Igreja Presbiteriana em Barra Alegre. Não havia os elementos espíritas que os irmãos Monteiro traziam, como a “mesa branca”, não manifestavam espíritos, tampouco havia um baile que durava a noite inteira após os ritos. O que havia de familiaridade era a leitura da Bíblia, a forma de pregação e as eucaristias. Por ser uma igreja presbiteriana, até a forma

de batismo foi estranhada por Mozer, que tinha visto um batismo por aspersão, e não por imersão, como era realizado pelos irmãos Monteiro.[622]

Ouvindo o relato, os irmãos Gaspar pediram a Mozer que voltasse a Barra Alegre, falasse da situação da Igreja do Sana, de como era o culto e que trouxesse alguém de lá com ele para observar e, assim, poder ajudar a formar uma igreja com um trabalho realmente protestante. Feito isso, Mozer voltou com um presbítero da igreja de Barra Alegre chamado João Stutz, pois o pastor da igreja não poderia assumir a missão de ir ao Sana. O presbítero foi a uma das reuniões no Arraial do Sana, pregou e explicou como deveria ser feita a pregação, o culto e como a congregação deveria ser organizada. Alguns dos crentes que se encontravam no local não concordaram com as falas de Stutz contrárias aos elementos híbridos de culto, e passam a querer certa distância desse trabalho, outros, apesar de ainda acreditarem nos elementos espíritas, aceitam sua presença em seu meio. Os irmãos Monteiro se encaixam nessa segunda turma, dos que, por enquanto, manteriam seus contatos e sua recepção para com Stutz, efetuando, posteriormente, uma cisão e encorajando os membros do culto público a fazerem o mesmo.

João Stutz continua fazendo visitas de instrução e liderança àquela comunidade, tanto antes da cisão no Arraial, quanto depois, durante os cultos da Figueira Gaspar. Toma isso como uma missão pessoal, levando bíblias de Barra Alegre, dirigindo os cultos, fazendo o catecismo, abrindo, inclusive, uma escola evangélica na Figueira Gaspar. Foi, porém, afastado de suas funções de liderança no Sana e de Presbítero em Barra Alegre, em razão de estar praticando elementos adventistas junto do culto presbiteriano. Quando o missionário adventista João Verginelly passa no Sana tentando implantar um trabalho adventista em outubro de 1907, Stutz primeiramente combate ferozmente suas ideias, mas depois irá concordar com as doutrinas sabatistas, as quais tenta levar à Igreja Presbiteriana. As doutrinas, no entanto, não foram bem recebidas.

A partir da primeira reunião com João Stutz, aquele movimento foi se dissipando e duas igrejas foram criadas, saindo de um caráter familiar/público e adotando cada vez mais uma forma institucional, tornando-se cada vez mais associadas às denominações que acabam por se adequar. O ano seguinte aos eventos comentados aqui, 1908, é quando os trabalhos diferentes florescem e a cisão fica iminente. Aqueles que passam a concordar

[622] Batismo por aspersão, como utilizado pela Igreja Presbiteriana até os dias atuais, é o batismo realizado levando-se a água de batismo pela pia batismal e molhando apenas a cabeça de quem está sendo batizado (parecido com o rito católico). O batismo por imersão, como utilizado pela Igreja Batista até os dias atuais, seria com a imersão total do corpo do indivíduo que está sendo batizado, em um rio ou em uma banheira dentro da própria igreja.

com uma visão institucional de uma religião reformada se associam à Figueira Gaspar, com os irmãos Gaspar juntos de João Stutz. Os que ainda mantêm suas visões religiosas voltadas a um culto híbrido e familiar, um tanto mais informal, permanecem indo aos encontros com os irmãos Monteiro no Arraial do Sana.

Ainda mantendo um trabalho voltado para o hibridismo protestante e espírita, principalmente, os irmãos Monteiro permanecem dentro do Arraial do Sana e começam um contato com a missão batista. Como contam os relatos sobre os irmãos, Manoel Monteiro, em 1908, vê a chegada de um missionário presbiteriano à região para realizar alguns trabalhos evangelísticos a pedido dos membros da comunidade. Porém, talvez para não perder completamente a liderança daquelas pessoas para o presbiterianismo, ele acaba por convidar um missionário batista para fazer o batismo daqueles indivíduos – a maioria de locais distantes, como Cachoeiros de Macaé e Boa Alegria – e passa a ser o líder batista da região, por se corresponder com a missão batista, ganhando sua confiança e fazendo-os comprar o terreno.

As igrejas presbiteriana e batista organizadas

Os irmãos Monteiro fundam a Igreja Batista do Sana em 1908, a partir desse contato inicial logo após a missão, mantendo, ainda, no início, os ritos associados a diferentes religiões, provavelmente sem o conhecimento e consentimento da Missão Batista do Brasil. Manoel – que passa a ser uma liderança mais participativa e requerida do que Salustiano, talvez pelo fato de ter se aproximado da missão batista e por possuir menor apego às questões espíritas – começa a tentar deslegitimar a missão presbiteriana, dizendo que seu batismo por aspersão não constitui o batismo verdadeiro da igreja de Cristo, devendo eles, por isso, estar na missão batista. Provavelmente um tipo de argumento para levar mais membros dos antigos cultos híbridos para a organizada Igreja Batista do Sana, que ainda não deixou totalmente o hibridismo de lado pela religião reformada, como fez a presbiteriana.

O segundo grupo, sob a liderança da família Gaspar, fundaria a Igreja Presbiteriana do Sana um ano depois da organização e fundação da Igreja Batista. De início, enquanto ainda estavam na Figueira Gaspar, sob a mediação de João Stutz (que estava apoiando mais a missão do Sana nesse momento do que sua própria igreja), recebiam apoio e materiais da Igreja Presbiteriana de Barra Alegre advindos das próprias viagens de Stutz com Mozer, como bíblias, material de apoio de leitura da Bíblia, entre outros. Mas a real manutenção daquele trabalho era feita pela família Gaspar, que doava

sua casa e seu terreno para o culto, além de também serem membros ativos do culto, e não somente mantenedores.

Nesta seção, iremos nos ater principalmente ao trabalho presbiteriano a fim de uma melhor obtenção dos dados do culto e do trabalho protestante na região, para entendermos a dinâmica e a relação entre aquele culto (agora reformado e tentando ao máximo retirar as marcas híbridas) e a comunidade, o espaço, as relações socioeconômicas daqueles lavradores protestantes. Abordaremos, ainda, alguns fatos da história da Igreja Batista na correlação dos temas e da comunidade, salientando, porém, que o trabalho presbiteriano no Sana possui mais documentos e atas, os quais podemos examinar para entender aquele trabalho.

Os membros do culto presbiteriano começaram a procurar uma pessoa que pudesse ficar à frente da congregação como um pastor efetivo ou, pelo menos, como uma figura de liderança espiritual, que fosse, não necessariamente um pastor, mas, talvez, um missionário. Perguntaram primeiramente ao próprio presbítero Stutz, que, porém, disse não poder aceitar por não ser um pastor, somente um presbítero e, assim sendo, não poderia realizar batismos nem pegar um trabalho de congregação como seu trabalho efetivo. Tiveram, assim, de recorrer a alguma igreja para tal. Com a sugestão do Presb. Stutz, enviaram uma carta à Igreja Presbiteriana de Nova Friburgo, perguntando se seu pastor, o Reverendo Henrique Louro de Carvalho, poderia assumir o trabalho no Sana. Ao receber a carta, o Pr. Henrique não teve como assumir o compromisso com o Sana, visto já ser pastor de Nova Friburgo e estar passando por um período de doença, além do fato de as condições de viagem de Nova Friburgo até o Sana não serem favoráveis. Envia então uma carta ao missionário Thomas Porter, que auxiliava o presbiterianismo no Brasil desde os anos 1870, enviado pela Igreja Presbiteriana dos EUA.

Chega ao Sana acompanhado do Presb. Stutz e de João Mozer em 25 de fevereiro de 1908. Faz, então, um reconhecimento na semana em que chega à comunidade e fica à frente do culto da Figueira Gaspar no dia 01 de março. Segundo atas de Porter, essa primeira reunião no Sana contou com a marca grandiosa de quinhentas pessoas aproximadamente, número que não pode ser comprovado. Outro registro de número, referente a esse primeiro culto, contendo nome e ocupação das pessoas é o de batismos ocorridos nesse dia: 50 membros – 32 adultos e 18 crianças, resultado que também pode

ser considerado uma marca grandiosa.[623] Na introdução das atas, Porter declara não haver aceitado batizar, nesse culto, casais que não estavam casados legalmente tanto jurídica quanto religiosamente, instruindo-os a resolverem essa pendência para o batismo.

Os registros mostram a ocorrência de uma marca expressiva de batismos não somente nesse primeiro culto, mas também nos seguintes, cuja liderança fica por conta de Porter, em que muitas pessoas são batizadas na Figueira Gaspar. No dia 26 de abril, temos o lançamento do batismo de 57 pessoas (38 adultos e 19 crianças) e, no dia 14 de junho, de 23 pessoas (14 adultos e 9 crianças). Estava-se constituindo não só uma igreja reformada organizada ao molde das igrejas protestantes presentes no país, mas também uma igreja numerosa. Isso provavelmente mostra que o número de crentes participantes do culto híbrido liderado pelos irmãos Monteiro era bem expressivo antes da cisão, dentre os quais, muitas famílias com uma quantidade excessiva de pessoas, levando-se em consideração o total de pessoas que moravam naquele distrito presentes nas reuniões. Observa-se uma grande quantidade de batismos de pessoas de mesmo sobrenome, sendo os principais: Gaspar, Daudt, Grativol, Mozer, Baptista, Domingos da Silva, Araújo, Travanco e Rosa.

Entre julho de 1908 e abril de 1909, quando a igreja é organizada, conta-se com mais de 79 batismos feitos, totalizando aproximadamente 230 pessoas. Mas, apesar de o trabalho estar crescendo, Porter deixa claro, durante todo o tempo, que não continuaria na liderança e que seu auxílio se daria somente enquanto a igreja estava sendo plantada. Por isso, firmou compromisso com alguns dos membros daquela comunidade para que assumissem cargos de liderança e mantivessem o culto daquela igreja, mesmo que não houvesse pastores ou que estes fossem ausentes do trabalho. Nomeia, assim, Pedro Gaspar, Anastácio da Silva e Manuel Baptista como "zeladores do culto", ou seja, aqueles que iriam dirigi-lo ou nomear alguém para esse fim – fosse no Sana ou nas demais localidades – e zelar para que todos estivessem participando dele regularmente e mantendo-o em ordem. Além desses, existiam também os "zeladores da casa", os quais deveriam zelar pela casa de culto enquanto houvesse a escolha de um local e fosse construído um templo, tendo sido separados para isso Carlos Gaspar, Nicanor Brazil e José Araújo.

[623] Como comparação para o número de batizados nesse dia e nos próximos e para o número de pessoas que se encontravam nesses cultos, a população urbana de Macaé contava com aproximadamente 5.000 pessoas, e a população total da vila de Nova Friburgo apresentava aproximadamente 16.000 pessoas. Dados esses relativos ao Recenseamento Nacional de 1900.

Durante essa época de final do período de pré-organização da igreja, chega-se ao consenso da necessidade de construir um templo onde fosse estabelecida de fato a igreja. Não mais um culto feito embaixo de uma figueira em um terreno, mas talvez uma casa de culto como a que os irmãos Monteiro tinham e que, naquele momento, estava com a recém-formada Igreja Batista. Assim, um compromisso financeiro de 40$000 foi firmado entre a missão americana e os novos presbiterianos para que o templo fosse concretizado até os últimos meses do ano de 1909. Ainda sob a liderança de Thomas Porter, a construção do templo foi iniciada, não mais nas terras de Pedro Gaspar na Cabeceira do Sana (apesar de este ser considerado o melhor local, pois a maioria dos lavradores que faziam parte da igreja moravam ali), mas no Arraial do Sana.

Então, sob o nome de Igreja Presbiteriana do Sana, organizada e parte do Presbitério do Rio de Janeiro, realiza seu culto de organização em 18 de abril de 1909, tendo como lideranças no culto os pastores Thomas Porter e Samuel Barbosa (convidado por Porter para assumir a igreja de fato, já que Porter tinha o seu compromisso com a missão americana). Nesse primeiro culto de organização recebem algumas pessoas por transferência e por profissão de fé. E é justamente nessa parte que vemos algo que traz certa estranheza. Um dos nomes vindos por transferência da Igreja Batista do Sana é o de Salustiano Monteiro. Porque estaria um dos irmãos Monteiro, lideranças da Igreja Batista que iniciaram o culto híbrido público e criaram aquela igreja, transferindo-se para a Igreja Presbiteriana? Segundo consta na ata de organização da igreja, Salustiano não estava satisfeito com as práticas da igreja batista e a direção que estava tomando aquele culto. Após ter participado por um tempo de um culto doméstico, perguntou aos zeladores de culto se poderia fazer parte do culto presbiteriano. Estes não apenas lhe deram voto favorável como também o transformam em zelador de culto, vendo-o ainda como liderança sobre aquela comunidade protestante.

Esse culto de organização, como consta no livro de atas, contou com a presença de 400 pessoas, havendo sido declarados 129 membros comungantes da igreja, além de 99 membros menores de idade. Foram eleitos, nesse culto, os primeiros oficiais da igreja fora o pastor Samuel Barbosa, como os presbíteros Pedro Gaspar (de grande influência desde o início com os irmãos Monteiro) e José Araújo, e os diáconos Carlos Gaspar (irmão de Pedro Gaspar) e Manoel Montes. Após essa primeira parte, o culto inaugural de organização, Samuel Barbosa assume, e Thomas Porter volta para os compromissos da missão americana.

A permanência de Salustiano Monteiro entre os membros da igreja presbiteriana dura pouco tempo. No dia 30 de outubro do mesmo ano de organização da igreja, já na ata de número 2, Salustiano foi chamado para ser disciplinado por rejeitar conselhos do pastor e estar tentando recolocar as práticas espíritas para retomar o protestantismo híbrido dentro daquela comunidade protestante. Salustiano atesta diante dos presbíteros que estava fazendo parte da igreja presbiteriana somente por interesse, para tentar iniciar aqueles ritos de outrora. Os presbíteros chegaram à conclusão de que deveriam excluí-lo da membresia da igreja, pois atestaram "que nunca foi crente no Senhor Jesus".

Ao se falar sobre o início da Igreja Presbiteriana do Sana (já como igreja devidamente instalada e organizada, com o seu rol de membros bem constituído, um corpo de presbíteros atuante e um templo construído no Arraial do Sana), temos um bom panorama de como era a vida da igreja, a igreja enquanto uma comunidade e inclusive como era a própria comunidade do Sana, percebendo de fato como era constituída aquela localidade. As relações das pessoas da igreja entre si, as trocas da igreja com a comunidade e a influência que as duas exerciam uma na outra são facilmente percebidas nas Atas de número 1 e 2 da Igreja Presbiteriana do Sana quando se comenta, junto com o relato das pessoas que são batizadas e professam a fé (pessoas que entraram no corpo de membros da igreja), a ocupação da pessoa, o lugar de onde vinha e, às vezes, o modo como chegou até lá.

Vê-se, por meio de todo o relato, que a igreja era constituída única e completamente por lavradores (agricultores) e domésticas (donas de casa).[624] Tal informação mostra a total visão da igreja voltada para a vida rural, para o campo. É inegável a observação de que era uma comunidade agrícola, da qual todos que faziam parte viviam da terra, o que torna a igreja também dependente da terra para sobreviver. Tal relato demonstra ainda, nesse caso, o sentido do Sana e, quem sabe, da serra de Macaé como um todo, onde a expressiva maioria de agricultores eram plantadores de café que escoavam seu produto pelos caminhos de Macaé e Casimiro de Abreu até o porto de Macaé, e os produtos chegavam – em sua maioria – na cidade do Rio de Janeiro. Havia também pessoas ligadas ao gado bovino, entre outras atividades menores dentro da serra macaense.

Também é interessante perceber um cuidado maior com a questão moral. Geralmente, as pessoas que cometiam os atos imorais eram levadas ao conselho, e, caso

[624] Pelo menos todos os nomes encontrados na ata apontavam exatamente a mesma ocupação.

houvesse confissão ou se chegasse ao julgamento sobre a realização dos atos, o membro poderia se dizer arrependido e voltar ao rol de membros sem nenhum tipo de represália, ou receber um ato de disciplina, como por exemplo, o afastamento temporário de algumas atividades. O membro poderia, ao contrário, negar qualquer arrependimento, o que poderia implicar um trabalho maior da igreja com ele para que visse seu "erro" ou mesmo a disciplina e a exclusão (excomunhão) do rol de membros da igreja. É importante dizer que havia os que não atendiam ao chamado do conselho fossem convocados uma, duas ou três vezes, sendo, assim, excluídos da comunidade presbiteriana. Entre os atos considerados imorais ou que feriam o corpo da igreja, estava tocar músicas que fossem impróprias para alguém que se dizia cristão, participar de alguma festividade imoral, realizar alguma atividade dita imprópria durante o dia do Senhor (domingo) ou mesmo – o caso mais curioso para os dias atuais – jogar futebol, considerado uma prática pejorativa e de pessoas de má índole.

Voltando à questão da comunidade da igreja, vemos relatado nas primeiras atas inclusive um grande movimento de pessoas que se encontravam nas mais variadas localidades da serra de Macaé, mesmo localidades bem distantes. Para a época, eram comunidades de acesso difícil, o que demonstra o impacto desse primeiro trabalho protestante, haja vista que a viagem de deslocamento de ida e volta demorava, às vezes, o tempo de um dia inteiro. As viagens costumavam ser feitas a pé ou com o auxílio de cavalos ou carroças em virtude das condições precárias das estradas ou da condição de pouca renda que a maioria das famílias que se deslocavam possuía. O trabalho permanecia, como no Sana, com o perfil de ter somente lavradores como membros da igreja, abrindo um leque maior da comunidade protestante que havia sido criada apenas com pessoas do Sana. Isso também significa uma quantidade maior de culturas, o que poderia representar um aumento de ritos diferentes na religiosidade híbrida, porém aqui não mais estimulada, e sim desencorajada pela religião instituída.

A igreja viu um bom desenvolvimento de seu trabalho nas suas duas primeiras décadas de vida, chegando ao seu ápice durante os anos 1920, com a valorização da serra de Macaé durante o auge daquela região com a economia cafeeira. Muita gente vinha ao Sana e mais pessoas integravam o corpo da igreja. E o mais interessante de se perceber é provavelmente como o crescimento, declínio e estagnação do número de membros acompanhou toda a dinâmica da economia agrícola brasileira da primeira metade do século XX. Claro que tais fatores influenciaram não só na comunidade protestante no Sana, mas também na comunidade daquela região.

Referências:

ARQUIVO MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. *Alemães Pioneiros em Nova Friburgo*. Nova Friburgo/RJ: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, s/d.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. 1820-1821. Arquivo Municipal de Nova Friburgo.

ATAS DA IGREJA LUTERANA DE NOVA FRIBURGO. Coleção 1 e Coleção 2. Centro de documentação D. João VI.

AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Claudia; Outros (orgs.). *Povoamento e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

DAUDT, Eldo. *Entrevista de História Oral sobre a Igreja Presbiteriana do Sana. Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência (LEIT/UFF)*. Campos dos Goytacazes/RJ: áudio gravado, 58 min. Entrevista concedida a Vinner Stutz de Oliveira.

LIVRO DE ATAS DE NÚMERO 1 DA IGREJA PRESBITERIANA DO SANA. Introdução com histórico da comunidade feita por Thomas Porter.

MULLER, Armindo. *O começo do protestantismo no Brasil*. Porto Alegre: Est Edições, 2003.

NICOULIN, Martin. *A gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1995.

SOARES, Caleb. *150 anos de paixão missionária*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

TEIXEIRA, Mateus Barradas. *Conflitos religiosos em torno da instalação dos protestantes luteranos em Nova Friburgo nas primeiras décadas do século XIX*. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Os fragmentos e o mosaico: uma contribuição aos estudos suburbanos

Vitor de Almeida
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Mauro Amoroso
Bolsista Faperj

Introdução

Encarar a construção da escrita da história de uma cidade como o Rio de Janeiro é um desafio para o historiador que busca desvendar os detalhes ainda não desvendados de seu emaranhado de experiências sociais e culturais. Cientes disso, e distantes da produção inicial da ideia de "Cidade Maravilhosa", é perceptível a existência de espaços vazios a serem preenchidos com questionamentos da real necessidade de perpetuação desse adjetivo dado à cidade do Rio de Janeiro como consequência da Grande Reforma Urbana ocorrida no início do século XX. Partindo de uma perspectiva estética, principalmente entregando aos desejos elitistas a imagem que deveria ser passada sobre a cidade para o mundo, faria sentido ostentar tal adjetivo em nossos dias.

Entretanto, as marcas dos diversos processos, relações e conflitos sociais que tecem as tramas do Rio de Janeiro são latentes na escrita da História da cidade. Como síntese dessas relações, harmônicas ou conflituosas, que ocorreram e ocorrem no espaço-tempo da cidade, a urbanização e a formação dos bairros cariocas praticadas ao longo do século XX é uma de suas consequências materiais. E é através da observação desses movimentos que promovem a transformação do espaço que a História Urbana atua enquanto um campo de análise de como esses movimentos de avanços e recuos se traduz na formatação da cidade como um todo e em suas particularidades.

Da cidade partida à cidade porosa, se tratando dos questionamentos acerca da "Cidade Maravilhosa", reconhecemos que não há como continuar ostentando tal renome sem nos depararmos com os diversos casos de crises sociais que impactaram e continuam impactando de diferentes formas a população carioca ao longo dos tempos. Por isso, trazer essa questão é um convite a revisitar a outra face da composição social e urbana que constroem o Rio de Janeiro.

Com objetivo de contribuir com outras abordagens de análise, trazemos um debate sobre a constituição do subúrbio carioca e de seu papel na História do Rio de Janeiro, buscando construir caminhos que nos levem a outras formas de observar de

construção não apenas da identidade carioca, mas também de como abordar a escrita e as análises históricas da cidade, partindo de seu subúrbio e dos bairros suburbanos.

O mais importante é a contribuição deste debate para teorizar as perspectivas de observação sobre o subúrbio carioca. Seus estudos e movimentos sociais se intensificaram na década de 2010 com o advento das redes sociais, criando uma ampla rede de discussão e conexão de pesquisadores, coletivos e ativistas pela causa suburbana carioca, frente às depreciações históricas promovidas não apenas pelas sucessivas gestões municipais do Rio de Janeiro e sua prioridade para com as áreas turísticas mais ricas, como também pela grande mídia e suas notícias e produções de audiovisual que insistem em perpetuar uma caricatura pejorativa e subalternizada dos bairros suburbanos e de seus moradores.

Subúrbio carioca: espaço, identidade e memória em construção no tempo

Para tratarmos do subúrbio carioca enquanto um objeto de estudo para além de uma categoria de análise é importante entendê-lo no longo caminho a ser percorrido pelos principais debates bibliográficos que contribuíram, ao longo do século XX, para enriquecer o debate sobre a formação geográfica e histórica deste espaço na cidade do Rio de Janeiro. Importante, também, traçarmos tais questões teóricas com fontes coletadas no processo de pesquisa de doutorado em andamento que nos trouxe a levantar o presente debate.

Em 1909, a coluna do *Dr. Sabetudo*, publicada na revista *O Tico Tico*, responde a dúvida da pequena Maria Rita Monteiro da Silva sobre o que significa "subúrbios". A questão é sanada em uma breve afirmação: "Subúrbios são as vilas que ficam nos arredores da cidade" (*O Tico Tico*, 27 de janeiro de 1909, p. 7.). Anos mais tarde, em 1916, a mesma coluna explica uma dúvida sobre questões urbanas:

> Bairro é qualquer subdivisão da cidade, como freguesia, paróquia ou distrito. Arrabalde ou subúrbios são nomes que se dão aos bairros que ficam nos arredores da cidade. Aqui no Rio de Janeiro faz-se distinção que é exclusivamente de hábito nosso. Essa distinção consiste em reservar o nome de *subúrbio* aos arrabaldes servidos pelas estradas de ferro. Mas, de fato, subúrbio e arrabalde têm a mesma significação. A palavra arrabalde vem de 'arredores'; subúrbio significa sub-urbs, cidade secundária ou parte menos importante de uma cidade (*O Tico Tico*, 29 de março de 1916, p. 24. Grifo da revista).

É válido observarmos que a transformação da noção de subúrbio e do ser suburbano tem ganhado importante papel de afirmação social e cultural, em especial como categoria afirmativa diante da identidade carioca clássica como sendo o morador da cidade do Rio de Janeiro que vive nas e das orlas praianas. Sobre essa iniciativa,

precisamos nos alongar para ampliar o debate sobre os estudos suburbanos, uma vez que a disputa por uma identidade e pela memória social suburbana nos leva ao exercício de trabalho de enquadramento da memória e aos efeitos da manutenção da mesma, o que Michael Pollak afirma ser o trabalho da própria memória em si e sua manutenção, coerência, unidade, continuidade e organização. Desta forma, a memória se faz elemento que constitui o sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollak, 1992; pp. 5-7).

O estudo de Maria Therezinha Segadas Soares (2011) é importante para iniciarmos nosso debate. A geógrafa traz uma diferenciação entre os bairros e os bairros suburbanos e diz que estes últimos são

> Áreas com características predominantemente urbanas, mas com passado próximo suburbano, com importância ainda ponderável do transporte ferroviário e ocupação predominante por uma população de menores recursos. Esses bairros suburbanos abrangem aquelas áreas cuja ocupação, com características nitidamente suburbanas, data dos primeiros trinta anos deste século. (...) a heterogeneidade é grande nessa vasta área, o que justifica uma subdivisão em: bairros suburbanos da Central; bairros suburbanos da Leopoldina, Linha Auxiliar e Rio d'Ouro e área vizinha da Avenida Brasil. (Soares, 2011; pp. 77-78)

O elemento "ferrovia" se apresenta como o vetor do desenvolvimento dos subúrbios e seu identificador, sendo, inclusive, denominador de seus espaços quando leva o nome das linhas que alimentam cada localidade. Este mesmo elemento se apresenta nas impressões publicadas em 1906 no *Recenseamento do Districto Federal.* O documento oficial aborda a questão ao analisar a estrada de ferro:

> A Estrada de Ferro Central do Brasil, cujas linhas suburbanas servem uma parte imensa da cidade, ou, para melhor dizer, uma imensa cidade nova ligada à antiga, porque a zona suburbana do Rio de Janeiro ocupa uma área dilatadíssima, quase toda densamente povoada, aglomerando-se a população em torno das estações de parada da Estrada de Ferro Central, e sendo cada uma dessas estações uma cidadezinha pitoresca, com as suas chácaras, suas igrejas, as suas fábricas, as suas escolas e as suas vilas operárias (Recenseamento Districto Federal, realizado em 20 de setembro de 1906, p. xliv).

Outro ponto de intersecção entre a análise de Soares e do documento oficial do governo da cidade é a heterogeneidade espacial: se por essa condição se divide os subúrbios a partir da linha que os servem, cada uma das estações formam "cidadezinhas pitorescas" com fábricas, chácaras, igrejas, escolas e vilas operárias. Essa heterogeneidade, portanto, nos leva a perceber que há duas formas de observar o objeto: no singular (subúrbio) e no plural (subúrbios). Discorreremos adiante.

Anos mais tarde, já na década de 1980, a clássica pesquisa do geógrafo Maurício de Abreu, *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, traz a percepção das transformações pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro da perspectiva da acumulação do capital. Em sua observação, o período chave para entender tais transformações na história do Rio de Janeiro se insere entre 1870 e 1902 por representar "não só a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana, mas também a etapa inicial de um processo em que a expansão passa a ser determinada, principalmente, pelas necessidades de reprodução de certas necessidades do capital". Bondes e trens passam a ter um papel indutor diferente no que toca à expansão física da cidade, influenciando diretamente as ocupações dos espaços da cidade (Abreu, 2023; pp. 58-59).

Se as concessões de linhas de bonde eram praticadas para tentar sanar problemas de mobilidade na área central e vislumbrava a expansão rumo à Zona Sul, os trens foram responsáveis pela rápida transformação das freguesias rurais:

> Já estavam lançadas as bases ideológicas da ocupação da nova cidade que iria surgir. As áreas abertas pela ferrovia deveriam se destinar aos mais pobres, que para lá já se deslocavam voluntária ou involuntariamente (...). Trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida "moderno" (Abreu, 2023; 77)

A ferrovia, portanto, é parte da construção da identidade suburbana carioca. E, apesar da ideologia de especificidade socioespacial apontada por Maurício de Abreu no que diz respeito à divisão socioeconômica, sendo a Zona Sul voltada às "modernidades", em 27 de julho de 1907 a *Revista Fon Fon* relata alguns acontecimentos e mudanças na paisagem social e cultural suburbana:

> Em dias destes últimos, houve nos subúrbios nada menos de dois incêndios. Os subúrbios já têm o seu jornal, e estes incêndios vêm a calhar para o seu noticiário. Decididamente aquelas regiões precisam ser descobertas. (...) Com jornal, incêndios, carros para damas delicadas, não é de admirar que amanhã tenham os subúrbios também a sua praia de Botafogo, como gentlemen, snobs, smarts, e outros moluscos da coleção de Victor Vianna (*Fon Fon*, 27 de julho de 1907, p. 4.)

Mesmo com os impactos da modernização do espaço proporcionados pelas transformações da mobilidade, a modernidade e o modernismo chegavam nos subúrbios. Em 1908, em outra edição da revista *Fon Fon* anunciava: *"Le suburbe s'éville!"* ("O subúrbio desperta!"), indicando no texto de D. Picolino que, "pelo que leio, a vida, a animação, *souci do smartismo* está se transportando para os subúrbios". Portanto, mesmo com as definições ideológicas percebidas por Abreu, o subúrbio eram espaços que também onde eram promovidas as modernidades a ponto de rivalizar com Botafogo.

É fundamental trazermos o debate do também geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes, *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio* (2011), que traz uma discussão norteadora dos recentes debates sobre o tema, quando afirma que a categoria subúrbio, como é tratada no Rio de Janeiro, tem uma especificidade única, possuindo três aspectos de observação.

O primeiro aspecto é o geográfico, que ao longo da história, como mostra Fernandes, se refere à "posição periférica e extramuros, garantindo uma homologia mínima entre a realidade e a palavra" e que, no Rio de Janeiro, é abstraído. "Esta perda de sentido locacional e espacial", segundo Fernandes, "é uma característica essencial do modo como é usada a palavra no Rio de Janeiro" (Fernandes, 2011; p. 34).

O segundo aspecto, comum com os autores citados anteriormente, é a ferrovia e o perfil popular de seus bairros. Completa Fernandes, corroborando a ideologia socioeconômica de divisão espacial da cidade de Abreu, que "não se denomina subúrbio onde não há trem, mesmo que as áreas sejam periféricas" (idem).

O terceiro e último aspecto é o socioeconômico, o qual Fernandes afirma que, mesmo que o bairro geográfico seja periférico, mas é ocupado e identificado com as classes médias e altas, não é considerado um subúrbio: "Nota-se que a partir das primeiras décadas do século XX começa a se estabelecer uma espécie de veto ao uso da palavra subúrbio para periferias de alto status". Citando Copacabana, Ipanema e Leblon e, mais recentemente, Barra da Tijuca, o geógrafo mostra que tais localidades, mesmo que reproduzam um típico subúrbio residencial, não são considerados subúrbios "no linguajar comum, na imprensa e mesmo em estudos de geografia urbana" (Fernandes, 2011; p. 35).

Verificamos neste tópico, através de um importante debate bibliográfico cruzado com algumas fontes, que o conceito de subúrbio, no Rio de Janeiro, tem um perfil único. Como categoria de análise de caso, necessita ser enquadrada na História, possuindo aspectos essenciais de partida - a ferrovia, a heterogeneidade social e econômica de seus bairros, sua geografia, sua arquitetura etc. - e, além disso, diferenciais em sua aplicação singular (subúrbio), que estabelece a categoria em si, de certa forma política, e plural (subúrbios), o que se refere aos bairros localizados na zona suburbana. Para além dessas observações, não podemos nos furtar do que já foi dito na introdução, que são as relações sociais e culturais que dão a forma e o conteúdo do que constitui o subúrbio, seus moradores e seus aspectos identitários.

A cidade, seus fragmentos e o mosaico

Na esteira das reformas urbanas da primeira década do século XX, a antiga cidade do Rio de Janeiro, com seus traços coloniais e sua aura escravista, passa a ser vista como a "Cidade Maravilhosa". O escritor Coelho Neto, em 1908, no artigo "Os Sertanejos", publicado no jornal *A Notícia*, em novembro daquele ano (Krieger, 2015) é quem dá o tom na observação. Tal adjetivo foi perpetuado até nossos dias, quando falamos de Rio de Janeiro. Em 1994, Zuenir Ventura lança o livro *Cidade Partida*, um marco nas observações a respeito das relações sociais e culturais da cidade. Ventura afirmava que as reformas urbanas e os planos urbanísticos praticados no Rio de Janeiro sempre optaram pela separação, "senão pela simples segregação". Como resultado dessas imposições de planejamento urbano, Ventura diz que "a cidade civiliza-se e modernizou-se, expulsando para os morros e periferias seus cidadãos de segunda classe. O resultado dessa política foi uma cidade partida" (Ventura, 1994; p. 7).

Mesmo sustentando o argumento de uma cidade repartida em dois lados, Zuenir Ventura deixou em sua obra algumas pontas soltas o suficiente para que, por exemplo, houvesse brecha para outras observações da composição social e espacial do Rio, como no caso da observação de Bruno Carvalho (2019) a respeito da porosidade carioca. Carvalho utiliza tal conceito para mostrar que, ao longo de dois séculos, entre as décadas de 1810 e 2010, puderam "florescer encontros multiétnicos e uma vida cultural marcada por fluxos e permeabilidades" ao lado de uma realidade social e socioeconômica com disparidades profundamente acentuadas, principalmente levando-se em consideração a estrutura escravocrata, base da construção nacional em seus diversos panoramas (Carvalho, 2019; p. 40).

Entre a cidade partida e a cidade porosa caminhamos nas brechas do que se constituiu chamar de Cidade Maravilhosa. Segundo Gramsci, a hegemonia se consolida e é obtida através de embates que encerram questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, assim como também, no plano ético-cultural, à expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. É desta forma que a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, incluindo também em sua dominância a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (Gramsci, 2002b; p.65). Portanto, é sobre tal arcabouço que observamos, de início, a constituição da ideia de "Cidade Maravilhosa", a qual passa a permear o imaginário carioca durante a Primeira República.

Constituído o projeto hegemônico da urbanização dos novos tempos da cidade do Rio de Janeiro, é fundamental entendermos a questão pedagógica desse processo levado adiante pelo que André Nunes de Azevedo (2016) chama de Grande Reforma Urbana. Tal projeto não apenas teve objetivo de modificar as estruturas urbanas da cidade; a ideia de um centro pedagógico, com fins de estabelecer uma "retórica da sedução pela arquitetura e o urbanismo", pautaria as percepções civilizatórias desejadas aos moradores da cidade, com fins de estabelecer "a nova semântica urbana da cidade reformada [que] buscou, portanto, seduzir o cidadão a novos usos do espaço da cidade" (idem; p. 172).

A ideia de que os moradores da então capital pudessem ser civilizados a partir de uma estética promovida em uma centralidade urbana encontra respaldo no ponto central da discussão a ser feita sobre a percepção da cidade fragmentada: o debate da revolução urbana levantado por Henri Lefebvre (2002) é fundamental para prosseguirmos. Lefebvre chama de *revolução urbana*

> O conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano (Lefebvre, 2002; p. 19).

Na perspectiva da *revolução urbana* de Lefebvre, nos interessa perceber o movimento do qual o sociólogo francês se apropria da física nuclear: a *implosão-explosão*. Na busca por criar um centro que expressa os objetivos de imposição e construção de imaginário de uma pretensa cidade moderna e modernizada, a atuação das administrações que encabeçam a Grande Reforma Urbana fomenta um processo de implosão, constituindo uma centralidade que emana os poderes materiais e simbólicos a serem difundidos na realidade carioca. Na outra ponta, como uma explosão, essas projeções se espalham pelo espaço, criando réplicas dessa centralidade nas localidades. Com isso, Lefebvre mostra que, nesse movimento,

> A realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribui: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecedora, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação e de referência. Ela se lê ora como um rascunho, ora como uma mensagem autoritária. Ela se declara mais ou menos imperiosamente. Nenhum desses termos descritivos dá conta completamente do processo histórico: a implosão-explosão, ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc) (Lefebvre, 2002; p. 26. Grifo meu.).

Os “estilhaços” da realidade urbana apontados por Lefebvre são lançados pelo espaço geográfico do Rio de Janeiro, tratando-se, assim, da constituição dos subúrbios cariocas. Observamos novamente no trecho do Recenseamento do Distrito Federal de 1906 trazido anteriormente, quando é dito a respeito das linhas férreas suburbanas que elas “servem uma parte imensa da cidade, ou, para melhor dizer, uma imensa cidade nova ligada à antiga”, sendo cada uma das estações “uma cidadezinha pitoresca, com as suas chácaras, suas igrejas, as suas fábricas, as suas escolas e as suas vilas operárias” (Recenseamento do Districto Federal, 20 de dezembro de 1906; p. xliv).

A constituição de “cidadezinhas pitorescas” ao longo da via férrea, em torno de cada estação, mostra que os fragmentos desse processo de implosão-explosão estão constituídos e se constituindo sobre o espaço. No período em questão, temos com isso, um princípio dessa percepção de uma cidade fragmentada, que atua sob a perspectiva hegemônica da nova cidade projetada no signo da “Cidade Maravilhosa”, esse fio condutor subjetivo que induz a ação através de um pretenso pertencimento ao novo momento, coagindo não apenas com seus aparatos materiais, mas também imateriais, o enquadramento das localidades ao processo de modernização e dos novos anseios de civilização.

A incompletude estrutural da constituição dos bairros do subúrbio carioca faz de cada localidade que se constrói ao longo das ferrovias, segundo o afirmado no documento do Recenseamento, bairros com as pretensões na busca do moderno promovido pela Grande Reforma Urbana, tendo como referência as transformações ocorridas no centro urbano, como verificado na *Revista Suburbana* (1918) quando o articulista reivindica “melhoramentos materiais suburbanos”, em contraposição ao destaque dado pelo Conselho Municipal às “belas Avenidas”:

> Para eles, o município limita-se à suntuosidade das belas Avenidas e magníficas adjacências por onde passeiam a sua elegância com soberba galhardia. (...) É necessário que essa gente acorde e faça alguma coisa em prol, ao menos, dos mais urgentes melhoramentos materiais suburbanos. Os outros virão depois (*Revista Suburbana*, 15 de setembro de 1918, pp. 2-3)

Julia Galli O’Donnell (2012) observa que, “ao espelhar, mesmo que de forma precária, instituições que eram no centro os marcos principais da modernidade, os suburbanos adentravam ao mapa da civilização” (O’Donnell, 2012; p. 2). Encarando desta forma o Rio de Janeiro como uma cidade fragmentada a partir do processo de explosão que estabelece parâmetros de vida urbana a serem assimilados pelas diferentes e distantes

partes da cidade que surgem ao longo da ferrovia, acreditamos que a ideia de “Cidade Maravilhosa” surge como uma liga que une tais fragmentos para a manutenção inclusive da identidade carioca no subúrbio e nos bairros suburbanos.

Para o complemento do propósito de contribuição de nossa análise, dialogamos com alguns trabalhos que propõem outros olhares de observação sobre o processo de suburbanização do Rio, como em Albernaz e Mattoso (2019), quando observam o processo de construção do conceito de subúrbio e da identidade suburbana carioca ao longo dos séculos, desde o início das atividades de exploração nas antigas freguesias rurais da cidade no século XVII, chegando ao século XX, quando focam sua análise no bairro Engenho de Dentro, da zona norte da cidade. Desta forma, ambos refletem sobre o papel de processos históricos gerais e particulares que constroem as múltiplas identidades suburbanas na atualidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, observando as influências da dimensão espacial como fator essencial na constituição de valores que auxiliam na identificação de territórios diferenciadas na região suburbana (Albernaz e Mattoso, 2019; p. 95).

Importante destacar alguns dados dos censos de 1906 e 1920, que mostram a população residente nos subúrbios representando 22,9% da população total da cidade, sendo 185.687 habitantes suburbanos de um total de 811.443 habitantes do Rio de Janeiro. Destacamos as freguesias de Inhaúma, Irajá e Campo Grande que, respectivamente, ampliaram sua demografia em 292%, 108% e 92%, em comparação ao censo de 1890. Adiante, o Censo de 1920 registrava uma cidade com 1.157.873 habitantes, sendo os residentes dos subúrbios 33% da população (380.160 habitantes), um salto demográfico de 104% no espaço de uma década e meia (Recenseamento de 1920). Tais números complementam o que Abreu (2023) afirma sobre a ampliação da malha urbana a partir da implantação de redes de transportes mais eficientes sobre trilhos.

Como dito por Albernaz e Mattoso (2019), nas primeiras décadas do século XX as camadas médias da população buscam ocupar as novas áreas, na tentativa de fugir da conturbada região central e dos bairros tradicionais por não poderem arcar com os custos da habitação. Também não viam nos cortiços e favelas opções de habitação. Com isso, na pretensão de manter uma certa distinção social - afinal, eram funcionários públicos, trabalhadores especializados, militares, profissionais liberais e pequenos comerciantes - em relação às “classes perigosas”, levaram esse contingente demográfico com seu perfil social a buscar no subúrbio uma oportunidade de desfrutar melhores condições de habitação. (Albernaz e Mattoso, 2019; p. 98). Exemplo destas observações tem na *Revista*

Suburbana através do espaço dado à classe operária, quando Pinto Machado escreve que "todos sabem que é na zona suburbana que vivem em sua maioria os operários das várias indústrias particulares e do Estado" (*Revista Suburbana*, 15 de setembro de 1918, p. 13).

É perceptível que a raiz da fragmentação e a consequente construção do mosaico enquanto perspectivas de análise sobre o subúrbio carioca encontra-se nos primeiros anos do século XX, a partir da Grande Reforma Urbana. A partir de então, a cidade passa por um processo de divisão de classes a partir de regiões e territórios. É ao longo deste mesmo século que o conceito de subúrbio no Rio de Janeiro e as observações sobre os suburbanos sofrem com o emprego de cargas depreciativas.

Partindo da experiência e de sua circulação enquanto suburbano, pesquisador e ativista da causa suburbana, Rafael Mattoso (2023) argumenta, portanto, sobre a necessidade de observarmos o Rio de Janeiro, partindo do subúrbio, como uma *cidade mosaica*, demonstrando a pluralidade destes espaços em suas diferentes e diversas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais. Com isso, o processo de construção desta perspectiva se dá na crença de que é imprescindível o rompimento das perspectivas segregadoras a respeito do subúrbio e de seus moradores, buscando a formação de uma etnografia suburbana, para confrontar os estereótipos depreciativos. Desta forma, são produzidos meios na luta pelo Direito à Cidade que questionam quais os parâmetros de definição sobre o que é o centro da cidade e os olhares sobre a história do subúrbio somente a partir deste centro e da chegada da Corte portuguesa (Lima, Mattoso, Carvalho e Motta, 2023, p. 813).

Considerações finais

No longo caminho de construção do conhecimento histórico, a experiência com o lugar, cruzada ao momento histórico, tem papel fundamental na escolha do objeto de pesquisa e na definição das ferramentas a serem utilizadas para sanar inquietações diante de problemas que surgem diante do historiador. E a história da cidade do Rio de Janeiro é campo repleto de brechas para serem analisadas para tentarmos preenchê-las com respostas satisfatórias, mesmo que momentâneas.

No caso do subúrbio carioca e de seus bairros, a depreciação histórica que se encarregou de construir uma imagem de Cidade Maravilhosa que apenas se volta para os bairros da Zona Sul e marginalizou as manifestações e experiência de vida suburbana fornece pontas soltas que vêm sendo amarradas por um intenso esforço de produtores de conhecimento, de cultura e de outras práticas sociais que vivem nos bairros suburbanos;

um esforço movimento por não mais aceitar as narrativas pré-definidas que depreciam o suburbano, seu estilo de vida e seu modo de agir e de pensar.

É desta forma que a neste amplo campo cheio de falhas que suburbanos e suburbanas se colocam à disposição, na sua maneira, buscando reparação e dignidade para a História do Subúrbio Carioca. Com isso, gerações que viveram sob a marca depreciativa deste processo de subalternização e as próximas poderão ter margem para se posicionar em suas lutas de consciência por seu direito à cidade.

Referências:

ABREU, Maurício de A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 5º ed., 2023.

ALBERNAZ, Maria Paula; MATTOSO, Rafael. Suburbanização carioca: reflexos de uma identidade construída na configuração do Engenho Novo. *Urbana: Revista Eletrônica Centro Interdisciplinar dos Estudos da Cidade.* Campinas, SP. v. 11, n. 1, jan./abr. 2019, pp. 93-120.

AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana:* Pereira Passos, Rodrigues Alves e as Ideias de Civilização e Progresso. Rio de Janeiro: PUC Rio; Mauad X, 2016.

CARNEIRO, Sandra de Sá; MATTOSO, Rafael. *Subúrbios:* espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

CARVALHO, Bruno. *Cidade Porosa:* dois séculos de História Cultural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

FEIJÃO, Rosane. Smartismo: elegância masculina e modernidade no início do século XX no Rio de Janeiro. *XXXII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação***.** Curitiba, PR. 4 a 7 de setembro de 2009.

FERNANDES, Nélson da Nóbrega. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio.* Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere* - Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

KRIEGER, Fernando. "Cidade Maravilhosa" I: André Filho e a saga de uma marcha-hino. *Por Dentro do Acervo.* Instituto Moreira Sales (site), 20 de janeiro de 2015. Disponível em: https://ims.com.br/por-dentro-acervos/cidade-maravilhosa-i-andre-filho-e-a-saga-de-uma-marcha-hino/

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LIMA, Rachel Gomes; MATTOSO, Rafael; CARVALHO, Fábio; MOTA, Flávio Braga. Debates sobre métodos de pesquisa e ensino da História do Lugar a partir da categoria de subúrbio carioca. *4º Encontro Internacional História & Parcerias.* Rio de Janeiro: ANPUH- Rio, 2023, pp. 808-818.

O'DONNELL, Júlia Galli. *Narrativas (sub)urbanas*: representações dos subúrbios na imprensa carioca. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa: Fundação Biblioteca Nacional - MinC, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

SANTOS, Joaquim Justino dos.; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa. *Diálogos Suburbanos*: identidades e lugares na construção do espaço. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SOARES, Maria Therezinha Segadas. Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros. *Espaço Aberto,* 1(1), 2011, pp. 143–154.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

Fontes:

Fon Fon, (1907).

IBGE, *Recenseamento do Brazil*, realizado em 1 de setembro de 1920: população do Rio de Janeiro (Districto Federal)/Directoria Geral de Estatística. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26383

IBGE, *Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, realizado em 20 de Setembro de 1906. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-

catalogo?view=detalhes&id=51102.

Revista Suburbana (1918).

O Tico Tico (1909-1916).

Eles são Canários: O olhar do Navegante Ibérico na primeira modernidade

Wallace de Oliveira Machado[625]
Mestrando em História Social do PPGHS/UERJ
Orientação: Célia Cristina da Silva Tavares
Bolsista CAPES

Introdução

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado em andamento "Visões das Índias: a desconstrução do imaginário europeu na perspectiva de Cristóvão Colombo e Francisco Álvares no início da Primeira Modernidade" e tem como objetivo pensar como as idealizações do homem europeu auxiliaram a composição das imagens sobre o Novo Mundo na primeira modernidade. A pesquisa em andamento utiliza dois relatos de viajantes como fonte: o diário da primeira viagem de Cristóvão Colombo escrito em 1492, sobre o primeiro avistamento das "Índias"; e o livro impresso "Oh Preste João das Índias" do padre Francisco Álvares, escrito entre 1515-1540 e publicado no ano de 1540.

Para este trabalho, especificamente, foi utilizado como fonte a cópia do diário do navegador genovês Cristóvão Colombo, sobre a sua primeira viagem em busca de uma rota ocidental para as Índias, em 1492, à serviço da coroa de Castela. Para a compreensão da fonte dando o devido rigor metodológico foi usado o método de análise do Conteúdo de Lawrence Bardin (BARDIN, 2011), em que foram separados do texto as unidades de conteúdo que fazem referência aos nativos americanos sendo analisados posteriormente em nível quantitativo e qualitativo os contextos apresentados e como essas imagens dialogaram com as idealizações de Colombo.

A Navegação rumo ao (Des)conhecido

Cristóvão Colombo sob a bandeira castelhana navegou no ano de 1492 rumo ao ocidente a fim de encontrar a região do extremo oriente das Índias. A empreitada Colombina levava em questão a cosmovisão apresentada por Isidoro de Sevilha e Pierre D'Ailly sobre a formação do *Orbis Terrarum*. Para os textos que Colombo se baseava, a composição do mundo havia uma proporção entre as parcelas de água e terra, o que proporcionaria uma concentração de terra permitindo a existência de ilhas, além, talvez,

[625] Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: "Visões das Índias ", sob orientação do Dra. Célia Cristina da Silva Tavares, bolsista: CAPES.

da existência de um *orbis altérius* que seriam terras antípodas, opostas imediatamente as conhecidas do *Orbis terrarum* (GREENBLATT, 1996, p. 64–66; O'GORMAN, 1992, p. 81–82).

Outro elemento que auxiliou a ideia do genovês foram as navegações portuguesas no século XV, na medida que verificaram que a África não terminaria na latitude 30º Sul, evidenciando assim uma maior Longitude no *orbi terrarium*, do que gostariam os portugueses. Com essa informação a noção de Colombo em navegar para ao Ocidente, para assim chegar nas Índias, ficaria mais viável sem precisar fazer o périplo africano (O'Gorman, 1992, p.83-85).

Colombo introduziu dois grandes enfoques em sua viagem, o que na primeira modernidade estariam em simetria e em constante conjugação: primeiramente ele marcou a sua missão como continuação da Conquista de Granada, o foco colombino seria espalhar o evangelho e destruir as noções heréticas e idólatras nas Índias. Caracterizo a empreitada colombina como uma missão, mesmo não sendo ele próprio um religioso, pela evocação incessante ao longo da obra dessa ideia em difundir o cristianismo e pelo caráter posterior que foi dado pelos seus biógrafos;

Altezas como Catholicos Xpãnos príncipes amados da Santa Fé Cristã e acrescentadores dela, inimigos da seita de Maomé e de todas idolatrias e heresias pensaram em enviar a mim Xpoval Colon as ditas partidas da Índia para ver os ditos Principes e os povos e terras e a disposição delas e de todas as maneiras que se pode ter para a conversão deles a nossa Santa Fé. (MADRI, 1552, p. 2)

A segunda noção está na busca das grandes cidades comerciais do oriente, criando uma nova rota com o fim de interligar as Índias com a Espanha pelo mar oceano "Oceano Atlântico" (O'GORMAN, 1992, p. 85–86). Colombo queria criar uma nova "rota da seda" ligando das Índias com a Península Ibérica e fazendo assim os europeus alcançarem essas terras diretamente sem intermediários. É preciso circunscrever que a região compreendida como Índia no século XV-XVI era uma região muito mais vasta que o subcontinente indiano, indo praticamente da África Oriental até as regiões do Índico como Coromandel (BOXER, 1969, p. 43).

Essas duas noções não são vistas separadas, mas sim, são enfoques de uma mesma missão, a Exploração ou Conquista. Colombo viu a necessidade de conversão para a vitória comercial e a necessidade do desenvolvimento comercial para o andamento da conversão. Como fatores conjugados, a conquista não possuiu duas faces, mas sim, uma face, no qual o sagrado e o mundano na verdade são um só. Essas noções apresentadas

por Colombo foram a base para posteriormente invocarem a ideia de eleito, que foi amplamente divulgada por seus dois maiores biógrafos, seu filho Hernan Colombo e o padre dominicano Bartolomé de Las Casas, copista de seu diário (O'GORMAN, 1992, p. 39–40).

Podríamos traer para ejemplos muchos nombres, que fueron puestos como indicios de los efectos, que havina de suceder, por causas ocultas, como en lo que pertenece a el Almirante, de quien fuè pronosticada la maravilla, i novedad, de lo que hiço; porque fi atendemos al sobrenome común de sus Ascendientes, diremos que verdaderamente fue Colombo, ò Paloma, en quanto llevó la Gracia del Espíritu Santo al Nuevo Mundo, que descubrió; mostrándose como en el Bautismo de San Juan Baptista, el Espíritu Santo, en figura de Paloma.(COLON, 1749, p. 3)

As visões sobre as Índias, tidas por Colombo, remontaram a sua tradição literária, com elementos clássicos como Isidoro de Sevilha, Pierre D'Ailly e principalmente o viajante veneziano Marco Polo (TODOROV, 2019, p. 44). Este último foi uma espécie de reflexo ideal na medida que Colombo fez referências as terras por ele relatadas, como Quinsay, Catayo e Zipangu em todo instante que explorou. Colombo quando encontrou terra, em 1492, passou a coletar os sinais materiais e divinos que levariam as partidas relatadas por Polo. Ao entrar em contato com as populações nas Antilhas sempre objetivou, para além da esfera empírica, as terras que continham as populações orientais de grande mercancia e valor, referenciando por onze vezes em seu diário.

Saluo q yo lo mandara tomar todo para V. Altezas si huviera em quantidade se y tambien aqui nace el oro que trahen colgado a la nariz mas por no perder tiempo quiero yr aver si podre topar la ysla de Cipango agora como fue noche todos se fueron a tierra com sus almadias.(MADRI, 1552, p. 17)

A terra de Cipango ou Zipagu foi a mais referenciada pelo navegante genovês, e que no relato de Marco Polo pode ser circunscrita por nós como Japão. Sua busca, sem dúvidas, deve-se pelo fato de ser uma terra nunca antes explorada. Marco Polo teria apenas ouvido falar dela e se interessado, também, pelo seu isolamento. Ela seria uma terra rica em comércio e ouro composta por uma população, embora idólatra, muito branca e de boas maneiras. O Oriente ou as Índias seriam as terras ricas de possibilidades não apenas de ouro e comércio, mas, nelas conteriam, também, as maravilhas e monstruosidades de mundos ainda para explorar, elementos ainda não maculados, originários da criação as terras das bem aventuranças (HOLANDA, 2010, p. 257–258).

Havendo falado de tantas províncias de Terra firme, como haveis ouvido, falaremos das coisas maravilhosas que há na Índia. [...] Zipago é uma ilha levante, a 1500 milhas em alto mar. A ilha é bem grande, isso a gente é branca, de boas maneiras e formosas; Adoram ídolos e não estão sob domínio de ninguém, se não de si mesmos. Ali se encontra muito ouro, porque eu tenho em abundância, mas ninguém ali vai e nenhum mercador leva daquele ouro, e por isso o tem tamanha quantidade. (POLO, 1997, p. 135–136)

O "outro" nas Antilhas

Colombo, em sua primeira análise dos nativos antilhanos demarcou a sua aparência, como nem pretos nem brancos, eles seriam canários. Essa adjetivação foi um dos pontos norteadores mais complexos ao longo da pesquisa, pois não se encontrou a fonte dessa expressão. A causa mais provável seria a referência dos nativos *guanchos* das ilhas Canárias (GODINHO, 1952, p. 321–322), como um território no Atlântico que desde o século XIII os viajantes europeus, especificamente venezianos, buscaram fazer exploração. Esses nativos das ilhas Canárias eram rudimentares em tecnologia sem conhecer o ferro e mantiveram-se isolados dos navios africanos e portugueses até o século XIV, andando nus e sem elementos religiosos, o que poderia ser uma referência direta a isso.

Essa noção segue dois eixos hipotéticos: em primeiro ela pode auxiliar na identificação do que não são os nativos, pelo distanciamento, pois, de forma rude Colombo estaria afastando-os do mundo europeu, assim como, do mundo africano, dando-lhes um caráter de novidade e reforçando o ineditismo de sua viagem, uma vez que ele teria tido contato com uma população distinta. O segundo ponto se destina a pensar nas ilhas venturosas, na medida que Pierre D'Ailly representava as Canárias como ilhas fortunadas, próximas ao paraíso (MAGASICH; BEER, 2001, p. 34–36). Colombo ao referenciá-los como canários poderia estar resgatando essas noções idealizadas dos povos do oriente. Obviamente, essas hipóteses são conjecturas e a explicação mais certa talvez seja a mais simples, a cor canária seria a semelhança de cor e de modo entre os naturais das ditas ilhas e os nativos das Antilhas.

De qualquer forma a referência sobre os nativos, feita por Cristóvão Colombo, acabou sendo uma relação entre a idealização e realidade. Como método de análise da fonte foi empregado a análise de conteúdo de Lawrence Bardin. Foi separado da obra as unidades de conteúdo e divididas em três categoriais: O eu, o outro e o mundo. A unidade

de conteúdo especificamente analisada, para este trabalho, foi a unidade "índio/gente/nativo", sendo majoritária na categoria outro, aquilo que se distingue do eu-europeu que compõe o relato, tendo cem (100) aparições. A unidade de conteúdo foi organizada em diferentes contextos que possuem uma determinada inclinação. Essas inclinações podem ser positivas, quando denotam um olhar afirmativo e a favor da imagem dos nativos, ou podem ser negativas quando o olhar presente é hostil. Neste processo foi feito uma análise quantitativa inicial, com a contabilidade desses contextos, e posteriormente uma análise qualitativa observando tais inclinações.

As inclinações positivas da unidade "índio/gente/nativo" com quarenta e sete (47) referências representando, quarenta e sete por cento (47%) das unidades foram dividias em seis contextos. Ao observar os contextos positivos sobre a unidade de conteúdo "nativo" encontra-se: *religião*, com onze (11) referências; *Bondade* com onze (11) referências, correspondendo cada uma a vinte e três por cento (23%) dos contextos; *engenho* ou capacidade técnica com cinco (5) referências, correspondendo a onze por cento (11%); *beleza* e *mansidão*, cada um com sete (7) referências, correspondendo a quinze por cento (15%); e por último *cor* com seis referências (6) correspondendo a treze por cento (13%). A título de exemplo, pode-se destacar duas referências da inclinação positiva, na medida de suas ocorrências são assumidas como de maior relevância, na visão de Colombo.

A "religiosidade" dos nativos foi vista com bons olhos inicialmente por Colombo, tendo em vista que ele não reconheceu nos nativos a presença de religião. Na sua observação eles seriam sem credo, pois o navegante não encontrou nenhum elemento que se relacionava com algo semelhante à sua religião ou as suas noções de idolatria ou paganismo, então admirou como passíveis de conversão sem grandes problemas. Na interpretação de Grosfoguel, com base em Maldonado-Torres, essa noção significaria que Colombo não reconheceu a humanidade nos nativos americanos (GROSFOGUEL, 2016, p. 36), visto que na idade moderna a noção de ausência de religiosidade não seria concebida pelo homem moderno (FEBVRE, 2009, p. 292–95). Não sigo essa noção diretamente, pois, Colombo embora não reconheça exemplos de religiosidade presente nos nativos americanos reconheceu neles a possibilidade de conversão e a compreensão do divino, o que em minha concepção já elucida elementos substanciais para o reconhecimento dos nativos como seres existentes acima dos animais, ao menos nessa primeira viajem, pois ele se admirou pela interpretação dos nativos de que os europeus teriam vindos do céu, do mesmo modo que se admirou pela facilidade dos indígenas em

aderir aos ritos e símbolos cristãos. “Puso una cruz muy poderosa en medio dela praça de aquella población a la qual ayudaron los indios muchos y hizieron diz que oratiõ y la adorarõ y por la nuestra quedan espera en dios El Almirante que todas aquellas islas han de ser Xpianas”(MADRI, 1552, p. 70).

Outro elemento que coadunou com essa visão foi a ideia de bondade. Colombo adjetivou os nativos como bondosos sem ganância, essa bondade faria deles súditos pacíficos para os reis católicos, o que auxiliaria não apenas na conversão, mas sim, nos ganhos obtido com as relações de trocas. A imagem que Colombo apresentou dos nativos seria de uma população cuja realidade remontaria aos primeiros humanos, em uma bondade natural (TODOROV, 2019, p. 54).

> (dize el Almirante) son gente de amor y sin cudicia y conveniebles para toda cossa q certifico a V. Al. [Vossa Alteza] que en el mundo creo que no ay mejor gente ni mijor tierra ellos aman a sus proprios como assi mismos y tienen una habla la mas dulce del mundo y mansa y simpre concisa ellos andan desnudos assi hombres como mujeres mas creã V. Al. que entre si tienen costumbres muy buenas.(MADRI, 1552, p. 81)

Porém, levando em consideração o ponto de vista negativo, encontra-se cinquenta e três contextos (53) que marcou uma determinada hostilidade ou ojeriza no olhar de Colombo sobre os nativos antilhanos representando, assim, cinquenta e três por cento (53%), com os contextos: *nudez*, com dezenove referências (19), representando trinta e seis por cento (36%); *covardia*, com dezoito referencias (18), correspondendo a trinta e quatro por cento (34%); *Monstruosidade*, com sete referências (7), correspondendo a treze por cento (13%); *ausência de engenho*, seis referências (6), onze por cento (11%); *confronto*, com três referencias (3), representando seis por cento (6%). Os dois contextos mais significativos, apresentados por Cristóvão Colombo, foi a noção da nudez e da covardia dos nativos, demostrando assim uma quebra na expectativa inicial.

A nudez, em si, apresentou uma noção de distinção dos povos que Colombo se deparou em comparação àqueles que ele almejava encontrar nas terras de Cipango/Zipagu, com base no texto de Marco Polo. Pois, Colombo desejava uma população branca e de grandes mercadores, possuidores de grandes riquezas e ao se deparar com a população das Antilhas encontrou pessoas desnudas em tamanha simplicidade. “Mas me parecía que hera gente muy pobre de todos, ellos andan todos desnudos como su madre los pario y también las mujeres”(MADRI, 1552, p. 15).

A falta de armamento, assim como, a pseudo-covardia observada por Colombo apresentou uma noção de passividade beirando a uma inocência primal, que em

comparação os distanciaria desses povos idealizados do oriente. “destos indios y todos huir sin que les quisiesen hacer mal ellos no tienen armas y son todos desnudos y de ningún ingenio en las armas y muy cobardes” (MADRI, 1552, p. 66). As referências a Polo trouxeram uma riqueza de materialidade e uma concentração comercial para as buscas, porém, não foi isso que Colombo encontrou. Ela buscava essas cidades mercantis, mas apenas encontrou uma população que na prática não estava acostumada com o contato, que ao avistar os europeus abandonavam o pouco que tinham para trás e “fugiam como galinhas” (MADRI, 1552, p. 19).

A visão de Colombo oscilou entre positivo e negativo na composição da imagem do nativo americano, ou o “índio” em sua perspectiva por ter chegado às Índias. As imagens positivas demonstraram uma congruência entre aquilo que era idealizado e aquilo que foi observado, em outras palavras, Colombo entendeu como positivo aquilo que estava em conciliação com seus desejos. O oposto também se prova correto, as imagens negativas são elementos que ele desaprovou por algum motivo, que creio ser a quebra de uma expectativa frente aos povos das Índias.

O impacto do novo mundo

O impacto do Novo Mundo na Europa foi muito debatido na historiografia sobre a modernidade, dois autores neste trabalho se destacam Stephen Greenblatt e John H. Elliot. Stephen Greenblatt afirmou que as imagens do Novo Mundo foram extremamente distintas das imagens já conhecidas pelos viajantes. O Novo Mundo deslocou as rotinas do homem europeu, desacreditando-os dos elementos tradicionais (GREENBLATT, 1996, p. 40–41). Esse deslocamento teria gerado um estado de choque inicial chamado de maravilhamento, uma construção entre o real e o imaginado, esse choque daria um frescor as noções da antiguidade, porém, promoveria uma nova relação, que o homem europeu para assimilar precisaria ao longo do tempo usar de mimetismo para compreender,

O maravilhoso é, pois, um traço central no complexo sistema de representação como um todo, seja ele verbal ou visual, filosófico ou estético, intelectual ou emocional, através do qual as pessoas da idade média tardia e da renascença apreendiam, e portanto possuíam ou descartavam, o não-familiar, o estranho, o terrível, o desejado e o odiado(GREENBLATT, 1996, p. 40)

No contraponto há a tese do impacto embotado do John Elliot, que afirmou que as visões do Novo Mundo foram absorvidas com base nas ideias e relações já existentes no entendimento e na cultura europeia. As novas imagens do novo mundo foram amortecidas ao serem levadas para o campo do familiar pelos viajantes europeus, em que foram comparadas e encontradas uma espécie de similaridade (ELLIOTT, 1972, p. 32). Ele firmou que houve um certo lapso dos europeus em trazer as imagens americanas para o seu domínio, pois nada conheciam dessas populações, deste modo, trazer para o campo do familiar por meio das semelhanças foi uma maneira. Esse movimento para o autor não seria uma novidade, pois a Europa já teria feito isso no medievo com o islã, criando uma interpretação repleta de prejuízos e retrocessos, dando a ideia de que a compreensão da mesma é na verdade uma valorização de si (ELLIOTT, 1972, p. 27–28).

Neste trabalho optei por seguir os dois autores como visões complementares, mesmo que muitas vezes pendendo para a noção de Elliot. Pelo fato de que processo de assimilação das imagens sobre o Novo Mundo foi feito com base nas noções prévias dos viajantes e hierarquizadas com as ideias pré-existentes, aproximando daquilo que era familiar. No entanto, aquilo que não pode ser encaixado no sistema familiar pelo grau de excentricidade, manteve-se como um choque que foi o maravilhamento. Esse maravilhamento com o Novo Mundo também remeteu ao arcabouço cultural, porém, em um campo que foge ao domínio natural e a compreensão propriamente dita, aquilo que Le-Goff afirmou está no campo sobrenatural: idílico (épico); milagroso; Mágico (LE GOFF, 1994).

A alteridade do outro "indígena-americano", na visão de Colombo, não foi passível de maravilhamento. Ela apresentou uma ambiguidade com base em uma relação notoriamente objetiva, os elementos positivos e negativos foram assimilados por uma estrutura familiarizada. Pode-se dizer que essa noção de "canários" seja um desses indicativos, de que Colombo fez uma referência a essa base conceitual. No entanto, isso não se repetiu com a descrição da natureza, embora não seja o foco neste trabalho. A natureza só foi assimilada com base nas ideias de maravilhas presentes no arcabouço de Colombo, porém, indo além da sua compreensão, e de fato comprovando o seu maravilhamento. "Y aves y passaritos de tantas maneras y tan diversas de las nossas que es maravilla y después ay arboles de mil maneras y todos de su manera de fruto y todos huelen que es maravilla"(MADRI, 1552, p. 26).

O processo de assimilação do outro americano na visão de Colombo se deu com base em suas bagagens, ele utilizou os elementos prévios das narrativas de viagens e das

cosmovisões medievais para embasar o seu olhar e trazer para o âmbito do familiar. A partir desse processo encontra-se a ideia de hierarquização, quando as imagens assimiladas, de alguma maneira, são hierarquizadas com base no arcabouço daquele que assimila. Por exemplo, Colombo utilizou as ideias da população de Cipango/Zipagu como elemento inicial para comparar aos nativos antilhanos, na medida que se aproximou de suas idealizações ou se distanciou ele os assimilou. Após esse primeiro movimento de usar o arcabouço prévio, para romper as imagens que não compreendeu, ele introduziu tais imagens em seu contexto cultural, subordinando-as as noções prévias para que elas possuam fazer algum sentido. Colombo, não encontrou os nativos como afirmou Polo, porém, teve o trabalho de compreende-los à luz de suas noções prévias, decepcionando-se ou admirando-se na medida da percepção e depois articulou essas novas ideias com as suas noções anteriores.

Em "diálogo" com os nativos ele compreendeu que os mesmos temiam a atuação de povos rivais, que chegavam aquelas partes e os faziam guerra, cativando-os por fim. Colombo chegou nas Antilhas e viu a relação conflituosa entre dois grupos, os caraíbas e os aruaques (BETHENCOURT, 2018, p. 149), depois de decepcionar-se com a passividade dos aruaques buscou relacionar essa noções com as suas ideias "creya el Almirante q mentían y sentía el almirante que devian ser del senyorio del Gran Can que los captivaban [os caraíbas]"(MADRI, 1552, p. 48). Ele relacionou essa dinâmica dos nativos com a expansão do Grande Cã no oriente.

Compreender a visão colombina, na verdade, é entender como os homens na primeira modernidade lançam mão dos recursos existentes para assimilar a novidade e assim criar a visão moderna. Todorov afirmou que Colombo não é um homem moderno em sentido lato, ele não representa o empirismo do período, pois, aquilo que ele encontrou foi uma confirmação daquilo que ele intuiu (TODOROV, 2019, p. 23). Seus elementos culturais atuaram sobre ele com uma forte autoridade, então todo movimento de distanciamento e aproximação entre aquilo que ele acreditava e aquilo que ele encontrou deve ser considerado de forma significativa.

O que se pode notar é que o distanciamento e proximidade entre as noções prévias e a objetividade pode ser aferida por meio da análise de conteúdo no que compete a inclinação do autor. Pois, quando a ruptura da idealização se deu ela foi referenciada com um pesar pelo autor. A ausência de capacidade de mercancia e de riquezas da população pode ser assumida como um contratestemunho do relato de Marco Polo, sem invalidar a

sua narrativa. Aquela população ainda não seria a de Cipango ou Catayo, dando as noções de oposição na visão do navegante sobre a imagem dos nativos.

Todavia, o oposto também se confirma, os elementos positivos são relações encontradas entre aquilo que se idealizou e aquilo que se observou. Por exemplo, a noção da bondade e do desapego dos indígenas e a falta de religião encaminhou para o olhar de uma futura missão colonialista, nos moldes afirmados por Todorov (TODOROV, 2006), tendo em vista a facilidade, correlacionando aquilo que foi escrito por Colombo na introdução do seu diário. Outro ponto é a alteridade dos povos americanos, como "canários", em comparação aos povos europeus e africanos. A terra das Antilhas foi comparada com a da África e da Península Ibérica, e na visão do autor com certa superioridade,

> V. Al. que debajo del sol no me parece q las puede haver mejores en fertilidad en tenperança de frio y calor en abundancia de aguas buenas y sanas y no como los ríos de Guinea que son todos pestilencia porque loado nosso Senhor hasta oy de toda mi gente no ha habido persona que le haya mal cabeza ni estado en cama por dolencia (MADRI, 1552, p. 50).

Com isso, compreende-se que as ideias presentes em Colombo é fruto direto de suas referências, assim como, as visões positivas e negativas são na verdade um diálogo entre o arcabouço cultural e suas idealizações e a relação objetiva presente no contato. Deste modo, as visões idealizadas não são abandonadas pelo homem moderno, nem são destruídas no contato, elas são transformadas em alicerce inicial para a compreensão do outro. Todos os elementos que Colombo não encontrou referência diretamente sobreviveu como uma imagem convexa, resultando assim, como uma primeira comparação para criação da narrativa sobre "identidade indígena". Obviamente precisa-se compreender que o homem moderno, em específico Colombo, não estava esperando que os nativos afirmem ou confirmem quem eles são. O discurso moderno presente em Colombo é unidirecional e a única base são seus próprios elementos. A narrativa idealizada não foi abandonada ela foi transformada em alicerce para a imagem do outro.

Conclusão

Pode-se concluir que as idealizações são de vital importância para a compreensão dos relatos de viajante, que elas foram usadas como elemento inicial da observação dos viajantes, neste caso Colombo. As imagens de inclinação positiva e negativa sobre os nativos representaram uma relação sistólica e diastólica entre a realidade e o idealizado. Deste modo, as idealizações e as matrizes medievais não foram abandonadas, elas

auxiliaram a composição desse primeiro olhar do viajante europeu, que ao invés de enxergar aquilo que existia de fato, assimilou aquilo o mundo à luz daquilo que conhecia. Seguindo o pensamento de Elliot, o homem europeu, mais especificamente o navegante nessa primeira modernidade, usou a si mesmo para entender o "outro".

Destarte, é imprescindível levar em consideração as idealizações do período para compreender as observações dos viajantes. O olhar idílico ou maravilhoso não foi abandonado, do mesmo modo, ele não permaneceu o mesmo. Ele foi reconfigurado na medida que precisou adaptar-se as novas realidades, compondo a base inicial da visão, tal como, uma lente que se usa para enxergar o mundo.

Referências:

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2011.

BETHENCOURT, F. *Racismos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOXER, C. *O Império Colonial Português (1415-1825).* Lisboa: Edições 70, 1969.

COLON, F. *La História de D. Fernando Colon en la qual se da particular, y verdadera relacion de la vida, y hechos de El Almirante D. Christoval Colón.* In: BARCIA, A. (Ed.). *Historiadores Primitivos de las Indias Occidentales Tomo I.* Madrid: [s.n.].

ELLIOTT, J. H. *El Viejo Mundo y El Nuevo 1492-1650.* Madrid: Alianza Editorial, 1972.

FEBVRE, L. *O problema da incredulidade no século XVI.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GODINHO, V. A economia das Canárias nos séculos XIV e XV. *Revista de História,* 1952.

GREENBLATT, S. *Possessões Maravilhosas.* Tradução: Gilson César Cardoso De Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

GROSFOGUEL, R. A Estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado,* v. 32, n. 1, 2016.

HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LE GOFF, J. *O Imaginário Medieval.* Lisboa: Estampa, 1994.

MADRI, B. D. H. *El primer viaje y las derrotas y camino que hizo el almirante don Cristóbal Colón cuando descubrió las Indias, puesto sumariamente sin el prólogo que hizo a los Reyes, que va a la letra y comienza desta manera (manuscrito).* 1552.

MAGASICH, J.; BEER, J. *A América Mágica.* Santiago del Chile: LOM, 2001.

O'GORMAN, E. *A Invenção da América.* São Paulo: UNESP, 1992.

POLO, M. *As viagens.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TODOROV, T. A Viagem e seu relato. *Revista de Letras,* v. 46, n. 1, jun. 2006.

TODOROV, T. *A Conquista da América.* São Paulo: Martins Fontes, 2019.

Fontes:

MADRI, Biblioteca Digital de Hispania. *El primer viaje y las derrotas y camino que hizo el almirante don Cristóbal Colón cuando descubrió las Indias, puesto sumariamente sin el prólogo que hizo a los Reyes, que va a la letra y comienza desta manera* (manuscrito) MSS10255. 1552.

Portugueses na Ilha das Flores na década de 1920: uma contribuição para o debate sobre o perfil do imigrante português no Rio de Janeiro

Wanderson Silva Bonifácio Junior[626]
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientação: Luís Reznik

Introdução

A proposta deste breve trabalho é discutir o perfil do imigrante português a partir dos livros de registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores na década de 1920, período marcado pela retomada dos deslocamentos em massa da Europa em direção ao Brasil, impulsionada pelo fim da Primeira Guerra Mundial. No recorte de 1920-1930, surgiram novos elementos que não existiam nos fluxos migratórios das décadas anteriores. Primeiramente, a influência de um conflito de proporções globais não pode ser minimizada. Além do envio de milhares de combatentes, uma economia pouco desenvolvida e debilitada pela guerra gerou um grande impacto na população. A inflação, que alcançava níveis astronômicos, reduziu consideravelmente o poder de compra da população. Com a crise econômica, ocorreram tensões sociais e instabilidade política, levando à ascensão do regime salazarista. Além dessas questões, persistiram pressões sociais já existentes no século XIX, como a distribuição desigual de terras, que continuava a afetar os emigrantes. Com base nos dados demográficos dos livros de registro da década de 1920, objetivamos debater a memória da imigração portuguesa, construída em torno da figura do imigrante jovem e solteiro.

A Ilha das Flores

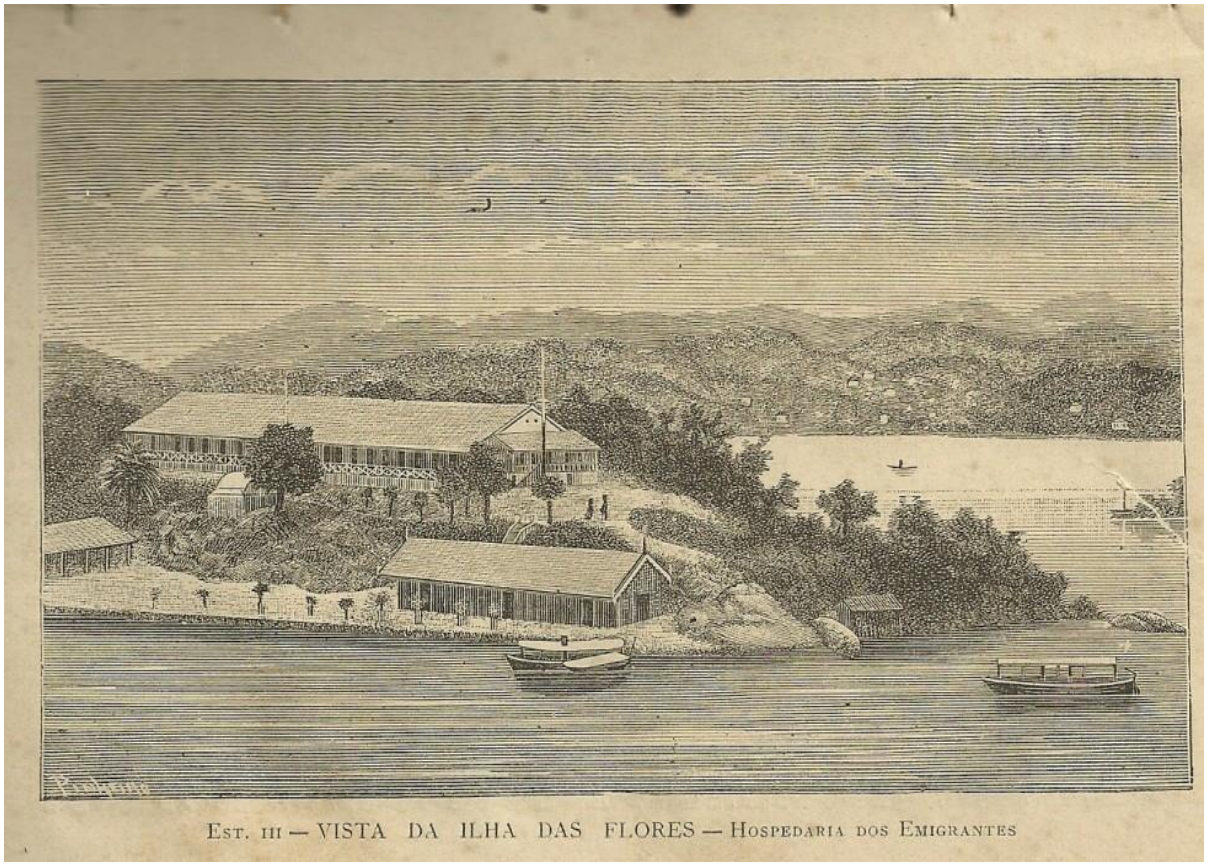
A Hospedaria da Ilha das Flores foi criada pelo Império para atender às demandas de interesse nacional. Esses interesses incluíam a atração de trabalhadores para o setor agrícola e a questão racial, já que se defendia que trazer "civilização para o país atrasado" significava atrair europeus, vistos como uma população superior racialmente. Além disso, havia a preocupação com o vazio demográfico.

[626] Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2024, projeto: " A Família Portuguesa no Rio de Janeiro: Um estudo sobre a imigração familiar na Ilha das Flores (1883-1930) ", sob orientação do Dr. Luís Reznik.

Em 1883, o governo adquiriu a Ilha, vista como um local adequado para a construção da Hospedaria, que anteriormente era propriedade particular do senador José Ignácio Silveira da Motta. Segundo relatório da comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, a Ilha das Flores apresentava as seguintes características: "o terreno da ilha está, em grande parte, inculto; a porção, porém, aproveitada em jardim, horta, pomares e roças mostra a feracidade natural, pelo desenvolvimento e viço do arvoredo e plantações" (IMPERIAL apud REZNIK.; FERNANDES, 2014, p.3). A ilha contava ainda com muitas árvores frutíferas, plantas leguminosas, galinheiros, currais e a casa do senador, que tinha um anexo para recepção de hóspedes, além de armazéns destinados à guarda de instrumentos de trabalho e barcos, casas de empregados espalhadas em diferentes locais da ilha e seis tanques para criação de peixes, com capacidade para até 6 mil unidades (REZNIK; FERNANDES, 2014, p.242).

Logo após a aquisição da ilha, começaram as obras para o prédio da Hospedaria, com capacidade inicial de 800 a 1.000 pessoas e localização estratégica por dois motivos. O primeiro era as vantagens sanitárias do local: por se tratar de uma ilha, ela ficava isolada da Capital, estando afastada dos surtos pandêmicos que lá ocorriam. Dessa maneira, a Ilha operava em uma lógica de quarentena reversa, isolando os imigrantes da zona portuária do Rio de Janeiro, que era suja e insalubre. O segundo motivo era a beleza natural da ilha, que possuía uma paisagem marcante, servindo como propaganda da política imigratória brasileira.

Figura 7 - Vista da Hospedaria

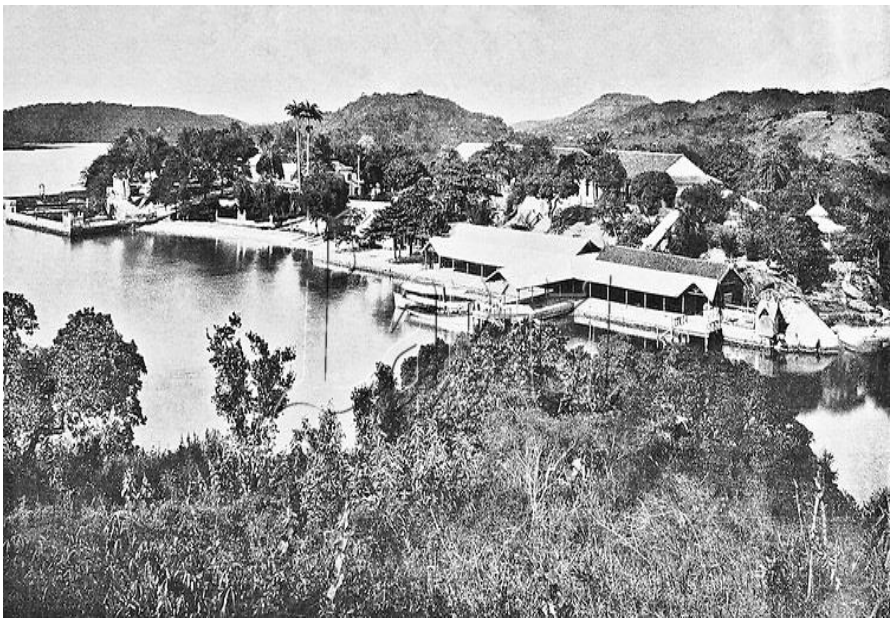


Fonte: FERREIRA, Felix. A província do Rio de Janeiro. Notícias para o emigrante. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor H. Lombaerts & Comp., 1888. p. 23.

O percurso geral dos imigrantes na Ilha das Flores geralmente começava pelo desembarque no Cais do Desembarque e seguia imediatamente para o Escritório da Diretoria, onde eram registrados pelo escrivão. Nos livros de registro, eram anotados os seguintes dados: procedência, nome do navio, nome, idade, estado civil, data de entrada e saída, nacionalidade, profissão e destino. Após esse procedimento, os imigrantes passavam pelo consultório médico para um check-up, com o objetivo de prevenir doenças infecciosas (COSTA, 2015, p.58). A inspeção médica funcionava como uma triagem: caso o imigrante estivesse saudável, recebia sabão e roupas de cama limpas para sua higiene. Caso estivesse enfermo, era encaminhado para o Hospital de São João Batista, em Niterói. Em casos mais simples, o imigrante era direcionado para as enfermarias da própria Ilha das Flores (REZNIK apud COSTA, 2015, p.60).

O período de permanência na ilha durava, em média, 8 dias. Durante esse tempo, o imigrante deveria buscar emprego nas lavouras de café, nas cidades ou tentar adquirir terras nos núcleos coloniais. O Estado assumia o papel de fornecer passagens gratuitas para o destino final dos imigrantes.

Figura 8 - Cais do Desembarque em 1909.

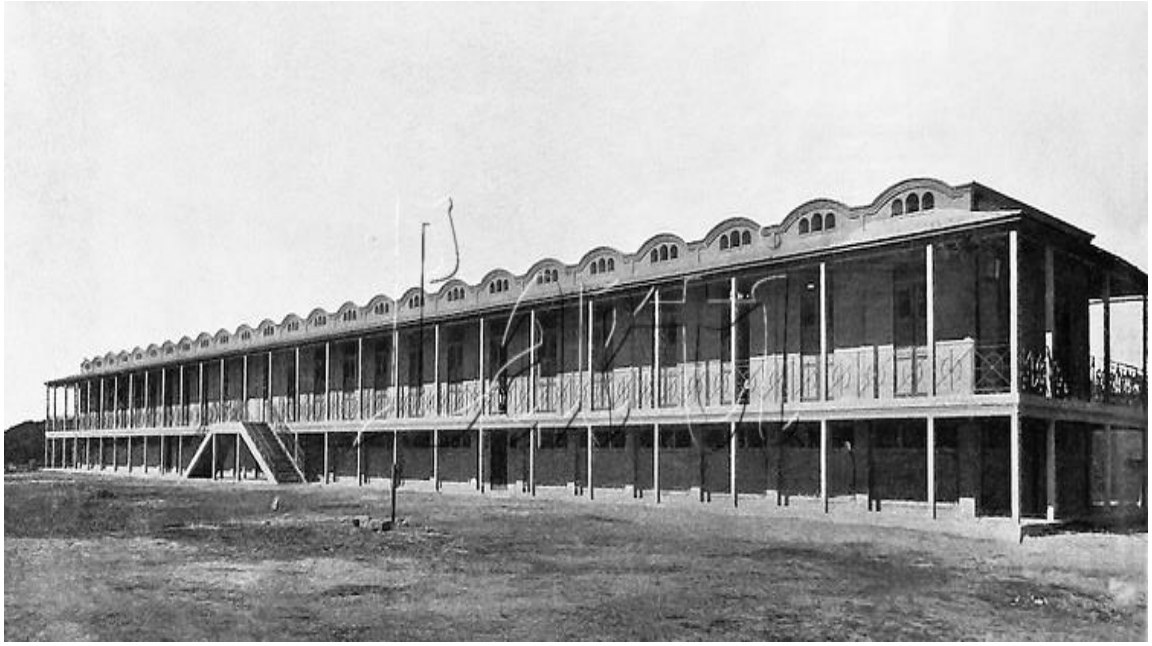


Fonte: Coleção Laeti. Acervo: Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores/ UERJ.

No início do funcionamento da Hospedaria, tanto homens quanto mulheres eram alojados na mesma estrutura, uma vez que havia acomodações apenas na Ala Sul da Ilha. Com a construção de novos alojamentos, foi realizada uma separação de gênero nos espaços de acomodação. Em 1888, foram construídos novos alojamentos de madeira, e, posteriormente, em 1907, três pavilhões em alvenaria foram erguidos na Ala Sul. Os novos alojamentos foram projetados com pé-direito elevado, com o objetivo de garantir boa circulação de ar e evitar a propagação de doenças como a tuberculose.

É importante observar os materiais utilizados nas construções dos edifícios, pois eles refletem as concepções sanitárias vigentes em cada período. As estruturas de madeira indicam uma preocupação com as doenças infecciosas que assolavam o Rio de Janeiro, como a febre amarela e o cólera. Caso houvesse um surto, essas construções poderiam ser queimadas para conter rapidamente a propagação das doenças. Os edifícios de alvenaria, por sua vez, representam uma ruptura com a ideia de que construções de madeira eram a melhor medida para interromper surtos infecciosos. A partir de 1907, com o avanço da microbiologia e o entendimento de que as doenças eram transmitidas por vetores e influenciadas por múltiplos fatores, essas novas concepções foram incorporadas nas construções da Ilha (REZNIK; COSTA, 2019). Esse complexo também contava com uma cozinha e um refeitório com capacidade para 400 pessoas.

Figura 9 - Alojamentos da Ala Norte construídos em alvenaria em 1909.



Fonte: Coleção Laeti. Acervo: Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores/ UERJ.

As obras de melhorias e expansão da capacidade da Ilha das Flores ocorreram conforme surgia demanda. Assim, foram as experiências cotidianas na Hospedaria que incentivaram as intervenções no espaço da Ilha. Como veremos na tabela abaixo, desde o início de seu funcionamento até 1890, a Ilha das Flores registrou um aumento expressivo nas entradas de imigrantes, resultado das políticas públicas de imigração. Nesse sentido, a criação de novos alojamentos foi consequência do crescimento do fluxo migratório que utilizava os serviços da Ilha. Para ampliar os alojamentos, em 1888, surgiu a necessidade de construir um edifício exclusivo para a enfermaria.

Tabela 3 - Imigrantes ingressos no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1883 – 1890)

Ano	Brasil	Rio de Janeiro	Ilha das Flores
1883	24.827	---	7.402
1884	19.608	17.999	8.138
1885	29.408	22.727	10.579
1886	25.741	22.236	12.501

1887	**54.990**	**33.310**	**18.834**
1888	**131.745**	**55.863**	**33.384**
1889	**65.187**	**---**	**26.848**
1890	**107.100**	**85.162**	**66.494**

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1883-1890 apud Costa 2015

Outras melhorias ocorreram em 1889, quando foi elaborado um plano orçamentário para expandir a capacidade da Ilha para 3.000 pessoas. Dentro desse plano, estavam inclusos a ampliação do armazém, do refeitório, de um compartimento exclusivo para os serviços da secretaria, além da expansão dos alojamentos, já mencionada no parágrafo anterior.

Em 1890, novas construções também foram realizadas, como a construção de um necrotério próximo a uma praia no interior da Ilha, além de uma morada para o Ajudante do Administrador. Foram ainda construídos cinco quartos para o alojamento dos serventes, quatro mictórios em diversos locais, e sarjetas de 244 metros para a canalização das águas pluviais, por meio de manilhas. Também foi erguido um alpendre de madeira coberto com zinco, abrangendo toda a frente da Hospedaria, e uma cobertura ao longo de todo o cais, para proteger as bagagens (COSTA, 2015, p.63).

Portanto, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores representou o amadurecimento das políticas públicas de imigração no Brasil. A criação de uma hospedaria oficial expôs um aprofundamento no processo de transição da mão de obra escrava para a mão de obra imigrante. Além disso, a Hospedaria teve o papel de controlar, fazer a triagem e encaminhar os imigrantes recém-chegados. As melhorias realizadas no local refletem a preocupação em fornecer a melhor experiência possível para os imigrantes, o que, por sua vez, elevou o Brasil ao patamar de um país receptor de imigração.

A memória da imigração

Quando se discute a imigração portuguesa para o Rio de Janeiro a partir do final do século XIX, o que vem à mente são as trajetórias de imigrantes jovens, solteiros, que se deslocaram do Norte de Portugal para a antiga capital do Brasil em busca de uma vida no comércio. Esses casos não eram apenas comuns, mas também marcantes no cotidiano urbano do Rio de Janeiro.

No entanto, sabemos que a imigração portuguesa não se limitou à ocupação da zona urbana; houve também presença portuguesa nas grandes fazendas do interior do Estado. Regiões como Valença, Cantagalo e Vassouras receberam trabalhadores portugueses para as lavouras de café. Todavia, neste trabalho, abordaremos o primeiro cenário. Existe uma memória da imigração portuguesa no Rio de Janeiro que aponta que a maior parte desse fluxo migratório foi composto por homens solteiros que vinham para trabalhar na cidade, acumular dinheiro, enviar remessas para suas famílias em Portugal ou ascender socialmente. No entanto, algumas fontes entram em conflito com essa memória. Menezes (2007), em seu artigo "A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida", que analisa a presença lusitana nos censos, nos mostra uma tendência de aumento da imigração familiar do último quarto do século XIX até 1920. Mais importante ainda é a constatação de que, no censo de 1920, havia uma presença maior de homens portugueses casados do que solteiros. A existência desse dado é surpreendente, pois caminha na direção oposta ao cânone da presença lusitana no Rio de Janeiro.

Em relação ao aumento da imigração familiar, o livro de Diogo Ferreira (2019), *Brasil: Porto de esperança. A emigração do Porto para o Brasil entre o final da Primeira Guerra Mundial e a Crise Capitalista de 1929*, segue a mesma linha de pensamento de Menezes, mas sob o ponto de vista português, afirmando a existência de um aumento progressivo da emigração familiar do Porto no final do século XIX.

No que diz respeito à década de 1920, ao utilizar os livros de registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, encontraremos dados que corroboram o quadro descrito por Menezes (2007) e que, consequentemente, entram em conflito com o que se acredita ser o perfil do imigrante português no Rio de Janeiro: um homem jovem, solteiro, que chegou à Zona Portuária do Rio de Janeiro. Os livros de registro não negam completamente esse perfil, mas levantam questionamentos sobre o estado civil dos imigrantes portugueses, pois os números apontam para uma maior presença de homens casados.

A Ilha das Flores e o estado civil dos homens portugueses

Iremos apresentar alguns dados demográficos de 1925, 1928 e 1929. A escolha desses anos se justifica por algumas razões. A primeira é que, de 1920 a 1924, a Hospedaria praticamente não recebeu imigrantes portugueses. Os motivos para isso não

nos cabem detalhar neste momento, mas já foram abordados em outro trabalho (BONIFÁCIO, 2024). O segundo motivo é a falta de disponibilidade de alguns livros de registros, o que impossibilita a realização de trabalhos sobre esses respectivos anos.

Em 1925, houve uma mudança importante na imigração portuguesa para a Hospedaria, pois, nesse ano, entrou em vigor o Decreto nº 16.761, de 31 de dezembro de 1924. Essa medida obrigava todos os imigrantes de 2ª e 3ª classe que chegassem ao Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro a se hospedarem na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, com o objetivo de passarem por uma inspeção no Departamento Nacional de Saúde Pública e serem identificados pela polícia do Distrito Federal. Além disso, foi revigorada a aplicação do Decreto nº 4.247, que realizava uma seleção social, física e econômica dos imigrantes:

Art. 1º É licito ao Poder Executivo impedir a entrada no territorio nacional:

1º, de todo estrangeiro nas condições do art. 2º desta lei;
2º, de todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de molestia incuravel ou de molestia contagiosa grave;
3º, de toda estrangeira, que procure o paiz para entregar-se á prostituição;
4º, de todo estrangeiro de mais de 60 annos.

Paragrapho unico. Os estrangeiros a que se referem os ns. 2 e 4 terão livre entrada no paiz salvo os portadores de molestia contagiosa grave:

a) si provarem que teem renda para custear a propria subsistencia;
b) si tiverem parentes ou pessôas que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança assignado, perante a autoridade policial.

Art. 2º Poderá ser expulso do territorio nacional, dentro de cinco annos, a contar de sua entrada no paiz, o estrangeiro a respeito de quem se provar:

1º, que foi expulso de outro paiz;
2º, que a policia de outro paiz o tem como elemento pernicioso á ordem publica;
3º, que, dentro do prazo acima referido, provocou actos de violencia para, por meio de factos criminosos, impôr qualquer seita religiosa ou politica;

4º, que, pela sua conducta, se considera nocivo á ordem publica ou á segurança nacional;
5º, que se evadiu de outro paiz por ter sido condemnado por crime de homicidio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estellionato, moeda falsa ou lenocinio;
6º, que foi condemnado por juiz brasileiro, pelos mesmos crimes.[627]

O objetivo dessas restrições era realizar uma seleção mais rigorosa dos imigrantes, excluindo os "indesejáveis". Nessa categoria, estavam incluídas pessoas com deficiências físicas e mentais, indivíduos com antecedentes criminais, incluindo agitação política de esquerda, mulheres com o objetivo de se prostituir, mendigos e idosos sem garantia de sustento econômico.

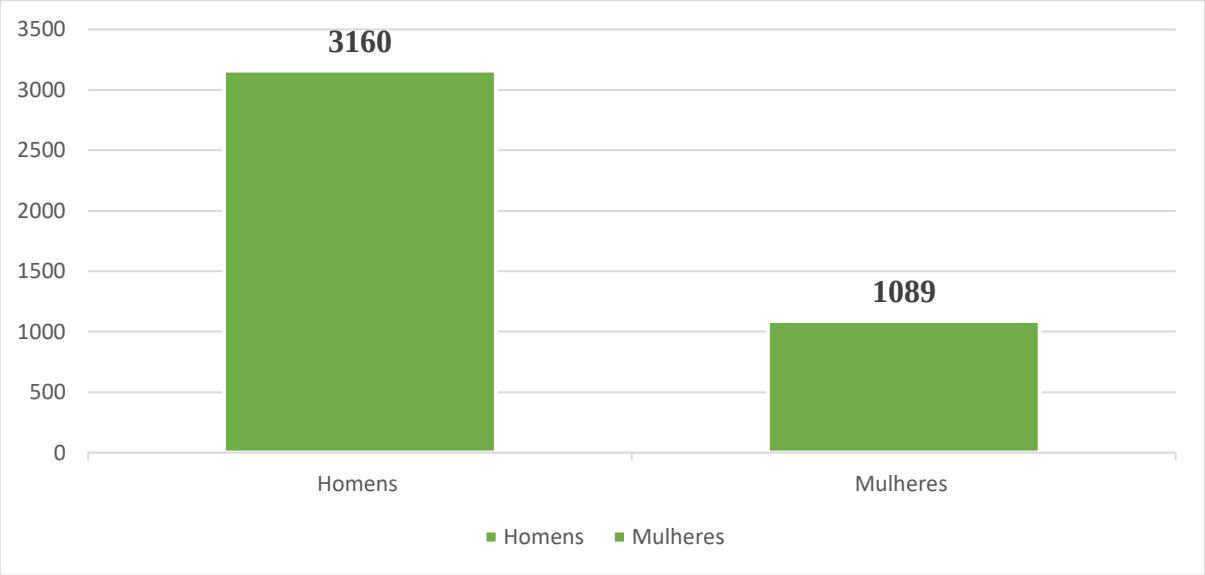
É importante ter em mente que o Decreto de 1924 restringiu a imigração sob a influência da eugenia. Em alguns relatórios, os ministros enfatizaram a diminuição da entrada de imigrantes no Brasil como resultado das restrições. No entanto, essas limitações não foram aplicadas de maneira tão rígida, especialmente no que se refere à entrada na Ilha das Flores.

Acreditamos que a obrigatoriedade de entrada na Hospedaria da Ilha das Flores foi a principal motivação para o aumento da imigração portuguesa na ilha. Isso pode ser observado pelo retorno da presença portuguesa nos livros de registro logo após a implementação da mudança legislativa.

Dados de 1925

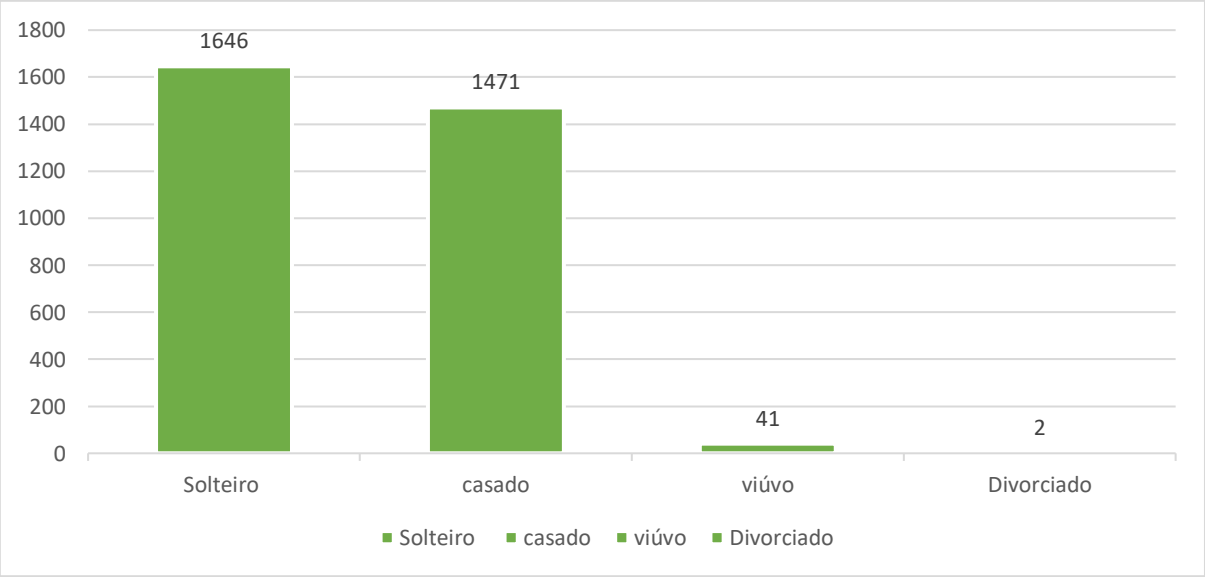
[627] Câmara dos deputados https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html. Consultado em 19/09/2024.

Gráfico 1- Distribuição de gênero em 1925



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

Gráfico 2- Estado Civil dos Homens Portugueses em 1925



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

1925 foi o primeiro ano em que a Ilha recebeu um considerável contingente de imigrantes portugueses, resultado da mudança legislativa já mencionada, que ocorreu em 1924 e entrou em vigor no final do ano seguinte. Esse foi, portanto, o primeiro período em que conseguimos encontrar dados que fornecem sustentação para alguma análise.

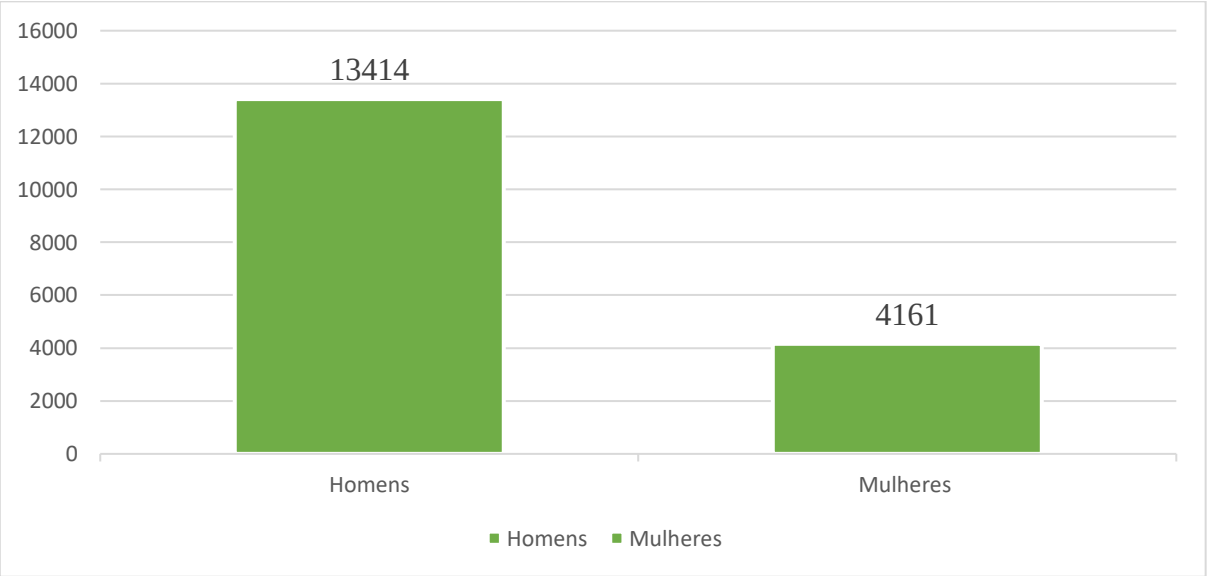
A distribuição do estado civil dos homens portugueses na Ilha revela números bastante próximos entre casados (1.471) e solteiros (1.646). No entanto, ao cruzarmos

esses dados com a faixa etária, percebemos que há mais imigrantes casados do que solteiros, se excluirmos 255 imigrantes solteiros na faixa etária de 0 a 10 anos, uma idade na qual seria improvável encontrar casamentos. Nesse caso, os números mostram 1.471 casados e 1.390 solteiros. Se fizermos uma análise mais detalhada, a diferença se ampliaria, pois, embora seja possível que jovens se casassem a partir dos 14 anos, foi raro encontrar jovens nessa faixa etária matrimonialmente comprometidos. Além disso, temos os dados de viúvos e divorciados. Observa-se que, mesmo em números bem maiores entre os homens, há proporcionalmente menos lusitanos nesses estados civis do que mulheres.

No gráfico nº 1, visualizamos que a imigração portuguesa foi predominantemente masculina, com 3.160 homens registrados, contra 1.089 mulheres. Isso corresponde a quase três vezes o número de imigrantes do sexo feminino. Esses números incluem a presença de 305 famílias de diversas composições, desde as mais tradicionais até aquelas que não atendiam aos padrões da época, como pais solteiros e mães solteiras.

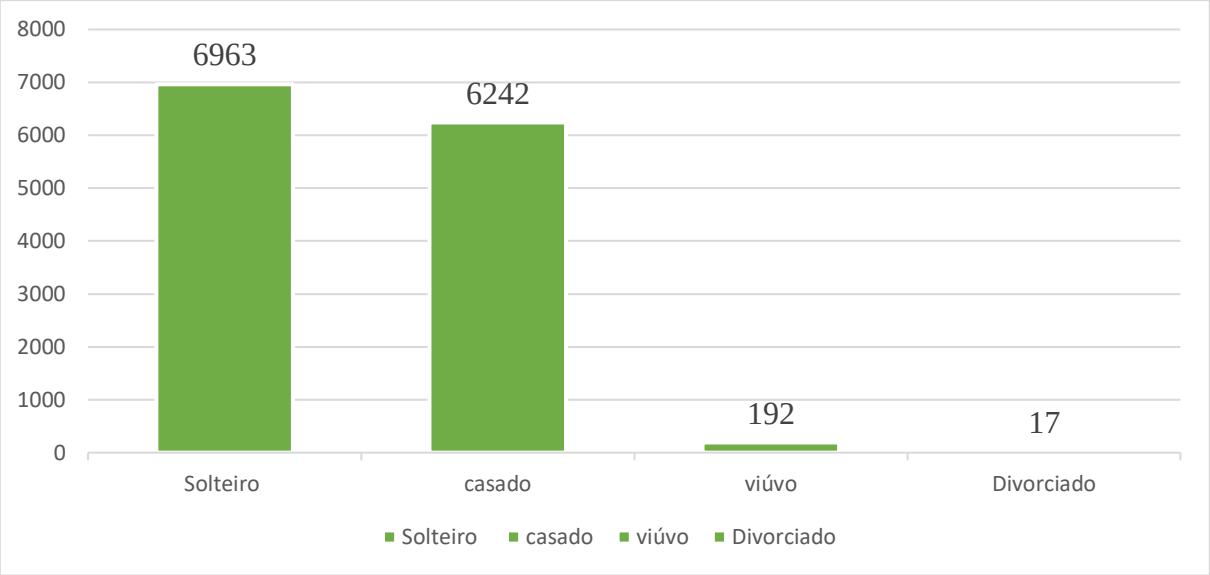
Dados de 1928

Gráfico 3- Distribuição de Gênero em 1928



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

Gráfico 4- Estado Civil dos Homens Portugueses em 1928



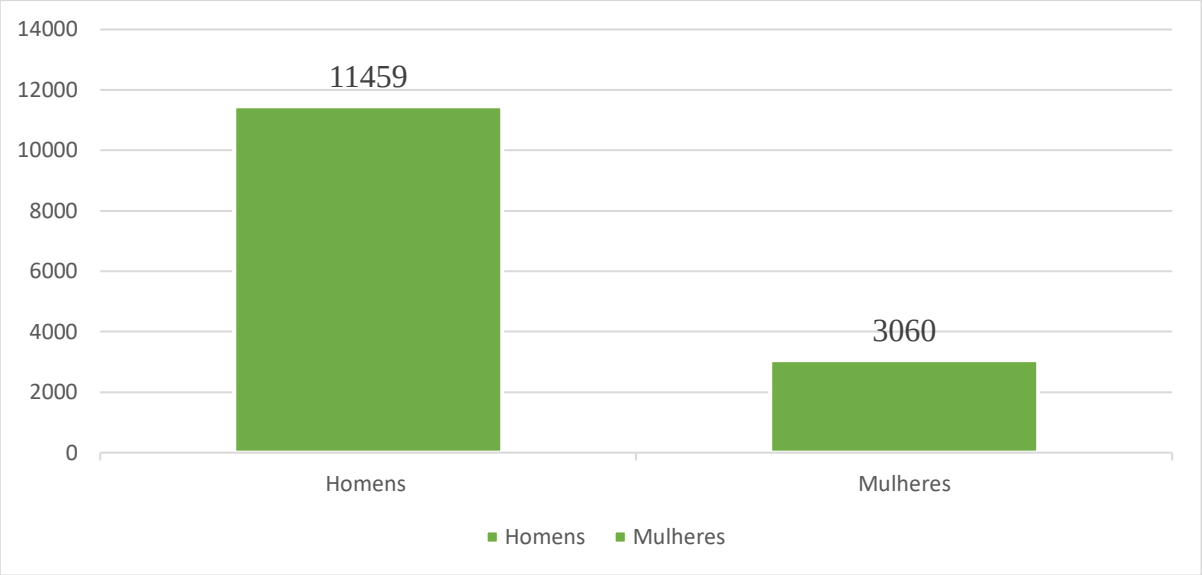
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

Em 1928, a Hospedaria da Ilha das Flores recebeu muitos imigrantes, com números expressivamente maiores do que em 1925. A explicação para esse fenômeno é que, em 1925, o decreto nº 16.761, de 31 de dezembro de 1924, vigorou apenas no final do ano, enquanto, em 1928, o decreto esteve em vigor durante todo o ano. No Gráfico nº 4, os dados mostram números concretamente maiores em comparação a 1925. No entanto, a diferença de gênero permanece proporcionalmente bem próxima: a presença masculina foi pouco mais de três vezes maior que a presença feminina. No total de 17.575 imigrantes, foram 13.414 homens e 4.161 mulheres. Nesses números gerais, está incluída uma quantidade relevante de famílias: cerca de 1.608, das quais uma era composta por pai solteiro e 83 por mães solteiras.

A distribuição do estado civil dos homens em 1928 registrou 6.963 solteiros, 6.242 casados, 192 viúvos e 17 divorciados. Assim como no ano anterior analisado, os números de solteiros devem ser relativizados, já que a maior parte da imigração masculina era composta por crianças. Ao cotejar com rigor, descontando 1.058 homens sem idade para casar, percebemos que foram 5.905 homens solteiros, em comparação aos 6.963 homens casados. Isso mostra que havia uma maior quantidade de homens casados, quando havia condições para atingir esse estado civil.

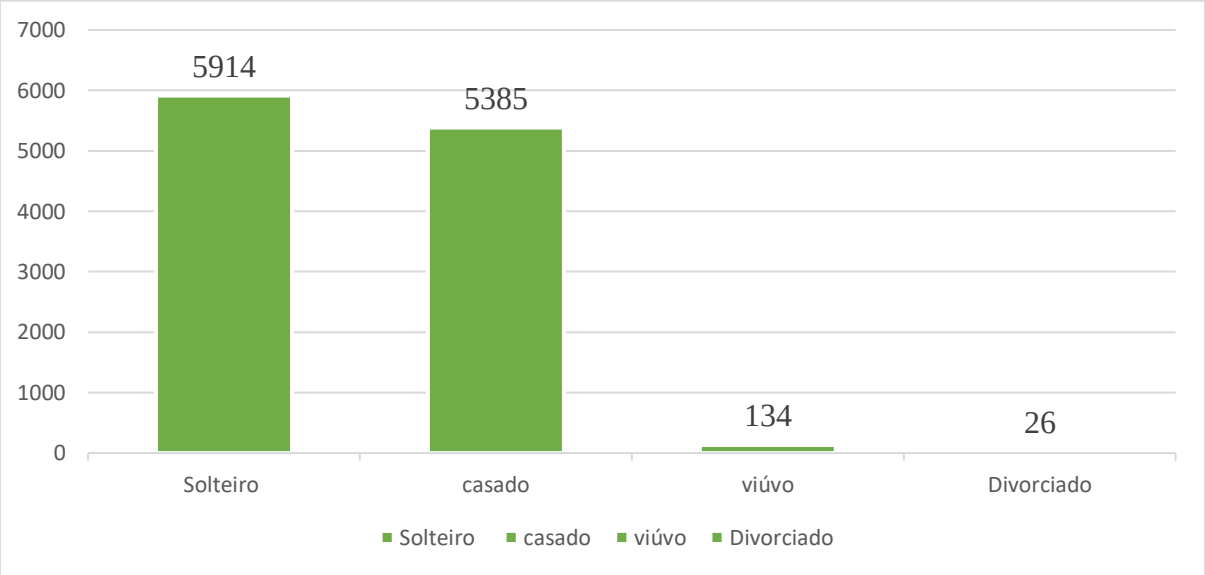
Dados de 1929

Gráfico 5- Distribuição de Gênero em 1929



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1929

Gráfico 6- Estado Civil dos Homens Portugueses em 1929



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1929

Dos anos analisados até o momento, 1929 foi o ano com a maior diferença entre homens e mulheres. Registraram-se 14.519 portugueses, sendo 3.060 mulheres e 11.459 homens, ou seja, quase quatro vezes o número de homens. Nesses valores, estão inclusas 1.257 famílias.

No Gráfico nº 6, é possível notar que a distribuição masculina foi bastante semelhante à dos anos anteriores, nos quais houve maior presença portuguesa na

Hospedaria da Ilha das Flores. Os números de cada estado civil registrado no respectivo ano foram: 5.914 solteiros, 5.385 casados, 134 viúvos e 26 divorciados. Apesar dos números pequenos, este foi o ano com o maior número de divorciados registrados no período estudado.

Em relação aos números de solteiros, é necessário relativizar a construção do perfil do estado civil do imigrante português, devido ao grande número de crianças. Elas estavam em uma faixa etária em que não havia outra opção senão serem registradas como solteiras. Portanto, ao cotejar os números de solteiros, chegamos a 5.257 homens solteiros, um número um pouco menor do que a imigração de homens casados, quando havia essa possibilidade.

Considerações finais

Como podemos notar ao longo deste trabalho, os dados demográficos dos imigrantes portugueses que ingressaram na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores corroboram a constatação levantada por Menezes (2007), de que os dados do censo de 1920 entram em conflito com a memória da imigração portuguesa. Acredita-se que o perfil da imigração portuguesa fosse predominantemente formado por homens solteiros, no entanto, o trabalho de Menezes aponta o sentido oposto, e os números da Ilha das Flores reforçam a percepção da autora.

Na Ilha das Flores, se analisarmos com rigor os números do estado civil masculino, é evidente que há mais homens casados do que solteiros. A diferença não é grande, mas ainda assim, há uma leve superioridade de homens solteiros em relação aos casados.

O objetivo de trazer os números da Hospedaria, apoiados em trabalhos anteriores, foi contribuir para o debate sobre quem era o imigrante português. Nosso trabalho não tem a intenção de derrubar a memória construída, nem esse foi o objetivo, mas sim de enriquecer a discussão ao mostrar as potencialidades das fontes da Ilha das Flores para investigar a imigração portuguesa no Rio de Janeiro.

Referências:

BONIFÁCIO JUNIOR, W. *Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Década de 1920.* 2023. 112f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

COSTA, J. C. O. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883 – 1907).* 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

FERREIRA, D. *Brasil. Porto de Esperança. A Emigração do Porto para o Brasil entre o final da Primeira Guerra Mundial e a Crise Capitalista de 1929.* CEPESE, 2019.

KOIFMAN, F. Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945). In: REZNIK, L. (Org.). *História da Imigração no Brasil.* 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p. 160.

MENEZES, L. M. A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida. In: SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima (Org.). *A Emigração Portuguesa para o Brasil.* Porto/Rio de Janeiro: CEPESE/FAPERJ, 2007. p. 86-105.

REZNIK, Luís; COSTA, J. C. O. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 15-32, jan.-mar. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v26n1/0104-5970-hcsm-26-01-0015.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N.; COSTA, J. C. O. Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é? A recepção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892). *Revista Portuguesa de História,* v. 50, p. 89-108, 2019.

REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História (São Paulo),* v. 33, n. 1, p. 234-253, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/12.pdf. Acesso em: 09 nov. 2020.

_____. Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores. *Navegar,* v. 2, n. 3, jul.-dez. 2016, p. 77-107.

Fontes:

Livros de Registros:

LIVRO DE REGISTRO nº 109. 19 jan. 1920 a 2 out. 1922. Arquivo Nacional, AN 003-95.

LIVRO DE REGISTRO nº 110. 27 out. 1922 a 17 jul. 1924. Arquivo Nacional, AN 069-94.

LIVRO DE REGISTRO nº 111. 17 jul. 1924 a 31 dez. 1925. Arquivo Nacional, AN 061-94.

LIVRO DE REGISTRO nº 112. 3 jan. 1928 a 30 mar. 1929. Arquivo Nacional, AN 061-94.

LIVRO DE REGISTRO nº 113. 2 jan. 1928 a 8 set. 1929. Arquivo Nacional, AN 060-94.

LIVRO DE REGISTRO nº 114. 3 jan. 1928 a 31 dez. 1929. Arquivo Nacional, AN 060-94.

LIVRO DE REGISTRO nº 115. 2 jan. 1928 a 25 abr. 1930. Arquivo Nacional, AN 070-94.

Relatórios ministeriais:

Almeida, M. C. P. A. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

_____. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

Castro, G. L. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

_____. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

_____. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

_____. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

LOPES. I. S. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Papelaria e Typograhya Villas Boas, 1921.

Realização: UERJ PPgHS

Apoio: Faculdade de Formação de Professores UERJ FAPERJ CAPES